



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1959

Quarta-feira - 23 de Março de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

| | | | | | |
|---------------------------|-----|-----------------------|-----|-----------------------------|-----|
| Água Doce..... | 3 | Guaraciaba | 169 | Passos Maia | 472 |
| Alto Bela Vista..... | 6 | Guaramirim..... | 171 | Paulo Lopes | 473 |
| Antônio Carlos | 7 | Herval d'Oeste | 173 | Penha..... | 474 |
| Arabutã | 8 | Ibiam | 175 | Petrolândia | 490 |
| Arroio Trinta..... | 9 | Ilhota | 177 | Pinheiro Preto | 491 |
| Ascurra..... | 10 | Imarui | 178 | Planalto Alegre..... | 497 |
| Balneário Piçarras..... | 11 | Imbituba | 231 | Pomerode..... | 499 |
| Balneário Rincão | 12 | Indaial..... | 236 | Ponte Serrada | 501 |
| Barra Bonita..... | 13 | Iomerê | 264 | Porto União..... | 504 |
| Barra Velha..... | 14 | Ipumirim | 266 | Rio das Antas..... | 507 |
| Bela Vista do Toldo..... | 29 | Itaiópolis | 268 | Rio do Sul..... | 508 |
| Biguaçu | 30 | Itapema | 269 | Salto Veloso..... | 521 |
| Blumenau | 32 | Itapiranga..... | 343 | Santa Cecília | 522 |
| Bom Retiro | 48 | Itapoá | 345 | Santa Rosa do Sul | 523 |
| Botuvera..... | 51 | Jaraguá do Sul | 346 | Santiago do Sul..... | 524 |
| Braço do Trombudo | 52 | Joaçaba | 352 | São Bento do Sul..... | 527 |
| Brunópolis | 53 | José Boiteux | 382 | São Carlos | 535 |
| Brusque..... | 55 | Lages | 383 | São Domingos..... | 536 |
| Caçador..... | 58 | Laguna | 386 | São João do Oeste | 537 |
| Camboriú..... | 62 | Lajeado Grande..... | 388 | São Joaquim | 539 |
| Campo Alegre | 64 | Lebon Regis | 390 | São José..... | 540 |
| Campo Erê..... | 65 | Leoberto Leal..... | 397 | São José do Cedro..... | 556 |
| Campos Novos..... | 75 | Lindóia do Sul | 398 | São Miguel do Oeste..... | 557 |
| Canelinha | 77 | Lontras..... | 399 | São Pedro de Alcântara..... | 558 |
| Canoinhas..... | 79 | Luzerna | 400 | Schroeder | 559 |
| Capinzal | 92 | Macieira..... | 403 | Seara | 570 |
| Catanduvas..... | 97 | Mafrá | 404 | Serra Alta | 571 |
| Caxambu do Sul..... | 99 | Maracajá | 405 | Siderópolis..... | 576 |
| Celso Ramos..... | 100 | Maravilha..... | 411 | Sombrio..... | 577 |
| Chapadão do Lageado | 103 | Massaranduba..... | 413 | Tigrinhos | 580 |
| Chapecó | 107 | Meleiro | 414 | Timbó | 596 |
| Concórdia | 109 | Modelo | 416 | Treze Tilias | 597 |
| Cordilheira Alta | 110 | Mondaí..... | 418 | Tunápolis..... | 600 |
| Coronel Freitas..... | 112 | Monte Carlo..... | 419 | Turvo | 601 |
| Corupá | 113 | Morro da Fumaça | 420 | União do Oeste | 604 |
| Curitibanos | 115 | Navegantes | 421 | Urussanga | 613 |
| Dionísio Cerqueira | 117 | Nova Trento | 434 | Vargeão..... | 614 |
| Ermo | 119 | Novo Horizonte | 443 | Vidal Ramos..... | 615 |
| Forquilha..... | 120 | Ouro | 446 | Videira..... | 616 |
| Fraiburgo..... | 134 | Ouro Verde | 447 | Vitor Meireles..... | 629 |
| Frei Rogério | 135 | Palhoça | 448 | Xanxerê..... | 630 |
| Galvão..... | 136 | Palmitos | 461 | Xavantina | 632 |
| Garopaba..... | 137 | Papanduva..... | 463 | Xaxim..... | 636 |
| Garuva | 167 | Paraíso | 464 | | |
| Grão Pará | 168 | Passo de Torres..... | 465 | | |

Associações

| | | | |
|-------------|-----|-------------|-----|
| AMAI | 639 | AMREC | 640 |
| AMMVI | 639 | | |

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1959

Quarta-feira - 23 de Março de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Consórcios

| | |
|--------------------|-----|
| CIGA | 641 |
| CIMVI..... | 641 |
| CIS Nordeste | 646 |
| CIS/AMARP..... | 646 |
| CIS/AMUREL..... | 648 |
| CITMAR | 648 |
| CIGAMERIOS | 650 |
| CIS/AMERIOS | 705 |

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 004/2016

CONVÊNIO Nº 004/2016

15/03/2016

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS – APAS, NOS TERMOS DA LEI N. 2.414/2016

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, Estado de Santa Catarina, com endereço na Praça João Macagnan nº 322, na cidade de Água Doce-SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo Prefeito NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 160.789.509-91, residente na cidade de Água Doce, doravante denominada CONVENIENTE, e de outro lado, ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS - APAS, sociedade civil, filantrópica, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 75.439.653/0001-70, com sede à Rua Oswaldo Mello, 43, na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por sua presidente MARIA DE LOURDES DE CARVALHO, inscrita no CPF sob nº 844.894.219-15, RG 202.106, resolvem de comum acordo celebrar convênio em conformidade com as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Convênio, visa a prestação de serviços Educacionais, Fonoaudióloga e Linguagem de Sinais – Libras, na sede da instituição, aos estudantes do Município de Água Doce-SC e realização do “teste da orelhinha” aos recém nascidos no Município de Água Doce-SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O Município contribuirá com o valor mensal de R\$ 630,00 (seiscientos e trinta reais), corrigido anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente Termo de Convênio será de 15 de março de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os encargos decorrentes da execução deste convênio correrão à conta da Dotação Orçamentária vigente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

São obrigações do município:

- 01) Repassar mensalmente a APAS, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente, o valor acordado, através de depósito em conta corrente;
- 02) Transportar quando necessário os alunos do município de Água Doce até a sede da APAS e vice-versa, exceto para realização do “teste da orelhinha” que será realizado no Município de Água Doce;
- 03) No caso da desistência de algum aluno, o valor repassado à Associação continuará inalterado;
- 04) Acompanhar a execução dos serviços e notificar quaisquer

irregularidades à Direção da APAS.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA APAS

São obrigações da APAS:

- 01) Prestar os serviços a que se propuseram, com profissionalismo e dedicação, buscando a educação, o desenvolvimento e o ajustamento social desses alunos especiais;
- 02) Estabelecer, orientar e auxiliar os pais e amigos na conduta relativa a esses alunos;
- 03) Contatar, pessoalmente ou por telefone, problemas que por ventura surgirem com qualquer um dos alunos oriundos do município de Água Doce;
- 04) O Município assume total responsabilidade pela segurança dos alunos durante o transporte;
- 05) Prestar contas da aplicação dos recursos recebidos na forma da Lei Municipal nº 1812/2009;

06) Dar atendimento no Município de Água Doce, uma vez por mês, para realização do “teste da orelhinha” aos recém nascidos no Município de Água Doce-SC.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente Termo de Convênio ficará rescindido de pleno direito por inadimplência de qualquer das obrigações aqui pactuadas, ou por iniciativa unilateral, mediante comunicação escrita de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Joaçaba-SC para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes da execução do presente Convênio.

E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Água Doce - SC, 15 de março de 2016

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito

MARIA DE LOURDES DE CARVALHO

Presidente ASS. PAIS AMIGOS DOS SURDOS - APAS

Testemunhas:

01. Marilucy Sare Kusmann
CPF – 023.802.499-70

02 . Cristiano Savaris da Silva
CPF 005.614.419-95

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

DECRETO Nº 029/2016

DECRETO Nº 029/2016 - DE 04 DE MARÇO DE 2016

"REGULAMENTA SOBRE A PADRONIZAÇÃO DE PASSAGEM DE ENCANAMENTOS DE ÁGUA E ESGOTO, FIAÇÃO ELÉTRICA, TELEFONE, INTERNET, TELEVISÃO VIA CABO ENTRE OUTROS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições.

DECRETA:

Art. 1º - Dentro do perímetro urbano do Município de Água Doce, que todos os serviços de água, esgoto, fiação seja ela elétrica, de telefonia de televisão, de internet, hidrantes, entre outros, que devem ser feitos de forma subterrânea, deverão ser realizadas nas calçadas, uma vez que estas foram padronizadas pela utilização de "paver", sendo assim evitado os cortes e danificações de asfalto.

Art. 2º - Fica expressamente proibido a utilização das vias públicas de asfalto e calçamento para passagem de canos, tubos e fiações em geral.

Art. 3º - A infração ao disposto neste Decreto sujeitará o infrator à multa de 5 (cinco) VRFs (Valor de Referência Fiscal), respeitados o contraditório e ampla defesa.

Parágrafo Único - Independente de multa, o infrator será notificado para a observância do disposto neste Decreto, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 4º - Não atendida a notificação, no prazo de 90 (noventa) dias, está caracterizada a reincidência e a multa será aplicada em dobro. Parágrafo Único - Independente da multa aplicada em dobro, o infrator será notificado para observância do disposto neste Decreto, em prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogado automaticamente com a entrada em vigor do Plano Diretor.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 04 de março de 2016

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 112/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 112/2016 – DE 15 MARÇO DE 2016

"ALTERA O ARTIGO 334 INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 026/2002 CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 334, inciso I da Lei Complementar nº 026/2002 passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 334 – A Taxa de Cemitério Público será paga por quem solicitar o respectivo serviço, em parcela única ou em até 5 parcelas, sendo que a primeira deverá ser paga na data de solicitação, e a sua cobrança se fará de acordo com a seguinte disposição:

I – Sepultura perpétua, por unidade de ocupação 31 (trinta e uma) VRFs;

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão com recursos do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 15 de março de 2016.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.413/2016

LEI Nº 2.413/2016 – DE 15 DE MARÇO DE 2016

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIAR ELEMENTOS DE DESPESA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 27.343,71 (vinte e sete mil e trezentos e quarenta e três reais e setenta e um centavos) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa: 3.3.90.00.0.3.0654.0/34 e suplementado no orçamento vigente os elementos de despesa: 3.3.90.00.0.3.0063.0/31 e 4.4.90.00.0.3.0063.0/32 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

| | |
|---|---------------|
| 10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE | |
| 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE | |
| 08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E | |
| FEDERAL – IGD/PETI E OUTROS | |
| 3.3.90.00.0.3.0654.0/34 Aplicações Diretas | R\$ 19.676,60 |
| 3.3.90.00.0.3.0063.0/31 Aplicações Diretas | R\$ 5.167,11 |
| 4.4.90.00.0.3.0063.0/32 Aplicações Diretas | R\$ 2.500,00 |
| TOTAL | R\$ 27.343,71 |

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, será utilizado o superávit 2015 verificado nas rubricas: 0.1.0652 Recursos do FEAS e 0.1.0063 - Recursos Bolsa Família.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 15 de março de 2016

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.414/2016

LEI Nº 2.414/2016 – DE 15 DE MARÇO DE 2016

"CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL, MEDIANTE CONVÊNIO, À ENTIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Executivo Municipal a firmar convênio para a concessão de subvenção social à Associação de Pais e Amigos dos Surdos – APAS com sede em Joaçaba-SC, para atendimento a alunos residentes em Água Doce, regularmente matriculados no APAS, nos termos do respectivo Convênio.

Art. 2º. O prazo de vigência do referido Convênio se dará conforme os prazos estabelecidos no Termo de Convênio.

Art. 3º. O Município repassará à Entidade a importância de R\$ 630,00 (seiscentos e trinta reais) mensais, reajustado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Art. 4º. A Entidade conveniada deverá prestar contas da aplicação dos recursos recebidos na forma da Lei Municipal nº 1812/2009.

Art. 5º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 15 de março 2016.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2177 DE 21 DE MARÇO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTAR AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 76 da Lei Complementar nº 011, de 10 de janeiro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º Conceder 15 dias de férias a Servidora Pública Municipal em Cargo de Provimento em Comissão, JANAINÉ SCHNEIDER, ocupante do cargo de ENCARREGADA DE UNIDADE ESCOLAR, lotada na Gerência de Educação e Esporte.

Art. 2º Período aquisitivo de 12/03/2015 à 11/03/2016, período de gozo de 21 de março a 04 de abril de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 21 de março de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas publicações

Antônio Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 028/2016 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2016 AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 028/2016; Modalidade: Concorrência Pública nº 001/2016; Tipo: Maior Oferta Por Lance; Objeto: Consiste a presente concorrência pública na permissão e uso de um quiosque de propriedade do Município, localizado na Rua João Henrique Pauli, nº 220, neste município, com área construída aproximada de 30 (trinta) m², objetivando a exploração comercial com atividade de bar e lanchonete, pelo período de 05 (cinco) anos, mediante pagamento de luva e aluguel e sob as condições previstas neste edital. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 25 de abril de 2016 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 às 17:00 horas, fone (48) 3272-8617 ou (48) 3272-8618, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 22 de março de 2016.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 045/2016, 046/2016, 047/2016 E 048/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº. 045/2016; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 015/2016 – Processo Licitatório nº 020/2016; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: CÉLIA REGINA W. SANI – ME; Objeto: Aquisição parcelada de material de limpeza, higiene e gás, para uso para uso das unidades escolares da rede municipal de ensino do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora dos itens 9, 13, 14, 15, 16, 21, 23, 27, 34, 35, 38 e 40. Prazo: 21/03/2016 – 21/03/2017.

Ata de Registro de Preço nº. 046/2016; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 015/2016 – Processo Licitatório nº 020/2016; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: MÁRIO PRIM - ME; Objeto: Aquisição parcelada de material de limpeza, higiene e gás, para uso para uso das unidades escolares da rede municipal de ensino do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora dos itens 12, 17, 18, 19 e 41. Prazo: 21/03/2016 – 21/03/2017.

Ata de Registro de Preço nº. 047/2016; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 015/2016 – Processo Licitatório nº 020/2016; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME; Objeto: Aquisição parcelada de material de limpeza, higiene e gás, para uso para uso das unidades escolares da rede municipal de ensino do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora dos itens 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 20, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 37, 42 e 44. Prazo: 21/03/2016 – 21/03/2017.

Ata de Registro de Preço nº. 048/2016; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 015/2016 – Processo Licitatório nº 020/2016; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: L & M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME; Objeto: Aquisição parcelada de material de limpeza, higiene e gás, para uso para uso das unidades escolares da rede municipal

de ensino do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora dos itens 5, 22, 39 e 43. Prazo: 21/03/2016 – 21/03/2017.

Antônio Carlos, 22 de março de 2016.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N 125/2016

PORTARIA Nº 125/2016

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, de acordo com a lei municipal nº 558/92,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, férias por 30 dias, ao servidor LUIS DA ROSA, ocupante do cargo efetivo de OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 04 de abril de 2016, relativo ao período aquisitivo de 16/03/2015 a 15/03/2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 22 de março de 2016.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 23 de março de 2016.

PORTARIA N 126/2016

PORTARIA Nº 126/2016

Admite servidor ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, de acordo com o Edital do Concurso Publico nº 001/2014,

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, VIVIANE MARTINS WEBER, para o cargo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA – 20H, a partir de 28 de março de 2016 a 16 de dezembro de 2016, em substituição a Monica Schmitz Zimmermann.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 22 de março de 2016.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 23 de março de 2016.

Arabutã

PREFEITURA

ATA DE LICITAÇÃO - PL Nº. 023/2016

ATA 001

Processo Licitatório nº. 23/2016 – Pregão nº 15/2016

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada em fisioterapia, para atender os pacientes da Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com as especificações do Formulário Proposta, anexo I do Edital.

O Credenciado da empresa CLÍNICA VITAL FISIOTERAPIA S/S LTDA (7906) compareceu na sessão pública.

Ato contínuo foram abertos os envelopes nº. 1 - Propostas Comerciais, os quais foram rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio e Credenciado.

Iniciada a fase de lances verbais, estes foram apresentados de acordo com o anexo da ata da sessão, sendo que a empresa licitante optou por não ofertar lances.

Em seguida, procedeu-se à abertura do Envelope nº. 2 - Documentação de Habilitação da empresa vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio e Credenciado.

Indagados todos os presentes, não foi ofertada qualquer espécie de impugnação.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente ata aprovada e assinada pela Pregoeira e pelos membros da Equipe de Apoio presentes ao final da sessão.

Arabutã, 22 de março de 2016.

Pregoeira - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Equipe de Apoio: CARINE ALTMANN FEDRIZZI
DULCI DRIEMEIER
FELIPE PATZLAFF
DELSI DRIEMEIER

ATA DE LICITAÇÃO - PL Nº. 024/2016

ATA 001

Processo Licitatório nº. 24/2016 – Pregão nº 16/2016

Objeto: Registro de preços para aquisição de passagens aéreas para trechos nacionais e internacionais, para atender as necessidades do Município, conforme itens do anexo I.

Os Credenciados da empresa NOAR TURISMO LTDA - ME e WTL TURISMO LTDA EPP compareceram na sessão pública, sendo que a empresa ACÁCIA AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME não teve credenciado presente na sessão.

Ao verificar os envelopes de proposta comerciais e de habilitação da empresa WTL TURISMO LTDA EPP, constatou-se que foram protocolados fora da data aprazada no Edital (item 2, subitem 2.1). Assim, com base no item 2, subitem 2.2 a Pregoeira e a Equipe de Apoio não aceitaram a participação da empresa neste certame.

Ato contínuo foram abertos os envelopes nº. 1 - Propostas Comerciais, os quais foram rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio e Credenciado.

Iniciada a fase de lances verbais, estes foram apresentados de acordo com o anexo da ata da sessão, sendo que a empresa licitante optou por não ofertar lances.

Em seguida, procedeu-se à abertura do Envelope nº. 2 - Documentação de Habilitação da empresa vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio e Credenciado.

Indagados todos os presentes, não foi ofertada qualquer espécie de impugnação.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente ata aprovada e assinada pela Pregoeira e pelos membros da Equipe de Apoio presentes ao final da sessão.

Arabutã, 22 de março de 2016.

Pregoeira - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Equipe de Apoio: CARINE ALTMANN FEDRIZZI
DULCI DRIEMEIER
FELIPE PATZLAFF
DELSI DRIEMEIER

Arroio Trinta

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2016 - TP - AQUISIÇÃO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO CABECEIRA PONTE LINHA SANTO ANTÔNIO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Tomada de Preços nº 0001/2016 - TP

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DA CABECEIRA DA PONTE NA LINHA SANTO ANTÔNIO PARA INSTALAÇÃO DO KIT TRANSPOSIÇÃO (PONTE PRÉ-MOLDADA), SISTEMA PADRONIZADO DA SECRETARIA DE DEFESA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, DE ACORDO COM A RELAÇÃO DE MATERIAIS APRESENTADA PELO ENGENHEIRO CIVIL CONTRATO SR. SINVAL LEGNANI, CREA/SC 13.3151-0 E CONFORME JUSTIFICATIVA EMITIDA PELO JURÍDICO DESTA PREFEITURA DR. SANTO POSSATO.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00m do dia 08/04/2016.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 08/04/2016.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroio30.com.br, compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 21 de março de 2016.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 80/2015

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 80/2015

Contratante: Município de Ascurra

CNPJ n. 83.102.772/0001-61

Contratada: Terraplanagem Poffo LTDA - EPP

CNPJ n. 03.832.009/0001-57

Tomada de Preços n. 24/2015

Objeto: Pavimentação de rua com lajota de concreto sextavada e calçada em concreto (em parte da Rua Ribeirão São Paulo)

- Considerando que a empresa contratada solicitou a prorrogação do prazo contrato administrativo n. 80/2015 no dia 15/1/2016, com a finalidade de continuação da execução de obra licitada que ainda não foi finalizada, sem reajuste de preço;
 - Considerando que os períodos chuvosos com intempéries no ano de 2015 impediram a contratada de executar os serviços por diversos dias durante a vigência do contrato;
 - Considerando que devido a área ser de produção rural com plantação de arroz e a prática da colheita também ocorre no período de dezembro a março, a contratada paralisou a obra para não prejudicar os agricultores com perdas e prejuízos que seriam causados a safra pela execução da obra no local, opção esta aprovada pela Administração;
 - Considerando a falta de aterro em parte da via por parte da CONTRATANTE, o que impede a CONTRATADA de executar de forma adequada a obra;
 - E considerando que a administração sempre primou e zelou pela manutenção de melhores e mais vantajosas condições, principalmente no que se refere aos custos, pagamento, execução de suas atividades e atendimento a população, RESOLVE:
- PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 80/2015 ATÉ 25/7/2016, DE ACORDO OS LIMITES ESTABELECIDOS NO INCISO II DO ARTIGO 57 DA LEI 8666/93.

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas estabelecidas no Contrato Administrativo 80/2015, firmado em 7 de julho de 2015, em decorrência do Edital de Pregão 24/2015. E, Por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas no presente Termo Aditivo, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Ascurra, 23 de março de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 38/2016 (CORRIGIDO)

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato nº 38/2016 ref. Pregão Presencial n. 20/2016

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Papelex Papelaria e Livraria LTDA ME

Objeto: Fornecimento de material de expediente (Papel A4 branco, não reciclado, nas medidas de 210 mm X 297 mm), para manutenção das atividades das Secretarias de Administração, Educação e Cultura, para manutenção das atividades do setor social e para a manutenção das atividades do Conselho Tutelar, para o exercício de 2016

Valor total: R\$ 28.398,00 (valor correto em relação a última publicação do extrato deste contrato) - correspondentes a 200 caixas com 10 resmas de 500 folhas A4, nas descrições do objeto acima mencionado, tendo por valor unitário R\$ 141,99 a caixa.

Vigência: até 31/12/2016

Ascurra, 18 de março de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

CONTRATO 012/2016 PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016-PMBP
TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 002/2016-PMBP
CONTRATO Nº 012/2016-PMBP
Objeto: - O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 002/2016 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2016-PMBP, e tem por objeto a contratação de empresa para construção da Sede da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, conforme documentos anexos ao Processo, em diversos locais do Município de Balneário Piçarras, em estrita observância aos Memoriais, Planilhas e Projetos, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, documentos anexos ao Processo.
Empresas Participantes Habilitadas:
URCA URBANIZADORA CATARINENSE EIRELI ME - R\$57.733,00
CONTRATO 012/2016

Balneário Piçarras(SC), 10 de março de 2016.
Leonel José Martins
Prefeito Municipal

ERRATA PROCESSO LICITATÓRIO 044/2015 CONVITE 010/2015 CONTRATO 030/2015 - 1º TERMO ADITIVO

Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
Processo Licitatório 044/2015
Convite 010/2015
Contrato 030/2015 - 1º Termo Aditivo

Onde se lê : 11 (onze) meses;
Leia-se 7 (sete) meses.

Onde se lê: 57.062,50 (cinquenta e sete mil, sessenta e dois reais e cinquenta centavos)
Leia-se: 36.312,50 (trinta e seis mil, trezentos e doze reais e cinquenta centavos)

Balneário Piçarras, 22 de janeiro de 2016.
Leonel José Martins
Prefeito

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2016-FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016-FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Processo Licitatório nº 011/2016-FMS
Pregão Presencial nº 012/2016-FMS - SRP

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por item, para aquisição de SOROS FISIOLÓGICOS para a Assistência Farmacêutica Básica e Ambulatorial em todas as unidades de saúde do município. Recebimento dos Envelopes até: 06/04/2016 às 9h. Data da Sessão Pública: 06/04/2016 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 16 de março de 2016. Lucimir Alcides Uller de Bittencourt – Secretaria de Saúde.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2016 - FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016 - FMS

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2016 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde, através da Secretaria de Administração e Fazenda, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, suas alterações e demais legislações pertinentes, torna público que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço Global, para manutenção preventiva e corretiva, incluindo custos de deslocamento e peças substituídas, para o equipamento de RAIO-X da Secretaria de Saúde de Balneário Piçarras. Recebimento dos Envelopes até: 06/04/2016 às 14h. Data da Sessão Pública: 06/04/2016 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda no endereço acima citado, no horário das 13:30 às 17:30 horas, ou no site balneariopicarras.atende.net Balneário Piçarras(SC), 22 de março de 2016. Lucimir Alcides Uller de Bittencourt – Gestora do fundo Municipal de Saúde.

Balneário Rincão

PREFEITURA

DECRETO/ GP/Nº381/2016

DECRETO/ GP/Nº381/2016, DE 22 de MARÇO DE 2016.

FICA CRIADA A COMISSÃO PERMANENTE DE VISTORIA E DEMOLIÇÃO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Comissão Permanente de Vistoria e Demolição do Município de Balneário Rincão, nos termos do Art. 62, da Lei Municipal nº 841/91.

§ 1º - Os Membros da Comissão Permanente de Avaliação e Demolição será composta por três profissionais de Engenharia ou Arquitetura, sob a presidência do primeiro (inciso I), de secretário do segundo (inciso II) e como Membro o terceiro (inciso III):

I – Adiana Garlini

II – Marcelo Santa Helena Gomes

III - Paulo Henrique Moliner Amboni

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 22 de março de 2016.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente decreto no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 22 de março de 2016.

SEGUNDO AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/PMBR/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SEGUNDO AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/PMBR/2016

Considerando a imperiosa necessidade de contratação pelo Município dos serviços estipulados na forma prevista pelo instrumento convocatório preambular e suas respectivas alterações;

Considerando que não acudiram pela segunda vez interessados na competição em voga.

A Pregoeira, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, torna público que:

1. A Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/PMBR/2016, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo pertinente, para execução de forma parcelada de serviço de lavagem, lubrificação, limpeza, engraxamento e higienização da frota de veículos e equipamentos do Município de Balneário Rincão e Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício de 2016, com abertura programada para o dia 22/03/2016, às 14h00min horas, SERÁ REABERTA NO DIA 05/04/2016, 14h00min, até às 13h45min, serão recebidos os envelopes de habilitação e Propostas, e dado início ao certame, uma vez que para a licitação inicialmente programada, não houve apresentação de propostas, caracterizando-a deserta.

2. Esclarece-se, ainda, que ficam mantidas todas as condições e exigências estabelecidas no edital supracitado.

Balneário Rincão, 22 de Março de 2016.

GISELE FERREIRA

PREGOEIRA

Barra Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº 839/2016, DE 21 DE MARÇO DE 2016 NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E APOIO AO PREGOEIRO E LEILOEIRO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 839/2016, DE 21 DE MARÇO DE 2016

"NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E APOIO AO PREGOEIRO E LEILOEIRO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI JOÃO FRIZON, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de seu cargo e, em conformidade com o inciso VI do artigo 73º da Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997, combinado com o inciso XVI do artigo 6º, inciso III do artigo 38 e artigo 51 da Lei de Licitações e Contratos nº8.666/93:

DECRETA:

Artigo 1º. Fica nomeada a Comissão Permanente de Licitações e apoio ao Pregoeiro e Leiloeiro, composta dos seguintes membros e suplentes;

Sirley Maria Zanin Trevisan – Presidente
Juarez Luiz Rodrigues da Costa – membro
Tais Deres – membro
Roberto Francisco Giongo – suplente
Alexandre Francisco Sturmer - suplente

Artigo 2º. Os membros da Comissão Permanente de Licitação exercerão o mandato até 31 de dezembro de 2016.

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário em especial o decreto 832/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 21 de março de 2016.

DARCI JOÃO FIZON
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 083, DE 22 DE MARÇO DE 2016. CONCEDE ADIANTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 083, de 22 de março de 2016.

Concede adiantamento e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; combinado com o que consta no Anexo-I, da Lei nº 009, de 22 de janeiro de 1997,

Resolve.

Art.1º. Conceder Adiantamento a Sra. Aline Felipi matrícula nº422001, ocupante do cargo de Secretária Municipal da Saúde, do Quadro de Geral da Prefeitura Municipal, na importância de R\$1000,00 (Um mil reais), conforme Memorando nº012/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. A aplicação do referido adiantamento far-se-á em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 009/97, de 22 de janeiro de 1997.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 22 de março de 2016.

Darci Joao Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

Barra Velha

PREFEITURA

DECRETO Nº 1091, DE 21 DE MARÇO DE 2016

DECRETO Nº 1091, DE 21 DE MARÇO DE 2016

Homologa o resultado final oficial e definitivo da Prova Escrita e Títulos do Concurso Público n. 003/2015 e dá outras providências.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 13 e seguintes da Lei nº 120/2011, item 16.1 do Edital nº 002/2015, e Considerando os relatórios apresentados pela Comissão Especial de Coordenação e Acompanhamento de Concurso Público, designada pela Portaria nº. 906/2015, de 13 de novembro de 2015;

RESOLVE:

I – HOMOLOGAR A Classificação Final da Prova Escrita e títulos dos candidatos aprovados no Concurso Público Edital 003/2015, conforme anexo I e II, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

II – DETERMINAR ao órgão de administração de pessoal que faça, à medida das necessidades, as convocações dos candidatos aprovados, seguindo rigorosamente a classificação final do concurso, bem como os relatórios de suficiência de cargos aprovados por lei e vagos e de impacto orçamentário e financeiro, conforme exigências legais.

III – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra Velha, em 21 de março de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

ANEXO I – CLASSIFICAÇÃO FINAL GERAL

Legenda:

CG=Conhecimentos Gerais; CE=Conhecimentos Específicos;

NPE=Nota da Prova Escrita; NPT=Nota Ponto de Títulos; NF=Nota Final

| Agente Comunitário de Saúde - Centro Equipe I | | | | CG | | CE | | Nota teórica | | |
|---|---------|------------|--------------------------------------|---------|------|---------|------|--------------|------|----------|
| Posição | Nº INSC | Data Nasc | CANDIDATO | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | NPE | Situação |
| 1 | 274635 | 19/12/1983 | Caroline Luize Boehm | 10 | 4,00 | 9 | 5,40 | 19 | 9,40 | Aprovado |
| 2 | 300985 | 28/05/1986 | Josimeri Gasparetto | 9 | 3,60 | 9 | 5,40 | 18 | 9,00 | Aprovado |
| 3 | 274728 | 13/01/1994 | Geniffer Da Silva | 10 | 4,00 | 8 | 4,80 | 18 | 8,80 | Aprovado |
| 4 | 282785 | 24/06/1961 | Natanael Marques De Araujo Filho | 8 | 3,20 | 9 | 5,40 | 17 | 8,60 | Aprovado |
| 5 | 295510 | 08/11/1982 | Deisy Bufalieri Dos Santos | 9 | 3,60 | 8 | 4,80 | 17 | 8,40 | Aprovado |
| 6 | 265270 | 30/04/1989 | Luana Ayan Ferreira Maia Prata | 9 | 3,60 | 8 | 4,80 | 17 | 8,40 | Aprovado |
| 7 | 296456 | 20/07/1991 | Ana Paula Fridrycevski | 9 | 3,60 | 8 | 4,80 | 17 | 8,40 | Aprovado |
| 8 | 301805 | 13/09/1993 | Mariana Francine Da Luz | 9 | 3,60 | 8 | 4,80 | 17 | 8,40 | Aprovado |
| 9 | 282816 | 22/07/1970 | Celisa Batista Vitorassi | 8 | 3,20 | 8 | 4,80 | 16 | 8,00 | Aprovado |
| 10 | 293116 | 26/07/1975 | Meri Teresinha Schoninger Henkemeier | 8 | 3,20 | 8 | 4,80 | 16 | 8,00 | Aprovado |
| 11 | 292698 | 08/01/1989 | Roberto Custodio Prado | 8 | 3,20 | 8 | 4,80 | 16 | 8,00 | Aprovado |
| 12 | 274648 | 14/05/1958 | Adelina Goncalves | 9 | 3,60 | 7 | 4,20 | 16 | 7,80 | Aprovado |
| 13 | 298848 | 06/05/1962 | Naly De Araujo Leite | 9 | 3,60 | 7 | 4,20 | 16 | 7,80 | Aprovado |
| 14 | 274741 | 10/07/1965 | Edite Alves Marcelino | 9 | 3,60 | 7 | 4,20 | 16 | 7,80 | Aprovado |
| 15 | 269933 | 04/02/1970 | Ana Lucia Vieira Pigosso | 9 | 3,60 | 7 | 4,20 | 16 | 7,80 | Aprovado |
| 16 | 281387 | 15/05/1985 | Vanilsa Kupas | 9 | 3,60 | 7 | 4,20 | 16 | 7,80 | Aprovado |
| 17 | 274721 | 14/04/1991 | Patricia Daniele De Souza | 9 | 3,60 | 7 | 4,20 | 16 | 7,80 | Aprovado |
| 18 | 289267 | 15/01/1964 | Tania Mara Correa De Miranda | 10 | 4,00 | 6 | 3,60 | 16 | 7,60 | Aprovado |
| 19 | 281942 | 05/08/1957 | Maristela Aparecida De Castro | 8 | 3,20 | 7 | 4,20 | 15 | 7,40 | Aprovado |
| 20 | 273544 | 05/12/1971 | Rita Maria Souza Da Silva | 8 | 3,20 | 7 | 4,20 | 15 | 7,40 | Aprovado |
| 21 | 288765 | 16/11/1965 | Arthur Jose Da Silva | 6 | 2,40 | 8 | 4,80 | 14 | 7,20 | Aprovado |
| 22 | 274647 | 15/01/1976 | Soemi Marlene Hein | 6 | 2,40 | 8 | 4,80 | 14 | 7,20 | Aprovado |
| 23 | 283056 | 27/12/1957 | Arlinda Terezinha Tansini | 9 | 3,60 | 6 | 3,60 | 15 | 7,20 | Aprovado |

| | | | | | | | | | | |
|----|--------|------------|--|---|------|---|------|----|------|----------|
| 24 | 299860 | 18/07/1998 | Patricia Larissa Borges | 7 | 2,80 | 7 | 4,20 | 14 | 7,00 | Aprovado |
| 25 | 283512 | 02/01/1981 | Elisangela Campos De Macedo | 5 | 2,00 | 8 | 4,80 | 13 | 6,80 | Aprovado |
| 26 | 275463 | 20/10/1978 | Joziani Leite Borges | 8 | 3,20 | 6 | 3,60 | 14 | 6,80 | Aprovado |
| 27 | 274278 | 31/03/1981 | Vanessa Dos Santos Nogueira | 8 | 3,20 | 6 | 3,60 | 14 | 6,80 | Aprovado |
| 28 | 296543 | 30/08/1982 | Joao Paulo Santana | 8 | 3,20 | 6 | 3,60 | 14 | 6,80 | Aprovado |
| 29 | 290634 | 28/12/1994 | Raquel Ap Martins | 6 | 2,40 | 7 | 4,20 | 13 | 6,60 | Aprovado |
| 30 | 281975 | 01/01/1962 | Marinete De Oliveira | 9 | 3,60 | 5 | 3,00 | 14 | 6,60 | Aprovado |
| 31 | 284152 | 29/03/1971 | Rosimeri Pereira Borstmann | 9 | 3,60 | 5 | 3,00 | 14 | 6,60 | Aprovado |
| 32 | 292293 | 19/03/1983 | Alessandra Borges De Oliveira | 9 | 3,60 | 5 | 3,00 | 14 | 6,60 | Aprovado |
| 33 | 282798 | 18/01/1997 | Wilson Carlos De Araujo Leite | 9 | 3,60 | 5 | 3,00 | 14 | 6,60 | Aprovado |
| 34 | 273747 | 10/11/1958 | Elza Salvina Dos Reis | 7 | 2,80 | 6 | 3,60 | 13 | 6,40 | Aprovado |
| 35 | 298774 | 26/07/1992 | Amanda Fernandes | 7 | 2,80 | 6 | 3,60 | 13 | 6,40 | Aprovado |
| 36 | 301179 | 01/10/1965 | Lurdes Salete Nichetti | 8 | 3,20 | 5 | 3,00 | 13 | 6,20 | Aprovado |
| 37 | 296474 | 26/08/1969 | Joseli Ravache | 8 | 3,20 | 5 | 3,00 | 13 | 6,20 | Aprovado |
| 38 | 295157 | 22/09/1987 | Adriani Roberta Afelis | 8 | 3,20 | 5 | 3,00 | 13 | 6,20 | Aprovado |
| 39 | 269795 | 01/01/1989 | Andrelise De Andrade Assis | 8 | 3,20 | 5 | 3,00 | 13 | 6,20 | Aprovado |
| 40 | 295474 | 26/08/1989 | Antonia Eliene De Oliveira | 8 | 3,20 | 5 | 3,00 | 13 | 6,20 | Aprovado |
| 41 | 296772 | 28/07/1994 | Ketlin Bruner Adao | 8 | 3,20 | 5 | 3,00 | 13 | 6,20 | Aprovado |
| 42 | 279201 | 04/10/1959 | Teresinha Salete Nichetti Volkmann | 7 | 2,80 | 5 | 3,00 | 12 | 5,80 | Aprovado |
| 43 | 297198 | 14/06/1988 | Tahyane Cristina Das Neves | 7 | 2,80 | 5 | 3,00 | 12 | 5,80 | Aprovado |
| 44 | 300322 | 20/06/1989 | Adriano Rodrigues Do Prado | 7 | 2,80 | 5 | 3,00 | 12 | 5,80 | Aprovado |
| 45 | 276912 | 25/06/1997 | Mahara De Lima Dorneles Oliveira | 7 | 2,80 | 5 | 3,00 | 12 | 5,80 | Aprovado |
| 46 | 283079 | 14/10/1977 | Regiane De Fatima Euzebio De O Almeida | 5 | 2,00 | 6 | 3,60 | 11 | 5,60 | Aprovado |
| 47 | 273793 | 29/01/1980 | Carmen Alice Santos De Moraes' | 8 | 3,20 | 4 | 2,40 | 12 | 5,60 | Aprovado |
| 48 | 296227 | 05/08/1997 | Pamela Cristina Vieira | 8 | 3,20 | 4 | 2,40 | 12 | 5,60 | Aprovado |
| 49 | 283872 | 03/04/1975 | Erlania Silva Bastos | 6 | 2,40 | 5 | 3,00 | 11 | 5,40 | Aprovado |
| 50 | 283262 | 14/10/1994 | Thayna Francine Dos Reis | 6 | 2,40 | 5 | 3,00 | 11 | 5,40 | Aprovado |
| 51 | 297910 | 06/05/1965 | Laureci Fatima Gasparotto | 9 | 3,60 | 3 | 1,80 | 12 | 5,40 | Aprovado |
| 52 | 294429 | 12/10/1988 | Joselba Aparecida Pires | 9 | 3,60 | 3 | 1,80 | 12 | 5,40 | Aprovado |
| 53 | 274802 | 07/11/1996 | Jessica Vieira Dos Santos | 9 | 3,60 | 3 | 1,80 | 12 | 5,40 | Aprovado |
| 54 | 297821 | 16/09/1986 | Jesse Ribas Cardoso | 7 | 2,80 | 4 | 2,40 | 11 | 5,20 | Aprovado |
| 55 | 297603 | 27/08/1960 | Marilene Bora | 8 | 3,20 | 3 | 1,80 | 11 | 5,00 | Aprovado |
| 56 | 275557 | 16/12/1997 | Katia Cristina Da Silva | 8 | 3,20 | 3 | 1,80 | 11 | 5,00 | Aprovado |

| Agente Comunitário de Saúde - Centro Equipe II | | | | CG | | CE | | Nota teórica | | |
|--|---------|------------|-------------------------------------|---------|------|--------------|------|--------------|------|----------|
| Posição | Nº INSC | Data Nasc | CANDIDATO | Acertos | Nota | Acer- tos | Nota | Acertos | NPE | Situação |
| 1 | 277590 | 19/11/1991 | Tainam Tesck | 9 | 3,60 | 10 | 6,00 | 19 | 9,60 | Aprovado |
| 2 | 299780 | 06/07/1973 | Patricia Vanessa Franke Do Prado | 10 | 4,00 | 8 | 4,80 | 18 | 8,80 | Aprovado |
| 3 | 298936 | 20/12/1975 | Roberta Fabiana Petroni Leite Bueno | 10 | 4,00 | 8 | 4,80 | 18 | 8,80 | Aprovado |
| 4 | 296777 | 05/11/1976 | Francis Christoffer Franke Do Prado | 10 | 4,00 | 8 | 4,80 | 18 | 8,80 | Aprovado |
| 5 | 277834 | 27/12/1982 | Daniele Negro Moreno | 8 | 3,20 | 9 | 5,40 | 17 | 8,60 | Aprovado |
| 6 | 278103 | 08/12/1984 | Franciely Nauderer Ziemann | 8 | 3,20 | 9 | 5,40 | 17 | 8,60 | Aprovado |
| 7 | 271581 | 12/02/1987 | Liliane Delfino Jacinto | 8 | 3,20 | 9 | 5,40 | 17 | 8,60 | Aprovado |
| 8 | 274680 | 13/06/1965 | Realina De Freitas | 9 | 3,60 | 8 | 4,80 | 17 | 8,40 | Aprovado |
| 9 | 288663 | 26/10/1967 | Solimar Aparecida De Abreu | 9 | 3,60 | 8 | 4,80 | 17 | 8,40 | Aprovado |
| 10 | 293762 | 07/09/1978 | Marcela Dos Santos | 10 | 4,00 | 7 | 4,20 | 17 | 8,20 | Aprovado |
| 11 | 289112 | 03/08/1974 | Silvana Maldonado Orosco | 9 | 3,60 | 7 | 4,20 | 16 | 7,80 | Aprovado |
| 12 | 297697 | 20/05/1979 | Daniela Aparecida De Aguiar | 9 | 3,60 | 7 | 4,20 | 16 | 7,80 | Aprovado |
| 13 | 284475 | 01/01/1984 | Raquel Dos Santos De Moura | 9 | 3,60 | 7 | 4,20 | 16 | 7,80 | Aprovado |

| | | | | | | | | | | |
|----|--------|------------|----------------------------------|----|------|---|------|----|------|----------|
| 14 | 288651 | 30/12/1989 | Edilaine Ribeiro De Lara | 10 | 4,00 | 6 | 3,60 | 16 | 7,60 | Aprovado |
| 15 | 284341 | 01/10/1986 | Channa Silveira Guimaraes | 8 | 3,20 | 7 | 4,20 | 15 | 7,40 | Aprovado |
| 16 | 283516 | 07/02/1989 | Erica Campos De Macedo | 8 | 3,20 | 7 | 4,20 | 15 | 7,40 | Aprovado |
| 17 | 281418 | 15/03/1986 | Leia Batista Da Silva | 9 | 3,60 | 6 | 3,60 | 15 | 7,20 | Aprovado |
| 18 | 297958 | 15/08/1957 | Raimunda Reis Matos | 8 | 3,20 | 6 | 3,60 | 14 | 6,80 | Aprovado |
| 19 | 281886 | 06/10/1979 | Flavio Dutra Piuga | 8 | 3,20 | 6 | 3,60 | 14 | 6,80 | Aprovado |
| 20 | 301246 | 25/11/1984 | Sueli De Fatima Schemes Da Silva | 8 | 3,20 | 6 | 3,60 | 14 | 6,80 | Aprovado |
| 21 | 294576 | 15/08/1996 | Paula Marcelly Fiduniv | 9 | 3,60 | 5 | 3,00 | 14 | 6,60 | Aprovado |
| 22 | 294711 | 16/08/1990 | Seonara Aparecida Dos Santos | 7 | 2,80 | 6 | 3,60 | 13 | 6,40 | Aprovado |
| 23 | 281909 | 26/07/1998 | Jessica Priscila Da Silva | 10 | 4,00 | 4 | 2,40 | 14 | 6,40 | Aprovado |
| 24 | 280344 | 15/02/1989 | Ivanir Meister Soares | 7 | 2,80 | 4 | 2,40 | 11 | 5,20 | Aprovado |

Agente Comunitário de Saúde - Itajuba - Equipe I

| Posição | Nº INSC | Data Nasc | CANDIDATO | CG | | CE | | Nota teórica | | |
|---------|---------|------------|---------------------------------------|---------|------|----------|------|--------------|------|----------|
| | | | | Acertos | Nota | Acer-tos | Nota | Acertos | NPE | Situação |
| 1 | 279616 | 13/05/1985 | Barbara Cristini Schmitt | 9 | 3,60 | 10 | 6,00 | 19 | 9,60 | Aprovado |
| 2 | 281223 | 23/07/1983 | Eliane De Fatima Neves Pereira | 10 | 4,00 | 7 | 4,20 | 17 | 8,20 | Aprovado |
| 3 | 300627 | 10/04/1998 | Amanda Elisa Alves | 10 | 4,00 | 7 | 4,20 | 17 | 8,20 | Aprovado |
| 4 | 300533 | 09/08/1966 | Luciane Aparecida Simon | 8 | 3,20 | 8 | 4,80 | 16 | 8,00 | Aprovado |
| 5 | 269522 | 10/12/1976 | Jacqueline Dutra Dos Santos | 6 | 2,40 | 9 | 5,40 | 15 | 7,80 | Aprovado |
| 6 | 279493 | 09/12/1961 | Maristela Franceschini Baldissera | 9 | 3,60 | 7 | 4,20 | 16 | 7,80 | Aprovado |
| 7 | 268454 | 01/12/1973 | Luzileide Margarida De Sa Carvalho | 9 | 3,60 | 7 | 4,20 | 16 | 7,80 | Aprovado |
| 8 | 274943 | 06/08/1987 | Gabriela De Souza Dias | 9 | 3,60 | 7 | 4,20 | 16 | 7,80 | Aprovado |
| 9 | 294234 | 05/09/1997 | Gabriela De Lima Jorge | 9 | 3,60 | 7 | 4,20 | 16 | 7,80 | Aprovado |
| 10 | 278188 | 29/03/1998 | Maria Luiza Pereira | 9 | 3,60 | 7 | 4,20 | 16 | 7,80 | Aprovado |
| 11 | 281718 | 05/05/1995 | Karina Pereira | 10 | 4,00 | 6 | 3,60 | 16 | 7,60 | Aprovado |
| 12 | 269431 | 27/11/1990 | Tairine Persuhn Marowski | 8 | 3,20 | 7 | 4,20 | 15 | 7,40 | Aprovado |
| 13 | 280756 | 07/01/1995 | Rogério Da Silva Aparecido | 8 | 3,20 | 7 | 4,20 | 15 | 7,40 | Aprovado |
| 14 | 273212 | 31/10/1957 | Elizete Dutra | 7 | 2,80 | 7 | 4,20 | 14 | 7,00 | Aprovado |
| 15 | 281881 | 06/06/1971 | Cristiane Aparecida Oteiro Westphalen | 8 | 3,20 | 6 | 3,60 | 14 | 6,80 | Aprovado |
| 16 | 274974 | 13/02/1978 | Carla Cristina De Souza Klaumann | 8 | 3,20 | 6 | 3,60 | 14 | 6,80 | Aprovado |
| 17 | 284120 | 10/09/1979 | Rosa Zeferino De Andrade | 8 | 3,20 | 6 | 3,60 | 14 | 6,80 | Aprovado |
| 18 | 295893 | 31/05/1994 | Bianca Danielle Pereira | 8 | 3,20 | 6 | 3,60 | 14 | 6,80 | Aprovado |
| 19 | 295034 | 20/03/1968 | Miriam Teixeira | 7 | 2,80 | 6 | 3,60 | 13 | 6,40 | Aprovado |
| 20 | 284775 | 10/12/1976 | Rosemeri Maria Frank | 8 | 3,20 | 5 | 3,00 | 13 | 6,20 | Aprovado |
| 21 | 293137 | 21/04/1989 | Bruna Carneiro De Souza | 8 | 3,20 | 5 | 3,00 | 13 | 6,20 | Aprovado |
| 22 | 284360 | 26/09/1988 | Allana Deise Ferreira Klug | 6 | 2,40 | 6 | 3,60 | 12 | 6,00 | Aprovado |
| 23 | 279233 | 26/01/1992 | Sabrina Soares Martins | 6 | 2,40 | 6 | 3,60 | 12 | 6,00 | Aprovado |
| 24 | 278681 | 24/03/1978 | Cassiane Hillesheim Fontoura | 9 | 3,60 | 4 | 2,40 | 13 | 6,00 | Aprovado |
| 25 | 285191 | 20/11/1978 | Rosana Dos Santos Barbosa | 7 | 2,80 | 5 | 3,00 | 12 | 5,80 | Aprovado |
| 26 | 297723 | 06/01/1955 | Neusa De Aguiar | 8 | 3,20 | 4 | 2,40 | 12 | 5,60 | Aprovado |
| 27 | 297120 | 18/01/1960 | Luiza Novello | 6 | 2,40 | 5 | 3,00 | 11 | 5,40 | Aprovado |
| 28 | 263808 | 11/05/1989 | Gisleine Rebello | 6 | 2,40 | 5 | 3,00 | 11 | 5,40 | Aprovado |
| 29 | 300604 | 15/10/1991 | Flavia Priscila Alves | 6 | 2,40 | 5 | 3,00 | 11 | 5,40 | Aprovado |

Agente Comunitário de Saúde - Itajuba - Equipe II

| Posição | Nº INSC | Data Nasc | CANDIDATO | CG | | CE | | Nota teórica | | |
|---------|---------|------------|-----------------------------|---------|------|----------|------|--------------|------|----------|
| | | | | Acertos | Nota | Acer-tos | Nota | Acertos | NPE | Situação |
| 1 | 290636 | 17/03/1983 | Evanessa Guimaraes Ipuchima | 10 | 4,00 | 8 | 4,80 | 18 | 8,80 | Aprovado |
| 2 | 299014 | 04/10/1994 | Maikon Rodrigues Da Silva | 10 | 4,00 | 7 | 4,20 | 17 | 8,20 | Aprovado |

| | | | | | | | | | | |
|----|--------|------------|--------------------------------|----|------|---|------|----|------|----------|
| 3 | 274219 | 28/02/1995 | Paula Suelen Lamin | 8 | 3,20 | 7 | 4,20 | 15 | 7,40 | Aprovado |
| 4 | 279649 | 16/02/1985 | Silmara Florindo | 7 | 2,80 | 7 | 4,20 | 14 | 7,00 | Aprovado |
| 5 | 300569 | 08/01/1994 | Kelton Hansen | 10 | 4,00 | 5 | 3,00 | 15 | 7,00 | Aprovado |
| 6 | 282011 | 02/09/1982 | Kate Dave Gomes De Oliveira | 8 | 3,20 | 6 | 3,60 | 14 | 6,80 | Aprovado |
| 7 | 300250 | 08/09/1990 | Marcelo Schpak | 9 | 3,60 | 5 | 3,00 | 14 | 6,60 | Aprovado |
| 8 | 269839 | 03/01/1993 | Isabela Aparecida Tomaz | 7 | 2,80 | 6 | 3,60 | 13 | 6,40 | Aprovado |
| 9 | 279890 | 25/10/1981 | Dina Cardoso Dos Santos Araujo | 5 | 2,00 | 7 | 4,20 | 12 | 6,20 | Aprovado |
| 10 | 279887 | 10/11/1958 | Eunice Galdfino Dos Santos | 7 | 2,80 | 5 | 3,00 | 12 | 5,80 | Aprovado |
| 11 | 274664 | 25/01/1989 | Patricia Faustino Da Rocha | 8 | 3,20 | 4 | 2,40 | 12 | 5,60 | Aprovado |

Agente Comunitário de Saúde - Pedras Brancas

| Posição | Nº INSC | Data Nasc | CANDIDATO | CG | | CE | | Nota teórica | | |
|---------|---------|------------|-----------------------------------|---------|------|----------|------|--------------|------|----------|
| | | | | Acertos | Nota | Acer-tos | Nota | Acertos | NPE | Situação |
| 1 | 301001 | 05/11/1985 | Dulceleia Da Rosa Malheiros | 9 | 3,60 | 9 | 5,40 | 18 | 9,00 | Aprovado |
| 2 | 278685 | 17/01/1989 | Virginia Emiliana Da Silva | 10 | 4,00 | 8 | 4,80 | 18 | 8,80 | Aprovado |
| 3 | 284251 | 02/01/1963 | Suely Leite De Azevedo | 9 | 3,60 | 8 | 4,80 | 17 | 8,40 | Aprovado |
| 4 | 293851 | 30/07/1981 | Diana Da Silva Dias De Freitas | 9 | 3,60 | 8 | 4,80 | 17 | 8,40 | Aprovado |
| 5 | 296455 | 29/01/1965 | Edna Maria De Oliveira Borba | 10 | 4,00 | 7 | 4,20 | 17 | 8,20 | Aprovado |
| 6 | 275465 | 23/02/1983 | Juliana Rengel Vieira | 10 | 4,00 | 7 | 4,20 | 17 | 8,20 | Aprovado |
| 7 | 279230 | 23/08/1952 | Berenice De Souza | 8 | 3,20 | 8 | 4,80 | 16 | 8,00 | Aprovado |
| 8 | 263846 | 19/06/1981 | Leia Venturi | 8 | 3,20 | 8 | 4,80 | 16 | 8,00 | Aprovado |
| 9 | 276032 | 04/07/1960 | Maria Salete Da Cunha | 9 | 3,60 | 7 | 4,20 | 16 | 7,80 | Aprovado |
| 10 | 296541 | 02/03/1978 | Claudia Sell Do Nascimento | 9 | 3,60 | 7 | 4,20 | 16 | 7,80 | Aprovado |
| 11 | 295112 | 24/05/1979 | Elaine Cristina Pereira | 9 | 3,60 | 7 | 4,20 | 16 | 7,80 | Aprovado |
| 12 | 274799 | 11/05/1980 | Jocemara Rosa Freitas | 9 | 3,60 | 7 | 4,20 | 16 | 7,80 | Aprovado |
| 13 | 297041 | 08/05/1965 | Orlandina Mafra Reis | 7 | 2,80 | 8 | 4,80 | 15 | 7,60 | Aprovado |
| 14 | 279625 | 28/06/1965 | Catia Regina De Souza | 10 | 4,00 | 6 | 3,60 | 16 | 7,60 | Aprovado |
| 15 | 274228 | 13/05/1987 | Juliana Cristina Bento Theis | 8 | 3,20 | 7 | 4,20 | 15 | 7,40 | Aprovado |
| 16 | 270145 | 21/10/1970 | Leda Fatima De Melo Da Costa | 6 | 2,40 | 8 | 4,80 | 14 | 7,20 | Aprovado |
| 17 | 293868 | 23/12/1977 | Cristiane Ribas Penteado | 9 | 3,60 | 6 | 3,60 | 15 | 7,20 | Aprovado |
| 18 | 297363 | 29/10/1992 | Talita Danieli Silva | 7 | 2,80 | 5 | 3,00 | 12 | 5,80 | Aprovado |
| 19 | 276440 | 20/06/1979 | Francivalda Guilherme De Carvalho | 8 | 3,20 | 4 | 2,40 | 12 | 5,60 | Aprovado |
| 20 | 276018 | 31/08/1979 | Vanderleia Stock Grein Pereira | 8 | 3,20 | 4 | 2,40 | 12 | 5,60 | Aprovado |
| | | | | | | | | | | |

Agente Comunitário de Saúde - São Cristóvão Equipe I

| Posição | Nº INSC | Data Nasc | CANDIDATO | CG | | CE | | Nota teórica | | |
|---------|---------|------------|---|---------|------|----------|------|--------------|------|----------|
| | | | | Acertos | Nota | Acer-tos | Nota | Acertos | NPE | Situação |
| 1 | 275338 | 18/01/1982 | Rosane Da Luz Martins | 9 | 3,60 | 9 | 5,40 | 18 | 9,00 | Aprovado |
| 2 | 276346 | 05/12/1978 | Thais Moraes Da Silva | 10 | 4,00 | 7 | 4,20 | 17 | 8,20 | Aprovado |
| 3 | 282732 | 12/06/1995 | Caroline Dos Santos Goncalves | 8 | 3,20 | 8 | 4,80 | 16 | 8,00 | Aprovado |
| 4 | 281236 | 28/04/1980 | Joaneli Larissa Rothermel | 9 | 3,60 | 7 | 4,20 | 16 | 7,80 | Aprovado |
| 5 | 296013 | 05/03/1971 | Marcio Mendes Domiciano | 9 | 3,60 | 6 | 3,60 | 15 | 7,20 | Aprovado |
| 6 | 283434 | 10/04/1997 | Raiana Graziela Cardozo Ferreira Araujo | 9 | 3,60 | 6 | 3,60 | 15 | 7,20 | Aprovado |
| 7 | 298951 | 07/01/1977 | Leonardo Gomes Batista | 10 | 4,00 | 5 | 3,00 | 15 | 7,00 | Aprovado |
| 8 | 280316 | 23/04/1997 | Cristiane Machado Dos Santos | 9 | 3,60 | 5 | 3,00 | 14 | 6,60 | Aprovado |
| 9 | 275246 | 06/08/1963 | Rosinete Francisco | 7 | 2,80 | 6 | 3,60 | 13 | 6,40 | Aprovado |
| 10 | 280448 | 20/04/1962 | Maraedith Da Silva Beltrao Baungart | 8 | 3,20 | 5 | 3,00 | 13 | 6,20 | Aprovado |
| 11 | 279168 | 03/10/1980 | Fabiana Francisca De Oliveira | 6 | 2,40 | 6 | 3,60 | 12 | 6,00 | Aprovado |
| 12 | 282270 | 20/04/1963 | Claudenita Aparecida Taques | 7 | 2,80 | 5 | 3,00 | 12 | 5,80 | Aprovado |
| 13 | 282815 | 02/02/1992 | Diego Jose Mateus Da Silva | 7 | 2,80 | 5 | 3,00 | 12 | 5,80 | Aprovado |

| | | | | | | | | | | |
|----|--------|------------|-------------------------------|---|------|---|------|----|------|----------|
| 14 | 264703 | 02/09/1987 | Natalia Porto Sabino Kalkmann | 5 | 2,00 | 6 | 3,60 | 11 | 5,60 | Aprovado |
| 15 | 282043 | 11/05/1990 | Sheila Reinert | 8 | 3,20 | 4 | 2,40 | 12 | 5,60 | Aprovado |
| 16 | 276342 | 22/09/1982 | Tatiana Dos Santos | 7 | 2,80 | 4 | 2,40 | 11 | 5,20 | Aprovado |
| 17 | 300611 | 11/08/1989 | Joceli Dos Santos Pina | 7 | 2,80 | 4 | 2,40 | 11 | 5,20 | Aprovado |
| 18 | 289097 | 05/03/1977 | Joseana Batista | 8 | 3,20 | 3 | 1,80 | 11 | 5,00 | Aprovado |
| | | | | | | | | | | |

Agente Comunitário de Saúde - São Cristóvão Equipe II

| Posição | Nº INSC | Data Nasc | CANDIDATO | CG | | CE | | Nota teórica | | |
|---------|---------|------------|---------------------------------------|---------|------|----------|------|--------------|------|----------|
| | | | | Acertos | Nota | Acer-tos | Nota | Acertos | NPE | Situação |
| 1 | 275437 | 03/04/1967 | Ivone Beduschi | 8 | 3,20 | 9 | 5,40 | 17 | 8,60 | Aprovado |
| 2 | 274603 | 01/08/1977 | Maria Aparecida Marques Pereira Matos | 7 | 2,80 | 9 | 5,40 | 16 | 8,20 | Aprovado |
| 3 | 296540 | 15/09/1976 | Joice Fatima Ferreira Vieira | 9 | 3,60 | 7 | 4,20 | 16 | 7,80 | Aprovado |
| 4 | 268875 | 01/06/1984 | Greicy Berthier Da Silva | 7 | 2,80 | 8 | 4,80 | 15 | 7,60 | Aprovado |
| 5 | 297224 | 20/04/1974 | Vilma Aparecida De Oliveira Felix | 8 | 3,20 | 7 | 4,20 | 15 | 7,40 | Aprovado |
| 6 | 281128 | 08/04/1989 | Ensilane De Quadros Rodrigues | 8 | 3,20 | 7 | 4,20 | 15 | 7,40 | Aprovado |
| 7 | 280978 | 12/04/1982 | Daniela Gomes Goncalves | 7 | 2,80 | 7 | 4,20 | 14 | 7,00 | Aprovado |
| 8 | 268903 | 29/12/1969 | Mazilde Eldriane Vitti Moraes | 8 | 3,20 | 4 | 2,40 | 12 | 5,60 | Aprovado |
| 9 | 297321 | 02/06/1985 | Raquel Marina Milan Da Silva | 8 | 3,20 | 4 | 2,40 | 12 | 5,60 | Aprovado |
| | | | | | | | | | | |

Agente Comunitário de Saúde - Sertãozinho

| Posição | Nº INSC | Data Nasc | CANDIDATO | CG | | CE | | Nota teórica | | |
|---------|---------|------------|----------------------------------|---------|------|----------|------|--------------|------|----------|
| | | | | Acertos | Nota | Acer-tos | Nota | Acertos | NPE | Situação |
| 1 | 268033 | 12/02/1974 | Marise Sueli Delfino | 7 | 2,80 | 10 | 6,00 | 17 | 8,80 | Aprovado |
| 2 | 274659 | 07/05/1973 | Josiane Da Silva De Borba | 10 | 4,00 | 7 | 4,20 | 17 | 8,20 | Aprovado |
| 3 | 274217 | 20/12/1987 | Taenia Jocasta Maiochi | 6 | 2,40 | 9 | 5,40 | 15 | 7,80 | Aprovado |
| 4 | 272729 | 04/08/1993 | Elizandra De Fatima Linhares | 8 | 3,20 | 6 | 3,60 | 14 | 6,80 | Aprovado |
| 5 | 274604 | 24/08/1984 | Vanessa Vangelatti Borba | 6 | 2,40 | 7 | 4,20 | 13 | 6,60 | Aprovado |
| 6 | 279186 | 05/06/1985 | Liliane De Afelis Pedroni | 6 | 2,40 | 7 | 4,20 | 13 | 6,60 | Aprovado |
| 7 | 296149 | 11/01/1995 | Lidiane Delfino | 9 | 3,60 | 5 | 3,00 | 14 | 6,60 | Aprovado |
| 8 | 276723 | 13/06/1964 | Antonia Aparecida Silva Bernardo | 7 | 2,80 | 6 | 3,60 | 13 | 6,40 | Aprovado |

Agente Controle Dengue

| Posição | Nº INSC | Data Nasc | CANDIDATO | CG | | CE | | Nota teórica | | |
|---------|---------|------------|------------------------------------|---------|------|----------|------|--------------|------|----------|
| | | | | Acertos | Nota | Acer-tos | Nota | Acertos | NPE | Situação |
| 1 | 269224 | 03/03/1972 | Valmir Alvino Da Costa | 8 | 3,20 | 9 | 5,40 | 17 | 8,60 | Aprovado |
| 2 | 284048 | 13/09/1977 | Marcelo Julio De Oliveira | 9 | 3,60 | 8 | 4,80 | 17 | 8,40 | Aprovado |
| 3 | 275003 | 26/11/1992 | Diego Da Silva Michereff | 9 | 3,60 | 8 | 4,80 | 17 | 8,40 | Aprovado |
| 4 | 289869 | 11/06/1979 | Fernando Ribeiro Serra Azul Junior | 10 | 4,00 | 7 | 4,20 | 17 | 8,20 | Aprovado |
| 5 | 300366 | 21/05/1982 | Bertrand Freund | 10 | 4,00 | 6 | 3,60 | 16 | 7,60 | Aprovado |
| 6 | 299099 | 29/03/1950 | Joao Valdemiro Hein | 9 | 3,60 | 6 | 3,60 | 15 | 7,20 | Aprovado |
| 7 | 301052 | 20/06/1965 | Judith Jovanowichs Ramos | 9 | 3,60 | 6 | 3,60 | 15 | 7,20 | Aprovado |
| 8 | 300724 | 21/02/1991 | Andreia Ferreira Lourenco | 9 | 3,60 | 6 | 3,60 | 15 | 7,20 | Aprovado |
| 9 | 284886 | 20/01/1987 | Marcos Vinicius Lopes Amorim | 10 | 4,00 | 5 | 3,00 | 15 | 7,00 | Aprovado |
| 10 | 301337 | 27/04/1989 | Karoline Almeida Tavares | 10 | 4,00 | 5 | 3,00 | 15 | 7,00 | Aprovado |
| 11 | 276009 | 10/12/1974 | Rogério Dos Santos Fernandes | 8 | 3,20 | 6 | 3,60 | 14 | 6,80 | Aprovado |
| 12 | 300660 | 25/05/1985 | Vanessa Fribel Lopes | 8 | 3,20 | 6 | 3,60 | 14 | 6,80 | Aprovado |
| 13 | 282294 | 30/09/1992 | Rodrigo Klain De Oliveira | 8 | 3,20 | 6 | 3,60 | 14 | 6,80 | Aprovado |
| 14 | 275718 | 14/10/1997 | Ellen Cristina Bernardes | 8 | 3,20 | 6 | 3,60 | 14 | 6,80 | Aprovado |
| 15 | 301009 | 21/07/1965 | Claudinei Martines Da Silva | 6 | 2,40 | 7 | 4,20 | 13 | 6,60 | Aprovado |

| | | | | | | | | | | |
|----|--------|------------|------------------------------------|----|------|---|------|----|------|----------|
| 16 | 280752 | 16/05/1980 | Claudete Alves De Oliveira E Silva | 6 | 2,40 | 7 | 4,20 | 13 | 6,60 | Aprovado |
| 17 | 282418 | 15/04/1957 | Maria Madalena Simas | 9 | 3,60 | 5 | 3,00 | 14 | 6,60 | Aprovado |
| 18 | 284667 | 20/01/1963 | Oldemar Machado | 9 | 3,60 | 5 | 3,00 | 14 | 6,60 | Aprovado |
| 19 | 280001 | 12/07/1964 | Rosangela Fatima Ramos | 9 | 3,60 | 5 | 3,00 | 14 | 6,60 | Aprovado |
| 20 | 281776 | 22/12/1983 | Andre Luiz Ignacio | 9 | 3,60 | 5 | 3,00 | 14 | 6,60 | Aprovado |
| 21 | 292527 | 14/03/1962 | Osvaldo Jose Amorim | 7 | 2,80 | 6 | 3,60 | 13 | 6,40 | Aprovado |
| 22 | 284201 | 02/11/1990 | Alex Dos Anjos Ferreira | 7 | 2,80 | 6 | 3,60 | 13 | 6,40 | Aprovado |
| 23 | 300558 | 27/09/1976 | Marcio Andre Marques Da Rosa | 10 | 4,00 | 4 | 2,40 | 14 | 6,40 | Aprovado |
| 24 | 294165 | 30/05/1984 | Vanderson Luiz | 10 | 4,00 | 4 | 2,40 | 14 | 6,40 | Aprovado |
| 25 | 282697 | 14/03/1992 | Mariana Martins | 10 | 4,00 | 4 | 2,40 | 14 | 6,40 | Aprovado |
| 26 | 282360 | 28/11/1993 | Thays Germana Franco | 10 | 4,00 | 4 | 2,40 | 14 | 6,40 | Aprovado |
| 27 | 301091 | 24/11/1982 | Priscila Pedroso | 8 | 3,20 | 5 | 3,00 | 13 | 6,20 | Aprovado |
| 28 | 282427 | 08/07/1962 | Dilceia Niada | 6 | 2,40 | 6 | 3,60 | 12 | 6,00 | Aprovado |
| 29 | 283917 | 19/11/1993 | William Diego De Oliveira | 6 | 2,40 | 6 | 3,60 | 12 | 6,00 | Aprovado |
| 30 | 301038 | 25/02/1998 | Gabriel Amaral Martines | 6 | 2,40 | 6 | 3,60 | 12 | 6,00 | Aprovado |
| 31 | 282863 | 01/11/1970 | Adilson Sell | 9 | 3,60 | 4 | 2,40 | 13 | 6,00 | Aprovado |
| 32 | 277857 | 27/10/1995 | Murilo Dos Santos Victor | 9 | 3,60 | 4 | 2,40 | 13 | 6,00 | Aprovado |
| 33 | 296522 | 18/07/1965 | Aniversina Lopes Amorim | 7 | 2,80 | 5 | 3,00 | 12 | 5,80 | Aprovado |
| 34 | 276608 | 10/04/1983 | Solange Correa | 7 | 2,80 | 5 | 3,00 | 12 | 5,80 | Aprovado |
| 35 | 275729 | 03/10/1998 | Pedro Henrique Reinert Goncalves | 7 | 2,80 | 5 | 3,00 | 12 | 5,80 | Aprovado |
| 36 | 301435 | 06/02/1973 | Janine Gomes Schneider | 10 | 4,00 | 3 | 1,80 | 13 | 5,80 | Aprovado |
| 37 | 301901 | 03/03/1974 | Jonias Zimmermann | 8 | 3,20 | 4 | 2,40 | 12 | 5,60 | Aprovado |
| 38 | 301719 | 12/09/1977 | Rosani Bortese | 8 | 3,20 | 4 | 2,40 | 12 | 5,60 | Aprovado |
| 39 | 297042 | 02/12/1979 | Ana Paula Amaral Franco | 8 | 3,20 | 4 | 2,40 | 12 | 5,60 | Aprovado |
| 40 | 284367 | 02/10/1984 | Ana Carolina Batista | 8 | 3,20 | 4 | 2,40 | 12 | 5,60 | Aprovado |
| 41 | 288776 | 22/05/1985 | Ceni Martins Da Porciuncula | 8 | 3,20 | 4 | 2,40 | 12 | 5,60 | Aprovado |
| 42 | 284099 | 10/06/1985 | Patricia Suellen Ignacio | 8 | 3,20 | 4 | 2,40 | 12 | 5,60 | Aprovado |
| 43 | 296663 | 08/02/1973 | Sandra Friedemann Costa | 6 | 2,40 | 5 | 3,00 | 11 | 5,40 | Aprovado |
| 44 | 276210 | 13/03/1985 | Thiago Delfes Benfica | 6 | 2,40 | 5 | 3,00 | 11 | 5,40 | Aprovado |
| 45 | 300247 | 18/08/1964 | Valdir Dimas Rodrigues | 9 | 3,60 | 3 | 1,80 | 12 | 5,40 | Aprovado |
| 46 | 279375 | 20/03/1990 | Emanuel Canaan Bez De Aragao | 9 | 3,60 | 3 | 1,80 | 12 | 5,40 | Aprovado |
| 47 | 280394 | 23/01/1959 | Edimilson Gomes | 7 | 2,80 | 4 | 2,40 | 11 | 5,20 | Aprovado |
| 48 | 284139 | 15/07/1978 | Maristela Delmonego Bruschi | 8 | 3,20 | 3 | 1,80 | 11 | 5,00 | Aprovado |
| 49 | 300564 | 29/07/1991 | Tiago Lopes Soares | 8 | 3,20 | 3 | 1,80 | 11 | 5,00 | Aprovado |
| 50 | 295793 | 27/12/1991 | Augusto Hernandez Redmerski | 8 | 3,20 | 3 | 1,80 | 11 | 5,00 | Aprovado |
| 51 | 289558 | 25/05/1994 | Pedro Augusto Goncalves Martins | 8 | 3,20 | 3 | 1,80 | 11 | 5,00 | Aprovado |
| 52 | 296366 | 06/04/1995 | Vinicius Gabriel Becker | 8 | 3,20 | 3 | 1,80 | 11 | 5,00 | Aprovado |

| Assistente Social | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------|---------|------------|--------------------------------|---------|------|--------------|------|--------------|------|----------|------|------|----------------|
| Posição | Nº INSC | Data Nasc | CANDIDATO | CG | | CE | | Nota teórica | | | NPT | NF | Situação Final |
| | | | | Acertos | Nota | Acer- tos | Nota | Acertos | NPE | Situação | | | |
| 1 | 283481 | 14/08/1981 | Marcia Pawlowytsch | 10 | 2,00 | 15 | 4,50 | 25 | 6,50 | Aprovado | 0,00 | 6,50 | Aprovado |
| 2 | 301012 | 11/02/1983 | Ana Maria Barbosa Reeck | 11 | 2,20 | 13 | 3,90 | 24 | 6,10 | Aprovado | 0,00 | 6,10 | Aprovado |
| 3 | 278454 | 20/08/1988 | Flavia Rafaela Ramos | 12 | 2,40 | 12 | 3,60 | 24 | 6,00 | Aprovado | 0,00 | 6,00 | Aprovado |
| 4 | 300354 | 19/08/1990 | Franciele Camilo De Almeida | 10 | 2,00 | 13 | 3,90 | 23 | 5,90 | Aprovado | 0,00 | 5,90 | Aprovado |
| 5 | 276534 | 28/09/1989 | Julia Borba De Andrade Pereira | 9 | 1,80 | 13 | 3,90 | 22 | 5,70 | Aprovado | 0,00 | 5,70 | Aprovado |
| 6 | 269484 | 11/10/1985 | Marcela Cristina Tome | 10 | 2,00 | 10 | 3,00 | 20 | 5,00 | Aprovado | 0,00 | 5,00 | Aprovado |

Atendente Consultório Dentário



| Posição | Nº INSC | Data Nasc | CANDIDATO | CG | | CE | | Nota teórica | | |
|---------|---------|------------|-----------------------------------|----------|------|----------|------|--------------|------|----------|
| | | | | Acer-tos | Nota | Acer-tos | Nota | Acertos | NPE | Situação |
| 1 | 280097 | 10/02/1986 | Daiani Jovanowichs Ramos | 14 | 2,80 | 18 | 5,40 | 32 | 8,20 | Aprovado |
| 2 | 300932 | 30/10/1991 | Daniel Schiavoni | 16 | 3,20 | 16 | 4,80 | 32 | 8,00 | Aprovado |
| 3 | 280498 | 21/09/1984 | Rafaela Sayuri Ribeiro | 15 | 3,00 | 14 | 4,20 | 29 | 7,20 | Aprovado |
| 4 | 284041 | 07/09/1990 | Surya Namaskar De Oliveira | 16 | 3,20 | 13 | 3,90 | 29 | 7,10 | Aprovado |
| 5 | 289527 | 15/12/1982 | Caroline Muller De Moraes | 11 | 2,20 | 16 | 4,80 | 27 | 7,00 | Aprovado |
| 6 | 296391 | 16/11/1994 | Jaqueline Leal Padilha | 12 | 2,40 | 15 | 4,50 | 27 | 6,90 | Aprovado |
| 7 | 300623 | 28/10/1965 | Leandro Tadeu Franco | 16 | 3,20 | 12 | 3,60 | 28 | 6,80 | Aprovado |
| 8 | 301599 | 16/01/1985 | Lincon Herbert Almeida Tavares | 14 | 2,80 | 13 | 3,90 | 27 | 6,70 | Aprovado |
| 9 | 275840 | 11/10/1990 | Flavia Mendes De Souza | 14 | 2,80 | 13 | 3,90 | 27 | 6,70 | Aprovado |
| 10 | 300244 | 17/10/1978 | Wagner Lima Da Silva | 12 | 2,40 | 14 | 4,20 | 26 | 6,60 | Aprovado |
| 11 | 292525 | 02/09/1986 | Thiago Jose Dos Santos | 15 | 3,00 | 12 | 3,60 | 27 | 6,60 | Aprovado |
| 12 | 292092 | 27/09/1988 | Francesca Karin Costa Dos Santos | 10 | 2,00 | 15 | 4,50 | 25 | 6,50 | Aprovado |
| 13 | 301912 | 01/09/1981 | Francisco Alves Junior | 12 | 2,40 | 13 | 3,90 | 25 | 6,30 | Aprovado |
| 14 | 300955 | 05/01/1982 | Scheila Koch | 10 | 2,00 | 14 | 4,20 | 24 | 6,20 | Aprovado |
| 15 | 289966 | 23/05/1989 | Gabriela Costa | 10 | 2,00 | 14 | 4,20 | 24 | 6,20 | Aprovado |
| 16 | 297294 | 02/12/1982 | Regiani Aparecida Schetz Da Silva | 9 | 1,80 | 14 | 4,20 | 23 | 6,00 | Aprovado |
| 17 | 291663 | 15/12/1982 | Simone De Macedo | 9 | 1,80 | 14 | 4,20 | 23 | 6,00 | Aprovado |
| 18 | 279348 | 02/12/1993 | Caroline Marques Ribeiro | 12 | 2,40 | 12 | 3,60 | 24 | 6,00 | Aprovado |
| 19 | 284497 | 19/09/1990 | Rosivaldo De Souza | 13 | 2,60 | 11 | 3,30 | 24 | 5,90 | Aprovado |
| 20 | 284123 | 09/11/1988 | Bruna Brenneisen | 8 | 1,60 | 14 | 4,20 | 22 | 5,80 | Aprovado |
| 21 | 283858 | 19/10/1995 | Jessica Aparecida De Andrade | 11 | 2,20 | 12 | 3,60 | 23 | 5,80 | Aprovado |
| 22 | 300573 | 29/09/1959 | Roberval Ozirio Rego | 14 | 2,80 | 10 | 3,00 | 24 | 5,80 | Aprovado |
| 23 | 301417 | 03/02/1981 | Elaine Cristina Duarte | 9 | 1,80 | 13 | 3,90 | 22 | 5,70 | Aprovado |
| 24 | 288647 | 23/12/1984 | Adriano Coltro | 9 | 1,80 | 13 | 3,90 | 22 | 5,70 | Aprovado |
| 25 | 277101 | 03/01/1987 | Jucelia Biazin Dos Santos | 9 | 1,80 | 13 | 3,90 | 22 | 5,70 | Aprovado |
| 26 | 281968 | 23/02/1976 | Silvia Ladwig Sacavem | 7 | 1,40 | 14 | 4,20 | 21 | 5,60 | Aprovado |
| 27 | 284231 | 26/04/1982 | Elenir Feller | 10 | 2,00 | 12 | 3,60 | 22 | 5,60 | Aprovado |
| 28 | 283761 | 23/07/1979 | Joselia Moreira | 8 | 1,60 | 13 | 3,90 | 21 | 5,50 | Aprovado |
| 29 | 279216 | 14/01/1993 | Carla Goncalves Dos Santos Ribas | 8 | 1,60 | 13 | 3,90 | 21 | 5,50 | Aprovado |
| 30 | 283998 | 19/10/1984 | Juliana Nascimento Martins Silva | 11 | 2,20 | 11 | 3,30 | 22 | 5,50 | Aprovado |
| 31 | 301414 | 29/07/1996 | Ana Marina Cavalheiro | 11 | 2,20 | 11 | 3,30 | 22 | 5,50 | Aprovado |
| 32 | 277225 | 24/04/1991 | Aline Cristina Roessler | 9 | 1,80 | 12 | 3,60 | 21 | 5,40 | Aprovado |
| 33 | 292685 | 25/06/1995 | Vinicius Deliss | 12 | 2,40 | 10 | 3,00 | 22 | 5,40 | Aprovado |
| 34 | 284675 | 29/07/1967 | Janete Ansiliero | 10 | 2,00 | 11 | 3,30 | 21 | 5,30 | Aprovado |
| 35 | 289081 | 04/02/1987 | Fabiane Angela Bruschi Polido | 14 | 2,80 | 8 | 2,40 | 22 | 5,20 | Aprovado |
| 36 | 300476 | 13/06/1978 | Katia Cristina Taborda | 9 | 1,80 | 11 | 3,30 | 20 | 5,10 | Aprovado |
| 37 | 296619 | 31/03/1981 | Alexandra Bressanini | 10 | 2,00 | 10 | 3,00 | 20 | 5,00 | Aprovado |

| Cirurgião Dentista da Família | | | | CG | | CE | | Nota teórica | | | NPT | NF | Situação Final |
|-------------------------------|---------|------------|--------------------------------|---------|------|---------|------|--------------|------|----------|------|------|----------------|
| Posi-ção | Nº INSC | Data Nasc | CANDIDATO | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | NPE | Situação | | | |
| 1 | 279611 | 17/02/1990 | Nathalie Egues Moraes | 15 | 3,00 | 19 | 5,70 | 34 | 8,70 | Aprovado | 0,00 | 8,70 | Aprovado |
| 2 | 284015 | 15/01/1976 | Rodrigo Maraccini Franco | 14 | 2,80 | 18 | 5,40 | 32 | 8,20 | Aprovado | 0,50 | 8,70 | Aprovado |
| 3 | 281625 | 28/11/1984 | Charlene Da Silveira Dal-berto | 11 | 2,20 | 19 | 5,70 | 30 | 7,90 | Aprovado | 0,75 | 8,65 | Aprovado |
| 4 | 275446 | 01/03/1971 | Eliane Yuriko Kawata | 14 | 2,80 | 19 | 5,70 | 33 | 8,50 | Aprovado | 0,00 | 8,50 | Aprovado |
| 5 | 273393 | 27/04/1990 | Thays Ribeiro Da Silva | 14 | 2,80 | 19 | 5,70 | 33 | 8,50 | Aprovado | 0,00 | 8,50 | Aprovado |
| 6 | 291161 | 15/04/1994 | Lauro Taques Neto | 14 | 2,80 | 19 | 5,70 | 33 | 8,50 | Aprovado | 0,00 | 8,50 | Aprovado |
| 7 | 266987 | 31/12/1985 | Bianca Carla Bianco | 14 | 2,80 | 16 | 4,80 | 30 | 7,60 | Aprovado | 0,75 | 8,35 | Aprovado |

| | | | | | | | | | | | | | |
|----|--------|------------|---|----|------|----|------|----|------|----------|------|------|----------|
| 8 | 290836 | 01/11/1978 | Carolina Peruzzo Pereira Barrera | 11 | 2,20 | 18 | 5,40 | 29 | 7,60 | Aprovado | 0,50 | 8,10 | Aprovado |
| 9 | 274038 | 21/09/1977 | Ana Elisabeth De Rezende Martins | 15 | 3,00 | 17 | 5,10 | 32 | 8,10 | Aprovado | 0,00 | 8,10 | Aprovado |
| 10 | 292053 | 22/10/1985 | Luciana Da Silva | 15 | 3,00 | 17 | 5,10 | 32 | 8,10 | Aprovado | 0,00 | 8,10 | Aprovado |
| 11 | 273293 | 10/09/1986 | Vagner Aleikseivz Bernardino | 15 | 3,00 | 17 | 5,10 | 32 | 8,10 | Aprovado | 0,00 | 8,10 | Aprovado |
| 12 | 300097 | 08/01/1994 | Igor Alessandro Gontarsky | 15 | 3,00 | 17 | 5,10 | 32 | 8,10 | Aprovado | 0,00 | 8,10 | Aprovado |
| 13 | 276467 | 13/02/1972 | Luciana Pascual Domingues | 13 | 2,60 | 16 | 4,80 | 29 | 7,40 | Aprovado | 0,50 | 7,90 | Aprovado |
| 14 | 295247 | 20/04/1993 | Paulo Roberto Bonaldo Rezende | 12 | 2,40 | 18 | 5,40 | 30 | 7,80 | Aprovado | 0,00 | 7,80 | Aprovado |
| 15 | 294077 | 17/06/1971 | Fabio Machado | 11 | 2,20 | 17 | 5,10 | 28 | 7,30 | Aprovado | 0,50 | 7,80 | Aprovado |
| 16 | 295943 | 30/04/1988 | Debora Hautsch Willig | 14 | 2,80 | 15 | 4,50 | 29 | 7,30 | Aprovado | 0,50 | 7,80 | Aprovado |
| 17 | 288561 | 04/01/1984 | Mariana Morena Argus Casas | 9 | 1,80 | 18 | 5,40 | 27 | 7,20 | Aprovado | 0,50 | 7,70 | Aprovado |
| 18 | 283390 | 02/06/1992 | Vinicius Spiger | 13 | 2,60 | 17 | 5,10 | 30 | 7,70 | Aprovado | 0,00 | 7,70 | Aprovado |
| 19 | 285189 | 14/07/1994 | Isabela Juliani Felipe | 13 | 2,60 | 17 | 5,10 | 30 | 7,70 | Aprovado | 0,00 | 7,70 | Aprovado |
| 20 | 283827 | 12/03/1981 | Fernando Gustavo Schneider | 12 | 2,40 | 16 | 4,80 | 28 | 7,20 | Aprovado | 0,50 | 7,70 | Aprovado |
| 21 | 280717 | 13/09/1984 | Caroline De Lima Brito Angelo | 12 | 2,40 | 16 | 4,80 | 28 | 7,20 | Aprovado | 0,50 | 7,70 | Aprovado |
| 22 | 301818 | 07/10/1987 | Glauco Santos De Almeida | 11 | 2,20 | 18 | 5,40 | 29 | 7,60 | Aprovado | 0,00 | 7,60 | Aprovado |
| 23 | 301683 | 23/11/1992 | Christopher Johann Voigt | 11 | 2,20 | 18 | 5,40 | 29 | 7,60 | Aprovado | 0,00 | 7,60 | Aprovado |
| 24 | 282382 | 11/08/1988 | Miriam Martins Bueno | 14 | 2,80 | 16 | 4,80 | 30 | 7,60 | Aprovado | 0,00 | 7,60 | Aprovado |
| 25 | 291949 | 09/12/1993 | Celio Afonso Rieg Maca-neiro | 14 | 2,80 | 16 | 4,80 | 30 | 7,60 | Aprovado | 0,00 | 7,60 | Aprovado |
| 26 | 284718 | 01/04/1980 | Fares Rashad Muslih Ahmad | 13 | 2,60 | 15 | 4,50 | 28 | 7,10 | Aprovado | 0,50 | 7,60 | Aprovado |
| 27 | 281694 | 14/11/1989 | Frank Pasinato | 7 | 1,40 | 20 | 6,00 | 27 | 7,40 | Aprovado | 0,00 | 7,40 | Aprovado |
| 28 | 278924 | 23/03/1989 | Marcelo Henrique De Paula | 10 | 2,00 | 18 | 5,40 | 28 | 7,40 | Aprovado | 0,00 | 7,40 | Aprovado |
| 29 | 284069 | 04/11/1989 | Kethulin De Bona Luciano | 10 | 2,00 | 18 | 5,40 | 28 | 7,40 | Aprovado | 0,00 | 7,40 | Aprovado |
| 30 | 300388 | 31/07/1991 | Fernanda Couto Mileo | 10 | 2,00 | 18 | 5,40 | 28 | 7,40 | Aprovado | 0,00 | 7,40 | Aprovado |
| 31 | 278430 | 17/09/1991 | Sirney Carill Fronza Junior | 10 | 2,00 | 16 | 4,80 | 26 | 6,80 | Aprovado | 0,50 | 7,30 | Aprovado |
| 32 | 279310 | 14/08/1974 | Fabiano Junqueira De Souza | 14 | 2,80 | 15 | 4,50 | 29 | 7,30 | Aprovado | 0,00 | 7,30 | Aprovado |
| 33 | 268126 | 12/01/1991 | Stephanie Camila Lopes Do Nascimento Amaral | 14 | 2,80 | 15 | 4,50 | 29 | 7,30 | Aprovado | 0,00 | 7,30 | Aprovado |
| 34 | 275908 | 18/02/1980 | Jean Ivan Dos Santos | 9 | 1,80 | 18 | 5,40 | 27 | 7,20 | Aprovado | 0,00 | 7,20 | Aprovado |
| 35 | 300868 | 27/02/1991 | Franciny Scharf Patel | 12 | 2,40 | 16 | 4,80 | 28 | 7,20 | Aprovado | 0,00 | 7,20 | Aprovado |
| 36 | 280912 | 15/03/1992 | Monique Trierweiler | 12 | 2,40 | 16 | 4,80 | 28 | 7,20 | Aprovado | 0,00 | 7,20 | Aprovado |
| 37 | 290102 | 21/03/1994 | Fernanda Fontoura De Castro | 12 | 2,40 | 16 | 4,80 | 28 | 7,20 | Aprovado | 0,00 | 7,20 | Aprovado |
| 38 | 295259 | 16/07/1993 | Carolina Do Amaral Prestes | 10 | 2,00 | 17 | 5,10 | 27 | 7,10 | Aprovado | 0,00 | 7,10 | Aprovado |
| 39 | 276585 | 12/10/1993 | Alessandra Aparecida De Albuquerque Delmonego | 10 | 2,00 | 17 | 5,10 | 27 | 7,10 | Aprovado | 0,00 | 7,10 | Aprovado |
| 40 | 279353 | 21/12/1990 | Ewandro Carlos Berretta Filho | 13 | 2,60 | 15 | 4,50 | 28 | 7,10 | Aprovado | 0,00 | 7,10 | Aprovado |
| 41 | 283135 | 24/07/1978 | Josiane Cristina Gama | 8 | 1,60 | 18 | 5,40 | 26 | 7,00 | Aprovado | 0,00 | 7,00 | Aprovado |
| 42 | 274128 | 11/01/1975 | Carla Luiza Rocha | 11 | 2,20 | 16 | 4,80 | 27 | 7,00 | Aprovado | 0,00 | 7,00 | Aprovado |
| 43 | 264951 | 13/01/1991 | Jiuliani Radünz | 11 | 2,20 | 16 | 4,80 | 27 | 7,00 | Aprovado | 0,00 | 7,00 | Aprovado |
| 44 | 280529 | 12/09/1972 | Luciano De Oliveira Mai Porzky | 14 | 2,80 | 14 | 4,20 | 28 | 7,00 | Aprovado | 0,00 | 7,00 | Aprovado |
| 45 | 277744 | 22/05/1993 | Manuella Beluzzo De Lara | 9 | 1,80 | 17 | 5,10 | 26 | 6,90 | Aprovado | 0,00 | 6,90 | Aprovado |
| 46 | 301673 | 15/02/1993 | Renata Da Silva Monteiro | 12 | 2,40 | 15 | 4,50 | 27 | 6,90 | Aprovado | 0,00 | 6,90 | Aprovado |
| 47 | 270805 | 23/03/1981 | Shirley Pereira De Souza | 10 | 2,00 | 16 | 4,80 | 26 | 6,80 | Aprovado | 0,00 | 6,80 | Aprovado |
| 48 | 299783 | 01/09/1990 | Mayara Paola De Siqueira | 13 | 2,60 | 14 | 4,20 | 27 | 6,80 | Aprovado | 0,00 | 6,80 | Aprovado |
| 49 | 274540 | 10/12/1990 | Maria Paula Cerutti Nouer | 7 | 1,40 | 16 | 4,80 | 23 | 6,20 | Aprovado | 0,50 | 6,70 | Aprovado |
| 50 | 281644 | 13/03/1993 | Nagila Granemann Adam-cheski | 11 | 2,20 | 15 | 4,50 | 26 | 6,70 | Aprovado | 0,00 | 6,70 | Aprovado |

| | | | | | | | | | | | | | |
|----|--------|------------|-------------------------------------|----|------|----|------|----|------|----------|------|------|----------|
| 51 | 281525 | 25/07/1993 | Aline Uller | 11 | 2,20 | 15 | 4,50 | 26 | 6,70 | Aprovado | 0,00 | 6,70 | Aprovado |
| 52 | 280813 | 01/10/1993 | Kesia Alana Alves Carvalho | 11 | 2,20 | 15 | 4,50 | 26 | 6,70 | Aprovado | 0,00 | 6,70 | Aprovado |
| 53 | 278194 | 31/08/1988 | Nadine Nayla De Andrade | 9 | 1,80 | 16 | 4,80 | 25 | 6,60 | Aprovado | 0,00 | 6,60 | Aprovado |
| 54 | 275273 | 06/01/1991 | Suellen Carolina Ditzel | 9 | 1,80 | 16 | 4,80 | 25 | 6,60 | Aprovado | 0,00 | 6,60 | Aprovado |
| 55 | 294629 | 30/06/1993 | Isabela Dos Santos Da Cruz | 9 | 1,80 | 16 | 4,80 | 25 | 6,60 | Aprovado | 0,00 | 6,60 | Aprovado |
| 56 | 298646 | 26/02/1983 | Marina Martinatto | 12 | 2,40 | 14 | 4,20 | 26 | 6,60 | Aprovado | 0,00 | 6,60 | Aprovado |
| 57 | 296003 | 16/01/1985 | Juliana Siqueira Garcia | 12 | 2,40 | 14 | 4,20 | 26 | 6,60 | Aprovado | 0,00 | 6,60 | Aprovado |
| 58 | 282222 | 10/09/1994 | Brenda Bonvini | 7 | 1,40 | 17 | 5,10 | 24 | 6,50 | Aprovado | 0,00 | 6,50 | Aprovado |
| 59 | 284472 | 21/03/1989 | Gloria Fabiana Levi | 10 | 2,00 | 15 | 4,50 | 25 | 6,50 | Aprovado | 0,00 | 6,50 | Aprovado |
| 60 | 279947 | 23/12/1992 | Augusto Amadeus Barbosa De Melo | 10 | 2,00 | 15 | 4,50 | 25 | 6,50 | Aprovado | 0,00 | 6,50 | Aprovado |
| 61 | 289953 | 21/08/1993 | Nemrod Ronan Schiefler | 10 | 2,00 | 15 | 4,50 | 25 | 6,50 | Aprovado | 0,00 | 6,50 | Aprovado |
| 62 | 281984 | 05/07/1974 | Caio Gustavo T. Cardozo | 13 | 2,60 | 13 | 3,90 | 26 | 6,50 | Aprovado | 0,00 | 6,50 | Aprovado |
| 63 | 280318 | 18/09/1982 | Graziela Da Rosa Brun | 8 | 1,60 | 16 | 4,80 | 24 | 6,40 | Aprovado | 0,00 | 6,40 | Aprovado |
| 64 | 278450 | 14/05/1992 | Rubia Elisa Lenz | 8 | 1,60 | 16 | 4,80 | 24 | 6,40 | Aprovado | 0,00 | 6,40 | Aprovado |
| 65 | 278135 | 14/11/1994 | Larissa Tatiana Alves Da Silva | 8 | 1,60 | 16 | 4,80 | 24 | 6,40 | Aprovado | 0,00 | 6,40 | Aprovado |
| 66 | 297005 | 24/12/1977 | Camila Costa Netto Muniz | 9 | 1,80 | 15 | 4,50 | 24 | 6,30 | Aprovado | 0,00 | 6,30 | Aprovado |
| 67 | 294348 | 06/03/1991 | Alessandra Rafaela Dos Santos | 7 | 1,40 | 16 | 4,80 | 23 | 6,20 | Aprovado | 0,00 | 6,20 | Aprovado |
| 68 | 283852 | 22/02/1979 | Luciana Da Silva Coelho | 10 | 2,00 | 14 | 4,20 | 24 | 6,20 | Aprovado | 0,00 | 6,20 | Aprovado |
| 69 | 273367 | 03/01/1983 | Ingrid Trosdoff Akiyama Camargo | 10 | 2,00 | 14 | 4,20 | 24 | 6,20 | Aprovado | 0,00 | 6,20 | Aprovado |
| 70 | 296578 | 24/08/1994 | Nathalia Eduardo Sgrott | 10 | 2,00 | 14 | 4,20 | 24 | 6,20 | Aprovado | 0,00 | 6,20 | Aprovado |
| 71 | 293230 | 26/10/1993 | Bruna Carolina Lohn | 13 | 2,60 | 12 | 3,60 | 25 | 6,20 | Aprovado | 0,00 | 6,20 | Aprovado |
| 72 | 277547 | 28/02/1985 | Claudia De Borba Souza | 8 | 1,60 | 15 | 4,50 | 23 | 6,10 | Aprovado | 0,00 | 6,10 | Aprovado |
| 73 | 279715 | 22/11/1993 | Adalina Bernardon Draginski | 8 | 1,60 | 15 | 4,50 | 23 | 6,10 | Aprovado | 0,00 | 6,10 | Aprovado |
| 74 | 284321 | 22/08/1994 | Ana Keila Soares | 8 | 1,60 | 15 | 4,50 | 23 | 6,10 | Aprovado | 0,00 | 6,10 | Aprovado |
| 75 | 274777 | 27/08/1964 | Solange Manabe Padilha | 11 | 2,20 | 13 | 3,90 | 24 | 6,10 | Aprovado | 0,00 | 6,10 | Aprovado |
| 76 | 301782 | 11/11/1990 | Mara Taise Kammler | 11 | 2,20 | 13 | 3,90 | 24 | 6,10 | Aprovado | 0,00 | 6,10 | Aprovado |
| 77 | 300659 | 26/11/1985 | Daniela De Castro Forlin | 9 | 1,80 | 14 | 4,20 | 23 | 6,00 | Aprovado | 0,00 | 6,00 | Aprovado |
| 78 | 280659 | 08/09/1986 | Isabela Karsten Marques | 9 | 1,80 | 14 | 4,20 | 23 | 6,00 | Aprovado | 0,00 | 6,00 | Aprovado |
| 79 | 278551 | 21/11/1983 | Lorena Marques Rodrigues Bitencourt | 8 | 1,60 | 14 | 4,20 | 22 | 5,80 | Aprovado | 0,00 | 5,80 | Aprovado |
| 80 | 278616 | 20/01/1992 | Murilo Fernando Alves | 6 | 1,20 | 15 | 4,50 | 21 | 5,70 | Aprovado | 0,00 | 5,70 | Aprovado |
| 81 | 283511 | 28/07/1983 | Luciana Machiavelli De Andrade | 9 | 1,80 | 13 | 3,90 | 22 | 5,70 | Aprovado | 0,00 | 5,70 | Aprovado |
| 82 | 269297 | 04/03/1986 | Bruna Schreiber | 9 | 1,80 | 13 | 3,90 | 22 | 5,70 | Aprovado | 0,00 | 5,70 | Aprovado |
| 83 | 295712 | 21/12/1989 | Gislaine Boimer Correia | 7 | 1,40 | 14 | 4,20 | 21 | 5,60 | Aprovado | 0,00 | 5,60 | Aprovado |
| 84 | 298943 | 03/01/1970 | Sergio Luis Rampanelli | 8 | 1,60 | 13 | 3,90 | 21 | 5,50 | Aprovado | 0,00 | 5,50 | Aprovado |
| 85 | 279979 | 15/06/1994 | Heloisa Evangelista Ferreira | 9 | 1,80 | 12 | 3,60 | 21 | 5,40 | Aprovado | 0,00 | 5,40 | Aprovado |
| 86 | 281238 | 22/11/1982 | Guilherme Miranda Sampaio | 12 | 2,40 | 10 | 3,00 | 22 | 5,40 | Aprovado | 0,00 | 5,40 | Aprovado |
| 87 | 277542 | 21/04/1989 | Caroline Graca De Borba Souza | 12 | 2,40 | 10 | 3,00 | 22 | 5,40 | Aprovado | 0,00 | 5,40 | Aprovado |
| 88 | 296880 | 18/05/1984 | Joel Sandri Do Prado | 10 | 2,00 | 11 | 3,30 | 21 | 5,30 | Aprovado | 0,00 | 5,30 | Aprovado |
| 89 | 280792 | 14/02/1993 | Cassia Oliveira Vignoto | 10 | 2,00 | 11 | 3,30 | 21 | 5,30 | Aprovado | 0,00 | 5,30 | Aprovado |
| 90 | 283968 | 02/05/1979 | Rogério Gerhardt | 8 | 1,60 | 12 | 3,60 | 20 | 5,20 | Aprovado | 0,00 | 5,20 | Aprovado |
| 91 | 293557 | 30/01/1992 | Bruna Louisy De Liz Borges | 7 | 1,40 | 12 | 3,60 | 19 | 5,00 | Aprovado | 0,00 | 5,00 | Aprovado |

| Enfermeiro da Família | | | | | | | | | | | | | |
|-----------------------|---------|------------|----------------------|---------|------|---------|------|--------------|------|----------|------|------|----------------|
| Posição | Nº INSC | Data Nasc | CANDIDATO | CG | | CE | | Nota teórica | | | NPT | NF | Situação Final |
| | | | | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | NPE | Situação | | | |
| 1 | 276294 | 10/06/1988 | Darlan Jose Vieira | 12 | 2,40 | 15 | 4,50 | 27 | 6,90 | Aprovado | 0,00 | 6,90 | Aprovado |
| 2 | 277624 | 17/03/1979 | Alyne Fabielle Neves | 10 | 2,00 | 16 | 4,80 | 26 | 6,80 | Aprovado | 0,00 | 6,80 | Aprovado |

| 3 | 298360 | 18/07/1976 | Giovana Beatriz Soares De Oliveira | 11 | 2,20 | 15 | 4,50 | 26 | 6,70 | Aprovado | 0,00 | 6,70 | Aprovado |
|--------------|---------|------------|------------------------------------|---------|------|---------|------|--------------|------|----------|------|------|----------------|
| 4 | 278939 | 22/05/1990 | Christiny Regina Lopes | 11 | 2,20 | 15 | 4,50 | 26 | 6,70 | Aprovado | 0,00 | 6,70 | Aprovado |
| 5 | 289121 | 14/12/1984 | Kamilla Barroso De Mattos | 10 | 2,00 | 14 | 4,20 | 24 | 6,20 | Aprovado | 0,50 | 6,70 | Aprovado |
| 6 | 296267 | 07/03/1979 | Mara Carolina Timm Pro-copio | 12 | 2,40 | 14 | 4,20 | 26 | 6,60 | Aprovado | 0,00 | 6,60 | Aprovado |
| 7 | 279753 | 17/09/1988 | Ariel Pintarelli | 12 | 2,40 | 14 | 4,20 | 26 | 6,60 | Aprovado | 0,00 | 6,60 | Aprovado |
| 8 | 293595 | 24/01/1986 | Daianny Carvalho Vaz | 13 | 2,60 | 13 | 3,90 | 26 | 6,50 | Aprovado | 0,00 | 6,50 | Aprovado |
| 9 | 281515 | 27/06/1988 | Renata Cristina Santos De Oliveira | 13 | 2,60 | 13 | 3,90 | 26 | 6,50 | Aprovado | 0,00 | 6,50 | Aprovado |
| 10 | 282811 | 13/09/1976 | Simone Damasio Ramos | 7 | 1,40 | 15 | 4,50 | 22 | 5,90 | Aprovado | 0,50 | 6,40 | Aprovado |
| 11 | 277326 | 15/01/1982 | Marilza Strada | 7 | 1,40 | 15 | 4,50 | 22 | 5,90 | Aprovado | 0,50 | 6,40 | Aprovado |
| 12 | 279661 | 14/05/1974 | Maria Zilar Scarmagnani | 11 | 2,20 | 14 | 4,20 | 25 | 6,40 | Aprovado | 0,00 | 6,40 | Aprovado |
| 13 | 283488 | 17/07/1982 | Adiane Regina Machado | 8 | 1,60 | 14 | 4,20 | 22 | 5,80 | Aprovado | 0,50 | 6,30 | Aprovado |
| 14 | 300372 | 25/08/1986 | Bruna Ramos Da Silva Droique | 12 | 2,40 | 13 | 3,90 | 25 | 6,30 | Aprovado | 0,00 | 6,30 | Aprovado |
| 15 | 274430 | 11/10/1981 | Angelita Lourenco Bonkowski | 9 | 1,80 | 13 | 3,90 | 22 | 5,70 | Aprovado | 0,50 | 6,20 | Aprovado |
| 16 | 290069 | 18/12/1992 | Debora Rosa Borges | 11 | 2,20 | 13 | 3,90 | 24 | 6,10 | Aprovado | 0,00 | 6,10 | Aprovado |
| 17 | 291908 | 31/12/1960 | Sonia Maria Kuhn Ramalho | 9 | 1,80 | 14 | 4,20 | 23 | 6,00 | Aprovado | 0,00 | 6,00 | Aprovado |
| 18 | 279040 | 20/05/1978 | Maria Gabriela Pimenta | 9 | 1,80 | 14 | 4,20 | 23 | 6,00 | Aprovado | 0,00 | 6,00 | Aprovado |
| 19 | 300594 | 29/03/1986 | Laisa Jantsch Bandeira | 12 | 2,40 | 12 | 3,60 | 24 | 6,00 | Aprovado | 0,00 | 6,00 | Aprovado |
| 20 | 277156 | 12/10/1972 | Luciane Aparecida Herhardt | 9 | 1,80 | 12 | 3,60 | 21 | 5,40 | Aprovado | 0,50 | 5,90 | Aprovado |
| 21 | 299309 | 13/02/1980 | Eliza Aparecida Celusniak | 11 | 2,20 | 12 | 3,60 | 23 | 5,80 | Aprovado | 0,00 | 5,80 | Aprovado |
| 22 | 280742 | 24/06/1967 | Ervino Esemann | 9 | 1,80 | 13 | 3,90 | 22 | 5,70 | Aprovado | 0,00 | 5,70 | Aprovado |
| 23 | 299819 | 31/07/1985 | Clenildo Felipe Ramos Quadrelli | 9 | 1,80 | 13 | 3,90 | 22 | 5,70 | Aprovado | 0,00 | 5,70 | Aprovado |
| 24 | 282658 | 27/09/1984 | Laudineia Ferreira Terres | 10 | 2,00 | 12 | 3,60 | 22 | 5,60 | Aprovado | 0,00 | 5,60 | Aprovado |
| 25 | 276391 | 03/10/1976 | Marcia Rosa Lage De Ca-margo | 13 | 2,60 | 10 | 3,00 | 23 | 5,60 | Aprovado | 0,00 | 5,60 | Aprovado |
| 26 | 269054 | 13/10/1985 | Dayane Da Rocha | 9 | 1,80 | 12 | 3,60 | 21 | 5,40 | Aprovado | 0,00 | 5,40 | Aprovado |
| 27 | 274085 | 23/11/1969 | Adriane Marli Bankow | 7 | 1,40 | 13 | 3,90 | 20 | 5,30 | Aprovado | 0,00 | 5,30 | Aprovado |
| 28 | 274981 | 02/05/1976 | Marta Da Silva Borges | 7 | 1,40 | 13 | 3,90 | 20 | 5,30 | Aprovado | 0,00 | 5,30 | Aprovado |
| 29 | 275090 | 19/10/1982 | Micheli Cristina De Melo Fronza | 7 | 1,40 | 13 | 3,90 | 20 | 5,30 | Aprovado | 0,00 | 5,30 | Aprovado |
| 30 | 297972 | 26/05/1966 | Iraci Leite De Azeredo | 10 | 2,00 | 11 | 3,30 | 21 | 5,30 | Aprovado | 0,00 | 5,30 | Aprovado |
| 31 | 281156 | 17/08/1977 | Fernanda Abreu Estima | 10 | 2,00 | 11 | 3,30 | 21 | 5,30 | Aprovado | 0,00 | 5,30 | Aprovado |
| 32 | 284480 | 27/06/1986 | Aline Ines Kraisch Wust | 10 | 2,00 | 11 | 3,30 | 21 | 5,30 | Aprovado | 0,00 | 5,30 | Aprovado |
| 33 | 292190 | 10/10/1977 | Robinson Vinicius Teixeira | 8 | 1,60 | 12 | 3,60 | 20 | 5,20 | Aprovado | 0,00 | 5,20 | Aprovado |
| 34 | 269866 | 07/09/1986 | Eliane Kachuski | 11 | 2,20 | 10 | 3,00 | 21 | 5,20 | Aprovado | 0,00 | 5,20 | Aprovado |
| 35 | 284698 | 11/08/1975 | Cintia Ramos Pfeil | 9 | 1,80 | 11 | 3,30 | 20 | 5,10 | Aprovado | 0,00 | 5,10 | Aprovado |
| 36 | 280059 | 22/04/1981 | Kennya Soares Lima | 9 | 1,80 | 11 | 3,30 | 20 | 5,10 | Aprovado | 0,00 | 5,10 | Aprovado |
| 37 | 284100 | 04/10/1985 | Inaia Schorck Goncalves | 7 | 1,40 | 12 | 3,60 | 19 | 5,00 | Aprovado | 0,00 | 5,00 | Aprovado |
| 38 | 282971 | 10/10/1987 | Gabriela De Pieri | 10 | 2,00 | 10 | 3,00 | 20 | 5,00 | Aprovado | 0,00 | 5,00 | Aprovado |
| | | | | | | | | | | | | | |
| Farmacêutico | | | | | | | | | | | | | |
| Posi- ção | Nº INSC | Data Nasc | CANDIDATO | CG | | CE | | Nota teórica | | | NPT | NF | Situação Final |
| | | | | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acer-tos | NPE | Situação | | | |
| 1 | 291029 | 16/01/1987 | William Hideyuki Martini Miasato | 15 | 3,00 | 14 | 4,20 | 29 | 7,20 | Aprovado | 0,50 | 7,70 | Aprovado |
| 2 | 276661 | 06/05/1982 | Suele Aparecida Da Silva | 11 | 2,20 | 13 | 3,90 | 24 | 6,10 | Aprovado | 0,00 | 6,10 | Aprovado |
| 3 | 277951 | 18/09/1977 | Guiven Dobis Bernarde | 11 | 2,20 | 11 | 3,30 | 22 | 5,50 | Aprovado | 0,00 | 5,50 | Aprovado |
| 4 | 290958 | 12/03/1991 | Jacqueline Ferreira | 10 | 2,00 | 11 | 3,30 | 21 | 5,30 | Aprovado | 0,00 | 5,30 | Aprovado |
| 5 | 296538 | 04/03/1983 | Diego Geraldo Barbetta | 13 | 2,60 | 9 | 2,70 | 22 | 5,30 | Aprovado | 0,00 | 5,30 | Aprovado |

| 6 | 296480 | 05/06/1985 | Giovanna Cristine Ramos Rotta | 13 | 2,60 | 9 | 2,70 | 22 | 5,30 | Aprovado | 0,00 | 5,30 | Aprovado |
|-------------------|---------|------------|-----------------------------------|---------|------|----------|------|--------------|------|----------|------|------|----------------|
| 7 | 292245 | 26/08/1963 | Luiz Antonio Patino | 18 | 3,60 | 5 | 1,50 | 23 | 5,10 | Aprovado | 0,00 | 5,10 | Aprovado |
| Fisioterapeuta | | | | | | | | | | | | | |
| Posição | Nº INSC | Data Nasc | CANDIDATO | CG | | CE | | Nota teórica | | | NPT | NF | Situação Final |
| | | | | Acertos | Nota | Acer-tos | Nota | Acer-tos | NPE | Situação | | | |
| 1 | 296838 | 18/12/1989 | Camilo Davi Cordeiro Bueno | 12 | 2,40 | 18 | 5,40 | 30 | 7,80 | Aprovado | 0,00 | 7,80 | Aprovado |
| 2 | 300424 | 07/08/1986 | Gustavo Yoshio Okiyama | 13 | 2,60 | 17 | 5,10 | 30 | 7,70 | Aprovado | 0,00 | 7,70 | Aprovado |
| 3 | 280500 | 09/06/1979 | Sheron Ritiane Borges | 10 | 2,00 | 17 | 5,10 | 27 | 7,10 | Aprovado | 0,50 | 7,60 | Aprovado |
| 4 | 300374 | 30/06/1992 | Edson Kluck | 12 | 2,40 | 17 | 5,10 | 29 | 7,50 | Aprovado | 0,00 | 7,50 | Aprovado |
| 5 | 274106 | 12/11/1979 | Leandro Parizzoto | 11 | 2,20 | 17 | 5,10 | 28 | 7,30 | Aprovado | 0,00 | 7,30 | Aprovado |
| 6 | 296950 | 13/08/1994 | Jorge Luiz Canabarro | 9 | 1,80 | 18 | 5,40 | 27 | 7,20 | Aprovado | 0,00 | 7,20 | Aprovado |
| 7 | 293763 | 30/09/1983 | Liana Beyer Broecker | 8 | 1,60 | 17 | 5,10 | 25 | 6,70 | Aprovado | 0,50 | 7,20 | Aprovado |
| 8 | 296948 | 30/07/1994 | Thayse Vitoriano Da Silva | 12 | 2,40 | 16 | 4,80 | 28 | 7,20 | Aprovado | 0,00 | 7,20 | Aprovado |
| 9 | 296194 | 18/03/1995 | Alda Mariline Coelho Da Costa | 10 | 2,00 | 17 | 5,10 | 27 | 7,10 | Aprovado | 0,00 | 7,10 | Aprovado |
| 10 | 280780 | 22/12/1988 | Walleska Valeria Veloso | 9 | 1,80 | 17 | 5,10 | 26 | 6,90 | Aprovado | 0,00 | 6,90 | Aprovado |
| 11 | 277972 | 01/05/1980 | Alessandra Becker Machado | 7 | 1,40 | 18 | 5,40 | 25 | 6,80 | Aprovado | 0,00 | 6,80 | Aprovado |
| 12 | 301924 | 22/05/1987 | Danielle Sabino Cordeiro | 9 | 1,80 | 16 | 4,80 | 25 | 6,60 | Aprovado | 0,00 | 6,60 | Aprovado |
| 13 | 300559 | 27/09/1976 | Marcio Andre Marques Da Rosa | 8 | 1,60 | 16 | 4,80 | 24 | 6,40 | Aprovado | 0,00 | 6,40 | Aprovado |
| 14 | 292004 | 15/08/1988 | Rosicleide Mittelmann Alves | 8 | 1,60 | 13 | 3,90 | 21 | 5,50 | Aprovado | 0,00 | 5,50 | Aprovado |
| Médico da Família | | | | | | | | | | | | | |
| Posição | Nº INSC | Data Nasc | CANDIDATO | CG | | CE | | Nota teórica | | | NPT | NF | Situação Final |
| | | | | Acertos | Nota | Acer-tos | Nota | Acer-tos | NPE | Situação | | | |
| 1 | 276550 | 14/11/1981 | Veronica Christine De Paiva Silva | 16 | 3,20 | 11 | 3,30 | 27 | 6,50 | Aprovado | 0,50 | 7,00 | Aprovado |
| 2 | 293375 | 11/03/1991 | Tairine Lippi Gauterio | 15 | 3,00 | 13 | 3,90 | 28 | 6,90 | Aprovado | 0,00 | 6,90 | Aprovado |
| 3 | 278385 | 03/12/1978 | Marcio Yukio Tame | 15 | 3,00 | 11 | 3,30 | 26 | 6,30 | Aprovado | 0,00 | 6,30 | Aprovado |
| 4 | 280689 | 16/03/1989 | Monise Costanzi | 15 | 3,00 | 11 | 3,30 | 26 | 6,30 | Aprovado | 0,00 | 6,30 | Aprovado |
| 5 | 293309 | 29/05/1985 | Debora Ramos Marcinichen | 12 | 2,40 | 12 | 3,60 | 24 | 6,00 | Aprovado | 0,00 | 6,00 | Aprovado |
| 6 | 299268 | 02/03/1993 | Lielli Carine Fischer Pollheim | 12 | 2,40 | 12 | 3,60 | 24 | 6,00 | Aprovado | 0,00 | 6,00 | Aprovado |
| 7 | 284239 | 24/01/1992 | Mateus Oliveira De Souza | 11 | 2,20 | 12 | 3,60 | 23 | 5,80 | Aprovado | 0,00 | 5,80 | Aprovado |
| 8 | 282616 | 23/03/1983 | Morgana Pereira Balbinot | 13 | 2,60 | 10 | 3,00 | 23 | 5,60 | Aprovado | 0,00 | 5,60 | Aprovado |
| 9 | 283556 | 26/02/1992 | Natasha Zemczak | 8 | 1,60 | 13 | 3,90 | 21 | 5,50 | Aprovado | 0,00 | 5,50 | Aprovado |
| 10 | 301496 | 21/07/1987 | Erasto De Maio Netto | 14 | 2,80 | 9 | 2,70 | 23 | 5,50 | Aprovado | 0,00 | 5,50 | Aprovado |
| 11 | 271012 | 29/11/1989 | Cristiane Schwochow Fissmer | 10 | 2,00 | 11 | 3,30 | 21 | 5,30 | Aprovado | 0,00 | 5,30 | Aprovado |
| Médico Psiquiatra | | | | | | | | | | | | | |
| Posição | Nº INSC | Data Nasc | CANDIDATO | CG | | CE | | Nota teórica | | | NPT | NF | Situação Final |
| | | | | Acertos | Nota | Acer-tos | Nota | Acer-tos | NPE | Situação | | | |
| 1 | 297912 | 22/08/1980 | Marcelo Hugo Resende Calvacanti | 12 | 2,40 | 15 | 4,50 | 27 | 6,90 | Aprovado | 0,00 | 6,90 | Aprovado |
| 2 | 284985 | 09/01/1979 | Fernanda Castro Dantas | 13 | 2,60 | 14 | 4,20 | 27 | 6,80 | Aprovado | 0,00 | 6,80 | Aprovado |
| 3 | 294155 | 06/05/1981 | Guilherme Persuhn Duwe | 12 | 2,40 | 10 | 3,00 | 22 | 5,40 | Aprovado | 0,00 | 5,40 | Aprovado |
| 4 | 299635 | 12/03/1982 | Alexandre F Laffitte | 12 | 2,40 | 10 | 3,00 | 22 | 5,40 | Aprovado | 0,00 | 5,40 | Aprovado |
| Nutricionista | | | | | | | | | | | | | |

| Posição | Nº INSC | Data Nasc | CANDIDATO | CG | | CE | | Nota teórica | | | NPT | NF | Situação Final |
|---------|---------|------------|------------------------------------|---------|------|----------|------|--------------|------|----------|------|------|----------------|
| | | | | Acertos | Nota | Acer-tos | Nota | Acer-tos | NPE | Situação | | | |
| 1 | 284165 | 13/11/1989 | Kamila Mariana Duarte Soltoski | 11 | 2,20 | 18 | 5,40 | 29 | 7,60 | Aprovado | 0,50 | 8,10 | Aprovado |
| 2 | 277121 | 09/09/1987 | Joy Bergmann Soares | 10 | 2,00 | 17 | 5,10 | 27 | 7,10 | Aprovado | 0,50 | 7,60 | Aprovado |
| 3 | 274351 | 02/04/1988 | Elisangele | 9 | 1,80 | 19 | 5,70 | 28 | 7,50 | Aprovado | 0,00 | 7,50 | Aprovado |
| 4 | 275849 | 27/10/1994 | Bruna Elisa Harmel De Borba Coelho | 12 | 2,40 | 17 | 5,10 | 29 | 7,50 | Aprovado | 0,00 | 7,50 | Aprovado |
| 5 | 296547 | 22/07/1991 | Bruna Janaina Da Silva | 12 | 2,40 | 16 | 4,80 | 28 | 7,20 | Aprovado | 0,00 | 7,20 | Aprovado |
| 6 | 279122 | 23/07/1994 | Raissa Karine Kefer Da Silva | 10 | 2,00 | 17 | 5,10 | 27 | 7,10 | Aprovado | 0,00 | 7,10 | Aprovado |
| 7 | 301601 | 08/04/1991 | Katyuscia Getelina | 11 | 2,20 | 16 | 4,80 | 27 | 7,00 | Aprovado | 0,00 | 7,00 | Aprovado |
| 8 | 270629 | 06/03/1991 | Thais Aparecida Da Silva Bott | 10 | 2,00 | 15 | 4,50 | 25 | 6,50 | Aprovado | 0,00 | 6,50 | Aprovado |
| 9 | 295590 | 30/09/1993 | Cindy Lirio Brittes | 10 | 2,00 | 15 | 4,50 | 25 | 6,50 | Aprovado | 0,00 | 6,50 | Aprovado |
| 10 | 276442 | 23/03/1990 | Eveline Cristina Dana | 9 | 1,80 | 15 | 4,50 | 24 | 6,30 | Aprovado | 0,00 | 6,30 | Aprovado |
| 11 | 296447 | 27/09/1991 | Marcela Finta | 9 | 1,80 | 15 | 4,50 | 24 | 6,30 | Aprovado | 0,00 | 6,30 | Aprovado |
| 12 | 290158 | 01/12/1994 | Nicole Carteli Lima | 7 | 1,40 | 16 | 4,80 | 23 | 6,20 | Aprovado | 0,00 | 6,20 | Aprovado |
| 13 | 297347 | 27/04/1989 | Fabile Schlickmann | 8 | 1,60 | 15 | 4,50 | 23 | 6,10 | Aprovado | 0,00 | 6,10 | Aprovado |
| 14 | 280686 | 19/09/1987 | Aline Milani | 4 | 0,80 | 15 | 4,50 | 19 | 5,30 | Aprovado | 0,00 | 5,30 | Aprovado |
| 15 | 293733 | 25/01/1990 | Rosangela Pedroso Ribeiro Rosa | 9 | 1,80 | 11 | 3,30 | 20 | 5,10 | Aprovado | 0,00 | 5,10 | Aprovado |
| | | | | | | | | | | | | | |

Professor Educação Física

| Posição | Nº INSC | Data Nasc | CANDIDATO | CG | | CE | | Nota teórica | | | NPT | NF | Situação Final |
|---------|---------|------------|--------------------------------------|---------|------|----------|------|--------------|------|----------|------|------|----------------|
| | | | | Acertos | Nota | Acer-tos | Nota | Acer-tos | NPE | Situação | | | |
| 1 | 296091 | 25/04/1975 | Ana Katarina Oliveira Amaral | 11 | 2,20 | 18 | 5,40 | 29 | 7,60 | Aprovado | 0,50 | 8,10 | Aprovado |
| 2 | 288719 | 30/04/1974 | Julio Cesar Krucoski Antunes | 15 | 3,00 | 15 | 4,50 | 30 | 7,50 | Aprovado | 0,50 | 8,00 | Aprovado |
| 3 | 284769 | 24/07/1970 | Helio Cidade Filho | 12 | 2,40 | 17 | 5,10 | 29 | 7,50 | Aprovado | 0,00 | 7,50 | Aprovado |
| 4 | 300380 | 12/05/1987 | Adriano Flugel | 11 | 2,20 | 17 | 5,10 | 28 | 7,30 | Aprovado | 0,00 | 7,30 | Aprovado |
| 5 | 275050 | 30/08/1989 | Juliana Cavallari Gritten Nascimento | 13 | 2,60 | 15 | 4,50 | 28 | 7,10 | Aprovado | 0,00 | 7,10 | Aprovado |
| 6 | 300492 | 14/07/1986 | Rodrigo De Souza | 11 | 2,20 | 16 | 4,80 | 27 | 7,00 | Aprovado | 0,00 | 7,00 | Aprovado |
| 7 | 288788 | 05/07/1981 | Guilherme Correa Stoeberl | 9 | 1,80 | 17 | 5,10 | 26 | 6,90 | Aprovado | 0,00 | 6,90 | Aprovado |
| 8 | 288714 | 09/01/1973 | Angelica Cristina Prado Antunes | 8 | 1,60 | 16 | 4,80 | 24 | 6,40 | Aprovado | 0,00 | 6,40 | Aprovado |
| 9 | 284896 | 28/02/1981 | Carolina Machado Maciel | 9 | 1,80 | 15 | 4,50 | 24 | 6,30 | Aprovado | 0,00 | 6,30 | Aprovado |
| 10 | 300319 | 19/07/1990 | Andrea Mendonca Silva | 6 | 1,20 | 13 | 3,90 | 19 | 5,10 | Aprovado | 0,00 | 5,10 | Aprovado |

Psicólogo

| Posição | Nº INSC | Data Nasc | CANDIDATO | CG | | CE | | Nota teórica | | | NPT | NF | Situação Final |
|---------|---------|------------|--------------------------------|---------|------|----------|------|--------------|------|----------|------|------|----------------|
| | | | | Acertos | Nota | Acer-tos | Nota | Acertos | NPE | Situação | | | |
| 1 | 296860 | 23/08/1957 | Neusa Maria Vassel | 14 | 2,80 | 14 | 4,20 | 28 | 7,00 | Aprovado | 0,50 | 7,50 | Aprovado |
| 2 | 283697 | 14/08/1992 | Mariana Duminelli Da Luz | 14 | 2,80 | 15 | 4,50 | 29 | 7,30 | Aprovado | 0,00 | 7,30 | Aprovado |
| 3 | 278066 | 03/10/1987 | Nataly Schroeder Brunnquell | 13 | 2,60 | 14 | 4,20 | 27 | 6,80 | Aprovado | 0,50 | 7,30 | Aprovado |
| 4 | 292027 | 18/08/1984 | Luiz Henrique Salles Almeida | 17 | 3,40 | 12 | 3,60 | 29 | 7,00 | Aprovado | 0,00 | 7,00 | Aprovado |
| 5 | 276556 | 05/09/1981 | Angelica Cristiane Maistrovicz | 13 | 2,60 | 14 | 4,20 | 27 | 6,80 | Aprovado | 0,00 | 6,80 | Aprovado |
| 6 | 291225 | 05/04/1986 | Ariela Cristine Dias Friedrich | 13 | 2,60 | 14 | 4,20 | 27 | 6,80 | Aprovado | 0,00 | 6,80 | Aprovado |
| 7 | 274232 | 07/03/1975 | Juliana Miotto Grando | 14 | 2,80 | 13 | 3,90 | 27 | 6,70 | Aprovado | 0,00 | 6,70 | Aprovado |
| 8 | 280974 | 09/01/1991 | Tatiane De Sousa Florentino | 9 | 1,80 | 16 | 4,80 | 25 | 6,60 | Aprovado | 0,00 | 6,60 | Aprovado |
| 9 | 282633 | 26/02/1982 | Fabio Cipullo | 15 | 3,00 | 12 | 3,60 | 27 | 6,60 | Aprovado | 0,00 | 6,60 | Aprovado |
| 10 | 290796 | 25/02/1988 | Franciani Maria De Souza | 15 | 3,00 | 12 | 3,60 | 27 | 6,60 | Aprovado | 0,00 | 6,60 | Aprovado |
| 11 | 289100 | 16/11/1978 | Marcilei Kraft | 11 | 2,20 | 12 | 3,60 | 23 | 5,80 | Aprovado | 0,50 | 6,30 | Aprovado |

| | | | | | | | | | | | | | |
|----|--------|------------|---|----|------|----|------|----|------|----------|------|------|----------|
| 12 | 274017 | 02/06/1988 | Yuri Dittrich Pereira Da Silva | 10 | 2,00 | 14 | 4,20 | 24 | 6,20 | Aprovado | 0,00 | 6,20 | Aprovado |
| 13 | 272373 | 06/06/1978 | Riquele Jantsch Gessner | 13 | 2,60 | 12 | 3,60 | 25 | 6,20 | Aprovado | 0,00 | 6,20 | Aprovado |
| 14 | 282104 | 29/07/1984 | Aline Fernanda Spadin Da Silva | 13 | 2,60 | 12 | 3,60 | 25 | 6,20 | Aprovado | 0,00 | 6,20 | Aprovado |
| 15 | 292148 | 13/05/1991 | Daiane Antunes Souza | 10 | 2,00 | 12 | 3,60 | 22 | 5,60 | Aprovado | 0,50 | 6,10 | Aprovado |
| 16 | 276085 | 30/07/1967 | Sandra Cristina Schardong | 9 | 1,80 | 14 | 4,20 | 23 | 6,00 | Aprovado | 0,00 | 6,00 | Aprovado |
| 17 | 284796 | 16/11/1982 | Adriane Felicio | 10 | 2,00 | 13 | 3,90 | 23 | 5,90 | Aprovado | 0,00 | 5,90 | Aprovado |
| 18 | 278358 | 13/04/1989 | Natiele Silva | 10 | 2,00 | 13 | 3,90 | 23 | 5,90 | Aprovado | 0,00 | 5,90 | Aprovado |
| 19 | 275255 | 28/06/1963 | Solange Baggenstoss | 10 | 2,00 | 11 | 3,30 | 21 | 5,30 | Aprovado | 0,50 | 5,80 | Aprovado |
| 20 | 275304 | 08/08/1986 | Ricardo Vitor Bertoldi | 15 | 3,00 | 9 | 2,70 | 24 | 5,70 | Aprovado | 0,00 | 5,70 | Aprovado |
| 21 | 291254 | 30/07/1972 | Cristiane Lobo Schinaider | 9 | 1,80 | 12 | 3,60 | 21 | 5,40 | Aprovado | 0,00 | 5,40 | Aprovado |
| 22 | 270509 | 19/05/1991 | Flavia Luiza Dos Santos | 9 | 1,80 | 12 | 3,60 | 21 | 5,40 | Aprovado | 0,00 | 5,40 | Aprovado |
| 23 | 279155 | 09/08/1992 | Jessica Dos Santos | 9 | 1,80 | 12 | 3,60 | 21 | 5,40 | Aprovado | 0,00 | 5,40 | Aprovado |
| 24 | 297300 | 19/01/1966 | Maria Clotilde Andreotti Zingali | 11 | 2,20 | 10 | 3,00 | 21 | 5,20 | Aprovado | 0,00 | 5,20 | Aprovado |
| 25 | 282315 | 21/07/1992 | Angelica Camile Da Silva Bellin-cantta Mollossi | 11 | 2,20 | 10 | 3,00 | 21 | 5,20 | Aprovado | 0,00 | 5,20 | Aprovado |
| 26 | 291045 | 17/02/1989 | Andressa Francine Torcatte | 9 | 1,80 | 11 | 3,30 | 20 | 5,10 | Aprovado | 0,00 | 5,10 | Aprovado |
| 27 | 277254 | 02/01/1993 | Kamila Francisco Bendini | 9 | 1,80 | 11 | 3,30 | 20 | 5,10 | Aprovado | 0,00 | 5,10 | Aprovado |
| 28 | 281179 | 23/06/1990 | Ketelyn Lunelli Schuh | 10 | 2,00 | 10 | 3,00 | 20 | 5,00 | Aprovado | 0,00 | 5,00 | Aprovado |

| Técnico Enfermagem da Família | | | | CG | | CE | | Nota teórica | | |
|-------------------------------|---------|------------|------------------------------------|---------|------|---------|------|--------------|------|----------|
| Posição | Nº INSC | Data Nasc | CANDIDATO | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | NPE | Situação |
| 1 | 281339 | 02/11/1973 | Adriana Sandra Bauer Marquardt | 14 | 2,80 | 17 | 5,10 | 31 | 7,90 | Aprovado |
| 2 | 289007 | 25/03/1986 | Gilmara De Lima Muniz | 13 | 2,60 | 17 | 5,10 | 30 | 7,70 | Aprovado |
| 3 | 269361 | 22/09/1973 | Sibele Maria Arnold Santana | 16 | 3,20 | 15 | 4,50 | 31 | 7,70 | Aprovado |
| 4 | 264744 | 31/07/1972 | Rosana Maria Da Silva | 12 | 2,40 | 16 | 4,80 | 28 | 7,20 | Aprovado |
| 5 | 281002 | 04/10/1978 | Juliana Mercedes Larsen | 13 | 2,60 | 15 | 4,50 | 28 | 7,10 | Aprovado |
| 6 | 279126 | 01/11/1971 | Noeli Correa | 8 | 1,60 | 18 | 5,40 | 26 | 7,00 | Aprovado |
| 7 | 292918 | 16/05/1971 | Elisier Josiane Puhl A. Machado | 12 | 2,40 | 15 | 4,50 | 27 | 6,90 | Aprovado |
| 8 | 300705 | 03/06/1991 | Samara De Oliveira Furlan | 15 | 3,00 | 13 | 3,90 | 28 | 6,90 | Aprovado |
| 9 | 278439 | 26/03/1982 | Josiane Pinheiro Campos | 10 | 2,00 | 16 | 4,80 | 26 | 6,80 | Aprovado |
| 10 | 284641 | 28/09/1978 | Aleteia Candice Moggi Dos Santos | 16 | 3,20 | 12 | 3,60 | 28 | 6,80 | Aprovado |
| 11 | 288920 | 21/04/1969 | Rosa Iliete Fagundes | 9 | 1,80 | 16 | 4,80 | 25 | 6,60 | Aprovado |
| 12 | 295352 | 05/09/1966 | Ivonete Stipa | 12 | 2,40 | 14 | 4,20 | 26 | 6,60 | Aprovado |
| 13 | 295869 | 17/03/1981 | Adriane Klempows | 12 | 2,40 | 14 | 4,20 | 26 | 6,60 | Aprovado |
| 14 | 292725 | 13/11/1987 | Karine Miechotek Rodrigues | 12 | 2,40 | 14 | 4,20 | 26 | 6,60 | Aprovado |
| 15 | 269724 | 27/01/1980 | Juliana Dos Santos | 10 | 2,00 | 15 | 4,50 | 25 | 6,50 | Aprovado |
| 16 | 275091 | 28/12/1986 | Agustinho Fronza Neto | 10 | 2,00 | 15 | 4,50 | 25 | 6,50 | Aprovado |
| 17 | 296895 | 08/06/1974 | Luciane Fatima Borges Padilha | 11 | 2,20 | 14 | 4,20 | 25 | 6,40 | Aprovado |
| 18 | 283300 | 25/09/1979 | Ana Liliam Rocha Da Silva | 12 | 2,40 | 13 | 3,90 | 25 | 6,30 | Aprovado |
| 19 | 285303 | 13/06/1988 | Andreia Klauberg | 12 | 2,40 | 13 | 3,90 | 25 | 6,30 | Aprovado |
| 20 | 284313 | 09/08/1975 | Elvira Rosa De Jesus Almeida | 10 | 2,00 | 14 | 4,20 | 24 | 6,20 | Aprovado |
| 21 | 285395 | 15/11/1981 | Eliz Cristina Machado | 10 | 2,00 | 14 | 4,20 | 24 | 6,20 | Aprovado |
| 22 | 300270 | 29/03/1967 | Mario Cesar Da Silva | 13 | 2,60 | 12 | 3,60 | 25 | 6,20 | Aprovado |
| 23 | 269472 | 15/08/1971 | Maricelia Da Silva Cabral | 8 | 1,60 | 15 | 4,50 | 23 | 6,10 | Aprovado |
| 24 | 299180 | 30/01/1991 | Selda Burdella Bonfim | 11 | 2,20 | 13 | 3,90 | 24 | 6,10 | Aprovado |
| 25 | 285022 | 25/10/1993 | Emanuelle Amanda Zella | 11 | 2,20 | 13 | 3,90 | 24 | 6,10 | Aprovado |
| 26 | 285019 | 03/10/1966 | Janete Aparecida De Oliveira Zella | 9 | 1,80 | 14 | 4,20 | 23 | 6,00 | Aprovado |
| 27 | 269847 | 18/07/1969 | Maria Ines Villas Boas | 7 | 1,40 | 15 | 4,50 | 22 | 5,90 | Aprovado |
| 28 | 277896 | 24/08/1984 | Juliana Santos Weber | 7 | 1,40 | 15 | 4,50 | 22 | 5,90 | Aprovado |
| 29 | 277013 | 10/06/1987 | Jennifer Amabel Severino | 7 | 1,40 | 15 | 4,50 | 22 | 5,90 | Aprovado |

| | | | | | | | | | | |
|----|--------|------------|--|----|------|----|------|----|------|----------|
| 30 | 296142 | 31/03/1969 | Robson Venero | 10 | 2,00 | 13 | 3,90 | 23 | 5,90 | Aprovado |
| 31 | 274473 | 15/03/1988 | Sabrina Sgrott | 10 | 2,00 | 13 | 3,90 | 23 | 5,90 | Aprovado |
| 32 | 276447 | 23/02/1990 | Amanda Pieritz | 10 | 2,00 | 13 | 3,90 | 23 | 5,90 | Aprovado |
| 33 | 280064 | 16/06/1995 | Hemerson Henrique Corso Da Rosa | 8 | 1,60 | 14 | 4,20 | 22 | 5,80 | Aprovado |
| 34 | 296231 | 10/05/1983 | Heloiza Da Silva Rhenius Da Silva | 11 | 2,20 | 12 | 3,60 | 23 | 5,80 | Aprovado |
| 35 | 292144 | 28/11/1965 | Abigail Da Conceicao Ferreira | 9 | 1,80 | 13 | 3,90 | 22 | 5,70 | Aprovado |
| 36 | 290195 | 18/06/1971 | Andre V Do Nascimento | 12 | 2,40 | 11 | 3,30 | 23 | 5,70 | Aprovado |
| 37 | 293614 | 18/05/1980 | Andreia Aparecida Recalcatti | 7 | 1,40 | 14 | 4,20 | 21 | 5,60 | Aprovado |
| 38 | 295466 | 18/06/1974 | Joana Lucia Carvalho Da Costa | 8 | 1,60 | 13 | 3,90 | 21 | 5,50 | Aprovado |
| 39 | 284193 | 22/07/1982 | Andreia Martins Pires | 8 | 1,60 | 13 | 3,90 | 21 | 5,50 | Aprovado |
| 40 | 280996 | 16/05/1983 | Fabiane De Macedo | 8 | 1,60 | 13 | 3,90 | 21 | 5,50 | Aprovado |
| 41 | 273561 | 15/05/1997 | Mayra Luiza Vieira Da Fonseca | 11 | 2,20 | 11 | 3,30 | 22 | 5,50 | Aprovado |
| 42 | 296326 | 30/10/1965 | Solange Piccinalli | 9 | 1,80 | 12 | 3,60 | 21 | 5,40 | Aprovado |
| 43 | 300515 | 23/09/1987 | Bruna Pereira Batista Stoeberl | 12 | 2,40 | 10 | 3,00 | 22 | 5,40 | Aprovado |
| 44 | 273554 | 06/10/1981 | Alessandra Da Costa Xavier | 10 | 2,00 | 11 | 3,30 | 21 | 5,30 | Aprovado |
| 45 | 275369 | 01/09/1979 | Liliane Da Silva Crema | 8 | 1,60 | 12 | 3,60 | 20 | 5,20 | Aprovado |
| 46 | 277945 | 24/05/1981 | Graciele De Miranda Flores | 8 | 1,60 | 12 | 3,60 | 20 | 5,20 | Aprovado |
| 47 | 300960 | 27/06/1983 | Claudia Regina Berkenbrock De Oliveira | 8 | 1,60 | 12 | 3,60 | 20 | 5,20 | Aprovado |
| 48 | 289857 | 14/08/1983 | Noeli Antunes Duarte | 8 | 1,60 | 12 | 3,60 | 20 | 5,20 | Aprovado |
| 49 | 295475 | 21/01/1997 | Andelise Cristina Ribeiro | 8 | 1,60 | 12 | 3,60 | 20 | 5,20 | Aprovado |
| 50 | 274521 | 29/07/1993 | Julye Maciel | 6 | 1,20 | 13 | 3,90 | 19 | 5,10 | Aprovado |
| 51 | 297384 | 29/10/1996 | Madson Ney Rita | 9 | 1,80 | 11 | 3,30 | 20 | 5,10 | Aprovado |
| 52 | 295642 | 06/12/1970 | Eunice Evangelista Do Amaral | 12 | 2,40 | 9 | 2,70 | 21 | 5,10 | Aprovado |
| 53 | 276434 | 07/04/1981 | Gleidiciana Plinio Barros De Andrade | 12 | 2,40 | 9 | 2,70 | 21 | 5,10 | Aprovado |
| 54 | 284361 | 05/09/1985 | Jaison Albuquerque | 12 | 2,40 | 9 | 2,70 | 21 | 5,10 | Aprovado |
| 55 | 292845 | 11/03/1969 | Vera Lucia Pereira Neves Turella | 7 | 1,40 | 12 | 3,60 | 19 | 5,00 | Aprovado |
| 56 | 294064 | 19/07/1969 | Jacqueline Elizabeth Laaf | 10 | 2,00 | 10 | 3,00 | 20 | 5,00 | Aprovado |
| 57 | 280540 | 24/06/1976 | Sandra Eunice Dos Santos Brito | 10 | 2,00 | 10 | 3,00 | 20 | 5,00 | Aprovado |
| 58 | 284651 | 18/04/1979 | Vanderlei Demikovski | 10 | 2,00 | 10 | 3,00 | 20 | 5,00 | Aprovado |
| 59 | 301643 | 24/12/1985 | Rodrigo Neves Rodrigues | 10 | 2,00 | 10 | 3,00 | 20 | 5,00 | Aprovado |
| 60 | 298901 | 15/11/1990 | Jose Dione Bonfim | 10 | 2,00 | 10 | 3,00 | 20 | 5,00 | Aprovado |
| | | | | | | | | | | |

Técnico Higiene Dental

| Posição | Nº INSC | Data Nasc | CANDIDATO | CG | | CE | | Nota teórica | | |
|---------|---------|------------|------------------------------------|---------|------|--------------|------|--------------|------|----------|
| | | | | Acertos | Nota | Acer- tos | Nota | Acertos | NPE | Situação |
| 1 | 282030 | 22/12/1994 | Amanda Carolliny Mader Coelho | 11 | 2,20 | 15 | 4,50 | 26 | 6,70 | Aprovado |
| 2 | 297260 | 03/07/1966 | Carla Adriana Da Silva | 12 | 2,40 | 14 | 4,20 | 26 | 6,60 | Aprovado |
| 3 | 268911 | 11/02/1978 | Etiene Floriano Dehaan | 11 | 2,20 | 13 | 3,90 | 24 | 6,10 | Aprovado |
| 4 | 296379 | 09/09/1979 | Sandra Aparecida Leche | 11 | 2,20 | 13 | 3,90 | 24 | 6,10 | Aprovado |
| 5 | 301511 | 25/09/1960 | Maria Goreti Marcos Deschamps | 9 | 1,80 | 14 | 4,20 | 23 | 6,00 | Aprovado |
| 6 | 275207 | 08/07/1984 | Joedina Moraes | 9 | 1,80 | 13 | 3,90 | 22 | 5,70 | Aprovado |
| 7 | 296458 | 07/08/1983 | Gabriela Trierweiler Odeli | 9 | 1,80 | 12 | 3,60 | 21 | 5,40 | Aprovado |
| 8 | 274547 | 08/08/1983 | Aline Mendes Da Silva | 12 | 2,40 | 10 | 3,00 | 22 | 5,40 | Aprovado |
| 9 | 296386 | 11/09/1991 | Gsuany Dos Santos | 7 | 1,40 | 13 | 3,90 | 20 | 5,30 | Aprovado |
| 10 | 276947 | 14/11/1962 | Suzete De Fatima Passos Chimiloski | 9 | 1,80 | 11 | 3,30 | 20 | 5,10 | Aprovado |
| 11 | 284634 | 30/08/1996 | Ana Carolina Thomaz | 9 | 1,80 | 11 | 3,30 | 20 | 5,10 | Aprovado |
| 12 | 298999 | 23/09/1982 | Vanusa Adriano | 7 | 1,40 | 12 | 3,60 | 19 | 5,00 | Aprovado |
| 13 | 293739 | 04/01/1985 | Gisele Ribeiro De Oliveira | 7 | 1,40 | 12 | 3,60 | 19 | 5,00 | Aprovado |
| 14 | 276241 | 07/10/1975 | Sheila Cristina Pieritz | 10 | 2,00 | 10 | 3,00 | 20 | 5,00 | Aprovado |

| Terapeuta Ocupacional (conforme ato 014) | | | | CG | | CE | | Nota teórica | | | NPT | NF | Situação Final |
|--|---------|------------|----------------------------------|---------|------|---------|------|--------------|------|----------|------|------|----------------|
| Posição | Nº INSC | Data Nasc | CANDIDATO | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | NPE | Situação | | | |
| 1 | 274789 | 28/01/1970 | Sandra Fabiana | 11 | 2,20 | 18 | 5,40 | 29 | 7,60 | Aprovado | 0,50 | 8,10 | Aprovado |
| 2 | 299271 | 12/05/1988 | Kaline Massumi Kiwara | 13 | 2,60 | 18 | 5,40 | 31 | 8,00 | Aprovado | 0,00 | 8,00 | Aprovado |
| 3 | 292071 | 25/06/1975 | Francine Favero De Sousa | 6 | 1,20 | 19 | 5,70 | 25 | 6,90 | Aprovado | 0,50 | 7,40 | Aprovado |
| 4 | 279257 | 23/11/1984 | Jussana Beatriz Lunelli | 6 | 1,20 | 19 | 5,70 | 25 | 6,90 | Aprovado | 0,50 | 7,40 | Aprovado |
| 5 | 273127 | 15/08/1988 | Andrelisa Haubricht | 6 | 1,20 | 20 | 6,00 | 26 | 7,20 | Aprovado | 0,00 | 7,20 | Aprovado |
| 6 | 283914 | 25/01/1982 | Ricardo Soster Santa Maria | 12 | 2,40 | 16 | 4,80 | 28 | 7,20 | Aprovado | 0,00 | 7,20 | Aprovado |
| 7 | 301289 | 08/12/1985 | Daniela Pscheidt Behr | 7 | 1,40 | 19 | 5,70 | 26 | 7,10 | Aprovado | 0,00 | 7,10 | Aprovado |
| 8 | 282638 | 23/06/1973 | E Dina Sander Da Rosa | 11 | 2,20 | 16 | 4,80 | 27 | 7,00 | Aprovado | 0,00 | 7,00 | Aprovado |
| 9 | 274838 | 18/08/1966 | Patricia Elisabete Meyer Miranda | 9 | 1,80 | 17 | 5,10 | 26 | 6,90 | Aprovado | 0,00 | 6,90 | Aprovado |
| 10 | 276015 | 07/11/1961 | Emerson Luiz Wastner | 8 | 1,60 | 17 | 5,10 | 25 | 6,70 | Aprovado | 0,00 | 6,70 | Aprovado |
| 11 | 292134 | 04/05/1984 | Andressa Cristina Brandenburg | 8 | 1,60 | 16 | 4,80 | 24 | 6,40 | Aprovado | 0,00 | 6,40 | Aprovado |
| 12 | 296757 | 25/06/1980 | Cristiane Hiendlmayer | 6 | 1,20 | 17 | 5,10 | 23 | 6,30 | Aprovado | 0,00 | 6,30 | Aprovado |
| 13 | 272774 | 17/05/1993 | Ana Caroline Leal | 8 | 1,60 | 13 | 3,90 | 21 | 5,50 | Aprovado | 0,00 | 5,50 | Aprovado |
| 14 | 281124 | 07/04/1968 | Almerize Veronica Leite | 6 | 1,20 | 14 | 4,20 | 20 | 5,40 | Aprovado | 0,00 | 5,40 | Aprovado |

ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO FINAL DEFICIENTES

Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Itajuba – Equipe I

| Seq. | Inscrição | Candidato | NF | Classificação Geral | Classificação Deficiente |
|------|-----------|---------------------------|------|---------------------|--------------------------|
| 1 | 285191 | Rosana dos Santos Barbosa | 5,80 | 25ª | 10ª vaga que abrir |

Cargo: Cirurgião Dentista da Família

| Seq. | Inscrição | Candidato | NF | Classificação Geral | Classificação Deficiente |
|------|-----------|----------------------|------|---------------------|--------------------------|
| 1 | 298943 | Sergio Luis Rampelli | 5,50 | 84ª | 10ª vaga que abrir |

ERRATA 001/2016 PP 018/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 026/2016 - Pregão Presencial nº 018/2016

AVISO DE ERRATA 001

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção (preventiva e corretiva) mecânica geral, elétrica, tornearia, lanternagem, latoaria, pintura, suspensão, válvula, caixa de câmbio, diferencial, vidros, estofaria, amortecedores, molas e freios em geral, com fornecimento de peças para os veículos pertencentes à frota das Secretarias de Obras, de Agricultura, Educação, Delegacia de Polícia, Polícia Militar e Fundo de Saúde E Fundo de Reequipamento dos Bombeiros Militares do Município de Barra Velha/SC, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. O Edital na íntegra E SUAS ALTERAÇÕES encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 22 de março de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

DECRETOS Nº 332 E 333.2016

DECRETO N.º 332/2016, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PARA REALIZAR AVALIAÇÃO POR DESEMPENHO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO, CONFORME DISPÕE A LEI Nº 831 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a Comissão para realizar a Avaliação por desempenho dos Profissionais do Magistério.

Art. 2º. A Comissão de que trata o art. 1º deste Decreto, fica assim constituída:

Dayane Suchara Nunes
Bianca Wzorek
Marta Sabrina da Silva

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo – SC, 21 de março de 2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 21/03/2016

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N.º 333/2016, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

“INSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO DO PROCESSO DE ALTERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO, CONFORME DISPÕE O EDITAL Nº 001/2016/SME.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a Comissão DO Processo de Alteração dos Profissionais do Magistério, conforme Edital nº 001/2016/SME.

Art. 2º. A Comissão de que trata o art. 1º deste Decreto, fica assim constituída:

Ana Maria Lopes Vieira
Janete Munhoz stelzner
Adilvete Sabatke

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo – SC, 21 de março de 2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 21/03/2016

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Biguaçu

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2016 - FMS

AVISO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016 – FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Ângelo Ramos Vieira, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 1790/2015), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE objetivando a AQUISIÇÃO DE COFFEE BREAK E DEMAIS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS, NAS CAMPANHAS DE VACINAÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 28/03/2016, às 13h59min do dia 08/04/2016;

Início da Sessão de Licitação: às 14h00min do dia 08/04/2016, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (08/04/2016), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (08/04/2016), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 28/02/2016.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados – CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 23 de março de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Ângelo Ramos Vieira
Secretário de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016 - FMS

AVISO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016 – FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Ângelo Ramos Vieira, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 1790/2015), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 23/03/2016, às 13h59min do dia 06/04/2016;

Início da Sessão de Licitação: às 14h00min do dia 06/04/2016, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (06/04/2016), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (06/04/2016), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 23/02/2016.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados – CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 23 de março de 2016.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Ângelo Ramos Vieira
Secretário de Saúde

EMENTA CMC BIGUAÇU

PROCESSO Nº 8881/2014

RECORRENTE: PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA

RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA

EMENTA: EMISSÃO DE NOTAS FISCAIS NA FILIAL DE FLORIANÓPOLIS/SC. EMPRESA ALEGA QUE A IMPRESSÃO DAS NOTAS FISCAIS TEM A AUTORIZAÇÃO DA PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS E AO EMITIR OS DOCUMENTOS DISCRIMINA OS SERVIÇOS ENCAPADOS PELA INCIDÊNCIA DO ISS QUE É PAGO EM BIGUAÇU REFERENTE AOS SERVIÇOS PRESTADOS NESTE MUNICÍPIO. RECURSO JULGADO PROCEDENTE.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEFAZ Nº 001/2016

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

ALTERA ARTIGO Nº 02 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2014 QUE REGULAMENTA O REQUERIMENTO DE ADESÃO AO PROGRAMA DE DOMICÍLIO FISCAL, QUE SE REFERE A LEI COMPLEMENTAR Nº 66, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

MANOEL CUSTÓDIO, Secretário Municipal da Fazenda do Município de Biguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 116, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela LC 66/2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica o Anexo I da Instrução Normativa nº 02/2014, acrescida, das seguintes atividades:

| CNAE | Atividade |
|-----------|------------------------------------|
| 8599-6/99 | AULAS PARTICULARES |
| 8599-6/99 | ENSINO PARTICULAR, AULA PARTICULAR |

Art. 2º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de março de 2016.

MANOEL CUSTÓDIO
Secretário Municipal da Fazenda

PAUTA DE JULGAMENTO CMC BIGUAÇU

PAUTA DE JULGAMENTO

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SESSÃO DO DIA 05/04/2016 COM INÍCIO ÀS 14:00 HORAS, LOCAL: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 7605/2014

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 398/2013

RECORRENTE: JJC ARMAÇÃO LTDA ME

RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

CONSELHEIRO RELATOR: LEANDRO FRANCISCO TORQUATO

Blumenau

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 020/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 020/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O SR. MÁRIO MUELLER.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural preferencialmente orgânicos e ecologicamente corretos (hortifrutigranjeiros, gênero perecíveis e gêneros não perecíveis – base seca), para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com o edital da chamada pública nº 001/2015 e seus anexos, Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 26/FNDE/2013, pelo período de 12 meses - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública nº 001/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste instrumento contratual, ou até a entrega total dos produtos adquiridos.

PREÇO: R\$ 18.985,00 (dezoito mil novecentos e oitenta e cinco reais).

DATA: 22 de fevereiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 021/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 021/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O SR. WIEGOLD ERWIN PASOLD.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural preferencialmente orgânicos e ecologicamente corretos (hortifrutigranjeiros, gênero perecíveis e gêneros não perecíveis – base seca), para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com o edital da chamada pública nº 001/2015 e seus anexos, Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 26/FNDE/2013, pelo período de 12 meses - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública nº 001/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste instrumento contratual, ou até a entrega total dos produtos adquiridos.

PREÇO: R\$ 14.490,00 (catorze mil, quatrocentos e noventa reais).

DATA: 22 de fevereiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 022/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 022/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O SR. JOSÉ CARLOS MATHIAS.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural preferencialmente orgânicos e ecologicamente corretos (hortifrutigranjeiros, gênero perecíveis e

gêneros não perecíveis – base seca), para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com o edital da chamada pública nº 001/2015 e seus anexos, Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 26/FNDE/2013, pelo período de 12 meses - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública nº 001/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste instrumento contratual, ou até a entrega total dos produtos adquiridos.

PREÇO: R\$ 19.988,00 (dezenove mil novecentos e oitenta e oito reais).

DATA: 22 de fevereiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 023/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 023/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O SR. ALFREDO TRIBESS.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural preferencialmente orgânicos e ecologicamente corretos (hortifrutigranjeiros, gênero perecíveis e gêneros não perecíveis – base seca), para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com o edital da chamada pública nº 001/2015 e seus anexos, Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 26/FNDE/2013, pelo período de 12 meses - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública nº 001/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste instrumento contratual, ou até a entrega total dos produtos adquiridos.

PREÇO: R\$ 19.480,50 (dezenove mil quatrocentos e oitenta reais e cinquenta centavos).

DATA: 22 de fevereiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 024/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 024/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O SR. FREDERICO CARLOS HENSEL.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural preferencialmente orgânicos e ecologicamente corretos (hortifrutigranjeiros, gênero perecíveis e gêneros não perecíveis – base seca), para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com o edital da chamada pública nº 001/2015 e seus anexos, Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 26/FNDE/2013, pelo período de 12 meses - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública nº 001/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste

instrumento contratual, ou até a entrega total dos produtos adquiridos.

PREÇO: R\$ 20.160,00 (vinte mil e cento e sessenta reais).

DATA: 22 de fevereiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 025/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 025/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O SR. CLAUDEMAR SAMP.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural preferencialmente orgânicos e ecologicamente corretos (hortifrutigranjeiros, gênero perecíveis e gêneros não perecíveis – base seca), para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com o edital da chamada pública nº 001/2015 e seus anexos, Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 26/FNDE/2013, pelo período de 12 meses - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública nº 001/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste instrumento contratual, ou até a entrega total dos produtos adquiridos.

PREÇO: R\$ 19.417,00 (dezenove mil quatrocentos e dezessete reais).

DATA: 22 de fevereiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 026/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 026/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O SR. WERNER TRIBESS.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural preferencialmente orgânicos e ecologicamente corretos (hortifrutigranjeiros, gênero perecíveis e gêneros não perecíveis – base seca), para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com o edital da chamada pública nº 001/2015 e seus anexos, Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 26/FNDE/2013, pelo período de 12 meses - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública nº 001/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste instrumento contratual, ou até a entrega total dos produtos adquiridos.

PREÇO: R\$ 19.697,00 (dezenove mil seiscentos e noventa e sete reais).

DATA: 22 de fevereiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 027/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 027/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O SR. CLAUDIO MODROW.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural preferencialmente orgânicos e ecologicamente corretos (hortifrutigranjeiros, gênero perecíveis e gêneros não perecíveis – base seca), para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com o edital da chamada pública nº 001/2015 e seus anexos, Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 26/FNDE/2013, pelo período de 12 meses - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública nº 001/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste instrumento contratual, ou até a entrega total dos produtos adquiridos.

PREÇO: R\$ 19.575,00 (dezenove mil quinhentos e setenta e cinco reais).

DATA: 22 de fevereiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 028/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 028/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O SR. ASCENDINO ESEMANN.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural preferencialmente orgânicos e ecologicamente corretos (hortifrutigranjeiros, gênero perecíveis e gêneros não perecíveis – base seca), para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com o edital da chamada pública nº 001/2015 e seus anexos, Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 26/FNDE/2013, pelo período de 12 meses - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública nº 001/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste instrumento contratual, ou até a entrega total dos produtos adquiridos.

PREÇO: R\$ 19.998,35 (dezenove mil novecentos e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos).

DATA: 22 de fevereiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 029/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 029/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O SR. GILMAR ESEMANN

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural preferencialmente orgânicos e ecologicamente corretos (hortifrutigranjeiros, gênero perecíveis e gêneros não perecíveis – base seca), para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com o edital da chamada pública nº 001/2015 e seus anexos, Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 26/FNDE/2013, pelo período de 12 meses - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública nº 001/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste instrumento contratual, ou até a entrega total dos produtos adquiridos.

PREÇO: R\$ 19.998,35 (dezenove mil novecentos e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos).

DATA: 22 de fevereiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 030/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 030/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O SR. ADEMIR TRIBESS

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural preferencialmente orgânicos e ecologicamente corretos (hortifrutigranjeiros, gênero perecíveis e gêneros não perecíveis – base seca), para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com o edital da chamada pública nº 001/2015 e seus anexos, Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 26/FNDE/2013, pelo período de 12 meses - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública nº 001/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste instrumento contratual, ou até a entrega total dos produtos adquiridos.

PREÇO: R\$ 19.309,60 (dezenove mil trezentos e nove reais e sessenta centavos).

DATA: 22 de fevereiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 031/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 031/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A COPAJAS COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUARIA DE JARAGUÁ DO SUL

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural preferencialmente orgânicos e ecologicamente corretos (hortifrutigranjeiros, gênero perecíveis e gêneros não perecíveis – base seca), para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com o edital da chamada pública nº 001/2015 e seus anexos, Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 26/FNDE/2013, pelo período de 12 meses - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública nº 001/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste instrumento contratual, ou até a entrega total dos produtos adquiridos.

PREÇO: R\$ 545.990,00 (Quinhentos e quarenta e cinco mil novecentos e noventa reais).

DATA: 22 de fevereiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 032/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 032/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O SR. WIGOLD JANZ

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural preferencialmente orgânicos e ecologicamente corretos (hortifrutigranjeiros, gênero perecíveis e gêneros não perecíveis – base seca), para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com o edital da chamada pública nº 001/2015 e seus anexos, Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 26/FNDE/2013, pelo período de 12 meses - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública nº 001/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste instrumento contratual, ou até a entrega total dos produtos adquiridos.

PREÇO: R\$ 15.360,00 (Quinze mil trezentos e sessenta reais).

DATA: 22 de fevereiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 033/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 033/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O SR. VALMOR THAIS

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural preferencialmente orgânicos e ecologicamente corretos (hortifrutigranjeiros, gênero perecíveis e gêneros não perecíveis – base seca), para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com o edital da chamada pública nº 001/2015 e seus anexos, Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 26/FNDE/2013, pelo período de 12 meses - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública nº 001/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste instrumento contratual, ou até a entrega total dos produtos adquiridos.

PREÇO: R\$ 11.840,00 (Onze mil oitocentos e quarenta reais).

DATA: 22 de fevereiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 034/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 034/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A SRA. ALMARINA PELLIS MELCHIORETTO

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural preferencialmente orgânicos e ecologicamente corretos (hortifrutigranjeiros, gênero perecíveis e gêneros não perecíveis – base seca), para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com o edital da chamada pública nº 001/2015 e seus anexos, Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 26/FNDE/2013, pelo período de 12 meses - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública nº 001/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste instrumento contratual, ou até a entrega total dos produtos adquiridos.

PREÇO: R\$ 14.490,00 (Quatorze mil quatrocentos e noventa reais).

DATA: 22 de fevereiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 035/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 035/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A SRA. MARILDA EICHSTADT

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural preferencialmente orgânicos e ecologicamente corretos (hortifrutigranjeiros, gênero perecíveis e gêneros não perecíveis – base seca), para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com o edital da chamada pública nº 001/2015 e seus anexos, Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 26/FNDE/2013, pelo período de 12 meses - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública nº 001/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste instrumento contratual, ou até a entrega total dos produtos adquiridos.

PREÇO: R\$ 19.380,00 (Dezenove mil trezentos e oitenta reais).

DATA: 22 de fevereiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 037/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 037/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O SR. PAULO EDUARDO RUEDGER

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural preferencialmente orgânicos e ecologicamente corretos (hortifrutigranjeiros, gênero perecíveis e gêneros não perecíveis – base seca), para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com o edital da chamada pública nº 001/2015 e seus anexos, Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 26/FNDE/2013, pelo período de 12 meses - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública nº 001/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste instrumento contratual, ou até a entrega total dos produtos adquiridos.

PREÇO: R\$ 19.930,40 (Dezenove mil novecentos e trinta reais e quarenta centavos).

DATA: 22 de fevereiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 038/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 038/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A SRA. HEIDI REITER

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural preferencialmente orgânicos e ecologicamente corretos (hortifrutigranjeiros, gênero perecíveis e gêneros não perecíveis – base seca), para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com o edital da chamada pública nº 001/2015 e seus anexos, Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 26/FNDE/2013, pelo período de 12 meses - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública nº 001/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste instrumento contratual, ou até a entrega total dos produtos adquiridos.

PREÇO: R\$ 18.741,60 (Dezoito mil setecentos e quarenta e um reais e sessenta centavos).

DATA: 22 de fevereiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 039/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 039/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O SR. RENO MODROW

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural preferencialmente orgânicos e ecologicamente corretos (hortifrutigranjeiros, gênero perecíveis e gêneros não perecíveis – base seca), para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com o edital da chamada pública nº 001/2015 e seus anexos, Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 26/FNDE/2013, pelo período de 12 meses - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública nº 001/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste instrumento contratual, ou até a entrega total dos produtos adquiridos.

PREÇO: R\$ 19.575,00 (Dezenove mil quinhentos e setenta e cinco reais).

DATA: 22 de fevereiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 040/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 040/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O SR. MARCELO NUNES SEIFERT

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural preferencialmente orgânicos e ecologicamente corretos (hortifrutigranjeiros, gênero perecíveis e gêneros não perecíveis – base seca), para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com o edital da chamada pública nº 001/2015 e seus anexos, Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 26/FNDE/2013, pelo período de 12 meses - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública nº 001/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste instrumento contratual, ou até a entrega total dos produtos adquiridos.

PREÇO: R\$ 19.560,00 (Dezenove mil quinhentos e sessenta reais).

DATA: 22 de fevereiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 041/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 041/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O SR. CLENIO SEIFERT

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural preferencialmente orgânicos e ecologicamente corretos (hortifrutigranjeiros, gênero perecíveis e gêneros não perecíveis – base seca), para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com o edital da chamada pública nº 001/2015 e seus anexos, Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 26/FNDE/2013, pelo período de 12 meses - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública nº 001/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste instrumento contratual, ou até a entrega total dos produtos adquiridos.

PREÇO: R\$ 19.560,00 (Dezenove mil quinhentos e sessenta reais).

DATA: 22 de fevereiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 042/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 042/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O SR. SEBASTIÃO NUNES SEIFERT

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural preferencialmente orgânicos e ecologicamente corretos (hortifrutigranjeiros, gênero perecíveis e gêneros não perecíveis – base seca), para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com o edital da chamada pública nº 001/2015 e seus anexos, Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 26/FNDE/2013, pelo período de 12 meses - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública nº 001/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste instrumento contratual, ou até a entrega total dos produtos adquiridos.

PREÇO: R\$ 19.560,00 (Dezenove mil quinhentos e sessenta reais).

DATA: 22 de fevereiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 043/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 043/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O SR. CLERIO SEIFERT

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural preferencialmente orgânicos e ecologicamente corretos (hortifrutigranjeiros, gênero perecíveis e gêneros não perecíveis – base seca), para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com o edital da chamada pública nº 001/2015 e seus anexos, Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 26/FNDE/2013, pelo período de 12 meses - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública nº 001/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste instrumento contratual, ou até a entrega total dos produtos adquiridos.

PREÇO: R\$ 19.560,00 (Dezenove mil quinhentos e sessenta reais).

DATA: 22 de fevereiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 044/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 044/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O SR. CLOVIS SEIFERT

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural preferencialmente orgânicos e ecologicamente corretos (hortifrutigranjeiros, gênero perecíveis e gêneros não perecíveis – base seca), para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com o edital da chamada pública nº 001/2015 e seus anexos, Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 26/FNDE/2013, pelo período de 12 meses - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública nº 001/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste instrumento contratual, ou até a entrega total dos produtos adquiridos.

PREÇO: R\$ 19.560,00 (Dezenove mil quinhentos e sessenta reais).

DATA: 22 de fevereiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 045/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 045/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O SR. MARIO ELISEU JASTZOMBEK

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural preferencialmente orgânicos e ecologicamente corretos (hortifrutigranjeiros, gênero perecíveis e gêneros não perecíveis – base seca), para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com o edital da chamada pública nº 001/2015 e seus anexos, Lei nº 11.947/2009, Resolução nº 26/FNDE/2013, pelo período de 12 meses - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública nº 001/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste instrumento contratual, ou até a entrega total dos produtos adquiridos.

PREÇO: R\$ 19.560,00 (Dezenove mil quinhentos e sessenta reais).

DATA: 22 de fevereiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 047/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 047/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA TERRAPLENAGEM ÁGUA VERDE LTDA.

OBJETO: Execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária da Rua Alfonso Duwe, localizada no Bairro Itoupavazinha – Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes no edital – Programa Pavimentação - SEMOB.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-038/2015.

PRAZO: 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da assinatura do instrumento contratual.

PREÇO: R\$ 52.397,64 (cinquenta e dois mil trezentos e noventa e sete reais e sessenta e quatro centavos).

DATA: 24 de fevereiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 049/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 049/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA CELEIRO DA CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA.

OBJETO: Execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação articulada com lajotas e sinalização da Rua Gervásio João de Sena, localizada no Bairro Velha Grande – Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes no edital – SEMOB.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-030/2015.

PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias, a contar da assinatura do instrumento contratual.

PREÇO: R\$ 90.897,26 (noventa mil oitocentos e noventa e sete reais e vinte e seis centavos).

DATA: 25 de fevereiro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 055/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 055/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA ELEVADORES BLUMENAU INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP.

OBJETO: Contratação de empresa para manutenção preventiva e corretiva de um elevador da marca ATLAS SCHINDLER, com fornecimento de peças, pelo período de 01 ano - FAEMA.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-030/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses.

PREÇO: R\$ 19.600,00 (dezenove mil e seiscentos reais).

DATA: 03 de março de 2016.

EXTRATO Nº 059/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
Extrato nº. 059/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e a empresa
Fundação Hospitalar de Blumenau – Hospital Santo Antônio

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

CONTRATO Nº.150/2013 - TERMO ADITIVO Nº. 002

OBJETO: Utilização de espaços físicos para ensino/aprendizagem, do diagnóstico e tratamento de patologias nas áreas clínicas e cirúrgicas em pacientes adultos, por parte de alunos e professores da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº. 108/2013 e Contrato Nº. 150/2013, de 16 de agosto de 2013.

ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:
CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº. 150 /2013 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 1º de setembro de 2015 até 31 de agosto de 2016, totalizando 36 (trinta e seis) meses contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA:

A Cláusula Primeira do Contrato nº 150/2013, em seu item 1.3 passa a ter a seguinte redação:

[...]

Para o período de vigência do aditivo nº 02, o valor mensal do contrato será de R\$ 64.287,45 (sessenta e quatro mil duzentos e oitenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) mensais, nos 4 (quatro) primeiros meses, sofrendo um reajuste a partir de janeiro de 2016 igual ao índice de reajuste de mensalidades acadêmicas da FURB [...]. A partir desta data, será aplicado a nova redação da Cláusula Segunda – item 2.3 abaixo.

CLÁUSULA TERCEIRA:

A Cláusula Segunda do Contrato nº 150/2013, em seu item 2.3 passa a ter a seguinte redação:

[...]

O valor mensal devido pela CONTRATANTE será reajustado anualmente no mês de janeiro, de acordo como índice de reajuste de mensalidades acadêmicas da FURB, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº. 150/2013 e aditivo nº 01, que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

DATA: 16/03/2016.

EXTRATO Nº 060/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 060/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

INF. TED. Soluções em Informática e Serviços Ltda.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

CONTRATO Nº.014/2014 - TERMO ADITIVO Nº. 003

OBJETO: Permissão onerosa de uso de áreas localizadas nos campi I e II da FURB, destinadas à exploração comercial de serviços de reprografia para servidores, alunos e comunidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 181/2013 e Contrato Nº. 014/2014, de 04 de fevereiro de 2014.

ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira, Item 1.4 do Contrato nº. 014/2014 fica prorrogado por mais doze (12) meses, a contar de 1º de março de 2016 até 28 de fevereiro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA:

A contar de 1º de março de 2016, o valor mensal pago pela permissionária, será de R\$ 1.224,09 (um mil, duzentos e vinte e quatro reais e nove centavos).

CLAUSULA TERCEIRA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 014/2014 e aditivos nº 01 e 02, que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

DATA: 16/03/2016.

EXTRATO Nº 061/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 061/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

Via D'Água Comércio de Produtos de Medição Hidráulica e Saneamento Ltda ME

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de materiais hidráulicos para uso em manutenções e obras realizadas nos diversos Campi da Universidade

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº. 220/2015 e Ata de Registro de Preços nº. 034/2016 firmada em 29 de fevereiro de 2016.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

| Lote 5: tubos e conexões em cobre e latão | | | | | | | |
|---|-------------|-------|-------|---|--------------|----------------------|---------------------------|
| Item | Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição do Item | Marca/Modelo | Preço Unitário (R\$) | Preço Total do Item (R\$) |
| 1 | 4768 | 20 | Metro | Tubo de cobre Classe "E", diâmetro 15 mm por 5 metros de comprimento, espessura de parede 0,50mm. Composição química de 99,9% de cobre mínimo. Pressão de trabalho 41,0kgf/cm². Produzido de acordo com a norma ABNT NBR 13206. | Ramo | 24,00 | 480,00 |
| 2 | 4769 | 20 | Metro | Tubo de cobre Classe "E", diâmetro 22 mm por 5 metros de comprimento, espessura de parede 0,60mm. Composição química de 99,9% de cobre mínimo. Pressão de trabalho 34,0kgf/cm². Produzido de acordo com a norma ABNT NBR 13206. | Ramo | 40,00 | 800,00 |
| 3 | 4818 | 15 | Metro | Tubo de cobre Classe "E", diâmetro 28 mm por 5 metros de comprimento, espessura de parede 0,60mm. Composição química de 99,9% de cobre mínimo. Pressão de trabalho 26,0kgf/cm². Produzido de acordo com a norma ABNT NBR 13206. | Ramo | 50,00 | 750,00 |
| 4 | 4678 | 10 | Peça | Conector/adaptador fêmea de 15mm x 1/2" (rosca interna) em bronze ou latão. | Ramo | 6,70 | 67,00 |
| 5 | 4679 | 10 | Peça | Conector/adaptador fêmea de 22mm x 3/4" (rosca interna) em bronze ou latão. | Ramo | 95,00 | 950,00 |
| 6 | 35736 | 5 | Peça | Conector/adaptador fêmea de 28mm x 1" (rosca interna) em bronze ou latão. | Ramo | 15,00 | 75,00 |

| | | | | | | | |
|---|-------|----|------|---|--------|-------|--------|
| 7 | 25855 | 25 | Peça | Conector/adaptador macho de 15mm x 1/2" (rosca externa) em bronze ou latão. | Ramo | 5,70 | 142,50 |
| 8 | 35737 | 1 | Peça | Conector/adaptador macho de 22mm x 3/4" (rosca externa) em bronze ou latão. | Ramo | 8,00 | 8,00 |
| 9 | 31936 | 5 | Peça | Conector/adaptador macho de 28mm x 1" (rosca externa) em bronze ou latão. | Ramo | 13,00 | 65,00 |
| 10 | 4969 | 20 | Peça | Joelho 45° de cobre, bitola 15mm. | Ramo | 3,50 | 70,00 |
| 11 | 4907 | 10 | Peça | Joelho 45° de cobre, bitola 22mm. | Ramo | 6,90 | 69,00 |
| 12 | 35738 | 10 | Peça | Joelho 45° de cobre, bitola 28mm. | Ramo | 11,00 | 110,00 |
| 13 | 4905 | 25 | Peça | Joelho 90° de cobre, bitola 15mm. | Ramo | 3,45 | 86,25 |
| 14 | 4906 | 15 | Peça | Joelho 90° de cobre, bitola 22mm. | Ramo | 6,90 | 103,50 |
| 15 | 31937 | 5 | Peça | Joelho 90° de cobre, bitola 28mm. | Ramo | 10,20 | 51,00 |
| 16 | 4958 | 10 | Peça | Joelho 90° de 15mm x 1/2" (rosca), em bronze ou latão. | Ramo | 7,75 | 77,50 |
| 17 | 35739 | 5 | Peça | Joelho 90° de 22mm x 3/4" (rosca), em bronze ou latão. | Ramo | 12,90 | 64,50 |
| 18 | 4973 | 5 | Peça | Joelho 90° de 28mm x 1" (rosca), em bronze ou latão. | Ramo | 21,00 | 105,00 |
| 19 | 4709 | 15 | Peça | União com assento cônico, diâmetro interno 15mm (usinado), comprimento de 34mm, em latão ou bronze. | Ramo | 14,00 | 210,00 |
| 20 | 14151 | 15 | Peça | União com assento cônico, diâmetro interno 22mm (usinado), comprimento de 39mm, em latão ou bronze. | Ramo | 18,00 | 270,00 |
| 21 | 35740 | 5 | Peça | União com assento cônico, diâmetro interno 28mm (usinado), comprimento de 45mm, em latão ou bronze. | Ramo | 28,00 | 140,00 |
| 22 | 35741 | 10 | Peça | Luva de cobre com limitador de passagem, bitola 28mm. | Ramo | 5,10 | 51,00 |
| 23 | 14159 | 5 | Peça | Luva de cobre com limitador de passagem, bitola 22mm. | Ramo | 3,45 | 17,25 |
| 24 | 22519 | 15 | Peça | Luva de cobre com limitador de passagem, bitola 15mm. | Ramo | 1,85 | 27,75 |
| 25 | 4988 | 10 | Peça | Tê 90° de cobre, bitola 15x15x15mm. | Ramo | 4,35 | 43,50 |
| 26 | 4989 | 5 | Peça | Tê 90° de cobre, bitola 22x22x22mm. | Ramo | 10,00 | 50,00 |
| 27 | 31938 | 5 | Peça | Tê 90° de cobre, bitola 28x28x28mm. | Ramo | 14,70 | 73,50 |
| 28 | 4874 | 15 | Peça | Espigão de 1/2" (rosca) por 3/8" o encaixe para mangueira, em bronze ou latão. | Expors | 23,50 | 352,50 |
| 29 | 23678 | 5 | Peça | Espigão de 1/2" (rosca) por 5/16" o encaixe mangueira, em bronze ou latão. | Expors | 18,00 | 90,00 |
| Preço Total do Lote (em R\$) | | | | 5.399,75 | | | |
| Preço Total do Lote (em reais, por extenso) | | | | Cinco mil, trezentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos | | | |

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais/produtos, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 16/03/2016.

EXTRATO Nº 062/2016 - FURB**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**

Extrato nº. 062/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

Telesul Telecomunicações Ltda.

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de pontos de acesso de rede sem fio, com garantia, assistência técnica e treinamento de usuários, destinados à ampliação da RedeFURB

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº. 199/2015 e Ata de Registro de Preços nº. 035/2016 firmada em 07 de março de 2016.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

| Item | Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição do Item | Marca | Preço Unitário (em R\$) | Preço Total do Item (em R\$) |
|------|-------------|-------|------|---|---|-------------------------|------------------------------|
| 1 | 37282 | 25 | Peça | <p>Ponto de Acesso wireless para uso indoor, dual radio 5GHz, 802.11ac e 2.4GHz, 802.11n, com MIMO 2x2.2, com funções de gerenciamento e controle de acessos, com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Ponto de Acesso (AP) deve possuir pelo menos 2 (dois) rádios (dual radio AP), com antenas internas, para ser instalado nas áreas internas (indoor); • Deve possuir estrutura que permita fixação do equipamento em teto ou parede; • Deve ser acompanhado de todos os acessórios necessários para operacionalização do equipamento, tais como: softwares, licenças e manuais (podendo ser em CD-ROM ou no site do fabricante) que contenham informações suficientes para possibilitar a instalação, configuração e operacionalização do equipamento; • Deve possuir LEDs indicativos do estado de operação do AP; • Deve possuir LEDs indicativos do estado de operação da interface ethernet; • Deve operar às temperaturas de 0°C até +40°C; • Deve possuir, no mínimo, uma interface Gigabit Ethernet (10/100/1000 Mbps), com auto-negociação de velocidade e duplex, com conector RJ-45, para conexão à rede local fixa, com suporte a 802.3az; • Deve possuir consumo máximo de até 12,5W, mantendo todas as funcionalidades e capacidades exigidas nestas especificações técnicas, sendo alimentado por Power over Ethernet (IEEE 802.3af), através de uma única interface de rede conectada a 1 Gbps; • Deve implementar as seguintes técnicas de | Aruba by HPN/ Aruba Instant IAP-205 Wireless Access Point – IAP-205 RW | 2.634,22 | 65.855,72 |

| | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | <p>modulação: 802.11a OFDM; 802.11b DSSS; 802.11g DSSS e OFDM; 802.11n/ac OFDM;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deve possuir antenas internas omnidirecionais com, no mínimo, MIMO 2x2:2 (transmite em duas antenas e recebe em duas, com dois “spatial streams”) e ganhos mínimos, em cada antena, de 4 dBi para 2,4GHz e de 6 dBi para 5GHz; • Deve possuir, no mínimo, potência de transmissão agregada de 21 dBm para as frequências de 2.4 GHz e 5 GHz; • Deve possuir sensibilidade por corrente de recepção de valor melhor ou igual: a -92 dBm a 6Mbps nos padrões 802.11g e 802.11a, e -91 dBm em MCS0/HT20 no padrão 802.11n, tanto em 2,4Ghz quanto em 5GHz; • Deve permitir, em um mesmo Ponto de Acesso, a associação de clientes de rede sem fio simultaneamente nos padrões IEEE 802.11b/g/n e 802.11a/n/ac; • Deve possuir modo de operação dedicado como sensor para prevenção de ataques (WIPS), cobrindo todos os canais da faixa de frequências em que o rádio do AP estiver operando (2.4GHz e 5GHz); • Deve possuir modo de operação combinado em que execute simultaneamente as funções de atendimento de clientes e sensor WIPS, na frequência do canal em que o rádio do AP estiver operando (2.4GHz e 5GHz); • Deve possuir modo de operação dedicado como sensor para análise e varredura de espectro, cobrindo as faixa de frequências em que os rádios do AP estiverem operando (2.4GHz e 5GHz); • Deve implementar a obtenção de IP via DHCP; • Deve suportar o desligamento abrupto, por falta de energia, sem sofrer qualquer corrupção de firmware; os APs devem retornar ao funcionamento normal após o retorno da alimentação elétrica; • Deve implementar os seguintes padrões do IEEE: <ul style="list-style-type: none"> ○ 802.1Q: VLAN tagging; ○ 802.1X; ○ 802.3u: 100BASE-TX Fast Ethernet com auto negociação; ○ 802.3ab: 1000Base-T Gigabit Ethernet; ○ 802.3af: Power over Ethernet; ○ 802.11a, com ajuste de velocidade entre 6, 9, 12, 18, 24, 36, 48 e 54Mbps; ○ 802.11b, com ajuste de velocidade entre 1, 2, 5.5, 11Mbps; ○ 802.11g, com ajuste de velocidade entre 6, 9, 12, 18, 24, 36, 48 e 54Mbps; ○ 802.11n, com ajuste de velocidade entre MCS0 e MCS15 (6.5Mbps – 300Mbps); ○ 802.11ac, com ajuste de velocidade | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|

| | | | | | | | |
|---|-------|----|---------|---|--|--------|-----------|
| | | | | entre MCS0 e MCS9, NSS= 1 a 2 (6.5Mbps – 867Mbps); | | | |
| 2 | 36745 | 25 | Peça | <p>Fonte de alimentação PoE, com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Injetor de Energia (PoE) que permite transmissão de energia elétrica juntamente com os dados para um dispositivo remoto, através do cabo de par trançado padrão em uma rede Ethernet; • Suportar padrão Ethernet IEEE (802.3af ou 802.3at); • Suportar no mínimo velocidades de conexão 10/100/1000Mbps Base-T Ethernet, com conector RJ-45 ou superior; • Deverá possuir capacidade de fornecer corrente elétrica em cabo UTP com comprimento de até 100 (cem) metros; • Deverá possuir fonte de alimentação com seleção automática de tensão (100-240 VAC) com saída no mínimo de 48 volts. | Aruba by HPN/ 1 Port 802.3af PoE Midspan-PD-350 1G- AC | 471,32 | 11.782,99 |
| 3 | 37283 | 25 | Kit | <p>Kit de montagem no teto para ponto de acesso wireless indoor, com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deve possuir estrutura que permita fixação do ponto de acesso wireless em teto ou parede e incluindo todos os acessórios para montagem adequada, e para que possa ser feita a fixação; | Aruba by HPN/Aruba Access Point Mount Kit- AP-220-MNT-W1 | 94,75 | 2.368,86 |
| 4 | 37284 | 25 | Licença | <p>Software de gerencia da plataforma WLAN, seus pontos de acesso e controladores, com as seguintes especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deve ser do mesmo fabricante dos pontos de acesso e controladores; • O software deve ser fornecido, instalado e configurado em servidor virtual (máquina virtual) fornecido pela FURB; • Permitir a configuração e gerenciamento através de browser padrão (http, https); • Deve ser capaz de gerenciar todos os APs e controladores WLAN constantes nesse documento; • Deve ter capacidade de gerenciar 200 equipamentos, sendo inicialmente 25 equipamentos; • Permitir que os eventos sejam gravados remotamente utilizando Syslog; • Prover organização hierárquica de equipamentos, permitindo que um equipamento receba as configurações lógicas e as replique a outros equipamentos; • Possuir capacidade de projeto automatizado de redes sem fio nos padrões 802.11a, 802.11b e 802.11g, 802.11n e 802.11ac, segundo a geografia do prédio (planta); • Considerar a área de cobertura e a banda por usuário desejada; • Possibilitar a importação de plantas baixas nos formatos dwg e jpg; • Permitir a visualização de alertas da rede em tempo real; • Permitir a visualização de eventuais áreas | Aruba by HPN/ Airwave 8.0-LIC-AW | 217,13 | 5.428,23 |

| | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | <p>sem cobertura de RF (áreas de sombra);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Monitorar o desempenho da rede wireless, consolidando informações de rede tais como: níveis de ruído, relação sinal-ruído, interferência, potência de sinal; • Possuir capacidade de listagem on-line da localização de usuário, endereço IP, endereço MAC, nível de potência de recepção e dados de associação e de autenticação 802.1x; • Deve possuir informação visual e gráfica, planta baixa dos andares, para: <ul style="list-style-type: none"> • Visualização dos Aps instalados, com estado de funcionamento; • Visualização do mapa de calor de RF (Heatmap); • Localização de ativos conectados a rede (equipamentos 802.11); • Localização de rogue Aps; • Caso esta funcionalidade não esteja disponível no sistema de gerência, deve ser fornecido software, do mesmo fabricante, para atender este item, contemplando toda a rede; • Possuir capacidade de identificação e listagem dos rádios vizinhos e respectivos SSID/BSSID que podem ser percebidos por cada AP; • Possuir capacidade de configuração gráfica completa do Controlador WLAN e respectivos APs; • Possuir capacidade de geração de relatórios dos seguintes tipos: <ul style="list-style-type: none"> • Listagem de clientes Wireless; • Listagem de APs; • Informações de Configuração dos Controladores WLAN; • Utilização da rede; • Detalhes dos APs não autorizados (rogues) detectados; • Suportar SSH, HTTP/HTTPS, SSL, Telnet; • Possuir ferramentas de debug e log de eventos para depuração e gerenciamento em primeiro nível; • Implementar os padrões abertos de gerência de rede SNMPv2c e SNMPv3, incluindo a geração de traps; • Possuir suporte a MIB II, conforme RFC 1213; • Implementar a MIB privativa que forneça informações relativas ao funcionamento do equipamento; • Possibilitar a obtenção da configuração do equipamento através do protocolo SNMP; • Possibilitar a obtenção via SNMP de informações de capacidade e desempenho da CPU, memória e portas; • Permitir a administração centralizada dos APs sem a necessidade de configurar os APs individualmente; • Possibilitar a identificação de paredes e divisórias com respectivos níveis de atenuação por tipo (alvenaria, vidro, drywall e divisória); • Possibilitar a importação de plantas baixas nos formatos gráficos (dwg, dxf, dxb, dwf, | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|

| | | | | | | | |
|---|-------|----|---------|--|---|-------|--------|
| | | | | <p>jpg, gif, bmp e png), com capacidade de selecionar diferentes layers no caso de CAD;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deve disponibilizar em painel gráfico de controle de informações referentes à: • Sistemas operacionais e tipos de dispositivos que estão se conectando a rede; • Informações sobre chamadas de voz, seus protocolos e qualidade das mesmas; • Informações sobre os tipos de aplicações mais utilizados; • Informações sobre usuários conectados; • Deve possuir informação sobre possíveis ameaças a redes detectadas pelos sistemas gerenciados; | | | |
| 5 | 37297 | 25 | Despesa | <p>Serviço de Garantia e Suporte Técnico para software de gerenciamento, com as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A garantia com suporte técnico de 1 (um) ano, contados do recebimento e deverá abranger, no mínimo, as seguintes condições: • Suporte telefônico e assistência técnica para a solução de problemas de funcionamento e disponibilidade do software de gerenciamento e de esclarecimentos de dúvidas relacionadas à instalação, configuração e uso do produto na modalidade de 8 x 5; • Serviços de atualização do produto, responsável por manter a solução adquirida operacional, mediante fornecimento e instalação de patches, correções e versões de software, independentemente da política de comercialização do fabricante; • A assistência técnica deverá abranger todas as funcionalidades suportadas pelo software, independentemente de terem sido configurados anteriormente e da política de comercialização do fabricante; • Os chamados serão abertos por meio de portal disponível na internet e por meio de central de abertura de chamados, a partir de um número 0800 ou número local em Blumenau-SC, com custo de ligação local. O portal e a central de abertura de chamados deverão estar disponíveis em dias úteis – de segunda a sexta-feira, exceto feriados nacionais –, durante as horas úteis de expediente da FURB – das 8h às 18h. O endereço do portal e o número da central de abertura de chamados deverão ser fornecidos quando da implantação da solução. No momento de abertura do chamado, deverá ser fornecido para FURB um número único de identificação. Todos os chamados, bem como as providências adotadas, deverão ser armazenados em sistema da CONTRATADA para controle de chamados. O acesso a este sistema deverá estar disponível para FURB quando solicitado; • Eventuais problemas de funcionamento verificados na solução deverão ser atendidos em até 48 (quarenta e oito) horas corridas, contadas da abertura do chamado. | - | 36,20 | 905,02 |

| | | | | | | | |
|---|-------|----|---------|--|---|--------|----------|
| | | | | <ul style="list-style-type: none"> • Os chamados somente poderão ser abertos e fechados após autorização da FURB; | | | |
| 6 | 37296 | 25 | Despesa | <p>Serviço de Garantia e Suporte Técnico para AP, com as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A garantia com suporte técnico de 1 (um) ano, contados do recebimento e deverá abranger, no mínimo, as seguintes condições: • Suporte telefônico e assistência técnica para a solução de problemas de funcionamento e disponibilidade dos equipamentos e de esclarecimentos de dúvidas relacionadas à instalação, configuração e uso dos produtos adquiridos em 8 x 5 e a reposição do hardware no próximo dia útil; • Serviços de atualização dos produtos, responsáveis por manter a solução adquirida operacional, mediante fornecimento e instalação de patches, correções e versões de software de equipamentos, independentemente da política de comercialização do fabricante; • A assistência técnica deverá abranger todas as funcionalidades suportadas pelos componentes da solução, incluindo hardware, firmware e software, independentemente de terem sido configurados anteriormente e da política de comercialização do fabricante; • Os chamados serão abertos por meio de portal disponível na internet e por meio de central de abertura de chamados, a partir de um número 0800 ou número local em Blumenau-SC, com custo de ligação local. O portal e a central de abertura de chamados deverão estar disponíveis em dias úteis – de segunda a sexta-feira, exceto feriados nacionais –, durante as horas úteis de expediente da FURB – das 8h às 18h. O endereço do portal e o número da central de abertura de chamados deverão ser fornecidos quando da implantação da solução. No momento de abertura do chamado, deverá ser fornecido para FURB um número único de identificação. Todos os chamados, bem como as providências adotadas, deverão ser armazenados em sistema da CONTRATADA para controle de chamados. O acesso a este sistema deverá estar disponível para FURB quando solicitado; • Eventuais problemas de funcionamento verificados na solução deverão ser resolvidos em até 48 (quarenta e oito) horas corridas, contadas da abertura do chamado. A CONTRATADA deverá providenciar a substituição de componentes ou equipamentos em caso de danos na solução, ou, em caso de não ser necessária a substituição de peças, a apresentação da solução definitiva, conforme prazo máximo especificado. Para a resolução de problemas dessa natureza, será permitida a substituição | - | 161,28 | 4.031,93 |

| | | | | | | | |
|---|-------|---|---------|--|---|-----------|-----------|
| | | | | do equipamento defeituoso por outro, a título de backup, desde que o produto substituído seja equivalente ou possua características superiores ao componente em reparo; • Neste caso, o prazo máximo para a solução temporária descrita deverá ser de 60 (sessenta) dias, sendo que neste período a peça ou componente deverá ser devolvida(o) para FURB em perfeito estado de funcionamento ou substituído definitivamente. • Os chamados somente poderão ser abertos e fechados após autorização da FURB; | | | |
| 7 | 32802 | 1 | Serviço | <p>Serviço de treinamento, no local, para instalação e configuração do(s) equipamento(s), com as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relativo à instalação, gerenciamento, operacionalização, manuseio, configuração e utilização dos equipamentos fornecidos e seus componentes, visando garantir a transferência de conhecimento para os técnicos da FURB. • Carga horária mínima de 16 (dezesesseis) horas, observando-se que o treinamento deverá conter todo o conteúdo necessário para o gerenciamento da solução ofertada ser realizado em horários e dias previamente acordados com a FURB: <ul style="list-style-type: none"> • Montagem do equipamento conforme recomendação do Fabricante; • Configuração de VLANs de dados, gerenciamento, videoconferência e wireless; • Configuração de Métricas e priorização de tráfego de videoconferência; • Configuração de Endereços para administração da solução; • Configuração de roteamento, trunking e spanning tree; • Configuração de gerenciamento SNMP; • Configuração de administração remota e backup de configuração; • Atualização para a última versão de firmware disponibilizada pelo fabricante; • Configuração autenticação 802.1x; • Configuração de NAT; • Configuração de DHCP Server; • Configuração de FIREWALL; • Configuração de WIPS; • Troubleshooting Wireless Clients; • Instalação e configuração do Software de Gerencia conforme necessidades da FURB. | - | 20.627,23 | 20.627,23 |
| Preço Global (em R\$) | | | | 111.000,00 | | | |
| Preço Global (em reais, por extenso) | | | | Cento e onze mil reais | | | |

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias consecutivos** após a efetiva entrega (com descarga, instalação e, conforme o caso, treinamento de usuários) dos equipamentos, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela **CONTRATANTE** e sigam

acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da **CONTRATADA**) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 16/03/2016.

Bom Retiro

PREFEITURA

316.03.03.16 - P. REMANEJAMENTO JULIANA M. SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 316/16 de 17.03.16

Remaneja Servidora

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Remanejar a servidora Juliana Madruga da Silva, ocupante do cargo de Professor I - 3, Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, para ocupar as mesmas funções na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
17 de março de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

317.03.16 - P.LIC. MOT. P. FAM. THAYSE T. S. GERBER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 317/16 de 18.03.16

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para acompanhar filha em tratamento de saúde nos dias 17 e 18 de março de 2016, a funcionária Thayse Trento Serafim Gerber, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de março de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

318.03.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MADALENA S. MICHELS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 318/16 de 18.03.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 18 de março de 2016, a funcionária Madalena Stuepp Michels, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 20 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola de Campo Cambará.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de março de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

319.03.16 - P. CESSA EF. JULIANA M. SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 319/16 de 18.03.16

Cessa Efeitos da Portaria N. 313/14 de 02.04.14

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria n.º 313/14 de 02.04.14, que Concedeu Gratificação para Assessorar os Serviços Gerais na Secretaria de Educação a Juliana Madruga da Silva, ocupante do cargo de Professor I-3 - Padrão 1 – Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 08 de março de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de março de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

320.03.16 - P. FÉRIAS GLEBER M. ALTHOFF

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 320/16 de 21.03.16
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) ao funcionário Gleber Manoel Althoff, Ocupante do cargo de Professor de Informática – Nível 06, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, para gozá-las a contar do dia 21 de março com término no dia 19 de abril de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de março de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

321.03.16 - P. FÉRIAS SANDRA M. ROSSINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 321/16 de 21.03.16
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2015 (Dois Mil e Quinze) a 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) a funcionária Sandra Maria Rossini, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo, Padrão I – Nível 6, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 023/2016 de 21 de março de 2016, para gozá-las a contar do dia 21 de março com término no dia 19 de abril de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de março de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

322.03.16 - P. EXON. JEFERSON U. NUNES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 322/16 de 21.03.16
Exonera Servidor a Pedido

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Conceder Exoneração ao servidor Jeferson Ulisses Nunes, do Cargo de Assessor de Gabinete - Padrão 1 – Nível 36, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeado através da Portaria n.º 043/13 de 04.01.13, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a contar do dia 21 de março de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de março de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

323.03.16 - P. PONTO FACULTATIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 323/16 de 22.03.16
Ponto Facultativo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por LEI:

RESOLVE:

Declarar Ponto Facultativo aos Funcionários e Secretários Municipais, no dia 24 de março de 2016, por considerar inexpressivo para as atividades internas e externas das repartições públicas municipais, mantendo apenas os serviços essenciais de coleta de lixo.

Publique-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
22 de março de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

324.03.16 - P.LIC. MOT. P. FAM. MARCELE AP. B. LAATSCH

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 324/16 de 22.03.16
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico

apresentado 03 (três) dias de licença para acompanhar filha em tratamento de saúde nos dias 14, 15 e 16 de março de 2016, a Marcelle Aparecida Becker Laatsch, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
22 de março de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

325.03.16 - P.LIC. MOT. P. FAM. MARCELE AP. B. LAATSCH

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 325/16 de 22.03.16

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para acompanhar filha em tratamento de saúde nos dias 17 e 18 de março de 2016, a Marcelle Aparecida Becker Laatsch, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
22 de março de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

326.03.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ERONETE AP. S. SOUZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 326/16 de 22.03.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 21 de março de 2016, a funcionária Eronete Aparecida da Silva de Souza ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
22 de março de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

56.16 - L VIGIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 56/16 de 22.03.16

ALTERA NÚMERO DE VAGAS DO QUADRO DE SERVIDORES EFETIVOS DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC;

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - Fica alterado de 02, para 03 o número de vagas para o Cargo de Vigia, Nível Salarial 1, vencimento R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), Carga Horária 40h semanais no Quadro de Servidores Efetivos do Município.

Paragrafo Único - O Anexo I – QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, EXISTENTE, OCUPADAS E VACÂNCIA, constante na Lei Complementar n.º 03/04 em relação ao Cargo de Servente passa a ser o seguinte:

| NÚMERO DE VAGAS | | DENOMINAÇÃO | |
|-----------------|---------|-------------|--------|
| EXISTENTE | PROVIDA | VACÂNCIA | CARGOS |
| 03 | 02 | 01 | Vigia |

Art. 2º - As atribuições do cargo de Servente são as descritas no Anexo 5 da Lei Complementar n.º 03/04.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Retiro/SC, 22 de março de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

Dario Cesar de Lins
Sec. Mun. Administração e Fazenda

MINUTA PREGÃO PRESENCIAL 09/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 09/2016 para Fornecimento de transporte escolar para os alunos da rede estadual e municipal para o exercício de 2016, dentro dos padrões exigidos por lei. A abertura dos envelopes será dia 07/04/16 às 09h30min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049)32770183, das 09:00/12:00/13:30/17:00. Edital completo disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 23 de março de 2016.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito

Botuvera**PREFEITURA****CTR23/2016-LINCK MÁQUINAS S.A.**

Extrato de Contrato nº 23/2016

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Linck Máquinas S.A.

Valor: R\$ R\$ 6.125,97(seis mil cento e vinte cinco reais e noventa e sete centavos)

Objeto: Peças, lubrificantes e serviços originais Volvo.

Fund.Legal: Processo nº19/2016 – Inexigibilidade nº 03/2016, Art.25, I da Lei 8.666/93

PL13/2016-CONCORENCIA Nº01/2016-DIVULGAÇÃO DA DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS

TERMO: DESCISÓRIO

TIPO: REVER DECISÃO DA COMISSÃO

REFERÊNCIA :PROCESSO LICITATÓRIO Nº13/2016

EDITAL CONCORÊNCIA Nº01/2016

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE 890,00m²

RECORRENTE: WDF SERVIÇOS LTDA

RECORRIDO: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DE RECEBIMENTO DO JULGAMENTO DO RECURSO REFERENTE HABILITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2016, CONCORRENCIA PUBLICA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 01/2016.

Às nove horas e trinta minutos (9:30) do dia 22 de Março de dois mil e dezesseis (22.03.2016), na Sala de licitações da Prefeitura Municipal de Botuverá reuniram-se os membros da comissão de licitações nomeados pela Portaria nº 02/2016 de 01 de Janeiro de 2016, para recebimento do ATO DE JULGAMENTO do recurso interposto pela empresa WDF SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ:04.924.266/0001-81, situada na Rua Rodrigues Alves, 55, Sala 201, CEP88350-160, cidade de Brusque/SC, conforme decisão abaixo proferida:

De acordo com o parágrafo 4º, do Art. 109 da Lei Federal nº8.666/93, e em virtude do julgamento de recurso efetuado pela autoridade competente, o Prefeito municipal, a comissão resolve acatar e rever os atos por ela praticados, decidindo pela HABILITAÇÃO da recorrente. Diante da decisão fica marcada para data de 24/03/2016, às 10:30horas, para abertura e julgamento da proposta da proponente habilitada. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão, sendo lavrada a presente ata, que foi lida e assinada pelos membros da comissão, sendo determinado publicação de cópia nos meios oficiais, e também devendo ainda notificar as proponentes da presente decisão, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Botuverá - SC, 22 de Março de 2016.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

| | | |
|-----------------------------------|---------------------------|--------------------------------------|
| Fábio Maestri Bagio Presidente | Vilimar Fischer Membro | Márcio Adriano de Oliveira Membro |
|-----------------------------------|---------------------------|--------------------------------------|

PL13/2016-JULGAMENTO DE RECURSO DA EMPRESA WDF

DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 13/2016

Vistos e examinados os autos do Procedimento Licitatório Administrativo 13/2016, acato a recomendação da Assessoria Jurídica e decido, com base nos argumentos e documentação apresentados pela PROCEDÊNCIA do Recurso Administrativo apresentado pela empresa WDF Serviços Ltda.

Determino à Comissão de Licitação seja considerada empresa habilitada nos autos do procedimento licitatório 13/2016, bem como a realização de todos os atos necessários para o fiel cumprimento da presente decisão.

Botuverá, 17 de março de 2.016

JOSÉ LUIZ COLOMBI
PREFEITO

PL13/2016-PARECER JURÍDICO DE RECURSO DA EMPRESA WDF

Botuverá/SC, 16 de março de 2016

Aos Ilustríssimos Senhores

Fábio Maestri Bagio
Comissão de Licitação
José Luiz Colombi
Prefeito Municipal

Assunto: Recurso Administrativo processo licitatório 13/2016.

Chegam os autos a esta Assessoria Jurídica para parecer acerca da legalidade e possibilidade de provimento do Recurso Administrativo apresentado por WDF Serviços Ltda., face inconformismo por ter sido considerada inabilitada no processo administrativo supra citado.

Em breve análise aos autos, verifica-se que a empresa foi considerada inabilitada face Atestado de Capacidade Técnica envolvendo acervo técnico (comprovação de acervo) mínimo em determinados itens.

Em sede de Recurso, a empresa comprova que o acervo técnico, não obstante ter sido mencionado de forma diferente do constante em edital, é superior ao exigido, pecando pelo “excesso” no ato da apresentação e comprovação do que se requer.

Especificamente o edital requer comprovação de execução de acervo envolvendo fundações rasas, sendo que a empresa comprovou acervo mais complexo, motivo pelo qual razão assiste à empresa Requerente, devendo a mesma ser considerada habilitada.

Portanto, diante de todo o acima exposto, no caso em tela, sugere este assessor que o Excelentíssimo Prefeito Municipal julgue procedente o Recurso imposto pela empresa, considerando a mesma habilitada, pelos motivos supra-expostos, observados os demais trâmites administrativos e legais.

Salvo melhor Juízo, Este é o parecer

Rodrigo Ivan Lazzarotti
OAB/SC 12298
Assessor Jurídico

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 16/2016

EXTRATO DE CONTRATO 16/2016

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: CRISTINA APARECIDA HENZEL

CNPJ: 14.303.635/0001-72

sito a Rua Dom Pedro – centro

Cidade de Braço do Trombudo -SC

Objeto: Contratação de empresa especializada em Serviço de Ensino, Arte, Cultura e Fabricação de Artesanato.

Valor: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

Vigência até 31.12.2016.

Data da assinatura: 22.03.2016

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 17/2016

EXTRATO DE CONTRATO 17/2016

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Curt Schroeder S.A Industria e Comercio

CNPJ: 85.775.500/0001-58

sito a BR 470- KM 143, 14.336

Bairro Canta Galo

Rio do Sul -SC

Objeto: Aquisição de peças e serviço de mão de obra mecânica para conserto do caminhão caçamba de placa MMI 4982 da Secretaria de Obras do Município de Braço do Trombudo.

Valor: R\$ 27.534,00 (vinte e sete mil e quinhentos e trinta e quatro reais)

Vigência até 29.04.2016.

Data da assinatura: 22.03.2016

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Brunópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 22/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 022, DE 22 DE MARÇO DE 2016.
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Municipal nº 739 de 18/06/2013;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam NOMEADOS os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, de acordo com o Art. 9º da Lei Municipal nº 739/2013, que terá a seguinte composição:

I - 04 (quatro) representantes da esfera governamental municipal, dentre os órgãos:

a) 01 (um) representantes da área de assistência social:

Judite Conte da Rosa
Camila da Cruz

b) 01 (um) representante da área da educação;

Dayse Juliana Conte Tormen
Girleene Tormen

c) 01 (um) representante da área da saúde;

Rosa Maria Betiolo
Luciane Fleming

d) 01 (um) representante da área da administração;

Jose Thieres Alves Ribeiro
Ana Maria Dos Passos Girardi

II - 04 (quatro) representantes da sociedade civil organizada do Município, sendo:

a) 01 (um) representante de usuários ou de organizações de usuários da Assistência Social;

Maria Terezinha Dos Santos
Maria Eronita Heleodoro

b) 01 (um) representante de trabalhadores do setor de Assistência Social;

Aline Menoncin
Daniela Alexandre Da Silva

c) 02 (dois) representantes das entidades e organizações de Assistência Social, ou na sua ausência

(01) representante da Igreja Católica
Julieta Ortiz de Souza

Marina Andriqueth Kern
(01) representante de Igreja Evangelica
Joao Leobet
Bronilde Leobet

Art. 2º. O mandato dos Conselheiros será de 2 (dois) anos, permitida a recondução para a mesma função de mais um mandato.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brunópolis, em 22 de março de 2016.
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
PLANEJAMENTO E FAZENDA

DECRETO Nº 23/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 023, DE 22 DE MARÇO DE 2016.
DECRETA PONTO FACULTATIVO O DIA 24/03/2016.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis;

Considerando o Feriado da sexta-feira santa dia 25 de março de 2016; e

Considerando as festividades que antecedem a Páscoa;

DECRETA:

Art. 1º. Não haverá expediente no dia 24 de março de 2016, nas repartições públicas municipais, considerando-se ponto facultativo.

Art. 2º. Os serviços considerados essenciais, aqueles relacionados à saúde, a vigilância de bens públicos e às tarefas administrativas que tem prazos legais específicos de execução, serão mantidos, ainda que em regime de plantão, cuja organização e escala será de responsabilidade de cada órgão ou secretaria.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brunópolis, em 22 de março de 2016.
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
PLANEJAMENTO E FAZENDA

LEI MUN. Nº 864

LEI Nº 864, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conforme artigo 100, inciso XXV, da Lei Orgânica Municipal, FAZ saber a todos os habitantes do Município de Brunópolis que os Vereadores votaram e aprovaram e ELE sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Município de Brunópolis fica autorizado a celebrar termo de permissão de uso de bens móveis, máquinas e equipamentos agrícolas, a título gratuito, até 31 de dezembro de 2019, em favor da Associação dos Produtores de Alho da Colônia Hempel de Biazoto, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 18.691.213/0001-72, dos seguintes bens de propriedade do

Município de Brunópolis-SC:

I – 01-ENXADA ROTATIVA, marca Agropрата, ano 2015, largura de corte de 1,5 m 36 enxadas, 6 flanges, encanteirador removível, caixa reservatório e distribuidor de adubo acoplado, com marcador de linha acoplado (06 linhas) (marcadores para plantio de alho).

Art. 2º. O Município de Brunópolis fica autorizado a celebrar termo de permissão de uso de bens móveis, máquinas e equipamentos agrícolas, a título gratuito, até 31 de dezembro de 2019, em favor da Associação de Agricultores de Rio do Índio, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 07.402.692/0001-43, do seguinte bem de propriedade do Município de Brunópolis-SC:

I – PLANTADEIRA MARCA KNAPIK, Ano 2013, N Série TTA 047, 05 Linhas de plantio de verão, semeadora e adubadora de arrasto, sistema de articulação das linhas - pivotada e pantográfica. Reservatório de sementes em polietileno, com distribuição de sementes por disco horizontal alveolados.

Art. 3º. O Município de Brunópolis fica autorizado a celebrar termo de permissão de uso de bens móveis, máquinas e equipamentos agrícolas, a título gratuito, até 31 de dezembro de 2019, em favor da Associação de Produtores Associação de Produtores de Leite Vicente Pires, estabelecida no Interior da Comunidade de Gallegos, Município de Brunópolis- SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.891.282/0001-67.

I – PLANTADEIRA ADUBADEIRA DE INVERNO, MARCA VENCE TUDO, modelo as SA 14600 A, super série, com 14 linhas de semeadura (inverno), discos duplos para plantio da semente e roda compactadora, Distribuição do adubo: com rosca helicoidal, caixa reservatório de adubo em polietileno com capacidade mínima de 350 litros. Distribuição da semente: com rotor helicoidal cancelado, caixa para sementes finas, caixa reservatório de semente com capacidade mínima de 150 l. Transmissão: sistema para troca rápida de engrenagens (tipo pinheirinho). Rodas de controle de profundidade de semeadura, disco duplo defasado, estabilizador de linha, caixa para grãos miúdos tipo passagem.

II – ENSILADEIRA/COLHEDORA DE FORRAGEM, MARCA COMBINA, modelo CB 50 Super N, Série 2015/2298/1, giro manual, capacidade de produção de 20 t /h, transmissão polia correia.

III – ESPALHADOR DE CALCÁRIO MARCA IAC, vermelho, Capacidade para 5500 kg, Eixos tandem.

IV – CARRETA AGRÍCOLA BASCULANTE a azul, Lumeco, com capacidade para 6000 Kg, eixos tipo tandem, com controle hidráulico de viragem.

V – ENXADA ROTATIVA, com encanteirador, marcador de linha e adubadeira, largura de corte 1,50 m, largura do canteiro de 1,25 com 36 laminas, rotação das laminas 193 RPM. Número de patrimônio 3402.

VI – CLASSIFICADOR DE BULBOS DE ALHO, MARCA HE MAQUINAS, com tubo classificador de bulbos e bulbilhos com capacidade para 1000 Kg/h; classificação de bulbos das classes 1 a 7.

Art. 4º. O Município de Brunópolis fica autorizado a celebrar termo de permissão de uso de bens móveis, máquinas e equipamentos agrícolas, a título gratuito, até 31 de dezembro de 2019, em favor da Associação de e Associação de Produtores Vila Brasília, estabelecida no Interior da Comunidade de Vila Brasília, Município de Brunópolis- SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 20.693.873/0001-34, do seguinte bem de propriedade do Município de Brunópolis-SC:

I – ESPALHADOR DE CALCÁRIO MARCA IAC, vermelho, Capacidade para 5500 kg, Eixos tandem, série 4877,4878.

II – ESCARIFICADOR (Pé de Pato), MARCA FOIMAQ, vermelho, 5 hastes,

Art. 5º. O Município de Brunópolis fica autorizado a celebrar termo de permissão de uso de bens móveis, máquinas e equipamentos agrícolas, a título gratuito, até 31 de dezembro de 2019, com a Associação de Produtores Rurais de Três Serrarias-APROSER, estabelecida no Interior da Comunidade de Três Serrarias, Município

de Brunópolis- SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.827.022/0001-57 do seguinte bem de propriedade do Município de Brunópolis-SC:

I – ESPALHADOR DE CALCÁRIO MARCA IAC, vermelho, Capacidade para 5500 kg, Eixos tandem, série 4877,4878.

II – ESCARIFICADOR (Pé de Pato), MARCA SC, verde, 5 hastes

Art. 6º. As despesas com manutenção, guarda, combustíveis e operadores decorrentes da utilização do equipamento será de exclusiva responsabilidade de cada uma das permissionárias, que responderão por todo e qualquer dano decorrente da utilização dos equipamentos cedidos.

Parágrafo Primeiro – Eventuais funcionários contratados pelas associações permissionárias não terão vínculo com a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Segundo – Será de competência da Associação permissionária fazer o seguro da máquina/equipamento.

Art. 6º. As permissionárias poderão cobrar dos agricultores pelas horas/máquinas prestadas, desde que respeitados os preços praticados na região.

Art. 7º. A restituição dos bens ao Município poderá se dar a qualquer tempo, bastando que a parte interessada comunique com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e que os bens estejam em perfeitas condições de uso no momento da restituição.

Art. 8º. Os equipamentos deverão ser utilizados em proveito coletivo da comunidade, cabendo à permissionária o gerenciamento dos serviços, não podendo discriminar ou excluir qualquer agricultor dos benefícios que a presente lei intenta alcançar.

Parágrafo único – As permissionárias deverão, mensalmente, informar através de relatório à Secretaria Municipal de Agricultura, o nome dos beneficiados e o respectivo número de horas trabalhadas.

Art.9º. O respectivo Termo de Permissão de uso firmado regulará o uso dos bens de que trata esta Lei.

Art.10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Brunópolis (SC), 21 de março de 2016.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FAZENDA

REGISTRADA E PUBLICADA NO DOM.

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2016/FMS

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 001/2016/FMS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS E A REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE BRUSQUE. Objeto: transferência de recursos para execução do projeto de manutenção da entidade, e aquisição de materiais de expediente, ambulatorial e móveis. Valor: R\$3.600,00 mensais. Prazo de vigência: Início em 15/03/2016 e término em 31/12/2016. Pelo Fundo Municipal de Saúde – FMS, Ivonir Zanatta Webster, Secretária de Saúde. Pela Rede Feminina De Combate Ao Câncer De Brusque – Sonia Maria Rieg Fischer, Presidente. Data: 15 de março de 2016

PORTARIA Nº 611/2016

PORTARIA Nº 611/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por motivo de doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, ao servidor Sr. IVO MATTIOLI, matrícula nº 1376-00, nomeado por Concurso Público para cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por 30 dias, no período compreendido entre 25/02/2016 à 25/03/2016.

Art. 2º - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne à remuneração do servidor, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 25/02/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de março de 2016.
Cristiano Bittencourt
Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 612-2016

PORTARIA Nº 612/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por motivo de doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, à servidora Sra. MARIA REGIS FLORES, matrícula nº 719595-00, nomeada por Concurso Público para cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por 15 dias, no período compreendido entre 01/02/2016 à 15/02/2016.

Art. 2º - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que

concerne à remuneração da servidora, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/02/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de março de 2016.
Cristiano Bittencourt
Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 522-2016

PORTARIA Nº 522/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. JORGE RICARDO JESKE, matrícula nº424749-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, em decorrência do atestado do dia 09/03/2016 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 24/03/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de março de 2016.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 581-2016

PORTARIA Nº 581/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o afastamento decorrerência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. MERI RODRIGUES, matrícula nº 495077-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotada Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 17/03/2016 de 60 (sessenta) dias, sendo seu afastamento no dia 17/03/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de março de 2016.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 582-2016

PORTARIA Nº 582/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. CHEILA GOEDERT RIBEIRO, matrícula nº 671924-04, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 17/03/2016 de 120 (cento e vinte) dias, sendo seu afastamento no dia 01/04/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de março de 2016.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 672/2016

PORTARIA Nº 672/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º -Suspende do Estágio Probatório a servidora Sra. SANDRA AGUIAR KNIHS, matrícula nº 474320-10, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada no Secretaria Municipal de Educação, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 16/03/2016 de 15 (quinze) dias, ficando suspenso a contar de 31/03/2016.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26,§ 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de março de 2016.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 688-2016

PORTARIA Nº 688/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º -Suspende do Estágio Probatório a servidora Sra. CHEILA GOEDERT RIBEIRO, matrícula nº 671924-04, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada no Secretaria Municipal de Educação, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 17/03/2016 de 120 (cento e vinte) dias, ficando suspenso a contar de 01/04/2016.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26,§ 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2016.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 688-2016

PORTARIA Nº 688/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º -Suspende do Estágio Probatório a servidora Sra. CHEILA GOEDERT RIBEIRO, matrícula nº 671924-04, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada no Secretaria Municipal de Educação, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 17/03/2016 de 120 (cento e vinte) dias, ficando suspenso a contar de 01/04/2016.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26,§ 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2016.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 7, DE 21 DE MARÇO DE 2016-
LEGISLATIVO**

Portaria Nº 7, de 21 de março de 2016.
Concede Férias e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias à funcionária Samantha Roberta Gorniski Fabiensi, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade e Orçamento do Quadro Único dos Servidores da Câmara Municipal, referente ao período de 2015 a 2016, na seguinte forma:
- usufruídos 21 (vinte e um) dias no período compreendido entre 21 de dezembro de 2015 a 10 de janeiro de 2016 - férias coletivas;
- para usufruir de 09 (nove) dias no período compreendido entre 28/03/2016 a 05/04/2016.

2 - Fica autorizado o pagamento de um terço a mais do que o vencimento normal à Servidora em gozo de férias, na forma do art. 113 da Lei Complementar nº 147/2009.

Brusque, 21 de março de 2016.

| |
|---|
| Jean Daniel dos Santos Pirola |
| Presidente |
| Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC |
| Rogério Gamba Diretor Geral |

**PORTARIA Nº 8, DE 21 DE MARÇO DE 2016
LEGISLATIVO**

Portaria Nº 8, de 21 de março de 2016.
Concede Licença Prêmio.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Autorizar o pagamento da licença prêmio não gozada e trabalhada à Servidora Samantha Roberta Gorniski Fabiensi, ocupante do Cargo de Técnico em Contabilidade e Orçamento do Quadro Funcional da Câmara Municipal, referente ao período de 17/03/2011 a 16/03/2016.

Brusque, 21 de março de 2016.

| |
|---|
| Jean Daniel dos Santos Pirola |
| Presidente |
| Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC |
| Rogério Gamba Diretor Geral |

**PORTARIA Nº 9, DE 22 DE MARÇO DE 2016
LEGISLATIVO**

Portaria Nº 9, de 22 de março de 2016.
Altera horário de expediente da Câmara Municipal de Brusque.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o horário de expediente dos Servidores da Câmara Municipal no dia 24 de março de 2016, passando a ser prestado das 7 às 13 horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 22 de março de 2016.

| |
|---|
| Jean Daniel dos Santos Pirola |
| Presidente |
| Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC |
| Rogério Gamba Diretor Geral |

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.739

DECRETO Nº 6.739, de 22 de março de 2016.

Suplementa dotação orçamentária, por conta de remanejamento entre despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 3.280, de 18/12/2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2016, na importância de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais):

3.001 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

4.122.0.0.3 – Pagamento de Sentenças Judiciais

3.3.90.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), conforme segue:

3.001 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

4.122.0.0.3 – Pagamento de Sentenças Judiciais

3.1.90.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de março de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL Nº 01/2016 - FME - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EDITAL nº 001/2016

ESTABELECE O PROCESSO DE INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DE ATLETAS, PARA ATLETAS E GUIAS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAÇADOR.

O Presidente da Fundação Municipal de Esportes de Caçador – FMEC -, no uso de suas atribuições legais e atendendo o disposto na Lei Municipal nº 2.793, de 24 de março de 2011, que institui o programa de bolsa-atleta, faz saber que fica instaurado o processo de inscrição e seleção para concessão da bolsa atleta aos interessados que atendem aos requisitos legais:

1. DAS MODALIDADES E VERBAS

Em conformidade com o Decreto Municipal nº 4.809, de 08 de abril de 2011, que regulamenta a Lei Municipal nº 2.793, de 24 de março de 2011, torna público a Fundação Municipal de Esportes de Caçador, as modalidades e naipes de seu programa anual para 2016, cujos atletas poderão ser contemplados pelo PROGRAMA BOLSA ATLETA, bem como suas respectivas verbas:

Modalidades:

- a) Atletismo - m. e f.
- b) Bocha - m.
- c) Bolão 16 cm - m. e f.
- d) Futsal f.
- e) Handebol - m.
- f) Natação - f.
- g) Paradesporto - m. e f.
- h) TaeKwondo - m.
- i) Tiro de armas curtas - m.
- ps – sendo m. (masculino) e f. (feminino)

2. DAS BOLSAS

Período. A bolsa atleta será concedida aos atletas classificados pelo prazo de 10 (dez) meses, período compreendido entre março a dezembro de 2016, não gerando qualquer espécie de vínculo trabalhista com a Administração Municipal ou com a Fundação Municipal de Esportes.

Valor. Os valores da bolsa-atleta serão definidos pelo Conselho Municipal de Esportes dentro dos limites estipulados na Lei Municipal nº 2.793, de 24 de março de 2011 (lei do Programa Bolsa Atleta Municipal), conforme critérios estabelecidos no Decreto.

3. DAS FASES

O processo seletivo compreenderá as seguintes fases e datas:

- a) inscrições do dia 16 de março à 23 de março de 2016;
- b) análise e julgamento pelo Cons. Mun. de Esportes do dia 24 à 27 de março de 2016;
- c) Classificação dia 30 de março de 2016;

a.1) DAS INSCRIÇÕES.

As inscrições serão realizadas na Fundação Municipal de Esportes, localizada na Rua Aristeu Porto Lopes, 10 - Centro, dos dias 16 de março à 23 de março de 2016, nos horários compreendidos das 13h00 às 19h00;

a.1.2) DA DOCUMENTAÇÃO.

Os interessados deverão comparecer no local e horário retro indicado para fazer sua inscrição, munidos de um envelope A4 contendo na frente o nome do atleta e modalidade, no mesmo deverá conter o formulário de inscrição digitado e impresso, que estará disponível no site www.fmecacador.com, juntamente com os documentos abaixo relacionados:

- 1 cópia da identidade assinada;
- 1 cópia do CPF assinada;
- 1 foto 3x4 atual;
- Comprovante de que o interessado está inscrito junto à entidade oficial de administração do desporto da modalidade para a qual está pleiteando o benefício e de que tomou parte em competição esportiva, através de súmulas ou declarações das respectivas federações, no último ano imediatamente anterior ao deste edital;
- Histórico de participações e conquistas do atleta em competições de todos os âmbitos;
- Para os menores de 18 anos de idade, deverão apresentar autorização dos pais e comprovante de que está regularmente frequentando instituição regular de ensino;
- Comprovante de residência;
- Caso possua apresentar cópia do cartão da caixa econômica federal contendo os dados bancários para eventuais depósitos.

b.1) DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS E JULGAMENTO

A análise da documentação será realizada pelo Conselho Municipal de Esportes com base nas informações e documentos juntados pelo interessado, com análise e julgamento pelo Cons. Mun. de Esportes do dia 24 à 29 de março de 2016;

c.1) DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

No dia 30 de março de 2016, o Conselho Municipal de Esportes e a Fundação Municipal de Esportes de Caçador, divulgarão a classificação conforme os critérios legais, inclusive a avaliação técnico-curricular, estipulando os valores a cada beneficiado, via bolsa atleta.

c.2. ASSINATURA DO TERMO DE OUTORGA

Os beneficiados deverão comparecer na Sede da Fundação Municipal de Esportes para assinar termo de outorga e confirmar os dados bancários para depósito após a divulgação dos classificados até o dia 02 de abril de 2016, no horário de expediente que se inicia às 13h00 e encerra às 19h00 sob pena de perderem o direito à bolsa atleta.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS.

As informações, dados, documentos juntados e informações prestadas são de inteira e única responsabilidade dos interessados, cabendo a Fundação Municipal de Esportes ou Conselho Municipal de Esportes, analisar, conferir ou glosar tais documentos e informações segundo critérios de veracidade, autenticidade e legalidade. O benefício BOLSA ATLETA poderá ser cancelado de acordo com os critérios e normas legais a qualquer tempo. Não serão aceitas entrega de documentos ou informações fora dos prazos estipulados.

O depósito do benefício da bolsa-atleta somente poderá ser realizado através de conta na Caixa Econômica Federal, em conta corrente ou poupança, mas não em conta salário. Informações complementares ou dúvidas poderão ser sanadas pelos interessados na Sede da Fundação Municipal de Esportes, ou pelo telefone (49) 35630212.

Caçador, 16 de março de 2016.

João Darci Coelho

Presidente da Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA Nº 26.581

PORTARIA Nº 26.581, de 25 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, cargo de Contínuo, férias regulamentares acrescidas do adicional de férias, especificando código, nome da servidora, período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

| Código | Nome | Período Aquisitivo | Período Gozo |
|--------|-----------------------------|-------------------------|-------------------------|
| 12893 | Marlene Aparecida dos Anjos | 30/01/2015 a 29/01/2016 | 21/03/2016 a 09/04/2016 |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de fevereiro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.582

PORTARIA Nº 26.582, de 25 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 120, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal LILIA CAPELIM, Matrícula 3294, ocupante do cargo Auxiliar de Creche e Berçário, 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, no CMEI Pierina Adami, 02 (dois) anos de Licença Sem Vencimentos para tratar de assuntos particulares, com efeitos a contar de 22 de fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de fevereiro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.595

PORTARIA nº 26.595, de 29 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, em exercício na Secretaria Municipal da Saúde, o pagamento do SERVIÇO HORAS PLANTÕES, realizado no mês de fevereiro de 2016, junto ao Pronto Atendimento Municipal, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

| Código | Nome | Nº Horas |
|--------|------------------------------|----------|
| 9701 | Daniela Kist Busnardo Cabral | 73hs |
| 13474 | Dilson Luiz Correia | 453hs |
| 13571 | Douglas Pereira Carniel | 38hs |
| 12773 | Everton Zeni | 39hs |
| 200 | Ilse Maria Schmidt Driessen | 73hs |
| 1092 | João Gomes Soares | 142hs |
| 13958 | Matheus Lobato Farinon | 233hs |
| 14091 | Northon Andre F. Knoblauch | 37hs |
| 14131 | Pablo Augusto Gehlen | 43hs |
| 13583 | Sulivan Francisco da Silva | 213hs |
| 14128 | Thiago Muniz de Lima | 07hs |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.605

PORTARIA nº 26.605, de 29 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento do Servidor Público Municipal, abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, em razão de faltas injustificadas no período de 01/02/2016 a 29/02/2016, especificando código, nome do servidor e quantidade de horas ou dias, conforme segue:

| Código | Nome | Nº de Dias/Horas |
|--------|-------------------------|------------------|
| 13370 | Raphael Salgado Pedroso | 24 dias |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.636

PORTARIA Nº 26.636, de 11 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, §1º, I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a Servidora Pública Municipal MARCIONE RODRIGUES NUNES, Matrícula 14132, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Biblioteca, da Secretaria Municipal da Educação, Referência 1/A, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, nomeada pela Portaria nº 26.524, de 17 de fevereiro de 2016, com efeitos a contar de 11 de março de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de março de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.657

PORTARIA Nº 26.657, de 17 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal IVONE TIBES DE LIMA, Matrícula 5791, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, em exercício

na Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, Licença Prêmio a que faz jus, especificando período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

| Período de Aquisição | Período de Gozo |
|-------------------------|-------------------------|
| 04/04/2010 a 04/04/2015 | 01/04/2016 a 26/06/2016 |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de março de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos

SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PORTARIA Nº 26.658

PORTARIA Nº 26.658, de 17 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 166, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal GISELE DE OLIVEIRA MORAES VEIGA, Matrícula 13988, cargo de Professor do Ensino Fundamental I, lotada na Secretaria Municipal da Educação, na EMEB Hilda Granemann de Sousa, auxílio-natalidade, no valor de um vencimento mínimo municipal, em virtude do nascimento de sua filha Lorena Moraes Veiga, ocorrido no dia 22 de fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de março de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.664

PORTARIA Nº 26.664, de 18 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal LAURITA APARECIDA FAUSTINO, Matrícula 7981, cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, 35 (trinta e cinco) horas semanais, Licença Prêmio a que faz jus, especificando período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

| Período de Aquisição | Período de Gozo |
|-------------------------|-------------------------|
| 11/01/2008 a 11/01/2013 | 01/04/2016 a 30/05/2016 |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de março de 2016.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 33 – PREGÃO
PRESENCIAL – 18-2016 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
PROCESSO DE LICITAÇÃO nº 33 – Pregão Presencial – 18-2016 -
PREFEITURA

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA COPA
CAÇADOR 82 ANOS – CMPEONATO AMADOR DO MUNICIPIO DE
CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 13/04/2016 às 16h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 13/04/2016 às 16h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecida informação por telefone

Caçador, 22 de março de 2016.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Camboriú

PREFEITURA

DECRETO N.º 3.075/2016

DECRETO N.º 3.075/2016

Estabelece feriado e ponto facultativo nas repartições públicas do Poder Executivo do Município de Camboriú.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pelo art. 79, incisos VI e VII da Lei Orgânica do Município e;
CONSIDERANDO que a Lei Municipal n.º 2.126/2010 dispõe sobre os feriados municipais;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o seguinte ponto facultativo e feriado municipal para todos os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal:

I - 24 de março, quinta-feira que antecede a sexta-feira da paixão (ponto facultativo);

II - 25 de março, sexta-feira da paixão, (feriado municipal).

Parágrafo único. Nas datas previstas no caput deste artigo poderá haver convocação especial de alguns servidores em caso de necessidade.

Art. 2º Não serão suspensas, nos dias descritos no artigo 1º deste Decreto, as atividades consideradas de natureza essencial e as prestadas pela Concessionária Águas de Camboriú referente aos serviços de plantão de água e pelas Secretarias Municipais de Saúde que deverá manter em funcionamento os serviços junto ao Posto de Saúde Central e Posto de Saúde do CAIC, localizado no Bairro Monte Alegre, bem como o plantão de ambulância; de Obras referente aos serviços de plantão, coleta de lixo, limpeza pública; e de Desenvolvimento Econômico que manterá em funcionamento o Portal Turístico.

Art. 3º Os serviços de atendimento ao público, burocráticos e afins observarão medidas internas determinadas pelos respectivos secretários, que organizarão plantão de atendimento ao público.

Art. 4º A jornada de trabalho que, por força deste decreto, foi suspensão, deverá ser compensada ulteriormente, ficando cada Secretaria com a atribuição de fazê-la de acordo com sua necessidade e conveniência.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 21 de março de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

PR 43/16 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 043/2016-PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: AQUISIÇÃO PARA MOBÍLIA DA NOVA DELEGACIA DE POLÍCIA DA COMARCA DE CAMBORIÚ, E NOVA SEDE DO CIRETRAN DE CAMBORIÚ, LOCALIZADA NA RUA SÃO PAULO, BAIRRO SANTA REGINA, CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 15:00 horas do dia 19 (Dezenove) de Abril de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 22 de Março de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

TERMO DE ALTERAÇÃO PR 27/16 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ALTERAÇÃO

PREGAO PRESENCIAL Nº. 027/2016-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital de PREGÃO PRESENCIAL 027/2016-PMC, tendo como objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE TOLDO EM ESTRUTURA GALVANIZADA, POLICARBONATO FUMÊ, MEDINDO 232M2, PARA NOVA SEDE DO CITRAN E DELEGACIA DA COMARCA DE CAMBORIÚ, VISANDO A PROTEÇÃO DAS VIATURAS POLICIAIS, BEM COMO A PASSAGEM DE PESSOAS", em virtude do Decreto Municipal nº 3.075/2016, teve a data de Abertura das Propostas e documentos de Habilitação alterada para às 14:00 horas do dia 28/03/2016, na sala reuniões do Depto. de Compras da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Camboriú.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500.

Camboriú, 22 de Março de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS.

Prefeita Municipal

TERMO DE ALTERAÇÃO PR 30/16 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
TERMO DE ALTERAÇÃO
PREGAO PRESENCIAL Nº. 030/2016-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital de PREGÃO PRESENCIAL 030/2016-PMC, tendo como objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM FILMAGENS CINEMATOGRAFICA PARA DIVERSOS EVENTOS QUE COMPÕEM A PROGRAMAÇÃO DAS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AOS 132 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLITICA DE CAMBORIÚ. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO", em virtude do Decreto Municipal nº 3.075/2016, teve a data de Abertura das Propostas e documentos de Habilitação alterada para às 17:00 horas do dia 29/03/2016, na sala reuniões do Depto. de Compras da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Camboriú. INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500.

Camboriú, 22 de Março de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS.
Prefeita Municipal

TERMO DE ALTERAÇÃO PR Nº029 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
TERMO DE ALTERAÇÃO
PREGAO PRESENCIAL Nº. 029/2016-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital de PREGÃO PRESENCIAL 029/2016-PMC, tendo como objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO DO EVENTO EXPORURAL 2016 QUE COMPÕEM A PROGRAMAÇÃO DAS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AOS 132 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLITICA DE CAMBORIÚ. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO", teve a data de Abertura das Propostas e documentos de Habilitação alterada para às 16:30 horas do dia 23/03/2016, na sala reuniões do Depto. de Compras da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Camboriú. INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500.

Camboriú, 22 de Março de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
PREFEITA MUNICIPAL

TP 02/16 - FME

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2016 - FME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRA E SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE MURO NA AMPLIAÇÃO DO CEI TANIA REGINA GARCIA, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUIDOS EM ANEXO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 19 (Dezenove) de Abril de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 22 de Março de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA PREGÃO 28/2016

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 28/2016)

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal e Lilian Terezinha Bartsch membro da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 28/2016, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de pastas escolar personalizada para disciplina de Turismo para distribuição nas Escolas da Rede Municipal de Ensino. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA EPP – CNPJ: 78.218.187/0001-91. A licitante cadastrou como representante o Sr. Gilmar Senderski. A licitante apresentou a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e comprovou enquadramento como EPP. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO GLOBAL. Passou-se a fase de lances, a licitante não concedeu lance de desconto no valor inicial da proposta, ficando definido conforme tabela.

| Empresa | Valor da proposta inicial (R\$) | Valor proposta após lances (R\$) | Classificação | Situação Habilitação |
|-----------------------------|---------------------------------|----------------------------------|---------------|----------------------|
| GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA EPP | 1,43 | 1,43 | 1ª | HABILITADA |

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante classificada em primeiro lugar conforme tabela acima, estando de acordo com o exigido no edital, a empresa GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA EPP foi declarada vencedora da presente licitação com o valor unitário de R\$ 1,43. Não houve manifestação de Intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

CONVOCAÇÃO Nº 041/2016

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

CONVOCAÇÃO Nº 041/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. PATRICIA LUCO, inscrita no CPF/MF sob nº 087.348.409-66, aprovada em 16º lugar no Processo Seletivo nº 001/2015-/PMCA, para o Cargo Público de ATENDENTE DE SALA, na Função de ATENDENTE DE SALA, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 24 de Março de 2016, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêm os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 21 de Março de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação.

Campo Erê

PREFEITURA

EXTRATO ATA RP 13/2016/FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 13/2016/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 348/2016/FMS

Pregão Presencial FMS nº 07/2016/FMS

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa PROSAUDE DIST. MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 85.247.385/0001-49, conforme relação abaixo:

| Item | Quant. | Unid | Descrição das Mercadorias | Valor Unit. | Total item | Marca |
|------|----------|------|---|-------------|------------|-------|
| 143 | 1.000,00 | UN | Soro fisiológico 0,9 % 500 ml estéril e injetável | 2,54 | 2.540,00 | BASA |
| 145 | 250,00 | UN | Soro glicose 5% 250 ml e injetável | 2,21 | 552,50 | BASA |
| 146 | 250,00 | UN | Soro glicose 5% 500 ml e injetável | 2,78 | 695,00 | BASA |

VALOR TOTAL R\$ 3.787,50

Campo Erê, Quinta-Feira, 15 de março de 2016.

| | | |
|--|--|--|
| MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ RUDIMAR BORCIONI Prefeito municipal | | PROSAUDE DIST. MEDICAMENTOS LTDA CNPJ Nº 85.247.385/0001-49 |
| DALCI M. B. APPIO Gestora Fundo Municipal de Saúde | | |

EXTRATO ATA RP 14/2016/FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 14/2016/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 348/2016/FMS

Pregão Presencial FMS nº 07/2016/FMS

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ Nº 09.676.256/0001-98, conforme relação abaixo:

| Item | Quant. | Unid | Descrição das Mercadorias | Valor Unit. | Total item | Marca |
|------|----------|------|--|-------------|------------|-------------|
| 5 | 2.000,00 | UN | Água destilada 10 ml estéril e injetável | 0,18 | 360,00 | SAMTEC |
| 6 | 50,00 | UN | Acido graxo essencial:Produto composto por óleos de origem vegetal, ricos em AGE (Ácido linoleico e oleico),contendo também os ácidos mirístico, láurico, palmítico e esteárico declarados em sua composição. Além disso, contém triglicerídeos de cadeia média (ácidos cáprico, capríco e caprílico), palmitato de retinol (vit.A), acetato de tocoferol (Vit.E) e lecitina de soja. Indicado para prevenção e tratamento de feridas. | 3,17 | 158,50 | MOPH |
| 11 | 600,00 | UN | Agulha desc. 25mm x 8 cm, com bisel trifacetado, cânula siliconizada, estéril. | 0,06 | 36,00 | DESCAR-PACK |
| 12 | 1.500,00 | UN | Agulha desc. 40mm x 12 cm, com bisel trifacetado, cânula siliconizada, estéril. | 0,06 | 90,00 | LAMEDID |
| 13 | 150,00 | FRS | Álcool etílico de uso ambulatorial 70% 1.000 ml | 3,30 | 495,00 | MEGAQUIMICA |
| 17 | 20,00 | UN | Almotolia de polietileno transparente graduado em relevo, com bico reto capacidade 125ml | 0,99 | 19,80 | JPROLAB |
| 23 | 50,00 | UN | Acido graxo essencial:produto composto por óleos de origem vegetal, ricos em AGE (Ácido linoleico e oleico), contendo também os ácidos mirístico, láurico, declarados em sua composição. Além disso contém triglicerídios de cadeia média (ácidos cáprico, capríco e caprílico), palmitato de retinol(Vit. A), acetato de tocoferol (Vit. E) e lecitina de soja. indicado para prevenção e tratamento de feridas. Frasco com 100ml ou 200ml. | 3,17 | 158,50 | MOPH |
| 29 | 200,00 | UN | Cateter intravenoso periférico de teflow n.º 24 G, cujo cateter adapta perfeitamente a agulha, bisel com ponta trifacetada proporcionando perfeito corte, dispositivo de uso único, descartável, embalados em papel grau iúrgico, estéril, contendo reg. Ministério da saúde, lote, validade e data fabricação, pronto para o uso | 0,74 | 148,00 | LAMEDID |
| 41 | 150,00 | UN | Escalpe dispositivo de uso único, apresentado no calibre 21, embalado unitariamente em blister, estéril, pronto para o uso | 0,02 | 2,39 | LAMEDID |
| 55 | 20,00 | UN | Estetoscópio Adulto | 7,99 | 159,80 | ADVANTIVE |
| 69 | 30,00 | UN | Gelox reutilizável pequeno | 1,86 | 55,80 | GELOTECH |
| 70 | 300,00 | UN | Glicose 50% 10 ml injetável | 0,28 | 84,00 | SAMTEC |

| | | | | | | |
|-----|----------|-----|---|-------|----------|-----------|
| 71 | 2,00 | CX | Gorro descartável, com tiras, branco 20G c /100 | 5,11 | 10,22 | MEDICOR |
| 76 | 5,00 | CX | Lâmina de bisturi aço carbono n.º 12, dispositivo para uso único, esterilizadas por cobalto 60, embaladas unitariamente em invólucros individuais de alumínio c/100 | 19,55 | 97,75 | MAXICOR |
| 77 | 3,00 | CX | Lâmina de bisturi aço carbono n.º 15, dispositivo para uso único, esterilizadas por cobalto 60, embaladas unitariamente em invólucros individuais de alumínio c/100 | 18,98 | 56,94 | LAMEDID |
| 82 | 300,00 | Par | Luva cirúrgica esterilizada a ETO, número 7,0 lubrificadas com pó bioabsorvível, em puro látex, espessura mínima de 0,17mm e comprimento mínimo de 280mm, Padrão Nacional, conforme NBR 13391 da ABNT. | 0,82 | 246,00 | ADVANTIVE |
| 83 | 300,00 | Par | Luva cirúrgica esterilizada a ETO, número 7,5 lubrificadas com pó bioabsorvível, em puro látex, espessura mínima de 0,17mm e comprimento mínimo de 280mm, Padrão Nacional, conforme NBR 13391 da ABNT. | 0,80 | 240,00 | MAXITEX |
| 84 | 250,00 | Par | Luva cirúrgica esterilizada a ETO, número 8,0 lubrificadas com pó bioabsorvível, em puro látex, espessura mínima de 0,17mm e comprimento mínimo de 280mm, Padrão Nacional, conforme NBR 13391 da ABNT. | 0,80 | 200,00 | MAXITEX |
| 85 | 50,00 | Par | Luva cirúrgica esterilizada a ETO, número 8,5 lubrificadas com pó bioabsorvível, em puro látex, espessura mínima de 0,17mm e comprimento mínimo de 280mm, Padrão Nacional, conforme NBR 13391 da ABNT. | 0,85 | 42,50 | MAXITEX |
| 86 | 100,00 | CX | Luva descartável procedimento com 50 pares (G)": não estéril, anatômicas, ambidestras, confeccionadas em látex natural aprovadas pelo Ministério da Saúde e que atendam a RDC Nº 05/2008. | 16,89 | 1.689,00 | NUGARD |
| 92 | 100,00 | CX | Mascara cirúrgica descartável, 100% polipropileno, com elástico, não estéril, dupla | 4,67 | 467,00 | MEDICOR |
| 97 | 5,00 | CX | Nylon Monofilamento, n.º 2-0, de 45 cm, com agulha 3/8 círculo triângulo 2,0 cm. Caixa c/ 24 envelopes | 28,33 | 141,65 | TECHNOFIO |
| 100 | 5,00 | CX | Nylon Monofilamento, n.º 5-0, de 45 cm, com agulha 3/8 círculo triângulo 2,0 cm. Caixa c/ 24 envelopes | 28,24 | 141,20 | TECHNOFIO |
| 111 | 6,00 | UN | Pinça mosquito reta 12cm inox | 13,23 | 79,38 | ABC |
| 112 | 4,00 | UN | Pinça anatomica dente de rato 12cm inox | 8,76 | 35,04 | ABC |
| 128 | 1.500,00 | UN | Seringa descartável 20 ml sem agulha: confeccionada em plástico apropriado, uso único, com borracha no êmbolo para proteção, capacidade 20 ml, bico comum, esterilizada a gás óxido de etileno ou raio gamma, embalada individualmente em invólucro apropriado, capaz de manter a sua integridade, contendo externamente os dados de identificação. | 0,28 | 420,00 | MEDICOR |
| 133 | 50,00 | UN | Sonda endotraqueal desc. c/ balão 5,5 siliconada | 3,43 | 171,50 | MEDIX |
| 136 | 30,00 | UN | Sonda foley 02 vias nº 20 látex estéril | 2,32 | 69,60 | MEDIX |
| 137 | 20,00 | UN | Sonda Folley 02 vias n.º 16 de látex, estéril, descartável e siliconizada | 2,32 | 46,40 | MEDIX |
| 138 | 40,00 | UN | Sonda Folley 02 vias n.º 18 de látex, estéril, descartável e siliconizada | 2,32 | 92,80 | MEDIX |
| 158 | 5,00 | FRS | Vaselina líquida 1000 ml | 14,57 | 72,85 | FARMAX |

VALOR TOTAL R\$ 6.087,62

Campo Erê, Quinta-Feira, 15 de março de 2016.

| | | |
|--|--|---|
| MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ RUDIMAR BORCIONI Prefeito municipal | | MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI – EPP CNPJ Nº 09.676.256/0001-98 |
| DALCI M. B. APPIO Gestora Fundo Municipal de Saúde | | |

EXTRATO ATA RP 15/2016/FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 15/2016/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 348/2016/FMS

Pregão Presencial FMS nº 07/2016/FMS

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ Nº 82.291.311/0001-11, conforme relação abaixo:

| Item | Quant. | Unid | Descrição das Mercadorias | Valor Unit. | Total item | Marca |
|------|----------|------|---|-------------|------------|------------|
| 3 | 150,00 | PCT | Abaixador de língua c/ 100 unid.Descatável | 2,90 | 435,00 | ESTILO |
| 10 | 7.000,00 | UN | Agulha desc. 25 mm x 7 cm, com bisel trifacetado, cânula siliconizada, estéril. | 0,06 | 419,30 | SOLIDOR |
| 15 | 40,00 | Rls | Algodão hidrófilo em camadas, sobrepostas formando uma manta com espessura uniforme, homogênea, macia, cor branca, isento de substância gordurosas, ácidos, álcalis, corante corretivo e alvejante óptico, boa absorção e retenção de líquidos, enroscado com papel apropriado em toda a sua extensão, apresentado em rolos, contendo 500 gr, e embalados individualmente com embalagens apresentando identificação, procedência, data de validade, lote de fabricação e Registro do Ministério da Saúde. | 8,45 | 338,00 | MELHOR MED |
| 18 | 20,00 | UN | Almotolia de polietileno transparente graduado em relevo, com bico reto capacidade 250ml | 1,90 | 38,00 | JPROLAB |

| | | | | | | |
|-----|----------|-----|---|-------|----------|---------------|
| 25 | 15,00 | UN | Bota de unha, bandagem flexível de gaze branca(70% poliéster 30% algodão)impregnada compasta a base de oxido de Zinco, goma acácia, glicerina,óleo de rícino, vaselina, álcool ceto-estearílico , água e conservantes , estéril, tamanh10x9cm, embalado individual. | 33,62 | 504,30 | CASEX |
| 28 | 100,00 | UN | Cateter intravenoso periférico de teflow n.º 22 G, cujo cateter adapta perfeitamente a agulha, bisel com ponta trifacetada proporcionando perfeito corte, dispositivo de uso único, descartável, embalados em papel grau iúrgico, estéril, contendo reg. Ministério da saúde, lote, validade e data fabricação, pronto para o uso. | 0,07 | 7,19 | SOLIDOR |
| 32 | 100,00 | UN | cateter intravenosode teflow nº20G, cujo cateter adapta perfeitamente a agulha, bisel com ponta trifacetada proporcionando perfeito corte,dispositivo de uso único, descartável, em embalado em papel grau cirúrgico estéril contendo registro no ministério da saúde lote, validade e data de fabricação, pronto para uso. | 0,07 | 7,19 | SOLIDOR |
| 42 | 1.000,00 | UN | Equipos macro Gotas com pinça rolete, câmara cirúrgica de gotejamento, ponta perfurante de acordo com as normas ABNT, 20gotas e o que equivale a 1 ml, tubo de infusão com 1,20m embalado em papel grau cirúrgico individualmente esterilizado a óxido de etileno, contendo registro no ministério da saúde, data fabricação, validade e lote. | 1,01 | 1.010,00 | LABOR IMPORT |
| 43 | 100,00 | UN | Equipos micro Gotas com pinça rolete, câmara cirúrgica de gotejamento, ponta perfurante de acordo com as normas ABNT, 20gotas e o que equivale a 1 ml, tubo de infusão com 1,20m embalado em papel grau cirúrgico individualmente esterilizado a óxido de etileno, contendo registro no ministério da saúde, data fabricação, validade e lote. | 1,05 | 105,00 | LABOR IMPORT |
| 44 | 250,00 | UN | Equipo para nutrição enteral | 1,13 | 282,50 | RMDESC |
| 49 | 15,00 | UN | Esfignomanômetro Adulto com velcro | 61,38 | 920,70 | SOLIDOR |
| 52 | 100,00 | UN | Espéculo vaginal grande sem lubrificante "G" | 1,06 | 106,00 | KOLPLAST |
| 53 | 1.250,00 | UN | Espéculo vaginal médio sem lubrificante "M" | 0,83 | 1.037,50 | GYNUS |
| 54 | 1.500,00 | UN | Espéculo vaginal pequeno sem lubrificante "P" | 0,74 | 1.110,00 | GYNUS |
| 59 | 50,00 | UN | Fita microporosa para curativos confeccionada com não tecido, massa adesiva à base de poliácrlato hipoalergênico, distribuída uniformemente em toda sua extensão, com dimensão 10 cm x 10m de comprimento, cor branca, excelente adesão, isenta de sujidades, enrolada em cerretel, em embalagem com dados de identificação, procedência, data de validade, lote de fabricação e Registro no Ministério da Saúde. | 7,00 | 350,00 | MISSNER |
| 62 | 50,00 | Rls | Fita teste para autoclave, com dorso de papel crepado, com excelente adesão e resistência a altas temperaturas, representando diferenciação e segurança no controle de materiais que devem passar pelo processo esterilização, possui listras amarelas que após o ciclo se tornam marrons, em rolos medindo 19 cm de largura por 30 m de comprimento, embalada individualmente, constante externamente dados de identificação e procedência, data de validade, lote de fabricação e Registro no Ministério da Saúde | 2,59 | 129,50 | MASTER FIX |
| 67 | 200,00 | UN | Frascos para nutrição enteral 300ml | 0,71 | 142,00 | BIOSANI |
| 72 | 50,00 | FRS | Hipoclorito de sódio 1% 1000ml | 3,01 | 150,50 | DGL |
| 73 | 200,00 | CX | Haste flexível com pontas de 100% algodão (COTONETES) com tratamento antigerme, isentas de impurezas. Embalagem com identificação de procedência, data de validade, lote de fabricação. C/ 75 | 0,95 | 190,00 | THEOTO |
| 78 | 5,00 | CX | Lâmina de bisturi aço carbono n.º 24, dispositivo para uso único, esterilizadas por cobalto 60, embaladas unitariamente em invólucros individuais de alumínio c/100 | 19,50 | 97,50 | SOLIDOR |
| 80 | 2.000,00 | UN | Lanceta Automática p/ (HGT)lancetador e gatilho de polipropileno, c/ retração automática da agulha. | 0,31 | 620,00 | MEDISAFT |
| 81 | 50,00 | Par | Luva cirúrgica esterilizada a ETO, número 6,5 lubrificadas com pó bioabsorvível, em puro látex, espessura mínima de 0,17mm e comprimento mínimo de 280mm, Padrão Nacional, conforme NBR 13391 da ABNT | 0,90 | 45,00 | MAXITEX |
| 87 | 350,00 | CX | Luva descartável procedimento com 50 pares (M): não estéril, anatômicas, ambidestras, confeccionadas em látex natural aprovadas pelo Ministério da Saúde e que atendam a RDC Nº 05/2008. | 16,48 | 5.768,00 | NUGARD |
| 91 | 3,00 | UN | Malha tubular 8 cmX 15M | 4,41 | 13,23 | POLAR FIX |
| 93 | 30,00 | KIT | Máscara para nebulização adulto (kit mascara+copo) | 5,25 | 157,50 | DARU |
| 94 | 30,00 | KIT | Máscara para nebulização infantil (kit mascara+copo) | 5,25 | 157,50 | DURU |
| 105 | 8,00 | UN | Pinça Adson com serrilha 12 cm inox | 10,38 | 83,04 | PROFES-SIONAL |
| 117 | 800,00 | UN | Pinça cheron descartável estéril | 0,84 | 672,00 | KOLPLAST |
| 126 | 5.000,00 | UN | Seringa descartável 05 ml sem agulha: confeccionada em plástico apropriado, uso único, composta de três partes, com borracha no êmbolo para proteção, capacidade 05 ml, s/ agulha, esterilizada a gás de óxido de etileno raio gamma, embaladas individualmente em invólucro apropriado. | 0,14 | 695,00 | INJEX |

| | | | | | | |
|-----|----------|----|--|-------|----------|---------------|
| 127 | 5.000,00 | UN | Seringa descartável 10 ml sem agulha: confeccionada em plástico apropriado, uso único, composta de três partes, com borracha no embolo para proteção, capacidade 10 ml, s/ agulha, esterilizada a gás de óxido de etileno raio gamma, embaladas individualmente em invólucro apropriado. | 0,23 | 1.150,00 | INJEX |
| 130 | 30,00 | UN | Sonda longa para sondagem gástrica, estéril, descartável calibre 14. confeccionado em polivinil transparente atóxico, maleável, siliconizada, que não cause truma, medindo aproximadamente 110cm. Extremidade distal com conector plástico com tampa articulada, permitindo conexões seguras e sem vazamentos. Extremidade proximal com ponta arredondada, orifício circular centralizado e perfurações ovais proporcionais ao calibre. O produto deverá ter o seu calibre e a marcação de comprimentos gravados externamente. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e a transferência com técnica asséptica, trazendo externamente | 0,87 | 26,10 | BIOSANI |
| 131 | 20,00 | UN | Sonda longa para sondagem gástrica, estéril, descartável calibre 16. confeccionada em polivinil transparente atóxico, maleável, siliconizada, que não cause trauma, medindo aproximadamente 110 cm. Extremidade distal com conector plástico com tampa articulada, permitindo conexões seguras e sem vazamentos. Extremidade proximal com ponta arredondada, orifício circular centralizado e perfurações ovais proporcionais ao calibre. O produto deverá ter o seu calibre e a marcação de comprimentos gravados externamente. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e a transferência com técnicas asséptica, trazendo externamente | 1,06 | 21,20 | BIOSANI |
| 132 | 100,00 | UN | Sonda de aspiração traqueal nº12 descartável | 0,45 | 45,00 | BIOSANI |
| 139 | 2.000,00 | UN | Sonda uretral n.º 12 siliconada | 0,44 | 880,00 | BIOSANI |
| 141 | 3.000,00 | UN | Soro fisiológico 0,9 % 125 ml estéril e injetável | 1,84 | 5.520,00 | EQUIPLEX |
| 142 | 2.000,00 | UN | Soro fisiológico 0,9 % 250 ml estéril e injetável | 2,08 | 4.160,00 | EQUIPLEX |
| 149 | 50,00 | UN | Tala de imobilização de membros em papelão G | 1,48 | 74,00 | FIBRA RESGATE |
| 150 | 50,00 | UN | Tala de imobilização de membros em papelão M | 1,15 | 57,50 | FIBRA RESGATE |
| 153 | 4,00 | UN | Tesoura Iris Reta inox | 11,40 | 45,60 | PROFES-SIONAL |
| 154 | 50,00 | UN | Tala de imobilização de membros em papelão P, | 0,91 | 45,50 | FIBRA RESGATE |
| 155 | 150,00 | UN | Termômetro digital clínico. | 10,64 | 1.596,00 | SOLIDOR |

VALOR TOTAL R\$ 29.212,35

Campo Erê, Quinta-Feira, 15 de março de 2016.

| | | |
|--|--|---|
| MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ RUDIMAR BORCIONI Prefeito municipal | | AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA - ME CNPJ Nº 82.291.311/0001-11 |
| DALCI M. B. APPIO Gestora Fundo Municipal de Saúde | | |

EXTRATO ATA RP 16/2016/FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 16/2016/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 348/2016/FMS

Pregão Presencial FMS nº 07/2016/FMS

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa DENTAL OESTE EPP, inscrita no CNPJ Nº 05.412.147/0001-02, conforme relação abaixo:

| Item | Quant. | Unid | Descrição das Mercadorias | Valor Unit. | Total item | Marca |
|------|--------|------|---|-------------|------------|-----------|
| 14 | 20,00 | FRS | Álcool etílico gel antisséptico de uso ambulatorial 70% 500 ml | 3,38 | 67,60 | Mega |
| 19 | 30,00 | UN | Aparelho medidor de glicose no sangue Testline glucose test strip | 125,00 | 3.750,00 | Strip |
| 20 | 30,00 | UN | Aparelho medidor de glicose no sangue G.TECH free | 20,25 | 607,50 | Gtech |
| 31 | 100,00 | UN | Cateter para oxigênio, tipo olhos, com alça regulável, estéril, descartável, flexível, atóxico. Em polivinil ou similar. Utilizado em paciente com anestesia locoregional + sedação, no intuito de aumentar a oxigenação dos pulmões e consequentemente o sangue arterial, através do aumento de oxigênio do ar inspirado. Esterilizado em óxido de etileno, ou raios gama. Nº 08 | 0,92 | 92,00 | Biosani |
| 45 | 500,00 | UN | Escalpe dispositivo de uso único, apresentado no calibre 23, embalado unitariamente em blister, estéril, pronto para o uso. | 0,02 | 7,95 | Vacuplast |
| 46 | 300,00 | UN | Escalpe dispositivo de uso único, apresentado no calibre 25, embalado unitariamente em blister, estéril, pronto para o uso. | 0,02 | 4,77 | Farmatex |



| | | | | | | |
|-----|----------|-----|---|--------|-----------|-------------|
| 47 | 200,00 | UN | Escalpe dispositivo de uso único, apresentado no calibre 27, embalado unitariamente em blister, estéril, pronto para o uso. | 0,02 | 3,18 | Lamedid |
| 48 | 700,00 | UN | Escova ginecológica descartável estéril embalada individual em envelope de polietileno. | 0,15 | 104,30 | Lamedid |
| 65 | 3.000,00 | CX | Fitas para HGT – G. Tech | 27,98 | 83.940,00 | Gtech |
| 68 | 20,00 | FRS | Gel p/ eletrocardiograma com PH neutro, não gorduroso e sem cheiro com Cloreto de Sódio para auxiliar na condução das ondas sonoras provocadas pelo batimento cardíaco. 300 gr. | 3,11 | 62,20 | Caithec |
| 74 | 20,00 | CX | Indicador Biológico para monitor ciclos de esterilização à vapor (auto-clave). Frasco contendo tiras de papel com esporos de Geobacillus stearothermophilus ATCC 7953 e ampola de vidro selada com meio de cultura. Caixa c/ 10 amp. | 60,80 | 1.216,00 | Maquira |
| 107 | 6,00 | UN | Pinça Hemostatica Kelly reta 14cm inox | 22,00 | 132,00 | Golgran |
| 115 | 6,00 | UN | Porta agulha mayo- hegar video 12cm inox | 141,75 | 850,50 | Golgran |
| 125 | 8.000,00 | UN | Seringa descartável 03 ml sem agulha: confeccionada em plástico apropriado, uso único, composta de três partes, com borracha no embolo para proteção, capacidade 03 ml, sem agulha, esterilizada a gás de óxido de etileno raio gamma, embaladas individualmente em invólucro apropriado. | 0,12 | 952,00 | Descar-pack |

VALOR TOTAL R\$ 91.790,00

Campo Erê, Quinta-Feira, 15 de março de 2016.

| | | |
|--|--|--|
| MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ RUDIMAR BORCIONI Prefeito municipal | | DENTAL OESTE EPP CNPJ Nº 05.412.147/0001-02 |
| DALCI M. B. APPIO Gestora Fundo Municipal de Saúde | | |

EXTRATO ATA RP 17/2016/FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 17/2016/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 348/2016/FMS

Pregão Presencial FMS nº 07/2016/FMS

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ Nº 17.184.520/0001-02, conforme relação abaixo:

| Item | Quant. | Unid | Descrição das Mercadorias | Valor Unit. | Total item | Marca |
|------|--------|------|---|-------------|------------|------------|
| 1 | 4,00 | UN | Afastador Farabeuf 10x120mm Médio inox | 12,00 | 48,00 | ABC |
| 2 | 4,00 | UN | Afastador Farabeuf 7x100mm pequeno inox | 12,30 | 49,20 | ABC |
| 33 | 50,00 | UN | Cateter para oxigênio, tipo sonda, estéril, descartavel, flexível e tóxico. Em polivinil em forma de cilindro reto e inteiriço, com extremidade proximal arredondado, fechada, isenta de rebarbas dotada de orifícios distribuídos alternadamente e equidistante de forma a não ultrapassar a região de contato com a mucosa nasal e cobrir todo o diâmetro do tubo nº06 . | 0,56 | 28,00 | BIOSANI |
| 35 | 50,00 | UN | Cateter para oxigênio tipo sonda, estéril descartavel, flexível em forma de cilindro reto e inteiriço, com extremidade proximal arredondada, fechada, isenta de rebarbas; dotada de orifícios distribuídos alternadamente e equidistantes de forma a ultrapassar a região de contato com a mucosa nasal e cobrir todo o diâmetro de tubo nº08. | 0,59 | 29,50 | BIOSANI |
| 37 | 50,00 | UN | cateter para oxigenio, tipo sonda, estéril, descartavel, flexível e atóxico. Em polivinil em forma de cilindro reto e inteiriço, com extremidade proximal arredondada, fechada isenta de rebarbas; dotada de orifícios distribuídos alternadamente e equidistantes de forma a não ultrapassar a região de contato com a mucosa nasal e cobrir todo o diâmetro do tubo nº10 | 0,60 | 30,00 | BIOSANI |
| 106 | 4,00 | UN | Pinça Anatomica dissecação 14cm inox | 10,20 | 40,80 | ABC |
| 109 | 4,00 | UN | Pinça Adson brown com dente 12 cm inox | 25,19 | 100,76 | ABC |
| 110 | 6,00 | UN | pinça mosquito curva 12cm inox | 19,93 | 119,58 | ABC |
| 113 | 6,00 | UN | Pinça Adson dente rato 12cm inox | 11,05 | 66,30 | ABC |
| 114 | 4,00 | UN | Pinça Agulha mayo 18cm inox | 29,31 | 117,24 | ABC |
| 119 | 25,00 | FRS | PVPI tópico 1.000 ml. | 11,80 | 295,00 | VIC PHARMA |
| 121 | 30,00 | PCT | Saco plástico branco leitoso para lixo hospitalar, resistente a ruptura e vazamento, impermeável, baseado na NBR 9191/2000 da ABNT. Deve conter no saco o símbolo de substância de risco associado, para substâncias químicas (tóxico) de acordo com a NBR 7500 da ABNT de março de 2000, com rótulo de fundo branco, desenho e contornos pretos, data e nome da unidade geradora e inscrição "resíduos de serviços de saúde", capacidade de 30 litros; c/100 | 15,20 | 456,00 | JUREMA |

| | | | | | | |
|-----|----------|-----|---|-------|----------|---------------------------|
| 122 | 10,00 | PCT | Saco plástico branco leitoso para lixo hospitalar, resistente a ruptura e vazamento, impermeável, baseado na NBR 9191/2000 da ABNT. Deve conter no saco o símbolo de substância de risco associado, para substâncias químicas (tóxico) de acordo com a NBR 7500 da ABNT de março de 2000, com rótulo de fundo branco, desenho e contornos pretos, data e nome da unidade geradora e inscrição "resíduos de serviços de saúde", capacidade de 50 litros; c/100 | 21,29 | 212,90 | JUREMA |
| 124 | 8.000,00 | UN | Seringa descartável 01 ml com agulha: escala e números nítidos, marcação única evitando confusões como em escalas duplas, extremidade do êmbolo em corte reto, com protetores, agulha de 13x0,38 de bisel afiado com absoluta precisão em ângulo de 30°. para facilitar a penetração, confeccionada em aço cirúrgico inoxidável temperado. | 0,25 | 2.000,00 | INJEX C/ AG 13X0,38 |
| 147 | 4,00 | UN | Tesoura metzambaum 12 cm reta inox | 26,82 | 107,28 | ABC |
| 148 | 4,00 | UN | Tesoura Metzambaum curva 12 cm inox | 26,82 | 107,28 | ABC |

VALOR TOTAL R\$ 3.807,84

Campo Erê, Quinta-Feira, 15 de março de 2016.

| | | |
|--|--|---|
| MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ RUDIMAR BORCIONI Prefeito municipal | | MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS LTDA CNPJ Nº 17.184.520/0001-02 |
| DALCI M. B. APPIO Gestora Fundo Municipal de Saúde | | |

EXTRATO ATA RP 18/2016/FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 18/2016/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 348/2016/FMS

Pregão Presencial FMS nº 07/2016/FMS

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME, inscrita no CNPJ Nº 72.150.550/0001-06, conforme relação abaixo:

| Item | Quant. | Unid | Descrição das Mercadorias | Valor Unit. | Total item | Marca |
|------|----------|------|---|-------------|------------|------------|
| 8 | 8.000,00 | UN | Agulha desc. 13 mm x 4,5 cm, com bisel trifacetado, cânula siliconizada, estéril. | 0,06 | 479,20 | DESCARPACK |
| 9 | 300,00 | UN | Agulha desc. 25 mm x 6 cm, com bisel trifacetado, cânula siliconizada, estéril. | 0,06 | 17,97 | DESCARPACK |
| 38 | 5,00 | UN | Compressas campo operatório 45/45 com 5 unidades | 63,03 | 315,15 | POLARFIX |
| 75 | 10,00 | CX | Lâmina de bisturi aço carbono n.º 11, dispositivo para uso único, esterilizadas por cobalto 60, embaladas unitariamente em invólucros individuais de alumínio c/100 | 19,40 | 194,00 | ADVANTIVE |
| 89 | 400,00 | CX | Luva descartável procedimento com 50 pares (PP): não estéril, anatômicas, ambidestras, confeccionadas em látex natural aprovadas pelo Ministério da Saúde e que atendam a RDC Nº 05/2008. | 16,73 | 6.692,00 | MEDIX |
| 134 | 50,00 | UN | Sonda endotraqueal desc. c/ balão 6,0 siliconado | 3,17 | 158,50 | VITAL GOLD |
| 135 | 50,00 | UN | Sonda endotraqueal desc. c/ balão 7,0 siliconada | 3,17 | 158,50 | VITAL GOLD |
| 151 | 4,00 | UN | Tesoura mayo reta 15 cm inox | 14,82 | 59,28 | GOLGRAN |
| 152 | 4,00 | UN | Tesoura Iris com faceta curva ponta fina 11 cm inox | 13,06 | 52,24 | GOLGRAN |

VALOR TOTAL R\$ 8.126,84

Campo Erê, Quinta-Feira, 15 de março de 2016.

| | | |
|--|--|---|
| MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ RUDIMAR BORCIONI Prefeito municipal | | POSSATTO E POSSATTO LTDA - ME CNPJ Nº 72.150.550/0001-06 |
| DALCI M. B. APPIO Gestora Fundo Municipal de Saúde | | |

EXTRATO ATA RP 19/2016/FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 19/2016/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 348/2016/FMS

Pregão Presencial FMS nº 07/2016/FMS

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa ALTHIS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MAT. HOSPITAL. LTDA - EPP, inscrita no CNPJ Nº 13.971.092/0001-07, conforme relação abaixo:

| Item | Quant. | Unid | Descrição das Mercadorias | Valor Unit. | Total item | Marca |
|------|--------|------|---------------------------------------|-------------|------------|-------|
| 95 | 10,00 | KIT | Máscara Venturi Adulto-kit completo | 17,26 | 172,60 | MD |
| 96 | 10,00 | KIT | Máscara Venturi Infantil-kit completo | 16,85 | 168,50 | MD |

VALOR TOTAL R\$ 341,10

Campo Erê, Quinta-Feira, 15 de março de 2016.

| | | |
|--|--|---|
| MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ RUDIMAR BORCIONI Prefeito municipal | | ALTHIS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MAT. HOSPITAL. LTDA - EPP CNPJ Nº 13.971.092/0001-07 |
| DALCI M. B. APPIO Gestora Fundo Municipal de Saúde | | |

EXTRATO ATA RP 20/2016/FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 20/2016/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 348/2016/FMS

Pregão Presencial FMS nº 07/2016/FMS

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa ODONTO-MEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ Nº 06.194.440/0001-03, conforme relação abaixo:

| Item | Quant. | Unid | Descrição das Mercadorias | Valor Unit. | Total item | Marca |
|------|--------|------|--|-------------|------------|--------------|
| 4 | 10,00 | CX | Adesivo após colete de sangue stopper c/500un descartável | 10,87 | 108,70 | CIEX |
| 7 | 100,00 | GAL | Água destilada galão de 5 litros(deisoinizada) | 5,90 | 590,00 | SS PLUS |
| 40 | 10,00 | UN | Detergente enzimático biodegradável, para limpeza manual e automatizada de instrumentais e outros artigos medico hospitalares, solução líquida enzimática composta por, no mínimo quatro enzimas não iônico, não corrosivo para instrumentos metálicos, pH neutro, não espumante, não irritante dérmico nem ocular e sem odor agressivo nas formas pura ou diluída, que efetue a remoção da matéria orgânica e com ação bacteriostática, apresentação em galões, que permita diluição de 1 a 4 ml por litro. Notificado na ANVISA. | 79,87 | 798,70 | RIOQUIMICA |
| 56 | 30,00 | CX | Fio de sutura Cat Gut simples 3-0 com agulha 3cm. | 71,10 | 2.133,00 | TECHNOFIO |
| 57 | 100,00 | UN | Fita adesiva hospitalar com dimensão 16 mm de largura x 50 m de comprimento, confeccionada com dorso de papel crepado e massa adesiva à base de borracha natural e resina, com boa adesão, aceitação para escrita, embalado individualmente, constando externamente dados de identificação, procedência, data de validade, lote de fabricação e Registro no Ministério da Saúde. | 1,94 | 194,00 | CIEX |
| 66 | 20,00 | UN | Fixador citológico 100 ml spray | 5,72 | 114,40 | ADLIN |
| 79 | 50,00 | CX | Lâmina microscópica fosca não lapidada - 26x76mm - 1 a 1,2mm espessura. Cxs com 50 und | 3,51 | 175,50 | ADLIN |
| 88 | 500,00 | CX | Luva descartável procedimento com 50 pares (P): não estéril, anatômicas, ambidestras, confeccionadas em látex natural aprovadas pelo Ministério da Saúde e que atendam a RDC Nº 05/2008. | 16,49 | 8.245,00 | NUGARD |
| 90 | 3,00 | UN | Malha tubular 15 cm X 15 m | 9,10 | 27,30 | ORTOFEN |
| 98 | 10,00 | CX | Nylon Monofilamento, n.º 3-0, de 45 cm, com agulha 3/8 círculo triângulo 2,0 cm. Caixa c/ 24 envelopes | 28,25 | 282,50 | PROCARE |
| 99 | 10,00 | CX | Nylon Monofilamento, n.º 4-0, de 45 cm, com agulha 3/8 círculo triângulo 2,0 cm. Caixa c/ 24 envelopes | 28,20 | 282,00 | PROCARE |
| 101 | 5,00 | CX | Nylon Monofilamento, n.º 6-0, de 45 cm, com agulha 3/8 círculo triângulo 2,0 cm. Caixa c/ 24 envelopes | 28,20 | 141,00 | PROCARE |
| 102 | 60,00 | RLs | Papel grau cirúrgico 150mmx100m composto por filme laminado poliéster e polipropileno (PET/PP 57gr/m²) e papel grau cirúrgico 60gr/m² de selagem direta, impresso com dois processos de esterilização (Óxido de Etileno e Autoclave a Vapor). Porosidade máxima de 50 µ. Atender a norma NBR 12946/14707. | 55,50 | 3.330,00 | ESTERIL-CARE |
| 108 | 4,00 | UN | Pinça Adson brwn com serrilha 12cm inox | 11,81 | 47,24 | GOLGRAN |
| 118 | 5,00 | FRS | PVPI degermante 1.000 ml. | 12,50 | 62,50 | VIC PHARMA |
| 120 | 20,00 | PCT | Saco plástico branco leitoso para lixo hospitalar, resistente a ruptura e vazamento, impermeável, baseado na NBR 9191/2000 da ABNT. Deve conter no saco o símbolo de substância corrosiva, para substâncias químicas de acordo com a NBR 7500 da ABNT de março de 2000, com rótulo de fundo branco, desenho e contornos pretos, data e nome da unidade geradora e inscrição "resíduos de serviços de saúde", capacidade de 15 litros; c/100 | 9,67 | 193,40 | JUREMA |
| 123 | 20,00 | PCT | Saco plástico branco leitoso para lixo hospitalar, resistente a ruptura e vazamento, impermeável, baseado na NBR 9191/2000 da ABNT. Deve conter no saco o símbolo de substância infectante de acordo com a NBR 7500 da ABNT de março de 2000, com rótulo de fundo branco, desenho e contornos pretos, data e nome da unidade geradora e inscrição "resíduos de serviços de saúde", capacidade de 100 litros; c/100. | 37,26 | 745,20 | JUREMA |
| 140 | 500,00 | UN | Soro fisiológico não estéril c/ 100ml | 1,27 | 635,00 | SÃO BENTO |
| 156 | 15,00 | UN | Tesoura cirúrgica Spencer para retirada de pontos 9cm inox | 22,88 | 343,20 | GOLGRAN |

VALOR TOTAL R\$ 18.448,64

Campo Erê, Quinta-Feira, 15 de março de 2016.

| | | |
|--|--|---|
| MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ RUDIMAR BORCIONI Prefeito municipal | | ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP CNPJ Nº 06.194.440/0001-03 |
| DALCI M. B. APPIO Gestora Fundo Municipal de Saúde | | |

EXTRATO ATA RP 21/2016/FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 21/2016/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 348/2016/FMS

Pregão Presencial FMS nº 07/2016/FMS

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI ME, inscrita no CNPJ Nº 18.941.818/0001-74, conforme relação abaixo:

| Item | Quant. | Unid | Descrição das Mercadorias | Valor Unit. | Total item | Marca |
|------|----------|------|---|-------------|------------|-------------------|
| 16 | 10,00 | UN | Algodão ortopédico 10cm x 1,50m embalados individualmente com embalagens apresentando identificação, procedência, data de validade, lote de fabricação e Registro do Ministério da Saúde | 0,41 | 4,10 | ORTOFEN |
| 21 | 1.000,00 | UN | Atadura de crepom medindo 08 cm de largura por 1,80m de comprimento esticado com 13 fios/cm2, confeccionada com 100% algodão cru, com fios retorcidos no urdume em combinação de altas torções em "Z" e "S" com bordas/ourelas com meio-giro, acabadas, elasticidade adequada, enrolada uniformemente (de forma cilíndrica), isento de defeitos, embalagem com dados de identificação, procedência, data de validade, lote de fabricação e Registro no Ministério da Saúde | 0,27 | 270,00 | ANDREONI |
| 22 | 1.500,00 | UN | Atadura de crepom medindo 10 cm de largura por 1,80m de comprimento esticado com 13 fios/cm2, confeccionada com 100% algodão cru, com fios retorcidos no urdume em combinação de altas torções em "Z" e "S" com bordas/ourelas com meio-giro, acabadas, elasticidade adequada, enrolada uniformemente (de forma cilíndrica), isento de defeitos, embalagem com dados de identificação, procedência, data de validade, lote de fabricação e Registro no Ministério da Saúde | 0,34 | 510,00 | ANDREONI |
| 24 | 1.000,00 | UN | Atadura de crepom medindo 12 cm de largura por 1,80m de comprimento esticado com 13 fios/cm2, confeccionada com 100% algodão cru, com fios retorcidos no urdume em combinação de altas torções em "Z" e "S" com bordas/ourelas com meio-giro, acabadas, elasticidade adequada, enrolada uniformemente (de forma cilíndrica), isento de defeitos, embalagem com dados de identificação, procedência, data de validade, lote de fabricação e Registro no Ministério da Saúde | 0,41 | 410,00 | ANDREONI |
| 26 | 800,00 | UN | Atadura de crepom medindo 15 cm de largura por 1,80m de comprimento esticado com 13 fios/cm2, confeccionada com 100% algodão cru, com fios retorcidos no urdume em combinação de altas torções em "Z" e "S" com bordas/ourelas com meio-giro, acabadas, elasticidade adequada, enrolada uniformemente (de forma cilíndrica), isento de defeitos, embalagem com dados de identificação, procedência, data de validade, lote de fabricação e Registro no Ministério da Saúde. | 0,51 | 408,00 | ANDREONI |
| 27 | 700,00 | UN | Atadura de crepom medindo 20 cm de largura por 1,80m de comprimento esticado com 13 fios/cm2, confeccionada com 100% algodão cru, com fios retorcidos no urdume em combinação de altas torções em "Z" e "S" com bordas/ourelas com meio-giro, acabadas, elasticidade adequada, enrolada uniformemente (de forma cilíndrica), isento de defeitos, embalagem com dados de identificação, procedência, data de validade, lote de fabricação e Registro no Ministério da Saúde. | 0,68 | 476,00 | ANDREONI |
| 30 | 100,00 | UN | Cateter intravenoso periférico de teflow n.º 26 G, cujo cateter adapta perfeitamente a agulha, bisel com ponta trifacetada proporcionando perfeito corte, dispositivo de uso único, descartável, embalados em papel grau iúrgico, estéril, contendo reg. Ministério da saúde, lote, validade e data fabricação, pronto para o uso. | 0,72 | 72,00 | POLYON |
| 34 | 200,00 | PCT | Compressa de gaze medindo 10 cm x 10 cm, com 13 fios/cm2, confeccionada em tecido 100% algodão, isenta de amido, alvejante óptico, ácidos, álcalis, com dobras para dentro em toda a sua extremidade, hidrófila, de cor branca, acondicionada em pacotes com 500 unidades. Embalagem com dados de identificação, procedência, data de validade, lote de fabricação e Registro no Ministério da Saúde. | 23,45 | 4.690,00 | MEDPLUS / SACURAI |
| 36 | 800,00 | PCT | Compressa de gaze medindo 7,5 cm x 7,5 cm, com 13 fios/cm2, confeccionada em tecido 100% algodão, isenta de amido, alvejante óptico, ácidos, álcalis, com dobras para dentro em toda a sua extremidade, hidrófila, de cor branca, acondicionada em pacotes com 500 unidades. Embalagem com dados de identificação, procedência, data de validade, lote de fabricação e Registro no Ministério da Saúde. | 9,00 | 7.200,00 | PLAX/JM |

| | | | | | | |
|-----|----------|-----|--|-------|-----------|--------------|
| 50 | 30,00 | UN | Esparadrapo impermeáveis, medindo 10 cm de largura por 4,5 m de comprimento, cor branca, confeccionado com tecido 100% algodão, facilidade no rasgo, resina acrílica e adesiva de borracha natural, com excelente adesão, isento de sujidades, enrolado em carretel, em embalagens com dados de identificação, procedência, data de validade, lote de fabricação e Registro no Ministério da Saúde. | 5,18 | 155,40 | MISSNER |
| 51 | 1.500,00 | UN | Espátula de Ayres de madeira, ponta arredondada, não estéril embalada individualmente | 0,06 | 90,00 | THEOTO |
| 58 | 50,00 | UN | Fita adesiva hospitalar com dimensão 19 mm de largura x 50 m de comprimento, confeccionada com dorso de papel crepado e massa adesiva à base de borracha natural e resina, com boa adesão, aceitação para escrita, embalado individualmente, constando externamente dados de identificação, procedência, data de validade, lote de fabricação e Registro no Ministério da Saúde. | 2,20 | 110,00 | CIEX |
| 60 | 80,00 | UN | Fita microporosa para curativos confeccionada com não tecido, massa adesiva à base de poliácrlato hipoalergênico, distribuída uniformemente em toda sua extensão, com dimensão 10 cm x 10m de comprimento, cor branca, excelente adesão, isenta de sujidades, enrolada em carretel, em embalagem com dados de identificação, procedência, data de validade, lote de fabricação e Registro no Ministério da Saúde. | 1,80 | 144,00 | MISSNER |
| 61 | 80,00 | Rls | Fita microporosa para curativos confeccionada com não tecido, massa adesiva à base de poliácrlato hipoalergênico, distribuída uniformemente em toda sua extensão, com dimensão 5,0 cm x 10m de comprimento, cor branca, excelente adesão, isenta de sujidades, enrolada em carretel, em embalagem com dados de identificação, procedência, data de validade, lote de fabricação e Registro no Ministério da Saúde. | 3,30 | 264,00 | MISSNER |
| 64 | 2.500,00 | CX | Fitas para HGT – on call plus | 29,85 | 74.625,00 | ON CALL PLUS |
| 103 | 50,00 | Rls | Papel grau cirúrgico 200mmx100m composto por filme laminado poliéster e polipropileno (PET/PP 57gr/m²) e papel grau cirúrgico 60gr/m² de selagem direta, impresso com dois processos de esterilização (Óxido de Etileno e Autoclave a Vapor). Porosidade máxima de 50 µ. Atender a norma NBR 12946/14707. | 70,00 | 3.500,00 | ESTERIL-CARE |
| 104 | 400,00 | Rls | Papel lençol em bobina 70 m x 50 cm, confeccionado em papel 100% celulose, branco, isento de impurezas. Indicados para forrar macas e leitos hospitalares, descartável de fácil manuseio e prático, embalado em embalagem de plástico termo-encolhível. Picotado para facilitar a divisão. | 5,40 | 2.160,00 | CLEAN |
| 144 | 500,00 | UN | Soro fisiológico não estéril frasco com 150 ml | 1,59 | 795,00 | SÃO BENTO |

VALOR TOTAL R\$ 95.883,50

Campo Erê, Quinta-Feira, 15 de março de 2016.

| | | |
|--|--|---|
| MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ RUDIMAR BORCIONI Prefeito municipal | | LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI ME CNPJ Nº 18.941.818/0001-74 |
| DALCI M. B. APPIO Gestora Fundo Municipal de Saúde | | |

EXTRATO ATA RP 22/2016

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 22/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 384/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa ANILDA SCHOENINGER ME, inscrita no CNPJ Nº 04.192.895/0001-64, conforme relação abaixo:

| Item | Quant | Descrição das Mercadorias | Unitario | Total | Marca |
|------|--------|---|----------|----------|------------|
| 1 | 50,00 | Arroz parbolizado tipo1 pct 5 kg | 11,70 | 585,00 | NARDELI |
| 3 | 300,00 | Macarrão pene, espaguete ou parafuso pct 1 kg | 4,75 | 1.425,00 | LE SORELLE |
| 7 | 80,00 | Cebola 1kg | 4,40 | 352,00 | NACIONAL |
| 12 | 30,00 | Vinagre tinto/branco 750 ml | 2,25 | 67,50 | CHENIM |
| 17 | 100,00 | Esponja multi-uso | 1,84 | 184,00 | WISH |
| 19 | 400,00 | Carne de porco c/ pele | 9,24 | 3.696,00 | AFIBRE |
| 21 | 150,00 | Lingüiça de porco ou mista | 8,65 | 1.297,50 | MALVESSI |
| 23 | 200,00 | Suco em pó pct 350 gramas | 3,05 | 610,00 | DA CASA |
| 25 | 200,00 | Repolho 1kg | 3,00 | 600,00 | NACIONAL |
| 27 | 10,00 | Farinha de milho fubá pct 5kg | 10,15 | 101,50 | DALAS |
| 31 | 150,00 | alface | 1,63 | 244,50 | NACIONAL |
| 35 | 100,00 | Batata doce 1kg | 3,65 | 365,00 | NACIONAL |

VALOR TOTAL R\$ 9.528,00

Campo Erê, Quinta-Feira, 16 de março de 2016.

| | | |
|---|--|---|
| MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ RUDIMAR BORCIONI Prefeito municipal | | ANILDA SCHOENINGER ME CNPJ Nº 04.192.895/0001-64 |
| DARCI DE ALMEIDA Sec. Mun. de Agricultura e Infraestrutura Rural | | |

EXTRATO ATA RP 23/2016

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 23/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 384/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa LEUZIR COSTA ME, inscrita no CNPJ Nº 15.001.750/0001-55, conforme relação abaixo:

| Item | Quant | Descrição das Mercadorias | Unitario | Total | Marca |
|------|--------|---|----------|----------|-------------|
| 2 | 250,00 | Feijão preto tipo1 pct 1 kg | 4,45 | 1.112,50 | PASSARINHO |
| 4 | 100,00 | Extrato de tomate 350gramas | 2,95 | 295,00 | QUERO |
| 5 | 200,00 | Pão frances | 7,90 | 1.580,00 | DIPÃES |
| 6 | 30,00 | Alho 1 kg | 19,25 | 577,50 | NAVA |
| 8 | 100,00 | Óleo de soja 900ml | 3,35 | 335,00 | COAMO |
| 9 | 60,00 | Açúcar cristal pct 2kg | 4,84 | 290,40 | ESTRELA |
| 10 | 30,00 | Fósforos Fiat lux pct com 10und | 2,02 | 60,60 | QUELUZ |
| 11 | 50,00 | Farofa de mandioca temperada 500 gramas | 3,30 | 165,00 | PINDUCA |
| 13 | 30,00 | Farinha de mandioca torrada 1kg | 4,25 | 127,50 | PINDUCA |
| 14 | 60,00 | Detergente lava-louças 500ml | 1,50 | 90,00 | GOTA LIMPA |
| 15 | 50,00 | Palha de aço | 1,70 | 85,00 | GOTA LIMPA |
| 16 | 50,00 | Esponja de aço | 1,80 | 90,00 | GOTA LIMPA |
| 18 | 400,00 | Carne de gado de primeira | 18,40 | 7.360,00 | F. NOVO SUL |
| 20 | 400,00 | Coxa e sobrecoxa de frango | 5,95 | 2.380,00 | VALESUL |
| 22 | 150,00 | Carne moída de segunda 1kg | 13,20 | 1.980,00 | F. NOVO SUL |
| 24 | 300,00 | Tomate 1kg | 5,03 | 1.509,00 | CANTU |
| 26 | 25,00 | Farinha de trigo tipo 1 pct 5kg | 10,90 | 272,50 | BOLSON |
| 28 | 100,00 | Batata monalisa 1kg | 4,10 | 410,00 | CANTU |
| 29 | 30,00 | Tempero completo 1 kg | 6,70 | 201,00 | QUINTÃES |
| 30 | 100,00 | Sal 1kg | 1,15 | 115,00 | ZIZO |
| 32 | 150,00 | chicória | 2,20 | 330,00 | CANTU |
| 33 | 20,00 | Condimento colorau 500gramas | 2,60 | 52,00 | DE-CASA |
| 34 | 200,00 | Mandioca sem casca 1kg | 3,40 | 680,00 | NOVAES |
| 36 | 150,00 | Leite integral 1 lt | 2,54 | 381,00 | REALTA |

VALOR TOTAL R\$ 20.479,00

Campo Erê, Quinta-Feira, 16 de março de 2016.

| | | |
|---|--|---|
| MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ RUDIMAR BORCIONI Prefeito municipal | | LEUZIR COSTA ME CNPJ Nº 15.001.750/0001-55 |
| DARCI DE ALMEIDA Sec. Mun. de Agricultura e Infraestrutura Rural | | |

PREGÃO PRESENCIAL 11/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ERE-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 559/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERE-SC, representado por se prefeito Sr. RUDIMAR BORCIONI, TORNA PÚBLICO que até as 08horas do dia 06 de Abril de 2016, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Edital acima, cujo objeto é a Aquisição de divisórias, lavatório e portas para banheiros no CEM João Teles Padilha, conforme descrito neste edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações; Lei nº 10.520 de 17/07/2002; Decreto nº 5.504 de 05/08/2005 e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Ere-SC, de segunda a sexta-feira no horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:15hs às 17:15hs, telefone 3655-3035, e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê, SC 21 de Março de 2016 - RUDIMAR BORCIONI - Prefeito Municipal

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº1/2016.

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 04/2016.

Inexigibilidade de Licitação Nº 012016.

Objeto: CONTRATAÇÃO DA SIGMA BANDA SHOW PARA ANIMAÇÃO DO BAILE DA ESCOLHA DA MISS CAMPOS NOVOS 2016, COM REALIZAÇÃO DIA 29 DE MARÇO DE 2016. CONFORME LEI 8.666/93, ART.25, INCISO III.

Valor R\$ 11000,00 (Onze mil reais).

Campos Novos, 22 de Março de 2016.

NELSON CRUZ.

Prefeito municipal.

PORTARIA Nº 978/16

PORTARIA Nº 678/16 de 29/02/16

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CLAUDIA BARBOSA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência da vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, CLAUDIA BARBOSA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de fevereiro de 2016.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 29 de fevereiro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 981/16

PORTARIA Nº 981/16 DE 22/03/16

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE PARA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear as pessoas a seguir relacionadas para comporem a Comissão Permanente de Pregão Presencial;
James Adalcio dos Santos - Pregoeiro
Paula da Silva Roveda – Equipe de Apoio
Glauciane França – Equipe de Apoio
Hayetti Sarkis Kanaan Milanez – Suplente da Equipe de apoio

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 717/2016.

Prefeitura de Campos Novos, 22 de março de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS

EXT CT062016

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO CNO – 06/2016

PROCESSO LICITATÓRIO – 04/2016

DATA DE ASSINATURA: 16 de Março de 2016.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE REMEDIADOR BIOLÓGICO A BASE DE CULTURAS MICROBIANAS.

CONTRATADA: Equilíbrio Ambiental Tratamento de Afluentes Ltda.

VALOR: R\$ 54.950,00 (cinquenta e quatro mil novecentos e cinquenta reais).

PRAZO: 16/03/2016 á 31/12/2016.

Campos Novos – SC, 16 de Março de 2016.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

EXT CT072016

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO CNO – 07/2016

PROCESSO LICITATÓRIO – 04/2016

DATA DE ASSINATURA: 16 de Março de 2016.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 60.000,00 Kg DE COAGULANTE A BASE DE POLICLORETO DE ALUMÍNIO.

CONTRATADA: AVANEX IND. E COMERCIO LTDA.

VALOR: R\$ 90.600,00 (noventa mil e seiscentos reais).

PRAZO: 16/03/2016 á 31/12/2016.

Campos Novos – SC, 16 de Março de 2016.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

EXT CT082016

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO CNO – 08/2016
PROCESSO LICITATÓRIO – 04/2016

DATA DE ASSINATURA: 16 de Março de 2016.

OBJETO: Aquisição de 3.600,00Kg de Hipoclorito de Sódio; Aquisição de 9.000,00 Kg de Acido Fluossilicico; Aquisição de 4.500,00 Kg de Carbonato de Calcio Barrilha Leve Formula quimica NaCO3.

CONTRATADA: Buschle & Lepper S.A.

VALOR: R\$ 25.236,00 (Vinte e cinco mil duzentos e trinta e seis reais).

PRAZO: 16/03/2016 á 31/12/2016.

Campos Novos – SC, 16 de Março de 2016.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

EXT CT092016

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO CNO – 09/2016
PROCESSO LICITATÓRIO – 04/2016

DATA DE ASSINATURA: 16 de Março de 2016.

OBJETO: Aquisição de 3.600,00Kg de Cloro Gás.

CONTRATADA: Hidromar indústria Química LTDA.

VALOR: R\$ 30.564,00 (trinta mil quinhentos e sessenta e quatro reais).

PRAZO: 16/03/2016 á 31/12/2016.

Campos Novos – SC, 16 de Março de 2016.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATOS Nº 74/2016 A Nº 77/2016, Nº 81/2016 A Nº 84/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA.

CONTRATO Nº. 074/2016. contrato Administrativo de Fornecimento de GENEROS ALIMENTICIOS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: MERCADO E AÇOUGUE BETO LTDA EPP. OBJETO: O presente contrato tem por objeto, a aquisição parcelada conforme necessidade de gêneros alimentícios para manter o refeitório da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, conforme especificações e quantidades descritas no anexo II do Edital do Processo de Edital do Processo de Licitação nº 06/2016, Pregão Presencial nº 05/2016 (processo administrativo nº 06/2016, licitação nº 05/2016-PR), que fica fazendo parte deste contrato. VALOR: R\$-62.316,44 (sessenta e dois mil trezentos e dezesseis reais e quarenta e quatro centavos). VIGENCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2016, iniciado a partir da assinatura do contrato. Canelinha (SC), 18 de fevereiro de 2016. ELOIR JOÃO REIS - PREFEITO EM EXERCÍCIO.

CONTRATO Nº. 076/2016. contrato Administrativo de Fornecimento de MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: ATACADO MULTILIMPO LTDA. – ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto, a aquisição parcelada conforme necessidade, de materiais de limpeza e higiene, destinados à manutenção das atividades da Secretaria de Administração e Finanças e Secretaria de Assistência Social e da Cidadania, conforme especificações e quantidades descritas no anexo II do Edital do Processo de Licitação nº 08/2016, Pregão Presencial nº 07/2016 (processo administrativo nº 08/2016, licitação nº 07/2016-PR), especificamente os itens vencedores relacionados na ata da reunião de julgamento das propostas, que fica fazendo parte deste contrato. VALOR: R\$-17.448,60 (dezesete mil quatrocentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos). FONTE DO RECURSO: 06 03.01 2.003 3.3.90.30.22, 71 05.02 2.054 3.3.90.30.22, 72 05.02 2.054 3.3.90.30.22. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2016, iniciado a partir da assinatura do contrato. Canelinha/SC., 18 de fevereiro de 2016. ELOIR JOÃO REIS - PREFEITO EM EXERCÍCIO.

CONTRATO Nº. 077/2016. contrato Administrativo de Fornecimento de MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: BRIOVILLE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA. OBJETO: O presente contrato tem por objeto, a aquisição parcelada conforme necessidade, de materiais de limpeza e higiene, destinados à manutenção das atividades da Secretaria de Administração e Finanças e Secretaria de Assistência Social e da Cidadania, conforme especificações e quantidades descritas no anexo II do Edital do Processo de Licitação nº 08/2016, Pregão Presencial nº 07/2016 (processo administrativo nº 08/2016, licitação nº 07/2016-PR), especificamente os itens vencedores relacionados na ata da reunião de julgamento das propostas, que fica fazendo parte deste contrato. VALOR: R\$-460,00 (quatrocentos e sessenta reais). FONTE DO RECURSO: 06 03.01 2.003 3.3.90.30.22, 71 05.02 2.054 3.3.90.30.22, 72 05.02 2.054 3.3.90.30.22. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2016, iniciado a partir da assinatura do contrato. Canelinha/SC., 18 de fevereiro de 2016. ELOIR JOÃO REIS - PREFEITO EM EXERCÍCIO.

CONTRATO Nº. 081/2016. contrato Administrativo de Fornecimento de GÁS LIQUEFEITO e AGUA MINERAL. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: MARCIAL BONOMINI 74379089991. OBJETO: O presente contrato tem por objeto, a aquisição parcelada conforme necessidade, de gás liquefeito e água mineral, destinados à manter as atividades das Escolas da rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental da Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esporte do município de Canelinha, conforme especificações e quantidades descritas no anexo II do Edital do Processo de Licitação nº 13/2016, Pregão Presencial nº 10/2016 (processo administrativo nº 13/2016, licitação nº 10/2016-PR), especificamente os itens vencedores relacionados na ata da reunião de julgamento das propostas, que fica fazendo parte deste contrato. VALOR: R\$-29.150,00 (vinte e nove mil cento e cinquenta reais). FONTE DO RECURSO: 019 04.01 2.004 3.3.90.30.04,019 04.01 2.0043.3.90.30.07,034 04.02 2.005 3.3.90.30.04,034 04.02 2.005 3.3.90.30.07. VIGENCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2016, iniciado a partir da assinatura do contrato. Canelinha (SC), 19 de fevereiro de 2016. ELOIR JOÃO REIS - PREFEITO EM EXERCÍCIO.

CONTRATO Nº. 082/2016. contrato Administrativo de Fornecimento de GENEROS ALIMENTICIOS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: MERCADO E AÇOUGUE BETO LTDA EPP. OBJETO: O presente contrato tem por objeto, a aquisição parcelada conforme necessidade, de gêneros alimentícios (açúcar refinado e café em pó torrado e moído), destinados à manter as atividades das Escolas da rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental da Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esporte do município de Canelinha, conforme especificações e quantidades descritas no anexo II do Edital do Processo de Licitação nº 13/2016, Pregão Presencial nº 10/2016 (processo administrativo nº 13/2016, licitação nº 10/2016-PR), cujo processo foi homologado em 19 de fevereiro de 2016, especificamente os itens vencedores relacionados na ata da reunião de julgamento das propostas, que fica fazendo parte deste contrato. VALOR: R\$-1.984,20 (um mil novecentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos). FONTE DO RECURSO: 019 04.01 2.004 3.3.90.30.04,019 04.01 2.004 3.3.90.30.07,034 04.02 2.005 3.3.90.30.04,034 04.02 2.005 3.3.90.30.07. VIGENCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2016, iniciado a partir da assinatura do contrato. Canelinha (SC), 19 de fevereiro de 2016. ELOIR JOÃO REIS - PREFEITO EM EXERCÍCIO.

CONTRATO Nº. 083/2016. contrato Administrativo de Fornecimento de Gêneros Alimentícios. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: JAIR STACKE - ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto, a aquisição parcelada conforme necessidade, de lanches prontos, destinados à operacionalização dos programas e projetos realizados pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família CRAS para exercício 2016, conforme especificações e quantidades descritas no anexo II do Edital do Processo de Licitação nº 14/2016, Pregão Presencial nº 11/2016 (processo administrativo nº 14/2016, licitação nº 11/2016-PR), que fica fazendo parte deste contrato. VALOR: R\$-14.384,00 (quatorze mil trezentos e oitenta e quatro reais). FONTE DO RECURSO: 072 05.02 2.054 3.3.90.39.41. VIGENCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2016, iniciado a partir da assinatura do contrato. Canelinha (SC), 22 de fevereiro de 2016. ELOIR JOÃO REIS - PREFEITO EM EXERCÍCIO.

CONTRATO Nº. 084/2016. contrato Administrativo de Fornecimento de LAMINAS, parafusos, porcas E OUTRAS PEÇAS DIVERSAS

PARA A FROTA MECANIZADA. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: JULIO SILVESTRE FILHO - ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto, a aquisição parcelada conforme necessidade, de laminas, parafusos, porcas e outras peças diversas, destinados a manutenção corretiva e preventiva da frota mecanizada do Município, conforme especificações e quantidades descritas no anexo II do Edital do Processo de Licitação nº 15/2016, Pregão Presencial nº 12/2016 (processo administrativo nº 15/2016, licitação nº 12/2016-PR), que fica fazendo parte deste contrato. VALOR: R\$-37.575,00 (trinta e sete mil quinhentos e setenta e cinco reais). FONTE DO RECURSO: 100 06.02 2.040 3.3.90.30.39,105 07.02 2.041 3.3.90.30.39. VIGENCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2016, iniciado a partir da assinatura do contrato. Canelinha (SC), 23 de fevereiro de 2016. ELOIR JOÃO REIS - PREFEITO EM EXERCÍCIO.

EXTRATO CONTRATOS Nº 75/2016, Nº 78/2016 A Nº 80/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA.

CONTRATO Nº. 075/2016. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO DE SINAL DE INTERNET VIA RÁDIO. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: BLUCOMPTEC INFORMÁTICA LTDA - ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a locação de conexão com a internet via rádio e construção de rede isolada intranet para todas as unidades de saúde do município de Canelinha, conforme especificações constantes do anexo II do Edital do Processo de Licitação nº 05/2016, Pregão Presencial nº 05/2016 (processo administrativo nº 05/2016, licitação nº 05/2016-PR). VALOR: R\$ 12.200,00 (doze mil e duzentos reais). FONTE DO RECURSO: 24. 10.01 2.016 3.3.90.39.11. VIGENCIA: O presente Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2016. Canelinha (SC), 18 de fevereiro de 2016. SUELI GRIMM – SECRETÁRIA DA SAÚDE.

CONTRATO Nº 078/2016. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: O presente contrato tem por objeto o fornecimento parcelado de medicamentos, destinados a atender as Unidades Básicas de Saúde do Município, para o Exercício de 2016, conforme especificações e quantidades descritas no anexo II (termo de referencia) do Edital de Licitação nº. 004/2016, Pregão Presencial nº 04/2016 (processo administrativo nº 04/2016, licitação nº 04/2016-PR), especificamente os itens vencedores transcritos na ata da reunião de julgamento de propostas, parte integrante deste contrato. VALOR: R\$ 1.228,50 (um mil duzentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos). FONTE DO RECURSO: 13 10.01 2020 3.3.90.30.09. VIGENCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2016, iniciado a partir da assinatura do contrato. Canelinha (SC), 18 de fevereiro de 2016. SUELI GRIMM – SECRETÁRIA DA SAÚDE.

CONTRATO Nº 079/2016. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: O presente contrato tem por objeto o fornecimento parcelado de medicamentos, destinados a atender as Unidades Básicas de Saúde do Município, para o Exercício de 2016, conforme especificações e quantidades descritas no anexo II (termo de referencia) do Edital de Licitação nº. 004/2016, Pregão Presencial nº 04/2016 (processo administrativo nº 04/2016, licitação nº 04/2016-PR), especificamente os itens vencedores transcritos na ata da reunião de julgamento de propostas, parte integrante deste contrato. VALOR: R\$ 736,35 (setecentos e trinta

e seis reais e trinta e cinco centavos). FONTE DO RECURSO: 13 10.01 2020 3.3.90.30.09. VIGENCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2016, iniciado a partir da assinatura do contrato. Canelinha (SC), 18 de fevereiro de 2016. SUELI GRIMM – SECRETÁRIA DA SAÚDE.

CONTRATO Nº 080/2016. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: O presente contrato tem por objeto o fornecimento parcelado de medicamentos, destinados a atender as Unidades Básicas de Saúde do Município, para o Exercício de 2016, conforme especificações e quantidades descritas no anexo II (termo de referencia) do Edital de Licitação nº. 004/2016, Pregão Presencial nº 04/2016 (processo administrativo nº 04/2016, licitação nº 04/2016-PR), especificamente os itens vencedores transcritos na ata da reunião de julgamento de propostas, parte integrante deste contrato. VALOR: R\$ 14.831,75 (quatorze mil, oitocentos e trinta e um reais e setenta e cinco centavos). FONTE DO RECURSO: 13 10.01 2020 3.3.90.30.09. VIGENCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2016, iniciado a partir da assinatura do contrato. Canelinha (SC), 18 de fevereiro de 2016. SUELI GRIMM – SECRETÁRIA DA SAÚDE.

Canoinhas

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N.01/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº01/2016

O Prefeito Municipal de Canoinhas, SC, torna público que se encontram abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação Temporária de Profissional para atuar junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.528 de 25/03/2015, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital:

I – DAS VAGAS, HABILITAÇÕES, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO

1.1. O número de vagas a serem preenchidas através deste Processo seletivo compreende:

| Número de vagas | Função | Requisitos | Remuneração | Carga Horária Semanal |
|-----------------|--------------------|---|--------------|-----------------------|
| 01 | Médico Veterinário | Graduação Nível Superior em Medicina Veterinária e Registro no respectivo Conselho Profissional; Carteira Nacional de Habilitação - CNH (mínimo Categoria "B"). | R\$ 2.389,76 | 30 horas |

II – DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições poderão ser realizadas entre os dias 28 de Março a 11 de Abril de 2016 das 8h às 12h horas e das 13h30min às 15h30min, de segunda a sexta-feira na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, localizada junto à Prefeitura Municipal, situada na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas, SC ou através do correio, com envio de toda a documentação pessoal autenticada por SEDEX, sendo que neste caso, para efeito de prazo, será considerada a data da postagem até 11 de Abril de 2016, requerimento no site WWW.pmc.sc.gov.br e o cartão de identificação será enviado no e-mail informado no requerimento.

2.2 Para as inscrições realizadas pelo correio, no envelope deverão constar as seguintes informações:

Prefeitura do Município de Canoinhas

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural

A/C

Rua Felipe Schmidt, 10

Caixa Postal 71

89460-000 Canoinhas/SC

2.2 O candidato deverá preencher o requerimento de inscrição e o Cartão de Identificação, com letra de forma, de forma clara e sem rasuras e apresentar o original e a fotocópia legível do documento de identidade o registro junto ao conselho de classe ou diploma de conclusão de curso. O requerimento de inscrição poderá ser efetuado pelo próprio candidato ou por procurador com poderes específicos.

2.3 Ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição, o candidato receberá, no ato, o cartão de identificação com a indicação de seu número, sem o qual não terá ingresso no recinto onde se realizarão as provas.

2.4 Nas inscrições realizadas através dos correios, o candidato deverá enviar cópia autenticada do registro junto ao conselho ou diploma de conclusão de curso, além do documento de identificação.

2.5 Julgados os pedidos de inscrição com o exame da documentação apresentada, o Prefeito Municipal homologará as inscrições, ocorrendo, após, a publicação no site da Prefeitura Municipal.

2.6 Havendo inscrições indeferidas é facultado ao candidato a interposição de recurso dirigido à Comissão Organizadora do presente Processo Seletivo, no prazo de dois dias úteis após a publicação da relação das inscrições deferidas.

2.7 Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

III – DOS REQUISITOS PARA ASSUMIR O CARGO E DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO:

3.1 Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares (para candidatos do sexo masculino).

3.2 No ato da contratação o candidato deverá apresentar a seguinte documentação:

3.2.1 Comprovação através de Diploma do Curso Superior em Medicina Veterinária e registro no respectivo órgão de classe (CRMV - Conselho Regional de Medicina Veterinária) e comprovação de sua regularidade;

3.2.2 Fotocópia legível da Carteira de identidade;

3.2.3 Fotocópia legível do Título Eleitoral e comprovante de quitação eleitoral;

3.2.4 Cópia legível do Certificado de Reservista (para os candidatos do sexo masculino);

3.2.5 Duas fotos 3x4;

3.2.6 Certidão de Nascimento ou Casamento;

3.2.7 Certidão de Nascimento dos Filhos.

3.3 A contratação temporária objeto deste Processo Seletivo, está embasada na Lei Municipal nº 5.528 de 25/03/2015 e decorre da necessidade de execução de serviços na área de inspeção de produtos de origem animal, conforme anexo 1.

3.4 O prazo de vigência da contratação será de até 01 (um) ano, em conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal nº 5.528 de 25/03/2015 e, subsidiariamente, à Lei 2.305/1990, podendo ser prorrogado uma única vez, pelo mesmo prazo, a critério da necessidade.

IV- DO TIPO DE PROVA

- 4.1 A prova será na forma escrita, a ser realizada no dia 05 de maio de 2016, com início às 14:00 horas e término às 18:00 horas, nas dependências da Escola Básica Municipal Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, situada na Rua Alfredo Bach, nº 960, no Bairro Jardim Esperança, em Canoinhas/SC.
- 4.2 O candidato deverá estar no local da prova com trinta minutos de antecedência, portando seu cartão de inscrição e original de documento de identificação com foto;
- 4.3 Para realização da prova o candidato deverá utilizar caneta esferográfica com tinta azul ou preta;
- 4.4 A prova será composta de 40 (quarenta) questões objetivas sobre conhecimentos específicos da profissão, cujo conteúdo programático é parte integrante do presente Edital (ANEXO 2);
- 4.5 Os gabaritos serão divulgados no site da Prefeitura Municipal, no dia seguinte ao da realização das provas.
- 4.6. Após a divulgação do gabarito, o candidato terá dois dias úteis para apresentar recurso, desde que fundamentado, endereçado à Comissão Organizadora e protocolado junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural ou via SEDEX através dos correios. A análise quanto ao seu deferimento será publicada no site da Prefeitura Municipal em até 7(sete) dias úteis.
- 4.7 A divulgação da classificação dos candidatos dar-se-á a partir do dia 30 de maio de 2016 no site da Prefeitura Municipal de Canoinhas.

V – DA CLASSIFICAÇÃO GERAL

- 5.1 Os candidatos que não obtiverem a nota mínima 5,0 (cinco) na prova escrita, estarão automaticamente desclassificados.
- 5.2 Os candidatos aprovados serão classificados em listas nominais na ordem decrescente de acordo com a nota obtida;
- 5.3 Em caso de igualdade de notas na classificação terá preferência o candidato de maior idade.

VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 6.1 O candidato que não apresentar cartão de inscrição e documento de identificação ou ainda, não comparecer no local e hora determinados para realizar a prova escrita, perderá o direito de realizar a prova, estando automaticamente desclassificado deste processo seletivo;
- 6.2 As inscrições poderão ser feitas por procuração pública, com poderes específicos, devidamente registrada em cartório, devendo o procurador apresentar, além das fotocópias dos documentos do candidato, documento que possibilite sua própria identificação;
- 6.3 Após a divulgação do resultado final (nota final), o candidato terá dois dias úteis para apresentar recurso, desde que fundamentado, endereçado à Comissão Organizadora e protocolado junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, que o julgará em 02 (dois) dias úteis e publicará resultado final no site da Prefeitura Municipal de Canoinhas.
- 6.4 Os pontos relativos às questões eventualmente anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos participantes;
- 6.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo;
- 6.6 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no setor especificado neste Edital. A contratação deverá ser realizada dentro do interesse e necessidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, observada a ordem de classificação dos candidatos;
- 6.7 O requerimento da inscrição implica no conhecimento e aceitação, pelo candidato, de todos os prazos estabelecidos no presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata e que não satisfazer às condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada e declarados nulos todos os atos dela decorrentes.

Canoinhas, 18 de março de 2016..
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO 1

ATRIBUIÇÕES

Planejamento, coordenação, execução e avaliação das seguintes ações:

- Serviço Municipal de Inspeção Sanitária - SMIS;
- Serviço Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA
- Estudo, pesquisa e vigilância sobre o potencial zoonótico dos animais;
- Capacitação, cursos, palestras e outras atividades educativas;
- Diagnóstico laboratorial de zoonoses e outras patologias de grandes animais;
- Vigilância ambiental relacionada com a presença de animais de interesse à saúde pública;
- Vistoria Zoonitária;
- Capacitação, orientação, supervisão e avaliação das atividades de servidores e estagiários na sua área de competência;
- Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

ANEXO 2

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA A PROVA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (40 questões)

1. Inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal: Programas de Autocontrole, Boas Práticas de Fabricação - BPF, Procedimento Padrão de Higiene Operacional - PPOH e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC. Análises microbiológicas e físico-químicas de produtos de origem animal. Resíduos e contaminantes em produtos de origem animal. Identidade e qualidade de produtos de origem animal. Tecnologia de produtos de origem animal. Doenças transmitidas por alimentos.
2. Defesa Sanitária Animal: prevenção, controle e diagnóstico, clínico e laboratorial, das principais doenças que afetam o comércio e a saúde humana e animal. Doenças de notificação obrigatória. Conhecimentos básicos de epidemiologia, análise de risco e bioestatística. Desenvolvimento de programas sanitários.

3. Inspeção industrial e higiênico-sanitária de produtos destinados à alimentação animal: Métodos de análise e amostragem de produtos destinados à alimentação animal. Análises de resíduos e contaminantes, microbiológicas e físico-químicas de produtos destinados à alimentação animal. Risco de disseminação de doenças aos animais por produtos destinados para alimentação animal. Nutrição animal de ruminantes e monogástricos. Noções de Boas Práticas de Fabricação - BPF e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC.
4. Noções básicas de biossegurança. Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de suínos.
5. Legislações: Lei municipal nº2.688 de 22/12/94 e Lei municipal nº2.994 de 09/10/98; Lei Estadual nº10.610 de 01/12/97 e Decreto Federal nº30.691 de 29/03/52.

Sugestões de referências bibliográficas:

- ACHA, P. N.; ZYFRES, B. Zoonosis y enfermedades transmissibles comunes al hombre y a los animales, v. 1, 2, 3. Washington - US: Organización Panamericana de La Salud, 2003.
- ANDRADE, N. J.; PINTO, C. L. Higienização na indústria de alimentos. Viçosa: CPT - Centro de produções técnicas, 1999.
- BERCHIERI JÚNIOR, A.; MACARI, M. Doenças das Aves. 2 ed. São Paulo: Facta, 2009.
- BIER, O.. Microbiologia e imunologia. São Paulo: Melhoramentos, 1990.
- BRASIL. Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – RIISPOA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília, 1997.
- BOBBIO, F. B.; BOBBIO, P. A. Manual de laboratório de química de alimentos. São Paulo: Varela, 2003.
- BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Normas e padrões de nutrição e alimentação animal. Brasília: MA/SARC/DFPA, 2000.
- CARLTON, W. W.; MACGAVIN, M. D. Patologia veterinária especial de Thomson 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- CONTRERAS. Higiene e sanitização na indústria de carnes e derivados. 1. ed. São Paulo: Livraria Varela, 2002.
- DIPOA - Agricultura RIISPOA: Regulamento de inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal. Decreto nº 30.691 de 29/03/52, alterado pelos Decretos nºs 1.255 de 25/06/62, 1.236 de 02/09/94, 1.812 de 08/02/96, 2.244 de 04/06/97.
- ELMORE, J. G.; JEKEL, J. F. Epidemiologia, bioestatística e medicina preventiva. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- FORTES, E. Parasitologia veterinária. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- FEDALTO, L. M. Produção de suíno lighth: mais carne, menos gordura. Viçosa: Centro de Produções Técnicas, 2003.
- FRANCO, B. D. G. M.; LANDGRAF, M. Microbiologia dos alimentos. São Paulo: Atheneu, 2002.
- GERMANO P. M. L.; GERMANO, M. I. S. Higiene e vigilância sanitária de alimentos. São Paulo: Varela, 2001.
- JONES, T. C.; HUNT, R. D.; KING, N. W. Patologia veterinária. 2 ed, São Paulo: Manole, 1998.
- KONEMAN, E. W.; ALLEN, S. D. Diagnóstico Microbiológico - Texto e atlas colorido. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
- KUMAR, V.; COTRAN, R. S. Patologia básica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1994.
- OLIVEIRA, C. G. Instalações e manejo para suinocultura empresarial. São Paulo: Ícone, 1997.
- PARDI, M. C.; SANTOS, I. F. dos; SOUZA, E. R. de; PARDI, H. S. Ciência, higiene e tecnologia da carne. v. 2. Tecnologia da carne e de subprodutos. Processamento Tecnológico. Goiânia: CEGRAF-UFG, 2007.
- PARDI, M. C.; SANTOS, I. F. dos; SOUZA, E. R. de; PARDI, H. S. Ciência, higiene e tecnologia da carne. v. I. Ciência e higiene da carne. Tecnologia da sua obtenção e transformação. Goiânia: CEGRAF-UFG, 2006.
- PEREIRA, M. G. Epidemiologia teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
- PERLY, L. Nutrição animal: as bases e os fundamentos da nutrição animal. V. I e II.
- QUINN, J.; MARKEY, B. K.; CARTER, M. E.; DONNELLY, W. J.; LEONARD, F. C. Microbiologia veterinária e doenças infecciosas. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- RADOSTITS, O. M.; GAY, C. C.; BLOOD, D. C.; HINCHICLIFF, K. W. Clínica veterinária: um tratado de doenças dos bovinos, ovinos, suínos, caprinos e equinos. 9ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
- REY, L. Parasitologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
- VERONESI, R.; FOCACCIA, R. Tratado de infectologia. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2002.
- SILVA Jr, E. A. Manual de controle higiênico sanitário em alimentos. 5 ed. São Paulo: Varela. 2002.
- SLOSS, M. W.; ZAJAC, A. M.; KEMP, R. L. Parasitologia clínica veterinária. 6 ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.
- THRUSFIELD, M. Epidemiologia Veterinária. São Paulo: Roca, 2004.
- SOBESTIANSKY, J.; BARCELLOS, D. Doenças dos Suínos. Goiânia: Cânone Editorial, 2007.
- URQUHART, G. M; ARMOUR, J.; DUNCAN, J. L.; DUNN, A. M.; JENNINGS, F. W. Parasitologia veterinária. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1998.
- WERNER, P. R. Patologia geral veterinária aplicada. São Paulo: Roca, 2011.

CRONOGRAMA PROCESSO SELETIVO Nº. 01/2016

| | |
|---|---------------|
| INSCRIÇÕES | 28/03 – 11/04 |
| HOMOLOGAÇÃO/PUBLICAÇÃO | 20/04 |
| PRAZO RECURSOS/INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES | 02/05 |
| PROVA | 05/05 |
| GABARITO | 06/05 |
| RECURSOS | 10/05 |
| DIVULGAÇÃO RECURSOS | 20/05 |
| CLASSIFICAÇÃO FINAL | 30/05 |

PORTARIA Nº. 243/2016

PORTARIA Nº. 243/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como da Lei Municipal nº 2.305 de 03/07/1.990;
CONSIDERANDO, o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas, Lei Municipal nº 2.305/1.990, artigo 120, que possibilita a concessão de Licença sem Vencimentos, a servidor para fins de estudos, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA ESTUDOS

Art. 1º - Fica concedida Licença para Estudos à servidora ANDRIE-LI FARIAS DE LIMA, efetiva no cargo de Monitor de Biblioteca, 40 horas semanais na EBM Severo de Andrade, junto à Secretaria Municipal de Educação, sem vencimentos, pelo período máximo de 04 (quatro) anos, a partir de 14/03/2016, conforme Comunicação Interna nº 130/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 253/2016

PORTARIA Nº. 253/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e o art. 78, da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990; resolve:

CONCEDER ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL

Art. 1º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de Março/2016, ao servidor JAIR ZATTAR, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo, conforme Ofício/Bloco de Notas/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 255/2016

PORTARIA Nº. 255/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990; resolve:

CONCEDER FÉRIAS REMUNERADAS

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 10 (dez) dias de Férias em Dinheiro à servidora TAYNÁ MACHADO, efetiva no cargo de Contador, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 256/2016

PORTARIA Nº. 256/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; resolve:

AUTORIZA A CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM DINHEIRO

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 30 (trinta) dias de Licença Prêmio em Dinheiro à servidora ZENILDA LEMOS DE SOUZA, efetiva no cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2005/2010, conforme Requerimento.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 257/2016

PORTARIA Nº. 257/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009; resolve:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação à servidora MILENNA LARISSA CONCEIÇÃO, efetiva no cargo de Nutricionista, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 15/03/2016 a 12/07/2016, conforme Atestado Médico anexo ao Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 258/2016

PORTARIA Nº 258/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990; resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora MARIA CELINA MURARO, efetiva no cargo de Professor 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 07/03/2016 a 21/03/2016, conforme Atestado Médico anexo ao Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 259/2016

PORTARIA Nº. 259/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869 de 24/08/2009;

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigado a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 Lei Municipal 2.305/90; resolve:

PRORROGAR PRAZO

Art.1º - Fica prorrogado por igual período, o prazo fixado pela Portaria nº 989/2015, visando à conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante nomeada pela referida portaria para emissão do parecer conclusivo, conforme ofício em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 260/2016

PORTARIA Nº. 260/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e o art. 78, da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990; resolve:

CONCEDER ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL

Art. 1º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de Março/2016, ao servidor JUARES MOISSA, comissionado no cargo de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Comunicação Interna nº123/SMAFO/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 261/2016

PORTARIA Nº. 261/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido LUCIMARA DE PAULA CORDEIRO, contratada na função Professor, MAG II, 30 horas semanais, na disciplina de Ciências e na disciplina de Ensino Religioso, na EBM Maria Lovatel Pires, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/03/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 262/2016

PORTARIA Nº. 262/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991; resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais do profissional LUIS SERGIO MACHADO, efetivo no cargo de Motorista de Ônibus, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 16/03/2016, conforme Comunicação Interna nº 142/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 263/2016

PORTARIA Nº. 263/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990; resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora NATALY STEFANY MATHIAS, efetiva no cargo de Auxiliar de Gestão, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 28/03/2016 a 06/04/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 264/2016

PORTARIA Nº. 264/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009; resolve:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação à servidora BEATRIZ LEITE BORGES DE LIMA, contratada na função de Professor - ACT, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 15/03/2016 a 12/07/2016, conforme Atestado Médico anexo ao Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 265/2016

PORTARIA Nº. 265/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009; resolve:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação à servidora ITACILDA FRANCKELE SOBRINHO, efetiva no cargo de Orientador Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, cuja licença será gozada no período de 17/03/2016 a 14/07/2016, conforme Atestado Médico anexo ao Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 267/2016

PORTARIA Nº. 267/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

NOMEAR MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO ORGANIZADORA E AVALIADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/SMDR/2016.

Art. 1º. Ficam nomeados para compor a Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado – Nº 01/SMDR/2016, conforme Comunicação Interna nº16/SMDR/2016, os servidores abaixo relacionados:

I – Matheus Luiz Trevisani;
II – Arnaldo Soares;
III – Jeferson Morteau Gonçalves.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 268/2016

PORTARIA Nº. 268/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido ANA LUCIA BROZOSKI, contratada na função Professor, MAG I, 10 horas semanais, na disciplina de Ensino Religioso, na EBM Severo de Andrade, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/03/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Fica exonerada a pedido PATRÍCIA GONÇALVES PADILHA CUBAS MULLER, contratada na função Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/03/2016, conforme Requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 269/2016

PORTARIA Nº. 269/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Licença Prêmio ao servidor RONALDO HATSCHBACH, efetivo no cargo Motorista de Ônibus, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2002/2007, a desfrutar no período de 21/03/2016 a 04/04/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 270/2016

PORTARIA Nº. 270/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990; resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias ao servidor LINDOMAR EMIDIO FERREIRA, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 21/03/2016 a 30/03/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 271/2016

PORTARIA Nº. 271/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido TELMA REGINA BLEY, comissionada no cargo de Secretária Municipal de Saúde, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31/03/2016, conforme Ofício em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 273/2016

PORTARIA Nº. 273/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; CONSIDERANDO, a necessidade da prorrogação; resolve:

PRORROGAR CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação temporária da ANGÉLICA CRISTINA VILLALOBOS, na função de Monitor de Educação Infantil, Ensino Médio, 30 horas semanais, sem regência, para atuar no CEI Cecília Meireles, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 21/03/2016 até o retorno do titular, conforme comunicação interna nº 081/SME/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 274/2016

PORTARIA Nº. 274/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e o art. 78, da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990; resolve:

CONCEDER ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL

Art. 1º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de Março/2016, ao servidor FÁBIO MARCOS HACK, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Comunicação Interna nº035/SMODU/2016.

Art. 2º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de Março/2016, ao servidor GIVANILDO RODRIGUES, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Comunicação Interna nº035/SMODU/2016.

Art. 3º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de Março/2016, ao servidor JULIANO ARTNER, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Comunicação Interna nº035/SMODU/2016.

Art. 4º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de Março/2016, ao servidor JOSÉ LEONIL RODRIGUES, efetivo no cargo de Construtor de Pontes e Bueiros, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Comunicação Interna nº035/SMODU/2016.

Art. 5º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de Março/2016, ao servidor JOSÉ ABÍLIO FERREIRA, efetivo no cargo de Encanador, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Comunicação Interna nº035/SMODU/2016.

Art. 6º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de Março/2016, ao servidor LORI SEBASTIÃO ARTNER, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Comunicação Interna nº035/SMODU/2016.

Art. 7º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de Março/2016, ao servidor MÁRCIO GEOVANI DOBRYCHTOP, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Comunicação Interna nº035/SMODU/2016.

Art. 8º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de Março/2016, ao servidor RUBENS RIBEIRO, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Comunicação Interna nº035/SMODU/2016.

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 275/2016

PORTARIA Nº. 275/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 2.830/1997;
CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho, do profissional ONÉLIO ANTÔNIO MAZURKIEVICZ, efetivo no cargo de Auxiliar de Contabilidade, para atuar junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de Março/2016, conforme Comunicação Interna nº 137/SMAFO/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 276/2016

PORTARIA Nº. 276/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerado a pedido ADINOR DA SILVA, comissionado no cargo de Secretário Municipal de Meio Ambiente, junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a partir de 31/03/2016, conforme Comunicação Interna nº 037/SMMA/2016.

Art. 2º - Fica exonerado a pedido BENEDITO THERÉZIO DE CARVALHO, comissionado no cargo de Secretário Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 31/03/2016, conforme Ofício em anexo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 277/2016

PORTARIA Nº. 277/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CANCELAR ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL

Art. 1º - Fica cancelado adicional de tempo integral de 30%, a partir de Março/2016, do servidor ERASTO DE MAIO NETTO, efetivo no cargo de Médico Generalista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna Nº 040/SMS/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 278/2016

PORTARIA Nº. 278/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e o art. 78, da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990; resolve:

CONCEDER ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL

Art. 1º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de Março/2016, à servidora THALITA CRISTINA POKRYVIECKI, efetiva no cargo de Médico Generalista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme comunicação interna Nº 040/SMS/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 279/2016

PORTARIA Nº. 279/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal nº. 4.960/2012; Lei Municipal nº. 5.139/2013 e da Lei Municipal nº 5.712/2015, resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Psicólogo, para atuar nos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade - CREAS, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a profissional PRESCILA FRIEDRICH DE ALMEIDA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013 inscrita sob nº. 863, e convocada conforme Edital nº 004 de 19 de janeiro de 2016, iniciando as suas atividades a partir de 28/03/2016, conforme Comunicação Interna nº 040/SEMAS/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 281/2016

PORTARIA Nº. 281/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEAR APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeado para exercer o cargo de Instrutor Agrícola, 40 horas semanais, matutino e vespertino, lotado junto à Secretaria Municipal de Educação, designado para o ano letivo de 2016 para a ERM Bonetes de Cima e para a ERM Professora Edemita Conceição Rosa, o profissional ALVIR MARCELO FUCK, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e conforme Edital de Convocação nº 011 de 01 de março de 2016, iniciando as suas atividades a partir de 04/04/2016, conforme comunicação interna nº 082/SME/2016.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de março de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/03/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 07/2016

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 41/2016, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 07/2016, QUE TEM POR OBJETO A SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA BERNARDO OLSEN TRECHO I, COM EXTENSÃO TOTAL DE 347,82 M, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Aos 22 (vinte e dois) dias, do mês de do ano de 2016, às 09h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Sr. Cleison Tarcisio Fuck e Cláudio Henrique Mathias, nomeados pela Portaria nº 342/2015, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação das empresas VOLPESA LOCAÇÃO E TRANSPORTE LTDA, representada pelo Sr. Chrystian Robert Mokva e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA sem representante presente. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Em seguida foram rubricadas as aberturas dos envelopes de propostas de preços de todas as participantes, os quais foram acondicionados em envelope maior, que foi lacrado e rubricado pela Comissão de Licitação e

representante presente. Dando continuidade aos trabalhos foram abertos os envelopes contendo a documentação das empresas participantes a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação e representante presente. A empresa VOLPESA LOCAÇÃO E TRANSPORTE LTDA participa da licitação na condição de ME/EPP. Os CNPJ de todas as empresas participantes foram consultados no Portal da Transparência, onde foi constatado que nenhuma das empresas participantes consta como inidônea no referido Portal. A empresa VOLPESA LOCAÇÃO E TRANSPORTE LTDA apresentou as Certidões de regularidade trabalhista e de Débitos Estaduais vencidas. O representante da empresa VOLPESA LOCAÇÃO E TRANSPORTE LTDA Sr. Chrystian Robert Mokva pediu o prazo legal de 05 dias úteis, conforme previsto na Lei 123/2005, para regularização das certidões vencidas, conforme disposto no § 1º do artigo 43 da Lei 123 (Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)). Tendo em vista que as certidões vencidas fazem parte da regularidade fiscal a Comissão de Licitação concedeu a empresa VOLPESA LOCAÇÃO E TRANSPORTE LTDA o prazo de 05 dias úteis para apresentação das certidões negativas no Departamento de Licitações. A Comissão de licitação informou a licitante vencedora que a não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do artigo 43 da Lei 123, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação. Em razão da documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou as empresas VOLPESA LOCAÇÃO E TRANSPORTE LTDA e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, habilitadas no certame e nenhuma empresa participante foi inabilitada. As empresas assinaram o termo de renúncia referente fase de habilitação. A Comissão de Licitação decidiu proceder a abertura das propostas das empresas habilitadas no certame, qual seja, VOLPESA LOCAÇÃO E TRANSPORTE LTDA e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade das propostas, as quais estavam devidamente lacradas. Abertos os envelopes de propostas das empresas HABILITADAS, os valores ficaram assim distribuídos: em 1º a empresa VOLPESA LOCAÇÃO E TRANSPORTE LTDA com o valor global de R\$ 353.090,79 e em 2º a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA com o valor global de R\$ 368.917,46. A Comissão declarou vencedora da licitação a empresa VOLPESA LOCAÇÃO E TRANSPORTE LTDA com o valor global de R\$ R\$ 353.090,79. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da assinatura desta ata para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento das propostas. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Paulo Cesar Safanelli
Presidente

Cleison Tarcisio Fuck
Secretário

Cláudio Henrique Mathias
Membro

VOLPESA LOCAÇÃO E TRANSPORTE LTDA
Chrystian Robert Mokva

PUBLICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº PMC 06/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Processo Licitatório n.º PMC 54/2016
Dispensa de Licitação n.º PMC 06/2016

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80 sito à rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, contratação através de Dispensa de Licitação. Artigo 24, X, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO SETOR DO BLOCO DE NOTAS DE PRODUTOR.
Contratado: Ordem do Advogados do Brasil Santa Catarina (CNPJ: 82.519.190/0001-12.
Valor: R\$ 15.300,00 (quinze mil e trezentos reais).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 148/2015 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 148/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 241/15
HOMOLOGAÇÃO: 22/03/16
CONTRATADO: ARMANDO LUCCA
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO, PELO PERÍODO DE 12 MESES.
VALOR DA DESPESA: R\$ 161.700,00 (cento e sessenta e um mil e setecentos reais)
DATA: 22/03/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 148/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 241/15
HOMOLOGAÇÃO: 22/03/16
CONTRATADO: LUMINUS COMERCIAL ELETRICA LTDA. - EPP CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO, PELO PERÍODO DE 12 MESES.
VALOR DA DESPESA: R\$ 338.291,50 (trezentos e trinta e oito mil duzentos e noventa e um reais e cinquenta centavos)
DATA: 22/03/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 148/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 241/15
HOMOLOGAÇÃO: 22/03/16
CONTRATADO: SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA- ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO, PELO PERÍODO DE 12 MESES.
VALOR DA DESPESA: R\$ 28.622,00 (vinte e oito mil seiscentos e vinte e dois reais)
DATA: 22/03/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 148/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 241/15
HOMOLOGAÇÃO: 22/03/16
CONTRATADO: CIMENTEC ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 68.850,00 (sessenta e oito mil oitocentos e cinquenta reais)

DATA: 22/03/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 148/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 241/15

HOMOLOGAÇÃO: 22/03/16

CONTRATADO: PAULO CESAR DOS SANTOS COMÉRCIO CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil e reais)

DATA: 22/03/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 148/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 241/15

HOMOLOGAÇÃO: 22/03/16

CONTRATADO: NS TECNOLOGIA EM ILUMINAÇÃO LTDA - ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 21.900,00 (vinte e um mil e novecentos reais)

DATA: 22/03/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 148/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 241/15

HOMOLOGAÇÃO: 22/03/16

CONTRATADO: DANIEL TRILHA LOPES EIRELI - ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 256.675,00 (duzentos e cinquenta e seis mil seiscientos e setenta e cinco reais)

DATA: 22/03/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 148/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 241/15

HOMOLOGAÇÃO: 22/03/16

CONTRATADO: DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 444.785,70 (quatrocentos e quarenta e quatro mil setecentos e oitenta e cinco reais e setenta centavos)

DATA: 22/03/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 24/2016 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/16

HOMOLOGAÇÃO: 22/03/16

CONTRATADO: AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS TRABALHADAS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NO SISTEMA

ELÉTRICO, MOTOR DE PARTIDA, ALTERNADORES E AFINS, DE MÁQUINAS, CAMINHÕES, VEÍCULOS LEVES E AMBULÂNCIAS DA FROTA DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

DATA: 22/03/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº FMC 01/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FMC 02/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. FMC 01/2016

A Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n.º 02.216.925/0001-08, fará realizar no dia 11/04/2016, às 09h05min, licitação para CONTRATAÇÃO DE BANDA MUSICAL DE MARCHA, COM NO MÍNIMO 40 COMPONENTES PARA APRESENTAÇÕES A SEREM REALIZADAS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 11/04/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 26/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 44/2016

EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 26/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 08/04/2016, às 14h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA, DESTINADOS A PREFEITURA, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 08/04/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 33/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 55/2016

EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 33/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 08/04/2016, às 15h45min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REPAROS MECÂNICOS NA MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG140B, Nº 107, ANO 2007, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO. Recebimento de propostas até as 15h40min do dia 08/04/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 35/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 57/2016

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 35/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 08/04/2016, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADAS POR CONJUNTO DE BRITAGEM MÓVEL, COMPOSTO POR ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, BRITADOR MÓVEL E CARREGADEIRA, DESTINADOS A BRITAGEM DE PEDRAS PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS DO MUNICÍPIO. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 08/04/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

FMAS CONTRATO 0112/2016

| | |
|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA | |
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL | |
| EXTRATO CONTRATUAL | |
| ----- | |
| <p>Contrato Nº.: 0112/2016 M Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL Contratada...: ANTONIO R. BORGES ROGER Valor : 1.830,00 (um mil oitocentos e trinta reais) Vigência : Início: 22/03/2016 Término: 31/12/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 32/2016 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 00045 / 2016 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para conserto, troca e montagem de pneus para a frota dos veículos da Secretaria de Administração e Finanças, Infraestrutura, Agricultura e Meio Ambiente, Educação, Cultura e Esportes, Saúde e Desenvolvimento Social e Fundo Municipal de Assistência Social. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais</p> | |
| Capinzal, 22 de Março de 2016 | |

PMC CONTRATO 0112/2016

| | |
|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA | |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | |
| EXTRATO CONTRATUAL | |
| ----- | |
| <p>Contrato Nº.: 0112/2016 M Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: ANTONIO R. BORGES ROGER Valor : 89.302,00 (oitenta e nove mil trezentos e dois reais) Vigência : Início: 22/03/2016 Término: 31/12/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 32/2016 Processo_Licitatório.....: 00045 / 2016 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para conserto, troca e montagem de pneus para a frota dos veículos da Secretaria de Administração e Finanças, Infraestrutura, Agricultura e Meio Ambiente, Educação, Cultura e Esportes, Saúde e Desenvolvimento Social e Fundo Municipal de Assistência Social. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais</p> | |
| Capinzal, 22 de Março de 2016 | |

FMS CONTRATO 0112/2016

| | |
|---|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA | |
| FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL | |
| EXTRATO CONTRATUAL | |
| ----- | |
| <p>Contrato Nº.: 0112/2016 M Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL Contratada...: ANTONIO R. BORGES ROGER Valor : 28.315,00 (vinte e oito mil trezentos e quinze reais) Vigência : Início: 22/03/2016 Término: 31/12/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 32/2016 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 00045 / 2016 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para conserto, troca e montagem de pneus para a frota dos veículos da Secretaria de Administração e Finanças, Infraestrutura, Agricultura e Meio Ambiente, Educação, Cultura e Esportes, Saúde e Desenvolvimento Social e Fundo Municipal de Assistência Social. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais</p> | |
| Capinzal, 22 de Março de 2016 | |

PMC CONTRATO 0113/2016

| | |
|---|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA | |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | |
| EXTRATO CONTRATUAL | |
| ----- | |
| <p>Contrato Nº.: 0113/2016 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: VlademirAndre Molin Valor : 30.000,00 (trinta mil reais) Vigência : Início: 22/03/2016 Término: 31/12/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2016 Processo_Licitatório.....: 00046 / 2016 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de cascalho para manutenção e melhorias dos serviços urbanos e estradas no interior do município. Com Recursos Próprios</p> | |
| Capinzal, 22 de Março de 2016 | |

PMC CONTRATO 0114/2016

| | |
|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA | |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | |
| EXTRATO CONTRATUAL | |
| ----- | |
| Contrato Nº.: 0114/2016 | |
| Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | |
| Contratada.: GEORGE ALMEIDA - ME | |
| Valor : 3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais) | |
| Vigência : Início: 22/03/2016 Término: 22/06/2016 | |
| Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 15/2016 Processo_Licitatório.....: 00052 / 2016 | |
| Recursos : Dotação: | |
| Objeto : Contratação de empresa especializada para elaboração, organização e aplicação do Concurso Público para contratação de Agente de Trânsito e Agente de Defesa Civil | |
| Capinzal, 22 de Março de 2016 | |

PMC CONTRATO 0115/2016

| | |
|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA | |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | |
| EXTRATO CONTRATUAL | |
| ----- | |
| Contrato Nº.: 0115/2016 | |
| Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | |
| Contratada.: ESTAMPLAC - IND. E COM. DE BANDEIRAS LTDA - ME | |
| Valor : 6.210,00 (seis mil duzentos e dez reais) | |
| Vigência : Início: 22/03/2016 Término: 31/12/2016 | |
| Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 16/2016 Processo_Licitatório.....: 00053 / 2016 | |
| Recursos : Dotação: | |
| Objeto : Aquisição de Bandeiras para utilização em atividades pedagógicas e para hasteamento nas Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil. Recursos Salário Educação - Federal | |
| Capinzal, 22 de Março de 2016 | |

PORTARIA 172/2016

PORTARIA Nº 172, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, através do processo de alteração de carga horária originado pelo edital nº 037/2015, em vinte (20) horas semanais, da servidora Jocilei Dorigon Helt, matrícula nº 323365/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Carlos Jaime da Rocha.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 10 de fevereiro a 20 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de fevereiro de 2016.

Capinzal – SC, em 12 de fevereiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 173/2016

PORTARIA Nº 173, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, através do processo de alteração de carga horária originado pelo edital nº 037/2015, em vinte (20) horas semanais, da servidora Gecy Terezinha Debastiani Dambros, matrícula nº 322849/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Crescendo Juntos.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 10 de fevereiro a 20 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de fevereiro de 2016.

Capinzal – SC, em 12 de fevereiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 174/2016

PORTARIA Nº 174, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, através do processo de alteração de carga horária originado pelo edital nº 037/2015, em vinte (20) horas semanais, da servidora Lourdes Vidi Dambros, matrícula nº 330809/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Crescendo Juntos.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 10 de fevereiro a 20 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de fevereiro de 2016.

Capinzal – SC, em 12 de fevereiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 175/2016

PORTARIA Nº 175, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, através do processo de alteração de carga horária originado pelo edital nº 037/2015, em vinte (20) horas semanais, da servidora Mavis Capeleti, matrícula nº 138207/08, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Fada Madrinha.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 10 de fevereiro a 20 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de fevereiro de 2016.

Capinzal – SC, em 12 de fevereiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 176/2016

PORTARIA Nº 176, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, através do processo de alteração de carga horária originado pelo edital nº 037/2015, em vinte (20) horas semanais, da servidora Janice Salete da Silva, matrícula nº 311790/08, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Fada Madrinha.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 10 de fevereiro a 20 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de fevereiro de 2016.

Capinzal – SC, em 12 de fevereiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 177/2016

PORTARIA Nº 177, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, através do processo de alteração de carga horária originado pelo edital nº 037/2015, em vinte (20) horas semanais, da servidora Jocineia Lukacviz, matrícula nº 329916/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 10 de fevereiro a 20 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de fevereiro de 2016.

Capinzal – SC, em 12 de fevereiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 178/2016

PORTARIA Nº 178, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, através do processo de alteração de carga horária originado pelo edital nº 037/2015, em vinte (20) horas semanais, da servidora Lidiane Koch Tobaldini, matrícula nº 330680/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Colorido.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 10 de fevereiro a 20 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de fevereiro de 2016.

Capinzal – SC, em 12 de fevereiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 179/2016

PORTARIA Nº 179, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, através do processo de alteração de carga horária originado pelo edital nº 037/2015, em vinte (20) horas semanais, da servidora Melania Alves Perotoni, matrícula nº 331945/04, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Colorido.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 10 de fevereiro a 20 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de fevereiro de 2016.

Capinzal – SC, em 12 de fevereiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 181/2016

PORTARIA Nº 181, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, através do processo de alteração de carga horária originado pelo edital nº 037/2015, em vinte (20) horas semanais, da servidora Eliane Márcia Bevilaqua Bernardi, matrícula nº 328073/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 10 de fevereiro a 20 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de fevereiro de 2016.

Capinzal – SC, em 12 de fevereiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 182/2016

PORTARIA Nº 182, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, através do processo de alteração de carga horária originado pelo edital nº 037/2015, em vinte (20) horas semanais, da servidora Analine Basei, matrícula nº 326569/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 10 de fevereiro a 20 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de fevereiro de 2016.

Capinzal – SC, em 12 de fevereiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 183/2016

PORTARIA Nº 183, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, através do processo de alteração de carga horária originado pelo edital nº 037/2015, em vinte (20) horas semanais, da servidora Maria Regina Lopes de Castro Mileski, matrícula nº 324280/10, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 10 de fevereiro a 20 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de fevereiro de 2016.

Capinzal – SC, em 12 de fevereiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 184/2016

PORTARIA Nº 184, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, através do processo de alteração de carga horária originado pelo edital nº 037/2015, em vinte (20) horas semanais, da servidora Mariza Eli Dalla Maria Casara, matrícula nº 315613/22, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 10 de fevereiro a 20 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de fevereiro de 2016.

Capinzal – SC, em 12 de fevereiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/12/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/12/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº CAO/0117/2016

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de portas em madeira completas e lisas com acabamento em PU branco (laqueada) para à obra de ampliação da sede administrativa do SIMAE.

TIPO: Menor Preço por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 14:00 horas, do dia 05 de abril de 2016.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail francieli@simaecao.sc.gov.br material@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 23 de março de 2016.

Francieli da Rosa

Pregoeira

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0036/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 0027/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0036/2016

PREGÃO Nº 0027/2016

Objeto: Aquisição de materiais gráficos, necessários para o desenvolvimento das ações das secretarias de Saúde e Desenvolvimento Social, Infraestrutura, Assistência Social, Conselho Tutelar e Administração.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 05 de abril de 2016.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 23 de março de 2016, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas – SC, 16 de março de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 2.133 DE 27 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 2.133/2016 DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

“AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO CONSOLIDADO DE RECURSOS PRÓPRIOS APURADO EM 2015 NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA”

ALBERTO BROL, Prefeito Municipal em Exercício de Catanduvas-Sc, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.520/15 de 08 de Dezembro de 2015, em seu Artigo 4º Inciso I e Lei Federal nº 4.320/64, (Art. 7º, I e 43, § 1º, II e § 3º).

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 272.100,00 (Duzentos e setenta e dois mil e cem reais), nas seguintes dotações orçamentárias.

| | | | | |
|------------|------|--|-----|------------|
| ÓRGÃO | 03 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | | |
| UNID. ORÇ. | 0301 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | | |
| | 122 | ADMINISTRAÇÃO GERAL | | |
| | | Despesas Com Pessoal | | |
| | 100 | DESPEAS CORRENTES (3171)Rec. próprios | R\$ | 30.400,00 |
| | | Despesas Correntes (consórcio) | | |
| | 100 | OUT. DESPEAS CORRENTES (3393)Rec. próprios | R\$ | 11.100,00 |
| | 100 | OUT. DESPEAS CORRENTES(3371) Rec. Próprios | R\$ | 50.100,00 |
| | | Despesas de Capital (consórcio) | | |
| | 100 | DESPEAS DE CAPITAL (4471)Rec. próprios | R\$ | 5.500,00 |
| ÓRGÃO | 04 | FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO | | |
| UNID. ORÇ. | 0405 | FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA | | |
| | 392 | DIFUSÃO CULTURAL | | |
| | | Manutenção das Atividades Culturais e Artísticas | | |
| | 100 | OUT. DESPEAS CORRENTES (3390)Rec. próprios | R\$ | 65.000,00 |
| ÓRGÃO | 09 | FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL | | |
| UNID. ORÇ. | 0901 | FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL | | |
| | 482 | HABITAÇÃO URBANA | | |
| | | Aquisição de Terreno e Construção de Casas Populares | | |
| | 100 | DESPEAS DE CAPITAL (4490)Rec. próprios | R\$ | 110.000,00 |

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de Recursos Próprios resultantes do Superávit Financeiro Consolidado de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 27 de janeiro de 2016.

ALBERTO BROLL

Prefeito Municipal em Exercício

DAVI PECINATO

Resp. pela Secretaria de Administração

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 27/01/2016.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0001/2016

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0001/2016

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas – SC, CNPJ sob nº 73.240.236/0001-79.

CONTRATADO: Luciano Justi ME, CNPJ sob nº 10.445.564/0001-91.

OBJETO: Prestação de serviços de divulgação das atividades legislativas da Câmara Municipal, por meio da imprensa escrita, em jornal de circulação local e regional.

VALOR MENSAL: R\$ 400,00 (Quatrocentos reais).

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/03/2016 a 31/12/2016.

DATA: 01.03.2016.

MONALISA RUARO

Presidente da Câmara Municipal de Catanduvas

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO 38/2014

Município de Caxambu do Sul
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL

DECRETO Nº 000038/16 de 21 de Março de 2016

Outros no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 001349/15 de 25 de Maio de 2015.

DECRETA :

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 14.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.02 - Departamento de Vigilância Sanitária

05.02.10.304.0005.2.008-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 4.000,00

05.01 - Departamento de Saúde

05.01.10.301.0005.2.006-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

| | | |
|-----------|---|-----------|
| | 05.01 - Departamento de Saúde 05.01.10.301.0005.2.006-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas | 10.000,00 |
| | 05.02 - Departamento de Vigilância Sanitária 05.02.10.304.0005.2.008-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas | 4.000,00 |
| Art. 3º - | Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. | |

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 21 de Março de 2016

VILMAR FOPPA

PREFEITO

EXTRATO ATA RP 09/2016

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº: 09/2016

DETENTORA: CEREALISTA RENASCER LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SEMENTES DE PASTAGENS FISCALIZADAS.

| Item | Descrição | Qtde | UN | Marca | Preço Unitário | Valor Total |
|------|-------------------------------------|--------|----|----------|----------------|---------------|
| 1 | Semente de Aveia Preta Fiscalizada. | 50.000 | Kg | RENASCER | R\$ 1,60 | R\$ 80.000,00 |
| 2 | Semente de Aveia Branca Fiscalizada | 20.000 | Kg | RENASCER | R\$ 1,45 | R\$ 29.000,00 |

Vigência : Início : 23/03/2016 Término : 31/12/2016.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 07/2016.

CAXAMBU DO SUL, 23 de Março de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Celso Ramos

PREFEITURA

ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 05/2015

PREGÃO PRESENCIAL 50/2015
MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC
REGISTRO DE PREÇOS 05/2015

1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO Nº. 50/2015. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR SERVIÇO DE ROÇADA, LIMPEZA E CORTE DE VEGETAÇÃO NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS.

MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS – SC, pessoa jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CGC/MF sob nº 78.493.343/0001-22, no ato representado pela Sra. INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS brasileira, Prefeita Municipal, ÓRGÃO GERENCIADOR desta Ata de Registro de Preço e as empresas:

GILMAR SURDI – Micro empreendedor individual inscrito no CNPJ n. 20390346/0001-50, residente no Município de Celso Ramos.

Considerando a crescente demanda do serviço de roçadas e de corte de vegetação no Município de Celso Ramos;

Considerando que quando da realização do Procedimento Licitatório a Administração fez uma previsão abaixo da demanda atual da utilização dos serviços licitados;

Considerando a necessidade em dar continuidade aos serviços que são objeto desta Ata de Registro de Preços;

Considerando a prerrogativa concedida à Administração Pública nos termos do §1º do art. 65 da Lei de Licitações, e

Considerando o disposto no inciso 4º do §1º c/c §2º do art. 57 c/c §1º do art. 65 da Lei 8.666/93 resolvem firmar o 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 005/2015, mediante cláusulas e condições a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre todos os itens da Ata de Registro de Preços nº. 005/2015, nos termos do §1º do art. 65 da Lei 8.666/93 que tem por objeto contratação de empresa para efetuar serviço de roçada, limpeza e corte de vegetação no perímetro urbano e rural do município de Celso Ramos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Importa o presente Termo Aditivo em acréscimo de R\$ 5.130,00 (cinco mil cento e trinta reais) ao valor estimado para a Ata de Registro de Preços nº. 005/2015 ora aditada, correspondendo a um acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº. 005/2015, que não tenham sido expressamente modificadas por este Instrumento, cuja ratificação é feita pelas partes.

E por estarem, assim justas e acordadas, as partes firmam o presente Instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor para que produza os respectivos efeitos jurídicos, na presença de 2 (duas) testemunhas que ao final também o subscrevem, devendo o extrato do presente Termo Aditivo ser publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM, no prazo estabelecido pelo art. 61, parágrafo único da Lei 8.666/93.

INES PEGORARO SCHONS
PREFEITA MUNICIPAL

GILMAR SURDI

CONTRATO 59/2016

Extrato de contrato – PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS
PROCESSO: 35/2016 – DISPENSA DE LICITAÇÃO: 05/2016– Artigo 24, V da Lei 8666/93.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS
VIGENCIA: 22/03/2016 A 22/03/2017

CONTRATADA: GAMBATTO VEÍCULOS LTDA

VALOR: 61.800,00 (Sessenta e um mil oitocentos reais)

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação n. 35/2016

Dispensa de Licitação n. 05/2016

CONTRATADA: GAMBATTO VEÍCULOS LTDA

CNPJ n. 76.863.877 /0001-78

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO NOVO, ZERO KM, TIPO: UTILITÁRIO/PICK-UP, CABINE DUPLA, PARA ATENDER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

VALOR TOTAL: R\$ 61.800,00 (Sessenta e um mil e oitocentos reais).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 24, V da Lei 8666/93.

Art. 24. É dispensável a licitação:

V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

JUSTIFICATIVA:

Cumprir destacar inicialmente que o Município promoveu a realização de três Licitações, nas datas de 01 de fevereiro de 2016, 16 de fevereiro de 2016 e 01 de março de 2016 com a finalidade de aquisição de veículo utilitário pick up, para atender as atividades da Secretaria Municipal da Agricultura, todavia, referidos pregões restaram desertos uma vez que nenhum licitante compareceu ao certame licitatório.

Dessa forma, resta evidenciado a possibilidade de o Município proceder com a aquisição do veículo, fazendo uso da dispensa da Licitação, na forma do art. 24, V da Lei n.º 8.666/93, tendo em vista a urgência da continuidade dos trabalhos da Secretaria Municipal da Agricultura que necessita do veículo para atender os cidadãos residentes na zona rural do Município.

Frisa-se, no entanto, que a necessidade de observar, quando da contratação com dispensa, o valor de venda do veículo praticado no mercado, bem como, as condições constantes no edital da licitação frustrada.

Segue abaixo, o entendimento do Tribunal de Contas da União, em caso análogo, verbis:

Ementa: Licitação Fracassada – itens sem interessados.

TCU decidiu: "... uma vez compridas todas as formalidades legais pertinentes que garantam a ampla participação dos licitantes na alienação de materiais e equipamentos, divididos por itens ou unidades autônomas, na modalidade concorrência, se ainda assim,

não acudirem interessados para todas as parcelas ofertadas, é cabível a aplicação do disposto no art. 24, inciso V, da Lei n.º 8.666/93, para venda dos itens e unidades remanescentes, mantidos todos os critérios de habilitação, preço mínimo e demais condições fixadas no edital que deu início ao certame, limitada a dispensa de nova licitação ao prazo máximo de sessenta meses.” Fonte TCU. 016.731/95-6. Decisão n.º 655/1995 – Plenário.

Assim, com fundamento na Jurisprudência do Tribunal de Contas da União o artigo supracitado da Lei nº. 8.666/93 esta Comissão de Licitação apresenta a justificativa para ratificação e demais considerações que por ventura se fizerem necessárias.

Celso Ramos, 21 de março de 2016.
Ianara Weber França de Azevedo
Presidente da Comissão de Licitação

CONTRATO 58/2016

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS**

Relação dos Contratos

| Seq. Contrato | Nr. Contrato/Aditivo | Assinatura | Vencimento | Proc/Ano | Outra Entidade | Valor do Contrato | Data Cancel. | Tipo | Fornecedor |
|---|----------------------|------------|------------|----------|----------------|-------------------|--------------|---------------------|--|
| 331 | 58/2016 | 28/03/2016 | 31/12/2016 | 27/2016 | Não | 201.936,00 | | CONSTRUÇÃO DE CASAS | INOVAR CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTD |
| Objeto: CONSTRUÇÃO DE 07 CASAS EM MATERIAIS MISTOS DE 42,00 M2 COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, EM ESTRITA OBSERVÂNCIA AOS MEMORIAIS, PLANILHAS E PROJETOS, ATENDENDO SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, | | | | | | | | | |
| Total: 1 | | | | | | | | | |

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EDITAL Nº 03/2016 - SMECE

estado de santa catarina
município de chapadão do lageado

EDITAL Nº 03/2016 – SMECE

JOSÉ BRAULIO INÁCIO, Prefeito Municipal de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o que dispõe o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Lei Municipal nº 085/99 e alterações posteriores, Lei Complementar Municipal nº 040/2009 e Decreto nº 075/2009, TORNA PÚBLICO pelo presente Edital, as normas para Chamada Pública, em razão de esgotamento da listagem de classificados no Processo Seletivo Nº 01/2015/SMECE.

A chamada para admissão em caráter temporário (ACT), havendo esgotamento da lista de classificados no processo seletivo Edital nº 01/2015/SMECE, será feita mediante Chamada Pública, a ser expedida pela Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, que deverá ser amplamente divulgada, utilizando-se dos meios disponíveis (Site Oficial da Prefeitura, Mural Público, Escolas, entre outros).

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES divulgará o quadro de vagas, a carga horária, o local de trabalho e o motivo da contratação.

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, no mesmo ato, expedirá Chamada Pública, convocando os candidatos que manifestarem interesse em assumir as vagas disponíveis, dentro de suas habilitações, respeitados todos os critérios e pré-requisitos estabelecidos no Edital.

A Comissão Especial designada pela Portaria nº 400/2015, responsável pela operacionalização do Edital nº 01/2015 - SMECE deverá proceder à Chamada Pública das vagas remanescentes após esgotarem-se todas as possibilidades de oferta da(s) vaga(s) aos professores efetivos e aos candidatos aprovados para a vaga oferecida.

Os candidatos interessados deverão dirigir-se à sede da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, no dia 24.03.2016 (quinta-feira) às 09h00min, munidos de documentos pessoais; comprovação de habilitação; comprovante de tempo de serviço no Magistério Público Municipal (se houver), emitido pela Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura; comprovante de tempo de serviço no Magistério e comprovantes de realização de Cursos de Aperfeiçoamento ou Atualização.

DA(S) VAGA(S) OFERECIDA(S) NA PRESENTE CHAMADA PÚBLICA:

1) FUNÇÃO DE PROFESSOR DE LIBRAS

1.1 HABILITAÇÃO

Habilitado Nível Superior / 1ª Listagem: Licenciatura em Educação Especial OU Licenciatura em Pedagogia com, no mínimo, 200 (duzentas) horas de curso em Libras.

Não Habilitado / 2ª Listagem: Pedagogia Conclusa e, obrigatoriamente apresentar, no mínimo, 80 (oitenta) horas de Curso em Libras (caso tenha concluído a Disciplina Libras em sua Graduação, pode ser utilizado o Histórico Escolar para Comprovação).

Não Habilitado / 3ª Listagem: Ensino Médio e, obrigatoriamente, cursando a partir da primeira fase de Licenciatura em Pedagogia com, no mínimo, 40 (quarenta) horas de Curso em Libras.

Havendo dois ou mais candidatos interessados, que se enquadrarem na mesma listagem, se dará preferência ao candidato que tiver:

- 1) Maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal;
- 2) Maior tempo de serviço no Magistério; e
- 3) Maior Número de horas de Cursos de Aperfeiçoamento ou Atualização.

Maiores esclarecimentos serão fornecidos pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Chapadão do Lageado-SC, 22 de março de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

CHAMADA PÚBLICA ACTS/2016
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

QUADRO DE VAGAS

| FUNÇÃO | LOCAL DE TRABALHO | CARGA HORÁRIA SEMANAL | MOTIVO DA CONTRATAÇÃO |
|---------------------|-------------------|-----------------------|--|
| PROFESSOR DE LIBRAS | Escola Municipal | 20 horas | Esgotamento de candidato classificado para a referida vaga no Processo Seletivo. |

Comunicamos aos candidatos interessados que a Chamada Pública será realizada na data, horário e local abaixo informado:

Data: 24/03/2016 (quinta-feira)

Horário: às 09h00min

Local: Sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Município de Chapadão do Lageado, situada na Rua Alan Regis Inácio, Centro (atrás da Prefeitura)

Chapadão do Lageado, 22 de março de 2016.

EMERSON HOFFMANN

Secretário de Educação, Cultura e Esportes

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 10/2016 - FMS

Nº. do Contrato Administrativo: 10/2016.

Vigência: 21/03/2016 à 31/12/2016

Processo Licitatório nº 21/2016.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: OLEGÁRIO MOTORS LTDA

Valor: R\$ 37.900,00 (trinta e sete mil e novecentos reais).

Objeto: O Contrato tem por objeto a aquisição de um veículo 0 (zero) km, ano de fabricação 2015, modelo 2016, sendo para o transporte de pacientes para atender a demanda do Fundo Municipal de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as especificações contidas no Anexo II – Termo de Referência.

1.1 Conforme especificações:

| ITEM | PRODUTO | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|---|---------|------------|
| 1 | VEÍCULO DE PASSEIO, ZERO KM, NA COR BRANCA, ANO DE FABRICAÇÃO 2015, MODELO 2016, ESPAÇO INTERNO PARA 5 PESSOAS ADULTAS, POTÊNCIA 113 CV, DIREÇÃO HIDRÁULICA, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS NAS 4 PORTAS, AR CONDICIONADO, CÂMBIO MANUAL DE 5 MARCHAS À FRENTE E UMA À RÉ, CHAVE COM COMANDO PARA ABERTURA E FECHAMENTO DAS PORTAS, TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE DE 50 LITROS, CAPACIDADE DO PORTA MALAS DE 380 LTS, AIR BAG DUPLO (MOTORISTA E PASSAGEIRO), FREIOS ABS E EBD, FAROL DE NEBLINA, SOM COM AM/FM COM ENTRADA USB, RETROVISORES COM REGULAGEM INTERNA, JOGO DE TAPETES, CHAVE DE RODAS, TRIÂNGULO, MACACO E DEMAIS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELO CONTRAN. GARANTIA DE FÁBRICA DE 2 ANOS LIVRE DE QUILOMETRAGEM. | Und | 1 |

DATA DA ASSINATURA: 21 de março de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 27/2016 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 27/2016 – PM

Nº. do Contrato Administrativo: 27/2016.

Vigência: 16/03/2016 à 31/12/2016

Processo Licitatório nº 30/2016.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: TAYNAN TRANSPORTES E TURISMO LTDA

Valor: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)

Objeto: O presente Contrato tem por objeto a contratação de Empresas Especializadas à realização do transporte de passageiros do Município de Chapadão do Lageado, com fornecimento pela contratada de motorista habilitado, combustível e/ou qualquer outra despesa referente ao serviço a ser prestado pela Contratada, de acordo com os itens, quantidades e especificações relacionados abaixo, bem como, de conformidade com o estabelecido no Termo de Referência – Anexo II.

| Item | Especificação | Un.Med. | Qtde Cotada |
|------|--|---------|-------------|
| 1 | Transporte de alunos residentes neste Município que estejam freqüentando curso Nível Superior e/ou Cursos Profissionalizantes, de Chapadão do Lageado para Ituporanga, de segunda-feira a sexta; | Km | 15.000,00 |

DATA DA ASSINATURA: 16 de março de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 29/2016 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 29/2016 – PM

Nº. do Contrato Administrativo: 29/2016.

Vigência: 21/03/2016 à 31/12/2016

Processo Licitatório nº 21/2016.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: OLEGÁRIO MOTORS LTDA

Valor: R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais)

Objeto: O Contrato tem por objeto a aquisição de um veículos 0 (zero) km, ano 2015 modelo 2016, sendo para atender as necessidades da Estrutura do Gabinete do Prefeito e Vice de Chapadão de Lageado/SC a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as especificações contidas no Anexo II – Termo de Referência.

1.1 Conforme especificações:

| ITEM | PRODUTO | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|--|---------|------------|
| 1 | VEÍCULO DE PASSEIO, CARROCERIA SEDAN, ZERO KM, NA COR BRANCA, ANO DE FABRICAÇÃO 2015, MODELO 2016, ESPAÇO INTERNO PARA 5 PESSOAS ADULTAS, POTÊNCIA 113CV, DIREÇÃO HIDRÁULICA, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS NAS 4 PORTAS, AR CONDICIONADO, CÂMBIO MANUAL DE 5 MARCHAS À FRENTE E UMA À RÉ, BANCO DO MOTORISTA COM REGULAGEM DE ALTURA, CHAVE COM COMANDO PARA ABERTURA E FECHAMENTO DAS PORTAS, TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE DE 50 LITROS, CAPACIDADE DO PORTA MALAS DE DE 450 LTS, AIR BAG DUPLO (MOTORISTA E PASSAGEIRO), FREIOS ABS E EBD, FAROL DE NEBLINA, SOM COM AM/FM COM ENTRADA USB, RETROVISORES COM REGULAGEM INTERNA, JOGO DE TAPETES, CHAVE DE RODAS, TRIÂNGULO, MACACO E DEMAIS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELO CONTRAN. GARANTIA DE FÁBRICA DE NO MÍNIMO 2 ANOS LIVRE DE QUILOMETRAGEM. SENSOR DE ESTACIONAMENTO, DESEMPAÇADOR DE VIDRO TRASEIRO, RODAS DE LIGA LEVE ARO 15. | Und | 1 |

DATA DA ASSINATURA: 21 de março de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 05 de abril de 2016, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a formação de registro de preços para a aquisição de materiais de limpeza para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 23 de março de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 19/2016 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 19/2016 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 19/2016.

Processo Licitatório nº 17/2016

Fundamento: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88 c/c o art. 65, inciso I, alínea "b", da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações;

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: RT TRATORES COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual, em virtude do acréscimo quantitativo do objeto contratual pactuado inicialmente. Valor/impacto financeiro: Os acréscimos decorrentes do presente termo aditivo tem impacto financeiro sobre o valor contratual na importância de R\$ 3.536,00 (três mil quinhentos e trinta e seis reais), conforme demonstrado no quadro anexo I.

DATA DA ASSINATURA: 17 de março de 2016.

JOSE BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR 079 DE 23.03.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI COMPLEMENTAR Nº 079 de 23.03.2016

Concede revisão geral anual dos vencimentos, salários e subsídios, dos Poderes Executivo e Legislativo, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art.1º Fica autorizada a partir de 1º de março de 2016, a revisão

geral anual, de que trata o inciso X, do art. 37 da Constituição Federal, pela aplicação do índice de 11,28% (onze vírgula vinte e oito por cento) sobre o vencimento dos servidores efetivos e comissionados dos Poderes Executivo e Legislativo e do subsídio dos Agentes Políticos (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários).

§1º A reposição de que trata o caput deste artigo estende-se à remuneração paga aos servidores contratados a título temporário, aos regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT e aos membros do Conselho Tutelar.

§2º A reposição corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor-INPC, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, referente ao período de janeiro a dezembro de 2015.

Art. 2º Aos profissionais do Magistério Público Municipal, ocupantes de cargo/função de professor, que após a concessão da revisão prevista no artigo 1º, não perceberem o piso salarial profissional nacional, conforme determina a Lei Federal nº 11.738/2008, será concedida a diferença apurada entre o valor revisto e o piso.

§ 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar a atualização da tabela de vencimentos, constante do Anexo VII da Lei Complementar nº 006 de 23.12.1999, até o valor do piso salarial profissional nacional, estabelecido para o exercício de 2016 e efetuar o pagamento da diferença retroativo ao período.

§ 2º O pagamento a que se refere o § 1º deste artigo será realizado em parcela única no mês subsequente a aprovação desta Lei.

Art.3º Os Poderes Executivo e Legislativo ficam autorizados, mediante aplicação do índice autorizado no artigo 1º, a atualizar as tabelas de subsídio, vencimento e salário.

Art.4º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações do orçamento fiscal anual do Município.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 1º de março de 2016.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de março de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA QUINTA LEGISLATURA. Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de março do ano de 2016, às 15h:58 min, na sala das Comissões da câmara municipal, realizou-se a escolha do presidente da Comissão, que por aclamação, restou eleito o Vereador Sr. Valcenir José de Oliveira. Nada mais havendo a tratar, o presidente com a proteção divina declarou encerrados os trabalhos da presente reunião. Do que para constar, é lavrada a presente ata após lida e achada conforme, vai devidamente assinada:

Chapecó

PREFEITURA

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 03, DE 18 DE MARÇO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Gerência de Fiscalização de Obras e Posturas

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 03, de 18 de Março de 2016.

O MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, SC, representado pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano Senhor Wilson Lobo de Carvalho, dando cumprimento ao disposto na Lei municipal nº. 170/83 (Código Tributário Municipal), artigos 213, 236, 237, 250, 271, 284, 285 e 286, Lei Complementar municipal nº. 113, de 18/12/2000 e regulamentos, Multas Fiscais (MULTA - artigos 169, I, e 169 - A, I, da Lei municipal nº.170/83), faz saber que os contribuintes abaixo identificados, os quais se encontram em local incerto e não sabido, são sujeitos passivos de créditos fiscais em fase de lançamento, conforme especificado abaixo:

| | |
|----------------------|---|
| ANACLETO FERRANDIN | NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 6752/2015 - L |
| ANACLETO FERRANDIN | NOTIFICAÇÃO LANÇAMENTO Nº 6753/2015 - L |
| MARILSE CANTON ZUFFO | NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 1276/2016 - L |
| MARLISI ARMANINI | NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 1277/2016 - L |

Chapecó, 18 de Março de 2016.

VALDECIR ANTONIO DISNER

Gerente de Fiscalização de Obras e Posturas - SEDUR

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO TERMO DE CONVENIO Nº 2015TN002008

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Secretaria de Articulação Institucional

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO TERMO DE CONVENIO Nº 2015TN002008

CONVENIENTE – O Estado de Santa Catarina

CONVENIADO– Município de Chapecó

OBJETO – Alteração da cláusula terceira que trata das obrigações do Município e alteração da cláusula sexta que trata da prestação de contas.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 19 de fevereiro de 2016 – Luciano José Boligon, Prefeito municipal, César Augusto Grubba, Secretário do Estado da SSP/SC e Artur Nitz, Delegado Geral.

EXTRATO DO EDITAL Nº 001/2016 DE CONCURSO PÚBLICO (QUADRO GERAL)

Estado de Santa Catarina

Município de CHAPECÓ

EXTRATO DO EDITAL Nº 001/2016 DE CONCURSO PÚBLICO (QUADRO GERAL)

O Senhor Luciano José Buligon, Prefeito Municipal de Chapecó/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal e emendas, TORNA

PÚBLICO a realização de Concurso Público, para provimento de vagas legais do quadro geral dos servidores do Município, que será regido pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas no presente edital. As inscrições via internet estão abertas no período das 12h do dia 23/03/16 às 12h do dia 22/04/16, no site www.iobv.org.br. As provas escritas objetivas estão previstas para o dia 08/05/2016. As informações detalhadas sobre os cargos, número de vagas, requisitos, remunerações e demais regras do certame, constam do inteiro teor deste edital que encontra-se divulgado nos sites: <http://www.iobv.org.br> e <http://www.chapeco.sc.gov.br>, bem como nos murais oficiais na sede da Prefeitura Municipal de Chapecó.

CHAPECÓ (SC), 23 de março de 2016.

Luciano José Buligon

Prefeito Municipal

EXTRATO DO EDITAL Nº 002/2016 DE CONCURSO PÚBLICO SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Estado de Santa Catarina

Município de CHAPECÓ

EXTRATO DO EDITAL Nº 002/2016 DE CONCURSO PÚBLICO SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

O Senhor Luciano José Buligon, Prefeito Municipal de Chapecó/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal e emendas, TORNA PÚBLICO a realização de Concurso Público, para provimento de vagas legais do quadro dos servidores Secretaria Municipal de Cultura do Município, que será regido pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas no presente edital. As inscrições via internet estão abertas no período das 12h do dia 23/03/16 às 12h do dia 22/04/16, no site www.iobv.org.br. As provas escritas objetivas estão previstas para o dia 08/05/2016. As informações detalhadas sobre os cargos, número de vagas, requisitos, remunerações e demais regras do certame, constam do inteiro teor deste edital que encontra-se divulgado nos sites: <http://www.iobv.org.br> e <http://www.chapeco.sc.gov.br>, bem como nos murais oficiais na sede da Prefeitura Municipal de Chapecó.

CHAPECÓ (SC), 23 de março de 2016.

Luciano José Buligon

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2015

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2015

LUCIANO JOSÉ BULIGON, Prefeito Municipal de Chapecó/SC, através da Secretaria de Educação, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. RESULTADO DOS RECURSOS DA NOVA PROVA OBJETIVA, DA PROVA DE TÍTULOS E DA BANCA AVALIATIVA

1.1. RESULTADO DOS RECURSOS DA NOVA PROVA OBJETIVA, DA

PROVA DE TÍTULOS E DA BANCA AVALIATIVA: Tendo sido julgada procedente parte dos recursos interpostos, fica divulgado novo Relatório de notas da Nova Prova Objetiva, da Prova de Títulos e da Banca Avaliativa, conforme Anexo deste Edital.

2. RESULTADO DOS RECURSOS DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR E CLASSIFICAÇÃO FINAL

2.1. RESULTADO DOS RECURSOS DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR E CLASSIFICAÇÃO FINAL: Tendo sido julgada procedente parte dos recursos interpostos, fica divulgado Relatório de Classificação Final, devidamente processado com as alterações decorrentes dos recursos procedentes, conforme Anexo deste Edital.

3. PARECERES DOS RECURSOS

3.1. Os pareceres dos recursos interpostos estarão disponíveis no site www.objetivas.com.br a partir de 23/03/2016, inclusive para os recursos julgados improcedentes.

4. HOMOLOGAÇÃO FINAL

4.1. HOMOLOGAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2015, para provimento dos cargos de PROFESSOR – ARTE, PROFESSOR – CIÊNCIAS, PROFESSOR - EDUCAÇÃO ESPECIAL/ ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, PROFESSOR - EDUCAÇÃO ESPECIAL/INSTRUTOR DE LIBRAS, PROFESSOR - EDUCAÇÃO ESPECIAL/INTÉRPRETE DE LIBRAS, PROFESSOR - EDUCAÇÃO ESPECIAL/SEGUNDO PROFESSOR, PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR - ENSINO RELIGIOSO, PROFESSOR – GEOGRAFIA, PROFESSOR – HISTÓRIA, PROFESSOR - LÍNGUA PORTUGUESA, PROFESSOR – MATEMÁTICA, PROFESSOR 1ª A 5ª SÉRIE E EJA, PROFESSOR COM 2º GRAU AC - HABILIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS – MÚSICA, PROFESSOR COM CURSO SUPERIOR AC - HABILIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS – DANÇA, PROFESSOR DE ARTES CÊNICAS COM LICENCIATURA PLENA OU BACHARELADO - HABILIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS, PROFESSOR DE ARTES PLÁSTICAS COM LICENCIATURA PLENA OU BACHARELADO - HABILIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS, PROFESSOR DE MÚSICA COM LICENCIATURA PLENA OU BACHARELADO - HABILIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS, PROFESSOR LÍNGUA ESTRANGEIRA – ESPANHOL E PROFESSOR LÍNGUA ESTRANGEIRA – INGLÊS.

4.2. O Anexo deste Edital contém o relatório de notas e a respectiva Classificação Final.

5. CONVOCAÇÃO PARA ESCOLHA DE VAGAS

5.1. Ficam convocados os candidatos classificados no Processo Seletivo Público nº 002/2015 para a Escolha de Vagas a ser realizada na EEB Bom Pastor, situada na Rua Florianópolis, nº 314-E, Centro, no Município de Chapecó, no período de 28 de março a 01 de abril de 2016, observando-se as Áreas/Disciplinas e horários estipulados no Cronograma a seguir:

| DATA | HORÁRIO DE INÍCIO | ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA |
|------------|-------------------|---|
| 28.03.2016 | 17:30h - Banca 01 | 1ª A 5ª SÉRIE E EJA (CLASSIFICAÇÃO 01 AO 150) |
| | 17:30h - Banca 02 | EDUCAÇÃO FÍSICA (CLASSIFICAÇÃO 01 AO 80) |
| | 17:30h - Banca 03 | EDUCAÇÃO INFANTIL (CLASSIFICAÇÃO 01 AO 100) |
| | | |
| | | |

| | | |
|------------|-------------------|---|
| 29.03.2016 | 17:30h - Banca 01 | 1ª A 5ª SÉRIE E EJA (CLASSIFICAÇÃO 151 AO 300) |
| | 17:30h - Banca 02 | EDUCAÇÃO FÍSICA (A PARTIR DE 81) |
| | 17:30h - Banca 03 | EDUCAÇÃO INFANTIL (CLASSIFICAÇÃO 101 AO 200) |
| 30.03.2016 | 17:30h - Banca 01 | 1ª A 5ª SÉRIE E EJA (A PARTIR DE 301) |
| | 17:30h - Banca 02 | INSTRUTOR DE LIBRAS, INTÉRPRETE DE LIBRAS E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (SALA DE RECURSOS MULTIFUN-CIONAIS) |
| | 17:30h - Banca 03 | EDUCAÇÃO INFANTIL (CLASSIFICAÇÃO 201 AO 300) |
| | 19:30h - Banca 02 | SEGUNDO PROFESSOR (CLASSIFICAÇÃO 01 AO 100) |
| 31.03.2016 | 17:30h - Banca 02 | SEGUNDO PROFESSOR (A PARTIR DE 101) |
| | 17:30h - Banca 03 | EDUCAÇÃO INFANTIL (A PARTIR DE 301) |
| 01.04.2016 | 08:00h - Banca 01 | HISTÓRIA |
| | 08:00h - Banca 02 | ARTE |
| | 09:30h - Banca 01 | MATEMÁTICA |
| | 10:00h - Banca 02 | HABILIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS |
| | 11:20h - Banca 01 | ENSINO RELIGIOSO |
| | 13:00h - Banca 01 | LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS |
| | 13:00h - Banca 02 | LÍNGUA ESTRANGEIRA - ESPANHOL |
| | 13:30h - Banca 02 | CIÊNCIAS |
| | 15:00h - Banca 01 | LÍNGUA PORTUGUESA |
| | 16:00h - Banca 02 | GEOGRAFIA |

5.2. Orientações para Escolha de Vagas: Conforme disposições do Item 6 do Edital de Convocação para Recadastramento de Inscrição e de Cargos e Realização de Nova Prova Objetiva.

Município de Chapecó (SC), 23 de março de 2016.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal.

Concórdia

PREFEITURA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2016

A Secretária Municipal de Educação, torna público que ratificou o ato da Senhora, Leonice Parisotto Camargo, Diretora Administrativa, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 18 de março de 2016, referente a Aquisição de peças, mão de obra e óleo lubrificante, para conserto do veículo Gol PMC 382, Placa MMI-7734, utilizado pela Secretaria Municipal de Educação, a favor da empresa FERMAC PEÇAS E VEÍCULOS LTDA no valor total de R\$ 1.955,63 (um mil novecentos e cinquenta e cinco reais com sessenta e três centavos).

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 07/2016 – FMAS

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 07/2016 – FMAS

ESPÉCIE: Termo de Colaboração celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por sua Gestora, NOELI WOLOSZYN e a ASSOCIAÇÃO RE-CANTO DO IDOSO DE CONCÓRDIA - ARIC, inscrita no CNPJ sob nº 06.540.506/0001-70, representada pelo seu Presidente, senhor NELSO BONISSONI

OBJETO: Destinação de Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, destinado a realização do serviço acolhimento institucional para pessoas idosas.

VALOR: R\$ 153.600,00 (cento e cinquenta e três mil e seiscentos reais) ano.

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2016, a partir da data de assinatura do Termo de Colaboração.

DATA DA ASSINATURA: 21 de março de 2016.

RESOLUÇÃO CMAS Nº 018

RESOLUÇÃO Nº 018, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre a aprovação de repasse de recursos a Proteção Social Básica, através de emenda parlamentar.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia, em reunião extraordinária realizada no dia 21 de março de 2016, no uso de suas atribuições e conforme, Art. 30 da Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – LOAS e Norma Operacional Básica – NOB/2005 e Art. 2º, inciso I, da Lei Municipal nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Deliberar e aprovar o projeto elaborado pela Prefeitura Municipal/Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação de Concórdia/SC, vinculado à ação Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica, com objeto voltado à Aquisição de 02 (dois) Veículos para os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) Diva Aurora Tagliari Crippa e Delfina Joana Frigo Saretta, de Concórdia/SC, o qual foi cadastrado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, sob o número de Proposta 016051/2016, com recursos provenientes da Emenda Parlamentar do Deputado Federal Marco Tebaldi.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia - SC, 21 de março de 2016.

NARA RUBIA RUX AGRA SOCHA

Presidente do CMAS

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 203/2016

DECRETO Nº 203/2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 12 (doze) dias de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, a Sra. MARLEI TERESINHA ADLER KELLER, ocupante do cargo de Gerente de Proteção Social, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 21 de Março de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Adm., Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 204/2016

DECRETO Nº 204/2016

“INSTITUI HORÁRIO ESPECIAL A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art.79, §1º do Estatuto dos Servidores Municipais:

DECRETA

Art. 1º Fica instituído horário especial a Servidora Municipal Sra. ANDREIA REGINA DI DOMENICO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, no período de 22/03/2016 à 07/04/2015, conforme documento anexo.

Parágrafo único. O horário que se refere no Art. 1º será de segunda a sexta-feira no período vespertino das 13h15 às 17h15, sendo que no período matutino a mesma estará realizando Estágio Obrigatório da Graduação, assegurando-lhe o direito sem prejuízo da remuneração, com posterior compensação do horário.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 21 de Março de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 205/2016

DECRETO Nº 205/2016, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL, APROVADA EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 004/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, a partir desta data, em caráter temporário por excepcional interesse público, a Sra. SANDRA MARIA INNOCENTE REBESCHINI, no cargo de Agente Comunitária de Saúde – 40h semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social.

Art. 2º A Servidora ficará sujeita ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, Lei Complementar Nº 18/2001, Lei Nº 468/2001 e alterações vigentes.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 21 de Março de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 206/2016

DECRETO Nº 206/2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (hum) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, a Sra. JULIANA BREANSINI, ocupante do cargo de Professora 20-hrs, lotado na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 21 de Março de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Adm., Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 207/2016

DECRETO Nº 207/2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 3 (três) dias de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, a Sra. LICIANE MAGNANTI PASA, ocupante do cargo de Gerente de Cultura, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Esportes, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 22 de Março de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Adm., Fazenda e Planejamento

Coronel Freitas

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Presencial Nº 12/2016

Objeto: CONCERTO DO VEÍCULO FORD COURIER PLACA MBB 1861

Tipo: Menor Preço Global

Entrega dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 06/04/2016

Abertura dos envelopes: na sequência às 09:00 horas do dia 06/04/2016

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 22 de MARÇO de 2016

Mauri J. Zucco

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 05 E 06/2016

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 05/2016 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18a/2015

Contratado: ABASTECEDORA GRAL LTDA

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PREÇOS E QUANTIDADES da Ata Registro de Preço nº 18a/2015 passa a ter a seguinte redação: ESPECIFICAÇÃO: Óleo Diesel S 500 – Valor unitário R\$ 2,82; ESPECIFICAÇÃO: Óleo Diesel S 10 – Valor unitário R\$ 2,93;

Vigência: 27/11/2016

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 06/2016 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18c/2015

Contratado: NERI J. PIVA CIA LTDA

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PREÇOS E QUANTIDADES da Ata Registro de Preço nº 18c/2015 passa a ter a seguinte redação: ESPECIFICAÇÃO: Gasolina comum – Valor unitário R\$ 3,61.

Vigência: 27/11/2016

Corupá

PREFEITURA

ATA CANCELAMENTO PREGÃO 008/2016

Ata de VERIFICAÇÃO DE ORÇAMENTO do Processo Licitatório nº 021/16

Pregão Presencial nº 008/16 – Registro de Preço

Aos quinze dias do mês de março de dois mil e dezesseis, às quatorze horas e trinta minutos, na sala da divisão de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Corupá, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 3531/15, de 01 de Dezembro de 2015, sendo designado como Presidente neste processo o Sr. Josimar Caldeira, juntamente com o grupo de apoio formado por Jessica Tamara Pezzatto (Pregoeira Substituto), Fabio Bertoldi, Dairton Jose Giraldi, Aline Yandara Malinski e Luana Dantas Izidro, para a sessão pública de verificação dos orçamentos apresentados na licitação modalidade Pregão Presencial com Registro de Preço para eventual aquisição parcelada de peças para aplicação nos veículos FORD CARGO e ESCAVADEIRA LB 110 para uso da Secretaria de Infraestrutura do Município de CORUPÁ-SC (PLACAS MCT 9064, MEU 6192 e LYS-4330), conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

Iniciaram-se os trabalhos verificando que nos veículos ora descritos no OBJETO do processo licitatório, estão em desacordo com os orçamentos apresentados, desta forma esta comissão decide pelo cancelamento deste processo licitatório e encaminhar a Secretaria de Infraestrutura para que proceda as devidas correções.

O resultado será publicado no Mural da Prefeitura Municipal de Corupá, para a devida publicidade e será submetida à apreciação do Exmo. Sr. Prefeito Municipal.

E, em nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que após lida foi assinada pelos presentes. Corupá, 15 de Março de 2016.

| | | |
|--|--|--|
| Josimar Caldeira PRESIDENTE | Jessica Tamara Pezzatto EQUIPE DE APOIO | Fabio Bertoldi EQUIPE DE APOIO |
| Aline Yandara Malinski EQUIPE DE APOIO | Dairton Jose Giraldi EQUIPE DE APOIO | Luana Dantas Izidro EQUIPE DE APOIO |

Jurídico), os quais legitimaram a abertura do referido processo licitatório.

Participou do presente certame, devidamente cadastrada a Empresa TECHSEG CONSULTORIA EM MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA.

O Representante legal esteve presente devidamente credenciado. A licitante entregou tempestivamente os envelopes de Proposta de Preços e da Habilitação.

Dando continuidade, o Presidente solicitou aos membros da equipe de apoio que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade em seguida passou-se à fase de análise da Proposta com a abertura do envelope identificado com o número 01 – Proposta de Preço OBTENDO O SEGUINTE RESULTADO a empresa foi inabilitada por não apresentar corretamente o que foi pedido no edital.

Após a comunicação foi devolvido o envelope da habilitação da empresa.

O resultado será publicado no Mural da Prefeitura Municipal de Corupá, para a devida publicidade e será submetida à apreciação do Exmo. Sr. Prefeito Municipal.

E, em nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que após lida foi assinada pelos presentes. Corupá, 22 de Março de 2016.

| | | |
|--|--|--|
| Josimar Caldeira PRESIDENTE | Jessica Tamara Pezzatto EQUIPE DE APOIO | Fabio Bertoldi EQUIPE DE APOIO |
| Aline Yandara Malinski EQUIPE DE APOIO | Dairton Jose Giraldi EQUIPE DE APOIO | Luana Dantas Izidro EQUIPE DE APOIO |

| | |
|--|--|
| TECHSEG CONSULTORIA EM MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA RAPHAEL GARCIA RAMOS CPF 062.057.069-54 | |
|--|--|

ATA DE JULGAMENTO PREGÃO 007/2016

Ata de abertura e Julgamento do Processo Licitatório nº 020/16

Pregão Presencial nº 007/16 – Registro de Preço

Aos vinte e dois dias do mês de março de dois mil e dezesseis, às nove horas e trinta minutos, na sala da divisão de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Corupá, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 3531/15, de 01 de Dezembro de 2015, sendo designado como Presidente neste processo o Sr. Josimar Caldeira, juntamente com o grupo de apoio formado por Jessica Tamara Pezzatto (Pregoeira Substituto), Fabio Bertoldi, Dairton Jose Giraldi, Aline Yandara Malinski e Luana Dantas Izidro, para a sessão pública de recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preço e os documentos de habilitação relativa à licitação modalidade Pregão Presencial com Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em Ergonomia, Medicina e Segurança do trabalho para elaborar LTCAT (Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho), PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), conforme especificações Termo de Referência Anexo I. Iniciaram-se os trabalhos verificando os PARECERES (Contábil e

CONTRATO 030/16

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO LICITATÓRIO 016/2016

Pregão Presencial nº 005/16

CONTRATO 030/16

MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

A empresa DISTRIBUIDORA DE GÁS CORUPÁ LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.403.596.0001/69 e inscrição Estadual nº 253.936.365, estabelecida na Roberto Seidel, município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de eventual fornecimento de GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, para uso das Secretarias Municipais do Município de Corupá, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$17.943,50 (Dezessete Mil e novecentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 17/03/2016

Data da Vigência: 17/03/2017
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1027 /16

DECRETO Nº 1027 /16

DECRETA PONTO FACULTATIVO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL, NO DIA 24 DE MARÇO DE 2016 (QUINTA – FEIRA SANTA), NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ – SC.

LUIZ CARLOS TAMANINI Prefeito Municipal de Corupá no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no item VII, do art. 66 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a importância da otimização da prestação dos serviços públicos municipais, em especial do transporte escolar;

CONSIDERANDO a necessidade contínua de controle nas despesas em todos os órgãos da Administração; e

CONSIDERANDO o Decreto 639, de 10 de março de 2016, do Governo do Estado de Santa Catarina.

DECRETA:

Art. 1º- Fica decretado ponto facultativo no dia 24 de março de 2016 (Quinta-Feira Santa), no âmbito da Rede Municipal de Ensino Fundamental de Corupá, a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, em especial as Escolas Aluísio Carvalho de Oliveira, José Pasqualini e Francisco Mees.

Art. 2º- As medidas dispostas no presente Decreto não acarretarão paralisações nas demais prestações de serviços públicos municipais, principalmente os considerados indispensáveis.

Art. 3º- Os serviços serão restabelecidos a sua normalidade na segunda-feira dia 28 de março de 2016.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
22 de março de 2016.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/16

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 009/16

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09h00min horas do dia 23/03/2016 às 09h00min horas do dia 05/04/2016.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 05/04/2016.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 23 de Março de 2016

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016

O Fundo Municipal de Educação, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para LOCAÇÃO DAS INSTALAÇÕES E CONFECÇÃO DE MATERIAIS PARA A REALIZAÇÃO DA III SEMANA LITERÁRIA QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 07 A 12 DE JUNHO DE 2016, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 05/04/2016, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

A partir das 14:00 horas do dia 05/04/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 18 de Março de 2016.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA USO NA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, POLÍCIA MILITAR E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 05/04/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 18:00 horas do dia 05/04/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 21 de Março de 2016.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MATERIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONCERTO DA BALSA UTILIZADA NA LOCALIDADE DE SANTA CRUZ DO PERY. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 05/04/2016, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 05/04/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 21 de Março de 2016.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SUPORTE DE FIREWALL UTM SONICWALL, PARA USO DO SETOR DE T.I. DA PREFEITURA DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 06/04/2016, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 06/04/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 22 de Março de 2016.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 59/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 59/2016

O Município de Curitiba, SC neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e na forma prevista na Lei No. 8.666/93, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de tomada de preços, para obras e serviços de engenharia do tipo Menor Preço Global, regida pela Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RODOVIA BR 470 KM 247,6 A 251,1 CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTA EDITAL.

A Comissão de Licitação, receberá os envelopes documentação de

habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia 07/04/2016, no protocolo da sede da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 07/04/2016, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 21 de Março de 2016.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Presidente da CPL

CÂMARA MUNICIPAL

LEI PROMULGADA Nº 5.744/2016

LEI PROMULGADA Nº 5.744/2016

ESTABELECE A REVISÃO GERAL ANUAL E O REAJUSTE DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, Vereador Marcio Damiani Poletto de Souza, Presidente da Câmara de Vereadores de Curitiba, Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto do art. 48, § 6º da Lei Orgânica,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos do Poder Legislativo de Curitiba para 2016, é fixada em 10,36% (dez vírgula trinta e seis por cento) a incidir sobre a remuneração do servidor a partir do mês de março de 2016, conforme variação do índice do IPCA acumulado nos últimos 12 meses (Lei Municipal nº 4.087 de 11/07/2007).

Art. 2º Os subsídios dos vereadores serão revistos em 10,36% (dez vírgula trinta e seis por cento) a partir do mês de março de 2016.

Art. 3º A concessão da revisão geral e do reajuste anual de que trata esta lei, incidirá sobre todos os níveis de vencimentos, salários e proventos, cargos em comissão e funções gratificadas dos servidores públicos do Poder Legislativo de Curitiba/SC.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Curitiba, 24 de março de 2016.

Marcio Damiani Poletto de Souza
Presidente

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 014/2016.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: Caravaggio Transporte e Turismo Ltda. –ME.

Objeto: Transporte para pacientes do Caps – Centro de Atendimento Psicossocial. Origem: Pregão 021/2016 FMS - Objeto Aquisição de passagens de ônibus ida e volta para transporte de pacientes usuários do Caps. - Centro de Atendimento Psicossocial – Vencedor: Caravaggio Transporte e Turismo Ltda. –ME - Valor R\$ 6.925,00 - Vigência: 22/03/2016 à 31/12/2016.

Dionísio Cerqueira 22/03/2016.

João Stahl

Gestor do FMS.

CONVOCAÇÃO CONCURSO 001/2014

Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira CNPJ 83.026.773/0001-74

Rua Santos Dumond - CEP 89950-000 - Fone (49) 3644-6700 / 3644-6708

Site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br | e-mail: rh@dionisiocerqueira.sc.gov.br

CONVOCAÇÃO

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira (SC), em exercício, no uso de suas atribuições, e nos termos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e da Lei 3665/2006, Lei Complementar 4.252/2013, em conformidade com a classificação e homologação do resultado do Concurso Público Edital de 01/2014 convoca os candidatos abaixo relacionados para ocupar os cargos, no prazo de 30 (trinta) dias, para sua devida contratação.

VIGIA

Samir Mansur Ismael yuseif

Vanderlei Soares da Silva

João Lemes de Souza

Dionísio Cerqueira -SC, 22 de março de 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO EMPREGO PUBLICO 002/2014

Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira CNPJ 83.026.773/0001-74

Rua Santos Dumond - CEP 89950-000 - Fone (49) 3644-6700 / 3644-6708

Site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br | e-mail: rh@dionisiocerqueira.sc.gov.br

CONVOCAÇÃO

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira (SC), em exercício, no uso de suas atribuições, e nos termos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e da Lei 3665/2006, Lei Complementar 4.252/2013, em conformidade com a classificação

e homologação do resultado do Concurso para Emprego Público Edital de 02/2014 convoca os candidatos abaixo relacionados para ocupar os cargos, no prazo de 30 (trinta) dias, para sua devida contratação.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Marcio Alves dos Santos

Dionísio Cerqueira -SC, 22 de março de 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5524 2016 DECRETA PONTO FACULTATIVO DA SEMANA SANTA

DECRETO Nº 5524/2016.

DISPÕE SOBRE O EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DURANTE A SEMANA SANTA E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

DECRETA:

Art.1º Fica Decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas do Município de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no dia 24 de março 2016, com exceção do Hospital Municipal por se tratar de saúde pública.

Art.2º As despesas decorrentes da execução deste ato, correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.
Data 22/03/2016.

JAIR BARBOSA

Secretario Municipal

LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 045/2016. Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos de proteção individual, busca, re-gate, combate a incêndio para o Corpo de Bombeiros Militar do Município. Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 07/04/2016 no Depto. de Compras e Licitações.

Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 23/03/2016

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 028/2016. Objeto: Contratação de empresa para Prestação de serviços de assessoria técnica e consultoria de tecnologia da informação com fornecimento de ferramentas e manutenção de sistemas do Ministério da Saúde. Entrega da documentação e propostas até as 10:30 horas do dia 07/04/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 23/03/2016
João Stahl – Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 016/2016. Objeto: Aquisição Materiais de cama, Prateleiras metal e Lixeira para o Hospital Municipal. Entrega da documentação e propostas até as 14:00 horas do dia 07/04/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 23/03/2016
Altair Rittes – Prefeito Municipal

RESULTADO LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 013/2016. Modalidade: Pregão nº 013/2016, Objeto Aquisição de filmes digitais para raio x dr 2b compatíveis com a impressora DRY AXYS para o Hospital Municipal.. – Vencedor: IBF Industria Brasileira de Filmes S/A Valor R\$ 13.460,00 - Dionísio Cerqueira 22/03/2016
Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 014/2016. Modalidade: Pregão nº 014/2016, Objeto Prestação de serviços de desratização e detetização no Hospital Municipal – Vencedor: Claiton Eberhardt 96648937068 – Valor R\$ 8.598,00 - Dionísio Cerqueira 22/03/2016
Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 020/2016. Modalidade: Pregão nº 020/2016, Objeto Aquisição de oxigênio para ser utilizado na Ambulância Samu – Vencedor: Luiz Chicouski dos Santos - Valor R\$ 10.625,00 - Dionísio Cerqueira 22/03/2016
João Stahl – Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 020/2016. Modalidade: Pregão nº 020/2016, Objeto Aquisição de passagens de ônibus ida e volta para transporte de pacientes usuários do Caps - Centro de Atendimento Psicossocial – Vencedor: Caravaggio Transporte e Turismo

Ltda. –ME - Valor R\$ 6.925,00 - Dionísio Cerqueira 22/03/2016 - João Stahl – Gestor do FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados que o Processo 039/2016. Modalidade: Pregão nº 039/2016, Objeto Contratação de empresa para locação de impressoras para o gabinete do prefeito municipal e secretaria de educação Foi Considerado DESERTO.

Dionísio Cerqueira 22/03/2016 .
Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 022/2016. Modalidade: Pregão nº 022/2016. Objeto contratação de empresa para prestar serviços de pintura na unidade básica de saúde do centro- Foi considerado DESERTO - Dionísio Cerqueira 22/03/2016 .
João Stahl – Gestor do FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados a homologação sequencia 02 do Processo Licitatório nº 012/2016 PMDC PREGÃO nº 012/2016, Objeto: Aquisição de reca-deira, para a Secretaria de Obras de Dionísio Cerqueira.. Vencedor: Rech Cia Ltda -EPP – Valor R\$ 2.379,00.
Dionísio Cerqueira 22/03/2016
Altair Rittes – Prefeito Municipal

Ermo

PREFEITURA

LEI N° 398, DE 18 DE MARÇO DE 2016.

LEI N° 398, de 18 de março de 2016.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a Firmar Convênio com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Ermo - CDL e dá Outras Providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Ermo - CDL, objetivando prestar apoio financeiro para a consecução dos objetivos sociais da Entidade, visando, principalmente, auxiliá-la na citação de meios de promover o comércio local, através de realização de promoções e campanhas conjuntas.

Art. 2º Com a realização do referido convênio, o Município poderá colocar à disposição da Entidade mencionada, a importância de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais), efetuando o repasse dos recursos em parcelas mensais de R\$ 1.000,00 (um mil reais), para cobrir despesas efetuadas em razão das promoções conjuntas realizadas pelas partes visando o incremento do comércio e da Indústria no Município, devendo ainda, certificar-se da plena observância dos objetivos sociais da beneficiada.

Art. 3º A presente Lei autoriza, também, a firmar eventuais adendos ao convênio em questão.

Art. 4º Para a fiel execução da presente Lei, valer-se-á o Executivo Municipal de dotação prevista no orçamento vigente à época dos respectivos dispêndios, podendo, ainda, suplementar a referida dotação em caso de sua insuficiência.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 18 de março de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LÉLIS HELENA LEONARDO

Secretária de Administração e Finanças

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/FMA/2016 -REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/FMA/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/FMA/2016
(Referente Pregão Presencial nº. 02/FMA/2016)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, através do Fundo Municipal de Agricultura, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa COOPERSULCA-COOPERATIVA REG. AGROP SUL CATARINENSE, CNPJ/MF nº 86.512.647/0023-23 estabelecida na Rod Antonio Valmor Canela, em Forquilha, neste ato representada pelo Sr. Rodrigo Aguiar Cardoso, CI 3.140.107, CPF 915.551.759-53, doravante denominada DETENTORA DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 02/FMA/2016, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de "sementes de aveia e azevem", para incentivo dos agricultores no melhoramento da qualidade na área rural, pastagem para animais e recuperação de solos com adubação verde, no município de Forquilha/SC, durante o exercício corrente, de acordo com a proposta da contratada, e especificações em anexo.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. Os produtos deste edital deverão ser entregues, parceladamente, conforme solicitação da Prefeitura Municipal de Forquilha, em até 24 (vinte e quatro) horas, mediante recebimento da Autorização de Fornecimento, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da licitante nas propriedades rurais dentro do Município de Forquilha independentemente da quantidade solicitada.

2. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

2.1. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

2.2. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

2.3. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 15 (quinze) dias a partir da data de recebimento das

mesmas.

3. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

4. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

4.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

6. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na

Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados na cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprezada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 02/FMA/2016, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 17 de março de 2016.
MUNICÍPIO DE FORQUILHA
FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

COOPERSULCA-COOPERATIVA REG. AGROP SUL CATARINENSE
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Rodrigo Aguiar Cardoso
CPF: 915.551.759-53

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/FMS/2016 -REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/FMS/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/FMS/2016
(Referente Pregão Presencial nº. 04/FMS/2016)

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORQUILHA, com sede na Rua João José Back, FORQUILHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 10.540.697/0001-47, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. WZ MULTI-ESPORTES LTDA-ME, estabelecida na Avenida 25 de julho, em Forquilha, inscrita no CNPJ sob o Nº 08.937.057/0001-23, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Danny César Warmiling, portador da CI nº. 3.361.340 e inscrito no CPF nº. 021.438.639-26;

Doravante denominada DETENTORA DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 04/FMS/2016, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente licitação tem como objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de uniformes, camisetas e afins junto ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Forquilha.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 20 (vinte) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso,

nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC,

postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou

a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 04/FMS/2016, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 14 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

WZ MULTI-ESPORTES LTDA-ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Danny César Warmiling

CPF: 021.438.639-26;

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/PMF/2016
-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/PMF/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.14/PMF/2016
(Referente Pregão Presencial nº. 26/PMF/2016)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA, CNPJ/MF nº 80.954.555/0001-01 estabelecida na Rua Ezilda Schmidt Coelho, nº01 – Barreiros – São José/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Davi Torres Correa, brasileiro, CI 4.004.452, e CPF 004.726.679-12.

2. ROLAMENTOS LTDA ME, CNPJ/MF nº 05.015.263/0001-98 estabelecida na Rod. Gabriel Arns, 6480, Forquilha/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. Mariene Fortunato da Silva, brasileira, CI 5.635.383, e CPF 069.131.869-75.

3. SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA, estabelecida na Rodovia SC 447, 2987, Bairro Sapiranga, Meleiro/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 07.551.295/0004-86, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Douglas de Braga, portador da CI nº 6075107463 e inscrito no CPF nº 004.728.650-48;

4. BONDMANN QUÍMICA LTDA, estabelecida na Rua Diretor Augusto Pestana, 2250, Bairro Fátima, Canoas/RS, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº. 94.984.796/0001-08, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Leandro Zanzi, portador da CI nº. 4874142 e inscrito no CPF nº. 045.841.919-21;

Doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 26/PMF/2016, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO de Lubrificantes, Graxas e afins para uso na manutenção e conservação dos veículos da frota do Município de Forquilha, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro

das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 07 (sete) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma

estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de

pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 26/PMF/2016, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 14 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Davi Torres Correa
CPF: 004.726.679-12

ROCOL ROLAMENTOS LTDA ME

Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Mariene Fortunato da Silva
CPF: 069.131.869-75

SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA

Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Douglas de Braga
CPF: 023.493.879-09

BONDMANN QUÍMICA LTDA

Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Leandro Zanzi
CPF: 045.841.919-21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/PMF/2016 -REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/PMF/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/PMF/2016
(Referente Pregão Presencial nº. 28/PMF/2016)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL – FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. E&AR EQUIP. DE REFRIG. EIRELI EPP, estabelecida na Avenida Osmar Cunha, 183, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ/MF nº 05.368.504/0001-82, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Emerson da Silva, portador da CI nº 2.677.997 e inscrito no CPF nº 898.477.099-04.

2. DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA, estabelecida na Rua Frei Gregório Dal Mont, 1489, Turvo/SC, CNPJ/MF nº 00.478.911/0001-29, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Leandro Bordini Idalino, brasileiro, CI 4.261.159, CPF 089.459.999-22.

3. SUPERAR EIRELI EPP, estabelecida na Rua Joaquim Nabuco, 40, Blumenau/SC, CNPJ/MF nº 13.482.516/0001-61, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. William Ricardo Zeferino Muniz, brasileiro, CI 4.831.304, CPF 010.113.209-32;

4. JF AR CONDICIONADO LTDA ME, estabelecida na Rua Luiz Tomazi, 110, Forquilha/SC, CNPJ/MF nº 19.211.353/0001-69, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Juliano Favaro, brasileiro, CI 3.485.050, CPF 990.384.809-97;

5. AKON LTDA ME, estabelecida na Rua Lauro Muller, 490, Tijucas/SC, CNPJ/MF nº 13.228.073/0001-87, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Marcio Rodrigues Xavier, brasileiro, CI 4.066.280.118, CPF 954.044.650-34;

Doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do

artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 28/PMF/2016, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para aquisição de aparelhos de ar condicionado, incluindo suporte e instalação, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 15 (quinze) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

1.5. Os proponentes deverão apresentar prazo de garantia de 01 (um) ano sob os produtos ofertados, contado a partir do recebimento dos produtos e 06 (seis) meses sob o serviço de instalação, a partir da finalização dos serviços.

1.6. Os vencedores da ata deverão testar os aparelhos e suas instalações a fim de garantir o pleno funcionamento dos mesmos, sob pena de responsabilização.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo

recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa

em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceite as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por

conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.
Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 28/PMF/2016, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda
Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 15 de março de 2016.
MUNICÍPIO DE FORQUILHA
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

E&AR EQUIP. DE REFRIG. EIRELI EPP
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Emerson da Silva
CPF: 898.477.099-04

DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Leandro Bardini Idalino
CPF: 089.459.999-22

SUPERAR EIRELI EPP
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: William Ricardo Zeferino Muniz
CPF: 010.113.209-32

JF AR CONDICIONADO LTDA ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Juliano Favaro
CPF: 990.384.809-97

AKON LTDA ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Marcio Rodrigues Xavier
CPF: 954.044.650-34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/PMF/2016 -REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/PMF/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/PMF/2016
(Referente Pregão Presencial nº. 32/PMF/2016)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. GAVA SOM E ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL LTDA ME, CNPJ/MF nº 10.441.033/0001-20, estabelecida na Rua do Cinquentenário, 125, sala 01, Centro, Forquilha/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. IVOLNEY GAVA, brasileiro, CI 1.219.482-4, CPF 439.043.609-06;

2. SOMVÉRIO SONORIZAÇÕES E EVENTOS LTDA ME, CNPJ/MF nº 03.447.697/0001-31, estabelecida na Rua Santonino Silvério Bento, 97, Capivari de Baixo/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Fabiano Moraes Bento, brasileiro, CI 3.733.836, CPF 007.581.059-08;

Doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 32/PMF/2016, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a prestação de serviços sonorização e iluminação para cobertura de eventos diversos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria correspondente, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de Ordens de Serviço previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O local para execução constará expressamente nas Ordens de Serviço que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas Neste edital de licitação.

1.4. A data do evento no qual será necessária a prestação do referido serviço será informada na Ordem de Serviço, bem como os prazos para finalização dos serviços de montagem e desmontagem da estrutura (prazo mínimo de 24 horas antes do início do evento para finalização da montagem e prazo máximo de 24 horas após o término do mesmo para desmontagem), sob responsabilidade da

empresa prestado dos serviços;

1.5. Os materiais necessários serão transportados por conta e risco da licitante fornecedora, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente.

1.6. Para cada item, objeto deste processo licitatório, a empresa prestadora do serviço deverá emitir e apresentar à Prefeitura Municipal de Forquilha a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente aos serviços solicitados.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município processará a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado e realizada a reposição pela CONTRATADA imediatamente, a partir da notificação da não aceitação.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria correspondente, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria correspondente, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

- 1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
- 1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;
- 1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
- 1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- 1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

- 2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;
- 2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.
- 2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
- 2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;
- 2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 32/PMF/2016, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda**Do Foro**

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 16 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

GAVA SOM E ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL LTDA ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Ivolney Gava

CPF: 439.043.609-06

SOMVÉRIO SONORIZAÇÃO E EVENTOS LTDA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Fabiano Moraes Bento

CPF: 007.581.059-08

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 49/PMF/2015
-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 140/
PMF/2015**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 140/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 49/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de alimentos e afins (coffe break) para diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 15/09/2016
3ª Publicação

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 67/PMF/2015
-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 179/
PMF/2015**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 179/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 67/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de materiais de informática, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Administração Municipal de Forquilha/SC., para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 17/12/2016
2ª Publicação

**AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 55/
PMF/2016;**

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 55/PMF/2016;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de "Base de Brita Graduada", para uso em diversas obras de pavimentação dos bairros Município de Forquilha/SC, para o exercício de 2016.

DATA DE ABERTURA: Dia 08 de abril de 2016 às 11:00 horas.
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 22 de março de 2016.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO PMF 191/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 191/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – ECOFAQ RESÍDUOS E TRANSPORTE EIRELI
DO OBJETO – para prestação de serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos classe I (líquido e sólido), a fim de atender as necessidades do pátio de obras da Prefeitura Municipal de Forquilha.

VALOR – R\$ 7.000,00 (sete mil reais).
VIGÊNCIA – 04/01/2016 até 31/12/2016
DOTAÇÃO - 0701.2032.3390 (115)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Dispensa de Licitação nº. 194/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA – 22 de dezembro de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 29/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 29/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – RETRANS LIMPEZA URBANA LTDA
OBJETO – Contratação emergencial de empresa prestadora de serviços de coleta de resíduos urbanos residenciais e comerciais com fornecimento de caminhão adaptado com compactador, capacidade mínima de 15 m³, com motorista, para atendimento ao Município de Forquilha/SC, pelo período de 30 dias.
VALOR – R\$ 30.500,00 (trinta mil e quinhentos reais)
VIGÊNCIA – 60 (sessenta) dias corridos (prazo de execução + 30 dias).

DOTAÇÃO – 0701.2032.3390 (118).
FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Dispensa de Licitação nº. 41/PMF/2016

DATA DA ASSINATURA – 08 de março de 2016
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO FMS 01/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 01/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 75/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELI ME

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para prestar serviços de pavimentação de estacionamento com revestimento de lajotas de concreto de cimento Portland, urbanização de passeios e acessibilidade da Unidade de Saúde do Bairro Vila Lourdes, com extensão total de 943,18m², da Rua Hercílio Minatto, município de Forquilha/SC.

DO VALOR – Fica acrescido o valor de R\$ 7.269,52 (sete mil duzentos e sessenta e nove reais e cinquenta e dois centavos).
DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 23 de fevereiro de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0012_2016-PMF -CIGA

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0073/2016 – PMF
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0012/2016-PMF

Objeto: Contratação do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, inscrito no CNPJ sob o nº 09.427.503/0001-12, para prestação de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – GESTÃO DE OBRAS. Valor Total do contrato: R\$ 5.940,00 (cinco mil e novecentos e quarenta reais), a ser pago em 9 (nove) parcelas mensais, no valor de R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais), cada. Vigência: De 1º de abril de 2016 até 31 de dezembro de 2016. Fundamento legal: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal nº 6.017/07; no artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal nº 8.666/93; e na Lei Municipal nº 2027, de 12/11/2009.

Fraiburgo(SC), 22 de março de 2016.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0015_2016 PMF

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0015/2016 – PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0074/2016 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

OBJETO: Inscrição da Secretaria Municipal Sra. Vania Maria Francheschi Vieira, para participar do VI Fórum Catarinense de Gestores Municipais de Cultura na cidade de Chapecó/SC, nos dias 29,30 e 31 de março de 2016, no Centro de Cultura e Eventos Arlindo de Nes. CONTRATADA: ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – EGEM CNPJ: 08.940.383/0001-90. VALOR: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais). FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 “caput” Da Lei Nº 8.666/93 E Alterações.

Fraiburgo(Sc), 22 de março de 2016.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0034_2016-PMF RP 0023

Aviso do Pregão Presencial nº 0034/2016– PMF

Registro de Preços Nº 0023/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de pedras brita nº 2, para uso do órgão gerenciador (Município de Fraiburgo) durante o período de abril a julho de 2016. Validade da Ata de Registro de Preços: abril a julho de 2016. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 08.04.2016, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 09:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 21 de março de 2016.

Ivo Biazolo

Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0035_2016-PMF

Aviso do Pregão Presencial nº 0035/2016– PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Contratação de empresa do ramo para aquisição e instalação de abrigos de passageiros para colocação em locais a serem definidos pela Secretaria. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 08.04.2016, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 14:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 22 de março de 2016.

Ivo Biazolo

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0002/2016 – CMF

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2016 – CMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0002/2016 – CMF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0002/2016

A Câmara Municipal de Fraiburgo, neste ato, representada por seu Presidente, torna pública a Inexigibilidade de Licitação nº 0002/2016-CMF, para contratação de serviços de publicação de atos oficiais do Poder Legislativo Municipal em jornal impresso de circulação regional, com fundamento no Art. 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, em favor de AGÊNCIA MIRAGE SC LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o número 04.065.817/0001-07.

Fraiburgo (SC) 01 de março de 2016.

Oracir Ferreira de Deus

Presidente.

Frei Rogério

PREFEITURA

DECRETO Nº 804/2016 INSTITUI A COMISSÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

DECRETO Nº 804/2016 DE 22 DE MARÇO DE 2016.

INSTITUI A COMISSÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 87, inciso VII, "a" da Lei Orgânica do município.

- Considerando o disposto nos artigos 211 e 214 da Constituição da República Federativa do Brasil;

- Considerando os preceitos de planejamento e Organização;

- Considerando o que dispõe os artigos 11 e 18 da Lei Federal 9.394/96;

- Considerando o artigo 2º da lei 10.172/01.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Instituída Comissão Municipal para acompanhamento e controle do Plano Municipal como fórum permanente de educação.

Art. 2º - A Comissão de que trata este Decreto será Composta pelos Seguintes Membros e Representações:

I – Representantes da Secretaria de Educação e Cultura:

- a) Titular: Roseni Alves Borges Ribeiro
- b) Suplente: Ilete Sueli Pillon Cordeiro

II – Representantes do Ensino Fundamental Estadual:

- a) Titular: Juliana Ferrarez Soletti
- b) Suplente: Andréia Rossi

III – Representantes do Ensino Médio Estadual:

- a) Titular: Ana Albuquerque
- b) Suplente: Adriana Santos Alberton

IV - Representantes do Ensino Fundamental Municipal:

- a) Titular : Juceli Alberton Mello
- b) Suplente: Maria Faquim

V – Representantes dos Servidores Públicos Municipais de Frei Rogério SC:

- a) Titular : Dircéia Franz
- b) Suplente: Osmar Soletti

VI – Representante do Conselho Municipal de Educação:

- a) Titular: Denise Alberton Stupp
- b) Suplente: Elizete Alberton Mazzuco

VII – Representantes da Educação Especial:

- a) Titular: Julia de Fátima Caetano
- b) Suplente: Ivanilde Richter

VIII – Representante da Câmara de Vereadores:

- a) Titular: Ivo Jose Mazzuco
- b) Suplente: Nilton Agostinho Antunes

IX - Representantes da Educação Infantil:

- a) Titular : Claudia Rinaldi Andrade
- b) Suplente: Carol Mello

X – Representantes do Executivo:

- a) Titular : Ariane Alberton
- b) Suplente: Magna Adriane Ribeiro

Art. 3º - Compete a Comissão de elaboração do Plano Municipal de Educação:

I – Elaborar o plano Municipal de Educação em consonância com os Planos Nacional e Estadual de Educação, observando, entre outros, a erradicação do analfabetismo; a universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais; a melhoria da qualidade de ensino; a formação para o trabalho; a progressiva ampliação do tempo de permanência na escola do aluno de ensino fundamental; valorização dos profissionais de educação; estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação e difusão dos princípios de equidade, do respeito a diversidade e gestão democrática da Educação.

II – Propor e realizar debates junto a Sociedade, objetivando elaborar trabalho representativo dos anseios sociais;

III – Elaborar cronograma de atividades, concluindo os trabalhos com dinâmica e celeridade;

IV – Decidir sobre a formação de subcomissões, dentre representantes de órgão/representações, sob coordenação de um ou mais Membros da Comissão criada neste Decreto;

V – Apresentar o Plano Municipal de Educação, na forma de projeto de lei, para que seja analisado pelo Chefe do Poder Executivo e, por ele, submetido à Câmara Municipal.

Art. 4º - O trabalho da comissão constitui serviço público relevante, não implicando remuneração para qualquer dos seus Membros.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrario em especial o Decreto nº 695/2015 de 19 de fevereiro de 2015.

Frei Rogério, 22 de março de 2016.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO 013/2016

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 013/2016, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 006/2016, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 05 de abril de 2016, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS, AQUISIÇÃO DE BOLO RECHEADO, COPOS DESCARTÁVEIS, GUARDANAPOS, REFRIGERANTES, TROFÉUS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORNAMENTAÇÃO E SEGURANÇAS PARA REALIZAÇÃO DOS EVENTOS COMEMORATIVOS AO 53º ANIVERSÁRIO DO MUNICIPIO DE GALVÃO, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br

Galvão - SC, 22 de março de 2016.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Edijane Borella de Almeida

Presidente da CCO

PROCESSO DE LICITAÇÃO 014/2016

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE GALVÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2016

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina torna publico que realizará através de Inexigibilidade de Licitação a contratação da empresa GT MARQUES ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na rua Sônia Garbin Sotilli, nº 33, da cidade de São Lourenço do Oeste, inscrita no CNPJ 09.561.117/0001-19 para realização do Festival Canto da Terra e baile, em comemoração as festividades do 53º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Galvão. O fundamento legal é o Art. 25, inciso III a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br

Galvão - SC, 22 de março de 2016.

Edijane Borella de Almeida

Presidente da CCO

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PR022/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2015

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de coleta, triagem, transporte e destino final de resíduos sólidos, orgânicos e de saúde gerados no município de Garopaba. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 06/04/2016.

A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 06/04/2016, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 22 de março de 2016.

Luiz Bernardo

Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20/2016

FMS

Ata nº. 20/2016; Processo nº.137/2015; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: MEDIC VET LTDA ME; Objeto: Registro de Preços para aquisição de ração e medicamentos para animais que se encontram sobre os cuidados do Departamento de Bem Estar Animal da Secretária de Saúde deste Município; Data da Assinatura: 22/03/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 013/2016. Processo nº 29/2016; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. CONTRATANTE: TRIBUTARIUM CONSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA ME, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 06.123.692/0001-41; Objeto: Execução de serviços técnicos, sob a modalidade de assessoria e consultoria tributária com execução indireta, para a cobrança e a recuperação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), incidentes sobre as tarifas e operações bancárias – Planos de Conta COSIF -, intermediações de seguros e consórcios, nos últimos 5 (cinco) anos no Município; a promoção de diagnóstico das estruturas institucionais, legais e administrativas tributárias; a implantação de mecanismos de aferição e acompanhamento da arrecadação municipal de ISSQN, seus procedimentos fiscais, processos tributários, inscrição em dívida ativa e cobrança judicial com o concomitante fornecimento dos recursos humanos especializados para coordenação, capacitação dos servidores da fiscalização, dívida ativa e procuradoria municipal; e ainda, a cessão de direitos patrimoniais (autorais) das peças utilizadas na efetivação do serviço mediante a execução das atividades descritas no Termo de Referência (anexo I) e edital de pregão presencial nº 011/2016 que se tornam parte integrantes do presente instrumento. Data da Assinatura: 10/03/2016.

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO - 02/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO
MES DE FEVEREIRO DE 2016

| 1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS | |
|--|-----------------------|
| Receitas Oriundas de Impostos | Arrecadação Até o Mês |
| 1.1 - IPTU | 4.512.411,39 |
| 1.2 - ITBI | 234.479,33 |
| 1.3 - ISS | 604.748,12 |
| 1.4 - FPM | 2.349.680,93 |
| 1.5 - IRRF | 118.991,80 |
| 1.6 - ICMS | 1.112.406,73 |
| 1.7 - IPI | 17.221,71 |
| 1.8 - IPVA | 294.064,88 |
| 1.9 - ITR | 37,61 |
| 1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação | 4.269,12 |
| 1.11 - Dívida Ativa de Impostos | 199.333,34 |
| 1.12 - Multas e Juros de Mora | 20.856,88 |
| TOTAL | 9.468.501,84 |

| 2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO | |
|---|---------------------|
| Especificação | Acumulado até o Mês |
| 2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos | 2.367.125,46 |
| 2.2 - Cota-Parte do FUNDEB | 1.342.725,14 |
| 2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB | 7.537,24 |
| 2.3 - Convênios | 611.728,02 |
| TOTAL | 4.329.115,86 |

| 3 - APLICAÇÃO | | | |
|---|-----------------------|---------------------|----------------------|
| Especificação | Exigência Legal (1) | Realizada (2) | Diferença (3) |
| 3.1 - Contribuição ao FUNDEB | 755.536,20 | 755.535,81 | -0,39 |
| 3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60% | 810.157,43 | 951.894,09 | 141.736,66 |
| 3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40% | 540.104,95 | 2.000,00 | -538.104,95 |
| 3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional | 1.611.589,26 | 638.890,29 | -972.698,97 |
| 3.5 - Convênios e Transferências | 611.728,02 | 25.292,80 | -586.435,22 |
| TOTAL | 4.329.115,86 | 2.373.612,99 | -1.955.502,87 |

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.

2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;

Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes de Bases.

Garopaba, 22 de março de 2016.

% APLICADO : 14,73%

Aplicado a menor : -972.699,36

PREFEITO MUNICIPAL

TEC. CONTABILIDADE

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE - 02/2016**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE****MÊS DE FEVEREIRO DE 2016**

| 1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS | |
|--|------------------------------|
| Receitas Oriundas de Impostos | Arrecadação Até o Mês |
| 1.1 - IPTU | 4.512.411,39 |
| 1.2 - ITBI | 234.479,33 |
| 1.3 - ISS | 604.748,12 |
| 1.4 - FPM | 2.349.680,93 |
| 1.5 - IRRF | 118.991,80 |
| 1.6 - ICMS | 1.112.406,73 |
| 1.7 - IPI | 17.221,71 |
| 1.8 - IPVA | 294.064,88 |
| 1.9 - ITR | 37,61 |
| 1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação | 4.269,12 |
| 1.11 - Dívida Ativa de Impostos | 199.333,34 |
| 1.12 - Multas e Juros de Mora | 20.856,88 |
| TOTAL | 9.468.501,84 |

| 2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE | |
|---|----------------------------|
| Especificação | Acumulado até o Mês |
| 2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos | 1.420.275,28 |
| 2.2 - Rendimento de Aplicação | 40.755,26 |
| 2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc. | 3.568.604,76 |
| TOTAL | 5.029.635,30 |

| 3 - APLICAÇÃO | | | |
|---|------------------------------|------------------------|------------------------|
| Especificação | Exigência Legal (1) | Realizada (2) | Diferença (3) |
| 3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional | 1.420.275,28 | 1.396.992,43 | -23.282,85 |
| 3.2 - Convênios e Transferências | 3.609.360,02 | 493.803,88 | -3.115.556,14 |
| | | | 0,00 |
| | | | 0,00 |
| | | | 0,00 |
| TOTAL | 5.029.635,30 | 1.890.796,31 | -3.138.838,99 |

% aplicado = 14,75%
 Aplicado a menor = -23.282,85

Garopaba, 22 de março de 2016.

PREFEITO MUNICIPAL

TEC. CONTABILIDADE

SECR. MUNIC. DA SAÚDE

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - 02/2016

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2015 A FEVEREIRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

| DESPESAS COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 27.644.155,06 | 11.807,21 |
| Pessoal Ativo | 26.829.727,56 | 1.474,21 |
| Pessoal Inativo e Pensionista | 728.222,50 | 0,00 |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 86.205,00 | 10.333,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 1.738.436,40 | 0,00 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 1.017.988,34 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 0,00 | 0,00 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 720.448,06 | 0,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II) | 25.905.718,66 | 11.807,21 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 52.208.353,72 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b) | 25.917.525,87 | 49,64 |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 28.192.511,01 | 54,00 |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 26.782.885,46 | 51,30 |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 25.373.259,91 | 48,60 |

FONTE:

GAROPABA, 22/03/2016

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

RREO - 1º BIMESTRE 2016 - ANEXO 01

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

| RECEITAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | SALDO A REALIZAR (a - c) |
|--|----------------------|-------------------------|----------------------|--------------|----------------------|--------------------------|
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | |
| | | | | | | R\$ 1,00 |
| RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | | | | | | |
| RECEITAS CORRENTES | 51.725.342,00 | 51.725.342,00 | 14.474.784,08 | 27,98 | 14.474.784,08 | 37.250.557,92 |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 50.958.042,00 | 50.958.042,00 | 14.474.784,08 | 28,41 | 14.474.784,08 | 36.483.257,92 |
| IMPOSTOS | 14.616.000,00 | 14.616.000,00 | 7.272.761,85 | 49,76 | 7.272.761,85 | 7.343.238,15 |
| TAXAS | 11.580.000,00 | 11.580.000,00 | 5.470.630,64 | 47,24 | 5.470.630,64 | 6.109.369,36 |
| CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA | 3.035.000,00 | 3.035.000,00 | 1.802.131,21 | 59,38 | 1.802.131,21 | 1.232.868,79 |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 1.000,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS | 2.236.000,00 | 2.236.000,00 | 512.367,09 | 22,91 | 512.367,09 | 1.723.632,91 |
| CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA | 736.000,00 | 736.000,00 | 105.864,27 | 14,38 | 105.864,27 | 630.135,73 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 1.500.000,00 | 1.500.000,00 | 406.502,82 | 27,10 | 406.502,82 | 1.093.497,18 |
| RECEITAS IMOBILIÁRIAS | 1.817.600,00 | 1.817.600,00 | 780.697,21 | 42,95 | 780.697,21 | 1.036.902,79 |
| RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS | 10.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 1.807.600,00 | 1.807.600,00 | 780.697,21 | 43,19 | 780.697,21 | 1.026.902,79 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 1.000,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS | 30.165.025,00 | 30.165.025,00 | 5.491.344,42 | 18,20 | 5.491.344,42 | 24.673.680,58 |
| TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS | 30.016.025,00 | 30.016.025,00 | 5.491.344,42 | 18,29 | 5.491.344,42 | 24.524.680,58 |
| TRANSF. DE PESSOAS | 10.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| TRANSF. DE CONV. | 20.000,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 119.000,00 | 119.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 119.000,00 |
| MULTAS E JUROS DE MORA | 2.122.417,00 | 2.122.417,00 | 417.613,51 | 19,68 | 417.613,51 | 1.704.803,49 |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 484.717,00 | 484.717,00 | 72.974,17 | 15,06 | 72.974,17 | 411.742,83 |
| RECEITA DA DÍVIDA ATIVA | 1.100,00 | 1.100,00 | 895,12 | 81,37 | 895,12 | 204,88 |
| RECEITAS DIVERSAS | 1.536.500,00 | 1.536.500,00 | 308.083,23 | 20,05 | 308.083,23 | 1.228.416,77 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 100.100,00 | 100.100,00 | 35.660,99 | 35,63 | 35.660,99 | 64.439,01 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 767.300,00 | 767.300,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 767.300,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS | 31.000,00 | 31.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 31.000,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 30.000,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS | 30.000,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 706.300,00 | 706.300,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 706.300,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS | 706.300,00 | 706.300,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 706.300,00 |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 1.676.000,00 | 1.676.000,00 | 250.842,89 | 14,97 | 250.842,89 | 1.425.157,11 |
| SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II) | 53.401.342,00 | 53.401.342,00 | 14.725.626,97 | 27,58 | 14.725.626,97 | 38.675.715,03 |

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

| RECEITAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | SALDO A REALIZAR (a - c) |
|--|----------------------|-------------------------|----------------------|--------------|----------------------|--------------------------|
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV) | | | | | | |
| Operações de Crédito Internas | | | | | | |
| Mobilizatória | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Crédito Externas | | | | | | |
| Mobilizatória | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV) | 53.401.342,00 | 53.401.342,00 | 14.725.626,97 | 27,58 | 14.725.626,97 | 38.675.715,03 |
| DÉFICIT (VI) | — | — | — | — | 0,00 | — |
| TOTAL (VII) = (V + VI) | 53.401.342,00 | 53.401.342,00 | 14.725.626,97 | 27,58 | 14.725.626,97 | 38.675.715,03 |
| SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS) | | | | | | |
| Superávit Financeiro | — | 1.899.810,16 | — | — | 89.066,81 | — |
| Reabertura de Créditos Adicionais | — | 1.899.810,16 | — | — | 89.066,81 | — |
| | — | 0,00 | — | — | 0,00 | — |

| DESPESAS | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) |
|---|----------------------|------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------------|---------------------|----------------------|-----------------------------------|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (f) | | No Bimestre | Até o Bimestre (h) | | |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII) | | | | | | | | | |
| DESPESAS CORRENTES | 51.670.842,00 | 58.974.563,36 | 12.074.804,18 | 12.074.804,18 | 46.899.759,18 | 7.111.077,24 | 7.111.077,24 | 51.863.486,12 | 6.816.534,93 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 45.683.708,00 | 46.406.484,36 | 11.378.863,27 | 11.378.863,27 | 35.027.621,09 | 7.028.721,60 | 7.028.721,60 | 39.377.762,76 | 6.764.279,29 |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 29.204.373,00 | 29.594.160,10 | 4.335.439,41 | 4.335.439,41 | 25.258.720,69 | 4.310.645,64 | 4.310.645,64 | 25.283.514,46 | 4.111.095,64 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 100.100,00 | 20.100,00 | 0,00 | 0,00 | 20.100,00 | 0,00 | 0,00 | 20.100,00 | 0,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 16.379.235,00 | 16.792.224,26 | 7.043.423,86 | 7.043.423,86 | 9.748.800,40 | 2.718.075,96 | 2.718.075,96 | 14.074.148,30 | 2.653.183,65 |
| INVESTIMENTOS | 3.084.034,00 | 9.664.979,00 | 695.940,91 | 695.940,91 | 8.969.038,09 | 82.355,64 | 82.355,64 | 9.582.623,36 | 52.255,64 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 2.383.934,00 | 9.014.879,00 | 485.940,91 | 485.940,91 | 8.528.938,09 | 53.297,80 | 53.297,80 | 8.961.581,20 | 23.197,80 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 700.100,00 | 650.100,00 | 0,00 | 0,00 | 440.100,00 | 0,00 | 0,00 | 621.042,16 | 29.057,84 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 2.903.100,00 | 2.903.100,00 | 0,00 | 0,00 | 2.903.100,00 | 0,00 | 0,00 | 2.903.100,00 | 0,00 |
| RESERVA DO RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | 1.730.500,00 | 1.730.500,00 | 353.635,03 | 353.635,03 | 1.376.864,97 | 286.992,99 | 286.992,99 | 1.443.507,01 | 172.021,98 |

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

| DESPESAS | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) |
|--|------------------------|---------------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|---------------------|-----------------------|----------------------|--------------------------------------|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (f) | | No Bimestre | Até o Bimestre (h) | | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | 1.730.500,00 | 1.730.500,00 | 353.635,03 | 353.635,03 | 1.376.864,97 | 286.992,99 | 286.992,99 | 1.443.507,01 | 172.021,98 |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX) | 53.401.342,00 | 60.705.063,36 | 12.428.439,21 | 12.428.439,21 | 48.276.624,15 | 7.398.070,23 | 7.398.070,23 | 53.306.993,13 | 6.988.556,91 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII) | 53.401.342,00 | 60.705.063,36 | 12.428.439,21 | 12.428.439,21 | 48.276.624,15 | 7.398.070,23 | 7.398.070,23 | 53.306.993,13 | 6.988.556,91 |
| SUPERÁVIT (XIII) | — | — | — | — | — | — | 7.327.556,74 | — | — |
| TOTAL (XIV) = (XII + XIII) | 53.401.342,00 | 60.705.063,36 | 12.428.439,21 | 12.428.439,21 | — | 7.398.070,23 | 14.725.626,97 | — | 6.988.556,91 |

| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | SALDO (a - c) |
|---|---------------------|----------------------------|---------------------|--------------|-----------------------|------------------|
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) |
| Receitas (Intra-Orçamentárias) | 1.676.000,00 | 1.676.000,00 | 250.842,89 | 14,97 | 250.842,89 | 14,97 |
| RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 1.676.000,00 | 1.676.000,00 | 250.842,89 | 14,97 | 250.842,89 | 14,97 |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 1.676.000,00 | 1.676.000,00 | 250.842,89 | 14,97 | 250.842,89 | 14,97 |
| CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 1.676.000,00 | 1.676.000,00 | 250.842,89 | 14,97 | 250.842,89 | 14,97 |

| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) |
|-------------------------------------|------------------------|---------------------------|---------------------|-----------------------|----------------------|---------------------|-----------------------|----------------------|--------------------------------------|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (f) | | No Bimestre | Até o Bimestre (h) | | |
| Despesas Intra-Orçamentárias | 1.730.500,00 | 1.730.500,00 | 353.635,03 | 353.635,03 | 1.376.864,97 | 286.992,99 | 286.992,99 | 1.443.507,01 | 172.021,98 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 1.504.600,00 | 1.504.600,00 | 263.635,03 | 263.635,03 | 1.240.964,97 | 247.778,44 | 247.778,44 | 1.256.821,56 | 132.807,43 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 225.900,00 | 225.900,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 135.900,00 | 39.214,55 | 39.214,55 | 186.685,45 | 39.214,55 |

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.042.575,67

GAROPABA , 21/03/2016

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito MunicipalRonye Paes
Secretário de Orc. e ContabilidadeLéia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle InternoEdinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

RREO - 1º BIMESTRE 2016 - ANEXO 02

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

| FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO (e) = (a-d) |
|--|-----------------|------------------------|---------------------|---------------|-------------------|---------------------|---------------|-------------------|
| | | | No Bimestre (b) | % (b/Total b) | | No Bimestre (d) | % (d/Total d) | |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | | | | | | | | |
| Legislativa | 51.670.842,00 | 58.974.563,36 | 12.074.804,18 | 97,15 | 46.899.759,18 | 7.111.077,24 | 96,12 | 51.863.486,12 |
| Ação Legislativa | 2.066.000,00 | 2.066.000,00 | 605.551,86 | 4,87 | 1.460.448,14 | 326.705,24 | 4,42 | 1.739.294,76 |
| Judiciária | 2.066.000,00 | 2.066.000,00 | 605.551,86 | 4,87 | 1.460.448,14 | 326.705,24 | 4,42 | 1.739.294,76 |
| Ação Judiciária | 1.000,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| Administração | 1.000,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| Administração Geral | 4.435.762,00 | 4.439.362,00 | 1.077.606,60 | 8,67 | 3.361.755,40 | 649.661,77 | 8,78 | 3.789.700,23 |
| Administração Financeira | 3.550.862,00 | 3.554.262,00 | 822.054,71 | 6,61 | 2.732.207,29 | 505.467,25 | 6,83 | 3.048.794,75 |
| Segurança Pública | 885.100,00 | 885.100,00 | 255.551,89 | 2,06 | 629.548,11 | 144.194,52 | 1,95 | 740.905,48 |
| Defesa Civil | 159.900,00 | 259.900,00 | 81.660,70 | 0,66 | 178.239,30 | 38.201,30 | 0,52 | 221.698,70 |
| Assistência Social | 159.900,00 | 259.900,00 | 81.660,70 | 0,66 | 178.239,30 | 38.201,30 | 0,52 | 221.698,70 |
| Assistência Comunitária | 953.571,00 | 1.037.516,00 | 239.788,54 | 1,93 | 797.727,46 | 146.913,74 | 1,99 | 890.602,26 |
| Saúde | 953.571,00 | 1.037.516,00 | 239.788,54 | 1,93 | 797.727,46 | 146.913,74 | 1,99 | 890.602,26 |
| Atenção Básica | 13.329.263,00 | 14.893.008,05 | 2.945.299,42 | 23,70 | 11.947.708,63 | 1.845.829,24 | 24,95 | 13.047.178,81 |
| Educação | 13.329.263,00 | 14.893.008,05 | 2.945.299,42 | 23,70 | 11.947.708,63 | 1.845.829,24 | 24,95 | 13.047.178,81 |
| Alimentação e Nutrição | 13.457.933,00 | 13.499.064,31 | 2.307.388,07 | 18,57 | 11.191.676,24 | 1.555.310,71 | 21,02 | 11.943.753,60 |
| Ensino Fundamental | 287.440,00 | 287.440,00 | 54.467,23 | 0,44 | 232.972,77 | 24.251,12 | 0,33 | 263.188,88 |
| Ensino Superior | 10.467.675,00 | 10.478.806,31 | 1.553.223,95 | 12,50 | 8.925.582,36 | 1.106.570,82 | 14,96 | 9.372.235,49 |
| Educação Infantil | 338.000,00 | 338.000,00 | 51.869,39 | 0,42 | 286.130,61 | 23.209,39 | 0,31 | 314.790,61 |
| Educação Especial | 2.232.300,00 | 2.262.300,00 | 637.327,81 | 5,13 | 1.624.972,19 | 390.779,69 | 5,28 | 1.871.520,31 |
| Cultura | 132.518,00 | 132.518,00 | 10.499,69 | 0,08 | 122.018,31 | 10.499,69 | 0,14 | 122.018,31 |
| Difusão Cultural | 164.000,00 | 164.000,00 | 9.373,75 | 0,08 | 154.626,25 | 9.373,75 | 0,13 | 154.626,25 |
| Direitos da Cidadania | 164.000,00 | 164.000,00 | 9.373,75 | 0,08 | 154.626,25 | 9.373,75 | 0,13 | 154.626,25 |
| Direitos Individuais, Coletivos e Difusos | 215.100,00 | 215.100,00 | 49.109,58 | 0,40 | 165.990,42 | 28.982,82 | 0,39 | 186.117,18 |
| Urbanismo | 215.100,00 | 215.100,00 | 49.109,58 | 0,40 | 165.990,42 | 28.982,82 | 0,39 | 186.117,18 |
| Infra-Estrutura Urbana | 7.994.913,00 | 8.109.913,00 | 2.828.361,72 | 22,76 | 5.281.551,28 | 1.586.140,07 | 21,44 | 6.523.772,93 |
| Serviços Urbanos | 3.526.213,00 | 3.631.213,00 | 729.202,64 | 5,87 | 2.902.010,36 | 502.675,10 | 6,79 | 3.128.537,90 |
| Habituação | 4.468.700,00 | 4.478.700,00 | 2.099.159,08 | 16,39 | 2.379.540,92 | 1.083.464,97 | 14,65 | 3.395.235,03 |
| Habituação Urbana | 36.300,00 | 36.300,00 | 0,00 | 0,00 | 36.300,00 | 0,00 | 0,00 | 36.300,00 |
| Saneamento | 36.300,00 | 36.300,00 | 0,00 | 0,00 | 36.300,00 | 0,00 | 0,00 | 36.300,00 |
| Saneamento Básico Urbano | 142.900,00 | 142.900,00 | 0,00 | 0,00 | 142.900,00 | 0,00 | 0,00 | 142.900,00 |
| Agricultura | 142.900,00 | 142.900,00 | 0,00 | 0,00 | 142.900,00 | 0,00 | 0,00 | 142.900,00 |
| Extensão Rural | 982.700,00 | 982.700,00 | 219.729,26 | 1,77 | 762.970,74 | 121.730,19 | 1,65 | 860.969,81 |
| Comércio e Serviços | 982.700,00 | 982.700,00 | 219.729,26 | 1,77 | 762.970,74 | 121.730,19 | 1,65 | 860.969,81 |
| Turismo | 1.651.000,00 | 1.591.000,00 | 507.258,42 | 4,08 | 1.083.741,58 | 397.329,97 | 5,37 | 1.193.670,03 |
| | 1.651.000,00 | 1.591.000,00 | 507.258,42 | 4,08 | 1.083.741,58 | 397.329,97 | 5,37 | 1.193.670,03 |

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

| FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO (e) = (a-d) | |
|---|-------------------------------------|------------------------|---------------------|--------------------|-------------------|---------------------|--------------|-------------------|--------------------|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | | % (b/total b) | No Bimestre | | Até o Bimestre (d) |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 51.670.842,00 | 58.974.563,36 | 12.074.804,18 | 12.074.804,18 | 97,15 | 7.111.077,24 | 7.111.077,24 | 96,12 | |
| | 358.300,00 | 5.944.600,00 | 398.285,19 | 398.285,19 | 3,20 | 22.779,80 | 22.779,80 | 0,31 | |
| | 26.100,00 | 26.100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | 332.200,00 | 5.918.500,00 | 398.285,19 | 398.285,19 | 3,20 | 22.779,80 | 22.779,80 | 0,31 | |
| | 295.200,00 | 295.200,00 | 91.022,03 | 91.022,03 | 0,73 | 75.535,57 | 75.535,57 | 1,02 | |
| | 295.200,00 | 295.200,00 | 91.022,03 | 91.022,03 | 0,73 | 75.535,57 | 75.535,57 | 1,02 | |
| | 5.397.000,00 | 5.267.000,00 | 714.369,04 | 714.369,04 | 5,75 | 306.583,07 | 306.583,07 | 4,14 | |
| | 3.912.000,00 | 3.912.000,00 | 201.369,04 | 201.369,04 | 1,62 | 141.775,49 | 141.775,49 | 1,92 | |
| | 800.000,00 | 670.000,00 | 210.000,00 | 210.000,00 | 1,69 | 29.057,84 | 29.057,84 | 0,39 | |
| | 685.000,00 | 685.000,00 | 303.000,00 | 303.000,00 | 2,44 | 135.749,74 | 135.749,74 | 1,83 | |
| | 30.000,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 1.730.500,00 | 1.730.500,00 | 353.635,03 | 353.635,03 | 2,85 | 286.992,99 | 286.992,99 | 3,88 |
| | | 20.000,00 | 20.000,00 | 19.000,00 | 19.000,00 | 0,15 | 3.143,41 | 3.143,41 | 0,04 |
| | | 20.000,00 | 20.000,00 | 19.000,00 | 19.000,00 | 0,15 | 3.143,41 | 3.143,41 | 0,04 |
| | | 263.200,00 | 263.200,00 | 37.842,94 | 37.842,94 | 0,30 | 37.842,94 | 37.842,94 | 0,51 |
| | | 213.200,00 | 213.200,00 | 31.262,74 | 31.262,74 | 0,25 | 31.262,74 | 31.262,74 | 0,42 |
| | | 50.000,00 | 50.000,00 | 6.580,20 | 6.580,20 | 0,05 | 6.580,20 | 6.580,20 | 0,09 |
| 100,00 | | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 100,00 | | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 34.100,00 | | 34.100,00 | 6.294,80 | 6.294,80 | 0,05 | 6.294,80 | 6.294,80 | 0,09 | |
| 34.100,00 | | 34.100,00 | 6.294,80 | 6.294,80 | 0,05 | 6.294,80 | 6.294,80 | 0,09 | |
| 355.100,00 | | 355.100,00 | 50.681,45 | 50.681,45 | 0,41 | 50.681,45 | 50.681,45 | 0,69 | |
| 355.100,00 | | 355.100,00 | 50.681,45 | 50.681,45 | 0,41 | 50.681,45 | 50.681,45 | 0,69 | |
| 705.500,00 | | 705.500,00 | 127.718,84 | 127.718,84 | 1,03 | 127.718,84 | 127.718,84 | 1,73 | |
| 554.400,00 | | 554.400,00 | 104.179,03 | 104.179,03 | 0,84 | 104.179,03 | 104.179,03 | 1,41 | |
| 12.000,00 | | 12.000,00 | 2.188,56 | 2.188,56 | 0,02 | 2.188,56 | 2.188,56 | 0,03 | |
| 132.100,00 | | 132.100,00 | 19.721,43 | 19.721,43 | 0,16 | 19.721,43 | 19.721,43 | 0,27 | |
| 7.000,00 | | 7.000,00 | 1.629,82 | 1.629,82 | 0,01 | 1.629,82 | 1.629,82 | 0,02 | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (III) | 7.000,00 | 7.000,00 | 1.374,80 | 1.374,80 | 0,01 | 1.374,80 | 1.374,80 | 0,02 | |
| | 7.000,00 | 7.000,00 | 1.374,80 | 1.374,80 | 0,01 | 1.374,80 | 1.374,80 | 0,02 | |
| | 91.100,00 | 91.100,00 | 16.464,45 | 16.464,45 | 0,13 | 16.464,45 | 16.464,45 | 0,22 | |
| | 70.100,00 | 70.100,00 | 13.918,80 | 13.918,80 | 0,11 | 13.918,80 | 13.918,80 | 0,19 | |
| | 21.000,00 | 21.000,00 | 2.545,65 | 2.545,65 | 0,02 | 2.545,65 | 2.545,65 | 0,03 | |
| | 100,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | 100,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

| FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO (e) = (e-d) |
|--|-----------------|------------------------|---------------------|--------------------|-------------------|---------------------|--------------------|-------------------|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | |
| | | | | | | | % (d/Total d) | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | | | | | | | | |
| Agricultura | 1.730.500,00 | 1.730.500,00 | 353.635,03 | 353.635,03 | 1.376.864,97 | 286.992,99 | 286.992,99 | 1.443.507,01 |
| Extensão Rural | 25.100,00 | 25.100,00 | 3.380,23 | 3.380,23 | 21.719,77 | 3.380,23 | 3.380,23 | 21.719,77 |
| Comércio e Serviços | 25.100,00 | 25.100,00 | 3.380,23 | 3.380,23 | 21.719,77 | 3.380,23 | 3.380,23 | 21.719,77 |
| Turismo | 1.100,00 | 1.100,00 | 0,00 | 0,00 | 1.100,00 | 0,00 | 0,00 | 1.100,00 |
| Desporto e Lazer | 1.100,00 | 1.100,00 | 0,00 | 0,00 | 1.100,00 | 0,00 | 0,00 | 1.100,00 |
| Desporto Comunitário | 3.100,00 | 3.100,00 | 877,52 | 877,52 | 2.222,48 | 877,52 | 877,52 | 2.222,48 |
| Encargos Especiais | 3.100,00 | 3.100,00 | 877,52 | 877,52 | 2.222,48 | 877,52 | 877,52 | 2.222,48 |
| Serviço da Dívida Interna | 225.000,00 | 225.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 135.000,00 | 39.214,55 | 39.214,55 | 185.785,45 |
| | 225.000,00 | 225.000,00 | 90.000,00 | 90.000,00 | 135.000,00 | 39.214,55 | 39.214,55 | 185.785,45 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 53.401.342,00 | 60.705.063,36 | 12.428.439,21 | 12.428.439,21 | 48.276.624,15 | 7.398.070,23 | 7.398.070,23 | 53.306.993,13 |

FONTE:

GAROPABA , 21/03/2016

Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

Edinal José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle Interno

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO - 1º BIMESTRE 2016 - ANEXO 03

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2015 A FEVEREIRO/2016

| EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES | | | | | | | | | | | | | | PREVISÃO ATUALIZADA 2016 |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|----------------------|--------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | |
| Mar/2015 | Abr/2015 | Mai/2015 | Jun/2015 | Jul/2015 | Agos/2015 | Set/2015 | Out/2015 | Nov/2015 | Dez/2015 | Jan/2016 | Fev/2016 | TOTAL (ULT. 12 MES.) | | |
| RECEITAS CORRENTES (I) | | | | | | | | | | | | | | 55.046.742,00 |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | | | | | | | | | | | | | | 14.616.000,00 |
| IPTU | 155.896,98 | 138.195,78 | 139.327,93 | 136.811,88 | 138.182,94 | 139.263,84 | 103.276,21 | 140.710,71 | 155.981,95 | 480.481,05 | 4.031.930,34 | 5.549.606,36 | 5.560.000,00 | |
| IRRF | 123.673,51 | 88.424,85 | 23.965,70 | 101.682,08 | 26.138,45 | 110.477,72 | 58.645,99 | 61.975,14 | 126.532,27 | 42.390,45 | 76.601,35 | 908.846,32 | 820.000,00 | |
| IS.S. | 238.810,03 | 220.342,58 | 223.088,24 | 237.774,11 | 201.347,16 | 263.256,87 | 224.696,62 | 218.700,38 | 288.034,60 | 255.362,44 | 946.385,68 | 2.966.169,54 | 3.000.000,00 | |
| ITBI | 211.596,39 | 228.678,64 | 183.776,10 | 294.242,48 | 196.384,78 | 183.369,53 | 108.497,23 | 197.379,50 | 215.019,24 | 94.237,80 | 140.241,73 | 2.249.289,06 | 2.200.000,00 | |
| Outras Receitas Tributárias | 10.391,63 | 90.122,94 | 82.269,52 | 89.595,15 | 101.612,44 | 57.714,12 | 69.678,92 | 59.203,99 | 61.911,61 | 255.655,94 | 418.141,61 | 1.385.989,60 | 3.035.000,00 | |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 155.047,23 | 57.881,94 | 261.865,47 | 177.772,75 | 160.484,80 | 167.180,80 | 163.136,63 | 175.388,43 | 164.209,50 | 234.705,94 | 178.275,93 | 334.091,16 | 2.230.811,58 | 2.235.000,00 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 198.911,37 | 213.607,21 | 382.694,24 | 155.822,39 | 230.965,85 | -8.888,99 | 114.076,56 | 320.273,90 | 284.588,17 | 348.543,44 | 408.678,83 | 374.078,38 | 3.032.401,25 | 1.817.600,00 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recita de Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| TRANSPERENCAS CORRENTES | 2.538.768,48 | 2.703.632,70 | 3.151.465,33 | 3.012.025,61 | 2.848.195,64 | 2.761.955,52 | 2.539.017,57 | 2.886.962,78 | 2.817.923,68 | 3.354.064,14 | 3.185.361,33 | 3.081.518,90 | 34.589.826,98 | 34.255.725,00 |
| Cota-Parte do FPM | 891.221,04 | 961.863,65 | 1.182.623,99 | 1.028.176,78 | 901.524,86 | 751.846,10 | 743.080,54 | 845.746,79 | 954.916,78 | 1.088.044,73 | 1.043.442,17 | 1.306.238,76 | 11.709.626,19 | 12.520.000,00 |
| Cota-Parte do ICMS | 488.162,90 | 524.747,19 | 466.544,52 | 475.847,56 | 478.145,66 | 461.456,17 | 481.641,16 | 500.247,60 | 501.000,77 | 489.090,85 | 612.370,17 | 500.036,56 | 6.099.291,71 | 6.300.000,00 |
| Cota-Parte do IPVA | 174.403,24 | 208.642,53 | 197.883,40 | 208.005,65 | 259.797,63 | 200.722,45 | 194.194,37 | 128.943,16 | 118.385,12 | 88.743,11 | 133.423,12 | 160.641,76 | 2.072.897,54 | 2.000.000,00 |
| Cota-Parte do ITR | 334,29 | 0,00 | 893,90 | 1.333,92 | 504,97 | 25,90 | 1.389,02 | 23.438,90 | 911,81 | 44,96 | 681.132,89 | 446.341,22 | 28.670,87 | 30.000,00 |
| Outras Transferências Correntes | 406.938,39 | 377.181,07 | 698.980,26 | 683.606,78 | 631.949,31 | 795.381,31 | 580.990,03 | 478.992,64 | 646.066,71 | 1.089.257,96 | 917.17,13 | 7.504,38 | 7.389.969,57 | 6.281.725,00 |
| Transferências de LC 61/1988 | 6.708,99 | 7.026,40 | 7.903,27 | 9.513,08 | 6.954,88 | 7.400,31 | 0,00 | 15.938,68 | 7.798,36 | 6.739,48 | 9.717,13 | 7.504,38 | 93.227,76 | 100.000,00 |
| Transferências de LC 87/1996 | 0,00 | 8.308,44 | 2.077,11 | 2.077,11 | 2.077,11 | 2.077,11 | 2.077,11 | 2.077,11 | 2.077,11 | 2.134,56 | 2.134,56 | 28.194,44 | 24.000,00 | |
| Transferências do FUNDEC | 570.989,03 | 617.953,42 | 623.351,28 | 592.464,73 | 567.241,22 | 583.005,57 | 556.075,34 | 590.005,90 | 582.759,92 | 600.065,96 | 703.141,29 | 689.563,85 | 7.000.000,00 | |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 205.848,95 | 179.908,70 | 140.906,18 | 180.271,29 | 143.910,05 | 227.826,13 | 157.302,60 | 143.309,19 | 121.606,74 | 338.120,16 | 227.461,26 | 190.182,25 | 2.256.324,10 | 2.122.417,00 |
| DEDUÇÕES (II) | 432.671,26 | 397.535,30 | 434.342,79 | 401.894,55 | 362.873,39 | 365.988,71 | 336.473,93 | 354.697,03 | 367.581,69 | 450.725,91 | 400.342,35 | 461.067,73 | 4.756.254,54 | 4.626.800,00 |
| Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários | 71.181,19 | 4.331,72 | 4.331,72 | 4.331,72 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 84.576,35 | 0,00 |
| Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor | 52.053,32 | 51.476,10 | 52.387,56 | 51.622,02 | 52.227,69 | 52.117,05 | 52.001,68 | 51.418,16 | 50.461,83 | 113.777,26 | 40.125,14 | 65.739,13 | 686.186,94 | 735.000,00 |
| Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC | 309.086,75 | 341.717,48 | 377.043,51 | 345.740,81 | 300.645,70 | 313.851,66 | 284.472,25 | 303.278,67 | 317.219,76 | 336.946,65 | 360.217,21 | 395.318,60 | 3.985.491,25 | 4.090.800,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) | 3.142.179,22 | 3.164.883,39 | 3.732.057,32 | 3.569.021,82 | 3.351.418,28 | 3.120.412,78 | 3.016.800,55 | 3.078.674,00 | 3.333.812,05 | 4.433.338,23 | 4.480.546,31 | 9.019.813,93 | 51.451.099,23 | 49.615.142,00 |

FONTE:

GAROPABA, 21/03/2016

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

Ronye Pass
Secretário de Orc. e Contabilidade

Lia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle Interno

Ednair José Vieira
Téc. Cont. - CRC 19288

RREO - 1º BIMESTRE 2016 - ANEXO 04

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

| RECEITAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | | | Até o Bimestre/2016 | Até o Bimestre/2015 |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | | | | |
| RECEITAS CORRENTES | 2.236.000,00 | 2.236.000,00 | 791.732,78 | 437.571,42 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 2.236.000,00 | 2.236.000,00 | 791.732,78 | 437.571,42 |
| Pessoal Civil | 736.000,00 | 736.000,00 | 105.864,27 | 59.057,73 |
| Ativo | 736.000,00 | 736.000,00 | 105.864,27 | 59.057,73 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Para Cobertura de Déficit Atuarial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Regime de Débitos e Parcelamentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Contribuições | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patrimonial | 1.500.000,00 | 1.500.000,00 | 685.868,51 | 373.760,15 |
| Receitas Imobiliárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 1.500.000,00 | 1.500.000,00 | 685.868,51 | 373.760,15 |
| Receita de Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 1.676.000,00 | 1.676.000,00 | 250.842,89 | 152.699,61 |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) | 3.912.000,00 | 3.912.000,00 | 1.042.575,67 | 590.271,03 |
| DESPESAS | | | | |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) | | | | |
| ADMINISTRAÇÃO | 0,00 | 0,00 | 165.767,64 | 115.231,43 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 64.074,10 | 13.537,89 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 64.074,10 | 13.537,89 |
| PREVIDÊNCIA SOCIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 101.693,54 | 101.693,54 |
| | | | | Continua 1/4 |

Município de GAROPABA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

| DESPESAS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | | | Até o Bimestre/2016 | Até o Bimestre/2015 | Até o Bimestre/2016 | Até o Bimestre/2015 |
| Pessoal Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 101.693,54 | 0,00 | 101.693,54 |
| Aposentadorias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 89.634,98 | 0,00 | 89.634,98 |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.058,56 | 0,00 | 12.058,56 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reformas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 165.767,64 | 0,00 | 115.231,43 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) | 3.912.000,00 | 3.912.000,00 | - | - | 1.042.575,67 | 475.039,60 |

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR

| | |
|---|------|
| TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS | 0,00 |
| Plano Financeiro | 0,00 |
| Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras | 0,00 |
| Recursos para Formação de Reserva | 0,00 |
| Outros Aportes para o RPPS | 0,00 |
| Plano Previdenciário | 0,00 |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | 0,00 |
| Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial | 0,00 |
| Outros Aportes para o RPPS | 0,00 |

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS

| | |
|-------|------|
| Valor | 0,00 |
|-------|------|

BENS E DIREITOS DO RPPS

| Valor | PERÍODO DE REFERÊNCIA | |
|-------|-----------------------|------|
| | 2016 | 2015 |
| Caixa | 0,00 | 0,00 |

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de GAROPABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

| BENS E DIREITOS DO RPPS | PERÍODO DE REFERÊNCIA | | | |
|---|-------------------------------------|---------------------|------------------------------------|---------------------|
| | 2016 | | 2015 | |
| | 164.922,69 21.067.937,69 0,00 | | 15.926,35 17.578.846,09 0,00 | |
| RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | Até o Bimestre/2016 | Até o Bimestre/2015 |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) | 1.676.000,00 | 1.676.000,00 | 250.842,89 | 152.699,61 |
| RECEITAS CORRENTES (VII) | 1.676.000,00 | 1.676.000,00 | 250.842,89 | 152.699,61 |
| Recarga de Contribuições Patronais | 1.472.000,00 | 1.472.000,00 | 211.628,34 | 117.464,11 |
| Pessoal Civil | 1.472.000,00 | 1.472.000,00 | 211.628,34 | 117.464,11 |
| Ativo | 1.472.000,00 | 1.472.000,00 | 211.628,34 | 117.464,11 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Para Cobertura de Déficit Atuarial | 204.000,00 | 204.000,00 | 39.214,55 | 0,00 |
| Em Regime de Débitos e Parcelamentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Contribuições | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recarga Patrimonial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recargas Imobiliárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recargas de Valores Mobiliários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recarga de Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35.235,50 |
| RECEITAS DE CAPITAL (IX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 1.676.000,00 | 1.676.000,00 | 250.842,89 | 152.699,61 |
| (XI) = (VII + IX - X) | | | | |

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

| DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
|---|-----------------|--------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | | | Até o Bimestre/2016 | Até o Bimestre/2015 | Até o Bimestre/2016 | Até o Bimestre/2015 |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | - | - | - | - | - | - |
| ADMINISTRAÇÃO (XII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

FONTE:

GAROPABA, 21/03/2016

| | | | |
|--|--|---|--|
| Paulo Sérgio de Araújo Prefeito Municipal | Ronye Paes Secretário de Orc. e Contabilidade | Léia Cristina de Abreu Vieira Diretor Controle Interno | Edinei José Vieira Tec. Cont. - CRC 19288 |
|--|--|---|--|

RREO - 1º BIMESTRE 2016 - ANEXO 05

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

| <u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u> | SALDO | | |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | Em 31 Dez 2015 (A) | Em 31 Dez 2015 (B) | Em 29 Fev 2016 (C) |
| DÍVIDA CONSOLIDADA (I) | 859.153,64 | 859.153,64 | 826.868,12 |
| DEDUÇÕES (II) | 7.454.441,74 | 7.454.441,74 | 12.630.479,27 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 7.720.214,53 | 7.720.214,53 | 13.295.419,29 |
| Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios) | 265.772,79 | 265.772,79 | 664.940,02 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II) | -6.595.288,10 | -6.595.288,10 | -11.803.611,15 |
| RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVOS RECONHECIDOS (V) | 55.051,02 | 55.051,02 | 51.823,34 |
| DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V) | -6.650.339,12 | -6.650.339,12 | -11.855.434,49 |

| <u>RESULTADO NOMINAL</u> | PERÍODO DE REFERÊNCIA | |
|--------------------------|------------------------|---------------------------|
| | No Bimestre (C - B) | Jan a Fev 2016 (C - A) |
| VALOR | -5.205.095,37 | -5.205.095,37 |

| <u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u> | VALOR CORRENTE |
|---|---------------------|
| META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA | 1.604.000,00 |

| <u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u> | | | |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| <u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u> | SALDO | | |
| | Em 31 Dez 2015 (A) | Em 31 Dez 2015 (B) | Em 29 Fev 2016 (C) |
| DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEDUÇÕES (VIII) | 20.151.255,89 | 20.151.255,89 | 21.058.050,50 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 359.303,68 | 359.303,68 | 164.922,69 |
| Investimentos | 19.791.952,21 | 19.791.952,21 | 20.893.127,81 |
| Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Restos a Pagar Processados | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII) | -20.151.255,89 | -20.151.255,89 | -21.058.050,50 |
| PASSIVOS RECONHECIDOS (X) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X) | -20.151.255,89 | -20.151.255,89 | -21.058.050,50 |

FONTE:

GAROPABA, 21/03/2016

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

RREO - 1º BIMESTRE 2016 - ANEXO 06

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

| RECEITAS PRIMÁRIAS | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
|--|---------------------|-------------------------|-------------------------|
| | | Até o Bimestre/ 2016 | Até o Bimestre/ 2015 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) | 50.826.442,00 | 13.944.929,76 | 12.529.414,87 |
| Receita Tributária | 14.616.000,00 | 7.272.761,85 | 6.446.133,64 |
| I.P.T.U. | 5.560.000,00 | 4.512.411,39 | 3.942.047,98 |
| I.S.S. | 3.000.000,00 | 604.748,12 | 529.224,75 |
| I.T.B.I. | 2.200.000,00 | 234.479,33 | 304.123,93 |
| I.R.R.F. | 820.000,00 | 118.991,80 | 61.875,55 |
| Outras Receitas Tributárias | 3.036.000,00 | 1.802.131,21 | 1.608.861,43 |
| Receita de Contribuição | 3.912.000,00 | 763.209,98 | 485.314,61 |
| Receitas Previdenciárias | 2.412.000,00 | 356.707,16 | 176.521,84 |
| Outras Contribuições | 1.500.000,00 | 406.502,82 | 308.792,77 |
| Receita Patrimonial Líquida | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patrimonial | 1.817.600,00 | 780.697,21 | 413.567,13 |
| (-) Aplicações Financeiras | 1.807.600,00 | 780.697,21 | 413.567,13 |
| Transferências Correntes | 30.165.025,00 | 5.491.344,42 | 5.111.669,78 |
| F.P.M. | 10.120.000,00 | 1.879.744,81 | 1.934.696,62 |
| I.P.V.A | 1.600.000,00 | 235.252,07 | 194.115,59 |
| I.C.M.S. | 5.040.000,00 | 889.925,54 | 824.993,92 |
| Convênios | 119.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Transferências Correntes | 13.286.025,00 | 2.486.422,00 | 2.157.863,65 |
| Demais Receitas Correntes | 2.123.417,00 | 417.613,51 | 486.296,84 |
| Dívida Ativa | 1.536.500,00 | 308.083,23 | 279.280,19 |
| Diversas Receitas Correntes | 586.917,00 | 109.530,28 | 207.016,65 |
| RECEITAS DE CAPITAL (II) | 767.300,00 | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Crédito (III) | 31.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Ativos (V) | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 706.300,00 | 0,00 | 0,00 |
| Convênios | 706.300,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Transferências de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V) | 706.300,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI) | 51.532.742,00 | 13.944.929,76 | 12.529.414,87 |

| DESPESAS PRIMÁRIAS | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
|--|--------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | | Até o Bimestre/ 2016 | Até o Bimestre/ 2015 | Até o Bimestre/ 2016 | Até o Bimestre/ 2015 |
| DESPESAS CORRENTES (VIII) | 48.136.984,36 | 11.732.498,30 | 10.513.439,61 | 7.315.714,59 | 6.889.676,61 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 31.098.760,10 | 4.599.074,44 | 4.459.226,19 | 4.558.424,08 | 4.459.226,19 |
| Juros e Encargos da Dívida (IX) | 20.100,00 | 0,00 | 150.000,00 | 0,00 | 18.627,97 |
| Outras Despesas Correntes | 17.018.124,26 | 7.133.423,86 | 5.904.213,42 | 2.757.290,51 | 2.411.822,45 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX) | 48.116.884,36 | 11.732.498,30 | 10.363.439,61 | 7.315.714,59 | 6.871.048,64 |
| DESPESAS DE CAPITAL (XI) | 9.664.979,00 | 695.940,91 | 936.704,30 | 82.355,64 | 211.766,13 |
| Investimentos | 9.014.879,00 | 485.940,91 | 511.147,66 | 53.297,80 | 80.268,27 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Concessão de Empréstimos (XII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida (XIV) | 650.100,00 | 210.000,00 | 425.556,64 | 29.057,84 | 131.497,86 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV) | 9.014.879,00 | 485.940,91 | 511.147,66 | 53.297,80 | 80.268,27 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI) | 2.903.100,00 | - | - | - | - |
| DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII) | 60.034.863,36 | 12.218.439,21 | 10.874.587,27 | 7.369.012,39 | 6.951.316,91 |

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

| | | | | | |
|--|----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XV/III) | -8.502.121,36 | 1.726.490,55 | 1.654.827,60 | 6.575.917,37 | 5.578.097,96 |
| SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | - | - | - | 0,00 | 0,00 |
| Superávit Financeiro | - | - | - | 0,00 | 0,00 |
| Reabertura de Créditos Adicionais | - | - | - | 0,00 | 0,00 |

| | |
|--|----------------------|
| DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL | VALOR CORRENTE |
| META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA | -1.068.400,00 |

GAROPABA , 21/03/2016

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

RREO - 1º BIMESTRE 2016 - ANEXO 07

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

| RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | | RP NÃO PROCESSADOS | | | | | | | | | | Saldo Total (a+b) | | | |
|--|---|--------------------------|---------------------------|------------|------------|----------|------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------------|--------------|--------------|------|
| | | Inscritos | | Saldo (a) | Cancelados | Pagos | Liquidados | Pagos | Cancelados | Saldo (b) | | | | | |
| | | Em Exercícios Anteriores | Em 31 de Dezembro de 2015 | | | | | | | | | | | | |
| PODER/ÓRGÃO | RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) | 1.322,78 | 185.629,10 | 184.156,00 | - | 2.795,88 | 420.867,14 | 4.726.939,63 | 1.412.360,62 | 1.159.729,80 | 28.568,19 | 3.959.508,78 | 3.952.304,66 | | |
| | | 1.322,78 | 185.629,10 | 184.156,00 | 0,00 | 2.795,88 | 420.867,14 | 4.726.939,63 | 1.412.360,62 | 1.159.729,80 | 28.568,19 | 3.959.508,78 | 3.952.304,66 | | |
| | | 0,00 | 1,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.943,89 | 3.227,68 | 6.716,21 | 0,00 | 6.716,21 | 6.717,60 | | |
| | | 0,00 | 77.269,96 | 77.269,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.620,78 | 734.130,10 | 355.940,27 | 349.745,34 | 8.271,83 | 386.733,71 | 386.733,71 | |
| | | 0,00 | 4.100,67 | 4.100,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.476,92 | 3.709,44 | 3.709,44 | 0,00 | 5.767,48 | 5.767,48 | |
| | | 0,00 | 675,11 | 675,11 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 40.231,18 | 5.129,00 | 5.129,00 | 0,00 | 36.102,18 | 36.102,18 | |
| | | 0,00 | 19.780,40 | 19.780,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 57.333,91 | 30.063,43 | 29.966,38 | 4.536,00 | 22.831,53 | 22.831,53 | |
| | | 0,00 | 3.541,60 | 2.633,89 | 0,00 | 0,00 | 907,71 | 0,00 | 24.443,34 | 10.465,81 | 10.465,81 | 0,00 | 13.977,53 | 14.886,24 | |
| | | 0,00 | 4.159,51 | 4.159,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.510,83 | 43.622,03 | 27.415,52 | 20.762,52 | 0,00 | 29.570,34 | 29.570,34 | |
| | | 0,00 | 55.046,99 | 55.046,99 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.000,00 | 331.347,09 | 96.275,02 | 96.275,02 | 0,00 | 239.072,07 | 239.072,07 | |
| | | 0,00 | 14.514,96 | 13.950,96 | 0,00 | 0,00 | 564,00 | 136.162,04 | 2.897.518,15 | 667.829,51 | 428.143,67 | 15.790,36 | 2.599.806,16 | 2.590.370,16 | |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.266,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.266,71 | 1.266,71 | |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.239,84 | 1.225,40 | 1.225,40 | 0,00 | 4.014,44 | 4.014,44 | |
| | | 1.322,78 | 2.689,05 | 2.689,05 | 0,00 | 0,00 | 1.322,78 | 259.429,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 259.429,89 | 260.752,67 | |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 150,25 | 4.785,96 | 3.882,77 | 3.882,77 | 0,00 | 1.063,44 | 1.063,44 | |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 944,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 944,00 | 944,00 | |
| | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.352,64 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.352,64 | 2.352,64 | |
| | | 0,00 | 3.849,46 | 3.849,46 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 400,00 | 593.667,22 | 208.196,77 | 208.196,77 | 0,00 | 360.870,45 | 360.870,45 | |
| | | - | 78.820,91 | 78.820,91 | - | 0,00 | 0,00 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | | 0,00 | 78.820,91 | 78.820,91 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 78.820,91 | 78.820,91 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 2.733,34 | 2.733,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 3.135,73 | 3.135,73 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 7.990,50 | 7.990,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 1.472,81 | 1.472,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 3.329,92 | 3.329,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 49.926,68 | 49.926,68 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 6.072,74 | 6.072,74 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 2.581,33 | 2.581,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 1.182,47 | 1.182,47 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 395,39 | 395,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 1.322,78 | 264.450,01 | 262.976,91 | 0,00 | 0,00 | 2.795,88 | 420.867,14 | 4.726.939,63 | 1.412.360,62 | 1.159.729,80 | 28.568,19 | 3.959.508,78 | 3.952.304,66 | |
| | | TOTAL (III) = (I + II): | | | | | 0,00 | | | | | | | | |
| FONTE: | | | | | | | | | | | | | | | |

Léia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle Interno

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

RREO - 1º BIMESTRE 2016 - ANEXO 08

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

| RECEITAS DO ENSINO | | | | |
|---|----------------------|-------------------------|---------------------|-------------------|
| RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição) | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | Até o Bimestre (b) | % (c) = (b/a)x100 |
| 1- RECEITAS DE IMPOSTOS | 13.063.279,00 | 13.063.279,00 | 5.692.610,22 | 43,58 |
| 1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU | 6.930.000,00 | 6.930.000,00 | 4.695.033,12 | 67,75 |
| 1.1.1- IPTU | 7.000.000,00 | 7.000.000,00 | 5.396.867,48 | 77,10 |
| 1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU | 50.000,00 | 50.000,00 | 843,67 | 1,69 |
| 1.1.3- Dívida Ativa do IPTU | 1.200.000,00 | 1.200.000,00 | 176.883,93 | 14,74 |
| 1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU | 606.000,00 | 606.000,00 | 49.359,16 | 8,15 |
| 1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU | (1.926.000,00) | (1.926.000,00) | (928,92 1,12) | 48,23 |
| 1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI | 2.200.000,00 | 2.200.000,00 | 234.479,33 | 10,66 |
| 1.2.1- ITBI | 2.200.000,00 | 2.200.000,00 | 234.479,33 | 10,66 |
| 1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.2.3- Dívida Ativa do ITBI | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS | 3.113.279,00 | 3.113.279,00 | 644.105,97 | 20,69 |
| 1.3.1- ISS | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 | 604.954,13 | 20,17 |
| 1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS | 15.000,00 | 15.000,00 | 5.052,54 | 33,68 |
| 1.3.3- Dívida Ativa do ISS | 80.000,00 | 80.000,00 | 31.233,61 | 39,04 |
| 1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS | 35.300,00 | 35.300,00 | 5.797,18 | 16,42 |
| 1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS | (17.021,00) | (17.021,00) | (2931,49) | 17,22 |
| 1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF | 820.000,00 | 820.000,00 | 118.991,80 | 14,51 |
| 1.4.1- IRRF | 820.000,00 | 820.000,00 | 118.991,80 | 14,51 |
| 1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.4.3- Dívida Ativa do IRRF | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III) | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5.1- ITR | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5.3- Dívida Ativa do ITR | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS | 20.974.000,00 | 20.974.000,00 | 3.777.680,98 | 18,01 |
| 2.1- Cota-Parte FPM | 12.520.000,00 | 12.520.000,00 | 2.349.680,93 | 18,77 |
| 2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b | 12.520.000,00 | 12.520.000,00 | 2.349.680,93 | 18,77 |
| 2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.2- Cota-Parte ICMS | 6.300.000,00 | 6.300.000,00 | 1.112.406,73 | 17,66 |
| 2.3- ICMS-Desoneração – LC. nº87/1996 | 24.000,00 | 24.000,00 | 4.269,12 | 17,79 |
| 2.4- Cota-Parte IPH-Exportação | 100.000,00 | 100.000,00 | 17.221,71 | 17,22 |
| 2.5- Cota-Parte ITR | 30.000,00 | 30.000,00 | 37,61 | 0,13 |
| 2.6- Cota-Parte IPVA | 2.000.000,00 | 2.000.000,00 | 294.064,88 | 14,70 |
| 2.7- Cota-Parte IOF-Ouro | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2) | 34.037.279,00 | 34.037.279,00 | 9.470.291,20 | 27,82 |
| RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | Até o Bimestre (b) | % (c) = (b/a)x100 |
| 4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE | - | 0,00 | 61,36 | 0,00 |
| 5.1- Transferências do Salário-Educação | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 5.2- Transferências Diretas - PDDE | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 5.3- Transferências Diretas - PNAE | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 5.4- Transferências Diretas - PNATE | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 5.5- Outras Transferências do FNDE | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE | - | 0,00 | 61,36 | 0,00 |
| 6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS | 80.000,00 | 80.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 6.1- Transferências de Convênios | 80.000,00 | 80.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 10.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | 2.087.132,00 | 2.087.132,00 | 256.570,08 | 12,29 |
| 9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8) | 2.177.132,00 | 2.177.132,00 | 256.631,44 | 11,79 |
| FUNDEB | | | | |
| RECEITAS DO FUNDEB | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | Até o Bimestre (b) | % (c) = (b/a)x100 |
| 10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB | 4.090.800,00 | 4.090.800,00 | 755.535,81 | 18,47 |
| 10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1) | 2.400.000,00 | 2.400.000,00 | 469.936,12 | 19,58 |
| 10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2) | 1.260.000,00 | 1.260.000,00 | 222.481,19 | 17,66 |
| 10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3) | 4.800,00 | 4.800,00 | 853,82 | 17,79 |
| 10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4) | 20.000,00 | 20.000,00 | 3.444,35 | 17,22 |
| 10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5)) | 6.000,00 | 6.000,00 | 7,52 | 0,13 |
| 10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6) | 400.000,00 | 400.000,00 | 58.812,61 | 14,70 |
| 11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB | 7.000.000,00 | 7.000.000,00 | 1.342.725,14 | 19,18 |
| 11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB | 7.000.000,00 | 7.000.000,00 | 1.342.725,14 | 19,18 |
| 11.2- Complementação da União ao FUNDEB | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10) | 2.909.200,00 | 2.909.200,00 | 587.189,33 | 20,18 |
| ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB | | | | |

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

| DESPESAS DO FUNDEB | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
|--|------------------|------------------------|-------------------------|-----------------|---------------------|-----------------|
| | | | Até o Bimestre (e) | % (f)=(e/d)x100 | Até o Bimestre (g) | % (h)=(g/d)x100 |
| 13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO | 6.963.630,00 | 6.963.630,00 | 951.894,09 | 13,67 | 951.894,09 | 13,67 |
| 13.1- Com Educação Infantil | 1.925.000,00 | 1.925.000,00 | 331.194,29 | 17,20 | 331.194,29 | 17,20 |
| 13.2- Com Ensino Fundamental | 5.038.630,00 | 5.038.630,00 | 620.699,80 | 12,32 | 620.699,80 | 12,32 |
| 14- OUTRAS DESPESAS | 61.370,00 | 61.370,00 | 24.000,00 | 39,11 | 2.000,00 | 3,26 |
| 14.1- Com Educação Infantil | 30.200,00 | 30.200,00 | 24.000,00 | 79,47 | 2.000,00 | 6,62 |
| 14.2- Com Ensino Fundamental | 31.170,00 | 31.170,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14) | 7.025.000,00 | 7.025.000,00 | 975.894,09 | 13,89 | 953.894,09 | 13,58 |
| DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB | | | | | VALOR | |
| 16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB | | | | | | - |
| 16.1 - FUNDEB 60% | | | | | | - |
| 16.2 - FUNDEB 40% | | | | | | - |
| 17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB | | | | | | 0,00 |
| 17.1 - FUNDEB 60% | | | | | | 0,00 |
| 17.2 - FUNDEB 40% | | | | | | 0,00 |
| 18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17) | | | | | | 0,00 |
| INDICADORES DO FUNDEB | | | | | | |
| 19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) | | | | | | 953.894,09 |
| 19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) % | | | | | | 70,89 |
| 19.2 - Mínimo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) % | | | | | | 0,15 |
| 19.3 - Mínimo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) % | | | | | | 28,96 |
| CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE | | | | | VALOR | |
| 20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS | | | | | | 0,00 |
| 21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ² | | | | | | 0,00 |
| MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB | | | | | | |
| RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE | PREVISÃO INICIAL | | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | | | Até o Bimestre (b) | % (c)=(b/a)x100 |
| 22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³ | 8.509.319,75 | | 8.509.319,75 | | 2.367.572,80 | 27,82 |
| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
| | | | Até o Bimestre (e) | % (f)=(e/d)x100 | Até o Bimestre (g) | % (h)=(g/d)x100 |
| 23- EDUCAÇÃO INFANTIL | 2.244.300,00 | 2.274.300,00 | 607.490,24 | 26,71 | 410.501,12 | 18,06 |
| 23.1- Creche | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23.2- Pré-escola | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 24- ENSINO FUNDAMENTAL | 9.066.283,00 | 9.066.283,00 | 1.628.936,39 | 18,03 | 1.182.283,26 | 13,08 |
| 24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB | 5.069.800,00 | 5.069.800,00 | 620.699,80 | 12,24 | 620.699,80 | 12,24 |
| 24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos | 3.996.483,00 | 3.996.483,00 | 1.008.236,59 | 25,42 | 561.583,46 | 14,16 |
| 25- ENSINO MÉDIO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 26- ENSINO SUPERIOR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 28- OUTRAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28) | 11.310.583,00 | 11.310.583,00 | 2.236.426,63 | 19,77 | 1.592.784,38 | 14,08 |
| DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL | | | | | VALOR | |
| 30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12) | | | | | | 587.189,33 |
| 31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO | | | | | | 0,00 |
| 32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h) | | | | | | - |
| 33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB | | | | | | - |
| 34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS | | | | | | 0,00 |
| 35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO | | | | | | - |
| 36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j) | | | | | | - |
| 37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36) | | | | | | 587.189,33 |
| 38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37)) | | | | | | 1.005.595,05 |
| 39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ⁵ ((38) / (3) x 100) % | | | | | | 10,62 |
| OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE | | | | | | |
| OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
| | | | Até o Bimestre (e) | % (f)=(e/d)x100 | Até o Bimestre (g) | % (h)=(g/d)x100 |
| 40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO | 770.932,00 | 770.932,00 | 49.559,00 | 6,43 | 0,00 | 0,00 |
| 42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | 2.081.818,00 | 2.122.949,31 | 149.121,28 | 7,02 | 90.245,17 | 4,25 |
| 44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43) | 2.852.750,00 | 2.893.881,31 | 198.680,28 | 6,87 | 90.245,17 | 3,12 |
| 45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44) | 14.163.333,00 | 14.204.464,31 | 2.435.106,91 | 17,14 | 1.683.029,55 | 11,85 |

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

| RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO | SALDO ATÉ O BIMESTRE | CANCELADO EM 2016 (i) | |
|---|----------------------|--------------------------|--------|
| 46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE | 0,00 | 0,00 | |
| 46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino | 0,00 | 0,00 | |
| 46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB | 0,00 | 0,00 | |
| FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS | | VALOR | |
| | | FUNDEB (h) | FUNDEF |
| 47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 | | 160.347,43 | 0,00 |
| 48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE | | 1.350.262,38 | 0,00 |
| 49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE | | 879.938,99 | 0,00 |
| 49.1 Orçamento do Exercício | | 806.674,87 | 0,00 |
| 49.2 Restos a Pagar | | 73.264,12 | 0,00 |
| 50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE | | 0,00 | 0,00 |
| 51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL | | 630.670,82 | 0,00 |

GAROPABA, 22/03/2016

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

RREO - 1º BIMESTRE 2016 - ANEXO 12

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

| RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | | | | | | |
|--|------------------|-------------------------|---------------------|---------------|---------------------|-------------|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | |
| | | | Até o Bimestre (b) | % (b/a)*100 | | |
| RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I) | 13.051.932,00 | 13.051.932,00 | 5.690.820,86 | 43,60 | | |
| Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU | 5.560.000,00 | 5.560.000,00 | 4.512.411,39 | 81,16 | | |
| Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI | 2.200.000,00 | 2.200.000,00 | 234.479,33 | 10,66 | | |
| Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 | 604.748,12 | 20,16 | | |
| Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF | 820.000,00 | 820.000,00 | 118.991,80 | 14,51 | | |
| Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos | 65.000,00 | 65.000,00 | 5.852,25 | 9,00 | | |
| Dívida Ativa dos Impostos | 1.280.000,00 | 1.280.000,00 | 199.333,34 | 15,57 | | |
| Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa | 126.932,00 | 126.932,00 | 15.004,63 | 11,82 | | |
| RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II) | 20.454.000,00 | 20.454.000,00 | 3.777.680,98 | 18,47 | | |
| Cota-Parte FPM | 12.000.000,00 | 12.000.000,00 | 2.349.680,93 | 19,58 | | |
| Cota-Parte ITR | 30.000,00 | 30.000,00 | 37,61 | 0,13 | | |
| Cota-Parte IPVA | 2.000.000,00 | 2.000.000,00 | 294.064,88 | 14,70 | | |
| Cota-Parte ICMS | 6.300.000,00 | 6.300.000,00 | 1.112.406,73 | 17,66 | | |
| Cota-Parte IP-Exportação | 100.000,00 | 100.000,00 | 17.221,71 | 17,22 | | |
| Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais | 24.000,00 | 24.000,00 | 4.269,12 | 17,79 | | |
| Desoneração ICMS (LC 87/96) | 24.000,00 | 24.000,00 | 4.269,12 | 17,79 | | |
| TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II | 33.505.932,00 | 33.505.932,00 | 9.468.501,84 | 28,26 | | |
| RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE | | | | | | |
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (c) | RECEITAS REALIZADAS | | | |
| | | | Até o Bimestre (d) | % (d/c)*100 | | |
| TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa) | | | | | | |
| DESPESAS CORRENTES | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
| | | | Até o Bimestre (f) | % (f/e)*100 | Até o Bimestre (g) | % (g/e)*100 |
| | | | 13.084.811,00 | 13.628.556,05 | 2.946.428,24 | 21,62 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 9.717.828,00 | 10.039.603,79 | 1.415.428,47 | 14,10 | 1.415.428,47 | 14,10 |
| Outras Despesas Correntes | 3.366.983,00 | 3.588.952,26 | 1.530.999,77 | 42,66 | 477.324,22 | 13,30 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 599.252,00 | 1.619.252,00 | 49.552,63 | 3,06 | 3.758,00 | 0,23 |
| | | | | | | |

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

| DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa) | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
|---|-----------------|------------------------|---------------------|-------------|---------------------|-------------|
| | | | Até o Bimestre (f) | % (f/e)*100 | Até o Bimestre (g) | % (g/e)*100 |
| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | | |
| Investimentos | 599.252,00 | 1.619.252,00 | 49.552,63 | 3,06 | 3.758,00 | 0,23 |
| | 599.252,00 | 1.619.252,00 | 49.552,63 | 3,06 | 3.758,00 | 0,23 |
| TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV) | 13.684.063,00 | 15.247.808,05 | 2.995.980,87 | 19,65 | 1.896.510,69 | 12,44 |
| DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
| | | | Até o Bimestre (h) | % (h/v)*100 | Até o Bimestre (i) | % (i/v)*100 |
| DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS | 4.227.622,00 | 5.785.744,94 | 937.649,59 | 31,30 | 493.803,88 | 26,04 |
| Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS | 4.227.222,00 | 5.785.344,94 | 937.649,59 | 31,30 | 493.803,88 | 26,04 |
| Recursos de Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Recursos | 400,00 | 400,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹ | - | - | 0,00 | 0,00 | - | - |
| DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ² | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V) | 4.227.622,00 | 5.785.744,94 | 937.649,59 | 31,30 | 493.803,88 | 26,04 |
| TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V) | 9.456.441,00 | 9.462.063,11 | 2.058.331,28 | 68,70 | 1.402.706,81 | 73,96 |
| PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5 | | | | | | 14,81 |
| VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶ | | | | | | -17.568,47 |

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

| EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA | | | | A PAGAR | | PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE | |
|--|---|------------------|----------------------------|------------------|---------------------|-------------------------------|------|
| INSCRITOS | CANCELADOS/ PRESCRITOS | PAGOS | | | | | |
| Inscritos em 2015 | 0,00 | 729,29 | 101.195,67 | -101.195,67 | | | 0,00 |
| TOTAL | 0,00 | 729,29 | 101.195,67 | -101.195,67 | | | 0,00 |
| CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º | | | | | | | |
| RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS | | | SALDO FINAL (NÃO APLICADO) | | | | |
| SALDO INICIAL | DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j) | | | | | | |
| Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015 | 729,29 | 0,00 | | 729,29 | | | |
| TOTAL (VIII) | 729,29 | 0,00 | | 729,29 | | | |
| CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 | | | | | | | |
| LIMITE NÃO CUMPRIDO | | | SALDO FINAL (NÃO APLICADO) | | | | |
| SALDO INICIAL | DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k) | | | | | | |
| - | - | | - | | | | |
| | | | | | | | |
| DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção) | | | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | |
| DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | Até Bimestre (l) | % (l/Total l)*100 | Até Bimestre (m) | % (m/Total m)*100 | | |
| 13.684.363,00 | 15.248.108,05 | 2.995.980,87 | 100,00 | 1.896.510,69 | 100,00 | | |
| 13.684.363,00 | 15.248.108,05 | 2.995.980,87 | 100,00 | 1.896.510,69 | 100,00 | | |
| Atenção Básica | | | | | | | |
| TOTAL | | | | | | | |

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+l" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i)] - (15 \times IIIb)/100$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

GAROPABA , 22/03/2016

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito MunicipalRonye Paes
Secretário de Orc. e ContabilidadeLéia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle InternoEdinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

RREO - 1º BIMESTRE 2016 - ANEXO 13

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

| | | | | |
|---------------|----------|---|-----------------------------|------------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | R\$ 1,00 | RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) | | |
| | | SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a) | REGISTROS EFETUADOS EM 2016 | |
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre(b) |
| | | | | SALDO TOTAL (c) = (a + b) |

NADA A DECLARAR

| | | | | | | | | | | | |
|-----------------|--------------------|--------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| DESPESAS DE PPP | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 |
|-----------------|--------------------|--------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|

NADA A DECLARAR

FONTE:

GAROPABA , 22/03/2016

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

RREO - 1º BIMESTRE 2016 - ANEXO 14

Município de GAROPABA - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO | | No Bimestre | Até o Bimestre |
|---|--------------|--|--------------------------------------|
| RECEITAS | | | |
| Previsão Inicial | | — | 53.401.342,00 |
| Previsão Atualizada | | — | 53.401.342,00 |
| Receitas Realizadas | | 14.725.626,97 | 14.725.626,97 |
| Déficit Orçamentário | | — | 0,00 |
| Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais) | | — | 89.066,81 |
| DESPESAS | | | |
| Dotação Inicial | | — | 53.401.342,00 |
| Créditos Adicionais | | — | 7.303.721,36 |
| Dotação Atualizada | | — | 60.705.063,36 |
| Despesas Empenhadas | | 12.428.439,21 | 12.428.439,21 |
| Despesas Liquidadas | | 7.398.070,23 | 7.398.070,23 |
| Superavit Orçamentário | | — | 7.327.556,74 |
| DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO | | No Bimestre | Até o Bimestre |
| Despesas Empenhadas | | 12.428.439,21 | 12.428.439,21 |
| Despesas Liquidadas | | 7.398.070,23 | 7.398.070,23 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | | | Até o Bimestre |
| Receita Corrente Líquida | | | 52.208.353,72 |
| RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | | No Bimestre | Até o Bimestre |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores | | | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas(IV) | | 0,00 | 1.042.575,67 |
| Despesa Previdenciárias Executadas(V) | | 0,00 | 0,00 |
| Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V) | | 0,00 | 1.042.575,67 |
| RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO | | Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a) | Resultado Apurado até o Bimestre (b) |
| Resultado Nominal | | 1.604.000,00 | -5.205.095,37 |
| Resultado Primário | | -1.068.400,00 | 6.575.917,37 |
| RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO | Inscrição | Cancelamento até o Bimestre | Pagamento até o Bimestre |
| RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS | 5.147.806,77 | 28.568,19 | 1.159.729,80 |
| EXECUTIVO | 5.147.806,77 | 28.568,19 | 1.159.729,80 |
| RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | 265.772,79 | 0,00 | 262.976,91 |
| EXECUTIVO | 265.772,79 | 0,00 | 262.976,91 |
| TOTAL: | 5.413.579,56 | 28.568,19 | 1.422.706,71 |
| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE | | Valor apurado até o Bimestre | Limites Constitucionais Anuais |
| | | | % Mínimo a Aplicar no Exercício |
| Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE | | 1.005.595,05 | 25% |
| Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental | | 951.894,09 | 60% |
| Liquidadas | | 0,00 | |
| Inscritas em Restos a Pagar Não Processados | | 0,00 | |
| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL | | Valor apurado até o Bimestre | Saldo não Realizado |
| Receitas de Operações de Crédito | | 0,00 | 31.000,00 |
| Despesa de Capital Líquida | | 82.355,64 | 9.582.623,36 |

Continua 1/2

Município de GAROPABA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

| LRF, Art. 48 - Anexo 14 | | | | | R\$ 1,00 | |
|--|--|--|--|--|-------------------------------------|---------------------------|
| PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | | | | | 2034 | 2049 |
| Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores | | | | | | |
| Receitas Previdenciárias (IV) | | | | | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Previdenciárias (V) | | | | | 0,00 | 0,00 |
| Resultado Previdenciário VI = (IV - V) | | | | | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS | | | | | Valor apurado até o Bimestre | Saldo a Realizar |
| Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos | | | | | 0,00 | 30.000,00 |
| Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos | | | | | 0,00 | 10.000,00 |
| DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | | | | | Limite Constitucional Anual | |
| | | | | | % Mínimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado até o Bimestre |
| Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde | | | | | 1.402.706,81 | 15,00 |
| Liquidadas | | | | | 0,00 | 14,81 |
| Inscritas em Restos a Pagar Não Processados | | | | | 0,00 | |
| DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP | | | | | Valor apurado no exercício corrente | |
| Total das despesas/RCL (%) | | | | | 0,00 | |

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

GAROPABA, 22/03/2016

Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Leia Cristina de Abreu Vieira
Diretor Controle Interno

Garuva

PREFEITURA

REPUBLICAÇÃO 9ª CHAMADA QUADRO DE VAGAS ED 09/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

REPUBLICAÇÃO DO QUADRO DE VAGAS 9ª CHAMADA EDITAL-009/2015-ACT SEGUNDO PROFESSOR

EM VIRTUDE DA NÃO PUBLICAÇÃO OFICIAL CONFORME DISPOE EDITAL Nº. 009/2015, A ESCOLHA DAS VAGAS SERÃO REALIZADAS CONFORME SEGUE:

LOCAL-PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA – DATA 28/03/2016 – HORÁRIO: 8h

| NOME DA ESCOLA | CH | TURNO | TURMA | TIPO DE VAGA | NOME E ASSINATURA SERVIDOR |
|---------------------------------|----|----------|-------|--------------|----------------------------|
| ESCOLA MUNICIPAL VICENTE VIEIRA | 40 | MAT/VESP | | EXCEDENTE | |

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

QUADRO DE VAGAS 9ª CHAMADA EDITAL-009/2015-ACT EDUCAÇÃO FÍSICA

EM VIRTUDE DA NÃO PUBLICAÇÃO OFICIAL CONFORME DISPOE EDITAL Nº. 009/2015, A ESCOLHA DAS VAGAS SERÃO REALIZADAS CONFORME SEGUE:

LOCAL-PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA – DATA 28/03/2016 – HORÁRIO: 8h

| NOME DA ESCOLA | CH | TURNO | TURMA | TIPO DE VAGA | NOME E ASSINATURA SERVIDOR |
|--|----|----------|-------|--|----------------------------|
| ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO DE ALMEIDA NEVES | 40 | MAT/VESP | | VINCULADA A PROFESSORA MARIZETTE STOCKHAUSEM | |

Garuva, 22 de março de 2016

Jucilene Furlan

Presidente da Comissão

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO MD 01/2016

Resolução MD Nº 1/2016

Dispõe sobre a homologação do Estágio Probatório de Servidores.

Considerando que os servidores cumpriram o tempo de estágio probatório;

Considerando que não sofreram nenhum demérito no período;

Considerando a responsabilidade de homologação pelo órgão público.

Considerando art. 5º, §4º da Lei Complementar 86/2015.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina usando de suas atribuições legais e regimentais, em especial ao artigo 48, inciso II do Regimento Interno desta Casa legislativa, Resolve:

Art. 1º A homologação do Estágio Probatório dos servidores, tornando-se estáveis e obtendo todos os direitos previstos em Lei a partir da data em que completaram 3 (três) anos de efetivo exercício do cargo público.

Art. 2º Os servidores nesta condição são: Adriana Isabel Felício, Ernandes Mendonça Furbringer e Orides Negrello Filho.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, em 16 de março de 2016.

| |
|---------------------|
| Reginaldo Mews Rosa |
| Presidente da Mesa |
| Elvis Nei Estevam |
| Vice-Presidente |
| Celio Luiz Budal |
| Secretário |

Grão Pará

PREFEITURA

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 25

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que Magu Comércio de Móveis para Escritório Ltda condicionou o fornecimento de mobília em geral para o Município de Grão-Pará, a ser destinada à sala de videomonitoramento, localizada na sede do destacamento da Polícia Militar de Santa Catarina em Grão-Pará, somente ao preço de à vista, com desconto que vai ao encontro do interesse da Administração, conforme consta da Nota Fiscal nº 000.001.985; considerando que este fornecimento contempla o interesse público, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: MAGU COMÉRCIO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA
Nota Fiscal nº: 000.001.985
Valor: R\$ 3.258,50

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 22 de março de 2016.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 26

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que Silva Auto Car Ltda ME condicionou o fornecimento de peças para conserto do veículo C4 Pallas, de placas MLY 0872, do Gabinete do Prefeito, somente ao preço de à vista, com desconto que vai ao encontro do interesse da Administração, conforme consta da Nota Fiscal nº 000.002.800; considerando que este fornecimento contempla o interesse público, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: SILVA AUTO CAR LTDA ME
Nota Fiscal nº: 000.002.800
Valor: R\$ 2.607,52

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 22 de março de 2016.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

ATA 1 CREDENCIAMENTO 05.2016

PROCESSO Nº 20/2016 - INEXIGIBILIDADE Nº 09/2016
CREDENCIAMENTO Nº 05/2016

Ata Nº01 da reunião de abertura da documentação e proposta

A comissão de Licitação nomeada pela Portaria nº 418/2015, reuniu-se na sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Guaraciaba, SC, sito a Rua Ademar de Barros, nº 85, Centro, no dia 22/03/2016 a partir das 14h00min para fazer a avaliação da documentação e proposta referente ao credenciamento de empresas para CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS OFTALMOLÓGICAS COM TONOMETRIA NAS SEGUINTE ESPECIALIDADES: RETINA E VITREO, CÔRNEA, MIOPIA, ASTIGMATISMO, CATARATA/REFRATIVA E PLÁSTICA OCULAR/VIAS LAGRIMAIAS, E EXAMES DE CERATOSCOPIA E EXAME DE PAQUIMETRIA, (QUE DEVERÃO SER REALIZADOS NA CLÍNICA), DESTINADOS AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA E AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O ANO DE 2016, destinadas ao atendimento dos munícipes de Guaraciaba, SC, conforme prescrição médica e autorização da Secretaria Municipal de Saúde, para o ano de 2016.

Até a presente data nenhum proponente apresentou documentação e proposta.

Como o processo de credenciamento fica em aberto, as demais proponentes que tenham interesse em credenciar-se para prestar os serviços, objeto do presente credenciamento, poderão protocolar a documentação no setor de compras e licitações, a qual será avaliada pela comissão, que determinará o atendimento das exigências do presente edital até 30/11/2016.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

Aldo Justino Salvi
Presidente

Daniela Demarchi da Silva
Membro

Talita Guerini
Membro

JUSTIFICATIVA QUEBRA DE CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA Nº 11/2016
JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, §3 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que (OI S.A.) possui valores em haver do município de Guaraciaba/SC, em restos a pagar, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: OI S.A.
Empenho:90,88 , valor: R\$ 2245,55

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Guaraciaba/SC, aos 22 de março de 2016.
ROQUE LUIZ MENEHINI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA Nº 12/2016
JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, §3 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que (CELESC Distribuição S.A) possui valores em haver do município de Guaraciaba/SC, em empenhos do exercício, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor:CELESC Distribuição S.A
Empenho:74,75,76,78,79,80,97,98,99,100 , valor : R\$ 28276,08

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Guaraciaba/SC, aos 22de março de 2016.
ROQUE LUIZ MENEHINI
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA QUEBRA DE CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA Nº 09/2016
JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, §3 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que (Sebastião da Luz Borges MEI) possui valores em haver do município de Guaraciaba/SC, em restos a pagar, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: Sebastião da Luz Borges MEI
Empenho: 280; valor: R\$ 6.786,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Guaraciaba/SC, aos 22 de março de 2016.
ROQUE LUIZ MENEHINI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA Nº 10/2016
JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, §3 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que (Diário Catarinense) possui valores em haver do município de Guaraciaba/SC, em empenhos do exercício, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor:Diário Catarinense
Empenho: 147, valor : R\$391,44

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Guaraciaba/SC, aos 22de março de 2016.
ROQUE LUIZ MENEHINI
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 57.16 AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESPORTIVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº57/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 67/16, Edital de Pregão Presencial Nº 57/16, Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESPORTIVOS; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 06/04/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 06/04/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 22 de março de 2016.
Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 58.16 AQUISIÇÃO DE HORA MÁQUINA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E CAMINHÃO CAÇAMBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº58/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 68/16, Edital de Pregão Presencial Nº 58/16, Objeto: AQUISIÇÃO DE HORA/MÁQUINA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E CAMINHÃO CAÇAMBA; recebimento de propostas até às 10:30 horas do dia 06/04/16; a abertura do Edital será às 10:30 horas do dia 06/04/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 23 de março de 2016.
Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA LDO 2017

AUDIÊNCIA PÚBLICA Avaliação da LDO para o Exercício de 2017
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM-SC
Edital de Convocação de Audiência Pública

LAURO FROHLICH, Prefeito do Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII do art.66 da Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais, CONVIDA todos os cidadãos residentes no Município de Guaramirim e Associações Representativas com sede no Município a participarem da Audiência Pública, onde será apresentada a Avaliação da LDO para o Exercício de 2017, que será realizada, no local e horário abaixo indicado.

I – OBJETO

Tornar público e dar amplo conhecimento aos habitantes de Guaramirim/SC, sobre a Avaliação da LDO para o Exercício de 2017, do Município de Guaramirim.

II – LOCAL DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Local: Câmara de Vereadores de Guaramirim

Rua: 28 de agosto nº 2042 – Centro

Data: 04/04/2016

Horário: 19h

Guaramirim/SC, 21 de março de 2016.

Prefeito Municipal

Lauro Frohlich

Convite para Audiência Pública

Guaramirim 03 de Março de 2015

O Prefeito Municipal de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, Sr. LAURO FROHLICH, dando cumprimento no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII do art.66 da Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais, convida aos cidadãos guaramirienses e todos os vereadores, para participarem da Audiência Pública da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2016, a ser realizada nas dependências da Câmara Municipal, no dia 11 de março de 2015, às 19:00 horas.

Outrossim, informamos que o momento é oportuno para que as entidades representativas da população deste município possam apresentar sugestões coletivas de prioridades que entendam ser convenientes para análise da administração e possível inclusão no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016.

LAURO FROHLICH

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 34/2016 PMG

Processo Licitatório: 34/2016 PMG

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GASOLINA COMUM PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM (SC)

Entrega dos Envelopes: 06/04/2016 às 13h30min

Abertura dos Envelopes: 06/04/2016 às 13h30min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 22 de março de 2016.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE DISPENSA Nº 02/2016 - FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / SETOR DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2015 – FAS.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE CENTRAL TELEFÔNICA PARA A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE GUARAMIRIM.

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Art. 24, II, da Lei 8.666/93.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC.

Contratado: TELEJED TELECOMUNICAÇÕES LTDA, sob o CNPJ nº 85.225.894/0001-70.

Valor: R\$ 7.840,00 (sete mil e oitocentos e quarenta reais).

Guaramirim (SC), 21 de março de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2016 - PMG

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO 001/2016 – PMG

Processo Licitatório nº: 145/2015 – PMG

Modalidade: Pregão Presencial nº 145/2015 – PMG

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO KM, TIPO SUV, PARA A DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina. Contratado: RENAULT DO BRASIL S.A., inscrita no CNPJ sob nº 00.913.443/0001-73, estabelecida na Avenida Renault, nº 1300, bairro Borda do Campo, São José dos Pinhais (SC).

Valor: R\$ 153.800,00 (cento e cinquenta e três mil e oitocentos reais).

Data da Assinatura: 03/02/2016 Vigência: 31/12/2016

GUARAMIRIM (SC), 22/03/2016

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 96/2016

PORTARIA Nº. 096/2016

Concede licença maternidade para Gisele Maria Zermiani.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições,
em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade para Gisele Maria Zermiani,
na função de Auxiliar de Creche, vinculada à Secretaria de Educação,
a partir de 16 de março de 2016, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 21 de março de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 374/2016

PORTARIA Nº 374/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 22 de março de 2016, da servidora ADRIANA CHIAMOLERA (Matr. 3681), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Assistente Social, Nível – 12/1, Referência "A", 30 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Março de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 011/2016

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

Contratante

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Empresa: MERCADO E CONFECÇÕES SS DURIGON LTDA ME

CNPJ/MF Nº 75.306.829/0001-16

Endereço: Rua Santos Dumont, nº 564

Contratada

TERMO ADITIVO Nº 011/2016 DE 22 DE MARÇO DE 2016

Pelo presente instrumento, a "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste", Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa MERCADO E CONFECÇÕES SS DURIGON LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Santos Dumont, nº 564, Centro, Herval d'Oeste – SC, inscrita no CNPJ nº 75.306.829/0001-16, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 022/2015 Pregão Presencial nº 008/2015, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Este Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo total de 25% (Vinte e cinco por cento) nos quantitativos dos itens registrados para o fornecedor conforme quadro abaixo:

| Item | Descrição | Unidade | Quantidade | Valor Unitário (R\$) | Valor Total (R\$) |
|------|--------------------------|---------|------------|----------------------|-------------------|
| 14 | ARROZ QUEBRADINHO | KG | 75 | 3,50 | 262,50 |
| 20 | BEBIDA LÁCTEA | LT | 872 | 4,75 | 4.142,00 |
| 27 | BISCOITO DOCE TIPO MARIA | KG | 375 | 6,90 | 2.587,50 |
| 37 | CAMOMILA | KG | 6 | 44,00 | 264,00 |
| 45 | CARNE SUÍNA PICADA | KG | 150 | 16,60 | 2.490,00 |
| 50 | CHOCOLATE EM PÓ | KG | 250 | 9,30 | 2.325,00 |
| 66 | DOCE DE LEITE | UND | 50 | 8,50 | 425,00 |

| | | | | | |
|-----|---------------------------|-----|-----|-------|----------|
| 67 | ENDRO | KG | 7 | 40,00 | 280,00 |
| 68 | ERVA DOCE | KG | 7 | 44,00 | 308,00 |
| 79 | FEIJÃO CARIOCA TIPO 2 | KG | 25 | 5,20 | 130,00 |
| 109 | MASSA PARA SOPA LETRINHAS | KG | 25 | 6,50 | 162,50 |
| 117 | MUCILON ARROZ | UND | 25 | 13,00 | 325,00 |
| 145 | SUCO CONCENTRADO | LT | 225 | 8,40 | 1.890,00 |

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Com o acréscimo nos quantitativos do Processo Licitatório original passará de R\$ 665.720,80 (seiscentos e sessenta e cinco mil setecentos e vinte reais e oitenta centavos) para R\$ 681.312,30 (seiscentos e oitenta e um mil trezentos e doze reais e trinta centavos) representando um acréscimo de R\$ 15.591,50 (Quinze mil quinhentos e noventa e um real e cinquenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo aditivo é celebrado com base no artigo no artigo 65 inciso I , da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA – Das Disposições Finais

Todos os demais itens e cláusulas que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 22 de março de 2016.

| | |
|--|--|
| Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município | Sergio Antonio Durigon Sócio Administrador CPF: 250.325.429-20 Pela Empresa |
| Testemunhas: | |
| Rubens Antonio Correia CPF:687.857.399-87 | Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36 |

Ibiam

PREFEITURA

PORTARIA Nº 051/2016

PORTARIA Nº 051, DE 01 DE MARÇO DE 2016

“SUSPENDE GOZO DE FÉRIAS REGULAMENTARES DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010;

Considerando a convocação de retorno ao trabalho,

RESOLVE:

Art. 1º. Suspende o gozo das férias regulamentares do servidor ANTONIO ENORI GONÇALVES DA SILVA, concedida através da Portaria nº 039, de 29 de fevereiro de 2016, por imperiosa necessidade do serviço público, assegurando o direito de concluí-la oportunamente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 01 DE MARÇO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 052/2016

PORTARIA Nº 052, DE 02 DE MARÇO DE 2016

“DETERMINA DESCONTO NA FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDOR QUE MENCIONA, POR DANO CAUSADO AO ERÁRIO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere os incisos. VII e XXXIV, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, bem como o art. 45, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 e Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;

Considerando as multas aplicadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, no veículo com código no RENAVAM 999121731;

Considerando que o ato de notificação, identifica infração praticada pelo motorista;

Considerando que o veículo placa MCU 8703, nos dias das infrações praticadas era dirigido pelo Sr. ANTONIO LUIS SOUZA DO AMARAL,

Considerando que as infrações praticadas devem ser atribuídas ao motorista com o ônus inerente, RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que as multas aplicadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT sob Nº 150299545242 e sob nº 150299707441, sejam pagas pela Tesouraria do Município.

Art. 2º. Que seja descontado em folha de pagamento do SR. ANTONIO LUIS SOUZA DO AMARAL, em duas parcelas, a partir do mês de março/2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 02 DE MARÇO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 053/2016

PORTARIA Nº 053, 02 DE MARÇO DE 2016

“CONCEDE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008 e o requerimento da servidora protocolado em 18 de novembro de 2016, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora SANDRA TREVISOL, ocupante do cargo efetivo de Professor II – Nível 5 – Referência C, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 22.08.2008 a 11.09.2013.

§ 1º. O período aquisitivo da licença prêmio, mencionado no caput deste artigo, foi retardado em 21 (vinte e um) dias, conforme determina o § 2º, do artigo 96-B, da Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

§ 2º. A remuneração da servidora, durante o período da Licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do art. 96-D, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. A servidora usufruirá a Licença Prêmio no período de 02 a 31 de março de 2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 02 DE MARÇO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 055/2016

PORTARIA Nº 239, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

"CONCEDE AFASTAMENTO TEMPORÁRIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos VII e IX, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com a alínea b, do inciso III, do Art. 100, da Lei Municipal nº 255, de 07 de Janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de Agosto de 2008, bem como certidão de óbito do Sr. Darcysio Afonso Lutkemeier, RESOLVE:

Art. 1º. Em razão do falecimento do pai da servidora efetiva LO-RIZETE TEREZINHA LUTKEMEIER GONZATO – Professor II – Nível 3 – Referência C fica concedido afastamento temporário (luto) no período de 15 de setembro de 2015 a 22 de setembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de setembro de 2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 23 DE OUTUBRO DE 2015.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 056/2016

PORTARIA Nº 056, DE 15 DE MARÇO DE 2016

"CONCEDE AFASTAMENTO TEMPORÁRIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos VII e IX, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com a alínea b, do inciso III, do Art. 100, da Lei Municipal nº 255, de 07 de Janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de Agosto de 2008, bem como certidão de óbito do Sr. Nilo Ceron, RESOLVE:

Art. 1º. Em razão do falecimento do pai da servidora efetiva IVAIR CERON – Operador de Máquinas – Nível 4 – Referência E, fica concedido afastamento temporário (luto) no período de 15 a 22 de março de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 15 DE MARÇO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 057/2016

PORTARIA Nº 057, DE 15 DE MARÇO DE 2016

"CONCEDE AFASTAMENTO TEMPORÁRIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos VII e IX, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com a alínea b, do inciso III, do Art. 100, da Lei Municipal nº 255, de 07 de Janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de Agosto de 2008, bem como certidão de óbito do Sr. Nilo Ceron, RESOLVE:

Art. 1º. Em razão do falecimento do pai da servidora efetiva NILZA TERESINHA CERON TREVISOL – Telefonista – Nível 2 – Referência E, fica concedido afastamento temporário (luto) no período de 15 a 22 de março de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 15 DE MARÇO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

Ilhota

PREFEITURA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 041-2016

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo administrativo nº 055/ 2016.

Dispensa nº 041/2016.

Objeto: Prestação de Serviço de Publicação no Diário Oficial da União.

Contratante: Município de Ilhota / SC.

Contratada: Imprensa Nacional.

Valor Total Estimado: R\$ 7.987,31 (sete mil novecentos e oitenta e sete reais e trinta e um centavos)

Fundamento legal: art. 24, inciso XVI, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Data de Ratificação: 22/03/2016.

Ilhota, 22 de março de 2016.

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

Imarui**PREFEITURA****EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PMI N.º 002/2016**

Objeto: Registro de Preços para aquisição de lajotas e meio-fio.

Empresa Fornecedora: Vinicius Goedert - ME (14.249.022/0001-02).

| Item | Especificação | Ref. | Qtd. | Marca | Preço UN | Preço Total |
|------|---------------------------------|------|-------|-----------------------|-----------|----------------|
| 01 | Lajota Sextavada 30 x 30 x 8 cm | M² | 5.000 | Vinicius Goedert - ME | R\$ 34,65 | R\$ 173.250,00 |
| 02 | Lajota Sextavada 25 x 8 x 25 cm | M² | 5.000 | Vinicius Goedert - ME | R\$ 35,64 | R\$ 178.200,00 |
| 03 | Meio Fio 100 x 30 x 10 cm | M² | 5.000 | Vinicius Goedert - ME | R\$ 17,82 | R\$ 89.100,00 |

Total do Fornecedor: R\$ 440.550,00 (quatrocentos e quarenta mil quinhentos e cinquenta reais).

Total Geral: R\$ 440.550,00 (quatrocentos e quarenta mil quinhentos e cinquenta reais).

Data da Assinatura: 20/01/2016 Validade da Ata: 20/01/2017

Modalidade: Pregão Presencial.

Imarui, 22 de Março de 2016

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal de Imarui

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PMI N.º 003/2016

Objeto: Registro de Preços para aquisição de condicionadores de ar, instalação e manutenção preventiva.

Empresa Fornecedora: Abmael Scremin Lima 02609300913 (13.247.775/0001-08).

| Item | Especificação | Ref. | Qtd. | Marca | Preço UN | Preço Total |
|------|--|------|------|----------------------|--------------|---------------|
| 01 | Ar Condicionado 12.000 BTUS Quente e Frio | UN | 16 | Komeco | R\$ 1.180,00 | R\$ 18.880,00 |
| 02 | Ar Condicionado 18.000 BTUS Quente e Frio | UN | 14 | Komeco | R\$ 1.670,00 | R\$ 23.380,00 |
| 03 | Ar Condicionado 24.000 BTUS Quente e Frio | UN | 10 | Komeco | R\$ 2.135,00 | R\$ 21.350,00 |
| 04 | Ar Condicionado 22.000 BTUS Quente e Frio | UN | 10 | Komeco | R\$ 2.100,00 | R\$ 21.000,00 |
| 05 | Instalação de Condicionador de Ar 12.000 BTUS | UN | 16 | Prestação de Serviço | R\$ 289,00 | R\$ 4.624,00 |
| 06 | Instalação de Condicionador de Ar 18.000 BTUS | UN | 14 | Prestação de Serviço | R\$ 300,00 | R\$ 4.200,00 |
| 07 | Instalação de Condicionador de Ar 22.000 BTUS | UN | 10 | Prestação de Serviço | R\$ 290,00 | R\$ 2.900,00 |
| 08 | Instalação de Condicionador de Ar 24.000 BTUS | UN | 10 | Prestação de Serviço | R\$ 300,00 | R\$ 3.000,00 |
| 09 | Manutenção de Condicionador de Ar 7.000 à 12.000 BTUS | UN | 100 | Prestação de Serviço | R\$ 148,00 | R\$ 14.800,00 |
| 10 | Manutenção de Condicionador de Ar 18.000 à 24.000 BTUS | UN | 100 | Prestação de Serviço | R\$ 150,00 | R\$ 15.000,00 |

Total do Fornecedor: R\$ 129.134,00 (cento e vinte e nove mil cento e trinta e quatro reais).

Total Geral: R\$ 129.134,00 (cento e vinte e nove mil cento e trinta e quatro reais).

Data da Assinatura: 21/01/2016 Validade da Ata: 21/01/2017

Modalidade: Pregão Presencial.

Imarui, 22 de Março de 2016

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal de Imarui

CADASTRO E OPERAÇÃO DE CREDITO (ANEXO III COC)**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUI**

Anexo III - Cadastro de Operações de Crédito

Demonstrativo das Operações de Crédito que compõem o Saldo da Dívida Consolidada.

Artigo 32, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Página: 1/2

LRF, Art. 32, § 4º

(R\$ 1,00)

Demonstrativo das Operações de Crédito que compõem o saldo da Dívida Consolidada

Data-base: 31/12/2015

I) Valor dos Precatórios incluídos no orçamento e não pagos:

(Art. 2º, Resolução 43/SF)

II) Valor da Dívida Mobiliária:**III) Operações de Crédito com saldo na data-base**

- | | |
|---|---------------------------|
| a) Valor original contratado, assumido ou refinanciado: | 147.500,00 |
| b) Saldo devedor na data-base: | 59.629,79 |
| c) Taxa de juros: | |
| d) Indexador: | |
| e) Período de carência: | a |
| f) Vencimento final: | 00/00/0000 |
| g) Periodicidade e sistema de pagamento: | |
| h) Finalidade do crédito: | Nº Contrato 006572, |
| g) Garantias: | |
| a) Valor original contratado, assumido ou refinanciado: | 1.141.862,19 |
| b) Saldo devedor na data-base: | 665.828,99 |
| c) Taxa de juros: | |
| d) Indexador: | |
| e) Período de carência: | a |
| f) Vencimento final: | 00/00/0000 |
| g) Periodicidade e sistema de pagamento: | |
| h) Finalidade do crédito: | Nº Contrato 02901, |
| g) Garantias: | |
| a) Valor original contratado, assumido ou refinanciado: | 65.277,96 |
| b) Saldo devedor na data-base: | 82.916,95 |
| c) Taxa de juros: | |
| d) Indexador: | |
| e) Período de carência: | a |
| f) Vencimento final: | 00/00/0000 |
| g) Periodicidade e sistema de pagamento: | |
| h) Finalidade do crédito: | Nº Contrato 500100005689, |
| g) Garantias: | |
| a) Valor original contratado, assumido ou refinanciado: | 103.242,67 |
| b) Saldo devedor na data-base: | 130.423,64 |
| c) Taxa de juros: | |
| d) Indexador: | |
| e) Período de carência: | a |
| f) Vencimento final: | 00/00/0000 |
| g) Periodicidade e sistema de pagamento: | |
| h) Finalidade do crédito: | Nº Contrato 500100002868, |
| g) Garantias: | |
| a) Valor original contratado, assumido ou refinanciado: | 52.272,08 |
| b) Saldo devedor na data-base: | 19.268,73 |
| c) Taxa de juros: | |
| d) Indexador: | |
| e) Período de carência: | a |
| f) Vencimento final: | 00/00/0000 |
| g) Periodicidade e sistema de pagamento: | |
| h) Finalidade do crédito: | Nº Contrato 500100002019, |
| g) Garantias: | |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUI

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Página: 2/2

Anexo III - Cadastro de Operações de Crédito

Demonstrativo das Operações de Crédito que compõem o Saldo da Dívida Consolidada.

Artigo 32, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

LRF, Art. 32, § 4º

(R\$ 1,00)

Demonstrativo das Operações de Crédito que compõem o saldo da Dívida Consolidada

Data-base: 31/12/2015

I) Valor dos Precatórios incluídos no orçamento e não pagos:

(Art. 2º, Resolução 43/SF)

II) Valor da Dívida Mobiliária:**III) Operações de Crédito com saldo na data-base**

- | | |
|---|---------------------------|
| a) Valor original contratado, assumido ou refinanciado: | 800.000,00 |
| b) Saldo devedor na data-base: | 199.980,70 |
| c) Taxa de juros: | |
| d) Indexador: | |
| e) Período de carência: | a |
| f) Vencimento final: | 00/00/0000 |
| g) Periodicidade e sistema de pagamento: | |
| h) Finalidade do crédito: | Nº Contrato 0291.747-51, |
| g) Garantias: | |
| a) Valor original contratado, assumido ou refinanciado: | 1.480.109,68 |
| b) Saldo devedor na data-base: | 1.338.265,92 |
| c) Taxa de juros: | |
| d) Indexador: | |
| e) Período de carência: | a |
| f) Vencimento final: | 00/00/0000 |
| g) Periodicidade e sistema de pagamento: | |
| h) Finalidade do crédito: | Nº Contrato 13964.720904, |
| g) Garantias: | |
| a) Valor original contratado, assumido ou refinanciado: | 80.956,24 |
| b) Saldo devedor na data-base: | 9.948,43 |
| c) Taxa de juros: | |
| d) Indexador: | |
| e) Período de carência: | a |
| f) Vencimento final: | 00/00/0000 |
| g) Periodicidade e sistema de pagamento: | |
| h) Finalidade do crédito: | Nº Contrato 13964.720319, |
| g) Garantias: | |
| a) Valor original contratado, assumido ou refinanciado: | 55.104,45 |
| b) Saldo devedor na data-base: | 54.178,63 |
| c) Taxa de juros: | |
| d) Indexador: | |
| e) Período de carência: | a |
| f) Vencimento final: | 00/00/0000 |
| g) Periodicidade e sistema de pagamento: | |
| h) Finalidade do crédito: | Nº Contrato 13964.720894, |
| g) Garantias: | |

Total da Dívida Consolidada: 2.560.441,78

IMARUI, 18/03/2016

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

RGF 2º BIMESTRE (ANEXO 1 CONSOLIDADO)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

| DESPESAS COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 12.042.346,13 | 0,00 |
| Pessoal Ativo | 11.818.183,77 | 0,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionista | 224.162,36 | 0,00 |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 446.831,91 | 0,00 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 435.496,59 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | 8.178,44 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 3.156,88 | 0,00 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II) | 11.595.514,22 | 0,00 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 21.451.545,53 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b) | 11.595.514,22 | 54,05 |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 12.870.927,32 | 60,00 |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 12.227.380,95 | 57,00 |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 11.583.834,59 | 54,00 |

FONTE:

RGF 2º BIMESTRE (ANEXO 1 EXECUTIVO))

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUI
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

| DESPESAS COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 11.438.875,46 | 0,00 |
| Pessoal Ativo | 11.254.343,44 | 0,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionista | 184.532,02 | 0,00 |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 446.831,91 | 0,00 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 435.496,59 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | 8.178,44 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 3.156,88 | 0,00 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II) | 10.992.043,55 | 0,00 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 21.451.545,53 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b) | 10.992.043,55 | 51,24 |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 11.583.834,59 | 54,00 |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 11.004.642,86 | 51,30 |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 10.425.451,13 | 48,60 |

FONTE:

RGF 2º BIMESTRE (ANEXO 2)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

| <u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u> | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015 | |
|---|-----------------------------|----------------------------|----------------------|
| | | Até o 1º Semestre | Até o 2º Semestre |
| DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) | 2.312.530,29 | 2.145.660,81 | 2.300.831,29 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual | 2.304.815,97 | 2.137.946,49 | 2.068.221,97 |
| Interna | 2.304.815,97 | 2.137.946,49 | 2.068.221,97 |
| Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos | 7.714,32 | 7.714,32 | 232.609,32 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEDUÇÕES (II) | 2.486.005,79 | 2.170.391,57 | 1.765.193,39 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 3.135.308,81 | 3.339.435,36 | 2.830.483,72 |
| Demais Haveres Financeiros | -36.127,13 | 6.071,75 | 14.794,13 |
| (-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios) | 613.175,89 | 1.175.115,54 | 1.080.084,46 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II) | -173.475,50 | -24.730,76 | 535.637,90 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | 19.199.753,43 | 20.553.633,44 | 21.451.545,53 |
| % da DC sobre a RCL [(I) / RCL] | 12,04% | 10,44% | 10,73% |
| % da DCL sobre a RCL [(III) / RCL] | -0,90% | -0,12% | 2,50% |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120% | 23.039.704,12 | 24.664.360,13 | 25.741.854,64 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108% | 20.735.733,70 | 22.197.924,12 | 23.167.669,17 |

| <u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u> | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015 | |
|---|-----------------------------|----------------------------|---------------------|
| | | Até o 1º Semestre | Até o 2º Semestre |
| DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII) | 2.304.815,97 | 2.137.946,49 | 2.068.221,97 |
| DÍVIDA DE PPP (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI) | 2.304.815,97 | 2.137.946,49 | 2.068.221,97 |
| De Tributos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Contribuições Sociais | 2.304.815,97 | 2.137.946,49 | 2.068.221,97 |
| Previdenciárias | 69.720,76 | 19.404,49 | 64.127,06 |
| Demais Contribuições Sociais | 2.235.095,21 | 2.118.542,00 | 2.004.094,91 |
| Do FGTS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Com Instituição Não Financeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| <u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u> | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015 | |
|---|-----------------------------|----------------------------|-------------------|
| | | Até o 1º Semestre | Até o 2º Semestre |
| PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEPÓSITOS | 296.514,64 | 307.591,42 | 334.107,30 |
| RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 1.212.718,37 | 6.030.777,25 | 788.646,70 |

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

| <u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u> | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015 | |
|--|-----------------------------|----------------------------|-------------------|
| | | Até o 1º Semestre | Até o 2º Semestre |
| ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| REGIME PREVIDENCIÁRIO | | | |
| <u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u> | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015 | |
| | | Até o 1º Semestre | Até o 2º Semestre |
| DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Passivo Atuarial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEDUÇÕES (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Restos a pagar processados (exceto precatórios) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

RGF 2º BIMESTRE (ANEXO 3)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

| GARANTIAS CONCEDIDAS | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015 | |
|---|-----------------------------|----------------------------|----------------------|
| | | Até o 1º Semestre | Até o 2º Semestre |
| EXTERNAS (I) | | | |
| Aval ou Fiança em operações de crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Garantias nos Termos da LRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INTERNAS (II) | | | |
| Aval ou Fiança em operações de crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Garantias nos Termos da LRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV | 19.199.753,43 | 20.553.633,44 | 21.451.545,53 |
| % do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22% | 4.223.945,75 | 4.521.799,36 | 4.719.340,02 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8% | 3.801.551,18 | 4.069.619,42 | 4.247.406,01 |

| CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015 | |
|---|-----------------------------|----------------------------|-------------------|
| | | Até o 1º Semestre | Até o 2º Semestre |
| EXTERNAS (V) | | | |
| Aval ou Fiança em operações de crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Garantias nos Termos da LRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INTERNAS (VI) | | | |
| Aval ou Fiança em operações de crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Garantias nos Termos da LRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

RGF 2º BIMESTRE (ANEXO 4)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR REALIZADO | |
|---|---------------------------|----------------------------------|
| | No Semestre de referência | Até o Semestre de referência (a) |
| SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I) | 0,00 | 0,00 |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 |
| Abertura de Crédito | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Derivadas de PPP | 0,00 | 0,00 |
| Demais Aquisições Financiadas | 0,00 | 0,00 |
| Antecipação de Receita | 0,00 | 0,00 |
| Pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Demais Antecipações de Receita | 0,00 | 0,00 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Outras Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Abertura de Crédito | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Antecipação de Receita | 0,00 | 0,00 |
| Pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Demais Antecipações de Receita | 0,00 | 0,00 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Outras Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 |
| NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II) | 55.104,45 | 55.104,45 |
| Parcelamentos de Dívidas | 55.104,45 | 55.104,45 |
| De Tributos | 0,00 | 0,00 |
| De Contribuições Sociais | 55.104,45 | 55.104,45 |
| Previdenciárias | 55.104,45 | 55.104,45 |
| Demais Contribuições Sociais | 0,00 | 0,00 |
| Do FGTS | 0,00 | 0,00 |
| Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial | 0,00 | 0,00 |
| Programa de Iluminação Pública - RELUZ | 0,00 | 0,00 |
| Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite | 0,00 | 0,00 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES | VALOR | % SOBRE A RCL |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | 21.451.545,53 | — |
| OPERAÇÕES VEDADAS | 0,00 | 0,00 |
| DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III) | 0,00 | 0,00 |
| DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III) | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS | 3.432.247,28 | 16,00 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4% | 3.089.022,56 | 14,40 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 1.501.608,19 | 7,00 |
| TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa) | 55.104,45 | 0,26 |

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/2
R\$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|---|--------------------------------|---------------------------------------|--------------|---|-------------------------------|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | |
| | (a) | (b) | (c) | (d) | (e) | (f) = (a - (b + c + d + e)) | | |
| Transferências de Convênios - Saúde | 96.608,50 | 10.510,00 | 958,75 | 0,00 | 2.596,50 | 82.543,25 | 10.360,07 | 0,00 |
| Vigilância em Saúde | 42.021,39 | 0,00 | 86,00 | 238,00 | 22,05 | 41.675,34 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | 1.383.731,12 | 67.525,67 | 423.222,02 | 2.551,00 | 234.003,19 | 656.429,24 | 252.963,67 | 0,00 |
| Fundo da Procuradoria Jurídica | 3.258,59 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (2.951,15) | 6.209,74 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS DO FUNDEB - 40% | 0,00 | 903,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (903,50) | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Ordinários | 651.910,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 97.049,67 | 554.860,53 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS ORDINARIOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (7.353,26) | 7.353,26 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Ordinários | 0,00 | 13.465,56 | 515.594,47 | 0,00 | 0,00 | (529.060,03) | 396.713,52 | 0,00 |
| RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.582,69 | (8.582,69) | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS | 0,00 | 58.498,67 | 0,00 | 76.419,07 | 0,00 | (134.917,74) | 0,00 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIA SALÁRIO EDUCAÇÃO | 0,00 | 797,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (797,50) | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Convênios - Estado/Outros | 791.583,81 | 77,07 | 0,00 | 0,00 | 4.776,16 | 786.730,58 | 59.999,44 | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | 1.446.752,60 | 73.742,30 | 515.594,47 | 76.419,07 | 100.104,11 | 680.892,65 | 456.712,96 | 0,00 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 2.830.483,72 | 141.267,97 | 938.816,49 | 78.970,07 | 334.107,30 | 1.337.321,89 | 709.676,63 | 0,00 |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

FONTE:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

RGF 2º BIMESTRE (ANEXO 6)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O BIMESTRE | |
|--|--|--|
| Receita Corrente Líquida | 21.451.545,53 | |
| DESPESAS COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 11.595.514,22 | 54,05 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> | 12.870.927,32 | 60,00 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> | 12.227.380,95 | 57,00 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Dívida Consolidada Líquida | 535.637,90 | 2,50 |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 25.741.854,64 | 120,00 |
| GARANTIA DE VALORES | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Total das Garantias Concedidas | 0,00 | 0,00 |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 4.719.340,02 | 22,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Operações de Crédito Externas e Internas | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Crédito por Antecipação da Receita | 0,00 | 0,00 |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas | 3.432.247,28 | 16,00 |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita | 1.501.608,19 | 7,00 |
| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| Valor Total | 709.676,63 | 1.337.321,89 |

FONTE:

RGF 3º QUADRIMESTRE (ANEXO 1 CONSOLIDADO)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

| DESPESAS COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 12.042.346,13 | 0,00 |
| Pessoal Ativo | 11.818.183,77 | 0,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionista | 224.162,36 | 0,00 |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 446.831,91 | 0,00 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 435.496,59 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | 8.178,44 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 3.156,88 | 0,00 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II) | 11.595.514,22 | 0,00 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 21.451.545,53 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b) | 11.595.514,22 | 54,05 |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 12.870.927,32 | 60,00 |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 12.227.380,95 | 57,00 |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 11.583.834,59 | 54,00 |

FONTE:

RGF 3º QUADRIMESTRE (ANEXO 1 EXECUTIVO)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUI
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

| DESPESAS COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 11.438.875,46 | 0,00 |
| Pessoal Ativo | 11.254.343,44 | 0,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionista | 184.532,02 | 0,00 |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 446.831,91 | 0,00 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 435.496,59 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | 8.178,44 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 3.156,88 | 0,00 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II) | 10.992.043,55 | 0,00 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 21.451.545,53 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b) | 10.992.043,55 | 51,24 |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 11.583.834,59 | 54,00 |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 11.004.642,86 | 51,30 |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 10.425.451,13 | 48,60 |

FONTE:

RGF 3º QUADRIMESTRE (ANEXO 2)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

| <u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u> | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015 | | |
|---|-----------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) | 2.312.530,29 | 2.199.068,12 | 2.104.825,81 | 2.300.831,29 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual | 2.304.815,97 | 2.191.353,80 | 2.097.111,49 | 2.068.221,97 |
| Interna | 2.304.815,97 | 2.191.353,80 | 2.097.111,49 | 2.068.221,97 |
| Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos | 7.714,32 | 7.714,32 | 7.714,32 | 232.609,32 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEDUÇÕES (II) | 2.486.005,79 | 2.295.130,82 | 1.762.197,23 | 1.765.193,39 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 3.135.308,81 | 3.966.127,51 | 3.408.271,46 | 2.830.483,72 |
| Demais Haveres Financeiros | -36.127,13 | 5.980,60 | 14.794,13 | 14.794,13 |
| (-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios) | 613.175,89 | 1.676.977,29 | 1.660.868,36 | 1.080.084,46 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II) | -173.475,50 | -96.062,70 | 342.628,58 | 535.637,90 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | 19.199.753,43 | 19.812.898,47 | 20.924.743,38 | 21.451.545,53 |
| % da DC sobre a RCL [(I) / RCL] | 12,04% | 11,10% | 10,06% | 10,73% |
| % da DCL sobre a RCL [(III) / RCL] | -0,90% | -0,48% | 1,64% | 2,50% |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120% | 23.039.704,12 | 23.775.478,16 | 25.109.692,06 | 25.741.854,64 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108% | 20.735.733,70 | 21.397.930,35 | 22.598.722,85 | 23.167.669,17 |

| <u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u> | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015 | | |
|---|-----------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII) | 2.304.815,97 | 2.191.353,80 | 2.097.111,49 | 2.068.221,97 |
| DÍVIDA DE PPP (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI) | 2.304.815,97 | 2.191.353,80 | 2.097.111,49 | 2.068.221,97 |
| De Tributos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Contribuições Sociais | 2.304.815,97 | 2.191.353,80 | 2.097.111,49 | 2.068.221,97 |
| Previdenciárias | 69.720,76 | 41.537,56 | 16.312,79 | 64.127,06 |
| Demais Contribuições Sociais | 2.235.095,21 | 2.149.816,24 | 2.080.798,70 | 2.004.094,91 |
| Do FGTS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Com Instituição Não Financeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| <u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u> | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015 | | |
|---|-----------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEPÓSITOS | 296.514,64 | 315.012,85 | 362.048,56 | 334.107,30 |
| RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 1.178.936,57 | 4.466.990,76 | 5.832.483,37 | 788.646,70 |

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

| OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015 | | |
|--|-----------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| REGIME PREVIDENCIÁRIO | | | | |
| DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015 | | |
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Passivo Atuarial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEDUÇÕES (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Restos a pagar processados (exceto precatórios) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

RGF 3º QUADRIMESTRE (ANEXO 3)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

| GARANTIAS CONCEDIDAS | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015 | | |
|---|-----------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| EXTERNAS (I) | | | | |
| Aval ou Fiança em operações de crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Garantias nos Termos da LRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INTERNAS (II) | | | | |
| Aval ou Fiança em operações de crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Garantias nos Termos da LRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 19.199.753,43 | 19.812.898,47 | 20.924.743,38 | 21.451.545,53 |
| % do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22% | 4.223.945,75 | 4.358.837,66 | 4.603.443,54 | 4.719.340,02 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8% | 3.801.551,18 | 3.922.953,90 | 4.143.099,19 | 4.247.406,01 |

| CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015 | | |
|---|-----------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| EXTERNAS (V) | | | | |
| Aval ou Fiança em operações de crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Garantias nos Termos da LRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INTERNAS (VI) | | | | |
| Aval ou Fiança em operações de crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Garantias nos Termos da LRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

RGF 3º QUADRIMESTRE (ANEXO 4)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR REALIZADO | |
|---|-------------------------------|--------------------------------------|
| | No Quadrimestre de referência | Até o Quadrimestre de referência (a) |
| SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I) | 0,00 | 0,00 |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 |
| Abertura de Crédito | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Derivadas de PPP | 0,00 | 0,00 |
| Demais Aquisições Financiadas | 0,00 | 0,00 |
| Antecipação de Receita | 0,00 | 0,00 |
| Pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Demais Antecipações de Receita | 0,00 | 0,00 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Outras Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Abertura de Crédito | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Antecipação de Receita | 0,00 | 0,00 |
| Pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Demais Antecipações de Receita | 0,00 | 0,00 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Outras Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 |
| NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II) | 55.104,45 | 55.104,45 |
| Parcelamentos de Dívidas | 55.104,45 | 55.104,45 |
| De Tributos | 0,00 | 0,00 |
| De Contribuições Sociais | 55.104,45 | 55.104,45 |
| Previdenciárias | 55.104,45 | 55.104,45 |
| Demais Contribuições Sociais | 0,00 | 0,00 |
| Do FGTS | 0,00 | 0,00 |
| Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial | 0,00 | 0,00 |
| Programa de Iluminação Pública - RELUZ | 0,00 | 0,00 |
| Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite | 0,00 | 0,00 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES | VALOR | % SOBRE A RCL |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | 21.451.545,53 | — |
| OPERAÇÕES VEDADAS | 0,00 | 0,00 |
| DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III) | 0,00 | 0,00 |
| DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III) | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS | 3.432.247,28 | 16,00 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4% | 3.089.022,56 | 14,40 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 1.501.608,19 | 7,00 |
| TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa) | 55.104,45 | 0,26 |

FONTE:

RGF 3º QUADRIMESTRE (ANEXO 5)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea 'a')

| RQF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") | | | | | | | | | | R\$ 1,00 |
|---|--------------------------------|---------------------------------------|--------------|-------------------------------|---|-----------------------------|---|---|---|----------|
| IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | |
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Demais Obrigações Financeiras | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | (e) | | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | | | |
| | (a) | (b) | (c) | (d) | (e) | (f) = (a - (b + c + d + e)) | | | | |
| AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | 0,00 | 1.498,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (1.498,00) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Alienação de Bens | 154.069,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 154.069,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Assistência Farmacêutica Básica | 236,15 | 0,00 | 441,00 | 0,00 | 0,00 | (204,85) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Atenção Básica | 47.255,08 | 0,00 | 8.255,01 | 2.313,00 | 29.292,29 | 7.394,78 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar | 77.253,88 | 167,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 77.086,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| FUNDEB 40% | 0,00 | 4.214,00 | 0,00 | 0,00 | 48.744,54 | (52.958,54) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| FUNDEB 60% | 13.228,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 220.026,01 | (206.798,01) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Índice de Gestão Descentralizada - BF | 14.184,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 200,20 | 13.984,78 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Índice de Gestão Descentralizada - SUAS | 69,95 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 69,95 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Outras Transferências do FNAS | 42.318,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 42.318,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Outros Recursos do FNDE | 18.156,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.156,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| OUTROS RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 156,00 | (156,00) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Piso Básico Fixo- PAIF/CRAS | 2.724,28 | 0,00 | 168,94 | 0,00 | 2.438,31 | 117,03 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Piso Básico Variável II - API/PAC | 257,41 | 445,00 | 0,00 | 0,00 | 209,70 | (397,29) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Piso de Transição de Média Complexidade - PPD/PAC | 1.856,58 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.856,58 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Piso Variável de Média Complexidade - PETI | 23.121,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 23.121,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| PNAE | 49.130,40 | 0,00 | 7.786,23 | 0,00 | 0,00 | 41.344,17 | 5.810,90 | 0,00 | 0,00 | |
| PNATE | 15.951,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.951,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA | 0,00 | 94,00 | 0,00 | 0,00 | 254,73 | (348,73) | 6.065,45 | 0,00 | 0,00 | |
| RECURSOS ORDINÁRIOS - ORÇAMENTO MUNICIPAL | 0,00 | 32.097,30 | 0,00 | 0,00 | (79.047,07) | 46.949,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS | 0,00 | 14.140,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (14.140,00) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Salário Educação | 300.733,39 | 4.360,00 | 676,95 | 0,00 | 1.200,79 | 294.495,65 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Serviços de Saúde | 474.567,04 | 0,00 | 497,00 | 0,00 | 4.567,53 | 469.502,51 | 78.517,95 | 0,00 | 0,00 | |
| Superavit - Atenção Básica | 0,00 | 0,00 | 370,00 | 0,00 | 1.768,17 | (2.138,17) | 28.683,95 | 0,00 | 0,00 | |
| Superavit - Outras Transferências do FNDE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.180,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Superavit - Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 626,84 | (626,84) | 3.127,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Superavit - Salário Educação | 0,00 | 0,00 | 485,00 | 0,00 | 0,00 | (485,00) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Superavit - Vigilância em Saúde | 0,00 | 0,00 | 640,00 | 0,00 | 0,00 | (640,00) | 1.527,40 | 0,00 | 0,00 | |
| Transferências de Convênios - União/Outros | 0,00 | 0,00 | 402.189,46 | 0,00 | 880,00 | (403.069,46) | 110.392,52 | 0,00 | 0,00 | |
| Transferência de Convênios-Fundo Municipal de Saúde- Exerc. A | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.298,43 | 0,00 | 0,00 | |
| Transferências de Convênios - Assistência Social | 9.987,39 | 0,00 | 687,68 | 0,00 | 66,60 | 9.233,11 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Transferências de Convênios - Saúde | 96.608,50 | 10.510,00 | 958,75 | 0,00 | 2.596,50 | 82.543,25 | 10.360,07 | 0,00 | 0,00 | |

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/2
R\$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e)) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|---|--------------------------------|--------------------------------------|------------|--------------|---|-------------------------------|--|---|---|
| | | Restos a Pagar Exercícios Anteriores | | Do Exercício | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | |
| | | (a) | (b) | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| Vigilância em Saúde | 42.021,39 | | 0,00 | 86,00 | 238,00 | 22,05 | 41.675,34 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | 1.383.731,12 | | 67.525,67 | 423.222,02 | 2.551,00 | 234.003,19 | 656.429,24 | 252.963,67 | 0,00 |
| Fundo da Procuradoria Jurídica | 3.258,59 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (2.951,15) | 6.209,74 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS DO FUNDEB - 40% | 0,00 | | 903,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (903,50) | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Ordinários | 651.910,20 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 97.049,67 | 554.860,53 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS ORDINARIOS | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (7.353,26) | 7.353,26 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Ordinários | 0,00 | | 13.465,56 | 515.594,47 | 0,00 | 0,00 | (529.060,03) | 396.713,52 | 0,00 |
| RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.582,69 | (8.582,69) | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS | 0,00 | | 58.498,67 | 0,00 | 76.419,07 | 0,00 | (134.917,74) | 0,00 | 0,00 |
| TRANSFERENCIA SALARIO EDUCAÇÃO | 0,00 | | 797,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (797,50) | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Convênios - Estado/Outros | 791.583,81 | | 77,07 | 0,00 | 0,00 | 4.776,16 | 786.730,58 | 59.999,44 | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | 1.446.752,60 | | 73.742,30 | 515.594,47 | 76.419,07 | 100.104,11 | 680.892,65 | 456.712,96 | 0,00 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 2.830.483,72 | | 141.267,97 | 938.816,49 | 78.970,07 | 334.107,30 | 1.337.321,89 | 709.676,63 | 0,00 |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹ | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

RGF 3º QUADRIMESTRE (ANEXO 6)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O BIMESTRE | |
|--|--|--|
| Receita Corrente Líquida | 21.451.545,53 | |
| DESPESAS COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 11.595.514,22 | 54,05 |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> | 12.870.927,32 | 60,00 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> | 12.227.380,95 | 57,00 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Dívida Consolidada Líquida | 535.637,90 | 2,50 |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 25.741.854,64 | 120,00 |
| GARANTIA DE VALORES | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Total das Garantias Concedidas | 0,00 | 0,00 |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 4.719.340,02 | 22,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR | % SOBRE A RCL |
| Operações de Crédito Externas e Internas | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Crédito por Antecipação da Receita | 0,00 | 0,00 |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas | 3.432.247,28 | 16,00 |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita | 1.501.608,19 | 7,00 |
| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| Valor Total | 709.676,63 | 1.337.321,89 |

FONTE:

RREO 6º BIMESTRE (ANEXO 1)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 4º)

R\$ 1,00

| RECEITAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO A REALIZAR (a - c) |
|--|----------------------|----------------------|---------------------|--------------|----------------------|--------------|--------------------------|
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 25.019.440,92 | 25.019.440,92 | 4.254.607,99 | 17,01 | 23.187.804,79 | 92,68 | 1.831.636,13 |
| RECEITAS CORRENTES | 22.801.363,20 | 22.801.363,20 | 3.853.597,99 | 16,90 | 21.451.545,53 | 94,08 | 1.349.817,67 |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 2.193.246,00 | 2.193.246,00 | 108.030,69 | 4,93 | 878.908,70 | 40,07 | 1.314.337,30 |
| IMPOSTOS | 1.721.440,00 | 1.721.440,00 | 86.608,84 | 5,03 | 630.025,56 | 36,60 | 1.091.414,44 |
| TAXAS | 424.000,00 | 424.000,00 | 21.281,85 | 5,02 | 248.483,14 | 58,60 | 175.516,86 |
| CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA | 47.806,00 | 47.806,00 | 140,00 | 0,29 | 400,00 | 0,84 | 47.406,00 |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 477.000,00 | 477.000,00 | 94.401,86 | 19,79 | 611.341,76 | 128,16 | -134.341,76 |
| CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA | 477.000,00 | 477.000,00 | 94.401,86 | 19,79 | 611.341,76 | 128,16 | -134.341,76 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 39.750,00 | 39.750,00 | 48.482,76 | 121,97 | 281.748,65 | 708,80 | -241.998,65 |
| RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS | 39.750,00 | 39.750,00 | 48.482,76 | 121,97 | 281.748,65 | 708,80 | -241.998,65 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | 15.900,00 | 15.900,00 | 1.418,40 | 8,92 | 7.430,00 | 46,73 | 8.470,00 |
| OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS | 15.900,00 | 15.900,00 | 1.418,40 | 8,92 | 7.430,00 | 46,73 | 8.470,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 636,00 | 636,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 636,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 19.341.735,20 | 19.341.735,20 | 3.407.839,48 | 17,62 | 18.870.296,76 | 97,56 | 471.438,44 |
| TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS | 19.284.813,20 | 19.284.813,20 | 3.398.499,42 | 17,62 | 18.816.025,04 | 97,57 | 468.788,16 |
| TRANSF. DE CONV. | 56.922,00 | 56.922,00 | 9.340,06 | 16,41 | 54.271,72 | 95,34 | 2.650,28 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 733.096,00 | 733.096,00 | 193.424,80 | 26,38 | 801.819,66 | 109,37 | -68.723,66 |
| MULTAS E JUROS DE MORA | 18.020,00 | 18.020,00 | 12.638,63 | 70,14 | 65.371,68 | 362,77 | -47.351,68 |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 7.420,00 | 7.420,00 | 155.246,21 | 2.092,27 | 448.989,55 | 6.051,07 | -441.569,55 |
| RECEITA DA DÍVIDA ATIVA | 548.550,00 | 548.550,00 | 11.849,65 | 2,16 | 76.437,75 | 13,93 | 472.112,25 |
| RECEITAS DIVERSAS | 159.106,00 | 159.106,00 | 13.690,31 | 8,60 | 211.020,68 | 132,63 | -51.914,68 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 2.218.077,72 | 2.218.077,72 | 401.010,00 | 18,08 | 1.736.269,26 | 78,28 | 481.818,46 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 2.000.530,00 | 2.000.530,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000.530,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS | 2.000.530,00 | 2.000.530,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000.530,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 42.400,00 | 42.400,00 | 157.260,00 | 370,90 | 157.260,00 | 370,90 | -114.860,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS | 42.400,00 | 42.400,00 | 157.260,00 | 370,90 | 157.260,00 | 370,90 | -114.860,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 175.147,72 | 175.147,72 | 243.750,00 | 139,17 | 1.578.999,26 | 901,52 | -1.403.851,54 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS | 175.147,72 | 175.147,72 | 243.750,00 | 139,17 | 1.578.999,26 | 901,52 | -1.403.851,54 |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | - | - | - | - | - | - | - |
| SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II) | 25.019.440,92 | 25.019.440,92 | 4.254.607,99 | 17,01 | 23.187.804,79 | 92,68 | 1.831.636,13 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

| RECEITAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | SALDO A REALIZAR (a - c) |
|---|----------------------|-------------------------|---------------------|--------------|----------------------|--------------------------|
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | | | | | | |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV) | 25.019.440,92 | 25.019.440,92 | 4.254.607,99 | 17,01 | 23.187.804,79 | 1.831.636,13 |
| DÉFICIT (VI) | — | — | — | — | — | — |
| TOTAL VII = (V + VI) | 25.019.440,92 | 25.019.440,92 | 4.254.607,99 | 17,01 | 24.153.587,85 | 885.853,07 |
| SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS) | — | 1.630.407,22 | — | — | 1.630.407,22 | — |
| Superávit Financeiro | — | 1.610.407,22 | — | — | 1.610.407,22 | — |
| Reabertura de Créditos Adicionais | — | 20.000,00 | — | — | 20.000,00 | — |

| DESPESAS | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² |
|---|----------------------|------------------------|----------------------|----------------------|---------------------|---------------------|----------------------|---------------------|-------------------------------|--|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (f) | | No Bimestre | Até o Bimestre (h) | | | |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII) | 25.019.440,92 | 32.608.684,88 | 1.853.080,97 | 24.153.587,85 | 8.455.097,03 | 5.155.790,33 | 23.443.911,22 | 9.164.773,66 | 22.505.094,73 | 709.676,63 |
| DESPESAS CORRENTES | 19.904.794,72 | 23.211.078,89 | 3.235.612,84 | 21.041.867,13 | 2.168.211,76 | 4.018.216,86 | 20.789.324,75 | 2.421.754,14 | 20.393.092,50 | 252.542,38 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 12.170.907,98 | 12.743.519,78 | 2.461.524,76 | 12.058.498,47 | 685.021,31 | 2.466.624,76 | 12.058.498,47 | 685.021,31 | 12.040.183,96 | 0,00 |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 420.260,00 | 136.660,00 | 4.136,39 | 84.963,76 | 51.696,24 | 4.136,39 | 84.963,76 | 51.696,24 | 84.963,76 | 0,00 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 7.313.626,74 | 10.330.899,11 | 789.981,69 | 8.898.404,90 | 1.432.494,21 | 1.547.455,71 | 8.645.862,52 | 1.685.036,59 | 8.267.944,78 | 252.542,38 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 5.061.646,20 | 9.344.605,99 | -1.382.531,87 | 3.111.720,72 | 6.232.885,27 | 1.137.573,47 | 2.654.586,47 | 6.690.019,52 | 2.112.002,23 | 457.134,25 |
| INVESTIMENTOS | 4.531.146,20 | 8.783.105,99 | -1.461.405,60 | 2.570.629,69 | 6.212.476,30 | 1.058.899,74 | 2.113.495,44 | 6.689.610,55 | 1.570.911,20 | 457.134,25 |
| Amortização da Dívida | 530.500,00 | 561.500,00 | 78.873,73 | 541.091,03 | 20.408,97 | 78.873,73 | 541.091,03 | 20.408,97 | 541.091,03 | 0,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 53.000,00 | 53.000,00 | 0,00 | 0,00 | 53.000,00 | 0,00 | 0,00 | 53.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESERVA DE CONTINGENCIA | 53.000,00 | 53.000,00 | 0,00 | 0,00 | 53.000,00 | 0,00 | 0,00 | 53.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESERVA DO RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX) | 25.019.440,92 | 32.608.684,88 | 1.853.080,97 | 24.153.587,85 | 8.455.097,03 | 5.155.790,33 | 23.443.911,22 | 9.164.773,66 | 22.505.094,73 | 709.676,63 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

| DESPESAS | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k) |
|--|------------------------|---------------------------|---------------------|-----------------------|----------------------|---------------------|-----------------------|----------------------|-------------------------------|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (f) | | No Bimestre | Até o Bimestre (h) | | | |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI) | 25.019.440,92 | 32.608.684,88 | 1.853.080,97 | 24.153.587,85 | 8.455.087,03 | 5.155.790,33 | 23.443.911,22 | 9.164.773,66 | 22.505.094,73 | 709.676,63 |
| SUPERÁVIT (XIII) | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — |
| TOTAL (XIV) = (XII + XIII) | 25.019.440,92 | 32.608.684,88 | 1.853.080,97 | 24.153.587,85 | — | 5.155.790,33 | 23.443.911,22 | — | 22.505.094,73 | 709.676,63 |

FONTE:

IMARUI, 18/03/2016

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISANE DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/0-1

RREO 6º BIMESTRE (ANEXO 11)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

| RECEITAS | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b) | SALDO A REALIZAR (c) = (a-b) |
|---------------------------|-------------------------|--|------------------------------|
| RECEITA DE CAPITAL | | | |
| ALIENAÇÃO DE ATIVOS | 42.400,00 | 157.260,00 | -114.860,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS | 42.400,00 | 157.260,00 | -114.860,00 |
| TOTAL | 42.400,00 | 157.260,00 | -114.860,00 |

| DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS (e) | DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f) | SALDO A PAGAR (g) = (d-e) |
|--|------------------------|---------------------|---------------------|--------------------|--|---------------------------------|---------------------------|
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| SALDO FINANCEIRO A APLICAR | Em 2014 (h) | Em 2015 (i) = (b) - (e+f) | SALDO ATUAL (j) = (h+i) |
|----------------------------|-------------|---------------------------|-------------------------|
| | 0,00 | 157.260,00 | 157.260,00 |

FONTE:

RREO 6º BIMESTRE (ANEXO 12)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

| RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | | | | | | | |
|--|------------------|-------------------------|---------------------|-------------|---|--------------------|-------------|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | |
| | | | Até o Bimestre (b) | % (b/a)*100 | | | |
| RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I) | 2.263.630,00 | 2.263.630,00 | 695.690,58 | 30,73 | | | |
| Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU | 1.017.600,00 | 1.017.600,00 | 185.210,30 | 18,20 | | | |
| Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI | 212.000,00 | 212.000,00 | 133.893,49 | 63,16 | | | |
| Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS | 281.642,00 | 281.642,00 | 217.180,38 | 77,11 | | | |
| Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF | 210.198,00 | 210.198,00 | 93.741,39 | 44,60 | | | |
| Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos | 2.120,00 | 2.120,00 | 3.219,73 | 151,87 | | | |
| Dívida Ativa dos Impostos | 532.650,00 | 532.650,00 | 34.399,40 | 6,46 | | | |
| Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa | 7.420,00 | 7.420,00 | 28.045,89 | 377,98 | | | |
| RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II) | 11.860.340,00 | 11.860.340,00 | 11.866.873,43 | 100,06 | | | |
| Cota-Parte FPM | 7.950.000,00 | 7.950.000,00 | 7.971.229,61 | 100,27 | | | |
| Cota-Parte ITR | 10.600,00 | 10.600,00 | 36.259,25 | 342,07 | | | |
| Cota-Parte IPVA | 636.000,00 | 636.000,00 | 640.686,06 | 100,74 | | | |
| Cota-Parte ICMS | 3.180.000,00 | 3.180.000,00 | 3.155.744,91 | 99,24 | | | |
| Cota-Parte IPH-Exportação | 68.900,00 | 68.900,00 | 49.685,32 | 72,11 | | | |
| Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais | 14.840,00 | 14.840,00 | 13.268,28 | 89,41 | | | |
| Desoneração ICMS (LC 87/96) | 14.840,00 | 14.840,00 | 13.268,28 | 89,41 | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II | 14.123.970,00 | 14.123.970,00 | 12.562.564,01 | 88,94 | | | |
| RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE | | | | | | | |
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (c) | RECEITAS REALIZADAS | | | | |
| | | | Até o Bimestre (d) | % (d/c)*100 | | | |
| TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS | 82.362,00 | 82.362,00 | 442.360,00 | 537,09 | | | |
| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE | 45.580,00 | 45.580,00 | 99.871,95 | 219,11 | | | |
| TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE | 127.942,00 | 127.942,00 | 542.231,95 | 423,81 | | | |
| DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa) | | | | | | | |
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | |
| | | | Até o Bimestre (f) | % (f/e)*100 | | Até o Bimestre (g) | % (g/e)*100 |
| DESPESAS CORRENTES | 4.952.093,43 | 5.952.210,30 | 5.433.828,13 | 91,29 | 5.387.538,28 | 90,51 | 46.289,85 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 2.710.950,00 | 3.049.663,62 | 2.848.963,52 | 93,42 | 2.848.963,52 | 93,42 | 0,00 |
| Outras Despesas Correntes | 2.241.143,43 | 2.902.546,68 | 2.584.864,61 | 89,06 | 2.538.574,76 | 87,46 | 46.289,85 |

Continua 1/5

Continuação 2/5

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

| DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa) | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
|--|-----------------|---------------------------|-----------------------|----------------|-----------------------|----------------|---|
| | | | Até o Bimestre (f) | % (f/e)*100 | Até o Bimestre (g) | % (g/e)*100 | |
| DESPESAS DE CAPITAL | | 5.952.210,30 | 5.433.828,13 | 91,29 | 5.387.538,28 | 90,51 | 46.289,85 |
| Investimentos | 1.985.136,20 | 2.453.980,82 | 531.924,08 | 21,68 | 447.496,13 | 18,24 | 84.427,95 |
| | 1.985.136,20 | 2.453.980,82 | 531.924,08 | 21,68 | 447.496,13 | 18,24 | 84.427,95 |

Continua 2/5

Continuação 3/5

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

| DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa) | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
|---|-----------------|---------------------------|---------------------|-------------|---------------------|--------------|---|
| | | | Até o Bimestre (f) | % (f/e)*100 | Até o Bimestre (g) | % (g/e)*100 | |
| DESPESAS DE CAPITAL | 1.985.136,20 | 2.453.980,82 | 531.924,08 | 21,68 | 447.496,13 | 18,24 | 84.427,95 |
| Investimentos | 1.985.136,20 | 2.453.980,82 | 531.924,08 | 21,68 | 447.496,13 | 18,24 | 84.427,95 |
| TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV) | 6.937.229,63 | 8.406.191,12 | 5.965.752,21 | 70,97 | 5.835.034,41 | 69,41 | 130.717,80 |
| DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
| | | | Até o Bimestre (h) | % (h/v)*100 | Até o Bimestre (i) | % (i/vg)*100 | |
| DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE | 4.443.901,60 | 5.791.073,09 | 3.493.141,09 | 58,55 | 3.368.753,29 | 57,73 | 124.387,80 |
| Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS | 4.443.901,60 | 5.613.165,26 | 3.321.704,96 | 55,68 | 3.202.615,59 | 54,89 | 119.089,37 |
| Recursos de Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Recursos | 0,00 | 177.907,83 | 171.436,13 | 2,87 | 166.137,70 | 2,85 | 5.298,43 |
| OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹ | - | - | 0,00 | 0,00 | - | - | 0,00 |
| DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS² | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V) | 4.443.901,60 | 5.791.073,09 | 3.493.141,09 | 58,55 | 3.368.753,29 | 57,73 | 124.387,80 |
| TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V) | 2.493.328,03 | 2.615.118,03 | 2.472.611,12 | 41,45 | 2.466.281,12 | 42,27 | 6.330,00 |
| PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS | | | | | | | |
| (VII%) = (Vi/h x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 | | | | | | | |
| 19,68 | | | | | | | |
| VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(Vi/h) - (15 x IIIb)/100] | | | | | | | |
| 588.226,52 | | | | | | | |

Continua 3/5

Continuação 4/5

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

| EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA | | | | | |
|--|-----------------|---|---------------------|---------------------------|---|
| | INSCRITOS | CANCELADOS/ PRESCRITOS | PAGOS | A PAGAR | PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE |
| Inscritos em 2014 | 0,00 | 21.528,00 | 52.780,67 | -52.780,67 | 0,00 |
| Inscritos em Exercícios Anteriores a 2011 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 0,00 | 21.528,00 | 52.780,67 | -52.780,67 | 0,00 |
| CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º | | | | | |
| | SALDO INICIAL | DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j) | | SALDO FINAL(NÃO APLICADO) | |
| Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014 | 21.528,00 | 0,00 | | 21.528,00 | |
| Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores a 2011 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | |
| TOTAL (VIII) | 21.528,00 | 0,00 | | 21.528,00 | |
| CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 | | | | | |
| | SALDO INICIAL | LIMITE NÃO CUMPRIDO | | SALDO FINAL(NÃO APLICADO) | |
| | - | - | | - | |
| DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção) | | | | | |
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
| | | | Até o Bimestre (i) | % (j/total i) *100 | |
| | | | Até o Bimestre (m) | % (m/total m) *100 | |
| Atenção Básica | 6.901.719,63 | 8.298.708,35 | 5.894.698,05 | 98,81 | 129.190,40 |
| Vigilância Sanitária | 12.720,00 | 30.625,33 | 17.788,96 | 0,30 | 0,00 |
| Vigilância Epidemiológica | 22.790,00 | 76.857,44 | 53.265,20 | 0,89 | 1.527,40 |

Continua 4/5

Continuação 5/5

Município de IMARUI - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

| DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção) | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
|---------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------------|---------------------|--------------------|---|
| | | | Até o Bimestre (I) | % (I/Total I) *100 | Até o Bimestre (m) | % (m/Total m) *100 | |
| Outras Subfunções | 10.600,00 | 10.600,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 6.947.829,63 | 8.416.791,12 | 5.965.752,21 | 100,00 | 5.835.034,41 | 100,00 | 130.717,80 |

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

⁴Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "I+I"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total J".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "I+I"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total K".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

RREO 6º BIMESTRE (ANEXO 13)

Município de IMARUI - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a) | REGISTROS EFETUADOS EM 2015 | | SALDO TOTAL (c) = (a + b) |
|---------------|---|-----------------------------|-------------------|------------------------------|
| | | No Bimestre | Até o Bimestre(b) | |

NADAA DECLARAR

| DESPESAS DE PPP | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 |
|-----------------|--------------------|--------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
|-----------------|--------------------|--------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|

NADAA DECLARAR

FONTE:

IMARUI , 18/03/2016

RREO 6º BIMESTRE (ANEXO 14)

Município de IMARUI - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO | | Até o Bimestre | | |
|---|--|--------------------------------------|---------------------------------|---------------------------|
| RECEITAS | | | | |
| Previsão Inicial | | 25.019.440,92 | | |
| Previsão Atualizada | | 25.019.440,92 | | |
| Receitas Realizadas | | 23.187.804,79 | | |
| Déficit Orçamentário | | 0,00 | | |
| SalDOS de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais) | | 1.630.407,22 | | |
| DESPESAS | | | | |
| Dotação Inicial | | 25.019.440,92 | | |
| Créditos Adicionais | | 7.589.243,96 | | |
| Dotação Atualizada | | 32.608.684,88 | | |
| Despesas Empenhadas | | 24.153.587,85 | | |
| Despesas Liquidadas | | 23.443.911,22 | | |
| Despesas pagas | | 22.505.094,73 | | |
| Inscritas em Restos a Pagar Não Processados | | 709.676,63 | | |
| Superavit Orçamentário | | 0,00 | | |
| DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO | | Até o Bimestre | | |
| Despesas Empenhadas | | 24.153.587,85 | | |
| Liquidadas | | 23.443.911,22 | | |
| Inscritas em Restos a Pagar Não Processados | | 709.676,63 | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | | Até o Bimestre | | |
| Receita Corrente Líquida | | 21.451.545,53 | | |
| RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | | Até o Bimestre | | |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores | | | | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas (IV) | | 0,00 | | |
| Despesas Previdenciárias Empenhadas (V) | | 0,00 | | |
| Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V) | | 0,00 | | |
| RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO | Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a) | Resultado Apurado até o Bimestre (b) | % em Relação à Meta (b/a) | |
| Resultado Nominal | 0,00 | 476.504,08 | 0,00 | |
| Resultado Primário | 0,00 | -778.736,92 | 0,00 | |
| RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO | Inscrição | Cancelamento até o Bimestre | Pagamento até o Bimestre | Saldo a Pagar |
| RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS | 1.178.936,57 | 582.499,02 | 509.614,47 | 86.823,08 |
| EXECUTIVO | 1.178.936,57 | 582.499,02 | 509.614,47 | 86.823,08 |
| RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | 613.175,89 | 41.557,28 | 438.203,65 | 133.414,96 |
| EXECUTIVO | 613.175,89 | 41.557,28 | 438.203,65 | 133.414,96 |
| TOTAL: | 1.792.112,46 | 624.056,30 | 947.818,12 | 220.238,04 |
| DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO | | Valor apurado até o Bimestre | Limites Constitucionais Anuais | |
| | | | % Mínimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado até o Bimestre |
| Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | | 3.266.565,29 | 25% | 25,31 |
| Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental | | 4.128.764,05 | 60% | 72,44 |
| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL | | Valor apurado até o Bimestre | Saldo não Realizado | |
| Receitas de Operações de Crédito | | 0,00 | 2.000.530,00 | |
| Despesa de Capital Líquida | | 3.111.720,72 | 6.232.885,27 | |
| PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | 2015 | 2023 | 2033 | 2048 |
| Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores | | | | |
| Receitas Previdenciárias (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Previdenciárias (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Resultado Previdenciário VI = (IV - V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Continua 1/2

Município de IMARUI - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

| RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS | | Valor apurado até o Bimestre | Saldo a Realizar |
|--|------------------------------|-------------------------------------|---------------------------|
| Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos | | 157.260,00 | -114.860,00 |
| Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos | | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | Valor apurado até o Bimestre | Limite Constitucional Anual | |
| | | % Mínimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado até o Bimestre |
| Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde | 2.472.611,12 | 15,00 | 19,68 |
| DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP | | Valor apurado no exercício corrente | |
| Total das despesas/RCL (%) | | 0,00 | |

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

RREO 6º BIMESTRE (ANEXO 2)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

| FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
|--|-----------------|--------------------|---------------------|--------------------|-------------------|---------------------|--------------------|-------------------|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | | |
| | | | | (b/Total b) | | | (d/Total d) | | |
| DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (f) | | | | | | | | | |
| Legislativa | 25.019.440,82 | 32.608.684,88 | 1.853.080,97 | 24.153.597,85 | 100,00 | 5.155.700,33 | 23.443.911,22 | 9.184.773,66 | 708.676,63 |
| Ação Legislativa | 890.000,00 | 890.000,00 | 205.532,43 | 811.178,56 | 3,36 | 219.517,30 | 811.178,56 | 78.821,44 | 0,00 |
| Judiciária | 248.040,00 | 228.040,00 | 30.304,06 | 184.633,46 | 0,76 | 30.689,06 | 184.633,46 | 43.406,54 | 0,00 |
| Defesa do Interesse Público no Processo Judicial | 248.040,00 | 228.040,00 | 30.304,06 | 184.633,46 | 0,76 | 30.689,06 | 184.633,46 | 43.406,54 | 0,00 |
| Administração | 5.515.361,99 | 6.229.763,18 | 618.598,80 | 4.388.220,67 | 18,17 | 752.666,14 | 4.382.727,14 | 1.847.036,04 | 6.493,53 |
| Planejamento e Orçamento | 119.356,00 | 132.335,05 | 18.307,28 | 126.999,25 | 0,53 | 19.528,08 | 126.946,05 | 5.487,00 | 151,20 |
| Administração Geral | 419.230,00 | 432.170,00 | 73.063,85 | 422.899,59 | 1,75 | 75.917,91 | 422.899,59 | 9.310,41 | 0,00 |
| Administração Financeira | 4.683.049,99 | 4.741.242,13 | 351.015,47 | 3.115.863,18 | 12,90 | 477.822,80 | 3.115.596,30 | 1.625.655,83 | 276,88 |
| Controle Interno | 31.270,00 | 27.180,00 | 5.604,09 | 26.997,24 | 0,11 | 5.604,09 | 26.997,24 | 182,76 | 0,00 |
| Educação de Jovens e Adultos | 212.000,00 | 212.000,00 | 1.983,11 | 83.376,41 | 0,35 | 5.188,26 | 77.310,96 | 134.689,04 | 6.065,45 |
| Extensão Rural | 50.456,00 | 684.836,00 | 168.625,00 | 613.125,00 | 2,54 | 168.625,00 | 613.125,00 | 71.711,00 | 0,00 |
| Segurança Pública | 54.802,00 | 37.302,00 | 7.646,88 | 26.359,71 | 0,11 | 12.484,88 | 26.359,71 | 10.942,29 | 0,00 |
| Policimento | 54.802,00 | 37.302,00 | 7.646,88 | 26.359,71 | 0,11 | 12.484,88 | 26.359,71 | 10.942,29 | 0,00 |
| Assistência Social | 622.008,00 | 809.333,89 | 154.302,57 | 617.235,61 | 2,56 | 167.472,43 | 600.235,61 | 209.098,28 | 17.000,00 |
| Assistência ao Idoso | 12.720,00 | 12.720,00 | 0,00 | 1.940,00 | 0,01 | 0,00 | 1.940,00 | 10.780,00 | 0,00 |
| Assistência ao Portador de Deficiência | 8.596,00 | 11.930,00 | 0,00 | 9.513,02 | 0,04 | 0,00 | 9.513,02 | 2.416,98 | 0,00 |
| Assistência à Criança e ao Adolescente | 161.650,00 | 107.650,00 | 20.660,14 | 81.913,86 | 0,34 | 20.660,14 | 81.913,86 | 25.736,14 | 0,00 |
| Assistência Comunitária | 431.420,00 | 676.821,89 | 133.642,43 | 523.888,73 | 2,17 | 146.812,29 | 506.896,73 | 189.953,16 | 17.000,00 |
| Habilitação Urbana | 7.632,00 | 212,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 212,00 | 0,00 |
| Saúde | 6.937.229,63 | 8.458.191,12 | 386.996,37 | 5.983.752,21 | 24,77 | 1.147.977,55 | 5.853.034,41 | 2.605.156,71 | 130.717,80 |
| Atenção Básica | 6.901.719,63 | 8.350.706,35 | 394.599,17 | 5.912.698,05 | 24,48 | 1.130.644,69 | 5.793.507,55 | 2.587.200,70 | 129.190,40 |
| Vigilância Sanitária | 12.720,00 | 30.625,33 | 1.767,49 | 17.788,96 | 0,07 | 3.182,16 | 17.788,96 | 12.836,37 | 0,00 |
| Vigilância Epidemiológica | 22.790,00 | 76.857,44 | 5.845,31 | 53.285,20 | 0,22 | 14.150,70 | 51.737,80 | 25.119,64 | 1.527,40 |
| Trabalho | 80.878,00 | 1.114.785,25 | 19.461,82 | 91.262,13 | 0,38 | 19.461,82 | 91.262,13 | 1.023.523,12 | 0,00 |
| Promoção da Produção Agropecuária | 80.878,00 | 1.114.785,25 | 19.461,82 | 91.262,13 | 0,38 | 19.461,82 | 91.262,13 | 1.023.523,12 | 0,00 |
| Educação | 7.022.669,60 | 9.485.709,42 | 1.495.318,91 | 8.704.647,36 | 36,04 | 2.218.828,67 | 8.500.588,77 | 985.120,65 | 204.058,59 |
| Alimentação e Nutrição | 331.631,60 | 413.069,90 | 3.462,09 | 386.420,07 | 1,60 | 48.102,64 | 380.699,17 | 32.460,73 | 5.810,90 |
| Ensino Fundamental | 5.246.152,00 | 7.384.389,66 | 1.098.615,40 | 6.739.092,33 | 27,99 | 1.767.788,26 | 6.554.696,14 | 829.703,52 | 184.406,19 |
| Ensino Superior | 21.200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Educação Infantil | 1.423.696,00 | 1.564.765,41 | 392.402,29 | 1.521.056,74 | 6,30 | 389.187,79 | 1.510.942,24 | 54.423,17 | 10.714,50 |
| Educação de Jovens e Adultos | 0,00 | 123.484,45 | 809,13 | 56.078,22 | 0,24 | 13.747,98 | 54.951,22 | 68.533,23 | 3.127,00 |
| Cultura | 106.212,00 | 76.712,00 | 8.408,44 | 55.928,16 | 0,23 | 8.408,44 | 55.928,16 | 20.783,84 | 0,00 |
| Diffusão Cultural | 106.212,00 | 76.712,00 | 8.408,44 | 55.928,16 | 0,23 | 8.408,44 | 55.928,16 | 20.783,84 | 0,00 |
| Urbanismo | 2.050.886,00 | 2.662.141,11 | 252.446,05 | 2.063.588,53 | 8,54 | 299.703,57 | 2.062.408,53 | 599.732,98 | 1.160,00 |
| Infra-Estrutura Urbana | 34.238,00 | 54.318,00 | 0,00 | 52.261,06 | 0,22 | 0,00 | 52.261,06 | 2.056,94 | 0,00 |
| Serviços Urbanos | 1.635.578,00 | 1.970.056,00 | 207.955,98 | 1.419.353,70 | 5,88 | 255.204,50 | 1.418.193,70 | 551.864,30 | 1.160,00 |
| Energia Elétrica | 381.070,00 | 637.765,11 | 44.490,07 | 591.953,77 | 2,45 | 44.498,07 | 591.953,77 | 45.811,34 | 0,00 |

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

| FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO (e) = (d-f) | INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
|--|----------------------|------------------------|---------------------|----------------------|-------------------|---------------------|----------------------|-------------------|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (c) | | |
| | | | | | % (b/Total b) | | | % (d/Total d) | |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | | | | | | | | | |
| Saneamento | 25.019.440,92 | 32.608.684,88 | 1.853.080,97 | 24.153.587,85 | 100,00 | 5.155.790,33 | 23.443.911,22 | 100,00 | 709.676,63 |
| Saneamento Básico Urbano | 334.970,00 | 379.502,83 | 220.995,36 | 323.149,69 | 1,34 | 97.752,65 | 161.670,69 | 0,69 | 161.479,00 |
| Gestão Ambiental | 334.970,00 | 379.502,83 | 220.995,36 | 323.149,69 | 1,34 | 97.752,65 | 161.670,69 | 0,69 | 161.479,00 |
| Preservação e Conservação Ambiental | 100.266,00 | 22.887,50 | -13.555,50 | 3.825,15 | 0,02 | 1.454,40 | 3.825,15 | 0,02 | 0,00 |
| Agricultura | 100.266,00 | 22.887,50 | -13.555,50 | 3.825,15 | 0,02 | 1.454,40 | 3.825,15 | 0,02 | 0,00 |
| Extensão Rural | 413.930,00 | 594.930,00 | 239.442,63 | 560.376,05 | 2,32 | 157.850,59 | 449.983,53 | 1,92 | 110.392,52 |
| Comércio e Serviços | 80.560,00 | 119.940,00 | 23.378,87 | 113.123,91 | 0,47 | 9.567,10 | 95.362,13 | 0,41 | 17.761,78 |
| Turismo | 80.560,00 | 119.940,00 | 23.378,87 | 113.123,91 | 0,47 | 9.567,10 | 95.362,13 | 0,41 | 17.761,78 |
| Transporte | 144.372,00 | 1.223.287,02 | -1.020.805,08 | 72.403,41 | 0,30 | 7.830,00 | 11.790,00 | 0,05 | 60.613,41 |
| Infra-Estrutura Urbana | 109.286,00 | 356.055,44 | -203.805,08 | 72.403,41 | 0,30 | 7.830,00 | 11.790,00 | 0,05 | 60.613,41 |
| Promoção da Produção Agropecuária | 29.044,00 | 424,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte Rodoviário | 6.042,00 | 886.807,58 | -817.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desporto e Lazer | 364.255,70 | 223.159,56 | -1.410,90 | 152.923,24 | 0,63 | 4.147,73 | 152.923,24 | 0,65 | 0,00 |
| Desporto Comunitário | 364.255,70 | 223.159,56 | -1.410,90 | 152.923,24 | 0,63 | 4.147,73 | 152.923,24 | 0,65 | 0,00 |
| Reserva de Contingência | 53.000,00 | 53.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Contingência | 53.000,00 | 53.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 25.019.440,92 | 32.608.684,88 | 1.853.080,97 | 24.153.587,85 | 100,00 | 5.155.790,33 | 23.443.911,22 | 100,00 | 709.676,63 |

FONTE:

IMARUI , 19/03/2016

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

EMANUEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

PATRICIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISANE DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO 6º BIMESTRE (ANEXO 3)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

| ESPECIFICAÇÃO | EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES | | | | | | | | | | | | PREVISÃO ATUALIZADA 2015 |
|--|--|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------------------|
| | Jan/2015 | Fev/2015 | Mar/2015 | Abr/2015 | Maio/2015 | Jun/2015 | Jul/2015 | Ago/2015 | Sep/2015 | Out/2015 | Nov/2015 | Dez/2015 | TOTAL (ULT. 12 MES.) |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 2.203.235,30 | 1.873.501,30 | 1.865.611,32 | 1.866.172,09 | 1.991.664,75 | 2.074.531,74 | 1.990.972,68 | 1.897.118,90 | 1.804.914,64 | 2.006.153,07 | 2.056.648,13 | 2.194.393,89 | 23.824.917,71 |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 47.754,28 | 22.827,26 | 30.828,18 | 28.991,99 | 33.090,95 | 188.035,44 | 181.912,95 | 106.135,70 | 76.844,83 | 52.488,31 | 48.993,04 | 59.037,95 | 878.908,70 |
| IPTU | 2.950,87 | 47,23 | 132,43 | 0,00 | 0,00 | 70.272,41 | 76.451,61 | 17.745,36 | 4.547,26 | 4.781,94 | 3.719,22 | 4.581,97 | 185.210,30 |
| I.R.R.F. | 0,00 | 0,00 | 4.419,82 | 3.664,17 | 6.648,47 | 5.122,48 | 5.103,67 | 5.257,48 | 5.190,62 | 6.942,87 | 5.116,70 | 6.063,04 | 53.234,52 |
| I.S.S. | 13.904,49 | 9.925,09 | 12.155,28 | 15.065,17 | 12.124,64 | 20.410,54 | 20.792,64 | 33.456,35 | 24.713,81 | 18.994,27 | 17.680,66 | 18.396,44 | 217.180,38 |
| I.T.B.I. | 12.492,92 | 8.592,75 | 9.020,00 | 6.690,00 | 4.690,00 | 4.140,00 | 6.123,63 | 27.460,00 | 29.398,70 | 5.765,85 | 10.461,64 | 9.154,00 | 133.893,49 |
| Outras Receitas Tributárias | 18.402,00 | 4.272,29 | 5.100,65 | 3.891,65 | 9.687,85 | 88.090,01 | 73.436,41 | 24.216,51 | 12.994,44 | 16.701,38 | 12.014,82 | 20.892,20 | 289.300,21 |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 94.149,79 | 52.511,28 | 43.886,23 | 46.385,59 | 47.351,06 | 45.982,41 | 47.350,82 | 46.171,00 | 45.075,03 | 46.396,69 | 46.223,20 | 48.173,66 | 611.341,76 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 18.884,23 | 17.291,54 | 21.638,51 | 21.122,68 | 23.125,73 | 21.471,22 | 23.922,58 | 23.326,94 | 27.794,95 | 37.747,51 | 26.130,42 | 22.352,24 | 281.748,65 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | 665,00 | 140,00 | 770,00 | 829,00 | 203,20 | 254,00 | 101,60 | 304,80 | 1.016,00 | 1.727,20 | 457,20 | 961,20 | 7.430,00 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 2.031.813,79 | 1.754.082,46 | 1.641.322,84 | 1.733.442,75 | 1.855.206,51 | 1.776.619,21 | 1.690.338,12 | 1.691.833,08 | 1.617.461,92 | 1.693.114,75 | 1.687.717,03 | 2.117.583,48 | 21.243.669,94 |
| Cota-Parte do FPM | 798.114,21 | 815.740,81 | 594.147,34 | 641.242,44 | 788.549,34 | 686.117,85 | 601.016,57 | 594.198,35 | 516.628,97 | 563.632,53 | 638.611,19 | 732.029,81 | 7.971.229,61 |
| Cota-Parte do ICMS | 290.283,14 | 255.749,06 | 259.654,03 | 279.333,82 | 264.320,95 | 253.303,52 | 255.717,00 | 245.683,04 | 256.387,57 | 265.102,02 | 266.693,10 | 290.352,66 | 3.155.744,91 |
| Cota-Parte do IRVIA | 29.833,99 | 38.897,44 | 58.088,82 | 64.779,06 | 55.927,18 | 62.222,04 | 71.042,33 | 62.365,37 | 62.247,86 | 57.202,73 | 38.401,52 | 38.447,72 | 640.886,05 |
| Outras Transferências Correntes | 294,85 | 393,05 | 88,97 | 166,10 | 1.067,18 | 263,77 | 652,11 | 537,00 | 3.927,18 | 24.644,31 | 2.755,97 | 1.468,76 | 36.259,25 |
| Transferências da LC 61/1989 | 404.256,82 | 168.473,22 | 271.145,17 | 267.827,70 | 243.557,67 | 297.778,68 | 305.465,87 | 308.798,79 | 328.490,24 | 249.930,09 | 274.018,66 | 602.302,11 | 3.724.053,02 |
| Transferências da LC 87/1996 | 6.119,08 | 3.640,43 | 3.571,05 | 3.740,16 | 4.219,31 | 4.018,91 | 3.702,23 | 3.939,35 | 3.928,16 | 4.556,34 | 4.151,22 | 4.099,08 | 49.895,32 |
| Transferências da LC 87/1996 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.422,76 | 1.105,69 | 1.105,69 | 1.105,69 | 1.105,69 | 1.105,69 | 1.105,69 | 1.105,69 | 1.105,69 | 13.388,26 |
| Outras Transferências | 501.805,70 | 463.193,45 | 454.617,46 | 481.530,71 | 488.499,19 | 471.708,75 | 451.626,32 | 464.225,29 | 442.726,25 | 488.751,04 | 463.979,68 | 477.760,65 | 4.197.600,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 9.968,21 | 26.738,66 | 127.265,56 | 13.399,28 | 32.717,29 | 42.188,46 | 47.356,60 | 37.347,28 | 39.731,91 | 231.680,61 | 247.122,24 | -53.697,44 | 801.819,66 |
| DEDUÇÕES (II) | 2.25.149,84 | 223.693,99 | 183.151,85 | 183.736,67 | 223.037,75 | 201.426,15 | 191.295,33 | 181.551,58 | 164.596,49 | 183.288,50 | 189.943,52 | 207.500,51 | 2.373.372,18 |
| Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB | 225.149,84 | 223.693,99 | 183.151,85 | 183.736,67 | 223.037,75 | 201.426,15 | 191.295,33 | 181.551,58 | 164.596,49 | 183.288,50 | 189.943,52 | 207.500,51 | 2.373.372,18 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) | 1.978.085,46 | 1.649.817,31 | 1.682.459,47 | 1.682.435,42 | 1.768.627,00 | 1.873.105,59 | 1.799.677,35 | 1.715.567,22 | 1.640.318,15 | 1.822.864,57 | 1.866.704,61 | 1.986.893,38 | 22.801.363,20 |

FONTE:

IMARUI, 19/03/2016

MARCEL VIANE DE SOUSA
Prefeito Municipal

MERISIANE DA SILVA FERNANDES
Controladora CRC/SC 030561/O-1

EDUARDO MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 6º BIMESTRE (ANEXO 4)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

| RECEITAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | | R\$ 1,00 |
|---|------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---|
| | | | Até o Bimestre/2015 | Até o Bimestre/2014 | |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Para Cobertura de Déficit Atuarial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Regime de Débitos e Parcelamentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Contribuições | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patrimonial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Imobiliárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
| | | | Até o Bimestre/2015 | Até o Bimestre/2014 | |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ADMINISTRAÇÃO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

| DESPESAS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
|--|-----------------|--------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---|-------------|
| | | | Até o Bimestre/2015 | Até o Bimestre/2014 | Até o Bimestre/2015 | Até o Bimestre/2014 | Em 2015 | Em 2014 |
| PREVIDENCIA SOCIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aposentadorias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reformas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI) | 0,00 | 0,00 | - | - | 0,00 | 0,00 | - | - |
| APORTES REALIZADOS | | | | | | | | |
| APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR | | | | | | | | |
| TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS | | | | | | | | |
| Plano Financeiro | | | | | | | | 0,00 |
| Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras | | | | | | | | 0,00 |
| Recursos para Formação de Reserva | | | | | | | | 0,00 |
| Outros Aportes para o RPPS | | | | | | | | 0,00 |
| Plano Previdenciário | | | | | | | | 0,00 |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | | | | | | | | 0,00 |
| Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial | | | | | | | | 0,00 |
| Outros Aportes para o RPPS | | | | | | | | 0,00 |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | | | | | | | | |
| Valor | | | | | | | | 0,00 |

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

| BENS E DIREITOS DO RPPS | PERÍODO DE REFERÊNCIA | | |
|--|-----------------------|---------------------|--------------------|
| | 2015 | | 2014 |
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECETAS REALIZADAS |
| Até o Bimestre/2015 | | | |
| Até o Bimestre/2014 | | | |
| RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS | | | |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) | | | |
| RECEITAS CORRENTES (VIII) | | | |
| Recarga de Contribuições Patronais | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Para Cobertura de Déficit Atuarial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Regime de Débitos e Parcelamentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Recargas de Contribuições | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recarga Patrimonial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recargas Imobiliárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recargas de Valores Mobiliários | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Recargas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recarga de Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Recargas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL (IX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Recargas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Continua 3/4

Município de IMARUI - SC
 Continuação 4/4
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

| DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
|---|-----------------|--------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---|-------------|
| | | | Até o Bimestre/2015 | Até o Bimestre/2014 | Até o Bimestre/2015 | Até o Bimestre/2014 | Em 2015 | Em 2014 |
| DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS | - | - | 0,00 | 0,00 | - | - | - | - |
| ADMINISTRAÇÃO (XII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

FONTE:

IMARUI , 18/03/2016

| | | | |
|---|---|---|---|
| MANOEL VIANA DE SOUSA Prefeito Municipal | PATRICIO ANGELO COSTA JÚNIC Chefe de Auditoria e Controle Intern | MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDI Contadora CRC/SC 030561/O-1 | EMANOEL MATOS Secretário de Administração e Finanças |
|---|---|---|---|

RREO 6º BIMESTRE (ANEXO 5)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

| <u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u> | SALDO | | |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | Em 31 Dez 2014 (A) | Em 31 Out 2015 (B) | Em 31 Dez 2015 (C) |
| DÍVIDA CONSOLIDADA (I) | 2.312.530,29 | 2.063.644,68 | 2.300.831,29 |
| DEDUÇÕES (II) | 2.486.005,79 | 2.640.376,64 | 1.765.193,39 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 3.135.308,81 | 4.496.275,50 | 2.830.483,72 |
| Demais Haveres Financeiros | -36.127,13 | 14.794,13 | 14.794,13 |
| (-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios) | 613.175,89 | 1.870.692,99 | 1.080.084,46 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II) | -173.475,50 | -576.731,96 | 535.637,90 |
| RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVOS RECONHECIDOS (V) | 0,00 | 0,00 | 232.609,32 |
| DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V) | -173.475,50 | -576.731,96 | 303.028,58 |

| <u>RESULTADO NOMINAL</u> | PERÍODO DE REFERÊNCIA | |
|---------------------------------|------------------------|---------------------------|
| | No Bimestre (C - B) | Jan a Dez 2015 (C - A) |
| VALOR | 879.760,54 | 476.504,08 |

| <u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u> | VALOR CORRENTE |
|---|----------------|
| META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA | 0,00 |

| <u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u> | | | |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| <u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u> | SALDO | | |
| | Em 31 Dez 2014 (A) | Em 31 Out 2015 (B) | Em 31 Dez 2015 (C) |
| DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEDUÇÕES (VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Restos a Pagar Processados | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVOS RECONHECIDOS (X) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

FONTE:

RREO 6º BIMESTRE (ANEXO 6)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

| RECEITAS PRIMÁRIAS | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---------------------------|----------------------------|----------------------|
| | | Até o Bimestre/2015 | Até o Bimestre/2014 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) | 22.761.613,20 | 21.169.796,88 | 19.025.596,49 |
| Receita Tributária | 2.193.246,00 | 878.908,70 | 843.886,67 |
| IPTU | 1.017.600,00 | 185.210,30 | 163.663,63 |
| I.S.S. | 281.642,00 | 217.180,38 | 242.448,80 |
| I.T.B.I. | 212.000,00 | 133.893,49 | 101.649,99 |
| I.R.R.F. | 210.198,00 | 93.741,39 | 88.880,57 |
| Outras Receitas Tributárias | 471.806,00 | 248.883,14 | 247.243,68 |
| Receita de Contribuição | 477.000,00 | 611.341,76 | 438.296,32 |
| Outras Contribuições | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patrimonial | 477.000,00 | 611.341,76 | 438.296,32 |
| (-) Aplicações Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências Correntes | 39.750,00 | 281.748,65 | 174.156,94 |
| F.P.M. | 39.750,00 | 281.748,65 | 174.156,94 |
| I.P.V.A. | 19.341.735,20 | 18.870.296,76 | 17.397.403,74 |
| I.C.M.S. | 6.381.200,00 | 6.376.983,98 | 6.365.018,68 |
| Convênios | 525.760,00 | 512.549,86 | 457.144,23 |
| Outras Transferências Correntes | 2.569.440,00 | 2.524.596,94 | 2.418.559,52 |
| Demais Receitas Correntes | 56.922,00 | 54.271,72 | 183.838,02 |
| Dívida Ativa | 9.808.413,20 | 9.401.894,26 | 7.972.843,29 |
| Diversas Receitas Correntes | 749.632,00 | 809.249,66 | 346.007,76 |
| | 548.550,00 | 76.437,75 | 39.148,55 |
| | 201.082,00 | 732.811,91 | 306.859,21 |
| RECEITAS DE CAPITAL (II) | 2.218.077,72 | 1.736.259,26 | 368.640,00 |
| Operações de Crédito (III) | 2.000.530,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Ativos (V) | 42.400,00 | 157.260,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 175.147,72 | 1.578.999,26 | 368.640,00 |
| Convênios | 175.147,72 | 1.578.999,26 | 224.250,00 |
| Outras Transferências de Capital | 0,00 | 0,00 | 144.390,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V) | 175.147,72 | 1.578.999,26 | 368.640,00 |
| RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI) | 22.936.760,92 | 22.748.796,14 | 19.394.236,49 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS | | | |
| DESPESAS CORRENTES (VIII) | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS LIQUIDADAS | |
| | | Até o Bimestre/2015 | Até o Bimestre/2014 |
| | 23.211.078,89 | 21.041.867,13 | 17.182.970,01 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 12.743.519,78 | 12.058.498,47 | 11.209.082,91 |
| Juros e Encargos da Dívida (IX) | 136.660,00 | 84.963,76 | 68.951,98 |
| Outras Despesas Correntes | 10.330.899,11 | 8.645.862,52 | 5.904.935,12 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX) | 23.074.418,89 | 20.704.360,99 | 17.114.018,03 |
| | | | 252.542,38 |
| | | | 845.787,83 |
| | | | 251.165,38 |
| | | | 0,00 |
| | | | 594.622,45 |
| | | | 252.542,38 |
| | | | 845.787,83 |

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

| DESPESAS PRIMÁRIAS | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|---|----------------------|
| | | Até o Bimestre/ 2015 | Até o Bimestre/ 2014 | Até o Bimestre/ 2015 | Até o Bimestre/ 2014 | Em 2015 | Em 2014 |
| DESPESAS DE CAPITAL (XI) | 9.344.605,99 | 3.111.720,72 | 1.006.847,16 | 2.654.586,47 | 809.464,50 | 457.134,25 | 197.382,66 |
| Investimentos | 8.783.105,99 | 2.570.629,69 | 643.488,37 | 2.113.495,44 | 446.105,71 | 457.134,25 | 197.382,66 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Concessão de Empréstimos (XII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida (XIV) | 561.500,00 | 541.091,03 | 363.358,79 | 541.091,03 | 363.358,79 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV) | 8.783.105,99 | 2.570.629,69 | 643.488,37 | 2.113.495,44 | 446.105,71 | 457.134,25 | 197.382,66 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI) | 53.000,00 | - | - | - | - | - | - |
| RESERVA DO RPPS (XVII) | 0,00 | - | - | - | - | - | - |
| DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII) | 31.910.524,88 | 23.527.533,06 | 18.603.294,23 | 22.817.856,43 | 17.560.123,74 | 709.676,63 | 1.043.170,49 |
| RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII) | -8.973.763,96 | -778.736,92 | 790.942,26 | -69.060,29 | 1.834.112,75 | 22.039.119,51 | 18.351.066,00 |
| SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | - | - | - | 1.630.407,22 | 0,00 | - | - |
| Superávit Financeiro | - | - | - | 1.610.407,22 | 0,00 | - | - |
| Reabertura de Créditos Adicionais | - | - | - | 20.000,00 | 0,00 | - | - |
| DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL | | | | | | VALOR CORRENTE | |
| META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA | | | | | | 0,00 | |

FONTE:

RREO 6º BIMESTRE (ANEXO 7)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

| RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) | PODER/ÓRGÃO | RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | | | | | | | | RP NÃO PROCESSADOS | | | | | R\$ 1,00 |
|---|--|--|---------------------------|------------|------------|------------|--------------------------|---------------------------|------------|------------|------------|--------------------|-------------------|----------|--|--|----------|
| | | Inscritos | | Pagos | Cancelados | Saldo (a) | Inscritos | | Liquidados | Pagos | Cancelados | Saldo (b) | Saldo Total (a+b) | | | | |
| | | Em Exercícios Anteriores | Em 31 de Dezembro de 2014 | | | | Em Exercícios Anteriores | Em 31 de Dezembro de 2014 | | | | | | | | | |
| PRESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) | EXECUTIVO | 266.044,91 | 347.130,98 | 438.203,65 | 41.557,28 | 133.414,96 | 135.766,08 | 1.043.170,49 | 517.467,48 | 509.614,47 | 582.499,02 | 86.823,08 | 220.238,04 | | | | |
| | ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 266.044,91 | 347.130,98 | 438.203,65 | 41.557,28 | 133.414,96 | 135.766,08 | 1.043.170,49 | 517.467,48 | 509.614,47 | 582.499,02 | 86.823,08 | 220.238,04 | | | | |
| | FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO AC | 220.615,44 | 277.295,84 | 352.740,17 | 41.555,48 | 93.615,63 | 49.075,01 | 870.759,66 | 401.878,58 | 396.070,57 | 517.996,09 | 6.808,01 | 100.423,64 | | | | |
| | FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA | 0,00 | 662,46 | 662,46 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.621,92 | 3.515,02 | 3.257,35 | 1.106,90 | 257,67 | 257,67 | | | | |
| | GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL | 260,00 | 0,00 | 260,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | |
| | GABINETE DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL | 588,83 | 1.405,00 | 588,83 | 0,00 | 1.405,00 | 0,00 | 4.373,71 | 2.786,71 | 2.786,71 | 1.607,00 | 0,00 | 1.405,00 | | | | |
| | SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.248,65 | 1.248,65 | 1.248,65 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 0,00 | 280,00 | 55,00 | 0,00 | 225,00 | 0,00 | 52,61 | 0,00 | 0,00 | 52,61 | 0,00 | 225,00 | | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 2.221,00 | 0,00 | 1.948,00 | 0,00 | 273,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 273,00 | | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 0,00 | 29,70 | 29,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 169,00 | 0,00 | 169,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 0,00 | 62.782,57 | 62.782,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 191,90 | 0,00 | 191,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 0,00 | 103,50 | 103,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 10.635,58 | 0,00 | 10.635,58 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 0,00 | 320,00 | 320,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 987,00 | 0,00 | 987,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 0,00 | 1.698,63 | 1.698,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 708,40 | 0,00 | 708,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 0,00 | 24.771,55 | 24.771,55 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.832,48 | 7.832,48 | 7.832,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 5.441,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.441,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.441,93 | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 0,00 | 18.818,25 | 18.818,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 1.361,62 | 0,00 | 581,04 | 780,58 | 0,00 | 3.153,37 | 2.366,47 | 0,00 | 0,00 | 2.366,47 | 0,00 | 0,00 | 3.153,37 | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 0,00 | 25.098,51 | 21.905,14 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 3.011,03 | 0,00 | 3.011,03 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 0,00 | 123,00 | 10,00 | 0,00 | 113,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 113,00 | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 3.168,83 | 0,00 | 985,34 | 0,00 | 2.183,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.183,49 | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 0,00 | 3.084,41 | 10,00 | 0,00 | 3.074,41 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.074,41 | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 145,00 | 0,00 | 145,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 0,00 | 65,70 | 65,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 3.188,76 | 0,00 | 892,82 | 0,00 | 2.295,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.295,94 | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 0,00 | 330,68 | 330,68 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | |
| SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 1.347,21 | 0,00 | 617,70 | 0,00 | 729,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 729,51 | | | | |
| SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 0,00 | 951,99 | 485,88 | 0,00 | 465,11 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 465,11 | | | | |
| SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 440,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 440,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 440,00 | | | | |
| SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 0,00 | 1.770,31 | 915,40 | 0,00 | 854,91 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 854,91 | | | | |
| SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 240,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 240,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 240,00 | | | | |
| SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 0,00 | 98,00 | 0,00 | 0,00 | 98,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 98,00 | | | | |
| SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 100,92 | 0,00 | 100,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | |
| SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 0,00 | 3.065,00 | 601,00 | 0,00 | 2.464,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.464,00 | | | | |
| SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 212,00 | 0,00 | 212,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | |
| SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 0,00 | 10,00 | 10,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | |
| SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 14.996,80 | 0,00 | 861,75 | 13.299,52 | 805,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 805,53 | | | | |
| SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.824,58 | 11.824,58 | 11.824,58 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | |
| SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 267,00 | 0,00 | 267,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | |
| SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.949,70 | 0,00 | 0,00 | 2.949,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | |
| SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 1.083,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.083,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.083,67 | | | | |
| SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.829,02 | 0,00 | 0,00 | 5.829,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | |
| SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 2.367,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.367,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.367,00 | | | | |
| SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 815,05 | 0,00 | 0,00 | 815,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | |

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

| RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | | | | | | | | | | | | | RP NÃO PROCESSADOS | | | | | R\$ 1,00 |
|--|---|---------------------------|------------|------------|-----------|--------------------------|---------------------------|--------------|------------|------------|------------|-------------------|--|--|--------------------|--|--|--|--|----------|
| PODER/ÓRGÃO | Inscritos | | Pagos | Cancelados | Saldo (a) | Inscritos | | Liquidados | Pagos | Cancelados | Saldo (b) | Saldo Total (a+b) | | | | | | | | |
| | Em Exercícios Anteriores | Em 31 de Dezembro de 2014 | | | | Em Exercícios Anteriores | Em 31 de Dezembro de 2014 | | | | | | | | | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (0) | EXECUTIVO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | ADMINISTRAÇÃO DIRETA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS | 266.044,91 | 347.130,98 | 438.203,65 | 41.557,28 | 133.414,96 | 135.766,08 | 1.043.170,49 | 517.467,48 | 509.614,47 | 582.499,02 | 220.238,04 | | | | | | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS | 220.615,44 | 277.296,98 | 438.203,65 | 41.557,28 | 133.414,96 | 135.766,08 | 1.043.170,49 | 517.467,48 | 509.614,47 | 582.499,02 | 220.238,04 | | | | | | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS | 107,66 | 0,00 | 107,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS | 349,00 | 0,00 | 349,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.563,93 | 0,00 | 0,00 | 5.563,93 | 0,00 | | | | | | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS | 300,00 | 0,00 | 300,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.840,59 | 8.596,68 | 8.596,68 | 4.243,91 | 0,00 | | | | | | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.030,00 | 0,00 | 0,00 | 6.030,00 | 0,00 | | | | | | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS | 3.915,00 | 0,00 | 3.915,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | | | | |
| | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS | 25.903,20 | 0,00 | 1.613,20 | 0,00 | 24.290,00 | 17.885,27 | 10.183,96 | 10.183,96 | 10.183,96 | 7.701,31 | 0,00 | | | | | | | | |
| | SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PE | 0,00 | 3.241,90 | 2.107,90 | 0,00 | 1.134,00 | 0,00 | 51.125,10 | 14.660,87 | 10.842,44 | 36.464,23 | 4.952,43 | | | | | | | | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.873,00 | 12.873,00 | 12.873,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | | | | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 32.649,00 | 0,00 | 32.649,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | | | | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 0,00 | 27.593,77 | 27.593,77 | 0,00 | 0,00 | 7.316,35 | 7.316,35 | 0,00 | 0,00 | 7.316,35 | 0,00 | | | | | | | | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 3.414,85 | 0,00 | 1.145,35 | 0,00 | 2.269,50 | 0,00 | 5.305,21 | 5.305,21 | 5.305,21 | 0,00 | 2.269,50 | | | | | | | | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 0,00 | 1.008,66 | 1.008,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.305,21 | 5.305,21 | 5.305,21 | 0,00 | 0,00 | | | | | | | | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 2.421,28 | 0,00 | 890,18 | 0,00 | 1.531,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.531,10 | | | | | | | | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 403,22 | 0,00 | 403,22 | 0,00 | 0,00 | 1.096,65 | 1.096,65 | 0,00 | 0,00 | 1.096,65 | 0,00 | | | | | | | | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 0,00 | 4.560,80 | 4.560,80 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | | | | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 290,00 | 0,00 | 290,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | | | | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 0,00 | 852,10 | 852,10 | 0,00 | 0,00 | 19.013,22 | 19.013,22 | 3.406,46 | 3.406,46 | 15.606,76 | 0,00 | | | | | | | | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 6.068,10 | 0,00 | 285,60 | 0,00 | 5.782,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.782,50 | | | | | | | | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 0,00 | 2.038,20 | 2.038,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.527,52 | 678,65 | 678,65 | 1.848,87 | 0,00 | | | | | | | | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 903,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 903,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 903,50 | | | | | | | | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 47,25 | 47,25 | 47,25 | 47,25 | 0,00 | 0,00 | | | | | | | | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 543,55 | 0,00 | 543,55 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | | | | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 0,00 | 13.170,20 | 3.389,00 | 0,00 | 9.781,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.781,20 | | | | | | | | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 300,00 | 0,00 | 300,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | | | | |
| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 0,00 | 1.276,00 | 1.276,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | | | | | |
| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 323,85 | 0,00 | 323,85 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | | | | | |
| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 0,00 | 4.439,00 | 4.439,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | | | | | |
| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 1.966,19 | 0,00 | 1.966,19 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | | | | | |
| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 0,00 | 25,80 | 25,80 | 0,00 | 0,00 | 5.994,40 | 5.994,40 | 5,742,78 | 5,742,78 | 191,62 | 0,00 | | | | | | | | | |
| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 608,15 | 0,00 | 608,15 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | | | | | |
| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 0,00 | 2.352,00 | 0,00 | 0,00 | 2.352,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.352,00 | | | | | | | | | |
| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 605,52 | 0,00 | 605,52 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | | | | | |
| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 0,00 | 2.316,20 | 2.316,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | | | | | |
| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | | | | | |
| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 14.192,04 | 14.192,04 | 13.517,04 | 13.517,04 | 675,00 | 0,00 | | | | | | | | | |
| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | | | | | |
| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 0,00 | 26.083,86 | 26.083,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 34.249,92 | 14.116,49 | 14.039,42 | 20.133,43 | 77,07 | | | | | | | | | |
| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 1.232,50 | 0,00 | 1.232,50 | 0,00 | 1.232,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.232,50 | | | | | | | | | |
| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.037,45 | 10.037,45 | 10.037,45 | 10.037,45 | 0,00 | 0,00 | | | | | | | | | |
| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 2.559,00 | 0,00 | 2.559,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | | | | | |
| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 0,00 | 9.325,97 | 9.325,97 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 157.740,44 | 123.655,75 | 123.655,75 | 34.084,69 | 0,00 | | | | | | | | | |
| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 538,80 | 0,00 | 538,80 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | | | | | |
| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 0,00 | 2.637,60 | 2.637,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 26.802,45 | 26.802,45 | 0,00 | 0,00 | 26.802,45 | | | | | | | | | |

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

| RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | | | | | | | | RP NÃO PROCESSADOS | | | | RS 1,00 |
|--|--|---------------------------|--------------------------|------------|------------|------------|---------------------------|--------------|------------|--------------------|------------|------------|-------------------|-----------|
| PODER/ÓRGÃO | Inscritos | | | Pagos | Cancelados | Saldo (a) | Inscritos | | Liquidados | Pagos | Cancelados | Saldo (b) | Saldo Total (a+b) | |
| | Em Exercícios Anteriores | Em 31 de Dezembro de 2014 | Em Exercícios Anteriores | | | | Em 31 de Dezembro de 2014 | | | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) | EXECUTIVO | | | | | | | | | | | | | |
| | ADMINISTRAÇÃO DIRETA | | | | | | | | | | | | | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 266.044,91 | 347.130,98 | 438.203,65 | 41.557,28 | 133.414,96 | 135.766,08 | 1.043.170,49 | 517.467,48 | 509.614,47 | 582.469,02 | 86.823,06 | 220.238,04 | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 266.044,91 | 347.130,98 | 438.203,65 | 41.557,28 | 133.414,96 | 135.766,08 | 1.043.170,49 | 517.467,48 | 509.614,47 | 582.469,02 | 86.823,06 | 220.238,04 | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 220.615,44 | 277.296,84 | 362.740,17 | 41.555,48 | 93.615,63 | 48.075,01 | 870.759,66 | 401.878,58 | 395.070,57 | 517.956,09 | 6.808,01 | 100.423,64 | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 1.460,00 | 0,00 | 1.460,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 0,00 | 325,00 | 325,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 31.943,32 | 5.059,54 | 5.059,54 | 26.883,76 | 0,00 | 0,00 | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 1.022,50 | 0,00 | 800,00 | 0,00 | 222,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 222,50 | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.160,82 | 0,00 | 0,00 | 2.160,82 | 0,00 | 0,00 | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 1.322,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.322,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.322,50 | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 0,00 | 6.795,57 | 6.795,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 79,90 | 0,00 | 79,90 | 0,00 | 0,00 | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 432,60 | 0,00 | 432,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 0,00 | 593,68 | 593,68 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 532,50 | 0,00 | 532,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.248,70 | 7.248,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 3.252,87 | 0,00 | 3.252,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 0,00 | 5.103,20 | 5.103,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.380,32 | 0,00 | 0,00 | 10.380,32 | 0,00 | 0,00 |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 3.826,15 | 0,00 | 3.826,15 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E. | 0,00 | 2.850,00 | 2.850,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.703,60 | 8.703,50 | 8.703,50 | 0,10 | 0,00 | 0,00 |
| | SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 826,32 | 826,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO | 2.629,50 | 628,00 | 547,00 | 0,00 | 2.710,50 | 2.710,50 | 0,00 | 6.674,00 | 1.394,94 | 5.289,06 | 0,00 | 2.710,50 | 2.710,50 |
| | SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. | 0,00 | 14.012,08 | 5.996,72 | 0,00 | 8.025,36 | 8.025,36 | 0,00 | 367.371,81 | 123.500,76 | 120.845,92 | 243.871,05 | 2.654,84 | 10.680,20 |
| | SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO | 67.174,77 | 0,00 | 36.450,79 | 27.475,38 | 3.248,60 | 3.248,60 | 46.708,54 | 0,00 | 46.708,54 | 0,00 | 46.708,54 | 3.248,60 | 3.248,60 |
| | FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IMARUI | 455,00 | 650,00 | 0,00 | 0,00 | 1.106,00 | 1.106,00 | 0,00 | 5.241,36 | 5.192,04 | 5.192,04 | 49,32 | 1.106,00 | 1.106,00 |
| | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 5.896,12 | 6.433,66 | 5.329,66 | 0,00 | 7.002,12 | 7.002,12 | 0,00 | 15.123,56 | 3.551,24 | 11.572,32 | 445,00 | 7.447,12 | 7.447,12 |
| | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 0,00 | 480,20 | 480,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 1.250,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.250,00 | 1.250,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.250,00 | 1.250,00 |
| | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 0,00 | 552,33 | 552,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 170,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 170,00 | 170,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 170,00 | 170,00 |
| | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 0,00 | 720,29 | 720,29 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 44,50 | 0,00 | 25,00 | 0,00 | 19,50 | 19,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 19,50 | 19,50 |
| | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 0,00 | 2.377,65 | 2.377,65 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 295,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 295,00 | 295,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 295,00 | 295,00 |
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 0,00 | 66,17 | 66,17 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 3.143,12 | 0,00 | 305,00 | 0,00 | 2.838,12 | 2.838,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.838,12 | 2.838,12 | |
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 0,00 | 69,00 | 0,00 | 0,00 | 69,00 | 69,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 69,00 | 69,00 | |
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 495,50 | 0,00 | 110,00 | 0,00 | 385,50 | 385,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 385,50 | 385,50 | |
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 0,00 | 2.168,02 | 572,00 | 0,00 | 1.596,00 | 1.596,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.596,00 | 1.596,00 | |
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 500,00 | 0,00 | 121,00 | 0,00 | 379,00 | 379,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 379,00 | 379,00 | |
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 445,00 | 445,00 | 0,00 | 0,00 | 445,00 | 445,00 | |
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.672,90 | 2.100,58 | 2.100,58 | 11.572,32 | 0,00 | 0,00 | |
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.005,66 | 1.005,66 | 1.005,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMARUI | 39.531,35 | 63.401,48 | 70.133,82 | 1,80 | 32.797,21 | 32.797,21 | 86.691,07 | 157.287,27 | 112.037,66 | 111.437,66 | 52.970,61 | 79.570,07 | 112.367,28 | |
| FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 0,00 | 63.401,48 | 46.898,87 | 1,80 | 16.540,81 | 16.540,81 | 0,00 | 157.287,27 | 112.037,65 | 111.437,65 | 42.698,61 | 3.151,00 | 19.691,81 | |
| FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 39.531,35 | 0,00 | 23.274,95 | 0,00 | 16.256,40 | 16.256,40 | 86.691,07 | 0,00 | 112.037,65 | 111.437,65 | 10.272,00 | 76.419,07 | 92.675,47 | |

R\$ 1,00

RREO - Anexo 7 (URF, art. 53, inciso V)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015 BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

| PODER/ÓRGÃO | RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | | | RP NÃO PROCESSADOS | | | | | Saldo Total (ettb) |
|---|--|---------------------------------|-------------------|------------------|-------------------|-----------------------------|---------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-----------------------|
| | Inscritos | | Pagos | Cancelados | Saldo (a) | Inscritos | | Liquidados | Pagos | Cancelados | Saldo (b) |
| | Em Exercícios Anteriores | Em 31 de Dezembro de 2014 | | | | Em Exercícios Anteriores | Em 31 de Dezembro de 2014 | | | | |
| RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) | - 0,00 | - 0,00 | - 0,00 | - 0,00 | - 0,00 | - 0,00 | - 0,00 | - 0,00 | - 0,00 | - 0,00 | - 0,00 |
| TOTAL (III) = (I + II): | 266.044,91 | 347.130,98 | 438.203,65 | 41.557,28 | 133.414,96 | 135.766,08 | 1.043.170,49 | 517.467,48 | 509.614,47 | 582.469,02 | 220.238,04 |

FONTE:

RREO 6º BIMESTRE (ANEXO 8)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

| RECEITAS DO ENSINO | | | | |
|---|----------------------|-------------------------|----------------------|-------------------|
| RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição) | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | Até o Bimestre (b) | % (c) = (b/a)x100 |
| 1- RECEITAS DE IMPOSTOS | 2.263.630,00 | 2.263.630,00 | 695.690,58 | 30,73 |
| 1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU | 1.554.490,00 | 1.554.490,00 | 241.745,21 | 15,55 |
| 1.1.1- IPTU | 1.017.600,00 | 1.017.600,00 | 185.210,30 | 18,20 |
| 1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU | 530,00 | 530,00 | 1.544,12 | 291,34 |
| 1.1.3- Dívida Ativa do IPTU | 530.000,00 | 530.000,00 | 29.711,62 | 5,61 |
| 1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU | 6.360,00 | 6.360,00 | 25.279,17 | 397,47 |
| 1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI | 212.000,00 | 212.000,00 | 133.893,49 | 63,16 |
| 1.2.1- ITBI | 212.000,00 | 212.000,00 | 133.893,49 | 63,16 |
| 1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.2.3- Dívida Ativa do ITBI | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS | 286.942,00 | 286.942,00 | 226.310,49 | 78,87 |
| 1.3.1- ISS | 281.642,00 | 281.642,00 | 217.180,38 | 77,11 |
| 1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS | 1.590,00 | 1.590,00 | 1.675,61 | 105,38 |
| 1.3.3- Dívida Ativa do ISS | 2.650,00 | 2.650,00 | 4.687,78 | 176,90 |
| 1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS | 1.060,00 | 1.060,00 | 2.766,72 | 261,01 |
| 1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF | 210.198,00 | 210.198,00 | 93.741,39 | 44,60 |
| 1.4.1- IRRF | 210.198,00 | 210.198,00 | 93.741,39 | 44,60 |
| 1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.4.3- Dívida Ativa do IRRF | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III) | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5.1- ITR | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5.3- Dívida Ativa do ITR | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS | 11.860.340,00 | 11.860.340,00 | 12.211.311,17 | 102,96 |
| 2.1- Cota-Parte FPM | 7.950.000,00 | 7.950.000,00 | 8.315.667,35 | 104,60 |
| 2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b | 7.950.000,00 | 7.950.000,00 | 7.971.229,61 | 100,27 |
| 2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d | - | 0,00 | 344.437,74 | 0,00 |
| 2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.2- Cota-Parte ICMS | 3.180.000,00 | 3.180.000,00 | 3.155.744,91 | 99,24 |
| 2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996 | 14.840,00 | 14.840,00 | 13.288,28 | 89,41 |
| 2.4- Cota-Parte IPH-Exportação | 68.900,00 | 68.900,00 | 49.685,32 | 72,11 |
| 2.5- Cota-Parte ITR | 10.600,00 | 10.600,00 | 36.259,25 | 342,07 |
| 2.6- Cota-Parte IPVA | 636.000,00 | 636.000,00 | 640.686,06 | 100,74 |
| 2.7- Cota-Parte IOF-Quero | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2) | 14.123.970,00 | 14.123.970,00 | 12.907.001,75 | 91,38 |
| RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | Até o Bimestre (b) | % (c) = (b/a)x100 |
| 4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE | 836.191,60 | 836.191,60 | 918.431,98 | 109,84 |
| 5.1- Transferências do Salário-Educação | 434.600,00 | 434.600,00 | 612.260,16 | 140,88 |
| 5.2- Transferências Diretas - PDDE | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 5.3- Transferências Diretas - PNAE | 119.631,60 | 119.631,60 | 226.018,00 | 188,93 |
| 5.4- Transferências Diretas - PNATE | 69.960,00 | 69.960,00 | 79.253,62 | 113,28 |
| 5.5- Outras Transferências do FNDE | 212.000,00 | 212.000,00 | 900,00 | 0,42 |
| 5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS | 424,00 | 424,00 | 678.000,00 | 159.905,66 |
| 6.1- Transferências de Convênios | 424,00 | 424,00 | 678.000,00 | 159.905,66 |
| 6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | 39.750,00 | 39.750,00 | 104.026,08 | 261,70 |
| 9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8) | 876.365,60 | 876.365,60 | 1.700.458,06 | 194,04 |
| FUNDEB | | | | |
| RECEITAS DO FUNDEB | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | Até o Bimestre (b) | % (c) = (b/a)x100 |
| 10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB | 2.305.288,00 | 2.305.288,00 | 2.373.372,18 | 102,95 |
| 10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1) | 1.568.800,00 | 1.568.800,00 | 1.594.245,63 | 101,62 |
| 10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2) | 610.560,00 | 610.560,00 | 631.147,97 | 103,37 |
| 10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3) | 2.968,00 | 2.968,00 | 2.653,59 | 89,41 |
| 10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4) | 10.600,00 | 10.600,00 | 9.937,08 | 93,75 |
| 10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5)) | 2.120,00 | 2.120,00 | 7.251,71 | 342,06 |
| 10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6) | 110.240,00 | 110.240,00 | 128.136,20 | 116,23 |
| 11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB | 4.208.200,00 | 4.208.200,00 | 5.699.897,21 | 135,45 |
| 11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB | 4.197.600,00 | 4.197.600,00 | 5.652.760,49 | 134,67 |
| 11.2- Complementação da União ao FUNDEB | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB | 10.600,00 | 10.600,00 | 47.136,72 | 444,69 |
| 12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10) | 1.892.312,00 | 1.892.312,00 | 3.279.388,31 | 173,30 |
| ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB | | | | |

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

| DESPESAS DO FUNDEB | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i) |
|--|------------------|------------------------|-------------------------|-----------------|---------------------|-------------------|---|
| | | | Até o Bimestre (e) | % (f)=(e/d)x100 | Até o Bimestre (g) | % (h)=(g/d) x 100 | |
| 13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO | 3.349.600,00 | 4.134.751,03 | 4.128.764,05 | 99,86 | 4.128.764,05 | 99,86 | 0,00 |
| 13.1- Com Educação Infantil | 1.079.080,00 | 1.334.080,00 | 1.328.093,02 | 99,55 | 1.328.093,02 | 99,55 | 0,00 |
| 13.2- Com Ensino Fundamental | 2.270.520,00 | 2.800.671,03 | 2.800.671,03 | 100,00 | 2.800.671,03 | 100,00 | 0,00 |
| 14- OUTRAS DESPESAS | 848.000,00 | 1.564.627,22 | 1.534.475,93 | 98,07 | 1.534.475,93 | 98,07 | 0,00 |
| 14.1- Com Educação Infantil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 14.2- Com Ensino Fundamental | 848.000,00 | 1.564.627,22 | 1.534.475,93 | 98,07 | 1.534.475,93 | 98,07 | 0,00 |
| 15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14) | 4.197.600,00 | 5.699.378,25 | 5.663.239,98 | 99,37 | 5.663.239,98 | 99,37 | 0,00 |
| DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB | | | | | | | VALOR |
| 16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB | | | | | | | - |
| 16.1 - FUNDEB 60% | | | | | | | - |
| 16.2 - FUNDEB 40% | | | | | | | - |
| 17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB | | | | | | | 0,00 |
| 17.1 - FUNDEB 60% | | | | | | | 0,00 |
| 17.2 - FUNDEB 40% | | | | | | | 0,00 |
| 18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17) | | | | | | | 0,00 |
| INDICADORES DO FUNDEB | | | | | | | |
| 19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) | | | | | | | 5.663.239,98 |
| 19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) % | | | | | | | 72,44 |
| 19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) % | | | | | | | 26,92 |
| 19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) % | | | | | | | 0,64 |
| CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE | | | | | | | VALOR |
| 20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS | | | | | | | 135.267,93 |
| 21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ² | | | | | | | 0,00 |
| MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB | | | | | | | |
| RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE | PREVISÃO INICIAL | | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | | RECEITAS REALIZADAS | | |
| | | | | | Até o Bimestre (b) | % (c)=(b/a)x100 | |
| 22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ² | 3.530.992,50 | | 3.530.992,50 | | 3.226.750,44 | 91,38 | |
| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE | DOTAÇÃO INICIAL | | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i) |
| | | | | | | | |
| 23- EDUCAÇÃO INFANTIL | 1.400.260,00 | 1.418.555,61 | 1.399.024,30 | 98,62 | 1.391.489,80 | 98,09 | 7.534,50 |
| 23.1- Creche | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23.2- Pré-escola | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 24- ENSINO FUNDAMENTAL | 4.120.220,00 | 5.353.003,26 | 5.194.066,02 | 97,03 | 5.170.748,72 | 96,60 | 23.317,30 |
| 24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB | 3.118.520,00 | 4.365.298,25 | 4.335.146,96 | 99,31 | 4.335.146,96 | 99,31 | 0,00 |
| 24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos | 1.001.700,00 | 987.705,01 | 858.919,06 | 86,96 | 835.601,76 | 84,60 | 23.317,30 |
| 25- ENSINO MÉDIO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 26- ENSINO SUPERIOR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 28- OUTRAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28) | 5.520.480,00 | 6.771.558,87 | 6.593.090,32 | 97,36 | 6.562.238,52 | 96,91 | 30.851,80 |
| DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL | | | | | | | VALOR |
| 30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12) | | | | | | | 3.279.388,31 |
| 31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO | | | | | | | 0,00 |
| 32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h) | | | | | | | 47.136,72 |
| 33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB | | | | | | | - |
| 34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS | | | | | | | 0,00 |
| 35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴ | | | | | | | - |
| 36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j) | | | | | | | - |
| 37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36) | | | | | | | 3.326.525,03 |
| 38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 + 24) – (37) | | | | | | | 3.266.565,29 |
| 39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) % | | | | | | | 25,31 |
| OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE | | | | | | | |
| OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i) |
| | | | Até o Bimestre (e) | % (f)=(e/d)x100 | Até o Bimestre (g) | % (h)=(g/d) x 100 | |
| 40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO | 434.600,00 | 556.173,69 | 458.311,27 | 82,40 | 458.311,27 | 82,40 | 0,00 |
| 42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO | 714.758,00 | 1.620.522,51 | 1.207.847,48 | 74,53 | 1.043.578,59 | 64,40 | 164.268,89 |
| 44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43) | 1.149.358,00 | 2.176.696,20 | 1.666.158,75 | 76,55 | 1.501.889,86 | 69,00 | 164.268,89 |
| 45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44) | 6.669.838,00 | 8.948.255,07 | 8.259.249,07 | 92,30 | 8.064.128,38 | 90,12 | 195.120,69 |

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

| RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO | SALDO ATÉ O BIMESTRE | CANCELADO EM 2015 (i) | |
|---|----------------------|--------------------------|--------|
| 46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE | 0,00 | 0,00 | |
| 46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino | 0,00 | 0,00 | |
| 46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB | 0,00 | 0,00 | |
| FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS | | VALOR | |
| | | FUNDEB (i) | FUNDEF |
| 47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 | | 0,00 | 0,00 |
| 48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE | | 5.652.760,49 | 0,00 |
| 49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE | | 0,00 | 0,00 |
| 49.1 Orçamento do Exercício | | 0,00 | 0,00 |
| 49.2 Restos a Pagar | | 0,00 | 0,00 |
| 50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE | | 47.136,72 | 0,00 |
| 51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL | | 5.699.897,21 | 0,00 |

IMARUI , 18/03/2016

FONTE:

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³Caput do art. 212 da CF/1988⁴Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

RREO 6º BIMESTRE (ANEXO 9)

Município de IMARUI - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

| RECEITAS | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS (b) | | | SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b) |
|--|-------------------------------|-------------------------------|------------------------|--|---|
| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I) | 2.000.530,00 | 0,00 | | | 2.000.530,00 |
| DESPESAS | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS (e) | DESPESAS LIQUIDADAS | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e) |
| DESPESAS DE CAPITAL | 9.344.605,99 | 3.111.720,72 | 2.654.586,47 | 457.134,25 | 6.232.885,27 |
| (-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeir: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Incentivos Fiscais a Contribuintes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II): | 9.344.605,99 | 3.111.720,72 | 2.654.586,47 | 457.134,25 | 6.232.885,27 |
| RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II) | -7.344.075,99 | -3.111.720,72 | - | - | -4.232.355,27 |

FONTE:

Notas:

* Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

RREO 6º BIMESTRE (ANEXO 10)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

| EXERCÍCIO | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c) |
|-----------|------------------------------------|------------------------------------|--|--|
| 2014 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2015 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2016 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2017 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2018 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2019 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2020 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2021 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2022 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2023 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2024 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2025 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2026 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2027 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2028 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2029 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2030 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2031 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2032 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2033 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2034 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2035 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2036 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2037 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2038 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2039 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2040 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2041 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2042 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2043 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2044 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2045 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2046 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2047 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2048 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2049 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2050 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2051 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2052 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2053 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2054 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2055 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2056 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2057 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2058 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2059 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2060 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2061 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2062 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2063 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2064 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2065 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2066 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2067 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2068 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2069 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2070 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2071 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2072 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

| EXERCÍCIO | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c) |
|-----------|------------------------------------|------------------------------------|--|--|
| 2073 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2074 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2075 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2076 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2077 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2078 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2079 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2080 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2081 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2082 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2083 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2084 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2085 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2086 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2087 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2088 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2015 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 042, DE 17 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 042, DE 17 DE MARÇO DE 2016.

Cria a Comissão Especial de Licitação e nomeia seus membros titulares e suplentes junto à Administração Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, Prefeito Municipal de Imbituba, no uso de suas atribuições e considerando a faculdade que lhe atribui o art. 51 da Lei Federal n.º 8.666/93, com as alterações subsequentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão Especial de Licitação, com a exclusiva finalidade de dirigir e julgar o Processo 32/2016 – Concorrência nº 01/2016, destinada a selecionar a melhor proposta para a Contratação de Empresa especializada em serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Art. 2º Ficam nomeados como membros titulares da Comissão Especial de Licitação, a que se refere o artigo anterior, os servidores: Ana Maria Espindola e os Senhores, Dilson Petrassem Júnior, Eduardo dos Passos Nunes, Alexandro Tolentino Pamato e Luciene Martins.

Parágrafo único. A Presidência e a Secretaria da Comissão Especial de Licitação, criada por este Decreto, serão exercidas, respectivamente, pelo Senhor Dilson Petrassem Júnior e a Sra. Ana Maria Espindola.

Art.3º Os membros exercerão suas atribuições até a conclusão dos trabalhos pertinentes à Concorrência nº 01/2016.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de março de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

EDITAL SEAGP Nº 037/2016

EDITAL SEAGP Nº 037/2016

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

Nº 01/2015.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Público nº 01/2015, divulgado através do Edital nº 01/2015, de 30 de novembro de 2015, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2015, de 08 de Março de 2016, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Público nº 01/2015, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 23 de Março a 22 de Abril de 2016, no horário das 08h às 13h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 22 de março de 2016.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 037/2016

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Médico - ESF

Victor Henrique Moretti

EDITAL SEAGP Nº 038/2016

EDITAL SEAGP Nº 038/2016

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

Nº 01/2015.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Público nº 01/2015, divulgado através do Edital nº 01/2015, de 30 de novembro de 2015, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2015, de 08 de Março de 2016, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Público nº 01/2015, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 23 de Março a 22 de Abril de 2016, no horário das 08h às 13h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 22 de março de 2016.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 038/2016

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Atendente Consultório Odontológico

Denise dos Santos Borges

Helena Marques

EDITAL SEAGP Nº 039/2016

EDITAL SEAGP Nº 039/2016

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2014, divulgado através do Edital nº 001/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2014, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 23 de Março a 22 de Abril de 2016, no horário das 8:00h às 13:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 22 de março de 2016.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 039/2016

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitário de Saúde- área 16

Luciane Gonçalves Marques

EDITAL SEAGP Nº 040/2016

EDITAL SEAGP Nº 040/2016

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2016, divulgado através do Edital nº 01/2016, de 07 de Janeiro de 2016, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016, de 26 de Janeiro de 2016, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2016, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 23 de Março a 22 de Abril de 2016, no horário das 08:00h às 13:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 22 de março de 2016.
Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 040/2016
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitário de Saúde – Área 04
Maria Claudia Martins

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO CESSÃO SERVIDOR 036-2015

| | |
|--|--|
| MUNICÍPIO DE IMBITUBA | |
| EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO CESSÃO SERVIDOR Termo do Convênio nº 036/2015. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da Fazenda e a ASSOCIAÇÃO AMIGOS DOS AUTISTAS DE IMBITUBA FUNDAMENTO: 4.649, de 15 de dezembro de 2015. OBJETO: O objeto do presente Convênio consiste na cessão pelo MUNICÍPIO, de um servidor municipal para prestar serviço junto ao CESSIONÁRIO, sem ônus, que será designados exclusivamente para atender, ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DOS AUTISTAS DE IMBITUBA ,somente naquele que ingressar na Prefeitura mediante concurso público ou processo seletivo, não importando se do regime estatutário ou celetista. VIGÊNCIA: indeterminado iniciando a partir de sua assinatura .SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e a Sra Rita Hipólito, Presidente. | |
| | |
| | |

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 038/2015-AMAI

| | |
|--|--|
| MUNICÍPIO DE IMBITUBA | |
| EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Termo do Convênio nº 038/2015. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da Fazenda e a ASSOCIAÇÃO AMIGOS DOS AUTISTAS DE IMBITUBA FUNDAMENTO: 4.646, de 15 de dezembro de 2015. OBJETO: O objeto do presente Convênio destina-se em custear o pagamento das despesas de manutenção das atividades da instituição. VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 10.000,00(dez mil reais)CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO A despesa ocorrerá por conta da Dotação vigente, vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal da Fazenda VIGÊNCIA: 31/12/2015.SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e a Sra Rita Hipólito, Presidente. | |
| | |
| | |

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/115 - A/03

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2015/115 - A/03

Contratada: EMPRESA J.L CONSTRUTORA LTDA ME.

CNPJ: 12.587.530/0001-67

Objeto: É OBJETO DESTE TERMO ADITIVO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO PARA ATÉ 04 DE JULHO DE 2016.

Prazo: 04/07/2016.

Fundamento: Processo nº 54/2015. Tomada de preços: 02/2015.

Imbituba, 16 de Março de 2016.

Elísio Sgrott

Secretário Interino Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - SEAPI

Contratante

J.L CONSTRUTORA LTDA ME

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2014/258 – A/03

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/258 – A/03

Contratada: ITAPIRUBA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ: 08.397.388/0001-18

OBJETO: É OBJETO DESTE TERMO ADITIVO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO ATÉ 30 DE JUNHO DE 2016

Prazo: 30/06/2016

Fundamento: Processo nº 166-2014. Tomada de preço 04/-2014.

Imbituba, 16 de Março de 2016.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Itapirubá Comercio de Materiais de Construção Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2015/72 – A/03

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/258 – A/03

Contratada: ITAPIRUBA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ: 08.397.388/0001-18

OBJETO: É OBJETO DESTE TERMO ADITIVO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO ATÉ 30 DE JUNHO DE 2016

Fundamento: Processo nº 166-2014. Tomada de preço 04/-2014.

Imbituba, 16 de Março de 2016.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Itapiruba Comercio de Materiais de Construção Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEAST 07/2016 – A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEAST 07/2016 – A/00

Contratada: HARLEY DE AGUIAR JUNIOR ME

CNPJ: 06.635.187/0001-86

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA O CRAS

Prazo: 31/12/2016. Valor: R\$ 14.400,00

Fundamento: Processo nº 45/2015. Pregão: 38/2015.

Imbituba, 14 de Março de 2016.

Celia David Da Silva

Secretária Municipal da Seast

Contratante

Harley de Aguiar Junior ME

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEINFRA/ SEDUC. 2015/03 – A/02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEINFRA/ SEDUC. 2015/03 – A/02

Contratada: GERH SERVIÇOS EMPRESARIAS LTD A-EPP

CNPJ: 04.821.033/0001-53

Objeto: É OBJETO DESTE TERMO ADITIVO E O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO DE 16.863,31% (DEZESSEIS INTEIROS E OITENTA E SEIS MIL E TREZENTOS E TRINTA E UM CENTÉSIMO DE MILÉSIMOS PERCENTUAIS), SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL E A ATUALIZAÇÃO DA DIFERENÇA DE CUSTO CORRIGIDO MONE-TARIAMENTE CONFORME SUMULA 43 DO SUPERIOR TRIBUNAL DA JUSTIÇA- STJ

Prazo 31/12/2016 Valor: R\$ 482.820,41

Fundamento: Processo nº 05/2014. Pregão 05/2014

Imbituba, 16 de março de 2016.

Elísio Sgrott

Secretário Interno Municipal de Agricultura , Pesca e Infraestrutu-ra- SEAPI

Contratante

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal da SEDUC

Contratante

Empresa, Gerh Serviços Empresariais Ltd A-Epp

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEMUSA 2016/06 – A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 2016/06 – A/00

Contratada: JULIANA PEREIRA SOARES

CPF: 048.322.819-25

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL PARA INSTALAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE GUAIUBA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA.

Prazo: 31/12/2016. Valor: R\$ 1.350,00 (mensal).

Fundamento: Processo nº 11/2016. Dispensa: 02/2016 DL.

Imbituba, 08 de Março de 2016.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

Locatária

Juliana Pereira Soares

Representante Legal

Locador

PORTARIA PMI/GGP Nº 148/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 148, de 21 de março de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Médico Auditor, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015; e

Considerando a necessária instalação/funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais e, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, o abaixo relacionado, em caráter emergencial, para exercer o cargo/emprego público de Médico Auditor, com carga horária de 20 horas semanais, e a remuneração consignada na legislação pertinente.

| Nome | CPF | Admissão |
|------------------------|----------------|------------|
| Leonardo Luiz da Silva | 023.175.879-02 | 21/03/2016 |

Art. 2º O período de contratação será por tempo determinado, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a chamada de candidato aprovado em certame público.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de março de 2016.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/GGP Nº 149/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 149, de 22 de março de 2016.

Dispõe sobre a concessão do Adicional Sexta-Parte (ASP) e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e com base no Decreto PMI nº 314, de 12 de dezembro de 2014, considerando ainda a Resolução SEAGP/GGP nº 001, de 01 de junho de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 3.848, de 11 de abril de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor, Sr. ALÉCIO ROCHA, brasileiro, Assistente Operacional, inscrito no CPF sob o n.º 341.875.029-04, matrícula n.º 22, o Adicional Sexta-Parte (ASP), correspondente a sexta-parte da sua remuneração, pelo cumprimento dos 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de março de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Jair Figueiredo Alves
Superintendente de Gestão e Inovação da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 150/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 150, de 22 de março de 2016.

Dispõe sobre a concessão do Adicional Sexta-Parte (ASP) e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e com base no Decreto PMI nº 314, de 12 de dezembro de 2014, considerando ainda a Resolução SEAGP/GGP nº 001, de 01 de junho de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 3.946, de 12 de abril de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. MARILETE QUERINO, brasileira, Servente Merendeira, inscrita no CPF sob o n.º 741.381.899-04, matrícula n.º 369, o Adicional Sexta-Parte (ASP), correspondente a sexta-parte da sua remuneração, pelo cumprimento dos 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de março de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Jair Figueiredo Alves
Superintendente de Gestão e Inovação da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 151/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 151, de 22 de março de 2016.

Dispõe sobre a concessão do Adicional Sexta-Parte (ASP) e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e com base no Decreto PMI nº 314, de 12 de dezembro de 2014, considerando ainda a Resolução SEAGP/GGP nº 001, de 01 de junho de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 3.972, de 12 de abril de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. ELIANE APARECIDA MOREIRA SILVÉRIO, brasileira, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 578.457.789-15, matrícula n.º 131, o Adicional Sexta-Parte (ASP), correspondente a sexta-parte da sua remuneração, pelo cumprimento dos 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de março de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Jair Figueiredo Alves
Superintendente de Gestão e Inovação da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública

CÂMARA MUNICIPAL

ERRATA - ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 010**ERRATA**

Em razão de erro ocorrido na digitação do Ato da Presidência nº 010, de 10 de março de 2016, publicado no dia 16 de março de 2016, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Edição nº 1954, Página 314, encaminha-se a presente ERRATA, retificando e dando ciência dos dias corretos em que não haverá expediente na Câmara de Vereadores de Imbituba, em virtude das festividades da Semana Santa, como constou.

Onde se lê "24 de abril", leia-se "24 de março"; e
Onde se lê "25 de abril", leia-se "25 de março".

Imbituba, 17 de março de 2016.

Guilherme Santos Souza
Presidente da Câmara de Vereadores de Imbituba

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 17/03/2016.

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 039/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 039/2016

CONTRATADA: LEGO FEIRAS LTDA - ME.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente a locação de estruturas modulares, lonas para eventos, sistemas de iluminação e sonorização e disponibilização de equipamento gerador de energia, incluindo a montagem e desmontagem, instalações, transporte, acompanhamento e operação por equipe, técnica de sonorização e iluminação.

VALOR: R\$ 23.067,00

PRAZO: 15 de março de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 15/03/2016.

DECRETO Nº 1790/16

. DECRETO Nº 1790/16

. De 22 de março de 2016

Cancelamento de restos a pagar

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito no Exercício do cargo de Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Município, não realizadas e/ou não pagas, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

| ENTIDADE | Nº EMPENHO | ESPÉCIE | CREDOR | VALOR EMPENHADO | VALOR A CANCELAR | MOTIVO |
|----------------------|------------|-----------|-----------------------------------|-----------------|------------------|--|
| MUNICÍPIO DE INDAIAL | 5567/2015 | ORDINÁRIO | FORROTEC FORROS E DIVISÓRIAS LTDA | R\$ 3.285,00 | R\$ 3.285,00 | EMPENHADO EM DOTAÇÃO INDEVIDA (ELEMENTO DE DESPESA DE MATERIAL <input type="checkbox"/> SENDO O CORRETO DE SERVIÇO), ORA SENDO REEMPENHADO NA DOTAÇÃO CORRETA. |

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através da sua re-inscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 22 de março de 2016.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONVÊNIO Nº 006/2015

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONVÊNIO Nº 006/2015

Pelo presente Termo Aditivo de Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e a, APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 82.772.294/0001-34, com sede na Rua Rio

de Janeiro, nº 443, Bairro do Sol, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Sra. Mari Silva Goulart, brasileira, inscrita no CPF sob nº 158.453.378/10 e Cédula de Identidade nº 3.612.622, residente e domiciliada na Avenida Brasil, 200, bairro Rio Morto, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente Conveniada, com fundamento na Lei Municipal nº 4.919, de 17 de dezembro de 2013 e Lei Municipal nº 5.099, de 16 de dezembro de 2014, firmam o presente Termo Aditivo de Convênio de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula segunda, item 2.1., do convênio original, tem por objeto o repasse de R\$80.000,00 (oitenta mil) a Conveniada, destinado a atender a manutenção parcial da entidade, durante o exercício do ano de 2015, conforme Lei nº 5.099/2014, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1. O prazo do presente Termo de Convênio é de 16 de março de 2016 até 16 de agosto 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de Convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 15 de março de 2016.

| | |
|--|---|
| MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Conveniente | ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INDAIAL Mari Silva Goulart Conveniada |
| SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Márcio Antonio Ferrari Secretário Municipal | PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC 6.699 |
| | |
| | |

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONVÊNIO Nº 001/2015

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONVÊNIO Nº 001/2015

Pelo presente Termo Aditivo de Convênio que entre si celebram MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Conveniente, e a associação, ENTRE CÃES E GATOS ASSOCIAÇÃO PROTETORA DE ANIMAIS CÃES E GATOS, inscrita no CNPJ sob nº 10.248.459/0001-62, estabelecida na Rua Porto Velho – Beco, nº 282, apto 06, bairro Tapajós, CEP 89.130-000, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representada por sua presidente Sra. Márcia Rejane Montebeller, brasileira, inscrita no CPF sob nº 973.700.459/00 e Cédula de Identidade nº 3367325 SSP/SC, residente e domiciliado nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente Conveniada, com fundamento na Lei Municipal nº 5.109, de 17 de dezembro de 2014, firmam o presente Termo Aditivo de Convênio de acordo com as seguintes cláusulas e condições :

CLÁUSULA PRIMEIRA :

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e solicitação em anexo, a cláusula segunda, item 2.1., do convênio original, que tem como objeto o custeio de despesas de manutenção à Conveniada, conforme Lei Municipal nº 5.109/2014, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1. O prazo do presente Termo de Convênio é de 15 de março de 2016 até 15 de agosto 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do convênio original, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e conveniados as partes assinam o presente Termo Aditivo de Convênio em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Indaial (SC), 15 de março de 2016.

| | |
|--|--|
| MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Conveniente | ENTRE CÃES E GATOS ASSOCIAÇÃO PROTETORA DE ANIMAIS CÃES E GATOS Márcia Rejane Montebeller Conveniada |
| SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Paulo Roberto Ledra Secretário Interino | PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC 6.699 |
| | |
| | |

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONVÊNIO Nº 003/2015

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONVÊNIO Nº 003/2015

Pelo presente Termo Aditivo de Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito Municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Conveniente, e a, APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 82.772.294/0001-34, com sede na Rua Rio de Janeiro, nº 443, Bairro do Sol, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Sra. Mari Silva Goulart, brasileira, inscrita no CPF sob nº 158.453.378/10 e Cédula de Identidade nº 3.612.622, residente e domiciliada na Avenida Brasil, 200, bairro Rio Morto, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente Conveniada, com fundamento na Lei Municipal nº 4.919, de 17 de dezembro de 2013 e Lei Municipal nº 5.098, de 16 de dezembro de 2014, firmam o presente Termo Aditivo de Convênio de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações a cláusula segunda, item 2.1., do convênio original, que tem como objeto o repasse mensal destinado a atender a manutenção parcial da entidade, durante o exercício do ano de 2015, conforme Lei nº 5.098/2014, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1. O prazo do presente Termo de Convênio é de 16 de março de 2016 até 16 de agosto 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do convênio original, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e conveniados as partes assinam o presente Termo Aditivo de Convênio em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na

presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.
Indaial (SC), 15 de março d 2016.

| | |
|--|---|
| MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir do Santos Conveniente | ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INDAIAL Mari Silva Goulart Conveniada |
| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanne Huebes Nicolletti Secretária Municipal | PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC 13.215 |
| | |
| | |

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 009 AO CONTRATO Nº 188/2014

TERMO ADITIVO Nº 009 AO CONTRATO Nº 188/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução de terraplenagem e drenagem de águas pluviais para a infraestrutura de pavimentação da Rua Dr. Heinz Wamser, com extensão de 931,00 metros, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo de execução das obras é de 13 de março de 2016 até 10 de julho de 2016, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 12 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL
Sérgio Almir dos Santos
Contratante

ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA
Denilson Hoepers
Contratada

SECRETARIA DE OBRAS
Carlos Henrique Nagel
Secretário Municipal

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Miguel Ângelo Soar
OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2016**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.6/2016****Processo Licitatório Nº 16/00000022****Pregão Nº 12/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.6/2016**

Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e dezesseis, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDIAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Sérgio Almir dos Santos**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 16/00000022 - Pregão Nº 12/2016, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- 1.1 BLITZ TRANSPORTES E COMERCIO A GRANEL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.429.469/0001-15, estabelecida à RUA ADELINO PEREIRA, nº 47 – Bairro VELHA, no município de Blumenau – Santa Catarina.
- 1.2 IVONEI DE SIQUEIRA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.206.731/0001-00, estabelecida à RUA MARANHÃO, nº 153 – Bairro DOS ESTADOS, no município de Indaial – Santa Catarina.
- 1.3 TERRAPLENAGEM ÁGUA VERDE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.483.817/0001-32, estabelecida à RUA GENERAL OSORIO, nº 2600 – Bairro VELHA, no município de Blumenau – Santa Catarina.

2. DO OBJETO:

- 2.1. LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E CAMINHÕES.
- 2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

3. VALORES REGISTRADOS:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.6/2016

3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1.

| 543039 - BLITZ TRANSPORTES E COMERCIO A GRANEL LTDA ME | | | | | | |
|--|--|---------|-------|-------|-------------------|---------------|
| Lote: - | | | | | | |
| Item | Produto | Unidade | Marca | Qtde | Valor Unit. | Valor Total |
| 1 | CAMINHÃO TIPO TOCO, COM CAÇAMBA BASCULANTE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 5M³ DE CARGA, TRAÇÃO 4X2, ANO DE MODELO SUPERIOR A 2005, COM MOTORISTA. DISPONIBILIDADE MÍNIMA DE 05 (CINCO) EQUIPAMENTOS. | HORA | | 2.500 | R\$49,50 | R\$123.750,00 |
| 2 | CAMINHÃO TIPO TRUCK, COM CAÇAMBA BASCULANTE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12M³ DE CARGA, TRAÇÃO 6X4, ANO DE MODELO SUPERIOR A 2005, COM MOTORISTA. DISPONIBILIDADE MÍNIMA DE 05 (CINCO) EQUIPAMENTOS. | HORA | | 2.500 | R\$69,80 | R\$174.500,00 |
| 7 | ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM CAPACIDADE OPERACIONAL MÍNIMA DE 14.000KG, COM ROMPEDOR HIDRÁULICO, ANO E MODELO SUPERIOR A 2003, COM OPERADOR. | HORA | | 1.500 | R\$113,90 | R\$170.850,00 |
| 10 | MINI ESCAVADEIRA, MECANIZADA COM CAPACIDADE OPERACIONAL DE 3.500 KG, COM CABINE REMOVÍVEL, ESTEIRA DE BORRACHA, COM OPERADOR. | HORA | | 1.500 | R\$64,99 | R\$97.485,00 |
| | | | | | Total Lote: | R\$566.585,00 |
| | | | | | Total Fornecedor: | R\$566.585,00 |
| 654116 - IVONEI DE SIQUEIRA - ME | | | | | | |
| Lote: - | | | | | | |
| Item | Produto | Unidade | Marca | Qtde | Valor Unit. | Valor Total |
| 3 | CAMINHÃO PIPA PARA IRRIGAÇÃO DE RUAS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10.000 LITROS, ANO E MODELO SUPERIOR A 2005, COM MOTORISTA. | HORA | | 2.000 | R\$50,97 | R\$101.940,00 |
| | | | | | Total Lote: | R\$101.940,00 |
| | | | | | Total Fornecedor: | R\$101.940,00 |
| 708690 - TERRAPLENAGEM ÁGUA VERDE LTDA | | | | | | |
| Lote: - | | | | | | |
| Item | Produto | Unidade | Marca | Qtde | Valor Unit. | Valor Total |
| 4 | CAMINHÃO PIPA PARA IRRIGAÇÃO DE RUAS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15.000 LITROS, ANO E MODELO SUPERIOR A 2005, COM MOTORISTA. | HORA | | 1.000 | R\$69,20 | R\$69.200,00 |
| 5 | RETROESCAVADEIRA 4X4, ANO E MODELO SUPERIOR A 2003, COM CONCHA PARA LIMPEZA DE VALA, COM OPERADOR. | HORA | | 1.000 | R\$74,40 | R\$74.400,00 |

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.6/2016

| | | | | | | |
|--------------------|--|------|--|-------|-----------|-----------------|
| | DISPONIBILIDADE DE NO MÍNIMO 05 (CINCO) EQUIPAMENTOS. | | | | | |
| 6 | TRATOR DE ESTEIRA COM CAPACIDADE OPERACIONAL BRUTA MÍNIMA DE 15.000 A 18.000KG, COM OPERADOR. DISPONIBILIDADE DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) EQUIPAMENTOS. | HORA | | 500 | R\$124,80 | R\$62.400,00 |
| 8 | ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM CAPACIDADE OPERACIONAL MÍNIMA DE 24.000KG E MÁXIMO 27.000KG, COM ROMPEDOR HIDRÁULICO, ANO E MODELO SUPERIOR A 2003, COM OPERADOR. | HORA | | 1.000 | R\$178,00 | R\$178.000,00 |
| 9 | ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM CAPACIDADE OPERACIONAL MÍNIMA DE 25.000KG, COM ROMPEDOR HIDRÁULICO, ANO E MODELO SUPERIOR A 2003, COM OPERADOR. | HORA | | 1.500 | R\$169,00 | R\$253.500,00 |
| Total Lote: | | | | | | R\$637.500,00 |
| Total Fornecedor: | | | | | | R\$637.500,00 |
| Total Homologação: | | | | | | R\$1.306.025,00 |

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. REAJUSTE DE PREÇOS:

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.6/2016**

5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.

5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.

5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

6. FISCALIZAÇÃO:

6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.

6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

7. PRAZO DE VALIDADE:

7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.

8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;

8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;

8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;

8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.6/2016**

- 8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
- 8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.8. 8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 22/2016 - Edital de Pregão nº 12/2016.

9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

10. SANÇÕES:

- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
- 10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:
- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
 - b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
 - c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
 - d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
 - e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
 - f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.6/2016**

- g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.

10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".

10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
- b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

11. RESCISÃO DA ATA:

11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.6/2016**

12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

13. FORO:

13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- j) Decreto Municipal no 654/2014.

15. AS PARTES:

15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 18 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL
Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.6/2016**

**BLITZ TRANSPORTES E COMERCIO A GRANEL
LTDA ME**

MARCIO DIETHER BUBLITZ
Representante

IVONEI DE SIQUEIRA - ME

IVONEI DE SIQUEIRA
Representante

TERRAPLENAGEM ÁGUA VERDE LTDA

ANTONIO DORIVAL RONCAGLIO
Representante

Testemunhas:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2016**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.7/2016****Processo Licitatório Nº 16/00000020****Pregão Nº 10/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.7/2016**

Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e dezesseis, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Sérgio Almir dos Santos**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 16/00000020 - Pregão Nº 10/2016, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- 1.1 RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 92.821.701/0002-90, estabelecida à RODOVIA JOSE CARLOS DAUX SC-401, nº 4190 – Bairro SACO GRANDE, no município de Florianópolis – Santa Catarina.
- 1.2 RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A - BLU, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 92.821.701/0046-01, estabelecida à RUA BAHIA, nº 2291 – Bairro SALTO, no município de Blumenau – Santa Catarina.

2. DO OBJETO:

- 2.1. Registro de preços para a contratação de serviço de divulgação, em jornais de ampla circulação diária regional e estadual e nacional, de avisos, editais e decisões relativas a licitação, contratos e processos seletivos.
- 2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

3. VALORES REGISTRADOS:

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.7/2016

3.1.1.

1279 - RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A.**Lote: -**

| Item | Produto | Unidade | Marca | Qtde | Valor Unit. | Valor Total |
|------|---|---------|-------|------|-------------|-------------|
| 2 | Divulgação de aviso, edital e decisão relativa à licitação, contrato e processo seletivo, em jornal de grande circulação diária estadual, com circulação obrigatória em todas as regiões do estado e no município de Indaial. Formato 02 colunas x 04 centímetros | UNIDADE | | 30 | R\$305,00 | R\$9.150,00 |

Total Lote: R\$9.150,00

Total Fornecedor: R\$9.150,00

43257 - RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A - BLU**Lote: -**

| Item | Produto | Unidade | Marca | Qtde | Valor Unit. | Valor Total |
|------|---|---------|-------|------|-------------|--------------|
| 1 | Divulgação de aviso, edital e decisão relativa à licitação, contrato e processo seletivo, em jornal de grande circulação diária regional, com circulação obrigatória no município de Indaial e em, pelo menos, 50% dos municípios integrantes da região da AMMVI. Formato 02 colunas x 04 centímetros | UNIDADE | | 280 | R\$200,00 | R\$56.000,00 |

Total Lote: R\$56.000,00

Total Fornecedor: R\$56.000,00

Total Homologação: R\$65.150,00

3.2.

Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4.

REAJUSTE DE PREÇOS:

4.1.

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.

4.2.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.

EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.7/2016**

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterà as informações básicas da descrição básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
- 5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
- 5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.
- 5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

6. FISCALIZAÇÃO:

- 6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
- 6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
- 6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- 6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
- 6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
- 6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

7. PRAZO DE VALIDADE:

- 7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

- 8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
- 8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
- 8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.7/2016**

- 8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
- 8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- 8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
- 8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.8. 8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 20/2016 - Edital de Pregão nº 10/2016.

9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

10. SANÇÕES:

- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
- 10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:
- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
 - b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
 - c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
 - d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.7/2016**

- e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
- f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
- g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.

10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".

10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
- b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

11. RESCISÃO DA ATA:

11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.7/2016**

- 12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.
- 12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

13. FORO:

- 13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

- 14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:
- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
 - b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
 - c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
 - d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
 - e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
 - f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
 - g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
 - h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
 - i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
 - j) Decreto Municipal no 654/2014.

15. AS PARTES:

- 15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.7/2016**

Indaial/SC, em 18 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A. RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A -
PATRICIA RODRIGUES DA SILVA
Representante

BLU
PATRICIA RODRIGUES DA SILVA
Representante

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2016**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.8/2016****Processo Licitatório Nº 16/00000010****Pregão Nº 3/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.8/2016**

Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e dezesseis, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Sérgio Almir dos Santos**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 16/00000010 - Pregão Nº 3/2016, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- 1.1 WERNER JANDT ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.671.217/0001-23, estabelecida à RUA RUBI, nº 136 – Bairro RIBEIRÃO DAS PEDRAS, no município de Indaial – Santa Catarina.
- 1.2 BSM ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.617.449/0001-20, estabelecida à RUA LUIZ MASKE, nº 891 – Bairro ITOUPIAZINHA, no município de Blumenau – Santa Catarina.
- 1.3 COMERCIAL E INDUSTRIAL DANTE ZONTA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 79.374.005/0001-34, estabelecida à RODOVIA 470, nº 2791 – Bairro ESTAÇÃO, no município de Ascurra – Santa Catarina.
- 1.4 AGATON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 85.194.520/0001-35, estabelecida à RODOVIA ANTONIO HEIL, nº 2030 – Bairro ITAIPAVA, no município de Itajaí – Santa Catarina.

2. DO OBJETO:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.8/2016

- 2.1. Aquisição de tubos e calhas fabricados em concreto pré-moldado.
- 2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

3. VALORES REGISTRADOS:

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1.

| 73962 - WERNER JANDT ME | | | | | | |
|--|---|---------|-------|-------|-------------------|---------------|
| Lote: - | | | | | | |
| Item | Produto | Unidade | Marca | Qtde | Valor Unit. | Valor Total |
| 1 | TUBO DE CONCRETO DE SEÇÃO CIRCULAR PARA ÁGUAS PLUVIAIS, COM DIÂMETRO DE 200MM, ENCAIXE MACHO E FÊMEA- CLASSE PS1, ESPESSURA MÍNIMA DA PAREDE DE 30MM. | UNIDADE | | 2.100 | R\$12,00 | R\$25.200,00 |
| 2 | TUBO DE CONCRETO DE SEÇÃO CIRCULAR PARA ÁGUAS PLUVIAIS, COM DIÂMETRO DE 300MM, ENCAIXE MACHO E FÊMEA- CLASSE PS1, ESPESSURA MÍNIMA DA PAREDE DE 30MM. | UNIDADE | | 4.100 | R\$15,10 | R\$61.910,00 |
| 3 | TUBO DE CONCRETO DE SEÇÃO CIRCULAR PARA ÁGUAS PLUVIAIS, COM DIÂMETRO DE 400MM, ENCAIXE MACHO E FÊMEA- CLASSE PS1, ESPESSURA MÍNIMA DA PAREDE DE 40MM. | UNIDADE | | 5.100 | R\$23,50 | R\$119.850,00 |
| | | | | | Total Lote: | R\$206.960,00 |
| | | | | | Total Fornecedor: | R\$206.960,00 |
| 412856 - BSM ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP | | | | | | |
| Lote: - | | | | | | |
| Item | Produto | Unidade | Marca | Qtde | Valor Unit. | Valor Total |
| 10 | Calha de concreto, tipo meio tubo, diâmetro de 300 mm, encaixe macho e fêmea - Classe PA2, espessura mínima da parede de 180 mm. | UNIDADE | | 200 | R\$9,80 | R\$1.960,00 |
| | | | | | Total Lote: | R\$1.960,00 |
| | | | | | Total Fornecedor: | R\$1.960,00 |
| 583049 - COMERCIAL E INDUSTRIAL DANTE ZONTA LTDA - EPP | | | | | | |
| Lote: - | | | | | | |
| Item | Produto | Unidade | Marca | Qtde | Valor Unit. | Valor Total |
| 9 | TUBO DE CONCRETO DE SEÇÃO CIRCULAR PARA ÁGUAS PLUVIAIS, COM DIÂMETRO DE 1500MM, ENCAIXE MACHO E FÊMEA - CLASSE PA2, ESPESSURA MÍNIMA DA PAREDE DE 130MM, COM TELA MF 196. | UNIDADE | | 100 | R\$432,00 | R\$43.200,00 |
| | | | | | Total Lote: | R\$43.200,00 |
| | | | | | Total Fornecedor: | R\$43.200,00 |
| 583081 - AGATON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP | | | | | | |
| Lote: - | | | | | | |

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.8/2016

| Item | Produto | Unidade | Marca | Qtde | Valor Unit. | Valor Total |
|--------------------|---|---------|-------|-------|-------------|---------------|
| 4 | TUBO DE CONCRETO DE SEÇÃO CIRCULAR PARA ÁGUAS PLUVIAIS, COM DIÂMETRO DE 500MM, ENCAIXE MACHO E FÊMEA- CLASSE PA1, ESPESSURA MÍNIMA DA PAREDE DE 60MM, COM TELA MF 113. | UNIDADE | | 1.500 | R\$64,00 | R\$96.000,00 |
| 5 | TUBO DE CONCRETO DE SEÇÃO CIRCULAR PARA ÁGUAS PLUVIAIS, COM DIÂMETRO DE 600MM, ENCAIXE MACHO E FÊMEA- CLASSE PA1, ESPESSURA MÍNIMA DA PAREDE DE 60MM, COM TELA MF 113. | UNIDADE | | 2.000 | R\$74,00 | R\$148.000,00 |
| 6 | TUBO DE CONCRETO DE SEÇÃO CIRCULAR PARA ÁGUAS PLUVIAIS, COM DIÂMETRO DE 800MM, ENCAIXE MACHO E FÊMEA- CLASSE PA2, ESPESSURA MÍNIMA DA PAREDE DE 100MM, COM TELA MF 196. | UNIDADE | | 1.000 | R\$134,00 | R\$134.000,00 |
| 7 | TUBO DE CONCRETO DE SEÇÃO CIRCULAR PARA ÁGUAS PLUVIAIS, COM DIÂMETRO DE 1000MM, ENCAIXE MACHO E FÊMEA - CLASSE PA2, ESPESSURA MÍNIMA DA PAREDE DE 120MM, COM TELA MF 159. | UNIDADE | | 700 | R\$174,00 | R\$121.800,00 |
| 8 | TUBO DE CONCRETO DE SEÇÃO CIRCULAR PARA ÁGUAS PLUVIAIS, COM DIÂMETRO DE 1200MM, ENCAIXE MACHO E FÊMEA - CLASSE PA2, ESPESSURA MÍNIMA DA PAREDE DE 130MM, COM TELA MF 196. | UNIDADE | | 200 | R\$254,00 | R\$50.800,00 |
| Total Lote: | | | | | | R\$550.600,00 |
| Total Fornecedor: | | | | | | R\$550.600,00 |
| Total Homologação: | | | | | | R\$802.720,00 |

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. REAJUSTE DE PREÇOS:

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.8/2016**

- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
- 5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
- 5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.
- 5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

6. FISCALIZAÇÃO:

- 6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
- 6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
- 6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- 6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
- 6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
- 6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

7. PRAZO DE VALIDADE:

- 7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

- 8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.8/2016**

- 8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
- 8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
- 8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
- 8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- 8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
- 8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.8. 8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 10/2016 - Edital de Pregão nº 3/2016.

9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

10. SANÇÕES:

- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
- 10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:
- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
 - b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.8/2016**

- c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
- d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
- e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
- f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
- g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.

10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".

10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
- b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

11. RESCISÃO DA ATA:

11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93,

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.8/2016**

ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.

- 11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.
- 12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

13. FORO:

- 13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

- 14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:
- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
 - b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
 - c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
 - d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
 - e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
 - f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
 - g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
 - h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
 - i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
 - j) Decreto Municipal no 654/2014.

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.8/2016**

15. AS PARTES:

- 15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 18 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAL

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

WERNER JANDT ME

WERNER JANDT
Representante

BSM ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP

RICARDO SPILLERE
Representante

COMERCIAL E INDUSTRIAL DANTE ZONTA LTDA - EPP

RENE GILBERTO ZONTA
Representante

AGATON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP

SEBASTIAO RONCELLI
Representante

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Iomerê

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

Município de Iomerê - PM
Dispensa de Licitação Nº 0001/2016

O Município de Iomerê, torna público a dispensa de licitação para aquisição de merenda escolar através da Chamada Pública nº 02/2016.

Contratado: Cooperativa de Pequenos Agricultores de Videira e Iomerê.

Valor: 20.849,05 (vinte mil oitocentos e quarenta e nove reais e cinco centavos)

Iomerê, 23 de março de 2016.

Luciano Paganini
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

Município de Iomerê - PM
Dispensa de Licitação Nº 0002/2016

O Município de Iomerê, torna público a dispensa de licitação para aquisição de merenda escolar através da Chamada Pública nº 02/2016.

Contratado: Cooperativa de Artesãos de Arroio Trinta Coopertrinta.

Valor: 18.557,00 (dezoito mil quinhentos e cinquenta e sete reais)

Iomerê, 23 de março de 2016.

Luciano Paganini
Prefeito Municipal

PORTARIA 2762/2016

PORTARIA Nº 2762 DE 09 DE MARÇO DE 2016.
Autoriza Servidor a conduzir veículos da frota municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a servidora LORENI MARTA ZARDO, a conduzir veículos da frota Municipal de Iomerê:

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 09 de março de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2763/2016

PORTARIA Nº 2763, DE 14 DE MARÇO DE 2016.

Nomeia MICHEL LEOBET para o cargo efetivo de Professor de História.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições

legais e de conformidade com a Lei:

RESOLVE

Art. 1º Nomear MICHEL LEOBET, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 5.173.752 e CPF nº 070.505.949-97, para o cargo efetivo de Professor de História, lotado na Secretaria de Educação Cultura e Esportes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomere, 14 de março de 2016.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2764/2016

PORTARIA Nº 2764 DE 15 DE MARÇO DE 2016
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal MARCELO MARANINCHI PAVESI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 26/03/2015 a 25/03/2016 a contar de 28/03/2016 a 26/04/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 15 de março de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2765/2016

PORTARIA Nº 2765 DE 16 DE MARÇO DE 2016

Nomeia Conselho Municipal de Educação 2016/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Nomear o Conselho Municipal de Educação, para o biênio de

2016/2018, constituída pelos seguintes integrantes:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:

Titular: Carla Candiago

Suplente: Maria Fátima Savaris Colissi

II – Representantes da Câmara de Vereadores:

Titular: Denis Périco

Suplente: Geni Falchetti Cossul

III – Representantes dos Centros Cívicos Escolares:

Titular: Rômulo Hauweter

Suplente: Daniela Maria Munaro

IV – Representantes das Associações de Pais e Professores:

Titular: Marines Maksimavic Colissi

Suplente: Leonice Kaiser Buffon

V – Representantes da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social:

Titular: Grazielle Faletti

Suplente : Izabete Bado Mariani

VI – Representantes dos Professores Estaduais:

Titular: Terezinha Campagnin Sartor

Suplente : Franciele Mariani Pasqual

VII – Representantes dos Professores Municipais:

Titular: Simone Cantú Centofanti

Suplente: Marinez Zanetti Zago

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO

Iomere, 16 de março de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2766/2016

PORTARIA Nº 2766 DE 21 DE MARÇO DE 2016

Nomeia Equipe de Acompanhamento do Plano de Ações Articuladas - PAR

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a Equipe de Acompanhamento do Plano de Ações Articuladas – PAR, constituída pelos seguintes integrantes:

ÓRGÃO NOMEADO

| | |
|-----------------------------|----------------|
| Gestor da Sec. De Educação | Mauricio Bridi |
| Técnico da Sec. de Educação | Carla Candiago |

| | |
|--------------------------------|---------------------------------|
| Conselho Municipal da Educação | Marinez Zanetti Zago |
| Diretoras | Maria F. S. Coissi |
| APPs | Deise Cantu Paganini |
| Coordenadores e Orientadoras | Nadia Scur |
| Professores | Ana Maria Turmina |
| Coordenadores e Supervisores | Maria Lucelia Deluque Gaspareto |

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO

Iomere, 21 de março de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 139/2016 DE 21 DE MARÇO DE 2016.
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MEMBRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo Simplificado .

CONTRATA

LUCIANO BARBOSA LIZZI, sob a Matrícula 2540-2, com domicílio na Cidade e Município de Lindóia do Sul, Carteira de Identidade nº. 40346099 e do CPF 055.448.419-69, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor de Educação Física – modalidade Futebol de salão, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Departamento de Esportes, para o período de 21/03/2016 a 30/11/2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 21/03/2016.

Ipumirim - SC, 21 de março de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Moira Comboski

Auxiliar administrativo.

PORTARIA Nº. 140/2016 DE 22 DE MARÇO DE 2016.
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, MEMBRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo Simplificado .

CONTRATA

EDITE LOURDES SIEBENEICHLER KRUETZMANN, sob a Matrícula 2541-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1887300 e do CPF 800.233.399-34, para

ocupar o cargo em caráter temporário de Professor AEE (Atendimento Educacional Especializado), constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 10 Horas, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 10 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 22/03/2016 a 30/11/2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 22/03/2016.

Ipumirim - SC, 22 de março de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Moira Comboski

Auxiliar administrativo.

PORTARIA Nº. 141/2016 DE 22 DE MARÇO DE 2016.
AFASTA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NOMEADA POR CONCURSO PÚBLICO POR AUXÍLIO DOENÇA.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 99 e 100 da Lei Complementar 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e das outras Providências.

AFASTA POR AUXÍLIO DOENÇA

PATRICIA PIMENTEL BRATTI, matrícula 2040, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº. 4.034.632 e CPF sob o nº. 064.445.269-22, residente e domiciliada no Bairro Beira Sol, no cargo Efetivo de Agente Comunitária de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, afastamento por auxílio doença por prazo indeterminado a partir da data de hoje conforme atestado médico Z35.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22 de Março de 2016.

Ipumirim – SC, 26 de Fevereiro de 2016.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

Moira Comboski

Auxiliar Administrativo

HOMOLOGAÇÃO PL 08-2016

| | |
|--|---|
| ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC | PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 4/2016 - PR |
| | Processo Administrativo: Processo de Licitação: 8/2016 Data do Processo: 03/03/2016 |

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Gestor Do Fundo Municipal De Saúde, JACIR LIRIO BONISSONI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 8/2016
b) Licitação Nr.: 4/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 21/03/2016
e) Objeto da Licitação: contratação de serviços médicos na área de Clínico Geral, para atendimento na Unidade Básica de Saúde, conforme especificações anexas ao edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

GILBERTO DE OLIVEIRA NETO S/S- ME (7406)

| | | | | | |
|---|------|----------|--------|-------|-----------|
| 1 Consulta médica- clínico geral que serão distribuídas na seguinte forma: as consultas serão realizadas na unidade básica de saúde, nos dias segunda e sexta feira na parte da manhã e tarde e nas quartas feiras somente na parte da tarde repassadas ao profissional pela Secretaria de Saúde, conforme demanda e no mínimo 300 (trezentas) consultas/mês que serão distribuídas em média de 30 (trinta) consultas diárias, caso haja necessidade num valor de R\$ 26,00 (vinte e seis) reais á consulta. | Cons | 2.700,00 | 0,0000 | 26,00 | 70.200,00 |
|---|------|----------|--------|-------|-----------|

Total do Fornecedor: 70.200,00

Total Geral: 70.200,00

Ipumirim, 21 de Março de 2016.

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado de Licitação Nº 05/2016. Pregão Presencial nº 03/2016. Objeto: Registro de Preços para aquisição de produtos de limpeza para uso na lavanderia da Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Contratante: Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Empresa vencedora: Sancapel Soluções para Higiene Profissional Ltda - ME. Valor R\$ 32.500,00 o lote; Vigência: 21 de março de 2017. Itaiópolis, 21/03/2016. Nair Veronica Pivovar – Administradora Hospitalar.

Itapema

PREFEITURA

EDITAL Nº 001/2016 DE CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 001/2016 DE CONCURSO PÚBLICO

Abre inscrições e define normas para o Concurso Público, destinado a provimento de vagas legais do quadro de servidores do Município de Itapema, Santa Catarina e dá outras providências.

O Senhor Rodrigo Costa, Prefeito Municipal de Itapema/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal e emendas, TORNA PÚBLICO a realização, de Concurso Público sob regime celetista, para provimento de vagas legais do quadro geral dos servidores do Município, que será regido pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas no presente edital.

1. DA DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será executado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde-IOBV, localizado na Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, município de Taió – CEP 89.190-000, Estado de Santa Catarina, tel./fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico: <http://iobv.org.br/>; e-mail: concursos@iobv.org.br.

1.2. A fiscalização e supervisão do Concurso Público está a cargo da Comissão Municipal de Concurso Público, nomeada pela Portaria nº 022/2016.

1.3. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

FASE 1: Cargos somente com prova escrita e cargos com prova escrita e títulos.

| Evento | DATA PREVISTA |
|---|---------------------|
| Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de: | 23/03/16 a 25/04/16 |
| Período para solicitar isenção de pagamento da taxa de inscrição | 23/03/16 a 05/04/16 |
| Divulgação da lista de isentos de pagamento da taxa de inscrição | 18/04/16 |
| Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia: | 26/04/16 |
| Requerimento de Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por Sedex/AR do requerimento. | 25/04/16 |
| Homologação das Inscrições, divulgação das inscrições indeferidas de todos os candidatos | 02/05/16 |
| Recursos contra indeferimento das inscrições | 03/05 e 04/05/16 |
| Divulgação dos Locais e Horários de Prova | Entre 09 e 18/05/16 |
| PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS | 22/05/16 |
| Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br). | 23/05/16 |
| Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar | 24/05 e 25/05/16 |
| Gabarito Definitivo e julgamento dos recursos da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br). | 06/06/16 |
| Classificação Preliminar da prova escrita | 07/06/16 |
| Recursos contra a classificação preliminar dos cargos com prova escrita | 08/06 e 09/06 |
| Classificação Final da prova escrita | 13/06/16 |
| Homologação do resultado final dos cargos somente com prova escrita | 13/06/16 |
| Convoca para a entrega de títulos os candidatos aprovados na prova escrita | 13/06/16 |
| Prazo para protocolo ou envio dos títulos | De 13/06 a 20/06/16 |
| Divulgação da Classificação Preliminar dos cargos com prova títulos | 27/06/16 |
| Recursos contra a pontuação de títulos | 28/06 e 29/06/16 |
| Classificação Final e homologação dos cargos com prova de títulos | 30/06/16 |

FASE 2: Cargos com prova prática e aptidão física

| Evento | Data Prevista |
|---|---|
| Convocação para prova prática dos cargos de Operadores de Máquina Pesada e Operador de Máquina Leve | 13/06/16 |
| Convocação para prova de CAPACIDADE FÍSICA do Cargo de Agente Municipal de Trânsito | 19/06/16 |
| PROVA PRÁTICA (Operadores de Máquina Pesada e Operador de Máquina Leve) | 19/06/16 |
| TESTE DE CAPACIDADE FÍSICA (cargo de Agente Municipal de Trânsito) | 22/06/16 |
| Resultado da prova prática e Teste de Aptidão Física | 22/06/16 |
| Recurso contra prova prática e Teste de Aptidão Física | Das 18h do dia 22/06 as 18h do dia 24/06/16 |
| Classificação Final e homologação dos cargos com prova prática | 28/06/16 |

FASE 3: Cargo de Agente Municipal de Trânsito - Avaliação Psicológica

| Evento | Data Prevista |
|--|---------------|
| Convocação para Avaliação Psicológica do cargo de Agente Municipal de Trânsito | 28/06/16 |

| | |
|---|-------------------------------------|
| Avaliação Psicológica (Cargo de Agente Municipal de trânsito) | 03/07/16 |
| Divulgação dos Pareceres da Avaliação Psicológica | 11/07/16 |
| Recursos contra avaliação psicológica | Das 18h de 11/07 às 18h de 13/07/16 |
| Classificação final e homologação | 15/07/16 |

1.4. As publicações serão realizadas após às 17 horas da data prevista, cabendo ao candidato a responsabilidade de acompanhar as publicações.

1.5. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, inclusive na data de realização das provas, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, de intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público e da Comissão do Instituto o Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.6. O Edital do Concurso Público, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações para provas e todos os demais atos do Concurso Público, serão publicados no site oficial do Concurso Público na Internet: www.iobv.org.br.

1.7. O Edital do Concurso Público também será publicado no site da Prefeitura Municipal de Itapema na Internet: <http://www.itapema.sc.gov.br/> e no diário oficial dos municípios de Santa Catarina - DOM: <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal; sede da Câmara de Vereadores; e ainda, publicado na forma de extrato, em jornal de circulação local e regional.

1.8. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações, comunicados, mensagens eletrônicas (e-mails) e demais documentos divulgados e/ou enviados referentes ao presente Concurso Público.

1.9. O prazo de validade do Concurso Público é de 2 (dois) anos, contados da publicação do ato de homologação do resultado final do presente edital, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Poder Executivo.

1.10. Durante o prazo de validade do Concurso Público, o aprovado excedente tem prioridade sobre os novos concursados, no preenchimento dos cargos na mesma carreira.

1.11. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações, relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivesse transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

1.12. Os documentos e requerimentos exigidos, salvo expressa determinação das normas do Edital, poderão ser entregues, pessoalmente pelo candidato ou por procurador devidamente habilitado, na Sede do IOBV no endereço constante do item 1.14.

1.13. Os documentos também poderão ser enviados via postal com AR (Aviso de Recebimento), salvo expressa vedação do Edital, através do serviço de entrega expressa de documentos (SEDEX) para serem entregues ao IOBV, no endereço abaixo, após a data e horário determinados, mesmo que postados anteriormente, valendo para fins de direito a data registrada de entrega da correspondência.

Endereço para remessa via postal de documentos:

IOBV – CONCURSO PÚBLICO DE ITAPEMA

Avenida Luiz Bertoli, número 233 – Centro

89.190-000 – Taió - SC

1.14. Não são admitidas, após o término das inscrições, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente Concurso Público:

- Estar devidamente aprovado no concurso público e classificado dentro das vagas estabelecidas neste Edital;
- A nacionalidade brasileira ou equiparada;
- O gozo dos direitos políticos;
- Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- A idade mínima de dezoito anos;
- Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, de acordo com prévia inspeção médica oficial;
- Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- Os candidatos com deficiência devem verificar as disposições do Capítulo próprio neste Edital;
- Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

2.2. A comprovação da escolaridade e o preenchimento dos demais requisitos legais indispensáveis à nomeação no cargo público será exigida unicamente quando da posse no cargo público. A não apresentação, naquela ocasião, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Concurso Público e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.

2.3. A aprovação e classificação no presente Concurso Público não criam direito à admissão que será realizada na medida das necessidades de Prefeitura do Município de Itapema e disponibilidades orçamentárias.

2.4. Os candidatos aprovados neste certame, quando investidos na vaga, estarão vinculados ao:

- Regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - Decreto-Lei 5.452, de 1943);
- Regime Geral de Seguridade Social (INSS, art. 201, CF);
- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS, art. 7º, III, CF);
- Plano de Cargos e Salários do Município de Itapema Vinculados à Administração Direta, e Dá Outras Providências (Leis 1496 e 1497/98 e suas alterações) (Leis 2103, 2104 e 2105/2003 e suas alterações)

2.5. Os candidatos aprovados nas vagas de Emprego Público, além do estabelecido na legislação acima, exceto o item "d" que não lhes é aplicável, estarão vinculados à legislação federal ou municipal, que respectivamente os criou, contratados enquanto existir o referido programa.

3. DOS CARGOS, VAGAS, EXIGÊNCIAS DE ESCOLARIDADE, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTOS.

3.1. O Concurso Público destina-se ao provimento das vagas legais existentes, conforme cargos/especialidade, carga horária semanal, número de vagas, remuneração mensal, e as exigências específicas a cada cargo, objeto deste Concurso Público, que encontram-se descritos no Anexo I e II deste edital.

3.2. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme anexo I e legislação em vigor, deverão ser comprovados no ato da posse após a convocação.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. No momento da inscrição, o candidato deverá optar pelo cargo a que deseja concorrer. Uma vez efetuada a inscrição, não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.

4.2. A inscrição no Concurso Público implica, desde logo, o conhecimento e a tácita aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.

4.3. A participação no Concurso Público iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.

4.4. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Concurso Público.

0.1. A inscrição poderá somente ser efetuada via Internet, no endereço eletrônico www.iobv.org.br, no período estabelecido no cronograma de atividades item 1 deste edital.

0.2. Para os candidatos que não possuem acesso à rede mundial de computadores (internet), a Prefeitura Municipal de Itapema, disponibilizará local para a realização da inscrição no seguinte endereço: Câmara de Vereadores na Rua 120 nº 423, disponibilizará sala informatizada, através do Projeto Câmara Cidadã, com atendimento das 12:30min às 18:30min, nas datas conforme cronograma.

0.3. O atendimento presencial acha-se condicionado à disponibilidade de equipamentos e pessoal e, em determinados momentos, poderá haver filas.

0.4. Os candidatos deverão inscrever-se somente em um cargo, tendo em vista a possibilidade de realização das provas para todos os cargos na mesma data e horário.

0.5. Para o candidato, isento ou não, que efetivar mais de uma inscrição, será considerada válida somente a última inscrição efetivada, sendo entendida como efetivada a inscrição paga ou isenta. Caso haja mais de uma inscrição paga em um mesmo dia, será considerada a última inscrição efetuada no sistema de inscrição do IOBV.

0.6. Para efetivar a sua inscrição pela internet é imprescindível o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), sendo que o candidato deverá seguir os seguintes passos:

a) Acessar o endereço eletrônico www.iobv.org.br, na página inicial clique em "Concursos e Seletivos", em seguida em "inscrições abertas", selecionar o município de Itapema Edital 001/2016 e clicar em "realizar inscrições", digite seu CPF e informe os dados solicitados.

b) Baixar e Ler atentamente o edital completo, inteirando-se das condições do certame e certificando-se de que preenche todas as condições exigidas.

c) Cadastrar-se no portal www.iobv.org.br, criando uma senha de acesso para a área do candidato (guarde bem essa senha pois será útil em todos os acessos futuros)

d) Preencher o Requerimento de Inscrição, conferindo os dados informados e enviá-lo pela internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;

e) Imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição, preferencialmente nas Lotéricas e Agências da Caixa Econômica Federal, diretamente no caixa, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.

f) Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

0.7. O IOBV e a Prefeitura de Itapema eximem-se de qualquer responsabilidade pela eventual indisponibilidade, congestionamento de linhas ou falha dos equipamentos ou acesso à INTERNET.

0.8. É de responsabilidade do candidato manter atualizados os endereços, e-mails e números de telefones informados. Eventual mudança de endereço, até a data de publicação do resultado final do Concurso Público, deverá ser atualizado no cadastro online do candidato, através da sua área restrita, e deverá ser comunicado ao IOBV por correspondência eletrônica (e-mail) enviada para: concursos@iobv.org.br. Após a data de publicação do resultado do Concurso Público, deverão ser comunicadas diretamente à Prefeitura de Itapema.

0.9. O valor da taxa de inscrição é de:

a) Para cargos com exigência de curso superior: R\$ 110,00 (cento e dez reais);

b) Para cargos com exigência de curso de ensino médio: R\$ 80,00 (oitenta reais);

c) Para cargos com exigência alfabetizado e de ensino fundamental: R\$ 50,00 (cinquenta reais);

0.10. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser realizado mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico www.iobv.org.br, impresso com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo. Não serão considerados pagamentos fora do prazo estabelecido no cronograma deste edital.

0.11. O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, devido vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é da Caixa Econômica Federal cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 104.

0.12. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

0.13. Não serão aceitos pagamentos feitos por qualquer outra forma ou meio.

0.14. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

0.15. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

0.16. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as

publicações e suas possíveis alterações.

0.17. A inscrição só será aceita quando o estabelecimento bancário onde foi feito o recolhimento da taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento, sendo canceladas as inscrições cuja taxa de inscrição tiver sido paga com cheque sem cobertura ou com qualquer outra irregularidade.

0.18. Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do Concurso Público, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

0.19. É vedada a inscrição condicional, extemporânea ou por qualquer outra via não determinada neste edital.

0.20. O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição não efetivadas por falhas e ou congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou impressão dos documentos solicitados.

0.21. As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.

0.22. Será nula a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso ou oculte informação ou fato a ela relevante, sem prejuízo das sanções judiciais cabíveis.

0.23. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

0.24. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Concurso Público.

0.25. As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.iobv.org.br e www.itapema.sc.gov.br.

0.26. As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação será divulgado no site do Concurso Público no endereço www.iobv.org.br, na data constante do cronograma deste edital. No mesmo local e horário será publicada a relação das inscrições indeferidas.

1. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

1.1. São isentos da taxa de inscrição no Concurso Público:

a) Os candidatos doadores de Sangue (Lei Estadual nº 10.567, de 07 de novembro de 1997);

b) Os candidatos que estiverem inscritos no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚnico e forem membros de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos).

1.2. Para usufruírem do benefício da isenção da taxa de inscrição os candidatos deverão, após realizar sua inscrição, obrigatoriamente, protocolar na sede do IOBV, ou enviar via postal (sedex/ar), os seguintes documentos:

a) Para os candidatos que solicitarem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de sangue:

- Requerimento de isenção da taxa de inscrição (Anexo V);

- Documento oficial expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição. O documento deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais, considerando-se os 12 (doze) meses que antecederam a abertura do presente edital.

- Considera-se, para enquadramento no benefício previsto na referida Lei, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial, ou à entidade credenciada pela União, pelo Estado ou pelo Município.

b) Para os candidatos que solicitarem isenção da taxa de inscrição por estarem inscritos no CADÚnico:

- Requerimento de isenção da taxa de inscrição (Anexo V do edital), com a devida declaração;

1.3. Só serão examinados os pedidos de isenção enviados via postal que forem entregues ao IOBV até a data determinada no Edital para recebimento dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal. Para o seguinte endereço: INSTITUTO O BARRIGA VERDE

ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO CONCURSO PÚBLICO ITAPEMA – SC

Av. Luiz Bertoli, 233 – Centro – 89.190-000 – Taió - SC

1.4. No caso de pedido de isenção por estar inscrito no CADÚnico, o IOBV consultará o MDS para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato. Declarações falsas estarão sujeitas às sanções previstas em lei.

1.5. O candidato que tiver seu pedido de isenção de pagamento deferido terá sua inscrição validada, não devendo pagar o boleto da taxa de inscrição.

1.6. Sendo indeferido o pedido de isenção, restará ao candidato pagamento da inscrição até o último dia de inscrições.

1.7. Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição.

1.8. O candidato que efetivar mais de uma inscrição com pedido de isenção de pagamento, para o mesmo cargo, terá analisada e confirmada apenas a última inscrição, sendo as demais canceladas.

1.9. Os despachos aos pedidos de isenção da taxa de inscrição serão publicados na data constante do cronograma deste edital.

1.10. Não será concedida isenção de pagamento da taxa de inscrição ao candidato que:

a) Omitir informações e (ou) torná-las inverídicas;

b) Fraudar e (ou) falsificar documentação;

c) Pleitear a isenção, sem apresentar cópia dos documentos previstos neste edital;

d) Não observar o local e endereço previsto neste edital;

1.11. Não será permitida, após a entrega do requerimento de isenção, acompanhado dos documentos comprobatórios, a complementação da documentação.

1.12. Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição via fax, via requerimento administrativo, via correio eletrônico ou, ainda fora do prazo.

2. DAS VAGAS RESERVADAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

2.1. Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de inscrever-se neste Concurso Público, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores, sendo a elas reservadas 5 % (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, Inciso VIII da Constituição Federal e Ar. 5º § 2º da Lei Complementar nº 130, de 05 de dezembro de 2001 e alterações.

2.2. Para os cargos deste edital, cuja a aplicação do percentual de 5% não resulta a oferta imediata de vagas, nos termos do parágrafo

único do artigo 3º do Decreto 2.874/2009, neste caso, o primeiro candidato com deficiência classificado no cargo será nomeado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga que vier a surgir para o cargo que concorreu, enquanto os demais serão nomeados a cada intervalo de 20 (vinte) vagas providas.

2.3. Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados e classificados.

2.4. Serão consideradas deficiências somente àquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4º da Lei nº 12.870/2004 e no art.1º do Decreto Federal n. 2.874/2009 e suas alterações.

2.5. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples, do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

2.6. Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá, obrigatoriamente:

a) No ato da inscrição declarar-se com deficiência;

b) Encaminhar cópia simples do Cadastro de Pessoa Física (CPF), bem como original ou cópia autenticada em cartório do laudo médico contendo o número de inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM), emitido nos últimos 12 meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência.

c) Enviar requerimento solicitando a vaga para deficiente e descrevendo detalhadamente o tipo de atendimento especial que necessita no dia da prova.

d) Cópia do comprovante de inscrição.

2.6.1. O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e da cópia simples do CPF é de responsabilidade exclusiva do candidato. O IOBV não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino.

2.6.2. A documentação enviada terá validade somente para esse edital de concurso público, para outros editais do município deverá ser enviada novamente a documentação e não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias desta documentação.

2.7. Os documentos devem ser protocolados ou enviados no seguinte endereço:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

VAGA PARA DEFICIENTE CONCURSO PÚBLICO ITAPEMA – SC

Av. Luiz Bertoli, 233 – Centro – 89.190-000 – Taió - SC

2.8. Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no Edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal.

2.9. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico e o respectivo requerimento até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na ficha de inscrição online.

2.10. Os candidatos que se declararam no ato de inscrição como deficiência e que não atenderem plenamente a todas as exigências disposta no presente edital, terão suas inscrições para as vagas reservadas indeferidas, passando a figurar unicamente na classificação geral dos candidatos.

2.11. O candidato com deficiência que necessitar de condição especial (local de fácil acessibilidade, tempo adicional, uso de aparelhos de audição, leitor (não haverá prova em braille), prova com fonte ampliada e etc.), para a realização das provas deverá protocolar ou enviar via sedex/ar, requerimento (anexo IV) desta solicitação, até data constante no cronograma, nos endereços já informado, anexando ao requerimento laudo médico por especialista da área de sua deficiência, comprovando essa necessidade.

2.12. As solicitações de condições especiais serão atendidas respeitadas a legalidade e a razoabilidade. No caso de uso de equipamentos especiais, estes deverão ser obtidos pelo candidato e apresentados antecipadamente ao fiscal de sala e ou coordenador local do IOBV.

2.13. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, no horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.

2.14. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.

2.15. Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência que forem aprovados serão convocados por edital próprio, através do site da prefeitura municipal de Itapema, para avaliação da sua condição de deficiente pela Perícia Médica Oficial do Município e se a deficiência é capacitante ou não para o exercício do cargo.

2.16. Será excluído do Concurso Público o candidato aprovado para uma das vagas aos portadores de deficiência que:

a) Não comparecer, chegar atrasado ou não apresentar a documentação e ou exames solicitados para a avaliação da Perícia Médica Oficial do Município.

b) Cuja deficiência informada no requerimento de Inscrição não seja constatada pela Perícia Médica Oficial do Município ou não seja compatível com o exercício do cargo.

c) Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

3. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e o ato de homologação será publicado no endereço eletrônico www.iobv.org.br, na data constante do cronograma deste edital.

3.2. A relação das inscrições não homologadas devido ao indeferimento, serão divulgadas no endereço do Concurso Público na internet www.iobv.org.br.

3.3. Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

3.4. Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações, até a data da prova.

3.5. Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas DEFINITIVAMENTE pela autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.

3.6. Se mantida a não homologação ou não processamento, o candidato será eliminado do Concurso.

4. OUTROS REQUERIMENTOS

4.1. Candidata lactante

4.1.1. A candidata que desejar amamentar durante a aplicação da prova deverá:

- a) Indicar esta condição especial para realizar a prova no Requerimento de Inscrição;
 - b) Enviar ou apresentar no local das provas o requerimento Anexo IV, deste edital, informando nome do acompanhante, bem como cópia da certidão de nascimento do filho.
 - c) Chegar ao local da prova com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior que ficará responsável pela guarda da criança.
- 4.1.2. O menor e o responsável ficarão em sala especial reservada. Nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza à sala reservada. O tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.
- 4.1.3. O IOBV não disponibilizará acompanhante para guarda da criança.

4.2. Benefícios da Lei 11.689/2008

- 4.2.1. Os candidatos que pretenderem, em caso de empate na classificação final, o benefício da Lei 11.689/2008, deverão entregar ou enviar no endereço do IOBV (item 1.12), até o último dia de inscrições, cópia autenticada da certidão e ou declaração e ou atestado ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, os termos do art. 440 do CPP, a partir de 10 de agosto de 2008.
- 4.2.2. Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal da correspondência.
- 4.2.3. Enviar documentos para:
INSTITUTO O BARRIGA VERDE
AMAMENTAÇÃO/ Benefício Lei 11.689 CONCURSO PÚBLICO ITAPEMA – SC
Av. Luiz Bertoli, 233 – Centro – 89.190-000 – Taió - SC
- 4.2.4. A relação dos candidatos que tiveram o seu atendimento especial deferido será divulgado no endereço www.iobv.org.br, conforme data prevista no cronograma.
- 4.2.5. A solicitação de atendimento especial, em qualquer caso, será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

5. DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

5.1. O concurso público será composto de uma ou mais etapas, dependendo do cargo e ou escolaridade, conforme segue:

5.2. Cargos de Ensino Superior:

- a) Etapa 1: PROVA ESCRITA OBJETIVA, de caráter eliminatório/classificatório, com questões objetivas, de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas, compatíveis com o nível de escolaridade, com a formação acadêmica exigida e com as atribuições dos cargos.
- b) Etapa 2: prova de títulos de caráter classificatório, para os candidatos aprovados na prova escrita objetiva.

5.3. Cargos de Operador de Máquina Leve e Operador de Máquina Pesada:

- a) Etapa 1: PROVA ESCRITA OBJETIVA, de caráter eliminatório/classificatório, com questões objetivas, de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas, compatíveis com o nível de escolaridade, com a formação acadêmica exigida e com as atribuições dos cargos.
- b) Etapa 2: Prova Prática, de caráter classificatório, para os candidatos aprovados na prova escrita objetiva.

5.4. Cargo de Agente Municipal de Trânsito:

- a) Etapa 1: PROVA ESCRITA OBJETIVA, de caráter eliminatório/classificatório, com questões objetivas, de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas, compatíveis com o nível de escolaridade, com a formação acadêmica exigida e com as atribuições dos cargos.
- b) Etapa 2: Teste de Capacidade Física, para os candidatos aprovados na prova escrita objetiva.
- c) Etapa 3: Avaliação Psicotécnica, para os candidatos considerados aptos no teste de capacidade física.

5.5. Para todos os demais cargos, o concurso terá uma única etapa que consiste de PROVA ESCRITA OBJETIVA, de caráter eliminatório/classificatório, com questões objetivas, de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas, compatíveis com o nível de escolaridade, com a formação acadêmica exigida e com as atribuições dos cargos

5.6. Serão considerados aprovados em PRIMEIRA ETAPA e/ou HABILITADOS à etapa seguinte os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na nota final da prova objetiva, já considerados os seguintes critérios de desempate:

- 5.5.1 Para todos os cargos, em conformidade com artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).
- 5.5.2. Para os casos previstos na Lei 11.689/2008, será assegurada a preferência em igualdade de condições em Concurso Público, desde que jurados, devidamente comprovado.
- 5.5.3. Para os candidatos que não se enquadrarem nas condições acima, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:
 - a) Maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;
 - b) Maior nota nas questões de Conhecimentos Básicos;
 - c) Maior idade, contada com base na idade em dia, meses e anos no dia da realização da prova escrita.
 - d) Sorteio público.

6. DA PROVA ESCRITA OBJETIVA

- 6.1. A prova escrita objetiva constará da avaliação de conhecimentos teóricos e práticos dos candidatos mediante a aplicação de questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas, das quais uma única será correta.
- 6.2. A prova escrita com questões objetivas será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), expressas com 2 (duas) casas decimais e terá a duração de até 3 (três) horas.
- 6.3. As áreas de conhecimento exigidas, o número de questões e o valor que será atribuído a cada uma, estão dispostos por escolaridade exigida para o cargo, conforme segue:

Cargos com Escolaridade: Alfabetizado e Ensino Fundamental incompleto e completo

| Tipo Prova | Disciplinas | Número de questões | Valor da questão | Total Nota por Disciplina |
|---------------------------|----------------------------------|--------------------|------------------|---------------------------|
| Conhecimentos Básicos | Língua Portuguesa | 5 | 0,20 | 3,00 |
| | Matemática | 5 | | |
| | Legislação | 5 | | |
| Conhecimentos Específicos | Conhecimentos inerentes ao cargo | 10 | 0,70 | 7,00 |
| | Total | 25 | | 10,00 |

Cargos com Escolaridade: Ensino Médio Completo

| Tipo Prova | Disciplinas | Número de questões | Valor da questão | Total Nota por Disciplina |
|---------------------------|--------------------------------------|--------------------|------------------|---------------------------|
| Conhecimentos Básicos | Língua Portuguesa | 5 | 0,20 | 4,00 |
| | Matemática | 5 | | |
| | Informática | 5 | | |
| | Legislação | 5 | | |
| Conhecimentos Específicos | Conhecimentos técnicos profissionais | 20 | 0,30 | 6,00 |
| | Total | 40 | | 10,00 |

Cargos com Escolaridade: Ensino Superior Completo

| Tipo Prova | Disciplinas | Número de questões | Valor da questão | Total Nota por Disciplina |
|---------------------------|--------------------------------------|--------------------|------------------|---------------------------|
| Conhecimentos Básicos | Língua Portuguesa | 10 | 0,20 | 4,00 |
| | Informática | 5 | | |
| | Legislação | 5 | | |
| Conhecimentos Específicos | Conhecimentos técnicos profissionais | 20 | 0,30 | 6,00 |
| | Total | 40 | | 10,00 |

6.4. Os pontos das disciplinas correspondem ao número de acertos multiplicado pelo peso de cada uma de suas questões. A nota da prova objetiva será o somatório dos pontos obtidos em cada disciplina.

6.5. Os programas das provas encontram-se publicados no anexo III do presente Edital.

6.6. Para prestar a prova escrita objetiva o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

6.7. A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e ou no cartão resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do Concurso Público envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. O tempo gasto para a substituição dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.

6.8. O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta-preta preferencialmente, ou azul, seguindo as instruções contidas na capa do caderno de questões. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação no cartão resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões em hipótese alguma.

6.9. O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para o cartão- respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento do cartão-respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e nas instruções do caderno de provas. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-respostas por motivo de erro do candidato.

6.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido do cartão respostas, tais como marcação rasurada ou emendada ou campo de marcação não preenchido integralmente.

6.11. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu cartão-respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização do processamento eletrônico desta.

6.12. O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o número de seu documento.

6.13. Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial específico para auxílio no preenchimento. Nesse caso, o candidato será acompanhado por fiscal do IOBV devidamente treinado.

6.14. Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de questões.

6.15. Será atribuída nota 0,00 (zero) às resposta de questões objetivas:

- Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- Que contenha emenda (s) e/ou rasura (s), ainda que legível (eis);
- Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;
- Que não estiver assinalada no cartão de respostas;
- Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

6.16. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

6.17. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Concurso Público poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do Concurso Público.

7. DO LOCAL, HORÁRIO E SEGURANÇA DAS PROVAS ESCRITAS

7.1. A prova escrita objetiva será aplicada na data provável, constante do cronograma deste edital na cidade de Itapema-SC, em locais e horários que serão divulgados conforme cronograma, no endereço eletrônico do Concurso Público: www.iobv.org.br.

7.2. O IOBV poderá, não havendo na cidade de Itapema locais suficientes ou adequados para a alocação de todos os candidatos, realizar provas em cidades vizinhas à cidade de Itapema.

7.3. O Município reserva-se o direito de indicar nova data ou novos locais adequados para a realização das provas, mediante publicação com antecedência mínima de 8 (oito) dias da realização das provas.

7.4. Os horários das provas poderão ser divididos nos períodos matutino e vespertino, devendo o candidato considerar a data prevista, reservando o dia para o certame.

7.5. O IOBV poderá enviar mensagem complementar com a informação de local e horário de provas, por meio de endereço eletrônico (e-mail), indicado pelo candidato na ficha de inscrição, para isso deve o mesmo manter atualizado seu email, o que não isenta o candidato da responsabilidade de acompanhamento de todos os atos referentes a este Concurso Público, através do Edital, bem como de obter as informações necessárias pelo site ou por telefone do IOBV. Não haverá remessa de comunicação via postal.

7.6. A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br, considerando que os portões dos locais que dão acesso às salas de provas, fecharão 10 (dez) minutos antes do horário marcado para início da prova.

7.7. Os portões que dão acesso às salas de provas, dependendo do local poderão ser as portas de blocos, alas, setores e etc., devendo o candidato comparecer ao local designado para a realização das provas com a antecedência mínima de 1 (uma) hora com relação ao horário de fechamento dos portões, para garantir estacionamento e identificar corretamente a localização dos blocos, alas e das salas.

7.8. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o horário de fechamento dos portões, seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que deixar de fazer ou chegar com atraso à prova escrita, desclassificado do Concurso Público.

7.9. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (períodos menstruais, gravidez, contusões, luxações etc) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou neles prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade física-orgânica não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou nova prova.

7.10. O IOBV, por motivos técnicos ou de força maior, poderá retardar o início da prova escrita ou transferir suas datas e ou horários. Eventuais alterações serão comunicadas no site do Concurso Público na Internet, por mensagens enviadas para o e-mail informado, ou por aviso fixado na entrada principal ou mural do local anteriormente determinado, caso o evento determinante da alteração seja de natureza imprevisível.

7.11. A entrada nos locais de prova só será admitida mediante a apresentação de documento e identificação oficial com foto.

7.12. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público, que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

7.13. Não serão aceitos como documento de identificação: passes de ônibus, carteiras de estudante, crachás e ou documentos sem fotos, nem mesmo cópias coloridas ou autenticadas.

7.14. Em caso de perda, furto o roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, (30) trinta dias. Neste caso será realizada a identificação especial através da coleta de impressão digital para posterior averiguação.

7.15. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

7.16. A não apresentação do documento de identidade, nos termos desse edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova e sua eliminação do certame.

7.17. A identificação especial também poderá ser exigida do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

7.18. Em face de eventual divergência o IOBV poderá exigir a apresentação do original do Comprovante de pagamento da taxa de inscrição, com a devida autenticação bancária, não sendo válida cópia mesmo que autenticada.

7.19. Durante a realização das provas é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais:

a) Canetas esferográficas feitas com material transparente tinta PRETA de preferência ou azul; (não serão fornecidas canetas no local)

b) Documento de Identificação com foto;

c) Original do Comprovante de inscrição e/ou do pagamento da Taxa de inscrição ou de inscrição guardado no bolso;

d) Caso assim deseje, água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo;

7.19.1. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e (ou) borracha durante a realização das provas.

7.20. É vedada, durante a realização da prova, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, transmissores, receptores e ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico ou o porte de armamento. Também é proibido o fumo, uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição medica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura.

7.20.1. Só serão permitidos alimentos como barra de cereais, chocolates e biscoitos, desde que acondicionados em embalagem transparente providenciada pelo candidato. Os alimentos que não estiverem nestas condições serão recolhidos pelo fiscal de prova e devolvidos no término da prova. Os alimentos que ao serem ingeridos causarem ruídos que atrapalhem a execução da prova, serão recolhidos.

7.21. É terminantemente proibida a entrada de candidato armado, sob qualquer alegação, nos locais onde se realizarem as provas. O IOBV e a Prefeitura de Itapema não se responsabilizarão pela guarda de qualquer armamento.

7.22. É terminantemente proibido ao candidato, durante a realização das provas, podendo resultar na eliminação do certame:

a) Aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, iPod, gravadores, pendrive, mp3 player ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, palmtop, walkman, máquina fotográfica, controle de alarme de caso/casa, chaves de carro, etc.

b) Relógio de qualquer espécie, óculos escuros, protetor auricular, lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e (ou) borracha;

c) Qualquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro etc;

d) Qualquer recipiente ou embalagem, tais como: garrafa de água, suco, refrigerante e embalagem de alimentos (biscoitos, barra de cereais,

chocolates, balas, etc) que não seja fabricado de material transparente.

e) Faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.

f) Fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio que não os permitidos;

g) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, comportando-se indevidamente;

h) Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros sem qualquer etapa do concurso público;

i) Comunicar-se com outros candidatos durante a prova.

7.23. Os telefones celulares e demais equipamentos e materiais trazidos para o local da prova devem ser entregues sem qualquer outro aviso, desligados, aos fiscais da sala antes do início da prova. O candidato deverá guardar, em embalagem porta-objetos fornecida pela equipe de aplicação.

7.24. A embalagem porta-objetos devidamente lacrada e identificada pelo candidato deverá ser mantida embaixo da carteira até o término das suas provas. A embalagem porta-objetos somente poderá ser deslacrada fora das dependências do local de provas.

7.25. A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e poderão implicar na exclusão do candidato do Concurso Público, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

7.26. O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Concurso Público poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica ou vídeo.

7.27. O IOBV e Prefeitura Municipal de Itapema não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e/ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.

7.28. Todas as despesas decorrentes da obtenção ou entrega de documentos, bem como as de transporte e ou alimentação são de inteira responsabilidade dos candidatos, mesmo que a prova venha a ser transferida por qualquer motivo.

7.29. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas nem a realização de qualquer prova e ou exame fora dos horários e locais marcados para todos os candidatos.

7.30. Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, que será de 60 (sessenta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do Concurso Público.

7.31. Os três (3) últimos candidatos de cada sala de provas, só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo, quando assinares a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.

7.32. O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico www.iobv.org.br no dia seguinte ao da realização da prova.

7.33. Não serão fornecidos os exemplares dos cadernos de questões, no dia da prova. Um caderno de questões de cada cargo estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, na área restrita do candidato, permitindo assim que os candidatos possam interpor recursos contra as questões da prova.

7.33.1. Os candidatos devem aguardar em sua carteira, com o cartão-resposta e caderno de provas viradas para baixo e em completo silêncio, sob pena de serem eliminados.

7.34. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação, bem como informações sobre as demais etapas do certame.

7.35. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da entidade, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

7.36. Os candidatos que terminarem a prova NÃO poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

7.37. Motivará a eliminação do candidato do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devidas neste edital ou a outras relativas ao Concurso Público, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

7.38. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto o Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

7.39. A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

7.40. Constatada a impropriedade da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

8. DA PROVA DE TÍTULOS

8.1. Para os cargos de Ensino Superior, a segunda etapa do Concurso Público consiste na Prova de Títulos, de caráter unicamente classificatório.

8.2. A Prova de Títulos é constituída pela pontuação de certificados e ou diplomas de cursos de pós-graduação, devidamente autenticados em cartório e relacionados à área do cargo para a qual o candidato se inscreveu.

8.3. Os certificados de cursos de pós-graduação em nível de especialização deverão ser acompanhados por histórico escolar.

8.4. Os diplomas de cursos de pós-graduação emitidos no exterior deverão ser reconhecidos na forma da lei e acompanhados de tradução oficial.

8.5. Os candidatos que tenham concluído cursos de pós-graduação (em nível de especialização, mestrado ou doutorado) em data posterior a 1º de janeiro de 2016, cujos diplomas não tenham sido confeccionados pela instituição de ensino, poderão entregar certidão emitida pelo

programa de pós - graduação declarando ter o candidato concluído todos os créditos exigidos pelo programa, ter sido aprovado sem ressalvas no trabalho, monografia, dissertação ou tese, bem como ter cumprido todas as demais exigências do curso e no caso dos cursos de mestrado ou doutorado, que lhe foi outorgado o título correspondente. A certidão deve ser acompanhada de histórico escolar regularmente emitido.

8.6. Para participar da Prova de Títulos os candidatos deverão obrigatoriamente protocolar no IOBV, ou enviar pelo correio, por SEDEX, no prazo estabelecido no cronograma deste edital, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

- a) Requerimento para participação na Prova de Títulos (anexo VI);
- b) O certificado do título que deseja ser avaliado, acompanhado de histórico escolar.

8.7. Os títulos enviados pelo correio ou protocolados no IOBV só serão avaliados se entregues ao IOBV no prazo das inscrições conforme data do cronograma deste Edital, valendo como comprovação, quando couber, o registro de entrega dos documentos emitidos pelos Correios.

8.8. Será avaliado unicamente 1 (um) título de curso de pós-graduação. Caso o candidato apresente mais de um título será avaliado o de maior valor acadêmico.

8.9. Os títulos que atenderem as normas do presente edital serão avaliados de acordo com o quadro abaixo:

| Título/documento | Pontuação |
|--|-----------|
| Certificado de curso de pós-graduação em nível de Especialização. | 0,50 |
| Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Mestrado | 0,75 |
| Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Doutorado | 1,00 |

8.10. A nota da Prova de Títulos (no máximo 1,00 ponto) será somada à da Prova Escrita para o cálculo da Nota Final.

8.11. A participação na Prova de Títulos não é obrigatória.

8.12. Só serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados na prova escrita, ou seja, cuja nota for igual ou superior a 5,00.

9. DA PROVA PRÁTICA

9.1. A etapa 2 para os cargos de Operador de Máquina Pesada e Operador de Máquina Leve, consiste na prova prática que destina-se a avaliar os conhecimentos práticos que os candidatos possuem no desempenho de atividades que são inerentes ao cargo preiteado, constando de demonstração prática de sua habilitação na execução das atribuições do cargo.

9.2. Serão convocados para a Prova Prática os candidatos aprovados na Prova Escrita Objetiva, classificados do 1º ao 25º lugar, considerando os critérios de desempate.

9.2.1. Os candidatos que não atingirem essa classificação também serão considerados reprovados no concurso, pois não prestaram a prova.

9.3. Realizada a prova prática, será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 5,00 (cinco) pontos na aplicação da fórmula de cálculo da nota final.

9.4. A Prova Prática terá caráter classificatório sendo a nota da prova prática somada à nota da prova escrita, conforme a seguinte fórmula:

$$NF = NPE \times 3 + NPP \times 7 / 10$$

9.5. DA DATA, HORÁRIO E DETERMINAÇÕES GERAIS DA PROVA PRÁTICA

9.5.1. A prova prática será realizada na data constante do cronograma, em local e horário a ser anunciado no edital de convocação.

9.5.2. Para realizarem a Prova Prática, todos os candidatos convocados deverão se apresentar no local e horário de concentração, com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, para identificação, chamada e receber instruções, vestidos com trajes e calçados de acordo com as atividades exercidas, portando documento de identificação com foto, não serão aceitando cópias, mesmo que autenticadas ou qualquer tipo de protocolo.

9.5.3. Os candidatos ao serem chamados assinarão a lista de presença e em hipótese alguma haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

9.5.4. O candidato não poderá alegar qualquer desconhecimento sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência ou atraso.

9.5.5. Não será aplicada prova fora do dia, horário e local diferente daquele informado na data da prova.

9.5.6. Os equipamentos, veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser utilizados na prova prática serão fornecidos pelo Município de Itapema, no estado em que se encontrarem.

9.5.7. Quando couber, estarão à disposição dos candidatos, junto com as ferramentas e materiais que empregarão para a realização da tarefa, os equipamentos de proteção individual determinados pela legislação em vigor. A recusa em usá-los ou o seu uso de forma inadequada implicará na desclassificação do candidato.

9.5.8. O candidato que oferecer risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, provocando acidentes e prejuízos físicos e materiais será responsabilizado pelo ato e será automaticamente eliminado do certame. O candidato ao assinar a lista de presença fica ciente de sua responsabilidade.

9.5.9. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou repetir a prova e nem lhe conferem o direito de realizar a prova em outra oportunidade.

9.5.10. Após a identificação dos candidatos, estes receberão as instruções quanto às provas práticas e o local de movimentação e permanecerão à espera do fiscal que vai lhes acompanhar até o local de realização da prova.

9.5.11. Será considerado desistente e eliminado do certame o candidato que não comparecer, chegar atrasado ou que se ausentar do recinto sem autorização da comissão do concurso antes de realizar seu teste.

9.5.12. Durante a realização da prova prática é proibido utilizar telefones celulares e ou qualquer outro equipamento de comunicação, usar equipamento de som de qualquer natureza, fumar ou ingerir qualquer medicamento, alimento ou bebida, exceto água acondicionada em garrafa de material plástico transparente e sem rótulo.

9.5.13. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local sem comunicar-se com os demais candidatos.

9.5.14. A prova poderá ser filmada e gravada e o candidato ao assinar o termo de realização da prova prática concordará e atestará terem sido cumpridas todas as normas editalícias, declarando estar ciente de que é responsável por qualquer dano ao equipamento, avaliadores ou transeuntes.

9.5.15. No desenvolvimento da Prova Prática, cada candidato será avaliado, através de itens constantes em uma planilha de avaliação elaborada para esta finalidade.

9.5.16. Por razões de ordem técnica ou meteorológica a prova poderá ser adequada ou transferida a data, local e horário da realização da Prova prática. Os candidatos serão avisados por comunicado no sítio do concurso e ou por aviso fixado no mural e ou porta de entrada principal do local anteriormente marcado para a sua realização, quando o evento determinante da alteração for de natureza imprevisível.

9.6. DA AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA PARA OPERADOR DE MÁQUINA PESADA E OPERADOR DE MÁQUINA LEVE.

9.6.1. A prova prática constituir-se-á na execução de tarefas inerentes ao cargo, a serem realizadas individualmente pelo candidato, tarefas estas previamente elaboradas pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de até 20 (vinte) minutos para a execução da prova.

9.6.2. A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado, avaliando sua habilidade ao operar o equipamento, seu aproveitamento, técnica e produtividade.

9.6.3. Os candidatos realizarão a prova conforme o cargo:

a) Operador de Máquina Pesada: Realizarão a prova no equipamento: Motoniveladora (1) e Retroescavadeira (2)

b) Operador de Máquina Leve: Realizarão a prova no equipamento: Trator de Pneus

9.6.4. Não será permitido escolher outro tipo de equipamento para a realização da prova prática.

9.6.5. Sendo necessário utilizar dois equipamentos similares, (equipamento 01 e equipamento 02) haverá sorteio entre os candidatos para definir com qual equipamento fará a prova.

9.6.6. No caso de Operador de Máquina Pesada a nota da prova prática será o somatório da nota do equipamento 1 (um) mais nota do equipamento 2 (dois), dividido por dois.

9.6.7. A ordem de prestação da prova prática será determinada pela Comissão Organizadora, de acordo com as necessidades técnicas que se apresentarem.

9.6.8. Para realizar a prova prática os candidatos deverão apresentar carteira de habilitação categoria "C" a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderão realizar a prova.

9.6.9. O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação será automaticamente eliminado.

9.6.10. Não serão aceitos certificados de auto-escola, comprovantes de encaminhamento, boletim de extravio ou furto, ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

9.6.11. A obtenção da nota mínima para que o candidato seja classificado, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer da execução da tarefa proposta serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

| Categoria da Falta | Pontos a serem descontados |
|--------------------|----------------------------|
| Faltas Graves | 1,00 |
| Faltas Médias | 0,50 |
| Faltas Leves | 0,25 |

b) A categoria de faltas previstas no item anterior, constarão do formulário de avaliação com a seguinte descrição:

Faltas Graves: Aproveitamento do Equipamento, Produtividade, técnica, aptidão e eficiência

- NÃO Liberou equipamentos de segurança dos comandos
- NÃO utilizou da melhor forma possível a máquina para o serviço com eficácia e qualidade.
- NÃO utilizou corretamente a máquina, para não danificar o equipamento durante a tarefa.
- NÃO concluiu por completo a tarefa proposta.
- NÃO estacionou a máquina em baixando acessórios ao solo e/ou não engatou o freio para parar a máquina, ao estacionar após o término da tarefa.

Faltas Médias: Habilidades do Operador

- NÃO Executou com eficiência o início da operação, partida e arrancada.
- NÃO executou com eficiência movimentos de marcha à frente e à ré.
- NÃO respeitou a velocidade durante a avaliação, promovendo manobra não autorizada, como demonstração desnecessária de habilidade.
- NÃO Controlou o veículo provocando nele movimento irregular.
- NÃO respeitou a capacidade operacional e técnica da máquina.
- NÃO desligou a máquina ao estacionar após término da tarefa.
- NÃO apresentou calma e serenidade nas operações.

Faltas Leves: Verificação do Equipamento

- NÃO usou roupas e calçados adequados
- NÃO usou equipamento de proteção auricular ou não usou cinto de segurança
- NÃO subiu corretamente no equipamento usando três pontos de apoio
- NÃO fez os ajustes necessários antes da movimentação da máquina como, bancos e espelhos retrovisores.
- NÃO esperou a leitura e/ou não conferiu os instrumentos do painel como medidores de pressão, luzes indicadoras, horímetro.
- NÃO conferiu os instrumentos de painel como, nível de combustíveis e nível de óleo."

9.6.12. No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

9.6.13. Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Concurso.

10. DO TESTE DE CAPACIDADE FÍSICA PARA CARGO DE AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO

10.1. A etapa 2 para o cargo de Agente Municipal de Trânsito, de caráter eliminatório, consiste no TESTE DE CAPACIDADE FÍSICA que terá por objetivo avaliar a resistência aeróbica do candidato, consideradas indispensáveis ao exercício das atividades inerentes à função.

10.2. Serão convocados os candidatos aprovados na prova escrita, classificados da 1ª a 40ª colocação, já considerados os critérios de desempate.

10.3. O TESTE DE CAPACIDADE FÍSICA será aplicado possivelmente na data constante deste cronograma, em local e horário que serão divulgados no endereço eletrônico do concurso: <http://www.iobv.org.br>, através de edital próprio de convocação.

10.4. Os candidatos deverão comparecer ao local do TESTE DE CAPACIDADE FÍSICA adequadamente trajados: calção ou short, camiseta e tênis, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário de início do teste.

10.5. Não será permitido o acesso ao local do teste ao candidato que se apresentar após o horário determinado para o seu início.

10.6. No dia e horário do TESTE DE CAPACIDADE FÍSICA o candidato deverá portar obrigatoriamente, os seguintes documentos:

a) Documento de identidade original, não se aceitando cópias, mesmo que autenticadas, ou protocolos;

b) Atestado Médico original, emitido há no máximo 20 (vinte) dias da data da realização do Teste de capacidade física, com nome legível e número de inscrição no CRM do médico que o emitiu, atestando estar o candidato em gozo de perfeita saúde física e mental e apto para ser submetido ao Teste de Capacidade Física. A não apresentação do atestado médico impedirá que o candidato participe desse teste, e o eliminará do Concurso Público.

10.7. O IOBV e a Prefeitura Municipal de Itapema, se isentam de qualquer responsabilidade sobre acidentes que possam vir a ocorrer com os candidatos durante e após a realização da aplicação do testes.

10.8. Os casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários (estados menstruais, indisposições, câimbras, contusões, luxações, fraturas, estado gestacional, etc) ou permanentes, que impossibilitem a realização do teste ou diminuam ou limitem a capacidade física dos candidatos, não serão considerados motivos que justifiquem adiamento da aplicação do TESTE DE CAPACIDADE FÍSICA ou tratamento privilegiado.

10.9. O TESTE DE CAPACIDADE FÍSICA será de caráter eliminatório, sendo o candidato considerado APTO ou INAPTO no Teste de Capacidade Física, que consistirá em apenas um teste de corrida de 12 minutos.

10.10. TESTE DE CORRIDA (Resistência de longa duração) (Para candidatos de ambos os sexos) Teste de "Cooper" para pista de atletismo (400 metros) durante o tempo de 12 (doze) minutos.

10.14.1. Neste teste o candidato deverá procurar atingir, no tempo de 12 minutos, a maior distância possível correndo ou caminhando de maneira rápida.

10.14.2. Ao final do teste, ao som do apito, o(a) candidato(a) deverá parar e a distância percorrida será calculada pelo avaliador.

10.14.3. A distância mínima exigida a ser percorrida em 12 (doze) minutos é de 1.800 (mil e oitocentos metros) para os candidatos do sexo masculino e de 1.400 (mil e quatrocentos) metros para as candidatas do sexo feminino.

Teste de corrida de doze minutos – índices mínimos

| | Distância mínima a ser percorrida |
|-----------|-----------------------------------|
| Masculino | 1.800 m |
| Feminino | 1.400 m |

10.14.4. Ao final do teste será computado o tempo que o(a) candidato(a) levou para percorrer a distância prevista.

10.14.5. Os candidatos do sexo masculino e do sexo feminino que não realizarem o respectivo índice mínimo acima descritos serão considerados INAPTOS no Exame de Capacidade Física e eliminados do concurso.

10.14.6. O teste de corrida de doze minutos será realizado em uma única tentativa.

10.14.7. Será proibido ao candidato, quando da realização do teste de corrida de doze minutos:

a) Realizar o teste sem roupas e calçados adequados e/ou descalço;

b) Abandonar a pista antes da liberação do fiscal;

c) Dar ou receber qualquer tipo de ajuda física (como puxar, empurrar, carregar, segurar na mão etc.);

d) Deslocar-se, no sentido progressivo ou regressivo da marcação da pista, após findos os doze minutos, sem a respectiva liberação do fiscal, sob pena de ser considerado INAPTO e, conseqüentemente, eliminado do concurso.

e) Uso de celulares ou outro tipo de equipamento eletrônico que não seja o relógio de pulso de ponteiros.

10.14.8. O aquecimento e preparação para a prova são de responsabilidade do próprio candidato, não podendo interferir no andamento do Concurso Público.

10.14.9. Em razão de condições climáticas, a critério da banca examinadora, o Teste de Capacidade Física poderá ser cancelada ou interrompida, acarretando o adiamento da prova para nova data, estipulada e divulgada.

10.14.10. Será eliminado do concurso o candidato que:

a) se apresentar após o horário estabelecido para o início da prova, sendo que, em nenhuma hipótese, haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado;

b) tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com quaisquer dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;

c) for surpreendido, durante a realização do teste de aptidão física, em comunicação com outro candidato ou terceiros;

d) ausentar-se do local do teste sem o acompanhamento do fiscal;

e) não assinar a Lista de Presença e/ou a Folha de Avaliação do Teste de Capacidade Física. A negativa em assinar a Lista de Presença e/ou a Folha de Avaliação, ou a ausência de assinatura nos referidos documentos, por qualquer motivo, implicará a eliminação do candidato.

11. DA AVALIAÇÃO PSICOTÉCNICA PARA O CARGO DE AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO

11.1. Serão convocados todos os candidatos considerados APTOS no teste de capacidade física.

11.2. A fase da Avaliação Psicotécnica, de caráter eliminatório, consistirá num conjunto de testes realizados sem ordem pré-estabelecida, para avaliar a atenção concentrada e a personalidade, mediante aplicação de testes cientificamente reconhecidos pela ciência da Psicologia, bem como autorizados pelo órgão de fiscalização da profissão.

11.3. Os testes da Avaliação Psicotécnica serão aplicados por profissionais devidamente habilitados e inscritos no Conselho Regional de Psicologia.

11.4. A Avaliação Psicotécnica será realizada na cidade de Itapema-SC, conforme datas previstas no cronograma, o local e horário será divulgado em edital próprio de convocação.

11.5. Na Avaliação Psicotécnica, não será atribuída nota, sendo o candidato considerado INDICADO ou CONTRAINDICADO.

11.6. Será considerado contra-indicado, e conseqüentemente eliminado do concurso, o candidato que:

- a) não comparecer ou deixar de realizar algum dos testes do Exame Psicotécnico;
- b) não alcançar o desempenho mínimo exigido para cada teste, observados os parâmetros cientificamente reconhecidos;
- c) realizar qualquer dos testes em desacordo com as normas fixadas neste edital;
- d) comparecer, para a realização da Avaliação Psicotécnica, sem os documentos necessários à sua identificação, na forma disposta neste Edital.

11.7. Além do documento de identificação, o candidato deverá, para a realização da Avaliação Psicotécnica, estar munido de caneta esferográfica de tubo transparente de tinta azul ou preta.

11.8. Os casos de alterações orgânicas permanentes ou temporárias, tais como estados menstruais, indisposições, contusões, enjoos, gravidez, ou outros que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes ou diminuam ou limitem sua capacidade física e/ou orgânica não serão aceitos para fins de tratamento diferenciado (art. 7.º, Anexo V, da Lei n.º 4.819/2009).

11.9. Para avaliação dos candidatos, a Banca Examinadora deverá observar os seguintes perfis profissiográficos exigidos para os cargos, que se referem à personalidade estruturada, ou seja, ajustamento do indivíduo no seu ambiente, seu modo habitual de se comportar e resistir, com equilíbrio, às adversidades e/ou pressões do cotidiano:

PERFIL PROFISSIOGRÁFICO

| COMPETÊNCIAS | Grau de Necessidade* | | |
|---|----------------------|---|---|
| | 1 | 2 | 3 |
| ÁREA DE PERSONALIDADE: | | | |
| FLEXIBILIDADE - Aceitar ideias e opiniões de outras pessoas e saber lidar bem com a adversidade | | X | |
| BOM SENSO/AUTOCONTROLE - Autocontrole da ansiedade e da angústia e bom senso na condução dos conflitos | | | X |
| EQUILÍBRIO EMOCIONAL - Apresentar ajustamento social adequado, adaptabilidade, discernimento, conscienciosidade, paciência, agressividade e tônus vital. | | | X |
| PERSISTÊNCIA - Na busca dos objetivos. | | X | |
| TOLERÂNCIA À FRUSTRAÇÃO - Saber lidar com os resultados não previstos | | X | |
| ATITUDE DE AFIRMAÇÃO - Dar importância e o devido valor à profissão escolhida | | X | |
| COMUNICAÇÃO - Apresentar clareza na comunicação verbal e não-verbal | | X | |
| COMPORTAMENTO ÉTICO - Apresentar-se com discrição e ter uma conduta honesta, disciplinada e íntegra, consoante os valores éticos e morais | | | X |
| ATENÇÃO CONCENTRADA | | | X |
| VISÃO GLOBAL - Estar alinhado às normas, regulamentos, missão, visão e valores que regem o cargo. | | | X |
| OBSERVAÇÃO - Ser um bom observador | | | X |
| ÁREA DE HABILIDADES: | | | |
| RELACIONAMENTO INTERPESSOAL - Ser extrovertido e otimista, ter fluência verbal, bom humor e ter disponibilidade para a execução de ações | | X | |
| TRABALHO EM EQUIPE - Ter aptidão para trabalhar em equipe, de forma integrada, com cooperação e união | | | X |
| ÁREA COGNITIVA: | | | |
| INTELIGÊNCIA GERAL - Apresentar memória associativa, aptidão perceptiva, facilidade para captar detalhes, atenção, raciocínio abstrato e lógico, visão global, aptidão e fluência verbal. | | | X |

*Legenda: 1- Precisa ter o mínimo; 2- Precisa ter mediano; 3- Precisa ter muito desenvolvida.

11.9.1. A agressividade deverá ser avaliada como a força propulsora que leva o indivíduo a uma atitude de afirmação e domínio pessoal, perante qualquer situação; e o tônus vital, como a energia disponível e circulante em certo momento da vida, representando uma medida do potencial biológico capaz de ser liberado em qualquer situação de emergência.

11.9.2. O candidato será considerado indicado (apto) ao apresentar, em seus exames psicológicos, o perfil profissiográfico compatível com o desempenho esperado para o cargo.

11.9.3. O candidato será considerado contra-indicado (inapto), em seus exames psicológicos:

a) Quando apresentar o tônus vital, a agressividade, o ajustamento à realidade e o funcionamento do ego, em níveis marginais ou indicativos de patologias; como também, apresentar transtornos do humor (afetivos) que comprometam o exercício profissional e a adequação aos padrões organizacionais dos cargos de Agente Municipal de Trânsito.

b) Quando apresentar perfil profissiográfico incompatível com o cargo escolhido; ou

c) Não alcançar o desempenho mínimo exigido em qualquer dos testes psicológicos, conforme manual ou livro que regulará a aplicação e correção;

11.9.4. Será eliminado dos exames psicológicos o candidato que:

- a) Deixar de realizar algum dos testes psicológicos;
- b) Obter resultado contra-indicado (inapto);
- c) Realizar qualquer dos testes em desacordo com suas instruções;

d) Comparecer para a realização dos exames psicológicos sem os documentos necessários à sua identificação;

e) Não comparecer para a realização dos exames psicológicos;

f) O candidato que se ausentar da sala durante a aplicação de qualquer teste psicológico.

11.9.5. O candidato não poderá rasurar a prova e/ou caderno e folha de respostas, sendo considerado marcação incorreta, para fins de avaliação.

11.9.6. Não haverá segunda chamada para a realização dos exames psicológicos, bem como não serão admitidos quaisquer tratamentos diferenciados.

12. DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO FINAL

13.1. A nota final do candidato será obtida mediante as seguintes fórmulas:

a) Para os cargos com prova prática:

$$NF = NPE \times 3 + NPP \times 7 / 10$$

b) Para os cargos com prova de títulos:

$$NF = NPE + NPT$$

c) Para os demais cargos:

$$NF = NPE$$

NF = Nota Final

NPE = Nota da prova escrita

NPP = Nota da prova prática

NPT = Nota Prova de Títulos

13.2. São considerados aprovados neste Concurso Público os candidatos que atingirem nota final igual ou superior a 5,00 (cinco) pontos.

12.1. Os candidatos serão classificados por cargo disciplina, em ordem decrescente da nota final, expressa com 2 (duas) decimais sem arredondamento.

12.2. Ocorrendo empate na nota final aplicar-se-á para o desempate, os seguintes critérios:

12.2.1. Para todos os cargos, em conformidade com artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

12.2.2. Para os casos previstos na Lei 11.689/2008, será assegurada a preferência em igualdade de condições em Concurso Público, desde que jurados, devidamente comprovado.

12.3. Para os candidatos que não se enquadrarem nas condições acima, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

e) Maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;

f) Maior nota nas questões de Conhecimentos Básicos;

g) Maior idade, contada com base na idade em dia, meses e anos no dia da realização da prova escrita.

h) Sorteio público.

12.4. As pessoas com deficiência integrarão lista especial de classificação.

13. DOS RECURSOS

13.1. Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Concurso Público.

13.2. Os recursos deverão ser interpostos até às 18 horas do segundo dia útil posterior à publicação, no site do Concurso Público na Internet, do ato em desfavor do qual quer o candidato recorrer.

13.3. Os recursos poderão ser interpostos da seguinte maneira:

13.3.1. Recursos Via Internet:

a) Acessar a área do candidato no site www.iobv.org.br, e realizar login identificando-se.

b) Na área do candidato em "minhas inscrições" localizar o Concurso Público Edital 01/2016 de ITAPEMA;

c) Na coluna "opções" (à direita) deslize o mouse sobre os ícones (botão) e clique naquele que exibir "Solicitar Recurso".

d) Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.

e) No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).

f) Para cada questão deverá ser enviado um único formulário de recurso.

g) Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.

h) Clicar em "enviar"

13.3.2. Recursos presencial ou via postal:

a) Para recursos presencial preencher e assinar o anexo VII, do edital, com argumentação clara, consistente e objetiva, no caso de questões, um para cada questão e protocolar pessoalmente ou via procuração na sede do IOBV, no endereço constante do item 1.14 deste edital.

b) Para recursos via postal o candidato deverá preencher e assinar o requerimento (anexo VII) do edital com argumentação clara, consistente e objetiva, Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas; datar e assinar; anexar cópia autenticada do documento de identidade do requerente; colocar o requerimento em envelope resistente e enviará para o endereço sede do IOBV, conforme item 1.14, via sedex/ar.

13.3.2.1. O candidato deverá expedir o documento AR (aviso de recebimento), pelo Serviço de encomenda expressa de documentos e mercadorias – SEDEX. O documento deve ser entregue ao IOBV rigorosamente no prazo previsto no Edital, findo o qual não será aceito, sendo de responsabilidade do candidato a remessa via postal com devida antecedência para que o recurso seja entregue no prazo constante do cronograma do edital, valendo para todos os fins de direito a data da entrega.

13.4. Só serão analisados os requerimentos interpostos que preencherem todas as exigências do Edital e que forem entregues ao IOBV rigorosamente no prazo, findo o qual não serão aceitos.

13.5. É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os

anexos para o endereço eletrônico correto sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do www.iobv.org.br, após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

13.6. O Instituto o Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

13.7. Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

13.8. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

13.9. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

13.10. Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.

13.11. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

13.12. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

13.13. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.iobv.org.br, não serão enviadas respostas individuais aos candidatos.

13.14. Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

13.15. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

13.16. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

13.17. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso contra o gabarito oficial definitivo.

14. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

14.1. A homologação do resultado final deste Concurso Público, se dará através de decreto do executivo devidamente publicado nos meios legais e no endereço eletrônico do Concurso Público e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

14.2. Os atos e resultados serão divulgados no site www.iobv.org.br.

15. DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

15.1. O provimento dos cargos obedecerá, rigorosamente, a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

15.2. A aprovação e classificação neste Concurso Público não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de ITAPEMA, sendo que a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do Concurso Público ou de sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.

15.3. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município de ITAPEMA.

15.4. AS CONVOCAÇÕES SERÃO PUBLICADAS NO SITE OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA, ATRAVÉS DO LINK <http://itapema.sc.gov.br/editais-recursos-humanos>

15.5. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

15.6. Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site www.iobv.org.br, após homologação deverá informar o município junto ao Setor de Recursos Humanos.

15.7. Os candidatos aprovados NO CONCURSO PÚBLICO OBJETO DO EDITAL 001/2016, terão o prazo máximo de 30 (trinta) dias CORRIDOS, contados da publicação NO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL, ATRAVÉS DO LINK MENCIONADO NO ITEM 16.18, PARA APRESENTAR TODOS OS DOCUMENTOS EXIGIDOS E DESCRITOS NO ATO DA CONVOCAÇÃO E TOMAR POSSE.

15.8. Caso o candidato não deseje assumir de imediato a convocação, deverá assinar termo de desistência, possibilitando à Prefeitura Municipal convocar o próximo candidato por ordem de classificação.

15.9. É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do Concurso Público, estas deverão ser comunicadas diretamente ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura de ITAPEMA.

15.10. Por ocasião da posse serão exigidos, dos candidatos aprovados e convocados os documentos que comprovem os requisitos para provimento no cargo conforme item 2 deste edital, além de outros exigíveis à época da nomeação conforme legislação.

15.11. Ficam advertidos os candidatos de que, no caso de nomeação, a posse no cargo só lhes será deferida no caso de exibirem:

- a) A documentação comprobatória das condições previstas no item 2, deste edital acompanhada de fotocópia legível;
- b) Atestado de boa saúde física e mental a ser fornecido, por Médico ou Junta Médica do Município ou ainda, por esta designada, mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício do cargo, bem como a compatibilidade para os casos de deficiência física.
- c) Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal/1988, em seu Artigo 37, XVI e suas Emendas.

15.12. A não apresentação dos documentos acima, por ocasião da posse, implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Concurso.

16. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

16.1. Delega-se competência ao IOBV – Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste Concurso Público, para:

- a) Receber os requerimentos de inscrições;
- b) Emitir os documentos e listagens para a homologação das inscrições;
- c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas e práticas;
- d) Analisar e pontuar os títulos;
- e) Apreciar os recursos previstos neste edital;
- f) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;

- g) Prestar informações sobre o Concurso Público dentro de sua competência;
 h) Atuar em conformidade com as disposições deste edital.
 i) Responder, em conjunto com o município de ITAPEMA eventuais questionamento de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.
 16.2. A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal de Concurso Público, devidamente nomeada por ato oficial.
 16.3. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de ITAPEMA.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.2. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato.
 18.4. Não serão prestadas informações por telefone relativas a número de inscritos por cargo ao resultado do Concurso Público e respostas de recursos. Informações que constam no edital não serão dadas via telefone, o candidato antes de inscrever-se deve ler atentamente o edital.
 18.5. Não serão dadas por telefone informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma descrita neste edital.
 17.1. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de ITAPEMA, até que expire a validade do Concurso Público, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.
 17.2. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Concurso Público, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.
 17.3. Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.
 17.4. O Município de ITAPEMA e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Concurso Público sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.iobv.org.br.
 17.5. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br.
 17.6. As despesas relativas à participação do candidato no Concurso Público e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.
 17.7. No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Concurso Público, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento – AR (correios), será considerada a data de entrega.
 17.8. É vedada a inscrição neste Concurso Público de quaisquer membros da Comissão de Concurso Público, tanto da Prefeitura do Município de ITAPEMA como do IOBV, inclusive qualquer parente dos membros das comissões até 2º grau.
 17.9. Os cadernos de prova escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.
 17.10. A Comissão do Concurso Público da Prefeitura do Município de ITAPEMA e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.
 17.11. Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecurável, pela Comissão do Concurso Público da Prefeitura do município de ITAPEMA e do IOBV.
 17.12. Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público previsto neste Edital o Foro da Comarca de Itapema/SC.
 17.13. São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:
 17.14. Anexo I – Cargos e Vagas; Anexo II– Atribuições dos Cargos; Anexo III– Conteúdo Programático; Anexo IV– Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova; Anexo V – Requerimento de Isenção de Taxa de Inscrição.VI- Requerimento prova de Títulos; VII- Requerimento de Recursos.

ITAPEMA (SC), 18 de março de 2016.

Rodrigo Costa
 Prefeito Municipal

ANEXO I – CARGOS EFETIVOS

CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA MENSAL, SALÁRIO MENSAL E PRÉ-REQUISITOS

CARGOS ALFABETIZADO E ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

| Cargo | Vagas | CH | Salário | Pré-Requisitos | Tipo de Prova | R\$ Inscrição |
|-----------------------------|-------|--------|----------|--|-------------------------|---------------|
| 1. Auxiliar de Apoio | 04 | 30 h | 900,20 | Ser alfabetizado | Escrita Objetiva | 50,00 |
| 2. Guarda Patrimonial | 03 | 12/36h | 900,20 | Formação de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental | Escrita Objetiva | 50,00 |
| 3. Operador de Máquina Leve | 01 | 40 h | 1.079,10 | Ter a 4ª série do 1º grau e Carteira Nacional de Habilitação - classe C. | Escrita e Prova Prática | 50,00 |

| | | | | | | |
|-------------------------------|----|------|----------|---|-------------------------|-------|
| 4. Operador de Máquina Pesada | 02 | 40 h | 1.526,46 | Ter a 4ª série do 1º grau e Carteira Nacional de Habilitação - classe C ou D. | Escrita e Prova Prática | 50,00 |
| 5. Operário Braçal | 04 | 30 h | 900,20 | Ser alfabetizado | Escrita Objetiva | 50,00 |

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO

| Cargo | Vagas | CH | Salário | Pré-Requisitos | Tipo de Prova | R\$ Inscrição |
|---------------------------------|-------|--------|----------|--|---|---------------|
| 6. Agente Municipal de Transito | 16 | 12/36h | 1.826,51 | Ensino Médio Completo | Escrita Objetiva, Teste de Capacidade Física e Avaliação Psicotécnica | 80,00 |
| 7. Fiscal de Relação de Consumo | 02 | 30 h | 1.839,62 | Ensino Médio Completo | Escrita Objetiva | 80,00 |
| 8. Técnico Contábil | 02 | 30 h | 2.465,84 | Ensino médio técnico em contabilidade e registro no órgão de classe | Escrita Objetiva | 80,00 |
| 9. Técnico em Enfermagem | 03 | 40 h | 1.826,57 | Ensino Médio técnico em enfermagem e registro no órgão de classe – COREN | Escrita Objetiva | 80,00 |

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

| Cargo | Vagas | CH | Salário | Pré-Requisitos | Tipo de Prova | R\$ Inscrição |
|------------------------------------|-------|------|-----------|---|----------------------------|---------------|
| 10. Arquiteto | 02 | 30 h | 5.337,26 | Ensino Superior em Arquitetura e registro no órgão de classe - CAU | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 11. Assistente Social | 01 | 30 h | 4.383,86 | Ensino Superior em Serviço Social e Registro no órgão de classe - CRESS | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 12. Contador | 01 | 30 h | 7.562,29 | Ensino Superior em Contabilidade e registro no órgão de classe - CRC | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 13. Coordenador Pedagógico | 05 | 40 h | 3.037,36 | Licenciatura em Orientação e ou Supervisão ou Licenciatura em Pedagogia ou em qualquer área educacional com Especialização em Gestão Escolar, Orientação e ou Supervisão. | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 14. Enfermeiro | 04 | 40 h | 4.383,86 | Ensino Superior em Enfermagem com registro no órgão de classe – COREN SC | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 15. Engenheiro Agrônomo | 01 | 30 h | 5.337,26 | Ensino Superior em Engenharia Agrônoma e registro no órgão de classe - CREA | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 16. Engenheiro Civil | 01 | 30 h | 5.337,26 | Ensino Superior em Engenharia Civil e Registro no órgão de classe - CREA | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 17. Engenheiro Florestal | 01 | 30 h | 5.337,26 | Ensino Superior em Engenharia Florestal e registro no órgão de classe - CONFEA | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 18. Engenheiro Sanitarista | 01 | 30 h | 5.337,26 | Ensino Superior em Engenharia Sanitária e registro no órgão de classe - CONFEA | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 19. Farmacêutico | 02 | 40 h | 4.383,86 | Ensino Superior em Farmácia e registro no órgão de classe – CRF | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 20. Fiscal de Vigilância Sanitária | 02 | 30 h | 4.017,78 | Ensino Superior em Engenharia Ambiental ou Sanitária com registro no órgão de classe | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 21. Fisioterapeuta | 03 | 30 h | 4.383,86 | Ensino Superior em fisioterapia e registro no órgão de classe - Crefito | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 22. Fonoaudiólogo Educacional | 03 | 20 h | 2.191,86 | Ensino Superior em fonoaudiologia e registro no órgão de classe - CFF | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 23. Geólogo | 01 | 30 h | 3.855,44 | Ensino Superior em geologia e registro no órgão de classe. CONFEA | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 24. Médico | 01 | 40 h | 10.424,29 | Ensino Superior em medicina e registro no órgão de classe - CRM | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |

| | | | | | | |
|--|----|------|----------|--|----------------------------|--------|
| 25. Médico Especialista - Cardiologista | 01 | 20 h | 5.900,54 | Ensino Superior em Medicina com especialização em Cardiologia e registro no órgão de classe - CRM/RQE | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 26. Médico Especialista - Endocrinologista | 01 | 20 h | 5.900,54 | Ensino Superior em Medicina com especialização em Endocrinologia e registro no órgão de classe - CRM/RQE | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 27. Médico Especialista - Neurologista | 01 | 20 h | 5.900,54 | Ensino Superior em Medicina com especialização em Neurologia e registro no órgão de classe - CRM/RQE | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 28. Médico Especialista - Psiquiatra | 01 | 20 h | 5.900,54 | Ensino Superior em Medicina com especialização em Psiquiatria e registro no órgão de classe - CRM/RQE | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 29. Médico Especialista - Reumatologista | 01 | 20 h | 5.900,54 | Ensino Superior em Medicina com especialização em Reumatologia e registro no órgão de classe - CRM/RQE | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 30. Médico Especialista Cirurgião Ortopédico | 01 | 20 h | 5.900,54 | Ensino Superior em Medicina com especialização em Ortopedia e registro no órgão de classe - CRM/RQE | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 31. Médico Especialista- Ginecologista | 01 | 20 h | 5.900,54 | Ensino Superior em Medicina com especialização em Ginecologia e registro no órgão de classe - CRM/RQE | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 32. Médico Especialista -Ultrassonografista | 01 | 40 h | 11801,09 | Ensino Superior em Medicina com especialização em Ultrassonografia e registro no órgão de classe - CRM/RQE | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 33. Médico Especialista-Urologista | 01 | 20 h | 5.900,54 | Ensino Superior em Medicina com especialização em Urologia e registro no órgão de classe - CRM/RQE | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 34. Nutricionista | 01 | 20 h | 2191,86 | Ensino Superior em nutrição e registro no órgão de classe CRN | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 35. Professor de Artes | 01 | 20 h | 1.518,68 | Licenciatura plena em Artes | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 36. Professor de Ciências | 01 | 20 h | 1.518,68 | Licenciatura plena em Ciências | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 37. Professor de Educação Física | 01 | 20 h | 1.518,68 | Licenciatura plena em Educação Física e Registro no CREF | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 38. Professor de Educação Infantil | 10 | 20 h | 1.364,37 | Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação para Educação Infantil | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 39. Professor de Ensino Religioso | 01 | 20 h | 1.518,68 | Licenciatura plena em Ciências da Religião | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 40. Professor de Espanhol | 01 | 20 h | 1.518,68 | Licenciatura plena em Letras/Espanhol | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 41. Professor de Geografia | 01 | 20 h | 1.518,68 | Licenciatura plena em Geografia | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 42. Professor de História | 01 | 20 h | 1.518,68 | Licenciatura plena em História | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 43. Professor de Inglês | 01 | 20 h | 1.518,68 | Licenciatura plena em Letras/inglês | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 44. Professor de Língua Portuguesa | 01 | 20 h | 1.518,68 | Licenciatura plena em Letras/português | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 45. Professor de Matemática | 01 | 20 h | 1.518,68 | Licenciatura plena em Matemática | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 46. Psicólogo | 04 | 40 h | 4.383,86 | Ensino Superior em psicologia e registro no órgão de classe - CRP | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 47. Psicopedagogo | 01 | 40 h | 4.383,86 | Licenciatura plena em pedagogia com especialização em psicopedagogia | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 48. Técnico Judiciário | 02 | 30 h | 2.779,03 | Ensino Superior em Direito - Bacharel | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |

| | | | | | | |
|---------------------------|----|------|----------|--|----------------------------|--------|
| 49. Terapeuta Ocupacional | 02 | 30 h | 4.383,86 | Ensino Superior em terapia ocupacional e registro no órgão de classe | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 50. Veterinário | 02 | 30 h | 3.855,44 | Ensino Superior em medicina veterinária e registro no órgão de classe - CRMV | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |

Abreviaturas:CH – Carga Horária (Jornada de Trabalho) Semanal

ANEXO II – EMPREGOS PÚBLICOS

CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA MENSAL, SALÁRIO MENSAL E PRÉ-REQUISITOS

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

| Cargo | Vagas | CH | Salário | Pré-Requisitos | Tipo de Prova | R\$ Inscrição |
|--|-------|------|----------|---|------------------|---------------|
| 1. Agente Comunitário de Saúde – Bairro Centro | 01 | 40 h | 1.247,16 | Formação em Ensino Fundamental Completo e residir na área de abrangência. | Escrita Objetiva | 50,00 |
| 2. Agente Comunitário de Saúde – Bairro Ilhota | 01 | 40 h | 1.247,16 | Formação em Ensino Fundamental Completo e residir na área de abrangência. | Escrita Objetiva | 50,00 |
| 3. Agente Comunitário de Saúde – Bairro Jardim Praia Mar | 01 | 40 h | 1.247,16 | Formação em Ensino Fundamental Completo e residir na área de abrangência. | Escrita Objetiva | 50,00 |
| 4. Agente Comunitário de Saúde – Bairro Meia Praia | 01 | 40 h | 1.247,16 | Formação em Ensino Fundamental Completo e residir na área de abrangência. | Escrita Objetiva | 50,00 |
| 5. Agente Comunitário de Saúde – Bairro Morretes | 01 | 40 h | 1.247,16 | Formação em Ensino Fundamental Completo e residir na área de abrangência. | Escrita Objetiva | 50,00 |
| 6. Agente Comunitário de Saúde – Bairro Sertão do Trombudo | 01 | 40 h | 1.247,16 | Formação em Ensino Fundamental Completo e residir na área de abrangência. | Escrita Objetiva | 50,00 |
| 7. Agente Comunitário de Saúde – Bairro Sertãozinho | 01 | 40 h | 1.247,16 | Formação em Ensino Fundamental Completo e residir na área de abrangência. | Escrita Objetiva | 50,00 |
| 8. Agente Comunitário de Saúde – Bairro Tabuleiro | 01 | 40 h | 1.247,16 | Formação em Ensino Fundamental Completo e residir na área de abrangência. | Escrita Objetiva | 50,00 |
| 9. Agente Comunitário de Saúde – Bairro Varzea | 01 | 40 h | 1.247,16 | Formação em Ensino Fundamental Completo e residir na área de abrangência. | Escrita Objetiva | 50,00 |
| 10. Agente de Combate a Endemias | 05 | 40 h | 1.247,16 | Formação em Ensino Fundamental Completo | Escrita Objetiva | 50,00 |

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO

| Cargo | Vagas | CH | Salário | Pré-Requisitos | Tipo de Prova | R\$ Inscrição |
|------------------------|-------|------|----------|-----------------------|------------------|---------------|
| 11. Educador Social | 03 | 40 h | 1.839,62 | Ensino Médio Completo | Escrita Objetiva | 80,00 |
| 12. Motorista do SAMU | 02 | 40 h | 1.526,46 | Ensino Médio Completo | Escrita Objetiva | 80,00 |
| 13. Técnico Desportivo | 03 | 20 h | 1.518,68 | Ensino Médio completo | Escrita Objetiva | 80,00 |

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

| Cargo | Vagas | CH | Salário | Pré-Requisitos | Tipo de Prova | R\$ Inscrição |
|------------------------------------|-------|------|----------|---|----------------------------|---------------|
| 14. Advogado – CREAS/SUAS | 01 | 30 h | 7.127,90 | Ensino Superior em Direito e registro no órgão de Classe | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 15. Assistente Social (EP) | 03 | 30 h | 4.383,86 | Ensino Superior em Serviço Social e Registro no órgão de classe - CRESS | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 16. Professor Intérprete de Libras | 01 | 20 h | 1.518,68 | Ensino Superior em Pedagogia com especialização em libras | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |
| 17. Psicólogo(EP) | 02 | 40 h | 4.383,86 | Ensino Superior em Psicologia - CRP | Escrita Objetiva e títulos | 110,00 |

Abreviaturas:CH- CargaHorária(JornadadeTrabalho)Semanal

ANEXO III

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGOS DE ALFABETIZADO E ENSINO FUNDAMENTAL**Auxiliar de Apoio**

Operar máquinas montadas sobre rodas ou sobre esteiras e providas de pá mecânica ou caçamba para escavar e mover terras, pedras, areia, cascalho e materiais análogos; Operar máquinas de abrir canais de drenagem, abastecimento de água e outros; Operar máquinas para aprofundar ou alargar leitos de rios, riachos e córrego canal; Operar máquinas providas de lâminas para nivelar solos; Operar máquinas para estender camadas de terra, areia, asfalto ou brita; Operar máquina niveladora munida de lâmina ou escarificador, movimentando os comandos de marchas, direção e operações; Zelar pela manutenção do equipamento, comunicando falhas e solicitando reparos para assegurar seu perfeito estado; Recolher o equipamento após a jornada de trabalho, conduzindo-o à garagem, para permitir a manutenção e o abastecimento do mesmo; Verificar as ordens de serviço e tráfego, o itinerário a ser seguido e os horários e o número de viagens a ser cumprido; Executar outras atividades inerentes a seu cargo e formação e/ou de interesse da Prefeitura, por determinação superior.

Agente Comunitário de Saúde

Tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas; As atividades do Agente Comunitário de Saúde, na sua de abrangência ou micro área são: a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio-cultural da comunidade; a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva; o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; e a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida, Executar outras atividades inerentes a seu cargo e formação e/ou de interesse da Prefeitura, por determinação superior.

Agente de Combate a Endemias – Emprego Público

Participar das ações de promoção, prevenção, assistência e reabilitação da saúde; exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde. Realizando pesquisas entomológicas dos diversos vetores; coleta de material para análise, divulgação em geral sobre vetores, captura de larvas dos mosquitos da dengue e outros vetores; realizar levantamento de índices e tratamentos, pontos estratégicos, de limitação de foco, trabalho de pesquisa, em especial de denúncias e suspeitas de vetores e outras atividades. Deve interagir com os demais profissionais da equipe de saúde. Executar outras atividades inerentes a seu cargo e formação e/ou de interesse da Prefeitura, por determinação superior.

Guarda Patrimonial

Trabalho de atividades rotineiras, diurnas ou noturnas que consiste em cuidar da vigilância patrimonial dos imóveis do município, exercendo a vigilância de terrenos, prédios, edificações, percorrendo-os sistematicamente e inspecionando as suas dependências; Verificar portas e janelas; Observar movimentação das pessoas pela redondeza; Remover pessoas em desacordo com normas locais; Registrar a passagem pelos pontos de ronda; Relatar avarias nas instalações; Inspeccionar os veículos no estacionamento; Contatar proprietários dos veículos irregularmente estacionados; Monitorar pelo circuito fechado de TV; Revistar as pessoas; Interfonar; Encaminhar o visitante; Controlar a movimentação das pessoas; Receber materiais e equipamentos fazer manutenção simples ou solicitar reparos. Atenção e providências para evitar roubos, incêndios, invasão de estranhos, depredação ou qualquer outro acidente danoso ao patrimônio, acionar o 190 da PM e 193 do Corpo de Bombeiros; Executar outras atividades inerentes a seu cargo e sua experiência profissional e/ou de interesse da Prefeitura, por determinação superior.

Operador de Máquina Leve

Operar tratores e equipamentos de pequeno porte, tais como: tratores agrícolas, tobats e assemelhados; Vistoriar o equipamento, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água, óleo do cárter e testando freios e parte elétrica, para certificar-se de suas condições de funcionamento; Examinar as ordens de serviço, verificando locais onde serão efetuados os serviços; Zelar pela manutenção do equipamento, comunicando falhas e solicitando reparos para assegurar seu perfeito estado; Recolher o equipamento após a jornada de trabalho, conduzindo-o à garagem, para permitir a manutenção e o abastecimento do mesmo; Verificar as ordens de serviço e tráfego, o itinerário a ser seguido e os horários e o número de viagens a ser cumprido; Executar outras atividades inerentes a seu cargo e formação e/ou de interesse da Prefeitura, por determinação superior.

Operador de Máquina Pesada

Operar máquinas montadas sobre rodas ou sobre esteiras e providas de pá mecânica ou caçamba para escavar e mover terras, pedras, areia, cascalho e materiais análogos; Operar máquinas de abrir canais de drenagem, abastecimento de água e outros; Operar máquinas para aprofundar ou alargar leitos de rios, riachos e córrego canal; Operar máquinas providas de lâminas para nivelar solos; Operar máquinas para estender camadas de terra, areia, asfalto ou brita; Operar máquina niveladora munida de lâmina ou escarificador, movimentando os comandos de marchas, direção e operações; Zelar pela manutenção do equipamento, comunicando falhas e solicitando reparos para assegurar seu perfeito estado; Recolher o equipamento após a jornada de trabalho, conduzindo-o à garagem, para permitir a manutenção e o abastecimento do mesmo; Verificar as ordens de serviço e tráfego, o itinerário a ser seguido e os horários e o número de viagens a ser cumprido; Executar outras atividades inerentes a seu cargo e formação e/ou de interesse da Prefeitura, por determinação superior.

Operário Braçal

Coletar lixo e outros resíduos, acondicionando-os em latões, sacos plásticos, ou carregando-os para o transporte deste tipo de carga; Atuar na seleção dos materiais e objetos coletados, separando-os em orgânicos e inorgânicos, com vistas à sua reciclagem; Executar a limpeza e a retirada de entulhos, lixos e outros resíduos de valas, valetas, bocas de lobo, canalizações de água pluviais e esgotos; Executar a capina e a remoção de vegetação das vias públicas ou que possam prejudicar o trânsito de pessoas e veículos; Roçar a vegetação das margens da rodovia que possam afetar a segurança das pessoas e veículos: Carregar, remover e descarregar materiais como terra, areia, brita, asfalto e demais materiais, utilizando veículos automotores, carrinho de mão e outros meios, destinados ao recapeamento e à recuperação do leito e das rodovias e de outras vias de uso coletivo; Auxiliar no uso e na operação de veículo de transporte fluvial, realizando operações simples e complexas sob a orientação e supervisão do superior imediato; Remover e transportar materiais necessários à preparação de argamassas,

separando-os e juntando-os nas proporções determinadas pelo superior imediato, preparando as ligas, seguindo orientação superior; Exercer a vigilância de terrenos, prédios, edificações, percorrendo-os sistematicamente e inspecionando as suas dependências, para evitar incêndios, roubos, entrada de pessoas estranhas e anormalidades; Preparar a sepultura, escavando a terra e escorando as paredes da abertura, ou retirando a lápide do interior das covas já existentes para permitir o sepultamento; Auxiliar na colocação do caixão, manipulando as cordas ou cabos de sustentação, para facilitar o posicionamento do mesmo na sepultura; Fechar a sepultura, recobrando a terra e a cal, ou fixando-lhe uma laje, para assegurar a inviolabilidade do túmulo; Auxiliar na limpeza e a conservação de jazigos e no transporte de caixões e exumação de cadáveres; Executar outras atividades determinadas pelos superiores hierárquicos.

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO

Agente Municipal de Trânsito

Controlar e orientar os motoristas para as condições do trânsito em geral; Executar ronda diurna ou noturna nas vias de trânsito; Cooperar com os policiais militares para aplicação das normas de trânsito em geral; Promover a orientação de motoristas, ciclistas e pedestres no cumprimento das normas de trânsito em geral; Executar atividades de polícia administrativa, aplicando multas de trânsito na forma da legislação em vigor; Controlar e executar atividades de fiscalização de trânsito; Auxiliar na arrecadação de valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos; Executar atividades de escolta de veículos de cargas perigosas, superdimensionadas e de valores; Executar outras atividades determinadas pelos superiores hierárquicos compatíveis com o cargo.

Educador Social – Emprego Público

- Auxiliam nas compras dos materiais necessários para o funcionamento do Serviço, realizando os orçamentos dos materiais; Acompanhar os usuários às unidades básicas de saúde quando necessário; Acompanhar o motorista do Serviço no transporte dos usuários; Planejar e realizar oficinas de artes manuais e terapêuticas com as crianças e os adolescentes; Planejar e realizar oficinas de artes manuais e terapêuticas com os cuidadores dos usuários; Produzir relatórios semanais sobre as oficinas realizadas, evidenciando o comportamento dos usuários durante as mesmas; Auxiliar na coordenação de grupos com os usuários e as famílias dos mesmos; Planejar e proferir palestras de prevenção da violência contra crianças e adolescentes para os alunos das escolas do município; Produzir relatórios sobre as palestras nas escolas e, sempre que solicitados, fazer intervenções pontuais junto aos alunos que demonstrarem algum indício de estar sofrendo alguma forma de violência; Encaminhar as demandas advindas das palestras para a rede de serviços do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente; Fazer o acompanhamento permanente dos casos atendidos junto à rede de serviços; Produzir dados estatísticos das atividades realizadas sempre que solicitados; Organizar as feiras de artesanato com os produtos confeccionados pelos usuários do Serviço durante as oficinas de artes manuais; Confeccionar materiais de divulgação para as palestras e campanhas de prevenção realizadas pelo Serviço; Elaborar planos terapêuticos em conjunto com os Psicólogos e a Assistente Social; Realizar estudos de casos junto à equipe técnica do Serviço; Desenvolver projetos e viabilizar ações para o fortalecimento da rede de garantia dos direitos da criança e do adolescente do município; Promover o fortalecimento das famílias, das crianças e dos adolescentes atendidos afim de que haja um rompimento do ciclo de violências que, geralmente, se perpetua por várias gerações familiares; Elaborar junto à equipe técnica ações de prevenção de violências contra as crianças e adolescentes; Elaborar formas de capacitar os profissionais da rede de garantia dos direitos das crianças e adolescentes (Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Esportes), incentivando a denúncia/revelação dos casos de violência e fortalecendo o acolhimento; Encaminhar os usuários do Serviço para outros serviços em funcionamento no município; Manter comunicação ativa com demais Programas e Projetos da Rede de Serviços, informando, divulgando e/ou solicitando informações pertinentes ao Serviço; Promover ações junto a Rede de Serviços do município que incentivem o protagonismo juvenil; Participar ativamente de todas as ações internas ou externas realizadas pelo Serviço; Participar de cursos de capacitação continuada para um atendimento mais especializado; Participar ativamente dos projetos e ações que envolvem toda a Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos; Seguir atentamente as Normas e Diretrizes do CREAS, dentro e fora da instituição; Realizar as demais funções compatíveis com o cargo em conformidade com as Normas e Diretrizes do CREAS. Realizar outras funções inerentes ao cargo.

Fiscal de Relação de Consumo

Efetuar fiscalização com o objetivo de exercer o poder de polícia do Município referente às relações de consumo, bem como o seu efetivo controle, especialmente em atendimento às normas da Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações posteriores, por meio de rondas e vistorias espontâneas, sistemáticas e dirigidas; Fazer observar, executar atividades e praticar os atos administrativos previstos na legislação referente às relações de consumo; Analisar e responder consultas referentes às relações de consumo; Participar da elaboração de programas educativos, junto à população, para orientar, conscientizar e motivar o cidadão quanto aos seus direitos e obrigações nas relações de consumo; Atuar de ofício ou a partir de reclamações em questões referentes às relações de consumo; VI - atuar em todas as fases do processo administrativo referente às relações de consumo, iniciado de ofício ou a partir de reclamação; Exarar documentos fiscais e outros que se fizerem necessários, em conformidade com a legislação referente às relações de consumo; Proceder a apreensões, inutilizações e coletas de amostras, notificar, intimar, autuar, interditar, advertir, praticar a intervenção administrativa e outros atos administrativos previstos na legislação de relações de consumo; Elaborar réplicas e tréplicas fiscais em processos de recursos oriundos de penalidades impostas em decorrência do poder de polícia do Município nas relações de consumo; Solicitar dos órgãos competentes a instauração de inquérito para apuração de delito contra o consumidor; Participar de audiências nas quais o Município seja parte; Propor, viabilizar e fiscalizar a celebração de convênios nos quais seja parte o Município no âmbito das relações de consumo; Executar outras tarefas previstas na legislação referente às relações de consumo, na área de sua competência; Executar outras atividades inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

Motorista do SAMU – Emprego Público

Participar das ações de promoção, prevenção, assistência e reabilitação da saúde; Conduzir ambulâncias por via rodoviária; Observar a forma de condução em emergência, sempre que for configurada esta necessidade, em conformidade com o disposto no Código Brasileiro de Trânsito para estas situações; Zelar pela manutenção do veículo, observando a carroceria e testando freios, comandos, para certificar-se das boas condições de funcionamento; Vistoriar regularmente o veículo, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água, óleo do cárter e testando freios e parte elétrica, para certificar-se de suas condições de funcionamento; Comunicar ao setor competente, eventuais falhas e solicitando reparos para assegurar seu perfeito estado; Responsabilizar-se pela entrega do veículo ao próximo condutor em perfeito estado de utilização; Executar outras atividades inerentes a seu cargo e formação e/ou de interesse da Prefeitura, por determinação superior.

Técnico Contábil

Auxiliar na execução dos serviços contábeis da Prefeitura Municipal; Auxiliar nos registros dos atos e fatos contábeis relativos à administração municipal; Auxiliar nos levantamentos, relatórios e organizar balancetes e balanços patrimoniais e financeiros, dentro dos prazos legais; Auxiliar na elaboração de demonstrativos, prestações de contas, respostas e diligências, subsidiando-as com os documentos necessários, dentro dos prazos legais; Auxiliar na codificação e/ou acompanhar a elaboração de Notas de Empenho e o registro e a procedência dos documentos contábeis; Auxiliar no acompanhamento e controle dos resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Prefeitura Municipal; Auxiliar na fiscalização e no registro de termos de responsabilidade referentes a bens móveis e imóveis de caráter permanente; Auxiliar a Classificar receitas e despesas de acordo com o plano de contas; Auxiliar a Relacionar e classificar as despesas e as notas de empenhos por itens orçamentários; Auxiliar na verificação periódica das disponibilidades orçamentárias, para que seja providenciada a suplementação devida e de acordo com a Lei; Executar outras atividades inerentes a seu cargo e formação e/ou de interesse da Prefeitura, por determinação superior.

Técnico Desportivo – Emprego Público

Auxiliar os instrutores e/ou professores técnicos nas aulas teóricas e práticas nas oficinas esportivas. Ser auxiliar na formação de atletas junto com o treinador de rendimento nas equipes municipais de Futebol de Campo, Futsal, Handebol, Voleibol, Basquetebol, Taekwondo, Judô, Karatê, Segundo Tempo e Surf (Categorias de base, infantil, juvenil, infanto-juvenil e adulto) para participar em eventos da FESPORTE como: OLESC, JESC, Jogos Abertos de Santa Catarina, e JASC em etapas micro-regionais, regionais, estaduais e nacionais, demais competições de interesse do Município. Ser atuante como auxiliar sempre que requisitado nos eventos esportivos da Secretaria a que representa.

Técnico em Enfermagem

Participar das ações de promoção, prevenção, assistência e reabilitação da saúde; Lavar, acondicionar e esterilizar material, segundo técnicas adequadas; Administrar sangue e plasma, controlar pressão venosa; Monitorar e aplicar respiradores artificiais; Prestar cuidados de conforto, movimentação ativa e passiva e de higiene pessoal aos pacientes; Aplicar gasoterapia, instilações, lavagens estomacais e vesicais e outros tratamentos, valendo-se dos seus conhecimentos técnicos para proporcionar o maior grau possível de bem-estar físico, mental e social aos pacientes; Efetuar testes de sensibilidade, aplicando substâncias alérgicas e fazendo leituras das reações, para obter subsídios aos diagnósticos; Fazer curativos, imobilizações especiais e ministrar medicamentos e tratamentos de emergência; Adaptar o paciente ao ambiente hospitalar e aos métodos terapêuticos que lhes são aplicados, realizando entrevistas de admissão, visitas diárias e orientando-o para reduzir sua sensação de insegurança e sofrimento e obter a sua colaboração no tratamento; Prestar cuidados no post-mortem como enfeixamentos e tamponamentos, utilizando algodão, gaze e outros materiais para evitar a eliminação de secreções e melhorar a aparência do cadáver; Executar outras atividades inerentes ao cargo e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Advogado – CREAS/SUAS - Emprego Público – não pertence aos quadros da PGM

-De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais -Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 -MDS, fornecer suporte às famílias e indivíduos usuários do Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade, em sua amplitude de serviços e atendimento integral, tudo de acordo com as orientações técnicas do referido Centro; orientação jurídico social e assessoria jurídica no âmbito do SUAS, respeitadas as competências e atribuições da Procuradoria Geral do Município; oferecer atendimento de advocacia pública no âmbito do SUAS, respeitadas as competências e atribuições da Procuradoria Geral do Município; receber denúncias; prestar orientação jurídica aos usuários do CREAS; fazer encaminhamentos processuais, exceto os de competência da Procuradoria Geral do Município; esclarecer procedimentos legais aos técnicos do serviço; participar de palestras informativas aos usuários; fazer estudo permanente acerca do tema da violência e violação de direitos pertinente aos casos de atendimento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social; manter atualizado todos os registros/mecanismos, de todos os atendimentos; participar de todas as reuniões da equipe com a visão da área de atuação; defesa e garantia de direitos sócio assistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com os órgãos públicos de defesa de direitos, dirigido ao público da política de assistência social, nos termos da Lei Federal Nº 8.742, de 1993; atendimento dirigido às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos da Lei Federal nº 8.742, de 1993, e respeitadas as deliberações do CNAS; assessoramento jurídico ao público da política de assistência social, nos termos da Lei Federal Nº 8.742, de 1993, e respeitadas as deliberações do CNAS; acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações; elaboração, junto com as famílias e indivíduos, do Plano de Acompanhamento Individual e/ou familiar, considerando as especificidades e particularidades de cada um; realização de visitas domiciliares acompanhadas pelo CREAS, quando necessário; realização de encaminhamentos monitorados para a rede sócio assistencial e demais políticas públicas setoriais e órgãos de defesa de direitos; trabalho em equipe interdisciplinar; alimentação de registros e sistemas de informações sobre as ações desenvolvidas; participar nas atividades de planejamento, monitoramento e avaliação do processo de trabalho; participar das atividades de capacitação e formação continuada da equipe CREAS, reuniões de equipe, estudos casos, e demais atividades correlatas; participação de reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas, para definição de fluxos; instituição de rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; organização de encaminhamentos, fluxos de informação e procedimentos; e demais atribuições definidas na função de advogado, observando o disposto na NOB/SUAS e por meio de Resoluções do Conselho Nacional da Assistência Social e Conselho Municipal de Assistência Social – CMA; Executar outras atividades inerentes a seu cargo e sua experiência profissional e/ou de interesse da Prefeitura, por determinação superior.

Arquiteto

Elaborar, executar e dirigir atividades referentes a edificações, conjuntos arquitetônicos e monumentos, arquitetura paisagística e de interiores, planejamento físico, local, urbano e regional; Planejar e executar projetos arquitetônicos do órgão, atendendo suas necessidades permanentes; Participar do planejamento paisagístico, possibilitando a preservação ambiental e respeitando as características específicas de cada região; Executar serviços de urbanismo; Executar layout de distribuição espacial do mobiliário, adequando-o à execução das atividades de cada setor; Projetar e executar programação visual das instalações, visando oferecer um bom ambiente, influenciando na humanização e na produtividade; Executar e supervisionar as mudanças programadas, buscando bom aproveitamento dos espaços; Orientar o mapeamento e a cartografia de levantamentos feitos para áreas operacionais; Realizar exame técnico de processos relativos à execução de obras, compreendendo a verificação de projetos e das especificações quanto às normas e padronizações; Participar da elaboração e execução de

convênios que incluam projetos de construção, ampliação ou remoção de obras e instalações; Fazer avaliações, perícias e arbitramentos relativos a especialidades; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Assistente Social

Planejar, coordenar, orientar, supervisionar, executar e avaliar programas e projetos na área do serviço social, aplicados a indivíduos, grupos e comunidades; participar, dentro de sua especialidade, de equipes multiprofissionais na elaboração, análise e implantação de programas e projetos; Elaborar e/ou participar de projetos de pesquisa, visando a implantação e ampliação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário; Mobilizar recursos comunitários para que sejam devidamente utilizados em benefício da população; fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades; Emitir pareceres sobre assuntos de sua área de competência; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Assistente Social – Emprego Público

Fazer o atendimento e encaminhamentos das famílias assistidas pelo PBF, visitas domiciliares, pareceres sociais exigidos pelo MDS e acompanhamento dos cursos de geração trabalho e renda.

Exercer outras atividades inerentes à função. Formação Exigida: Formação Superior Completa em Assistência Social e registro no órgão fiscalizador da profissão; Programa Casa de Passagem João e Maria.

Contador

Organizar e dirigir trabalhos inerentes à contabilidade, planejando, supervisionando, executando e orientando, de acordo com as exigências legais e administrativas, para apurar os elementos necessários à elaboração orçamentária e ao controle da situação patrimonial, econômica e financeira da instituição; Executar os serviços contábeis da Prefeitura Municipal, escriturando os atos e fatos contábeis, de acordo com as normas legais usadas na contabilidade dentro do serviço público; Fazer registros dos atos e fatos contábeis relativos à administração municipal; Fazer levantamentos, relatórios e organizar balancetes e balanços patrimoniais e financeiros, dentro dos prazos legais; Elaborar demonstrativos, prestações de contas, respostas e diligências, subsidiando-as com os documentos necessários, dentro dos prazos legais; Codificar e elaborar e/ou acompanhar a elaboração de Notas de Empenho e o registro e a procedência dos documentos contábeis; Acompanhar e controlar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Prefeitura Municipal; Fiscalizar e registrar termos de responsabilidade referentes a bens móveis e imóveis de caráter permanente; Classificar receitas e despesas de acordo com o plano de contas; Registrar e controlar a movimentação de todos os bens e valores existentes na Prefeitura, para posterior fiscalização dos órgãos competentes; Relacionar e classificar as despesas e as notas de empenhos por itens orçamentários; Verificar periodicamente as disponibilidades orçamentárias, providenciando-lhes a devida suplementação, em tempo hábil e de acordo com a Lei; Controlar os valores extraorçamentários arrecadados, provenientes de outras fontes, zelar pelo fiel cumprimento contábil e financeiro da Prefeitura; Executar e propor o aperfeiçoamento e adequação da legislação e normas específicas, bem como de métodos e técnicas de trabalho; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Coordenador Pedagógico

Coordenar, juntamente com a direção, a elaboração e responsabilizar-se pela divulgação e execução da Proposta Pedagógica do município, articulando essa elaboração de forma participativa e cooperativa; Participar da Formação Continuada promovida pela Secretaria Municipal de Educação; Organizar e participar ativamente de reuniões administrativas, pedagógicas e de conselhos de classe promovidas pela Unidade Escolar e Secretaria Municipal da Educação; Apresentar ao Gestor, no início do ano letivo, o planejamento a ser desenvolvido, em consonância com a proposta pedagógica da Unidade Escolar, com os professores e responsáveis, para o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem dos alunos; Subsidiar o Gestor Escolar na definição do calendário escolar, na organização das turmas, na elaboração do horário e na distribuição das aulas; Garantir a adaptação dos alunos novos da Educação Básica da melhor maneira possível; Elaborar plano de ação para suprir faltas de professores; Estabelecer uma parceria com a direção da escola, que favoreça a criação de vínculos de respeito e de trocas no trabalho educativo; Coordenar e acompanhar os horários de Atividade Complementar, promovendo oportunidades de discussão e proposição de inovações pedagógicas, assim como a produção de materiais didático-pedagógicos na escola, na perspectiva de uma efetiva formação continuada; Acompanhar com o corpo docente o processo didático-pedagógico para garantir a execução da matriz curricular e a recuperação de estudos, através de novas oportunidades a serem oferecidas aos alunos, previstos na legislação vigente; Acompanhar a execução e promover a avaliação permanente do currículo visando ao replanejamento; Acompanhar o desempenho acadêmico dos alunos, através de registro, de acordo com o seguimento que o profissional estiver atuando (anual, semestral, trimestral ou bimestral) orientando os docentes para a criação de propostas diferenciadas e direcionadas aos que tiveram desempenho insuficiente; Elaborar cronograma anual de atendimento aos professores e alunos; Coordenar juntamente com o Gestor Escolar, o conselho de classe em seu planejamento, execução, avaliação e desdobramentos; Elaborar ações que objetivem a diminuição dos índices de repetência e evasão escolar; Elaborar estratégias que visem superar a rotulação, a discriminação e a exclusão de alunos; Promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino; Promover e coordenar reuniões sistemáticas de estudo e de trabalho, com a equipe docente, para o constante aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem; Participar da elaboração do calendário escolar, bem como do processo de análise e seleção de livros e material didático, em consonância com as diretrizes da Secretaria Municipal de Ensino; Promover, em conjunto com o Gestor Escolar, estratégias que estimulem a articulação entre a escola, família e comunidade; Participar da avaliação institucional da Secretaria Municipal de Educação; Orientar e promover a capacitação dos recursos humanos da Unidade Escolar para trabalharem com alunos com dificuldades de aprendizagem; Exercer as atividades de suporte pedagógico direto à docência, na educação básica, voltadas para planejamento, supervisão e orientação educacional; Acompanhar o trabalho da Unidade Escolar, assessorando a Direção, no diagnóstico, no planejamento e na avaliação de resultados, na perspectiva de um trabalho coletivo e interdisciplinar; Participar do diagnóstico da escola junto à comunidade escolar, identificando o contexto socioeconômico e cultural em que o aluno vive; Participar da elaboração do planejamento curricular, garantindo que a realidade do aluno seja ponto de partida e o redirecionamento permanente do currículo; Promover a participação dos pais e alunos na elaboração do projeto político pedagógico da Unidade Escolar; Contribuir para que aconteça a articulação teoria e prática no desenvolvimento da matriz curricular; Contribuir para que a avaliação se desloque do aluno para o processo pedagógico como um todo, visando ao planejamento; Estimular a reflexão coletiva de valores como liberdade, justiça, honestidade, respeito, solidariedade, fraternidade e comprometimento social; Elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos, indispensáveis ao desenvolvimento da Unidade Escolar; Orientar os professores na identificação de comportamentos divergentes dos alunos, bem como de propostas alternativas

de solução; Prestar a orientação educacional aos alunos contemplando os aspectos comportamentais, vocacionais e de aprendizagem; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos. O coordenador pedagógico poderá atuar na Educação Infantil, como, Articulador, no Ensino Fundamental, como Orientador ou Supervisor, de acordo com a necessidade da Secretaria de Educação.

Enfermeiro

Participar das ações de promoção, prevenção, assistência e reabilitação da saúde; participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidos pela instituição, possibilitando a proteção e a recuperação da saúde individual e coletiva; Executar tarefas complementares ao tratamento médico especializado; prescrever medicamentos conforme protocolo da Secretaria Municipal de Saúde e definidos pelo exercício profissional de enfermagem; Realizar consulta de enfermagem e prescrever a assistência requerida; Promover e participar de atividades de pesquisa operacional e estudos epidemiológicos; Identificar e preparar grupos da comunidade para participar de atividades de promoção e prevenção da saúde; Participar das atividades de vigilância epidemiológica; Fazer notificação de doenças transmissíveis; Dar assistência de enfermagem no atendimento às necessidades básicas do indivíduo, família e comunidade, de acordo com os programas estabelecidos pela instituição; Participar do planejamento e prestar assistência em situação de emergência e de calamidade pública; Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades; Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Engenheiro Agrônomo

Elaborar métodos e técnicas de cultivo de acordo com tipos de solo e clima; Efetuar estudos e experiências para melhorar a germinação de sementes, o crescimento das plantas e a adaptabilidade dos cultivares, o rendimento das colheitas e outras características dos cultivos agrícolas; Estudar os efeitos da rotatividade, drenagem, irrigação, adubagens e condições climáticas sobre culturas agrícolas; Determinar as técnicas de tratamento do solo e de exploração agrícola mais adequada a cada tipo de solo e clima; Elaborar métodos de combate a ervas daninhas, enfermidades da lavoura, pragas e insetos; Orientar os agricultores sobre sistemas e técnicas de exploração agrícola, épocas e sistema de plantio, custos dos cultivos, variedades a empregar e outros dados pertinentes; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Engenheiro Civil

Elaborar, executar e dirigir projetos de engenharia civil relativo a rodovias, ruas, pontes e outras obras civis; Orientar a construção, manutenção e reparo de obras civis; Avaliar as condições requeridas para a obra; Examinar as características do terreno a ser utilizado para a obra; Calcular os esforços e deformações previstos na obra projetada ou que afetem a mesma, como: carga calculada, pressões de água, resistência aos ventos e mudanças de temperatura; Elaborar projeto de construção, preparando plantas, especificações de obras, indicando tipos e qualidade de materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários, efetuando um cálculo aproximado dos custos; Acompanhar à medida em que avançam as obras para assegurar o cumprimento dos prazos e dos padrões de segurança recomendados; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Engenheiro Florestal

Executar o planejamento e revisão de planos de manejo florestal; Planejar e executar planos de implantação florestal e recuperação de áreas degradadas; Execução e planejamento de atividades de conservação de ecossistemas florestais visando à manutenção da biodiversidade; Administrar, operar e manter sistemas de produção florestal em florestas naturais e plantadas; Orientar o desenvolvimento de políticas públicas sobre a conservação e uso de ecossistemas florestais; Executar o planejamento e linhas de atuação de entidades de defesa do meio-ambiente; Cooperar na elaboração e execução de projetos de desenvolvimento rural sustentável; Executar o desenvolvimento de planos de utilização de recursos florestais por populações tradicionais; Coordenar sistemas de monitoramento ambiental em áreas florestadas; Planejar e executar projetos de extensão florestal e educação ambiental; Coordenar o planejamento e execução de projetos de abastecimento de indústrias e controle de qualidade de matéria prima florestal; Administrar, operar e manter sistemas de processamento de matéria prima florestal; Planejar e administrar sistemas de colheita e transporte florestal; Planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; Guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; Apresentar relatórios semestrais das atividades para análise; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Engenheiro Sanitarista

Desenvolver projetos para controlar a poluição das águas, do ar e do solo resultante das atividades urbanas, industriais e rurais; Projetar, construir e operar sistemas de proteção e combate a enchentes urbanas e rurais; Avaliar, controlar e vigiar parâmetros que afetam a qualidade do ar, solo e da água; Executar projetos para recuperar áreas degradadas; Elaborar projetos de impacto ambiental na implantação de barragens, estradas, loteamentos, portos, minas e plantações em determinadas áreas; Elaborar a criação de sistemas de captação, tratamento, armazenamento, distribuição de água para uso da população em geral; Projetar, construir e operar sistemas de coleta, tratamento de resíduos líquidos, sólidos, de origem doméstica, industrial e hospitalar; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Farmacêutico

Planejamento e padronização na escolha de medicamentos essenciais a nível regional, de acordo com o quadro nosológico e econômico local, incluindo as formas alternativas de terapia. Planejamento de aquisição, armazenamento, controle de qualidade (prazo de validade, embalagem, modificação no aspecto físico, etc.), estoque, distribuição e dispensação de medicamentos, verificação da prescrição quanto à indicação, posologia, contra-indicação, interação medicamentosa, duração do tratamento, orientações ao paciente quanto ao uso de medicamentos, posologia, conservação, efeitos colaterais, e outros; Acompanhamento do paciente durante o tratamento e fármaco-vigilância dentro de um sistema de vigilância sanitária; Assessoramento à equipe de saúde nas questões referentes à medicamentos, antissépticos, esterilizantes, saneamentos, detergentes e similares. Participação/criação de núcleos de informações toxicológicas com fins preventivos e educacionais. Participação integrada com os profissionais da saúde no acompanhamento de pacientes com infecções crônico-degenerativas

e no planejamento nutricional para os pacientes. Participação em programas que visem promover a saúde da comunidade, tais como saneamento básico, imunizações, educação em saúde, controle de natalidade, saúde da mulher, medidas preventivas e outros. Desenvolvimento de estudos sobre a utilização do medicamento (perfil de consumo, auto-medicação, etc...). Participação no estudo e desenvolvimento de formas de terapia como Homeopatia, Fitoterapia, e outros. Participação no controle toxicológico, especialmente nos seus âmbitos ocupacional, ambiental, alimentar e de urgência. Quanto às atividades do farmacêutico na atenção secundária: Manipulação de fórmulas farmacêuticas. Acompanhamento de doenças infecciosas tais como DST, hanseníase, e outros. Participação no treinamento do pessoal de saúde. Levantamento epidemiológico dos resultados dos exames laboratoriais. Relacionamento das Análises Clínicas como medicamento, acompanhando os pacientes através de exames nas interações medicamentosas e exames laboratoriais. Controle de qualidade de medicamentos. Elaboração de formulário de medicamentos essenciais. Na Farmácia Hospitalar, atuação no planejamento e administração, participação nas diversas comissões, acompanhamento de pacientes, implantação do sistema de dose unitária e outros. Planejamento, coordenação e execução de pesquisa em saúde: Verificar quais as matérias-primas de necessidade básica para produção de medicamentos essenciais à população e reivindicar investimentos em recursos financeiros e humanos na busca da independência tecnológica brasileira. Atuar em áreas de caráter urgente como controle de endemias e prevenção de epidemias. Em relação à responsabilidade pelos medicamentos e insumos, o farmacêutico deve prover: Pesquisa: o farmacêutico deve estar habilitado a planejar, coordenar e executar qualquer pesquisa na área de medicamentos e saúde em geral e sua viabilização, sob responsabilidade do Estado. Planejamento: Verificar onde estão as dificuldades e necessidades regionais, a fim de prover recursos para saná-los. Estabelecer critérios de prioridade, no âmbito de comissões regionais integradas ao SUS, para a distribuição de recursos financeiros. Elaborar uma Política Nacional de Medicamentos adequada à Política Nacional de Saúde através da descentralização da CEME, em órgãos regionais, mantendo uma coordenação nacional. Participar de comissões regionais, sob coordenação nacional, compostas por farmacêuticos e outros profissionais de saúde, sendo o responsável pela sua coordenação. Execução: assegurar que a formação do profissional Farmacêutico garanta conhecimentos acerca dos recursos naturais brasileiros e dos métodos científicos para que o farmacêutico possa cumprir o papel proposto nos itens anteriores. Produção: síntese, tecnologia e controle de qualidade de medicamentos e das matérias-primas necessárias para a elaboração dos mesmos, bem como para a produção e manipulação de medicamento sem farmácias e hospitais e para a produção industrial de medicamentos e insumos. Comercialização e Dispensação: Assegurar que a formação do profissional Farmacêutico garanta conhecimentos que possibilitem: Exigir que a legislação sobre venda de medicamento seja respeitada, e que os medicamentos de venda livre somente sejam vendidos sob orientação profissional habilitada, respeitando a ética. Incentivar a integração de farmácias públicas aos centros de saúde do SUS que, juntamente com os hospitais, estariam encarregados da dispensação. Assegurar que a formação profissional garanta que o farmacêutico possa orientar a população quanto ao uso do medicamento. Elaborar um Memento Terapêutico com base na literatura científica internacional, sob responsabilidade profissional especializada, que sirva de referência oficial para a padronização de bulas e que seja subordinada à Vigilância Sanitária, com publicação de periodicidade anual. Vigilância Sanitária: Assegurar que a formação do profissional Farmacêutico garanta conhecimentos que possibilitem controlar e fiscalizar a produção industrial e a qualidade dos medicamentos existentes nas indústrias, farmácias e congêneres, sendo que este controle de fiscalização deve ficar a cargo do profissional farmacêutico à frente de órgãos federais e estaduais encarregados desta fiscalização. Farmaco-vigilância: Assegurar que a formação do profissional Farmacêutico garanta conhecimentos que possibilitem o acompanhamento do paciente e o controle da ação farmacológica dos medicamentos, verificando reações orgânicas e registrando todos os dados para encaminhá-los ao órgão responsável pelas estatísticas, com a finalidade de controlar os medicamentos. E outras atividades inerentes a profissão.

Fiscal Vigilância Sanitária

Assessorar e orientar as chefias nos assuntos relacionados com os conhecimentos especializados da categoria; Expedir auto de infração, embargos, informações de irregularidade e intimação preliminar; Executar atividades de vigilância sanitária, verificar e atender denúncias e reclamações; Proceder à inspeção e interdição de estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços; Orientar e executar operações de saneamento básico junto à comunidade; Providenciar, acondicionar, operar e manter em condições de uso, equipamentos e material de saneamento básico; Manter contato e informações com entidades públicas e privadas para ações de vigilância epidemiológica; Realizar investigações e adotar medidas corretivas e preventivas na área de saneamento; Organizar registros, mapas e tabelas estatísticas para controle e avaliação; Inspeccionar e vistoriar as condições de higiene e saúde para expedição de documentação hábil em construções, estabelecimentos comerciais, industriais e agropecuários; Fiscalizar as condições hidrossanitárias e de coleta e depósito de lixo; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Fisioterapeuta

Participar das ações de promoção, prevenção, assistência e reabilitação da saúde; Planejar, organizar e executar serviços gerais e específicos de fisioterapia; Avaliar a elegibilidade do Iesionado para ser submetido ao tratamento proposto; Fazer testes musculares, goniometria, perimetria, pesquisa de reflexos normais e patológicos, provas de esforço e sobrecarga para identificar a incapacidade do paciente; Elaborar plano de tratamento, orientando a família e o paciente no acompanhamento domiciliar; Orientar, treinar o manuseio de aparelho e supervisionar na execução do plano de tratamento; Reavaliar o paciente para conotar recuperação, fazendo a integração médico/paciente através de sugestões, alterações na conduta de tratamento e encaminhamento para alta definitiva; Fazer estudos de caso junto à equipe técnica para definir melhor atuação para integração do indivíduo na sociedade; Promover cursos internos de atualização para técnicos e agentes; Assessorar autoridades superiores em assuntos de fisioterapia, preparando informes, documentos, laudos e pareceres; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Fonoaudiólogo Educacional

Avaliar as deficiências do aluno, realizando exames fonéticos, da linguagem, audiometria, impedanciometria, gravação e outras técnicas próprias, para estabelecer o plano terapêutico ou de treinamento; Encaminhar o aluno ao especialista, orientando e fornecendo-lhe indicações necessárias; Emitir parecer quanto ao aperfeiçoamento ou à praticabilidade de reabilitação fonoaudiológica, elaborando relatórios para complementar o diagnóstico; Programar, desenvolver e orientar o treinamento de voz, fala, expressão do pensamento verbalizado, compreensão do pensamento verbalizado, orientando e fazendo demonstrações de respiração funcional, imitação de voz, treinamento fonético, auditivo, de dicção e organização do pensamento em palavras, para reeducar e/ou reabilitação de alunos e profissionais do magistério; Opinar quanto à possibilidade fonatória e auditiva de alunos e profissionais do magistério, fazendo exames e empregando técnicas de avaliação específicas, para possibilitar a seleção escolar; Participar de equipes multiprofissionais para identificação de distúrbios de linguagem em suas formas de expressão e audição; Auxiliar a equipe escolar a fim de realizar avaliação e diagnóstico institucional de situações de ensino-aprendizagem relacionadas à sua área de conhecimento; Elaborar, acompanhar e executar projetos educacionais que contribuam

para o desenvolvimento de habilidades e competências dos professores e alunos visando à otimização do processo ensino-aprendizagem; Sensibilizar e capacitar alunos e professores e familiares para a utilização de estratégias que possam favorecer a universalização do acesso ao ambiente escolar, o aprendizado e a inclusão escolar e social; Participar de discussões dos casos clínicos em equipe; Redigir parecer sobre a avaliação e/ou o acompanhamento de alunos e profissionais do magistério; Promover a saúde fonoaudiológica dos envolvidos; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Geólogo

Analisar e prevenir impactos ambientais; Fazer o levantamento geológico de áreas; Pesquisar fenômenos físicos das camadas subterrâneas; Localizar lençóis freáticos; Projetar poços e definir tipos de bombas mais adequados para obtenção de água; Elaborar mapas geológicos; Analisar a viabilidade econômica e técnicas de jazidas, acompanhando sua eventual exploração; Coordenar a criação de animais e organismos aquáticos; Estudar a fauna e flora domar, suas relações e seu aproveitamento econômico; Administrar reservas naturais, catalogar animais e vegetais; Estudar o impacto ambiental causado pelo homem; Analisar os fatores químicos efísicos que afetam animais e vegetais; Levantar recursos minerais de uma região; Supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente; Executar estudo, planejamento, projeto e especificação; Executar estudo de viabilidade técnico-econômica; Prestar assistência, assessoria e consultoria; Dirigir serviços técnicos; Executar vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico; Realizar ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica e extensão; Elaborar orçamento; Efetuar apadronização, mensuração e controle de qualidade; Executar fiscalização de obra e serviço técnico; Efetuar produção técnica e especializada; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Médico

Participar das ações de promoção, prevenção, assistência e reabilitação da saúde; efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos, aplicar recursos de medicina terapêutica e preventiva à comunidade; requisitar exames complementares; analisar e interpretar resultados de exames de raio-x, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com os padrões normais, para confirmar e informar o diagnóstico; prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração; manter registros legíveis dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, tratamento e evolução da doença; emitir atestados de saúde e CAPACIDADE FÍSICA e mental, de óbito, para atender determinações legais; atender emergências clínicas, cirúrgicas e traumáticas; participar de ações de promoção e prevenção na comunidade; exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em Lei, regulamento ou por determinação superior.

Médico Especialista

Participar das ações de promoção, prevenção, assistência e reabilitação da saúde; efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos, aplicar recursos de medicina terapêutica e preventiva à comunidade; requisitar exames complementares; analisar e interpretar resultados de exames de raio-x, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com os padrões normais, para confirmar e informar o diagnóstico; prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração; manter registros legíveis dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, tratamento e evolução da doença; emitir atestados de saúde e CAPACIDADE FÍSICA e mental, de óbito, para atender determinações legais; atender emergências clínicas, cirúrgicas e traumáticas; participar de ações de promoção e prevenção à saúde na comunidade; exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em Lei, regulamento ou por determinação superior.

Nutricionista

Planejar, coordenar e supervisionar serviços e programas de nutrição clínica, ambulatorial, administração de serviços de alimentação, saúde pública e educação; Estabelecer normas e diretrizes administrativas dentro do serviço de nutrição; Planejar, acompanhar e executar programas de nutrição na área de saúde pública; Proceder ao planejamento e à elaboração de cardápios para dietas normais e especiais de acordo com a política de compras, abastecimento, preparo e distribuição; Proceder ao cálculo de dietas especiais; Elaborar mapa dietético de acordo com a prescrição médica, patologia, dados pessoais e laboratoriais do paciente; Orientar pacientes e familiares sobre a necessidade da observância da dieta; Fazer avaliação nutricional; Participar de comissões e grupos de trabalho técnico-científicos; Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades; Atuar na fiscalização e orientação da compra de alimentos, elaboração e distribuição da merenda escolar; Emitir laudo e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Professor Licenciatura Plena (todos)

Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o plano curricular da escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino emanadas do órgão competente; Definir, operacionalmente, os objetivos do plano curricular, quanto à sua sala de aula, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares; Ministrar aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e ao desenvolvimento profissional; Levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos; Participar na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; Participar na elaboração, execução e avaliação do plano integrado da escola; Participar na elaboração do regimento escolar; Participar da elaboração e seleção do material didático utilizado em sala de aula; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Constatar necessidades de encaminhamentos educacionais aos setores específicos de atendimento; Atender solicitações da direção da escola, referentes à sua ação docente; Atualizar-se em sua área de conhecimentos; participar do planejamento de classes paralelas, diárias ou disciplinas específicas das atividades específicas ou extraclasse; Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, orientação educacional e supervisão escolar; Participar de reuniões, encontros, seminários, cursos, conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, bem como de outros eventos da área educacional correlata; Participar da elaboração, execução e avaliação da proposta administrativa-pedagógica do estabelecimento de ensino bem como de projetos de pesquisas educacionais; Promover aulas de trabalhos de recuperação para alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem; Fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; Realizar levantamentos diversos no sentido de subsidiar o trabalho docente e contribuir para o aprimoramento da qualidade do trabalho educacional, prestando-lhes aconselhamento; Acompanhar e orientar os trabalhos dos estagiários; Zelar pela disciplina e pelo material docente; Manter-se atualizado sobre a legislação do ensino e executar outras atividades a fins.

Psicólogo

Participar das ações de promoção, prevenção, assistência e reabilitação da saúde; desenvolver serviços relacionados à problemática pessoal, educacional e organizacional e a estudos clínicos individuais e coletivos; elaborar e aplicar métodos e técnicas de pesquisa das características psicológicas dos indivíduos; organizar e aplicar métodos e técnicas de recrutamento e seleção de pessoal de orientação profissional,

bem como a avaliação desses processos para controle de sua validade; realizar estudos e aplicações práticas no campo da educação; desenvolver trabalhos de clínica psicológica; participar, dentro de sua especialidade, de equipes multiprofissionais na elaboração, análise e implantação de programas e projetos; prestar assessoria e consultoria técnica em assuntos de natureza psicológica; fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Psicólogo – Emprego Público

- Análise da demanda; realizar as entrevistas de revelação das violências sofridas por crianças e adolescentes; - psicoterapia individual às crianças, adolescentes e seus respectivos familiares; - coordenação de grupos de apoio e de orientação com crianças, adolescentes e seus cuidadores; - orientação psicológica a crianças, adolescentes e famílias; - visitas domiciliares em conjunto com Assistente Social; - elaborar planos terapêuticos em conjunto com o Assistente Social e os Educadores Sociais; - realizar estudos de casos junto à equipe técnica do Serviço; - oferecer suporte e orientação ao trabalho dos Educadores Sociais; - realizar Avaliações Psicológicas; - elaborar laudos e pareceres técnicos psicológicos quando solicitados; - acompanhar crianças e adolescentes nas audiências que acontecem nas delegacias e no Fórum, bem como na realização de exames no Instituto Médico Legal; - desenvolver projetos de divulgação do Serviço; - desenvolver projetos e viabilizações para o fortalecimento da rede de garantia dos direitos da criança e do adolescente do município; - promover atividades que visam ao desenvolvimento e à aprendizagem de habilidades sociais que, por sua vez, contribuam para melhorar as relações sociais dos usuários; - promover o fortalecimento das famílias, das crianças e dos adolescentes atendidos a fim de que haja um rompimento do ciclo de violências que, geralmente, se perpetua por várias gerações familiares; - intervir junto à rede de saúde e educação a fim de evitar a exclusão psicológica e social das crianças e adolescentes vitimizados; - elaborar relatórios de trabalhos desenvolvidos periodicamente ou sempre que solicitados; - elaborar relatórios das atividades realizadas todos os meses, com o intuito de obter dados para análises estatísticas e quantificar a produção de trabalho; - manter os prontuários individuais dos usuários atualizados e responsabilizar-se por arquivá-los conforme seu código de ética vigente; - elaborar junto à equipe técnica ações de prevenção de violências contra as crianças e adolescentes; - elaborar formas de capacitar os profissionais da rede de garantia dos direitos das crianças e adolescentes (Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Esportes), incentivando a denúncia/revelação dos casos de violência e fortalecendo o acolhimento; - encaminhar os usuários do Serviço para outros serviços em funcionamento no município; - manter comunicação ativa com demais Programas e Projetos da Rede de Serviços, informando, divulgando e/ou solicitando informações pertinentes ao Serviço; - promover ações junto à Rede de Serviços do município que incentive o protagonismo juvenil; - participar ativamente de todas as ações internas ou externas realizadas pelo Serviço; - participar de cursos de capacitação continuada para um atendimento mais especializado; - participar ativamente dos projetos e ações que envolvem toda a Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos; - seguir atentamente as Normas e Diretrizes do CREAS, dentro de sua instituição; - realizar as demais funções compatíveis com o cargo em conformidade com as Normas e Diretrizes do CREAS. - realizar outras funções inerentes ao cargo.

Psicopedagogo

- Realizar anamnese com os pais ou responsáveis; Realizar avaliação e diagnóstico psicopedagógico; Auxiliar a equipe escolar a fim de realizar avaliação e diagnóstico institucional de situações de ensino-aprendizagem relacionadas à sua área de conhecimento; Elaborar, acompanhar e executar projetos educacionais que contribuam para o desenvolvimento de habilidades e competências dos professores e alunos visando à otimização do processo ensino-aprendizagem; Participar do processo avaliativo do aluno juntamente com o professor de sala de aula; Propor estratégias pedagógicas para as necessidades educacionais apresentadas pelos alunos do programa; Promover a formação continuada dos profissionais da educação; Sensibilizar e capacitar professores, alunos e familiares para a utilização de estratégias que possam favorecer a universalização do acesso ao ambiente escolar, o aprendizado e a inclusão escolar e social; Participar de discussões em equipe sobre os casos clínicos; Redigir parecer sobre a avaliação e/ou o acompanhamento do aluno; Promover oficinas com grupos de pais ou responsáveis dos alunos que frequentam o Programa para orientá-los cotidianamente sobre a atuação e evolução dos alunos, bem como, auxiliá-los na melhor forma de proceder com os alunos; Oferecer suporte aos professores e sugerir atividades para a sala de aula; Promover a socialização e autoconfiança dos alunos; Promover a aprendizagem dos alunos; Encaminhar o aluno ao especialista, orientando e fornecendo-lhe indicações necessárias; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Técnico Judiciário –

- Atividades de mediana complexidade, em grau de auxílio, e execução qualificada de tarefas relacionadas com as atividades da Procuradoria-Geral do Município, nas áreas de profissionalização definidas em ato do Procurador-Geral do Município, e outras atribuições compatíveis com sua especialização, tais como pareceres, petições, atendimentos. - Auxiliar os Procuradores Municipais na coordenação, análise e instrução de processos judiciais e administrativos, objetivando a eficácia e a efetividade no atendimento ao jurisdicionado; - Auxiliar no assessoramento técnico especializado às funções de procuradores; - Coordenar a tramitação dos processos judiciais, visando a eficácia da prestação jurisdicional; - Atender ao público em geral, especialmente advogados e jurisdicionados, prestando informações relacionadas à tramitação de processos, cumprimento de prazos, sentenças e decisões proferidas nos autos; - Auxiliar os procuradores municipais na elaboração de relatórios, minutas de editais, informações jurídicas e administrativas, decisões, sentenças, resoluções, instruções entre outros documentos inerentes à competência de sua unidade organizacional; - Executar outras atribuições técnicas correlatas em natureza, nível de complexidade e responsabilidade. - Executar outras atividades inerentes ao seu cargo e formação e/ou de interesse da Prefeitura, por determinação superior.

Terapeuta Ocupacional

Participar das ações de promoção, prevenção, assistência e reabilitação da saúde; tem como atribuição o exercício de atividades na prevenção, tratamento e reabilitação da saúde, nas mais diversas áreas como: saúde Mental/Psiquiatria; Gerontologia- estudo dos fenômenos fisiológicos, psicológicos e sociais relacionados ao envelhecimento do ser humano; Desenvolvimento Infantil Saúde Física do Adulto. Exercem atividades em unidades de saúde, centros de convivência, ambulatórios, hospitais-dia, instituições gerais e especializadas, creches, centros de reabilitação, domicílios e outros. Realiza supervisão, coordenação, programação ou execuções especializadas, em grau de maior complexidade, de trabalhos relativos à utilização de métodos e técnicas terapêuticas e recreacionais, para a reabilitação física e mental do indivíduo, elaborar diagnóstico e conduzir tratamento e imunidades de atendimentos apropriadas, atuando em extrema colaboração com os demais profissionais, além de realizar outras atividades inerentes ao cargo.

Veterinário

Planejar, organizar, supervisionar e executar programas de defesa sanitária, proteção, aprimoramento e desenvolvimento da pecuária, visando assegurar a sanidade do rebanho, a produção racional e econômica de alimentos para a comunidade; Planejar e desenvolver campanhas e serviços de fomento e assistência técnica relacionada com a pecuária e a saúde pública para favorecer a sanidade e a produtividade do rebanho; Elaborar, executar e acompanhar projetos agropecuários e os referentes ao crédito rural, prestando assessoramento, assistência e orientação; Fazer profilaxia, diagnóstico e tratamento de doenças dos animais, realizando exames clínicos e de laboratório; Promover o melhoramento do gado procedendo à inseminação artificial, orientando a seleção das espécies mais convenientes para cada região e fixando os caracteres mais vantajosos; Desenvolver e executar programas de nutrição animal, formulando e balanceando as rações; Efetuar o controle sanitário da produção animal destinada à indústria; Promover a fiscalização sanitária nos locais de produção, manipulação, armazenamento e comercialização dos produtos de origem animal; Desenvolver programas de pesca e piscicultura, orientando sobre a captura de peixes, conservação e industrialização dos mesmos; Proceder ao controle das zoonoses, efetivando levantamento de dados, avaliação epidemiológica, programação, execução, supervisão e pesquisa; Fazer pesquisas no campo da biologia aplicada à veterinária, realizando estudos, experimentações, estatísticas, avaliações de campo e de laboratório; Desempenhar a peritagem sobre animais, identificação, defeitos, vícios, doenças, acidentes e exames técnicos em questões judiciais; Executar perícias, exames e pesquisas reveladoras de fraudes ou operação dolosa nos animais isentos nas exposições pecuárias; Desenvolver estudos e aplicação de medidas de saúde pública no tocante às doenças de animais transmissíveis ao homem; Proceder à padronização e à classificação dos produtos de origem animal; Participar de exames dos animais para efeito de inscrição nas sociedades de registros genealógicos; Realizar pesquisas e trabalhos ligados à biologia geral, à zoologia e à zootecnia, bem como à bromatologia animal em especial; Participar do planejamento e execução da educação rural; Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades; Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

ANEXO IV CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ATENÇÃO:

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo. Será cobrado o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que entrou definitivamente em vigor em 01/01/2016.

CARGOS ALFABETIZADO E ENSINO FUNDAMENTAL

LÍNGUA PORTUGUESA.

Fonologia e Fonética (1) Classificação de Fonemas; (2) Encontros vocálicos; (3) Encontros consonantais; (4) Dígrafos; (5) Ortografia e acentuação conforme o Novo Acordo Ortográfico da Língua portuguesa; (6) Emprego do hífen. Morfologia (1) Estrutura das palavras; (2) Formação das palavras; (3) Classificação e flexão dos substantivos; artigos; adjetivos, numerais e pronomes; (4) Conjugação verbal; (5) Uso adequado de advérbios, preposições, conjunções e interjeições. Sintaxe (1) Sujeito e predicado; (2) Objeto direto e objeto indireto; Semântica (1) Sinônimos e antônimos; (2) Homônimos e parônimos; (3) Denotação e conotação. Interpretação textual (1) Leitura e interpretação de textos narrativos e expositivos. Estrutura dos poemas (rimas, estrofes, versos, etc.).

*Sugestão bibliográfica:

1. CEGALLA (2008). Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. Companhia Editora Nacional.
2. CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon.
3. Livros pedagógicos e didáticos de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

MATEMÁTICA

Noções de cálculos, situações-problema para uso das operações básicas. Unidades de Medidas. Cálculo de área. Figuras Geométricas. Operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; grandezas e medidas; conjuntos. Medidas de tempo, porcentagem, juros simples.

*Sugestão bibliográfica:

1. Livros pedagógicos e didáticos de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

LEGISLAÇÃO

Leis Municipais 1496 e 1497/98 e suas alterações e Leis Municipais 2103, 2104 e 2105/2003 e suas alterações, Lei Orgânica do Município de Itapema, Constituição Federal.

(Considerar a legislação na sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados)

Sugestão Bibliográfica:

-BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69).

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS INERENTES AOS CARGOS DE ALFABETIZADO E ENSINO FUNDAMENTAL

AUXILIAR DE APOIO

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos

fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica; Legislação e Operação: Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997, atualização e Legislação Complementar. Resoluções do CONTRAN. Noções de Manutenção, Conservação e Limpeza das Máquinas e Equipamentos de Trabalho. Utilização dos equipamentos apropriados para cada serviço específico. Cuidados necessários na utilização do equipamento com segurança. Utilização de Equipamentos de Proteção Individual necessários para o desempenho da função. Princípios de manutenção de veículos e máquinas. Tipos de óleos lubrificantes. Sistema elétrico. Sistema de arrefecimento. Conhecimentos básicos de primeiros socorros. Noções básicas de mecânica. Noções básicas de direção defensiva.

*** Sugestões Bibliográficas:**

1. BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e alterações. Institui o Código de Trânsito Brasileiro.
2. BRASIL. Resoluções em vigor do CONTRAN, disponíveis no site do DENATRAN.
3. Outros manuais, livros e apostilas que contemplem os conteúdos indicados.
4. Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Noções Básicas sobre Saúde e Saneamento: Saúde física, mental e social; Higiene na prevenção das doenças; Necessidades nutricionais; Alimentação; Medidas profiláticas (tipos de vacinas e soros); Importância da Imunidade e tipos de Imunidade; Tipos de doenças adquiridas; Vírus e principais viroses; Bactérias patogênicas (principais doenças bacterianas); Doenças sexualmente transmissíveis; Doenças parasitárias; Epidemiologia (epidemia, endemia e pandemia); Qualidade de vida (prevenindo a hipertensão e a diabetes); Planejamento familiar (métodos contraceptivos); Noções de primeiros socorros; Lei do SUS; Procedimentos, responsabilidades e atribuições do ACS. Formulários de preenchimento Obrigatório. Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990; Lei nº 11.350 de 05 de outubro de 2006; Emenda Constitucional nº 51; Lei nº 12.994, de 17 de junho de 2014; Portaria nº 2.488 de 21 de outubro de 2011 (Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS)).

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde -Princípios e diretrizes, controle social, Indicadores de saúde, legislação; protocolos SUS; Sistemas de informação em saúde; Modelos de atenção e cuidados em saúde; Vigilância em saúde; Epidemiologia; Pacto pela Saúde; Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias; Política Nacional de Humanização. Estatuto da criança e do adolescente – ECA; estatuto do idoso; 1) Todo o conteúdo das indicações abaixo. 2) Consciência, educação e boas práticas ambientais no serviço público. 3) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Redação de circulares, memorandos, ofícios, relatórios e demais correspondências, atendendo às exigências de padrões estéticos. Rotinas Administrativas. Sistemas de Comunicações Administrativas.

***Sugestões Bibliográficas:**

1. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
2. BRASIL. Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969. Institui normas básicas sobre alimentos.
3. BRASIL. Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.
4. BRASIL. Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989. Dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências.
5. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
6. BRASIL. Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998. Altera dispositivos do Capítulo III do Título VIII do Código Penal, incluindo na classificação dos delitos considerados hediondos crimes contra a saúde pública, e dá outras providências.
7. BRASIL. Ministério da Agricultura. Inspeção de Carnes - Padronização de Técnicas, Instalações e equipamentos - Tomo I Bovinos: Currais e seus anexos - Sala de Matança, DIPOA, Brasil.
8. BRASIL. Portaria nº 1.428/MS, de 26 de novembro de 1993. Aprova o regulamento técnico para inspeção sanitária de alimento; diretrizes para o estabelecimento de Boas Práticas de Produção e de Prestação de Serviços na Área de Alimentos; e regulamento técnico para o estabelecimento de padrão de identidade e qualidade para serviços e produtos na área de alimentos.
9. BRASIL. Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997. Estabelece os requisitos gerais sobre as condições higiênicosanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos.
10. BRASIL. Presidência da República. Manual de Redação da Presidência da República. In http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm
11. BRASIL. Resolução nº 23, de 15 de março de 2000. Dispõe sobre O Manual de Procedimentos Básicos para Registro e Dispensa da Obrigatoriedade de Registro de Produtos Pertinentes à Área de Alimentos.
12. BRASIL. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.
13. BRASIL. Resolução RDC nº 218, de 29 de julho de 2005. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Higiênico-Sanitários para Manipulação de Alimentos e Bebidas Preparados com Vegetais.
14. BRASIL. Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos.
15. BRASIL. RIISPOA: Regulamento da Inspeção Industrial e sanitária de Produtos de Origem Animal.
16. BRASIL. Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952. Aprova o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.
17. BRASIL. Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950. Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.

18. ITAPEMA. LEI COMPLEMENTAR Nº 9/2002. DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

19. SANTA CATARINA. Decreto nº 23.663, de 16 de outubro de 1984. Regulamenta os artigos 51 a 76 da Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, que dispõe sobre normas gerais de saúde, estabelece penalidades e dá outras providências.

20. SANTA CATARINA. Decreto nº 31.455, de 20 de fevereiro de 1987. Regulamenta os artigos 30 e 31 da Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, que dispõem sobre Alimentos e Bebidas.

21. SANTA CATARINA. Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983. Dispõe sobre normas gerais de saúde, estabelece penalidades e dá outras providências.

Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

GUARDA PATRIMONIAL

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica; Aptidões profissionais: Técnicas e Métodos de Segurança e Vigilância. Prevenção de acidentes. Primeiros socorros. Procedimentos de combate a incêndios. Controle de entrada e saída de pessoas e veículos. Comunicação de ocorrências (para quem e como – telefones de emergência). Termos empregados. Uso de equipamentos de segurança (detectores de metais e outros. Uso de comunicadores internos e externos. Equipamentos de Proteção Individual – EPI. Segurança no Trabalho. Ética e cidadania. Conceitos básicos sobre patrimônio público e privado, bens patrimoniais materiais e imateriais. Patrimônio moral, cultural e material. Bens públicos e sua classificação. Patrimônio histórico municipal. Patrimônio escolar. Providências e medidas nos casos de sanções e danos ao patrimônio. Conceitos sobre Segurança Pública e Privada, Vigilância, Defesa Pessoal, Defesa Social, Defesa Civil, Policiamento convencional e comunitário. Órgãos de Segurança. Vigilância: Funções básicas; técnicas de vigilância preventiva. Relações humanas e cidadania. Orientações sobre segurança do trabalho, prevenção de acidentes, primeiros socorros. Incêndios: Classificação e causas. Procedimentos e Combate a princípios de incêndio. Combustão: classificação, produtos, pontos notáveis.

Sugestões Bibliográficas:

- Manuais, livros e apostilas que contemplem os conteúdos indicados.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

OPERADOR DE MÁQUINA LEVE

OPERADOR DE MÁQUINA PESADA

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica; Legislação e Operação: Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997, atualização e Legislação Complementar. Resoluções do CONTRAN. Noções de Manutenção, Conservação e Limpeza das Máquinas e Equipamentos de Trabalho. Utilização dos equipamentos apropriados para cada serviço específico. Cuidados necessários na utilização do equipamento com segurança. Utilização de Equipamentos de Proteção Individual necessários para o desempenho da função. Princípios de manutenção de veículos e máquinas. Tipos de óleos lubrificantes. Sistema elétrico. Sistema de arrefecimento. Conhecimentos básicos de primeiros socorros. Noções básicas de mecânica. Noções básicas de direção defensiva.

* Sugestões Bibliográficas:

- BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e alterações. Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

- BRASIL. Resoluções em vigor do CONTRAN, disponíveis no site do DENATRAN.

- Outros manuais, livros e apostilas que contemplem os conteúdos indicados.

- Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

OPERÁRIO BRAÇAL

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica; Aptidões profissionais: - Limpeza e conservação em geral. - Produtos, materiais, ferramentas e equipamentos de trabalho. - Conhecimentos sobre jardinagem e cultivo de plantas. - Conhecimentos sobre capina em geral e serviços de lavoura. - Conhecimentos sobre construção civil.

* Sugestões Bibliográficas:

- Manuais, livros e apostilas que contemplem os conteúdos indicados.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

ENSINO MÉDIO COMPLETO

PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS– COMUM A TODOS OS CARGOS DE ENSINO MÉDIO

LÍNGUA PORTUGUESA.

Fonologia e Fonética (1) Classificação de Fonemas; (2) Encontros vocálicos; (3) Encontros consonantais; (4) Dígrafos; (5) Ortografia e acentuação conforme o Novo Acordo Ortográfico da Língua portuguesa; (6) Emprego do hífen. Morfologia (1) Estrutura das palavras; (2) Formação das palavras; (3) Classificação e flexão dos substantivos; artigos; adjetivos, numerais e pronomes; (4) Conjugação verbal; (5) Uso adequado de advérbios, preposições, conjunções e interjeições. Sintaxe (1) Sujeito e predicado; (2) Objeto direto e objeto indireto; (3) Orações coordenadas; (4) Orações subordinadas; (5) Sinais de pontuação; (6) Concordância nominal; (7) Concordância verbal. Semântica (1) Sinônimos e antônimos; (2) Homônimos e parônimos; (3) Denotação e conotação. Estilística (1) Figuras de linguagem; (2) Vícios de linguagem. Interpretação textual (1) Leitura e interpretação de textos narrativos e expositivos. Estrutura dos poemas (rimas, estrofes, versos, etc.).

Sugestões bibliográficas:

1. CEGALLA (2008). Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. Companhia Editora Nacional.

2. PASQUALE E ULISSES (2010). Gramática da Língua Portuguesa. Editora Scipione.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

MATEMÁTICA

Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e forma, grandezas e medidas; Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, regras de três simples e composta, sistema de numeração decimal e romana; Raízes, proporcionalidade entre seguimentos, semelhança de figuras, números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, juros simples e compostos, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa. Álgebra, trigonometria, geometria, geometria analítica, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística, Sequência, Progressão Aritmética e Progressão Geométrica. Raciocínio Lógico.

* Sugestões Bibliográficas:

1. Livros pedagógicos e didáticos de 1ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e Ensino Médio

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

INFORMÁTICA

Informática em Geral: conceitos. Periféricos de um Computador. Hardware. Software. Utilização e configurações básicas do Sistema Operacional Windows. Instalação, configuração e utilização: Word, Excel, Outlook e PowerPoint e suas respectivas versões posteriores. Noções de segurança para Internet. Noções básicas de navegação na Internet (Internet Explorer e Mozilla Firefox e suas respectivas versões posteriores, dentre outros. Correio Eletrônico. Sistemas de proteção antivírus e outros. Configuração e utilização de Impressoras e periférico. Extensões de arquivos; Conversores para PDF;

*Sugestões Bibliográficas:

1. CERT.BR. Cartilha de Segurança para Internet. Disponível em < <http://cartilha.cert.br/seguranca/>

2. MICROSOFT CORPORATION. Ajuda integrada e on-line: Windows, Internet Explorer, Outlook, Excel, Word e PowerPoint.

3. MOZILLA FIREFOX. Ajuda do Firefox (Ajuda integrada e on-line).

4. Outros manuais, livros e apostilas que contemplem os conteúdos listados.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

LEGISLAÇÃO

Leis Municipais 1496 e 1497/98 e suas alterações e Leis Municipais 2103,2104 e 2105/2003 e suas alterações, Lei Orgânica do Município de Itapema, Constituição Federal.

Sugestão Bibliográfica:

-BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69).

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS INERENTES AOS CARGOS DE ENSINO MÉDIO

AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO

1) Todo o conteúdo das referências abaixo. 2) Consciência, educação e boas práticas ambientais no serviço público. 3) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Redação de circulares, memorandos, ofícios, relatórios e demais correspondências, atendendo às exigências de padrões estéticos. Rotinas Administrativas. Sistemas de Comunicações Administrativas.

*Sugestões Bibliográficas:

1. BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e alterações. Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

2. BRASIL. Presidência da República. Manual de Redação da Presidência da República. In http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm

3. BRASIL. Resoluções em vigor do CONTRAN, disponíveis no site do DENATRAN.

4. ITAPEMA. LEI COMPLEMENTAR Nº 9/2002. DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

5. Itapema. LEI Nº 1528/98 DISPÕE SOBRE A GUARDA, O DEPÓSITO E A VENDA DE VEÍCULOS REMOVIDOS, APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA.

6. LEI Nº 3202, DE 01 DE JULHO DE 2013. CRIA A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

7. Publicações disponíveis no link <http://www.denatran.gov.br/publicacoes/publicacao.asp>.

Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.

- Outras fontes inerentes ao assunto e às atribuições do cargo, a critério da banca elaboradora.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

EDUCADOR SOCIAL

Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde -Princípios e diretrizes, controle social, Indicadores de saúde, legislação; protocolos SUS; Sistemas de informação em saúde; Modelos de atenção e cuidados em saúde; Vigilância em saúde; Epidemiologia; Pacto pela Saúde; Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias; Política Nacional de Humanização. Estatuto da criança e do adolescente – ECA; estatuto do idoso. Política Nacional de Assistência Social. Lei da Adoção Cidadania; democracia; rede social; direitos sociais; seguridade social; Proteção Social; Violência Social; Família; Políticas Públicas; Estado e Serviços Públicos. Conhecimento sobre: Relações Humanas; Participação popular e controle social nas políticas públicas e garantia de direitos; Trabalho com grupos; Sistema de Garantia de Direitos; O papel do Orientador Social; Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na Política de Assistência Social; Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Concepção de convivência e fortalecimentos de vínculos. CRAS; Legislação Social: Constituição Federal de 1988; Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS/1993; Lei da Adoção nº 12.010, de 3 agosto de 2009, a qual dispõe sobre a adoção; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA/1990; Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004; Tipificação dos Serviços Socio-assistenciais; Texto da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009; O papel do Orientador Social. CRAS. Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas; A importância da participação popular na garantia dos direitos sociais; Fundamentos éticos, legais, teóricos e metodológicos do trabalho com famílias; Dinâmica Familiar: noções básicas. A importância da família no convívio social e na proteção social da criança e do adolescente. Estatuto da Criança e do Adolescente–ECA, proteção integral à criança e ao adolescente; Dos Direitos Fundamentais; Da Prevenção; Da Política de Atendimento; Das Medidas de Proteção; Das Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsável; Do Conselho Tutelar; Mediação de Conflitos; História Social da criança e da família; Desenvolvimento da criança e do adolescente; Formas de violência contra a criança e o adolescente; Exclusão social ;Álcool, tabagismo outras drogas; Conhecimentos do Programa de Erradicação do trabalho Infantil; Conhecimentos teóricos e práticos sobre desenvolvimento infantil, aprendizagem; Proposta curricular; processos de avaliação ;LDB (Lei de Diretrizes e Bases)–Lei 9.394/1996; Conhecimentos sobre o processo ensino-aprendizagem; processos de avaliação; Qualidade no atendimento ao público ;forma de atendimento ao público; postura ; .SUS, ESF, SUAS, LOAS.

Sugestão Bibliográfica:

1. Atividades específicas teóricas inerentes ao cargo; Boas Maneiras; Comportamento no ambiente de trabalho; Organização do local de trabalho: RESOLUÇÃO Nº 9, DE 15 DE ABRIL DE 2014.
 2. Conceitos gerais: direitos sociais, seguridade social, cidadania: Constituição Federal de 1988.
 3. Ética profissional: Código deontológico do Educador Social.
 4. Conselho Tutelar: RESOLUÇÃO Conanda No - 139, DE 17 DE MARÇO DE 2010.
 5. Diretrizes Nacionais para o abrigo de mulheres em situação de risco e de violência: <http://www.spm.gov.br/assuntos/ouvidoria-da-mulher/pacto-nacional/tr-enfrentamento-da-violencia-contr-a-mulher.pdf>
 6. Lei Orgânica da Assistência Social. LOAS: Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993
 7. Política Nacional de Assistência Social : PNAS/2004
 8. Tipificação dos Nacional dos serviçosocioassistenciais: Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009.
 9. Sistema único de Saúde – SUS: Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.
 10. Reordenamento dos serviços de acolhimento: Ministério do desenvolvimento social e combate à fome – mds, secretaria nacional de assistência social – snas departamento de proteção social especial – dpse - reordenamento e implantação dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.
 11. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
 12. Estatuto do Idoso: Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003.
 13. Estatuto da Pessoa com Deficiência: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.
 14. Estatuto da Juventude: Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.
 15. Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.
 16. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
 17. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE: Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.
 18. Serviço de Abordagem Social: Resolução CNAS nº 09, de 18 de abril de 2013.
 19. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto Juvenil: Resolução nº 162, de 28 de janeiro de 2014
 20. Declaração dos Direitos Humanos: Declaração dos Direitos humanos de 10 de dezembro de 1948.
 21. Direitos Sociais e Coletivos: Constituição Federal – Artigos do 5º ao 11º.
 22. Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: PNCFC - Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2ª edição) Aprovado pela Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1/2006, de 13 de dezembro de 2006
 23. Orientações sobre acolhimento de crianças e adolescentes:
 24. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes
 25. Aprovado pela Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1/2009, de 18 de junho de 2009 (* Texto alterado pela Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 2/2010, de 16 de setembro de 2010).
 26. Noções básicas: Cuidados com a pessoa Idosa: Manual do cuidador da Pessoa Idosa. Páginas 53 a 91. <http://www.sdh.gov.br/>
 27. Conselhos Municipais: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/A> importância da família no convívio social e na proteção social .: Tipificação dos Nacional dos serviços socioassistenciais / 2009 páginas 40 a 43.
 28. Assistência Social na Constituição Federal de 1988: Artigos: 203 e 204.
 29. Trabalho com grupos. Atividades socioeducativas: Parâmetros das ações socioeducativas: igualdade como direito, diferença como riqueza. <http://www.florianopesaro.com.br/biblioteca/arquivos/criancas-adolescentes/Caderno1.pdf> Páginas 10 a 29.
 30. Política Nacional para a População em Situação de Rua: Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009: Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público. - Outras fontes inerentes ao assunto e às atribuições do cargo, a critério da banca elaboradora.
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

FISCAL DE RELAÇÃO DE CONSUMO

Contratos: disposições gerais; extinção; espécies. Responsabilidade civil. Conceito de produto. Conceito de serviço. Conhecimento dá

vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo. Fiscalização o no mercado de consumo para controle de qualidade, de preço e consumo. Conhecimento da política nacional das obrigações do mercado de materiais e imateriais. Conhecimento da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Efeitos do ato jurídico: nulidade; atos ilícitos; abuso de direito; fraude a lei. Prescrição e decadência. Extinção das obrigações: pagamento - objeto e prova, lugar e tempo de pagamento; mora; compensação, novação, transação; direito de retenção. Funções do Fiscal. Lei Federal nº 8.078/1990 - Código de Defesa do consumidor. Redação de circulares, memorandos, ofícios, relatórios e demais correspondências, atendendo às exigências de padrões estéticos. Rotinas Administrativas. Sistemas de Comunicações Administrativas.

Sugestões Bibliográficas:

1. ALMEIDA, João Batista de, Saraiva. Direito do Consumidor – Fundamentos Doutrinários e Visão Jurisprudencial – 2ª Edição 2007.
2. BRASIL. Presidência da República. Manual de Redação da Presidência da República. In http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm
3. CARVALHO, José Carlos Maldonado de, Lúmen Júris. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor – Comentado Pelos Autores do Anteprojeto, 9ª Ed. 2007.
4. FILOMENO, Jose Geraldo Brito, Atlas. Manual de Direito do Consumidor, 2ª Ed. 2006.
5. GARCIA, Leonardo de Medeiros, Impetus. Curso Fundamental de Direito do Consumidor.
6. GRINOVER, Ada Pellegrini, Forense Universitária. Constituição da República Federativa do Brasil – Col. Saraiva de Legislação, 40ª Ed 2007, Saraiva.
7. ITAPEMA. LEI Nº 1300/97. INSTITUI O PROCON MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
8. NUNES, Rizzato, Saraiva. Direito do Consumidor – Código Comentado e Jurisprudência, Série Jurídica, 3ª Ed. 2007.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

MOTORISTA DO SAMU

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica; Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/9/1997) e legislação complementar atualizada. Conceitos, definições e diretrizes. Sistema Nacional de Trânsito: disposições gerais, composição e competências. Normas gerais de circulação e conduta. Educação para o trânsito: conceito, propostas, responsabilidade dos órgãos competentes. Sinalização: objetivos, classificação, ordem de prevalência. Operação e fiscalização de trânsito. Veículos: Classificação. Características. Segurança. Equipamentos obrigatórios. Proibições. Transporte de cargas. Identificação. Registro de veículos. Licenciamento. Habilitação: Processo de habilitação. Carteira Nacional de Habilitação. Normas. Autorização e permissão para dirigir. Categorias. Exames. Aprendizagem. Expedição. Infrações. Penalidades: Advertências. Multa. Suspensão do direito de dirigir. Apreensão do veículo. Cassação da Carteira Nacional de Habilitação. Medidas administrativas. Processo administrativo. Cursos de reciclagem. Crimes de trânsito: Disposições gerais. Tipificação. Penalidades. Direção defensiva: Definição. Cuidados gerais ao dirigir. Riscos, perigos e acidentes. Manutenção periódica e preventiva do veículo. Cinto de segurança. Condutor. Ambiente e condições adversas para dirigir. Uso de álcool, drogas e medicamentos. Mecânica básica: Noções básicas de mecânica de automóveis. Comandos principais. Carroceria, motor e transmissão. Rodas, direção, freios, suspensão e sistema elétrico. Manual de instruções do veículo. Primeiros socorros: Noções básicas de primeiros socorros. Manutenção dos sinais vitais. Procedimentos emergenciais.

Sugestões Bibliográficas:

1. BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e alterações. Institui o Código de Trânsito Brasileiro.
 2. BRASIL. Resoluções em vigor do CONTRAN, disponíveis no site do DENATRAN.
- Outros manuais, livros e apostilas que contemplem os conteúdos indicados.
- Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

TÉCNICO CONTÁBIL

Contabilidade Pública: Orçamento Público: Lei do Plano Plurianual, Lei das Diretrizes orçamentárias e Lei do Orçamento anual; Conceitos. Tipo de orçamento, créditos orçamentários e adicionais; Receita Governamental: Conceito. Classificação da receita pública. Estágios da receita: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento; Despesa Governamental: Conceito e classificações da despesa pública orçamentária e extraorçamentária; Despesas obrigatórias de caráter continuado; Estágios da despesa: fixação, empenho, liquidação e pagamento; Contabilidade Pública: Conceito e campo de aplicação. A nova contabilidade aplicada ao setor público; o patrimônio público e o Plano de contas aplicados ao setor público; Demonstrações contábeis conforme a lei nº 4.320/64 e suas alterações. Administração Pública: Licitações e Contratos Públicos. Conceito, Objetivos, Princípios, Fases da licitação, Modalidades de licitação, Tipos de licitação, Dispensa e Inexigibilidade; Conhecimentos Básicos de SIAFI; Contabilidade Geral: Estática Patrimonial: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido; Escrituração contábil; Registro das operações típicas de uma empresa; Balanços Patrimoniais e levantamento de contas; Demonstrações do Resultado do Exercício; Demais Demonstrações contábeis segundo a lei 6.404/76 e suas alterações; Procedimentos Contábeis básicos: Métodos das partidas dobradas; Plano de contas; Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis; Custos: noções, processo de formação, metodologias de apuração e análise.

Sugestões Bibliográficas:

1. BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade aplicada ao setor público. Abordagem Simples e objetiva. Atualizado com as normas brasileiras de contabilidade (NBC T 16) do CFC e o Manual aplicado ao Setor Público (MCASP) da STN. São Paulo: Atlas, 2014
2. Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Manual Técnico de Orçamento MTO. Edição 2014. Brasília, 2013
3. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
4. FEIJÓ, Paulo Henrique. Entendendo o plano de contas aplicado ao setor público/Paulo Henrique Feijó, Carlos Eduardo Ribeiro. 1. ed. Brasília: Gestão Pública, 2014.
5. JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitação e contratos administrativos. 14 ed. São Paulo: Dialética, 2010
6. Lei 8666 de 21 de junho de 1993 e alterações - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações

e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

7. Lei complementar nº 101 de 04 de março de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

8. Lei nº 4320 de 17/03/1964 e suas alterações. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

9. Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.

10. MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

11. MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

12. PISCITELLI, Roberto Bocaccio. Contabilidade Pública: Uma abordagem da Administração Financeira

13. Pública / Roberto Bocaccio Piscitelli....[et al] 12ª ed. Revisada, ampliada e atualizada até março de 2012. - São Paulo: Atlas, 2012

14. RIBEIRO, Osnir Moura. Contabilidade Geral Fácil - 9ª ed. 2013: Editora Saraiva RIBEIRO, Osnir Moura. Contabilidade Básica Fácil - 29ª ed. 2013: Editora Saraiva

15. SILVA, Alexandre Alcântara da. Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis - 2. ed. - São Paulo: Atlas, 2010.

16. SILVA, Alexandre Alcântara da, Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

9. SILVA, Lino Martins. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

TÉCNICO DESPORTIVO

Esporte e jogos na escola: competição, cooperação e transformação didático - pedagógica; Crescimento e desenvolvimento motor. Brincadeiras e estímulos. Práticas desportivas, modalidades e regulamentos. Fundamentos, regras equipamentos e instalações utilizadas nos esportes: atletismo, basquetebol, ginástica olímpica (artística), handebol, futebol e voleibol. Fisiologia do esforço. Noções de fisiologia e anatomia humana. Socorros de urgência. Efeitos fisiológicos dos exercícios, regulação hormonal durante o exercício, controle cardiovascular durante o exercício, termorregulação e relação entre atividade física e doenças cardiovasculares e respiratórias. Recreação, ginástica e dança. Aspectos sócio-culturais do esporte. As atividades físicas, o exercício e a saúde no contexto da educação física. As finalidades e os objetivos da educação física escolar.

Sugestão Bibliográfica:

1. <<http://www.luckesi.com.br/artigoseducacaoludicidade.htm>>. Acesso em: 09 fev. 2016.

2. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brinquedos e Brincadeiras de Creches. Manual de Orientação Pedagógica. Brasília, DF: MEC/UNICEF, 2012.

3. Código de Ética Profissional.

4. LUCKESI, Cipriano Carlos. Brincar: o que é brincar? Disponível em: <http://www.luckesi.com.br/textos/ludicidade_bricar_01doc.htm>. Acesso em: 09 fev. 2016.

5. LUCKESI, Cipriano Carlos. Ludicidade e atividades lúdicas - uma abordagem a partir da experiência interna. Nov. 2005. Disponível em:

6. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física/Secretaria de Educação Fundamental. MEC/SEF, 1998.

- Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde -Princípios e diretrizes, controle social, Indicadores de saúde, legislação; protocolos SUS; Sistemas de informação em saúde; Modelos de atenção e cuidados em saúde; Vigilância em saúde; Epidemiologia; Pacto pela Saúde; Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias; Política Nacional de Humanização. Estatuto da criança e do adolescente - ECA; estatuto do idoso; Bioética e Legislação do Exercício Profissional; Procedimentos: Curativos (Potencial de contaminação, Técnicas de curativos); Princípios da administração de medicamentos (terapia medicamentosa, noções de farmacoterapia); Escuta ativa; Biossegurança nas ações em saúde; Preparação e acompanhamento do cliente na realização de exame diagnóstico; Sinais vitais e medidas antropométricas; Controle Hídrico e Diurese; Técnica de higiene, conforto e segurança do cliente. Posições para exames; Limpeza e preparo da unidade do paciente; Procedimentos de enfermagem na admissão, alta, transferência e óbito. Cuidados de enfermagem a clientes/pacientes nas diversas etapas do tratamento cirúrgico: pré/trans e pós-operatórios das cirurgias gerais; Emergências; Anotações de enfermagem. Saúde Mental: conceito, etiologia, epidemiologia, sinais e sintomas clínicos, farmacoterapia, assistência de enfermagem; Epidemiologia: Prevenção, controle, tratamento, sinais e sintomas de: DST's, doenças infecto-contagiosas, DDA. Imunização: Vacinas, acondicionamento, Cadeia de frio (conservação), dosagens, aplicação, Calendário de vacinação); Doenças de Notificações Compulsórias Nacionais, estaduais e municipais; Processamento de Material; Manuseio de equipamentos e materiais esterilizados; Saneamento Básico - Esgoto sanitário, Destino do Lixo; Saúde da Mulher - Planejamento familiar, gestação (pré- natal), parto e puerpério, prevenção do câncer de colo e mamas; Assistência de enfermagem no atendimento ginecológico; Saúde Materno-Infantil: Assistência de Enfermagem no Pré-Parto, Parto e Puerpério e nas Emergências Obstétricas E Assistência de Enfermagem em Pediatria; Amamentação; Complicações e doenças decorrentes da gravidez. Agravos sociais: a criança e ao adolescente de violência e abandono; Saúde do adulto e do idoso: Hipertensão arterial sistêmica, Diabetes mellitus, doenças respiratórias, outras patologias crônicas; Conhecimentos básicos inerentes as atividades do cargo; Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados).

Sugestões Bibliográficas:

1. ANVISA. Curso de Infecção Relacionada à Assistência a saúde - IRAS. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/Anvisa+Portal/Anvisa/Inicio/Servicos+de+Saude/Assunto+de+Interesse/Aulas+Cursos+Cartazes+Publicacoes+e+Seminarios/Controle+de+Infeccao+em+Servicos+de+Saude/Cursos/Curso+de+Infeccao+Relacionada+a+Assistencia+a+Saude++IRAS>

2. BOLICK, Dianna e outros. Segurança e Controle de Infecção. Reichmann& Affonso Editores.

3. BRASIL, M.S. e ANVISA. Curso Básico de Controle de Infecção Hospitalar: Caderno A - Epidemiologia para controle da infecção hospitalar. Disponível em: <http://www.cvs.saude.sp.gov.br/pdf/CIHCadernoA.pdf>

4. BRASIL, M.S. e ANVISA. Curso Básico de Controle de Infecção Hospitalar: Caderno D - Microbiologia aplicada ao Controle da Infecção Hospitalar. Disponível em: <http://www.cvs.saude.sp.gov.br/pdf/CIHCadernoD.pdf>

5. BRASIL, M.S. e ANVISA. Curso Básico de Controle de Infecção Hospitalar: Caderno E - Programa de Controle da Infecção Hospitalar. Disponível em: <http://www.sbrafh.org.br/site/public/temp/4f7baaa60c51c.pdf>

6. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Da Ordem Social - Art. 196 a 200).

7. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
 8. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
 9. Código de Ética Profissional.
 10. ELKIN, Martha Keene, PERRY, Anne Griffin; POTTER, Patricia A. Procedimentos e intervenções de enfermagem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013
 11. KAWAMOTO, EmiliaEmi; FORTES, Julia Ikeda. Fundamentos de Enfermagem. EPU.
 12. LIMA, Idelmina Lopes de e outros. Manual do Técnico e Auxiliar de Enfermagem. Editora AB. Ltda.
 13. Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.
 14. MENDES, Marcelo. Administração de medicamentos. Joinville – SC: Clube de autores, 2013.
 15. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. NR 32 e alterações - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde.
 16. MOTTA, A. L. C. Normas, rotinas e técnicas de enfermagem. Iátria.
 17. MUSSI, N.M. (et al.). Técnicas fundamentais de enfermagem. Atheneu.
 18. Outras fontes inerentes ao assunto e às atribuições do cargo, a critério da banca elaboradora.
 19. PERRY, Anne Griffin; POTTER, Patricia A. Fundamentos de enfermagem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013
 20. Publicações do Ministério da Saúde que disponham sobre os conteúdos indicados (manuais, informativos, protocolos, Caderno de Atenção Básica, Portarias, Resoluções, Informativos Técnicos, Calendário vacinal, entre outros).
 21. SOARES, Nelma Rodrigues. Administração de medicamentos na enfermagem. EPUB - Editora de Edições Biomédicas
 22. TIMBY, Barbara Kuhn. Conceitos e habilidades fundamentais no atendimento de enfermagem. Artmed.
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS- COMUM A TODOS OS CARGOS DE ENSINO SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA.

Fonologia e Fonética(1) Classificação e representação dos Fonemas; (2) Encontros vocálicos; (3) Encontros consonantais; (4) Dígrafos; (5) Ortografia e acentuação conforme o Novo Acordo Ortográfico da Língua portuguesa; (6) Emprego do hífen. Morfologia (1) Estrutura das palavras; (2) Formação das palavras e sufixos; (3) Classificação e flexão dos substantivos; artigos; adjetivos, numerais e pronomes; (4) Conjugação verbal; (5) Uso adequado de advérbios, preposições, conjunções e interjeições; (6) Conectivos. Sintaxe (1) Sujeito, predicado e predicativo; (2) Objeto direto, objeto indireto, complemento nominal e agente da passiva; (3) Orações coordenadas; (4) Orações subordinadas; (5) Sinais de pontuação; (6) Concordância nominal; (7) Concordância verbal; (8) Sintaxe de colocação. Semântica (1) Sinônimos e antônimos; (2) Homônimos e parônimos; (3) Denotação e conotação. Estilística (1) Figuras de linguagem; (2) Vícios de linguagem. Interpretação textual (1) Leitura e interpretação de textos narrativos e expositivos. Estrutura dos poemas (rimas, estrofes, versos, etc.).

Referências bibliográficas:

1. CEGALLA (2008). Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. Companhia Editora Nacional.
2. PASQUALE E ULISSES (2010). Gramática da Língua Portuguesa. Editora Scipione.
3. BECHARA (2012). Gramática Escolar da Língua Portuguesa. Editora nova Fronteira.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

INFORMATICA

Informática em Geral: conceitos. Periféricos de um Computador. Hardware. Software. Utilização e configurações básicas do Sistema Operacional Windows. Instalação, configuração e utilização: Word, Excel, Outlook e PowerPoint e suas respectivas versões posteriores. Noções de segurança para Internet. Noções básicas de navegação na Internet (Internet Explorer e Mozilla Firefox e suas respectivas versões posteriores, dentre outros. Correio Eletrônico. Sistemas de proteção antivírus e outros. Configuração e utilização de Impressoras e periférico. Extensões de arquivos; Conversores para PDF;

Sugestões Bibliográficas:

- CERT.BR. Cartilha de Segurança para Internet. Disponível em < <http://cartilha.cert.br/seguranca/>
- MICROSOFT CORPORATION. Ajuda integrada e on-line: Windows , Internet Explorer, Outlook, Excel, Word e PowerPoint.
- MOZILLA FIREFOX. Ajuda do Firefox (Ajuda integrada e on-line).
- Outros manuais, livros e apostilas que contemplem os conteúdos listados.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

LEGISLAÇÃO

Leis Municipais 1496 e 1497/98 e suas alterações e Leis Municipais 2103,2104 e 2105/2003 e suas alterações, Lei Orgânica do Município de Itapema, Constituição Federal.

(Considerar a legislação na sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados)

Sugestão Bibliográfica:

-BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69).

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS INERENTES AOS CARGOS DE ENSINO SUPERIOR

ADVOGADO – CREAS/SUAS

DIREITO CONSTITUCIONAL: Constituição: Conceito. Classificação das Constituições. Evolução Constitucional do Brasil. Interpretação e caracterização das normas constitucionais. Poder Constituinte Originário e Poder Constituinte Derivado: Características. Emenda à Constituição.

Hierarquia das Normas Jurídicas. Princípio da Supremacia da Constituição. Revisão Constitucional. Controle de Constitucionalidade das Leis. Normas Constitucionais: Eficácia. Aplicabilidade. Interpretação. Integração. Direitos e garantias fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Princípios do Estado de Direito: legalidade, igualdade, controle judiciário. Garantias constitucionais: Conceito. Classificação. Mandado de Segurança. Direito de petição. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Direitos Políticos. Federação: Soberania e autonomia do Estado Federal. Repartição de competências. Intervenção Federal nos Estados e nos Municípios. Divisão de poderes. A unidade do Poder Estatal. Princípios e normas da Administração Pública. União. Competência. Estado-Membro; poder constituinte estadual: autonomia e limitações; Municípios: natureza jurídica, criação, competências, autonomia, capacidade de auto-organização e seus limites; Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e alterações. DIREITO CIVIL: Fontes formais do direito positivo. Da Lei: Vigência e eficácia. Conflitos no tempo e no espaço. Hermenêutica e aplicação. Das Pessoas Naturais: Registro. Personalidade. Capacidade. Domicílio. Estado. Das Pessoas Jurídicas: Registro. Espécies. Classificação (direito público X direito privado). Personalidade Jurídica. Habilidade. Ratificação e convalidação. Prescrição e Decadência: Conceitos. Disposições Gerais. Efeitos. Causas suspensivas e interruptivas. Prazos. Das Obrigações: Definição. Elementos constitutivos. Fontes. Classificação. Modalidades. Liquidação. Solidariedade. Transmissão. Cláusula Penal. Extinção. Inexecução. Juros. Correção monetária. Mora. Pagamento. Objeto. Prova. Lugar e tempo. Do pagamento indevido por consignação e com sub-rogação. Dação em Pagamento. Compensação. Novação. Transação; Contratos: contratos em geral; disposições gerais; extinção; espécies de contratos regulados no Código Civil; Responsabilidade Civil; DIREITO ADMINISTRATIVO: Conceito. Objeto. Fontes. Princípios Constitucionais. Poderes da Administração. Deveres. O uso e o abuso do poder. Organização administrativa brasileira. Da Organização Administrativa: Administração direta e indireta. Autarquias. Fundações Públicas. Empresas Públicas. Sociedades de Economia Mista. Entidades Paraestatais. Poderes administrativos: vinculado, discricionário, hierárquico, regulamentar, disciplinar e de polícia. Processo administrativo disciplinar. Do ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécie. Anulação e Revogação. Licitação e Contratos (Lei n. 8.666/93): Conceito. Normas Gerais. Objeto. Princípios. Modalidades. Procedimentos. Finalidades. Obrigatoriedade. Dispensa. Inexigibilidade. Pregão. Vedação. Revogação. Anulação. Sanções penais. Peculiaridades e Interpretação dos Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Serviços delegados (concessões, permissões e autorizações), convênios e consórcios. Parcerias público-privadas. Regime de Contratação Diferenciado. Os Agentes e Servidores Públicos: Regimes jurídicos dos Servidores Públicos. Direitos e deveres. Responsabilidades. Direitos dos Usuários. Aposentadoria. Atos de Pessoal. Processo Especial dos Crimes Praticados por Servidores Públicos. Controle da administração pública: Controle interno. Controle externo, inclusive a cargo do Tribunal de Contas. Controle jurisdicional. Sistema de Contencioso administrativo e Sistema de jurisdição una. Instrumentos do controle jurisdicional. Investidura. Domínio Público: Bens públicos. Administração, utilização e alienação de bens públicos. Imprescritibilidade, impenhorabilidade e não oneração de bens públicos. Aquisição de bens pela administração. Responsabilidade Civil da Administração. Poder de polícia. Desapropriação. Lei de Improbidade Administrativa. Lei de Transparência, Lei nº 12.846/2013. Crimes contra a Administração Pública. DIREITO DO TRABALHO Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 01 de maio de 1943. Relação de trabalho e relação de emprego. A figura jurídica do empregado e do empregador. Jornada de Trabalho: jornada legal e convencional; limitação da jornada. Formas de prorrogação. Trabalho extraordinário. Trabalho noturno. Repouso semanal remunerado. Jornadas especiais de trabalho: turnos ininterruptos de revezamento. Banco de horas. Férias: férias individuais e coletivas; Período aquisitivo e concessivo; Remuneração; Abono; Efeitos na rescisão contratual. Contrato de Trabalho: Natureza jurídica; Elementos essenciais; Duração; Alteração; Suspensão e Interrupção; Término do Contrato. DIREITO TRIBUTÁRIO Conceito. Conteúdo. Natureza. Autonomia. Fontes. Relação com o Direito Financeiro. Sistema Constitucional Tributário: Poder de tributar. Competência tributária. Capacidade tributária. Legislação tributária: vigência no tempo e no espaço. Aplicação. Hermenêutica tributária. Interpretação e integração de legislação tributária no Código Tributário Nacional. Norma Tributária: Incidência. Vigência. Aplicação. Interpretação. Tributos: Conceito. Natureza Jurídica. Classificação. Espécies. Princípios constitucionais do Direito Tributário: legalidade, Isonomia. Irretroatividade. Anualidade e anterioridade. Proibição de uso de tributo com efeito de confisco; Código Tributário Municipal (Lei Municipal nº 170/1983; Lei de Execuções Fiscais (Lei Federal nº 6.830/80; Lei Complementar ISS (Lei Complementar nº 116/2003); DIREITO PROCESSUAL Jurisdição: Conceito. Características. Poderes. Princípios. Espécies. Competência: Espécies. Modificações. Prevenção. Incompetência. Conflito de competência. Ação: Conceito. Natureza Jurídica; PROCESSO CIVIL: Novo Código de Processo Civil, assim como suas alterações; 1. Da jurisdição e da ação. 2. Da competência interna. 3. Dos sujeitos do processo: das partes e dos procuradores; do litisconsórcio; da intervenção de terceiros; da advocacia pública. 4. Dos atos processuais. 5. Da tutela provisória. 6. Da formação, suspensão e extinção do processo. 7. Do procedimento comum. 8. Do cumprimento da sentença. 9. Do processo de execução: da execução em geral; da execução por quantia certa; da execução contra a fazenda pública; dos embargos à execução; da suspensão e da extinção do processo de execução. 10. Dos recursos. 11. Dos Procedimentos especiais: mandado de segurança, ação popular, ação civil pública, ação de improbidade administrativa. CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e Sistema Único de Assistência Social –SUAS; Política Nacional de Assistência Social. Lei da Adoção Cidadania; direitos sociais; seguridade social; Proteção Social; Violência Social; Família; Políticas Públicas; Estado e Serviços Públicos.; Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na Política de Assistência Social; CRAS; Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS/1993; Lei da Adoção nº 12.010, de 3 agosto de 2009, a qual dispõe sobre a adoção; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA/1990; Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004; Tipificação dos Serviços Socio-assistenciais; Texto da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009; .SUS, ESF, SUAS, LOAS.

Sugestões Bibliográficas:

1. BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro, Forense.
2. BARBI, Celso A. Do Mandato de Segurança.
3. BASTOS Celso R. Curso de Direito Constitucional.
4. BRASIL. Constituição da República Federativa Atualizada. Lei nº 8666/93 e suas alterações.
5. CALMON. Jose Joaquim. Comentários ao Código de Processo Civil.
6. CARRION, Valentin. CLT Comentada. Comentário à Consolidação das Leis do Trabalho, Saraiva. CÂMARA, Alexandre. Lições de Direito Processual Civil, Lumen Juris.
7. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.
8. CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.
9. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo; Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do T.S.T.
10. Direito Municipal Brasileiro.
11. FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo, Lumen Juris.
12. Legislação Correlata de Direito Administrativo.
13. Legislação Correlata de Direito Civil e Processo Civil.
14. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – Lei Complementar nº 101/2000.

15. LEI ORGANICA DO MUNICIPIO.
 16. Licitação e Contrato Administrativo.
 17. MARIO, Caio. Direito Civil Brasileiro
 18. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro.
 19. MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo, São Paulo, Malheiros; MORAIS, Alexandre. Direito Constitucional, Atlas, S Paulo; MOREIRA, Jose Carlos Barbosa. Processo Civil Brasileiro.
 20. NOVO CÓDIGO CIVIL
 21. RODRIGUES, Silvio. Direito Civil
 22. SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil.
 23. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo, Malheiros.
 24. Sumulas e Informativos do S.T.J. e S.T.F.
 25. THEODORIO, Jr. Curso de Direito Processual Civil.
 26. TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. Editora Renovar.
 27. VENOSA, Silvio. Curso de Direito Civil.
- Legislação referente ao conteúdo sugerido.
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

ARQUITETO

Projeto Arquitetônico e Urbanístico: representação técnica de projetos arquitetônicos e urbanísticos; programas de necessidades; dimensionamento, organização do arranjo interno e layout; controle térmico, acústico e luminoso das edificações. Acessibilidade nas construções e no meio urbano: adequação do espaço, mobiliário e equipamentos urbanos; NBR 9050/04 e alterações; Decreto nº 5.296/04. Ordenação do Solo Urbano: zoneamento de uso de solo; índices urbanísticos; sistema viário, uso e ocupação do solo; projetos urbanísticos e de reestruturação urbana; impactos ambientais urbanos; planejamento urbano no Brasil; plano diretor. Legislação urbanística e ambiental: instrumentos de intervenções urbanísticas e ambientais; limitações e restrições à propriedade; função social da propriedade; instrumentos jurídico-urbanísticos do Estatuto da Cidade; servidão urbanística, desapropriações, limitações administrativas. Parcelamento do Solo Urbano: aspectos urbanísticos e legais do parcelamento do solo urbano. Noções dos projetos complementares: noções de comportamento e desempenho estrutural das edificações; instalações elétricas e hidros sanitárias; especificação de serviços e materiais; instalação de elevadores; sistemas de segurança nas edificações; prevenção contra incêndio. Viabilidade técnico-financeira de projetos arquitetônicos, urbanísticos e complementares: memoriais descritivos; cadernos de encargos; orçamento de obras; composição de custos; técnicas de gerenciamento de atividades e recursos; acompanhamento e fiscalização, controle e programação de obras; licitação de obras públicas. Patrimônio Histórico Cultural e Ambiental: noções de preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental; tombamento e inventário. Normas Técnicas da ABNT (NBR's) e Normas de Segurança do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (NR's). Legislação ambiental, resoluções do CONAMA. Computação gráfica: conhecimento de AutoCAD 2D e 3D.

Sugestões Bibliográficas:

1. ARGAN, Giulio Carlo. Projeto e destino. São Paulo: Ática, 2001.
2. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6492 – Representação de projetos de arquitetura.
3. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: 2004. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos
4. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA. Manual de contratação de serviços de arquitetura e urbanismo. São Paulo: Pini, 1992.
5. BAUER, L. A. Falcão (Luiz Alfredo Falcão) (Coord.). Materiais de Construção. Volumes 1 e 2 Revisão técnica João Fernando Dias. 5.ed.rev. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, c2000. 471 p., il.
6. BENEVOLO, Leonardo. História da cidade. Tradução de Silvia Mazza. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993. 729 p., il.
7. BOLZANI, Caio Augustus Moraes. Residências inteligentes. São Paulo: Livraria da Física, 2004. 332 p.
8. BONDUKI, Nabil. Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. 342 p., il.
9. CORBELL, Oscar; YANNAS, Simos. Em Busca de uma Arquitetura Sustentável para os Trópicos: Conforto Ambiental. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2009. 305 p., il.
10. CREDER, Helio. Instalações elétricas. 18.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2007.XII, 428 p., il.
11. CREDER, Helio. Instalações Hidráulicas e Sanitárias. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2006. 423 p., I.
12. DEL RIO, Vicente. Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento. São Paulo: Pini, 1990. 198 p., il.
13. FROTA, Anésia Barros; SCHIFFER, Sueli Ramos. Manual de Conforto Térmico. 8. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2007. 243 p., il.
14. KROEMER, K. H. E.; GRANDJEAN, E. Manual de Ergonomia: adaptando o trabalho ao homem. Tradução de Lia Buarque de Macedo Guimarães. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 327 p., il.
15. LE CORBUSIER. Planejamento Urbano. Tradução de Lúcio Gomes Machado. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2008. 200 p., il. (Coleção debates, 37).
16. LE CORBUSIER. Por uma Arquitetura. Tradução de Ubirajara Rebouças. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. 205 p., il. (Coleção estudos, 27).
17. LE CORBUSIER. Urbanismo. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 3.ed. São Paulo: Wmfmartinsfontes, 2009. XI, 307 p., il.
18. LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 227 p., il. (Coleção a).
19. MASCARÓ, Lucia (Org.). A iluminação de espaços urbanos. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2006.193 p., il.
20. MASCARO, Lucia R. de (Lucia Raffo de); MASCARÓ, Juan José. Ambiência Urbana = UrbanEnvironment. 3. ed. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2009. 199 p., il.
21. NEUFERT, Ernest – “Arte de Projetar em Arquitetura”, 17.ed.rev. eampl. São Paulo: G. Gili do Brasil, 2004. XIV, 618 p., il.
22. OBERG, L. (Lamartine). “Desenho Arquitetônico”. 33. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.156 p., il.
23. PROCÓPIO FILHO, Argemiro; BURSZTYN, Marcel (Org.). Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002. 192 p.
24. RASMUSSEN, Steen Eiler. Arquitetura Vivenciada. Tradução de Alvaro Cabral. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 246 p., il. (Coleção

a).

25. REBELLO, Yopanan Conrado Pereira; MELLO, Carlos Roberto Lemos Homem de (cap.). Estruturas de aço, concreto e madeira: atendimento da expectativa dimensional. São Paulo: Zigurate, 2005. 373 p
26. SANTOS, Rozely Ferreira dos. Planejamento Ambiental: Teoria e Prática. São Paulo: Oficina de textos, 2004. 184 p., il. color.
27. SERPA, Angelo. O Espaço Público na Cidade Contemporânea. São Paulo: Contexto, 2009. 205 p., il.
28. SILVA, Elvan. Uma introdução ao projeto arquitetônico. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998. 125 p., il. (Livro-texto).
29. VIEIRA NETTO, Antonio. Como Gerenciar Construções. São Paulo: Pini, 1988. 119 p., il.
30. YAZIGI, Walid. A Técnica de Edificar. 9.ed. rev. e atual. São Paulo: Pini, 2008. 770 p., Il
31. ZEVI, Bruno. Saber Ver a Arquitetura. Tradução de Maria Isabel Gaspar, Gaëtan Martins de Oliveira. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 286 p., il. (Coleção a).
32. MARICATO, Erminia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 204 p.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

ASSISTENTE SOCIAL

Questão Social. Movimentos sociais. Terceiro Setor. Controle Social. Lei Federal N.º 8.662/93 (Lei que regulamenta a profissão do Assistente Social). Questão Social. Controle Social. Código de Ética Profissional do Assistente Social. As dimensões ético-políticas, técnico-operativas e teórico-metodológicas do Serviço Social. Lei nº. 8.742/1993. Lei Orgânica da Assistência Social e suas alterações. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS 2005. Resolução CNAS nº. 109/2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Lei nº. 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. Lei nº. 8.212/1991 – Lei Orgânica da Seguridade Social: Títulos I, II e III. Cadastro Único - Decreto nº 6.135/07. NOB RH SUAS/2006. Lei nº 12010/09 - nova lei da adoção. Direitos Sociais. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase); Estatuto da pessoa com deficiência. Lei Maria da Penha. Estatuto da Juventude. Normas e orientações do CRAS e do CREAS; Sistema Único da Assistência Social; Norma Operacional Básica do SUAS; Política Nacional de Assistência Social; Norma Operacional Básica – RH – SUAS; Decreto N.6307/2007 que regulamenta os Benefícios Eventuais. Plano Municipal de Assistência Social e seus processos; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Vigilância Socioassistencial. Programa de Transferência de Renda (BPC, Programa Bolsa Família). Programas Governamentais de habitação e projetos social.

Sugestões Bibliográficas:

1. Políticas públicas de saúde: SARRETA, FO. Educação permanente em saúde para os trabalhadores do SUS [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 248 p. ISBN 978-85-7983-009-9. Available from SciELO Books
2. Pesquisa em Serviço Social. YAZBECK, Maria Carmelita. Os caminhos para a pesquisa no serviço social. In: Revista Temporalis, ano V, nº 9 – janeiro a junho de 2005 (p. 147-159).
3. Indicadores de nível de saúde da população. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede. Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa. – 2. ed. – Brasília
4. Atenção à Saúde: Organização e Funcionamento dos Serviços de Saúde.
5. LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990.
6. Planejamento e gestão social. PORTARIA N. 3.332, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006.
7. Direitos dos usuários do SUS. PORTARIA N 1.820, DE 13 DE AGOSTO DE 2009.
8. Vigilância Sanitária: LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999.
9. Equipe Interdisciplinar e multidisciplinar. PORTARIA Nº 2.527, DE 27 DE OUTUBRO DE 2011. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. Revista Saúde Pública, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 1 - 11, fev., 2001.
10. Programa Nacional de Humanização/ SUS.
11. <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/sas/humanizausus>
12. Código de ética do assistente social; LEI No 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993.
13. Políticas inerentes ao serviço social em saúde pública: Conselho Federal de Serviço Social. Parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais na política de Saúde. Serie: Trabalho e Projeto Social nas políticas sociais. Brasília. 2010.
14. Conselho Federal de Serviço Social: www.cfess.org.br
15. Conselho Regional de Serviço Social: www.cress-sc.org.br
16. Sistema de Auditoria do SUS. DECRETO Nº 1.651, DE 28 DE SETEMBRO DE 1995.
17. Elaboração de laudo, levantamentos socioeconômicos / parecer técnico, específico da área de Serviço Social. CFESS - Conselho Federal de Serviço Social (org.). O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
18. MIOTO, Regina Célia. "Estudos Socioeconômicos". In CFESS/ABEPSS. (Org.) Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 482-496.
19. Lei Orgânica da Assistência Social: LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993.
20. LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
21. LEI Nº 8.142, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.
22. Consolidação do SUS: PORTARIA Nº 399/GM, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2006.
23. Diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS): Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010.
24. Saúde na Constituição Federal: arts. 6º e 5º, § 1º; 7º, IV; 24, XII, §§ 1º ao 4º; 23, II; 30, VII; 37, II, V, VIII, IX, XVI, "c"; 195, § 2º; 196-200; 208, VII; 212, § 4º; 227, caput; 227, § 1º, I; art. 77 e seus incisos e §§ do ADCT.
25. Política Nacional de Atenção Básica: Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011.
26. Estatuto do Idoso: Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003.
27. Estatuto da Criança e do adolescente. Lei 8069 de 13 de julho de 1990.
28. Estatuto da pessoa com deficiência. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.
29. Política Nacional de Assistência Social. PNAS/ 2004

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

CONTADOR

Contabilidade Pública: 1. Conceito. 2. Campo de Aplicação. 3. Regimes Contábeis: Orçamentário e Patrimonial. 4. Resolução CFC nº 1.111/2007 - Princípios de Contabilidade Sob a Perspectiva do Setor Público. 5. Subsistemas de Informações: Orçamentárias, Patrimoniais, Compensação. 6. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC – T 16.1 a 16.11. 7. Exercício Financeiro. 8. Processo de Planejamento - Orçamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA. 9. Receita e Despesa Extra orçamentária: Conceito e Contabilização. 10. Dívida Ativa. 11. Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – Edição atualizada - (Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2014 e Portaria STN 700/2014): Anexos - Ementário da Receita e do PCASP. 12. Procedimentos Contábeis Orçamentários. Receita Orçamentária: Conceito, Classificação da Receita Orçamentária, Reconhecimento da Receita Orçamentária, Relacionamento do Regime Orçamentário com o Regime Contábil, Etapas da Receita Orçamentária, Procedimentos Contábeis Referentes à Receita Orçamentária. Despesa Orçamentária: Conceito, Classificações da Despesa Orçamentária, Créditos Orçamentários Iniciais e Adicionais, Reconhecimento da Despesa Orçamentária, Etapas da Despesa Orçamentária, Procedimentos Contábeis referentes à Despesa Orçamentária, Restos a Pagar, Despesas de Exercícios Anteriores, Suprimentos de Fundos (Regime de Adiantamento). Procedimentos Contábeis Patrimoniais: Patrimônio Público: Conceito, Composição, Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido/Saldo Patrimonial. Variações Patrimoniais: Qualitativa, Quantitativa e Resultado Patrimonial. Ativo Imobilizado. Ativo Intangível. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público: Aspectos Gerais e Estrutura do PCASP. Detalhamento das Contas do PCASP. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público: Balanço Orçamentário. Balanço Financeiro. Balanço Patrimonial. Demonstração das Variações Patrimoniais. Demonstração do Fluxo de Caixa. Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido. Consolidação das Demonstrações Contábeis. 13. Registros Contábeis de Operações Típicas. 14. Legislação: Lei Complementar nº 101/2000 e atualizações; Lei Federal nº 4.320/64; Portarias STN e MOG.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

1. BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade aplicada ao setor público. Abordagem Simples e objetiva. Atualizado com as normas brasileiras de contabilidade (NBC T 16) do CFC e o Manual aplicado ao Setor Público (MCASP) da STN. São Paulo: Atlas, 2014
 2. Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Manual Técnico de Orçamento MTO. Edição 2014. Brasília, 2013
 3. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
 4. FEIJÓ, Paulo Henrique. Entendendo o plano de contas aplicado ao setor público/Paulo Henrique Feijó, Carlos Eduardo Ribeiro. 1. ed. Brasília: Gestão Pública, 2014.
 5. JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitação e contratos administrativos. 14 ed. São Paulo: Dialética, 2010
 6. Lei 8666 de 21 de junho de 1993 e alterações - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
 7. Lei complementar nº 101 de 04 de março de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
 8. Lei nº 4320 de 17/03/1964 e suas alterações. Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
 9. Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.
 10. MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.
 11. MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
 12. PISCITELLI, Roberto Bocaccio. Contabilidade Pública: Uma abordagem da Administração Financeira
 13. Pública / Roberto BocaccioPiscitelli....[et al] 12ª ed. Revisada, ampliada e atualizada até março de 2012. - São Paulo: Atlas, 2012
 14. RIBEIRO, Osnir Moura. Contabilidade Geral Fácil - 9ª ed. 2013: Editora Saraiva RIBEIRO, Osnir Moura. Contabilidade Básica Fácil - 29ª ed. 2013: Editora Saraiva
 15. Silva, Alexandre Alcântara da. Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.
 16. SILVA, Alexandre Alcântara da, Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
 10. SILVA, Lino Martins. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

COORDENADOR PEDAGÓGICO

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Lei Municipal 1497/98; Conhecimentos Pedagógicos: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar – práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão – a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto Pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade; Específicos do Cargo: Competências do coordenador pedagógico; Modelo pedagógico por competência; Transversalidade; Políticas Públicas (programas governamentais de inclusão social e ampliação do acesso à formação profissional; PRONATEC e similares); Realidade social brasileira. Aspectos do trabalho cotidiano do Coordenador Pedagógico: o educador, o educando e suas relações; os conteúdos de ensino e os materiais didáticos; os métodos e procedimentos de ensino; a produção do conhecimento: planejamento, execução e avaliação das ações na escola. A postura ética no trabalho. A ação educacional do profissional Coordenador Pedagógico no contexto do sistema municipal de ensino. A visão crítica do coordenador pedagógico sobre o trabalho desenvolvido pelas unidades escolares. Elaboração de currículos: o quê, como e quando ensinar e avaliar. Acompanhamento do trabalho pedagógico e da avaliação dos alunos. A integração do trabalho do coordenador pedagógico com os demais profissionais envolvidos no sistema: a participação do profissional no treinamento e aperfeiçoamento das equipes escolares.

Sugestões Bibliográficas:

1. BRASIL, Constituição Federal de 1988 – Título II – Cap. I – Dos direitos e deveres individuais e coletivos; Cap. II – Dos Direitos Sociais; Título

- VIII –Cap. III –Da Educação, da cultura e do Desporto; Seção I -Da Educação; Seção II –Da cultura; Cap. VII -Da família, Da criança, Do adolescente, Do Jovem e Do Idoso).
2. Lei Federal nº 8.069/90 -Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente -Título II -Dos Direitos Fundamentais -Capítulo IV -Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer.
3. LEI FEDERAL Nº 9394/96; Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; e suas alterações;
4. LEI FEDERAL Nº 11.494/07; Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação –FUNDEB;
5. PARECER CNE/CEB Nº 07/10 E RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 04/10; Institui as Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Básica;
6. PARECER CNE/CEB Nº 03/10 -Institui as Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação de Jovens e Adultos;
7. PARECER CNE/CEB Nº 20/09 E RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 05/09; Institui as Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação infantil;
8. PARECER CNE/CEB Nº 13/09 E RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 04/09; Institui as Diretrizes Operacionais para atendimento educacional especializado na educação básica modalidade educação especial.
9. LEI FEDERAL Nº 10.639/03; Estabelece diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira";
10. BRASIL –SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA –Parâmetro Curricular Nacional 1ª a 4ª séries-vol. 1.
11. BRASIL –SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA –Referencial Curricular Nacional –Vol. 01 ao 03 -Educação Infantil.
12. BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). O Educador: Vida e Morte, 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
13. LIBÂNEO, José Carlos. A organização e a Gestão da Escola: Teoria e Prática.Goiânia: Editora Alternativa,2001.
14. MACHADO, Lourdes M. (coord.) e MAIA, Graziela Z. A. (org.). Administração e Supervisão Escolar: questões para o novo milênio. São Paulo: Pioneira, 2000.
15. LUCK, Heloísa.Gestão participativa na escola, coleção caderno de gestão III, Editora Vozes, ed. 08, ano 2010.
16. SACRISTAN,J.Gimeno, Currículo, uma reflexão sobre a prática, Ed. Artmed, Edição 3.
17. HERNANDES, Fernando, Transgressão e mudança na educação –Os projetos e mudança no trabalho, Ed. Artmed.
18. PARO, Vitor Henrique, Gestão escolar, democracia e qualidade de ensino, Ed. Ática, Edição 1, ano 2007
19. VIEIRA, Flávia [e outras]. No Caleidoscópio da Supervisão: Imagens da Formação e da Pedagogia. Mangualde: Edições Pedagogo, 2006.
20. VVAA. O Coordenador Pedagógico e a Educação Continuada. São Paulo: Loyola, 1998.
21. VVAA. O Coordenador Pedagógico e a Formação Docente. São Paulo: Loyola, 2000.
22. VVAA. O Coordenador Pedagógico e o Cotidiano da Escola. São Paulo: Loyola, 2003.
23. VVAA. O Coordenador Pedagógico e o Espaço da Mudança. São Paulo: Loyola, 2001
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

ENFERMEIRO

Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde -Princípios e diretrizes, controle social, Indicadores de saúde, legislação; protocolos SUS; Sistemas de informação em saúde; Modelos de atenção e cuidados em saúde; Vigilância em saúde; Epidemiologia; Pacto pela Saúde; Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias; Política Nacional de Humanização. Estatuto da criança e do adolescente – ECA; estatuto do idoso; Bioética e Legislação do Exercício Profissional; Programa Nacional de Imunização: Tipos de vacinas, Composição, conservação, rede de frio, indicação e contra-indicação, prazo de validade após abertura do frasco, doses e vias de administração), Planejamento, Organização e operacionalização de Campanhas, bloqueios e intensificações de vacinas. Administração e Gerência de Serviços de Saúde e de Enfermagem em Saúde Coletiva: Administração de medicação; esterilização de material; Consulta de enfermagem; procedimentos de enfermagem. Assistência Integral à Saúde da Criança: avaliação do crescimento e desenvolvimento, aleitamento materno, alimentação básica infantil, desnutrição, Controle de Doenças Diarreicas, infecções respiratórias agudas. Assistência integral à Saúde do Adolescente. Assistência Integral à Saúde da Mulher: Programa Nacional de Prevenção do Câncer de Mama Cérvico-Uterino. Assistência Integral à Saúde do Adulto e do Idoso: Assistência aos portadores de doenças Crônico Degenerativas Programa Nacional de atenção ao Diabético e ao Hipertenso. Assistência Integral à Saúde do Trabalhador: Legislação, Patologias. Assistência Integral à Saúde do Portador de Sofrimento Mental. Noções básicas de psicopatologia e psicofarmacologia. Assistência Integral à Saúde do Portador de Doenças Transmissíveis: Programa de prevenção e Assistência em Doenças Sexualmente Transmissíveis □ DST; AIDS. Epidemiologia: Indicadores de saúde; Legislação; patologias; Programa Nacional de Controle da Tuberculose e Programa Nacional de Controle da Hanseníase. Medidas de proteção ambiental, coletiva e individual: Limpeza, desinfecção, descontaminação. Educação em Saúde.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

1. ANVISA. Curso de Infecção Relacionada à Assistência a saúde – IRAS. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/Anvisa+Portal/Anvisa/Inicio/Servicos+de+Saude/Assunto+de+Interesse/Aulas+Cursos+Cartazes+Publicacoes+e+Seminarios/Controle+de+Infeccao+em+Servicos+de+Saude/Cursos/Curso+de+Infeccao+Relacinada+a+Assistencia+a+Saude++IRAS>
2. BRASIL - SIAB: Manual do Sistema de Informação de Atenção Básica/Secretaria de Assistência e Saúde, Coordenação de Saúde da Comunidade: Brasília Ministério da Saúde. 3. Reimpr. 2000. 98p. Disponível em: < <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manualsiab2000.pdf> >
3. BRASIL, M.S. e ANVISA. Curso Básico de Controle de Infecção Hospitalar: Caderno A – Epidemiologia para controle da infecção hospitalar. Disponível em: <http://www.cvs.saude.sp.gov.br/pdf/CIHCadernoA.pdf>
4. BRASIL, M.S. e ANVISA. Curso Básico de Controle de Infecção Hospitalar: Caderno B – Principais síndromes Infecções Hospitalares. Disponível em: <http://www.cvs.saude.sp.gov.br/pdf/CIHCadernoB.pdf>
5. BRASIL, M.S. e ANVISA. Curso Básico de Controle de Infecção Hospitalar: Caderno C – Métodos de proteção Anti-infecciosa. Disponível em: <http://www.cvs.saude.sp.gov.br/pdf/CIHCadernoC.pdf>
6. BRASIL, M.S. e ANVISA. Curso Básico de Controle de Infecção Hospitalar: Caderno D – Microbiologia aplicada ao Controle da Infecção Hospitalar. Disponível em: <http://www.cvs.saude.sp.gov.br/pdf/CIHCadernoD.pdf>
7. BRASIL, M.S. e ANVISA. Curso Básico de Controle de Infecção Hospitalar: Caderno E – Programa de Controle da Infecção Hospitalar. Disponível em: <http://www.sbrafh.org.br/site/public/temp/4f7baaa60c51c.pdf>
8. BRASIL. Decreto n. 94.406/87. Regulamenta a Lei n.7498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências. Disponível em < http://novo.portalcofen.gov.br/decreto-n-9440687_4173.html >.
9. BRASIL. Lei n. 10.216, de 6 de Abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm >.

10. BRASIL. Lei n. 7498 de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. Disponível em <http://novo.portalcofen.gov.br/lei-n-749886de-25-de-junho-de-1986_4161.html>.
11. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/lei8080.pdf>>.
12. BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm>.
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: princípios e diretrizes. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2008/PT-09-CONS.pdf>>.
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.498, de 19 de julho de 2013. Redefine o Calendário Nacional de vacinação, o Calendário Nacional de vacinação dos Povos Indígenas e as Campanhas Nacionais de vacinação, [...] em todo o território nacional. Disponível em: <<http://www.brasilus.com.br/legislacoes/gm/119852-1498.html>>.
15. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Autoavaliação para a Melhoria do Acesso e da Qualidade. Brasília Distrito Federal, 2013. Disponível em: <<http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/amaq2013.pdf>>.
16. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_do_nasf_nucleo.pdf>.
17. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Prevenção clínica de doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e renais / - Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad14.pdf>.
18. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: PNPIC: atitude de ampliação de acesso / – Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic_atitude_ampliacao_acesso.pdf>.
19. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes /– 1. ed., 2. reimpr. Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_mulher_principios_diretrizes.pdf>. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde sexual e saúde reprodutiva /– Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad26.pdf>.
20. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento /– Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/caderno_33.pdf>.
21. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa /– Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad19.pdf
22. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações
23. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Saúde integral de adolescentes e jovens: orientações para a organização de serviços de saúde. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_adolescentes_jovens.pdf>.
24. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica - n.º 15, Hipertensão Arterial Sistêmica. Brasília: MS, 2006. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_atencao_basica15.pdf>. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica.
25. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde.
26. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022 /– Brasília : Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/enfrentamento_doencas_cronicas_nao_transmissiveis_2011_2022.pdf>
27. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso. – 8. ed. rev. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_guia_bolso.pdf>.
28. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: documento base para gestores e trabalhadores do SUS / Ministério da Saúde, . – 4. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf>.
29. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora nº32 – Segurança e Saúde no trabalho em Serviços de Saúde. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/legislacao/normasregulamentadoras-1.htm>>.
30. BRASIL. Portaria n.º 336/GM de 19 de fevereiro de 2002. Estabelece que os Centros de Atenção Psicossocial poderão constituir-se nas seguintes modalidades de serviços: CAPS I, CAPS II e CAPS III, definidos por ordem crescente de porte/complexidade e abrangência populacional. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2002/Gm/GM-336.htm>>.
31. BRASIL. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <<http://www.aadom.org.br/myFiles/1362947024.pdf>>.
32. Cadernos de Atenção Básica - n.º 16, Diabetes Mellitus. Brasília: MS, 2006. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diabetes_mellitus.PDF>.
33. CECCIM, Ricardo Burg. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. Interface - Comunic, Saúde, Educ, v.9, n.16, p.161-77, set.2004/fev.2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180118751013>>.
34. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN 311/2007. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em <http://novo.portalcofen.gov.br/resoluo-cofen-3112007_4345.html>.
35. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN-358/2009. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: <http://novo.portalcofen.gov.br/resoluo-cofen-3582009_4384.html>.
36. COSTA, Elisa Maria Amorim; CARBONE, Maria Herminda. Saúde da Família: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Ed. Rubio,

2004.

37. Diretrizes Nacionais da Vigilância em Saúde / – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pacto_saude_volume13.pdf>.
38. FERREIRA, José Henrique Germann .Planejamento em Saúde. Saúde e Cidadania. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. 2002. Disponível em: <http://portalses.saude.sc.gov.br/arquivos/sala_de_leitura/saude_e_cidadania/ed_02/index.html>.
39. MENDES, Eugênio Vilaça. O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde: o imperativo da consolidação da estratégia da saúde da família. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2012. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cuidado_condicoes_atencao_primaria_saude.pdf>.
40. POTTER, Patrícia A.; PERRY, Anne Griffin. Grande Tratado de Enfermagem Prática: Clínica e Prática Hospitalar. 3. ed. 1. Reimpr. Asão Paulo: Santos Livraria Editora, 2001.
41. Programáticas Estratégicas. Atenção à saúde da pessoa com deficiência no Sistema Único de Saúde – SUS / – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_pessoa_deficiencia_sus.pdf>.
42. ROUQUAYROL, M. Z. Epidemiologia e Saúde - 6. ed. – Rio de Janeiro: Medsi, 2003. ARCHANJO, Daniela Resende; ARCHANJO, Léa Resende; SILVA, Lincoln Luciano (orgs.). Saúde da Família na Atenção Primária. Curitiba: Ed. IBPEX, 2007.
43. TANCREDI, Francisco Bernardino; BARRIOS, Suzana Rosa Lopez;
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Administração e planejamento rural. Melhoramento genético de plantas. Experimentação agrícola. Economia agrícola. Produção vegetal. Grandes culturas: Poaceas e Fabaceas. Produção e multiplicação: sementes e mudas. Ecologia. Fisiologia. Morfologia. Botânica. Taxionomia vegetal. Nutrição de plantas. Adubação e calagem. Interpretação de análises de solo: física, química e biológica. Agricultura orgânica. Vigilância epidemiológica. Fitopatologia. Entomologia agrícola. Matologia. Uso correto de agrotóxicos. Hidráulica. Irrigação e Drenagem. Extensão rural. Uso e conservação do solo. Mecanização agrícola: máquinas e implementos. Construções rurais. Conhecimentos em instalações elétricas de baixa tensão. Topografia. Tecnologias agrícolas.

Sugestões Bibliográficas:

1. AGLIARI, Paulo Sergio. A articulação pesquisa/extensão rural na agricultura. Florianópolis: EPAGRI, 1994. 82p.
2. AMORESE, Rubem Martins. Comunicação participativa como pratica cultural: um enfoque para extensionistas. Brasília: EMBRATER, Serviço de Extensão Rural, 1984.
3. AMORIM, Lilian. Manual de fitopatologia: princípios e conceitos. 4.ed. Piracicaba: Agronomica Ceres, 2011.
4. AZEVEDO NETTO, José M. de. Manual de hidráulica. 9. ed. São Paulo: E. Blucher, 2015. 632 p.
5. BALASTREIRE, Luiz Antonio. Máquinas agrícolas. São Paulo: Manole, 1987. 307p.
6. BANZATO, D.A.; KRONKA, S. do N. Experimentação agrícola. 4.ed. Jaboticabal: Funep, 2006. 237p.
7. BERGAMIN FILHO, Armando.; AMORIM, Lilian. Doenças de plantas tropicais: epidemiologia e controle econômico. São Paulo: Agronomica Ceres, 1996. 299p.
8. BERNARDO, Salassier; SOARES, Antonio Alves; MANTOVANI, Evandro Chartuni. Manual de irrigação. 8. ed. atual. e ampl. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008. 625p.
9. BLACK, Michael; BEWLEY, J. Derek; HALMER, Peter. The encyclopedia of seeds: science, technology and uses. Wallingford: CABI Publishing, 2008. 828 p.
10. BORÉM, A.; MIRANDA, G.V. Melhoramento de plantas. 6.ed. Viçosa: UFV, 2009. 529p.
11. BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de vigilância epidemiológica. 6. ed. Brasília, DF: Ed. MS, 2006 815 p.
12. COMISSÃO TÉCNICA SUL-BRASILEIRA DE FEIJÃO. Informações técnicas para o cultivo de feijão na Região Sul brasileira. 2.ed. Florianópolis: Epagri, 2012. 157p.
13. CREDER, Hélio. Instalações elétricas. 15. ed. Rio de Janeiro: LTC, c2007. 428 p.
14. DAKER, Alberto. A água na agricultura. 7.ed., rev. ampl. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1988.
15. DECRETO Nº 2.366, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1997/d2366.htm
16. DECRETO Nº 5.153/2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5153.htm#anexo
17. DOENÇAS da soja: melhoramento genético e técnicas de manejo. Campinas: Millennium, 2015 363 p.
18. FERNANDES, Manlio Silvestre (Ed.). Nutrição mineral de plantas. Viçosa, MG: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2006. 432 p.
19. GALLO, Domingos. Entomologia agrícola. Piracicaba: FEALQ, 2002. 920 p.
20. HOFFMANN, Rodolfo. Administração da empresa agrícola. 7. ed. São Paulo: Pioneira, c1992. 325p.
21. HRISTOFFOLETI, Pedro Jacob; LÓPEZ OVEJERO, Ramiro Fernando; CARVALHO, José Claudionir. Aspectos de resistência de plantas daninhas a herbicidas. Londrina: Associação Brasileira de Ação à Resistência de Plantas aos Herbicidas, 2003. 90p.
22. Indicações técnicas para a cultura da soja no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, safras 2013/2014 e 2014/2015. / XL Reunião de Pesquisa de Soja da Região Sul ; organizada por Ana Claudia Barneche de Oliveira e Ana Paula Schneid Afonso da Rosa. – Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2014. 213p.
23. João Américo Wordell Filho; Haroldo Tavares Elias. (Org.). A cultura do milho em SC. Florianópolis: Epagri, 2010, v. 1.
24. KERBAUY, Gilberto B. Fisiologia vegetal. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 452 p.
25. Legislação ambiental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm <https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=264890>
26. Legislação de classificação e padronização de produtos de origem vegetal. Disponível em: <http://www.cidasc.sc.gov.br/classificacao/mikmho/>
27. Legislação de crédito. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/default.aspx>
28. Legislação defesa sanitária. Disponível em: <http://www.cidasc.sc.gov.br/defesasanitariavegetal/legislacao/>
29. Lei Nº 10.711/2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.711.htm
30. LEI Nº 9.456, DE 25 DE ABRIL DE 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9456.htm
31. LEITE, Luiz Fernando Carvalho. Agricultura conservacionista no Brasil. Brasília, DF: EMBRAPA, 2014. 598 p.
32. LFENAS, Acelino Couto; MAFIA, Reginaldo Gonçalves. Métodos em fitopatologia. Viçosa, MG: Ed. da UFV, 2007. 382 p.
33. MALAVOLTA, Euripedes.; VITTI, Godofredo Cesar; OLIVEIRA, Sebastiao Alberto de. Avaliação do estado nutricional das plantas: princípios

- e aplicações. 2. ed. Piracicaba: Associação Brasileira para Pesquisa da Potassa e do Fosfato, 1997. 319p.
34. MANEJO ecológico de pragas e doenças. Florianópolis: CCA/UFSC, 2004. 293p.
35. MARCOS FILHO, Julio. Fisiologia de sementes de plantas cultivadas. Piracicaba: FEALQ, 2005. 495 p.
36. MCCORMAC, Jack C. Topografia. 5. ed. São Paulo: LTC, 2007. 391 p.
37. PARRA, Jose Roberto Postali. Controle biológico no Brasil: parasitóides e predadores. Barueri: Manole, 2002. 609p.
38. PEREIRA, Milton Fischer. Construções rurais. São Paulo: Nobel, 2009. 331 p.
39. PORTELLA, José Antonio. Colheita de grãos mecanizada: implementos, manutenção e regulação. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2000. 190 p.
40. PRUSKI, Fernando Falco. Conservação de solo e água: práticas mecânicas para o controle da erosão hídrica . 2. ed., atual. e ampl. Viçosa, MG: UFV, 2009. 279 p.
41. RAIJ, Bernardo van. Fertilidade do solo e adubação. São Paulo: Agronomica Ceres; Piracicaba, SP: POTAFOS, 1991. 343p.
42. RAMALHO, Magno Antônio Patto; FERREIRA, Daniel Furtado; OLIVEIRA, Antonio Carlos de. A experimentação em genética e melhoramento de plantas. 2. ed. Lavras: Ed. da UFLA, 2005. 300 p.
43. RAVEN, Peter H; EVERT, Ray Franklin; EICHHORN, Susan E. Biologia vegetal. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2014. 856 p.
44. ROMEIRO, Reginaldo da Silva. Bactérias fitopatogênicas. 2.ed. atual., ampli. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2005. 417p.
45. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIENCIA DO SOLO; WIETHÖLTER, Sirio; TEDESCO, Marino José. Manual de adubação e de calagem: para os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. 10.ed. Porto Alegre: Comissão de Química e Fertilidade do Solo/ 2004. 394 p.
46. TAIZ, Lincoln; ZEIGER, Eduardo. Fisiologia vegetal. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. 918 p.
47. VIDAL, Ribas Antonio. Ação dos herbicidas. Porto Alegre: Evangraf, 2002. 89p.
48. ZAMBOLIM, Laércio; SILVA, Antonio Alberto da; AGNES, Ernani Luiz. Manejo integrado: integração agricultura-pecuária. Viçosa, MG: UFV; DFP; DFT, 2004. 510 p.
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

ENGENHEIRO CIVIL

Planejamento Urbano. Legislação Federal: Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional; Parcelamento de solo urbano; Contratos e licitações: contratos, aditivos contratuais, especificações técnicas, Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 3.555/2000; Estatuto das Cidades; Política Nacional de Mobilidade Urbana; Novo Código Florestal Brasileiro; ABNT NBR 9050/04 e alterações. Legislação Estadual: Parcelamento de solo urbano. Geologia Aplicada à Engenharia; Resistência dos Materiais; Topografia; Urbanismo; Hidráulica; Materiais de Construção: propriedades, ensaios tecnológicos, tipos de materiais; Teoria das Estruturas; Estradas e Pavimentação; Hidrologia Aplicada; Mecânica dos Solos; Estruturas em Concreto Armado, Aço e Madeira; Estruturas em Concreto Pré-Moldado e Protendido; Fundações: investigação do solo, ensaios tecnológicos, propriedades, tipos de fundações; Planejamento de Obras: planejamento e controle de obras de engenharia, cronograma físico-financeiro; Orçamento de Obras: preparo e análise de orçamentos, custos diretos e indiretos, encargos sociais, quantificação de insumos e serviços, NBR 12721/06 (versão corrigida 2007), referências de preços, Decreto nº 7.983/2013; Saneamento Urbano; Equipamentos Urbanos; Gerenciamento na Construção Civil; Instalações Prediais; Tráfego e Transporte; Mobilidade; Cadastro Fiscal Imobiliário. Vistorias, perícias, avaliações, fiscalização, arbitramento, laudos e pareceres técnicos. Higiene e segurança do trabalho. Normas Técnicas da ABNT (NBR's) e Normas de Segurança do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (NR's). Legislação ambiental, resoluções do CONAMA, resíduos sólidos, tratamentos de resíduos, classificação dos resíduos.

Sugestões Bibliográficas

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Da Ordem Social - Art. 225).
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 5.626: Instalação Predial de Água Fria.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6.118: Projeto e execução de estruturas em concreto armado. - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7.198: Projeto e Execução de Instalações Prediais de Água Quente.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 8.160: Sistemas Prediais de Esgoto Sanitário - Projeto e Execução.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9.050: Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9.077: Saídas de emergência em edifícios.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10.844: Instalações prediais de águas pluviais.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12.693: Sistemas de proteção por extintores de incêndio.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12.722: Discriminação de serviços para construção de edifícios. - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13.434-1: Sinalização de segurança contra incêndio e pânico -
- Princípios de projeto.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13.531: Elaboração de projetos de edificações - Atividades técnicas.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14.653: Avaliação de bens - procedimentos gerais e imóveis urbanos.
- Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público. - AUTOCAD. Ajuda do AutoCAD (Ajuda eletrônica integrada ao Programa).
- BAUER, L. A. F. (Coord.). Materiais de construção. LTC.
- BALDAM, Roquemar; OLIVEIRA, Adriano de; COSTA, Lorenzo. AUTOCAD 2010 - Utilizando Totalmente. Editora Érica.
- BIDONE, F. R. A.; POVINELLI, J. Conceitos básicos de resíduos sólidos. EESC/USP (Escola de Engenharia da USP).
- CAMPOS, M. H. C. B.; MARCHETTI, O. Concreto Armado: eu te amo. - Volumes 1 e 2. Editora Blucher. - CAPUTO, H.P. Mecânica dos solos e suas aplicações. Livros Técnicos e Científicos. Vol. 1 e 2.
- CREDER, H. Instalações Elétricas. LTC.
- IMHOFF, K. K. R. Manual de tratamento de águas residuárias. Edgard Blücher.
- LIMMER, C. Planejamento, Orçamentação e Controle de Projetos e Obras. LTC.
- NETTO, J. M. A.; FERNANDEZ Y F. M.; ARAÚJO, R.; ITO, A. E. Manual de hidráulica. Edgard Blücher.
- NISKIER, J.; MACINTYRE, A. J. Instalações Elétricas. LTC.
- PINTO, C. S. Curso Básico de Mecânica dos Solos. Editora Oficina de Textos.
- RICHTER, C. A.; NETTO, J. M. Tratamento de água. Edgard Blücher.
- SPERLING, M. V. Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos.V1. Editora UFMG.
- TIMOSHENKO, S. P.; GERE, J. M. Mecânica dos sólidos. Livros Técnicos e Científicos.

27. TUCCI, C. E. M. - Hidrologia: Ciência e Aplicação, Porto Alegre. Editora da Universidade - ABRH - EPUSP.
 28. TUCCI, C. E. M; PORTO, R. L.; BARROS, M. T. Drenagem Urbana. Universidade, UFRGS. Coleção ABRH de Recursos Hídricos 5.
 29. TUCCI, C. E. M. Hidrologia: Ciência e Aplicação, Porto Alegre. Editora da Universidade - ABRH - EPUSP.
 30. VELOSO, D. A.; LOPES, F. R. Fundações. Coppe.
 31. WALTER, P.; MICHELE P. Estruturas de aço dimensionamento Prático. Livros Técnicos e Científicos.
 32. YAZIGI, W. A técnica de edificar. PINI - SINDUSCON/SP.
 33. ITAPEMA. LEI COMPLEMENTAR Nº 8/2002 INSTITUI O PLANO FÍSICO TERRITORIAL DE ITAPEMA, O REGULAMENTO DE EDIFICAÇÕES NO PERÍMETRO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
 34. ITAPEMA. LEI COMPLEMENTAR Nº 9/2002. DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
 35. ITAPEMA. LEI COMPLEMENTAR Nº 10/2002 INSTITUI O PLANO FÍSICO TERRITORIAL DE ITAPEMA, O REGULAMENTO DE PARCELAMENTO DO SOLO NO PERÍMETRO URBANO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
 36. ITAPEMA. LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2002 DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO E USO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- Outros manuais, livros e apostilas que contemplem os conteúdos listados.
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

ENGENHEIRO FLORESTAL

1. Sementes Florestais; 2. Manejo e Mensuração Florestal; 3. Dendrometria e Inventário Florestal; 4. Propriedades físicas e mecânicas da madeira; 5. Processamento primário e secundário da madeira; 6. Preservação e secagem da madeira; 7. Painéis a base de madeira; 8. Energia de biomassa florestal; 9. Bases ecológicas para conhecimento dos ecossistemas; 10. Formulação de indicadores ecológicos; 11. Legislação Florestal; 12. Manejo de paisagens e de bacias hidrográficas; 13. Dinâmica das paisagens florestais e agroflorestais; 14. Recuperação e restauração de Áreas Degradadas.

Sugestões Bibliográficas:

1. AGUIAR, I.B.; PIÑA-RODRIGUES F.C.M.; FIGLIOLIA M.B. Sementes Florestais Tropicais. Brasília, ABRATES/CTSF, 1993.
2. BARROS, N.F.; NOVAIS, R.F. (Eds.) Relação solo-eucalipto. Viçosa: Ed. Folha da Mata, 330p. 1990.
3. BOREN, A. Biotecnologia florestal. Viçosa. 2007, 387p.
4. BRAND, MARTHA ANDREIA. Energia de biomassa florestal. Editora: Interciência. 2010. 114 p.
5. CÂMARA, G.; DAVIS, C.; MONTEIRO, A.M.V. (Editores) Introdução à ciência da geoinformação.
6. CAMPOS, J. C. C.; LEITE, H. G. Mensuração florestal: perguntas e respostas. 4. ed. Viçosa, MG: UFV, 2013. 605 p.
7. CARNEIRO, J.G.A. Produção e Controle de Qualidade de Mudanças Florestais, 1ª ed. Curitiba: UFPR/FUPEF; Campos: UENF, 1995. 451p.
8. DAVIDE, A.C.; SILVA, E.A.A. Produção de sementes e mudas de espécies florestais. Lavras: UFLA, 2008. 175p.
9. Disponível em <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/index.html>
10. FIGUEIREDO, E. O.; BRAZ, E. M.; D'OLIVEIRA, M. V. N. Manejo de precisão em florestas tropicais: modelo digital de exploração florestal. 2o ed. Rio Branco, AC: Embrapa, 2008 183p.
11. GALVÃO, A.P.M. (Ed.) Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais. Brasília: EMBRAPA, 351p. 2000.
12. GALVÃO, A. P. M. e JANKOWSKY, I.P. Secagem racional da madeira. São Paulo: Nobel, 1985.
13. GONÇALVES, J.L.M.; STAPE, J.L. (Eds.) Conservação e cultivo de solos para plantações florestais. Piracicaba, IPEF. 2002. 498p.
14. GONÇALVES, J.L.M.; BENEDETTI, V. (Eds.) Nutrição e fertilização florestal. Piracicaba: IPEF. 427p. 2000.
15. GONÇALVES, M. T. T. Processamento da madeira. Bauru, SP. 245p. Julho/2000.
16. ITAPEMA. LEI COMPLEMENTAR Nº 8/2002 INSTITUI O PLANO FÍSICO TERRITORIAL DE ITAPEMA, O REGULAMENTO DE EDIFICAÇÕES NO PERÍMETRO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
17. ITAPEMA. LEI COMPLEMENTAR Nº 9/2002. DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
18. ITAPEMA. LEI COMPLEMENTAR Nº 10/2002 INSTITUI O PLANO FÍSICO TERRITORIAL DE ITAPEMA, O REGULAMENTO DE PARCELAMENTO DO SOLO NO PERÍMETRO URBANO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
19. ITAPEMA. LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2002 DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO E USO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
20. IWAKIRI, S. Painéis de Madeira Reconstituída. Curitiba: FUPEF, 2005, 247 p.
21. JENSEN, J. R. Sensoriamento Remoto do Ambiente: uma perspectiva em recursos terrestres. 1ª edição. Ed. Parênteses. 2009. 672p.
22. MACEDO, R.L.G.; VALE, A.B.; VENTURIM, N. Eucalipto em sistemas agroflorestais. Lavras: UFLA, 331p., 2010.
23. MARTINS, S.V. Recuperação de matas ciliares. 2. ed. rev. e ampl. - Viçosa, MG: CPT, 255p., 2007.
24. MARTINS, V.A. Secagem da madeira Serrada. Brasília: IBDF/DPQ -LPF, 1988.
25. MELLO, G. R. Processamento mecânico da madeira. Piracicaba. 1978
26. MORESCHI, J. C. Propriedades de madeira. Curitiba. 2014. 192 p. <http://www.madeira.ufpr.br/disciplinas/moreschi/PROPRIEDADES%20DA%20MADEIRA.pdf>
27. PFEIL, WALTER. Estruturas de madeira. Rio de Janeiro: LTC - Livro Técnico e Científico Editora S. A. 2007, 223 p
28. PIRES, I. E.; RESENDE, M. D. V.; LUIZ DA SILVA, R.; RESENDE JR., M. F. R. Genética Florestal. Viçosa, MG, Arka, 2011. 318p. : II.
29. PIRES, I.E.; RESENDE, M. D. V.; SILVA, R. L.; Resende Jr., M. F. R. Genética florestal. Viçosa: Arka, 2011. v. 1. 320 p.
30. ROCHA, M. P. Técnicas e Planejamento em Serrarias. FUPEF, UFPR. Curitiba, 120 p.
31. RODRIGUES, R.R.; BRANCALION, P.H.S.; ISERNHAGEN, I. Pacto pela Restauração da Mata Atlântica: Referencial dos Conceitos e Ações de Restauração Florestal. São Paulo: LERF/ESALQ: Instituto BioAtlântica, 256p., 2009.
32. SANTOS, F.; COLODETTE, J.; QUEIROZ, J. H. Bioenergia & Biorrefinaria - Cana-de-Açúcar & Espécies Florestais. Viçosa, MG, 2013. 551p. : II. Color. Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia da Madeira. Manual de reservação de madeiras, Volume I e II Manual de Preservação de Madeiras, São Paulo (Brazil : State). Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia da Madeira. 1986.
33. SCOLFORO, J. R.S. 1998. Manejo florestal. Lavras: UFLA/FAEPE. 443pp.
34. SENAI/CETMAN. Processamento mecânico do eucalipto (Secagem, usinagem e acabamento de superfície). Trabalho elaborado pela equipe: NAT/NET e IP do CETMAN, 1996.
35. SOARES, C. P. B.; PAULA NETO, F.; SOUZA, A. L. Dendrometria e inventário florestal. 2.ed. Viçosa: UFV, 2011. 272 p.

36. XAVIER, A.; WENDLING, I.; SILVA, R. L. Silvicultura clonal –princípios e técnicas. Viçosa. Editora UFV, 2009. 272p.

- Outros manuais, livros e apostilas que contemplem os conteúdos listados.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

ENGENHEIRO SANITARISTA

Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde -Princípios e diretrizes, controle social, Indicadores de saúde, legislação; protocolos SUS; Sistemas de informação em saúde; Modelos de atenção e cuidados em saúde; Vigilância em saúde; Epidemiologia; Pacto pela Saúde; Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias; Política Nacional de Humanização. Estatuto da criança e do adolescente – ECA; estatuto do idoso; 1) Todo o conteúdo das indicações abaixo. 2) Consciência, educação e boas práticas ambientais no serviço público. 3) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados).Redação de circulares, memorandos, ofícios, relatórios e demais correspondências, atendendo às exigências de padrões estéticos. Rotinas Administrativas. Sistemas de Comunicações Administrativas.

Referências Bibliográficas:

1. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

2. BRASIL. Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969. Institui normas básicas sobre alimentos.

3. BRASIL. Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

4. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

5. BRASIL. Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998. Altera dispositivos do Capítulo III do Título VIII do Código Penal, incluindo na classificação dos delitos considerados hediondos crimes contra a saúde pública, e dá outras providências.

6. BRASIL. Portaria nº 1.428/MS, de 26 de novembro de 1993. Aprova o regulamento técnico para inspeção sanitária de alimento; diretrizes para o estabelecimento de Boas Práticas de Produção e de Prestação de Serviços na Área de Alimentos; e regulamento técnico para o estabelecimento de padrão de identidade e qualidade para serviços e produtos na área de alimentos.

7. BRASIL. Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997. Estabelece os requisitos gerais sobre as condições higiênicosanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos.

8. BRASIL. Presidência da República. Manual de Redação da Presidência da República. In http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm

9. BRASIL. Resolução nº 23, de 15 de março de 2000. Dispõe sobre O Manual de Procedimentos Básicos para Registro e Dispensa da Obrigatoriedade de Registro de Produtos Pertinentes à Área de Alimentos.

10. BRASIL. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.

11. BRASIL. Resolução RDC nº 218, de 29 de julho de 2005. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Higiênico-Sanitários para Manipulação de Alimentos e Bebidas Preparados com Vegetais.

12. BRASIL. Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos.

13. BRASIL. RIISPOA: Regulamento da Inspeção Industrial e sanitária de Produtos de Origem Animal.

14. BRASIL.Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952. Aprova o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.

15. BRASIL.Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950. Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.

16. BRASIL. Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989. Dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências.

17. ITAPEMA. LEI Nº 1125/95 DISPÕE SOBRE NORMAS DE SAÚDE EM VIGILÂNCIASANITÁRIA, ESTABELECE PENALIDADES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

18. KBRASIL. Ministério da Agricultura. Inspeção de Carnes - Padronização de Técnicas, Instalações e equipamentos - Tomo I Bovinos: Currais e seus anexos - Sala de Matança, DIPOA, Brasil.

19. SANTA CATARINA. Decreto nº 23.663, de 16 de outubro de 1984. Regulamenta os artigos 51 a 76 da Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, que dispõe sobre normas gerais de saúde, estabelece penalidades e dá outras providências.

20. SANTA CATARINA. Decreto nº 31.455, de 20 de fevereiro de 1987. Regulamenta os artigos 30 e 31 da Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, que dispõem sobre Alimentos e Bebidas.

21. SANTA CATARINA. Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983. Dispõe sobre normas gerais de saúde, estabelece penalidades e dá outras providências.

- Outros manuais, livros e apostilas que contemplem os conteúdos listados.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

FARMACÊUTICO

Legislação e Saúde Pública: 1) Planejamento e Gestão em Saúde; Saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica; Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde; Educação em saúde; Prevenção, Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. 2) Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. 3) Imunizações. 4) Direitos dos usuários da saúde. 5) Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. 6) RENAME. 7) Assistência Farmacêutica. 8) Ética Profissional. 7) Legislação Farmacêutica. 8) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Farmácia; COMERCIAL: 1) Assistência farmacêutica, Regulamento de Boas Práticas em Farmácia. 2) Atribuições do profissional farmacêutico, responsabilidade técnica. 3) Manipulação medicamentosa. 4) Farmacologia. 5) Sedativos. 6) Hipnóticos. 7) Psicoestimulantes. 8) Sedativos ansiolíticos. 9) Antipsicóticos. 10) Antidepressivos. 11) Anti-Histamínicos. 12) Vasoconstritores. 13) asodilatadores.14) Antiácidos. 15) Digestivos. 16) Antitussígenos. 17) Expectorantes. 18) Antilipêmicos. 19) Antidiabéticos. 20)

Diuréticos. 21) Antiinflamatórios locais. 22) Antiparasitários. 23) Antifúngicos. 24) Antimicrobianos. 25) Antiepilepticos. 26) Corticosteróides. 27) Interações medicamentosas. 28) Efeitos Adversos. 29) Administração de Recursos Materiais. 30) Sistemas de Distribuição de Medicamentos. 31) Quimioterapia. 32) Medicamentos Genéricos e Similares. MANIPULAÇÃO: 1) Boas Práticas em Manipulação. 2) Princípios básicos e conceitos em Farmacotécnica. 3) Formas medicamentosas externas e atividades na pele. 4) Processos de manipulação, vias de administração dos medicamentos. 5) Incompatibilidades físico-químicas. 6) Cálculos matemáticos em farmácia magistral. 7) Matérias-primas. 8) Sistemas emulsionados. 9) Produtos para limpeza da pele. 10) Cremes, cosméticos. 11) Fabricação de produtos cosméticos. 12) Higiene do cabelo. 13) Formas farmacêuticas. 14) Desenvolvimento farmacotécnico. 15) Sólidos orais, xaropes, suspensões, soluções orais, sistemas transdérmicos. 16) Pomadas, cremes, loções, preparações de uso tópico.

Sugestões Bibliográficas

1. BARATA, E. A. F. A Cosmética: Princípios Básicos. Tecnopress.-
 2. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução-RDC nº 67, de 8 de outubro de 2007. Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias-
 3. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária-<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home>-
 4. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária-<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home>-
 5. BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Assistência Farmacêutica no SUS. CONASS, 2007
 6. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil-Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais -Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais -Art. 5º a 17. Da Organização do Estado -Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes -Art. 44 a 69. Da Ordem Social -Art. 193 a 204; Art. 225 a 230).-
 7. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde -SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.-
 8. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde -SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.-
 9. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
 10. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
 11. BRASIL. Ministério da Saúde. SCTIE. Departamento de Assistência Farmacêutica. Assistência Farmacêutica na Atenção Básica -Instruções Técnicas para sua Organização. Brasília.
 12. BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil-<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>
 13. BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil-<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>
 14. BRUNTON, Laurence L.; CHABNER, Bruce A.;
 15. Código de Ética Profissional.
 16. Código de Ética Profissional.
 17. ITAPEMA. LEI Nº 1125/95 DISPÕE SOBRE NORMAS DE SAÚDE EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA, ESTABELECE PENALIDADES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
 18. KNOLLMANN, Björn C.. As Basesarmacológicas da Terapêutica de Goodman & Gilman. McGrawHill e Artmed
 19. Publicações do Ministério da Saúde que disponham sobre os conteúdos indicados.
- Outros manuais, livros e apostilas que contemplem os conteúdos listados.
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde -Princípios e diretrizes, controle social, Indicadores de saúde, legislação; protocolos SUS; Sistemas de informação em saúde; Modelos de atenção e cuidados em saúde; Vigilância em saúde; Epidemiologia; Pacto pela Saúde; Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias; Política Nacional de Humanização. Estatuto da criança e do adolescente – ECA; estatuto do idoso; 1) Todo o conteúdo das indicações abaixo. 2) Consciência, educação e boas práticas ambientais no serviço público. 3) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Redação de circulares, memorandos, ofícios, relatórios e demais correspondências, atendendo às exigências de padrões estéticos. Rotinas Administrativas. Sistemas de Comunicações Administrativas.

Referências Bibliográficas:

1. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
2. BRASIL. Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969. Institui normas básicas sobre alimentos.
3. BRASIL. Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.
4. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
5. BRASIL. Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998. Altera dispositivos do Capítulo III do Título VIII do Código Penal, incluindo na classificação dos delitos considerados hediondos crimes contra a saúde pública, e dá outras providências.
6. BRASIL. Portaria nº 1.428/MS, de 26 de novembro de 1993. Aprova o regulamento técnico para inspeção sanitária de alimento; diretrizes para o estabelecimento de Boas Práticas de Produção e de Prestação de Serviços na Área de Alimentos; e regulamento técnico para o estabelecimento de padrão de identidade e qualidade para serviços e produtos na área de alimentos.
7. BRASIL. Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997. Estabelece os requisitos gerais sobre as condições higiênicosanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos.
8. BRASIL. Presidência da República. Manual de Redação da Presidência da República. In http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm
9. BRASIL. Resolução nº 23, de 15 de março de 2000. Dispõe sobre O Manual de Procedimentos Básicos para Registro e Dispensa da

Obrigatoriedade de Registro de Produtos Pertinentes à Área de Alimentos.

10. BRASIL. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.
11. BRASIL. Resolução RDC nº 218, de 29 de julho de 2005. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Higienico-Sanitários para Manipulação de Alimentos e Bebidas Preparados com Vegetais.
12. BRASIL. Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos.
13. BRASIL. RIISPOA: Regulamento da Inspeção Industrial e sanitária de Produtos de Origem Animal.
14. BRASIL. Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952. Aprova o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.
15. BRASIL. Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950. Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.
16. BRASIL. Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989. Dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências.
17. ITAPEMA. LEI Nº 1125/95 DISPÕE SOBRE NORMAS DE SAÚDE EM VIGILÂNCIASANITÁRIA, ESTABELECE PENALIDADES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
18. KBRASIL. Ministério da Agricultura. Inspeção de Carnes - Padronização de Técnicas, Instalações e equipamentos - Tomo I Bovinos: Currais e seus anexos - Sala de Matança, DIPOA, Brasil.
19. SANTA CATARINA. Decreto nº 23.663, de 16 de outubro de 1984. Regulamenta os artigos 51 a 76 da Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, que dispõe sobre normas gerais de saúde, estabelece penalidades e dá outras providências.
20. SANTA CATARINA. Decreto nº 31.455, de 20 de fevereiro de 1987. Regulamenta os artigos 30 e 31 da Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, que dispõem sobre Alimentos e Bebidas.
21. SANTA CATARINA. Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983. Dispõe sobre normas gerais de saúde, estabelece penalidades e dá outras providências.

Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

FISIOTERAPEUTA

Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde -Princípios e diretrizes, controle social, Indicadores de saúde, legislação; protocolos SUS; Sistemas de informação em saúde; Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF; Modelos de atenção e cuidados em saúde; Vigilância em saúde; Epidemiologia; Pacto pela Saúde; Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias; Política Nacional de Humanização. Estatuto da criança e do adolescente – ECA; estatuto do idoso; Bioética e Legislação do Exercício Profissional; Biossegurança; Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Anatomia do corpo humano: planos e eixos anatômicos; esqueleto axial; ossos, juntas, músculos, vasos e nervos; sistema circulatório; sistema respiratório; sistema esquelético; sistema articular; sistema muscular. Anatomia funcional do sistema nervoso, organização e classificação, estrutura macroscópica e microscópica do sistema nervoso central e periférico. Aspectos gerais do sistema nervoso autônomo. Vias aferentes e eferentes do sistema nervoso central. Vascularização do sistema nervoso central. Fisiologia celular. Fisiologia muscular. Contração do músculo. Placa motora. Potenciais de membrana e transmissão nervosa. Sinapse e os circuitos neuronais básicos. Fisiologia dos receptores. Fisiologia do sistema nervoso, muscular, cardiovascular e respiratório. Aplicação das leis e grandezas físicas na compreensão do movimento humano, no diagnóstico e na terapêutica relativa à fisioterapia. Princípios e estudo biomecânico do movimento humano (cinética e cinemática do movimento humano normal e adaptado na execução das atividades de vida diária). Equilíbrio do corpo humano. Efeitos da força de gravidade, centro de gravidade do corpo. Mecânica da coluna vertebral. Goniometria. Avaliação muscular: provas de força e flexibilidade. Aplicação do movimento sob forma terapêutica. Ganho de força muscular e amplitude de movimento: métodos, técnicas e recursos fisioterápicos. Noções de tratamento clínico e cirúrgico das doenças ortopédicas e traumáticas, assim como no tratamento em diferentes fases de doenças infecciosas e degenerativas de músculos, ossos e articulações. Disfunções da coluna vertebral. Fraturas e luxações. Desenvolvimento e avaliação do sistema neuropsicomotor. Paralisia cerebral. Paralisia braquial obstétrica. Mielomeningocele. Doenças neuromusculares e síndromes de regressão neurológica. Repercussão das doenças cerebrovasculares e traumatismo craniocéfálico na infância. Lesão de plexo braquial, plexo lombossacro e nervos periféricos. Lesão medular. Síndrome de GuillainBarré. Poliomielite. Acidente vascular cerebral. Traumatismo craniocéfálico. Doenças degenerativas. de indivíduos adultos com doenças e disfunções neurológicas. Semiologia do aparelho respiratório. Patologias pulmonares mais frequentes, incluindo avaliação, classificação, quadro clínico, complicações, evolução e tratamento. Avaliação da função pulmonar: mecânica respiratória, ventilometria, espirometria e pressões respiratórias. Técnicas específicas em fisioterapia respiratória ambulatorial e de UTI. Ventilação mecânica invasiva e não invasiva. Métodos e técnicas de fisioterapia, empregados na reabilitação pulmonar (desobstrução, reexpansão e treinamento muscular). Indicação e características das órteses de membros inferiores, superiores e de tronco; próteses de membros inferiores. Indicação e tipos de auxílio locomoção. Atuação Preventiva em Fisioterapia. Avaliação física, definição de objetivos e condutas, indicação de tratamento fisioterápico e abordagem em equipe interdisciplinar. legislação. Anatomia e fisiologia humana geral. Histologia, neurofisiologia. Biomecânica geral e cinesiologia. Fisioterapia aplicada à: pediatria, neurologia, adulto e pediátrica; átraumato-ortopedia; reumatologia; aparelho cardiorrespiratório ambulatorial e cti (adulto e neonatal); ginecologia e obstetria, dermatofuncional. Eletroterapia, termoterapia. Fototerapia, hidroterapia, cinesioterapia, osteopatia, recursos terapêuticos manuais, métodos de reeducação postural, disfunções crânio-cervico-mandibulares, fisioterapia do trabalho e ergonomia. Código de Ética.

Sugestões Bibliografias:

1. ADLER, S. PNF – Método Kabat: Facilitação Neuromuscular Proprioceptiva. São Paulo: Manole, 1999.
2. ANDREWS. Reabilitação física das lesões desportivas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. KNIGHT. Crioterapia no Tratamento das Lesões Esportivas Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.
3. BECKER, B. Terapia Aquática Moderna. São Paulo: Manole, 2000
4. BOCCOLINI, Fernando. Reabilitação: amputados amputações próteses. São Paulo: Robe, 2000 BANCKS K, Maitland. G. Manipulação vertebral de maitland. Rio de Janeiro: Medici, 2002.
5. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária-<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home>-
6. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde -SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras

providências.-

7. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
 8. BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil-<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>
 9. BUSQUET, L. As Cadeias Musculares. Belo Horizonte: Busquet. 2001. 4 v
 10. Código de Ética Profissional.
 11. GRANDJEAN, E. Manual de Ergonomia - Adaptando o Trabalho ao Homem, Porto Alegre: Artmed, 2001
 12. GUYTON. Tratado de Fisiologia Médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
 13. HAMILL & KNUTZEN Bases biomecânicas do movimento humano. São Paulo: Manole, 1999.
 14. HEBERT, S. Ortopedia e Traumatologia. Porto Alegre: Artmed, 2003.
 15. HOPPENFELD, S. Propedêutica ortopédica, coluna e extremidades. São Paulo: Atheneu, 1997.
 16. JUNQUEIRA L., Anatomia Palpatória: Pelve e Membros Inferiores. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
 17. JUNQUEIRA L., Anatomia Palpatória: Tronco, Pescoço, Ombro e Membros Superiores. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.
 18. KISNER, Colby. Exercícios Terapêuticos. Fundamentos e Técnicas. São Paulo: Manole, 2001.
 19. LUNDY-EKMAN, L. Neurociência: Fundamentos para a Reabilitação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. DAVIES, P. Recomeçando outra vez. São Paulo: Manole, 1997.
 20. LUNDY-EKMAN, L. Neurociência: Fundamentos para a Reabilitação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. TECKLIN. Fisioterapia Pediátrica. Porto Alegre: Artmed. 2003.
 21. MAGEE, David J. Avaliação Musculoesquelética. São Paulo, Manole, 2002
 22. MCARDLE, W. Fisiologia do exercício: Energia, nutrição e desempenho humano. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
 23. MURPHY, W. Princípios Ao do Tratamento De Fraturas. Porto Alegre. ARTMED, 2002.
 24. NETTER, F. Atlas de Anatomia Humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.
 25. PRENTICE, W.; Técnicas de Reabilitação em Medicina Desportiva. São Paulo: Manole 2003 FLECK, S. Fundamentos Do Treinamento De Força Muscular. Porto Alegre: Artmed. 2002. BIENFAIT, M. As Bases da Fisiologia da Terapia Manual. São Paulo: Summus, 2000. STOLLER. Fundamentos da terapia respiratória de EGAN, São Paulo: Manole. 2000 BUTLER, D.S. Mobilização do Sistema Nervoso. São Paulo: Manole, 2003.
 26. STARKEY. Recursos Terapêuticos em Fisioterapia. São Paulo: Manole, 2001.
- Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

FONOAUDIÓLOGO

Ética Profissional; Responsabilidades gerais do Fonoaudiólogo; Desenvolvimento humano: -Físico e motor; -Perceptual e cognitivo; Aquisição do desenvolvimento da linguagem; Distúrbios da Voz: -Gagueira; -Deficiência auditiva; Patologias da Linguagem: -Distúrbios de origem neurológica; -Distúrbios articulatorios; -Patologia dos órgãos da fala e da audição; Linguística Fonética e Fonologia; Desenvolvimento do indivíduo excepcional: -Conceitos básicos; Aspectos psicossociais dos indivíduos considerados excepcionais; Avaliação audiológica completa; Linguagem Oral: -Desenvolvimento da linguagem oral; -Contribuições das principais teorias psicolinguísticas; Alterações na comunicação gráfica; A Fonoaudiologia e a Instituição Escolar; A Fonoaudiologia e o Serviço de Saúde Pública; Etapas do desenvolvimento Motor Global; A Fonoaudiologia em Saúde Ocupacional; Política de Saúde; Princípios e diretrizes do SUS.

Sugestões Bibliográficas:

1. ANDRADE, C. R. F. Gagueira Infantil – Risco, Diagnóstico e Programas Terapêuticos. Barueri: Pró-Fono, 2006.
2. BEHLAU, M. GASPARINI, G. A Voz do Especialista. Volume 3. Rio de Janeiro: Revinter, 2006.
3. BEHLAU, M.; PONTES, P. Princípios de Reabilitação Vocal nas Disfonias. 2ª ed. São Paulo: EPPM, 1990.
4. BERNARD, A.P.A. – Audiologia Ocupacional Ed. Pulso 2003.
5. COSTA, M.; CASTRO, L. P. Tópicos em Deglutição e Disfagia. Rio de Janeiro: Medsi, 2003.
6. CUNHA, C. Fonoaudiologia e Psicanálise: a fronteira como território. São Paulo: Plexus, 1997.
7. ELLIS, A. Leitura, Escrita e Dislexia ; Uma Análise Cognitiva , 2ª ed. Ed. Artes Médicas, 1995.
8. FERREIRA, L. P. Um Pouco de nós sobre voz. São Paulo: Pró-Fono 1993.
9. FERREIRA, L.P. Trabalhando a Voz: Summus, 1998.
10. FERREIRA, L.P.; BEFI-LOPES, D.M.; LIMONGI, S.C. (orgs). Tratado de Fonoaudiologia. São Paulo: Roca, 2004.
11. FROTA, S. Fundamentos em Fonoaudiologia – Audiologia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
12. GOLDFELD, M. Fundamentos em Fonoaudiologia – Linguagem, 2ª ed. Rio de Janeiro: GuanabaraKoogan, 2003.
13. HERNANDEZ, A. M.; MARCHESAN, I. Q. Atuação Fonoaudiológica no Ambiente Hospitalar. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.
14. HUCHE, F. LE (LE HUCHE, F.). A Voz sem Laringe. São Paulo: Andrei, 1987.
15. JACOBI, J. S.; LEVY, D. S.; SILVA, L. M. C. Disfagia – Avaliação e Tratamento. Rio de Janeiro: Revinter, 2002.
16. JAKUBOWICZ, R.; MEINBERG, R.C. Introdução à afasia: elementos para diagnóstico e terapia. 4ª Ed. Antares Universitária, 1988.
17. LAGROTTA, M. G. M.; CÉSAR, C. P. H. A. A Fonoaudiologia nas Instituições Ed. Lovise, 1997.
18. LIMONGI S.C.O. (org.) Fonoaudiologia – Informação para Formação / Linguagem: Desenvolvimentonormal, alterações e distúrbios. São Paulo: Guanabara Koogan, 2003.
19. LIMONGI S.C.O. (org.). Fonoaudiologia – Informação para Formação / Procedimentos terapêuticos em
20. linguagem. São Paulo: Guanabara Koogan, 2003.
21. LOPES FILHO, O. (org.) Tratado de Fonoaudiologia. 2ª ed. São Paulo: Tecmedd, 2005.
22. LOPES FILHO, O.(org.). Tratado de Fonoaudiologia. São Paulo: Roca, 1997. Cap. 46, 48.
23. MACHADO, A. Neuroanatomia Funcional. 2ª. Ed. São Paulo: Atheneu, 1993.
24. MACHADO, S. F. Processamento Auditivo – Uma Nova Abordagem. Plexus, 2003.
25. MAC-KAY, A. P. M. G.; ASSENCIO-FERREIRA, A. J.; FERRI-FERREIRA, T. M. S. Afasia e Demências –Avaliação e Tratamento Fonoaudiológico. São Paulo: Santos, 2003.
26. MARCHESAN, I. Q. Fundamentos em Fonoaudiologia – Aspectos Clínicos da Motricidade Oral. 2ª ed. Riode Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
27. MOMENSOHN-SANTOS, T. M.; RUSSO, I. C. P. (org.) A Prática da Audiologia Clínica. 6ª ed. Cortez, 2005.

28. ORTIZ, K. Z. (org.). Distúrbios Neurológicos Adquiridos – Fala e Deglutição. Barueri: Manole, 2006.
 29. ORTIZ, K. Z. (org.). Distúrbios Neurológicos adquiridos - Linguagem e cognição: Manole Ltda, 2005.

- Outros manuais, livros e apostilas que contemplem os conteúdos listados.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

GEÓLOGO

1.Mineralogia, petrologia ígnea, petrologia sedimentar e petrologia metamórfica.2.Geologia de Santa Catarina.3.Geotectônica e Geologia Estrutural.4.Estratigrafia e Paleontologia.5.Métodos geofísicos e geoquímicos aplicados a estudos ambientais.6.Hidrogeologia, contaminação e remediação de aquíferos contaminados.7.Geologia econômica: jazidas minerais, caracterização tecnológica de minerais e economiamineral.8.Gemorfologia: origem e evolução do relevo; processos endógenos e exógenos no controle do relevo; geomorfologia de terrenos graníticos, metamórficos, vulcânicos e sedimentares; 9.Geoquímica superficial e solos. Gênese e classificação de solos, contaminação e remediação de solos contaminados.Geologia de engenharia: cartografia geotécnica e riscos geológicos.11.Legislação ambiental, legislação de recursos hídricos, legislação mineral e legislação profissional. Outros manuais, livros e apostilas que contemplem os conteúdos listados.

Sugestões bibliográficas:

1. CHRISTOFOLETTI, A., 1980.Gemorfologia. São Paulo. Blucher. 188p.
2. CONAMA, 2009.Resolução Nº 420 de 28 de dezembro de 2009.
3. CONAMA, 2008.Resolução Nº 396 de 03 de abril de 2008.
4. DEER, W.A.; HOWIE, R.A. and ZUSSMAN, J., 2010.Minerais constituintes das rochas: uma introdução. Fundação Calouste Gulbenkian. 727 p.
5. FEITOSA, F.A.C. & MANOEL FILHO, J., 1997.Hidrogeologia. Conceitos e aplicações. Fortaleza. REFO. 389 p.
6. HALL, A. (1987). Igneous Petrology. Editora Longman. 551 p.
7. LEI nº 9.433/1997. Lei Federal nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997.
8. OLIVEIRA, A.M.S. & BRITO, S.N.A. (Org.), 1998.Geologia de engenharia. São Paulo: ABGE, 586 p.
9. SERPA, E.L. & Marker, A. (coord.), 1999.Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas. São Paulo. Projeto CETESB -GTZ: cooperação técnica Brasil-Alemanha.
10. SUGUIO, K., 1982.Rochas Sedimentares, propriedades, gênese, importância econômica. Editora Edgard Blücher Ltda. 500 p.
11. TEIXEIRA GUERA, A.J. & BAPTISTA DA CUNHA, S., 1996.Gemorfologia e Meio Ambiente. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 394 p.
12. TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M.C.M.; FAIRCHILD, T.R. e Taioli, F., 2001. Decifrando a Terra. São Paulo. 624 p.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

MÉDICO

Legislação e Saúde Pública: 1) Planejamento e Gestão em Saúde; Saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica; Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde; Educação em saúde; Promoção da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. 2) Saúde da criança, do escolar, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. 3) DSTs, AIDS, saúde mental, tuberculose, hanseníase, diabetes, hipertensão, desnutrição infantil. 4) Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. 5) Imunizações, imunologia e vacinas. 6) Epidemiologia. 7) Prevenção e Combate a Doenças. 8) Direitos dos usuários da saúde. 9) Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. 10) Ética Profissional. 11) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Medicina Geral: 1) Anatomia. 2) Embriologia. 3) Fisiologia. 4) Genética. 5) Patologia. 6) Semiologia. 7) Farmacologia. 8) Toxicologia. 9) Epidemiologia Clínica. 10) Cuidados em Ambiente Hospitalar. 11) Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação, testes e diagnósticos. 12) Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. 13) Doenças Alérgicas. 14) Doenças Dermatológicas. 15) Doenças do Aparelho Cardiovascular. 16) Doenças do Aparelho Digestivo. 17) Doenças do Aparelho Respiratório. 18) Doenças do Fígado, da Vesícula, dos Ductos Biliares e do Pâncreas. 19) Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. 20) Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. 21) Doenças Endócrinas e do Metabolismo. 22) Doenças Hematológicas e Oncológicas. 23) Doenças Infecciosas e Parasitárias. 24) Doenças Neurológicas. 25) Doenças Nutricionais. 26) Doenças Oculares. 27) Doenças Ocupacionais e Relacionadas ao Trabalho. 28) Doenças Ósseas. 29) Doenças Psiquiátricas. 30) Doenças Renais e do Trato Urinário. 31) Doenças Reumatológicas. 32) Ginecologia e Obstetrícia. 33) Pediatria Clínica. 34) Geriatria Clínica. 35) Medicina Ambulatorial. 36) Medicina Preventiva. 37) Epidemiologia Clínica. Consciência, educação e boas práticas ambientais no serviço público.

Sugestões Bibliográficas:

1. AMB - Associação Médica Brasileira. Projeto Diretrizes. Disponível em: http://www.projetodiretrizes.org.br/novas_diretrizes_sociedades.php
2. BRASIL, M.S. Biblioteca/Estação multimídia. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php>
3. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária-<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home>
4. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Da Ordem Social - Art. 196 a 200).
5. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
6. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde -SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.-
7. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
8. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
9. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. NR 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde.
10. BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil-<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>
11. Código de Ética Profissional.
12. Código de Ética Profissional.
13. DUNCAN, Bruce B. [et al.]. Medicina Ambulatorial - Condutas de Atenção Primária Baseadas em Evidências. Artmed. - FLETCHER, Robert H.; FLETCHER, Suzanne W.; FLETCHER, Grant S. (org.). Epidemiologia Clínica - Elementos Essenciais. Artmed.

14. FREITAS, Fernando. Rotinas em Ginecologia. Artmed.
 15. FREITAS, Fernando. Rotinas em Obstetrícia. Artmed.
 16. GOLDMAN, Lee; SCHAFER, Andrew I. Goldman Cecil Medicina (Vol. 1 e 2).Elsevier
 17. GUSSO, Gustavo; LOPES, José Mauro Ceratti (org.). Tratado de Medicina de Família e Comunidade: Princípios, Formação e Prática. Artmed.
 18. HOFFMAN, Barbara L. [et al.]. Ginecologia de Williams. McGraw-Hill.
 19. KIEGMAN, Robert M. [et al.].Nelson Tratado de Pediatria (Vol. 1 e 2). Elsevier- LONGO, Dan L. [et al.]. Medicina Interna de Harrison (Vol. 1 e 2). Artmed.
 20. LOPES, Antonio Carlos. Clínica Médica - Diagnóstico e Tratamento (todos os volumes). Atheneu Editora.
 21. MANSUR, Carlos Gustavo (org.). Psiquiatria para o Médico Generalista. Artmed.
 22. Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.
 23. MCPHEE, Stephen J.; PAPADAKIS, Maxine A.; RABOW, Michael W. CURRENT: Medicina: Diagnóstico e Tratamento. McGraw-Hill.
 24. Publicações do Ministério da Saúde que disponham sobre os conteúdos indicados.
 25. SOUTH-PAUL, Jeannette E.; MATHENY, Samuel C.; LEWIS, Evelyn L. CURRENT: Medicina de Família e Comunidade - Diagnóstico e Tratamento. McGraw-Hill.
 26. STEFANI, Stephen Doral; BARROS, Elvino. Clínica Médica - Consulta Rápida. Artmed.
 27. TOY, Eugene C.; BRISCOE, Donald; BRITTON, Bruce.Casos Clínicos em Medicina de Família e Comunidade. McGraw-Hill.
 28. TOY, Eugene C.; PATLAN JR., John T. Casos Clínicos em Medicina Interna. Artmed.
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

MÉDICO CARDIOLOGISTA

Legislação e Saúde Pública: 1) Planejamento e Gestão em Saúde; Saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica; Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde; Educação em saúde; Promoção da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. 2) Saúde da criança, do escolar, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. 3) DSTs, AIDS, saúde mental, tuberculose, hanseníase, diabetes, hipertensão, desnutrição infantil. 4) Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. 5) Imunizações, imunologia e vacinas. 6) Epidemiologia. 7) Prevenção e Combate a Doenças. 8) Direitos dos usuários da saúde. 9) Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. 10) Ética Profissional. 11) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Medicina Geral: 1) Anatomia. 2) Embriologia. 3) Fisiologia. 4) Genética. 5) Patologia. 6) Semiologia. 7) Farmacologia. 8) Toxicologia. 9) Epidemiologia Clínica. 10) Cuidados em Ambiente Hospitalar. 11) Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação, testes e diagnósticos. 12) Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. 13) Doenças Alérgicas. 14) Doenças Dermatológicas. 15) Doenças do Aparelho Cardiovascular. 16) Doenças do Aparelho Digestivo. 17) Doenças do Aparelho Respiratório. 18) Doenças do Fígado, da Vesícula, dos Ductos Biliares e do Pâncreas. 19) Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. 20) Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. 21) Doenças Endócrinas e do Metabolismo. 22) Doenças Hematológicas e Oncológicas. 23) Doenças Infecciosas e Parasitárias. 24) Doenças Neurológicas. 25) Doenças Nutricionais. 26) Doenças Oculares. 27) Doenças Ocupacionais e Relacionadas ao Trabalho. 28) Doenças Osseas. 29) Doenças Psiquiátricas. 30) Doenças Renais e do Trato Urinário. 31) Doenças Reumatológicas. 32) Ginecologia e Obstetrícia. 33) Pediatria Clínica. 34) Geriatria Clínica. 35) Medicina Ambulatorial. 36) Medicina Preventiva. 37) Epidemiologia Clínica. Específicos: Anatomia e fisiologia do aparelho cardiovascular. Semiologia do aparelho cardiovascular. Métodos diagnósticos: eletrocardiografia. Ecocardiografia, medicina nuclear, hemodinâmica, ressonância magnética, radiologia. Cardiopatias congênitas cianóticas e acianóticas: diagnóstico e tratamento. Hipertensão arterial. Isquemia miocárdica. Doença reumática. Valvopatias: diagnóstico e tratamento. Miocardiopatias: diagnóstico e tratamento. Insuficiência cardíaca congestiva. Doença de Chagas. Arritmias cardíacas: Diagnóstico e tratamento. Marca-passos artificiais. Endocardite infecciosa. Hipertensão pulmonar. Síncope. Doenças do pericárdio. Doenças da aorta. Embolia pulmonar. Cor pulmonal. Patologias sistêmicas e aparelho cardiovascular. Infecções pulmonares; Código de Ética Profissional na Medicina.

Sugestão Bibliográfica:

1. AMB - Associação Médica Brasileira. Projeto Diretrizes. Disponível em: http://www.projetodiretrizes.org.br/novas_diretrizes_sociedades.php
 2. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária-<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home>
 3. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Da Ordem Social - Art. 196 a 200).
 4. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
 5. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde -SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.-
 6. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
 7. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
 8. BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil-<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>
 9. Código de Ética Profissional.
 10. Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.
 11. BRASIL, M.S. Biblioteca/Estação multimídia. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php>
- Publicações do Ministério da Saúde que disponham sobre os conteúdos indicados
Manuais, livros e apostilas relacionados aos assuntos específicos e outros das atribuições do cargo.
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA

Legislação e Saúde Pública: 1) Planejamento e Gestão em Saúde; Saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde; Sistema

Único de Saúde; Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica; Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde; Educação em saúde; Promoção da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. 2) Saúde da criança, do escolar, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. 3) DSTs, AIDS, saúde mental, tuberculose, hanseníase, diabetes, hipertensão, desnutrição infantil. 4) Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. 5) Imunizações, imunologia e vacinas. 6) Epidemiologia. 7) Prevenção e Combate a Doenças. 8) Direitos dos usuários da saúde. 9) Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. 10) Ética Profissional. 11) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Medicina Geral: 1) Anatomia. 2) Embriologia. 3) Fisiologia. 4) Genética. 5) Patologia. 6) Semiologia. 7) Farmacologia. 8) Toxicologia. 9) Epidemiologia Clínica. 10) Cuidados em Ambiente Hospitalar. 11) Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação, testes e diagnósticos. 12) Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. 13) Doenças Alérgicas. 14) Doenças Dermatológicas. 15) Doenças do Aparelho Cardiovascular. 16) Doenças do Aparelho Digestivo. 17) Doenças do Aparelho Respiratório. 18) Doenças do Fígado, da Vesícula, dos Ductos Biliares e do Pâncreas. 19) Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. 20) Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. 21) Doenças Endócrinas e do Metabolismo. 22) Doenças Hematológicas e Oncológicas. 23) Doenças Infecciosas e Parasitárias. 24) Doenças Neurológicas. 25) Doenças Nutricionais. 26) Doenças Oculares. 27) Doenças Ocupacionais e Relacionadas ao Trabalho. 28) Doenças Ósseas. 29) Doenças Psiquiátricas. 30) Doenças Renais e do Trato Urinário. 31) Doenças Reumatológicas. 32) Ginecologia e Obstetrícia. 33) Pediatria Clínica. 34) Geriatria Clínica. 35) Medicina Ambulatorial. 36) Medicina Preventiva. 37) Epidemiologia Clínica. Específicos: Crescimento e desenvolvimento; puberdade normal, precoce e retardada; acromegalia; hiperprolactinemia e galactorréia; distúrbios da função tireoideana: hipertireoidismo, hipotireoidismo e dishormonogênese; tireoidites; nódulos tireóideos e câncer; tireóide e gravidez; hiperandrogenismo e hirsutismo, síndrome de Cushing; insuficiência adrenal; hiperplasia adrenal; ginecomastia; diabetes mellitus: patogênese, diagnóstico e tratamento do diabetes insulino-dependente e não insulino-dependente; complicações crônicas do diabetes mellitus; neuropatia, nefropatia; diabetes e gravidez; hiperlipidemias; obesidade; Código de Ética Profissional na Medicina.

Sugestão Bibliográfica:

1. AMB - Associação Médica Brasileira. Projeto Diretrizes. Disponível em: http://www.projetodiretrizes.org.br/novas_diretrizes_sociedades.php
 2. BRASIL, M.S. Biblioteca/Estação multimídia. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php>
 3. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária-<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home->
 4. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Da Ordem Social - Art. 196 a 200).
 5. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
 6. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde -SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.-
 7. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
 8. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
 9. BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil-<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>
 10. Código de Ética Profissional.
 11. Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.
 12. Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.
- Publicações do Ministério da Saúde que disponham sobre os conteúdos indicados
- Manuais, livros e apostilas relacionados aos assuntos específicos e outros das atribuições do cargo.
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

MÉDICO NEUROLOGISTA

Legislação e Saúde Pública: 1) Planejamento e Gestão em Saúde; Saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica; Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde; Educação em saúde; Promoção da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. 2) Saúde da criança, do escolar, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. 3) DSTs, AIDS, saúde mental, tuberculose, hanseníase, diabetes, hipertensão, desnutrição infantil. 4) Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. 5) Imunizações, imunologia e vacinas. 6) Epidemiologia. 7) Prevenção e Combate a Doenças. 8) Direitos dos usuários da saúde. 9) Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. 10) Ética Profissional. 11) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Medicina Geral: 1) Anatomia. 2) Embriologia. 3) Fisiologia. 4) Genética. 5) Patologia. 6) Semiologia. 7) Farmacologia. 8) Toxicologia. 9) Epidemiologia Clínica. 10) Cuidados em Ambiente Hospitalar. 11) Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação, testes e diagnósticos. 12) Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. 13) Doenças Alérgicas. 14) Doenças Dermatológicas. 15) Doenças do Aparelho Cardiovascular. 16) Doenças do Aparelho Digestivo. 17) Doenças do Aparelho Respiratório. 18) Doenças do Fígado, da Vesícula, dos Ductos Biliares e do Pâncreas. 19) Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. 20) Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. 21) Doenças Endócrinas e do Metabolismo. 22) Doenças Hematológicas e Oncológicas. 23) Doenças Infecciosas e Parasitárias. 24) Doenças Neurológicas. 25) Doenças Nutricionais. 26) Doenças Oculares. 27) Doenças Ocupacionais e Relacionadas ao Trabalho. 28) Doenças Ósseas. 29) Doenças Psiquiátricas. 30) Doenças Renais e do Trato Urinário. 31) Doenças Reumatológicas. 32) Ginecologia e Obstetrícia. 33) Pediatria Clínica. 34) Geriatria Clínica. 35) Medicina Ambulatorial. 36) Medicina Preventiva. 37) Epidemiologia Clínica. Específicos: Anatomia e Fisiologia do Sistema nervoso Central e periférico. Patologia e Fisiopatologia dos transtornos do Sistema Nervoso Central e Periférico. Semiologia neurológica. Grandes categorias das afecções neurológicas: demências e distúrbios da atividade cortical superior, comas e outros distúrbios do estado da consciência; distúrbios do movimento; distúrbio do sono. Doença cérebro-vascular. Doenças neuromusculares -nervos, músculos e junção mio-neural; doenças tóxicas e metabólicas; tumores; doenças desmielinizantes; doenças infecciosas do sistema nervoso; doença neurológica no contexto da infecção pelo HIV; epilepsias; hidrocefalias e transtornos do fluxo líquórico; cefaléias; disgenesias do sistema nervoso; manifestações neurológicas das doenças sistêmicas; neurologia do trauma e urgências em neurologia. Indicações e interpretações da propedêutica armada em neurologia: liquor, neuroimagem,

estudos neurofisiológicos –eletroencefalograma, eletroneuromiografia e potenciais evocados, medicina nuclear aplicada à neurologia.

Sugestão Bibliográfica:

1. AMB - Associação Médica Brasileira. Projeto Diretrizes. Disponível em: http://www.projetodiretrizes.org.br/novas_diretrizes_sociedades.php
 2. BRASIL, M.S. Biblioteca/Estação multimídia. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php>
 3. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária-<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home->
 4. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Da Ordem Social - Art. 196 a 200).
 5. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
 6. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde -SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.-
 7. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
 8. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
 9. BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil-<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>
 10. Código de Ética Profissional.
 11. Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.
- Publicações do Ministério da Saúde que disponham sobre os conteúdos indicados
- Manuais, livros e apostilas relacionados aos assuntos específicos e outros das atribuições do cargo.
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

MÉDICO PSIQUIATRA

Legislação e Saúde Pública: 1) Planejamento e Gestão em Saúde; Saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica; Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde; Educação em saúde; Promoção da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. 2) Saúde da criança, do escolar, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. 3) DSTs, AIDS, saúde mental, tuberculose, hanseníase, diabetes, hipertensão, desnutrição infantil. 4) Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. 5) Imunizações, imunologia e vacinas. 6) Epidemiologia. 7) Prevenção e Combate a Doenças. 8) Direitos dos usuários da saúde. 9) Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. 10) Ética Profissional. 11) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Medicina Geral: 1) Anatomia. 2) Embriologia. 3) Fisiologia. 4) Genética. 5) Patologia. 6) Semiologia. 7) Farmacologia. 8) Toxicologia. 9) Epidemiologia Clínica. 10) Cuidados em Ambiente Hospitalar. 11) Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação, testes e diagnósticos. 12) Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. 13) Doenças Alérgicas. 14) Doenças Dermatológicas. 15) Doenças do Aparelho Cardiovascular. 16) Doenças do Aparelho Digestivo. 17) Doenças do Aparelho Respiratório. 18) Doenças do Fígado, da Vesícula, dos Ductos Biliares e do Pâncreas. 19) Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. 20) Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. 21) Doenças Endócrinas e do Metabolismo. 22) Doenças Hematológicas e Oncológicas. 23) Doenças Infecciosas e Parasitárias. 24) Doenças Neurológicas. 25) Doenças Nutricionais. 26) Doenças Oculares. 27) Doenças Ocupacionais e Relacionadas ao Trabalho. 28) Doenças Ósseas. 29) Doenças Psiquiátricas. 30) Doenças Renais e do Trato Urinário. 31) Doenças Reumatológicas. 32) Ginecologia e Obstetrícia. 33) Pediatria Clínica. 34) Geriatria Clínica. 35) Medicina Ambulatorial. 36) Medicina Preventiva. 37) Epidemiologia Clínica. Específicos: 1) Medicamentos: Informações Básicas. 2) Efeitos Colaterais e seu Manejo. 3) Tratamentos Farmacológicos. 4) Fundamentos Psicanalíticos: Teoria, Psicopatologia e Desenvolvimento Humano. 5) Delirium, Demência, Transtorno Amnésico. 6) Transtornos Relacionados a Substâncias. 7) Esquizofrenia. 8) Transtornos Psicóticos. 9) Transtornos de Humor. 10) Transtornos de Ansiedade. 11) Transtornos Alimentares. 12) Transtorno de Déficit de Atenção. 13) Transtornos de Personalidade e Transtornos Somatoformes. 14) Outras Transtornos, Doenças e Distúrbios relacionados à Psiquiatria. 15) Teorias, conceitos, abordagens e tratamentos. 16) Psicanálise e tratamentos. 17) Avaliação e Entrevista Psiquiátrica. 18) Distúrbios Psiquiátricos da Criança. 19) Transtornos Globais do Desenvolvimento e Psicose Infantil. 15) Aspectos psiquiátricos das lesões do SNC. 16) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Consciência, educação e boas práticas ambientais no serviço público.

Sugestões Bibliográficas

1. AMB - Associação Médica Brasileira. Projeto Diretrizes. Disponível em: http://www.projetodiretrizes.org.br/novas_diretrizes_sociedades.php
 2. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária-<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home->
 3. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Da Ordem Social - Art. 196 a 200).
 4. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
 5. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde -SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.-
 6. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
 7. BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil-<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>
 8. Código de Ética Profissional.
 9. Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.
 10. BRASIL, M.S. Biblioteca/Estação multimídia. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php>
- Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.
- Publicações do Ministério da Saúde que disponham sobre os conteúdos indicados
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

MÉDICO REUMATOLOGISTA

Legislação e Saúde Pública: 1) Planejamento e Gestão em Saúde; Saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica; Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde; Educação em saúde; Promoção da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. 2) Saúde da criança, do escolar, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. 3) DSTs, AIDS, saúde mental, tuberculose, hanseníase, diabetes, hipertensão, desnutrição infantil. 4) Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. 5) Imunizações, imunologia e vacinas. 6) Epidemiologia. 7) Prevenção e Combate a Doenças. 8) Direitos dos usuários da saúde. 9) Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. 10) Ética Profissional. 11) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Medicina Geral: 1) Anatomia. 2) Embriologia. 3) Fisiologia. 4) Genética. 5) Patologia. 6) Semiologia. 7) Farmacologia. 8) Toxicologia. 9) Epidemiologia Clínica. 10) Cuidados em Ambiente Hospitalar. 11) Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação, testes e diagnósticos. 12) Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. 13) Doenças Alérgicas. 14) Doenças Dermatológicas. 15) Doenças do Aparelho Cardiovascular. 16) Doenças do Aparelho Digestivo. 17) Doenças do Aparelho Respiratório. 18) Doenças do Fígado, da Vesícula, dos Ductos Biliares e do Pâncreas. 19) Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. 20) Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. 21) Doenças Endócrinas e do Metabolismo. 22) Doenças Hematológicas e Oncológicas. 23) Doenças Infecciosas e Parasitárias. 24) Doenças Neurológicas. 25) Doenças Nutricionais. 26) Doenças Oculares. 27) Doenças Ocupacionais e Relacionadas ao Trabalho. 28) Doenças Ósseas. 29) Doenças Psiquiátricas. 30) Doenças Renais e do Trato Urinário. 31) Doenças Reumatológicas. 32) Ginecologia e Obstetrícia. 33) Pediatria Clínica. 34) Geriatria Clínica. 35) Medicina Ambulatorial. 36) Medicina Preventiva. 37) Epidemiologia Clínica. Específicos: 1) Reumatologia: Laboratório em reumatologia. Exames por imagem em reumatologia. Semiologia das doenças reumatológicas. Estruturas morfológicas e funcionais das articulações. Autoimunidade. Auto-anticorpos e sistema de complemento. Reumatismo de partes moles. Fibromialgia. Lombalgias. Osteoartrite. Osteoporose e osteomalácia. Osteopatiasmicrocristalinas. Artrites infecciosas. Artrites secundárias a doenças crônicas. Artriterreumatóide. Espondilite anquilosante. Artropatiasoriática. Artrite reativa. Artrite das Doenças Intestinais Inflamatórias. Febre reumática. Síndrome do anticorpo antifosfolípide. Doença do Still do adulto. Reumatismocrônico da infância e adolescência. Lupus eritematoso sistêmico. Esclerose sistêmica. Síndrome de Sjögren. Doença mista do tecido conjuntivo. Vasculite sistêmica. Neoplasias articulares. Miopatias inflamatórias. 2) Urgências e emergências: reanimação cardiopulmonar. Avaliação e tratamento inicial do paciente em choque. Imobilizações e cuidados no local do acidente. Atendimento inicial ao paciente traumatizado. Diagnóstico e tratamento inicial das emergências diabéticas. Anafilaxia e reações alérgicas agudas. Controle agudo da dor. Diagnóstico e tratamento inicial das síndromes coronárias agudas. Diagnóstico e tratamento inicial da embolia de pulmão. Insuficiência respiratória aguda. Hemorragias digestivas. Anestesia para realização de suturas e drenagem de abscessos. Principais problemas médicos relacionados aos idosos. Rastreamento de doenças cardiovasculares e do câncer. Prevenção do câncer. Exame periódico de saúde. Promoção da saúde: controle da obesidade, tabagismo e vacinação.

Sugestões Bibliográficas

1. AMB - Associação Médica Brasileira. Projeto Diretrizes. Disponível em: http://www.projetodiretrizes.org.br/novas_diretrizes_sociedades.php
2. BRASIL, M.S. Biblioteca/Estação multimídia. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php>
3. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária-<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home>
4. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Da Ordem Social - Art. 196 a 200).
5. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
6. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde -SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.-
7. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
8. BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil-<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>
9. Código de Ética Profissional.
10. Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.

Publicações do Ministério da Saúde que disponham sobre os conteúdos indicados

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

MÉDICO CIRURGIÃO ORTOPÉDICO

Legislação e Saúde Pública: 1) Planejamento e Gestão em Saúde; Saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica; Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde; Educação em saúde; Promoção da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. 2) Saúde da criança, do escolar, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. 3) DSTs, AIDS, saúde mental, tuberculose, hanseníase, diabetes, hipertensão, desnutrição infantil. 4) Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. 5) Imunizações, imunologia e vacinas. 6) Epidemiologia. 7) Prevenção e Combate a Doenças. 8) Direitos dos usuários da saúde. 9) Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. 10) Ética Profissional. 11) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Medicina Geral: 1) Anatomia. 2) Embriologia. 3) Fisiologia. 4) Genética. 5) Patologia. 6) Semiologia. 7) Farmacologia. 8) Toxicologia. 9) Epidemiologia Clínica. 10) Cuidados em Ambiente Hospitalar. 11) Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação, testes e diagnósticos. 12) Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. 13) Doenças Alérgicas. 14) Doenças Dermatológicas. 15) Doenças do Aparelho Cardiovascular. 16) Doenças do Aparelho Digestivo. 17) Doenças do Aparelho Respiratório. 18) Doenças do Fígado, da Vesícula, dos Ductos Biliares e do Pâncreas. 19) Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. 20) Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. 21) Doenças Endócrinas e do Metabolismo. 22) Doenças Hematológicas e Oncológicas. 23) Doenças Infecciosas e Parasitárias. 24) Doenças Neurológicas. 25) Doenças Nutricionais. 26) Doenças Oculares. 27) Doenças Ocupacionais e Relacionadas ao Trabalho. 28) Doenças Ósseas. 29) Doenças Psiquiátricas. 30) Doenças Renais e do Trato Urinário. 31) Doenças Reumatológicas. 32) Ginecologia e Obstetrícia. 33) Pediatria Clínica. 34) Geriatria Clínica. 35) Medicina Ambulatorial. 36) Medicina Preventiva. 37) Epidemiologia Clínica. Específicos: 1) Semiologia ortopédica. 2) Métodos diagnósticos em ortopedia e traumatologia. 3)

Coluna vertebral. 4) Tórax e cintura escapular. 5) Ombro, cotovelo e punho. 6) Quadril. 7) Joelho. 8) Perna e tornozelo. 9) Infecções osteo-articulares. 10) Osteoporose. 11) Tumores ósseos. 12) Artroscopias. 13) Reabilitação.

Consciência, educação e boas práticas ambientais no serviço público.

Sugestões Bibliográficas

1. AMB - Associação Médica Brasileira. Projeto Diretrizes. Disponível em: http://www.projetodiretrizes.org.br/novas_diretrizes_sociedades.php
 2. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária-<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home>
 3. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Da Ordem Social - Art. 196 a 200).
 4. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
 5. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde -SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.-
 6. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
 7. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
 8. BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil-<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>
 9. Código de Ética Profissional.
 10. Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.
- Publicações do Ministério da Saúde que disponham sobre os conteúdos indicados
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

MÉDICO GINECOLOGISTA

Legislação e Saúde Pública: 1) Planejamento e Gestão em Saúde; Saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica; Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde; Educação em saúde; Promoção da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. 2) Saúde da criança, do escolar, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. 3) DSTs, AIDS, saúde mental, tuberculose, hanseníase, diabetes, hipertensão, desnutrição infantil. 4) Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. 5) Imunizações, imunologia e vacinas. 6) Epidemiologia. 7) Prevenção e Combate a Doenças. 8) Direitos dos usuários da saúde. 9) Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. 10) Ética Profissional. 11) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Medicina Geral: 1) Anatomia. 2) Embriologia. 3) Fisiologia. 4) Genética. 5) Patologia. 6) Semiologia. 7) Farmacologia. 8) Toxicologia. 9) Epidemiologia Clínica. 10) Cuidados em Ambiente Hospitalar. 11) Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação, testes e diagnósticos. 12) Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. 13) Doenças Alérgicas. 14) Doenças Dermatológicas. 15) Doenças do Aparelho Cardiovascular. 16) Doenças do Aparelho Digestivo. 17) Doenças do Aparelho Respiratório. 18) Doenças do Fígado, da Vesícula, dos Ductos Biliares e do Pâncreas. 19) Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. 20) Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. 21) Doenças Endócrinas e do Metabolismo. 22) Doenças Hematológicas e Oncológicas. 23) Doenças Infeciosas e Parasitárias. 24) Doenças Neurológicas. 25) Doenças Nutricionais. 26) Doenças Oculares. 27) Doenças Ocupacionais e Relacionadas ao Trabalho. 28) Doenças Ósseas. 29) Doenças Psiquiátricas. 30) Doenças Renais e do Trato Urinário. 31) Doenças Reumatológicas. 32) Ginecologia e Obstetrícia. 33) Pediatria Clínica. 34) Geriatria Clínica. 35) Medicina Ambulatorial. 36) Medicina Preventiva. 37) Epidemiologia Clínica. Específicos: Ginecologia: Dor pélvica. Síndrome pré-menstrual. Sangramento uterino anormal. Endometriose. Doença sexualmente transmissível. Doença inflamatória pélvica. Anticoncepção. Urgência em ginecologia e obstetrícia. Violência sexual. Lesões do colo uterino. Carcinoma de colo, útero, vulva e vagina. Patologia benigna e maligna de mama. Ciclo menstrual. Alterações no desenvolvimento sexual. Puberdade precoce. Anovulação crônica. Amenorréias. Infertilidade. Climatério. Hiperandrogenismo. Obstetrícia: Pré- natal. Medicina fetal. Morte fetal. Aborto. Nascimento pré-termo. Gestação pós- termo. Ruptura prematura das membranas. Doença hemolítica perinatal. Crescimento intra-uterino restrito. Gemelaridade. Avaliação da saúde fetal. Avaliação da maturidade pulmonar fetal. Infecções pré-natais. Assistência ao trabalho de parto. Indução ao parto. Fórcepe Cesariana. Apresentação pélvica. Parto disfuncional. Puerpério. Amamentação. Doença hipertensiva na gestação. Diabetes Mellitus gestacional. Gestação e HIV Droga e gestação. Hemorragia ante-parto e pós-parto. Gestação ectópica. Doença trofoblástica gestacional.

Sugestões Bibliográficas

1. AMB - Associação Médica Brasileira. Projeto Diretrizes. Disponível em: http://www.projetodiretrizes.org.br/novas_diretrizes_sociedades.php
2. BRASIL, M.S. Biblioteca/Estação multimídia. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php>
3. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária-<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home>
4. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Da Ordem Social - Art. 196 a 200).
5. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
6. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde -SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.-
7. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
8. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
9. BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil-<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>
10. Código de Ética Profissional.
11. Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.

Publicações do Ministério da Saúde que disponham sobre os conteúdos indicados

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA

Legislação e Saúde Pública: 1) Planejamento e Gestão em Saúde; Saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica; Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde; Educação em saúde; Promoção da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. 2) Saúde da criança, do escolar, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. 3) DSTs, AIDS, saúde mental, tuberculose, hanseníase, diabetes, hipertensão, desnutrição infantil. 4) Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. 5) Imunizações, imunologia e vacinas. 6) Epidemiologia. 7) Prevenção e Combate a Doenças. 8) Direitos dos usuários da saúde. 9) Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. 10) Ética Profissional. 11) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Medicina Geral: 1) Anatomia. 2) Embriologia. 3) Fisiologia. 4) Genética. 5) Patologia. 6) Semiologia. 7) Farmacologia. 8) Toxicologia. 9) Epidemiologia Clínica. 10) Cuidados em Ambiente Hospitalar. 11) Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação, testes e diagnósticos. 12) Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. 13) Doenças Alérgicas. 14) Doenças Dermatológicas. 15) Doenças do Aparelho Cardiovascular. 16) Doenças do Aparelho Digestivo. 17) Doenças do Aparelho Respiratório. 18) Doenças do Fígado, da Vesícula, dos Ductos Biliares e do Pâncreas. 19) Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. 20) Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. 21) Doenças Endócrinas e do Metabolismo. 22) Doenças Hematológicas e Oncológicas. 23) Doenças Infecciosas e Parasitárias. 24) Doenças Neurológicas. 25) Doenças Nutricionais. 26) Doenças Oculares. 27) Doenças Ocupacionais e Relacionadas ao Trabalho. 28) Doenças Ósseas. 29) Doenças Psiquiátricas. 30) Doenças Renais e do Trato Urinário. 31) Doenças Reumatológicas. 32) Ginecologia e Obstetrícia. 33) Pediatria Clínica. 34) Geriatria Clínica. 35) Medicina Ambulatorial. 36) Medicina Preventiva. 37) Epidemiologia Clínica. Específicos: A natureza do ultra-som. Princípios básicos. Técnica e equipamentos. Indicações de ultrassonografia. Doppler. Obstetrícia e ginecologia - Anatomia ultrassonográfica do sacogestacional e do embrião. Anatomia ultrassonográfica fetal. Anatomia da idade gestacional. Anomalias fetais, propedêutica e tratamento pré-natal. Crescimento intra-uterino retardado. Gestação de alto risco. Gestação múltipla. Placenta e outros anexos do conceito. Anatomia e ultrassonografia da pélvis feminina. Doenças pélvicas inflamatórias. Contribuição do ultra-som nos dispositivos intra-uterinos. Princípios no diagnóstico diferencial das massas pélvicas pela ultrassonografia. Ultra-sonografia nas doenças ginecológicas malignas. Endometriose. Estudo ultrassonográfico da mama normal e patológico. Estudo ultrassonográfico do útero normal e patológico. Estudo ultrassonográfico do ovário normal e patológico. Ultra-sonografia e esterilidade. Estudo ultrassonográfico das patologias da primeira metade da gestação. Medicina interna. Estudo ultrassonográfico do: crânio, olho, órbita, face e pescoço, tórax, escroto e pênis, extremidades, abdômen superior (fígado, vias biliares, pâncreas e baço), retroperitônio. Estudo ultrassonográfico da cavidade abdominal vísceras ocas, coleções e abscessos peritoneais, rins e bexigas, próstata e vesículas seminais. Potocolos clínicos e diretrizes terapêuticas do Ministério da Saúde para a especialidade.

Sugestões Bibliográficas

1. AMB - Associação Médica Brasileira. Projeto Diretrizes. Disponível em: http://www.projetodiretrizes.org.br/novas_diretrizes_sociedades.php
2. BRASIL, M.S. Biblioteca/Estação multimídia. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php>
3. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária-<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home>
4. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Da Ordem Social - Art. 196 a 200).
5. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
6. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde -SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.-
7. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
8. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
9. BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil-<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>
10. Código de Ética Profissional.
11. Código de Ética Profissional.
12. Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.

Publicações do Ministério da Saúde que disponham sobre os conteúdos indicados

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

MÉDICO UROLOGISTA

Legislação e Saúde Pública: 1) Planejamento e Gestão em Saúde; Saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica; Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde; Educação em saúde; Promoção da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. 2) Saúde da criança, do escolar, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. 3) DSTs, AIDS, saúde mental, tuberculose, hanseníase, diabetes, hipertensão, desnutrição infantil. 4) Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. 5) Imunizações, imunologia e vacinas. 6) Epidemiologia. 7) Prevenção e Combate a Doenças. 8) Direitos dos usuários da saúde. 9) Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. 10) Ética Profissional. 11) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Medicina Geral: 1) Anatomia. 2) Embriologia. 3) Fisiologia. 4) Genética. 5) Patologia. 6) Semiologia. 7) Farmacologia. 8) Toxicologia. 9) Epidemiologia Clínica. 10) Cuidados em Ambiente Hospitalar. 11) Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação, testes e diagnósticos. 12) Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. 13) Doenças Alérgicas. 14) Doenças Dermatológicas. 15) Doenças do Aparelho Cardiovascular. 16) Doenças do Aparelho Digestivo. 17) Doenças do Aparelho Respiratório. 18) Doenças do Fígado, da Vesícula, dos Ductos Biliares e do Pâncreas. 19) Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. 20) Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. 21) Doenças Endócrinas e do Metabolismo. 22) Doenças Hematológicas e Oncológicas. 23) Doenças Infecciosas e Parasitárias. 24) Doenças Neurológicas. 25) Doenças Nutricionais. 26) Doenças

Oculares. 27) Doenças Ocupacionais e Relacionadas ao Trabalho. 28) Doenças Ósseas. 29) Doenças Psiquiátricas. 30) Doenças Renais e do Trato Urinário. 31) Doenças Reumatológicas. 32) Ginecologia e Obstetrícia. 33) Pediatria Clínica. 34) Geriatria Clínica. 35) Medicina Ambulatorial. 36) Medicina Preventiva. 37) Epidemiologia Clínica. Específicos: A natureza do ultrassom, princípios básicos. Técnica e equipamentos. Indicações da ultrassonografia. Doppler. Obstetrícia e ginecologia. Anatomia ultrassonográfica do sacogestacional e do embrião. Anatomia ultrassonográfica fetal. Anatomia da idade gestacional. Anatomias fetais, propedêutica e tratamento pré-natal. Crescimento intra-uterino retardado. Gestação de alto risco. Gestação múltipla. Placenta e outros anexos do concepto. Anatomia e ultrassonografia da pélvis feminina. Doenças pélvicas inflamatórias. Contribuições do ultrassom nos dispositivos intra-uterinos. Princípios no diagnóstico diferencial das massas pélvicas pela ultrassonografia. Ultrassonografia nas doenças ginecológicas malignas. Endometriose. Estudo ultrassonográfico da mama normal e patológico. Estudo ultrassonográfico do ovário normal e patológico. Ultrassonografia e esterilidade. Medicina interna. Estudo ultrassonográfico do: crânio, olho, órbita, face e pescoço, tórax, escroto e pênis, extremidades, abdome superior, cavidade abdominal, vísceras ocas, coleções e abscessos peritoneais, rins, vesícula seminal, próstata e bexiga.

Sugestões Bibliográficas

1. AMB - Associação Médica Brasileira. Projeto Diretrizes. Disponível em: http://www.projetodiretrizes.org.br/novas_diretrizes_sociedades.php
 2. BRASIL, M.S. Biblioteca/Estação multimídia. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php>
 3. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária-<http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/home->
 4. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Da Ordem Social - Art. 196 a 200).
 5. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
 6. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
 7. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
 8. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
 9. BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil-<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>
 10. Código de Ética Profissional.
 11. Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público. Publicações do Ministério da Saúde que disponham sobre os conteúdos indicados
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

NUTRICIONISTA

Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde -Princípios e diretrizes, controle social, Indicadores de saúde, legislação; protocolos SUS; Sistemas de informação em saúde; Modelos de atenção e cuidados em saúde; Vigilância em saúde; Epidemiologia; Pacto pela Saúde; Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias; Política Nacional de Humanização. Estatuto da criança e do adolescente – ECA; estatuto do idoso; Bioética e Legislação do Exercício Profissional. Nutrição Básica: conceito de alimentação e nutrição; nutrientes, definição, propriedades, funções, digestão, absorção, biodisponibilidade, metabolismo, deficiências e fontes alimentares. Planejamento e laboração de cardápios alimentares DRI's. Nutrição nos ciclos da vida: infância, adolescência, adulto e idoso; alimentação na gestação, da nutriação aleitamento materno, composição do leite materno. Guia alimentar para a população brasileira, Guia alimentar para crianças menores de dois anos; Doenças crônicas não transmissíveis. Administração de Serviços de Alimentação. APPCC, POP's, Implantação no Manual de Boas práticas de Fabricação nos Serviços de Alimentação. Perigos químicos, físicos e biológicos. Nutrição em saúde Pública: Perfil nutricional, consumo alimentar da população brasileira, Avaliação Nutricional, habilidades e competências do nutricionista em saúde coletiva, Política Nacional de alimentação e Nutrição; PNAE, Carências Nutricionais, Código de Ética do Nutricionista, SISVAN e Bolsa família. Referências sugeridas:

1. APPCC na qualidade e segurança microbiológica de alimentos. São Paulo: Livraria Varela.
2. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Da Ordem Social - Art. 196 a 200).
3. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
4. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
5. BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 38, 16/7/2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/index.php/ae-legislacao>. Brasil. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Lei nº 11.947, de 16/6/2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. <http://www.fnnde.gov.br/index.php/aelegislacao>. Outras publicações que abranjam o programa proposto.
6. BRASIL. Ministério da Saúde.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Alimentar para a População Brasileira. Promovendo a alimentação saudável. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: www.saude.gov.br/bvs.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Alimentar para crianças menores de 2 anos. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: www.saude.gov.br/bvs.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. 2ª edição revista. Série B, textos Básicos de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_superior/manuais-e-publicacoes-1.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN. Orientações básicas para a coleta, o processamento, a análise de dados e a informação em serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: www.saude.gov.br/alimentacao.
11. Código de Ética Profissional.
12. DUTRA DE OLIVEIRA, J.E; MARCHINI, J.S. Ciências Nutricionais. São Paulo: Sarvier, 1998, 403p.

13. FRANCO, B. D. G. M.; LANDGRAFF, M. Microbiologia dos Alimentos. São Paulo: Atheneu.
 14. ftp://ftp.fnide.gov.br/web/alimentacao_escolar/codigo_de_etica_nutricionista.pdf
 15. MAHAN L. Kathleen; ESCOTT-STUMP, Sylvia. Krause. Alimentos, Nutrição e Dietoterapia. 12ª edição. São Paulo: Editora Roca. 2010. 1351p.
 16. Resolução - RDC n. 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.
 17. RESOLUÇÃO CFN Nº334/2004
 18. TEIXEIRA, S.; MILET, Z.; CARVALHO, J.; BISCONTINI, T. M. Administração aplicada às Unidades de Alimentação e Nutrição. São Paulo, Editora Atheneu, 2006. 219p.
 19. VASCONCELOS, F.A.G. Avaliação Nutricional de coletividades. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.
Publicações do Ministério da Saúde que disponham sobre os conteúdos indicados
(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

PROFESSOR DE ARTES

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Lei Municipal 1497/98; Conhecimentos Pedagógicos: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar – práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão – a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto Pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade; Específicos do Cargo: Didática e prática de ensino de Artes: Parâmetros curriculares nacionais (1ª a 4ª série) e (5ª a 8ª série), Habilidades e competências no ensino de Artes; Conteúdos atitudinais, procedimentais e conceituais em Artes; Proposta curricular de Arte do município e do Estado; As ações do professor e dos alunos; Arte e os Temas Transversais; A história da Arte: características dos movimentos e períodos. Movimentos da Arte e suas produções artísticas. A percepção de qualidades estéticas. O ensino da arte no currículo: legislação e prática. Trabalho por projetos. Folclore: catarinense e nacional. Diversidade cultural no ensino de artes. Arte no ensino fundamental: Objetivos gerais do ensino de Arte; O ensino de Arte no currículo escolar: legislação e prática; Conteúdos de Arte no ensino fundamental; Critérios de avaliação de aprendizagem em Arte. As linguagens artísticas: artes visuais, dança, música e teatro. Artes Visuais: objetivos gerais de aprendizagens, conteúdos e critérios de avaliação de aprendizagem e principais artistas expoentes. Dança: objetivos gerais de aprendizagens, conteúdos e critérios de avaliação de aprendizagem e principais artistas expoentes. Dimensões histórico-sociais da dança e seus aspectos estéticos. Fundamentos da Dança. Música: objetivos gerais de aprendizagens, conteúdos e critérios de avaliação de aprendizagem e principais artistas expoentes. Fundamentos musicais. Educação musical, instrumentos musicais. Estilos musicais nacionais e internacionais. Teatro: objetivos gerais de aprendizagens, conteúdos e critérios de avaliação de aprendizagem e principais artistas expoentes. Fundamentos do Teatro. História do Teatro. Estilos e gêneros teatrais. Modalidades do espaço cênico. Elementos estruturais da linguagem teatral.

Sugestões Bibliográficas:

1. BRASIL, Ministério da Educação. LDB nº 9394/96.
 2. BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.274/06.
 3. BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
 4. DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. 10ª ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2000.
 5. HERNANDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
 6. HOFMAN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre; Educação e Realidade, 1993.
 7. KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da Educação. São Paulo; Cortez, 1993.
 8. LIBÂNEO, José Carlos et al. (Org.). Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia; Alternativa, 2004.
 9. LUCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
 10. PIMENTA, Sema G. (org). Didática e formação de professores: percurso e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1996.
 11. TOSI, Maria R. Didática Geral: um olhar para o futuro. Campinas, SP: Alínea, 2001.
 12. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1999.
 13. ZABALA, Antonio. A prática educativa: como ensinar. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- Outros Manuais, livros e apostilas relacionados ao conteúdo do cargo, a critério do candidato.
Publicações do Ministério da Educação que disponham sobre os conteúdos indicados
(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Lei Municipal 1497/98; Conhecimentos Pedagógicos: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar – práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A

afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão –a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto Pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade; Específicos: Didática e prática de ensino de Ciências: Parâmetros curriculares nacionais (1ª a 4ª série) e (5ª a 8ª série), Habilidades e competências no ensino de Ciências; Conteúdos atitudinais, procedimentais e conceituais em Ciências; Proposta curricular de Ciências do município e do Estado; o processo avaliativo no ensino de Ciências; as ações do professor e dos alunos; Ciências e os Temas Transversais; Corpo humano: organização e sistemas. Seres microscópios: bactérias, fungos, protozoários, vírus; Relações alimentares entre os seres vivos: cadeia alimentar, hábitos alimentares dos animais, produtores, consumidores, decompositores, desequilíbrio nas relações alimentares. Questões ambientais: Relação homem –meio ambiente poluição da água, solo, ar, chuva ácida, efeito estufa, queimadas, desmatamento, mineração. Saneamento: tratamento de água. Resíduos sólidos: resíduos, reciclagem, rejeito, reaproveitamento, tipos de resíduos, limpeza pública, coleta de resíduos, aterro sanitário. A estrutura da Terra: Estrutura interna da Terra, crosta terrestre, manto, núcleo, placas tectônicas, terremotos, vulcões. Movimentos da Terra: movimento aparente do Sol, movimentação de rotação, movimento de transição, formação das estações do ano. Energia elétrica: geradores, pilhas e baterias, usinas elétricas, hidrelétricas, eólicas, termelétricas, usinas solares, term nucleares, condução de energia elétrica, circuito elétrico. Magnetismo: ímãs, imantação, pólo norte/sul, campo magnético, eletromagnetismo. Seres vivos: características gerais, sistemática, classificação biológica e nomenclatura. Noções de evolução. Ecologia. Doenças tropicais. Noções de genética. Fisiologia e anatomia do corpo humano. Sexualidade: Educação sexual e seu desenvolvimento para a produção da vida. Astronomia. Propriedades da matéria: estados físicos, massa, volume, peso, densidade, empuxo. Energia. Elementos químicos a tabela periódica. Fundamentos teóricos da Química: conceitos. Leis e cálculos. Relações. Princípios básicos. Interações e transformações químicas. Fundamentos teóricos da Física: conceitos. Leis e cálculos. Relações. Princípios básicos.

Sugestões Bibliográficas:

1. BRASIL, Ministério da Educação. LDB nº 9394/96.
 2. BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.274/06.
 3. BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
 4. DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. 10ª ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2000.
 5. HERNANDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
 6. HOFMAN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993.
 7. KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da Educação. São Paulo; Cortez, 1993.
 8. LIBÂNEO, José Carlos et al. (Org.). Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia; Alternativa, 2004.
 9. LUCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teóricos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
 10. PIMENTA, Sema G. (org). Didática e formação de professores: percurso e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1996.
 11. TOSI, Maria R. Didática Geral: um olhar para o futuro. Campinas, SP: Alínea, 2001.
 12. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1999.
 13. ZABALA, Antonio. A prática educativa: como ensinar. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- Outros Manuais, livros e apostilas relacionados ao conteúdo do cargo, a critério do candidato.
- Publicações do Ministério da Educação que disponham sobre os conteúdos indicados

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Lei Municipal 1497/98; Conhecimentos Pedagógicos: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar – práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão –a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto Pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade. Específicos: Metodologia e Regras das Modalidades Esportivas; História da Educação Física; Educação Física Escolar; Estrutura e Funcionamento da Educação Básica; Educação Física na Educação Infantil e Ensino Fundamental; Didática Geral e da Educação Física; Metodologia para o ensino da Educação Física; Fundamentos da Educação; Filosofia e Sociologia da Educação Física; Educação Física Escolar e Cidadania; Atividades Rítmicas na Escola; Organização e Administração de Eventos Escolares; Educação para Saúde; Biologia do Esporte; Anatomia Humana; Fisiologia Humana; Fisiologia do Exercício; Biomecânica; Qualidades Físicas na Educação Física; Prevenção de Acidentes e Socorros de Urgência; Cineantropometria; Desenvolvimento Motor e Aprendizagem Motora; Psicologia do Desenvolvimento e do Esporte; Pedagogia do Exercício e do Esporte; Fundamentos da Ginástica e da Musculação; Iniciação Esportiva; Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Educação Física Adaptada; Recreação, Jogos e Lazer; Educação Física Escolar e Qualidade de Vida; Planejamento Curricular; Administração Escolar; Políticas Públicas em Educação Física; Ética e Deontologia da Educação Física; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Física; Legislação Esportiva e Profissional; Atualidades e Tópicos Especiais em Educação Física.

Sugestões Bibliográficas:

1. BRASIL, Ministério da Educação. LDB nº 9394/96.
2. BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.274/06.
3. BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
4. DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. 10ª ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2000.

5. HERNANDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
 6. HOFMAN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre; Educação e Realidade, 1993.
 7. KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da Educação. São Paulo; Cortez, 1993.
 8. LIBÂNEO, José Carlos et al. (Org.). Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia; Alternativa, 2004.
 9. LUCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis, J: Vozes, 1994.
 10. PIMENTA, Sema G. (org). Didática e formação de professores: percurso e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1996.
 11. TOSI, Maria R. Didática Geral: um olhar para o futuro. Campinas, SP: Alínea, 2001.
 12. VASCONCELLOS. Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1999.
 13. ZABALA, Antonio. A prática educativa: como ensinar. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto alegre: Artes Médicas, 1998.
- Outros Manuais, livros e apostilas relacionados ao conteúdo do cargo, a critério do candidato.
Publicações do Ministério da Educação que disponham sobre os conteúdos indicados

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Lei Municipal 1497/98; Conhecimentos Pedagógicos: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar – práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão – a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto Pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade; Específicos do Cargo: Ensino e aprendizagem na Educação Infantil, finalidades, objetivos, conteúdos, metodologia. Educar, cuidar e acolher: função social da educação infantil. A aprendizagem da linguagem e a linguagem como instrumento de aprendizagem. Educação Infantil: Concepções e práticas pedagógicas. Função política e social da Educação Infantil. Desenvolvimento infantil, segundo Piaget, Vygotsky e Wallon. Currículo como expressão de linguagens, práticas sociais e culturais infantis. O brincar como eixo dinamizador do currículo. Avaliação na Educação Infantil e documentação pedagógica. O papel do professor na Educação Infantil. Planejamento na Educação Infantil: espaços interativos de aprendizagem, organização em projetos de linguagens. Processo de socialização, diversidade sociocultural, inclusão. Sexualidade infantil. A literatura na educação da criança de 0 a 5 anos. Afetividade nas relações professor-criança, criança-criança. A brincadeira de papéis sociais e formação da personalidade. A criança na educação infantil e suas linguagens. A criança e o meio social. Ciências na Educação Infantil – importância do procedimento didático. Referencial Curricular Nacional. A importância do lúdico na aprendizagem. A organização do tempo e do espaço na educação infantil. A Documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação). Princípios que fundamentam a prática na Educação Infantil: Pedagogia da infância e dimensões humanas

Sugestões Bibliográficas:

1. BRASIL, Ministério da Educação. LDB nº 9394/96.
 2. BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.274/06.
 3. BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
 4. DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. 10ª ed. Petrópolis. R.J: Vozes, 2000.
 5. HOFMAN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre; Educação e Realidade, 1993.
 6. HERNANDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
 7. KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da Educação. São Paulo; Cortez, 1993.
 8. LIBÂNEO, José Carlos et al. (Org.). Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia; Alternativa, 2004.
 9. LUCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis, J: Vozes, 1994.
 10. PIMENTA, Sema G. (org). Didática e formação de professores: percurso e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1996.
 11. TOSI, Maria R. Didática Geral: um olhar para o futuro. Campinas, SP: Alínea, 2001.
 12. VASCONCELLOS. Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-
 13. aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1999.
 14. ZABALA, Antonio. A prática educativa: como ensinar. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto alegre: Artes Médicas, 1998.
- Outros Manuais, livros e apostilas relacionados ao cargo.

Publicações do Ministério da Educação que disponham sobre os conteúdos indicados

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Lei Municipal 1497/98; Conhecimentos Pedagógicos: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar – práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios

e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão – a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto Pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade; Específicos do Cargo: A origem do mundo e do homem, dentro de uma perspectiva ecumênica; Presença de Deus em nossa Vida; Minha relação com Deus e sua manifestação concreta na relação com outro; Definindo Igreja e religião dentro de uma perspectiva ecumênica; Deus criador - homem criatura com potencial criador; Questionamentos existenciais; Significados dos rituais, símbolos e verdades de fé nas tradições religiosas; Família e Igreja; homem e sua significação na história: Quem sou? De onde vim? Pra onde vou? Para que vivo? A questão da transcendentalidade humana como essência do fenômeno religioso; Homem – um ser racional; Relação consigo mesmo, como outro, com a natureza e com Deus; Qualidade nas relações a partir da consciência espiritual Culturas e Tradições Religiosas: Uma discussão sobre o contexto local; Dogmas, rituais, símbolos, crença; História das religiões situada nas mais variadas culturas fenômeno religioso e a opção por uma religião; Superando os mitos e buscando a prática da Ética no exercício da Cidadania plena; Sociedade; família; Instituições. Tipos de religião e suas definições.

Sugestões Bibliográficas:

1. BRASIL, Ministério da Educação. LDB nº 9394/96.
 2. ARANHA, M.L.A. Filosofando: Introdução à Filosofia. São Paulo, Moderna, 1994.
 3. BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.274/06.
 4. BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
 5. Currículo: Ensino Religioso. Florianópolis, SED, 2001. 60p.
 6. DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. 10ª ed. Petrópolis. R.J: Vozes, 2000.
 7. HERNANDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
 8. HOFMAN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre; Educação e Realidade, 1993.
 9. KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da Educação. São Paulo; Cortez, 1993.
 10. LIBÂNEO, José Carlos et al. (Org.). Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia; Alternativa, 2004.
 11. LUCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis, J: Vozes, 1994.
 12. PIMENTA, Sema G. (org). Didática e formação de professores: percurso e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1996.
 13. PUCRS – Religião e Cristianismo – manual de Cultura Religiosa – Instituto de Teologia e Ciências Religiosas, Porto Alegre: 1999
 14. SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto . Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Disciplinas Curriculares. Florianópolis: COGEM, 1998, p.232-243
 15. TOSI, Maria R. Didática Geral: um olhar para o futuro. Campinas, SP: Alínea, 2001.
 16. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1999.
 17. ZABALA, Antonio. A prática educativa: como ensinar. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- Outros Manuais, livros e apostilas relacionados ao cargo.
- Publicações do Ministério da Educação que disponham sobre os conteúdos indicados
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

PROFESSOR DE ESPANHOL

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Lei Municipal 1497/98; Conhecimentos Pedagógicos: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar – práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão – a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto Pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade; Específicos do Cargo: A metodologia da Língua Estrangeira; - Proposta Curricular de Língua Estrangeira Moderna; - O ensino de língua para a comunicação; - Dimensões comunicativas do espanhol; - Construção da leitura e da escrita da Língua Estrangeira; - A escrita e a linguagem oral do espanhol; - A natureza sociointernacional da linguagem; - O processo ensino e aprendizagem da Língua Estrangeira; - Interpretação de texto; - Gramática; - Ortografia.

Sugestões Bibliográficas:

1. BRASIL, Ministério da Educação. LDB nº 9394/96.
2. BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.274/06.
3. BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
4. DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. 10ª ed. Petrópolis. R.J: Vozes, 2000.
5. Dicionário para la enseñanza de la lengua española para brasileños-
6. Dicionário de falsos cognatos em Espanhol e Português – Editora Moderna (286p.)
7. GÓMEZ TORREGO, Leonardo. Gramática didáctica de español. Madrid: SM, 1998. (543)
8. HERNANDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
9. HOFMAN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre; Educação e Realidade, 1993.
10. KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da Educação. São Paulo; Cortez, 1993.
11. LIBÂNEO, José Carlos et al. (Org.). Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia; Alternativa, 2004.
12. LUCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis, J: Vozes, 1994.
13. LUFT, Celso Pedro. Novo guia ortográfico. São Paulo: Globo, 1991.

14. MASIP, Vicente. Gramática española para brasileños. Tomo I: Morfosintaxis. Barcelona: Difusión, 1999
 15. MILANI, Esther Maria. Gramática de Espanhol para brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2000.
 16. PIMENTA, Sema G. (org). Didática e formação de professores: percurso e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1996.
 17. RINALDI, S. Vasques M. C " ARRIBA!" Vol 1,2,3 e 4, São Paulo: Editora Santillana, 2004.
 18. SEÑAS, 2000,
 19. TOSI, Maria R. Didática Geral: um olhar para o futuro. Campinas, SP: Alínea, 2001.
 20. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1999.
 21. ZABALA, Antonio. A prática educativa: como ensinar. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto alegre: Artes Médicas, 1998.
- Outros Manuais, livros e apostilas relacionados ao cargo.
- Publicações do Ministério da Educação que disponham sobre os conteúdos indicados
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Lei Municipal 1497/98; Conhecimentos Pedagógicos: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar – práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão – a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto Pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade; Específicos do Cargo

HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO: As correntes da produção científica na produção geográfica; As correntes do pensamento na produção geográfica brasileira; Geografia escolar e geografia acadêmica. **DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA:** Parâmetros curriculares nacionais (1ª a 4ª série) e (5ª a 8ª série), Habilidades e competências no ensino de Geografia; Conteúdos atitudinais, procedimentais e conceituais em Geografia; Proposta curricular de Ciências do município e do Estado; o processo avaliativo no ensino de Ciências; as ações do professor e dos alunos; Geografia e os Temas Transversais;

GEOGRAFIA DO BRASIL: aspectos físicos, ambientais, político-econômicos, socioculturais. Divisões regionais e suas características. **GEOGRAFIA GERAL** (grandes blocos: Américas, África, Ásia, Europa e Oceania): aspectos físicos, climáticos, relevo, vegetação, hidrografia, econômicos, populacionais. **Demografia:** Dinâmica populacional no Brasil e no mundo. Dinâmicas e sistemas. **QUESTÕES AMBIENTAIS:** Ecossistemas brasileiros. Tipos de Energia. Fenômenos naturais. Efeito Estufa. El niño/La niña. Camada de Ozônio. Chuva Ácida. **A ORGANIZAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO:** A organização do espaço geográfico no capitalismo e no socialismo, a nova ordem mundial e a globalização. Organizações supranacionais. Espaço rural/urbano. Aspectos geopolíticos e econômicos da atualidade. Transportes. **GEOGRAFIA FÍSICA:** noções gerais de dinâmicas e sistemas climatológicos biogeográficos e geomorfológicos.

Sugestões Bibliográficas:

1. AB'SÁBER, Aziz. Os domínios de Natureza no Brasil. Potencialidades paisagísticas. 3ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
2. ANDRADE, Manuel C. de – Geografia. Ciência da sociedade. São Paulo, Atlas, 1987.
3. BRASIL, Ministério da Educação. LDB nº 9394/96.
4. BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.274/06.
5. BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
6. CARVALHO, Marcos Bernardinho, PEREIRA, Diamantino Alves Correia. Geografia do mundo. 1ª ed. São Paulo: FTD, 2005.
7. COIMBRA, Pedro, Tibúrcio, José Arnaldo M. O espaço geográfico no limiar do ano 2000. Ed. Harbra: São Paulo, 2000.
8. DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. 10ª ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2000.
9. HERNANDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
10. HOFMAN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre; Educação e Realidade, 1993.
11. IGOR, Moreira. O espaço geográfico. Geografia geral e do Brasil. 47ª ed. São Paulo: Ática, 2002.
12. KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da Educação. São Paulo; Cortez, 1993.
13. LAGO, Paulo F. – Santa Catarina. A transformação dos espaços geográficos. Florianópolis, Verde Água Prod. Culturais, 2000, 592 p.
14. LUCCHI, Elian Alabi, BRANCO, Anselmo Lázaro. Geografia. Homem & Espaço. 19ª ed. São Paulo, 2002
15. LIBÂNEO, José Carlos et al. (Org.). Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia; Alternativa, 2004.
16. LUCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
17. MORAES, Antonio Carlos Robert. A gênese da Geografia moderna. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
18. MOREIRA, Igor, AURICCHIO, Elizabeth. Construindo o espaço. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2006.
- Outros Manuais, livros e apostilas relacionados ao cargo.
19. Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN de Geografia.
20. PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia Moderna. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.
21. PIMENTA, Sema G. (org). Didática e formação de professores: percurso e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1996.
22. SANTA Catarina – Atlas de Santa Catarina. Florianópolis, Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral (GAPLAN), 1986.
23. SANTA Catarina – Atlas Escolar de Santa Catarina. Florianópolis, Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento, 1991.
24. SANTOS, Milton. Novos rumos da geografia brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1982.
25. SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, 1978.
26. SENE, Eustáquio, MOREIRA, João Carlos. Geografia geral e do Brasil. Série parâmetros. 1ª ed. Ed. Scipione, 2000.

26. SENE, Eustáquio, MOREIRA, João Carlos. Trilhas da Geografia. 1ª ed. São Paulo: Sciopione, 2000.
 27. SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à Geografia: Geografia e Ideologia. Petrópolis: Vozes, 1974.
 28. TOSI, Maria R. Didática Geral: um olhar para o futuro. Campinas, SP: Alínea, 2001.
 29. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1999.
 30. VESENTINI, J. William. Geografia. Série Brasil. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2003.
 31. VESENTINI, J. William. Sociedade & espaço. Geografia geral e do Brasil. 43ª ed. São Paulo: Ática, 2003.
 32. ZABALA, Antonio. A prática educativa: como ensinar. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- Publicações do Ministério da Educação que disponham sobre os conteúdos indicados
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

PROFESSOR DE HISTÓRIA

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Lei Municipal 1497/98; Conhecimentos Pedagógicos: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar – práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão – a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto Pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade. Específicos: Grécia e Roma Antiga. As Civilizações do Antigo Oriente: Hebreus, Fenícios e Persas. As Civilizações Mesopotâmicas: Sumérios, Acádios, Assírios, Amorritas e Caldeus. Escravismo na Antiguidade. O feudalismo. A Expansão Marítimo-comercial. Colonização europeia na América. Brasil e o Sistema Colonial. O escravismo no Brasil. O fim do Antigo Sistema Colonial na América espanhola e portuguesa. As revoluções americanas e francesa. A Revolução Industrial. O Imperialismo e o neocolonialismo. A Primeira Guerra Mundial. A crise de 1929. As Revoluções Socialistas na URSS, África e América Latina. Nazismo e Fascismo. A Segunda Guerra Mundial. O populismo na América Latina. A Guerra Fria. A descolonização da Ásia e da África. A globalização e o neoliberalismo. BRASIL: Períodos Pré-Colonizador, Colonial, Imperial, República Velha, A Era Vargas, República Democrática (1946 a 1964), O Regime Militar (1964 a 1985) e a Redemocratização (A República de 1985 aos dias atuais). Os regimes militares na América Latina. Os Blocos e/ou Acordos Econômicos no Mundo. Atualidades: Econômicas, Sociais, Políticas, Culturais e Religiosas.

Sugestões Bibliográficas:

1. BRASIL, Ministério da Educação. LDB nº 9394/96.
 2. BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.274/06.
 3. BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
 4. DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. 10ª ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2000.
 5. HERNANDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
 6. HOFMAN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993.
 7. KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da Educação. São Paulo: Cortez, 1993.
 8. LIBÂNEO, José Carlos et al. (Org.). Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia; Alternativa, 2004.
 9. LUCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis, J: Vozes, 1994.
 10. PIMENTA, Sema G. (org). Didática e formação de professores: percurso e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1996.
 11. TOSI, Maria R. Didática Geral: um olhar para o futuro. Campinas, SP: Alínea, 2001.
 12. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1999.
 13. ZABALA, Antonio. A prática educativa: como ensinar. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
 14. Outros Manuais, livros e apostilas relacionados ao conteúdo do cargo, a critério do candidato.
- Publicações do Ministério da Educação que disponham sobre os conteúdos indicados

PROFESSOR DE INGLÊS

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Lei Municipal 1497/98; Conhecimentos Pedagógicos: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar – práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão – a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto Pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade; Específicos do Cargo: (1) Modelos de Leitura ascendente, descendente e interativo (Bottom-up/Top-down/Interactive); (2) Teoria Sociocultural de Vygotsky; (3) Teoria Cognitivista de Piaget; (4) Teoria de Aquisição de Segunda Língua segundo Stephen Krashen (Monitor Theory); (5) Teoria da Gramática Gerativa/Universal de Noam Chomsky; (6) Metodologias de Ensino de Língua Estrangeira (Metodologia de Tradução e Gramática/Metodologia Audiolingual/

Metodologia Comunicativa); (8) Técnicas de leitura (Skimming/Scanning). Conhecimentos Linguísticos: (1) Tempos verbais; (2) Verbos modais; (3) Advérbios e conjunções; (4) Voz ativa e Voz passiva; (5) Discurso direto e Discurso indireto; (6) Orações subordinadas; (7) Pronomes; (8) Preposições; (9) Principais frases verbais (Phrasal Verbs); (10) Adjetivos (Graus Comparativo/Superlativo).

Sugestões Bibliográficas:

1. BRASIL, Ministério da Educação. LDB nº 9394/96.
2. BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.274/06.
3. BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
4. DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. 10ª ed. Petrópolis. R.J: Vozes, 2000.
5. HOFMAN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre; Educação e Realidade, 1993.
6. HERNANDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
7. KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da Educação. São Paulo; Cortez, 1993.
8. LIBÂNEO, José Carlos et al. (Org.). Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia; Alternativa, 2004.
9. LUCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teóricos e metodológicos. Petrópolis, J: Vozes, 1994.
10. PIMENTA, Sema G. (org). Didática e formação de professores: percurso e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1996.
11. TOSI, Maria R. Didática Geral: um olhar para o futuro. Campinas, SP: Alínea, 2001.
12. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1999.
13. ZABALA, Antonio. A prática educativa: como ensinar. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto alegre: Artes Médicas, 1998.
14. Brennan, Dave K. English at Hand. São Paulo: Editora FTD, 2002.
15. Dixon, Robert J. Graded Exercises in English. Rio de Janeiro : Ao Livro Técnico, 2002.
16. Martins, Elisabeth Prescher. Coleção Base Inglês – Graded English – Volume Único. São Paulo : Editora Moderna, 2003.
17. Rocha, Analuiza Machado. Take Your Time – Volumes 1, 2, 3 e 4 – 5ª à 8ª série. 3 ed. São Paulo: Editora Moderna, 2004.

- Outros Manuais, livros e apostilas relacionados ao cargo.

Publicações do Ministério da Educação que disponham sobre os conteúdos indicados

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Lei Municipal 1497/98; Conhecimentos Pedagógicos: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar – práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão – a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto Pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade; Específicos do Cargo: Aprendizagem da língua materna: estrutura, uso e funções. Ensino e aprendizagem da gramática normativa.

Linguagem: uso, funções, análise. Língua falada e escrita. Variações linguísticas. O texto: tipologia textual. Intertextualidade. Coesão e coerência textuais. O texto e a prática de análise linguística. Leitura e produção de textos. Literatura brasileira. Fonologia. Estrutura e formação das palavras. Morfologia e Morfossintaxe. Sintaxe. Semântica. Acentuação gráfica. Crase. Concordância Nominal e Verbal. Regência Nominal e Verbal. Pontuação. Tipologia textual. Gênero textual. Interpretação e compreensão de texto. Ortografia. Funções da Linguagem.

Sugestões Bibliográficas:

1. BRASIL, Ministério da Educação. LDB nº 9394/96.
2. BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.274/06.
3. BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
4. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
5. DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. 10ª ed. Petrópolis. R.J: Vozes, 2000.
6. FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto. Curitiba:
7. HERNANDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
8. HOFMAN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre; Educação e Realidade, 1993.
9. KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da Educação. São Paulo; Cortez, 1993.
10. LIBÂNEO, José Carlos et al. (Org.). Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia; Alternativa, 2004.
11. Livraria do Eleotério, 1999.
12. LUCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teóricos e metodológicos. Petrópolis, J: Vozes, 1994.
13. LUFT, Celso Pedro. Novo guia ortográfico. São Paulo: Globo, 1991.
14. PIMENTA, Sema G. (org). Didática e formação de professores: percurso e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1996.
15. TOSI, Maria R. Didática Geral: um olhar para o futuro. Campinas, SP: Alínea, 2001.
16. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1999.
17. ZABALA, Antonio. A prática educativa: como ensinar. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto alegre: Artes Médicas, 1998.

- Outros Manuais, livros e apostilas relacionados ao cargo.

Publicações do Ministério da Educação que disponham sobre os conteúdos indicados

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Lei Municipal 1497/98; Conhecimentos Pedagógicos: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar – práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão – a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto Pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade. Específicos: Aprender e ensinar Matemática no ensino fundamental; O professor e o saber matemático; Aluno e o saber matemático; As relações professor-aluno e aluno-aluno; A resolução de problemas e o ensino-aprendizagem de Matemática; Avaliação em Matemática; Jogos nas aulas de Matemática; O papel do lúdico no ensino da Matemática. Número e suas operações (Número, álgebra, geometria, medidas e estatística); - Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; - Regra de Três e proporções; - Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; - Equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. - Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas; - Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões; - Matrizes e Determinantes; - Sistemas Lineares. - Análise Combinatória; - Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções; - Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; - Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas; - Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; - Polinômios e Equações Algébricas; e Noções de limites, derivadas e integral. e conhecimentos específicos comuns a todos os cargos.

Sugestões Bibliográficas:

1. BRASIL, Ministério da Educação. LDB nº 9394/96.
2. BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.274/06.
3. BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
4. DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. 10ª ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2000.
5. HERNANDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
6. HOFMAN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre; Educação e Realidade, 1993.
7. KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da Educação. São Paulo; Cortez, 1993.
8. LIBÂNEO, José Carlos et al. (Org.). Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia; Alternativa, 2004.
9. LUCK, Heloisa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
10. PIMENTA, Sema G. (org). Didática e formação de professores: percurso e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1996.
11. TOSI, Maria R. Didática Geral: um olhar para o futuro. Campinas, SP: Alínea, 2001.
12. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1999.
13. ZABALA, Antonio. A prática educativa: como ensinar. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

- Outros Manuais, livros e apostilas relacionados ao conteúdo do cargo, a critério do candidato.

Publicações do Ministério da Educação que disponham sobre os conteúdos indicados

PROFESSOR INTÉRPRETE DE LIBRAS

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Lei Municipal 1497/98; Conhecimentos Pedagógicos: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar – práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão – a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto Pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade; Específicos do Cargo: A inclusão escolar, Definições dos tipos de deficiência; Programa Educação Inclusiva; Direito a Diversidade; Convenção da Guatemala Decreto nº 3.956/2001; Necessidades educacionais especiais temporárias e permanentes. Educação Especial: aspectos históricos e pedagógicos. O desenvolvimento da criança – nos aspectos: Biológico, emocional, cognitivo. Flexibilização e adaptações curriculares, para o atendimento às necessidades educacionais especiais. História da surdez no Brasil e no mundo; Aspectos sociais, psicológicos e cognitivos da educação inclusiva; Surdez: concepção médica e concepção social; Modalidade de língua oral e de língua de sinais; LIBRAS: introdução ao idioma e noções básicas; Aspectos Linguísticos da LIBRAS: Fonologia, Morfologia, Sintaxe, Semântica, Pragmática; Princípios e orientação curriculares para a inclusão do aluno surdo; Práticas pedagógicas e a constituição de um ambiente educativo inclusivo bilíngue; Cultura surda e inclusão na esfera escolar; O papel do intérprete de LIBRAS na educação do surdo.

Sugestões Bibliográficas:

1. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO. São Paulo; MEC/SEESP, 2007. AEE
2. BRASIL, Ministério da Educação. LDB nº 9394/96.

3. BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.274/06.
 4. BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
 5. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005;
 6. DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. 10ª ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2000.
 7. HERNANDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
 8. HOFMAN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre; Educação e Realidade, 1993.
 9. KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da Educação. São Paulo; Cortez, 1993.
 10. Lei de libras - lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002;
 11. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010- regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua brasileira de sinais - libras;
 12. LIBÂNEO, José Carlos et al. (Org.). Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia; Alternativa, 2004.
 13. LUCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teóricos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
 14. O TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRAS DE SINAIS E LÍNGUA PORTUGUESA. Brasília; MEC/SEESP 2004. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>
 15. Pessoa com Surdez. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_da.pdf–
 16. PIMENTA, Sema G. (org). Didática e formação de professores: percurso e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1996.
 17. SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima; et. Al. ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDO: Caminhos para a Prática Pedagógica v 1 e v 2. Brasília MEC/SEESP, 2004. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>
 18. Subsídio para Atuação de Assistentes Sociais na Política da Educação –Conselho Federal de Serviço Social –Brasília: CFESS.–Coleção: A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR. Brasília;
 19. TOSI, Maria R. Didática Geral: um olhar para o futuro. Campinas, SP: Alínea, 2001.
 20. UFCE/MEC, 2010. Fascículos 1e 4. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_da.pdf
 21. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1999.
 22. ZABALA, Antonio. A prática educativa: como ensinar. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto alegre: Artes Médicas, 1998.
- Outros Manuais, livros e apostilas relacionados ao cargo.
- Publicações do Ministério da Educação que disponham sobre os conteúdos indicados
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

PSICÓLOGO

Código de Ética Profissional do Psicólogo; Princípios e diretrizes do SUS; Humanização em serviços de saúde; Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF; CREAS/SUAS Centro de Atenção Psicossocial – CAPS; Resoluções do Conselho Federal de Psicologia; Abordagens teóricas: cognitiva-comportamental, psicanálise, behaviorismo, gestalt-terapia, teoria sistêmica, humanista; Elaboração de documentos e registros psicológicos; sicolopatologias História da Psicologia; Métodos da Psicologia; Atenção, sensação, percepção, pensamento, memória, juízo, entre outros; O processo de aprendizagem segundo Piaget; Testes psicológicos; Transtornos de ansiedade, personalidade, humor, entre outros; Psicoterapia de grupo; Psicologia social e escolar; Saúde Mental; A Inteligência; A Motivação e a Aprendizagem; A Personalidade; Etiologia das Deficiências Mentais; Desordens da Personalidade; Deficiências Mentais; Desenvolvimento infantil; Psicoterapia Breve; Sistema de RH: conceitos e objetivos, desenvolvimento organizacional; Recrutamento de RH: conceito e execução; etapas do processo de recrutamento, fontes de recrutamento, previsão de recursos humanos; Seleção de pessoal: conceito, técnicas de seleção, entrevista de seleção, objetivos e tipos de entrevista; Testes de seleção: conceito e espécies; Treinamento de pessoal: conceito, importância e objetivos, levantamento das necessidades de treinamento, planejamento, organização, execução e avaliação do treinamento; Avaliação de desempenho: conceito e objetivos métodos de avaliação de desempenho, entrevistas nas avaliações de desempenho; Psicologia do desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e emocional; Avaliações psicológicas: fundamentos das medidas psicológicas; qualidade de vida no trabalho; Saúde coletiva: políticas de saúde mental; Saúde mental e trabalho; Gestão de pessoas, organização, inteligência emocional, gestão de marketing pessoal e conceito metacompetência. Ética Profissional: Código de Ética e Resoluções do Conselho Federal de Psicologia.

Sugestão Bibliográfica:

1. As ações judiciais no SUS e a promoção do direito à saúde. Organizado por Tânia Margarete Mezzomo Keinert, Sílvia Helena Bastos de Paula e José Ruben de Alcântara Bonfim. São Paulo: Instituto de Saúde, 2009.
 2. Constituição Federal no que diz respeito à saúde e Princípios e diretrizes do SUS
 3. <http://conselho.saude.gov.br/14cns/docs/constituicaoefederal.pdf>
 4. <http://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080.htm>
 5. Legislação e Programas como NASF
 6. site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf - <http://site.cfp.org.br/legislacao/leis-e-normas/>
- Referências:
7. http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_39.pdf
- Saúde Mental
- Referências: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_34.pdf
8. http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf
 9. <http://www.crp.org.br/porta/comunicacao/diversos/cd-saude-mental/publica%C3%A7%C3%B5es/CREPOP/CAPS.pdf>
 10. BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. Editora Saraiva, 2001.
 11. CHIAVERINI, Dulce Helena et al. Guia prático de matriciamento em saúde mental. Brasília: Ministério da Saúde: Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011.
 12. Ministério da Saúde. Prevenção do Suicídio: manual dirigido a profissionais das equipes de saúde mental.
- Psicodiagnóstico: Os testes psicológicos; A avaliação psicológica
- Referências:
13. [http://satepsi.cfp.org.br/Cartilha de Avaliação Psicológica](http://satepsi.cfp.org.br/Cartilha%20de%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20Psicol%C3%B3gica). Conselho Federal de Psicologia, 2007.
 14. <http://www.casadopsicologo.com.br/avaliacao-psicologica.html>
 15. <http://www.vetoreditora.com.br/departamento/113578/01/testes>
 16. CUNHA, Jurema Alcides et al. Psicodiagnóstico-V [recurso eletrônico]. – 5. ed. rev. e ampl. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed,

2007.

Psicoterapia de grupo

Referências:

17. BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. Editora Saraiva, 2001.

18. OSORIO, Luiz Carlos. Grupoterapias: abordagens atuais. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Psicopatologias e Transtornos Psiquiátricos: Transtornos de ansiedade, personalidade, humor, esquizofrenia, alimentar, entre outros; Demência; Alterações de atenção, memória, consciência, entre outros.

Referências:

19. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5

20. Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamentos da CID-10

21. BARROSO, Sabrina Martins. Et al. Demências: algumas coisas que talvez você não saiba, mas precisa saber. Uberaba: UFTM, 2014.

22. DALGALARRONDO, Paulo. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Abordagens Psicológicas: Psicanálise; Cognitivo-comportamental; Gestalt-terapia, Behaviorismo.

Referências:

23. BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. Editora Saraiva, 2001.

24. JORGE, Marco Antonio Coutinho. Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan. Volume 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

25. JORGE, Marco Antonio Coutinho. Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan. Volume 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

26. LEAHY, Robert L. Técnicas de terapia cognitiva: manual do terapeuta. Porto Alegre: Artmed, 2006.

27. Laplanche e Pontalis. Vocabulário da Psicanálise. São Paulo: Martins Fontes.

28. PERLS, F. S. isto é Gestalt. São Paulo: Editora Summus.

Desenvolvimento Humano: Piaget; Vygotski

Referências:

29. VYGOTSKI, L. S. A formação social da mente. Editora Ltda. São Paulo.

30. PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança: Imitação, jogo e Sonho Imagem e Representação. Editora Zahar.

31. PIAGET, Jean. O nascimento da inteligência na criança. Coleção Plural nº 10.

32. BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. Editora Saraiva, 2001.

33. VALLE, T. G. M.; MAIA, A. C. B. (orgs). Psicologia do desenvolvimento humano e aprendizagem. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

Psicologia Social

Referências:

34. BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. Editora Saraiva, 2001.

35. STREY, Marlene Neves et al. Psicologia social contemporânea: livro-texto. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

36. LANE, Silvia T. Maurer. O que é psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2006. — (Coleção primeiros passos: 39).

Psicologia da Educação

Referências:

37. CASSINS, Ana Maria et al. Manual de psicologia escolar-educacional. Curitiba: Gráfica e Editora Unificado, 2007.

38. TEIXEIRA, Gustavo. Manual dos transtornos escolares: entendendo os problemas de crianças e adolescentes na escola. Rio de Janeiro: BestSeller, 2013.

39. ANDRADE, Elizário Souza. Psicologia da Educação. Coleção formando educadores, 2009. Gestão de Pessoas: Recrutamento; Seleção de pessoal; Treinamento de pessoal; Desenvolvimento de pessoal; Avaliação de desempenho.

Referências:

40. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

41. ROTHMANN, Ian; COOPER, Cary. Fundamentos de Psicologia Organizacional e do Trabalho. Editora: Elsevier, 2009.

42. Pearson Education do Brasil. Administração de RH. São Paulo: PEB, 2010.

Outras Referências:

43. MESQUITA, Raul; DUARTE, Fernanda. Dicionário de Psicologia. Plátano Editora.

44. BERGERET, Jean. A personalidade normal e patológica. Lisboa: Climepsi Editores, 2000.

45. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Da Ordem Social - Art. 196 a 200).

46. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

47. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.

48. Código de Ética Profissional.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

PSICOPEDAGOGO

Base legal da educação brasileira e municipal – Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Lei Municipal 1497/98; Conhecimentos Pedagógicos: Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar – práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão – a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto Pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade; Específicos do Cargo: Tecnologia Educativa;

Práticas de leitura/escrita possibilitadas pela cibercultura. Novas tecnologias e o processo de ensino-aprendizagem. Reflexão sobre a prática pedagógica acerca de questões da cultura digital contemporânea. A importância dos espaços virtuais de aprendizagem. Fundamentos Psicopedagógicos: Importância do psicopedagogo na educação. Desenvolvimento humano. A psicomotricidade e o desenvolvimento humano. Contribuição da psicanálise. Neuropsicologia e educação. Áreas de atuação. Contribuições da Psicopedagogia no Contexto Escolar: Aprender a ensinar. Acolhimento – Condição para aprendizagem. Sala de aula – o ambiente de referência. Análise do cotidiano escolar por via do currículo oculto, da relação escola/família e das redes que se estabelecem em meio o tempo e o espaço da escola, na produção coletiva de um ambiente agradável. Distúrbios e Dificuldades de Aprendizagem: Educação especial. Conceituação teórica acerca dos distúrbios de aprendizagem. Intervenção e Avaliação Escolar. Psicopedagógica: A psicologia da aprendizagem. Distúrbios da aprendizagem. O tratamento psicopedagógico. Proposta Psicopedagógica com Jogo de Regras: Psicologia e Aprendizagem. Psicomotricidade. A ideia do trabalho com jogos. Fundamentos teóricos da dinâmica de grupo. A dinâmica grupal com a práxis criativa. Recursos técnicos em dinâmica de grupo. Assistência Psicopedagógica na Instituição: Psicanálise e educação: psicopedagogia aplicada à terapia. Introdução ao conceito de psicopedagogia aplicada à terapia. Interpretação psicopedagógica. O papel da escola junto ao aluno em atendimento pelo psicopedagogo. Atividade lúdica com recurso terapêutico. O trabalho do psicopedagogo na escola. Relação escola e psicopedagogo.

Sugestões Bibliográficas:

1. Associação Estadual de Psicopedagogia, São Paulo, ano 3, n.4.p.36 a 44, abr, 1984.
2. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO. São Paulo; MEC/SEESP, 2007. AEE
3. BOSSA, N.A e outros. Avaliação psicopedagógica da criança de zero a seis anos. RJ,vozes Ed.,1994. 2.
4. BOSSA, N.A.A psicopedagogia no Brasil - Contribuições a partir da prática. Porto alegre, Artes
5. BRASIL, Ministério da Educação. LDB nº 9394/96.
6. BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.274/06.
7. BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
8. CAMPOS Lumardi, Luciana M. A rotulação de alunos como portadores de distúrbios de aprendizagem, uma questão a ser refletida. Idéias - os cotidianos do cotidiano escolar, São Paulo, vol.28, p.125-140, FDE 1997.
9. COSTE, Jean-Claude. A psicomotricidade. Zahar Editora, RJ, 1981
10. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005;
11. DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. 10ª ed. Petrópolis. R.J: Vozes, 2000.
12. DUARTE M.,T. Sylvia. Crianças com distúrbios de aprendizagem ignorados por nós. Boletim da
13. FREUD, S. Formulações sobre dois princípios do fundamento mental. 1911, RJ, Ed Imago,1980.
14. GEARHEART, b.R.Laenseñanza em niños com trans tornos de aprendizaje. Buenos Aires, Argentina. Panamericana,1978. 5.
15. HERNANDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
16. HOFMAN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre; Educação e Realidade, 1993.
17. KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da Educação. São Paulo; Cortez, 1993.
18. Lei de libras - lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002;
19. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010- regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua brasileira de sinais - libras;
20. LIBÂNEO, José Carlos et al. (Org.). Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia; Alternativa, 2004.
21. LUCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar:fundamentosteóricometodológicos. Petrópolis, J: Vozes, 1994.
22. Médicas,1994.
23. MERY, J. Pedagogia Curativa escolar e psicanálise. Porto Alegre. Artes Médicas,1985.
24. O TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRAS DE SINAIS E LÍNGUA PORTUGUESA. Brasília; MEC/SEESP 2004. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>
25. PAIN, Sara. Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem, Porto Alegre, Artes Médicas,1986.
26. Pessoa com Surdez. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_da.pdf–
27. PIMENTA, Sema G. (org). Didática e formação de professores: percurso e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1996.
28. REGO,Teresa C. Vygotsky - uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis, Rj, Ed. Vozes,1995.
29. SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima; et. Al. ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDO: Caminhos para a Prática Pedagógica v 1 e v 2. Brasília MEC/SEESP, 2004. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>
30. SCOZ, Beatriz. Psicopedagogia e a realidade escolar, o problema escolar e de aprendizagem. Petrópolis,ed Vozes,1994.
31. Subsídio para Atuação de Assistentes Sociais na Política da Educação –Conselho Federal de Serviço Social –Brasília: CFESS.–Coleção: A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR. Brasília;
32. TOSI, Maria R. Didática Geral: um olhar para o futuro. Campinas, SP: Alínea, 2001.
33. UFCE/MEC, 2010. Fascículos 1e 4. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_da.pdf
34. VASCONCELLOS. Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1999.
35. ZABALA, Antonio. A prática educativa: como ensinar. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto alegre: Artes Médicas, 1998.

- Outros Manuais, livros e apostilas relacionados ao cargo.

Publicações do Ministério da Educação que disponham sobre os conteúdos indicados

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

TÉCNICO JUDICIÁRIO

DIREITO CONSTITUCIONAL: Constituição: Conceito. Classificação das Constituições. Evolução Constitucional do Brasil. Interpretação e caracterização das normas constitucionais. Poder Constituinte Originário e Poder Constituinte Derivado: Características. Emenda à Constituição. Hierarquia das Normas Jurídicas. Princípio da Supremacia da Constituição. Revisão Constitucional. Controle de Constitucionalidade das Leis. Normas Constitucionais: Eficácia. Aplicabilidade. Interpretação. Integração. Direitos e garantias fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Princípios do Estado de Direito: legalidade, igualdade, controle judiciário. Garantias constitucionais: Conceito. Classificação. Mandado de Segurança. Direito de petição. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Direitos Políticos. Federação: Soberania e autonomia do Estado Federal. Repartição de competências. Intervenção Federal nos Estados e nos Municípios. Divisão de poderes. A unidade do Poder Estatal. Princípios e normas da Administração Pública. União. Competência. Estado-Membro; poder constituinte estadual: autonomia e limitações; Municípios: natureza jurídica, criação, competências, autonomia, capacidade de auto-organização e seus

limites; Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e alterações. DIREITO CIVIL: Fontes formais do direito positivo. Da Lei: Vigência e eficácia. Conflitos no tempo e no espaço. Hermenêutica e aplicação. Das Pessoas Naturais: Registro. Personalidade. Capacidade. Domicílio. Estado. Das Pessoas Jurídicas: Registro. Espécies. Classificação (direito público X direito privado). Personalidade Jurídica. Habilidade. Ratificação e convalidação. Prescrição e Decadência: Conceitos. Disposições Gerais. Efeitos. Causas suspensivas e interruptivas. Prazos. Das Obrigações: Definição. Elementos constitutivos. Fontes. Classificação. Modalidades. Liquidação. Solidariedade. Transmissão. Cláusula Penal. Extinção. Inexecução. Juros. Correção monetária. Mora. Pagamento. Objeto. Prova. Lugar e tempo. Do pagamento indevido por consignação e com sub-rogação. Dação em Pagamento. Compensação. Novação. Transação; Contratos: contratos em geral; disposições gerais; extinção; espécies de contratos regulados no Código Civil; Responsabilidade Civil; DIREITO ADMINISTRATIVO: Conceito. Objeto. Fontes. Princípios Constitucionais. Poderes da Administração. Deveres. O uso e o abuso do poder. Organização administrativa brasileira. Da Organização Administrativa: Administração direta e indireta. Autarquias. Fundações Públicas. Empresas Públicas. Sociedades de Economia Mista. Entidades Paraestatais. Poderes administrativos: vinculado, discricionário, hierárquico, regulamentar, disciplinar e de polícia. Processo administrativo disciplinar. Do ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécie. Anulação e Revogação. Licitação e Contratos (Lei n. 8.666/93): Conceito. Normas Gerais. Objeto. Princípios. Modalidades. Procedimentos. Finalidades. Obrigatoriedade. Dispensa. Inexigibilidade. Pregão. Vedação. Revogação. Anulação. Sanções penais. Peculiaridades e Interpretação dos Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Serviços delegados (concessões, permissões e autorizações), convênios e consórcios. Parcerias público-privadas. Regime de Contratação Diferenciado. Os Agentes e Servidores Públicos: Regimes jurídicos dos Servidores Públicos. Direitos e deveres. Responsabilidades. Direitos dos Usuários. Aposentadoria. Atos de Pessoal. Processo Especial dos Crimes Praticados por Servidores Públicos. Controle da administração pública: Controle interno. Controle externo, inclusive a cargo do Tribunal de Contas. Controle jurisdicional. Sistema de Contencioso administrativo e Sistema de jurisdição una. Instrumentos do controle jurisdicional. Investidura. Domínio Público: Bens públicos. Administração, utilização e alienação de bens públicos. Imprescritibilidade, impenhorabilidade e não oneração de bens públicos. Aquisição de bens pela administração. Responsabilidade Civil da Administração. Poder de polícia. Desapropriação. Lei de Improbidade Administrativa. Lei de Transparência, Lei nº 12.846/2013. Crimes contra a Administração Pública. DIREITO DO TRABALHO Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 01 de maio de 1943. Relação de trabalho e relação de emprego. A figura jurídica do empregado e do empregador. Jornada de Trabalho: jornada legal e convencional; limitação da jornada. Formas de prorrogação. Trabalho extraordinário. Trabalho noturno. Repouso semanal remunerado. Jornadas especiais de trabalho: turnos ininterruptos de revezamento. Banco de horas. Férias: férias individuais e coletivas; Período aquisitivo e concessivo; Remuneração; Abono; Efeitos na rescisão contratual. Contrato de Trabalho: Natureza jurídica; Elementos essenciais; Duração; Alteração; Suspensão e Interrupção; Término do Contrato. DIREITO TRIBUTÁRIO Conceito. Conteúdo. Natureza. Autonomia. Fontes. Relação com o Direito Financeiro. Sistema Constitucional Tributário: Poder de tributar. Competência tributária. Capacidade tributária. Legislação tributária: vigência no tempo e no espaço. Aplicação. Hermenêutica tributária. Interpretação e integração de legislação tributária no Código Tributário Nacional. Norma Tributária: Incidência. Vigência. Aplicação. Interpretação. Tributos: Conceito. Natureza Jurídica. Classificação. Espécies. Princípios constitucionais do Direito Tributário: legalidade, Isonomia. Irretroatividade. Anualidade e anterioridade. Proibição de uso de tributo com efeito de confisco; Código Tributário Municipal (Lei Municipal nº 170/1983; Lei de Execuções Fiscais (Lei Federal nº 6.830/80; Lei Complementar ISS (Lei Complementar nº 116/2003); DIREITO PROCESSUAL Jurisdição: Conceito. Características. Poderes. Princípios. Espécies. Competência: Espécies. Modificações. Prevenção. Incompetência. Conflito de competência. Ação: Conceito. Natureza Jurídica; PROCESSO CIVIL: Novo Código de Processo Civil, assim como suas alterações; 1. Da jurisdição e da ação. 2. Da competência interna. 3. Dos sujeitos do processo: das partes e dos procuradores; do litisconsórcio; da intervenção de terceiros; da advocacia pública. 4. Dos atos processuais. 5. Da tutela provisória. 6. Da formação, suspensão e extinção do processo. 7. Do procedimento comum. 8. Do cumprimento da sentença. 9. Do processo de execução: da execução em geral; da execução por quantia certa; da execução contra a fazenda pública; dos embargos à execução; da suspensão e da extinção do processo de execução. 10. Dos recursos. 11. Dos Procedimentos especiais: mandado de segurança, ação popular, ação civil pública, ação de improbidade administrativa.

Sugestões Bibliográficas:

1. BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro, Forense.
2. BARBI, Celso A. Do Mandato de Segurança.
3. BASTOS Celso R. Curso de Direito Constitucional.
4. BRASIL. Constituição da República Federativa Atualizada. Lei nº 8666/93 e suas alterações.
5. CALMON. Jose Joaquim. Comentários ao Código de Processo Civil.
6. CARRION, Valentin. CLT Comentada. Comentário à Consolidação das Leis do Trabalho, Saraiva. CÂMARA, Alexandre. Lições de Direito Processual Civil, Lumen Juris.
7. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.
8. CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.
9. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo; Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do T.S.T.
10. Direito Municipal Brasileiro.
11. FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo, Lumen Juris.
12. Legislação Correlata de Direito Administrativo.
13. Legislação Correlata de Direito Civil e Processo Civil.
14. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – Lei Complementar nº 101/2000.
15. LEI ORGANICA DO MUNICIPIO.
16. Licitação e Contrato Administrativo.
17. MARIO, Caio. Direito Civil Brasileiro
18. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro.
19. MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo, São Paulo, Malheiros; MORAIS, Alexandre. Direito Constitucional, Atlas, S Paulo; MOREIRA, Jose Carlos Barbosa. Processo Civil Brasileiro.
20. NOVO CÓDIGO CIVIL
21. RODRIGUES, Silvio. Direito Civil
22. SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil.
23. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo, Malheiros.
24. Sumulas e Informativos do S.T.J. e S.T.F.
25. THEODORIO, Jr. Curso de Direito Processual Civil.

26. TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. Editora Renovar.

27. VENOSA, Silvio. Curso de Direito Civil.

Legislação referente ao conteúdo sugerido.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

TERAPEUTA OCUPACIONAL

Fundamentos da Terapia Ocupacional. História da Terapia Ocupacional. Análise de Atividades. Avaliação em Terapia Ocupacional. Recursos Terapêuticos em Terapia Ocupacional. Desempenho Ocupacional. Tecnologia Assistiva. Terapia Ocupacional e Reabilitação Física: Neurologia, Traumatologia, Dermatologia, Reumatologia, Oncologia e cardiologia. Terapia Ocupacional em Saúde Mental. Terapia Ocupacional em contextos Sociais. Terapia Ocupacional Contextos Hospitalares. Terapia Ocupacional na saúde da criança. Terapia Ocupacional na saúde do idoso. Ética e Terapia; Terapia Ocupacional e Políticas Públicas. Terapia Ocupacional e atenção básica em saúde. Código de Ética Profissional. Sugestões Bibliográficas

1. CANIGLIA, M. Modelos Teóricos Utilizados na Prática da Terapia Ocupacional. Belo Horizonte: Expressa Artes Gráficas e Editora, 1993.

2. FREITAS, PP. Reabilitação da Mão. São Paulo: Atheneu, 2005.

3. GALVÃO; CAVALCANTI. Terapia Ocupacional: Fundamentação e Prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

4. KENDALL, FP. Músculos: Provas e Funções. São Paulo: Manole, 2007.

5. SOARES, LBT. Terapia Ocupacional: Lógica do Capital ou do Trabalho? São Paulo: Hucitec, 1991.

6. TEIXEIRA, E. Terapia Ocupacional na Reabilitação Física. São Paulo: Roca, 2003.

7. TROMBLY, CA; RADOMSKI, MV. Terapia Ocupacional para Disfunções Físicas. São Paulo: Santos, 2005

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

VETERINÁRIO

Clinica medica e cirúrgica de animais, parasitologia, nutrição e sanidade. Práticas zootécnicas, ecologia, biologia, zoologia e clinica de animais silvestres. Noções de epidemiologia, vigilância sanitária e saúde pública. Execução, aplicações, e todo conteúdo relacionado às práticas de inseminação artificial. Conteúdos relativos a atividades fiscalização e inspeção de produtos de origem animal para a promoção da saúde pública.- Aspectos Gerais de Biossegurança, Epidemiologia e Análise de Risco.- Epidemiologia, etiologia, patogenia, patologia, prevenção, controle e diagnóstico das enfermidades de bovinos e bubalinos aplicadas ao Código Zoosanitário.- Epidemiologia, etiologia, patogenia, patologia, prevenção, controle e diagnóstico das enfermidades de aves aplicadas ao Código Zoosanitário.- Epidemiologia, etiologia, patogenia, patologia, prevenção, controle e diagnóstico das enfermidades de suínos aplicadas ao Código Zoosanitário.- Epidemiologia, etiologia, patogenia, patologia, prevenção, controle e diagnóstico das enfermidades de ovinos e caprinos aplicadas ao Código Zoosanitário.- Epidemiologia, etiologia, patogenia, patologia, prevenção, controle e diagnóstico das enfermidades de equinos aplicadas ao Código Zoosanitário.- Inspeção Sanitária e Industrial de produtos de Origem Animal.- Abate Humanitário e Bem Estar Animal.- Resíduos e Contaminantes: Microbiologia de Alimentos, Métodos Analíticos e Parâmetros de Qualidade - Microbiológica (Planos de Amostragem). Toxinfecções e Intoxicações Alimentares.- Tecnologia de Produtos de Origem Animal e Padrões de Identidade e Qualidade de Produtos.

LEGISLAÇÃO RIISPOA:

Sugestões Bibliográficas

1. BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Manual de Legislação: programas nacionais de saúde animal do Brasil/ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Departamento de Saúde Animal. Brasília MAPA/SDA/DSA, 2009. Disponível em: www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Aniamal/Manual%20de%20Legisla%C3%A7%C3%A3o%20-%20Sa%C3%9Ade%20Animal%20-%20low.pdf. Acessado em 16/10/2013.

2. BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Boletim Técnico: Biotecnologia Agropecuária. - Brasília. 2010. Disponível em www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Aniamal/Qualidade%20dos%20alimentos/biotecnologia_F.pdf Acessado em 16/10/2013.

3. Código de Ética Profissional.

4. DECRETO nº 24.548, de 3 de julho de 1934-Aprova Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal.

5. DECRETO nº 27.932, de 28 de março de 1950-Aprova o regulamento para aplicação das medidas de defesa sanitária animal.

6. DECRETO nº 5.741, de 30 de março de 2006-Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei Nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.

7. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 17, de 08 de maio de 2008-Institui o Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos -PNSE, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

8. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 17, de 7 de abril de 2006-Aprova, no âmbito do Programa Nacional de Sanidade Avícola, o Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e de Controle e Prevenção da Doença de Newcastle.

9. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 24, de 5 de abril de 2004-Aprova as Normas para o Controle e a Erradicação do Mormo.

10. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 27, de 20 de abril de 2004-Aprova o Plano de Contingência para Peste Suína Clássica, a ser observado em todo o Território Nacional, na forma do anexo a presente Instrução Normativa

11. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 44, de 23 de agosto 2001-Aprova as Normas Técnicas para o Controle e a Certificação de Núcleos e Estabelecimentos Avícolas para a Micoplasmose Aviária (Mycoplasma gallisepticum, synoviae e melleagridis).

12. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 45, de 15 de junho de 2004-Aprova as Normas para a Prevenção e o Controle da Anemia Infecciosa Equina - A.I.E.

13. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 47, de 18 de junho de 2004-Aprova o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Sanidade Suídea - PNSS, na forma do anexo a esta Instrução Normativa.

14. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 49, de 15 de setembro de 2008-Estabelece as seguintes categorias de risco para a Encefalopatia Espongiforme Bovina -EEB: categoria I - países com risco insignificante para a EEB; categoria II - países com risco controlado para a EEB; categoria III - países com risco indeterminado ou não classificado para a EEB.

15. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 5, de 1º de março de 2002-Aprova as Normas Técnicas para o controle da raiva dos herbívoros domésticos.

16. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 56, de 4 de dezembro de 2007-Estabelece os Procedimentos para Registro, Fiscalização e Controle de Estabelecimentos Avícolas de Reprodução e Comerciais.

17. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 6, de 8 de janeiro de 2004-Aprova o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal.

18. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 6, de 9 de março de 2004-Aprova as Normas para a Erradicação da Peste Suína Clássica (PSC) a serem observadas em todo o Território Nacional, na forma do anexo a presente Instrução Normativa.
19. Instrução Normativa nº 62, de 29 de dezembro de 2011-Regulamento Técnico de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A, Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite Cru Refrigerado, Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite Pasteurizado, e Regulamento Técnico da Coleta de Leite Cru Refrigerado e seu Transporte a Granel.
20. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 7, de 17 de março de 2004-Proíbe a importação de ruminantes, seus produtos e subprodutos destinados a quaisquer fins, e de produtos para uso veterinário que contenham em sua composição insumos oriundos de ruminantes, quando originários ou procedentes de países que registraram casos autóctones de EEB, e de outros países considerados de risco pela Secretaria de Defesa Agropecuária.
21. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 78, de 3 de novembro de 2003-Aprova as Normas Técnicas para Controle e Certificação de Núcleos e Estabelecimentos Avícolas como livres de Salmonellagallinarum e de Salmonellapullorum e Livres ou Controlados para Salmonellaenteritidis e para Salmonellatyphimurium.
22. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 8, de 25 de março de 2004-Proíbe em todo o território nacional a produção, a comercialização e a utilização de produtos destinados à alimentação de ruminantes que contenham em sua composição proteínas e gorduras de origem animal.
23. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 8, de 3 de abril de 2007-Aprova as Normas para o Controle e a Erradicação da Doença de Aujeszky (DA) em suídeos domésticos, a serem observadas em todo o território nacional.
24. INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA nº 18, de 15 de fevereiro de 2002-Aprova as Normas a serem adotadas, visando incrementar a vigilância epidemiológica para detecção de Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis - EET - em ruminantes.
25. INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA nº 32, de 13 de maio de 2002-Aprova as Normas Técnicas de Vigilância para doença de Newcastle e Influenza Aviária, e de controle e erradicação para a doença de Newcastle.
26. INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA nº 33, de 24 de agosto de 2007-Estabelece as condições para a vacinação de fêmeas bovinas contra brucelose, utilizando vacina não indutora da formação de anticorpos aglutinantes, amostra RB51.
27. ITAPEMA. LEI Nº 1125/95 DISPÕE SOBRE NORMAS DE SAÚDE EM VIGILÂNCIASANITÁRIA, ESTABELECE PENALIDADES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
28. LEI nº 569, de 21 de dezembro de 1948-Estabelece medidas de defesa sanitária animal, e dá outras providências.
29. LEI nº 9.712, de 20 de novembro de 1998-Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária.
30. PORTARIA nº 11, de 26 de janeiro de 2004-Exclui o Estado de Santa Catarina da obrigatoriedade de vacinação das fêmeas bovinas e bubalinas contra a brucelose.
31. PORTARIA nº 147, de 14 de junho de 2006-Constitui o Comitê Técnico Consultivo, para auxiliar na elaboração de propostas técnicas que se referem à Influenza Aviária e Doença de Newcastle.
32. PORTARIA nº 193, de 19 de setembro de 1994-Institui o Programa Nacional de Sanidade Avícola no âmbito da SDA e cria o Comitê Consultivo do Programa de Sanidade Avícola.
33. PORTARIA nº 45, de 22 de março de 2007-Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Defesa Agropecuária, na forma do Anexo a presente Portaria
34. PORTARIA nº 516, de 9 de dezembro de 1997-Declara o Brasil livre de encefalopatia espongiforme bovina, de acordo com o que estabelece o artigo 3.2.13.2 do Código Zoossanitário Internacional.
35. PORTARIA Nº 542, de 16 de novembro de 1998-Dispõe sobre Normas de Higiene e Segurança Sanitária para Habilitação de Estabelecimentos Avícolas de Criação de Aves e Incubatórios Avícolas para Intercâmbio no MERCOSUL.
36. PORTARIA nº 70, de 03 de março de 1994-Regulamenta a obrigatoriedade de Comunicação da suspeita da Doença de Newcastle.
37. PORTARIA SDA nº168, de 27 de setembro de 2005-Aprova o Manual Técnico para o Controle da Raiva dos Herbívoros - Edição 2005.
38. Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal, aprovado pelo Decreto Nº 30.691, de 29.03.1952, que regulamentou a Lei Nº 1.283, de 18.12.1950, alterado pelo Decreto Nº 1.255, de 25.06.1962, alterado pelo Decreto Nº 1.236, de 02.09.1994, alterado pelo Decreto Nº 1.812, de 08.02.1996, alterado pelo Decreto Nº 2.244, de 04.06.1997, regulamentado pela Lei Nº 7.889, de 23.11.1989; Portaria MAPA Nº 711, de 01 de novembro de 1995; Portaria MAPA Nº 210, de 10 de novembro de 1998.
- Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.
- Publicações do Ministério da Saúde que disponham sobre os conteúdos indicados
- (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

ANEXO V

REQUERIMENTO

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Concurso Público 001/2016do Município de Itapema-SC, inscrição número _____, para o cargo de _____requer a Vossa Senhoria:

1 – () Vaga para portadores de Deficiência

Deficiência: _____

CID nº: _____

Nome do Médico: _____

2) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte nº _____ / Letra _____

() Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

Nome da Criança: _____

Data de Nascimento da Criança: _____

a) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Requerente

ANEXOVI

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ – Inscrição n.º _____ do Concurso Público 001/2016 do Município de Itapema - SC residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me enquadro nas condições de:

[] Doador de Sangue (apresentar comprovante das doações.)

[] Possuir Baixa renda, nos termos dos Decretos do Governo Federal nºs 6.135/2007 e 6.593/2008.

Meu Número de Identificação Social – NIS é: _____, atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal.

Declaro, sob as penas da lei, que estou hipossuficiente ou sou doador de sangue, juntando a presente todos os documentos descritos no item 5.1 e seus subitens, do referido edital onde requero a isenção da taxa de inscrição.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2016.

(local e data)

Assinatura do Requerente

ANEXO VII

REQUERIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO NA PROVA DE TÍTULOS - (preenchimento obrigatório)

| |
|--|
| Nome: |
| Número de Inscrição: |
| Cargo: (preencher com o nome do cargo conforme consta do edital e de seu comprovante de Inscrição) |
| Identidade número: |
| Endereço: |
| Telefone e email de contato: |

O candidato acima identificado, vem requerer a Vossa Senhoria a participação na Prova de Títulos do Concurso Público da Prefeitura de Itapema, Edital 001/2016. Apresentando o seguinte certificado:

| |
|-------------------------------------|
| Título de pós graduação a nível de: |
| Em: |
| Com carga horária de: concluído em: |

Data, _____ de _____ de _____

Assinatura do candidato

FÓRMULÁRIO DE AVALIAÇÃO - (Não preencher – uso exclusivo da banca avaliadora)

| |
|---|
| Recebido dentro do prazo conforme edital <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não (não pontuar) |
| Recebido através de sedex com AR <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não (não pontuar) na data de ____/____/____ |
| Certificado Autenticado <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não (não pontuar) |
| Apresentou requerimento devidamente preenchido e assinado <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não (não pontuar) |
| Relacionado à área do cargo <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não (não pontuar) |
| Acompanhado de histórico escolar <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não (não pontuar) |
| Certificado emitido no exterior Tradução Oficial <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não (não pontuar) <input type="checkbox"/> não é o caso |
| Quando apresentado apenas certidão de conclusão: Constar: - Declaração de que o candidato concluiu todos os créditos <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não (não pontuar) - Foi aprovado sem ressalvas no trabalho de conclusão <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não (não pontuar) - Cumpriu todas as exigências do curso <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não (não pontuar) - Foi outorgado o título <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não (não pontuar) - Histórico escolar <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não (não pontuar) <input type="checkbox"/> não é o caso. |
| Pontuação: <input type="checkbox"/> especialização (0,50) <input type="checkbox"/> mestrado (0,75) <input type="checkbox"/> doutorado (1,00) |

Será avaliado um único título de curso de pós-graduação. Nota máxima: 1,00.

Assinatura do Avaliador.

OBS.: Favor NÃO encaminhar qualquer outros documentos. Os documentos exigidos como requisitos do cargo, para nomeação, deverão ser apresentados unicamente quando da posse do candidato.

ANEXO VIII**REQUERIMENTO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**

| | |
|--|--------|
| Tipo de Recurso: | |
| <input type="checkbox"/> 1 – Contra indeferimento de inscrição <input type="checkbox"/> 2 – Contra questão da prova ou gabarito preliminar <input type="checkbox"/> 3 – Contra a classificação preliminar <input type="checkbox"/> 4 – Outro: _____ | |
| Nome do Candidato: | |
| N.º de Inscrição: | Cargo: |
| Identidade: | CPF: |
| N.º da Questão: | Data: |
| OBS.: Nos recursos contra o teor das questões ou gabarito preliminar, você deve preencher obrigatoriamente um formulário para cada questão. | |
| Fundamentação e *Sugestões Bibliográficas: | |

Assinatura do Candidato

Só serão analisados os recursos entregues ao IOBV até às 18 horas do segundo dia útil subsequente à publicação do ato contra o qual se insurge o candidato.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 016/2016

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 016/2016

ALTERA A LEI Nº 3182, 05 DE JUNHO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE O MODELO DE GESTÃO E A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE ITAPEMA

O Prefeito Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 24, V c/c o art. 27, ambos da Lei Orgânica do Município de Itapema, submete a aprovação de Vossas Excelências a seguinte

MEDIDA PROVISÓRIA

Art. 1º - Alterar os Anexos IV e V da Lei nº 3182/2013, referente aos cargos de Coordenador Pedagógico e Psicopedagogo, passa a vigorar com a seguinte redação constante do anexo único da presente Lei.

Art. 2º - Esta medida provisória entra em vigor na data da sua publicação.

Itapema, 22 de março de 2016.

RODRIGO COSTA

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

ANEXO IV

GRUPO OCUPACIONAL: MAGISTÉRIO

CARGO: COORDENADOR PEDAGOGICO

CLASSE: III - V

NÍVEL: 01 - 15

CARGA HORÁRIA: 40hs/semanais

Referências: A - H

Atribuições do Cargo:

- Coordenar, juntamente com a direção, a elaboração e responsabilizar-se pela divulgação e execução da Proposta Pedagógica do município, articulando essa elaboração de forma participativa e cooperativa;
- Participar da Formação Continuada promovida pela Secretaria Municipal de Educação;
- Organizar e participar ativamente de reuniões administrativas, pedagógicas e de conselhos de classe promovidas pela Unidade Escolar e Secretaria Municipal da Educação;
- Apresentar ao Gestor, no início do ano letivo, o planejamento a ser desenvolvido, em consonância com a proposta pedagógica da Unidade Escolar, com os professores e responsáveis, para o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem dos alunos;
- Subsidiar o Gestor Escolar na definição do calendário escolar, na organização das turmas, na elaboração do horário e na distribuição das aulas;
- Garantir a adaptação dos alunos novos da Educação Básica da melhor maneira possível;
- Elaborar plano de ação para suprir faltas de professores;
- Estabelecer uma parceria com a direção da escola, que favoreça a criação de vínculos de respeito e de trocas no trabalho educativo;
- Coordenar e acompanhar os horários de Atividade Complementar, promovendo oportunidades de discussão e proposição de inovações pedagógicas, assim como a produção de materiais didático-pedagógicos na escola, na perspectiva de uma efetiva formação continuada;
- Acompanhar com o corpo docente o processo didático-pedagógico para garantir a execução da matriz curricular e a recuperação de estudos, através de novas oportunidades a serem oferecidas aos alunos, previstos na legislação vigente;
- Acompanhar a execução e promover a avaliação permanente do currículo visando ao replanejamento;
- Acompanhar o desempenho acadêmico dos alunos, através de registro, de acordo com o seguimento que o profissional estiver atuando. (anual, semestral, trimestral ou bimestral) orientando os docentes para a criação de propostas diferenciadas e direcionadas aos que tiveram desempenho insuficiente;
- Elaborar cronograma anual de atendimento aos professores e alunos; Coordenar juntamente com o Gestor Escolar, o conselho de classe em seu planejamento, execução, avaliação e desdobramentos;
- Elaborar ações que objetivem a diminuição dos índices de repetência e evasão escolar; Elaborar estratégias que visem superar a rotulação, a discriminação e a exclusão de alunos;
- Promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino;
- Promover e coordenar reuniões sistemáticas de estudo e de trabalho, com a equipe docente, para o constante aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem; Participar da elaboração do calendário escolar, bem como do processo de análise e seleção de livros e material didático, em consonância com as diretrizes da Secretaria Municipal de Ensino;
- Promover, em conjunto com o Gestor Escolar, estratégias que estimulem a articulação entre a escola, família e comunidade;
- Participar da avaliação institucional da Secretaria Municipal de Educação;
- Orientar e promover a capacitação dos recursos humanos da Unidade Escolar para trabalharem com alunos com dificuldades de aprendizagem;
- Exercer as atividades de suporte pedagógico direto à docência, na educação básica, voltadas para planejamento, supervisão e orientação educacional;
- Acompanhar o trabalho da Unidade Escolar, assessorando a Direção, no diagnóstico, no planejamento e na avaliação de resultados, na perspectiva de um trabalho coletivo e interdisciplinar;
- Participar do diagnóstico da escola junto à comunidade escolar, identificando o contexto socioeconômico e cultural em que o aluno vive;
- Participar da elaboração do planejamento curricular, garantindo que a realidade do aluno seja ponto de partida e o redirecionamento permanente do currículo;
- Promover a participação dos pais e alunos na elaboração do projeto político pedagógico da Unidade Escolar;
- Contribuir para que aconteça a articulação teoria e prática no desenvolvimento da matriz curricular;
- Contribuir para que a avaliação se desloque do aluno para o processo pedagógico como um todo, visando ao planejamento;
- Estimular a reflexão coletiva de valores como liberdade, justiça, honestidade, respeito, solidariedade, fraternidade e comprometimento social;
- Elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos, indispensáveis ao desenvolvimento da Unidade Escolar;
- Orientar os professores na identificação de comportamentos divergentes dos alunos, bem como de propostas alternativas de solução;
- Prestar a orientação educacional aos alunos contemplando os aspectos comportamentais, vocacionais e de aprendizagem;
- Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos;
- Poderá atuar na Educação Infantil, como, Articulador, no Ensino Fundamental, como Orientador ou Supervisor, de acordo com a necessidade da Secretaria de Educação.

QUALIFICAÇÃO ESCOLAR NECESSÁRIA:

Licenciatura em Orientação e/ou Supervisão, Licenciatura em Pedagogia ou em qualquer área educacional com especialização em Gestão Escolar, Orientação e/ou Supervisão Educacional.

GRUPO OCUPACIONAL: MAGISTÉRIO

CARGO: PSICOPEDAGOGO

CLASSE: III - V

NÍVEL: 01 – 15

CARGA HORÁRIA: 40hs/semanais

Referências: A - H

Atribuições do Cargo:

- Realizar anamnese com os pais ou responsáveis;
- Realizar avaliação e diagnóstico psicopedagógico;
- Auxiliar a equipe escolar a fim de realizar avaliação e diagnóstico institucional de situações de ensino-aprendizagem relacionadas à sua área de conhecimento;
- Elaborar, acompanhar e executar projetos educacionais que contribuam para o desenvolvimento de habilidades e competências dos professores e alunos visando à otimização do processo ensino-aprendizagem;
- Participar do processo avaliativo do aluno juntamente com o professor de sala de aula;
- Propor estratégias pedagógicas para as necessidades educativas apresentadas pelos alunos do programa;
- Promover a formação continuada dos profissionais da educação;
- Sensibilizar e capacitar professores, alunos e familiares para a utilização de estratégias que possam favorecer a universalização do acesso ao ambiente escolar, o aprendizado e a inclusão escolar e social;
- Participar de discussões em equipe sobre os casos clínicos;
- Redigir parecer sobre a avaliação e/ou o acompanhamento do aluno;
- Promover oficinas com grupos de pais ou responsáveis dos alunos que freqüentam o Programa para orientá-los cotidianamente sobre a atuação e evolução dos alunos, bem como, auxiliá-los na melhor forma de proceder com os alunos;
- Oferecer suporte aos professores e sugerir atividades para a sala de aula;
- Promover a socialização e autoconfiança dos alunos;
- Promover a aprendizagem dos alunos;
- Encaminhar o aluno ao especialista, orientando e fornecendo-lhe indicações necessárias;
- Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

QUALIFICAÇÃO ESCOLAR NECESSÁRIA:

Formação em nível de graduação em Pedagogia com pós-graduação (Especialização, Mestrado ou Doutorado).

ANEXO V

Quadro dos servidores Efetivos e Empregados Públicos, com respectivos vencimentos, número de vagas e nível

RELAÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS - Nível Graduado

| Cargo | Vaga | Nível | Ref. Inicial | Ref. Final | Salário inicial |
|------------------------|------|-------------------------------|--------------|------------|-----------------|
| Coordenador pedagógico | 10 | ESPECIALISTA CLASSE III - L/P | A - 01 | H - 15 | 3.037,36 |
| Psicopedagogo | 01 | ESPECIALISTA CLASSE III - L/P | A - 01 | H - 15 | 3.037,36 |

Itapiranga

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO DE EMPREGO PÚBLICO Nº 02/2016/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO DE EMPREGO PÚBLICO Nº 02/2016/RH

PARTES: Município de Itapiranga e Cintia Maldaner

ORIGEM: Processo Seletivo nº 01/2016

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Enfermeira

Nível salarial: 609

Classe - Referência: A - 01

VIGÊNCIA: 21/03/2016 até 18/10/2016.

Itapiranga – SC, 21 de março de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

por cento.

Itapiranga - SC., 22 de março de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

ANEXO ÚNICO DO REDAÇÃO FINAL COMPLEMENTAR Nº 92, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

ADICIONAL DE FUNÇÃO REGIÃO VALOR EM R\$

RESPONSÁVEL PELA LEITURA DE ÁGUA REGIÃO - A

Rota: 01- Santa Teresa Baixo

Rota: 02 e 03 - Santa Teresa Alto

Rota: 04 - Rua do Comércio Centro

Rota: 05 - Avenida do Uruguai

Rota: 06 - São Bonifácio

Rota: 07- São Jacó

Rota: 09 - Rainha da Paz 850,00

REGIÃO - B

Rota: 10 - 1º de Maio

Rota: 11 - Bela Vista Alto

Rota: 12 - 25 de Julho

Rota: 14 - Morada Feliz

Rota: 15 - Chácara

Rota: 17 - Santa Fé Alta

Rota: 21 - Popi

Rota: 42 - Santa Cruz

Rota: 43 - Dourado 850,00

REGIÃO - C

Rota: 8 - Bairro do Parque

Rota: 13 - Floresta

Rota:16 - Baú

Rota: 23 - Beleza

Rota: 26 - Santa Fé Baixa

Rota: 27 - Loteamento das Flores

Rota: 36 - Cotovelo

Rota: 46 - Laranjeira 850,00

LEI COMPLEMENTAR Nº 92, DE 22 DE MARÇO DE 2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 92, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre a concessão de gratificação a título de adicional de função e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei Complementar:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder gratificação, a título de adicional de função ao servidor municipal efetivo, pela responsabilidade técnica de efetuar, conferir e acompanhar a leitura do consumo da água dos municípios.

§ 1º A gratificação de que trata este artigo tem seu valor estabelecido no Anexo Único desta Lei, a qual será reajustada sempre na mesma data e nos mesmos percentuais de reajustes concedidos aos vencimentos dos servidores públicos municipais.

§ 2º O valor percebido a título da gratificação, mencionado no Anexo Único desta Lei, comporá a base de cálculo para a concessão de férias e décimo terceiro salário.

§ 3º As rotas previstas no Anexo Único desta Lei poderão ser alteradas por decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. O recebimento da gratificação de que trata esta Lei exige do respectivo servidor a habilitação necessária ao desempenho da respectiva função e exclui o pagamento de adicional a título de prestação de serviços extraordinários.

Art. 3º. Para fazer frente às despesas decorrentes da execução desta Lei, serão usados recursos do orçamento municipal, em cada exercício.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as gratificações sob a nomenclatura de RESPONSÁVEL PELAS LEITURAS DE ÁGUA, constantes no Anexo I da Lei Complementar nº 60, de 6 de agosto de 2013, Quadro de Gratificação Especial - GE, Gratificação Especial de 50% (cinquenta

PORTARIA Nº 22/2016

PORTARIA Nº 22 de 22 de março de 2016

CONCEDE PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 92/2016;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder o pagamento de Gratificação no valor de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) mensais ao servidor municipal José Preis, matrícula nº 10328/02, para atuar como responsável pela leitura de água na Região C, em conformidade com a Lei Complementar nº 92 de 22 de março de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 1º/3/2016.

Itapiranga SC, 22 de março de 2016.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 22 de março de 2016.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 23/2016

PORTARIA Nº 23 de 22 de março de 2016
CONCEDE PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 92/2016;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder o pagamento de Gratificação no valor de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) mensais ao servidor municipal João Hammerschmidt, matrícula nº 14946/01, para atuar como responsável pela leitura de água na Região B, em conformidade com a Lei Complementar nº 92 de 22 de março de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 1º/3/2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 22 de março de 2016.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 24/2016

PORTARIA Nº 24 de 22 de março de 2016
CONCEDE PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 92/2016;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder o pagamento de Gratificação no valor de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) mensais ao servidor municipal Valdoir Bieseck do Canto, matrícula nº 14630/01, para atuar como responsável pela leitura de água na Região A, em conformidade com a Lei Complementar nº 92 de 22 de março de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 1º/3/2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapoá

PREFEITURA

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PREGÃO Nº14/216-MATERIAL DE CONSTRUÇÃO ESPORTE-DESERTA

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA E JULGAMENTO DE ENVELOPES DE CREDENCIAMENTO, PROPOSTAS E HABILITAÇÃO

| | | |
|-----------------------|---|--------------------------------------|
| Data | 22/03/2016 | Horário: 09h:30m |
| Licitação /Modalidade | PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO | Nº 14/2016 Nº7/2016 Nº 17/2016 |

OBJETO:

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO E REFORMA DA SEDE, CAMPOS DE FUTEBOL MUNICIPAIS, GINÁSIO MUNICIPAL, PISTA DE SKATE, CONTINUIDADE DA CONSTRUÇÃO DO MURO DA SEDE, E MANUTENÇÃO DO CENTRO ESPORTIVO CONVENIADO COM A SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS. No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se a Pregoeira Oficial do Município, Sra. Fernanda Cristina Rosa, e Membros da equipe de apoio ao Pregão, conforme Decreto Municipal nº 2438/2015 do dia:16/04/2015, para os procedimentos inerentes a sessão do Pregão em epigrafe, conforme edital respectivo e seus anexos. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios, site municipal no dia 08/03/2016 a fim de ampla divulgação. Iniciada a sessão foi constatando que não houve entrega de envelopes, desta forma o presente certame foi considerado DESERTO. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão indo esta assinada por todos os presentes exatamente às 10h:00min.

FERNANDA CRISTINA ROSA
PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
MEMBRO

JOSEANE SOARES DE LIMA
MEMBRO

DECRETO MUNICIPAL Nº 2711/2016 DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2711/2016

Data: 18 de março de 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo sexto, inciso quinto da Lei Municipal nº 635/2015 – LOA 2016, de 23 de dezembro de 2015, e considerando CI/DO/30/2016, de 18 de março de 2016,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação referente à DR 10.000 – Recursos

Ordinários, perfazendo o montante de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), conforme segue:

Suplementação

05.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

05.02 Departamento de Finanças

00401220003.2018 Manutenção do Departamento de Finanças

34490 Aplicações Diretas (291) FR 10000
..... R\$ 210.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 18 de março de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2712/2016 – DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR

DECRETO MUNICIPAL Nº 2712/2016

Data: 18 de março de 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso III da Lei Municipal nº 635/2015 – LOA 2016, e considerando C.I./DO nº 31/2016, de 18 de março de 2016,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por superávit financeiro do exercício anterior, perfazendo o montante de R\$ 537.040,00 (quinhentos e trinta e sete mil e quarenta reais), conforme segue:

Suplementação

11.00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

11.02 Departamento de Serviços Públicos

00154520009.2081 Rede Pública de Iluminação

33390 Aplicações Diretas (468) FR 30800
..... R\$ 537.040,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 18 de março de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

CMJS - PORTARIA Nº 53/2016

PORTARIA Nº 53/2016

Concede Progressão Salarial.

JOCIMAR DOS SANTOS DE LIMA, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no Decreto Legislativo nº 2/2006, de 15 de maio de 2006,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Progressão Salarial para a letra "G", em conformidade com as Escalas Salariais definidas na Lei nº 7.071/2015, de 13 de Julho de 2015, aos Servidores: Eliézer Antunes - Motorista, Idianara dos Santos - Zeladora, Maurício Silva Rodolpho - Assistente Administrativo, Pietro Di Carlo Manfrini Galvan - Assessor Técnico Parlamentar e Mariana Sciascia Riedel Fischer - Telefonista.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 22 de março de 2016.

JOCIMAR DOS SANTOS DE LIMA

Presidente em exercício

EXTRATO CONTRATO Nº 41/2016 TOMADA DE PREÇO Nº 1/2016

EXTRATO

CONTRATO Nº 41/2016

TOMADA DE PREÇO Nº 1/2016

CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Gráfica e Editora Correio do Povo Ltda (CNPJ nº 08.945.050/0001-53)

Objeto: Serviço de Publicações de Atos Legais do ISSEM em jornal de circulação regional.

VALOR TOTAL: R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA: 12 meses.

DATA DA ASSINATURA: 14/03/2016.

SIGNATÁRIOS: Rosana Maria de Souza Rosa e Nelson Luiz Pereira .

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente

EXTRATO DO CONTRATO N.º 13/2016

EXTRATO DO CONTRATO N.º 13/2016

PROCESSO: Dispensa de Licitação nº 14/2016

FUNDAMENTO: Artigo 24, Inciso VIII da Lei Federal nº 8.666/93

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADO: CIASC – CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A.

O CONTRATADO prestará ao MUNICÍPIO:

os serviços técnicos de informática através da Cessão de Direito de Uso do Sistema DetranNet, módulo Fiscalização, desenvolvido e instalado no ambiente DATACENTER do CIASC. Relativos ao acesso/cessão de informação do banco de dados do DETRAN/SC para a inserção e atualização das multas de trânsito de competência

administrativa da CONTRATANTE, conforme detalhado no ANEXO I, parte integrante do presente instrumento; os Serviços de emissão de pareceres exarados nas apreciações de Defesa de Autuação, Indicação de Condutor, Recurso a Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI e Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN, e; Os serviços, eventuais e sob demanda, do processamento de notificações de multas vencidas e não pagas.

Parágrafo Primeiro - O detalhamento dos serviços e o regime de sua execução constam das Especificações dos Serviços - Anexo I, parte integrante do presente Instrumento;

Parágrafo Segundo: Entende-se por Serviços de Emissão de Pareceres exarados nas apreciações de Defesa de Autuação, Indicação de Condutor, Recurso a Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI e Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN: a impressão de documentos que descrevem as decisões dos Pareceres exarados nas apreciações de Defesa de Autuação, Indicação de Condutor, Recurso a Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI e Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN; consistindo, ainda os serviços, na captura das informações enviadas pela CONTRATANTE, sua formatação e impressão em formulário(s) próprio(s);

Parágrafo Terceiro: Os Serviços de Postagem, prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, serão contratados e pagos diretamente pela CONTRATANTE.

DO VALOR: Pelos serviços especificados nos itens "1.1.1" e "1.1.2" da Cláusula Primeira do presente contrato a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o percentual de 05% (cinco por cento) do valor total das multas de trânsito efetivamente recolhidas através do sistema bancário. Pelos serviços especificado no item "1.1.3" da Cláusula Primeira do presente contrato a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor unitário é de R\$ 0,36 (Trinta e seis centavos), por notificações de multas vencidas e não pagas.

PRAZO - O prazo de execução dos serviços compreende o período de 01/10/2015 com término em 31/03/2016, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes até o limite permitido na Lei Federal 8.666/93, condicionada a eficácia à publicação, em extrato, no Diário Oficial do Estado, na forma do que determina o artigo 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93, de 21/06/93, com suas alterações posteriores, podendo ser prorrogado, de acordo com a legislação vigente. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 05/02/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Roberto Rogerio do Amaral, Luiz Antônio da Costa Silva, Ruy Sergio Rundbuchner e Ramicés dos Santos Silva.

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 118/2016

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 118/2016

PROCESSO: Inexigibilidade 005/2016-FMS ao CREDENCIAMENTO 41/2015 – FMS.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: VALDEMAR SCHWEITZER ME

OBJETO: O presente credenciamento tem por objeto a prestação de serviços referentes 1) Castração de cães e gatos, fêmeas, através de ovário salpingo histerectomia; 2) chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diárias de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina anti-rábica, nos termos do Edital de Credenciamento nº 41/2015/FMS, a serem prestados pela CREDENCIADA aos usuários do Município de Jaraguá do Sul e município referenciados, dentro das condições qualitativas e quantitativas fixadas pela Secretaria Municipal da Saúde (Sems), como segue:

| Descrição | nº de Procedimentos até/ ano | nº de Procedimentos até/ mês | Teto financeiro até/ anual (R\$) | teto financeiro até/ mensal (R\$) |
|--|---|------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|
| 1) Castração de cães e gatos, fêmeas abaixo de 25kg, através de ovário salpingo histerectomia; 2) chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diária de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina antirrábica. | 144 Valor por procedimento R\$: 250,00 | 12 | 36.000,00 | 3.000,00 |
| 1) Castração de cães e gatos, fêmeas acima de 25kg, através de ovário salpingo histerectomia; 2) Chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diária de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina antirrábica. | 24 Valor por procedimento R\$: 300,00 | 2 | 4.800,00 | 600,00 |

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até o décimo dia útil posterior da apresentação da nota fiscal, por meio de ordem bancária/crédito em conta, condicionado à apresentação da relação de atendimentos e guias correspondentes que deverão ser atestadas pela Secretaria Municipal da Saúde.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações previstas neste Edital serão cobertas pelas seguintes Dotações Orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde constante no exercício de 2016, como segue:

| Classificação Funcional Programática | Projeto/Atividade | Descrição da Natureza da Despesa | Dotação Orçamentária | Recurso |
|--------------------------------------|---|----------------------------------|----------------------|-------------------------------------|
| 10.305.0752.2.668.3.3.90 | Manutenção do Programa de Vigilância em Saúde | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 68 | Próprios - Tx Fisc. Vig. Sanitária. |

PRAZO: O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses a contar do primeiro dia útil após a data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações, mantidas as demais cláusulas e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, justificados por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente e o prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 29/02/2016;

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Valdemar Schweitzer.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 119/2016

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 119/2016

PROCESSO: Inexigibilidade 003/2016-FMS ao CREDENCIAMENTO 41/2015 – FMS.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: BICHO URBANO PET SHOP E CLINICA VETERINÁRIA LTDA ME

OBJETO: O presente credenciamento tem por objeto a prestação de serviços referentes 1) Castração de cães e gatos, fêmeas, através de ovário salpingo histerectomia; 2) chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diárias de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina anti-rábica, nos termos do Edital de Credenciamento nº 41/2015/FMS, a serem prestados pela CREDENCIADA aos

usuários do Município de Jaraguá do Sul e município referenciados, dentro das condições qualitativas e quantitativas fixadas pela Secretaria Municipal da Saúde (Semsu), como segue:

| Descrição | nº de Procedimentos até/ano | nº de Procedimentos até/mês | Teto financeiro até/ anual (R\$) | teto financeiro até/ mensal (R\$) |
|--|---|-----------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|
| 1) Castração de cães e gatos, fêmeas abaixo de 25kg, através de ovário salpingo histerectomia; 2) chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diária de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina antirrábica. | 144 Valor por procedimento R\$: 250,00 | 12 | 36.000,00 | 3.000,00 |
| 1) Castração de cães e gatos, fêmeas acima de 25kg, através de ovário salpingo histerectomia; 2) Chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diária de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina antirrábica. | 12 Valor por procedimento R\$: 300,00 | 1 | 4.800,00 | 300,00 |

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até o décimo dia útil posterior da apresentação da nota fiscal, por meio de ordem bancária/crédito em conta, condicionado à apresentação da relação de atendimentos e guias correspondentes que deverão ser atestadas pela Secretaria Municipal da Saúde.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações previstas neste Edital serão cobertas pelas seguintes Dotações Orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde constante no exercício de 2016, como segue:

| Classificação Funcional Programática | Projeto/Atividade | Descrição da Natureza da Despesa | Dotação Orçamentária | Recurso |
|--------------------------------------|---|----------------------------------|----------------------|-------------------------------------|
| 10.305.0752.2.668.3.3.90 | Manutenção do Programa de Vigilância em Saúde | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 68 | Próprios - Tx Fisc. Vig. Sanitária. |

PRAZO: O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses a contar do primeiro dia útil após a data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações, mantidas as demais cláusulas e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, justificados por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente e o prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 29/02/2016;

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Fabianna Garcia.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 120/2016

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 120/2016

PROCESSO: Inexigibilidade 004/2016-FMS ao CREDENCIAMENTO 41/2015 – FMS.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: REAL PET SHOP CLINIC LTDA ME

OBJETO: O presente credenciamento tem por objeto a prestação de serviços referentes 1) Castração de cães e gatos, fêmeas, através de ovário salpingo histerectomia; 2) chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diárias de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina anti-rábica, nos termos do Edital de Credenciamento nº 41/2015/FMS, a serem prestados pela CREDENCIADA aos usuários do Município de Jaraguá do Sul e município referenciados, dentro das condições qualitativas e quantitativas fixadas pela Secretaria Municipal da Saúde (Semsu), como segue:

| Descrição | nº de Procedimentos até/ ano | nº de Procedimentos até/ mês | Teto financeiro até/ anual (R\$) | teto financeiro até/ mensal (R\$) |
|--|---|------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|
| 1) Castração de cães e gatos, fêmeas abaixo de 25kg, através de ovário salpingo histerectomia; 2) chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diária de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina antirrábica. | 144 Valor por procedimento R\$: 250,00 | 12 | 36.000,00 | 3.000,00 |
| 1) Castração de cães e gatos, fêmeas acima de 25kg, através de ovário salpingo histerectomia; 2) Chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diária de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina antirrábica. | 12 Valor por procedimento R\$: 300,00 | 1 | 4.800,00 | 300,00 |

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até o décimo dia útil posterior da apresentação da nota fiscal, por meio de ordem bancária/crédito em conta, condicionado à apresentação da relação de atendimentos e guias correspondentes que deverão ser atestadas pela Secretaria Municipal da Saúde.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações previstas neste Edital serão cobertas pelas seguintes Dotações Orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde constante no exercício de 2016, como segue:

| Classificação Funcional Programática | Projeto/Atividade | Descrição da Natureza da Despesa | Dotação Orçamentária | Recurso |
|--------------------------------------|---|----------------------------------|----------------------|-------------------------------------|
| 10.305.0752.2.668.3.3.90 | Manutenção do Programa de Vigilância em Saúde | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 68 | Próprios - Tx Fisc. Vig. Sanitária. |

PRAZO: O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses a contar do primeiro dia útil após a data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações, mantidas as demais cláusulas e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, justificados por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente e o prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 29/02/2016;

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Vanilda Belli Martignago.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 159/2016

PORTARIANº 159/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e nos termos do inciso I, do artigo 39, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 081/2016/Sema-DGP, de 17/03/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 22/02/2016, EDUARDO ALBERTO MARA do cargo efetivo de EDUCADOR SOCIAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA, da Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 1011/2011, de 20/09/2011.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/02/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de março de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 160/2016

PORTARIANº 160/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e nos termos do inciso I, do artigo 39, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 081/2016/Sema-DGP, de 17/03/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 15/02/2016, VANESSA ALVES THEODORO do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 068/2014, de 03/02/2014.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/02/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de março de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 161/2016

PORTARIANº 161/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e nos termos do inciso I, do artigo 39, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 081/2016/Sema-DGP, de 17/03/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 18/02/2016, FABIANA DE SOUZA STRINGARI do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 355/2013, de 1º/03/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/02/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de março de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 162/2016

PORTARIANº 162/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e nos termos do inciso I, do artigo 39, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 081/2016/Sema-DGP, de 17/03/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 1º/03/2016, GABRIELA ROSSETTO DEMENECK do cargo efetivo de PSICÓLOGA, da Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 1393/2013, de 02/09/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/03/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de março de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 163/2016

PORTARIANº 163/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e nos termos do inciso I, do artigo 39, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 081/2016/Sema-DGP, de 17/03/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 14/03/2016, NELSON GONÇALVES PINTO JUNIOR do cargo efetivo de AGENTE DE ENDEMIAS, da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 1857/2013, de 17/12/2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/03/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de março de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 164/2016

PORTARIANº 164/2016

Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição do servidor público municipal VALMOR VALDEVINO, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 676/2015; CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 082/2016/Sema-DGP, de 17/03/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição do servidor público municipal VALMOR VALDEVINO, concedida através da Portaria Nº 052/2016, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 22/02/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/02/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de março de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 165/2016

PORTARIANº 165/2016

Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal OLINDA ROSA DA SILVA SCHUSTER, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 702/2015;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 082/2016/Sema-DGP, de 17/03/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de AGENTE DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal OLINDA ROSA DA SILVA SCHUSTER, concedida através da Portaria Nº 063/2016, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 24/02/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/02/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de março de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 166/2016

PORTARIANº 166/2016

Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição do servidor público municipal NERI ANTUNES, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 268/2009;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 082/2016/Sema-DGP, de 17/03/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição do servidor público municipal NERI ANTUNES, concedida através da Portaria Nº 080/2016, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 1º/03/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/03/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de março de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.917 DE 22 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO Nº 4.917 de 22 de MARÇO de 2016.

SUBSTITUI MEMBROS DE COMISSÃO DE QUE TRATA O DECRETO Nº 4.259/2013 QUE DISPÕE SOBRE A COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA, PROCESSO ADMINISTRATIVO E Tomada de Contas Especial do Município de Joaçaba, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei, em especial a Lei nº 4.298/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituída, a servidora SULANY DE FATIMA BORTOLOZZO WELTER, pelo servidor TIAGO DUPONT GIUMBELLI, na composição da Comissão Permanente nº 02, nomeada pelo Decreto n. 4.259/2013, junto às Comissões Permanentes de Sindicância e Processo Administrativo do Município de Joaçaba, destinada a apuração de irregularidades e demais procedimentos previstos na Lei Complementar nº 76/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos e de apuração de irregularidades na execução de contratos administrativos na forma da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, com abrangência em toda Administração Pública Municipal.

Art. 2º Fica substituída, a servidora JANA TEREZINHA PINTO PILGER, pelo servidor ANDRÉ LUIZ DRI, na composição da Comissão Permanente nº 03, nomeada pelo Decreto n. 4.259/2013, junto às Comissões Permanentes de Sindicância e Processo Administrativo do Município de Joaçaba, destinada a apuração de irregularidades e demais procedimentos previstos na Lei Complementar nº 76/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos e de apuração de irregularidades na execução de contratos administrativos na forma da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, com abrangência em toda Administração Pública Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA- SC, em 22 de março de 2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em exercício

DECRETO Nº 4.918 DE 22 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO Nº 4.918 DE 22 DE MARÇO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 4.664 DE 21/12/15 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), destinados à suplementação da dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.124 - BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

(37) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0619
Valor: R\$ 50.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.122 – BLATB: BLOCO ATENÇÃO BÁSICA

(43) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0619
Valor: R\$ 30.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 1.015– BLINV: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FMS

(48) Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0619
Valor: R\$ 150.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 22 de março de 2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em exercício

EXTRATO CONTRATO 308/2016/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 308/2016/PMJ

PROVENIENTE DO PL 20/2016/PMJ –DL 2/2016/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: PEDREIRA CALDART LTDA

OBJETO: execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para o rompimento e remoção manual de pedras do local da ocorrência de deslizamento de solo e rochas na encosta da Rua Sergipe, bairro Santa Tereza, em função das fortes precipitações dos dias 16 de fevereiro e 03 de março de 2016.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 22.850,00 (vinte e dois mil oitocentos e cinquenta reais).

FISCAL DO CONTRATO: RICARDO MASSIGNAN

VIGÊNCIA: 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial.

DATA DE ASSINATURA: 22.03.2016

Joaçaba – SC, 22 de março 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CONTRATANTE

VENILTON ROGÉRIO TELES - Secretário

EXTRATO PL 20/2016/PMJ - DL 02/2016/PMJ

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 20/2016/PMJ

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2016/PMJ

1 – DO OBJETO

Contratação de serviços de rompimento e remoção manual de pedras do local da ocorrência de deslizamento de solo e rochas na encosta da Rua Sergipe, bairro Santa Tereza, em função das fortes

precipitações dos dias 16 de fevereiro e 03 de março de 2016.

2 – DA JUSTIFICATIVA

A dispensa de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se pela relevância dos serviços, haja vista que:

- a. Estão na iminência de deslizarem diversas pedras que se encontram na encosta da Rua Sergipe, as quais poderão atingir as residências que ficam abaixo.
- b. Além de o local ser de difícil acesso, não há possibilidade de que as pedras sejam quebradas por outro meio senão o manual.
- c. Há a necessidade da remoção das pedras sem o auxílio de equipamento mecânico.
- d. Os laudos da Defesa Civil expedidos em 03/03 e 08/03/2016 (em anexo), concluem pela necessidade urgente da quebra das pedras deslocadas que se encontram na encosta.
- e. O laudo geológico (em anexo) atesta que “os maiores riscos estão associados a blocos de rocha que se desprendem da encosta, facilitados por fluxo de água pluvial canalizada de montante”.
- f. Há o risco iminente de novos deslizamentos no local, caso haja novas precipitações pluviométricas, colocando em risco a vida das pessoas que residem próximas, bem como, o seu patrimônio.
- g. A morosidade inerente aos processos licitatórios impede a imperiosa necessidade de solucionar tal problema.

3 – DA EMPRESA CONTRATADA

PEDREIRA CALDART LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 79.386.850/0001-20, estabelecida na BR 282, Km 382, Linha Pacífico, no Município de Herval d'Oeste, SC, representada neste ato pelo Sr. Alírio Antonio Caldart, portador da Carteira de Identidade nº 1002093399, inscrito no CPF/MF sob nº 238.832.860-87, residente e domiciliado no Município de Joaçaba (SC).

4 – DO VALOR CONTRATADO

Fica contratado o valor total de R\$ 22.850,00 (vinte e dois mil oitocentos e cinquenta reais) para a execução dos serviços, sendo que o mesmo deverá ser pago de forma parcelada, em intervalos mínimos de 30 (trinta) dias, conforme os laudos de medições efetuados.

5 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no art. 24, inciso IV.

6 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes do processo acima citado serão custeadas pela seguinte dotação orçamentária:

- 1.070 – OBRAS DE DRENAGEM, CONTENÇÃO E CANALIZAÇÃO
154 – 3.3.90.00.00.00.00.0114 – Aplicações diretas

Joaçaba (SC), em 22 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
VENILTON ROGÉRIO TELES - Secretário

HOMOLOG PL 10/2016 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2016/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016/PMJ

O Secretário Municipal de Infraestrutura de Joaçaba, Venilton Rogério Teles, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 10/2016/PMJ.

- Modalidade: PP 05/2016/PMJ.

Objeto: o Registro de Preços, visando eventuais requisições futuras

de locação, por hora trabalhada, de 01 (um) rolo compactador e de 01 (uma) motoniveladora, de acordo com as especificações do Anexo I deste Edital, para a execução de serviços de manutenção das vias públicas do Município de Joaçaba, SC.

-Empresas Vencedoras:

AR SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA

VALOR R\$ 70.800,00

ROGERIO AMERICO – ME

VALOR R\$ 164.700,00

FISCAL: JOSÉ MARTINS E NILVO DE OLIVEIRA

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 22 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Secretaria Municipal de Infraestrutura
Venilton Rogério Teles

HOMOLOG PL 14/2016 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 14/2016/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016/PMJ

O Prefeito em Exercício de Joaçaba, Jucelino Jorge Ferraz, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 14/2016/PMJ.

- Modalidade: PP 09/2016/PMJ.

Objeto: o Registro de Preços para contratação eventual e futura, de serviços de lavagem e lubrificação veicular, destinados à manutenção dos veículos da frota municipal.

-Empresas Vencedoras:

COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA.

VALOR R\$ 248.005,00

POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA

VALOR R\$ 44.562,50

FISCAL: ILTON ANTONIO SCHMIDT

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 21 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Prefeito em Exercício
Jucelino Jorge Ferraz

RESOLUÇÃO 09/2016-RETIFICADA-DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - DEMUTRAN

RESOLUÇÃO 09/2016 – REPUBLICADA POR INCORREÇÃO
Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN

Resolução 09/2016 – RETIFICADA

A AUTORIDADE DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 24 da Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, referente ao uso, localização, instalação e a operação de aparelho, de equipamento ou de qualquer outro meio tecnológico do tipo fixo referente aos medidores de velocidade instalados nos seguintes endereços:

1- JO 021 - Radar Fixo Tipo Lombada Eletrônica na Avenida Santa

Terezinha nº 589, próximo a entrada da Rua Ernesto Schuning, sentido Bairro/Centro.

Considerando que se encontram verificados e aprovados, atendendo todas as exigências do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, homologa e convalida de acordo com a Resolução 146 do CONTRAN/2003, a partir de 08 de março de 2016, às 00:00 hora, a entrada em operação dos Medidores de Velocidade implantados nos endereços citados, no município de Joaçaba-SC.

Joaçaba-SC, 22 de março de 2016.

HAMILTON WOLF JUNIOR

Gerente de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana

06/2016 PMJ

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2016

Número do Registro de Preços: 6/2016 Data do Registro: 21/03/2016 Válido até: 21/03/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para contratação eventual e futura, de serviços de lavagem e lubrificação veicular, destinados à manutenção dos veículos da frota municipal.

| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|------|---|-------|--|-------------|-------------|----------------|----------|
| 1 | Lavagem de veículos leves (passeio) | SERV | POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776) | | 0 | 35.0000 | 1 |
| | | | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) | | 0 | 36.0000 | 2 |
| 2 | Lavagem de veículos médios (vans) | SERV | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) | | 0 | 69.5000 | 1 |
| | | | POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776) | | 0 | 70.0000 | 2 |
| 3 | Lavagem de microônibus | SERV | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) | | 0 | 129.5000 | 1 |
| | | | POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776) | | 0 | 130.0000 | 2 |
| 4 | Lavagem de ônibus | SERV | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) | | 0 | 149.0000 | 1 |
| | | | POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776) | | 0 | 150.0000 | 2 |
| 5 | Lavagem de caminhões | SERV | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) | | 0 | 139.0000 | 1 |
| | | | POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776) | | 0 | 140.0000 | 2 |
| 6 | Lubrificação de ônibus / caminhões / microônibus / vans | SERV | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) | | 0 | 34.0000 | 1 |

Página: 2/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2016

| Número do Registro de Preços: 6/2016 | | Data do Registro: 21/03/2016 | | Válido até: 21/03/2017 | | | |
|---|----------------------------------|------------------------------|--|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Registro de Preços para contratação eventual e futura, de serviços de lavagem e lubrificação veicular, destinados à manutenção dos veículos da frota municipal. | | | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
| 7 | Lavagem de máquinas pesadas | | POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776) | | 0 | 35,0000 | 2 |
| | | SERV | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) | | 0 | 279,0000 | 1 |
| | | | POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776) | | 0 | 280,0000 | 2 |
| 8 | Lubrificação de máquinas pesadas | SERV | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066) | | 0 | 89,0000 | 1 |
| | | | POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776) | | 0 | 90,0000 | 2 |
| 9 | Lavagem de motocicletas | SERV | POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776) | | 0 | 18,5000 | 1 |

Página: 3/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2016

| | | | | | | | |
|---|---------------|------------------------------|--|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Número do Registro de Preços: 6/2016 | | Data do Registro: 21/03/2016 | | Válido até: 21/03/2017 | | | |
| Objeto da Compra: Registro de Preços para contratação eventual e futura, de serviços de lavagem e lubrificação veicular, destinados à manutenção dos veículos da frota municipal. | | | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
| | | | COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES APALDI LTDA (10066) | | 0 | 19,0000 | 2 |

07/2016 PMJ

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

| Número do Registro de Preços: 7/2016 | | Data do Registro: 22/03/2016 | | Válido até: 22/03/2017 | | | |
|--|---|------------------------------|---|------------------------|--------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Registro de Preços, visando eventuais requisições futuras de locação, por hora trabalhada, de 01 (um) rolo compactador e de (uma) motoniveladora, de acordo com as especificações do Anexo I deste Edital, para a execução de serviços de manutenção das vias públicas do Município de Joaçaba, SC. | | | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Desc.to. (%) | Preço Unitário | Classif. |
| 1 | Locação, por hora trabalhada, de rolo compactador, gabinado, capacidade de compactação de, no mínimo, 25 (vinte e cinco) toneladas/m2 | HRS | AR SERVICOS DE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA - (10756) | AMMANN | 0 | 177,0000 | 1 |

Página: 2/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

| Número do Registro de Preços: 7/2016 | | Data do Registro: 22/03/2016 | | Válido até: 22/03/2017 | | | |
|--|--|------------------------------|------------------------------|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Registro de Preços, visando eventuais requisições futuras de locação, por hora trabalhada, de 01 (um) rolo compactador e de (uma) motoniveladora, de acordo com as especificações do Anexo I deste Edital, para a execução de serviços de manutenção das vias públicas do Município de Joaçaba, SC. | | | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
| 2 | Locação, por hora trabalhada, de motoniveladora com escarificador traseiro e lâmina deslizando lateral | HRS | ROGERIO AMERICO - ME (11590) | FIAT ALLIS | 0 | 183,0000 | 1 |

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 3/3

| | | | | | | | |
|---|---------------|------------------------------|------------|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Número do Registro de Preços: 7/2016 | | Data do Registro: 22/03/2016 | | Válido até: 22/03/2017 | | | |
| Objeto da Compra: Registro de Preços, visando eventuais requisições futuras de locação, por hora trabalhada, de 01 (um) rolo compactador e de (uma) motoniveladora, de acordo com as especificações do Anexo I deste Edital, para a execução de serviços de manutenção das vias públicas do Município de Joaçaba, SC. | | | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2016
PROCESSO Nº 10/2016
(10756) - AR SERVICOS DE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA -
(11590) - ROGERIO AMERICO - ME

Joaçaba, 22 de Março de 2016.

HOMOLOGAÇÃO PL 20/2016/PMJ - DL 02/2016/PMJ

| | |
|--|---|
| ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA | DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 2/2016 - DL |
| CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC | Processo Administrativo: 21/2016 Processo de Licitação: 20/2016 Data do Processo: 22/03/2016 |
| Folha: 1/2 | |

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 20/2016
b) Licitação Nr.: 2/2016-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 22/03/2016
e) Data da Adjudicação: 22/03/2016 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Contratação de serviços de rompimento e remoção manual de pedras do local da ocorrência de deslizamento de solo e rochas na encosta da Rua Sergipe, bairro Santa Tereza, em função das fortes precipitações dos dias 16 de fevereiro e 03 de março de 2016.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

| | Unid. | Qtidade | Descto (%) | Preço Unitário | Total do Item |
|--|-------|---------|------------|----------------|---------------|
|--|-------|---------|------------|----------------|---------------|

PEDREIRA CALDART LTDA - EPP (6129)

| | | | | | |
|--|------|------|--------|-----------|-----------|
| 1 execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para o rompimento e remoção manual de pedras do local da ocorrência de deslizamento de solo e rochas na encosta da Rua Sergipe, bairro Santa Tereza, em função das fortes precipitações dos dias 16 de fevereiro e 03 de março de 2016. | 3ERV | 1,00 | 0,0000 | 22.850,00 | 22.850,00 |
|--|------|------|--------|-----------|-----------|

Total do Fornecedor: 22.850,00

Total Geral: 22.850,00

Joaçaba, 22 de Março de 2016.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

CNPJ: 82.939.380/0001-99
AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO**Nr.: 2/2016 - DL**

Processo Administrativo: 21/2016

Processo de Licitação: 20/2016

Data do Processo: 22/03/2016

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.070.3.3.90.00.00.00.00.00 (154), 1.070.3.3.90.00.00.00.00.00 (257)

Joaçaba, 22 de Março de 2016.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ATA DE REGISTRO DE PREÇO JHL 0006/2015 - SIMAE**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0006/2015

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, no Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 0005/2015, na Ata de Julgamento de Preços, homologada em 24/06/2015, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para confecção de uniformes para os servidores das áreas administrativas e técnicas do SIMAE para o exercício de 2015, conforme Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0005/2015.

1.2 As empresas registradas para os materiais cotados são as seguintes:

| Item | Quantidade | Unid. | Especificação | Empresa Vencedora | Valor Unitário |
|------|------------|-------|---|-------------------------------------|----------------|
| 1 | 25 | PÇ | COLETE FEMININO, ABERTURA FRONTAL, SEM MANGAS, DECOTE EM "V"; BOTÕES FRONTAIS, CASEADOS NO SENTIDO VERTICAL, COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM, BOTÃO 20MM DE DIÂMETRO; FRENTE COM PINCHAS E FIANCOS, COSTAS REPARTIDA SEM ABERTURA FINAL; TECIDO (TWO WAY - BI-ELASTIC), NA COR AZUL MARINHO; COSTURAS EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA FIXAÇÕES E PESPONTOS; OVERLOCK NAS PARTES DESFIANTES DO TECIDO; CASEADO RETO DE 24MM PARA A FRENTE; TERMOCOLAGEM DAS ENTRETRELAS EM MAQUINÁRIO APROPRIADO; PASSADORIA ESPECÍFICA PARA O PRODUTO; PONTOS POR CM.= 3,5 A 4,0 EM TODAS AS COSTURA E OVERLOCK; LOGOTIPO DO SIMAE BORDADO, EM BRANCO, NA LATERAL FRONTAL ESQUERDA. | CLASSE UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA | R\$ 83,90 |
| 2 | 50 | PÇ | BLUSA TIPO CAMISETA, FEMININA, MANGA LONGA; TECIDO: 68% POLIÉSTER, 27% ALGODÃO E 5% DE ELASTANO, MARCA DE REFERÊNCIA TRICOLINE NA COR BRANCA; BORDADO FRONTAL EM AZUL DO LOGOTIPO DO SIMAE; ABERTURA FRONTAL COM ZÍPER INVISÍVEL OU BOTÕES FRONTAIS CASEADOS NO SENTIDO VERTICAL, COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM; GOLA COM PÉ DE GOLA PESPOINTADA NO CONTOURNO A 1 MM DA BORDA; FRENTE E COSTAS COM PENCES; BARRA ARREDONDADA EMBAINHADA COM 0,5 CM DE LARGURA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO; PESPONTOS, CASEADO E PREGAR BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA OVERLOCK; ZÍPER INVISÍVEL NA COR DO TECIDO OU; BOTÃO BRANCO COM QUATRO FUIROS DE 12 MM DE DIÂMETRO NA COR TECIDO; ENTRETRELA COLANTE DE TECIDO PLANO, PESO 100G/M² ADESIVO PE/COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO NA GOLA; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7 MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS; EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PONTO FIXO PARA O PESPONTOS DA GOLA, CAVAS, OMBROS E BAINHA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DE TECIDO; PONTOS POR CM= 4,0 A 4,5 EM TODAS AS COSTURAS E OVERLOCK. | SAMOURA CONFECÇÕES LTDA | R\$ 75,50 |
| 3 | 50 | PÇ | BLUSA TIPO CAMISETA FEMININA, MANGA CURTA; TECIDO: 68% POLIÉSTER, 27% ALGODÃO E 5% DE ELASTANO, MARCA DE REFERÊNCIA TRICOLINE NA COR BRANCA; BORDADO FRONTAL EM AZUL DO LOGOTIPO DO SIMAE; ABERTURA FRONTAL COM ZÍPER INVISÍVEL OU BOTÕES FRONTAIS CASEADOS NO SENTIDO VERTICAL, COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM; GOLA COM PÉ DE GOLA PESPOINTADA NO CONTOURNO A 1 MM DA BORDA; FRENTE E COSTAS COM PENCES; BARRA ARREDONDADA EMBAINHADA COM 0,5 CM DE LARGURA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO; PESPONTOS, CASEADO E PREGAR BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA OVERLOCK; ZÍPER INVISÍVEL NA COR DO TECIDO OU; BOTÃO BRANCO COM QUATRO FUIROS DE 12 MM DE DIÂMETRO NA COR TECIDO; ENTRETRELA COLANTE DE TECIDO PLANO, PESO 100G/M² ADESIVO PE/COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO NA GOLA; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7 MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS; EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PONTO FIXO PARA O PESPONTOS DA GOLA, CAVAS, OMBROS E BAINHA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DE TECIDO; PONTOS POR CM= 4,0 A 4,5 EM TODAS AS COSTURAS E OVERLOCK | SAMOURA CONFECÇÕES LTDA | R\$ 68,50 |

| | | | | | |
|---|----|----|--|-------------------------|-----------|
| 4 | 50 | PÇ | BLUSA TIPO CAMISETA, FEMININA, SEM MANGA; TECIDO: 68% POLIÉSTER, 27% ALGODÃO E 5% DE ELASTANO, MARCA DE REFERÊNCIA TRICOLINE NA COR BRANCA; BORDADO FRONTAL EM AZUL DO LOGOTIPO DO SIMAE; ABERTURA FRONTAL COM ZÍPER INVISÍVEL OU BOTÕES FRONTAIS CASEADOS NO SENTIDO VERTICAL, COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM; GOLA COM PÉ DE GOLA PESPONTADA NO CONTORNO A 1 MM DA BORDA; FRENTE E COSTAS COM PENCES; BARRA ARREDONDADA EMBAINHADA COM 0,5 CM DE LARGURA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO; PESPONTOS, CASEADO E PREGAR BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA OVERLOCK; ZIPER INVISIVEL NA COR DO TECIDO OU;BOTÃO BRANCO COM QUATRO FUIROS DE 12 MM DE DIÂMETRO NA COR TECIDO; ENTRETELA COLANTE DE TECIDO PLANO, PESO 100G/M² ADESIVO PE/COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO NA GOLA; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7 MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS; EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PONTO FIXO PARA O PESPONTOS DA GOLA, CAVAS, OMBROS E BAINHA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DE TECIDO; PONTOS POR CM= 4,0 A 4,5 EM TODAS AS COSTURAS E OVERLOCK. | SAMOURA CONFECÇÕES LTDA | R\$ 70,00 |
| 5 | 8 | PÇ | BLUSA TIPO CAMISETA FRENTE ABERTA, FEMININA, MANGA LONGA; TECIDO 67% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO, MARCA DE REFERÊNCIA TRICOLINE 001-1235, COR AZUL CLARO; BORDADO FRONTAL EM AZUL DO LOGOTIPO DO SIMAE; ZÍPER INVISÍVEL NA COR DO TECIDO OU BOTÕES FRONTAIS, CASEADOS NO SENTIDO VERTICAL, COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM; GOLA COM PÉ DE GOLA PESPONTADA NO CONTORNO A 1 MM DA BORDA; FRENTE E COSTAS COM PENCES; BARRA ARREDONDADA EMBAINHADA COM 0,5 CM DE LARGURA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO; PESPONTOS, CASEADO E PREGAR BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA OVERLOCK; BOTÃO COM QUATRO FUIROS DE 12 MM DE DIÂMETRO NA COR TECIDO; ENTRETELA COLANTE DE TECIDO PLANO, PESO 100G/M² ADESIVO PE/COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO NA GOLA; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7 MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS; EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PONTO FIXO PARA O PESPONTOS DA GOLA, CAVAS, OMBROS E BAINHA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DE TECIDO; PONTOS POR CM= 4,0 A 4,5 EM TODAS AS COSTURAS E OVERLOCK. | SAMOURA CONFECÇÕES LTDA | R\$ 70,00 |
| 6 | 8 | PÇ | BLUSA TIPO CAMISETA FRENTE ABERTA, FEMININA, MANGA CURTA; TECIDO 67% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO, MARCA DE REFERÊNCIA TRICOLINE 001-1235, COR AZUL CLARO; BORDADO FRONTAL EM AZUL DO LOGOTIPO DO SIMAE; ZÍPER INVISÍVEL NA COR DO TECIDO OU BOTÕES FRONTAIS, CASEADOS NO SENTIDO VERTICAL, COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM; GOLA COM PÉ DE GOLA PESPONTADA NO CONTORNO A 1 MM DA BORDA; FRENTE E COSTAS COM PENCES; BARRA ARREDONDADA EMBAINHADA COM 0,5 CM DE LARGURA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO; PESPONTOS, CASEADO E PREGAR BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA OVERLOCK; BOTÃO COM QUATRO FUIROS DE 12 MM DE DIÂMETRO NA COR TECIDO; ENTRETELA COLANTE DE TECIDO PLANO, PESO 100G/M² ADESIVO PE/COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO NA GOLA; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7 MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS; EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PONTO FIXO PARA O PESPONTOS DA GOLA, CAVAS, OMBROS E BAINHA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DE TECIDO; PONTOS POR CM= 4,0 A 4,5 EM TODAS AS COSTURAS E OVERLOCK. | SAMOURA CONFECÇÕES LTDA | R\$ 69,00 |
| 7 | 10 | PÇ | CAMISA MASCULINA, MANGA LONGA, EM TECIDO 67% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO, MARCA DE REFERÊNCIA TRICOLINE 001-1235, COR AZUL CLARO, COM PUNHOS FECHADOS POR CASEADO E BOTÃO CARCELA COM BOTÃO E CASEADO; COLARINHO COM PÉ DE GOLA; COSTAS COM PALA EM TECIDO DUPLO E PREGA MACHO AO CENTRO; FRENTE ABERTA COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÕES E CASEADOS, NO PÉ DA GOLA, SENTIDO HORIZONTAL E OS DEMAIS NO SENTIDO VERTICAL COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM, VISTA MACHO; COM BOLSO CHAPADO COM 05 CANTOS, FRONTAL LADO ESQUERDO, BORDADO SOBRE O BOLSO DO SÍMBOLO DO SIMAE NA COR AZUL; COSTAS SEM PALA. LISA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO, PESPONTOS, CASEADO E PREGA DE BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA O OVERLOCK; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7 MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS, OMBROS E MANGAS (FIXAÇÃO E FECHAMENTO), REBATIDO COM 01 AGULHA; EM MÁQUINA RETA 01 AGULHA PONTO I FIXO PARA FIXAÇÃO E PESPONTO DA GOLA, VISTA, BAINHAS, BOLSO E BARRA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DO TECIDO; CASEADO RETO DE 18 MM; ARREMATE NAS EXTREMIDADES DA ABERTURA DO BOLSO. | SAMOURA CONFECÇÕES LTDA | R\$ 77,50 |

| | | | | | |
|----|----|----|--|-------------------------------------|-----------|
| 8 | 25 | PÇ | CAMISA MASCULINA, MANGA CURTA, EM TECIDO 67% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO, MARCA DE REFERÊNCIA TRICOLINE 001-1235, COR AZUL CLARO, COM PUNHOS FECHADOS POR CASEADO E BOTÃO CARCELA COM BOTÃO E CASEADO; COLARINHO COM PÉ DE GOLA; COSTAS COM PALA EM TECIDO DUPLO E PREGA MACHO AO CENTRO; FRENTE ABERTA COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÕES E CASEADOS, NO PÉ DA GOLA, SENTIDO HORIZONTAL E OS DEMAIS NO SENTIDO VERTICAL COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM, VISTA MACHO; COM BOLSO CHAPADO COM 05 CANTOS, FRONTAL LADO ESQUERDO, BORDADO SOBRE O BOLSO DO SÍMBOLO DO SIMAE NA COR AZUL; COSTAS SEM PALA. LISA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO, PESPOINTOS, CASEADO E PREGA DE BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA O OVERLOCK; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7 MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS, OMBROS E MANGAS (FIXAÇÃO E FECHAMENTO), REBATIDO COM 01 AGULHA; EM MÁQUINA RETA 01 AGULHA PONTO I FIXO PARA FIXAÇÃO E PESPONTO DA GOLA, VISTA, BAINHAS, BOLSO E BARRA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DO TECIDO; CASEADO RETO DE 18 MM; ARREIMATE NAS EXTREMIDADES DA ABERTURA DO BOLSO. | SAMOURA CONFECÇÕES LTDA | R\$ 74,50 |
| 9 | 50 | PÇ | CAMISA MASCULINA, MANGA CURTA COM BAINHA FIXA, EM TECIDO 67% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO, MARCA DE REFERÊNCIA TRICOLINE, COR BRANCA; COLARINHO COM PÉ DE GOLA; COSTAS COM PALA EM TECIDO DUPLO E PREGA MACHO AO CENTRO; FRENTE ABERTA COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÕES E CASEADOS, NO PÉ DA GOLA, SENTIDO HORIZONTAL E OS DEMAIS NO SENTIDO VERTICAL COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM, VISTA MACHO; COM BOLSO CHAPADO COM 05 CANTOS, FRONTAL LADO ESQUERDO, BORDADO SOBRE O BOLSO DO SÍMBOLO DO SIMAE NA COR AZUL; COSTAS SEM PALA, LISA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO, PESPONTO, CASEADO E PREGA DE BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA O OVERLOCK; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS, OMBROS E MANGAS (FIXAÇÃO E FECHAMENTO), REBATIDO COM 01 AGULHA; EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PONTO I FIXO PARA FIXAÇÃO E PESPONTO DA GOLA, VISTA, BAINHAS, BOLSO E BARRA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DO TECIDO; CASEADO RETO DE 18 MM; ARREIMATE NAS EXTREMIDADES DA ABERTURA DO BOLSO. | SAMOURA CONFECÇÕES LTDA | R\$ 75,00 |
| 10 | 20 | PÇ | CAMISA MASCULINA, MANGA LONGA COM BAINHA FIXA, EM TECIDO 67% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 3% ELASTANO, MARCA DE REFERÊNCIA TRICOLINE, COR BRANCA; COLARINHO COM PÉ DE GOLA; COSTAS COM PALA EM TECIDO DUPLO E PREGA MACHO AO CENTRO; FRENTE ABERTA COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÕES E CASEADOS, NO PÉ DA GOLA, SENTIDO HORIZONTAL E OS DEMAIS NO SENTIDO VERTICAL COM ESPAÇAMENTO ENTRE OS BOTÕES DE APROXIMADAMENTE 10 CM, VISTA MACHO; COM BOLSO CHAPADO COM 05 CANTOS, FRONTAL LADO ESQUERDO, BORDADO SOBRE O BOLSO DO SÍMBOLO DO SIMAE NA COR AZUL; COSTAS SEM PALA, LISA; LINHA 120 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, FIXAÇÃO, PESPONTO, CASEADO E PREGA DE BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA O OVERLOCK; EM MÁQUINA DE INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7MM PARA O FECHAMENTO DAS ILHARGAS, OMBROS E MANGAS (FIXAÇÃO E FECHAMENTO), REBATIDO COM 01 AGULHA; EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PONTO I FIXO PARA FIXAÇÃO E PESPONTO DA GOLA, VISTA, BAINHAS, BOLSO E BARRA; APLICAÇÃO DE OVERLOCK NAS BORDAS DESFIANTES DO TECIDO; CASEADO RETO DE 18 MM; ARREIMATE NAS EXTREMIDADES DA ABERTURA DO BOLSO. | SAMOURA CONFECÇÕES LTDA | R\$ 78,50 |
| 11 | 50 | PÇ | CALÇA SOCIAL FEMININA, LISA, SEM BOLSOS; TECIDO TWO WAY - BI-ELASTIC, NA COR AZUL MARINHO; CÓS POSTIÇO COM 4,5CM DE LARGURA E ENCHANCE TRASEIRA, FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÃO; VISTA EMBUTIDA COM ZÍPER DA COR DO TECIDO E TRAVA AUTOMÁTICA EM NYLON; TRASEIRO COM PENCES; LINHA 80 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTOS, PESPOINTOS, CASEADOS E PREGA DE BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA OVERLOCK; BOTÃO 4 FUROS DE 14MM DE DIÂMETRO DA COR DO TECIDO; COSTURA COM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA COLOCAÇÃO DO CÓS; COSTURA EM INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 10MM PARA O FECHAMENTO DAS LATERAIS, ENTREPERNAS; COSTURA PONTO CORRENTE 2 AGULHAS DEFASADAS PARA O FECHAMENTO DO GANCHO TRASEIRO, COM SOBRA DE 3CM DE TECIDO EM CADA LADO NA ALTURA DO CÓS (COSTURA ABERTA COM AS BORDAS OVERLOCADAS);· COSTURA COM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA FIXAÇÃO DO ZÍPER, VISTA E PESPOINTOS;· TRAVETES , NO ACABAMENTO FINAL DA VISTA E JUNÇÃO DOS GANCHOS; PONTOS POR CM.= 3,5 A 4,0 EM TODAS AS COSTURA E OVERLOCK. | CLASSE UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA | R\$ 75,30 |

| | | | | | |
|----|-----|----|---|---|------------|
| 12 | 30 | PÇ | CALÇA SOCIAL FEMININA , LISA, TIPO MARIA JOÃO. COMPRIMENTO = JOELHO, BARRA SIMPLES À MÁQUINA, COM ABERTURA NA LATERAL EXTERNA; TECIDO TWO WAY - BI-ELASTIC, NA COR AZUL MARINHO; CÓS POSTIÇO COM 4,5 CM DE LARGURA E ENCHANCE TRASEIRA, TRANSPASSADO A 10 CM, FECHAMENTO ATRAVÉS DE 02 BOTÕES FORRADOS NA MESMA COR DO TECIDO, SEM PASSADORES; VISTA EMBUTIDA COM ZÍPER DA COR DO TECIDO E TRAVA AUTOMÁTICA EM NYLON E DOIS BOTÕES INTERNOS NO CÓS TRANSPASSADO; TRASEIRO COM PENCES; 02 FINGE BOLSOS FRONTAIS EMBUTIDOS COM ABERTURA OBLÍQUA TIPO FACA E 02 FINGE BOLSOS EMBUTIDOS COM VIVOS TRASEIROS; LINHA 80 PES./ALG. OU 100% POLIÉSTER NA COR DO TECIDO PARA AS OPERAÇÕES DE FECHAMENTO, PESPONTOS, CASEADOS E PREGA DE BOTÕES; LINHA 120 E FILAMENTO PARA OVERLOCK; COSTURA COM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA COLOCAÇÃO DO CÓS; COSTURA EM INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 10 MM PARA O FECHAMENTO DAS LATERAIS, ENTREPERNAS; COSTURA PONTO CORRENTE 2 AGULHAS DEFASADAS PARA O FECHAMENTO DO GANCHO TRASEIRO, COM SOBRA DE 3 CM DE TECIDO EM CADA LADO NA ALTURA DO CÓS (COSTURA ABERTA COM AS BORDAS OVERLOCADAS); COSTURA COM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA FIXAÇÃO DO ZÍPER, VISTA E PESPONTOS; TRAVETES, NO ACABAMENTO FINAL DA VISTA E JUNÇÃO DOS GANCHOS; PONTOS POR CM = 3,5 A 4,0 EM TODAS AS COSTURAS E OVERLOCK. | CLASSE UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA | R\$ 71,40 |
| 13 | 50 | PÇ | CALÇA SOCIAL MASCULINA, TECIDO BE-ELASTIC (TWO WAY), NA COR AZUL MARINHO, SEM PREGAS, TRASEIRO COM PENCES CÓS POSTIÇO ENTRETRELADO E FORRADO COM 3,5 CM DE LARGURA E ENCHANCE TRASEIRA, 08 PASSANTES INSERIDOS NA PARTE INFERIOR DO CÓS, VISTA EMBUTIDA COM ZÍPER, COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE BOTÃO NA COR AZUL MARINHO, 02 BOLSOS FRONTAIS EMBUTIDOS COM ABERTURA OBLÍQUA TIPO FACA E 02 BOLSOS EMBUTIDOS COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 15CM FECHADOS POR BOTÕES E CASEADOS, FORRO EM TECIDO 75% ALGODÃO E 25% POLIÉSTER, ZÍPER DE NYLON COM CADARÇO DA COR DO TECIDO E TRAVA AUTOMÁTICA, TRAVETES NAS EXTREMIDADES DOS BOLSOS, VIVOS E NO ACABAMENTO FINAL DA VISTA, CASEADO RETO DE 18MM. COSTURA COM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA COLOCAÇÃO DO CÓS; COSTURA EM INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 10MM PARA O FECHAMENTO DAS LATERAIS, ENTREPERNAS; COSTURA PONTO CORRENTE 2 AGULHAS DEFASADAS PARA O FECHAMENTO DO GANCHO TRASEIRO, COM SOBRA DE 3CM DE TECIDO EM CADA LADO NA ALTURA DO CÓS (COSTURA ABERTA COM AS BORDAS OVERLOCADAS); COSTURA COM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA FIXAÇÃO DO ZÍPER, VISTA E PESPONTOS, INTERLOCK BITOLA MÍNIMA 7MM PARA O FECHAMENTO DO FORRO DOS BOLSOS. | CLASSE UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA | R\$ 75,90 |
| 14 | 105 | PÇ | BLUSA TIPO SUÉTER LISO (65% ACRÍLICA E 35% POLIAMIDA), MARCA E MODELO REFERÊNCIA ACRILAN ELITE COR AZUL MARINHO (60511); MANGA LONGA, COM GAITA DE 6 CM NOS PUNHOS E CÓS, GAITA 3CM NOS PUNHOS, DECOTE E COMPRIMENTO, SENDO DECOTE REMALHADO COM GAITA 3 CM NA COR DA MALHA; COM DECOTE "V" OU COM DECOTE REDONDO, REMALHADOS COM GAITA DE 3 CM E ABERTURA DE 19 CM; LOGOTIPO DO SIMAE BORDADO NA FRENTE, NO LADO ESQUERDO; CONFECÇÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE. | CLASSE UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA | R\$ 74,90 |
| 15 | 15 | PÇ | CASACO DE LÃ (65% ACRÍLICA E 35% POLIAMIDA), MARCA E MODELO REFERÊNCIA ACRILAN ELITE COR AZUL MARINHO (60511); MANGA LONGA, PUNHOS E COMPRIMENTO COM BARRA, BOTÕES NA MESMA COR AZUL DA LÃ; DECOTE "V", REMALHADO COM GAITA DE 3 CM; LOGOTIPO DO SIMAE BORDADO NA FRENTE, NO LADO ESQUERDO; CONFECÇÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE. | INDÚSTRIA E COMÉRCIO VENEZZA LTDA | R\$ 80,00 |
| 16 | 10 | PÇ | JAQUETA FEMININA LEVE, CURTA, NA COR AZUL MARINHO, EM TECIDO SEYCHELLES; COM ZÍPER ATÉ A GOLA; 02 BOLSOS FRONTAIS TRANSVERSAIS; CAMADA DE FIBRA 60 GRAMAS E FORRO; GOLA BICUDA; BORDADO, NA COR BRANCA, DO LOGOTIPO DO SIMAE NA FRENTE EM TAMANHO PEQUENO, LADO ESQUERDO, ALTURA DO PEITO. | GG VESTUÁRIO PROFISSIONAL LTDA | R\$133,00 |
| 17 | 15 | PÇ | CASACO CURTO MASCULINO EM TECIDO SEYCHELS, NA COR AZUL MARINHO, COM RECORTES; CAMADA DE FIBRA 100 GRAMAS E FORRO; COM ZÍPER, BOLSOS LATERAIS; BORDADO NA COR BRANCA, DO LOGOTIPO DO SIMAE NA FRENTE EM TAMANHO PEQUENO, LADO ESQUERDO, ALTURA DO PEITO. | GG VESTUÁRIO PROFISSIONAL LTDA | R\$ 135,50 |

| | | | | | |
|----|-----|----|--|-------------------------------------|------------|
| 18 | 5 | PC | BLAZER SOCIAL FEMININO, FORRADO, COM GOLA TIPO PALETÓ, LEVEMENTE ACINTURADO, TECIDO (TWO WAY - BI-ELASTIC), NA COR AZUL MARINHO, ABERTURA FRONTAL COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE 3 BOTÕES E 3 CASEADOS NO SENTIDO HORIZONTAL, 02 BOLSOS FRONTAIS EMBUTIDOS INFERIORES COM PORTINHAS INSERIDAS NA ABERTURA DO BOLSO, FRENTE COM PINCHAS E FIANCOS, COSTAS REPARTIDA SEM ABERTURA FINAL, DEVERÁ TER OMBREIRAS PEQUENAS EMBUTIDAS DE FELTRO, DEVERÁ SER TOTALMENTE FORRADO COM TECIDO 100 % POLIÉSTER, TIPO "FAILETTE". TODA A FRENTE DEVERÁ SER ENTRETELADA COM ENTRETELA DE TECIDO, MICROPONTOS, PRÓPRIA PARA BLAZERS. COSTURAS EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA PARA FIXAÇÕES E PESPONTOS OVERLOCK NAS PARTES DESFIANTES DO TECIDO. CASEADO RETO DE 24MM PARA A FRENTE. TERMOCOLAGEM DAS ENTRETRELAS EM MAQUINARIO APROPRIADO. PASSADORIA ESPECÍFICA PARA O PRODUTO. PONTOS POR CM.= 3,5 A 4,0 EM TODAS AS COSTURA E OVERLOCK. BOTÃO 20MM DE DIÂMETRO PARA A FRENTE, COMPRIMENTO = QUADRIL, LOGOTIPO DO SIMAE BORDADO, EM BRANCO, NA LATERAL FRONTAL ESQUERDA. | CLASSE UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA | R\$ 165,50 |
| 19 | 5 | PC | CASACO LONGO FEMININO EM NYLON SEYCHLS COM RECORTES, COR AZUL MARINHO; CAMADA DE FIBRA 100 GRAMAS E FORRO; COM ZÍPER; BOLSOS LATERAIS; BORDADO DO LOGOTIPO DO SIMAE NA FRENTE, LADO ESQUERDO, ALTURA DO PEITO; CONFORME FOTO EM ANEXO. | GG VESTUÁRIO PROFISSIONAL LTDA | R\$ 169,50 |
| 20 | 100 | PC | CALÇA EM TERBRIM AZUL MARINHO (67% POLIESTER E 33% ALGODAO, ARMAÇÃO EM SARJA 2/1, GRAMATURA MEDIA DE 226 G/M2 PRÉ-ENCOLHIDO, COM TINGIMENTO), APRESENTANDO QUALIDADE ESPECÍFICA DE NÃO AMARROTAMENTO, ESTABILIDADE E RESISTÊNCIA; - MODELO MASCULINO; - 02 BOLSOS INTERNOS NA FRENTE, MODELO CALÇA JEANS TRADICIONAL, FORRO DO MESMO TECIDO DA CALÇA; - 02 BOLSOS EXTERNOS TRASEIROS CHAPADOS, CHANFRADOS NAS EXTREMIDADES; - CÓS POSTIÇO NO MESMO TECIDO DA CALÇA, COM 4,5 CM DE LARGURA, FECHAMENTO ATRAVÉS DE 01 BOTÃO; 7 PASSANTES INSERIDOS NA PARTE INFERIOR DO CÓS: 03 NA PARTE POSTERIOR, 01 EM CADA LATERAL E 02 NA PARTE DIANTEIRA; - VISTA EMBUTIDA (BRAGUILHA) COM 03 BOTÕES; - TRASEIRO COM PENCES; - BAINHA DE 2,0 CM; - BOTÕES NÃO METÁLICOS, TAMANHO 24, COM 2 FUIROS PARA ABOTOAR NA FRENTE; - LINHA E ABOTÕES NA MESMA COR DO TECIDO; - TRAVETES PARA REFORÇAR OS CANTOS DOS BOLSOS E O ACABAMENTO FINAL DA VISTA; - COSTURAS DUPLAS NOS ACABAMENTOS DOS BOLSOS, BRAGUILHA, ZIPER E GANCHO; - OVERLOCK NAS PARTES DESFIANTES DO TECIDO; - ESTAMPA EM SERIGRAFIA "SIMAE", NA COXA DIREITA, PRÓXIMO A COSTURA DA DIREITA (COSTURA DE FORA), APROXIMADAMENTE 14 CM ABAIXO DO BOLSO, TAMANHO DA SERIGRAFIA 22 X 05 CM, NA COR BRANCA; - CONFECÇÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE. | GG VESTUÁRIO PROFISSIONAL LTDA | R\$ 53,80 |
| 21 | 70 | PC | JAQUETA EM NYLON PARAQUEDAS, COR AZUL MARINHO; CAMADA DE FIBRA 100 GRAMAS E FORRO; COM GOLA, ZÍPER INTEIRO DA CINTURA ATÉ O FINAL DA GOLA E BOLSOS LATERAIS; BORDADO, NA COR BRANCA, DO LOGOTIPO DO SIMAE NA FRENTE EM TAMANHO PEQUENO 5 X 4 CM, LADO ESQUERDO, ALTURA DO PEITO; BORDADO " SIMAE " BRANCO, NAS COSTAS, ABAIXO DOS OMBROS, ALTURA DAS LETRAS 6 CM, COMPRIMENTO DO BORDADO 19 CM, ESPESSURA DAS LETRAS 1 CM. | GG VESTUÁRIO PROFISSIONAL LTDA | R\$ 141,30 |

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de uniformes, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº 0005/2015 e seus anexos;
- Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

4.2 A Presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4.3 O SIMAE monitorará, periodicamente os preços dos itens desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

4.3.1. O SIMAE convocará a empresa registrada para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.3.2. No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a empresa registrada poderá ser liberada do compromisso assumido.

4.3.3. Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.3.4. As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, parágrafo 2º da lei 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

5. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

5.1 Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade do SIMAE, que procederá à solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de vigência da ata.

5.2. No ato da entrega do material a empresa fornecedora deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica-NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

5.3 Fica aqui estabelecido que os materiais serão recebidos:

- a) provisoriamente, para verificação da quantidade entregue, para posterior verificação da qualidade e conformidade com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade do material com a especificação e a consequente aceitação.

5.4. Os objetos que forem recusados (tanto no recebimento provisório ou antes do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

5.5. Se a substituição do material recusado, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas no Edital da Licitação 0005/2015 e na presente Ata de Registro de Preços.

6. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

6.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela empresa enseja a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

6.2 A empresa registrada será responsável por eventuais danos havidos nos objetos/materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

6.3 Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

6.4 A empresa registrada deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

7. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 A empresa registrada responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

7.2. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

7.3 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

7.4 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7.5 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

7.5.1 A empresa registrada deverá, no prazo de até 10 (dez) dias, após assinatura da presente Ata de Registro de Preços disponibilizar grades de tamanhos para prova e definição de quantidades e tamanhos a serem solicitados.

7.5.2 Efetuar a entrega dos uniformes pedidos, de acordo com numeração e quantidades solicitadas, em um prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após confirmação pelo SIMAE.

7.5.3 Providenciar, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos.

7.5.4 Manter, durante a execução da Ata, todas as condições de habilitação previstas no Edital Pregão Presencial nº 0005/2015 e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.5.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução desta ata.

8. DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento será:

8.1.1 – Efetivado de acordo com o material entregue mediante apresentação das notas fiscais/faturas de materiais que deverão ser emitidas em nome do SIMAE- Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, da qual deverá constar o número da licitação, acompanhado de cópia da ordem de compra emitida pelo SIMAE de Joaçaba – SC; Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br.

8.1.2 - É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A;

8.1.3 - Realizado através do SIMAE, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data de entrega e aceite do material.

8.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa do SIMAE, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de Santa Catarina, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

8.5 - O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela empresa registrada.

8.6 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da empresa registrada incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para entrega do material no SIMAE, sito Rua Tiradentes, nº 123, Centro, Joaçaba – SC, Sede Administrativa do SIMAE, constituindo-se na única remuneração devida.

9. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

9.1 - O prazo para entrega dos materiais, depois de enviada Autorização de Fornecimento, deverá ser da seguinte forma:

a) 10 (dez) dias para entrega da grade de tamanhos.

b) 45 (quarenta e cinco) dias para confecção dos uniformes, contados da confirmação do SIMAE, através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio da numeração e quantidades a ser confeccionada.

9.1.1 Os materiais deverão ser entregues no SIMAE, sito Rua Tiradentes, nº 123, Centro, Joaçaba – SC, Sede Administrativa do SIMAE.

9.1.2 A descarga do material é de responsabilidade da empresa fornecedora.

9.1.3 A entrega da grade de tamanhos será feita apenas antes da primeira entrega.

9.1.4 O prazo de 45 dias para entrega será o prazo concedido pelo SIMAE à empresa registrada para cada pedido de confecção.

10 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 - A despesa resultante da Licitação 0005/2015 ocorrerá à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2015, consignadas no:

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01 14.01 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 2.060 2.061 2.062

ELEMENTO: 3.3.90.30.23.00.00.00 3.3.90.30.23.00.00.00 3.3.90.30.23.00.00.00

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DAS FORNECEDORAS

11.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços das fornecedoras nos casos a seguir especificados:

- a) Quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
- b) Quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
- c) Quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) Perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

11.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

12 - DAS SANÇÕES

12.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas às empresas registradas são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, na Lei Municipal nº 4.832, de 22 de setembro de 2003, no Edital da Licitação 0005/2015 e na presente Ata de Registro de Preços.

12.2 Penalidades que poderão ser cominadas às empresas registradas:

I – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

- a) 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia úteis de atraso injustificado no fornecimento das grades de tamanhos, bem como no atraso da entrega dos uniformes, sobre o valor total do contrato, até o limite de 20%;
- b) 10% (dez por cento) no caso da empresa registrada não realizar a entrega do material ou pedir a rescisão da Ata de Fornecimento, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor total do fornecimento contratado, pelo desatendimento às condições de fornecimento, exceto prazo de entrega.

II – Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, a empresa registrada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

- a) recusar-se a retirar ou a receber a Autorização de Fornecimento ou empenho, quando enviado por fax dentro do prazo de validade da proposta;
- b) não manter a proposta após a adjudicação;
- c) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- d) fraudar a execução da Ata de Registro de Preços;
- e) descumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

12.3 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata, o SIMAE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da empresa registrada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da empresa registrada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

12.4 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da empresa fornecedora.

12.5 Nenhum pagamento será realizado à empresa registrada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 05 (cinco) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba-SC, 24 de junho de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE

Rejane Pilatti Muller de Andrade/ Sócia Administradora
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES VENEZZA LTDA - ME

Juliana Aparecida Thomazi Samoura/ Sócia Administrativa
SAMOURA CONFECÇÕES LTDA

Hipólito Henrique Kremer/ Gerente Administrativo
CLASSE UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA

Clodomir Bahr Junior/ Procurador
GG VESTUÁRIO PROFISSIONAL LTDA

Testemunhas:

Giane Maria Marquenze Lecher
CPF: 614.258.349-49

Graciela Pratto Bordin da Rosa
CPF: 033.369.969-61

ATA DE REGISTRO DE PREÇO JHL 0012/2015 - SIMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0012/2015

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, no Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 0058/2015, na ata de julgamento de preços, homologada em 22/12/2015, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente ata tem por objeto o registro de preços de serviços de manutenção e conservação a serem executados nos equipamentos acoplados aos veículos das áreas técnicas água e esgoto do SIMAE, para o exercício 2016, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas, conforme Anexo I e Termo de Referência do Edital Pregão Presencial nº 0058/2015.

1.2 As licitantes registradas para os serviços cotados são as seguintes:

| Item | Quantidade | Unid. | Especificação | Preço Unitário | Preço Total | Empresa |
|------|------------|-------|---|----------------|--------------|--------------------------|
| 1 | 250 | HR | SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA VOLKSWAGEN: PLACAS MARCA/MODELO- MCR-4695 VOLKS GOL 1.6 POWER 04 PORTAS ANO 2005 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA- MCR-7035 VOLKS SAVEIRO 1.6 ANO 2005 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA -MLW-3211 VOLKS SAVEIRO 1.6 MI ANO 2013 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA- MLW-3121 VOLKS SAVEIRO 1.6 MI ANO 2013 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA QHB 7093 VW/SAVEIRO CD MODELO 2015 QHB7043 GOL NOVO ANO 2015 MOD 2016 | R\$ 20,00 | R\$ 5.000,00 | MECÂNICA SPIER LTDA - ME |
| 2 | 150 | HR | SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA VOLKSWAGEN: PLACAS MARCA/MODELO MCR-4695 VOLKS GOL 1.6 POWER 04 PORTAS ANO 2005 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA- MCR-7035 VOLKS SAVEIRO 1.6 ANO 2005 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA -MLW-3211 VOLKS SAVEIRO 1.6 MI ANO 2013 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA- MLW-3121 VOLKS SAVEIRO 1.6 MI ANO 2013 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA QHB 7093 VW/SAVEIRO CD MODELO 2015 QHB7043 GOL NOVO ANO 2015 MOD 2016 | R\$ 22,00 | R\$ 3.300,00 | MECÂNICA SPIER LTDA - ME |
| 3 | 60 | HR | SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA VOLKSWAGEN: PLACAS MARCA/MODELO MCR-4695 VOLKS GOL 1.6 POWER 04 PORTAS ANO 2005 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA- MCR-7035 VOLKS SAVEIRO 1.6 ANO 2005 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA -MLW-3211 VOLKS SAVEIRO 1.6 MI ANO 2013 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA- MLW-3121 VOLKS SAVEIRO 1.6 MI ANO 2013 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA SAVEIRO QHB 7093 VW/SAVEIRO CD MODELO 2015 QHB7043 GOL NOVO ANO 2015 MOD 2016 | R\$ 25,00 | R\$ 1.500,00 | MECÂNICA SPIER LTDA - ME |

| | | | | | | |
|----|-----|----|--|-----------|--------------|--------------------------|
| 4 | 50 | HR | SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA VOLKSWAGEN: PLACAS MARCA/MODELO MCR-4695 VOLKS GOL 1.6 POWER 04 PORTAS ANO 2005 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA- MCR-7035 VOLKS SAVEIRO 1.6 ANO 2005 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA -MLW-3211 VOLKS SAVEIRO 1.6 MI ANO 2013 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA-MLW-3121 VOLKS SAVEIRO 1.6 MI ANO 2013 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA QHB 7093 VW/SAVEIRO CD MODELO 2015 QHB7043 GOL NOVO ANO 2015 MOD 2016 | R\$ 28,00 | R\$ 1.400,00 | MECÂNICA SPIER LTDA - ME |
| 5 | 200 | HR | SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA FIAT: PLACAS MARCA/MODELO SIMAE MCI-9034 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TECNICA AGUA MCI-9064 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TECNICA AGUA INK 2963 FIAT FIORINO IE 2006/2007 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MBH-0317 FIAT STRADA WORKING ANO 1999/2000 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MJB-5617 FIAT STRADA WORKING CD 2011 GAS/ALCOOL/ GNV TÉCNICA ESGOTO | R\$ 20,00 | R\$ 4.000,00 | MECÂNICA SPIER LTDA - ME |
| 6 | 60 | HR | SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA FIAT: PLACAS MARCA/MODELO SIMAE MCI-9034 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TECNICA AGUA MCI-9064 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TECNICA AGUA INK-2963 FIAT FIORINO IE 2006/2007 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MBH-0317 FIAT STRADA WORKING ANO 1999/2000 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MJB-5617 FIAT STRADA WORKING CD 2011 GAS/ALCOOL/ GNV TÉCNICA ESGOTO | R\$ 22,00 | R\$ 1.320,00 | MECÂNICA SPIER LTDA - ME |
| 7 | 60 | HR | SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA FIAT: PLACAS MARCA/MODELO SIMAE MCI-9034 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TECNICA AGUA MCI-9064 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TECNICA AGUA INK-2963 FIAT FIORINO IE 2006/2007 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MBH-0317 FIAT STRADA WORKING ANO 1999/2000 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MJB-5617 FIAT STRADA WORKING CD 2011 GAS/ALCOOL/ GNV TÉCNICA ESGOTO | R\$ 25,00 | R\$ 1.500,00 | MECÂNICA SPIER LTDA - ME |
| 8 | 60 | HR | SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA FIAT: PLACAS MARCA/MODELO SIMAE MCI-9034 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TECNICA AGUA MCI-9064 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TECNICA AGUA INK-2963 FIAT FIORINO IE 2006/2007 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MBH-0317 FIAT STRADA WORKING ANO 1999/2000 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MJB-5617 FIAT STRADA WORKING CD 2011 GAS/ALCOOL/ GNV TÉCNICA ESGOTO | R\$ 28,00 | R\$ 1.680,00 | MECÂNICA SPIER LTDA - ME |
| 9 | 40 | HR | SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA CHEVROLET: MHM-8126 CHEVROLET ZAFIRA ELEGANCE 2.0 FLEX 2010 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA QHB-7598 MONTANA LS FLEX 2014 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA | R\$ 20,00 | R\$ 800,00 | MECÂNICA SPIER LTDA - ME |
| 10 | 20 | HR | SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS LEVES MARCA CHEVROLET: MHM-8126 CHEVROLET ZAFIRA ELEGANCE 2.0 FLEX 2010 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA QHB-7598 MONTANA LS FLEX 2014 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA | R\$ 22,00 | R\$ 440,00 | MECÂNICA SPIER LTDA - ME |

| | | | | | | |
|----|-----|----|---|------------|---------------|---------------------------------|
| 11 | 20 | HR | SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS LEVES MARCA CHEVROLET: MHM-8126 CHEVROLET ZAFIRA ELEGANCE 2.0 FLEX 2010 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA QHB-7598 MONTANA LS FLEX 2014 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA | R\$ 25,00 | R\$ 500,00 | MECÂNICA SPIER LTDA - ME |
| 12 | 20 | HR | SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS LEVES MARCA CHEVROLET: MHM-8126 CHEVROLET ZAFIRA ELEGANCE 2.0 FLEX 2010 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA QHB-7598 MONTANA LS FLEX 2014 GAS/ALCOOL TECNICA AGUA | R\$ 28,00 | R\$ 560,00 | MECÂNICA SPIER LTDA - ME |
| 13 | 50 | HR | SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS LEVES A DIESEL E BIODIESEL S-10: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MBC-1236 TOYOTA BAND BJ55LP 2BL4 - ANO 2000 DIESEL TECNICA ESGOTO MDS-4409 FIAT DUCATO CARGO - ANO 2004 DIESEL TECNICA AGUA MKC-9994 RENAULT MASTER ANO MODELO 2013 - ANO 2012 DIESEL TÉCNICA ÁGUA MLW-3315 RENAULT MASTER ANO MODELO 2014 - ANO 2013 DIESEL TÉCNICA ESGOTO | R\$ 94,00 | R\$ 4.700,00 | AUTO MECÂNICA RO-GEAR LTDA - ME |
| 14 | 50 | HR | SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS LEVES A DIESEL E BIODIESEL S-10: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MBC-1236 TOYOTA BAND BJ55LP 2BL4 - ANO 2000 DIESEL TECNICA ESGOTO MDS-4409 FIAT DUCATO CARGO - ANO 2004 DIESEL TECNICA AGUA MKC-9994 RENAULT MASTER ANO MODELO 2013 - ANO 2012 DIESEL TÉCNICA ÁGUA MLW-3315 RENAULT MASTER ANO MODELO 2014 - ANO 2013 DIESEL TÉCNICA ESGOTO | R\$ 120,00 | R\$ 6.000,00 | AUTO MECÂNICA RO-GEAR LTDA - ME |
| 15 | 50 | HR | SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS LEVES A DIESEL E BIODIESEL S-10: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MBC-1236 TOYOTA BAND BJ55LP 2BL4 - ANO 2000 DIESEL TECNICA ESGOTO MDS-4409 FIAT DUCATO CARGO - ANO 2004 DIESEL TECNICA AGUA MKC-9994 RENAULT MASTER ANO MODELO 2013 - ANO 2012 DIESEL TÉCNICA ÁGUA MLW-3315 RENAULT MASTER ANO MODELO 2014 - ANO 2013 DIESEL TÉCNICA ESGOTO | R\$ 76,00 | R\$ 3.800,00 | AUTO MECÂNICA RO-GEAR LTDA - ME |
| 16 | 20 | HR | SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS LEVES A DIESEL E BIODIESEL S-10: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MBC-1236 TOYOTA BAND BJ55LP 2BL4 - ANO 2000 DIESEL TECNICA ESGOTO MDS-4409 FIAT DUCATO CARGO - ANO 2004 DIESEL TECNICA AGUA MKC-9994 RENAULT MASTER ANO MODELO 2013 - ANO 2012 BIODIESEL S-10 TÉCNICA ÁGUA MLW-3315 RENAULT MASTER ANO MODELO 2014 - ANO 2013 BIODIESEL S-10 TÉCNICA ESGOTO | R\$ 45,00 | R\$ 900,00 | CESAR AUGUSTO SILOCHI - ME |
| 17 | 200 | HR | SERVIÇOS DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS PESADOS MARCA FORD: MEB-6131 FORD CARGO 815 CAMINHÃO - ANO 2003/2004 DIESEL TECNICA AGUA | R\$ 90,00 | R\$ 18.000,00 | AUTO MECÂNICA RO-GEAR LTDA - ME |
| 18 | 80 | HR | SERVIÇOS DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS PESADOS MARCA FORD: MEB-6131 FORD CARGO 815 CAMINHÃO - ANO 2003/2004 DIESEL TECNICA AGUA | R\$ 100,00 | R\$ 8.000,00 | AUTO MECÂNICA RO-GEAR LTDA - ME |
| 19 | 40 | HR | SERVIÇOS DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS PESADOS MARCA FORD: MEB-6131 FORD CARGO 815 CAMINHÃO - ANO 2003/2004 DIESEL TECNICA AGUA | R\$ 80,00 | R\$ 3.200,00 | AUTO MECÂNICA RO-GEAR LTDA - ME |

| | | | | | | |
|----|-----|----|---|------------|---------------|---|
| 20 | 40 | HR | SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA FORD: MEB-6131 FORD CARGO 815 CAMINHÃO - ANO 2003/2004 DIESEL TECNICA AGUA | R\$ 60,00 | R\$ 2.400,00 | CESAR AUGUSTO SILO-CHI - ME |
| 21 | 100 | HR | SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA VOLKSWAGEN: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MHH-4895 VOLKS 15.180 CAMINHÃO - ANO 2009 DIESEL TECNICA ESGOTO QHC-7075 VOLKS 10.160 CAMINHÃO - ANO 2014 DIESEL TECNICA ÁGUA QHH-6037 VOLKS 10.160 CAMINHÃO - ANO 2014 DIESEL TECNICA ESGOTO | R\$ 90,00 | R\$ 9.000,00 | AUTO MECÂNICA RO-GEAR LTDA - ME |
| 22 | 80 | HR | SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA VOLKSWAGEN: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MHH-4895 VOLKS 15.180 CAMINHÃO - ANO 2009 DIESEL TECNICA ESGOTO QHC-7075 VOLKS 10.160 CAMINHÃO - ANO 2014 DIESEL TECNICA ÁGUA QHH-6037 VOLKS 10.160 CAMINHÃO - ANO 2014 DIESEL TECNICA ESGOTO | R\$ 100,00 | R\$ 8.000,00 | AUTO MECÂNICA RO-GEAR LTDA - ME |
| 23 | 80 | HR | SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA VOLKSWAGEN: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MHH-4895 VOLKS 15.180 CAMINHÃO - ANO 2009 DIESEL TECNICA ESGOTO QHC-7075 VOLKS 10.160 CAMINHÃO - ANO 2014 DIESEL TECNICA ÁGUA QHH-6037 VOLKS 10.160 CAMINHÃO - ANO 2014 DIESEL TECNICA ESGOTO | R\$ 85,00 | R\$ 6.800,00 | AUTO MECÂNICA RO-GEAR LTDA - ME |
| 24 | 40 | HR | SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA VOLKSWAGEN: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MHH-4895 VOLKS 15.180 CAMINHÃO - ANO 2009 DIESEL TECNICA ESGOTO QHC-7075 VOLKS 10.160 CAMINHÃO - ANO 2014 DIESEL TECNICA ÁGUA QHH-6037 VOLKS 10.160 CAMINHÃO - ANO 2014 DIESEL TECNICA ESGOTO | R\$ 60,00 | R\$ 2.400,00 | CESAR AUGUSTO SILO-CHI - ME |
| 25 | 30 | HR | SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA FIAT: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MKJ-1354 IVECO TECTOR 170E22 ANO MODELO 2014 - ANO 2013 DIESEL TÉCNICA ESGOTO | R\$ 95,00 | R\$ 2.850,00 | AUTO MECÂNICA RO-GEAR LTDA - ME |
| 26 | 20 | HR | SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA FIAT: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MKJ-1354 IVECO TECTOR 170E22 ANO MODELO 2014 - ANO 2013 DIESEL TÉCNICA ESGOTO | R\$ 120,00 | R\$ 2.400,00 | AUTO MECÂNICA RO-GEAR LTDA - ME |
| 27 | 20 | HR | SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA FIAT: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MKJ-1354 IVECO TECTOR 170E22 ANO MODELO 2014 - ANO 2013 DIESEL TÉCNICA ESGOTO | R\$ 80,00 | R\$ 1.600,00 | AUTO MECÂNICA RO-GEAR LTDA - ME |
| 28 | 20 | HR | SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS PESADOS MARCA FIAT: PLACA MARCA/MODELO SIMAE MKJ-1354 IVECO TECTOR 170E22 ANO MODELO 2014 - ANO 2013 DIESEL TÉCNICA ESGOTO | R\$ 60,00 | R\$ 1.200,00 | CESAR AUGUSTO SILO-CHI - ME |
| 29 | 250 | HR | SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS MAQUINAS PESADAS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE CASE RETRO-ESCAVADEIRA CASE 580L ANO 2007 TECNICA AGUA MHY-7333 RETROESCAVADEIRA RANDON RK 406-B ANO 2010 TÉCNICA ESGOTO | R\$ 100,00 | R\$ 25.000,00 | LOCOMAQ COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME |
| 30 | 200 | SV | SERVIÇOS DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS MAQUINAS PESADAS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE CASE RETROESCAVADEIRA CASE 580L ANO 2007 TECNICA AGUA MHY-7333 RETROESCAVADEIRA RANDON RK 406-B ANO 2010 TÉCNICA ESGOTO | R\$ 118,00 | R\$ 23.600,00 | LOCOMAQ COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME |

| | | | | | | |
|----|-----|----|---|-----------|--------------|---|
| 31 | 100 | SV | SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS MAQUINAS PESADAS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE CASE RETROESCAVADEIRA CASE 580L ANO 2007 TECNICA AGUA MHY-7333 RETROESCAVADEIRA RANDON RK 406-B ANO 2010 TÉCNICA ESGOTO | R\$ 76,00 | R\$ 7.600,00 | LOCOMAQ COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME |
| 32 | 100 | SV | SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS MAQUINAS PESADAS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE CASE RETROESCAVADEIRA CASE 580L ANO 2007 TECNICA AGUA MHY-7333 RETROESCAVADEIRA RANDON RK 406-B ANO 2010 TÉCNICA ESGOTO | R\$ 74,00 | R\$ 7.400,00 | LOCOMAQ COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME |
| 33 | 70 | HR | SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS MOTOS: PLACA MARCA/MODELO MJL-5774 HONDA CG 125 CARGO ES ANO 2012 TÉCNICA ÁGUA MJL-5874 HONDA CG 125 CARGO ES ANO 2012 TÉCNICA ÁGUA QHI2033 TÉCNICA AGUA HONDA BRÓS 160 ESD ANO 2015 MKR-0093 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 MKR-0083 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 MKR-0133 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 MMD-7692 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2014 MMD-7522 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2014 QHI2073 HONDA BRÓS 160 ESD ANO 2015 SETOR COMERCIAL | R\$ 20,50 | R\$ 1.435,00 | MATTE & SPIER MOTOS LTDA - ME |
| 34 | 50 | SV | SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS MOTOS: PLACA MARCA/MODELO MJL-5774 HONDA CG 125 CARGO ES ANO 2012 TÉCNICA ÁGUA MJL-5874 HONDA CG 125 CARGO ES ANO 2012 TÉCNICA ÁGUA QHI2033 TÉCNICA AGUA HONDA BRÓS 160 ESD ANO 2015 MKR-0093 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 MKR-0083 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 MKR-0133 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 MMD-7692 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2014 MMD-7522 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2014 QHI2073 HONDA BRÓS 160 ESD ANO 2015 SETOR COMERCIAL | R\$ 30,00 | R\$ 1.500,00 | MATTE & SPIER MOTOS LTDA - ME |
| 35 | 30 | HR | SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS MOTOS: PLACA MARCA/MODELO MJL-5774 HONDA CG 125 CARGO ES ANO 2012 TÉCNICA ÁGUA MJL-5874 HONDA CG 125 CARGO ES ANO 2012 TÉCNICA ÁGUA QHI2033 TÉCNICA AGUA HONDA BRÓS 160 ESD ANO 2015 MKR-0093 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 MKR-0083 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 MKR-0133 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 MMD-7692 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2014 MMD-7522 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2014 QHI2073 HONDA BRÓS 160 ESD ANO 2015 SETOR COMERCIAL | R\$ 25,50 | R\$ 765,00 | MATTE & SPIER MOTOS LTDA - ME |
| 36 | 30 | HR | SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS MOTOS: PLACA MARCA/MODELO MJL-5774 HONDA CG 125 CARGO ES ANO 2012 TÉCNICA ÁGUA MJL-5874 HONDA CG 125 CARGO ES ANO 2012 TÉCNICA ÁGUA QHI2033 TÉCNICA AGUA HONDA BRÓS 160 ESD ANO 2015 MKR-0093 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 MKR-0083 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 MKR-0133 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 MMD-7692 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2014 MMD-7522 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2014 QHI2073 HONDA BRÓS 160 ESD ANO 2015 SETOR COMERCIAL | R\$ 39,50 | R\$ 1.185,00 | MATTE & SPIER MOTOS LTDA - ME |

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das

obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital do Pregão Presencial nº 0058/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

4. DA FORMA DE EXECUÇÃO

4.1 O objeto deverá ser executado de forma parcelada e atender às especificações do Anexo I do Edital da Licitação.

4.2 Para esta contratação, entende-se por serviços de mecânica especializada, aqueles que envolvem a retífica e montagem de motores, caixa e diferencial, bem como, o sistema hidráulico e injeção eletrônica, conforme o caso, devidamente autorizado pelo SIMAE com Ordem de Serviço específica.

4.2.1 Os serviços de mecânica geral e eletricidade, basicamente, consistirão de:

- a) Verificação corretiva ou preventiva do sistema mecânico e/ou elétrico dos equipamentos;
- b) Substituição de peças;
- c) Verificação da adequação e ensaio das peças a serem substituídas;
- d) Testes de funcionamento e segurança;
- e) Limpeza e lubrificação de sistemas mecânicos;
- f) Avaliação da necessidade de manutenção mecânica e/ou elétrica para a utilização eficiente e segura dos equipamentos.

4.2.2 Os serviços de funilaria e pintura, basicamente, consistirão de:

- a) Verificação corretiva ou preventiva da carenagem e da pintura dos equipamentos acoplados aos veículos;
- b) Reforma ou substituição de partes;
- c) Verificação da adequação e ensaio das partes restauradas ou substituídas;
- d) Testes de funcionamento e segurança;
- e) Aplicação de proteção química nas áreas metálicas sujeitas à oxidação;
- f) Restauração da pintura das partes deterioradas ou realização de pintura integral em partes novas;
- g) Verificação da adequação e ensaio das cores nas partes restauradas ou substituídas;
- h) Testes de secagem e resistência da pintura;
- i) Aplicação de cera especial e execução de polimento nos equipamentos acoplados aos veículos.

4.2.3 Poderá ocorrer, a critério do SIMAE, alteração nos equipamentos descritos no Anexo I do Edital da Licitação, em virtude de renovação ou supressão da frota atual.

4.2.4 Os quantitativos descritos em cada item (Anexo I do Edital da Licitação) constituem mera estimativa, dimensionada pela demanda atualmente existente, podendo ocorrer acréscimos ou supressões, não ficando o SIMAE obrigado a executá-los.

4.2.5 Havendo necessidade de substituição de peças, as mesmas serão cobradas à parte, mediante a apresentação de orçamento prévio, condicionado à autorização do SIMAE, e obedecidos aos preços de mercado vigentes à época da substituição.

4.2.6 A detentora do Registro de Preços deverá elaborar antes de cada manutenção o orçamento com a indicação das peças e acessórios que precisam de substituição, bem como a estimativa de horas/trabalhadas.

4.2.7 O orçamento deverá ser preparado de forma detalhada, abrangendo:

- a) nome, código do fabricante do equipamento e quantidade de peças;
- b) número de horas dos serviços a serem executados;
- c) prazo para realização dos serviços;
- d) placa e quilometragem constante no hodômetro do veículo.

4.2.8 A detentora do Registro de Preços deverá entregar ao requisitante o orçamento prévio acima descrito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após a autorização para remoção dos veículos com os equipamentos acoplados.

4.2.9 O SIMAE poderá recusar o orçamento, pedir sua revisão ou aceitá-lo parcialmente, comprometendo-se a detentora do registro de preços a executar ou fornecer o que for aprovado em todo ou em parte.

4.2.10 As peças e suas quantidades, bem como o número de horas e serviços a serem executados deverão corresponder ao efetivamente necessário para a realização da respectiva manutenção do equipamento, devendo a detentora do Registro de Preços se abster de propor peças, serviços e horas em desacordo com o realmente empregado em cada caso concreto.

4.2.11 O SIMAE reserva-se no direito de adquirir de terceiros as peças que tiverem de ser substituídas, desde que os preços apresentados pela empresa contratada sejam superiores aos cotados pelo SIMAE com, no mínimo, mais 02 (dois) fornecedores.

4.2.12 A Contratada retirará o veículo a ser consertado em até 04 (quatro) horas no local indicado pelo Responsável. Em caso de emergência, a Contratada retirará o veículo em até 2 (duas) horas no local indicado pelo Responsável. Os empregados da empresa deverão

apresentar-se identificados com credenciais da empresa, sem as quais não serão autorizados a remover o veículo.

4.2.13 O transporte dos veículos, quando necessário, deverá ser realizado pela Detentora do Registro de Preço em outros veículos do tipo "guincho" e nenhum custo pelo transporte deverão ser repassados ao Contratante.

4.2.14 Os serviços deverão ser iniciados em até 24 horas contadas da ordem de execução emitida pelo Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio do SIMAE, e entregues num período de tempo de 48 (quarenta e oito) horas.

4.2.15 O SIMAE reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos produtos e serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade.

4.2.16 Constatado o fornecimento de produtos ou serviços de má qualidade, o SIMAE poderá utilizar-se do disposto na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.2.17 Os serviços prestados terão prazo mínimo de garantia de:

a) 3 (três) mil quilômetros ou 6 (seis) meses, o que ocorrer primeiro para serviços prestados;

b) 3 (três) meses para peças e acessórios comprados no balcão;

c) 3 (três) meses para peças e acessórios instalados na oficina.

4.2.18 A garantia das peças e serviços deverá ser cumprida, mesmo após o término ou rescisão do contrato/ata.

4.2.19 A prestação dos serviços e/ou o fornecimento de peças de forma inadequada, que não atenderem às exigibilidades, não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

4.2.20 A empresa contratada deverá fornecer, às suas expensas, as ferramentas e materiais de consumo de pequeno valor, necessários à execução dos serviços.

4.2.21 O TRANSPORTE DOS VEÍCULOS (RETIRADA E RETORNO), COM GUINCHO OU NÃO, SERÁ DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA E JÁ DEVERÁ ESTAR INCLUSO NO PREÇO OFERTADO, NÃO PODENDO SER COBRADO NADA DO SIMAE A ESTE TÍTULO.

5. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO:

5.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurada à beneficiária do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

5.2 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

5.3 O SIMAE monitorará periodicamente os preços dos itens desta licitação, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

5.3.1 O SIMAE convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

5.3.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido.

5.3.3 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

5.3.4 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

5.4 A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada por instrumento contratual, autorização de compra ou nota de empenho de despesa, observando-se o disposto no art. 62, da Lei nº 8.666/93.

5.4.1 O fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, devendo o fornecedor firmá-lo em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da notificação (via e-mail ou correio).

6. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS VEÍCULOS

6.1 Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação.

6.2 A Contratada retirará o veículo a ser consertado em até 4 (quatro) horas no local indicado pelo Responsável.

6.3 RESPONSABILIZAR-SE PELO TRANSPORTE DOS VEÍCULOS (RETIRADA E RETORNO), CONFORME ITEM 4.2.21 DESTA ATA.

6.4 Em caso de emergência a Contratada retirará o veículo em até 2 (duas) horas no local indicado pelo Responsável.

6.5 Na retirada do veículo pela Contratada os empregados da empresa deverão apresentar-se identificados com credenciais da empresa, sem as quais não serão autorizados a remover o veículo com os equipamentos acoplados.

6.6 O transporte dos veículos quando necessário, deverá ser realizado em outros veículos do tipo "guincho" e nenhum custo pelo transporte deverão ser repassados ao Contratante.

6.7 A cada serviço, o Contratante solicitará à Contratada um orçamento que deverá ser por esse preparado, conforme previsto na Forma de Execução item 4 da presente ata.

6.8 Após a aprovação do orçamento prévio a Contratada deverá executar os serviços no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

6.9 A Contratada poderá requerer prorrogação dos prazos fixados antes de findos, mediante justificativa formal.

6.10 O recebimento do serviço, objeto desta licitação, ocorrerá:

a) Provisoriamente: A recepção provisória dos veículos será feita pelo Motorista, designado pela Administração para conduzir o veículo com o equipamento acoplado, sendo que deverá realizar um teste de direção e funcionamento do veículo, de modo a verificar o seu correto funcionamento, relativo aos serviços executados;

b) Definitivamente: A recepção definitiva dos veículos será feita pelo Motorista designado pela Administração para conduzir o veículo com o equipamento acoplado, após o decurso do prazo de observação ou vistoria da qualidade dos serviços disponibilizados que comprove a adequação do serviço aos termos contratuais, no máximo 02 (dois) dias contados a partir do recebimento provisório.

6.11 Após o aceite definitivo, o Gestor do contrato deverá encaminhar a nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

6.12 A emissão do aceite não exclui a responsabilidade civil do prestador por vícios de qualidade dos serviços executados, das peças ou acessórios substituídos ou disparidade com as especificações técnicas exigidas neste Edital e/ou por ela atribuídas e posteriormente comprovadas pela Administração, sendo facultado a administração submeter as peças e serviços executados à perícia, com objetivo de eliminar qualquer dúvida existente na qualificação e classificação dos mesmos.

6.13 A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com este Edital e seus Anexos.

6.14 Os serviços prestados terão prazo mínimo de garantia de:

a) 3 (três) mil quilômetros ou 6 (seis) meses, o que ocorrer primeiro para serviços prestados;

b) 03 (três) meses para peças e acessórios comprados no balcão;

c) 03 (três) meses para peças e acessórios instalados na oficina.

6.15 A garantia das peças e serviços deverá ser cumprida, mesmo após o término ou rescisão do contrato.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

7.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços das fornecedoras nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de Contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

7.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

8 DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 Cabe ao SIMAE:

a) Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Diretor Presidente do SIMAE, visando à fiscalização da execução do Contrato/Ata de Registro de Preços;

b) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o item 9 desta Ata;

c) Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela proponente vencedora, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

d) Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

e) Emitir, através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, Autorização de Fornecimento/Empenho para a execução dos itens objeto da presente licitação.

8.2 Cabe à Proponente Vencedora:

a) Iniciar a execução dos serviços em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas da ordem de execução emitida pelo Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio;

b) Atender às especificações do Anexo I do Edital e executar de forma parcelada o objeto, durante o a validade da Ata de Registro de Preços;

c) Manter, durante a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

d) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato/Ata de Registro de Preços;

e) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato/Ata de Registro de Preços;

f) Exigir do SIMAE, documento de autorização emitido pelo Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, para a liberação dos produtos/serviços solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento;

g) Executar o objeto da licitação conforme o disposto no item 4 (Da Forma de Execução) desta Ata.

h) Permitir a fiscalização e o acompanhamento de pessoa indicada pelo Contratante, na execução do Contrato, para fins de acompanhamento da qualidade da execução dos serviços e verificação da qualidade das peças utilizadas no(s) veículo(s);

i) Será facultado a Administração, através de Comissão Própria ou Mista, a realização de vistoria/auditoria nas dependências das fornecedoras, para avaliar se as condições das instalações físicas, pessoal, aparelhamento e ferramentaria atendem à todas as exigências para execução dos serviços detalhados no Anexo I do Edital da Licitação;

j) RESPONSABILIZAR-SE PELO TRANSPORTE DOS VEÍCULOS (RETIRADA E RETORNO), CONFORME ITEM 4.2.21 DESTA ATA.

9. DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1 Recebida a nota fiscal das peças e dos serviços, sendo as mesmas atestadas pelo Gestor do Contrato que os serviços foram recebidos definitivamente, a nota fiscal será encaminhada para o pagamento.

9.2 Após o recebimento definitivo dos serviços e atestada a nota fiscal pelo responsável, o pagamento se dará nos seguintes prazos:

a) Até o 5º (quinto) dia subsequente ao do recebimento da nota fiscal.

9.3 A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para o SIMAE- Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, Rua Tiradentes, nº 123, CNPJ nº 84.591.890/001-43 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

9.4 A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Contratante do ressarcimento de qualquer prejuízo para a Contratada.

9.5 Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e perante o FGTS.

9.6 Os preços somente serão revisados quando houver alterações dos valores, devidamente comprovadas, podendo ocorrer nos termos do art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela Contratada.

9.7 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 A despesa resultante desta Ata ocorrerá a conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2016, consignadas no:

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 2.060/2.061/2.062

ELEMENTO: 3.3.90.39.19.00.00.00

11. DAS SANÇÕES

11.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Licitante/Contratada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, na Lei Municipal nº 4.832, de 22 de setembro de 2003, neste Pregão e na Ata de Registro de Preços.

11.2 Penalidades que poderão ser cominadas às licitantes:

I – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

- a) 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia útil de atraso injustificado na entrega dos materiais/serviços, sobre o valor total do Contrato/Ata de Registro de Preços, até o limite de 20%;
- b) 10% (dez por cento) no caso da Contratada não realizar a entrega do material/serviço ou pedir a rescisão da Ata de Registro de Preços, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor total do fornecimento contratado, pelo desatendimento às condições de fornecimento, exceto prazo de entrega.

II – Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, a licitante e/ou Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

- a) recusar-se a retirar ou a receber a Autorização de Fornecimento ou Empenho, quando enviado por e-mail dentro do prazo de validade da proposta;
- b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;
- c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- d) não manter a proposta após a adjudicação;
- e) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- f) fraudar a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços;
- g) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato/Ata de Registro de Preços.

11.3 Na aplicação das penalidades previstas nesta ata, o SIMAE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

11.4 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

11.5 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/Contratada.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 06 (SEIS) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba/SC, 22 de dezembro de 2015.

Aluir Flemming

Diretor Presidente do SIMAE

AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA – ME

Neusa Angelina Geja Vila Lobus

Sócia Administradora

CESAR AUGUSTO SILOCHI ME

Cesar Augusto Silochi

Empresário

MATTE & SPIER MOTOS LTDA – ME MECÂNICA SPIER LTDA - ME
Daniel Matte/ Sócio Gerente Varmo Spier/Sócio Administrador

LOCOMAQ COM E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIP LTDA - ME
João Carlos do Nascimento/Procurador

Testemunhas:

Graciela Pratto Bordin da Rosa
Gerente SMTP

André Francisco Fiorin
Diretor Técnico

PREGÃO 0012/2016 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0015/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0012/2016

PROTOCOLO JHL 0673/2016

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0012/2016 – Licitação 0015/2016, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Aquisição de material de segurança para reposição do estoque do SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 14h00min do dia 07/04/2016 na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 07/04/2016 às 14h20min, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 23/03/2016 a 07/04/2016.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 22 de março de 2016.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE.

José Boiteux

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 13/2016 SEGURANÇA

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC

PROCESSO LICITATÓRIO 13/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 08/04/2016, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº13, REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SEGURANÇA DESTINADOS PARA EVENTOS FESTIVOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 22 de Março de 2016.

LOURIVAL DE CARVALHO

Prefeito Municipal em Exercício

Lages

PREFEITURA

ANULAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 10/2016 - PML

CONSIDERANDO, a impugnação ao Edital de Leilão n.º 01/2016, protocolada pelo Sr. Fabio Panceri Viaceli;

CONSIDERANDO a Liminar expedida nos autos n.º 039.2016/008211-9 do Exmo Sr. Dr. Silvio Dagoberto Orsatto, a qual suspende os efeitos da Contratação do Leiloeiro Oficial Julio Ramos;

CONSIDERANDO, o Parecer Jurídico n.º 258/2016 da Procuradoria Geral do Município, a qual sugere a Anulação da Contratação decorrente do Contrato 11/2016;

CONSIDERANDO a supremacia do Interesse Público;

Determino a anulação do processo da Dispensa de Licitação sob n.º 10/2016, através da Secretaria Municipal de Administração, a qual Contratou o Leiloeiro Público Oficial JULIO RAMOS LUZ, Matriculado na JUCESC sob número AARC/162 inscrito no CPF sob n.º 582.420.409-82, sito a Rua: Acadêmico Nilo Marchi – Nº 164 – Centro - CEP: 89.160-075, na cidade de Rio do Sul/SC, para realizar Leilão Público de bem imóvel do Município de Lages.

Lages, 22 de março de 2016.

Pedro Marcos Ortiz
Secretário Municipal de Administração

Elizeu Mattos
Prefeito do Município de Lages

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2013 FUNREBOM

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

5º TERMO ADITIVO CONTRATO 01/2013 -

CONTRATANTE: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE LAGES - FUNREBOM, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0003-52, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC – CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: SERGIO ANTONIO SILVA TODESCHINI, inscrito no CPF sob n.º 250.656.969-34, residente e domiciliado à Rua do Rosário, 128 – Lages/SC - CEP: 88.502-240 – fone: 49/99279958.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Profissional Autônomo na Área de Engenharia Civil, para Prestação de Serviços de Assessoria, Análise de Projeto de Prevenção contra Incêndio, Emissão de Parecer Técnico e Vistorias, na Seção de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiros de Lages.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado por mais 2 (dois) meses, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 21 de março de 2016.

Elizeu Mattos – Prefeito Municipal

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 220/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 220/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC – cep: 88.505-900.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A Contratação de Empresa de Engenharia para Construção do Edifício Órion Parque Tecnológico, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memoriais Descritivos, Cronograma Físico-Financeiro e Planilha de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, que passam a fazer parte integrante do Edital Correlato.

Conforme solicitação da empresa juntamente com ofício sem número da Secretaria do Planejamento, com anuência da Secretaria da Fazenda ofício nº 62/2016, e com parecer Jurídico (PROGEM) nº 253/2016, favorável, ADITA-SE o contrato, conforme redação abaixo:

VALOR DO CONTRATO: R\$ 6.467.695,13 (seis milhões quatrocentos e sessenta e sete mil seiscentos e noventa e cinco reais e treze centavos);

VALORES SUPRIMIDOS: R\$ 397.520,02 (trezentos e noventa e sete mil quinhentos e vinte reais e dois centavos);

VALORES ACRESCIDOS: R\$ 382.611,28 (trezentos e oitenta e dois mil seiscentos e onze reais e vinte e oito centavos);

VALOR DO CONTRATO APÓS READEQUAÇÃO SEM REFLEXO FINANCEIRO: R\$ 6.452.786,39 (seis milhões e quatrocentos e cinquenta e dois mil setecentos e oitenta e seis reais e trinta e nove centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias.

Lages, 22 de março de 2016.

Elizeu Mattos

EXTRATO ARP 09-A/2016 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09-A/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015

PROCESSO Nº 42/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o SASEADLA da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 6.000,00 (seis mil reais), sendo GILMAR SANI – ME – CNPJ 14.588.459/0001-62 – RUA ANITÁPOLIS,

135 CENTRO ALFREDO WAGNER/SC CEP 88.450,000

Lages/SC 11 de fevereiro de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 09-B/2016 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09-B/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015

PROCESSO Nº 42/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o SASEADLA da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 4.914,00 (quatro mil novecentos e catorze reais), sendo:

KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 11.118.645/0001-40, ESTABELECIDNA AV. LUIZ DE CAMÕES, 911 – LOJA 04 – CORAL, LAGES/SC – CEP. 88.523-000

Lages/SC 11 de fevereiro de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 21/2016 PP 07/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016

PROCESSO Nº 06/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços auxiliares de transporte aéreo, na modalidade proteção da aviação civil, para o Aeroporto Federal Antônio Correia Pinto de Macedo, nesta cidade, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O VALOR REGISTRADO É DE 380.256,00 (trezentos e oitenta mil duzentos e cinquenta e seis reais)

INFRACEA CONTROLE DO ESPAÇO AEREO LTDA ME – CNPJ 17.469.843/0001-34 – COM SEDE A SHTQ QUADRA D CONJ 04, 30 LAGO NORTE BRASÍLIA/DF CEP 71.551-316

Lages/SC 21 de março de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 22/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

PROCESSO Nº 11/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Produtos Lubrificantes para Consumo nos Veículos e Máquinas pertencente a Frota do Município de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 132.880,00 (cento e trinta e dois mil oitocentos e oitenta e oito reais).

STANG & STANG LTDA, INSCRITA NO CNPJ: 08.033.253/0001-73 COM SEDE NA AV: DOM PEDRO II Nº967 – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO CEP.88509-000

Lages/SC 19 de fevereiro de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 23/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016

PROCESSO Nº 10/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Arla 32 para uso nos Veículos da Frota do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 7.840,00 (sete mil oitocentos e quarenta reais).

FUTURA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA – ME – CNPJ 18.613.087/0001-38 RUA SURINAME, 112 RIO VERDE COLOMBO/PR CEP 83.405-320

Lages/SC 19 de fevereiro de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 25/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO, N.º 25/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ secretaria municipal de MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: VMI SISTEMAS DE SEGURANÇS LTDA inscrita no CNPJ n.º 05.293.074/0001-87, com sede a AV. hum, 55 Distrito industrial Genesco Aparecido de oliveira lagoa Vermelha/MG CEP 33.400-000

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 01/2016, correlato ao Pregão Presencial nº 06/2016, homologada em 21/03/2016 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Locação de 01 (um) Equipamento de Scanner de Inspeção de Bagagens/Volumes através de Raios-X, para o Aeroporto Federal Antônio Correia Pinto de Macedo, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2016;

2.3 Do Contrato: fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2016. A sua validade será da data da sua assinatura até 31/12/2016, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O Preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 97.200,00 (noventa e sete mil e duzentos reais).

Lages, 21 março de 2016

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

REVOGAÇÃO LEILAO 01-2016

REVOGAÇÃO

CONSIDERANDO, a impugnação ao Edital de Leilão n.º 01/2016, protocolada pelo Sr. Fabio Panceri Vieceli;

CONSIDERANDO a Liminar expedida nos autos n.º 039.2016/008211-9 do Exmo Sr. Dr. Silvio Dagoberto Orsatto, a qual suspende os efeitos da Contratação do Leiloeiro Oficial Julio Ramos;

CONSIDERANDO, o Parecer Jurídico n.º 258/2016 da Procuradoria Geral do Município, a qual sugere a Anulação da Contratação decorrente do Contrato 11/2016;

CONSIDERANDO a supremacia do Interesse Público;

Determino a revogação de Leilão Público sob n.º 01/2016, através da Secretaria Municipal de Administração, a qual tinha como objeto alienação de UM TERRENO URBANO DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE LAGES/SC, COM ÁREA SUPERFICIAL DE 15.297,63 M², localizado na esquina da Avenida Dom Pedro II, com a Avenida Brasil, no Bairro Universitário, em Lages, SC.

Lages, 22 de março de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

TP 01-2016 LAGESPREVI E PP 32-2016 PML

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 32-2016 PML

Objeto: Aquisição de lixeiras de 50 litros

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 13/04/2016 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 79.048,50

Modalidade: TP 01-2016 LAGESPREVI

Objeto: Prestação de serviços de Consultoria Técnica Previdenciária e Atuarial.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 13/04/2016 às 16:00

Valor Estimado: R\$ 11.610,00

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 22 de março de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Laguna

PREFEITURA

EDITAL 010/2016 - PML

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

EDITAL 010/2016 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, em conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/02, Lei 8.666/13, Decreto 1634/06 e demais alterações ou legislações aplicáveis. Torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, no dia 06/04/2016, às 14:00 horas, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DE LIGAÇÕES IRREGULARES DE ESGOTO NO MUNICÍPIO EM CONVÊNIO COM A CASAN – PROGRAMA SE LIGA NA REDE. Edital, Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme pedido ao e-mail central@laguna.sc.gov.br, pelo telefone (48) 8844-2819, ou no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Osvaldo Cabral, 140 – Centro, Laguna SC das 13:00 às 19:00.

Laguna, 22 de Março de 2016

Waldir José de Souza

Pregoeiro Municipal

EDITAL DE REGISTRO DE PREÇO 009/2016 - PML

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

EDITAL 009/2016 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, em conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/02, Lei 8.666/13, Decreto 1634/06 e demais alterações ou legislações aplicáveis. Torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO, pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 06/04/2016, às 09:00 horas, para o fornecimento de UNIFORMES ESCOLARES PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Edital, Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme pedido ao e-mail central@laguna.sc.gov.br, pelo telefone (48) 8844-2819, ou no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Osvaldo Cabral, 140 – Centro, Laguna SC das 13:00 às 19:00.

Laguna, 22 de Março de 2016

Waldir José de Souza

Pregoeiro Municipal

ERRATA DO EDITAL CMAS Nº 01/2016

Convocação para a Assembleia de Eleição dos representantes, titulares e suplentes, da Sociedade Civil no Conselho Municipal de Assistência Social de Laguna – CMAS, Gestão 2016-2018.

Onde se lê:

2.7 A habilitação dos representantes e organizações de usuários, das entidades ou organizações de assistência social e entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, para designarem candidato(a), juntamente com a respectiva pessoa física designada, bem como das postulantes a eleitora ocorrerá a partir da data de publicação do Edital até o dia 18 de março de 2016, valendo para tanto, a data do protocolo de seu pedido.

Leia-se:

2.7 A habilitação dos representantes e organizações de usuários, das entidades ou organizações de assistência social e entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, para designarem candidato(a), juntamente com a respectiva pessoa física designada, bem como das postulantes a eleitora ocorrerá a partir da data de publicação do Edital até o dia 25 de março de 2016, valendo para tanto, a data do protocolo de seu pedido.

Onde se lê:

2.9 Em havendo impedimento da pessoa física a ser eleita, previamente habilitada, de comparecer à Assembleia de Eleição, a entidade ou organização poderá apresentar à Comissão Eleitoral pedido de habilitação do seu(sua) novo(a) candidato(a) designado(a), até às 13h30min do dia 24 de março de 2016, na secretaria executiva do Conselho Municipal de Assistência Social.

Leia-se:

2.9 Em havendo impedimento da pessoa física a ser eleita, previamente habilitada, de comparecer à Assembleia de Eleição, a entidade ou organização poderá apresentar à Comissão Eleitoral pedido de habilitação do seu(sua) novo(a) candidato(a) designado(a), até às 13h30min do dia 31 de março de 2016, na secretaria executiva do Conselho Municipal de Assistência Social.

Onde se lê:

2.12 Para os representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, que pedirem a habilitação para designar pessoa física para participar do processo eleitoral na condição de eleitora, deverão encaminhar formulário de designação, assinado pelo seu representante legal e pelo(a) designado(a), até às 13h30min do dia 24 de março de 2016.

Leia-se:

2.12 Para os representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, que pedirem a habilitação para designar pessoa física para participar do processo eleitoral na condição de eleitora, deverão encaminhar formulário de designação, assinado pelo seu representante legal e pelo(a) designado(a), até às 13h30min do dia 31 de março de 2016.

Onde se lê:

2.15 Os recursos deverão ser apresentados à Comissão Eleitoral, até o dia 22 de março de 2016, conforme definido no Item 2.13 deste Edital, no endereço do CMAS, já mencionado.

Leia-se:

2.15 Os recursos deverão ser apresentados à Comissão Eleitoral, até o dia 29 de março de 2016, conforme definido no Item 2.13 deste Edital, no endereço do CMAS, já mencionado.

Onde se lê:

2.16 A Comissão Eleitoral concluirá e divulgará, até o dia 23 de março de 2016 o julgamento dos recursos apresentados.

Leia-se:

2.16 A Comissão Eleitoral concluirá e divulgará, até o dia 30 de março de 2016 o julgamento dos recursos apresentados.

Onde se lê:

4.8 A nomeação dos conselheiros deverá ser publicada até 29 de

março de 2016.

Leia-se:

4.8 A nomeação dos conselheiros deverá ser publicada até 05 de abril de 2016.

Onde se lê:

4.9 A posse dos Conselheiros eleitos, titulares e suplentes, para o biênio 2016/2018, dar-se-á até o dia 30 de março de 2016.

Leia-se:

4.9 A posse dos Conselheiros eleitos, titulares e suplentes, para o biênio 2016/2018, dar-se-á até o dia 06 de abril de 2016.

Laguna, 14 de março de 2016.

Andrea Prates Pacheco Luckina
Comissão Eleitoral CMAS

Arlene Medeiros Nunes
Comissão Eleitoral CMAS

Enivaldo Torres Ramos
Comissão Eleitoral CMAS

Lajeado Grande

PREFEITURA

DECRETO Nº 016/2016 DE 21/032016 "DECRETA PONTO FACULTATIVO NO TURNO VESPERTIDO DO DIA 24 DE MARÇO DE 2016, QUINTA FEIRA SANTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DECRETO nº 016/2016
De 21/032016

"DECRETA PONTO FACULTATIVO NO TURNO VESPERTIDO DO DIA 24 DE MARÇO DE 2016, QUINTA FEIRA SANTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Artigo 98 inciso I letra "c" da Lei Orgânica Municipal

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo no serviço público municipal no dia 24 de Março de 2016, pelo turno vespertino, Quinta

Feira Santa, sem prejuízos dos serviços emergenciais e urgentes.

Parágrafo Único – As secretarias municipais deverão promover escala de atendimento, para não causar nenhum prejuízo dos serviços essenciais, emergenciais e urgentes.

Art.2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 21 de Março de 2016.

VALMIR LOCATELLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Geltrudes Toffolo Santin
Servidora designada

LEI Nº 668/2016 DE 22 DE MARÇO DE 2016 "ALTERA O ART. 5º DA LEI MUNICIPAL N. 583/2013 DE 21/08/2013 PARA INCLUIR A MINI CARREGADEIRA DENTRE OS EQUIPAMENTOS COM SUBSÍDIO DE HORA MÁQUINA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Lei nº 668/2016
De 22 de Março de 2016

"ALTERA O Art. 5º DA LEI MUNICIPAL n. 583/2013 de 21/08/2013 PARA INCLUIR A MINI CARREGADEIRA DENTRE OS EQUIPAMENTOS COM SUBSÍDIO DE HORA MÁQUINA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica alterado o Art. 5ª da Lei Municipal n. 583/2013 de 21/08/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

[...]

Art. 5º Os subsídios oferecidos pela Administração Pública municipal, como incentivo à melhoria das propriedades e qualidade de vida, tanto para serviços urbanos como para serviços rurais, obedecerá à seguinte tabela:

| DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS | VALOR ATUAL DA HORA EM REAIS | % DE SUBSÍDIOS ATÉ 05 HORAS/ANO | MAIS DE 05 H PREÇO NORMAL |
|---|------------------------------|---------------------------------|---------------------------|
| ESCAVADEIRA HIDRAULICA | R\$ 100,00 | 100% | Preço normal |
| TRATOR DE ESTEIRA | R\$ 80,00 | 100% | Preço normal |
| MOTONIVELADORA | R\$ 60,00 | 100% | Preço normal |
| RETROESCAVADEIRA | R\$ 50,00 | 100% | Preço normal |
| TRATOR DE PNEUS COM E SEM IMPLEMENTOS | R\$ 40,00 | 100% | Preço normal |
| CARREGADEIRA | R\$ 40,00 | 100% | Preço normal |
| MINI CARREGADEIRA | R\$ 40,00 | 100% | Preço normal |
| CAMINHÃO BASCULANTE TRUCK | R\$ 35,00 | 100% | Preço normal |
| CAMINHÃO TANQUE (transp. dejetos animais) | R\$ 30,00 | 100% | Preço normal |
| CAMINHÃO BASCULANTE TOCO | R\$ 25,00 | 100% | Preço normal |

§ 1º - Os valores descritos serão atualizados mediante decreto municipal e poderão sofrer reajustes conforme aumento dos combustíveis, lubrificantes e demais custos veiculares, devidamente justificados.

§ 2º - Os valores de subsídios serão válidos para o ano, sendo destinado a cada propriedade/grupo familiar, não tendo valor cumulativo para o ano subsequente, não permitindo qualquer tipo de transferência, doação ou venda entre os beneficiários.

§ 3º - Às 05 horas por grupo familiar/propriedade que serão subsidiadas no percentual de 100% pelo Município, refere-se a apenas um dos equipamentos utilizados na execução dos serviços, a critério do contribuinte, conforme orientação técnica.

§ 4º - Os serviços de transportes de água, em época de secas e estiagens terão subsídios de 100% das horas dos equipamentos necessários à execução das tarefas.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina,
em 22 de Março de 2016.
VALMR LOCATELLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Geltrudes Toffolo Santin
Servidora Designada

LEI Nº 669/2016 DE 22 DE MARÇO DE 2016
"ESTABELECE REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO
SALARIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS PARA RECOMPOSIÇÃO DAS PERDAS
INFLACIONÁRIAS E REPOSIÇÃO DO PODER
AQUISITIVO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

Lei nº 669/2016

De 22 de Março de 2016

"ESTABELECE REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA RECOMPOSIÇÃO DAS PERDAS INFLACIONÁRIAS E REPOSIÇÃO DO PODER AQUISITIVO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica através da presente lei, estabelecido o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, como indicador econômico para fins de reajuste ou revisão da remuneração salarial dos servidores públicos municipal.

Art. 2º - Fica através da presente lei, o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar revisão salarial da remuneração dos Servidores Públicos Municipal, dos Poderes Legislativo e Executivo, para recomposição das perdas inflacionárias e reposição do poder aquisitivo dos servidores, nos termos da presente Lei.

§ 1º - A revisão salarial da remuneração dos Servidores do Poder Executivo, para recomposição das perdas inflacionárias e reposição do poder aquisitivo dos servidores, fica reajustado em 12,00% (doze por cento) relativo ao período acumulado de Março de 2015 a fevereiro de 2016 aplicado sobre o vencimento base do servidor, assim compreendido.

I – Recomposição das perdas inflacionárias do período de Março de 2015 até fevereiro de 2016, calculado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, o percentual de 11,07 (onze vírgula sete por cento), aplicado sobre o vencimento base do servidor.

II – Aumento de ganho real, o percentual de 0,93% (zero vírgula noventa e três por cento), aplicado sobre o vencimento base do

servidor.

III - Em virtude da revisão salarial relativo a recomposição inflacionária e o aumento de ganho real, fica reajustado a tabela de vencimento dos Servidores do Poder Executivo de Lajeado Grande, num percentual de 12,00% (doze por cento) aplicado sobre o vencimento base dos Servidores do Poder Executivo.

§ 2º - A revisão salarial da remuneração dos Servidores do Poder Legislativo, para recomposição das perdas inflacionárias e reposição do poder aquisitivo dos servidores, fica reajustado em 12,00% (doze por cento), relativo ao período acumulado de março de 2015 a fevereiro de 2016 aplicado sobre o vencimento base do servidor, assim compreendido.

I – Recomposição das perdas inflacionárias do período de Março de 2015 até fevereiro de 2016, calculado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, o percentual de 11,07% (onze vírgula sete por cento), aplicado sobre o vencimento base do servidor.

II – Aumento de ganho real, o percentual de 0,93% (zero vírgula noventa e três por cento), aplicado sobre o vencimento base do servidor.

III - Em virtude da revisão salarial relativo a recomposição inflacionária e o aumento de ganho real, fica reajustado a tabela de vencimento dos Servidores do Poder Legislativo de Lajeado Grande, num percentual de 12,00% (doze por cento) aplicado sobre o vencimento base dos Servidores do Poder Legislativo.

Art. 3º. Fica concedido revisão de subsídios dos Secretários Municipais, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para recomposição das perdas inflacionárias, relativo ao período acumulado de Março de 2015 a fevereiro de 2016, calculado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, no percentual de 11,07% (onze vírgula sete por cento).

Art. 4º. Fica concedido revisão da remuneração dos Conselheiros Tutelares, para recomposição das perdas inflacionárias e recomposição do poder aquisitivo, calculado pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, no percentual de 12,00% (doze por cento).

I – Recomposição das perdas inflacionárias do período de Março de 2015 até fevereiro de 2016, calculado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, o percentual de 11,07% (onze vírgula sete por cento), aplicado sobre o vencimento base do conselheiro.

II – Aumento de ganho real, o percentual de 0,93% (zero vírgula noventa e três por cento), aplicado sobre o vencimento base do conselheiro.

III - Em virtude da revisão salarial relativo a recomposição inflacionária e o aumento de ganho real, fica reajustado a tabela de vencimento dos Conselheiros Tutelares de Lajeado Grande, num percentual de 12,00% (doze por cento) aplicado sobre o vencimento base do Conselheiro Tutelar.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina,
em 22 de Março de 2016.
VALMR LOCATELLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Geltrudes Toffolo Santin
Servidora Designada

Lebon Regis

PREFEITURA

DECRETO Nº 021/2016

DECRETO Nº. 021/2016 de 14 de março de 2016.

DISPOE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA;

Art. 1º. Fica divulgada a classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Edital 001/2016 da Prefeitura Municipal de acordo com o anexo deste decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Lebon Régis, 14 de março de 2016.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Cleuza Maria Redolfi Tomacheusk

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO FINAL

Legenda:

CG=Conhecimentos Gerais; CE=Conhecimentos Específicos;

NPE=Nota Prova Escrita; NPP=Nota Prova Prática; NPT=Nota Prova de Títulos; NF=Nota Final

| Agente de Defesa Civil | | | | | | | | | | |
|------------------------|---------|----------------------|--|------|---------|------|----------|--------------|------|----------|
| Posição | Nº INSC | Data Nasc Acertos | CANDIDATO Nota Acertos | CG | | CE | | Nota teórica | | |
| | | | | Nota | Acertos | Nota | Situação | | | |
| 1 | 289149 | 11/05/1991 | Deivid Moreira Alves | 7 | 1,40 | 7 | 4,90 | 14 | 6,30 | Aprovado |
| Agente de Saude | | | | | | | | | | |
| Posição | Nº INSC | Data Nasc Acertos | CANDIDATO Nota Acertos | CG | | CE | | Nota teórica | | |
| | | | | Nota | Acertos | Nota | Situação | | | |
| 1 | 285082 | 25/05/1991 | Jesse Pesenti | 9 | 1,80 | 9 | 6,30 | 18 | 8,10 | Aprovado |
| 2 | 291833 | 18/01/1997 | Franciesco Rodigheri | 10 | 2,00 | 8 | 5,60 | 18 | 7,60 | Aprovado |
| 3 | 288946 | 12/01/1993 | Eduarda Rafaela Vidal Moreira | 8 | 1,60 | 8 | 5,60 | 16 | 7,20 | Aprovado |
| 4 | 281109 | 13/02/1999 | Larissa Nercollini De Lara | 7 | 1,40 | 8 | 5,60 | 15 | 7,00 | Aprovado |
| 5 | 285210 | 09/02/1986 | Jaciara Apareci- da Goncalves De Souza | 10 | 2,00 | 7 | 4,90 | 17 | 6,90 | Aprovado |
| 6 | 282978 | 22/08/1995 | Alyssa Ohana Soares | 9 | 1,80 | 7 | 4,90 | 16 | 6,70 | Aprovado |
| 7 | 283493 | 17/12/1990 | Eliane Carlesso De Lima | 4 | 0,80 | 8 | 5,60 | 12 | 6,40 | Aprovado |
| 8 | 280130 | 16/10/1987 | Janete Apareci- da Granemann | 6 | 1,20 | 7 | 4,90 | 13 | 6,10 | Aprovado |

| | | | | | | | | | | | |
|----|--------|------------|-------------------------------|---|------|---|------|----|------|----------|--|
| 9 | 284169 | 01/01/1988 | Ivania Dejesus Da Silva | 9 | 1,80 | 6 | 4,20 | 15 | 6,00 | Aprovado | |
| 10 | 295314 | 17/01/1990 | Volnei Alves Moraes | 8 | 1,60 | 6 | 4,20 | 14 | 5,80 | Aprovado | |
| 11 | 280301 | 12/07/1970 | Vera Marcia Antunes | 6 | 1,20 | 6 | 4,20 | 12 | 5,40 | Aprovado | |
| 12 | 285167 | 07/08/1997 | Jaine Dos Santos Selinka | 6 | 1,20 | 6 | 4,20 | 12 | 5,40 | Aprovado | |
| 13 | 294245 | 12/08/1992 | Luciana De Paula Ribeiro | 9 | 1,80 | 5 | 3,50 | 14 | 5,30 | Aprovado | |
| 14 | 279966 | 30/12/1996 | Lucas Patrick De Souza Peppes | 5 | 1,00 | 6 | 4,20 | 11 | 5,20 | Aprovado | |
| 15 | 285015 | 08/03/1998 | Evelin Alana Alves Vieira | 8 | 1,60 | 5 | 3,50 | 13 | 5,10 | Aprovado | |
| 16 | 288892 | 07/05/1998 | Leonardo Muller Guedes | 8 | 1,60 | 5 | 3,50 | 13 | 5,10 | Aprovado | |
| | | | | | | | | | | | |

Agente Serviços Gerais |

| Posição | Nº INSC | Data Nasc Acertos Nota | CANDIDATO Acertos | CG | | CE | | Nota teórica | | | |
|---------|---------|------------------------------|---------------------------|------|---------|------|----------|--------------|------|----------|--|
| | | | | Nota | Acertos | Nota | Situação | | | | |
| 1 | 296272 | 14/10/1992 | Samuel Farias De Oliveira | 9 | 3,60 | 10 | 6,00 | 19 | 9,60 | Aprovado | |
| 2 | 280821 | 27/02/1994 | Luan Lara | 8 | 3,20 | 9 | 5,40 | 17 | 8,60 | Aprovado | |
| 3 | 281748 | 12/02/1995 | Matheus Koch | 8 | 3,20 | 8 | 4,80 | 16 | 8,00 | Aprovado | |
| 4 | 294503 | 28/05/1994 | William Angelo Rizzo | 8 | 3,20 | 7 | 4,20 | 15 | 7,40 | Aprovado | |
| 5 | 280904 | 05/09/1962 | Valdemar Domingues Muller | 5 | 2,00 | 7 | 4,20 | 12 | 6,20 | Aprovado | |
| 6 | 281274 | 14/07/1990 | Lucivan Ribeiro Da Silva | 6 | 2,40 | 6 | 3,60 | 12 | 6,00 | Aprovado | |
| 7 | 284608 | 17/03/1990 | Bruno De Souza Freitas | 4 | 1,60 | 6 | 3,60 | 10 | 5,20 | Aprovado | |
| | | | | | | | | | | | |

Assistente Social |

| Posição | Nº INSC | Data Nasc Acertos Nota | CANDIDATO Acertos | CG | | CE | | Nota teórica | | | |
|---------|---------|------------------------------|----------------------|------|---------|------|----------|--------------|------|----------|--|
| | | | | Nota | Acertos | Nota | Situação | | | | |
| 1 | 281233 | 01/11/1991 | Meliza Sabini | 1 | 0,20 | 7 | 4,90 | 8 | 5,10 | Aprovado | |
| | | | | | | | | | | | |

Carpinteiro |

Não houve inscritos neste cargo

| | | | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|

Mecânico |

| Posição | Nº INSC | Data Nasc Acertos Nota | CANDIDATO Acertos | CG | | CE | | Nota teórica | | | |
|---------|---------|------------------------------|----------------------------|------|---------|------|----------|--------------|------|----------|--|
| | | | | Nota | Acertos | Nota | Situação | | | | |
| 1 | 283554 | 19/12/1992 | Antonio Carlos Santos Melo | 8 | 3,20 | 7 | 4,20 | 15 | 7,40 | Aprovado | |
| 2 | 279658 | 23/07/1976 | Fabiano Jakson Bortolozo | 6 | 2,40 | 7 | 4,20 | 13 | 6,60 | Aprovado | |
| 3 | 281506 | 02/03/1966 | Rudimar Mebs | 5 | 2,00 | 5 | 3,00 | 10 | 5,00 | Aprovado | |
| | | | | | | | | | | | |

Motorista |

| Posição | Nº INSC | Data Nasc Acertos Nota | CANDIDATO Acertos | CG | | CE | | Acertos | NPE | NPP | NF | Situação |
|---------|---------|------------------------------|---------------------------|------|------|----|------|---------|------|-------|------|----------|
| | | | | Nota | | | | | | | | |
| 1 | 289249 | 09/12/1975 | Joao Carlos Rizzo Moreira | 8 | 3,20 | 6 | 2,40 | 14 | 5,60 | 9,75 | 8,51 | Aprovado |
| 2 | 292595 | 22/01/1983 | Ademilson Oliveira Da Luz | 7 | 2,80 | 5 | 2,00 | 12 | 4,80 | 10,00 | 8,44 | Aprovado |
| 3 | 283174 | 02/03/1981 | Claudemir Paulik Riselo | 6 | 2,40 | 7 | 2,80 | 13 | 5,20 | 9,75 | 8,38 | Aprovado |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|--------|------------|-----------------------|---|------|---|------|----|------|-------|------|----------|
| 4 | 281831 | 10/10/1980 | Paulo Cesar Dos Anjos | 2 | 0,80 | 4 | 1,60 | 6 | 2,40 | 10,00 | 7,72 | Aprovado |
| 5 | 281085 | 18/07/1971 | Volnei Thibes Pinto | 3 | 1,20 | 7 | 2,80 | 10 | 4,00 | 9,25 | 7,67 | Aprovado |
| 6 | 283074 | 27/11/1992 | Osneri Alves Junior | 4 | 1,60 | 6 | 2,40 | 10 | 4,00 | 9,00 | 7,50 | Aprovado |
| 7 | 296680 | 23/09/1974 | Ari Lara De Melo | 5 | 2,00 | 3 | 1,20 | 8 | 3,20 | 9,00 | 7,26 | Aprovado |
| 8 | 295926 | 14/08/1969 | Laercio Rosa | 3 | 1,20 | 3 | 1,20 | 6 | 2,40 | 9,00 | 7,02 | Aprovado |
| 9 | 281867 | 31/10/1976 | Jorge Luiz Guedes | 4 | 1,60 | 5 | 2,00 | 9 | 3,60 | 7,00 | 5,98 | Aprovado |
| | | | | | | | | | | | | |

Motorista Veículo Escolar |

| Posição | Nº INSC | Data Nasc Acertos Nota | CANDIDATO Acertos | CG | | CE | | Acertos | NPE | NPP | NF | Situação |
|---------|---------|------------------------------|-------------------------------------|------|------|----|------|---------|------|-------|------|----------|
| | | | | Nota | | | | | | | | |
| 1 | 283794 | 27/01/1983 | Rodrigo Pontes Fernandes | 8 | 3,20 | 9 | 3,60 | 17 | 6,80 | 10,00 | 9,04 | Aprovado |
| 2 | 282235 | 28/01/1989 | Eliel Inhaia | 7 | 2,80 | 9 | 3,60 | 16 | 6,40 | 10,00 | 8,92 | Aprovado |
| 3 | 281869 | 03/11/1983 | Daniel Osni Dos Santos | 6 | 2,40 | 8 | 3,20 | 14 | 5,60 | 10,00 | 8,68 | Aprovado |
| 4 | 285042 | 07/06/1981 | Moacir Pereira Marafigo | 9 | 3,60 | 5 | 2,00 | 14 | 5,60 | 10,00 | 8,68 | Aprovado |
| 5 | 285342 | 18/12/1983 | Alan Teles Pitt | 10 | 4,00 | 5 | 2,00 | 15 | 6,00 | 9,75 | 8,62 | Aprovado |
| 6 | 282558 | 03/08/1990 | Ronaldo Adriano Alves De Oliveira | 5 | 2,00 | 7 | 2,80 | 12 | 4,80 | 10,00 | 8,44 | Aprovado |
| 7 | 296000 | 22/03/1988 | Anderson Luiz Da Costa | 6 | 2,40 | 6 | 2,40 | 12 | 4,80 | 10,00 | 8,44 | Aprovado |
| 8 | 283075 | 04/10/1968 | Francisco De Assis Caetano Da Silva | 4 | 1,60 | 6 | 2,40 | 10 | 4,00 | 10,00 | 8,20 | Aprovado |
| 9 | 288708 | 27/01/1981 | Izaias Alves | 5 | 2,00 | 6 | 2,40 | 11 | 4,40 | 9,50 | 7,97 | Aprovado |
| 10 | 279855 | 04/06/1965 | Joel Almir De Souza | 1 | 0,40 | 7 | 2,80 | 8 | 3,20 | 10,00 | 7,96 | Aprovado |
| 11 | 295088 | 08/10/1981 | Leodir Da Rosario | 6 | 2,40 | 7 | 2,80 | 13 | 5,20 | 9,00 | 7,86 | Aprovado |
| 12 | 281040 | 27/09/1954 | Jose Ademirson Melo | 4 | 1,60 | 6 | 2,40 | 10 | 4,00 | 9,50 | 7,85 | Aprovado |
| 13 | 284184 | 28/03/1977 | Antonio Carlos Alves De Gois | 2 | 0,80 | 4 | 1,60 | 6 | 2,40 | 10,00 | 7,72 | Aprovado |
| | | | | | | | | | | | | |

Nutricionista |

| Posição | Nº INSC | Data Nasc Acertos Nota | CANDIDATO Acertos | CG | | CE | | Nota teórica | | | | |
|---------|---------|------------------------------|-------------------------------|------|---------|------|----------|--------------|------|----------|--|--|
| | | | | Nota | Acertos | Nota | Situação | | | | | |
| 1 | 289170 | 22/07/1989 | Larissa Bissoni De Sousa | 8 | 1,60 | 10 | 7,00 | 18 | 8,60 | Aprovado | | |
| 2 | 290628 | 18/02/1993 | Bruna Skrzsypcsak | 8 | 1,60 | 10 | 7,00 | 18 | 8,60 | Aprovado | | |
| 3 | 279892 | 22/04/1994 | Marina Werner | 8 | 1,60 | 10 | 7,00 | 18 | 8,60 | Aprovado | | |
| 4 | 280590 | 14/06/1989 | Chayani Rodrigues De Souza | 8 | 1,60 | 9 | 6,30 | 17 | 7,90 | Aprovado | | |
| 5 | 284807 | 14/01/1995 | Laureane Fontana | 6 | 1,20 | 9 | 6,30 | 15 | 7,50 | Aprovado | | |
| 6 | 280645 | 06/10/1990 | Bruna Da Aparecida Franco | 7 | 1,40 | 8 | 5,60 | 15 | 7,00 | Aprovado | | |
| 7 | 289321 | 08/02/1987 | Jaielle Torri | 6 | 1,20 | 8 | 5,60 | 14 | 6,80 | Aprovado | | |
| 8 | 279870 | 01/01/1995 | Ana Claudia Cavalieri Felipus | 6 | 1,20 | 8 | 5,60 | 14 | 6,80 | Aprovado | | |
| 9 | 280175 | 28/06/1992 | Priscila Vieira Felipus | 10 | 2,00 | 6 | 4,20 | 16 | 6,20 | Aprovado | | |
| 10 | 294143 | 02/03/1952 | Angela Maria Cinelli Maceri | 6 | 1,20 | 7 | 4,90 | 13 | 6,10 | Aprovado | | |

| 11 | 284744 | 31/08/1993 | Nayra Angel Correa Subtil | 5 | 1,00 | 7 | 4,90 | 12 | 5,90 | Aprovado | | |
|---------------------------------|---------|------------------------------|--------------------------------------|------|---------|-----|------|---------|------|----------|----------|----------|
| 12 | 296051 | 25/02/1987 | Ketlin Mara Hasse Armi | 4 | 0,80 | 6 | 4,20 | 10 | 5,00 | Aprovado | | |
| | | | | | | | | | | | | |
| Operador Máquinas Pesadas I | | | | | | | | | | | | |
| Não houve aprovados neste cargo | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | |
| Pedreiro Construtor | | | | | | | | | | | | |
| Não houve aprovados neste cargo | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | |
| Professor de Artes | | | | | | | | | | | | |
| Posição | Nº INSC | Data Nasc Acertos Nota | CANDIDATO Acertos | CG | | CE | | Acertos | NPE | NPT | NF | Situação |
| | | | | Nota | | | | | | | | |
| 1 | 279898 | 23/11/1991 | Jocilei Mallmann Dos Santos | 7 | 1,40 | 8 | 5,60 | 15 | 7,00 | 0,00 | 7,00 | Aprovado |
| 2 | 288595 | 23/10/1987 | Naiane Regina De Assis | 6 | 1,20 | 7 | 4,90 | 13 | 6,10 | 0,00 | 6,10 | Aprovado |
| | | | | | | | | | | | | |
| Professor de Ed. Infantil | | | | | | | | | | | | |
| Posição | Nº INSC | Data Nasc Acertos Nota | CANDIDATO Acertos | CG | | CE | | NF | | | Situação | |
| | | | | Nota | Acertos | NPE | NPT | | | | | |
| 1 | 285054 | 23/09/1991 | Samanta Mayer Martins Grane- mann | 7 | 1,40 | 7 | 4,90 | 14 | 6,30 | 0,00 | 6,30 | Aprovado |
| 2 | 279548 | 01/11/1987 | Elisiane Dias Branco | 6 | 1,20 | 7 | 4,90 | 13 | 6,10 | 0,00 | 6,10 | Aprovado |
| 3 | 283479 | 10/07/1967 | Nelci Salete De Almeida Mello | 5 | 1,00 | 7 | 4,90 | 12 | 5,90 | 0,00 | 5,90 | Aprovado |
| 4 | 281626 | 10/09/1993 | Suliane Iara Silveira Candido | 5 | 1,00 | 7 | 4,90 | 12 | 5,90 | 0,00 | 5,90 | Aprovado |
| 5 | 291447 | 01/02/1986 | Jocivania Pesenti | 4 | 0,80 | 7 | 4,90 | 11 | 5,70 | 0,00 | 5,70 | Aprovado |
| 6 | 280003 | 25/12/1979 | Iandra Maria David Preto | 3 | 0,60 | 6 | 4,20 | 9 | 4,80 | 0,50 | 5,30 | Aprovado |
| | | | | | | | | | | | | |
| Professor de Inglês | | | | | | | | | | | | |
| Não houve inscritos neste cargo | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | |
| Professor de Matemática | | | | | | | | | | | | |
| Não houve aprovados neste cargo | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | |
| Professor Educação Física | | | | | | | | | | | | |
| Posição | Nº INSC | Data Nasc Acertos Nota | CANDIDATO Acertos | CG | | CE | | Acertos | NPE | NPT | NF | Situação |
| | | | | Nota | | | | | | | | |
| 1 | 295377 | 30/06/1972 | Antonio Marcos Carlin Do Prado | 6 | 1,20 | 9 | 6,30 | 15 | 7,50 | 0,00 | 7,50 | Aprovado |
| 2 | 280565 | 29/04/1995 | Ruanderson Rodrigues De Moraes | 9 | 1,80 | 8 | 5,60 | 17 | 7,40 | 0,00 | 7,40 | Aprovado |
| 3 | 284479 | 28/12/1994 | Aline Do Prado Franca | 3 | 0,60 | 9 | 6,30 | 12 | 6,90 | 0,00 | 6,90 | Aprovado |
| 4 | 282476 | 30/05/1992 | Damian Mai- berg De Souza | 5 | 1,00 | 7 | 4,90 | 12 | 5,90 | 0,00 | 5,90 | Aprovado |
| | | | | | | | | | | | | |
| Professor Língua Portuguesa | | | | | | | | | | | | |
| Não houve aprovados neste cargo | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | |
|----------------------------|---------|------------------------------|---|------|---------|------|---------------|--------------|------|----------|------|----------|--|
| | | | | | | | | | | | | | |
| Professor Séries Iniciais | | | | | | | | | | | | | |
| Posição | Nº INSC | Data Nasc Acertos Nota | CANDIDATO Acertos | CG | | CE | | | | | | | |
| | | | | Nota | Acertos | NPE | NPT | NF | | Situação | | | |
| 1 | 281798 | 09/08/1961 | Eliana Nercollini | 5 | 1,00 | 8 | 5,60 | 13 | 6,60 | 0,00 | 6,60 | Aprovado | |
| 2 | 285175 | 18/12/1991 | Alessandra Dos Santos Selinka | 7 | 1,40 | 7 | 4,90 | 14 | 6,30 | 0,00 | 6,30 | Aprovado | |
| 3 | 292338 | 29/12/1973 | Soeli Morei- ra Da Costa Antunes | 4 | 0,80 | 7 | 4,90 | 11 | 5,70 | 0,50 | 6,20 | Aprovado | |
| | | | | | | | | | | | | | |
| Psicólogo | | | | | | | | | | | | | |
| Posição | Nº INSC | Data Nasc Acertos Nota | CANDIDATO Acertos | CG | | CE | | Nota teórica | | | | | |
| | | | | Nota | Acertos | Nota | Situa- ção | | | | | | |
| 1 | 290683 | 29/05/1988 | Andrey Lucas Schwartz | 9 | 1,80 | 6 | 4,20 | 15 | 6,00 | Aprovado | | | |
| 2 | 294604 | 11/11/1981 | Rosangela Da Silva | 8 | 1,60 | 6 | 4,20 | 14 | 5,80 | Aprovado | | | |
| 3 | 279864 | 20/07/1987 | Vanessa Cinelli Maceri | 6 | 1,20 | 6 | 4,20 | 12 | 5,40 | Aprovado | | | |
| | | | | | | | | | | | | | |
| Servente Serviços Internos | | | | | | | | | | | | | |
| Posição | Nº INSC | Data Nasc Acertos Nota | CANDIDATO Acertos | CG | | CE | | Nota teórica | | | | | |
| | | | | Nota | Acertos | Nota | Situa- ção | | | | | | |
| 1 | 283832 | 12/10/1966 | Eloir Terezinha De Oliveira Moraes | 9 | 3,60 | 10 | 6,00 | 19 | 9,60 | Aprovado | | | |
| 2 | 292591 | 10/11/1997 | Dayane Silveira Do Rosario | 8 | 3,20 | 10 | 6,00 | 18 | 9,20 | Aprovado | | | |
| 3 | 283353 | 08/12/1968 | Sirlei Terezinha Bauerle | 9 | 3,60 | 9 | 5,40 | 18 | 9,00 | Aprovado | | | |
| 4 | 288631 | 26/06/1988 | Claudia Tatiane De Souza | 7 | 2,80 | 10 | 6,00 | 17 | 8,80 | Aprovado | | | |
| 5 | 284688 | 18/06/1991 | Anara Cristina Correa De Souza | 8 | 3,20 | 9 | 5,40 | 17 | 8,60 | Aprovado | | | |
| 6 | 292279 | 06/04/1978 | Rosana Apare- cida Risso | 9 | 3,60 | 8 | 4,80 | 17 | 8,40 | Aprovado | | | |
| 7 | 282867 | 21/11/1990 | Dulcineia De Oliveira Weber | 9 | 3,60 | 8 | 4,80 | 17 | 8,40 | Aprovado | | | |
| 8 | 281496 | 27/09/1990 | Adriane Mall- mann | 7 | 2,80 | 9 | 5,40 | 16 | 8,20 | Aprovado | | | |
| 9 | 284723 | 28/06/1982 | Ruthiani Flopas | 8 | 3,20 | 8 | 4,80 | 16 | 8,00 | Aprovado | | | |
| 10 | 282238 | 05/11/1988 | Emanuele Lopes | 8 | 3,20 | 8 | 4,80 | 16 | 8,00 | Aprovado | | | |
| 11 | 283472 | 20/11/1992 | Adriana Xavier | 8 | 3,20 | 8 | 4,80 | 16 | 8,00 | Aprovado | | | |
| 12 | 281149 | 01/08/1996 | Leidiane Grane- mann Da Costa | 8 | 3,20 | 8 | 4,80 | 16 | 8,00 | Aprovado | | | |
| 13 | 285083 | 20/02/1997 | Francieli Gon- salves | 8 | 3,20 | 8 | 4,80 | 16 | 8,00 | Aprovado | | | |
| 14 | 285100 | 18/12/1997 | Karla Kauane De Oliveira | 9 | 3,60 | 7 | 4,20 | 16 | 7,80 | Aprovado | | | |
| 15 | 284677 | 29/01/1973 | Cleusa Apa- recida Ribeiro Bueno | 6 | 2,40 | 9 | 5,40 | 15 | 7,80 | Aprovado | | | |
| 16 | 279857 | 11/07/1970 | Dilaci De Fati- ma Hoffmann Martiol | 7 | 2,80 | 8 | 4,80 | 15 | 7,60 | Aprovado | | | |

| | | | | | | | | | | | | |
|----|--------|------------|---|---|------|---|------|----|------|----------|--|--|
| 17 | 284850 | 25/07/1976 | Joceli De Fatima Ribeiro Alves Dos Santos | 7 | 2,80 | 8 | 4,80 | 15 | 7,60 | Aprovado | | |
| 18 | 294210 | 06/06/1996 | Mariana Fari-non Moreira | 7 | 2,80 | 8 | 4,80 | 15 | 7,60 | Aprovado | | |
| 19 | 296440 | 01/08/1991 | Daniele Jaciara Telles Da Costa | 8 | 3,20 | 7 | 4,20 | 15 | 7,40 | Aprovado | | |
| 20 | 280014 | 07/09/1989 | Cristiane Carlin Muller | 6 | 2,40 | 8 | 4,80 | 14 | 7,20 | Aprovado | | |
| 21 | 284678 | 04/05/1989 | Jussara Binello | 7 | 2,80 | 7 | 4,20 | 14 | 7,00 | Aprovado | | |
| 22 | 293816 | 28/01/1981 | DILAIR CAETANO DE SOUZA | 5 | 2,00 | 8 | 4,80 | 13 | 6,80 | Aprovado | | |
| 23 | 285410 | 27/02/1981 | Marcia Fernandes De Paula | 5 | 2,00 | 8 | 4,80 | 13 | 6,80 | Aprovado | | |
| 24 | 282114 | 08/11/1993 | Josiele Do Rosario | 5 | 2,00 | 8 | 4,80 | 13 | 6,80 | Aprovado | | |
| 25 | 296304 | 22/03/1971 | Zenita Tobias De Lima | 6 | 2,40 | 7 | 4,20 | 13 | 6,60 | Aprovado | | |
| 26 | 280840 | 11/06/1989 | Marinei Da Costa Moreira Schultz | 6 | 2,40 | 7 | 4,20 | 13 | 6,60 | Aprovado | | |
| 27 | 281762 | 01/03/1961 | Nelia Gabriel Dos Santos | 4 | 1,60 | 8 | 4,80 | 12 | 6,40 | Aprovado | | |
| 28 | 284692 | 16/06/1996 | Gracieli Alves Pereira | 4 | 1,60 | 8 | 4,80 | 12 | 6,40 | Aprovado | | |
| 29 | 296819 | 24/08/1986 | Patricia De Oliveira | 5 | 2,00 | 7 | 4,20 | 12 | 6,20 | Aprovado | | |
| 30 | 282122 | 31/07/1996 | Joseane Bento De Oliveira | 5 | 2,00 | 7 | 4,20 | 12 | 6,20 | Aprovado | | |
| 31 | 296780 | 26/01/1976 | Giovana Caetano Da Silva | 6 | 2,40 | 6 | 3,60 | 12 | 6,00 | Aprovado | | |
| 32 | 280183 | 07/09/1986 | Regiane Aparecida Dos Santos | 6 | 2,40 | 6 | 3,60 | 12 | 6,00 | Aprovado | | |
| 33 | 285329 | 16/01/1995 | Luana De Fatima Teles Da Costa Ferreira. | 7 | 2,80 | 5 | 3,00 | 12 | 5,80 | Aprovado | | |
| 34 | 295976 | 23/03/1977 | Salete Furtado Granemann Palhano | 3 | 1,20 | 8 | 4,80 | 11 | 6,00 | Aprovado | | |
| 35 | 285356 | 05/11/1965 | Maria Aparecida Dos Santos | 4 | 1,60 | 7 | 4,20 | 11 | 5,80 | Aprovado | | |
| 36 | 288753 | 21/03/1994 | Maria Joselia Pinto | 4 | 1,60 | 7 | 4,20 | 11 | 5,80 | Aprovado | | |
| 37 | 284149 | 14/12/1975 | Jania Aparecida Da Rosa Padilha | 6 | 2,40 | 5 | 3,00 | 11 | 5,40 | Aprovado | | |
| 38 | 280943 | 25/03/1989 | Marcia Aparecida Dumas | 6 | 2,40 | 5 | 3,00 | 11 | 5,40 | Aprovado | | |
| 39 | 280620 | 23/03/1993 | Aline Correia De Souza | 6 | 2,40 | 5 | 3,00 | 11 | 5,40 | Aprovado | | |
| 40 | 296354 | 18/09/1997 | Alessandra Rodriguess De Souza | 6 | 2,40 | 5 | 3,00 | 11 | 5,40 | Aprovado | | |
| 41 | 280238 | 06/08/1980 | Gleide Aparecida Martins Dos Santos | 3 | 1,20 | 7 | 4,20 | 10 | 5,40 | Aprovado | | |
| 42 | 280268 | 13/01/1986 | Gisele Medeiros Da Silva Cesar | 3 | 1,20 | 7 | 4,20 | 10 | 5,40 | Aprovado | | |
| 43 | 296025 | 23/04/1994 | Margarete Maiberg Dos Santos | 3 | 1,20 | 7 | 4,20 | 10 | 5,40 | Aprovado | | |
| 44 | 285081 | 20/02/1984 | Daiana De Fatima Oliveira | 4 | 1,60 | 6 | 3,60 | 10 | 5,20 | Aprovado | | |
| 45 | 283446 | 02/12/1978 | Maria Lucimar De Oliveira | 5 | 2,00 | 5 | 3,00 | 10 | 5,00 | Aprovado | | |

DECRETO Nº 022/2016

DECRETO Nº. 022/2016 de 22 de março de 2016.

“Dispõe sobre a isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano no ano de 2016”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei:

DECRETA

Art. 1º. Ficam isentos do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano IPTU, no exercício financeiro de 2016, de acordo com o que estabelece a Lei Complementar nº. 059/2009, os seguintes contribuintes:

ADAIR TEREZINHA DO PRADO
ANTONIO FELIPUS
ANTONIO VITOR LOPES
ARDELINO DIAS PRESTES
ARDELINO FIDELIS FERREIRA
CAROLINA SEVERA CORTELLINI DOS SANTOS
DALTINA PIRES RIBEIRO
DORALICE PIRES DE LIMA
EMILIA GONÇALVES TELES
GENI TIBES DE FARIAS
GLÓRIA DE JESUS FERNANDES DA SILVA
INDALÉCIO DIAS PRESTES
IOLANDA DE SOUZA MELLO
JANDIRA PEREIRA
JOÃO ALVES
JOÃO EDUARDO LINHARES
JOÃO MARIA COSTA
JOAQUIM GRANEMANN GONÇALVES
JORGINA ORTIZ DE SOUZA – espólio ROSALINA ORTIZ DO PRADO
JOSÉ BERTULINO
JOSÉ PERETTI
JUREMA GUIDINI MOREIRA
LORI APARECIDA DE SOUZA
MANOEL JOAQUIM MINEIRO
MARIA DO ROSARIO RAFAELI
MARIA DOS PRAZERES DE OLIVEIRA MATOS
MARIA MAIBERG KRUCZKIEWICZ
MARLI ALTINO DE FRANÇA
MARLI PINTO CAETANO MORAES
MAURO MORAES DA SILVA
NELSON CARDOSO DE LIMA - espólio ZENILDA RISSON DE LIMA
NELSON CAVALHERI
NERI INHAIA
OSNI JOSE DIAS DO PRADO
OSVALDINA FRANÇA DOS SANTOS
OSVALDO TIBES PEREIRA
ROSALINA ALVES DOS SANTOS
SEBASTIÃO FRANCISCO DE SOUZA
TEREZA ALVES PEREIRA
VITORIA NUNES DA SILVA

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Lebon Régis, 22 de março de 2016
Ludovino Labas
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 023/2016

DECRETO Nº. 023/2016 de 22 de março de 2016.

“ESTABELECE PONTO FACULTATIVO.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;
DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido ponto facultativo para os servidores públicos municipais no dia 24 de março, no horário normal de expediente, exceto nas repartições cujos serviços são considerados essenciais por sua natureza e não podem ser paralisados e aqueles já estabelecidos em calendários.

Art. 2º. Em decorrência do disposto no artigo 1º deste Decreto, os servidores deverão compensar as horas não trabalhadas com os dias de férias correspondentes.

Parágrafo único. A compensação da carga horária suspensa será realizada apenas por aquele que usufruiu do ponto facultativo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Lebon Régis, 22 de março de 2016.
Ludovino Labas
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski
Secretária de Administração e Finanças

Leoberto Leal**PREFEITURA****LEI N.º 1.216/2016**

LEI Nº 1.216, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO”

O Prefeito Municipal em exercício de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento da Seguridade Social, até o valor de R\$ 6.965,81, de acordo com as especificações abaixo:

| Classificação | Código | Especificação | Valor |
|---------------------------------|--------------|---|----------|
| Órgão | 05 | SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL | 6.965,81 |
| Unidade Orçamentária | 01 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 6.965,81 |
| Função | 10 | Saúde | 6.965,81 |
| Sub-função | 301 | Atenção Básica | 6.965,81 |
| Programa | 06 | Saúde com Excelência | 6.965,81 |
| Atividade | 2.017 | Vigilância em Saúde – Componente de Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde | 1.679,30 |
| Categoria Econômica | 4.0.00.00.00 | Despesas de Capital | 1.679,30 |
| Grupo de Natureza da Despesa | 4.4.00.00.00 | Investimentos | 1.679,30 |
| Modalidade Aplicação | 90 | Aplicações Diretas | 1.679,30 |
| Fonte de Recursos | 0.3.0066 | Vigilância em Saúde - Superávit | 1.679,30 |
| Detalhamento | 31 | Piso Fixo de Vigil. e Promoção da Saúde - TFVP | 1.679,30 |
| Atividade | 2.019 | Assistência Farmacêutica Básica–União/Componente Básico da Assistência Farmacêutica | 5.286,51 |
| Categoria Econômica | 4.0.00.00.00 | Despesas de Capital | 5.286,51 |
| Grupo de Natureza da Despesa | 4.4.00.00.00 | Investimentos | 5.286,51 |
| Modalidade Aplicação | 90 | Aplicações Diretas | 5.286,51 |
| Fonte de Recursos | 0.3.0067 | Assistência Farmacêutica Básica - União | 5.286,51 |
| Detalhamento | 40 | Prog. Nac. de Qualif. da Assist. Farmacêutica (Qualifar-SUS) Invest. | 5.286,51 |
| TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL | | | 6.965,81 |

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit verificado no exercício anterior, nas seguintes fontes:

| Fonte/Detalhamento | Fonte/Detalhamento | Valor |
|---|--------------------|----------|
| Vigilância em Saúde/ Piso Fixo de Vigil. e Promoção da Saúde - TFVP | 0.1.0066.000031 | 1.679,30 |
| Assistência Farmacêutica Básica – União/ Prog. Nac. de Qualif. da Assist. Farmacêutica (Qualifar-SUS) Invest. | 0.1.0067.000040 | 5.286,51 |
| TOTAL DO SUPERÁVIT | | 6.965,81 |

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 22 de março de 2016.

VANIO GUCHERT Prefeito Municipal e.e

Lindóia do Sul

PREFEITURA

ADENDO 01-2016 PREGÃO 18/2016

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ADENDO 01/2016 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016

PEDRO ARI PARIZOTTO – Prefeito de Lindóia do Sul, SC, torna publico, que em virtude da adequação ao edital de licitação 23/2016, pregão presencial 18/2016, exclui a exigência do item 6.1 alínea “i” alvará sanitário. Cujo o objeto é REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de grama em leiva, adubo orgânico, mudas de arvores flores, e arranjo. Permanecendo inalteradas as demais cláusulas do edital original, bem como data horário de entrega e abertura de envelopes. A íntegra do Adendo e do Edital original poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, ou através da internet no endereço, www.lindoiadosul.sc.gov.br, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77. Lindóia do Sul - SC, 22 de março de 2016.

Pedro Ari Parizotto- Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

EDITAL N° 024/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 024/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÃO DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA E ALARME PARA CENTRO EDUCACIONAL DE ALTO SUBIDA. Entrega dos Envelopes: até as 10 horas do dia 05/04/2016; Abertura dos Envelopes: 10 horas e 30 minutos do dia 05/04/2016. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 23 de março de 2016. MARTINA ZUCATELLI. Prefeita.

Luzerna

PREFEITURA

AVISO DE REABERTURA - PL 008/2016 - PREGÃO 007/2016 - AR CONDICIONADO - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 008/2016 - PML

Pregão Presencial nº 007/2016 - PML

REABERTURA DO CERTAME

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o registro de preço, destinado a contratação de serviços de instalação de aparelhos de ar condicionado de diversas potências, com fornecimento de materiais e insumos, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência – ANEXO I deste Edital, destinados a Unidade Gestora – Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais do Município de Luzerna/SC.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14 horas do dia 05 de abril de 2016.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 05 de abril de 2016.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

DECRETO 2202

DECRETO Nº 2202 de 22 de março de 2016.

“ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2016”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere os artigos 4º e 5º, da Lei nº 1.406 de 10 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), à conta do superávit financeiro do exercício de 2015, apurado na Fonte e Detalhamento abaixo relacionados, criando Fonte, Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2016, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade - 11.001.15.452.0061.2056 - Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública

Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos
Fonte 3.08 - S. F. Contribuição p/ Custeio de Iluminação Pública
..... R\$ 60.000,00

Detalhamento de Recursos - 008 - Contribuição p/ Custeio de Iluminação Pública - COSIP

Art. 2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 22 de março de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LEI 1433

LEI Nº 1433 de 22 de março de 2016.

“ALTERA O “CAPUT” do art. 7º da Lei nº 1095 de 26 de março de 2013 QUE “DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO ÂMBITO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º - Altera o “caput” do art. 7º da Lei nº 1095 de 26 de março de 2013 que “DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO ÂMBITO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art.7º- O valor do benefício funeral será de até um salário-mínimo nacional, conforme critérios técnicos adotados pela Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.”

Art.2º- Os demais dispositivos da Lei nº 1095 de 26 de março de 2013 permanecem inalterados.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna (SC), 22 de março de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PL 020/2016 - PP 013/2016 - EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS UBS - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 020/2016 - FMS

Pregão Presencial nº 013/2016 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de móveis e equipamentos hospitalares para estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde – Programa Ministério da Saúde, em quantidades e especificações constantes do Anexo I, que faz parte integrante deste Edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 12 de abril de 2016. ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 12 de abril de 2016.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

PORTARIA 066/16

PORTARIA Nº 066/16 de 09 de março de 2016.

"ALTERA PORTARIAS QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ALTERAR as Portarias abaixo especificadas, quanto ao motivo da contratação, conforme demonstrado, em virtude de pedido de exoneração, aposentadoria e afastamentos por licença saúde e licença sem vencimentos das servidoras titulares, até realização de concurso público e o retorno das titulares:

| Portaria | Contratado | Motivo inicial | Motivo novo |
|----------|------------------------------|--|---|
| 139/13* | Rosemari Schmutz Scheuermann | substituição à servidora Rosane Maria Geller Mattes, afastada por Auxílio Doença | Substituição a Inês Boesing, aposentada por invalidez |
| 209/13** | Belonice Dutra de Lemos | Substituição de Juliana Cristina Chiesa, em licença saúde | Substituição de Ineiva Irena Spier, em razão de sua aposentadoria |
| 077/14 | Remídia Krug | Substituição de Lindamir Souza de Oliveira, em auxílio doença | Substituição de Juliana Cristina Chiesa, que pediu exoneração |

* Alterada pelas Portarias 002/15 de 06/01/15 e 043/15 de 16/03/15

** Alterada pelas Portarias 218/13 de 24/10/13 e 074/15 de 14/05/15

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de março de 2016.

Luzerna(SC), 09 de março de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 068/16

PORTARIA Nº 068/16 de 17 de março de 2016.

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, CLAIR TEREZINHA ULRICH HOLZ, para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Gerais, 44 horas semanais, em substituição à servidora ROSELI DA SILVEIRA PINTO, em auxílio doença, em conformidade com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999, aprovada no Processo Seletivo Edital nº 006/2015 de 03 de dezembro de 2015, homologado em 29 de janeiro de 2016, a partir de 17 de março de 2016 até o retorno da titular.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de março de 2016.

Luzerna(SC), 17 de março de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 071/16

PORTARIA Nº 071/16 de 21 de março de 2016.

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas

atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, BRUNA DEMARTINI STÜL CELZLEIN, para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Gerais, 44 horas semanais, em substituição à servidora LINDAMIR SOUZA DE OLIVEIRA, em auxílio doença, em conformidade com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999, aprovada no Processo Seletivo Edital nº 006/2015 de 03 de dezembro de 2015, homologado em 29 de janeiro de 2016, a partir de 21 de março de 2016 até o retorno da titular.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21 de março de 2016.

Luzerna(SC), 21 de março de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 072/16

PORTARIA Nº 072/16 de 21 de março de 2016.

"ATRIBUI JORNADA ESPECIAL DE HORA-AULA EXCEDENTE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ATRIBUI temporariamente, até 22 de dezembro de 2016, JORNADA ESPECIAL DE HORAS-AULA EXCEDENTES a servidora ANELIZE SANTANNA SIMON, Professora III, Classe "M", 40 horas semanais, no Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano de até 06

horas-aula semanal, conforme comunicação da Unidade Escolar, para atender aos alunos com dificuldades de aprendizado, a partir de 01 de março de 2016, com fundamento no §4º do art. 13 da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003, alterado pela Lei Complementar nº 122 de 10 de dezembro de 2013.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Luzerna(SC), 21 de março de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 073/16

PORTARIA Nº 073/16 de 22 de março de 2016.

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, ANA TRINDADE KARLOH, para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Gerais, 44 horas semanais, em substituição à servidora ROSANE MARIA GELLER MATTES, em auxílio doença, em conformidade com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999, aprovada no Processo Seletivo Edital nº 006/2015 de 03 de dezembro de 2015, homologado em 29 de janeiro de 2016, a partir de 22 de março de 2016 até o retorno da titular.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de março de 2016.

Luzerna(SC), 22 de março de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 075

PORTARIA Nº 075/16 de 22 de março de 2016.

“PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA - PROCESSO 001/2016”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos artigos 143 e 145, parágrafo único da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR, por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância - Processo 001/2016, designada pela Portaria nº 031/16 de 11 de fevereiro de 2016, publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios nº 1934, de 17 de fevereiro de 2016, em face das razões apresentadas pelo Presidente da Comissão de Sindicância constantes do ofício nº 001/2016 de 18 de março de 2016.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de março de 2016.

Luzerna(SC), 22 de março de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

decreto 1561

DECRETO Nº1561, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, considerando a Semana Santa,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado PONTO FACULTATIVO, nas Repartições Públicas Municipais, no dia 24 de março (Quinta Feira), período da tarde.
Parágrafo Único – Não será facultativo o Ponto nas Repartições cujos Serviços são considerados essenciais e não podem, pela sua natureza, serem suspensos, mesmo que temporariamente, tanto que a Secretaria da Saúde ficara sobre aviso para encaminhamento de emergência para atendimento fora do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 22 de março de 2016.

Emerson Zanella

PREFEITO MUNICIPAL

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2016

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para contratação de agência de viagens responsável pelo fornecimento e emissão de passagens aéreas, com destinos diversos, destinadas as Secretarias do Município de Mafra/SC, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 19/04/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 22 de março de 2016.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO 20/2016

DECRETO Nº 20 DE 17 DE MARÇO DE 2016.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 1052 de 16 de Março de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), para suplementar no orçamento vigente as dotações abaixo:

05.01 – DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
1.006 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA - ENSINO FUNDAMENTAL
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 (37) – Aplicações Diretas
..... R\$ 250.000,00

TOTAL
..... R\$ 250.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, fica anulada no mesmo orçamento a dotação abaixo:

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0.001 – AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL, ENCARGOS DA DÍVIDA E PASEP
3.2.90.00.00.00.00.00.0080 (11) - Aplicações Diretas
.....R\$ 20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (12) – Aplicações Diretas
.....R\$ 40.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00.0080 (13) - Aplicações Diretas
.....R\$ 140.000,00
05.01 – DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
1.007 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA EDUCAÇÃO
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 (39) – Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00

TOTAL
..... R\$ 250.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 16 de Março de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração em 16 de março de 2016.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

DECRETO 21/2016

Decreto nº 21 de 21 de MARÇO de 2016.

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO 002/2016 PARA INVESTIDURA EM CARGOS PÚBLICOS, EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, ESTADO DE SANTA CATARINA.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, em especial o art.73,

DECRETA:

Art. 1º Ficam Homologadas as Inscrições do Processo Seletivo Nº 002/2016 para a contratação temporária em cargos públicos no município de Maracajá, publicado nesta data, conforme anexo a este decreto municipal.

Art. 2º Determina a publicação de todos os candidatos inscritos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam Revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 21 de Março de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 21 de Março de 2016.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES

PROCESSO SELETIVO 001/2016
RELAÇÃO DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES DEFERIDAS
ORDENADO ALFABETICAMENTE

| CARGO: Agente de Limpeza Urbana, Obras e Serviços Gerais | | |
|--|--------------------------|-----------|
| NR. INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | RG/CPF |
| 007 | Andre da Silva | 4.561.590 |
| 020 | Ginivaldo Venâncio | 5.785.098 |
| 035 | Luiz Carlos da Conceição | 3.909.461 |
| 003 | Paulo Afonso Darolt | 1.940.620 |

| CARGO: Gari/Separador de Resíduos Sólidos | | |
|---|---------------------------------|-------------|
| NR. INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | RG/CPF |
| 032 | Amandio Santos de Freitas | 5.480.510-4 |
| 041 | Jair da Rosa | 3.011.647 |
| 087 | Jucilene Fernandes | 4.592.779 |
| 009 | Maria de Lourdes Pereira | 3.035.564 |
| 043 | Maria Terezinha de Medeiros | 2.365.188 |
| 027 | Nivaldo João Martins | 3.033.873 |
| 001 | Ramon Da Luz Pedroso | 5.830.837 |
| 028 | Suzana Aparecida Faria da Silva | 5.692.983 |

CARGO: Operador de Máquinas e Equipamentos

| NR. INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | RG/CPF |
|---------------|--------------------|-----------|
| 021 | Cezinaldo de Souza | 3.537.263 |

CARGO: Operador de Tratores Agrícolas

| NR. INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | RG/CPF |
|---------------|------------------------|-----------|
| 014 | Odair Manoel Rodrigues | 7.128.752 |

CARGO: Vigia

| NR. INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | RG/CPF |
|---------------|---------------------------|-------------|
| 063 | Daniela Machado Torquato | 5.586.737 |
| 073 | Edevaldo Lourival Costa | 4.355.517 |
| 089 | Eduardo Luciano Vicente | 5.329.772-5 |
| 046 | Fabício Dordetti | 3.912.226 |
| 018 | Manoel Algemiro Rodrigues | 15.316.211 |
| 076 | Mateus Rosso Ferrari | 38.813.024 |
| 056 | Sander Schwartz | 849.000 |

CARGO: Zelador de Escola

| NR. INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | RG/CPF |
|---------------|----------------------------|-----------|
| 081 | Natyara Waterkemper Gaspar | 6.525.504 |

CARGO: Agente de Combate a Endemias

| NR. INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | RG/CPF |
|---------------|-------------------------------|-----------|
| 088 | Alexsandro José Pereira | 4.209.813 |
| 061 | Gustavo Teixeira Farias | 5.892.063 |
| 065 | Katia Silene Rocha | 3.144.671 |
| 072 | Pâmela Sabrine Gomes de Jesus | 9.982.128 |

CARGO: Agente de Saúde ESF

| NR. INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | RG/CPF |
|---------------|--------------------------------|-----------|
| 060 | Andréia de Farias Machado | 5.892.483 |
| 058 | Kathrein Mirian Schwartz | 5.022.573 |
| 038 | Rita de Cássia de Freitas Adão | 4.417.887 |
| 039 | Tereza Paulo Carradore | 2.396.608 |

CARGO: Atendente em Saúde

| NR. INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | RG/CPF |
|---------------|----------------------------------|----------------|
| 025 | Camila Fernandes Mota | 902.480.230-04 |
| 059 | Gorete Salvatico Goularte Borges | 4.196.399 |
| 047 | Mariely Fernandes de Souza | 5.419.983 |
| 071 | Vanessa Martins | 5.045.641 |

CARGO: Faxineira/Copeira

| NR. INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | RG/CPF |
|---------------|-----------------------------|-----------|
| 057 | Ana Paula Bernardino Marcos | 3.715.495 |
| 012 | Elisa Maria Pedro | 7.123.877 |
| 050 | Marli Freitas Quarti | 4.161.102 |
| 082 | Samara Gaspar | 5.785.980 |

CARGO: Motorista de Ambulância

| NR. INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | RG/CPF |
|---------------|------------------------|-----------|
| 044 | Erick Gonçalves Vieira | 5.754.761 |
| 006 | Ivonei José da Cruz | 3.144.120 |
| 069 | Lucas Kindermann | 4.939.916 |
| 005 | Manoel José da Rocha | 966.607 |

CARGO: Motorista de Automóvel

| NR. INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | RG/CPF |
|---------------|-----------------------------|---------|
| 026 | Amilton Gonçalves Fernandes | 428.462 |

| | | |
|-----|----------------------------|-----------|
| 015 | Ênio Henrique | 852.171 |
| 004 | Gabriel de Castilhos Gomes | 5.139.467 |
| 048 | Kevin Souza dos Santos | 5.761.479 |
| 090 | Luciano Gaspar | 4.592.812 |

CARGO: Motorista de Caminhão

| NR. INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | RG/CPF |
|---------------|--------------------------|-----------|
| 034 | Adelir Valério da Cunha | 3.030.097 |
| 013 | José Adelino Waterkemper | 1.977.754 |
| 017 | Luiz Cezar de Almeida | 1.442.064 |
| 010 | Manoel Euclides da Rocha | 1.218.232 |

CARGO: Recepcionista

| NR. INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | RG/CPF |
|---------------|------------------------------|--------------|
| 066 | Andressa Geovana Marcanssoni | 11.089.919-0 |
| 091 | Catarina Francisca da Rocha | 3.034.806 |
| 064 | Cleiton Martins | 6.444.936 |
| 037 | Fernanda de Souza Zamban | 6.095.569 |
| 029 | Francieli Dagostim | 5.045.993 |
| 068 | Jaqueline Farias | 4.275.750 |
| 033 | Larissa Paris de Oliveira | 6.806.777 |
| 074 | Nicolli Rocha Manoel | 7.001.461 |
| 008 | Samantha Zappe Ubiali | 5.225.782 |

CARGO: Técnico em Enfermagem ESF

| NR. INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | RG/CPF |
|---------------|---------------------------------|-----------|
| 054 | Daiana da Rosa Gonçalves | 5.044.279 |
| 011 | Ivanízia da Silva Rocha | 2.398.289 |
| 077 | Jaqueline Elias Jaques de Souza | 5.929.961 |

CARGO: Enfermeiro

| NR. INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | RG/CPF |
|---------------|----------------------------------|---------------|
| 002 | Aline Lummertz Dias de Mattos | 4.098.903 |
| 080 | Angela Cristina Pereira Silveira | 2.711.138 |
| 085 | Clever Aparecida Abegg | 3.838.397 |
| 070 | Fúlvia Silva da Rosa | 3.838.642-9 |
| 083 | Gabriela de Souza Mariano | 4.945.383 |
| 016 | Jessica Gobbo Silva | 6.299.429 |
| 030 | Laís Borges Castro | 53.299.787 |
| 078 | Larissa Muller | 4.746.307 |
| 023 | Rafaela de Almeida Webber | 9.090.378.176 |
| 042 | Sianna Córdova Nunes | 4.419.852 |
| 024 | Tamires Concencio | 5.431.982 |
| 040 | Tatiana Padilha | 5.690.149 |
| 084 | Vanessa Dahmer Muller | 9.090.670.309 |

CARGO: Fonoaudiólogo

| NR. INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | RG/CPF |
|---------------|---------------------------|----------------|
| 053 | Simone Rattay Andrade | 902.480.230-04 |
| 079 | Vitoria Pereira Gonçalves | 4.243.638 |

CARGO: Psicólogo

| NR. INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | RG/CPF |
|---------------|--|----------------|
| 049 | Adrieli da Silveira Elias | 5.108.342 |
| 062 | Camila Duarte Resende | 5.111.273 |
| 051 | Cristiane Costa Felisbino Mendes | 3.838.615 |
| 052 | Elisangela Pereira | 018.196.610-75 |
| 067 | Franciane Rech da Silva | 5.538.950 |
| 045 | Kelly Daiane Savariz Bolla | 4.921.558 |
| 075 | Larissa Maria Machado da Cruz Tancredo | 4.764.754 |

| | | |
|-----|--------------------------|---------------|
| 031 | Marla Tanise Spiering | 3.064.771.938 |
| 086 | Tamires Gomes dos Santos | 5.659.852 |

| CARGO: Fisioterapeuta | | |
|-----------------------|------------------------------------|-----------|
| NR. INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | RG/CPF |
| 022 | Ana Paula Mota Bittencourt Freitas | 4.715.559 |
| 019 | Débora Silva Mercelino | 5.742.700 |
| 055 | Marina dos Santos Lucchesi | 4.545.577 |
| 036 | Morvana Lourenço Dalmoro | 3.988.339 |

Maracajá/SC, 21 de Março de 2016.

Vilmar Leandro

Presidente da Comissão de Processo Seletivo Simplificado

De acordo, homologo as inscrições acima em 21 de Março de 2016:

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

DECRETO 22/2016

DECRETO Nº 22 DE 21 DE MARÇO DE 2016.

INSTITUI O PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO, que o dia 25 de março do corrente é considerado pela Igreja Católica como um dia santo, onde em todo país é realizado celebrações religiosas;

CONSIDERANDO, que a Sexta-feira Santa da Paixão de Cristo é feriado municipal em Maracajá e que neste ano será no dia 25 de março do corrente;

CONSIDERANDO, que o que determina a Lei Federal Nº 9.093 de 12 de Setembro de 1995, em seu artigo 2º;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado o Ponto Facultativo nas repartições públicas do Município de Maracajá, da Administração Direta e Indireta, no dia 24 de março Quinta-Feira Santa, em razão das celebrações religiosas da sexta-feira santa, durante todo o expediente.

Parágrafo único - No dia 28 de março de 2015 o expediente retornará ao horário previsto no decreto nº 65 de 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Excetuam-se os serviços considerados de caráter essencial e de interesse público, dada à natureza dos serviços prestados, serão atendidos na forma e nos horários exigidos, sob a orientação e a responsabilidade dos Diretores dos respectivos Departamentos, tais como:

I – a Coleta Seletiva do Lixo e a Limpeza Pública, vinculados ao Departamento de Obras, Habitação e Serviços Urbanos;

II - o Parque Ecológico de Maracajá, vinculado a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo.

Art. 3º A Unidade de Saúde Central (CEMASAS) permanecerá com o Plantão 24h da ambulância.

Art. 4º Os Diretores das repartições onde os trabalhos não forem interrompidos organizarão escalas de revezamento entre os respectivos servidores, em seus horários de serviços, de tal forma que todos estes possam gozar do benefício desse ato, sem prejuízo dos trabalhos públicos essenciais.

Art. 5º Este Ponto Facultativo poderá ser cancelado a qualquer tempo, em virtude de necessidade imperiosa, estado de emergência,

de calamidade pública ou fato novo que necessite dos préstimos dos servidores.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 21 de Março de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 21 de Março de 2016.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

LEI 1050/2016

LEI Nº 1050 DE 16 DE MARÇO DE 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARACAJÁ - APAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, entre o Município de Maracajá/SC e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maracajá - APAE, inscrita no CNPJ sob o número 08.154.626/0001-64, estabelecida à Avenida Getúlio Vargas, 480, centro de Maracajá/SC, representada pelo seu presidente.

Art. 2º A cooperação técnica do município de Maracajá, no termo de convênio, compreende: 02 (dois) professores de 20 h (vinte horas) cada um.

Art. 3º A cooperação financeira a subvencionar será de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), a ser pago em parcelas mensais e iguais até o dia 31/12/2016, conforme termo de convênio a ser firmado. §1º O repasse será feito mensalmente até o dia 30 de cada mês. Caso exista parcelas pendentes de pagamento, poderá ocorrer mais de um repasse num mesmo mês, desde que ocorrida a apresentação e aprovação da prestação de contas.

§2º A cooperação financeira é para fazer face ao auxílio de custeio de despesa com pessoal, alimentação, material didático, material de expediente, impostos, consumo de energia e água, assim como manutenção de máquinas, equipamentos e dependências físicas.

Art. 4º A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maracajá - APAE, prestará contas até 30 (trinta) dias após o repasse de cada parcela, nos termos da legislação vigente e normas estabelecidas pela administração municipal de Maracajá.

Parágrafo Único - Não haverá nova liberação de recursos à entidade beneficiada, se esta não fizer a prestação de contas, dentro do prazo estabelecido no referido Termo de Convênio.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fiscalizar e a celebrar com a entidade subvencionada, o respectivo convênio, disciplinando o recebimento e a aplicação dos recursos concedidos por esta Lei.

Art. 6º A celebração do termo de convênio será firmado desde que a APAE atenda aos seguinte pré-requisitos:

I - Não estar em débito com o município referente a prestação de contas no exercício de 2015;

II - Apresentar todos os documentos solicitados pelo Decreto nº

12/2014 ;

III - Não possuir débitos com a União, Estado e Município.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei Municipal correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do ano de 2016.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 16 de Março de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Complementar na Secretaria de Administração em 16 de março de 2016.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

LEI 1051/2016

LEI Nº 1051 DE 16 DE MARÇO DE 2016.

ALTERA O ART. 2º DA LEI Nº 966 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterado o Art. 2º da Lei nº 966 de 26 de Fevereiro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder recurso pecuniário na forma de Bolsa Auxílio Moradia e Alimentação para os Médicos participantes do "Projeto Mais Médicos para o Brasil" disponibilizados pelo Ministério de Saúde para atuarem no âmbito do Município de Maracajá, ficando fixado o auxílio mensal no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

"

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 16 de Março de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Complementar na Secretaria de Administração em 16 de março de 2016.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

LEI 1052/2016

LEI Nº 1052 DE 16 DE MARÇO DE 2016.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), para suplementar no orçamento vigente as dotações abaixo:

05.01 – DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

1.006 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA - ENSINO FUNDAMENTAL

4.4.90.00.00.00.00.0104 (37) – Aplicações Diretas
..... R\$ 250.000,00

TOTAL
..... R\$ 250.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, fica anulada no mesmo orçamento a dotação abaixo:

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0.001 – AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL, ENCARGOS DA DÍVIDA E PASEP

3.2.90.00.00.00.00.0080 (11) - Aplicações Diretas
.....R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0080 (12) – Aplicações Diretas
.....R\$ 40.000,00

4.6.90.00.00.00.00.0080 (13) - Aplicações Diretas
.....R\$ 140.000,00

05.01 – DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

1.007 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA EDUCAÇÃO

4.4.90.00.00.00.00.0104 (39) – Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00

TOTAL
..... R\$ 250.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 16 de Março de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Complementar na Secretaria de Administração em 16 de março de 2016.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

LEI 1053/2016

LEI Nº 1053 DE 16 DE MARÇO DE 2016.

ACRESCENTA NÚMERO DE VAGAS NO QUADRO DE PESSOAL DA LEI Nº 985 DE 12 DE JUNHO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam acrescidas aos Cargos já existentes no Quadro de Cargos Efetivos do Município de Maracajá, regida pela Lei nº 985 de 12 de Junho de 2014, Anexo I, Quadro I, Grupo I: Atividades de Nível Superior - ANS, que Dispõe sobre o Quadro de Pessoal, as quantidades, conforme especificação abaixo:

| ANEXO I | | | |
|--|---------------------------------|--|-----------------------|
| QUADRO I | | | |
| GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS | | | |
| NOME DO CARGO | NÚMERO DE VAGAS ACRES- CIDAS | HABILITAÇÃO NECESSÁRIA PARA A POSSE | CARGA HORÁRIA SEMANAL |
| Motorista de Automóvel. | 02 (duas) | Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Fundamental Completo, com Categoria de Habilitação Mínima "B". | 40 h |
| Motorista de Ônibus. | 02 (duas) | Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Fundamental Completo, com Categoria de Habilitação Mínima "D" ou "E". | 40 h |

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei, correrá por conta de dotações orçamentárias próprias do Poder executivo e em conformidade com o Plano de Cargos e Carreiras dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 1º de março de 2016.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 16 de Março de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Complementar na Secretaria de Administração em 16 de março de 2016.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

LEI COMPLEMENTAR 51/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 51 DE 16 DE MARÇO DE 2016.

INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal – Refis Municipal – no município de Maracajá.

Art. 2º O Programa de Recuperação Fiscal – Refis Municipal – destina-se a promover o recebimento de créditos de qualquer natureza da Fazenda Pública Municipal, com vencimentos até 31 de dezembro de 2015, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, com exigibilidade suspensa ou não, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada.

§ 1º Estão excluídos da presente Lei Complementar as despesas decorrentes de processos de execução fiscal e seus respectivos embargos, se houver.

§ 2º Os benefícios de que trata o presente artigo também serão extensivos aos contribuintes com parcelamentos pendentes, não integralmente quitados.

§ 3º Aos devedores que aderirem ao Programa Refis será concedida a redução dos juros de mora e multa, na forma prevista no artigo 7º desta Lei Complementar, mantidos os valores do principal corrigidos.

Art. 3º O prazo para adesão ao programa aqui instituído se iniciará a partir do primeiro dia útil de vigência desta Lei Complementar, encerrando-se em 31 de dezembro de 2016, observando-se o disposto no artigo 7º.

Art. 4º Poderão pleitear a adesão ao programa ora instituído as pessoas responsáveis pela respectiva obrigação assim definida na legislação vigente.

§ 1º A opção pelo Refis Municipal poderá ser formalizada até a data mencionada no artigo 3º, mediante requerimento de parcelamento no qual a pessoa física ou jurídica deverá indicar pormenorizadamente quais débitos deverão ser nele incluídos.

§ 2º O requerimento de que trata o parágrafo anterior deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Pessoa Física:

- a) CPF;
- b) RG;
- c) comprovante de residência (água,luz ou telefone);
- d) procuração pública (se for o caso);

II - Pessoa Jurídica:

- a) contrato social;
- b) CNPJ; e
- c) RG, CPF e comprovante de residência do sócio responsável;
- d)procuração pública(se for o caso);

III - Termo de Confissão de Dívida Ativa;

IV - declaração de desistência, nos termos do inciso II do artigo 6º desta Lei Complementar;

V - cópia de pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, sobre o valor original do crédito devidamente atualizado, para os casos ajuizados.

Art. 5º Para o pagamento à vista, o contribuinte poderá optar pela inclusão individual de cada lançamento que compõe a dívida, exceto os débitos ajuizados e/ou executados, que deverão ser consolidados em sua totalidade.

Parágrafo único - Os débitos assim definidos na forma do caput deste artigo serão consolidados na data do termo de adesão e acrescidos dos encargos legais em conformidade com o Código Tributário Municipal.

Art. 6º A opção pelo Refis Municipal fica obrigatoriamente

condicionada:

I - à assinatura do Termo de Acordo entre as partes, contendo as disposições legais necessárias;

II - ao encerramento comprovado de feitos ajuizados contra o Município, por desistência expressa e irrevogável, com renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda a ação, protocolando requerimento de extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do inciso V do caput do artigo 269 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil –, suportando o contribuinte as custas judiciais, despesas processuais e honorários de sucumbência;

III - ao pagamento pelo contribuinte das custas, despesas processuais e honorários para os débitos em cobrança judicial;

IV - à desistência de todos os recursos, inclusive dos embargos já processados na execução fiscal.

Art. 7º O Programa de Recuperação Fiscal – Refis Municipal – será concedido da seguinte forma:

I - para adesão, mediante pagamento total do débito à vista, até a data limite estabelecida no artigo 3º, com dispensa de 100% (cem por cento) do valor da multa e dos juros de mora;

II - para os requerimentos de adesão protocolados até a data limite estabelecida no artigo 3º:

a) pagamento em até 6 (seis) parcelas com dispensa de 70% (setenta por cento) do valor da multa e dos juros de mora;

§ 1º O não pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais, implicará a rescisão do parcelamento e prosseguimento da cobrança;

§ 2º As parcelas terão atualização monetária, anualmente, de acordo com o índice INPC-IBGE;

§ 3º Nenhuma parcela poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais);

§ 4º A primeira parcela do acordo firmado deverá ser paga no ato do parcelamento através de guia de recolhimento emitido no Departamento de Tributos do Município.

Art. 8º O pagamento deverá ser realizado através de guia de recolhimento emitido no Departamento de Tributos do Município.

Art. 9º O pagamento previsto nesta Lei Complementar terão vigência temporária, valendo exclusivamente para os efeitos do Refis Municipal.

Art. 10. Serão excluídos do Refis Municipal os casos de:

I - inobservância de quaisquer das exigências estabelecidas nesta Lei Complementar;

Parágrafo único - A exclusão do Refis Municipal acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do débito, aplicando-se sobre o montante devido todos os acréscimos legais previstos no Código Tributário Municipal.

Art. 11. O cancelamento do acordo firmado dar-se-á independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, ficando o inadimplente excluído do programa.

Art. 12. A adesão ao Refis Municipal não impede que a exatidão dos valores denunciados de forma espontânea pelo devedor, do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), seja conferida posteriormente pelo Fisco Municipal, para efeito de lançamento suplementar.

Parágrafo único - Apurado pelo Fisco Municipal inexistência do valor denunciado espontaneamente pelo devedor, poderá ser o respectivo montante incluído no Refis Municipal, desde que cumpridos pelo contribuinte os requisitos e as exigências desta Lei Complementar.

Art. 13. A opção pelo Refis Municipal sujeita o contribuinte à aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar e constitui confissão irrevogável e irretroatável da dívida, hábil a interromper o prazo prescricional, nos termos do artigo 174, parágrafo único, inciso IV, do Código Tributário Nacional (CTN).

Art. 14. O Poder Executivo editará os atos regulamentares que se fizerem necessários à implementação desta Lei Complementar.

Art. 15. A instituição do Refis Municipal pela presente Lei Complementar não impede o ajuizamento de execuções fiscais pelo Município no período de sua vigência.

Art. 16. Ao Município fica autorizado o protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa, representativas de créditos tributários ou não, desde que os contribuintes ou devedores estejam devidamente identificados.

Art. 17. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 16 de Março de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Complementar na Secretaria de Administração em 16 de março de 2016.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO 21/2016 - PP

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Maracajá

Resultado do Pregão Presencial nº 21/2016

O Município de Maracajá, torna público o resultado final do Processo Licitatório nº 21/2016 – Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, referente aquisição parcelada de material escolar de distribuição gratuita para os alunos da rede municipal de ensino, material de expediente para a Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Meio Ambiente e Turismo, Departamento de Educação, Cultura e Esportes e Fundo Municipal de Assistência, do município de Maracajá, para o ano de 2016, que gerou o seguinte resultado: Itens – 01; 03; 04; 05; 06; 10; 12; 14; 15; 16; 18; 22; 23; 24; 26; 27; 28; 30; 31; 32; 34; 35; 36; 37; 38; 39; 40; 41; 42; 43; 44; 45; 47; 49; 50; 51; 52; 53; 54; 55; 58; 59; 60; 62; 63; 54; 66; 68; 76; 78; 80; 83; 84; 86; 89; 90, adjudicado para a empresa Livraria Domek Eireli - EPP, valor Adjudicado R\$ 46.910,90 (quarenta e seis mil novecentos e dez reais e noventa centavos). Itens – 08; 21; 71; 74; 92, adjudicado para a empresa Gold Computadores Ltda, valor adjudicado R\$ 1.258,70 (um mil duzentos e cinquenta e oito reais e setenta centavos). Itens – 33; 46; 91, adjudicado para a empresa Licitamix Materiais de Escritório Ltda - ME, valor adjudicado R\$ 974,00 (novecentos e setenta e quatro reais). Itens – 02; 07; 09; 11; 19; 29; 48; 56; 65; 67; 70; 72; 73; 75; 79; 82; 85; 93, adjudicado para a empresa Orleans Informática Ltda – EPP, valor adjudicado R\$ 4.493,97 (quatro mil quatrocentos e noventa e três reais e noventa e sete centavos), Itens – 13; 17; 20; 25; 57; 61; 69; 77; 81; 87; 88, adjudicado para a empresa RIF Comercial Atacadista Ltda – ME, valor adjudicado R\$ 3.217,95 (três mil duzentos e dezessete reais e noventa e cinco centavos). Valor Total Adjudicado R\$ 56.855,52 (cinquenta e seis mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos).

Maracajá/SC, 22 de março de 2016.

Marcio Michel Jumes de Sousa
Pregoeiro

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 356/2016

DECRETO Nº 356, DE 22 DE MARÇO DE 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Lei Municipal nº 3.910, de 18 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 9.000,00 (nove mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

09.00 – SECRETARIA MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.01 – Fundo Mun. de Assistência Social

08 – Assistência Social

08.244 – Assistência Comunitária

08.244.0017 – Programas Sócio Educativos

08.244.0017.2.139 – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Destinação de Recursos: 0.1.52 – Outras Transferências FNAS

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 9.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o Artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

09.00 – SECRETARIA MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.01 – Fundo Mun. de Assistência Social

08 – Assistência Social

08.244 – Assistência Comunitária

08.244.0017 – Programas Sócio Educativos

08.244.0017.2.139 – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Destinação de Recursos: 0.1.52 – Outras Transferências FNAS

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 9.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 22 de março de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 008/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Administrativo n. 008/2016

Dispensa por Justificativa n. 003/2016

Contratado: Inácio José Freitag

Valor mensal: R\$ 943,00

Contrato Administrativo n. 007/2016

Vigência: 31/12/2016.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que deflagrou processo de dispensa por justificativa para locação de imóvel para abrigar, as atividades do CEI Cantinho Feliz. Maravilha – SC, 22 de março de 2016. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Administrativo n. 001/2016

Dispensa por Justificativa n. 001/2016

Contratado: Renato Seibt

Valor mensal: R\$ 4.280,00

Contrato Administrativo n. 006/2016

Vigência: 31/12/2016.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que deflagrou processo de dispensa por justificativa para locação de imóvel para abrigar, as atividades da Casa da Cidadania do Município de Maravilha - SC, 22 de março de 2016. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 019/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Administrativo n. 019/2016

Inexigibilidade n. 002/2016

Contratada: Soc. Beneficente Hospitalar Maravilha

Valor global: 2.158.316,52

Contrato Administrativo n. 010/2016

Vigência: 31/12/2016.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que deflagrou processo de inexigibilidade para contratação de serviços de plantão médico-hospitalar, para o ano de 2016. Município de Maravilha - SC, 22 de março de 2016. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 012.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Administrativo n. 012/2016

Inexigibilidade n. 001/2016

Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI

Valor mensal: R\$ 3.580,00

Contrato Administrativo n. 006/2016

Vigência: 31/12/2016.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que deflagrou processo de inexigibilidade para contratação de serviços de assistência técnica. Município de Maravilha - SC, 22 de março de 2016. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 166, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 166 de 21/03/2016.

HOMOLOGA DECISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA SOBRE AS CONTAS DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA REFERENTES AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial a alínea "d" do inciso "I" do artigo 46 do Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes deste Município que o plenário da Câmara aprovou e ELE promulga o seguinte Decreto Legislativo.

Art. 1º Fica por este Decreto Legislativo aprovadas as contas referentes ao exercício financeiro do ano de 2014 da Prefeitura Municipal de Maravilha, conforme recomendação expressa do Tribunal de Contas do Estado no ofício nº 2007/2016 de 10 de março de 2016, e o parecer prévio nº 0176/2015, cujo relator foi o Conselheiro Herneus de Nadal.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização deste Decreto Legislativo correm por conta do Orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões aos 21 dias do mês de março de 2016.

Sergio Bourscheid

Presidente

Massaranduba

PREFEITURA

CO 25.2016 (FMS) CRISTIANE ROSSI LOPES

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATADO: CRISTIANE ROSSI LOPES

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.

VALOR CONTRATADO: R\$ 91,90 (NOVENTA E UM REAIS E NOVENTA CENTAVOS) POR HORA.

VIGÊNCIA: 04 DE MARÇO DE 2016 À 31 DE DEZEMBRO DE 2016

MASSARANDUBA, 22 DE MARÇO DE 2016.

SUZANE E.F. REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MÁRIO FERNANDO REINKE – PREFEITO MUNICIPAL

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO Nº024-2016

DECRETO nº 024/2016

TRATA DA NOMEAÇÃO DE SUPERVISOR DO SAMAE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, inciso I, e Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei nº 1186/2006 e Lei Complementar nº 037/2013, de 03 de dezembro de 2013, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º O senhor RICARDO ALEXANDRE, para ocupar o cargo em comissão de SUPERVISOR DO SAMAE, do quadro de Pessoal Comissionado do SAMAE, a partir da presente data.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 23 de Março de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e finanças

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 07/04/2016, às 14h00min horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2016, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM ÔNIBUS DE CAPACIDADE MÍNIMA DE 44 LUGARES PARA TRANSPORTE DE ALUNOS EM VIAGENS DE ESTUDOS, E TRANSPORTE DOS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO PARA VIAGENS DE INTEGRAÇÃO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL. A íntegra do Edital e maiores informações poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Centro, Meleiro/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min horas de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537- 8400.

Meleiro/SC, 22 de março de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 015/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 08/04/2016, às 08h30min horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 015/2016, que tem como objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA MEDICINA DO TRABALHO PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Centro, Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400.

Meleiro/SC, 22 de março de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 142-2016

PORTARIA n.º 142/2016

TRATA DA ANULAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

ANULAR

Art. 1.º A Portaria 118/2016, que contrata a Senhora CIBELLY CARMINATI GRACIANO, para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, até o término das aulas, no Centro de Educação Infantil Escadinha do Tempo.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 14/03/2016.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 118/2016.

Meleiro, 22 de Março de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 143-2016

PORTARIA nº 143/2016

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da Licença saúde, à servidora LEA SONIA PASINI BERKENBROCK, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 22/03/2016.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 22 de Março de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 144/2016

PORTARIA nº 144/2016

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal LEA SONIA PASINI BERKENBROCK, – matrícula 78, ocupante do cargo de professora, referente ao período aquisitivo de 01/01/2014 a 31/12/2014.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 22/03/2016.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro 22 de Março de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 053/2016

PORTARIA Nº 053/2016 de 17/02/2016

DESIGNA SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE MODELO SC, PARA RESPONDER PELA MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DOS RECURSOS RECEBIDOS PELO REGIME DE ADIANTAMENTO, DO FMS – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DO MUNICÍPIO DE MODELO SC E DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS LÚCIO SCHLOSSER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art.1º - Ficam designados os servidores Municipais abaixo mencionadas, para responder pela movimentação bancária das contas do regime de adiantamento, conforme menciona a conta para cada servidor respectivamente, do Fundo Municipal de Saúde de Modelo/SC e do Município de Modelo SC, no Banco do Brasil S/A, sendo:

1.FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MODELO SC – CNPJ: 11.511812/0001-18:

| Nome Servidor | CPF | Cargo | Conta bancaria autorizada para movimentação nos termos desta Portaria |
|-------------------------|----------------|---|---|
| Marcia Teresinha Jacoby | 032.117.819-00 | Diretora Saude Gestora do FMS/Gestora do FMS | 5029-6 |
| Paulo Salvatori | 525.742.379-00 | Motorista com designação para desempenho das atribuições no Departamento Municipal de Saude | 106406-1 |

2.MUNICÍPIO DE MODELO SC – CNPJ83.021.832/0001-11:

| Nome Servidor | CPF | Cargo | Conta bancaria autorizada para movimentação nos termos desta Portaria |
|-----------------------------|----------------|---|---|
| Adilson Cesar Braun | 767.621.229-49 | Diretor Municipal de Compras/Administração e Fazenda | 101234-7 |
| Jussane T. M. Frandoloso | 800.082.329-20 | Diretora Municipal da Educação | 6908-6 |
| Marizete Maria Floss | 023.591.969-10 | Coordenadora Departamento Municipal da Assistência Social | 81438-5 |
| Carla Alexius Martini | 767.623.869-20 | Assistente Administrativa | 5272-8 |
| Fabricio Eberhardt | 039.297.229-84 | Chefe Departamento de Esportes | 5993-5 |
| Marcia W. Rudiger | 505.040.530-00 | Secretária Municipal da Agric/Estr/Obras | 91573-4 |
| Sandra Maura da Silva Braun | 041.170.529-69 | Presidente Conselheira Tutelar do Município de Modelo SC | 5245-0 |

Art. 2º - Os servidores municipais qualificadas no Art. 1º desta Portaria, observadas as disposições legais, para atendimento das atribuições desta designação, ficam autorizados, especificamente relativo a conta bancaria autorizada para movimentação, assinar individualmente (isolada) relativo a conta identificada em seu nome no adiantamento, conforme menciona, nos termos desta Portaria e desempenhar as atividades de:

EMITIR CHEQUES
ABRIR CONTAS DE DEPÓSITOS
SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES
REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES
RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS
ENDOSSAR CHEQUE
SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES
CANCELAR CHEQUES
BAIXAR CHEQUES
EFETUAR RESGATES/APLICACÕES FINANCEIRAS
CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS
EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE
EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO
EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO
EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO RPG
CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECU

LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANC
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS,EXCETO INVESTIMENTO
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS
EMITIR COMPROVANTES
EFETUAR TRANSFERÊNCIA P/ MESMA TITULARIDADE

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 17 de fevereiro de 2016.
CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Mondaí

PREFEITURA

REABERTURA PREGÃO P 016/2016 FMAS

AVISO REABERTURA DE PRAZO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2015

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que está reabrindo prazo para apresentação dos envelopes proposta e documentação do Edital de Licitação nº 022/2016, modalidade Pregão Presencial nº 016/2016 em virtude de alterações na descrição dos itens.

NOVA DATA PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até 08h55min do dia 07 de abril de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min do dia 07 de abril de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br

MONDAÍ (SC), 22 de abril de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO 01/2016 RODRIGUES E DA SILVA

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 18/2014

O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/DEZEMBRO/2016, Referente Processo de Licitação nº 16/2014 - TOMADA DE PREÇOS DE SERVIÇOS E OBRAS DE ENGENHARIA Nº 01/20104, REFERENTE A OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA IRREGULAR, PASSEIO, MEIO-FIO, DRENAGEM, RAMPAS DE ACESSO SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA CÂNDIDA CORRÊA BECKER COM ÁREA DE 2.305,92 M2. CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, INSCRITA NO CNPJ Nº 95.996.104/0001-04 - CONTRATADA:RODRIGUES E DA SILVA LTDA-ME, INSCRITA NO CNPJ Nº 07.481.358/0001-22.

MONTE CARLO-SC,15 de JANEIRO de 2016.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO 28/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2016

INEXIGIBILIDADE Nº 01/2016

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2016.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS OFICIAIS PARA PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE CRÉDITOS PROVENIENTES DE CONTAS DE ÁGUA, EMOLUMENTOS E TRIBUTOS GERADOS PELO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, COM AGÊNCIA OU POSTO AVANÇADO INSTALADO NA SEDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE CAIXAS PARA ATENDIMENTO PESSOAL, COM NO MÍNIMO DOIS FUNCIONÁRIOS, ENTRE ESSES UM GERENTE OU ENCARREGADO PARA PRESTAR ATENDIMENTOS, ESCLARECIMENTOS ENTRE OUTROS SERVIÇOS, COM ATENDIMENTO AO PÚBLICO DE NO MÍNIMO 6(SEIS) HORAS DIÁRIAS DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA EM HORÁRIO COMERCIAL

ENTREGA DE DOCUMENTOS: Os documentos serão recebidos à partir do dia 23/03/2016, em horário de expediente, até no dia da ABERTURA no dia 13/ABRIL/2016 às 14:00hrs.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações, SC 456 Km 15 – Centro – Monte Carlo-SC.

HORÁRIO: Das 08:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3546 0194 ramal 28, FAX No 3546 0194.

COMPLETO:

a) Presencial: Prefeitura Municipal de Monte Carlo - SC, SC 452 km 25, nº 1551 - Centro.

HORÁRIO: Das 08:00 às 12:00 horas; 13:30 às 17:30 horas.

b) Telefone nº 49/3546.0194 ramal 231,

c) Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

d) e-Mail: compras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 21 de março de 2016

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS 040/2016

Município de Morro da Fumaça. Edital de Tomada de Preços 040/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO DA RUA VALENTIM MARAGNO E DA RUA DONA EMILIA DA SILVA COM LAJOTAS SEXTAVADA DE CONCRETO, de acordo com os quantitativos estimados e especificações constantes no Anexo I. Data: 12/04/2016 às 11:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário de Finanças.

TOMADA DE PREÇOS 041/2016

Município de Morro da Fumaça. Edital de Tomada de Preços 041/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA ESTRADA MUNICIPAL TRANQUILO SARTOR, de acordo com os quantitativos estimados e especificações constantes no Anexo I. Data: 12/04/2016 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 04/2016 FMV

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016 FMV

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MADEIRA CAMBARÁ DESTINADAS A MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILANCIA E TRANSITO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 05/04/2016 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 05/04/2016 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 22 de março de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 08/2016 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS (MOTOCICLETAS 0KM ANO/MODELO 2016), COM NO MÍNIMO 149 CILINDRADAS, PARA ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 05/04/2016 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 05/04/2016 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 22 de março de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

COMUNICADO - ALTERAÇÃO DATA DE ABERTURA DE ENVELOPE DE PROPOSTA 68/2015 FMS

COMUNICADO – I

Concorrência 68/2015

Alteração data e horário abertura de PROPOSTA.

O Presidente e a Comissão Permanente de Licitação comunicam aos interessados que houve recurso protocolado pela empresa CELK SISTEMA LTDA. quanto à apresentação da proposta técnica, conforme já publicado em 22/03/2016 às 11h no site www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor; desta forma a data da continuação da sessão inicialmente agendada para o dia 24/03/2016 às 14 h, FOI ALTERADA PARA O DIA 01/04/2016 AS 8:30 H. Abrindo assim o prazo de contrarrazão.

Local – auditório Prefeitura Municipal de Navegantes

Dia continuação – 01/06/2014

Horário continuação – 8:30 h

Navegantes, 22 de março de 2016.

CONVOCAÇÕES

Navegantes, 21 de março de 2016

Ilma Sra

SIDNEY RUY KOCH (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONCURSO PUBLICO 001/2015 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PUBLICO de Nº 001/2015, para o cargo de OPERADOR EQUIPAMENTO (MÉDIO PORTE)

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PUBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco

Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 21 de março de 2016

Ilma Sra

MARIO ZOLA (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONCURSO PUBLICO 001/2015 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PUBLICO de Nº 001/2015, para o cargo de OPERADOR EQUIPAMENTO (PEQUENO PORTE)

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PUBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco

Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 21 de março de 2016

Ilma Sra

MARCOS ANTONIO MACHADO (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONCURSO PUBLICO 001/2015 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A)

para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PUBLICO de Nº 001/2015, para o cargo de OPERADOR EQUIPAMENTO (PEQUENO PORTE)

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PUBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco
Secretaria de Administração e Logística
Navegantes, 21 de março de 2016

Ilma Sra
PAULO ELEANDRO CARVALHO (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONCURSO PUBLICO 001/2015 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PUBLICO de Nº 001/2015, para o cargo de OPERADOR EQUIPAMENTO (PEQUENO PORTE)

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PUBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco
Secretaria de Administração e Logística
Navegantes, 21 de março de 2016

Ilma Sra
ROBERTO PENZ (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONCURSO PUBLICO 001/2015 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PUBLICO de Nº 001/2015, para o cargo de OPERADOR EQUIPAMENTO (GRANDE PORTE)

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PUBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 21 de março de 2016

Ilma Sra

BONEVAL FRANCISCO MENEZES DOS SANTOS (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONCURSO PUBLICO 001/2015 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PUBLICO de Nº 001/2015, para o cargo de OPERADOR EQUIPAMENTO (GRANDE PORTE)

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PUBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 21 de março de 2016

Ilma Sra
NEUDIR CORREA DE ALMEIDA (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONCURSO PUBLICO 001/2015 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PUBLICO de Nº 001/2015, para o cargo de MOTORISTA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PUBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 21 de março de 2016

Ilma Sra
ROMARIO RODRIGUES DE SOUZA (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONCURSO PUBLICO 001/2015 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PUBLICO de Nº 001/2015, para o cargo de MOTORISTA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PUBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco
Secretaria de Administração e Logística
Navegantes, 22 de março de 2016.

Ilmo(a) Sr(a).
Gabriel Luiz Tamanini

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, para tratar da CONTRATAÇÃO através do Concurso Público nº 001/2015, para o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado de até 48 horas úteis implicará na perda automática da vaga do Processo do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Silvana Maria Mendes Francisco
Secretaria Municipal de Administração e Logística

Navegantes, 22 de março de 2016.

Ilmo(a) Sr(a).
Queiti Edeltraut Nogueira

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, para tratar da CONTRATAÇÃO através do Concurso Público nº 001/2015, para o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado de até 48 horas úteis implicará na perda automática da vaga do Processo do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Silvana Maria Mendes Francisco
Secretaria Municipal de Administração e Logística

Navegantes, 22 de março de 2016.

Ilmo(a) Sr(a).
Monick Nicoletti Pereira

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, para tratar da CONTRATAÇÃO através do Processo Seletivo nº 001/2015, para o cargo de INSTRUTOR DE ARTES APLICADAS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado de até 48 horas úteis implicará na perda automática da vaga do Processo do Seletivo.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Silvana Maria Mendes Francisco
Secretaria Municipal de Administração e Logística

DECISÃO RECURSO KHRONOS - CONTRARRAZÃO - SHOW PREGÃO FRACASSADO

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO DE EDITAL REFERENTE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2015 FMS

Aos 9 de março de 2016, às 14:00 horas, reuniu-se a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria número 377 de 29/02/2016, com intuito de analisar e julgar o recurso protocolado pela empresa KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA, referente ao Pregão Presencial nº 88/2015 FMS, cujo objeto REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RASTREAMENTO ELETRÔNICO DE VEÍCULO COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO A TÍTULO DE COMODATO, ABRANGENDO MONITORAMENTO VIA INTERNET, ACOMPANHAMENTO, LOCALIZAÇÃO, IMOBILIZAÇÃO E POSICIONAMENTO POR SATÉLITE (GPS) PARA VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC

PRELIMINARMENTE

A Pregoeira e a Equipe de Apoio, ao receberem o recurso, verificaram que o mesmo foi protocolizado tempestivamente e na forma prevista em lei, o mesmo ocorrendo com a contrarrazão, decidindo, portanto, recebê-lo, passando a analisá-lo, com fulcro nos fatos e fundamentos a seguir descritos.

Do Recurso:

Em síntese, manifesta-se a empresa KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA arguindo:

1 – A sua habilitação uma vez que alega que a comissão inabilitou erroneamente a empresa por não ter respeitado o item 4.2.2.4 do respectivo edital.

2 – pede a desclassificação da empresa SHOW PRESTADORA DE SERVIÇOS DO BRASIL LTDA por:

2.1 – Na proposta da empresa a assinatura é uma impressão digitalizada, não sendo original.

2.2 – Que foi protocolado os envelopes de proposta e habilitação após o horário.

DECISÃO:

Diante do exposto, a Pregoeira e a Equipe de Apoio decidem pela procedência parcial do presente recurso, determinando o seguinte:

1 – Quanto a inabilitação da empresa KHRONOS, decidimos manter a decisão de permanecer INABILITADA, pois, realmente não cotou em sua proposta mão de obra e material separadamente, não atendendo assim o item do edital 4.2.2.4. Diferente da empresa SHOW, que em sua proposta (na página 193, verso do processo em questão), cotou separadamente e de forma clara.

“4.2.2.4 A PROPONENTE DEVERÁ APRESENTAR EM SUA PROPOSTA A ESPECIFICAÇÃO DO VALOR DA MÃO DE OBRA E DO MATERIAL, SEPARADAMENTE PARA FINS DE TRIBUTAÇÃO.”

aplicando assim o item 4.5 do edital:

“4.5 A inobservância das determinações acima, implicará na desclassificação da proponente.”

2.1 – A Equipe de Apoio, decidiu inabilitar a empresa SHOW, pois, a mesma realmente apresentou a sua proposta com assinatura digitalizada, não sendo original ou autenticada, não atendendo assim os requisitos do edital:

4.1 A Proposta de Preços contida no Envelope nº 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:
a) emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza,

sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável da empresa representada e preferencialmente em 01(uma) via.

4.2 A proposta de preços original deverá conter obrigatoriamente o MENOR PREÇO GLOBAL. Quando for o caso, conter referências adicionais que a proponente achar necessárias, desde que elas não subtraíam nenhuma das especificações mínimas exigidas no objeto deste Edital, permitindo a perfeita identificação do objeto ofertado, pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio.

Aplicando-se assim o item 4.5 do edital.

2.2 – Quanto ao protocolo de envelope a equipe de pregão decide que o mesmo foi protocolado de forma correta, pois segundo o pregoeiro (Douglas Lemos), passou pela representante da empresa antes do horário estabelecido pelo edital (13:50 horas), estava na fila aguardando sua vez de ser atendida, pois a recepção estava lotada em virtude da chamada do concurso municipal, quando a licitante percebeu que não daria tempo de protocolar, se dirigiu ao auditório perguntando ao pregoeiro e equipe de apoio o que deveria fazer, pois estava na fila antes do horário. O pregoeiro se dirigiu a recepção e perguntou para as pessoas que estavam aguardando na fila se a representante estava realmente na fila antes do horário estabelecido, e houve confirmação por parte dos presentes, sendo assim foi protocolado o envelope para que a representante participasse do certame no horário de 13:50. Mesmo porque não tinha ninguém responsável para entregar a senha conforme indica o edital no Item 2

2. DA APRESENTAÇÃO

(...)

Obs.: Caso o Município não possa protocolar os envelopes no horário estabelecido e o licitante chegar até o horário, este receberá uma senha, por ordem de chegada, até o horário para a entrega dos envelopes.

Desta forma o pregoeiro agiu com isenção, e de forma correta para o bom andamento do certame.

Portanto a pregoeira e equipe de apoio decidiu pela INABILITAÇÃO da empresa KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA e da empresa SHOW PRESTADORA DE SERVIÇOS DO BRASIL, e declarar o pregão 88/2016 FMS como FRACASSADO.

É a decisão.

Navegantes, 9 de março de 2016.

CARLA CLAUDINO
Pregoeira

FRANCIELE JUSTINO
Pregoeiro substituta

Equipe de apoio:

JOSEZITE DOS SANTOS

TATIANA ALENCAR CARLINE

Miroslava marin

DECRETO 32/2016 COMISSÃO PARA ANALISAR GRATIFICAÇÃO FISCAL

DECRETO N º 32 DE 17 DE MARÇO DE 2016

NOMEIA MEMBROS PARA INSTITUÍREM A COMISSÃO PARA ANALISAR A GRATIFICAÇÃO DE SERVIDORES QUE EXERCEM A FUNÇÃO DE FISCAIS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, DECRETA:

Art. 1 º Fica nomeada, por este ato, a Comissão para analisar Projeto de Lei que versa sobre a Gratificação dos servidores que exercem a função de Fiscais e Auxiliares, de Fiscais de Tributos e Obras, e Auditores, cujos componentes são os seguintes:

- Gracy Kelly Lucindo;
- Fernando Sedrez Silva;
- Antônio Carlos Carmona

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MARÇO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO 33/2016 COMISSÃO PARA ANALISAR ADICIONAL PRODUTIVIDADE PROCURADOR

DECRETO N º 33 DE 17 DE MARÇO DE 2016

NOMEIA MEMBROS PARA INSTITUÍREM A COMISSÃO PARA ANALISAR O ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE DOS PROCURADORES DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, DECRETA:

Art. 1 º Fica nomeada, por este ato, a Comissão para analisar Projeto de Lei que versa sobre o adicional de produtividade dos Procuradores do Município, cujos componentes são os seguintes:

- Gracy Kelly Lucindo;
- Fernando Sedrez Silva;
- Antônio Carlos Carmona

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MARÇO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO ATA DE REGISTRO FMS 57/2015.

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS 57/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços 57/2015, relativa ao Pregão Presencial 57/2015, contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (DESTILADORES DE AGUA) PARA SEREM UTILIZADOS NO CEO (CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS), ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC.

Fornecedor: STRA COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.

Valor Total: R\$ 4.000,00

Vigência: 31/12/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

EXTRATO ATA DE REGISTRO FMS 76/2015.

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS 76/2015

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços 76/2015, relativa ao Pregão Presencial 76/2015, contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (CONSULTÓRIOS DE ODONTOLOGIA COM COMODATO DE INCUBADORA) E CEO - CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Fornecedor: COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Valor Total: R\$ 15.750,00

Fornecedor: ALTHIS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO

Valor Total: R\$ 23.282,40.

Vigência: 12 meses.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 11 de março de 2016.

EXTRATO ATA DE REGISTRO FMV Nº 19/2015.

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMV 19/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços FMV 19/2015, relativa ao Pregão Presencial FMV 19/2015, contendo os preços registrados pelas empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NA ÁREA MECÂNICA, FUNILARIA, PINTURA, E ELÉTRICA, EM VEÍCULOS AUTOMOTORES (COM FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS) EM ESTADO NOVO, TODOS ORIGINAIS DOS FABRICANTES DAS MARCAS DOS VEÍCULOS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO 25º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Fornecedor: AUTOPEÇAS MECANICA GIRO MAXIMO LTDA.

Valor Total: R\$ 265.750,00.

Vigência: 12 meses.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 22 de março de 2016.

LEI COMPLEMENTAR 292/2016 ALTERA PLANO DE CARREIRA, CARGO E SALÁRIOS, INSTRUTOR

LEI COMPLEMENTAR Nº 292 DE 16 DE MARÇO DE 2016

ALTERA OS ANEXOS III E IV DA LEI COMPLEMENTAR Nº 11 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2003 QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS DO QUADRO GERAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE NAVEGANTES – E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os municípios que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os Anexos III e IV da lei complementar nº 11 de 04 de dezembro de 2003, no que se refere ao cargo e salário de Instrutor de Artes Aplicadas 20h, Instrutor de Artes aplicadas 40h, Instrutor de Corte de Cabelo 20h, Instrutor de Corte de Cabelo 40h, Instrutor de Corte e Costura 20h, Instrutor de Corte e Costura 40h, Instrutor de Culinária 20h, Instrutor de Culinária 40h, Instrutor de Eletricista 20h, Instrutor de Eletricista 40h, Instrutor de Informática 20h, Instrutor de Informática 40h, Instrutor de Manicura 20h, Instrutor de Manicura 40h, Instrutor de Pintura 20h, Instrutor de Pintura 40h, passam a vigor nos termos do Anexo I da presente lei.

Art. 2º Ficam inalteradas as demais disposições da lei complementar nº 011 de 04 de dezembro de 2003.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ANEXO I – NOVA REDAÇÃO AO ANEXO III, IV LC Nº 11/2003.

ANEXO III

PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

QUADRO CONTENDO CARGOS E RESPECTIVAS UNIDADES DE VENCIMENTOS

| CATEGORIA FUNCIONAL CARGOS | VENCIMENTO 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS |
|-------------------------------|---|
| Instrutor de Artes Aplicadas | R\$ 825,50 |
| Instrutor de Corte de Cabelo | R\$ 825,50 |
| Instrutor de Corte e Costura | R\$ 825,50 |
| Instrutor de Culinária | R\$ 825,50 |
| Instrutor de Eletricista | R\$ 825,50 |
| Instrutor de Informática | R\$ 825,50 |
| Instrutor de Manicura | R\$ 825,50 |
| Instrutor de Pintura | R\$ 825,50 |

| CATEGORIA FUNCIONAL CARGOS | VENCIMENTO 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS |
|-------------------------------|--|
| Instrutor de Artes Aplicadas | R\$ 1.651,00 |
| Instrutor de Corte de Cabelo | R\$ 1.651,00 |
| Instrutor de Corte e Costura | R\$ 1.651,00 |
| Instrutor de Culinária | R\$ 1.651,00 |
| Instrutor de Eletricista | R\$ 1.651,00 |
| Instrutor de Informática | R\$ 1.651,00 |
| Instrutor de Manicura | R\$ 1.651,00 |
| Instrutor de Pintura | R\$ 1.651,00 |

ANEXO IV

PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
TABELA DE VENCIMENTOS

| | | | | | |
|--|--------------|------------------|--------------|-------------------------|--------------|
| Categoria Funcional: Serviços Auxiliares | | | | | |
| Cargo: Instrutor de Artes Aplicadas 20 h | | | | | |
| Salário Inicial: R\$ 825,50 | | Código: QP-S A U | | Carga Horária: 20 horas | |
| Referencia A | Referencia B | Referencia C | Referencia D | Referencia E | Referencia F |
| R\$ 850,27 | R\$ 875,78 | R\$ 902,05 | R\$ 929,11 | R\$ 956,98 | R\$ 985,69 |
| Referencia G | Referencia H | Referencia I | Referencia J | Referencia K | Referencia L |
| R\$ 1.015,26 | R\$ 1.045,72 | R\$ 1.077,09 | R\$ 1.109,40 | R\$ 1.142,68 | R\$ 1.176,96 |
| Referencia M | Referencia N | Referencia O | Referencia P | Referencia Q | |
| R\$ 1.212,27 | R\$ 1.248,64 | R\$ 1.286,10 | R\$ 1.324,68 | R\$ 1.364,42 | |

| | | | | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|-------------------------|-----------------|
| Categoria Funcional: Serviços Auxiliares | | | | | |
| Cargo: Instrutor de Artes Aplicadas 40 h | | | | | |
| Salário Inicial: R\$ 1.651,00 | | Código: QP-S A U | | Carga Horária: 40 horas | |
| Referencia A | Referencia B | Referencia C | Referencia D | Referencia E | Referencia F |
| R\$ 1.700,53 | R\$ 1.751,55 | R\$ 1.804,10 | R\$ 1.858,22 | R\$ 1.913,97 | R\$ 1.971,39 |
| Referencia G | Referencia H | Referencia I | Referencia J | Referencia K | Referencia L |
| R\$ 2.030,53 | R\$ 2.091,45 | R\$ 2.154,19 | R\$ 2.218,82 | R\$ 2.285,38 | R\$ 2.353,94 |
| Referencia M | Referencia N | Referencia O | Referencia P | Referencia Q | |
| R\$ 2.424,56 | R\$ 2.497,30 | R\$ 2.572,22 | R\$ 2.649,39 | R\$ 2.728,87 | |

| | | | | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|-------------------------|-----------------|
| Categoria Funcional: Serviços Auxiliares | | | | | |
| Cargo: Instrutor de Corte de Cabelo 20 h | | | | | |
| Salário Inicial: R\$ 825,50 | | Código: QP-S A U | | Carga Horária: 20 horas | |
| Referencia A | Referencia B | Referencia C | Referencia D | Referencia E | Referencia F |
| R\$ 850,27 | R\$ 875,78 | R\$ 902,05 | R\$ 929,11 | R\$ 956,98 | R\$ 985,69 |
| Referencia G | Referencia H | Referencia I | Referencia J | Referencia K | Referencia L |
| R\$ 1.015,26 | R\$ 1.045,72 | R\$ 1.077,09 | R\$ 1.109,40 | R\$ 1.142,68 | R\$ 1.176,96 |
| Referencia M | Referencia N | Referencia O | Referencia P | Referencia Q | |
| R\$ 1.212,27 | R\$ 1.248,64 | R\$ 1.286,10 | R\$ 1.324,68 | R\$ 1.364,42 | |

| | | | | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|-------------------------|-----------------|
| Categoria Funcional: Serviços Auxiliares | | | | | |
| Cargo: Instrutor de Corte de Cabelo 40 h | | | | | |
| Salário Inicial: R\$ 1.651,00 | | Código: QP-S A U | | Carga Horária: 40 horas | |
| Referencia A | Referencia B | Referencia C | Referencia D | Referencia E | Referencia F |
| R\$ 1.700,53 | R\$ 1.751,55 | R\$ 1.804,10 | R\$ 1.858,22 | R\$ 1.913,97 | R\$ 1.971,39 |
| Referencia G | Referencia H | Referencia I | Referencia J | Referencia K | Referencia L |
| R\$ 2.030,53 | R\$ 2.091,45 | R\$ 2.154,19 | R\$ 2.218,82 | R\$ 2.285,38 | R\$ 2.353,94 |
| Referencia M | Referencia N | Referencia O | Referencia P | Referencia Q | |
| R\$ 2.424,56 | R\$ 2.497,30 | R\$ 2.572,22 | R\$ 2.649,39 | R\$ 2.728,87 | |

| | | | | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|-------------------------|-----------------|
| Categoria Funcional: Serviços Auxiliares | | | | | |
| Cargo: Instrutor de Corte e Costura 20 h | | | | | |
| Salário Inicial: R\$ 825,50 | | Código: QP-S A U | | Carga Horária: 20 horas | |
| Referencia A | Referencia B | Referencia C | Referencia D | Referencia E | Referencia F |
| R\$ 850,27 | R\$ 875,78 | R\$ 902,05 | R\$ 929,11 | R\$ 956,98 | R\$ 985,69 |
| Referencia G | Referencia H | Referencia I | Referencia J | Referencia K | Referencia L |
| R\$ 1.015,26 | R\$ 1.045,72 | R\$ 1.077,09 | R\$ 1.109,40 | R\$ 1.142,68 | R\$ 1.176,96 |
| Referencia M | Referencia N | Referencia O | Referencia P | Referencia Q | |
| R\$ 1.212,27 | R\$ 1.248,64 | R\$ 1.286,10 | R\$ 1.324,68 | R\$ 1.364,42 | |

| | | | | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|-------------------------|-----------------|
| Categoria Funcional: Serviços Auxiliares | | | | | |
| Cargo: Instrutor de Corte e Costura 40 h | | | | | |
| Salário Inicial: R\$ 1.651,00 | | Código: QP-S A U | | Carga Horária: 40 horas | |
| Referencia A | Referencia B | Referencia C | Referencia D | Referencia E | Referencia F |
| R\$ 1.700,53 | R\$ 1.751,55 | R\$ 1.804,10 | R\$ 1.858,22 | R\$ 1.913,97 | R\$ 1.971,39 |
| Referencia G | Referencia H | Referencia I | Referencia J | Referencia K | Referencia L |

| | | | | | |
|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| R\$ 2.030,53 | R\$ 2.091,45 | R\$ 2.154,19 | R\$ 2.218,82 | R\$ 2.285,38 | R\$ 2.353,94 |
| Referencia M | Referencia N | Referencia O | Referencia P | Referencia Q | |
| R\$ 2.424,56 | R\$ 2.497,30 | R\$ 2.572,22 | R\$ 2.649,39 | R\$ 2.728,87 | |

| | | | | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|-------------------------|-----------------|
| Categoria Funcional: Serviços Auxiliares | | | | | |
| Cargo: Instrutor de Culinária 20 h | | | | | |
| Salário Inicial: R\$ 825,50 | | Código: QP-S A U | | Carga Horária: 20 horas | |
| Referencia A | Referencia B | Referencia C | Referencia D | Referencia E | Referencia F |
| R\$ 850,27 | R\$ 875,78 | R\$ 902,05 | R\$ 929,11 | R\$ 956,98 | R\$ 985,69 |
| Referencia G | Referencia H | Referencia I | Referencia J | Referencia K | Referencia L |
| R\$ 1.015,26 | R\$ 1.045,72 | R\$ 1.077,09 | R\$ 1.109,40 | R\$ 1.142,68 | R\$ 1.176,96 |
| Referencia M | Referencia N | Referencia O | Referencia P | Referencia Q | |
| R\$ 1.212,27 | R\$ 1.248,64 | R\$ 1.286,10 | R\$ 1.324,68 | R\$ 1.364,42 | |

| | | | | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|-------------------------|-----------------|
| Categoria Funcional: Serviços Auxiliares | | | | | |
| Cargo: Instrutor de Culinária 40 h | | | | | |
| Salário Inicial: R\$ 1.651,00 | | Código: QP-S A U | | Carga Horária: 40 horas | |
| Referencia A | Referencia B | Referencia C | Referencia D | Referencia E | Referencia F |
| R\$ 1.700,53 | R\$ 1.751,55 | R\$ 1.804,10 | R\$ 1.858,22 | R\$ 1.913,97 | R\$ 1.971,39 |
| Referencia G | Referencia H | Referencia I | Referencia J | Referencia K | Referencia L |
| R\$ 2.030,53 | R\$ 2.091,45 | R\$ 2.154,19 | R\$ 2.218,82 | R\$ 2.285,38 | R\$ 2.353,94 |
| Referencia M | Referencia N | Referencia O | Referencia P | Referencia Q | |
| R\$ 2.424,56 | R\$ 2.497,30 | R\$ 2.572,22 | R\$ 2.649,39 | R\$ 2.728,87 | |

| | | | | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|-------------------------|-----------------|
| Categoria Funcional: Serviços Auxiliares | | | | | |
| Cargo: Instrutor de Eletricista 20 h | | | | | |
| Salário Inicial: R\$ 825,50 | | Código: QP-S A U | | Carga Horária: 20 horas | |
| Referencia A | Referencia B | Referencia C | Referencia D | Referencia E | Referencia F |
| R\$ 850,27 | R\$ 875,78 | R\$ 902,05 | R\$ 929,11 | R\$ 956,98 | R\$ 985,69 |
| Referencia G | Referencia H | Referencia I | Referencia J | Referencia K | Referencia L |
| R\$ 1.015,26 | R\$ 1.045,72 | R\$ 1.077,09 | R\$ 1.109,40 | R\$ 1.142,68 | R\$ 1.176,96 |
| Referencia M | Referencia N | Referencia O | Referencia P | Referencia Q | |
| R\$ 1.212,27 | R\$ 1.248,64 | R\$ 1.286,10 | R\$ 1.324,68 | R\$ 1.364,42 | |

| | | | | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|-------------------------|-----------------|
| Categoria Funcional: Serviços Auxiliares | | | | | |
| Cargo: Instrutor de Eletricista 40 h | | | | | |
| Salário Inicial: R\$ 1.651,00 | | Código: QP-S A U | | Carga Horária: 40 horas | |
| Referencia A | Referencia B | Referencia C | Referencia D | Referencia E | Referencia F |
| R\$ 1.700,53 | R\$ 1.751,55 | R\$ 1.804,10 | R\$ 1.858,22 | R\$ 1.913,97 | R\$ 1.971,39 |
| Referencia G | Referencia H | Referencia I | Referencia J | Referencia K | Referencia L |
| R\$ 2.030,53 | R\$ 2.091,45 | R\$ 2.154,19 | R\$ 2.218,82 | R\$ 2.285,38 | R\$ 2.353,94 |
| Referencia M | Referencia N | Referencia O | Referencia P | Referencia Q | |
| R\$ 2.424,56 | R\$ 2.497,30 | R\$ 2.572,22 | R\$ 2.649,39 | R\$ 2.728,87 | |

| | | | | | |
|--|--------------|------------------|--------------|-------------------------|--------------|
| Categoria Funcional: Serviços Auxiliares | | | | | |
| Cargo: Instrutor de Informática 20 h | | | | | |
| Salário Inicial: R\$ 825,50 | | Código: QP-S A U | | Carga Horária: 20 horas | |
| Referencia A | Referencia B | Referencia C | Referencia D | Referencia E | Referencia F |

| | | | | | |
|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| R\$ 850,27 | R\$ 875,78 | R\$ 902,05 | R\$ 929,11 | R\$ 956,98 | R\$ 985,69 |
| Referencia G | Referencia H | Referencia I | Referencia J | Referencia K | Referencia L |
| R\$ 1.015,26 | R\$ 1.045,72 | R\$ 1.077,09 | R\$ 1.109,40 | R\$ 1.142,68 | R\$ 1.176,96 |
| Referencia M | Referencia N | Referencia O | Referencia P | Referencia Q | |
| R\$ 1.212,27 | R\$ 1.248,64 | R\$ 1.286,10 | R\$ 1.324,68 | R\$ 1.364,42 | |

Categoria Funcional: Serviços Auxiliares

Cargo: Instrutor de Informática 40 h

| | | | | | |
|-------------------------------|-----------------|------------------|-----------------|-------------------------|-----------------|
| Salário Inicial: R\$ 1.651,00 | | Código: QP-S A U | | Carga Horária: 40 horas | |
| Referencia A | Referencia B | Referencia C | Referencia D | Referencia E | Referencia F |
| R\$ 1.700,53 | R\$ 1.751,55 | R\$ 1.804,10 | R\$ 1.858,22 | R\$ 1.913,97 | R\$ 1.971,39 |
| Referencia G | Referencia H | Referencia I | Referencia J | Referencia K | Referencia L |
| R\$ 2.030,53 | R\$ 2.091,45 | R\$ 2.154,19 | R\$ 2.218,82 | R\$ 2.285,38 | R\$ 2.353,94 |
| Referencia M | Referencia N | Referencia O | Referencia P | Referencia Q | |
| R\$ 2.424,56 | R\$ 2.497,30 | R\$ 2.572,22 | R\$ 2.649,39 | R\$ 2.728,87 | |

Categoria Funcional: Serviços Auxiliares

Cargo: Instrutor de Manicura 20 h

| | | | | | |
|-----------------------------|-----------------|------------------|-----------------|-------------------------|-----------------|
| Salário Inicial: R\$ 825,50 | | Código: QP-S A U | | Carga Horária: 20 horas | |
| Referencia A | Referencia B | Referencia C | Referencia D | Referencia E | Referencia F |
| R\$ 850,27 | R\$ 875,78 | R\$ 902,05 | R\$ 929,11 | R\$ 956,98 | R\$ 985,69 |
| Referencia G | Referencia H | Referencia I | Referencia J | Referencia K | Referencia L |
| R\$ 1.015,26 | R\$ 1.045,72 | R\$ 1.077,09 | R\$ 1.109,40 | R\$ 1.142,68 | R\$ 1.176,96 |
| Referencia M | Referencia N | Referencia O | Referencia P | Referencia Q | |
| R\$ 1.212,27 | R\$ 1.248,64 | R\$ 1.286,10 | R\$ 1.324,68 | R\$ 1.364,42 | |

Categoria Funcional: Serviços Auxiliares

Cargo: Instrutor de Manicura 40 h

| | | | | | |
|-------------------------------|-----------------|------------------|-----------------|-------------------------|-----------------|
| Salário Inicial: R\$ 1.651,00 | | Código: QP-S A U | | Carga Horária: 40 horas | |
| Referencia A | Referencia B | Referencia C | Referencia D | Referencia E | Referencia F |
| R\$ 1.700,53 | R\$ 1.751,55 | R\$ 1.804,10 | R\$ 1.858,22 | R\$ 1.913,97 | R\$ 1.971,39 |
| Referencia G | Referencia H | Referencia I | Referencia J | Referencia K | Referencia L |
| R\$ 2.030,53 | R\$ 2.091,45 | R\$ 2.154,19 | R\$ 2.218,82 | R\$ 2.285,38 | R\$ 2.353,94 |
| Referencia M | Referencia N | Referencia O | Referencia P | Referencia Q | |
| R\$ 2.424,56 | R\$ 2.497,30 | R\$ 2.572,22 | R\$ 2.649,39 | R\$ 2.728,87 | |

Categoria Funcional: Serviços Auxiliares

Cargo: Instrutor de Pintura 20 h

| | | | | | |
|-----------------------------|-----------------|------------------|-----------------|-------------------------|-----------------|
| Salário Inicial: R\$ 825,50 | | Código: QP-S A U | | Carga Horária: 20 horas | |
| Referencia A | Referencia B | Referencia C | Referencia D | Referencia E | Referencia F |
| R\$ 850,27 | R\$ 875,78 | R\$ 902,05 | R\$ 929,11 | R\$ 956,98 | R\$ 985,69 |
| Referencia G | Referencia H | Referencia I | Referencia J | Referencia K | Referencia L |
| R\$ 1.015,26 | R\$ 1.045,72 | R\$ 1.077,09 | R\$ 1.109,40 | R\$ 1.142,68 | R\$ 1.176,96 |
| Referencia M | Referencia N | Referencia O | Referencia P | Referencia Q | |
| R\$ 1.212,27 | R\$ 1.248,64 | R\$ 1.286,10 | R\$ 1.324,68 | R\$ 1.364,42 | |

Categoria Funcional: Serviços Auxiliares

| | | | | | |
|----------------------------------|--------------|------------------|--------------|-------------------------|--------------|
| Cargo: Instrutor de Pintura 40 h | | | | | |
| Salário Inicial: R\$ 1.651,00 | | Código: QP-S A U | | Carga Horária: 40 horas | |
| Referencia A | Referencia B | Referencia C | Referencia D | Referencia E | Referencia F |
| R\$ 1.700,53 | R\$ 1.751,55 | R\$ 1.804,10 | R\$ 1.858,22 | R\$ 1.913,97 | R\$ 1.971,39 |
| Referencia G | Referencia H | Referencia I | Referencia J | Referencia K | Referencia L |
| R\$ 2.030,53 | R\$ 2.091,45 | R\$ 2.154,19 | R\$ 2.218,82 | R\$ 2.285,38 | R\$ 2.353,94 |
| Referencia M | Referencia N | Referencia O | Referencia P | Referencia Q | |
| R\$ 2.424,56 | R\$ 2.497,30 | R\$ 2.572,22 | R\$ 2.649,39 | R\$ 2.728,87 | |

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI COMPLEMENTAR 293/2016 ALTERA LEI COMPLEMENTAR 271/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 293 DE 16 DE MARÇO DE 2016

“ALTERA O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 271 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015 – QUE DISPÕE SOBRE VAGAS E SALÁRIOS DO PROGRAMA CRESCER.”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Anexo I da lei complementar nº 271 de 26 de novembro de 2015, no que se refere ao cargo e salário de Instrutor de Barbearia 10h, Instrutor de Maquiagem 10h, Instrutor de Corte e Costura 10h, Instrutor de Culinária 10h, Instrutor de Artesanato 20h, Instrutor de Dança 20h, Instrutor de Corte de Cabelo 20h, Instrutor de Informática 20h, Instrutor de Inglês 20h, Instrutor de Judô 20h, Instrutor de Teatro 20h, Instrutor de Violão 20h, Instrutor de Teclado 20h, Instrutor de Canto 20h, Instrutor de Panificação 40h, passam a vigor nos termos do Anexo I da presente lei.

Art. 2º Ficam inalteradas as demais disposições da lei complementar nº 271 de 26 de novembro de 2015.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ANEXO I – NOVA REDAÇÃO AO ANEXO I LC Nº 271/2015.

ANEXO I

CARGOS E SALÁRIOS DOS CONTRATADOS POR TEMPO DETERMINADO.

QUADRO CONTENDO CARGOS E RESPECTIVAS UNIDADES DE VENCIMENTOS

| | |
|------------------------------|---------------------------|
| CATEGORIA FUNCIONAL | VENCIMENTO |
| CARGOS | 10 (DEZ) HORAS SEMANAIS |
| Instrutor de Barbearia | R\$ 412,75 |
| Instrutor de Maquiagem | R\$ 412,75 |
| Instrutor de Corte e Costura | R\$ 412,75 |
| Instrutor de Culinária | R\$ 412,75 |
| CATEGORIA FUNCIONAL | VENCIMENTO |
| CARGOS | 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS |
| Instrutor de Artesanato | R\$ 825,50 |

| | |
|------------------------------|------------------------------|
| Instrutor de Dança | R\$ 825,50 |
| Instrutor de Corte de Cabelo | R\$ 825,50 |
| Instrutor de Informática | R\$ 825,50 |
| Instrutor de Inglês | R\$ 825,50 |
| Instrutor de Judô | R\$ 825,50 |
| Instrutor de Teatro | R\$ 825,50 |
| Instrutor de Violão | R\$ 825,50 |
| Instrutor de Teclado | R\$ 825,50 |
| Instrutor de Canto | R\$ 825,50 |
| CATEGORIA FUNCIONAL | VENCIMENTO |
| CARGOS | 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS |
| Instrutor de Panificação | R\$ 1.651,00 |

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

NOTIFICAÇÃO 87/2015 BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME

NOTIFICAÇÃO 87/2015 Navegantes, 15 de Dezembro de 2015.

BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME

CNPJ: 12.667.876/0001-75

Rua: Pereira de Oliveira, nº 85, salas Galpão 02.

Cidade: Blumenau

CEP: 89.036-350

NOTIFICAÇÃO

Compete a Secretaria de Administração Municipal notificar a empresa supracitada pela inobservância ao cumprimento da prestação de serviços do Pregão Presencial nº 129/2015, conforme relatório apresentado a este departamento, apontado pelo Pregoeiro e equipe de Apoio, tudo de acordo com as informações prestadas pela Secretaria Municipal de Administração, através do Ofício: 15/2015, docs. em anexo.

Devendo para tanto a empresa manifestar resposta no prazo máximo de 5 (cinco) dias, elucidando assim qualquer obscuridade quanto ao fato ocorrido, conforme prevê o princípio do contraditório e da Ampla defesa assegurado pela Constituição Federal em seu artigo 5º, inc. LV "audiatur et altera pars" que significa "ouça-se também a outra parte", sob pena de culminação das penalidades previstas no contrato, no edital e legislação vigente.

Sem mais a requer pelo momento,

ANNA CLAUDIA GAYA COSTA

Encarregada do Processo Administrativo

Secretaria Municipal de Administração e Logística

NOTIFICAÇÃO 90/2016 BONA GENTE COMERCIAL LTDA

NOTIFICAÇÃO 90/2016 Navegantes, 24 de Fevereiro de 2016.

Bona Gente Comercial LTDA

CNPJ: 01.150.822/0001-11

Rua: Anita Garibaldi, 2097, SALA 01

Cidade: Joinville/SC

CEP: 89203-01

NOTIFICAÇÃO

Compete a Secretaria de Administração Municipal notificar a empresa supracitada pela inobservância de entrega do item 18, (Ventiladores) e-mail de solicitação da Af 21/2016 foi enviado no dia 20 de janeiro de 2016 as 15:10, pela Sra. Patrícia Duarte, tudo de acordo com as informações prestadas pela Secretaria Municipal de Educação, através do Memorando nº090/2016 devidamente assinado pela Secretaria Sra. Nerezilda Pinheiro Ferreira, Datada no dia 19 de Fevereiro de 2016, docs. em anexo.

Devendo para tanto a empresa manifestar resposta no prazo máximo de 5 (cinco) dias, elucidando assim qualquer obscuridade quanto ao fato ocorrido, conforme prevê o princípio do contraditório e da Ampla defesa assegurado pela Constituição Federal em seu artigo 5º, inc. LV "audiatur et altera pars" que significa "ouça-se também a outra parte", sob pena de culminação das penalidades previstas no contrato, no edital e legislação vigente.

Sem mais a requer pelo momento,

ANNA CLAUDIA GAYA COSTA

Encarregada do Processo Administrativo

Secretaria Municipal de Administração e Logística

NOTIFICAÇÃO 92/2016 INSTITUTO COROADOS DE APRENDIZAGEM E ESTAGIO

NOTIFICAÇÃO 92/2016 Navegantes, 22 de fevereiro de 2016.

INSTITUTO COROADOS DE APRENDIZAGEM E ESTAGIO

CNPJ: 53.308.853/0001-88

AV: Princesa Isabel, nº 620.

Cidade: Presidente Venceslau - SP

CEP: 19400-000

NOTIFICAÇÃO

Compete a Secretaria de Administração Municipal notificar a empresa supracitada pela inobservância das cláusulas previstas no Edital, em fornecer uma serie de informações elencadas no Ofício nº/2016 da Secretaria de Administração, conforme instrumento de Pregão Presencial nº 108/2015, recebido por este departamento de processos administrativos no dia 22 de Fevereiro de 2016. (documentos em anexo)

Devendo para tanto a empresa manifestar resposta no prazo máximo de 5 (cinco) dias uteis, elucidando assim qualquer obscuridade quanto ao fato ocorrido, conforme prevê o princípio do contraditório

e da Ampla defesa assegurado pela Constituição Federal em seu artigo 5º, inc. LV "audiatur et altera pars" que significa "ouça-se também a outra parte", sob pena de culminação das penalidades previstas no contrato, no edital e legislação vigente.

Sem mais a requer pelo momento,

ANNA CLAUDIA GAYA COSTA
Encarregada do Processo Administrativo
Secretaria Municipal de Administração e Logística

PORTARIA 732/2016 - REVOGA PORTARIA 88/2016 E INSTITUI NOVA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CONCESSÃO SERVIÇOS ABASTECIMENTO DE AGUA
PORTARIA N º 732 DE 21 DE MARÇO DE 2016

REVOGA PORTARIA Nº 88/2016 E INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, RESOLVE:

I INSTITUIR a Comissão Especial de Licitação para Concessão da Prestação dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Navegantes, cujos integrantes são os seguintes:

- a) Antônio Carlos Carmona – Presidente;
- b) Leila Mengarda – Membro;
- c) Patrícia Aparecida Gualberto – Membro;
- d) Tatiana de Alencar Carlini – Membro;
- e) Soraia Youshai – Membro;

II Fica Revogada a Portaria 88/2016.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

NAVEGANTES, 21 DE MARÇO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 21 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 733/2016 INSTITUI COMISSÃO TÉCNICA DE LICITAÇÃO - CONCESSÃO SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA E ESGOTAMENTO SANITARIO

PORTARIA N º 733 DE 21 DE MARÇO DE 2016
INSTITUI COMISSÃO TÉCNICA DE LICITAÇÃO PARA CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, RESOLVE:

I INSTITUIR a Comissão Técnica de Licitação para Concessão da Prestação dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Navegantes, cujos integrantes são os seguintes:

- a) Luis Santiago – Membro;
- b) Cláudia Angioletti – Membro;
- c) Cesar Arenhart – Membro;

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

NAVEGANTES, 21 DE MARÇO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 21 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CÂMARA MUNICIPAL

LICITAÇÃO Nº 02-2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02-2016 - ERRATA

ERRATA DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 002/2016, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES-SC, CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES-SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº002/2016, PREGÃO PRESENCIAL N.002/2016, TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO. ONDE SE LÊ NO ITEM:

3.1.2 - Os envelopes deverão, ainda, indicar em sua parte externa e frontal, em caracteres destacados, os números do Pregão e do processo, a razão social da licitante e se trata de proposta ou documentos, conforme a seguir ilustrado:

CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇO
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA E CNPJ)

CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA E CNPJ)

Deve-se ler:

3.1.2 - Os envelopes deverão, ainda, indicar em sua parte externa e frontal, em caracteres destacados, os números do Pregão e do processo, a razão social da licitante e se trata de proposta ou documentos, conforme a seguir ilustrado:

CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇO
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA E CNPJ)

CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2016
ENVELOPE N° 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA E CNPJ)

Justifica-se nos termos do parágrafo 4º do artigo 21 da lei 8.666/93, que as presentes alterações acima não afetam a formulação das propostas, motivo pelo qual os prazos estabelecidos anteriormente no edital continua valendo.

ALICIO JACOB RICOBOM FILHO

Nova Trento

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO FINAL PROCESSO SELETIVO Nº 01/2016

PROCESSO SELETIVO 01/2016

"DIVULGA E HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO 001/2016 , ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, SC, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a classificação Final do processo seletivo 001/2016 é a seguinte:

CARGO: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

| INSC. | NOME COMPLETO | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA ESCRITA | CLASS. |
|-------|-----------------------------|--------------------|--------------------|--------|
| 021 | Santim Tomasi | 29/10/1955 | 5,6 | 1 |
| 026 | Luis Fernando Alves | 07/10/1972 | 5,0 | 2 |
| 169 | Enes Tomasi | 24/12/1952 | 4,6 | 3 |
| 212 | Vanderli Tomasi | 27/03/1976 | 4,6 | 4 |
| 213 | Ivo Bonikoski | 22/07/1953 | 4,0 | 5 |
| 143 | Anselmo Branco de Oliveira | 27/07/1962 | 3,8 | 6 |
| 033 | Clarisse Poli Ferrari | 21/12/1977 | 3,2 | 7 |
| 028 | Bernardete Tomasi Carniel | 07/08/1954 | 3,0 | 8 |
| 027 | José Luis Paulo Montibeller | 25/01/1954 | 2,4 | 9 |
| 038 | Lirio Roque Perotoni | 24/05/1956 | 2,4 | 10 |
| 075 | João Taboni | 23/07/1964 | 2,4 | 11 |
| 193 | Osmar Hilleshein | 20/05/1966 | 2,2 | 12 |
| 066 | Sergio Fachi | 12/03/1964 | 2,0 | 13 |
| 172 | Lauzinho Lacerda | 21/04/1951 | 2,0 | 14 |
| 070 | Celestino Alves | 19/05/1965 | 1,8 | 15 |
| 173 | Valdoci Lofy | 29/01/1973 | 1,8 | 16 |
| 083 | Mario Abelino | 04/02/1959 | 1,6 | 17 |
| 077 | José Valdir Perotoni | 03/09/1953 | 1,6 | 18 |
| 145 | Aldo Inácio Marchi | 19/04/1956 | 1,6 | 19 |
| 084 | Hilário Wolf | 01/09/1962 | 1,6 | 20 |
| 076 | Osni Valter Mickalski | 10/11/1974 | 1,4 | 21 |
| 170 | Norival Libardo | 30/10/1975 | 1,4 | 22 |
| 011 | Daniel Marins Godoe | 14/09/1960 | 1,0 | 23 |
| 039 | Fermino Inácio Fumagalli | 31/07/1952 | 0,6 | 24 |
| 050 | Luiz Jacinto Casagrande | 28/10/1959 | 0,6 | 25 |
| 049 | Ricardo Luis da Silva | Desclassificado | | |
| 043 | Michael de Vargas Rocha | Não compareceu | | |

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

| INSC. | NOME COMPLETO | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA ESCRITA | CLASS. |
|-------|--|--------------------|--------------------|--------|
| 041 | Eliane Aparecida de Souza | 24/10/1972 | 6,8 | 1 |
| 023 | Valsemir Tomio | 02/12/1979 | 6,8 | 2 |
| 003 | Ivone Gandin | 04/03/1966 | 6,6 | 3 |
| 074 | Carina Suéli Nicolodi | 09/04/1992 | 6,4 | 4 |
| 157 | Maristela de Jesus Nascimento | 14/06/1992 | 6,2 | 5 |
| 132 | Ana Paula Vasconcellos dos Reis da Costa | 07/12/1983 | 6,0 | 6 |

| | | | | |
|-----|--------------------------------------|----------------|-----|----|
| 117 | Andressa Maria Izidoro | 20/06/1988 | 6,0 | 7 |
| 065 | Ana Claudia Battisti | 28/10/1995 | 6,0 | 8 |
| 079 | Elisandra de Abreu Boa Nova | 10/01/1981 | 5,8 | 9 |
| 073 | Jaqueline das Graças Huchak Kirst | 07/08/1984 | 5,6 | 10 |
| 178 | Vânia Aparecida de Paula da Silva | 14/05/1988 | 5,6 | 11 |
| 019 | Taisa Darc dos Santos Silva | 28/06/1991 | 5,4 | 12 |
| 224 | Rosângela Domingues Chaves | 07/09/1980 | 5,0 | 13 |
| 064 | Elicelma Lazzarotto | 26/04/1979 | 4,6 | 14 |
| 092 | Vanucia de Brito | 08/07/1992 | 4,6 | 15 |
| 012 | Martinha Crepas Lacerda | 01/06/1973 | 4,4 | 16 |
| 094 | Nalzir do Prado Hoffman | 03/03/1960 | 4,2 | 17 |
| 009 | Lucinei Aparecida Cassaniga Bertoldi | 06/10/1979 | 4,2 | 18 |
| 055 | Dalva Aparecida Mendes Eccher | 18/07/1960 | 4,0 | 19 |
| 200 | Nelsa Goiatti Dallabrida | 14/06/1968 | 3,2 | 20 |
| 091 | Catia Terezinha Gaissler Pedroso | 28/05/1979 | 3,0 | 21 |
| 036 | Dalva Dell Antonio | 27/02/1967 | 1,6 | 22 |
| 021 | Antonia Melek Montibeller | 13/06/1962 | 0,6 | 23 |
| 116 | Idineia Turaci Mantoni | 05/07/1978 | 0,2 | 24 |
| 014 | Teresinha Ferrari | 23/08/1974 | 0,0 | 00 |
| 030 | Cristiane Adriano Dalpra | Não compareceu | | |
| 041 | Eliane Márcia Tomasi da Silva | Não compareceu | | |
| 085 | Fabio Tamanini | Não compareceu | | |
| 088 | Josélia Moreira Kuttoche | Não compareceu | | |
| 138 | Eduardo Mafezzoli | Não compareceu | | |
| 143 | Anselmo Franco de Oliveira | Não compareceu | | |
| 171 | Rejane de Fátima Felix de Souza | Não compareceu | | |
| 179 | Silmara Alves dos Santos | Não compareceu | | |

CARGO: ATENDENTE DE CRECHE

| INSC. | NOME COMPLETO | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA ESCRITA | CLASS. |
|-------|------------------------------------|--------------------|--------------------|--------|
| 080 | Chayra Lucia de Souza | 28/09/1988 | 7,8 | 1 |
| 095 | Roseli Veloso Sauer | 22/11/1992 | 7,2 | 2 |
| 031 | Andrea Ullmann | 30/12/1978 | 6,8 | 3 |
| 146 | Adriana Alves Romualdo | 03/01/1973 | 6,6 | 4 |
| 201 | Josiani Piva Capraro | 16/11/1981 | 6,6 | 5 |
| 013 | Ana Luíza Gessele | 15/07/1980 | 6,4 | 6 |
| 096 | Jacione Longuinho da Silva | 01/02/1978 | 6,2 | 7 |
| 141 | Laysa de Aragão | 08/02/1993 | 6,2 | 8 |
| 004 | Tainara da Silva | 27/12/1995 | 6,2 | 9 |
| 044 | Mariléia Raiser Dalla Bida | 30/04/1978 | 6,0 | 10 |
| 058 | Kátia Miranda de Lima | 02/02/1992 | 6,0 | 11 |
| 034 | Adriana Margarita da Silva Darossi | 05/05/1969 | 6,0 | 12 |
| 078 | Driely Valéria de Aguiar Gonçalves | 12/07/1992 | 5,8 | 13 |
| 211 | Ronieli Cabral e Silva | 27/02/1993 | 5,8 | 14 |
| 123 | Edna Magoli Koerich | 20/09/1982 | 5,6 | 15 |
| 199 | Angelica Veneri | 10/08/1997 | 5,4 | 16 |
| 016 | Carolina Casagrande | 09/03/1994 | 5,4 | 17 |
| 071 | Ana Lucia Vargas Coelho | 17/09/1970 | 5,2 | 18 |

| | | | | |
|-----|---------------------------------------|----------------|-----|----|
| 068 | Ana Paula Pimentel | 16/02/1998 | 5,2 | 19 |
| 035 | Leliani Regina Pereira Speranzini | 03/08/1973 | 5,0 | 20 |
| 069 | Maiara Rover | 14/11/1990 | 5,0 | 21 |
| 222 | Kátia Rosane Varela da Silva | 27/02/1980 | 4,8 | 22 |
| 025 | Juliana dos Santos Alves | 20/03/1985 | 4,8 | 23 |
| 194 | Marilete Orlandi Piva | 15/05/1971 | 4,6 | 24 |
| 098 | Ketherin Lilian Suzana dos Santos | 22/06/1995 | 4,4 | 25 |
| 008 | Neuza Aparecida Taurinho Marcolla | 06/09/1974 | 4,0 | 26 |
| 210 | Larissa Henrique de Araújo | 15/08/1997 | 4,0 | 27 |
| 051 | Janete Inacia Gulini Nichnoski | 15/06/1971 | 3,8 | 28 |
| 155 | Francisdalva Joaquim da Silva Schmitt | 02/05/1984 | 3,6 | 29 |
| 032 | Fabricia Mayer | 25/09/1983 | 3,4 | 30 |
| 090 | Jaqueline Garcia Tomio | 30/03/1975 | 3,0 | 31 |
| 015 | Maiza Aparecida Ferrari | 03/06/1997 | 2,8 | 32 |
| 097 | Juliana Aparecida dos Santos | 30/07/1999 | 2,8 | 33 |
| 061 | Katiana da Silva Abelino | 07/04/1992 | 1,8 | 34 |
| 072 | Maria Madalena Fantini Zandonai | 17/06/1961 | 0,6 | 35 |
| 107 | Ednéia Menon | Não compareceu | | |
| 001 | Patrícia Fagundes | Não compareceu | | |
| 007 | Rosilene Marta Marques Rocha | Não compareceu | | |
| 018 | Laudivânia da Silva Bezerra | Não compareceu | | |
| 022 | Isabelli Costa | | | |
| 037 | Taise Pereira Lucianer | | | |
| 042 | Lucimar Vailões | | | |
| 047 | Paula Suelyn de Lima | | | |
| 093 | Cárida Maria Fumagali | | | |
| 105 | Cristiane Valentin | | | |
| 136 | Raquel Venske | Não compareceu | | |
| 142 | Barbara Maria Gomes da Silva | | | |
| 161 | Raquel Jordana dos Santos Dornelles | | | |
| 166 | Clarisse Marchi | | | |

CARGO: MOTORISTA II

| INSC. | NOME COMPLETO | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA ESCRITA | CLASS. |
|-------|-------------------------------|--------------------|--------------------|--------|
| 208 | Criselle Stuepp Claudino | 30/06/1982 | 8,6 | 1 |
| 217 | Éder Marquato | 26/06/1982 | 7,0 | 2 |
| 218 | Deivid Junior Venera | 21/05/1988 | 6,8 | 3 |
| 203 | Luiz Carlos Ferreira da Silva | 24/08/1966 | 5,8 | 4 |
| 176 | Leonardo João Bonecher | 04/04/1990 | 4,8 | 5 |
| 225 | Afonso Dell' Agnollo | 09/11/1958 | 4,2 | 6 |
| 187 | Reginaldo Edesio Silva | 18/08/1982 | 4,2 | 7 |
| 188 | Arnaldo Mayer | 26/07/1967 | 2,4 | 8 |
| 182 | Osmar Orsi | 23/04/1953 | 1,6 | 9 |
| 175 | Carlos Alberto Muller | 04/11/1968 | 1,0 | 10 |
| 182 | Júlio César de Matos | Não compareceu | | |

CARGO: MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR

| INSC. | NOME COMPLETO | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA ESCRITA | CLASS. |
|-------|---------------|--------------------|--------------------|--------|
|-------|---------------|--------------------|--------------------|--------|

| | | | | |
|-----|-------------------------|----------------|-----|---|
| 202 | Paulo Roberto Rodrigues | 28/08/1961 | 5,6 | 1 |
| 223 | Leocir Cardoso | 20/01/1968 | 5,2 | 2 |
| 213 | Elisio Woicikoski | 18/04/1951 | 4,8 | 3 |
| 181 | Jair Silva dos Santos | 05/11/1949 | 3,4 | 4 |
| 189 | Sandro Vieira Franco | Não compareceu | | |

CARGO: OPERADOR DE MAQUINAS

| INSC. | NOME COMPLETO | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA ESCRITA | CLASS. |
|-------|--------------------------|--------------------|--------------------|--------|
| 118 | Sérgio José Romualdo | 23/11/1966 | 7,8 | 1 |
| 046 | Wagner Dognini | 15/03/1989 | 7,2 | 2 |
| 216 | Ildo Silvestrin | 30/09/1954 | 5,4 | 3 |
| 006 | Jaime da Silva | 15/03/1962 | 5,4 | 4 |
| 067 | Jucenildo Montibeller | 12/03/1981 | 4,6 | 5 |
| 048 | Jair Michalski | 10/11/1970 | 2,4 | 6 |
| 029 | Darci Eluiz Minatti | 26/09/1968 | 2,0 | 7 |
| 108 | José Bottamelli Neto | 18/10/1955 | 1,0 | 8 |
| 134 | Leandro Correia da Silva | Não compareceu | | |

CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM

| INSC. | NOME COMPLETO | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA ESCRITA | CLASS. |
|-------|-------------------------|--------------------|--------------------|--------|
| 110 | Fatima Casola Bernich | 07/09/1969 | 6,0 | 1 |
| 020 | Salomão Almeida Santos | 14/04/1967 | 5,8 | 2 |
| 111 | Elise Meri de Souza | 15/09/1982 | 5,8 | 3 |
| 122 | Eni Pinto Tejada | 23/10/1962 | 4,8 | 4 |
| 017 | Nestor Brás Ramos | 26/02/1964 | 4,6 | 5 |
| 086 | Juliana da Silva Venera | 14/10/1983 | 3,4 | 6 |

CARGO: PROFESSOR DE GEOGRAFIA

| INSC. | NOME COMPLETO | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA ESCRITA | NOTA PROVA TITULOS | NOTA FINAL |
|-------|-------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|------------|
| 063 | Joelcio Mikaliski | 09/10/1993 | Desclassificado | | |
| 158 | Willian Felipe Gandin | 04/04/1998 | Desclassificado | | |
| 056 | Dirlei Moreira da Silva | 30/08/1988 | Desclassificado | | |
| 099 | Deivison Mafra | 18/08/1992 | Desclassificado | | |
| 089 | Kelly Terme Veloso de Almeida | Não compareceu | | | |
| 197 | Vinicius Hillesheim | Não compareceu | | | |

CARGO: PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA

| INSC. | NOME COMPLETO | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA ESCRITA | NOTA PROVA TITULOS | NOTA FINAL |
|-------|--------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|------------|
| 103 | Leoniria Fatima Anzini Mistura | 14/04/1970 | 3,0 | 0,50 | 3,5 |
| 053 | Eliane Cristina Brumato | 14/05/1981 | 2,2 | 0,0 | 2,2 |
| 124 | Taise Darossi | 08/04/1993 | Desclassificado | | |
| 139 | Fabício Leonel da Silva | 07/03/1995 | Desclassificado | | |
| 183 | Jaiara Borges Colares | 12/07/1989 | Desclassificado | | |
| 184 | Ezequiel Martins de Oliveira | 12/12/1994 | Desclassificado | | |

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO RELIGIOSA

| INSC. | NOME COMPLETO | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA ESCRITA | NOTA PROVA TITULOS | NOTA FINAL |
|-------|------------------|--------------------|--------------------|--------------------|------------|
| 054 | Lili Cirene Tell | 09/03/1960 | Desclassificado | | |

CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA (ESPECIALIZAÇÃO)

| INSC. | NOME COMPLETO | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA ESCRITA | NOTA PROVA TITULOS | NOTA FINAL |
|-------|----------------|--------------------|--------------------|--------------------|------------|
| 045 | Ronni Nicolodi | 08/12/1973 | 5,6 0,50 6,1 | | |

CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

| INSC. | NOME COMPLETO | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA ESCRITA | NOTA PROVA TITULOS | NOTA FINAL |
|-------|-----------------------|--------------------|--------------------|--------------------|------------|
| 109 | André Felipe Reichert | 23/07/1987 | 4,8 | 0,0 | 4,8 |
| 024 | Jorge Lucas Fernandes | Não compareceu | | | |
| 059 | Vinicius Guchert | Não compareceu | | | |
| 119 | Leandro da Silva | Não compareceu | | | |

CARGO: PROFESSOR DE INGLES

| INSC. | NOME COMPLETO | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA ESCRITA | NOTA PROVA TITULOS | NOTA FINAL |
|-------|---------------|--------------------|--------------------|--------------------|------------|
| 062 | Camila Coelho | Desclassificado | | | |

CARGO: AUXILIAR DE SALA

| INSC. | NOME COMPLETO | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA ESCRITA | CLASS. |
|-------|-------------------------------------|--------------------|--------------------|--------|
| 180 | Lucia Marlene Muraro Wisintainer | 18/07/1971 | 5,2 | 1 |
| 221 | Cristiane Andrea Pereira de Almeida | 06/07/1983 | 4,8 | 2 |
| 133 | Mayara Fernandes Hoffmann | 31/03/1988 | 4,8 | 3 |
| 219 | Mariléia Silva Alves | 24/10/1985 | 4,4 | 4 |
| 204 | Suzetti Dalla Brida Tomio | 30/01/1986 | 4,0 | 5 |
| 167 | Ercinda Marthas dos Santos da Silva | 29/11/1965 | 3,8 | 6 |
| 209 | Maria Julia Feller Pfleger | 10/10/1971 | 3,8 | 7 |
| 125 | Maria de Fatima P. Fonseca Marcolla | 02/04/1975 | 3,8 | 8 |
| 162 | Andresa Cristina Geanesini Lopes | 14/02/1978 | 3,8 | 9 |
| 186 | Tamara Kenya Kavihioni | 04/09/1993 | 3,8 | 10 |
| 164 | Larissa Aparecida Veber | 08/10/1997 | 3,8 | 11 |
| 129 | Edilene Michele Bassi | 20/03/1973 | 3,6 | 12 |
| 206 | Rosane Jacques Brizola | 20/05/1977 | 3,6 | 13 |
| 128 | Suelen do Belem de Oliveira | 11/04/1990 | 3,4 | 14 |
| 127 | Mariana Till Battisti | 14/04/1995 | 3,4 | 15 |
| 113 | Driele Cristine Montibeller | 26/11/1997 | 3,2 | 16 |
| 137 | Hilária Tirloni Hass | 14/01/1963 | 3,0 | 17 |
| 106 | Bruna Martini | 10/10/1987 | 3,0 | 18 |
| 130 | Maria Izabel Silveira | 18/11/1963 | 2,8 | 19 |
| 207 | Marisa Bento da Silva | 09/05/1993 | 2,8 | 20 |
| 226 | Eller Franzoi | 30/04/1961 | 2,6 | 21 |

| | | | | |
|-----|-----------------------------------|----------------|-----|----|
| 177 | Lidiane de Sousa Koerchs | 09/05/1986 | 2,6 | 22 |
| 002 | Cristiane Skszypa | Não compareceu | | |
| 052 | Maiara Boettner Peixe | Não compareceu | | |
| 104 | Lais Aparecida Shmitz | Não compareceu | | |
| 114 | Maria Helena Marian Abreu | Não compareceu | | |
| 120 | Taise Pereira Lucianer | Não compareceu | | |
| 126 | Daniela Cristina Eidt | Não compareceu | | |
| 131 | Aline Almeida | Não compareceu | | |
| 135 | Simone Sardá de Souza Schlichting | Não compareceu | | |
| 140 | Eliani Aparecida Ribeiro | Não compareceu | | |
| 147 | Crislaine Elisiane Ceccato | Não compareceu | | |
| 148 | Suzan Ellen de Souza | Não compareceu | | |
| 149 | Francieli Fagundes de Oliveira | Não compareceu | | |
| 150 | Gizeli Ceccato | Não compareceu | | |
| 151 | Geni Becker | Não compareceu | | |
| 152 | Lisangela Locks | Não compareceu | | |
| 153 | Layane Priscila Pontes dos Santos | Não compareceu | | |
| 154 | Janaina Aline Amorim | Não compareceu | | |
| 155 | Giorgia Sgrott | Não compareceu | | |
| 156 | Dirlene de Fatima Castro de Souza | Não compareceu | | |
| 196 | Eneias de Souza | Não compareceu | | |
| 198 | Rafaela Macaneiro | Não compareceu | | |
| 214 | Morgana Tachini | Não compareceu | | |

CARGO: ESTAGIÁRIO EDUCAÇÃO FISICA

| INSC. | NOME COMPLETO | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA ESCRITA | CLASS. |
|-------|---------------------------|--------------------|--------------------|--------|
| 192 | Carlos Eduardo Firmo | 18/09/1996 | 6,8 | 1 |
| 185 | André Fabiano Gnoatto | 30/03/1982 | 6,0 | 2 |
| 010 | Roberto Orsi | 09/12/1988 | 5,6 | 3 |
| 060 | Vorli José Guchert Junior | Não compareceu | | |
| 136 | Edson Cristino Aguiar | Não compareceu | | |

CARGO: ESTAGIÁRIO PSICOLOGIA

| INSC. | NOME COMPLETO | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA ESCRITA | CLASS. |
|-------|---------------------------|--------------------|--------------------|--------|
| 174 | Bárbara Cipriani | 14/05/1993 | 5,2 | 1 |
| 215 | Jéssica Bottamedi Ruberti | 20/06/1997 | 4,6 | 2 |
| 220 | Jeferson dos Santos | 16/07/1996 | 4,2 | 3 |

CARGO: ESTAGIÁRIO DELEGACIA

| INSC. | NOME COMPLETO | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA ESCRITA | CLASS. |
|-------|---------------------------------|--------------------|--------------------|--------|
| 191 | Eduarda Visentainer Adami | 28/08/1999 | 4,8 | 1 |
| 165 | Gustavo Raiser Micheli | 17/11/1999 | 4,0 | 2 |
| 081 | Jaziel Poli | 24/03/2000 | 3,8 | 3 |
| 160 | Cleidiane Caroline Constante | 06/08/1999 | 3,8 | 4 |
| 057 | Fernando Feller Junior | 14/08/1996 | 2,8 | 5 |
| 168 | Daniele Melo Kaipper | 17/01/1999 | 2,8 | 6 |
| 144 | Diego Lucas Coelho | 09/06/1998 | 2,6 | 7 |
| 163 | Verônica Cecy Schornes Carvalho | 24/08/1999 | 2,6 | 8 |
| 112 | Carolini Creppas Minatti | 28/09/1999 | 0,8 | 9 |

| | | |
|-----|----------------|----------------|
| 087 | Mayara Guckert | Não compareceu |
|-----|----------------|----------------|

CARGO: MÉDICO GINECOLOGISTA

| INSC. | NOME COMPLETO | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA ESCRITA | CLASS. |
|-------|----------------------|--------------------|--------------------|--------|
| 195 | David Bortot Raspini | Não compareceu | | |

CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA

| INSC. | NOME COMPLETO | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA ESCRITA | CLASS. |
|-------|---------------------|--------------------|--------------------|--------|
| 205 | Laisy Albanas David | Não compareceu | | |

CARGO: MEDICO 40HS

| INSC. | NOME COMPLETO | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA ESCRITA | CLASS. |
|-------|--------------------|--------------------|--------------------|--------|
| 121 | Aretusa Kruchinski | Não compareceu | | |

CARGO: MÉDICO 33HS

| INSC. | NOME COMPLETO | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA ESCRITA | NOTA PROVA TITULOS | NOTA FINAL |
|-------|----------------------|--------------------|--------------------|--------------------|------------|
| 100 | Tomaz Selau de Souza | 19/10/1945 | 3,8 | 1,5 | 5,3 |

CARGO: MÉDICO 60 HS

| INSC. | NOME COMPLETO | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA ESCRITA | CLASS. |
|-------|----------------------|--------------------|--------------------|--------|
| 101 | Maico Matos Menegola | Não compareceu | | |

CARGO: MÉDICO PLANTONISTA

| INSC. | NOME COMPLETO | DATA DE NASCIMENTO | NOTA PROVA ESCRITA | NOTA PROVA TITULOS | NOTA FINAL |
|-------|------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|------------|
| 102 | Arlindo Pereira Dias Junior | 07/10/1975 | 4,0 | 1,0 | 5,0 |
| 040 | Luciana Cristina Lago Chaves | 15/09/1982 | 3,8 | 0,0 | 3,8 |
| 159 | Ana Carolina Leindorf | Não compareceu | | | |
| 190 | Mauricio Neiva Fernandes | Não compareceu | | | |

Obs.: Desclassificado (item 4.2.2.4). Não serão aceitos declarações ou atestados de frequência. (Edital 001.2016)

Com relação ao critério de desempate o item 4.6.4 do edital de abertura do Processo Seletivo Nº 01/2016 especifica que, proceder-se-á ao desempate usando os seguintes critérios:

- considerada com maior idade, para os que se enquadrarem nessa condição (art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/2003, Lei do Idoso, quando um dos candidatos tiver 60 anos ou mais);
- Maior idade;
- obtiver maior número de pontos na prova prática, quando couber;
- obtiver maior número de pontos na prova escrita de conhecimentos específicos;
- o que possuir maior número de dependentes;
- Sorteio.

Nova Trento, 23 de março de 2016.

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 087/2016

DECRETO Nº 087, de 18 de março de 2016

Proíbe a venda, o porte e a ingestão de bebida alcoólica no percurso do Morro da Cruz, (Santuário de Nossa Senhora do Bom Socorro) na Quinta e Sexta Feira Santa e dá outras providências.

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, em Exercício;

Considerando que a subida, a pé, do Morro da Cruz, no período pascal, trata-se de um evento religioso, onde a Paixão e Morte de Jesus Cristo é motivo de concentração, caminhadas, reflexões e orações e vem se constituindo autêntica tradição este evento; cumpre ao Poder Público Municipal envidar os esforços necessários para garantir a integridade física dos penitentes e visitantes que fazem o percurso da subida do Morro da Cruz, tornando-se de interesse público a realização do evento e a manutenção da ordem e tranqüilidade de todos e que o Poder de Polícia " faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da comunidade ou do próprio Estado" (Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, 27ª edição, p.127), usando da competência que lhe confere os incisos VIII e XXVII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam proibidos a venda, o porte e a ingestão de bebida alcoólica, no trajeto compreendido entre o Posto de Combustíveis, localizado na esquina das Ruas Santo Inácio e José Erbs, até o Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro e, em todo o seu entorno e dependências, no dia 24 de março de 2016 (Quinta Feira Santa), no horário compreendido entre às 18h. desse dia, até às 9h. do dia 25 de março de 2016, (Sexta Feira Santa).

Parágrafo Único – Fica proibido também a venda ambulante de bebida alcoólica e a presença de carros com som em alto volume, no trajeto da Rua Santo Inácio, desde o início (Ponte Governador Ivo Silveira), incluindo a Rua Nicolau Bado, até o Auto Posto Nova Trento, Rua Nereu Ramos em toda a sua extensão e parte da Rua dos Imigrantes, até o entroncamento com a Rua Cristóvão Gessele, incluindo esta e também as Ruas Pe. Afonso Kurzo, José Erbs e entornos, até o Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro, incluindo toda a sua área.

Art. 2º - Serão solicitados o auxílio e o reforço de efetivo da Polícia Militar, para assegurar nos horários determinados no artigo 1º e parágrafo único deste decreto, o seu cumprimento.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 18 de março de 2016.
Josemar Guilherme Franzoi
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

DECRETO Nº 089/2016

DECRETO nº089/2016

convoca os aprovados no CONCURSO PÚBLICO 002/2015 – DÉCIMA QUINTA CHAMADA que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I presente Decreto para comparecerem ao Setor de Recursos Humanos, do dia 28 de março a 08 de abril de 2016, munidos da documentação abaixo relacionada observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - 01 (uma) foto 3/4

II - Cópia da Carteira de Identidade;

III - Cópia do CPF;

IV - Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida, se for o caso;

V- Cópia do Título Eleitoral;

VI - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII - Cópia atualizada da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

VIII - Cópia atualizada da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

IX - Cópia Comprovante de Residência;

X - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, homologado pela junta médica oficial do município, após a apreciação dos exames e demais documentos (Anexo II).

XI - Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XII - Estar quite com o Serviço Militar Obrigatório, se for o caso;

XIII - Cópia autenticada do Diploma de Curso Superior (Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

XIV Cópia autenticada do Diploma Escolar (Ensino Fundamental/ Médio/Curso Técnico), se for o caso;

XV - Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe, se for o caso

XVI - Inscrição no PIS/PASEP;

XVII - Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou distrital do domicílio do candidato, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento.

XVIII- Declaração de bens, Declaração de acúmulos ou não de cargos, Declaração de penalidade disciplinar (retirar no setor de Recursos Humanos).

XIX - Declaração de desistência a vaga do cargo no qual foi nomeado (a), se for o caso (Anexo III).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 22 de março de 2016.

JOSEMAR GUILHERME FRANZOI
Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I
(Decreto nº089/2016)

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

| Classificação | Nº da Inscrição | Nome completo |
|---------------|-----------------|-------------------------|
| 14ª | 915 | RAFAEL EDUARDO BERNARDO |

ANEXO II EXAMES
(Decreto nº 089/2016)

| CARGOS | EXAMES |
|---------------------------|---------|
| ASSISTENTE ADMINISTRATIVO | CLINICO |

ANEXO III CARTA DE DESISTENCIA
(Decreto nº 089/2016)

Nova Trento, _____ de de 2016.
Exmo. Sr.
Prefeito Municipal Gian Francesco Voltolini

Nesta
Assunto: Desistência de Nomeação no Cargo de
.....

Exmo Senhor,
Eu,, candidato(a) aprovado(a) no concurso público para o provimento do cargo efetivo de
...., no cargo, convocada através do Decreto
....., horas semanais
...., do Quadro Permanente de Pessoal desta Prefeitura Municipal, Edital nº, homologado pelo Decreto nº, publicado no D.O.M. de, venho manifestar minha DESISTÊNCIA de ser nomeado(a) para exercer o cargo em questão. Neste contexto, manifesto ainda minha inteira ciência de que tal decisão descarta qualquer possibilidade futura de reconsideração da situação aqui registrada, ao tempo em que também registro minha ciência de que o próximo candidato aprovado para o mesmo cargo, poderá ser nomeado na vaga ora liberada.

NOME
CPF:

DECRETO Nº 090/2016

DECRETO Nº 090, de 22 de março de 2016

Estabelece Ponto Facultativo nos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Municipal.

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento/SC, em Exercício, usando das atribuições que lhe confere o Art. 94, item VIII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo no município de Nova Trento, nos órgãos e Entidades da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Municipal, dia 24 de março, 5ª Feira Santa.

Parágrafo Único: Excepcionalmente neste dia, as Creches Municipais que fazem parte da Secretaria Municipal da Educação, estarão funcionando em regime de plantão.

Art. 2º O Ponto facultativo estabelecido no artigo anterior, no que tange a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais, serão administrados no âmbito de cada Unidade Administrativa responsável, garantindo o atendimento por meio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de março de 2016.
Josemar Guilherme Franzoi
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças.

Novo Horizonte

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DO PL Nº 013/16 PR Nº 007/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO

1- O Prefeito do Município de Novo Horizonte, do estado de Santa Catarina, torna público aos interessados a alteração do objeto do edital de licitação relativo ao Processo Licitatório Nº 013/2016 – Pregão Presencial nº 007/2016 – SRP e consequentemente alteração nos Anexos VII e VIII do edital.

Objeto: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual Contratação de empresa prestadora de serviços de Rádio AM para a prestação de Serviços de Radiodifusão com alcance em toda extensão territorial do Município de Novo Horizonte/SC, para divulgação, em forma de inserção, de atos administrativos, avisos e informações gerais do município de Novo Horizonte/SC, compreendendo:

a) - Inserções de 30' nos dias e horários definidos, com veiculação de atos administrativos (notícias, avisos, comunicados, programas, campanhas e outros), com redação realizada pelo município.

2- Alteração da descrição do Objeto e consequentemente alteração nos Anexos VII e VIII do edital:

Onde se lê: "...Rádio AM..."

Lê-se: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual Contratação de empresa prestadora de serviços de Rádio AM e/ou FM para a prestação de Serviços de Radiodifusão com alcance em toda extensão territorial do Município de Novo Horizonte/SC, para divulgação, em forma de inserção, de atos administrativos, avisos e informações gerais do município de Novo Horizonte/SC, compreendendo:

a) - Inserções de 30' nos dias e horários definidos, com veiculação de atos administrativos (notícias, avisos, comunicados, programas, campanhas e outros), com redação realizada pelo município.

3- Em razão da alteração do objeto, RETIFICA a data de abertura dos envelopes do dia 23/03/2016 para o dia 06/04/2016, no mesmo horário.

4- Ficam mantidas e ratificadas as demais condições e disposições estabelecidas no edital.

Novo Horizonte/SC, em 22/03/2016 – ELI MARIOTT – Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL FMS Nº 005 A 015/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato FMS Nº.: 005/2016

Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

Contratada...: CASA CIRURGICA CHAPECO LTDA

Valor : 10.513,00 (dez mil quinhentos e treze reais)

Vigência : Início: 21/03/2016 Término: 20/03/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2016

Recursos : Dotação: 2.031.4.4.90.00.00.00.00.00 (20) Saldo: 168.915,00

Objeto : O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE

EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE E 01 (UM) VEÍCULO PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE, EM VIRTUDE DA ADESÃO DO MUNICÍPIO AO PROGRAMA DE MELHORIA E ACESSO DA QUALIDADE NA ATENÇÃO BÁSICA-PMAQ E PROGRAMA REQUALIFICA UBS COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE, conforme condições constantes nos anexos do edital.

Contrato FMS Nº.: 006/2016

Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

Contratada...: MB CATARINENSE LTDA - ME

Valor : 10.707,50 (dez mil setecentos e sete reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 21/03/2016 Término: 20/03/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2016

Recursos : Dotação: 2.031.4.4.90.00.00.00.00.00 (20) Saldo: 168.915,00

Objeto : O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE E 01 (UM) VEÍCULO PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE, EM VIRTUDE DA ADESÃO DO MUNICÍPIO AO PROGRAMA DE MELHORIA E ACESSO DA QUALIDADE NA ATENÇÃO BÁSICA-PMAQ E PROGRAMA REQUALIFICA UBS COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE, conforme condições constantes nos anexos do edital.

Contrato FMS Nº.: 008/2016

Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

Contratada...: CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETER

Valor : 12.749,00 (doze mil setecentos e quarenta e nove reais)

Vigência : Início: 21/03/2016 Término: 20/03/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2016

Recursos : Dotação: 2.031.4.4.90.00.00.00.00.00 (20) Saldo: 168.915,00

Objeto : O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE E 01 (UM) VEÍCULO PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE, EM VIRTUDE DA ADESÃO DO MUNICÍPIO AO PROGRAMA DE MELHORIA E ACESSO DA QUALIDADE NA ATENÇÃO BÁSICA-PMAQ E PROGRAMA REQUALIFICA UBS COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE, conforme condições constantes nos anexos do edital.

Contrato FMS Nº.: 009/2016

Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

Contratada...: K.C.R. INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

Valor : 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 21/03/2016 Término: 20/03/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2016

Recursos : Dotação: 2.031.4.4.90.00.00.00.00.00 (20) Saldo: 168.915,00

Objeto : O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE E 01 (UM) VEÍCULO PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE, EM VIRTUDE DA ADESÃO DO MUNICÍPIO AO PROGRAMA DE MELHORIA E ACESSO DA QUALIDADE NA ATENÇÃO BÁSICA-PMAQ E PROGRAMA REQUALIFICA UBS COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE, conforme condições constantes nos anexos do edital.

Contrato FMS Nº.: 010/2016

Contratante...: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
Contratada...: ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME

Valor : 14.190,00 (quatorze mil cento e noventa reais)
Vigência : Início: 21/03/2016 Término: 20/03/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2016
Recursos : Dotação: 2.031.4.4.90.00.00.00.00 (20) Saldo: 168.915,00

Objeto : O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE E 01 (UM) VEÍCULO PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE, EM VIRTUDE DA ADESÃO DO MUNICÍPIO AO PROGRAMA DE MELHORIA E ACESSO DA QUALIDADE NA ATENÇÃO BÁSICA-PMAQ E PROGRAMA REQUALIFICA UBS COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE, conforme condições constantes nos anexos do edital.

Contrato FMS Nº..: 011/2016

Contratante...: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
Contratada...: PAULINEIA LOTTERMANN REIS - ME
Valor : 7.660,00 (sete mil seiscentos e sessenta reais)
Vigência : Início: 21/03/2016 Término: 20/03/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2016
Recursos : Dotação: 2.031.4.4.90.00.00.00.00 (20) Saldo: 168.915,00

Objeto : O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE E 01 (UM) VEÍCULO PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE, EM VIRTUDE DA ADESÃO DO MUNICÍPIO AO PROGRAMA DE MELHORIA E ACESSO DA QUALIDADE NA ATENÇÃO BÁSICA-PMAQ E PROGRAMA REQUALIFICA UBS COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE, conforme condições constantes nos anexos do edital.

Contrato FMS Nº..: 012/2016

Contratante...: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
Contratada...: ALFRS INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA - ME
Valor : 11.309,00 (onze mil trezentos e nove reais)
Vigência : Início: 21/03/2016 Término: 20/03/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2016
Recursos : Dotação: 2.031.4.4.90.00.00.00.00 (20) Saldo: 168.915,00

Objeto : O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE E 01 (UM) VEÍCULO PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE, EM VIRTUDE DA ADESÃO DO MUNICÍPIO AO PROGRAMA DE MELHORIA E ACESSO DA QUALIDADE NA ATENÇÃO BÁSICA-PMAQ E PROGRAMA REQUALIFICA UBS COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE, conforme condições constantes nos anexos do edital.

Contrato FMS Nº..: 013/2016

Contratante...: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
Contratada...: GESUL COMERCIAL LTDA - ME
Valor : 2.147,00 (dois mil cento e quarenta e sete reais)
Vigência : Início: 21/03/2016 Término: 20/03/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2016
Recursos : Dotação: 2.031.4.4.90.00.00.00.00 (20) Saldo: 168.915,00

Objeto : O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE E 01 (UM) VEÍCULO PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE, EM VIRTUDE DA ADESÃO DO MUNICÍPIO AO PROGRAMA DE MELHORIA E ACESSO DA QUALIDADE NA ATENÇÃO BÁSICA-PMAQ E PROGRAMA REQUALIFICA UBS COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE, conforme condições constantes nos anexos do edital.

Contrato FMS Nº..: 014/2016

Contratante...: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
Contratada...: ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP
Valor : 11.377,97 (onze mil trezentos e setenta e sete reais e noventa e sete centavos)

Vigência : Início: 21/03/2016 Término: 20/03/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2016
Recursos : Dotação: 2.031.4.4.90.00.00.00.00 (20) Saldo: 168.915,00
Objeto : O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE E 01 (UM) VEÍCULO PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE, EM VIRTUDE DA ADESÃO DO MUNICÍPIO AO PROGRAMA DE MELHORIA E ACESSO DA QUALIDADE NA ATENÇÃO BÁSICA-PMAQ E PROGRAMA REQUALIFICA UBS COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE, conforme condições constantes nos anexos do edital.

Contrato FMS Nº..: 015/2016

Contratante...: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
Contratada...: SUDOAUTO SUDOESTE AUTOMOVEIS LTDA
Valor : 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais)
Vigência : Início: 21/03/2016 Término: 20/03/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2016
Recursos : Dotação: 2.031.4.4.90.00.00.00.00 (20) Saldo: 168.915,00
Objeto : O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE, EM VIRTUDE DA ADESÃO DO MUNICÍPIO AO PROGRAMA DE MELHORIA E ACESSO DA QUALIDADE NA ATENÇÃO BÁSICA-PMAQ E PROGRAMA REQUALIFICA UBS COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE, conforme condições constantes nos anexos do edital.

Novo Horizonte/SC, em 21 de Março de 2016 – Eli Mariott – Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PL FMS Nº 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 002/2016

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 002/2016

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 21/03/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
OBJETO: O presente Edital tem por objeto a SELEÇÃO DE PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE E 01 (UM) VEÍCULO PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE, EM VIRTUDE DA ADESÃO DO MUNICÍPIO AO PROGRAMA DE MELHORIA E ACESSO DA QUALIDADE NA ATENÇÃO BÁSICA-PMAQ E PROGRAMA REQUALIFICA UBS COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.

CONTRATADO: CASA CIRURGICA CHAPECO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.513,00 (dez mil quinhentos e treze reais)

CONTRATADO: MB CATARINENSE LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.707,50 (dez mil setecentos e sete reais e cinqüenta centavos)

CONTRATADO: ALTHIS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICO

VALOR DA DESPESA: R\$ 19.923,64 (dezenove mil novecentos e vinte e três reais e sessenta e quatro centavos)

CONTRATADO: CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETER

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.749,00 (doze mil setecentos e quarenta e nove reais)

CONTRATADO: K.C.R. INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais)

CONTRATADO: ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.190,00 (quatorze mil cento e noventa reais)
CONTRATADO: PAULINEIA LOTTERMANN REIS - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.660,00 (sete mil seiscentos e sessenta reais)
CONTRATADO: ALFRS INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.309,00 (onze mil trezentos e nove reais)
CONTRATADO: GESUL COMERCIAL LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 10.367,00 (dez mil trezentos e sessenta e sete reais)
CONTRATADO: ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.377,97 (onze mil trezentos e setenta e sete reais e noventa e sete centavos)
CONTRATADO: SUDOAUTO SUDOESTE AUTOMOVEIS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais)
DATA: 21/03/2016 - DIRCEU MEZOMO - Secretario De Saude E Promoção Social/gestor Fms.

Novo Horizonte, 21 de Março de 2016 – Eli Mariott – Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PL Nº 036/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 21/03/2016
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS, GERIÁTRICAS E LEITE PARA DISTRIBUIÇÃO A PESSOAS CARENTES, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E MENTAL, IDOSOS, ENFERMOS, CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DESNUTRIÇÃO, COM INTOLERÂNCIA A LACTOSE, DE ACORDO COM ESTUDO SÓCIO ECONÔMICO E RECEITA MÉDICA, DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.
CONTRATADO: ANDRIANI E ANDRIANI COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 211,76 (Duzentos e onze reais e setenta e seis centavos).
Novo Horizonte/SC - DATA: 21/03/2016 – Eli Mariott - Prefeito Municipal

EXTRATO TA Nº 007 AO CA Nº 058/2014 VISOLI

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº : 007 ao Contrato Administrativo Nº: 058/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada....: VISOLI CONSTRUTORA LTDA-EPP
Vigência : Início: 21/03/2016 Término: 20/06/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2014
Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, consistindo na prorrogação para mais 90 (noventa) dias, contados a partir da data da assinatura deste instrumento, ou seja, até 20/06/2016, podendo ser prorrogado por interesse da administração pública.
Fundamento Legal: com amparo no art. 57 I, § 1º, Inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações, celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 058/2014.

Ouro

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO PR 14-2016

MUNICÍPIO DE OURO / SC

Pregão Presencial nº. 0014/2016

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos de informática, eletrodomésticos, moveis e utensílios domésticos. ALTERAÇÃO DA DATA DE ABERTURA DO PROCESSO: O Prefeito Municipal de Ouro comunica aos interessados que o edital referente ao Processo Licitatório n.0021/2016, Pregão Presencial 0014/2016, passou por alterações na relação de itens, anexo I; sendo que a abertura do referido processo dar-se-á no dia 08/04/2016, às 09, na Sala de Licitações, da Prefeitura Municipal de Ouro. Ratificam-se as demais especificações e condições previstas no edital. Pedidos do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 22/03/2016. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

Ouro Verde

PREFEITURA

CONTRATO 0037/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0037/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: WILLIANTUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA-ME Objeto: Contratação de empresa especializada para os Serviços de Transporte dos idosos e atividades afins da Secretaria de Assistência Social do município de Ouro Verde. valor certo e ajustado de R\$.7.880,50 (sete mil oitocentos e oitenta reais com cinquenta centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 18 de março de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 0392/2016.

PORTARIA Nº. 0392/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no GE Terezinha Maria Espindola Martins da Secretaria de Educação a servidora MAURA HELENA DE MELO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 17/02/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0395/2016.

PORTARIA Nº. 0395/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ROSANA GAIDOS, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal dos Serviços Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Palhoça – SAMAE Palhoça - Secretaria de Administração, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de janeiro de 2016.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0400/2016.

PORTARIA Nº. 0400/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 15 de fevereiro de 2016.

ANEXO I

| MATRICULA | NOME | VALOR | ESCOLA |
|-----------|------------------------------|-------------|---------------------------|
| 122405-2 | Joana Darc Medeiros Mendonça | R\$ 1100,00 | Diretor CEI Dona Maricota |

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

EDITAL DE PRORROGAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

PRORROGAR por mais 02 (dois) anos, o prazo de validade do Concurso Público nº 003/2013, de acordo com o disposto no artigo 37, inciso III, da Constituição Federal, para os seguintes cargos: Analista de Sistemas, Arquiteto, Enfermeiro, Engenheiro Civil, Geógrafo, Nutricionista, Procurador do Município, Médico ESF, Médico Psiquiatra, Auxiliar de Consultório Dentário, Monitor, Técnico em Enfermagem, Técnico Informática, Técnico em Contabilidade, Fiscal do Meio Ambiente, Agente Comunitário de Saúde, Agente de Controle de Endemias, Motorista.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 18/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 018/2016 do PREGÃO Nº 009/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – PETI de Palhoça. VALOR: R\$ 108.049,40 (cento e oito mil quarenta e nove reais e quarenta centavos). DATA: 04/03/2016 A 03/03/2017.

| BRUTHAN COMERCIAL LTDA | | | | | | |
|------------------------|---|---------|-----------|-------------|----------------|---------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | MARCA | Qtde. Item | Valor Unitário | Valor Total |
| 9 | Ovo de galinha: fresco tipo especial, tipo A, vermelho de 55 a 60 gramas de peso por unidade. | DZ | AUREA | 1.400,00000 | R\$4,5000 | R\$6.300,0000 |
| 10 | Tangerina Pocan | KG | IN NATURA | 1.000,00000 | R\$2,8000 | R\$2.800,0000 |
| 8 | Brocolis, tamanho médio. | KG | IN NATURA | 330,00000 | R\$4,9000 | R\$1.617,0000 |
| 7 | Mamão formosa | KG | IN NATURA | 520,00000 | R\$3,0000 | R\$1.560,0000 |
| 6 | Maçã gala: grupo: rajada classe de 70 a 80mm, tipo ou categoria 2. | KG | IN NATURA | 2.200,00000 | R\$3,1000 | R\$6.820,0000 |
| 5 | Laranja pêra: grupo I, tipo especial, de conformidade com a Portaria M.A. nº 125 de 15/05/81. | KG | IN NATURA | 2.200,00000 | R\$1,8000 | R\$3.960,0000 |
| 4 | Pimentão: verde tipo especial. | KG | IN NATURA | 150,00000 | R\$3,9000 | R\$585,0000 |
| 3 | Chuchu: classe: médio tipo 2. | KG | IN NATURA | 440,00000 | R\$2,8000 | R\$1.232,0000 |
| 2 | Banana Branca: tipo especial, de conformidade com a Portaria M.A nº. 126 de 15/05/81. | KG | IN NATURA | 2.200,00000 | R\$2,6000 | R\$5.720,0000 |
| 18 | Tomate: Grupo Oblongo ou redondo, subgrupo verde maduro a pintado, classe: médio ou grande, tipo especial | KG | IN NATURA | 1.800,00000 | R\$3,5000 | R\$6.300,0000 |
| 17 | Cebola de cabeça: classe média, tipo: especial, de conformidade com a Portaria M. A nº 529 de 18/03/97. | KG | IN NATURA | 1.100,00000 | R\$2,9000 | R\$3.190,0000 |
| 16 | Cenoura: sem folhas, classe: médio tipo: | KG | IN NATURA | 550,00000 | R\$2,7000 | R\$1.485,0000 |
| 15 | Beterraba: Tamanho médio - pesando entre 200 a 300 gramas a unidade | KG | IN NATURA | 550,00000 | R\$2,6000 | R\$1.430,0000 |

| | | | | | | |
|-----------------------|--|-----|--------------|-------------|-----------|----------------|
| 14 | Batata doce: tamanho médio a grande, de conformidade com a portaria M.A. nº 529 de 18/03/97. | KG | IN NATURA | 300,00000 | R\$2,8000 | R\$840,0000 |
| 13 | Batata Inglesa: suja grupo I ou II, classe 2, tipo: especial. | KG | IN NATURA | 2.200,00000 | R\$2,9000 | R\$6.380,0000 |
| 12 | Abóbora Menina, tamanho médio. | KG | IN NATURA | 400,00000 | R\$2,8000 | R\$1.120,0000 |
| 11 | Feijão Preto: tipo 1, isento de matérias estranhas, e impurezas, isento de insetos vivos ou mortos, máxima de 15% e 13% de umidade. Portaria 161 de 24/07/77 M.A. - Matérias estranhas 2% .Embalagem: embalagem plástica de 01 Kg. | KG | BASCHIROTTTO | 950,00000 | R\$4,6000 | R\$4.370,0000 |
| 1 | Cebolinha, com folhas interinas, com talo, graúdas, sem manchas, com coloração uniforme | MIL | IN NATURA | 450,00000 | R\$1,8000 | R\$810,0000 |
| 22 | Salsa Fresca: Talos e folhas inteiras, graúdas, sem manchas, com coloração uniforme, talos e folhas inteiras | Kg | IN NATURA | 450,00000 | R\$1,8000 | R\$810,0000 |
| 21 | Alface: Tamanho médio, de conformidade com a Resolução CNNPA de 12/78 e Decreto 986 de 21/10/69. Deve apresentar a cabeça fechada e com as folhas verdes. | UN | IN NATURA | 550,00000 | R\$1,8000 | R\$990,0000 |
| 20 | Couve-flor, tamanho médio. Deve apresentar as características do cultivar. Peso aproximado 1,5kg a 2kg cada. | UN | IN NATURA | 440,00000 | R\$4,2600 | R\$1.874,4000 |
| 19 | Repolho verde: Tamanho médio, de conformidade com a Resolução CNNPA de 12/78 e Decreto 986 de 21/10/69. | UN | IN NATURA | 220,00000 | R\$2,8000 | R\$616,0000 |
| Total Geral dos Itens | | | | | | R\$60.809,4000 |

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 19/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 019/2016 do PREGÃO Nº 009/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GIZELE REGINA DA SILVA ME RUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – PETI de Palhoça. VALOR: R\$ 83.892,00 (oitenta e três mil e oitocentos e noventa e dois reais). DATA: 04/03/2016 A 03/03/2017.

| GIZELE REGINA DA SILVA ME | | | | | | |
|---------------------------|---|---------|---------|-------------|----------------|----------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | MARCA | Qtde. Item | Valor Unitário | Valor Total |
| 5 | Salsicha tipo hot dog de carne, congelada, à granel. Embalagem: pacotes com até 2,5kg. | KG | COPACOL | 300,00000 | R\$4,1900 | R\$1.257,0000 |
| 4 | Carne bovina Inteira: paleta, congelada, de segunda, sem osso, limpa, sem nervos, sem tendões, sem aponervroses e sem gorduras com características organolépticas (cor, sabor, odor característicos). | KG | MM | 1.200,00000 | R\$15,8300 | R\$18.996,0000 |
| 3 | Carne bovina moída: músculo, congelado, de segunda, sem osso, limpa, sem nervos, sem tendões, sem aponervroses e sem gordura. embalagem: embalada à vácuo, em pacotes de 01 (um) Kg,. | KG | MM | 1.200,00000 | R\$16,2600 | R\$19.512,0000 |

| | | | | | | |
|-----------------------|--|------|--------------|-------------|------------|----------------|
| 2 | Sobrecoxa sem osso O produto nao podera apresentar hematomas, penas, pele e gordura em excesso, manchas (dermatite, riscos e machas esverdeadas,péla bilis). | KG | Ave Serra | 300,00000 | R\$9,5600 | R\$2.868,0000 |
| 1 | Frango Inteiro: Congelado, com miúdos, pesando entre 1.500 a 2.000 gramas cada unidade de frango. | KG | MORGANA | 3.500,00000 | R\$5,3200 | R\$18.620,0000 |
| 5 | Caldo de galinha cx com mínimo 57gr, com 06 tabletes. | CX | MAGGY | 60,00000 | R\$1,4000 | R\$84,0000 |
| 8 | Sal - refinado, iodado, com granulacão uniforme e com cristais brancos | KG | Sósal | 330,00000 | R\$0,9900 | R\$326,7000 |
| 3 | Macarrão tipo parafuso. Massa tipo parafuso, com ovos. | PCT | DIANA | 450,00000 | R\$1,9000 | R\$855,0000 |
| 10 | Alho em pasta, triturado, acidulante ácido cítrico e conservadores sorbato de potássio. Embalagem de 1kg. | POTE | SANTA CHIARA | 50,00000 | R\$11,8900 | R\$594,5000 |
| 1 | Maionese tradicional, embalagem com 3kg (BALDE). De acordo com a Resolucao 12/78 da Comissao Nacional de Normas e Padroes para Alimentos - CNNPA. | POTE | D AJUDA | 60,00000 | R\$12,8000 | R\$768,0000 |
| 9 | Colorífico. Características técnicas: Aspecto de pó fino, cor vermelho intenso, odor e sabor próprios.. | UN | DA FILÓ | 300,00000 | R\$1,2000 | R\$360,0000 |
| 7 | Extrato de tomate, simples, concentrado. Preparado com frutos maduros, selecionados, são, sem pele e sem sementes e estar isento de fermentação de indicadores de processamento defeituosos. 340grs. | UN | BONARE | 770,00000 | R\$1,2800 | R\$985,6000 |
| 6 | Óleo de soja Refinado, 100% natural. Embalagem: de 900ml. | UN | COCAMAR | 780,00000 | R\$3,9900 | R\$3.112,2000 |
| 4 | Vinagre: Ácido acético obtido mediante a fermentação acética de soluções aquosas de álcool procedente principalmente de matérias agrícolas. Embalagem 900ml | UN | HEINING | 210,00000 | R\$1,4000 | R\$294,0000 |
| 2 | Macarrão Espaguete.Tipo espaguete longo, com ovos. Ingredientes: Farinha de trigo especial, ovos. Padronizada com até 500 gramas. Deve apresentar na embalagem valor nutricional. | UN | DIANA | 650,00000 | R\$1,9000 | R\$1.235,0000 |
| 1 | Filé de peixe resfriado, fresco, tipo corvina, pescadinha ou abrótea, com aproximadamente 120 gramas cada filé. | KG | ATLANTICO | 800,00000 | R\$17,5300 | R\$14.024,0000 |
| Total Geral dos Itens | | | | | | R\$83.892,0000 |

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 20/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 020/2016 do PREGÃO Nº 009/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – PETI de Palhoça. VALOR: R\$ 49.209,00 (quarenta e nove mil e duzentos e nove reais). DATA: 04/03/2016 A 03/03/2017.

| ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME | | | | | | |
|---------------------------------|--|---------|-------|------------|----------------|-------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | MARCA | Qtde. Item | Valor Unitário | Valor Total |
| 7 | Amido de milho-aspecto: pó fino cor branca odor próprio. Embalagem padronizada até 500gr | CX | APTI | 250,00000 | R\$1,9300 | R\$482,5000 |



| | | | | | | |
|-----------------------|--|------|--------------------|-------------|------------|----------------|
| 4 | Farinha de Mandioca, extra fina. 1Kg. | KG | ARARUNA | 550,00000 | R\$2,5100 | R\$1.380,5000 |
| 8 | Fermento de bolo em pó químico seco - Embalag. c/ 100 gr | PCT | APTI | 60,00000 | R\$1,8283 | R\$109,6980 |
| 5 | Arroz parbolizado, longo, fino, tipo I, amarelo pacotes de 5Kg. Produto registrado no MAPA. | PCT | KIKA | 1.200,00000 | R\$11,1900 | R\$13.428,0000 |
| 3 | Café em pó homogêneo torrado e moído, de primeira qualidade, a vácuo de qualidade extra forte. | PCT | Vila Rica | 390,00000 | R\$5,3900 | R\$2.102,1000 |
| 2 | Farinha de Trigo Especial | PCT | FIDALGA | 220,00000 | R\$8,3700 | R\$1.841,4000 |
| 1 | Farinha de rosca,seca, fina, ligeiramente torrada, de cor amarelada, isenta de sujidades | PCT | JUREIA | 100,00000 | R\$2,5000 | R\$250,0000 |
| 6 | AÇÚCAR REFINADO, pacotes de 5 kg | UN | CARAVELAS | 220,00000 | R\$14,5400 | R\$3.198,8000 |
| 3 | Pães de 50 gramas de trigo, tipo frances, deverá ser fabricado com matérias-primas de primeira qualidade, | KG | Panificadora Belém | 1.200,00000 | R\$8,4500 | R\$10.140,0000 |
| 2 | Pão Doce. Produto a base de farinha de trigo especial, fermento fresco, ovos, (gordura hidrogenada ou banha), contendo reforçador, açúcar, sal, antimorfo e leite em pó integral de origem animal. Unidade 50g | KG | Panificadora Belém | 1.200,00000 | R\$8,4500 | R\$10.140,0000 |
| 1 | Pão tipo hot-dog de aproximadamente 50 gramas, deverá ser fabricado com matérias-primas de primeira qualidade | KG | Docepan | 500,00000 | R\$8,4500 | R\$4.225,0000 |
| 4 | Ervilha em conserva, embalagem de no mínimo 200 gr drenado. | LATA | STELLA DORO | 350,00000 | R\$1,2900 | R\$451,5000 |
| 3 | Milho Verde em conserva, embalagem de no mínimo 200 gr drenado. | LATA | STELLA DORO | 350,00000 | R\$1,5500 | R\$542,5000 |
| 2 | Batata Palha frita com gordura vegetal e sal, pacote com no mínimo 100 gr. | PCT | FRITURARTE | 300,00000 | R\$1,7600 | R\$528,0000 |
| 1 | Margarina Vegetal com sal, de primeira qualidade, com 60 a 80% de lipídios, fabricada a partir de matériasprimas selecionadas. Apresentação: aspecto, cheiro, sabor e cor peculiar aos mesmos, isentos de ranço e outras características. Embalagem: com 500 gramas. | POTE | DELICIA | 100,00000 | R\$3,8900 | R\$389,0000 |
| Total Geral dos Itens | | | | | | R\$49.208,9980 |

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 21/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE PALHOÇA

ATA Nº 021/2016 do PREGÃO Nº 012/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa A 4 DIGITAL PRINT LTDA EPP. OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Toners para utilização em impressoras e multifuncionais em diversos setores do Centro Administrativo Municipal. VALOR: R\$ 45.800,00 (quarenta e cinco mil e oitocentos reais). DATA: 04/03/2016 A 03/03/2017.

| A 4 DIGITAL PRINT LTDA EPP | | | | | | |
|----------------------------|---|---------|---------|------------|----------------|----------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | MARCA | Qtde. Item | Valor Unitário | Valor Total |
| 2 | Conjuntos de Toners novos para impressora Multifuncional BROTHER MFC-L8850CDW E MFC-L8350CDW, colorido, original do fabricante, com rendimento mínimo para 6.000 páginas - TN319BK Black, TN319C Ciano, TN319M Magenta e TN319Y Yellow. | CJ | BROTHER | 20,00000 | R\$2.290,0000 | R\$45.800,0000 |
| Total Geral dos Itens | | | | | | R\$45.800,00 |

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 22/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE PALHOÇA

ATA Nº 022/2016 do PREGÃO Nº 014/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa NADINE ALBERTON VIEIRA ME. OBJETO: Aquisição de Papel A4 e A2 para suprir as necessidades do Centro Administrativo Municipal. VALOR: R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais). DATA: 08/03/2016 A 07/03/2017.

| NADINE ALBERTON VIEIRA ME | | | | | | |
|---------------------------|--|---------|--------|-------------|----------------|-----------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | MARCA | Qtde. Item | Valor Unitário | Valor Total |
| 1 | Papel A4, formato 210 mm de largura x 297 mm de comprimento, gramatura 75g/m2, na cor branca, alcalino, para impressão a laser, jato de tinta e cópias, caixa com 10 resmas cada, resmas contendo 500 folhas cada, 1ª qualidade. | CX | NOBILY | 2.500,00000 | R\$112,0000 | R\$280.000,0000 |
| Total Geral dos Itens | | | | | | R\$280.000,00 |

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 23/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 023/2016 do PREGÃO Nº 016/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de alimentos, água mineral e gás para suprir as necessidades dos programas do Fundo Municipal de Assistência Social e Gás para Corpo de Bombeiros de Palhoça. VALOR: R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais). DATA: 10/03/2016 A 09/03/2017.

| BRUTHAN COMERCIAL LTDA | | | | | | |
|------------------------|---|---------|------------|------------|----------------|----------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | MARCA | Qtde. Item | Valor Unitário | Valor Total |
| 1 | AÇÚCAR REFINADO, pacotes de 5 kg. | UN | DUÇULA | 200,00000 | R\$14,5000 | R\$2.900,0000 |
| 1 | Leite Longa Vida Integral UHT, embalagem tetrapack de 1 litro. Caixa com 12 unidades. | CX | TERRA VIVA | 400,00000 | R\$31,5000 | R\$12.600,0000 |
| Total Geral dos Itens | | | | | | R\$15.500,00 |

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 24/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 024/2016 do PREGÃO Nº 016/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ESTÂNCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CÁSSIA LTDA. OBJETO: Aquisição de alimentos, água mineral e gás para suprir as necessidades dos programas do Fundo Municipal de Assistência Social e Gás para Corpo de Bombeiros de Palhoça. VALOR: R\$ 930,00 (novecentos e trinta reais). DATA: 10/03/2016 A 09/03/2017.

| ESTÂNCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CÁSSIA LTDA | | | | | | |
|---|---|---------|------------|------------|----------------|--------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | MARCA | Qtde. Item | Valor Unitário | Valor Total |
| 1 | Água mineral, sem gás, envasada em garrada do tipo PET (polietileno tereftalato), de 500 ml, transparente, preferência incolor, descartáveis, com rótulo de identificação do produto. Fardo c/ 12 unidades. | CX | SANTA RITA | 50,00000 | R\$8,8000 | R\$440,0000 |
| 2 | Água mineral, com gás, envasada em garrada do tipo PET (polietileno tereftalato), de 500 ml, transparente, preferência incolor, descartáveis, com rótulo de identificação do produto. Fardo c/ 12 unidades. | CX | SANTA RITA | 50,00000 | R\$9,8000 | R\$490,0000 |
| Total Geral dos Itens | | | | | | R\$ 930,0000 |

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 25/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 025/2016 do PREGÃO Nº 016/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMPANHIA ULTRAGAZ S.A . OBJETO: Aquisição de alimentos, água mineral e gás para suprir as necessidades dos programas do Fundo Municipal de Assistência Social e Gás para Corpo de Bombeiros de Palhoça. VALOR: R\$ 40.100,00 (quarenta mil e cem reais). DATA: 10/03/2016 A 09/03/2017.

| COMPANHIA ULTRAGAZ S.A | | | | | | |
|------------------------|---|---------|----------|------------|----------------|----------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | MARCA | Qtde. Item | Valor Unitário | Valor Total |
| 2 | Carga de gás de cozinha - GLP - botijão 13 Kg | UN | ULTRAGÁS | 320,00000 | R\$44,0625 | R\$14.100,0000 |
| 1 | Recarga de gás GLP P45 para cozinha (Gás Liquefeito de Petróleo). | UN | ULTRAGÁS | 130,00000 | R\$200,0000 | R\$26.000,0000 |
| Total Geral dos Itens | | | | | | R\$40.100,0000 |

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 26/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 026/2016 do PREGÃO Nº 016/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GIZELE REGINA DA SILVA ME. OBJETO: Aquisição de alimentos, água mineral e gás para suprir as necessidades dos programas do Fundo Municipal de Assistência Social e Gás para Corpo de Bombeiros de Palhoça. VALOR: R\$ 8.040,00 (oito mil e quarenta reais). DATA: 10/03/2016 A 09/03/2017.

| GIZELE REGINA DA SILVA ME | | | | | | |
|---------------------------|---|---------|--------------------|-------------|----------------|---------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | MARCA | Qtde. Item | Valor Unitário | Valor Total |
| 1 | Café em pó homogêneo torrado e moído, de primeira qualidade, a vácuo de qualidade extra forte Produto com selo de pureza abic e selo pqc. Embalagem primária a alto vácuo em pacotes de poliéster metalizado e re-embalados em caixa de papelão com 500 gramas e secundária em caixa de papelão retangular fechada com até 10 kg. Certificado de pureza e PQC abic. | PCT | JURERE EXTRA FORTE | 1.000,00000 | R\$8,0400 | R\$8.040,0000 |
| Total Geral dos Itens | | | | | | R\$ 8.040,00 |

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 27/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 027/2016 do PREGÃO Nº 016/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de alimentos, água mineral e gás para suprir as necessidades dos programas do Fundo Municipal de Assistência Social e Gás para Corpo de Bombeiros de Palhoça. VALOR: R\$ 4.690,00 (quatro mil e seiscentos e noventa reais). DATA: 10/03/2016 A 09/03/2017.

| ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME | | | | | | |
|---------------------------------|--|---------|-------|------------|----------------|---------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | MARCA | Qtde. Item | Valor Unitário | Valor Total |
| 1 | Biscoito salgado, composição básica farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, água, açúcar, amido de milho, aspecto, cor, cheiro e sabor próprios embalado em PCT plástico resistente acondicionado em caixa de papelão (embalagem secundária), lacrada e rotulada, a embalagem deve conter a validade, com os registros obrigatórios do ministério competente. pct c/ 200g | PCT | NINFA | 400,00000 | R\$4,9750 | R\$1.990,0000 |
| 1 | Biscoito doce, a base de farinha de trigo com açúcar, soro de leite, gordura vegetal hidrogenada, aroma e lecitina de soja, enriquecido com vitaminas. Embalagem individualizada em papel celofane e em caixas de papelão (embalagem secundária), a data de fabricação deveser estar em local visível da embalagem. Pct de 200g. | PCT | NINFA | 400,00000 | R\$6,7500 | R\$2.700,0000 |
| Total Geral dos Itens | | | | | | R\$4.690,00 |

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 28/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 028/2016 do PREGÃO Nº 175/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis para fazer cumprir o cardápio escolar proposto pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça a todas as unidades de ensino atendidas por este Município para o ano de 2016. PREGÃO REGISTRO DE PREÇO - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2016. VALOR: R\$ 856.147,44 (oitocentos e cinquenta e seis mil cento e quarenta e sete reais e quarenta e quatro centavos). DATA: 14/03/2016 A 13/03/2017.

| BRUTHAN COMERCIAL LTDA | | | | | | |
|------------------------|---|---------|------------|--------------|----------------|-----------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | MARCA | Qtde. Item | Valor Unitário | Valor Total |
| 2 | Peito de Frango Congelado. Carne de frango limpa, em pedaços (peito), sem ossos, sem pele. | KG | BIG FRANGO | 43.700,00000 | R\$8,5812 | R\$374.998,4400 |
| 1 | Sobrecoxa Com Pele e Osso:Características Técnicas: Pecas individuais pesando entre 100 e 200gramas cada unidade. | KG | BIG FRANGO | 54.000,00000 | R\$6,5000 | R\$351.000,0000 |
| 1 | Requeijão: Características Técnicas: Massa coalhada, creme de leite ou manteiga, proteínas lácteas, leite pasteurizado, fermento lácteo, estabilizante, conservante. | EMB | ELEGE | 2.000,00000 | R\$4,5000 | R\$9.000,0000 |
| 1 | Iogurte sem Lactose: Características Técnicas: leite pasteurizado semidesnatado e/ou leite em pó reconstituído, xarope de açúcar, polpa de fruta, espessante, conservante, acidulante, proteínas lácteas, enzima betagalactosidase e fermento lácteo. | POTE | | 2.000,00000 | R\$3,9500 | R\$7.900,0000 |
| 1 | Ovos de Galinha; Características Técnicas: ovo de galinha, vermelho, fresco, tipo grande, pesando no mínimo 55 g por unidade | DZ | AUREA | 26.900,00000 | R\$4,2100 | R\$113.249,0000 |
| Total Geral dos Itens | | | | | | R\$856.147,44 |

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 29/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 029/2016 do PREGÃO Nº 175/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis para fazer cumprir o cardápio escolar proposto pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça a todas as unidades de ensino atendidas por este Município para o ano de 2016. PREGÃO REGISTRO DE PREÇO - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2016. VALOR: R\$ 20.466,00 (vinte mil quatrocentos e sessenta e seis reais). DATA: 14/03/2016 A 13/03/2017.

| DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP | | | | | | |
|---------------------------------------|--|---------|---------|-------------|----------------|----------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | MARCA | Qtde. Item | Valor Unitário | Valor Total |
| 1 | MARGARINA DE 500GR - produto obtido de oleos vegetais liquidos e interesterificados, agua, leite em pó desnatado reconstituído, soro de leite, vitaminas, estabilizantes, conservantes, acidulantes, antioxidantes, corantes e aroma identico ao natural. COMTEM GLUTEM. Validade de 6 meses apartir da data de fabricação, sob condições de armazenagem. embalagem de 500 gramas com no minimo com 70% de lipidios. | POTE | DORIANA | 5.400,00000 | R\$3,7900 | R\$20.466,0000 |
| Total Geral dos Itens | | | | | | R\$ 20.466,00 |

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 30/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 030/2016 do PREGÃO Nº 175/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MALVO COMÉRCIO ATACADISTA LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis para fazer cumprir o cardápio escolar proposto pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça a todas as unidades de ensino atendidas por este Município para o ano de 2016. PREGÃO REGISTRO DE PREÇO - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2016. VALOR: R\$ 149.899,75 (cento e quarenta e nove mil oitocentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos). DATA: 14/03/2016 A 13/03/2017.

| MALVO COMERCIO ATACADISTA LTDA EPP | | | | | | |
|------------------------------------|--|---------|-------|-------------|----------------|----------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | MARCA | Qtde. Item | Valor Unitário | Valor Total |
| 2 | Carne Suína sem osso e sem Pele temperada - Lombo Lombo suíno sem osso e sem pele, fatiado em bifes 60 gramas, temperados. | KG | MM | 5.500,00000 | R\$13,6245 | R\$74.934,7500 |
| 1 | Carne Congelada Suína sem Osso e sem Pelo - Lombo em Cubos. Características Técnicas: Lombo suíno sem osso e sem pele, sem tempero, proveniente de animais sadios e abatidos sob inspeção veterinária. | KG | MM | 5.500,00000 | R\$13,6300 | R\$74.965,0000 |
| Total Geral dos Itens | | | | | | R\$ 149.899,75 |

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 31/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 031/2016 do PREGÃO Nº 175/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa EDIGA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis para fazer cumprir o cardápio escolar proposto pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça a todas as unidades de ensino atendidas por este Município para o ano de 2016. PREGÃO REGISTRO DE PREÇO - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2016. VALOR: R\$ 1.280,001,35 (um milhão duzentos e oitenta mil um real e trinta e cinco centavos). DATA: 14/03/2016 A 13/03/2017.

| EDIGA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME | | | | | | |
|-------------------------------------|---|---------|-----------|--------------|----------------|----------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | MARCA | Qtde. Item | Valor Unitário | Valor Total |
| 22 | Tomate: Grupo Oblongo ou redondo, subgrupo rosado, classe: médio ou grande, tipo especial, de conformidade com a portaria M.A nº 533 de 30/08/95. | KG | IN NATURA | 29.200,00000 | R\$3,0000 | R\$87.600,0000 |
| 21 | Tangerina Mexerica, Bergamota ou Vergamota | KG | IN NATURA | 11.300,00000 | R\$2,5000 | R\$28.250,0000 |
| 7 | Alface Lisa, fresca, de primeira constituída de folhas verdes | KG | IN NATURA | 3.300,00000 | R\$5,0000 | R\$16.500,0000 |
| 19 | COUVE MANTEIGA Fresca, extra, apresentando tamanho e coloração uniformes | KG | IN NATURA | 3.700,00000 | R\$5,4000 | R\$19.980,0000 |
| 18 | Melancia: Tamanho médio- pesando entre 9 a 12 Kg a unidade. Frutos perfeito, são, isento de danos mecânicos, pragas ou doenças, maturação no ponto apropriado para o consumo. | KG | IN NATURA | 16.800,00000 | R\$1,4000 | R\$23.520,0000 |
| 24 | Laranja Pêra, Rio ou Coroa: Grupo I - Classe 2 a 4 (de 85 a 92 mm) - Tipo: especial, portaria MA 125 DE 15/05/81. | KG | IN NATURA | 36.500,00000 | R\$1,7001 | R\$62.053,6500 |
| 23 | CHUCHU Classe: médio - Tipo: 2 ou especial, (pesando entre 300 a 400 gramas a unidade) - Portaria M.A 412 de 07/10/86. | KG | IN NATURA | 8.400,00000 | R\$2,0000 | R\$16.800,0000 |

| | | | | | | |
|-----------------------|--|-----|-----------|--------------|-----------|--------------------|
| 25 | Batata Salsa (Mandioquinha)-Grupo Amarela. Características do produto: cor amarela intensa, formato cônico, classe 9 e/ou 12 (correspondente ao Extra AAA). | KG | IN NATURA | 1.300,00000 | R\$8,0100 | R\$10.413,0000 |
| 20 | Beterraba.Tamanho médio - pesando entre 200 a 300 gramas a unidade. | KG | IN NATURA | 7.200,00000 | R\$2,6000 | R\$18.720,0000 |
| 6 | Aipim - tamanho médio, pesando entre 500 a 800 gramas a unidade. | KG | IN NATURA | 5.300,00000 | R\$2,7000 | R\$14.310,0000 |
| 5 | Abobrinha Deve apresentar a casca fina e de cor verde, sempre brilhante e firme, haste aparada, peso entre 200 a 500 gramas; a polpa deverá ser amarelo claro. | KG | IN NATURA | 4.200,00000 | R\$2,7000 | R\$11.340,0000 |
| 16 | Mamão Formosa: Tamanho médio - Pesando entre 1000kg à 1500 gramas a unidade. | KG | IN NATURA | 61.700,00000 | R\$2,7000 | R\$166.590,0000 |
| 4 | Abacaxi Pérola:Tamanho médio:pesando 1000 a 1400 g,a unidade. | KG | IN NATURA | 7.800,00000 | R\$2,8000 | R\$21.840,0000 |
| 3 | Batata Inglesa: suja. classe 02, tipo: especial, de conformidade com a Portaria M.A . 69 de 21/02/95 e Portaria M.A . 523 de 28/08/96. | KG | IN NATURA | 17.100,00000 | R\$3,0000 | R\$51.300,0000 |
| 2 | Abóbora Menina Deve conter de 1,5 a 2 kg. | KG | IN NATURA | 15.300,00000 | R\$1,5000 | R\$22.950,0000 |
| 10 | Repolho Verde Tamanho Médio: pesando entre 1.200 a 2.200 gramas a unidade. | KG | IN NATURA | 3.300,00000 | R\$2,0000 | R\$6.600,0000 |
| 17 | Banana Branca:Categoria 1, classe 16 (16 a 18 cm) de conformidade com a Portaria M.A nº 126 de 15/05/81. | KG | IN NATURA | 85.600,00000 | R\$2,6000 | R\$222.560,0000 |
| 12 | Cebola de Cabeça:Classe 4, tipo especial, de conformidade com a Portaria M.A nº 529 de 18/03/97. | KG | IN NATURA | 36.100,00000 | R\$2,5000 | R\$90.250,0000 |
| 8 | Laranja Lima:Classe A, firme, sem amolecimento e mofo. | KG | IN NATURA | 13.600,00000 | R\$2,8000 | R\$38.080,0000 |
| 9 | CENOURASem folhas, classe 14 (14 a 18 cm) ou categoria 1. Tipo: especial, composição das raízes de 14 a 18 cm. | KG | IN NATURA | 15.300,00000 | R\$2,5000 | R\$38.250,0000 |
| 14 | Maçã gala: grupo: rajada classe 100 , tipo ou categoria 2,conforme a norma 50. | KG | IN NATURA | 97.300,00000 | R\$2,4500 | R\$238.385,0000 |
| 13 | Couve-flor comum:Cor branca, classe 7 (190 à 210 mm) categoria 1. | KG | IN NATURA | 4.700,00000 | R\$3,6000 | R\$16.920,0000 |
| 1 | Batata Doce:Tamanho médio a grande - pesando de 300 a 400 gramas a unidade. | KG | IN NATURA | 4.300,00000 | R\$2,3000 | R\$9.890,0000 |
| 26 | CEBOLINHAFresca, de primeira, constituída de folhas verdes.Embalagem pacote de 100g | PCT | IN NATURA | 14.730,00000 | R\$1,2900 | R\$19.001,7000 |
| 15 | Salsa:Fresca, de primeira, constituída de folhas verdes. Embalagem Pacote de 100g | PCT | IN NATURA | 17.400,00000 | R\$1,2700 | R\$22.098,0000 |
| 11 | Brócolis chinês - Tamanho médio, pesando entre 200 a 300 gramas a unidade, isento de folhas, não florando e com talo de no máximo 3 cm. | UN | IN NATURA | 1.450,00000 | R\$4,0000 | R\$5.800,0000 |
| Total Geral dos Itens | | | | | | R\$ 1.280.001,3500 |

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 32/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 032/2016 do PREGÃO Nº 175/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PADARIA E CONFEITARIA DANIPAN LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis para fazer cumprir o cardápio escolar proposto pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça a todas as unidades de ensino atendidas por este Município para o ano de 2016. PREGÃO REGISTRO DE PREÇO - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2016. VALOR: R\$ 660.385,20 (seiscentos e sessenta mil trezentos e oitenta e cinco reais e vinte centavos). DATA: 14/03/2016 A 13/03/2017.

| PADARIA E CONFEITARIA DANIPAN LTDA | | | | | | |
|------------------------------------|--------------------------|---------|---------|--------------|----------------|-----------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | MARCA | Qtde. Item | Valor Unitário | Valor Total |
| 6 | Pão Tipo Bisnaguinha | PCT | DANIPAN | 8.000,00000 | R\$16,1004 | R\$128.803,2000 |
| 5 | Pão de Cachorro - Quente | PCT | DANIPAN | 6.000,00000 | R\$12,5000 | R\$75.000,0000 |
| 4 | Pão de Fatia | PCT | DANIPAN | 45.500,00000 | R\$5,8200 | R\$264.810,0000 |
| 3 | Pão de Fatia Integral | PCT | DANIPAN | 400,00000 | R\$6,6800 | R\$2.672,0000 |
| 2 | Pão Integral Sete Grãos | PCT | DANIPAN | 8.000,00000 | R\$7,2500 | R\$58.000,0000 |
| 1 | PÃO DOGUINHO INFANTIL | PCT | DANIPAN | 9.500,00000 | R\$13,8000 | R\$131.100,0000 |
| Total Geral dos Itens | | | | | | R\$660.385,2000 |

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 33/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 033/2016 do PREGÃO Nº 175/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AM ALIMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis para fazer cumprir o cardápio escolar proposto pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça a todas as unidades de ensino atendidas por este Município para o ano de 2016. PREGÃO REGISTRO DE PREÇO - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2016. VALOR: R\$ 784.200,00 (setecentos e oitenta e quatro mil e duzentos reais). DATA: 14/03/2016 A 13/03/2017.

| AM ALIMENTOS LTDA | | | | | | |
|-----------------------|--|---------|----------|--------------|----------------|-----------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | MARCA | Qtde. Item | Valor Unitário | Valor Total |
| 1 | Carne Bovina Patinho em Iscas: Características Técnicas: Carnes de machos de espécie bovina, provenientes de animais sadios e abatidos sob inspeção veterinária. Ser limpa e isenta de tecidos inferiores como osso, nervos, tendões, pele, sebo e aponervoses, homogeneizada. Pacotes de 500 gramas ou 1 kg. | KG | FRIGOPAR | 20.000,00000 | R\$18,0000 | R\$360.000,0000 |
| 2 | Carne Bovina Moída - Músculo moído: Características Técnicas: Carnes provenientes de machos de espécie bovina, provenientes de animais sadios e abatidos sob inspeção veterinária. Ser limpa e isenta de tecidos inferiores como osso, nervos, tendões, pele, sebo e aponervoses, homogeneizada. | KG | FRIGOPAR | 30.300,00000 | R\$14,0000 | R\$424.200,0000 |
| Total Geral dos Itens | | | | | | R\$784.200,0000 |

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 34/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 034/2016 do PREGÃO Nº 175/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AM ALIMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis para fazer cumprir o cardápio escolar proposto pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça a todas as unidades de ensino atendidas por este Município para o ano de 2016. PREGÃO REGISTRO DE PREÇO - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2016. VALOR: R\$ 264.600,00 (duzentos e sessenta e quatro mil e seiscentos reais). DATA: 14/03/2016 A 13/03/2017.

| CLJ BONFIM DISTRIBUIDORA DE GENEROS ALIMENTICIOS ME | | | | | | |
|---|---|---------|-------|--------------|----------------|------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | MARCA | Qtde. Item | Valor Unitário | Valor Total |
| 1 | Carne Congelada Patinho em Iscas pelo processo IQF - "Individual Quick Frozen": Características Técnicas: Carne bovina patinho. Os cortes porcionados devem ser congelados individualmente - INDIVIDUAL QUICK FROZEN - (IQF). | KG | NOBRE | 12.600,00000 | R\$21,0000 | R\$264.600,0000 |
| Total Geral dos Itens | | | | | | R\$ 264.600,0000 |

PORTARIA Nº. 0391/2016.

PORTARIA Nº. 0391/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para os servidores abaixo relacionados de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

| Matricula | Nome | Curso | Percentual | A partir de |
|-----------|------------------------------|-----------|------------|-------------|
| 300256-1 | Andre Luis Moraes Nascimento | Graduação | 30% | 01/02/2016 |
| 300490-10 | Anderson Medeiros | Graduação | 30% | 01/02/2016 |

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0393/2016.

PORTARIA Nº. 0393/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na EB Abilio Manoel de Abreu da Secretaria de Educação a servidora CLEUSA SILVA ANSELMO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 17/02/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0394/2016.

PORTARIA Nº. 0394/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MARCELI CONRADO SOUZA, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 18/02/2016.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0396/2016.

PORTARIA Nº. 0396/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ELIANE TEREZINHA GARCIA CORREA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2015.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0397/2016.

PORTARIA Nº. 0397/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para SANDRA REGINA ALVES DOS SANTOS, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de abril de 2015.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0398/2016.

PORTARIA Nº. 0398/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para FABIO HENRIQUE, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de janeiro de 2016.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0399/2016.

PORTARIA Nº. 0399/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para MÁRCIA MARIA SCHLEMPER DE ESPINDOLA, matrícula nº. 210465-14, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 15/02/2016.

Palhoça, SC, em 15 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

RESULTADO DO PG 20 - 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 20/2016

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de peças para manutenção / reposição em motoniveladoras e retroescavadeira para a Secretaria de Serviços Públicos – SESP do município de Palhoça - SC, através de Registro de Preços, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

TRATOR PEÇAS COM. DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar nos itens 03,04 e 07 totalizando R\$ 10.020,00 (dez mil e vinte reais).

PEÇALUB COMÉRCIO DE PEÇAS EQUIPAMENTOS E LUBRIFICANTES LTDA ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 01 e 05 totalizando R\$ 102.650,00 (cento e dois mil e seiscentos e cinquenta reais).

JULIO SILVESTRI FILHO ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 02 e 06 totalizando R\$ 41.800,00 (quarenta e um mil e oitocentos reais).

Palhoça, 22 de março de 2016.

Palmitos

PREFEITURA

DECRETO 026/2016

| | |
|---|--|
| DECRETO Nº 026/2016. De 04 de março de 2016. | DESIGNA E HOMOLOGA MEMBROS TITULARES E SUPLENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. José Roberto Gomes, Prefeito de Palmitos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela Lei nº 3.739/2013. |
|---|--|

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, designados os membros titulares e respectivos suplentes, que representam as entidades governamentais e não governamentais para integrarem o Conselho Municipal de Assistência Social, a seguir nominados:

GOVERNAMENTAIS:

Representantes da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente
Titular – Fernando Bittencort
Suplente – Walmor Ertel

Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
Titular – Cácia Batista da Silva
Suplente – Magalli Otto

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde
Titular – Daiana Furlanetto Fiegenbaun
Suplente – Cristiane Griebeker Tonini

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular – Claudete Vortmann Fernandes
Suplente – Flavia Dall'Agnol

Titular – Gabriela Paula Rebelatto
Suplente – Andreza Araldi

Representantes da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento
Titular – Adriane Penso
Suplente – Marcelo Noetzold

DECRETO Nº 026/2016.
De 04 de março de 2016.

NÃO GOVERNAMENTAIS:

Representantes de Entidade e Organização de Assistência Social
Titular – Adelize Oesterlein
Suplente – Alice Decker

Representantes de Entidade e Organização de Assistência Social
Titular – Larissa Benetti Delazeri
Suplente – Tatiana Augustini

Representantes dos Usuários da Assistência Social

Titular – Primo Valentin Batista da Silva
Suplente – Lirio Schlemer

Titular – Ingrid Marluci Resener
Suplente – Celita Zitlau

Representantes de Entidades de Trabalhadores do Setor
Titular – Raquel Cristina Dalcero
Suplente – Rosilei Maria Bernardi Reinheimer

Titular – Luciana Maria Toniolli
Suplente – Soeli Midtledst Hoppe

Art. 2º Fica pelo presente Decreto, também homologada a Diretoria do Conselho Municipal de Assistência Social, a seguir nominados:

Presidente: Claudete Vortmann Fernandes
Vice-Presidente: Daiana Furlanetto Fiegenbaun
1ª Secretária: Raquel Cristina Dalcero
2ª Secretária: Luciana Maria Toniolli

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

DECRETO Nº 026/2016.
De 04 de março de 2016.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial os Decretos 020/2014 e 047/2014.

Município de Palmitos/SC, em 04 de março de 2016.
JOSÉ ROBERTO GOMES
Prefeito de Palmitos em exercício

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 028/2016

| | |
|--|---|
| DECRETO Nº 028/2016 De 18 de março de 2016. | APROVA DESMEMBRAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. José Roberto Gomes, Prefeito de Palmitos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei. |
|--|---|

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, aprovado o desmembramento da Pequena Parte Central da Parte Maior/Leste do Lote Rural Nº10, situados no Município e Comarca de Palmitos/SC, totalizando uma área de 4.050,00 m² (quatro mil e cinquenta metros quadrados), desta será desmembrada a pequena parte do lote nº 10, com área de 523,50 m² (quinhentos e vinte e três metros quadrados e

cinquenta centímetros), objeto da matrícula nº 7.651, do Cartório de Registro de Imóveis do Município e Comarca de Palmitos/SC, de propriedade de Ademar Lazzari.

DESCRIÇÃO DOS CONFRONTANTES

Inicia-se a descrição do perímetro deste imóvel no vértice M1, de coordenadas X 284854,68, Y 7004449,56 deste, segue ao Norte confrontando com parte do mesmo lote rural nº10 de Alcides Alba; por uma linha de 70,43m até o vértice M2, de coordenadas X 284905,10, Y 7004405,16; deste. Segue confrontando ao Nordeste com Avenida Brasil por uma linha de 77m até o vértice M5, de coordenadas X 284947,61 Y 7004342,15; deste, segue confrontando ao Sul com parte do mesmo lote rural nº10 de Alcides Alba por uma linha de 121,82m até o vértice M8, de coordenadas X 284837,00, Y 7004393,74; deste segue confrontando ao Oeste com parte do mesmo Lote Rural nº 10 de Mitra Diocesana de Chapecó, por uma linha de 58,55m até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBMC da cidade de Chapecó - SC, Meridiano Central 51o WGr e encontra-se representadas no Plano de projeção UTM, tendo como DATUM o SIRGAS2000.

Art. 2º É parte integrante do presente Decreto: mapa, memorial descritivo e A.R.T. firmado Engenheiro Agrônomo CREA/SC 0995659 Parecer Técnico nº 027/2016, do Departamento Municipal de Obras e Engenharia, Parecer Jurídico e cópia da Matrícula nº 7.651, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Palmitos.

Art. 3º Conforme Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, artigo 18, este Decreto possui validade para submetê-lo ao Registro Imobiliário em até 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

DECRETO Nº028/2016

De 18 de março de 2016.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 18 de março de 2016.

JOSÉ ROBERTO GOMES
Prefeito de Palmitos em Exercício

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

PROCESSO 42/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 42/2016. Modalidade: Pregão Presencial 19/2016. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE SEMENTE DE AVEIA PRETA, COMUMENTE CONHECIDA COMO AVEIA DE FORRAGEIRA, NOME CIENTIFICO AVENA STRIGOSA. Data da entrega dos envelopes: 07/04/2016 até as 08:30 horas. Data da abertura: 07/04/2016 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 22 de Março de 2016. José Roberto Gomes – Prefeito Municipal em exercício.

PROCESSO 43/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 43/2016. Modalidade: Tomada de Preço 10/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RUA VIDAL DE NEGREIROS E PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS DE BASALTO NO ACESSO AO CENTRO DE EVENTOS JORGE WALTER TIMM, NO MUNICÍPIO DE PALMITOS-SC. Data da entrega dos envelopes: 12/04/2016 até as 08:30 horas. Data da abertura: 12/04/2016 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 22 de Março de 2016. José Roberto Gomes – Prefeito Municipal em exercício.

Papanduva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2016. Objeto: Contratação de prestação de serviços através de empresa especializada para realização de Teste Seletivo Público. Tipo: Menor preço Global; Entrega dos envelopes: Até as 13:45hs do dia 07 de abril de 2016; Início da Sessão Pública: Às 14:00hs do dia 07 de abril de 2016. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, em horário de expediente, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 22 de março de 2016
Humberto Jair Damaso Ribas
Prefeito Municipal em Exercício

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 08/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 08/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº: 007/2016

Nº DO TERMO ADITIVO: ---

CONTRATADO: ELEJECIL ELEVADORES LTDA - ME
CNPJ: 16.695.283/0001-73

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A "AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE 01 (UM) ELEVADOR ELETRÔNICO COMPUTADORIZADO HIDRÁULICO, COM CAPACIDADE PARA 08 PASSAGEIROS E 01 (UMA) CADEIRA PARA ACESSIBILIDADE EM ESCADA RETA COM FORNECIMENTO DE PROJETOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO PROCESSO LICITATÓRIO

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 22/03/2016

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 22/03/2016 a 21/03/2017

DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO DO CONTRATO: ---

VALOR ORIGINAL: R\$ 129.800,00 (CENTO E VINTE E NOVE MIL E OITOCENTOS REAIS)

VALOR DO ADITIVO: ---

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, 22 DE MARÇO DE 2016.
GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
PRESIDENTE
VISTO E APROVADO PELA PROCURADORIA JURÍDICA
LUIZ EDUARDO SALIBA
PROCURADOR JURÍDICO
OAB/SC 33.396

Paraíso

PREFEITURA

PR 08/2016

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2016

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 09:00 horas do dia 07 de ABRIL de 2016, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC, OBJETO: "REGISTRO DE PREÇO AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITA E PÓ DE BRITA PARA CONSERVAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS, MELHORIA NOS CALÇAMENTOS E DEMAIS SERVIÇOS DAS SECRETARIAS MUNCIPAIS DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC"

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (0**49 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC,

www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 23 de MARÇO de 2016.

ERNI GIACOMINI

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.

Passo de Torres

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 01/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 01/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Marvi Comercio De Combustivel Ltda

Objeto: aquisição de combustíveis (gasolina comum, óleo diesel e óleo s10), Para atender o exercício de 2016.

Valor: R\$ 366.800,00

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Licitação PR nº 84/2015

Dotação Orçamentária:

(43) 3.3.90.00.00.00.00.00 0061

(45) 3.3.90.00.00.00.00.00 0695

(51) 3.3.90.00.00.00.00.00 0695

(145) 3.3.90.00.00.00.00.00 00095

Passo de Torres, 05 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Alvenaria, O Qual Da Locação O Andar Superior, Medindo Aproximadamente 222,00m², Localizado Na Av. Beira Rio, Nº 20, Centro - Passo De Torres/Sc. Para Instalação So Centro Administrativo, Incluindo A Taxa De Água.

Valor: R\$ 25.495,08

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Licitação DL nº 9/2016

Dotação Orçamentária:

(12) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 08 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 05/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 05/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Paulo Rogerio Silveira

Objeto: Locação De Um Imóvel Constituido De Duas Salas Comerciais Na Rua Mampituba, Medindo Aproximadamente 103 M², Para Instalação Da Secretaria De Educação Deste Município, Durante O Exercício De 2016.

Valor: R\$ 14.829,60

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Licitação DL nº 10/2016

Dotação Orçamentária:

(51) 3.3.90.00.00.00.00.00 0695

Passo de Torres, 08 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 02/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 02/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Ar Padaria E Confeitaria Ltda – Me Objeto: Aquisição De Gêneros Alimentícios Para O Centro De Educação Infantil Mun-do Feliz E Centro De Educação Infantil Ignacia Maria Cardoso. Para O Exercício De 2016.

Valor: R\$ 83.810,85

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Licitação PR nº 81/2015

Dotação Orçamentária:

(47) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

(54) 3.3.90.00.00.00.00.00 0060

Passo de Torres, 06 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 06/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 06/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Manoel Lopes Rodrigues

Objeto: Locação De Duas Salas Comerciais, Medindo Aprox. 75 M² (Ambas), Localizadas Na Av. Beira Rio, Nº 531, Salas 1 E 2, Centro, No Município De Passo De Torres/Sc. Para Instalação Da Secretaria De Pesca E Base De Comunicação Pesqueira.

Valor: R\$ 18.661,44

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Licitação DL nº 11/2016

Dotação Orçamentária:

(109) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 08 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 03/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 03/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Marcelo De Matos Roxo

Objeto: locação de imóvel para o funcionamento da Biblioteca Pública Municipal. localizado a Rua José Pereira Maciel, Bairro Centro, Passo de Torres – SC, com área total de 64m² (sessenta e quatro metros quadrados).

Valor: R\$ 6.720,00

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Dotação Orçamentária:

(62) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 06 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 07/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 07/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Luzia Correa Steffen

Objeto: Locação De Imóvel Para Instalação Da Gppm – Grupamento Policia Militar Para Manutenção Do Serviço De Policiamento Ostensivo Motorizado, Executando Rondas Periódicas E Atendimento De Ocorrências No Município, Através De Guarnições De Radiopatrulha Da Policia Militar, Conforme Primeiro Termo Aditivo Ao

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 04/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 04/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Luiz Fernando Batista

Objeto: Locação De Um Imóvel Constituido De Um Prédio De

Convênio Nº 036/2012. Este Imóvel Esta Localizado A Rua Antonio José Scheffer, Nesta Cidade De Passo De Torres/Sc, Com Área Total De 216,00m².

Valor: R\$ 19.799,28

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Licitação DL nº 12/2016

Dotação Orçamentária:

(152) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 08 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 08/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 08/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Francelina Domingos Lopes

Objeto: Locação De Imóvel Para O Funcionamento Do Cras (Centro De Referencia Da Assistência Social) Localizado A Rua Mampituba, Bairro Centro, Passo De Torres - Sc. Constituido De Uma Casa De Alvenaria, Medindo Aproximadamente 113m²

Valor: R\$ 12.441,00

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Licitação DL nº 13/2016

Dotação Orçamentária:

(85) 3.3.90.00.00.00.00.00 0052

Passo de Torres, 08 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 09/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 09/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Maria Margarete Daitx Borba

Objeto: Locação De Imóvel Para O Funcionamento Das Secretarias De Agricultura, Ação Social, Casa Da Cidadania E Conselho Tutelar, Localizado A Rua José Antonio Scheffer, Nº 32, Centro – Passo De Torres/Sc, Com Área Total De 220 M².

Valor: R\$ 21.709,56

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Licitação DL nº 14/2016

Dotação Orçamentária:

(12) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

(87) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

(103) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

(164) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 08 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 10/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 10/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Rodrigo Leandro De Oliveira

Objeto: Locação De Um Imóvel, Constituida De Três Salas Comerciais, Para Instalação De Uam Sala De Informatica Para A Escola De Ensino Fundamental Manoel Rodrigues Da Silva, Telecentro E O Mais Educação Do Municipio De Passo De Torres.

Valor: R\$ 18.000,00

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Licitação DL nº 15/2016

Dotação Orçamentária:

(40) 3.3.90.00.00.00.00.00 0695

(51) 3.3.90.00.00.00.00.00 0695

(62) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 08 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 11/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 11/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Amanda Comércio De Papéis E Embalagens Ltda - Epp

Objeto: Aquisição De Material De Limpeza Para Uso No Centro De Educação Infantil Mundo Feliz E Centro De Educação Infantil Ignacia Maria Cardoso, Escola Municipal De Ensino Fundamental Manoel Rodrigues Da Silva E Escola Municipal De Ensino Fundamental Vila Nova Do Municipio De Passo De Torres/Sc.

Valor: R\$ 106.206,50

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Licitação PR nº 80/2015

Dotação Orçamentária:

(40) 3.3.90.00.00.00.00.00 0695

(56) 3.3.90.00.00.00.00.00 0695

Passo de Torres, 08 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 12/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 12/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Débora Borba Quadros

Objeto: Prestação De Serviço Em Segurança Do Trabalho. Descrição: Entrega Dos Epi's, Fiscalização Dos Trabalhos Em Campo E Treinamento Dos Servidores Municipais

Valor: R\$ 7.908,00

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Dotação Orçamentária:

(12) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 08 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 13/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 13/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Adriano Eloir Cossa

Objeto: Locação De Um Imóvel Constituido De Uma Sala Comercial, Medindo Aproximadamente 69m², Localizado Na Rua Jose Vicente Antonio, Nº 45, Centro De Passo De Torres/Sc. Para Instalação Do Tele Centro De Informatica Do Municipio.

Valor: R\$ 1.524,00

Vigência: 29/02/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Dotação Orçamentária:

(62) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 08 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 14/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 14/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Litoral Sul Consultoria Projetos De Eng. Eireli

Objeto: Serviços De Engenharia Na Área De Consultoria, Assessoria Técnica, Levantamentos, Cartas Consultas, Consultas Prévias, Cadastros, Ante-Projetos, Pré-Projetos, Projetos Básicos, Orçamentos, Memorial Descritivo, Parecer Técnico E Acompanhamento De Processo Junto Ao Governo Federal, Estadual E Autarquias, Na Área Da Educação, Administração. Para O Exercício De 2016.

Valor: R\$ 79.680,00

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Licitação CV 8/2016

Dotação Orçamentária:

(40) 3.3.90.00.00.00.00.00 0695

(146) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 22 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Praia Rosa Do Mar E Campeonato De Volei De Praia Em Passo De Torres E Em Bellatorres – Verão 2016

Valor: R\$ 14.080,00

Vigência: 30/03/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Licitação CV 3/2016

Dotação Orçamentária:

(72) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 25 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 18/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 18/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Berenice Beatriz Backhaus

Objeto: Prestação de Serviço para dar assessoria a Secretaria de Assistência Social do Município de Passo de Torres, para gestão no sistema SUA WEB e programas estaduais e federais; Orientação e encaminhamentos de acordo com a demanda apresentada pelas famílias; articulação dos serviços desenvolvidos pela rede sócio assistencial; E suporte para os equipamentos da política de assistência social.

Valor: R\$ 2.245,00

Vigência: 31/01/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Dotação Orçamentária:

(83) 3.3.90.00.00.00.00.00 0052

Passo de Torres, 25 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 15/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 15/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Dilceu Roldão Spindler - Me

Objeto: Aquisição De Generos Alimenticios Para O Centro De Educação Infantil Mundo Feliz E Centro De Educação Infantil Ignacia Maria Cardoso, Para O Exercício De 2016.

Valor: R\$ 44.549,50

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Licitação PR 1/2016

Dotação Orçamentária:

(46) 3.3.90.00.00.00.00.00 0060

(47) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

(54) 3.3.90.00.00.00.00.00 0060

Passo de Torres, 25 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 19/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 19/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Claudio Junior Lima Da Rocha – Jr Assessoria Educacional

Objeto: Prestação De Contas, Pnae, Pnate, Pdde, Fundeb, Proinfancia, Peja E Simec, no exercício de 2016.

Valor: R\$ 7.980,00

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Dotação Orçamentária:

(51) 3.3.90.00.00.00.00.00 0695

Passo de Torres, 25 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 16/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 16/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Eduardo Kras Fernandes - Me

Objeto: Aquisição De Generos Alimenticios Para O Centro De Educação Infantil Mundo Feliz E Centro De Educação Infantil Ignacia Maria Cardoso, Para O Exercício De 2016.

Valor: R\$ 31.570,00

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Licitação PR 1/2016

Dotação Orçamentária:

(46) 3.3.90.00.00.00.00.00 0060

(47) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

(54) 3.3.90.00.00.00.00.00 0060

Passo de Torres, 25 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 20/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 20/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Claudio Junior Lima Da Rocha – Jr Assessoria Educacional

Objeto: Prestação Serviços na Secretaria das Unidades Escolares Municipais, para elaborações de resoluções, regimento, Plano de Aplicações e Projetos Escolares no exercício de 2016.

Valor: R\$ 7.980,00

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Dotação Orçamentária:

(40) 3.3.90.00.00.00.00.00 0695

Passo de Torres, 25 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 17/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 17/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada Associação Desportiva Bonsucesso

Objeto: Prestação De Serviço De Arbitragem Para O Campeonato De Beach Soccer Em Passo De Torres, Campeonato Praiano Na

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 21/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 21/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: J.M. Pneus E Recapagens Ltda

Objeto: Aquisição De Pneus Para Os Veiculos Da Frota Municipal De Passo De Torres

Valor: R\$ 65.462,00

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Licitação CV 6/2016

Dotação Orçamentária:

(45) 3.3.90.00.00.00.00.00 0695

(154) 3.3.90.00.00.00.00.00 0144

Passo de Torres, 25 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Dotação Orçamentária:

(146) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 28 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 25/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 25/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA

Objeto: Prestação De Serviços De Tecnologia Da Informação E Comunicação

Valor: R\$ 7.020,00

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Dotação Orçamentária:

(13) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 28 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 22/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 22/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Pablo Diego Machado - Me

Objeto: Aquisição De Pneus Para Os Veiculos Da Frota Municipal De Passo De Torres

Valor: R\$ 4.446,00

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Licitação CV 6/2016

Dotação Orçamentária:

(45) 3.3.90.00.00.00.00.00 0695

(154) 3.3.90.00.00.00.00.00 0144

Passo de Torres, 25 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 26/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 26/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Portabilis Tecnologia Ltda

Objeto: Módulo Secretaria e Escola + Mód. Biblioteca + Mód. Transp. Escolar; Módulo Pais e Alunos; Módulo Web Service – Emisor de relatório i-Educar; Projeto Módulo Diário Eletrônico do Professor; Projeto Módulo Estoque e Alimentação Escolar;

Valor: R\$ 7.920,00

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Dotação Orçamentária:

(40) 3.3.90.00.00.00.00.00 0695

Passo de Torres, 29 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 23/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 23/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Cotipel Comercio De Tintas E Peças Ltda

Objeto: Aquisição De Peças E Serviços Para Manutenção Dos Veiculos Corsa Hatch Maxx Placa Mkn 7919, Montana Placa Mff 5875, Montana Placa Mjx 3698, Corsa Classic Placa Mlf 4320, Palio Weekend Placa Mxl3538, Corsa Classic Placa Mlv 1156 Da Prefeitura Municipal De Passo De Torres.

Valor: R\$ 52.113,00

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Licitação CV 18/2016

Dotação Orçamentária:

(51) 3.3.90.00.00.00.00.00 0695

(146) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 28 de Janeiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 27/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 27/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Oeding Assessoria Contabil Ltda Epp

Objeto: Prestação De Serviços De Assessoria Técnica Especializada Nas Áreas Contábil, Administrativo, Financeiro E Controle Interno Para O Exercício De 2016.

Valor: R\$ 71.800,00

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Licitação CV 19/2016

Dotação Orçamentária:

(12) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 04 de Fevereiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 24/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 24/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Construtora E Pavimentadora Três Braças Ltda

Objeto: Aquisição De Massa Asfáltica Cbuq - Concreto Betuminoso Usinado A Quente Para Tapa Buraco Com Aplicação Para As Ruas Do Municipio De Passo De Torres.

Valor: R\$ 37.000,00

Vigência: 26/02/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Licitação CV 20/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 28/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 28/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Galatas Midias E Eventos Ltda - Me

Objeto: Contratação De Empresa Especializada Na Prestação De Serviços De Planejamento, Organização, Coordenação, Execução, Produção E Operacionalização Do Evento Carnaval De Passo De Torres 2016, A Ser Realizado Pela Prefeitura Municipal De Passo

De Torres
Valor: R\$ 35.500,00
Vigência: 29/02/2016
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Licitação PR 26/2016
Dotação Orçamentária:
(80) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100
Passo de Torres, 05 de Fevereiro de 2016.
Paulo Roberto Cordeiro
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 29/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 29/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: Ar Padaria E Confeitaria Ltda – Me
Objeto: Aquisição De Generos Alimenticios Para As Escolas Municipais De Ensino Fundamental Manoel Rodrigues Da Silva E Vila Nova Do Municipio De Passo De Torres/Sc. Para O Exercício De 2016.
Valor: R\$ 38.732,70
Vigência: 31/12/2016
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Licitação PR 5/2016
Dotação Orçamentária:
(46) 3.3.90.00.00.00.00.00 0060
(47) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100
Passo de Torres, 04 de Fevereiro de 2016.
Paulo Roberto Cordeiro
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 30/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 30/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: Dilceu Roldão Spindler - Me
Objeto: Aquisição De Generos Alimenticios Para As Escolas Municipais De Ensino Fundamental Manoel Rodrigues Da Silva E Vila Nova Do Municipio De Passo De Torres/Sc. Para O Exercício De 2016.
Valor: R\$ 104.584,80
Vigência: 31/12/2016
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Licitação PR 5/2016
Dotação Orçamentária:
(46) 3.3.90.00.00.00.00.00 0060
(47) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100
Passo de Torres, 04 de Fevereiro de 2016.
Paulo Roberto Cordeiro
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 31/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 31/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: Eduardo Kras Fernandes - Me
Objeto: Aquisição De Generos Alimenticios Para As Escolas Municipais De Ensino Fundamental Manoel Rodrigues Da Silva E Vila Nova Do Municipio De Passo De Torres/Sc. Para O Exercício De 2016.
Valor: R\$ 93.219,50
Vigência: 31/12/2016
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Licitação PR 5/2016
Dotação Orçamentária:
(46) 3.3.90.00.00.00.00.00 0060
(47) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100
Passo de Torres, 04 de Fevereiro de 2016.
Paulo Roberto Cordeiro
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 32/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 32/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: Everton Borba Teixeira
Objeto: Implantação Do Serviço De Inspeção Municipal-Sim E Para Atuar Junto A Secretaria De Agricultura Do Municipio De Passo De Torres Para O Exercício De 2016.
Valor: R\$ 24.200,00
Vigência: 31/12/2016
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Licitação CV 16/2016
Dotação Orçamentária:
(103) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100
Passo de Torres, 04 de Fevereiro de 2016.
Paulo Roberto Cordeiro
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 33/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 33/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: Marina Dos Santos
Objeto: Prestação De Serviço De Execução De Serviços Juridicos Nas Áreas De Rito Ordinário E Trabalhista
Valor: R\$ 33.000,00
Vigência: 31/12/2016
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Licitação CV 21/2016
Dotação Orçamentária:
(12) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100
Passo de Torres, 04 de Fevereiro de 2016.
Paulo Roberto Cordeiro
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 34/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 34/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: Roberta Cardoso Martins
Objeto: Prestação De Serviço De Execução De Serviços Juridicos Nas Áreas De Rito Ambiental Valor: R\$ 30.800,00
Vigência: 31/12/2016
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Licitação CV 21/2016
Dotação Orçamentária:
(12) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100
Passo de Torres, 04 de Fevereiro de 2016.
Paulo Roberto Cordeiro
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 35/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 35/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: Cst Transporte De Passageiros Ltda - Me
Objeto: Serviço De Transporte Escolar Da Rede Municipal, Com Saida Do Centro Do Municipio De Passo De Torres, Passando Em Todos Os Bairros Ate O Centro De Educação Infantil Ignacia Maria Cardoso Na Localidade De Barra Velha No Periodo Da Manhã E Tarde No Trajeto De 57 Km Quatro Vezes Ao Dia, Num Total De 228 Km Ao Dia, Para Os Alunos Do Ensino Infantil Deste Municipio.
Valor: R\$ 51.163,20
Vigência: 31/12/2016
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Licitação CV 17/2016
Dotação Orçamentária:
(45) 3.3.90.00.00.00.00.00 0695
Passo de Torres, 12 de Fevereiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 36/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 36/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada Livraria Domek Eireli - Me

Objeto: Aquisição De Material Escolar, Para A Escola Municipal De Ensino Fundamental Manoel Rodrigues Da Silva, Escola Municipal De Ensino Fundamental Vila Nova, Eja (Educação De Jovens E Adultos) E Para O Centro De Educação Infantil Mundo Feliz E O Centro De Educação Infantil Ignacia Maria Cardoso, Para O Exercício De 2016

Valor: R\$ 67.339,05

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Licitação CV 25/2016

Dotação Orçamentária:

(40) 3.3.90.00.00.00.00.00 0695

(56) 3.3.90.00.00.00.00.00 0695

Passo de Torres, 15 de Fevereiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 37/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 37/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada Casa Do Ônibus Peças E Serviços Eirelli - Me

Objeto: Aquisição De Peças E Serviços Para Manutenção Dos Ônibus Escolares Do Município De Passo De Torres/Sc.

Valor: R\$ 74.932,25

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Licitação CV 24/2016

Dotação Orçamentária:

(35) 3.3.90.00.00.00.00.00 0058

(45) 3.3.90.00.00.00.00.00 0695

Passo de Torres, 16 de Fevereiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 38/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 38/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada Empresa Brasileira De Correios E Telégrafos

Objeto: Prestação De Serviço Postais E Telemáticos Convencionais, Adicionais, Nas Modalidades Nacional E Internacional, Carga De Máquina De Franquear, Bem Como Venda De Produtos Postais, Disponibilizando Em Unidades De Atendimento Da Ect Em Âmbito Regional.

Valor: R\$ 27.000,00

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Licitação IL 35/2016

Dotação Orçamentária:

(12) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 17 de Fevereiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 39/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 39/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada Patricia M. Muller - Me

Objeto: Aquisição De Materiais Esportivos Para Secretaria De Esporte E Turismo Da Prefeitura Municipal De Passo De Torres

Valor: R\$ 18.624,00

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Licitação PR 22/2016

Dotação Orçamentária:

(72) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 17 de Fevereiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 40/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 40/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada Ana Paula Cardoso Kjillin - Me

Objeto: Aquisição De Óleo Lubrificante E Arla, Para Os Veículos Da Frota Municipal De Passo De Torres/Sc.

Valor: R\$ 20.620,00

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Licitação PR 23/2016

Dotação Orçamentária:

(35) 3.3.90.00.00.00.00.00 0058

(146) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 17 de Fevereiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 41/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 41/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada Maucor Distribuidora De Lubrificantes Ltda

Objeto: Aquisição De Óleo Lubrificante E Arla, Para Os Veículos Da Frota Municipal De Passo De Torres/Sc.

Valor: R\$ 8.711,00

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Licitação PR 23/2016

Dotação Orçamentária:

(35) 3.3.90.00.00.00.00.00 0058

(146) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 17 de Fevereiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 43/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 43/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada Emidio Francisco G. Da Silva

Objeto Aquisição De Gêneros Alimentícios Da Agricultura Familiar, Destinados À Alimentação Escolar Para O Exercício De 2016, Com Verbas Do Programa Nacional De Alimentação Escolar – PNAE

Valor: R\$ 16.550,00

Vigência: 31/12/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Licitação DL 4/2016

Dotação Orçamentária:

(46) 3.3.90.00.00.00.00.00 0060

(47) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 18 de Fevereiro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 44/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 44/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada Guida Maria Da Silva Gomes
Objeto Aquisição De Gêneros Alimentícios Da Agricultura Familiar, Destinados À Alimentação Escolar Para O Exercício De 2016, Com Verbas Do Programa Nacional De Alimentação Escolar – PNAE
Valor: R\$ 15.500,00
Vigência: 31/12/2016
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Licitação DL 4/2016
Dotação Orçamentária:
(46) 3.3.90.00.00.00.00.00 0060
(47) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100
Passo de Torres, 18 de Fevereiro de 2016.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 45/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 45/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada Leandro Ferraz Zeferino
Objeto Aquisição De Gêneros Alimentícios Da Agricultura Familiar, Destinados À Alimentação Escolar Para O Exercício De 2016, Com Verbas Do Programa Nacional De Alimentação Escolar – PNAE
Valor: R\$ 12.100,00
Vigência: 31/12/2016
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Licitação DL 4/2016
Dotação Orçamentária:
(46) 3.3.90.00.00.00.00.00 0060
(47) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100
Passo de Torres, 18 de Fevereiro de 2016.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 46/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 46/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada Lilian Ferraz Zeferino
Objeto Aquisição De Gêneros Alimentícios Da Agricultura Familiar, Destinados À Alimentação Escolar Para O Exercício De 2016, Com Verbas Do Programa Nacional De Alimentação Escolar – PNAE
Valor: R\$ 13.500,00
Vigência: 31/12/2016
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Licitação DL 4/2016
Dotação Orçamentária:
(46) 3.3.90.00.00.00.00.00 0060
(47) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100
Passo de Torres, 18 de Fevereiro de 2016.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 47/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 47/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada Valmor Dos Santos Rodrigues
Objeto Aquisição De Gêneros Alimentícios Da Agricultura Familiar, Destinados À Alimentação Escolar Para O Exercício De 2016, Com Verbas Do Programa Nacional De Alimentação Escolar – PNAE
Valor: R\$ 17.825,00

Vigência: 31/12/2016
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Licitação DL 4/2016
Dotação Orçamentária:
(46) 3.3.90.00.00.00.00.00 0060
(47) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100
Passo de Torres, 18 de Fevereiro de 2016.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 48/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 48/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada Vera Lucia Bitencourt Rodrigues Porto
Objeto Aquisição De Gêneros Alimentícios Da Agricultura Familiar, Destinados À Alimentação Escolar Para O Exercício De 2016, Com Verbas Do Programa Nacional De Alimentação Escolar – PNAE
Valor: R\$ 15.650,00
Vigência: 31/12/2016
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Licitação DL 4/2016
Dotação Orçamentária:
(46) 3.3.90.00.00.00.00.00 0060
(47) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100
Passo de Torres, 18 de Fevereiro de 2016.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 49/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 49/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada Felipe Espindola Cardoso
Objeto Prestação De Serviço Para Contratação De 01 (Um) Odontólogo Clínico Para Atender Os Pescadores De Nosso Município. O Atendimento Sera Realizado No Consultorio Odontologico Da Secretaria De Pesca De Passo De Torres.
Valor: R\$ 23.529,00
Vigência: 31/12/2016
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Licitação CV 30/2016
Dotação Orçamentária:
(109) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100
Passo de Torres, 22 de Fevereiro de 2016.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 50/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 50/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada Stanik Ind.Com. Móveis Ltda
Objeto Aquisição De Mobiliário Para As Escolas Municipais, Creches Municipais, Centro De Referencia Da Assistencia Social E Para Secretaria De Educação Da Prefeitura Municipal De Passo De Torres.
Valor: R\$ 68.408,00
Vigência: 31/12/2016
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Licitação CV 32/2016
Dotação Orçamentária:
(14) 3.3.90.00.00.00.00.00 0100
(42) 4.4.90.00.00.00.00.00 0695
(52) 4.4.90.00.00.00.00.00 0695
(57) 4.4.90.00.00.00.00.00 0695
(88) 4.4.90.00.00.00.00.00 0052
Passo de Torres, 24 de Fevereiro de 2016.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Passos Maia

PREFEITURA

CONTRATO N. 0036/2016

EXTRATO CONTRATO n. 0036/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0020/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0013/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: FAVORINO DA SILVA RIBEIRO ME

Objeto O objeto do presente contrato é a aquisição de tecidos e materiais em geral destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social para a realização de cursos de acordo com as especificações constantes no edital e neste contrato, as quais a CONTRATADA se declara em condições de entregar em estrita observância com o indicado nas Especificações do Anexo I e na documentação levada a efeito pelo Pregão Presencial nº. 0013/2016, Processo Licitatório nº. 0020/2016.

Valor: O valor do presente Contrato é de R\$ 6.679,00 (seis mil seiscentos e setenta e nove reais).

Vigência: – O presente contrato vigera até a data de 31 de dezembro de 2016.

Passos Maia, SC, 18 de Março de 2016.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

nº. 0020/2016.

Valor: O valor do presente Contrato é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Vigência: – O presente contrato vigera até a data de 31 de dezembro de 2016.

Passos Maia, SC, 18 de Março de 2016.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

CONTRATO N. 0040/2016

EXTRATO CONTRATO n. 0040/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0021/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0014/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: GABRIEL NAGEL ME

Objeto O objeto do presente contrato é a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos, na área de ortopedia de acordo com as especificações constantes no edital e neste contrato, as quais a CONTRATADA se declara em condições de entregar em estrita observância com o indicado nas Especificações do Anexo I e na documentação levada a efeito pelo Pregão Presencial nº. 0014/2016, Processo Licitatório nº. 0020/2016.

Valor: O valor do presente Contrato é de R\$ R\$ 44.400,00 (quarenta e quatro mil e quatrocentos reais).

Vigência: – O presente contrato vigera até a data de 31 de dezembro de 2016.

Passos Maia, SC, 18 de Março de 2016.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

CONTRATO N. 0037/2016

EXTRATO CONTRATO n. 0037/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0020/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0013/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME

Objeto O objeto do presente contrato é a aquisição de tecidos e materiais em geral destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social para a realização de cursos de acordo com as especificações constantes no edital e neste contrato, as quais a CONTRATADA se declara em condições de entregar em estrita observância com o indicado nas Especificações do Anexo I e na documentação levada a efeito pelo Pregão Presencial nº. 0013/2016, Processo Licitatório nº. 0020/2016.

Valor: O valor do presente Contrato é de R\$ 2.110,00 (dois mil cento e dez reais).

Vigência: – O presente contrato vigera até a data de 31 de dezembro de 2016.

Passos Maia, SC, 18 de Março de 2016.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

CONTRATO N. 0038/2016

EXTRATO CONTRATO n. 0038/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0038/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0020/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0013/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: ROBERTO MISTURA ME

Objeto O objeto do presente contrato é a aquisição de tecidos e materiais em geral destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social para a realização de cursos de acordo com as especificações constantes no edital e neste contrato, as quais a CONTRATADA se declara em condições de entregar em estrita observância com o indicado nas Especificações do Anexo I e na documentação levada a efeito pelo Pregão Presencial nº. 0013/2016, Processo Licitatório

Paulo Lopes

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Extrato do contrato nº 07/2016 conforme Processo Licitatório nº 019/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. Contratado: DNA CONSULTORIA LTDA - ME. Objeto: Contratação de empresa especializada consultoria ambiental. Valor do Contrato: 66.800,00 (sessenta e seis mil e oitocentos reais). Vigência: 31/12/2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 119/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 119/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 1664/2016, Resolve:

CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, Chefe de Equipe de Resíduos Sólidos ao Servidor Público Municipal, Marcelo Santana, brasileiro, portador do CPF nº 015.003.239-00, matrícula nº 11195, ocupante do Cargo de Motorista a disposição da Secretaria Municipal de Obras, nomeado pela portaria nº 077/2016, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 21 de Março de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 120/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 120/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Idenis Pereira Matos Medeiros, brasileira, portadora do CPF nº 789.565.879-49, matrícula nº 699 ocupante do Cargo de Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 04/04/2016, conforme benefício nº 6136892506.

Município de Paulo Lopes – SC, em 22 de março de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Penha

PREFEITURA

133

PORTARIA Nº 133/2016

O Prefeito Municipal de Penha e.e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

DESIGNAR: os servidores MARIZETE DA COSTA, AGAIRTO TACHINI SCHNEIDER, e MARIA DO CARMO COUTINHO DE SOUZA, para compor a COMISSÃO DE SINDICANCIA/PROCESSO ADMINISTRATIVO, para apurar supostas irregularidades no convênio firmado com a SOCIEDADE CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PENHA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se o processo na forma da Lei.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 21 de março de 2016.

MÁRIO GUARACY DE SOUZA

Prefeito Municipal e.e.

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

WAGNER BORGES FIGUEIREDO

Procurador Geral Municipal

2564/2016

DECRETO Nº 2564/2016

MARIO GUARACY DE SOUZA, PREFEITO E.E, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONFORME AUTORIZAÇÃO PREVISTA NO INCISO I, ARTIGO 7º DA LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 2734, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.

Art.1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 204.539,97 (Duzentos e quatro mil quinhentos e trinta e nove reais e noventa e sete centavos), autorizado pela Lei Municipal nº 2795, de 18.12.2015, destinados a reforçar as seguintes dotações:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Programa de Trabalho: 10.301.0014

Atividade: 2.059 – Mac – Manutenção Média e Alta Complexidade

Fonte de Recursos: 0.3.0064.573 – Transferências do SUS/União - MAC – Superávit Financeiro

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/70 – Aplicações Diretas R\$ 101.974,62

Fonte de Recursos: 0.3.0064.7 – Transferências do SUS/União - MAC – Rede Cegonha - Superávit Financeiro

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/71 – Aplicações Diretas R\$ 82,95

Fonte de Recursos: 0.3.0064.68 – Transferências do SUS/União - MAC – Rede Brasil Sem Miséria

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/74 – Aplicações Diretas R\$ 36.000,00

Fonte de Recursos: 0.3.0670.0 – Transferências do SUS/Estado - MAC - Superávit Financeiro

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/75 – Aplicações Diretas

..... R\$ 50.652,00

Fonte de Recursos: 0.3.0670.588 – Transferências do SUS/Estado - MAC – Cirurgias Eletivas - Superávit Financeiro

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/72 – Aplicações Diretas R\$ 7.950,00

Fonte de Recursos: 0.3.0670.589 – Transferências do SUS/Estado - MAC – Consultas e Exames - Superávit Financeiro

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/73 – Aplicações Diretas R\$ 7.880,40

Art.2º - Os recursos necessários para atendimento dos presentes créditos suplementares correrão por conta do:

I - Superávit financeiro do exercício anterior, oriundo de repasse do SUS – Estado para o Programa de Saúde, como segue:

a) MAC – Cirurgias Eletivas R\$ 7.950,00

b) MAC – Consultas e Exames R\$ 7.880,40

c) MAC – Estado R\$ 50.652,00

R\$ 66.482,40

II - Superávit financeiro do exercício anterior, oriundo de repasse do SUS - União, como segue:

a) MAC - Manutenção Média e Alta Complexidade – Teto R\$ 101.974,62

b) MAC - Manutenção Média e Alta Complexidade – Rede Cegonha R\$ 82,95

c) MAC - Manutenção Média e Alta Complexidade – Rede Brasil sem Miséria/Próteses Dentárias R\$ 36.000,00

R\$ 138.057,57

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 21 de março de 2016.

MÁRIO GUARACY DE SOUZA

Prefeito e.e.

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária Municipal de Administração

CONTRATO Nº 24/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 04/2015

CONTRATO Nº 24/2016 – RH/FMS

Contratado (A): SIRLEI DE SOUZA NASCIMENTO DIAS, na função de Servente/Merendeira, início em 03/03/2016 e término em 02/11/2016, para atuar junto a Secretaria da Saúde.

Penha/SC, 03 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 25/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 04/2015

CONTRATO Nº 25/2016 – RH/FMS

Contratado (A): SANDRA LUCIA BENTO, na função de Servente/Merendeira, início em 03/03/2016 e término em 02/11/2016, para atuar junto a Secretaria da Saúde.

Penha/SC, 03 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 279/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 279/2016 – RH/PMP

Contratado (A): SOLANGE CRISTINA DIOGO MOREIRA, na função de Professor III, Educação Infantil, início em 03/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 03 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 280/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 280/2016 – RH/PMP

Contratado (A): VIVIAN GRAZIELA SERPA SANTOS, na função de Professor I, Educação Infantil, início em 03/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 03 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 281/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 281/2016 – RH/PMP

Contratado (A): VALMIRA MARIA LEITE DE SOUZA, na função de Professor I, Educação Infantil, início em 03/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 03 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 282/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 282/2016 – RH/PMP

Contratado (A): CELIA LUCIA MIRANDA LINDNER, na função de Professor I, Educação Infantil, início em 04/03/2016 e término em

16/12/2016, com carga horária de 10 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 04 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 283/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 283/2016 – RH/PMP

Contratado (A): ANGELA MARIA ANACLETO, na função de Professor I, Artes, início em 07/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 07 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 284/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 284/2016 – RH/PMP

Contratado (A): ROSELI VALTRICH PONICK, na função de Professor I, Artes, início em 07/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 07 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 285/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 285/2016 – RH/PMP

Contratado (A): MARIELE DA COSTA, na função de Professor I, Artes, início em 07/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 07 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 286/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 286/2016 – RH/PMP

Contratado (A): STEPHANY AMORIM DOS SANTOS, na função de Professor I, Educação Infantil, início em 07/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 07 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 287/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 287/2016 – RH/PMP

Contratado (A): ANA ISABEL DE SOUZA, na função de Professor I, Educação Infantil, início em 07/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 07 de março de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 288/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016
CONTRATO Nº 288/2016 – RH/PMP
Contratado (A): MONICA MARIA DOS SANTOS, na função de Professor I, Educação Infantil, início em 07/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 07 de março de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 289/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016
CONTRATO Nº 289/2016 – RH/PMP
Contratado (A): JULIANA CRISTINA ANACLETO OLIVEIRA, na função de Professor I, Educação Infantil, início em 07/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 07 de março de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 290/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016
CONTRATO Nº 290/2016 – RH/PMP
Contratado (A): MARIA ISABEL TRAVASSO DE PONTES, na função de Professor I, Educação Infantil, início em 07/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 07 de março de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 291/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016
CONTRATO Nº 291/2016 – RH/PMP
Contratado (A): ANA LUCIA VIEIRA MAIA, na função de Professor I, Educação Infantil, início em 07/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 07 de março de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 292/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016
CONTRATO Nº 292/2016 – RH/PMP
Contratado (A): FABIANA OLIVEIRA SILVA BERNARDO, na função de Professor I, Educação Infantil, início em 07/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 07 de março de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 293/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016
CONTRATO Nº 293/2016 – RH/PMP
Contratado (A): NEVEMAR INACIO DIAS ARRUDA, na função de Professor I, Educação Infantil, início em 07/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 07 de março de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 294/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016
CONTRATO Nº 294/2016 – RH/PMP
Contratado (A): JULIANA ENNES AMARO DA SILVA, na função de Professor I, Artes, início em 07/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 07 de março de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 295/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016
CONTRATO Nº 295/2016 – RH/PMP
Contratado (A): SABRINA REGINA DOMECIANO, na função de Professor I, Artes, início em 07/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 07 de março de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 296/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016
CONTRATO Nº 296/2016 – RH/PMP
Contratado (A): SANDRA ADAM FERREIRA, na função de Professor I, Artes, início em 07/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 07 de março de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 297/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 297/2016 – RH/PMP

Contratado (A): HARMON AURELIO DE SOUZA, na função de Professor I, Artes, início em 07/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 07 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 302/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 302/2016 – RH/PMP

Contratado (A): BEATRIZ VANZUITA, na função de Professor I, Artes, início em 08/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 08 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 298/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 298/2016 – RH/PMP

Contratado (A): ALINE DOMECIANO, na função de Professor I, Artes, início em 07/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 07 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 303/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 303/2016 – RH/PMP

Contratado (A): TALITTA ANNY LEITE CELISTA, na função de Professor I, Artes, início em 08/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 08 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 299/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 299/2016 – RH/PMP

Contratado (A): CAROLINE LEITE DE OLIVEIRA NUNES, na função de Professor I, Artes, início em 07/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 07 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 304/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 304/2016 – RH/PMP

Contratado (A): MANUELA VICENTE, na função de Professor I, Artes, início em 08/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 08 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 300/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 300/2016 – RH/PMP

Contratado (A): CLEBER MACIEL NEUMANN, na função de Professor I, Artes, início em 07/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 07 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 305/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 305/2016 – RH/PMP

Contratado (A): TAIANE NILSA LEITE, na função de Professor I, Artes, início em 08/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 08 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 301/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 301/2016 – RH/PMP

Contratado (A): ADRIELLY ANDREA DA SILVA, na função de Professor I, Educação Infantil, início em 07/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 07 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 306/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 306/2016 – RH/PMP

Contratado (A): BARBARA BRENDA PEREIRA, na função de Professor I, Artes, início em 08/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 08 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 307/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 307/2016 – RH/PMP

Contratado (A): GREICE PAMELA BAADE, na função de Professor I, Artes, início em 08/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 08 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 312/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 312/2016 – RH/PMP

Contratado (A): PAMELA PAULINA WISENTAENER, na função de Professor I, Educação Infantil, início em 08/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 08 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 308/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 308/2016 – RH/PMP

Contratado (A): MARIA EUNICE GOMES DA COSTA, na função de Professor I, Artes, início em 08/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 08 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 313/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 313/2016 – RH/PMP

Contratado (A): ERICA HELENA DE SOUZA, na função de Professor I, Educação Infantil, início em 08/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 08 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 309/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 309/2016 – RH/PMP

Contratado (A): GABRIELA DOS REIS, na função de Professor I, Artes, início em 08/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 08 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 314/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 314/2016 – RH/PMP

Contratado (A): TEREZA DOS SANTOS INACIO, na função de Professor I, Anos Iniciais, início em 10/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 10 de março de 2016.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 310/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 310/2016 – RH/PMP

Contratado (A): ANA CAROLINA YAGI DOS SANTOS RANGUET, na função de Professor I, Artes, início em 08/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 08 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 315/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 315/2016 – RH/PMP

Contratado (A): JOAQUIM EDUARDO DE OLIVEIRA, na função de Professor I, Educação Física, início em 11/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 11 de março de 2016.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 311/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 311/2016 – RH/PMP

Contratado (A): MARIA DE FATIMA DA COSTA FERREIRA, na função de Professor I, Artes, início em 08/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 08 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 316/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 316/2016 – RH/PMP

Contratado (A): JENIFFER KRUEGER, na função de Professor I, Educação Física, início em 14/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 14 de março de 2016.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 317/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 317/2016 – RH/PMP

Contratado (A): JEFERSON ADRIANO ODELI, na função de Professor I, Anos Iniciais, início em 15/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de março de 2016.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 318/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 318/2016 – RH/PMP

Contratado (A): ADERLITA ANACLETO, na função de Professor I, Anos Iniciais, início em 15/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de março de 2016.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 319/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 319/2016 – RH/PMP

Contratado (A): CRISTIANO NASCIMENTO LIMA, na função de Professor I, Educação Física, início em 15/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de março de 2016.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 320/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 320/2016 – RH/PMP

Contratado (A): MURIEL FERNANDO KRAISCH, na função de Professor I, Educação Física, início em 16/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 16 de março de 2016.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 321/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 321/2016 – RH/PMP

Contratado (A): MARI ISABEL DOS PASSOS DA ROSA, na função de Professor III, Educação Infantil, início em 16/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 16 de março de 2016.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 322/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 322/2016 – RH/PMP

Contratado (A): DENIS PORTELA PEREIRA, na função de Professor III, História, início em 17/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 17 de março de 2016.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 323/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 323/2016 – RH/PMP

Contratado (A): WILSON ROBERTO CESARIO PEREIRA JUNIOR, na função de Professor I, Educação Física, início em 17/03/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 17 de março de 2016.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 - AUX. ADMINISTRATIVO - VAGA PNE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 31/03/2016, das 08:00hrs às 11:30hrs ou das 13:30hrs às 17:00hrs, conforme Edital do Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO – VAGA PNE

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

52º. 22119 ROBERTO MICHELIN

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- j) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- k) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- l) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- m) Original Declaração de não demissão do serviço público

municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;

n) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;

o) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;

p) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;

q) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

r) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;

s) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

t) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;

u) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de março de 2016.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,
residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

ANEXO 2

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____
_____, brasileiro (a),
() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____
CPF nº. _____, RG nº. _____

Rua= _____

_____, Bairro: _____, Cidade de _____ nº. _____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____/_____/____

() Contratado (ACT) Cargo: _____/_____/____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____/_____/____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____/_____/____

() Comissionado Cargo: _____/_____/____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

| ESPECIFICAÇÃO | DATA AQUISIÇÃO | VALOR |
|---------------|----------------|-------|
| | | |
| | | |
| | | |

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____
Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____
Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____
Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO 3

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,
residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa

interessar que não sofreu demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de __, de 2016.

ANEXO 4 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de __, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 - NUTRICIONISTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 31/03/2016, das 08:00hrs às 11:30hrs ou das 13:30hrs às 17:00hrs, conforme Edital do Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: NUTRICIONISTA
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
06º. 20421 KAMILA MARIANA DUARTE

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;

m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;

n) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;

o) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;

p) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;

q) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

r) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;

s) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

t) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;

u) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de março de 2016.

DANIELE SCHWEGGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
- () SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
- () SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de __, de 2016.

ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____
_____, brasileiro (a),
() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____
CPF nº. _____, RG nº. _____

Rua= _____, n.º. _____,
Bairro: _____ Cidade de _____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 - VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: ____/____/____

() Contratado (ACT) Cargo: ____/____/____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: ____/____/____

() Efetivo em função gratificada Cargo: ____/____/____

() Comissionado Cargo: ____/____/____

5 - FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 - RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

| ESPECIFICAÇÃO | DATA AQUISIÇÃO | VALOR |
|---------------|----------------|-------|
| | | |
| | | |
| | | |

7 - RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 - DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO 3 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

ANEXO 4 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

DECRETO Nº 2541/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2541/2016

NOMEIA: a Sra. KATIA APARECIDA SILVEIRA, para ocupar o cargo em comissão de SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, a contar desta data.

Penha/SC, 03 de março de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2542/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2542/2016

EXONERA: a pedido, a Sra. ANA PAULA DOS SANTOS, do cargo em comissão de COORDENADORA DE MEIO AMBIENTE, do Departamento de Meio Ambiente, da Secretaria de desenvolvimento Econômico Sustentável. Revogando o Decreto nº 1937/2014.

Penha/SC, 03 de março de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2543/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2543/2016

NOMEIA: a Sra. CARMEN LUCIA AMARO, para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DA SECRETARIA DE GOVERNO II, da Secretaria de Governo.

Penha/SC, 03 de março de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2544/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2544/2016

NOMEIA: o Sr. MARCOS VENICIUS DUARTE, para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR ADMINISTRATIVO II, do Departamento de Administração da Educação, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Penha/SC, 04 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2545/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2545/2016

NOMEIA: o Sr. EDUARDO FERREIRA FILHO, para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO I, do Departamento de Indústria e Comércio, da Secretaria de desenvolvimento Econômico Sustentável.

Penha/SC, 07 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2547/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2547/2016

EXONERA: a Sra. CRISTIANE APARECIDA NATALI DE BRITO, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE PESCA I, do Departamento de pesca, da Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura. Revogando o Decreto nº 2491/2016.

Penha/SC, 07 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2548/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2548/2016

NOMEIA: a Sra. CRISTIANE APARECIDA NATALI DE BRITO, do cargo em comissão de COORDENADOR DE AGRICULTURA, do Departamento de Agricultura, da Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura.

Penha/SC, 08 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2549/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2549/2016

NOMEIA: o Sr. MAICON DOLGLAS RIBEIRO, para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR ADMINISTRATIVO I, do Departamento Técnico administrativo, da Secretaria Municipal de Turismo.

Penha/SC, 08 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2550/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2550/2016

EXONERA: a pedido a Sra. MARION ISETE MATTOS DA SILVA, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE RECURSOS HUMANOS I, do Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria Municipal de Administração.

Penha/SC, 08 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2551/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2551/2016

EXONERA: a pedido, a Sra. ELIETE DE OLIVEIRA DOMECIANO, para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR ADMINISTRATIVO II, da Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura. Revogando o Decreto nº 2425/2016.

Penha/SC, 08 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2552/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2552/2016

EXONERA: o Sr. ADRIANO DE SOUZA, do cargo em comissão de Secretário de Educação e Cultura. Revogando o Decreto nº 2334/2015.

Penha/SC, 09 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2553/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2553/2016

NOMEIA: a Sra. IOLANDA DE SOUZA AMARO, para ocupar o cargo em comissão de Secretária de Educação e Cultura.

Penha/SC, 09 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2554/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2554/2016

EXONERA: a Sra. ELZA CRISTINA PINTO, do cargo em comissão de AUXILIAR DE COORDENAÇÃO, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Revogando o Decreto nº 1380/2013.

Penha/SC, 09 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2554/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2554/2016

EXONERA: a Sra. ELZA CRISTINA PINTO, do cargo em comissão de AUXILIAR DE COORDENAÇÃO, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Revogando o Decreto nº 1380/2013.

Penha/SC, 09 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2555/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2555/2016

EXONERA: a Sra. CLAUDIA ODAIR DE SOUZA, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE PROMOÇÃO SOCIAL I, da Secretaria Municipal de Assistência Social. Revogando o Decreto nº 1633/2013.

Penha/SC, 09 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2556/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2556/2016

NOMEIA: a Sra. DÉBORA CRISTINA DA SILVA VEIGA, para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA I, do Departamento de Vigilância Sanitária, da Secretaria Municipal de Saúde.

Penha/SC, 09 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2557/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2557/2016

NOMEIA: a Sra. PATRICIA APARECIDA SOUZA, para ocupar o cargo em comissão de SECRETÁRIA DE ESCOLA, da Escola Básica Municipal João Antônio Pinto, percebendo uma gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o seu respectivo vencimento, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 09 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2558/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2558/2016

NOMEIA: a Sra. TATIANE PARRADO JENNRICH, para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR ADMINISTRATIVO II, da Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura.

Penha/SC, 14 de março de 2016.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº 2559/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2559/2016

NOMEIA: a Sra. ISABEL COSTA DA CUNHA, para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE COMPRAS I, do Departamento de Compras e Licitações, da Secretaria Municipal de Administração.

Penha/SC, 14 de março de 2016.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº 2561/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2561/2016

NOMEIA: a Sra. BARBARA DA LUZ, para ocupar o cargo em comissão de COORDENADOR DE MAIO AMBIENTE, do Departamento de Meio Ambiente, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Penha/SC, 14 de março de 2016.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº 2562/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2562/2016

EXONERA: a pedido, a Sra. CELIA REGINA HENKEL BERTOLDI, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DO CREAS II, da Secretaria Municipal de Assistência Social. Revogando o Decreto nº 1776/2013.

Penha/SC, 14 de março de 2016.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº 2563/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2563/2016

NOMEIA: a Sra. CRISTIANA PAULA ORTIZ, para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DO DETRAPEN I, do Departamento de Trânsito, da Secretaria Municipal de Planejamento, a contar desta data.

Penha/SC, 14 de março de 2016.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

PORTARIA Nº 117/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 117/2016

NOMEIA: a Sra. SOILA REGINA SILVA VITORINO, aprovada em Concurso Público Edital nº 01/2015, para ocupar o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 03 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 118/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 118/2016

NOMEIA: o Sr. JULIANO ANDRÉ VARGAS SILVEIRA, aprovado em Concurso de Emprego Público ESF Edital nº 01/2014, para ocupar o cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 07 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 119/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 119/2016

NOMEIA: a Sra. ANA PAULA RAMALHO SABALLA, aprovada em Concurso Público Edital nº 01/2015, para ocupar o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 07 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 120/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 120/2016

BAIXAR: a funcionária Sra. IOLANDA DE SOUZA AMARO, ocupante do cargo de Professora, para responder por atribuição específica – Coordenação de Atendimento Especializado, na Secretaria da Educação e Cultura. Revogando o Decreto nº 49/2013.

Penha/SC, 08 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 121/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 121/2016

COLOCAR A DISPOSIÇÃO: por tempo indeterminado, com base no que determina o art. 57 da lei nº 01/2005, ao funcionário RICARDO DA SILVA, ao Fórum da Comarca de Balneário Piçarras, com percepção integral de seu vencimento. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a 24/02/2016.

Penha/SC, 08 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 122/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 122/2016

DESIGNAR: a funcionária efetiva ELZA CRISTINA PINTO, ocupante do cargo de Professora, para responder por atribuição específica – Coordenação de Atendimento Especializado, na Secretaria da Educação e Cultura - percebendo um adicional de função no percentual de 50% (cinquenta) sobre seu vencimento (salário base + triênio + abono) nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 01/05.

Penha/SC, 09 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 123/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 123/2016

DESIGNAR: a funcionária efetiva AUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINEIRO, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, para responder por atribuição específica – Coordenação Estratégica da Saúde da Família junto a Secretaria Municipal de Saúde - nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 01/05.

Penha/SC, 09 de março de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 124/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 124/2016

NOMEIA: o Sr. DIOGO DE PAULA DUARTE, aprovado em Concurso Público Edital nº 01/2015, para ocupar o cargo de MÉDICO VETERINÁRIO, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 10 de março de 2016.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

PORTARIA Nº 125/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 125/2016

NOMEIA: a Sra. ADRIANA CORREA BONELA, aprovada em Concurso Público Edital nº 01/2015, para ocupar o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 14 de março de 2016.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

PORTARIA Nº 126/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 126/2016

NOMEIA: a Sra. MARIA INÊS FRITZKE, aprovada em Concurso Público Edital nº 01/2015, para ocupar o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 14 de março de 2016.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

PORTARIA Nº 127/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 127/2016

NOMEIA: o Sr. CHRISTIAN DE MELLO FERREIRA, aprovado em Concurso de Emprego Público ESF Edital nº 01/2014, para ocupar o cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 14 de março de 2016.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

PORTARIA Nº 128/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 128/2016

EXONERA: a pedido, a Sra. CONSTÂNCIA MARIA CUSTÓDIO ZUCO, do cargo efetivo de Professora – Séries Iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, a contar desta data. Revogando a Portaria nº 53/2005.

Penha/SC, 14 de março de 2016.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

PORTARIA Nº 129/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 129/2016

NOMEIA: a Sra. SALETE JOAQUINA TEODORO, aprovada em Concurso Público Edital nº 01/2015, para ocupar o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 14 de março de 2016.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

PORTARIA Nº 130/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 130/2016

EXONERA: a pedido, a Sra. MARIA DAS NEVES SILVA, do cargo efetivo de Professora – Séries Iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, a contar desta data. Revogando a Portaria nº 168/2007. Penha/SC, 15 de março de 2016.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

PORTARIA Nº 131/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 131/2016

NOMEIA: o Sr. GABRIEL ALVES BASTOS, aprovada em Concurso Público Edital nº 01/2015, para ocupar o cargo de TÉCNICO EM EDIFICAÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 16 de março de 2016.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

PORTARIA Nº 132/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 132/2016

NOMEIA: o Sr. CÉLIA REGINA EVARISTO, aprovada em Concurso Público Edital nº 01/2015, para ocupar o cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM COM CAPACITAÇÃO PARA VACINA, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 16 de março de 2016.

Mario Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

TERMO DE RESCISAO 18/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº18/2016

Fica rescindido o contrato nº 53/2016 PMP, firmado entre a Sra. MARINA ANDREIA SEIDEL e esta PREFEITURA, em 15 de fevereiro de 2016, por interesse próprio, a contar desta data.

Penha/SC, 09 de março 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISAO 19/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº19/2016

Fica rescindido o contrato nº 23/2016 - FMS, firmado entre a Sra. MARA REGINA DA ROCHA COUTINHO e esta PREFEITURA, em 15 de fevereiro de 2016, por interesse próprio, a contar desta data. Penha/SC, 09 de março 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISAO 20/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº20/2016

Fica rescindido o contrato nº 23/2016 - FMS, firmado entre a Sra. CAROLINA BARBOSA DA SILVA e esta PREFEITURA, em 01 de março de 2016, por interesse próprio, a contar desta data.

Penha/SC, 09 de março 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISAO 21/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº21/2016

Fica rescindido o contrato nº 232/2016 PMP, firmado entre a Sra. BIANCA RODRIGUES DOS SANTOS e esta PREFEITURA, em 24 de fevereiro de 2016, por interesse próprio, a contar desta data.

Penha/SC, 11 de março 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISAO 22/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº22/2016

Fica rescindido o contrato nº 52/2016 PMP, firmado entre a Sra. ROSA MARIA NUNES e esta PREFEITURA, em 15 de fevereiro de 2016, por interesse próprio, a contar desta data.

Penha/SC, 15 de março 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISAO 23/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº23/2016

Fica rescindido o contrato nº 55/2016 PMP, firmado entre a Sra. MICHELLE APARECIDA PORTO NEUMANN e esta PREFEITURA, em 15 de fevereiro de 2016, por interesse próprio, a contar desta data.

Penha/SC, 16 de março 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONCURSO PÚBLICO N° 01/2016 - GABARITO DEFINITIVO**GABARITO DEFINITIVO**

ATO 009/iobv/001/16

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

Concurso Público 001/2016 – 13/03/2016

X- Anulada

Superior**Professor Anos Iniciais**

| 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| D | A | B | C | D | D | C | B | X | A | D | A | B | A | B | D | A | D | D | A |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 |
| B | D | C | D | A | C | C | B | D | A | B | A | C | D | A | C | A | C | A | A |

Professor Artes

| 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| D | A | B | C | D | D | C | B | X | A | D | A | B | A | B | D | A | D | D | A |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 |
| B | D | C | D | A | C | B | A | C | B | A | C | B | D | A | C | D | D | A | D |

Professor Ciências

| 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| D | A | B | C | D | D | C | B | X | A | D | A | B | A | B | D | A | D | D | A |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 |
| B | D | C | D | A | D | A | B | C | A | C | C | B | D | D | A | C | A | B | D |

Professor Educação Física

| 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| D | A | B | C | D | D | C | B | X | A | D | A | B | A | B | D | A | D | D | A |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 |
| B | D | C | D | A | B | D | A | C | B | C | C | X | C | D | B | A | C | A | A |

Professor Educação Infantil

| 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| D | A | B | C | D | D | C | B | X | A | D | A | B | A | B | D | A | D | D | A |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 |
| B | D | C | D | A | B | D | A | C | X | B | D | C | A | C | D | A | C | B | A |

Professor Ensino Religioso

| 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| D | A | B | C | D | D | C | B | X | A | D | A | B | A | B | D | A | D | D | A |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 |
| B | D | C | D | A | A | D | A | C | D | C | B | A | C | B | D | B | A | C | A |

Professor Geografia

| 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| D | A | B | C | D | D | C | B | X | A | D | A | B | A | B | D | A | D | D | A |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 |
| B | D | C | D | A | A | D | C | B | A | A | D | D | A | A | A | B | C | D | A |

Professor História

| 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| D | A | B | C | D | D | C | B | X | A | D | A | B | A | B | D | A | D | D | A |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 |
| B | D | C | D | A | C | A | A | A | B | A | C | A | B | C | A | A | X | B | B |

Professor Inglês

| 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| D | A | B | C | D | D | C | B | X | A | D | A | B | A | B | D | A | D | D | A |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 |
| B | D | C | D | A | C | B | D | A | C | B | B | D | A | D | D | C | B | B | B |

Professor Língua Portuguesa

| 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| D | A | B | C | D | D | C | B | X | A | D | A | B | A | B | D | A | D | D | A |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 |
| B | D | C | D | A | B | C | C | C | A | C | A | D | D | B | C | D | D | A | C |

Professor Matemática

| 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| D | A | B | C | D | D | C | B | X | A | D | A | B | A | B | D | A | D | D | A |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 |
| B | D | C | D | A | B | A | B | B | B | C | C | A | D | A | A | D | D | A | C |

Especialista em Assuntos Educacionais

| 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| D | A | B | C | D | D | C | B | X | A | D | A | B | A | B | D | A | D | D | A |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 |
| B | D | C | D | A | A | C | D | B | B | A | B | C | B | A | D | C | B | C | D |

Penha, 22 de Março de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO Nº 02/2016**

DECRETO Nº 02/2016

Decreta Ponto Facultativo

CLÓVIS BERGAMASCHI, Presidente da Câmara Municipal de Penha, faço saber, que eu, nos termos do artigo 29 inciso XIX, c/c com o §1º do artigo 89 do Regimento Interno desta Casa, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art.1º Fica decretado ponto facultativo no dia 24 de março de 2016.

Art.2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de março de 2016.

CLÓVIS BERGAMASCHI

Presidente

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo nesta Secretaria, aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

ANTÔNIO ALFREDO CORDEIRO FILHO

Primeiro Secretário

Petrolândia

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS 11 2016 - PÃO FRANCÊS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 16/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços para aquisição de pão francês para preparo de merenda escolar de alunos matriculados na Rede Pública de ensino desta municipalidade. Empresa SUPERMERCADO KRAUSE LTDA, inscrita no CNPJ: 10.426.123/0001-42, valor R\$ 8.790,00. Data: 22/03/2016. Petrolândia, 23 de março de 2016. Joel Longen – Prefeito Municipal.

CONTRATO 02 2016 - RECICLAGEM CERRITENSE

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2016

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de seu Fundo Municipal de Agricultura e a EMPRESA RECICLAGEM CERRITENSE LTDA ME, inscrita no CNPJ: 05.735.883/0001-00. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR A COLETA E DESTINO FINAL DO LIXO RECICLÁVEL, NO CENTRO, RIO ANTINHAS E LOCALIDADES NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA. Data: 22/03/2016. Valor dos Serviços: R\$ 58.500,00. Petrolândia, 23 de março de 2016. Joel Longen – Prefeito Municipal.

CONTRATO 10 2016 - RECUPERADORA DE MOTORES

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2016

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de seu Fundo Municipal de Saúde e a Empresa RECUPERADORA DE MOTORES ALTO VALE LTDA ME, inscrita no CNPJ: 23.304.061/0001-48. Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO, CABEÇOTE DO MOTOR E SERVIÇOS DE USINAGEM, PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DUCATO PLACA MLV-1659 E DUCATO PLACA MKC-2108 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, UTILIZADO NO TRANSPORTE DE PACIENTES. Data: 21/03/2016. Valor: R\$ 19.915,00. Petrolândia, 23 de março de 2016. Joel Longen – Prefeito Municipal.

CONTRATO 15 2016 - SHARK MÁQUINAS

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2016

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e a Empresa SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ: 06.224.121/0006-08. Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS. Data: 22/03/2016. Valor: R\$ 12.656,00. Petrolândia, 23 de março de 2016. Joel Longen – Prefeito Municipal.

PREGÃO ELETRÔNICO 01 2016 - MEDICAMENTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 10/2016 na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2016, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 08:30h no dia 06/04/2016, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151. Petrolândia, 23 de março de 2016. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

LEI ORDINÁRIA Nº 1883, DE 22 DE MARÇO DE 2016

LEI ORDINÁRIA Nº 1883, DE 22 DE MARÇO DE 2016

RECONHECE A RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR DANO MATERIAL CAUSADO A TERCEIRO E AUTORIZA O RESSARCIMENTO DOS PREJUÍZOS.

PEDRO RABUSKE, Vice Prefeito Municipal em exercício do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica reconhecida a responsabilidade civil do Município de Pinheiro Preto pelos danos materiais causados, em acidente de trânsito, no veículo motocicleta HONDA/CG 125 FAN, ano de fabricação 2007 e modelo 2008, placa MFY6178, de propriedade de ALGACIR TONETTA, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº 059.606.519-12, residente e domiciliado na Linha Colônia Muller, s/n, interior do Município de Pinheiro Preto – SC.

Art. 2º Autoriza o Município a ressarcir referidos danos no valor de R\$ 516,00 (quinhentos e dezesseis reais), na forma da Sindicância nº056/2015, parte integrante da presente lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação prevista no atual orçamento.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PEDRO RABUSKE
Vice Prefeito Municipal em Exercício

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 023/2016 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 023/2016
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 07/04/2016, licitação modalidade Pregão Presencial n. 023/2016, visando a contratação de empresa prestadora de serviços técnicos profissionais comuns na área elétrica, hidráulica, manutenções em geral. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇOS: 07/04/2016, cujo credenciamento ocorrerá até as 14:00, com abertura dos envelopes nesta mesma data, às 14:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 18 DE MARÇO DE 2016.

PEDRO RABUSKE
VICE-PREFEITO EM EXERCÍCIO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º: 087/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º: 087/2016

CONTRATO SERVIÇO DE RECICLAGEM, INDUSTRIALIZAÇÃO E DESTINO FINAL LIXO URBANO DOMICILIAR

Contrato de SERVIÇO DE RECICLAGEM, INDUSTRIALIZAÇÃO E DESTINO FINAL LIXO URBANO DOMICILIAR, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA autorizado através do Processo n. 020/2016, Licitação n. 001/2016, modalidade TOMADA DE PREÇOS, sujeitando-se as partes aos ditames do edital de licitação, da Lei 8.666/93 e das cláusulas do presente contrato.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ-MF nº. 76.323.633/0001-00
Endereço: Rua Saul Brandalise, 190 – 6º andar – Videira/SC
Representada por: VILMAR TESTOLIN.

O presente contrato rege-se pela Lei nº 8.666/93; pelas leis de proteção ambiental e pelas normas do Edital de Licitação nº 001/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços diários de reciclagem, industrialização e destino final do lixo domiciliar urbano, da cidade de Pinheiro Preto.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

A CONTRATADA obriga-se a fornecer, diariamente – exceção dos sábados e domingos – os serviços objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) devendo a despesa correr à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade Orçamentária 0204 SECRETARIA DE TRANSP. E URBANISMO
Projeto /Atividade 2053 MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PUBLICA
Elemento 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ até 31 de dezembro de 2016.

Parágrafo único. Havendo necessidade e interesse público, o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses, na forma que dispõe o inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na entrega do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, poderá o Município rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 % sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso calculado sobre o valor total do material com atraso, até o limite de 10 % (dez por cento);

4.1.3 - Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso, e não rescindindo o Contrato, se este atraso for repetido, O MUNICÍPIO aplicará multa em dobro.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de licitar, junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria Município, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Pinheiro Preto - SC.

4.2. DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 O Contrato de Fornecimento poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 Inobservância das especificações acordadas.

4.2.3 Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

4.2.4 Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas.

4.2.5 A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, de que trata o Art. 77 da Lei 8.666/93 e alterações da Lei 8.883.

4.2.6 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na compra, até 25 % (vinte e cinco por cento).

CLÁUSULA QUINTA - DOS ENCARGOS E DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Os valores devidos a título de encargos previdenciários, bem como o(s) tributo(s) incidente(s), serão retidos quando do pagamento do preço.

5.2. O contratado fica obrigado a manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital.

5.3. A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.4. Aplicar-se-á na execução do contrato, além das normas previstas na Lei 8.66/93, a Legislação que trata sobre o meio ambiente e reciclagem de lixo urbano domiciliar e lixo de serviço hospitalar.

5.5. A contratada fica totalmente responsável pela reciclagem/industrialização e destino final do lixo domiciliar urbano da cidade de Pinheiro Preto, responsabilizando-se perante os órgãos de preservação e proteção do meio ambiente.

5.6. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade pela fiscalização ou acompanhamento do órgão interessado.

5.7. A contratada ficará responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

5.8. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC 21 de março de 2016.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

| | |
|----------|----------|
| 1) | 2) |
| Nome: | Nome: |
| CPF: | CPF: |
| Cargo: | Cargo: |

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 085/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 085/2016.

Termo de Contrato REFERENTE A COLOCAÇÃO DE CORRIMÃO EM CEMITÉRIO E PRAÇA DO MUNICÍPIO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa ESQUADRIA E METALÚRGICA MENEGHEL LTDA ME, autorizado através do Processo nº 82/2016, Dispensa de Licitação nº. 0054/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: ESQUADRIA E METALÚRGICA MENEGHEL LTDA ME
CNPJ nº. 23.208.909/0001-35
Endereço: ROD SC 303, KM 16
PINHEIRO PRETO - SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A COLOCAÇÃO DE CORRIMÃO EM CEMITÉRIO E PRAÇA DO MUNICÍPIO, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o serviço no valor de R\$ 3.150,00 (Três mil cento e cinquenta reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão : PODER EXECUTIVO

Unidade Orçament.: SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Proj/Atividade...: MANUT. DOS SERVIÇOS DE UTILIDADES PÚBLICAS

Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto lícitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e

exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 21 de Março de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

VICE-PREFEITO EM EXERCÍCIO

CONTRATADA
ESQUADRIA E METELÚRGICA MENEGHEL LTDA ME

TESTEMUNHAS:

1) 2)
Nome: Nome:
CPF: CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 086/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 086/2016.

Termo de Contrato REFERENTE A REVISÃO EM VEÍCULO DOBLO PLACA MLZ-9143 DA SECRETARIA DE SAÚDE, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CARBONI VEÍCULOS LTDA, autorizado através do Processo nº 084/2016, Dispensa de Licitação nº. 0055/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: CARBONI VEÍCULOS LTDA

CNPJ n.º 83.525.386/0001-82

Endereço: ROD SC 355, PORTAL DAS VIDEIRAS
VIDEIRA -SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A REVISÃO EM VEÍCULO DOBLO PLACA MLZ-9143 DA SECRETARIA DE SAÚDE, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o serviço no valor de R\$ 1.597,39 (Um mil quinhentos e noventa e sete reais e trinta e nove centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão : PODER EXECUTIVO

Unidade Orçament.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj/Atividade....: MANUT. ATENÇÃO BÁSICA – PAB FIXO

Mod. Aplicação....: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o

contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além

da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 21 de Março de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
PEDRO RABUSKE
VICE-PREFEITO EM EXERCÍCIO

CONTRATADA
CARBONI VEÍCULOS LTDA

TESTEMUNHAS:

1) 2)
Nome: Nome:
CPF: CPF:

LEI ORDINÁRIA Nº 1.884, DE 22 DE MARÇO DE 2016

LEI ORDINÁRIA Nº 1.884, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

CONCEDE REPOSIÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, ATIVOS E INATIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Vice Prefeito Municipal em exercício de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, I, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 1.438, de 09 de setembro de 2010: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida, na forma que dispõe o art. 37, inciso X, da Constituição Federal de 1988, revisão geral anual para fins de conceder reposição de perda do poder aquisitivo nos vencimentos dos servidores públicos municipais e empregados públicos da Administração Direta e Indireta, ativos e inativos, incluídos os servidores públicos do quadro do Magistério Municipal, no percentual de 10,54 % (dez inteiros e cinquenta e quatro por cento).

§ 1º A reposição de que trata este artigo refere a recomposição da perda do poder aquisitivo ocorrida no período compreendido entre 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, calculada pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas.

§ 2º A presente lei abarca também os subsídios dos Conselheiros Tutelares.

Art. 3º Os vencimentos dos Servidores Públicos Municipais inferiores ao valor do Salário Mínimo Nacional, ficam reajustados a partir do dia 01º de janeiro de 2016, passando a R\$880,00 (oitocentos e oitenta reais).

I - Não se aplica o caput deste artigo aos Servidores Públicos com carga horária inferior a 40 horas semanais.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação prevista no orçamento atual.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de abril de 2016.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO- SC, 22 DE MARÇO DE 2016.

PEDRO RABUSKE
Vice PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

LEI ORDINÁRIA Nº 1.885 DE 22 DE MARÇO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 1.885 DE 22 DE MARÇO DE 2016.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR CONVÊNIO COM "ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ESPORTIVA E CULTURAL VINHEDO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Vice Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado a firmar convênio com a "Associação Beneficente Esportiva e Cultural Vinhedo", pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.466.453/0001-10, com sede na cidade em Pinheiro Preto - SC.

Art. 2º O Convênio tem por objeto estabelecer um regime de cooperação mútua entre os partícipes para o desenvolvimento de ações e serviços no âmbito do esporte amador, com ações voltadas à criança e adolescente na prática de esportes, principalmente no âmbito do futsal, voleibol e futebol, contribuindo com o desenvolvimento psicofísico e social de crianças e adolescentes do Município, Projeto "Escolinhas de Esportes".

Art. 3º Para fins do convênio, o Município repassará à Associação o valor de R\$ 36.113,41 (Trinta e seis mil, cento e treze reais, com quarenta e um centavo), em 09 (nove) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 4.012,60 (quatro mil e doze reais e sessenta centavo).

Parágrafo único. Além do repasse financeiro de que trata este artigo, o município fornecerá o material esportivo necessário ao desenvolvimento das ações, mediante autorização da CME e Secretaria Municipal da Educação, bem como disponibilizará a estrutura física necessária à prática dos esportes desenvolvidos.

Art. 4º Os recursos repassados serão depositados em conta

bancária específica e vinculada, e movimentados por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário.

Parágrafo único. A movimentação por cheques nominais, cruzados e individualizados por credor será admitida apenas quando não for possível a movimentação na forma do caput, devendo essa circunstância ser justificada na prestação de contas.

Art. 5º A conta bancária deve ser identificada com o nome da associação, acrescido da expressão "Contribuição" e do nome da unidade concedente.

Parágrafo único. O valor de que trata este artigo será repassado mensalmente, até o dia 10 de cada mês, mediante autorização da Secretaria da Educação, após certificado o cumprimento, pela Associação, das obrigações decorrentes do presente convênio.

Art. 6º A prestação de contas de referido auxílio financeiro dar-se-á de forma consolidada, no prazo máximo de 10 (dez) dias do repasse dos recursos.

Parágrafo único. A prestação de contas será composta de:

I – Balancete de prestação de contas, instruído com os documentos legais;

II – Extratos de movimentação bancária;

III – Certidões negativas de débitos federal, estadual e municipal;

IV – Certidão negativa de Débito Trabalhista – CNDT;

V – Certidão Negativa de Débito Previdenciário;

VI – Certidão Negativa do FGTS;

VII – Relação de Crianças e Adolescentes participantes do programa;

VIII – Certidão expedida pela Secretaria Municipal da Educação certificando o cumprimento, pela Associação, das obrigações decorrentes do presente convênio.

Art. 7º O Convênio vigorará pelo prazo de 9 (nove) meses, com início em 01 de abril de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art. 8º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da dotação orçamentária prevista no atual orçamento.

Art. 9º Integra a presente lei o Anexo I, contendo a minuta do Convênio, e Anexo II contendo o Projeto Escolinhas de Esportes.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 22 de março de 2016.

PEDRO RABUSKE
Vice Prefeito Municipal em Exercício

LEI ORDINÁRIA Nº 1.886, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 1.886, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE

PEDRO RABUSKE, Vice Prefeito Municipal em Exercício de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do ano 2016, em conformidade ao disposto no inciso II, do artigo 41, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais).

Artigo 2º - O crédito adicional especial definido no Artigo 1º terá a seguinte classificação orçamentária:

Unidade Orçamentária: 3001 – Fundo Municipal da Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 9 – Saúde com qualidade

Atividade: 2.65 – Manutenção Piso Fixo de Vigilância em Saúde

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00

Valor: R\$ 8.000,00

Fonte: 0306

Artigo 3º - Para cobertura do crédito adicional especial definido no artigo 1º serão utilizados no mesmo valor os recursos por conta do superávit financeiro do exercício anterior, na fonte 0306 – Vigilância em saúde - exercícios anteriores.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 22 DE MARÇO DE 2016.

PEDRO RABUSKE
Vice Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 149, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

PORTARIA Nº 149, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 018/2016 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

PEDRO RABUSKE, Vice-Prefeito em exercício do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 018/2016, modalidade Pregão Presencial, e adjudica o objeto licitado, Conserto/Revisão no veículo tipo ônibus, marca Mercedes Benz, modelo 1620 à empresa Retífica e Auto Peças Doca Eireli - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 12.870.611/0001-70, pelo preço total de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 22 DE MARÇO DE 2016.

PEDRO RABUSKE
Vice-Prefeito Municipal em exercício

Planalto Alegre

PREFEITURA

Decreto nº 4508/2016

DECRETO Nº 4508/2016, DE 26 DE JANEIRO DE 2016.

DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, REDUÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Municipal nº 0760/2015, etc;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais), para as dotações orçamentárias constantes do Anexo I deste Decreto:

Art. 2º. Os recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, serão anulados dentro das categorias de programação de despesa do orçamento vigente, no valor correspondente, nas dotações constantes do Anexo I deste decreto.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 26 de janeiro de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

Registre-se e Publique-se

ODIRLEI HANS

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

| ANEXO I | | | | | | | |
|-----------------------|---|----------------|-----------|---------|------------|----------------|---|
| DECRETO Nº 4508/2016 | | | | | | | |
| SUPLEMENTAÇÕES | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| Entidade: | PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE | | | | | | |
| Data da Suplementação | Mov. | Tipo Movimento | Valor R\$ | Despesa | Proj/Ativ. | Elemento | Recurso |
| 26/01/2016 | 1 | Adicionar | 7.000,00 | 27 | 2 | 44900000000000 | 1000 - Recursos Ordinários |
| 26/01/2016 | 2 | Subtrair | 7.000,00 | 25 | 2 | 31900000000000 | 1000 - Recursos Ordinários |
| 26/01/2016 | 1 | Adicionar | 20.000,00 | 82 | 2 | 33900000000000 | 1000 - Recursos Ordinários |
| 26/01/2016 | 2 | Subtrair | 20.000,00 | 79 | 2 | 31900000000000 | 1000 - Recursos Ordinários |
| 26/01/2016 | 1 | Adicionar | 10.000,00 | 80 | 2 | 31900000000000 | 1152 - PAIF - RECURSOS DO FNAS |
| 26/01/2016 | 2 | Subtrair | 10.000,00 | 89 | 2 | 44900000000000 | 1652 - ALTA INVESTIMENTO - TRANSF. RECURSOS SUAS |
| 26/01/2016 | 1 | Adicionar | 10.000,00 | 83 | 2 | 33900000000000 | 1052 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assi |
| 26/01/2016 | 2 | Subtrair | 10.000,00 | 89 | 2 | 44900000000000 | 1652 - ALTA INVESTIMENTO - TRANSF. RECURSOS SUAS |
| 26/01/2016 | 1 | Adicionar | 5.000,00 | 86 | 2 | 33900000000000 | 1352 - IGDE SUAS - RECURSOS DO FNAS |
| 26/01/2016 | 2 | Subtrair | 5.000,00 | 89 | 2 | 44900000000000 | 1652 - ALTA INVESTIMENTO - TRANSF. RECURSOS SUAS |
| TOTAL DA ENTIDADE | | | 52.000,00 | | | | |

ED_RP0102016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO DE EDITAL

Processo Adm. Nº. 010/2016

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E ATIVIDADES DIVERSAS.

Entrega dos Envelopes: 08:00hs. do dia 04 de Abril de 2016.

Abertura dos Envelopes: 08:00hs. do dia 04 de Abril de 2016.

O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site: www.planaltoalegre.sc.gov.br

PLANALTO ALEGRE, 23 de Março de 2016 .

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.066 DE 17 DE MARÇO DE 2016

DECRETO Nº 3.066 DE 17 DE MARÇO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015 DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, Art.10º e o Art.12º da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015, NA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2015, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 06.000 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Unidade Orçamentária: 06.001 – Secretaria de Administração e Fazenda

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2064 – Pagamento de Precatórios
Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03000000 – Recursos Ordinários R\$ 25.200,00

TOTAL: R\$ 25.200,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015 DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE

Art. 3º - Fica suplementado na importância de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2015, do Fundo Municipal da Saúde de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE
Unidade Orçamentária: 19.001 - Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 10.301.0060.1019 – Constr.Ref., Ampl.e Aquis. Terr.Unid. de Saúde

Elemento: 449000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03020000 - Rec.de Imp. e de Transf.de Imp. - Saúde R\$ 38.000,00
TOTAL R\$ 38.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 17 de março de 2016.

ROLF NICOLODELLI

MÔNICA SUSAN ZIMMER

Prefeito Municipal

Secretária de Gestão Admin. e Faz.

DECRETO Nº 3.068 DE 22 DE MARÇO DE 2016

DECRETO Nº 3.068 DE 22 DE MARÇO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE, POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, Art.10º e o Art.12º da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 10.788,82 (dez mil, setecentos e oitenta e oito reais e oitenta e dois centavos) por fonte de recurso do excesso de arrecadação da Unidade Gestora Fundo Municipal da Saúde de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item I Art. 12 da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item, II da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE

Unidade Orçamentária: 19.001 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 - Manut.da Secr.de Saúde Recursos SUS

Elemento: 339000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380307 - MAC Federal (APAE) R\$ 10.788,82

TOTAL R\$ 10.788,82

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 22 de março de 2016.

ROLF NICOLODELLI

MÔNICA SUSAN ZIMMER

Prefeito Municipal

Secretária de Gestão Admin. e Faz.

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 002 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 002 / 2016

Processo Administrativo n.º 009 / 2016.

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, ZERO QUILOMETRO, NA COR BRANCA, CONFORME DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS, PARA COMPOR A FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC.

Entrega dos envelopes: Até as 14:00 horas do dia 07/04/2016.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 14:00 horas do dia 07/04/2016.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro

– Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode / SC, 22 de Março de 2016.

WALTRAUD HINKELDEY

Secretária Municipal de Saúde

LEI COMPLEMENTAR Nº 294, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

LEI COMPLEMENTAR Nº 294, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS SEM PARIDADE MANTIDOS E PAGOS PELO FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE POMERODE - FAP, A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2016.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os benefícios mantidos e pagos pelo Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos do Município de Pomerode - FAP, concedidos com base no art. 40, § 1º, incisos I, II e inciso III, alíneas "a" e "b", e § 7º, incisos I e II da Constituição Federal; e artigo 2º da Emenda Constitucional nº 41/03, serão reajustados, a partir de 1º de janeiro de 2016, em 11,27 % (onze vírgula vinte e sete por cento), para os aposentados até janeiro de 2015.

Parágrafo Único: Para os benefícios concedidos pelo FAP a partir de fevereiro de 2015, o reajuste nos termos do caput dar-se-á de acordo com os percentuais indicados no Anexo Único da presente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 1º de janeiro de 2016.

Município de Pomerode, 23 de março de 2016.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 295, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

LEI COMPLEMENTAR Nº 295, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE REAJUSTE AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a título de reajuste geral das remunerações dos servidores públicos do Município, suas Autarquias e Fundações, o percentual de 11,07 % (onze vírgula zero sete por cento), sendo 7% (sete por cento) aplicados no mês de março de 2016 e 4,07% (quatro vírgula zero sete por cento) aplicados no mês de agosto de 2016.

§ 1º O índice de reajuste de que trata este artigo estende-se aos proventos dos servidores inativos que possuem paridade alcançada pela Emenda Constitucional nº 20/1998.

§ 2º O reajuste correspondente de 11,07% (onze vírgula zero sete por cento), refere-se ao índice do INPC/IBGE acumulado no período de março de 2015 a fevereiro de 2016.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a título de reajuste geral dos subsídios dos agentes políticos no índice e termos fixado no caput do artigo 1º.

Art. 3º É fixado em R\$ 210,00 (duzentos e dez reais) mensais, o valor do auxílio alimentação concedido aos servidores ativos do Poder Executivo, suas autarquias e fundações incidindo no mês de março de 2016.

Art. 4º É fixado em R\$ 110,00 (cento e dez reais) o valor do auxílio-transporte concedido aos servidores ativos do Poder Executivo, suas autarquias e fundações incidindo no mês de março de 2016.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de março de 2016.

Município de Pomerode, 23 de março de 2016.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 181/2016

DECRETO Nº 181/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.
"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:
CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 002/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. GILDA ALBINO DE ABREU BERTUZZI, portadora do RG n. 1.787.344 e do CPF n. 919.069.549-68, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.
Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2016.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 182/2016

DECRETO Nº 182/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.
"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:
CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 002/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. CAMILA DOS SANTOS DIAS, portadora do RG n. 6.117.077 e do CPF n. 104.328.109-60, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.
Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2016.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 183/2016

DECRETO Nº 183/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.
"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:
CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 002/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. GIZELI ALVES DE LIMA, portadora do RG n. 5.716.076 e do CPF n. 079.674.989-25, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.
Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2016.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 184/2016

DECRETO Nº 184/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.
"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:
CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 002/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. MARA REGINA BATISTA DA SILVA COPPINI, portadora do RG n. 17846196 e do CPF n. 573.615.179-00, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.
Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2016.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 185/2016

DECRETO Nº 185/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 002/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. LUCINEIA DE OLIVEIRA BOENO VICENSI, portadora do RG n. 5.373.677 e do CPF n. 072.805.679-83, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 186/2016

DECRETO Nº 186/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 002/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. PATRICIA APARECIDA ALVES DOS SANTOS, portadora do RG n. 4.036.559 e do CPF n. 005.385.059-90, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 187/2016

DECRETO Nº 187/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. MIRIAN TESSARO, matrícula 6245, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 12 de fevereiro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 188/2016

DECRETO Nº 188/2016, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 002/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. MIRIAN TESSARO, portadora do RG n. 4.030.083 e do CPF n. 008.015.219-80, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 30:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 320/2016

DECRETO Nº 320/2016, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

“DECLARA PONTO FACULTATIVO, CONFORME ESPECIFICA”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado Ponto Facultativo no Município de Ponte Serrada, no dia 24 de março de 2016 (quinta feira), dia de início dos atos religiosos da Semana Santa.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE MARÇO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 894/2016

DECRETO Nº 894, de 18 de março de 2016.

Estabelece medidas administrativas para a recondução da Despesa com Pessoal ao limite legal no âmbito dos órgãos do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, com fundamento no disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como, os Secretários Municipais que abaixo subscrevem,

CONSIDERANDO que a atual situação econômica e financeira do país está restringindo a atividade econômica em geral, bem como os orçamentos dos Poderes Públicos;

CONSIDERANDO que os efeitos negativos desta situação no orçamento do Município de Porto União, influenciaram na queda abrupta nos repasses do ICMS e do FPM, bem como queda de arrecadação dos tributos municipais;

CONSIDERANDO a necessidade do equilíbrio das contas públicas e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas;

CONSIDERANDO o comportamento das receitas do Município observadas até a presente data e as projeções para os próximos meses;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar as despesas à programação financeira de entrada de receitas para o corrente ano;

CONSIDERANDO que as medidas serão de fundamental importância para adequação à nova realidade financeira e orçamentária do Município para atingir os objetivos previstos no presente ato;

CONSIDERANDO o limite de comprometimento com pessoal, conforme determina a Lei Complementar 101/2000 (LRF), alínea b, inciso III do art. 20 e parágrafo único do art. 22 da mesma Lei, que há a necessidade premente de redução de custos com a folha;

CONSIDERANDO o disposto no inciso I, § 3º do Artigo 169 da Constituição Federal que determina a redução em pelo menos 20% (vinte por cento) das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

CONSIDERANDO que as medidas contidas nesse ato visam salvaguardar o recebimento de Transferências Voluntárias junto aos Governos Estadual e Federal;

CONSIDERANDO que as medidas adotadas para a redução de despesas no último quadrimestre de 2015 e primeiro bimestre do ano de 2016 não resultaram em reflexos consideráveis;

CONSIDERANDO parecer contábil e financeiro anexo;

CONSIDERANDO o índice do Anexo I – Demonstrativo da Despesa com Pessoal, do Relatório da Gestão Fiscal da Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO que as medidas de austeridade tomadas no

presente Decreto visam garantir a qualidade e a continuidade dos serviços públicos prestados em Porto União, mas priorizando e preservando os investimentos na saúde e educação,

DECRETA:

Art. 1º Visando reduzir as despesas do Município, bem como reconduzir o limite prudencial aos limites estabelecidos na alínea b, inciso III do art. 20 e parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101/00, estão vedados partir da publicação deste Decreto, até disposição em contrário:

I- concessão de horas-extras a qualquer título, salvo para aquelas atividades imprescindíveis para a execução dos serviços públicos essenciais, não podendo ultrapassar 25 (vinte e cinco) horas-extras mês;

II- excepcionalizam-se do presente caso os servidores que desempenham atividades na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. As eventuais horas extraordinárias realizadas até a presente data por servidores em atividades excedentes, de excepcional interesse público, terão sua compensação com as dispensas autorizadas por este Decreto, tornando-se nulas para requerimentos posteriores.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 18 de março de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 024/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 045/2016

Extrato de Edital de Pregão Presencial 024/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para Contratação de Serviços Gráficos. O recebimento dos envelopes se dará até às 16h00min do dia 06 de abril de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 16h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitateportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 22 de março de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 025/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 046/2016
Extrato de Edital de Pregão Presencial 025/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de botinas para uso dos funcionários da Prefeitura Municipal de Porto União. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 08 de abril de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 22 de março de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 010/2016

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 047/2016
Dispensa de Licitação n.º 010/2016

Caracterização da Situação: O município necessita contratar serviços de acesso à internet, para a sede da Prefeitura Municipal de Porto União, UBS Bela Vista, CEO Centro de Especialidades Odontológicas, Vigilância Sanitária, Ambiental e Epidemiológica, CAPS I, UBS SÃO PEDRO, uma vez que em 02/09/2015 aconteceria a sessão do processo licitatório 123/2015 - CARONA para contratação de empresas para instalação de internet nos referidos pontos, porém não houve interessados em cotar os pontos e a mesma deu-se deserta.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é a contratação de empresa para fornecer o serviço de acesso à internet com as seguintes características:

- Sede da Prefeitura Municipal de Porto União, com velocidade de 40 MB comercial;
- UBS Bela Vista, CEO – Centro de Especialidades Odontológicas, Vigilância Sanitária, Ambiental e Epidemiológica, CAPS I E UBS São Pedro com velocidade de 4 MB semi dedicado.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Toque Telecomunicações Ltda - ME, inscrita no CNPJ 10.501.209/0001-92, visto que foi a que demonstrou interesse em atendimento aos pontos solicitados.

Do Preço: Será efetuado o pagamento mensal no valor de R\$ 199,90 (cento e noventa e nove reais e noventa centavos) referente ao ponto da Sede da Prefeitura com velocidade de 40 MB Comercial e o pagamento mensal de R\$ 312,00 (trezentos e doze reais) por ponto, referente as instalações na UBS Bela Vista, CEO – Centro de Especialidades Odontológicas, Vigilância Sanitária, Ambiental e Epidemiológica, CAPS I E UBS São Pedro com velocidade de 4 MB semi dedicado.

Do Período de Contratação: Será contratado pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser renovado com base na Lei 8.666/93. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 0200 – Poder Executivo de Porto União
Unidade 0204 – Secretaria Municipal Administração e Esporte
Atividade 2005 – Manutenção Secretaria de Administração
Modalidade 3390-100 – Aplicações diretas
Cód. 12

Unidade 0213 - Fundo Municipal de Saúde
Atividade 2106 – Média e Alta Complexidade
Modalidade 3390-169 – Aplicações diretas
Cód. 183

Modalidade 3390-170 – Aplicações diretas
Cód. 184

Atividade 2107 – Vigilância em Saúde
Modalidade 3390-170 – Aplicações diretas
Cód. 191

Complemento 33903958 – Serviços de Telecomunicações

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso V da Lei 8.666/93, já que restou evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.

Porto União, 22 de março de 2016.
VANESSA NALON DOS SANTOS
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Decreto 861/2016

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001/2016 - EDUCAÇÃO

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 006/2016 - EDUCAÇÃO
Inexigibilidade de Licitação n.º 001/2016

Caracterização da Situação: O Município necessita adquirir passagens para os funcionários, estagiários, professores e alunos da rede de Ensino do município de Porto União por 12 (doze) meses referente a linha Jangada do Sul /União da Vitória – União da Vitória /Jangada do Sul.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, o fornecimento passagens para os funcionários, estagiários, professores e alunos da rede de Ensino do município de Porto União referente a linha Jangada do Sul /União da Vitória – União da Vitória /Jangada do Sul, por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, se houver interesse entre as partes.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Expresso Princesa dos Campos inscrita no CNPJ 80.227.796/0001-59 em razão que esta é a detentora da concessão rodoviária desta linha ora contratada.

Do Preço: O valor total estimado a ser pago será de R\$ 10.976,00 (dez mil novecentos e setenta e seis reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 1700 – Fundo Municipal de Educação
Unidade 1701 – Fundo Municipal de Educação
Atividade 2010 – Manutenção Ensino Fundamental
Modalidade 3390-100 – Aplicações diretas
Cód. 21

Atividade 2009 – Manutenção Educação Infantil
Modalidade 3390-100 – Aplicações diretas
Cód. 39

Complemento 33903972 – Vale transporte

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 25 caput inciso I, da Lei 8.666/93, já que restou evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.

Porto União, 22 de março de 2016.
VANESSA NALON DOS SANTOS
Presidente da Comissão de Licitação
Decreto 861/2016

PORTARIA N.º 094/2016 - RH

PORTARIA Nº 094, de 08 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Artigo 8º da Lei Municipal 4.129 de 24 de abril de 2013 que dá nova redação à Lei Municipal nº 3.509 de 16 de setembro de 2008;

CONSIDERANDO a Resolução 003/2013 do Conselho Municipal de Educação de Porto União, que regulamenta o processo eleitoral para escolha de Diretor das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO a Licença Para Tratar de Interesses Particulares concedida à servidora Tatiane Gulecz através da Portaria nº 070, de 22 de fevereiro de 2016.

CONSIDERANDO o pedido de retorno às atividades, feito pela servidora em 07 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a servidora efetiva Tatiane Gulecz, para desempenhar as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR - Núcleo de Educação Infantil Castelo Encantado, até 31 de dezembro de 2016, em razão do resultado do processo eleitoral realizado no mês de outubro de 2013.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de Diretor de Escola, à servidora acima mencionada, de acordo com o Art. 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 07 de março de 2016.

Porto União - SC, em 08 de março de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 095/2016 - RH

PORTARIA Nº 095, de 14 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER A QUITAÇÃO da Licença Prêmio, de 60 (sessenta) dias consecutivos, usufruídos a partir de 11 de fevereiro de 2016, referente ao período aquisitivo de abril de 2007 a abril de 2012, do servidor Carlos Henrique Serrer, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Leves.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 14 de março de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Rio das Antas

PREFEITURA

AVISO DE PP Nº 0014/2016 - PMRA

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0014/2016 – PMRA REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0019/2016 - PMRA na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº 0014/2016 - PMRA, tendo como Objeto: Estimativa referente fornecimento de almoço (MARMITAS) para os servidores públicos municipais que atuam na Secretaria Municipal de Obras e Serviços, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e em outros setores da administração Municipal, caso seja necessário. Será fornecido marmita apenas para os servidores em trabalhos que impossibilitem o deslocamento ao meio dia a suas casas, onde permanecem o dia inteiro. Conforme edital completo. O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 05/04/2016, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia. TIPO: Menor Preço Unitário. RETIRADA DO EDITAL: Setor de licitações, de Segunda a Sexta, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 15:30 horas ou pelo email: licita@riodasantas.sc.gov.br, sem custo. Mediante pré cadastro. BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e alterações, LC 123/06, e demais legislação vigente para o objeto. DEMAIS INFORMAÇÕES: Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22. Rio das Antas (SC), 22 de Março de 2016./Alcir José Bodane-se-Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 5193, DE 14 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO Nº 5193, de 14 de março de 2016.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2016 FMS, DE 10.03.2016".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5043/2015, de 01 de dezembro de 2015, o resultado do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 005/2016 DE 10.03.16 FMS, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- DIMAS DE MELO PIMENTA S/A.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

14 de março de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 5193/2016

Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 05/2016 FMS, DE 10.03.2016.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TERMINAIS PARA SISTEMA DE ACESSO ELETRÔNICO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Participante:

- DIMAS DE MELO PIMENTA S/A.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

- DIMAS DE MELO PIMENTA S/A.

DISPENSA DE LICITAÇÕES 025/2016

DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 025/2016

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE PONTE EM CONCRETO NA RUA ALFREDO VIEBRANTZ NO BAIRRO FUNDO CANOAS. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO.

Valor: R\$ 35.785,00 (trinta cinco mil setecentos oitenta cinco reais).

Contratada: Manturi Pré Fabricados Ltda.

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso IV da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Rio do Sul, 21 de março de 2016
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Portaria nº 0350/2016

PORTARIA Nº 0350/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-funeral, a ROSELI FERREIRA, (Protocolo 158545/2016), em virtude do falecimento ocorrido no dia 10/03/2016, do servidor público municipal inativo, JOÃO FERREIRA, conforme Certidão de óbito Nº 0017453 95, de acordo com o Art. 275, da Lei Complementar nº. 309/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de março de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Apmf

PORTARIA Nº 0353/RH

PORTARIA N. 0353/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013, RESOLVE:

Art.1º. Conceder, a servidora MAQUELI PEREIRA GORGES, matrícula n. 100048-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem, Auxílio Escolar na forma de bolsa de estudo para frequentar curso de Graduação em Serviço Social, com fundamento ao disposto nos Arts. 72 ao 82, da Lei Complementar n. 309/2015.

Art. 2º. O prazo de duração do Auxílio Escolar na modalidade de Bolsa de Estudos será concedido durante a vigência do curso, não podendo exceder a 48 (quarenta e oito) meses.

Art. 3º. A continuidade do auxílio ora concedido fica condicionado ao atendimento das disposições contidas nos Arts. 81 e 82.

Art. 4º. O Auxílio será concedido a partir do mês de fevereiro de 2016, condicionado às exigências do texto legal.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de março de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PREGÃO PRESENCIAL 013/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016

OBJETO: Aquisição de cestas básicas para atender pessoal do PEAD lotados na Secretaria de Educação.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 05/04/2016, às 11:00h., no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 11:30h. do dia 05/04/2016, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Licitações.

Rio do Sul (SC), 22 de março de 2016.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

REGINA GARCIA FERREIRA
Secretário de Educação

PREGÃO PRESENCIAL 017/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2016

OBJETO: Registro de preço para eventual aquisição parcelada de material britado para manutenção de vias públicas – Secretaria de Obras

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 06/04/2016, às 12:00h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 12:30h do dia 06/04/2016, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 22 de março de 2016
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

JEAN DOUGLAS SENEM
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - KATIA GREICE TAMBOSETTI MERIZ

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) KATIA GREICE TAMBOSETTI MERIZ, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) através da Portaria n. 0285/RH de 14/03/2016, publicada em 22/03/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

| Nome do Cargo | Exames necessários |
|-----------------------|---|
| Professor Pedagogo | 1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA. |

Rio do Sul, 22 de março de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - ADRIANA LUNCEK RAMOS
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ADRIANA LUNCEK RAMOS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0336/RH de 17/03/2016, publicada em 22/03/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

| Nome do Cargo | Exames necessários |
|-----------------|--|
| Todos os cargos | 1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO. |

Rio do Sul, 22 de março de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - ADULL SIMÃO FALCHETTI
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ADULL SIMÃO FALCHETTI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO - PNE).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0335/RH de 17/03/2016, publicada em 22/03/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

| Nome do Cargo | Exames necessários |
|-----------------|--|
| Todos os cargos | 1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO. |

Rio do Sul, 22 de março de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - ALEXANDRA PEREIRA LEMOS

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ALEXANDRA PEREIRA LEMOS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0338/RH de 17/03/2016, publicada em 22/03/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

| Nome do Cargo | Exames necessários |
|-----------------|--|
| Todos os cargos | 1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO. |

Rio do Sul, 22 de março de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - ANA CLAUDIA SILVESTRIN

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ANA CLAUDIA SILVESTRIN, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0305/

RH de 15/03/2016, publicada em 22/03/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

| Nome do Cargo | Exames necessários |
|-----------------|--|
| Todos os cargos | 1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO. |

Rio do Sul, 22 de março de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - ANA PAULA BLEYER EBERHARDT

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ANA PAULA BLEYER EBERHARDT, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0294/RH de 14/03/2016, publicada em 22/03/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo

relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.

3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

| Nome do Cargo | Exames necessários |
|-----------------|--|
| Todos os cargos | 1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO. |

Rio do Sul, 22 de março de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - DIONISIO FLORIANO

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) DIONISIO FLORIANO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0295/RH de 14/03/2016, publicada em 22/03/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

| Nome do Cargo | Exames necessários |
|---------------|--------------------|
|---------------|--------------------|

| | |
|-----------------|--|
| Todos os cargos | 1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO. |
|-----------------|--|

Rio do Sul, 22 de março de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - EMANUELA DOLZAN

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) EMANUELA DOLZAN, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0302/RH de 15/03/2016, publicada em 22/03/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

| Nome do Cargo | Exames necessários |
|-----------------|--|
| Todos os cargos | 1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO. |

Rio do Sul, 22 de março de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - EVANDRO CARLOS WETZSTEIN
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) EVANDRO CARLOS WETZSTEIN, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0292/ RH de 14/03/2016, publicada em 22/03/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

| Nome do Cargo | Exames necessários |
|-----------------|--|
| Todos os cargos | 1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO. |

Rio do Sul, 22 de março de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - FERNANDA DA SILVA LIS

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) FERNANDA DA SILVA LIS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0329/ RH de 17/03/2016, publicada em 22/03/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

| Nome do Cargo | Exames necessários |
|-----------------|--|
| Todos os cargos | 1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO. |

Rio do Sul, 22 de março de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - FRANIELE LIPPEL

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) FRANIELE LIPPEL, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0327/RH de 17/03/2016, publicada em 22/03/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

| Nome do Cargo | Exames necessários |
|-----------------|--|
| Todos os cargos | 1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO. |

Rio do Sul, 22 de março de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - GABRIEL KRACHESKI

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) GABRIEL KRACHESKI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores.

(Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0301/RH de 15/03/2016, publicada em 22/03/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

| Nome do Cargo | Exames necessários |
|-----------------|--|
| Todos os cargos | 1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO. |

Rio do Sul, 22 de março de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - JAELENE CORREIA DA COSTA

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) JAELENE CORREIA DA COSTA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0328/RH de 17/03/2016, publicada em 22/03/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.

2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.

3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

| Nome do Cargo | Exames necessários |
|-----------------|--|
| Todos os cargos | 1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO. |

Rio do Sul, 22 de março de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - LISIANE ANDERSON FRANÇA

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) LISIANE ANDERSON FRANÇA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0291/RH de 14/03/2016, publicada em 22/03/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.

2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.

3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver

com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

| Nome do Cargo | Exames necessários |
|-----------------|--|
| Todos os cargos | 1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO. |

Rio do Sul, 22 de março de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - MORGANA MILAN

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MORGANA MILAN, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0293/RH de 14/03/2016, publicada em 22/03/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.

2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.

3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

| Nome do Cargo | Exames necessários |
|-----------------|--|
| Todos os cargos | 1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO. |

Rio do Sul, 22 de março de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - ODIRLEI FARINEA
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ODIRLEI FARINEA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0289/RH de 14/03/2016, publicada em 22/03/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

| Nome do Cargo | Exames necessários |
|-----------------|--|
| Todos os cargos | 1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO. |

Rio do Sul, 22 de março de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - PABLO VINICIUS SMANIOTO
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) PABLO VINICIUS SMANIOTO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0326/RH de 17/03/2016, publicada em 22/03/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

| Nome do Cargo | Exames necessários |
|-----------------|--|
| Todos os cargos | 1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO. |

Rio do Sul, 22 de março de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - PRISCILA NICOLLADELLI

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) PRISCILA NICOLLADELLI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de PSICÓLOGO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0286/RH de 14/03/2016, publicada em 22/03/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

| Nome do Cargo | Exames necessários |
|-----------------|--|
| Todos os cargos | 1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO. |

Rio do Sul, 22 de março de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - RAFAEL PACHER

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) RAFAEL PACHER, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores.

(Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0300/RH de 14/03/2016, publicada em 22/03/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

| Nome do Cargo | Exames necessários |
|-----------------|--|
| Todos os cargos | 1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO. |

Rio do Sul, 22 de março de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - RICARDO DOS SANTOS NOLLI

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) RICARDO DOS SANTOS NOLLI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0303/RH de 15/03/2016, publicada em 22/03/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

| Nome do Cargo | Exames necessários |
|-----------------|--|
| Todos os cargos | 1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO. |

Rio do Sul, 22 de março de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - RODRIGO DOLZAN

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) RODRIGO DOLZAN, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a, para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0337/RH de 17/03/2016, publicada em 22/03/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de

nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

| Nome do Cargo | Exames necessários |
|-----------------|--|
| Todos os cargos | 1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO. |

Rio do Sul, 22 de março de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - SCHEILA STUPP

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) SCHEILA STUPP, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a, para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0284/RH de 14/03/2016, publicada em 22/03/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

| Nome do Cargo | Exames necessários |
|-----------------|--|
| Todos os cargos | 1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO. |

Rio do Sul, 22 de março de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - VANESSA EYERKAUFER
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) VANESSA EYERKAUFER, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0290/RH de 14/03/2016, publicada em 22/03/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

| Nome do Cargo | Exames necessários |
|-----------------|--|
| Todos os cargos | 1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO. |

Rio do Sul, 22 de março de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - VILMA APARECIDA DE LIMA
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) VILMA APARECIDA DE LIMA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0296/RH de 14/03/2016, publicada em 22/03/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

| Nome do Cargo | Exames necessários |
|-----------------|--|
| Todos os cargos | 1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO. |

Rio do Sul, 22 de março de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - ZULEICA METZGER**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) ZULEICA METZGER, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0330/RH de 17/03/2016, publicada em 22/03/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

| Nome do Cargo | Exames necessários |
|-----------------|---|
| Todos os cargos | 1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO. |

Rio do Sul, 22 de março de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Salto Veloso

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 05, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

PORTARIA Nº. 05, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO.

PEDRO SEZI SILVA, PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Municipal nº 573/91, alterada pela Lei Municipal nº 1345/2009,

RESOLVE:

Art. 1º. - Alterar membros do Conselho Municipal de Saúde do Município de Salto Veloso, nomeados pela Portaria nº 10 de 04 de agosto de 2014, que ficará assim composto:

1 – REPRESENTANTES DO GRUPO DE USUÁRIOS**1.1 – SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS**

Titular: JOSÉ CASANOVA

Suplente: SÉRGIO VERONA

1.2 – GRUPO DA TERCEIRA IDADE

Titular: EDITH VIVAN DE BORTOLI

Suplente: LOIRAS COMUNELLO ROSSI

1.3 – ASSOCIAÇÃO DE MULHERES

Titular: IRACEMA RECH

Suplente: ISABEL ABATTI VUELMA

1.4 – APAE

Titular: EDERSON ANTÔNIO BARBOZA

Suplente: IRACEMA PASCOAL FAVERO

1.5 – ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS

Titular: LUIS MOREIRA

Suplente: VILSON MORANDO

1.6 - PASTORAL DA SAÚDE

Titular: OLINDO MACARI

Suplente: MARIA GIACOMINI

2 – REPRESENTANTE DO GRUPO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE:**2.1 – EMPRESAS PRIVADAS DA ÁREA DE SAÚDE**

Titular: CAMILO BACKES

Suplente: EMANOELA DOS SANTOS

2.2 – HOSPITAL SANTA JULIANA

Titular: DANIELLY MAGNABOSCO

Suplente: MICHELE REGINA OLIVO MÜLLER

2.3 – UNIDADE DE SAÚDE LOCAL

Titular: MARINA HARTCOPH

Suplente: CLAUDETE BRUNETTA NEZZI

3 – REPRESENTANTE DO GRUPO DE GESTORES**3.1 – PODER EXECUTIVO**

Titular: ORLANDO ABATTI

Suplente: DÉBORA BARONCHELLO

3.2 – SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular: ANDRÉIA LEITE DE GODOY VITTI

Suplente: KATIANI GUARACI DE MORAIS DOS SANTOS

3.3 – SECRETÁRIO DE SAÚDE

Titular: RUDIMAR CORNELLI

Suplente: JULIANA SCOLARO

Art. 2º Para fins de contagem do prazo de 2 (dois) anos da nomeação dos conselheiros, será considerado a data de 04 de agosto de 2014 constante no Portaria nº. 010/2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 05 de maio de 2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 22 de março de 2016.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em exercício

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário de Administração e Finanças

Santa Cecília

PREFEITURA

01/2016

AVISO DE SUSPENSÃO DO
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2016

Em face da instauração de Procedimento Investigatório Criminal pelo Ministério Público do Estado, cujos autos tramitam na Vara Única da Comarca de Santa Cecília - SC., em segredo de justiça, procedimento que diz respeito à possíveis ilegalidades do referido concurso, COMUNICAMOS a todos os interessados que o Concurso Público aberto através do Edital nº 01/2016 está SUSPENSO TEMPORARIAMENTE, na fase em que se encontra.

Após a conclusão das investigações haverá decisão administrativa acerca das medidas adequadas, o que será publicado oportunamente pelos meios de que dispõe o Município.

Santa Cecília, 21 de março de 2016.
DOMINGOS SCARIOT JÚNIOR
Prefeito Municipal

1037

DECRETO Nº 1037 DE 18 DE MARÇO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DO ANDAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016, NA FASE EM QUE SE ENCONTRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Artigo 103, Inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e, CONSIDERANDO:

1 - A instauração de Procedimento Investigatório Criminal pelo Ministério Público do Estado, cujos autos tramitam na Vara Única da Comarca de Santa Cecília - SC., em segredo de justiça, procedimento que diz respeito à possíveis ilegalidades no Concurso Público n. 01/2016;

2 - Que as investigações se encontram em andamento,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suspenso o andamento do concurso público n. 01/2016, em sua fase atual, até a conclusão do procedimento investigatório criminal instaurado pelo Ministério Público Estadual para a apuração de possíveis ilegalidades havidas no referido procedimento.

Art. 2º - Deverão ser os interessados imediatamente informados dos termos deste Decreto, pelos meios de comunicação disponíveis.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando eventuais disposições contrárias.

Santa Cecília, 18 de março de 2016.
DOMINGOS SCARIOT JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 016, DE 27 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO Nº 016, DE 27 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre o horário de expediente dos órgãos e serviços da Prefeitura Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 52, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º A partir do dia 21 de março do corrente ano, o expediente dos órgãos e serviços da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, obedecerão aos seguintes horários:

Das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30 horas

- Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, e
- Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos.
- Secretaria da Administração e Finanças,
- Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, e
- Secretaria da Saúde e Bem Estar Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 22 de março de 2016.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

WILFRIED HEMMER

Secretário da Administração e Finanças

Santiago do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 112/2016 – DE 15 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO Nº 112/2016 – DE 15 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº 806/2015, de 08 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº 806/2015 de 08/12/2015, no valor de R\$ 2.300,00 (Dois mil e trezentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes
Função: 12 – Educação
Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA
Ação: 2.013 – Manut. Atividades da Educação Cultura e Esportes
Atividade: 2.013 – Manut. Atividades da Educação Cultura e Esportes
Na Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00 – Aplicações Diretas R\$ 2.300,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 15 de Março de 2016.

Registrado e Publicado em data supra. VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal
Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº 113/2016 – DE 15 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO Nº 113/2016 – DE 15 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde – FMS e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº 806/2015, de 08 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº 806/2015 de 08/12/2015, no valor de R\$ 30.700,00 (Trinta mil e setecentos reais), conforme

discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde - FMS
Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS
Função: 10 – Saúde
Sub-Função: 301 – Atenção Básica
Programa: 0014 – SAÚDE COM QUALIDADE
Ação: 2.028 – Manut. Atividades Unidade Sanitária
Atividade: 2.028 – Manut. Atividades Unidade Sanitária
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.38– Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.3.38– Aplicações Diretas R\$ 2.700,00

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde - FMS
Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS
Função: 10 – Saúde
Sub-Função: 301 – Atenção Básica
Programa: 0014 – SAÚDE COM QUALIDADE
Ação: 2.032 – Manut. Atividades Saúde Bucal
Atividade: 2.032 – Manut. Atividades Saúde Bucal
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.38– Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, para a ação/atividade 2.028 serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.38 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União - Programa de Assistência Farmacêutica Básica, disponível na Conta Corrente BB-25.806-7, no valor de R\$ 15.000,00; Programa QFAR – Básico Assistência Farmacêutica - Bloco Investimento, disponível na Conta Corrente BB- 29.961-8, no valor de R\$ 1.200,00 e Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade – PMAQ, disponível na Conta Corrente BB-25.807-5, no valor de R\$ 1.500,00; e para a ação/atividade 2.032 serão provenientes da utilização dos recursos do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade – PMAQ, disponível na Conta Corrente BB-25.807-5, no valor de R\$ 13.000,00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 15 de Março de 2016.

Registrado e Publicado em data supra. VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal
Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº 114/2016 – DE 15 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO Nº 114/2016 – DE 15 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde – FMS e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do

Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº 806/2015, de 08 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº 806/2015 de 08/12/2015, no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde - FMS
Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS
Função: 10 – Saúde
Sub-Função: 301 – Atenção Básica
Programa: 0014 – SAÚDE COM QUALIDADE
Ação: 2.028 – Manut. Atividades Unidade Sanitária
Atividade: 2.028 – Manut. Atividades Unidade Sanitária
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.02– Aplicações Diretas
..... R\$ 1.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 15 de Março de 2016.

Registrado e Publicado em data supra. VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal
Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº 115/2016 – DE 16 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO Nº 115/2016 – DE 16 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado pela Lei Municipal Nº811/2015, de 18 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº806/2015 de 08/12/2015, no valor de R\$ 3.000,00 (Três milreais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 06.00 – SECR. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 06.01 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Função: 15 – Urbanismo
Sub-Função: 452 – Serviços Urbanos
Programa: 0021 – SANTIAGO - VIVER MELHOR
Ação: 2.050 – Convênio SSP/Polícia Militar e Transito
Atividade: 2.050 – Convênio SSP/Polícia Militar e Transito
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00–Aplicações Diretas
..... R\$ 3.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores – Convênio Radiopatrulha.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 16 de Março de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

PORTARIA Nº042/2016 - DE 14 DE MARÇO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº042/2016 - DE 14 DE MARÇO DE 2016.

Concede falta justificada por motivo de Nascimento de filho ao Servidor TIAGO DE PARIS e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Inciso III, do Artigo 77 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FALTA JUSTIFICADA POR MOTIVO DE NASCIMENTO DE FILHO ao servidor Público TIAGO DE PARIS, ocupante do Cargo de TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, Lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 05 (Cinco) Dias Consecutivos, a contar do dia 14 de março de 2016 a 18 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 14 de março de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec.Administração

PORTARIA Nº043/2016 - DE 14 DE MARÇO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº043/2016 - DE 14 DE MARÇO DE 2016.

Complementa Férias Interrompidas do Servidor Público Municipal ITACIR TREVISOL e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 68, da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º COMPLEMENTAR AS FÉRIAS INTERROMPIDAS do Servidor Público Municipal ITACIR TREVISO, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS I, Lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a partir do dia 16 de março de 2016 a 14 de abril de 2016.

Parágrafo Único. Fica o servidor autorizado a gozar os 30 (trinta) Dias consecutivos de férias concedidas pela Portaria Nº 041/2016, de 01 de março de 2016, sem perceber remuneração das mesmas por já ter sido pagas na época.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 14 de março de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

PORTARIA Nº044/2016 - DE 14 DE MARÇO DE 2016.
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº044/2016 - DE 14 DE MARÇO DE 2016.

Complementa Férias Interrompidas do Servidor Público Municipal VALDICIR ANTONIO WIEBBELLING e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 68, da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º COMPLEMENTAR AS FÉRIAS INTERROMPIDAS do Servidor Público Municipal VALDICIR ANTONIO WIEBBELLING, ocupante do Cargo em comissão de ASSESSOR DE PLANEJAMENTO, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir do dia 05 de fevereiro de 2016 a 04 de março de 2016 .

Parágrafo Único. Fica o servidor autorizado a gozar os 29 (vinte e nove) Dias consecutivos de férias concedidas pela Portaria Nº 018/2016, de 21 de janeiro de 2016, sem perceber remuneração das mesmas por já ter sido pagas na época.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 14 de março de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

PORTARIA Nº045/2016 - DE 14 DE MARÇO DE 2016.
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº045/2016 - DE 14 DE MARÇO DE 2016.

Complementa Férias Interrompidas do Servidor Público Municipal TIAGO DE PARIS e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 68, da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º COMPLEMENTAR AS FÉRIAS INTERROMPIDAS do Servidor Público Municipal TIAGO DE PARIS, ocupante do Cargo de TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, Lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a partir do dia 21 de março de 2016 a 19 de abril de 2016.

Parágrafo Único. Fica o servidor autorizado a gozar os 30 (trinta) Dias consecutivos de férias concedidas pela Portaria Nº 032/2016, de 29 de fevereiro de 2016, sem perceber remuneração das mesmas por já ter sido pagas na época.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 14 de março de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 67/2016

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2016

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 04 de abril de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO, EXECUÇÃO, CORREÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS PARA A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº003/2016, PARA OS CARGOS DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, PEGAGOGO SOCIAL, EDUCADOR SOCIAL, TÉCNICO DE DEFESA CIVIL, PSICÓLOGO, ASSISTENTE SOCIAL, MOTORISTA, FISCAL DE PROCON, MÉDICO VETERINÁRIO, MÉDICO PEDIATRA. AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO, ENFERMEIRO E TÉCNICO EM ENFERMAGEM, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631-6125 ou retirar o Edital completo através do site: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao.

São Bento do Sul, 15 de março de 2016.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração – Autoridade Competente

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeira

DECRETO Nº 1281/2016

DECRETO Nº 1281, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

DECRETA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

EDIMAR GERALDO SALOMON, PREFEITO MUNICIPAL em exercício, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando a necessidade de regularização da área com 1.200,40 m2 para integrar a Rua Erna Schuhmacher, área esta já utilizada como logradouro público de propriedade de Rolf Buddemeyer e sua esposa Ely Doroty Buddemeyer;

Considerando que a desapropriação irá consolidar uma situação já existente, beneficiando assim os moradores e proprietários de imóveis localizados com testada para essa Rua e transeuntes que a utilizam, tratando-se, portanto de um caso de utilidade pública; Considerando ainda a necessidade de regularização de Logradouro Público já existente e não regularizada junto ao Cartório Registro de Imóveis desta Comarca em obediência a lei 6766 de 19/12/79; Considerando o disposto na Lei Municipal nº 2920, de 25 de novembro de 2011, que autorizou aquisição do imóvel através de compra ou desapropriação por utilidade pública pelo Município de São Bento do Sul;

Considerando que o pagamento da aquisição foi realizado em 16 de dezembro de 2011 ao proprietário do referido imóvel descrito na Lei Municipal nº 2920, de 25 de novembro de 2011;

Considerando o procedimento administrativo de retificação de área com unificação das matrículas nos 2.196 e 38.813, do Cartório Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul, o qual originou a matrícula nº 43.598, do mesmo Cartório,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área urbana de terra com 1.200,40 m2 (um mil, duzentos metros quadrados e quarenta decímetros quadrados) de propriedade de Rolf Buddemeyer e sua esposa Ely Doroty Buddemeyer, parte de área maior de 20.832,35m2, de matrícula nº 43.598 (registro anterior nº 2.196 e 38.813), do Cartório Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul, localizada no prolongamento da Rua Erna Schuhmacher, bairro Brasília, neste município a ser desmembrado com as seguintes dimensões e confrontações: Distante 81,20 da Rua Augusto Wunderwald e com frente para a Rua Erna Schuhmacher por 6,00m (Coordenadas UTM: E:666303.341; N:7097574.504). Aos fundos confronta com Rolf Buddemeyer – Área Remanescente (matrícula 43.598) por 17,00m. Do lado direito confronta com Ivo Gumboski (matrícula 32.220) por 15,14m. e 32,51m, com NKI Organização Empresarial Ltda (matrícula 40.219) por 6,01m, com Components Importação e Exportação Ltda (matrícula 38.223) por 41,83m, 5,20m, e 13,63, e do lado esquerdo confronta com Eliseu Hackbarth (matrícula 01.100) por 80,38m e 19,00m, com Erico Paulo Schützler (matrícula 01.790) por 11,40m e 3,85m, e Cristiane de Lima (matrícula 01.515) por 6,27m.

Art. 2º. A área a que se refere o artigo 1º deste Decreto destina-se a abertura de via pública e a execução de plano de urbanização, configurando a utilidade pública prevista na alínea "i" do art. 5º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º. É declarada de urgência a desapropriação, para efeito de imissão provisória do Município na posse do bem referido no artigo 1º deste Decreto.

Art. 4º. Fica a Procuradoria autorizada a adotar as providências necessárias à efetivação da desapropriação de que trata o presente Decreto, por via negociada ou judicial, consignando a indenização à conta das dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de março de 2016.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Prefeito Municipal em exercício

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2016 FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2016 - FMS

Objeto: Aquisição de medicamento "Votrient" de ordem judicial para paciente, conforme Mandado de Citação - Antecipação de Tutela Autos nº 0300715-87.2016.8.24.0058 para o Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: Singular Drogaria e Medicamentos Especiais Ltda

Valor Total: R\$ 7.220,00

São Bento do Sul, 18 de março de 2016.

Deodato Raul Hruschka – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2016 FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2016 - FMS

Objeto: Aquisição de medicamento "Zytiga" de ordem judicial para paciente, conforme Mandado de Citação - Antecipação de Tutela Autos nº 0300722-79.2016.8.24.0058 para o Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: Singular Drogaria e Medicamentos Especiais Ltda

Valor Total: R\$ 10.241,00

São Bento do Sul, 18 de março de 2016.

Deodato Raul Hruschka – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 71/2016

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 71/2016

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios (biscoito sem lactose) para alimentação escolar nas unidades escolares da rede municipal de ensino e para atender as necessidades nutricionais especiais de dietas específicas, conforme Resolução FNDE 26/2013.

CONTRATADO: Abi Belém & Cia Ltda.

VALOR: R\$ 1.756,00

São Bento do Sul, 17 de março de 2016.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS – DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

ALCIONE TERESINHA HINKE – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Passes Estudante que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NIVALDO STOEBERL – TRANSPORTES COLETIVOS.

DO OBJETO: Fornecimento de passes escolares para os alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, pelo período de fevereiro/2016 a julho/2016, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 31/2016 de 17 de fevereiro de 2016.

DO VALOR: R\$ 745.985,12 – valor total.

DA VIGÊNCIA: fevereiro de 2016 até 31 de julho de 2016.

São Bento do Sul, 17 de fevereiro de 2016.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

NIVALDO STOEBERL – TRANSPORTES COLETIVOS, como Contratada.

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2016 FMS

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário a contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Aquisição de medicamento "Votrient" de ordem judicial para paciente, conforme Mandado de Citação - Antecipação de Tutela Autos nº 0300715-87.2016.8.24.0058 para o Fundo Municipal de Saúde.

II – Contratado: Singular Drogaria e Medicamentos Especiais Ltda.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: A dispensa de licitação para o fornecimento do medicamento se funda no art. 24, IV, da Lei 8.666/93, e se justifica no caráter de urgência para aquisição do medicamento, por se tratar de medicamento essencial para a manutenção da saúde do paciente, sob pena de agravamento de doença ou morte. Cabe ao ente público assegurar a todos, conforme está expressamente descrito no art. 196 da Constituição Federal: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação." (...) O paciente demonstrou nos autos nº 0300715-87.2016.8.24.0058 a necessidade e urgência na aquisição

do medicamento. Não restando alternativa, a não ser procurar a via judicial para ter garantido a aquisição dos medicamentos. Em virtude da urgência e a manutenção da saúde dos pacientes, justificados pelos motivos supra ditos, se faz necessário a dispensa fundada no art. 24, IV, da Lei 8.666/93: "nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos". Necessário também evidenciar que a quantidade adquirida é somente a determinada pelas ordens judiciais.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada é a que apresentou menor proposta de preços (R\$ 7.220,00) do medicamento a ser adquirido dentre as empresas solicitadas para realização de cotação de preços.

V - Justificativa do Preço: Os preços contratados são os praticados no mercado, para os referidos medicamentos.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2016 FMS

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário a contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Aquisição de medicamento "Zytiga" de ordem judicial para paciente, conforme Mandado de Citação - Antecipação de Tutela Autos nº 0300722-79.2016.8.24.0058 para o Fundo Municipal de Saúde.

II – Contratado: Singular Drogaria e Medicamentos Especiais Ltda.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: A dispensa de licitação para o fornecimento do medicamento se funda no art. 24, IV, da Lei 8.666/93, e se justifica no caráter de urgência para aquisição do medicamento, por se tratar de medicamento essencial para a manutenção da saúde do paciente, sob pena de agravamento de doença ou morte. Cabe ao ente público assegurar a todos, conforme está expressamente descrito no art. 196 da Constituição Federal: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação." (...) O paciente demonstrou nos autos nº 0300722-79.2016.8.24.0058 a necessidade e urgência na aquisição do medicamento. Não restando alternativa, a não ser procurar a via judicial para ter garantido a aquisição dos medicamentos. Em virtude da urgência e a manutenção da saúde dos pacientes, justificados pelos motivos supra ditos, se faz necessário a dispensa fundada no art. 24, IV, da Lei 8.666/93: "nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos". Necessário também

evidenciar que a quantidade adquirida é somente a determinada pelas ordens judiciais.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada é a que apresentou menor proposta de preços (R\$ 10.241,00) do medicamento a ser adquirido dentre as empresas solicitadas para realização de cotação de preços.

V - Justificativa do Preço: Os preços contratados são os praticados no mercado, para os referidos medicamentos.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

DEODATO RAUL HRUSCHKA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 71/2016

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios (biscoito sem lactose) para alimentação escolar nas unidades escolares da rede municipal de ensino e para atender as necessidades nutricionais especiais de dietas específicas, conforme Resolução FNDE 26/2013.

II – Contratado: ABI BELÉM & CIA LTDA.

III - Caracterização da Situação Emergencial que Justifica a Dispensa: A dispensa de licitação para a aquisição dos gêneros alimentícios se funda no art. 24, IV, da Lei 8.666/93, e se justifica no caráter de urgência para o fornecimento, por se tratar de alimentação escolar para os alunos da rede municipal de ensino. Justifica-se o pedido da compra emergencial pois o fornecedor do Biscoito sem Lactose, Supermercado Frontal está com dificuldades de entregar o produto porque a marca cotada passou por adequações no rótulo e não traz mais a informação “NÃO CONTÉM LACTOSE.” O fornecedor solicitou ao setor de compras a alteração de marca e reequilíbrio de preço, considerando que existem poucas marcas disponíveis no mercado e o mesmo terá que justificar formalmente o pedido, o que leva um tempo para ser resolvido. O processo Pregão Presencial nº 262/2015 ocorreu em 18/12/2015 e desde então o fornecedor não conseguiu realizar nenhuma entrega, o Setor de Alimentação Escolar está sem o produto que é específico para dietas de Intolerância à Lactose que atende todos os alunos portadores da doença, segundo Resolução do FNDE – 26/2013 (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). E para que o cardápio da alimentação escolar não seja prejudicado necessitamos adquirir os referidos produtos de forma ágil para garantir o cumprimento do cardápio de acordo com o que preconiza a resolução nº 26 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação de 17 de junho de 2013. Portanto, considerando a urgência na aquisição desses gêneros alimentícios para a continuidade dos serviços, ou seja, para a realização da alimentação escolar para os alunos da rede municipal de ensino, caracterizada está a situação emergencial que autoriza a contratação direta nos termos do inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Abi Belém & Cia Ltda foi escolhida porque (I) é do ramo pertinente (comércio atacadista de produtos alimentícios em geral); e (II) possui disponibilidade para o fornecimento e entrega da quantidade solicitada pela Secretaria Municipal de Educação;

V - Justificativa do Preço: O preço de R\$ 1.756,00 para o fornecimento dos gêneros alimentícios é o praticado no mercado.

Assim, ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

ALCIONE TERESINHA HINKE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

LEI Nº 3639/2016

LEI Nº 3639, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

DENOMINA DE LUIZ MÜHLBAUER SERVIDÃO DO MUNICÍPIO

A Câmara Municipal de São Bento do Sul aprovou e eu, Prefeito Municipal, em exercício, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de Luiz Mühlbauer servidão do município, com extensão de 54,60 metros e largura de 6,00 metros, lateral da Rua das Neves, Centro, conforme croqui em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de março de 2016.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Prefeito Municipal, em exercício

LEI Nº 3640/2016

LEI Nº 3640, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR CONVÊNIO PARA REPASSAR CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE SÃO BENTO DO SUL

O PREFEITO MUNICIPAL, em exercício,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de São Bento do Sul autorizado a firmar Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São Bento do Sul, inscrita no CNPJ sob o nº 83.172.478/0001-26.

§ 1º O Convênio de que trata o caput deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no termo anexo, que é parte integrante desta Lei.

§ 2º A contrapartida da entidade beneficiada será realizada através do atendimento à pessoa portadora de necessidade especial em sua sede.

Art. 2º Fica o Município autorizado a repassar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de São Bento do Sul a contribuição financeira no valor de R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais) da seguinte forma:

- 01 parcela de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais);
- 08 parcelas de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Parágrafo único. O recurso, objeto deste artigo, será aplicado em despesas com manutenção da entidade – R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) e aquisição de uniformes escolares – R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), conforme plano de trabalho constante no Processo Administrativo nº 671/2016.

Art. 3º Na aplicação dos recursos originários desta Lei, será obedecido o que os Decretos nºs 0034/2013 e 0098/2013 que, “Estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e firmar convênio com o município de São Bento do Sul” e que “Aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos”.

Art. 4º A entidade deverá apresentar a prestação de contas, até 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, junto ao Departamento de Controle Interno.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de março de 2016.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Prefeito Municipal, em exercício

TERMO DE CONVÊNIO Nº

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE SÃO BENTO DO SUL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 86.051.398/0001-00, com sede e foro à Rua Jorge Lacerda, n. 75, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo seu Prefeito Municipal, FERNANDO TURECK, residente e domiciliado em São Bento do Sul/SC, CPF nº 033.667.519-40, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE de São Bento do Sul, com sede na Rua Henrique Schwarz, nº 294, Centro, CNPJ nº 83.172.478/0001-26, neste ato representada pela sua Presidente, Sra. Harriet Hackbarth, residente e domiciliada na Rua Ernesto Pfau, nº 31, Apto 21, Bairro Schramm, CPF nº 034.912.139-75, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à manutenção da APAE no ano de 2016 e aquisição de uniformes escolares, conforme Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 671/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a Cláusula Segunda serão repassados pelo CONCEDENTE, em 09 (nove) parcelas, sendo: (1) uma de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) e 08 (oito) parcelas de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo a primeira em março de 2016.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Terceira serão repassados mediante depósito em conta individualizada no Banco do Brasil, Agência 5223-x, Conta Corrente nº 6281-2 a favor da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de São Bento do Sul.

CLÁUSULA QUARTA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 0.049 – Auxílio Financeiro para Associações de Moradores e outras Entidades

Elemento de Despesa: 33.50.43 – Subvenções Sociais

Fonte de Recursos: 100 – Recursos do Tesouro – Exercício Corrente

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e Segunda e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;

II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;

III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;

IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;

V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;

VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;

VII. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;

II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e

III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

a) Ofício de encaminhamento;

b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos – modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;

c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados – modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;

d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;

e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/ TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;

f) Extrato bancário com movimentação completa do período;

g) Conciliação bancária, quando for o caso;

h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;

j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos

contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas

e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, _____ de março de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

HARRIET HACKBARTH

Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São Bento do Sul

TESTEMUNHAS

Testemunhas:

1. _____

Pedro Ivo Diener
Chefe de Gabinete

2. _____

Cleusa Piccoli Vieira
Assessora de Gabinete

LISTAGEM DE PORTARIAS Nº 003/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 11351, de 22 de março de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 08 de março de 2016. Jeferson José Rodrigues dos Santos de Lima, Auxiliar de Serviços na EBM Profº Carlos Dotsch, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11352, de 22 de março de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 10 de março de 2016. Ivania Terezinha Dreveniak, Atendente Educativo, no CEIM Tempo Mágico, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11353, de 22 de março de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 14 de março de 2016. Priscilla Rossler.

Secretária de Escola, na EBM Pref Antonio Treml, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11354, de 22 de março de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 14 de março de 2016. Gabriele Fabiola Sadowsky, Atendente Educativo Especial, na EBM Denise Harms, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11355, de 22 de março de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 15 de março de 2016. Rita Pereira, Professor Anos Finais – Oficina de Aprendizagem e Projetos, na EBM Profª Lucia Tschoeke, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11356, de 22 de março de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 15 de março de 2016. Nayara Fritz, Auxiliar de Serviços, na EBM Maria Waltrudes de Vasconcellos Kruger, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11357, de 22 de março de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 15 de março de 2016. Susan Mabel Weber, Professor Educação Infantil, no CEIM Castelo Encantado, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11358, de 22 de março de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 21 de março de 2016. Fabiana Dobeck, Auxiliar de Serviços, na PEM Cantinho do Céu, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11359, de 22 de março de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 21 de março de 2016. Juciliana Pires, Professor Anos Finais – Artes, na PEM Criança Feliz, com 10 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11360, de 22 de março de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 21 de março de 2016. Juciliana Pires, Professor Anos Finais – Artes, na EBM Ilona Tschoeke, com 10 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11361, de 22 de março de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 21 de março de 2016. Camila de Rossi, Professor Anos Finais – Geografia, na Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos, com 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11362, de 22 de março de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 21 de março de 2016. Marylaine Teresinha Mendes, Auxiliar de Serviços, no CEIM Algodão Doce, com 40 horas semanais. SEMED.

São Bento do Sul, 23 de março de 2016.
EDIMAR GERALDO SALOMON, prefeito municipal, em exercício

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS**PORTARIA IPRESBS Nº 071/2016**

PORTARIA IPRESBS Nº. 071/2016

Dispõe sobre a nomeação de perito médico ad hoc, para realizar perícias médicas neste Instituto, devido a médica perita efetiva ausentar-se por gozo de férias,

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

Considerando a complexidade da matéria fática, bem como da necessidade de realizar perícias médicas em seus segurados,

atividade esta ininterrupta deste Instituto;
Considerando a obrigatoriedade da emissão de laudo médico pericial para a concessão de benefícios previdenciários a seus segurados;
Considerando que este Instituto possui em seus quadros de servidores estáveis apenas um médico perito;
Considerando que este médico perito estará em gozo de férias no período de 21/03/2016 a 31/03/2016;
Considerando o disposto nos artigos 28, 43, 48 e 95 da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Dr. GIANCARLO ZANON, médico perito, CRM/SC

4810 , CPF. 651.484.799-49, para atuar como perito ad hoc deste Instituto Previdenciário, para proceder perícias médicas durante o período de 22 a 31 de março de 2016.

Art. 2º. As perícias serão realizadas na sede deste Instituto, sito à Rua Alfredo Klimmek , nº 439, Centro – São Bento do Sul/SC.

São Bento do Sul, 21 de março de 2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 080/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 080/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 411/2015, à servidora SOLANGE HERMES MENEGAZZO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15/02/2016.

São Bento do Sul, 16/03/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 081/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 081/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 15/03/2016 a 22/04/2016, concedido a servidora MARIONI APARECIDA MURARA FAGUNDES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fonoaudióloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº 430/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15/03/2016.

São Bento do Sul, 17/03/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 082/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 082/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 30/03/2016 a 12/06/2016, a servidora IRMA CARDOSO PATRICIO ocupante do cargo de provimento efetivo de Prático de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 15/03/2016 a 29/03/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30/03/2016.

São Bento do Sul, 17/03/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 083/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 083/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 22/03/2016 a 11/06/2016, a servidora JOSELI DA SILVA E SOUZA MENEZES DA COSTA ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 07/03/2016 a 21/03/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22/03/2016.

São Bento do Sul, 17/03/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 084/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 084/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 29/03/2016 a 17/05/2016, a servidora PATRICIA CATTIA FARI ocupante do cargo de provimento efetivo de Contadora, lotada no Serviço Autônomo de Água e Esgoto, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 14/03/2016 a 28/03/2016, competem ao SAMAE.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

produzindo efeitos a partir de 29/03/2016.

São Bento do Sul, 17/03/2016.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 085/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 085/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 17/03/2016 a 12/05/2016, ao servidor JOSÉ HERCÍLIO VIEIRA DOS SANTOS ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotado na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 02/03/2016 a 16/03/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17/03/2016.

São Bento do Sul, 17/03/2016.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 086/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 086/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 25/03/2016 a 08/04/2016, a servidora JANE JOSETE VAZ BARBOSA ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 10/03/2016 a 24/03/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 25/03/2016.

São Bento do Sul, 17/03/2016.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 087/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 087/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 12/03/2016 a 26/03/2016, concedido a servidora RAQUEL FERNANDES RAMIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Instrutor de Recriação, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, através da Portaria IPRESBS nº 055/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/03/2016.

São Bento do Sul, 18/03/2016.
Paulo Roberto Scheide
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 088/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 088/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 004/2016, à servidora JOCELEIA DACANAL KIEM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/03/2016 em virtude de licença maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17/03/2016.

São Bento do Sul, 22/03/2016.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 07/2016**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 035/2016

Termo de Convênio Nº 07/2016

Conveniente: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Conveniada: Associação Centro Especializado em Prevenção e Recuperação de Dependentes Químicos - ACEPRED

Vigência: Início: 18/02/2016 - Término: 18/02/2021

Objeto: Termo de convênio objetivando auxiliar a cobrança, das contribuições espontâneas efetuadas pelos contribuintes à Associação Centro Especializado em Prevenção e Recuperação de Dependentes Químicos - ACEPRED, por meio da fatura de consumo de água, sem custo para a conveniada.

São Bento do Sul, 22 de março de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

RESUMO CONT N.13-2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.:013 /2016
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada...:DEIWYSON MARSCHALL INOFRMÁTICA ME
Objeto :CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM INFORMATICA PARA
CURSOS NOS TELE-CENTROS -NÚCLEOS ESCOLARES
Valor :R\$54.000,00(cinquenta e quatro mil reais)
Vigência : 31.12.2016
Licitação :16/2016
SAO CARLOS, 18 de março de 2016.
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

TA PALOMA

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO ADITIVO
Contrato Nº.:034/2015 – SEGUNDO TERMO ADITIVO DE VALOR
Contratante.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada...:PALOMA CONSTRUÇÕES EIRELE
Objeto :FINALIZAÇÃO DE PISCINA MASTER E INFRAESTRUTURAS-OBRAS CIVIS –
PARQUE AQUATICO MUNICIPAL DE ACORDO COM OS PROJETOS TÉCNICOS E MEMORIAIS DESCRITIVO
Prazo :90 dias
Valor R\$66.045,12(sessenta e seis mil e quarenta e cinco reais e doze centavos)
PROCESSOConcorrência n.68/2015
Vigência : 31.03.2016
SAO CARLOS, 21 de março de 2016
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE SUPRESSÃO - LSW

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE SUPRESSÃO
Contrato Nº.:08/2016 – PRIMEIRO TERMO DE SUPRESSÃO DE VALOR.
Contratante.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada...:LSW SERVIÇOS LTDA
Objeto :EXECUÇÃO DE EST MET E AMPLIAÇÃO DE PAVILHAO
PROCESSOTOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS ENG. N.:102/2015
Valor R\$102.220,30(cento e dois mil duzentos e vinte reais e trinta centavos)
SAO CARLOS,21 de março de 2016
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

São Domingos

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 055/2016

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO PREFE 055/2016

PREGÃO PRESENCIAL N. 018/2016

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 04 de abril de 2016, estará recebendo as propostas dos interessados para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 22 de março de 2016.

Paula Natana Comachio – Pregoeira Oficial do Município

São João do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 011 - ALTERA O ATO 848775 - NOMEIA OS MEMBROS DO CMDCA 2016

DECRETO Nº 011/16, DE 21/03/2016.

NOMEIA OS MEMBROS QUE COMPÕEM O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sérgio Luís Theisen, Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 1.202/09,

DECRETA:

Art. 1º Ficam através do presente Decreto, nomeados os membros que compõem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São João do Oeste, tendo a seguinte composição:

Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes
Titular: Rosilei Bruxel Anschau
Suplente: Teresinha Staub

Secretaria Municipal da Saúde e Promoção Social – Departamento de Assistência Social
Titular: Claudia W. Lenz
Suplente: Jussara Teresinha R. Grasel

Secretaria Municipal da Saúde e Promoção Social
Titular: Flávia Henz Krein
Suplente: Anelise Rasch

Administração Municipal
Titular: Wilson Luís Weber
Suplente: Luis Augusto dos Santos

Associação Comercial e Industrial de São João do Oeste – ACISJO
Titular: Adelene K. Ludwig
Suplente: Débora Rasch

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE
Titular: Vanessa Maria Back Schwengber
Suplente: Ilse Neiss

Entidades Organizadas das Escolas Estaduais do Município – APP
Titular: Adriane T. Neumann Wolschick
Suplente: Andreia de Souza Hackenhaar

Clube de Patinação Rosas do Sul
Titular: Marli Maria S. Henn
Suplente: Érico Paulino Klunk

Art. 2º - Esta nomeação não acarretará ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado Serviço Público Relevante.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto 143/2013.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste – SC, 21 de março de 2016.

SÉRGIO LUÍS THEISEN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO 12/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 1º TERMO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO 12/2016
PARTES: Município de São João do Oeste e Nitrosemem Produtos Agropecuários Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial 86/2015

OBJETO: "Nitrogênio Líquido, sendo necessário a empresa abastecer 2 vezes por mês, 3 botijões (prefeitura e na casa de 2 inseminadores)".

VALOR SUPRIMIDO: R\$ 8.214,96

VIGÊNCIA: 29.02.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 29 de Fevereiro de 2016

Sérgio Luis Theisen– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2016

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Adelmo Halmenschlager-Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 06/2016

OBJETO: "Contratação de empresa para realizar serviço de transporte de Usuário do CRAS, com recursos PAIF".

VALOR: R\$ 7.600,00

VIGÊNCIA: 21.03.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 03 de Março de 2016

Sérgio Luis Theisen– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2016

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Fundação de Apoio da Universidade Federal do RGS.

ORIGEM: Inexigibilidade de licitação nº 04/2016

OBJETO: "Contratação de palestra sobre "segurança de alimentos e boas práticas na preparação de alimentos".

VALOR: R\$ 1.500,00

VIGÊNCIA: 22/04/2015 até 13/04/2016

São João do Oeste – 22 de Março de 2015

Sérgio Luis Theisen– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Detetizadora Itapiranga.

ORIGEM: Dispensa de licitação nº 10/2016

OBJETO: "Desinsetização e desratização de unidades escolares municipais e no Centro Municipal de Saúde e Prefeitura Municipal".

VALOR: R\$ 7.216,00

VIGÊNCIA: 21.03.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 21 de Março de 2016

Sérgio Luis Theisen– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Scheid Fotografia e Comércio.

ORIGEM:Dispensa de licitação nº 11/2016

OBJETO: "Desinsetização e desratização de unidades escolares municipais e no Centro Municipal de Saúde e Prefeitura Municipal".

VALOR: R\$ 3.881,96

VIGÊNCIA: 21.03.2016 até 30.04.2016

São João do Oeste – 21 de Março de 2016

Sérgio Luis Theisen– Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

ATA DA COMISSÃO REFERENTE AO PP 02/2016

Prefeitura de São Joaquim CNPJ: 82.561.09310001-98

C.I. 001/2016

São Joaquim, 16 de março de 2016.

Senhor Prefeito,

A Comissão de Licitação pede Vossa anuência para cancelar o processo licitatório nº 05/2016, prego presencial! 02/2016, cujo objeto é: "contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de assentos esportivos e piso na quadra esportiva no Ginásio Municipal Juraci Santos".

Tal solicitação é devido a determinação do TCE de "sustação do Pregão Presencial nº 02/2016 o qual, conforme aquele órgão infringe a Lei 8666/93, quando especifica que o produto seja de fabricação nacional.

Respeitosamente,

Adriana Baesso
Amarildo Nunes da Silveira
Benta de Fatima Furtado
Fernando Zanete

Excelentíssimo Senhor HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
CNPJ: 19.620.562/0001-66 PRACAJOAO RIBEIRO C.E.P.: 88600-000 - São Joaquim - SC

PREGAO PRESENCIAL Nr.: 2/2016 - PR

Processo Administrativo: Processo do Licitação: 61/2016 Data do Processo: 21/0112016

ATA DE REUNIAO DA COMISSAO DE LICITACAO Número da ATA: 712016 (Sequência: 5)

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de assentos esportivos e piso na quadra esportiva no Ginásio Municipal Juraci Santos
Conforme deliberação da Comissão de Licitação e anuência do Prefeito Municipal, em decorrência da determinação do TCE (Processo nº REP - 16/00042250, publicado no Diário Oficial eletrônico nº 1892 de 26/02/2016) conhecida pela Pregoeira em 14/03/2016, fica decidido o cancelamento do Processo Licitatório 05/2016, Pregão Presencial 02 /2016.

São Joaquim, 21 do Março de 2016

COMISSAO:
Adriana Baesso
Fernando Zanete
Amarildo Nunes da Silveira
André Moraes da Rosa
Benta de Fatima Furtado

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDOMUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

CNPJ: 19.620.56210001-66 PRACA JOAO RIBEIRO C.E.P.: 88600-000 - São Joaquim - SC

PREGAO PRESENCIAL No.: 2/2016-PR

Processo Administrativo: Processo de Licitação: 512016 Data do Processo: 21/0112016

ATA DE REUNIAO DA COMISSAO DE LICITACAO Número da ATA: 7/2016 (Sequência: 5)

OBJETO DA Licitação: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de assentos esportivos e piso na quadra esportiva no Ginásio Municipal Juraci Santos

Conforme deliberação da Comissão de Licitação e anuência do Prefeito Municipal, em decorrência da determinação do ICE (Processo no REP - 16/00042250, publicado no Diário Oficial eletrônico nº 1892 de 26/02/2016) conhecida pela Pregoeira em 14/03/2016, fica decidido o cancelamento do Processo Licitatório 05/2016, Pregão Presencial 02 /2016.

São Joaquim, 21 de Marco de 2016 COMISSAO:

Adriana Baesso
Fernando Zanete
Amarildo Nunes da Silveira
André Moraes da Rosa
Benta de Fatima Furtado

(As imagens dos documentos originais se encontram no link http://www.saojoaquim.sc.gov.br/uploads/255/arquivos/721586_At21032016.pdf)

PP 23/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 37/2016 -
PREGÃO PRESENCIAL 23/2016

OBJETO: Locação de Estruturas, Sonorização, Iluminação, Gerador de Energia, para a XX FESTA NACIONAL DA MAÇÃ - SÃO JOAQUIM, no período de 20 a 24 de abril de 2016,
Tipo: Menor Preço por Lote
Abertura: 06/04/2016 às 14:00 horas

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com inf. (49)3233-0411.

Edital: <http://www.saojoaquim.sc.gov.br/licitacoes/index/index/codMapaItem/5088>

São Joaquim, 22 de março 2016.
Humberto Luiz Brighenti
Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS DA CONCORRÊNCIA Nº 016/2015

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

REFERÊNCIA: PROCESSO DE COMPRAS Nº 496/2015 - CONCORRÊNCIA Nº 016/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE EDIFICAÇÃO PARA UNIDADE DE SAÚDE - SERRARIA, RUA AFRÍSIO DE SENNA VAZ, ESQUINA COM A RUA JOSÉ FRANCISCO VII, EM SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento das propostas apresentadas pelas empresas abaixo, habilitadas no processo em epígrafe.

EMPRESAS HABILITADAS

- MUNDIAL SERVIÇOS LTDA EPP;
- NICOL NAKAZIMA INCORPORADORA CONSTRUTORA LTDA.

Não estiveram presentes na sessão os representantes das empresas habilitadas. Ato contínuo, as propostas apresentadas foram analisadas e rubricadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitações.
É o relatório.

1 - ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Licitações concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, não sendo constatada nenhuma irregularidade nas propostas apresentadas pelas empresas habilitadas. Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a comissão RESOLVE:

CLASSIFICAR AS EMPRESAS

- MUNDIAL SERVIÇOS LTDA EPP;
- NICOL NAKAZIMA INCORPORADORA CONSTRUTORA LTDA;

Assim sendo, após análise das propostas apresentadas, ficam de tal modo classificadas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL as empresas:

- 1ª Classificada: MUNDIAL SERVIÇOS LTDA EPP R\$ 1.278.362,43 (um milhão, duzentos e setenta e oito mil, trezentos e sessenta e dois reais e quarenta e três centavos);
- 2ª Classificada: NICOL NAKAZIMA INCORPORADORA CONSTRUTORA LTDA R\$ 1.288.622,31 (um milhão, duzentos e oitenta e oito mil, seiscentos e vinte e dois reais e trinta e um centavos);

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM) no dia 23/03/2016, contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não havendo recurso o processo será encaminhado à autoridade superior para fins de Homologação, Anulação ou Revogação.

São José, 22 de março de 2016.

| | | | |
|-----------------------------|-----------------------|--|--|
| Leonardo Wiethorn Rodrigues | Paulo Dutra | | |
| Presidente da CPL | Membro da CPL | | |
| Humberto Alcino da Silva | Adriana Pacheco Pedro | | |
| Membro da CPL | Membro da CPL | | |

DECRETO Nº 6005/2016

DECRETO Nº 6005/2016

ERRATA DO DECRETO Nº 5840 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que o Decreto nº 5840 de 22 de fevereiro de 2016 contém erro material e vislumbrando sua correção,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º do decreto nº 5840 de 22 de fevereiro de 2016 que nomeia cargo em provimento em comissão que passa a vigorar da seguinte forma:

Art. 1º - Fica nomeada RENATA SILVA para exercer o cargo de Vice-Reitora Acadêmica – CCM 9, com lotação na Fundação Municipal Educacional, nos termos da Lei Complementar nº 017/2005.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de fevereiro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de março de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6007/2016

DECRETO Nº 6007/2016

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor SANDRO HENRIQUE GARCES VIEIRA do cargo de Assessor VII Administrativo – CCM7, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de março de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6008/2016

DECRETO Nº 6008/2016

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora GISELLE ROCIO SILVA do cargo de Assessor II Administrativo – CCM2, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de março de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6014/2016

DECRETO Nº 6014/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado ANDRÉ RICARDO AZZATI FERREIRA FUNCHAL para o cargo em comissão de Assessor Técnico Administrativo– CCM 8, com lotação na Secretaria de Administração, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de março de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6031/2016

DECRETO Nº 6031/2016

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor SEIDI VIEIRA JUNIOR do cargo de Assessor II Administrativo – CCM2, com lotação na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de março de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ERRATA AO EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 043/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA AO EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 043/2016 – A Prefeitura de São José, por intermédio da sua Diretora de Compras, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 22/03/2016, ONDE SE LÊ: “ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEP – API/SJ” LEIA-SE: “ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEP – APAI/SJ” e ONDE SE LÊ: “Valor total do contrato: R\$ 100.000,00 (cem milhões de reais)” LEIA-SE: “Valor total do contrato: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)”. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

PORTARIA - SA - N.º 144/2016

PORTARIA– SA – Nº 144/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.106, da Lei nº 2.761/95–do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando despachos exarados no Processo Administrativo nº 384/2016 de 08.01.2016.

RESOLVE:

I – Conceder licença sem vencimentos, ao (a) servidor (a) Sr. (a) FABIANA CARMEN CARNEIRO, matrícula nº 22453-7, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, para tratar de assuntos particulares.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de Fevereiro de 2016.

III – Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Março de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 145/2016

PORTARIA- SA – N.º 145/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.106, da Lei nº 2.761/95–do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando despachos exarados no Processo Administrativo nº 29101/2015 de 11.12.2015.

RESOLVE:

I – Conceder licença sem vencimentos, ao (a) servidor (a) Sr. (a) GLORIA MARIA TEIXEIRA ARAUJO, matrícula nº 21646-1, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, para tratar de assuntos particulares.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de Fevereiro de 2016.

III – Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Março de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 146/2016

PORTARIA- SA – N.º 146/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.106, da Lei nº 2.761/95–do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando despachos exarados no Processo Administrativo nº 1435/2016 de 21.01.2016.

RESOLVE:

I – Conceder licença sem vencimentos, ao (a) servidor (a) Sr. (a) CRISTIANE WARMLING DOS SANTOS, matrícula nº 21604-6, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, para tratar de assuntos particulares.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de Fevereiro de 2016.

III – Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Março de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 147/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 147/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

I - Conceder o retorno às atividades, da servidora Sra. ROSANY MARIA KELLER DO VALE, matricula nº 13988-2, lotado na Secretaria da Educação, no cargo de Supervisor Escolar, visto que estava em Licença sem Vencimentos.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Março de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 148/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 148/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

I - Conceder o retorno às atividades, da servidora Sra. MARIA BENEDITA DA SILVA PRIM, matricula nº 13610-7, lotado na Secretaria da Educação, no cargo de Professor, visto que estava em Licença sem Vencimentos.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Março de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 149/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 149/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

I - Conceder o retorno às atividades, da servidora Sra. GLAUCIER DOS ANJOS, matricula nº 21665-8, lotado na Secretaria da Educação, no cargo de Professor, visto que estava em Licença sem Vencimentos.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Março de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 150/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 150/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

I - Conceder o retorno às atividades, da servidora Sra. FERNANDA OURIQUES QUINT, matrícula n.º 13839-8, lotado na Secretaria da Educação, no cargo de Professor, visto que estava em Licença sem Vencimentos.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Março de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 151/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 151/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). CARLOS CESAR DE ANTONI, matrícula n.º 14984-5, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Cirurgião Dentista, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 17.02.2016 à 17.03.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Março de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 152/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 152/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta

Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ADRIANA MARAN ROCHA, matrícula n.º 13427-9, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Médico (a), Licença para Tratamento de Saúde por 31 (trinta e um) dias, de 09.02.2016 à 10.03.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Março de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 153/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 153/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). LILIAN BORTOLON, matrícula n.º 41650-9, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Médico (a), Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 03.02.2016 à 03.03.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Março de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 154/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 154/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ELIANE PEREIRA ROCHA, matrícula n.º 30376-3, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 18.02.2016 à 18.03.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Março de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 155/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 155/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ANDREZA MARIA MIRA, matrícula n.º 19504-9, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Enfermeiro da Família, Licença para Tratamento de Saúde por 16 (dezesesseis) dias, de 16.02.2016 à 02.03.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Março de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 156/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 156/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARCOS AURELIO DA ROSA, matrícula n.º 39154-9, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, Licença para Tratamento de Saúde por 27 (vinte e sete) dias, de 30.01.2016 à 25.02.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30 de Janeiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Março de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 157/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 157/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARILENE WEISS SCHLICHTING, matrícula n.º 1718-3, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente de Serviços Gerais, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 16.02.2016 à 16.03.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Março de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 158/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 158/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). NILKA OLIVEIRA GONZALES, matrícula n.º 35325-6, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Administrativo, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 22.02.2016 à 22.03.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Março de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 159/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 159/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). JEFFERSON EDUARDO DA CRUZ, matrícula n.º 22700-5, lotado (a) na Secretaria de Administração, no cargo de Agente Administrativo, Licença para Tratamento de Saúde por 20 (vinte) dias, de 17.02.2016 à 07.03.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Março de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 160/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 160/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) CHRISTIANE ADRIANO, matrícula n.º 35836-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a), Licença para Tratamento de Saúde por 20 (vinte) dias, de 11.02.2016 à 01.03.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Março de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 161/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 161/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) VALMOR PAES DA SILVA, matrícula n.º 2775-8, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a), Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 17.02.2016 à 16.05.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Março de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 162/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 162/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) LEANDRA VIEIRA VIDAL PEREIRA, matrícula n.º 13607-7, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a), Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 15.02.2016 à 14.04.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Março de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 163/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 163/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) MARIA LUCIA FLORINDA, matrícula n.º 21735-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 04.02.2016 à 04.03.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Março de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 164/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 164/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) MARTA VIRGINIA BORGES CAPISTRANO, matrícula n.º 13621-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino, Licença para Tratamento de Saúde por 20 (vinte) dias, de 22.02.2016 à 12.03.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Março de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 165/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 165/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) HELEN PATRICIA CANDIDO DE CAMPOS, matrícula n.º 10815-4, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 05.02.2016 à 04.04.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Março de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 166/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 166/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) DANIELA ELI, matrícula n.º 425704-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Orientador Educacional, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 11.02.2016 à 11.03.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Março de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 167/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 167/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei n.º 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARIA DO SOCORRO FREIRE BORBA, matrícula n.º 10802-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a), readaptação funcional por 30 (trinta) dias, de 16.02.2016 à 16.03.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Março de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 168/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 168/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei n.º 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). DANIELA MAFESSONI, matrícula n.º 13806-1, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a), readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 04.03.2016 à 02.05.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de Março de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Março de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 169/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 169/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). JULIANA FERREIRA DA SILVA, matrícula n.º 1326-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a), readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 04.03.2016 à 02.05.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de Março de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Março de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 170/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 170/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). NEIDE JUSSARA SIMÃO, matrícula n.º 2783-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a), readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 11.02.2016 à 10.04.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Março de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 171/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 171/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). SILVIA MARIA BORDINHÃO,

matrícula n.º 13609-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a), readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 11.02.2016 à 10.04.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Março de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 172/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 172/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). OLGA MARIA BITTENCOURT SOARES, matrícula n.º 2780-4, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a), readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 05.02.2016 à 04.04.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Março de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 173/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 173/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ROSANIA JOCHEN FARIAS, matrícula n.º 10773-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a), readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 10.02.2016 à 09.04.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Março de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 174/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 174/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). CERES HELENA CAMPOS DE SANTOS, matrícula n.º 21721-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 12.02.2016 à 11.04.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Março de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 175/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 175/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). LUCIA VIEIRA, matrícula n.º 13639-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 04.03.2016 à 02.05.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de Março de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Março de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 176/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 176/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 37 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr. (a) ISOLETE MARIA LEAL, matrícula n.º 39078-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo

de Agente Comunitário de Saúde, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 03.03.2016 a 01.05.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de Março de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Março de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 177/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 177/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 37 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr. (a) INDIANARA RODRIGUES DOS SANTOS, matrícula n.º 39474-2, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 04.03.2016 a 02.05.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de Março de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Março de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 178/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 178/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 37 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr. (a) ADEMIR ROSA, matrícula n.º 23252-1, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente de Combate as Endemias, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 29.02.2016 a 28.04.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Março de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 179/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 179/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 106 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Que o servidor JOSE RODOLFO GILL BIANCHINI, matrícula n.º 39478-5, lotado na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, está apto para exercer suas atividades laborativas desde 04 de Março de 2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de Março de 2016.

IV - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Março de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 180/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 180/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ADRIANA MARA VECHI, matrícula n.º 1503-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 60 (sessenta) dias, de 19.02.2016 à 18.04.2016.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Março de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 181/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 181/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). KETRYN FABIANA CIDADE BESEKE, matrícula n.º 15201-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 30 (trinta) dias, de 19.02.2016 à 19.03.2016.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Março de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 182/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 182/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). STELA MARIA RIOS, matrícula n.º 13729-4, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Orientador Educacional, licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 180 (cento e oitenta) dias, de 11.02.2016 à 08.08.2016.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Março de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 183/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 183/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 112 da Lei n.º 2.248/91- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). CLEUSA BERNADETE HAMMES DE SOUZA, matrícula n.º 1921-6, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Atendente de Saúde Pública, licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 30 (trinta) dias, de 11.02.2016 à 11.03.2016.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Março de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 184/2016

PORTARIA- SA – Nº 184/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 01 (um) mês ao (a) servidor (a) Sr. (a) RODRIGO THEISGES, matrícula nº 19028-4, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Guarda Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2006/2011.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de Março de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Março de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 185/2016

PORTARIA- SA – Nº 185/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 01 (um) mês ao (a) servidor (a) Sr. (a) MARILENE SORATO, matrícula nº 15746-5, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Guarda Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2009/2014.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de Março de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Março de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 186/2016

PORTARIA- SA – Nº 186/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 01 (um) mês ao (a) servidor (a) Sr. (a) MANOEL HENRIQUE AZEVEDO, matrícula nº 19039-0, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Guarda Municipal, referente ao período

aquisitivo compreendido entre 2006/2012.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de Março de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Março de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 187/2016

PORTARIA- SA – Nº 187/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 01 (um) mês ao (a) servidor (a) Sr. (a) GILBERTO GUILHERME VIEIRA, matrícula nº 22840-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Motorista, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2008/2013.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Março de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Março de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 188/2016

PORTARIA- SA – Nº 188/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 01 (um) mês ao (a) servidor (a) Sr. (a) MABEL CRISTINA MARQUES ZIEGLER, matrícula nº 1546-2, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Fiscal Sanitário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2004/2009.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Fevereiro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Março de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 189/2016

PORTARIA- SA – N.º 189/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 03 (três) meses ao (a) servidor (a) Sr. (a) DOROTI MAIA DELL ANTONIO, matrícula nº 1100-2, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Cirurgião Dentista, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2005/2010.

II – Conceder o gozo de licença prêmio por 03 (três) meses, referente ao período compreendido entre 2010/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Fevereiro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Março de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 190/2016

PORTARIA- SA – N.º 190/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 01 (um) mês ao (a) servidor (a) Sr. (a) EDSON LUIS MACEDO, matrícula nº 16254-0, lotado (a) na Secretaria de Serviços Públicos, no cargo de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2005/2010.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de Março de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Março de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 191/2016

PORTARIA- SA – N.º 191/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 01 (um) mês ao (a) servidor (a) Sr. (a) LUIS DE SOUZA FARIA NETTO, matrícula nº 17504-8, lotado (a) na Secretaria de Administração, no cargo de Motorista, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2010/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26 de Fevereiro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Março de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 192/2016

PORTARIA- SA – N.º 192/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 01 (um) mês ao (a) servidor (a) Sr. (a) JOAO JOAQUIM MARTINS, matrícula nº 1934-8, lotado (a) na Secretaria de Infraestrutura, no cargo de Agente Operacional, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2006/2011.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de Março de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Março de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 193/2016

PORTARIA- SA – N.º 193/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 03 (três) meses ao (a) servidor (a) Sr. (a) ARMI DE MELO, matrícula nº 1168-1, lotado (a) na Fundação Municipal de Cultura e Turismo, no cargo de Professor, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2010/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Fevereiro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Março de 2016.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 194/2016

PORTARIA- SA – N.º 194/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 01 (um) meses ao (a) servidor (a) Sr. (a) RAFAEL BARCELOS MARTINS, matrícula nº 26376-1, lotado (a) na Fundação Municipal de Cultura e Turismo,

no cargo de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2009/2014.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Março de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Março de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 195/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 195/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). LUIZ CARLOS GONÇALVES, matrícula n.º 39337-1, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 18.01.2016 à 17.03.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18 de Janeiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Março de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 196/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 196/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 112 da Lei n.º 2.248/91- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). PATRICIA CARMEM RODRIGUES, matrícula n.º 30777-7, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Assistente Social, licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 30 (trinta) dias, de 12.02.2016 à 12.03.2016.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de Fevereiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 14 de Março de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N.034/2016

PORTARIA Nº 034/2016.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

RESOLVE:

I - DESIGNAR a servidora ELIZIA COELHO DE ÁVILA, para responder pela fiscalização da execução do seguinte contrato firmado entre a Câmara Municipal de São José e a seguinte empresa:

a) LANCER SOLUÇÕES EM INFORMATICA LTDA, PROCESSO 45/2015, CONTRATO Nº 013/2015.

Observando as condições expressas no edital e anexo que o integram.

II – COMPETE A SERVIDORA DESIGNADA:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal;

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 16 de março de 2016.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA Nº 035/2016

PORTARIA Nº 035/2016.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

RESOLVE:

I - DESIGNAR O servidor DIOCELES JOÃO VIEIRA, para responder pela fiscalização da execução dos seguintes contratos firmados entre a Câmara Municipal de São José e as seguintes empresas:

a) KHRONOS, SEGURANÇA PRIVADA LTDA, PROCESSO 038/2013 CONTRATO Nº 012/2013,

b) DS MANUTENÇÃO LTDA, PROCESSO 026/2013 CONTRATO 011/2013.

Observando as condições expressas no edital e anexo que o integram.

II – COMPETE A SERVIDOR DESIGNADO:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal;

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 16 de março de 2016.
ORVINO COELHO DE ÁVILA
PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA Nº 036/2016

PORTARIA Nº 036/2016.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

RESOLVE:

I - DESIGNAR O servidor, GABRIEL NIENCHOTTER para responder pela fiscalização da execução do seguinte contrato firmado entre a Câmara Municipal de São José e a seguinte empresa:

a) CIASC, PROCESSO 044/2015, CONTRATO Nº 012/2015.

Observando as condições expressas no edital e anexo que o integram.

II – COMPETE A SERVIDOR DESIGNADO:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal;

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 16 de março de 2016.
ORVINO COELHO DE ÁVILA
PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA Nº 037/2016

PORTARIA Nº 037/2016.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

RESOLVE:

I - DESIGNAR O servidor, EDMO CIDADE DE JESUS para responder pela fiscalização da execução dos seguintes contratos firmado entre a Câmara Municipal de São José e as seguintes empresas:

- a) BONNJUR DISTRIBUIÇÃO DE BOLETINS JURÍDICOS EIRELI - EPP, PROCESSO 042/2015.
- b) FEPESE, PROCESSO Nº 066/2015, CONTRATO Nº 014/2015.

Observando as condições expressas no edital e anexo que o integram.

II – COMPETE A SERVIDOR DESIGNADO:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal;

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 16 de março de 2016.
ORVINO COELHO DE ÁVILA
PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA Nº 038/2016

PORTARIA Nº 038/2016.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

RESOLVE:

I - DESIGNAR O servidor, ODELICIO LEONEL DA SILVA para responder pela fiscalização da execução dos seguintes contratos, firmados entre a Câmara Municipal de São José e as seguintes empresas:

- a) COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS BADU LTDA (VEÍCULOS FORD FIESTA), PROCESSO Nº 018/2015, CONTRATO Nº 001/2015.
- b) EDINHO COMÉRCIO DE PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA (VEÍCULO ZAFIRA), PROCESSO Nº 018/2015, CONTRATO Nº 002/2015.
- c) BKZ COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL (POSTO ONIX), PROCESSO Nº 061/2015, CONTRATO Nº 001/2016.
- d) GENTE SEGURADORA AS, PROCESSO Nº 056/2015, CONTRATO Nº 004/2016.

Observando as condições expressas no edital e anexo que o integram.

II – COMPETE A SERVIDOR DESIGNADO:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal;

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 16 de março de 2016.
ORVINO COELHO DE ÁVILA
PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA Nº 039/2016

PORTARIA Nº 039/2016.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

RESOLVE:

I - DESIGNAR A servidora, ADRIANA ISOLETE DE SOUZA para responder pela fiscalização da execução dos seguintes contratos firmados entre a Câmara Municipal de São José e as seguintes empresas:

- a) QGX, PROCESSO 048/2015, CONTRATO Nº 003/2016.
- b) HM HIPERMETAL, PROCESSO 048/2015, CONTRATO 002/2016.
- c) ELEVACON ELEVADORES LTDA, PROCESSO Nº 057/2015.

Observando as condições expressas no edital e anexo que o integram.

II – COMPETE A SERVIDOR DESIGNADO:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal;

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 16 de março de 2016.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº37/2016

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº37/2016, Edital de Pregão Nº37/2016, Objeto: AQUISIÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA PARA FINS DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO - SEMAE. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 09:00 horas do dia 07/04/2016. Abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 07/04/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br , ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 34/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2016

A Prefeitura Municipal, a partir do Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra de corte de grama, limpeza de pátio e poda de árvores, destinados para manutenção e conservação das Unidades de Ensino Infantil e Fundamental, da Rede Municipal de Ensino, para o exercício de 2016, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 05 de abril de 2016.

Abertura: às 14hs. do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 22 de março de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 35/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de Gás P-13 e P-45 destinados a utilização das Creches de Ensino Infantil e das Escolas de Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Ensino, para o período de 2016, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 05 de abril de 2016

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 22 de março de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 36/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2016
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2016

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Por Item..

OBJETO: Contratação de empresa com fornecimento de materiais e serviços de mão de obra destinado a construção do acesso coberto medindo 52,44m² e demais na Escola EMEIEF José Veronese; e, construção da cobertura e cercamento da caixa de areia da Creche CEI Jardim Encantado da Rede Municipal de Ensino, de acordo com Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos partes integrantes deste Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 15 de abril de 2016.

Abertura: às 09 hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 22 de março de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 17.2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 17/2016- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para realizar transporte de passageiros em Ônibus, Micro-Ônibus para atender as necessidades de todas as Secretarias e Coordenadorias da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, de acordo com os quantitativos e especificações constantes no anexo deste edital.

DATA DE ABERTURA: 07/04/2016 às 09h00min com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h45min do mesmo dia.

RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos e-mails: camilli@pmspa.sc.gov.br ou licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

São Pedro de Alcântara, 22/03/2016.

JUCÉLIO KREMER – Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 18.2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 18/2016- MODALIDADE: Pregão Presencial

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Contratação de pessoa física ou Jurídica para a prestação de serviços de Limpeza e Manutenção de Jardinagem nos locais definidos pela Administração, nos quais constam em anexo ao Edital.

DATA DE ABERTURA: 06/04/2016 às 14h00min com entrega dos envelopes para credenciamento até às 13h45min do mesmo dia.

RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos e-mails: camilli@pmspa.sc.gov.br ou licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

São Pedro de Alcântara, 22/03/2016.

JUCÉLIO KREMER – Prefeito Municipal

DECRETO Nº40/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SE GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº40/2016

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA .

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 1029/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 238.000,00 (Duzentos e trinta e oito mil reais) nas dotações abaixo identificadas:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.365.0004.2.016 – Func. e Manut. da Ed. Infantil R\$ 198.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.081.0 – Aplicações Diretas R\$ 198.000,00

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.4.122.0003.2.004 – Func. e Manut. da Secretaria de Administração,Finanças e Planejamento R\$ 40.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 238.000,00 (Duzentos e trinta e oito mil reais) nas dotações abaixo identificadas:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.365.0004.1.011 – Ampliação e Reforma de Escolas Creches

Ensino Infantil R\$ 40.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.081.0 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.00101.073 – Construção de um Muro R\$ 110.000,00

4.90.00.00.00.00.00.000.0 – Aplicações Diretas R\$110.000,00

06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.02.23.695.0008.1.087 – Construção de Ciclovia e Calçada R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

06.02.23.695.0008.2.047 – Funcionamento e Manutenção Do Turismo R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

06.01.13.392.0008.2.044 – Func. e Manutenção da Cultura R\$18.000,00 4.4.90.00.00.00.00.00.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 22 de março de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2015-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JANAINA FATIMA ANACLETO DUWE, inscrita no CPF sob nº. 821.726.099-00, aprovada em 11º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA A – ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 01 de abril de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 21 de março de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 27/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 27/2016-PMS

Modalidade Tomada de Preços nº. 03/2016-PMS - Processo nº. 28/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua ErvinoAlberto Winter – Est. 0 a Est. 3, Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 60m e área total de 660,75m², através do FUNDOSOCIAL Estadual, de acordo com projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações e Lei nº 2.176/2016 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.

Valor do contrato: R\$ 70.000,96 (setenta mil reais e noventa e seis centavos)

Data da Assinatura: 22/03/2016 – Vigência: 31/12/2016

Oswaldo Jurck - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6.484/2016, DE 22 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº6.484/2016, DE 22 DE MARÇO DE 2016

NOMEIA RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear o Senhor Walter Egidio Mukai, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº015.944.159-51, CREA-SC nº.065488-5-SC, o Senhor Ilmar José Pereira Borges Filho, inscrito no CPF sob o nº018.026.899-66, CREA SC nº51.856-6, o Senhor Cezar Santos de Jesus, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº. 048.348.439-39, CREA-SC nº093789-5 e o Senhor Otoniel da Silva, Arquiteto Urbanista, inscrito no CPF sob o nº003.963.009-95, CAU nºA60922-6, como responsáveis pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

· Execução de serviços (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Marechal Castelo Branco, trecho 1 – estaca 00 a 57, localidade de Itoupava-Açu/Bracinho, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 1.190,00m e área total de 12.021,50m², de acordo com as especificações no Contrato nº. 17/2016-PMS, Tomada de Preços nº. 01/2016-PMS, Processo nº. 08/2015-PMS. - empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. - CNPJ nº03.620.927/0001-12.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 22 de março de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.485/2016, DE 22 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº6.485/2016, DE 22 DE MARÇO DE 2016

NOMEIA RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear o Senhor Walter Egidio Mukai, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº015.944.159-51, CREA-SC nº.065488-5-SC, o Senhor Ilmar José Pereira Borges Filho, inscrito no CPF sob o nº018.026.899-66, CREA SC nº51.856-6, o Senhor Cezar Santos

de Jesus, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº. 048.348.439-39, CREA-SC nº093789-5 e o Senhor Otoniel da Silva, Arquiteto Urbanista, inscrito no CPF sob o nº003.963.009-95, CAU nºA60922-6, como responsáveis pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

· Execução de serviços (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Gustavo Streit (estaca 00 à estaca 54), localidade de Tomaselli, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 1.080,00m e área total de 11.043,00m², de acordo com Orçamento do Fundo Social do Governo do Estado de Santa Catarina, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e Lei nº. 2140/2015 e de acordo com as especificações no Contrato nº. 08/2016-PMS, Tomada de Preços nº. 20/2015-PMS, Processo nº. 283/2015-PMS. - empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA - CNPJ no 03.620.927/0001-12.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 22 de março de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.486/2016, DE 22 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº 6.486/2016, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença do servidor, Sr. Kilian Rafael Pretti, com efeitos retroativos a partir de 21 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de março de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 03/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 03/2016-PMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 03/2016-PMS, PROCESSO Nº. 28/2016-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua ErvinoAlberto Winter – Est. 0 a Est. 3, Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 60m e área total de 660,75m², através do FUNDOSOCIAL Estadual, de acordo com projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações e Lei nº 2.176/2016 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.

Vencedor: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Valor da proposta vencedora: R\$ 70.000,96 (setenta mil reais e noventa e seis centavos)

Data da Assinatura: 22/03/2016 – Vigência: 31/12/2016
Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 03/2016-FAS

Página: 1/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Número do Registro de Preços: 1/2016 Data do Registro: 22/03/2016 Válido até: 22/03/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de kits enxovais para fornecimento de benefício eventual (auxílio enxoval) feito pela Assistente Social da Gestão dos Benefícios Eventuais da Secretaria de Assistência Social do Município de S

| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descdo. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|------|---|-------|--|-------------|-------------|----------------|----------|
| 1 | Pacotes de fraldas de pano fechado, pacotes com 05 unidades, antialérgica, 100% algodão, tecido duplo, medindo 60x60cm, com acabamento de costura nas barras laterais do produto, descrição da composição do produto e instrução no modo de lavar, na cor branca e, branca com estampas soridas em tons claros, destas 50% de cada. | UN | COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658) | | 0 | 28,8000 | 1 |
| | | | BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662) | | 0 | 28,9500 | 2 |
| | | | 3A COMERCIO DE MOVEIS E REFRIGERACAO LTDA - ME (12068) | | 0 | 29,6000 | 3 |
| 2 | Pano de boca, pacotes fechado com 05 unidades, antialérgica, 100% algodão, tecido duplo, medindo 20x20cm, com acabamento de costura nas barras laterais do produto, descrição da composição do produto e instrução no modo de lavar, na cor branca e, branca com estampas soridas em tons claros, destas 50% de cada. | UN | COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658) | | 0 | 21,9900 | 1 |
| | | | BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662) | | 0 | 22,0000 | 2 |
| | | | 3A COMERCIO DE MOVEIS E REFRIGERACAO LTDA - ME (12068) | | 0 | 22,5000 | 3 |
| 3 | Toalha de banho infantil com capuz, antialérgica, tamanho 70x70cm, 85% algodão, com acabamento de costura nas barras laterais do produto, com instrução de lavagem, código de barra e descrição da composição, cores soridas em tons clareando destes 50% cores unissex. | UN | COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658) | | 0 | 28,6000 | 1 |
| | | | BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662) | | 0 | 28,6500 | 2 |
| | | | 3A COMERCIO DE MOVEIS E REFRIGERACAO LTDA - ME (12068) | | 0 | 29,9000 | 3 |
| 4 | Pacotes fechado de cueiros, antialérgico, contendo 03 unidades, tecido 100% algodão, flanelado, medindo 30x40cm, com código de barra, descrição da composição do produto e instrução no modo de lavar, cores soridas em tons claros. | UN | COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658) | | 0 | 25,9900 | 1 |

Página: 2/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

| Número do Registro de Preços: 1/2016 | | Data do Registro: 22/03/2016 | | Válido até: 22/03/2017 | | | |
|--------------------------------------|--|--|--|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: | | Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de kit's enxovais para fornecimento de benefício eventual (auxílio enxoval) feito pela Assistente Social da Gestão dos Benefícios Eventuais da Secretaria de Assistência Social do Município de S | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
| | | | BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662) | | 0 | 26,5000 | 2 |
| 5 | Tip top tamanho M, em tecido plush, 100% algodão, com punho, pé reversível em diversas cores em tons claros, sendo destes 50% cores unissex, com botão de pressão, código de barra, descrição da composição do produto e instrução no modo de lavar, antialérgico. | UN | REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082) | energy | 0 | 29,8500 | 1 |
| | | | BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662) | | 0 | 29,9000 | 2 |
| 6 | Tip top tamanho P, em tecido plush, 100% algodão, com punho, pé reversível, em diversas cores em tons claros, sendo destes 50% cores unissex, com botão de pressão, código de barra, descrição da composição do produto e instrução no modo de lavar, antialérgico. | UN | REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082) | energy | 0 | 28,8500 | 1 |
| | | | BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662) | | 0 | 28,9000 | 2 |
| 7 | Cobertor com embalagem em caixa com instrução de uso do fabricante, código de barra, material fibra acrílica, tipo antialérgico, comprimento 0,90cm, largura 0,80cm, com algodão urdume, características adicionais com fibra clílica, trama 84%, algodão urdume 16%, espessura 6mm, gramatura 0,40, cores claras com padronagem infantil, sendo destes 50% cores unissex. | UN | REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082) | jolltex | 0 | 83,2000 | 1 |
| | | | BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662) | | 0 | 83,3000 | 2 |
| | | | COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658) | | 0 | 84,6000 | 3 |
| 8 | Lençol para berço, antialérgico, 100% algodão, comprimento 1,50m, largura 0,90cm, espessura de 0,30 mm, cores (verde água, amarelo bebê, rosa bebê, branco, azul claro), sendo destes 50% cores unissex. | UN | 3A COMERCIO DE MOVEIS E REFRIGERACAO LTDA - ME (12068) | | 0 | 21,6500 | 1 |
| | | | COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658) | | 0 | 21,7000 | 2 |
| | | | BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662) | | 0 | 21,9000 | 3 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 3/6

| Número do Registro de Preços: 1/2016 | | Data do Registro: 22/03/2016 | | Válido até: 22/03/2017 | | | |
|---|---|------------------------------|--|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de kits enxovais para fornecimento de benefício eventual (auxílio enxoval) feito pela Assistente Social da Gestão dos Benefícios Eventuais da Secretaria de Assistência Social do Município de S | | | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
| | | | REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082) | real | 0 | 22,7000 | 4 |
| 9 | Pacote fechado de fraldas descartável infantil, com 36 unidades, tamanho "P", antialérgico, com barreiras antivazamento, com instrução de uso do fabricante, código de barra, com composição do produto e com prazo de validade mínimo de 18 meses contando da data da entrega. | UN | 3A COMERCIO DE MOVEIS E REFRIGERACAO LTDA - ME (12068) | | 0 | 32,9500 | 1 |
| | | | COMERCIAL VITORIA LTDA - IME (12658) | | 0 | 32,9900 | 2 |
| 10 | Conjunto malha de ribana tamanho G, antialérgico: body de manga cumprida e calça, 100% algodão, com punho e sem pé em diversas cores em tons claros, sendo destes 50% cores unissex, descrição da composição do produto e instrução no modo de lavar. | UN | BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662) | | 0 | 17,5000 | 1 |
| | | | REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082) | energy | 0 | 17,5500 | 2 |
| | | | COMERCIAL VITORIA LTDA - IME (12658) | | 0 | 17,7500 | 3 |
| 11 | Conjunto malha de ribana tamanho M, antialérgico: body de manga cumprida e calça, 100% algodão, com punho e sem pé em diversas cores em tons claros, sendo destes 50% cores unissex, código de barra, descrição da composição do produto e instrução no modo de lavar. | UN | BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662) | | 0 | 17,5000 | 1 |
| | | | REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082) | energy | 0 | 17,5500 | 2 |
| | | | COMERCIAL VITORIA LTDA - IME (12658) | | 0 | 17,7500 | 3 |
| 12 | Pares de meia, 100% algodão em diferentes cores em tons claros, sendo destes 50% cores unissex, para bebês até 06 meses, com código de barra, descrição da composição do produto e instrução no modo de lavar, tipo antialérgico. | UN | BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10662) | | 0 | 4,2000 | 1 |
| | | | COMERCIAL VITORIA LTDA - IME (12658) | | 0 | 4,2500 | 2 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 4/6

| Número do Registro de Preços: 1/2016 | | Data do Registro: 22/03/2016 | | Válido até: 22/03/2017 | | | |
|---|---|------------------------------|--|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de kit's enxovais para fornecimento de benefício eventual (auxílio enxoval) feito pela Assistente Social da Gestão dos Benefícios Eventuais da Secretaria de Assistência Social do Município de S | | | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
| | | | 3A COMERCIO DE MOVEIS E REFRIGERACAO LTDA - ME (12068) | | 0 | 4,3000 | 3 |
| 13 | Travessieiros de Berço com fronha em embalagem fechada, antialérgico, na cor branca, descrição da composição do produto, com instrução de uso do fabricante, código de barra, tamanho 30 x 40cm em fita. | UN | BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10682) | | 0 | 37,9000 | 1 |
| | | | COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12858) | | 0 | 38,0000 | 2 |
| | | | REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082) | damala | 0 | 38,6000 | 3 |
| | | | 3A COMERCIO DE MOVEIS E REFRIGERACAO LTDA - ME (12068) | | 0 | 38,7000 | 4 |
| 14 | Toalha fralda, antialérgica, 100% algodão, tecido duplo, medindo no mínimo 70X110cm, com acabamento de costura nas barras laterais do produto, descrição da composição do produto e instrução no modo de lavar, na cor branca e, branca com estampas sortidas em tons claros, destas 50% de cada. | UN | BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP (10682) | | 0 | 17,9500 | 1 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 5/6

| | | | | | | | |
|--------------------------------------|---------------|--|-------------------------------------|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Número do Registro de Preços: 1/2016 | | Data do Registro: 22/03/2016 | | Válido até: 22/03/2017 | | | |
| Objeto da Compra: | | Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de kit's enxovais para fornecimento de benefício eventual (auxílio enxoval) feito pela Assistente Social da Gestão dos Benefícios Eventuais da Secretaria de Assistência Social do Município de S | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
| | | | COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658) | | 0 | 18,0000 | 2 |

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 6/6

| | | | | | | | | | | |
|--|---------------|--|--|-------|------------------------------|--|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Número do Registro de Preços: 1/2016 | | | | | Data do Registro: 22/03/2016 | | Válido até: 22/03/2017 | | | |
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de kit's enxovais para fornecimento de benefício eventual (auxílio enxoval) feito pela Assistente Social da Gestão dos Benefícios Eventuais da Secretaria de Assistência Social do Município de S | | | | | | | | | | |
| Item | Especificação | | | Unid. | Fornecedor | | Marca Ofer. | Descdo. (%) | Preço Unitário | Classif. |

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2016

PROCESSO Nº 5/2016

(7082) - REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME

(10662) - BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP

(12068) - 3A COMERCIO DE MOVEIS E REFRIGERACAO LTDA - ME

(12658) - COMERCIAL VITORIA LTDA - ME

Schroeder, 22 de Março de 2016.

DISPENSA Nº 03/2016-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER**DISPENSA DE LICITAÇÃO**
Nr.: 3/2016 - DL**CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.:** 6/2016
Data: 22/03/2016

Folha: 1/2

Fornecedor: IECLB - PARÓQUIA DE SCHROEDER
Endereço: RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3339
Cidade: Schroeder - SC
CNPJ: 79.362.299/0001-84**Código:** 7254**Inscrição Estadual:** ISENTA**Objeto da Compra:** Locação do galpão situado na Rua Rio de Janeiro, s/n, Schroeder I, com 200m², incluso banheiros, para a realização dos grupos de PAIF do CRAS da Secretaria Assistência Social, do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

| Item | Quantidade | Especificação | Unid. | Valor Unitário | Valor Total |
|------|------------|--|-------|----------------|-------------|
| 1 | 10,00 | Locação do galpão, situado na Rua Rio de Janeiro, s/n, Schroeder I, sendo a metragem galpão de 200m², incluso banheiros, para a realização dos grupos de PAIF do CRAS da Secretaria de Assistência Social, Setor de Assistência Social do Município de Schroeder/SC. | MÊS | 300,00 | 3.000,00 |

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem à sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

JUSTIFICATIVA

Ausência de espaço adequado no Setor de Assistência Social na localidade para realização de atividades coletivas, visto que envolve número maior de participantes.

Schroeder, 22 de Março de 2016

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

| | |
|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC | DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 3/2016 - DL |
| | Processo Nr.: 6/2016 Data: 22/03/2016 |
| | Folha: 2/2 |

16/3/2016

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 16 de Março de 2016

Valor da Despesa:

3.000,00 (três mil reais)

Pagamento.....:

15 dias após recebimento do documento fiscal

CÂMARA MUNICIPAL**HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE PREÇO N.001/2016**

TOMADA DE PREÇO N. 001/2016

CNPJ: 83.539.676/0001-85

Processo de Licitação: 001/2016

Data do Processo: 21/03/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Senhor Presidente, Adriano Kath, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei N. 8.666/93 e alterações posteriores, à vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, RESOLVE:

01 – HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo n. 001/2016

b) Licitação n. 001/2016

c) Modalidade: Tomada de Preço

d) Data da Homologação: 22/03/2016

e) Data da Adjudicação: 22/03/2016

f) Objeto da Licitação: Contratação, por menor preço global, de empresa especializada para o fornecimento de gêneros alimentícios para suprir as necessidades da Câmara Municipal.

g) Fornecedor e Item Vencedor:

(em reais R\$)

Preço global

FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI R\$ 4.045,27

Schroeder, 22 de março de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Adriano Kath - Presidente

Seara

PREFEITURA

ATA REGISTRO PREÇOS P.PRESENC. Nº. 017/2016 - PL 024/2016-RP - FORNEC. JPA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 024/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 017/2016

Pregão Presencial nº. 017/2016

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Laci Grigolo, brasileira, casada, RG n.º 1.870.996, CPF n.º 982.428.739/68, residente e domiciliada na rua Albino Sordi, n.º 69, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa JPA Serviços Ltda - EPP, CNPJ n.º 05.611.674/0001-46, estabelecida na av. Paludo, n.º 837, bairro São João, Seara, SC, neste ato representada pelo Sr. Josemar Paludo, brasileiro, casado, empresário, RG 14/R 1.552.324, CPF n.º 484.783.189-68, residente e domiciliado na C, n.º. 193, bairro São João, Seara, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 017/2016, de Registro de Preços, que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais elétricos, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 29.214,00 (vinte e nove mil, duzentos e quatorze reais), são válidos por 06 (seis) meses, passando a vigorar do dia 21/03/2016, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 20/09/2016.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 017/2016, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 21/03/2016.

Laci Grigolo Josemar Paludo
Município de Seara JPA Serviços Ltda - EPP
Contratante Contratada

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2016

Processo Licitatório nº 034/2016

Edital de Pregão Presencial nº. 022/2016

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 06/04/2016, “envelope de credenciamento, da proposta e da documentação” referentes à aquisição de peças novas e serviços de mão de obra para conserto da escavadeira hidráulica PC138US-8, marca komatsu, serie 24256, ano de fabricação 2009, frota nº. 82, da secretaria municipal da interior. A íntegra do Edital de Pregão Presencial poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 22 de março de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 016/2016

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 016/2016

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

O Município de Serra Alta, com sede à Avenida Dom Pedro II, 830, centro CEP: 89871-000, inscrita no CNPJ sob o nº 80.622.319/0001-98 neste ato representado por sua prefeita municipal em exercício BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO, inscrito(a) no CPF sob o nº 542.438.829-91 e RG 1718403, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado CONTRATADA: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº 284/2005, neste ato representada em consonância ao Art. 38, inc. III e parágrafo Único, do Estatuto Social da Epagri, por Mircon Frühauf CPF nº 732.719.189-53, RG nº 12/R 1.851.235- SSPS, Gerente Regional da Epagri de Palmitos CNPJ nº 83.052.191/0041-50, com endereço à Rua Padre Anchieta 527, Centro, Palmitos SC, CEP 89887-000, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, Resolvem de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações supervenientes às Licitações e Contratos da Administração Pública, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL, ORIGEM E DOTAÇÃO

1.1 O presente instrumento está fundamentado na Lei 8.666/93, arts. 1º, 25, “caput”; 54 e 55; apresentando origem na negociação entre a CONTRATANTE, e encaminhamento deste instrumento pela Gerência Regional da Epagri de Palmitos, unidade da CONTRATADA. E tem como dotação orçamentária os seguintes códigos: Proj./Ativ. 2010– Assistência ao Produtor Rural – Despesa 65/ 33.90.00.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1 I – São obrigações da CONTRATADA:

1. Disponibilizar pessoal técnico especializado em assessoramento para elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Plano anual de trabalho – PAT;
2. Viabilizar as instalações físicas necessárias para a execução dos trabalhos descritos no Plano Anual de trabalho - PAT, nos Centros de Treinamento e Estações Experimentais;
3. Disponibilizar material técnico e de apoio necessários à prestação dos serviços previstos no Plano anual de trabalho – PAT;
4. Fornecer cursos de capacitação técnica aos profissionais que atuam no Município CONTRATANTE;
5. Acompanhar, orientar e assessorar na prestação dos trabalhos referentes ao Plano anual de trabalho – PAT no Município CONTRATANTE;

6. Implementar os trabalhos de interesse do CONTRATANTE e os que lhe couberem no Plano anual de trabalho – PAT;

7. Participar de reuniões quando solicitadas pelo CONTRATANTE;

8. Responsabilizar-se pela execução dos Programas da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e demais programas institucionais do governo federal em que tenha tal atribuição, no nível Municipal.

II – São obrigações do CONTRATANTE:

1. Repassar para CONTRATADA o valor ajustado na conformidade da Cláusula Quinta, referente a prestação dos serviços objeto do presente instrumento de contrato,

2. Permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas e locais onde serão prestados os serviços;

3. Promover a participação dos seus técnicos nos cursos ministrados pela CONTRATADA;

4. Supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços, e

5. Proceder à avaliação dos serviços prestados e emitir relatório com os resultados obtidos.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DOS SERVIÇOS

4.1 Para execução dos serviços, o prazo estipulado terá início em 22/03/2016 até 31/12/2016 facultando a continuidade da prestação dos serviços por acordo e interesse das partes, prorrogando-se o contrato mediante termo aditivo com previsão na Lei Municipal e aplicação do disposto do artigo 57 e inciso da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações e Contratos da Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

5.1 O CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural prestados, o valor global de R\$ 22.000,00 (Vinte e Dois Mil Reais) divididas em 10 parcelas, repassado no período de vigência desse contrato.

Parágrafo Único: Dos valores acima especificados serão descontados o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conforme item 17.1 Lei Municipal que regulamente este tributo, bem como o Imposto de Renda – Pessoa Jurídica, conforme legislação federal competente.

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1 O valor mensal acima mencionado será repassado pelo CONTRATANTE/Município para a Epagri, mediante emissão de boleto bancário. O vencimento dos boletos será conforme acordado nesse instrumento jurídico. A quitação do pagamento será dada pela CONTRATADA imediatamente após o recebimento de cada parcela. Parágrafo Primeiro: A nota fiscal deverá ser emitida até o ÚLTIMO dia útil de cada mês da prestação do serviço.

CLÁUSULA SETIMA – DAS DESPESAS CONTRATUAIS

7.1 As despesas decorrentes das obrigações trabalhistas relativas à prestação dos serviços Assistência Técnica e Extensão Rural, objeto do instrumento ora ajustado correrá por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

8.1 A Epagri prestará os serviços como forma de consultoria e orientação e, neste sentido, não poderá ser responsabilizada por prejuízos econômicos ou patrimoniais que os agricultores consulentes possam ser vítimas, dada a impossibilidade de previsão dos riscos da atividade agropecuária e pesqueira.

Parágrafo Único: A Epagri se isenta de responsabilidade também nos casos de negativa de financiamento agropecuário sejam quais forem os motivos que deram causa a esta.

CLÁUSULA NONA DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1 Nenhuma alteração contratual será efetuada sem a autorização das partes, cabendo modificar, adicionar, retificar ou excluir termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos, mediante termo aditivo competente e de conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 Este instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, ou por qualquer das partes caso ocorra descumprimento de cláusula ou condição na execução do presente contrato cabendo multa pela parte que der motivo o equivalente a 1 (uma) parcela do valor contratado.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 Pela inadimplência de quaisquer das parcelas, o CONTRATADO estará sujeito as penalidades previstas no Estatuto das Licitações Públicas, Lei 8.666/93.

Parágrafo Único: Pelo descumprimento do pagamento de quaisquer das parcelas discriminadas na Cláusula Quinta ajustada neste instrumento, a CONTRATADA inviabilizará a emissão da CND - Certidão Negativa de Débito, até que a situação de inadimplência seja restabelecida.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO FORO E PUBLICAÇÃO

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, independente de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Contrato.

Parágrafo Único: A publicação resumida do presente instrumento na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, caberá à Prefeitura Municipal de Serra Alta, sendo realizado de conformidade com o que disciplina o art.61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Serra Alta/SC, 22/03/2016.

| |
|---------------------------------|
| BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO |
| Prefeita Municipal em exercício |
| CONTRATANTE |

| |
|--|
| MIRCON FRÜHAUF |
| Gerente Regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri |
| CONTRATADA |

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI
CPF: 418.827.760-20

ALEX CEREZOLLI
CPF: 069.845.719-6

DECRETO Nº 049/2016

DECRETO Nº 049/2016 DE 21 DE MARÇO DE 2016
"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal(em exercício) de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 1050/2015 de 10/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 424.560,95 (Quatrocentos e

vinde e quatro mil, quinhentos e sessenta reais e noventa e cinco centavos), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1050/2015 de 10/12/2015 a saber:

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 2.500 – Manutenção do Ensino Básico

Natureza da Despesa: 3.1.90.0002 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0002 – Receitas de Impostos e de Transferência Educação

Despesa: 110 R\$ 424.560,95

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 424.560,95 (Quatrocentos e vinte e quatro mil, quinhentos e sessenta reais e noventa e cinco centavos), serão anulados da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 2.500 – Manutenção do Ensino Básico

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0001 – Recursos Ordinários

Despesa: 39 R\$ 424.560,95

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 424.560,95 (Quatrocentos e vinte e quatro mil, quinhentos e sessenta reais e noventa e cinco centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, 21 de Março de 2016.
BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO
Prefeita em Exercício

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

DECRETO Nº 050/2016

DECRETO Nº 050/2016 DE 22 DE MARÇO DE 2016.

"Altera o Decreto Nº183/2015 que dispõe sobre o Calendário fiscal para pagamento de Impostos Municipais e da outras providências. BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal (em exercício) de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, que lhe são atribuídas.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a data de vencimento do Alvara Sanitário para pagamento em cota única para o dia 20 de maio de 2016.

Art. 2º Os demais itens do Decreto 183/2015 de 10 de dezembro de 2015 permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 22 de março de 2016.
BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO
Prefeita em exercício

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 051/2016

DECRETO Nº 051/2016 DE 22 DE MARÇO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE LOTAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL WILLIAN PERUZZO STOFFEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal (em exercício) de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido de lotação o Servidor Público Municipal WILLIAN PERUZZO STOFFEL – inscrito no CPF sob nº 103.599.179-92, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 11 do Grupo 1- SEG, que atualmente está lotado na Secretaria Municipal de Saúde para Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando o Decreto nº046/2016 de 15 de Março de 2016, e as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 22 de Março de 2016.
BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO
Prefeita em Exercício

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2016

A Prefeita (em exercício) do município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina Srª. BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Edital do Concurso Público nº 002/2014 e conforme o Decreto nº 015 /2015 que homologa o resultado oficial dos classificados,

DETERMINA

I – CONVOCAR os candidatos a seguir relacionados aprovados no referido Concurso Público, pela ordem de classificação, para comparecer no Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria Municipal de Administração, situada anexa a Prefeitura, na Avenida Dom Pedro II, 830, para preenchimento da vaga, conforme previsto no Edital, no período 30 dias a contar a partir desta data, no horário de expediente (07 :30 hs às 11 :30 hs e das 13:30 hs às 17 :30hs).

JULIANO MAURICIO SIEBEL – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA.
II – DETERMINA que o candidato convocado apresente cópia da documentação abaixo, acompanhada dos originais para conferência, quando couber :

- 01 Foto 3x4 (atual);
- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Título de eleitor;
- Quitação com as obrigações eleitorais;
- Certidão de Casamento;
- Registro de Nascimento dos filhos menores de idade;

- Histórico Escolar;
- Diploma e registro no respectivo órgão fiscalizador da Profissão.
- Endereço/ fone;
- Carteira nacional de Habilitação, com a categoria exigida.
- Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
- Fotocópia do registro do contrato na carteira profissional, quando se tratar de pessoal celetista; número do PIS/PASEP;
- Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial; (Atestado Médico).
- Comprovante de residência;
- Declaração de Bens;
- Conta corrente do Banco do Brasil S/A.

III – COMUNICAR que o não comparecimento no prazo previsto implicará na desclassificação automática conforme item 10.4 do edital 002/2014. Tais medidas se fazem necessárias frente à necessidade do atendimento profissional junto ao setor competente.

Serra Alta, Gabinete do Prefeito, 21 de Março de 2016.
BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO
Prefeita em exercício

ERRATA Nº 004/2016

ERRATA Nº 004/2016 DO DECRETO Nº. 183/2015 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº.183/2015, DISPÕE SOBRE O CALENDARIO FISCAL PARA PAGAMENTO DE IMPOSTOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal (em exercício) de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica retificado o Decreto nº. 183/2015 de 10 de dezembro de 2015, na forma e nas condições abaixo relacionadas.

ONDE SE LEU:

Art. 1º. Fica definido o Calendário Fiscal de Serra Alta, para pagamento de Alvará de Licença para Localização e Permanência - IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), Alvará Sanitário e ISS (Imposto Sobre Serviços), referente ao Exercício de 2015.

LEIA-SE:

Art. 1º. Fica definido o Calendário Fiscal de Serra Alta, para pagamento de Alvará de Licença para Localização e Permanência - IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), Alvará Sanitário e ISS (Imposto Sobre Serviços), referente ao Exercício de 2016.

Art. 2º Todos os demais itens do Decreto nº. 183/2015 de 10/12/2015 ficam inalterados.

Art. 3º Esta Errata do Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 22 de Março de 2016.
BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO
Prefeita em exercício

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

EXTRATO CONTRATUAL Nº 003/2016-FMS

| | |
|--|--|
| Estado de Santa Catarina | |
| MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | |
| PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016 | |
| EXTRATO CONTRATUAL | |
| Contrato Nº.: | 003/2016 |
| Contratante | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / MUNICÍPIO DE SERRA ALTA |
| Contratada | S & R DISTRIBUIDORA LTDA. |
| Objeto | A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens: Nº 01 – SUSTAGEM 400GR, Nº 09-ITRACONAZOL 100MG, Nº 15-BUDESONIDA e Nº 21-TIBOLONA 2,5MG referente a Aquisição de Medicamentos de uso contínuo, para manutenção da Farmácia Básica da Unidade de Saúde Municipal, para distribuição gratuita aos munícipes Serraltenses que encontram-se em tratamento de saúde. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 004/2016 – FMS, juntamente com seus anexos e a proposta comercial do CONTRATADO. |
| Valor | A Contratada receberá o valor total de R\$ 2.662,30 (Dois mil, seiscentos e sessenta e dois reais e trinta centavos), pagos proporcionalmente à quantidade entregue. |
| Vigência | 23/03/2016 à 31/12/2016. |
| Dotação | Orçamento vigente: 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - 2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - 3.3.90.00. Despesa 4 – DR0002 |
| SERRA ALTA, 23 de Março de 2016. | |
| BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO | |
| PREFEITA EM EXERCÍCIO | |

EXTRATO CONTRATUAL Nº 004/2016-FMS

| | |
|--|--|
| Estado de Santa Catarina | |
| MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | |
| PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016 | |
| EXTRATO CONTRATUAL | |
| Contrato Nº.: | 004/2016 |
| Contratante | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / MUNICÍPIO DE SERRA ALTA |
| Contratada | DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP. |
| Objeto | A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens: Nº 06 – SERINGA BD ULTRAFINE II 0,3ML-8MM c/ 0,5ml, Nº 10- SILDENAFILA 50MG, Nº 11-TADAFILINA 20MG e Nº 12- SERINGA BD ULTRAFINE II 0,3ML-8MM c/ 0,1ml, Nº 14- OLMESARTANA 40MG, Nº 22- LAMOTRIGINA 25MG referente a Aquisição de Medicamentos de uso contínuo, para manutenção da Farmácia Básica da Unidade de Saúde Municipal, para distribuição gratuita aos munícipes Serraltenses que encontram-se em tratamento de saúde. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 004/2016 – FMS, juntamente com seus anexos e a proposta comercial do CONTRATADO. |

| | |
|-------------------------------------|--|
| Valor | A Contratada receberá o valor total de R\$ 2.011,12 (Dois mil, onze reais e doze centavos), pagos proporcionalmente à quantidade entregue. |
| Vigência | 23/03/2016 à 31/12/2016. |
| Dotação | Orçamento vigente: 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - 2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - 3.3.90.00. Despesa 5 – DR0034. |
| SERRA ALTA/SC, 23 de Março de 2016. | |
| BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO | |
| PREFEITA EM EXERCÍCIO | |

EXTRATO CONTRATUAL Nº 005/2016-FMS

| | |
|--|---|
| Estado de Santa Catarina | |
| MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | |
| PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016 | |
| EXTRATO CONTRATUAL | |
| Contrato Nº.: | 005/2016 |
| Contratante | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / MUNICÍPIO DE SERRA ALTA |
| Contratada | COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. |
| Objeto | A CONTRATADA obriga-se a fornecer o item: Nº 03 – NOVO-RAPID INSULINA ASPARTE 100U- FRASCO 10ML referente a Aquisição de Medicamentos de uso contínuo, para manutenção da Farmácia Básica da Unidade de Saúde Municipal, para distribuição gratuita aos munícipes Serraltenses que encontram-se em tratamento de saúde. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 004/2016 – FMS, juntamente com seus anexos e a proposta comercial do CONTRATADO. |
| Valor | A Contratada receberá o valor total de R\$ 1.089,60 (Um mil, oitenta e nove reais e sessenta centavos), pagos proporcionalmente à quantidade entregue. |
| Vigência | 23/03/2016 à 31/12/2016. |
| Dotação | Orçamento vigente: 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - 2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - 3.3.90.00. Despesa 5 – DR0034. |
| SERRA ALTA/SC, 23 de Março de 2016. | |
| BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO | |
| PREFEITA EM EXERCÍCIO | |

EXTRATO CONTRATUAL Nº 006/2016-FMS

| | |
|--|---|
| Estado de Santa Catarina | |
| MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | |
| PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016 | |
| EXTRATO CONTRATUAL | |
| Contrato Nº.: | 006/2016 |
| Contratante | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / MUNICÍPIO DE SERRA ALTA |
| Contratada | DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP. |
| Objeto | <p>A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens: Nº 02- FORASEQ 12/400, Nº 08 – HIDROXICLOROQUINA 400mg, Nº 13 – LANTUS Frasco 10ml, Nº 17- GLICOSAMINA+CONDROITINA 500/400mg, Nº 18- GLICOSAMINA++CONDROITINA 1500/1200mg e Nº 28- METOTREXATE 2,5mg referente a Aquisição de Medicamentos de uso contínuo, para manutenção da Farmácia Básica da Unidade de Saúde Municipal, para distribuição gratuita aos munícipes Serraltenses que encontram-se em tratamento de saúde.</p> <p>Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 004/2016 – FMS, juntamente com seus anexos e a proposta comercial do CONTRATADO.</p> |
| Valor | A Contratada receberá o valor total de R\$ 37.888,20 (Trinta e sete mil, oitocentos e oitenta e oito reais e vinte centavos), pagos proporcionalmente à quantidade entregue. |
| Vigência | 23/03/2016 á 31/12/2016. |
| Dotação | Orçamento vigente: 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE- 2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - 3.3.90.00. Despesa 4 – DR0002. |
| SERRA ALTA/SC, 23 de Março de 2016. | |
| BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO | |
| PREFEITA EM EXERCÍCIO | |

EXTRATO CONTRATUAL Nº 007/2016-FMS

| | |
|--|---|
| Estado de Santa Catarina | |
| MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | |
| PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016 | |
| EXTRATO CONTRATUAL | |
| Contrato Nº.: | 007/2016 |
| Contratante | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / MUNICÍPIO DE SERRA ALTA |
| Contratada | DRV COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. |
| Objeto | <p>A CONTRATADA obriga-se a fornecer os seguintes itens: Nº 07- CEFALITUM, Nº 16 – PRAMIPEXOL ER 0,75mg, Nº 19 – CLIANE, Nº 20- CLIMENE, Nº 23- AZORGA COLÍRIO, Nº 24- AZOPT COLÍRIO, Nº 25- COMBIGAN COLÍRIO 0,2/0,5%, Nº 26- GANFORT COLÍRIO, Nº 27- LEVOMEPRIMAZINA 25mg e Nº 29- XARELTO 20mg referente a Aquisição de Medicamentos de uso contínuo, para manutenção da Farmácia Básica da Unidade de Saúde Municipal, para distribuição gratuita aos munícipes Serraltenses que encontram-se em tratamento de saúde.</p> <p>Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 004/2016 – FMS, juntamente com seus anexos e a proposta comercial do CONTRATADO.</p> |
| Valor | A Contratada receberá o valor total de R\$ 16.755,90 (Dezesseis mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos), pagos proporcionalmente à quantidade entregue. |
| Vigência | 23/03/2016 á 31/12/2016. |
| Dotação | Orçamento vigente: 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE- 2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - 3.3.90.00. Despesa 5 – DR0034. |
| SERRA ALTA/SC, 23 de Março de 2016. | |
| BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO | |
| PREFEITA EM EXERCÍCIO | |

Siderópolis

PREFEITURA

14/2016 AVISO DE DISPENSA

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS Nº. 14/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO PMS 04/2016

O Município de Siderópolis, em conformidade com o art. 24 inciso II da Lei Federal Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação subsequente comunica que estará realizando Dispensa de Licitação para Contratação de serviço especializado na área de informática, para licença de uso de softwares para gestão escolar integrado, compreendendo sistemas de: cadastro de unidades escolar; matriz curricular; fórmulas de avaliação; calendário escolar; ensino infantil; ensino regular; gestão de recursos humanos; consulta, estatístico e gerencial (web); e portal do aluno (web), bem como serviços de implantação e treinamento nos referidos sistemas, para exercício de 2016, sendo que a proposta mais vantajosa foi decorrente de uma prévia pesquisa de mercado e verificação quanto a regularidade da documentação. Assim sendo, a escolha recaiu na empresa:

CONTRATADA: INTELLIBR SISTEMAS LTDA;

VIGÊNCIA: 10 meses.

VALOR: R\$ 800,00 mensais.

Siderópolis, 22 de março de 2016.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Sombrio

PREFEITURA

DEC. 112/2016

DECRETO Nº. 112 DE 07 DE MARÇO DE 2016.

“CONFIRMA O FERIADO RELIGIOSO DA PAIXÃO DE CRISTO, SEXTA FEIRA SANTA”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, de 06 de abril de 1990, e

Considerando que a Portaria nº. 630, de 31 de dezembro de 2015, do Ministério de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que “Considera feriado Nacional o dia 25 de março de 2016, data comemorativa a Paixão de Cristo, Sexta Feira Santa:

Considerando a especial devoção da comunidade católica de Sombrio e região;

DECRETA:

Art. 1º. Fica confirmado o feriado religioso da “Paixão de Cristo, Sexta Feira Santa” no Município de Sombrio, , o dia 25 de março de 2016 (Sexta Feira).

Art. 2º. Em virtude do feriado nacional, os serviços e atividades consideradas essenciais e de caráter contínuo como coleta de lixo, vigilância e SAMAE, funcionarão em escala de plantão.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 07 de março de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

LEI 2256/2016

LEI Nº 2256, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

ALTERA O NÚMERO DE CARGOS DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL – ANEXO V-A E ANEXO VIII, GRUPO III, COM INSERÇÃO NA LEI MUNICIPAL Nº1.416/2003 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. O Anexo V-A e o Anexo VIII, Grupo III, partes integrantes da Lei Municipal nº 1.416/2003, passam a vigorar com o acréscimo de 25 (vinte e cinco) vagas no cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, conforme habilitação profissional, atividades específicas e vencimentos correspondentes.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio, 22 de março de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

J U S T I F I C A T I V A

PROJETO DE LEI Nº2016

Projeto de Lei Exec. nº. 003/2016.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Encaminho para apreciação dessa Casa Legislativa o Projeto de Lei que trata do aumento do número de vagas para o cargo de Auxiliar de

Ensino de Educação Infantil 25 (vinte e cinco) vagas, mantidas as respectivas atribuições constantes da Lei Municipal nº 1416/2003.

Tal proposição visa adequar o quadro de servidores à necessidade funcional da Administração Pública.

Face ao exposto, submetemos o presente projeto de lei a apreciação dos Senhores Vereadores que compõem esta Casa de Leis.

Município de Sombrio – SC, 15 de março de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

PORT. 060/2016

PORTARIA Nº 060 DE 16 DE MARÇO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES QUE EXPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores públicos Municipais, conforme quadro de escala que segue:

| CÓD. | NOME | PERIODO AQUISITIVO | | | PERIODO DE GOZO | | |
|------|---------------------------------------|--------------------|---|------------|-----------------|---|------------|
| 4764 | Carlos Florentino Machado Sobrinho | 02/02/2011 | à | 01/02/2012 | 01/03/2016 | à | 30/03/2016 |
| 3616 | Cristina Primieri Isoppo Coelho | 01/02/2015 | à | 31/01/2016 | 01/03/2016 | à | 30/03/2016 |
| 5730 | Cintia Angélica Barbosa da Luz Santos | 23/02/2015 | à | 22/02/2016 | 01/03/2016 | à | 30/03/2016 |
| 7055 | Douglas Maciel Martins | 01/12/2014 | à | 30/11/2015 | 11/03/2016 | à | 10/04/2016 |
| 3694 | Edevanis de Oliveira | 01/03/2015 | à | 29/02/2016 | 01/03/2016 | à | 30/03/2016 |
| 3673 | Edula Maria Souza Leandro | 01/02/2015 | à | 31/01/2016 | 01/03/2016 | à | 30/03/2016 |
| 2782 | Fabiane de Quadro Colares | 18/07/2014 | à | 17/07/2015 | 01/03/2016 | à | 30/03/2016 |
| 855 | Gisele Maurer Porto | 01/04/2014 | à | 31/03/2015 | 01/03/2016 | à | 30/03/2016 |
| 4662 | Iraci Feliciano de Borba | 17/02/2015 | à | 16/02/2016 | 01/03/2016 | à | 30/03/2016 |
| 6141 | Idio Gonçalves Réus | 14/02/2015 | à | 13/02/2016 | 01/03/2016 | à | 30/03/2016 |
| 3830 | João Marques | 28/11/2014 | à | 27/11/2015 | 01/03/2016 | à | 30/03/2016 |
| 3606 | Janice Cardoso Trajano | 06/02/2015 | à | 05/02/2016 | 01/03/2016 | à | 30/03/2016 |
| 4228 | Paulo Sergio da Rosa | 01/02/2014 | à | 31/01/2015 | 01/03/2016 | à | 30/03/2016 |
| 1666 | Roger Pereira | 03/10/2014 | à | 02/10/2015 | 01/03/2016 | à | 30/03/2016 |
| 7223 | Rosane dos Santos Joaquim | 05/03/2015 | à | 04/03/2016 | 15/03/2016 | à | 14/04/2016 |
| 5310 | Roselane da Silva Colares | 01/02/2015 | à | 31/01/2016 | 01/03/2016 | à | 30/03/2016 |
| 1236 | Solange de Quadros | 16/02/2015 | à | 15/02/2016 | 01/03/2016 | à | 30/03/2016 |
| 7018 | Tania G. Possamai | 10/07/2014 | à | 09/07/2015 | 01/03/2016 | à | 30/03/2016 |
| 7105 | Tatiane de Souza | 18/02/2015 | à | 17/02/2016 | 01/03/2016 | à | 30/03/2016 |
| 3824 | Vanessa Isoppo da Silva | 27/11/2014 | à | 26/11/2015 | 01/03/2016 | à | 30/03/2016 |
| 1230 | Vanir da Rosa Gomes | 02/02/2015 | à | 01/02/2016 | 01/03/2016 | à | 30/03/2016 |

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 16 de março de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORT. 061/2016

PORTARIA Nº. 061 DE 22 DE MARÇO DE 2016

NOMEIA SERVIDORES APROVADOS PELO CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 001/2015 (ADMINISTRAÇÃO)

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 combinado com a Lei nº. 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital nº. 001/2015 (Administração), para o cargo de Fiscal de Tributos, com Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, como segue:

| NOME |
|-------------------------------|
| João Paulo Anastácio Floriano |

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 22 de março de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORT. 062/2016

PORTARIA Nº. 062 DE 22 DE MARÇO DE 2016

NOMEIA SERVIDORES APROVADOS PELO CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 001/2015 (ADMINISTRAÇÃO)

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 combinado com a Lei nº. 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital nº. 001/2015 (Administração), para o cargo de Professor de Séries Iniciais, com Carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, como segue:

| NOME |
|-------------------------------|
| Thais Valandro Martins Borges |

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 22 de março de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 062/2016

PORTARIA Nº. 062/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ESTÁVEL SR. AIR MAURI SCHITTLER, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO para o Servidor Público Municipal Sr. AIR MAURI SCHITTLER, Efetivo, Motorista, com matrícula nº. 372/01, o percentual de 5% (cinco por cento) para Ensino Médio, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento do servidor e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
 - b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
 - c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
 - d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.
- [...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 063/2016

PORTARIA Nº. 063/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ESTÁVEL SR. ALECIO ZAPPANI, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos,

Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO para o Servidor Público Municipal Sr. ALECIO ZAPPANI, Efetivo, Operador, com matrícula nº. 376/01, o percentual de 5% (cinco por cento) para Ensino Médio, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento do servidor e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
 - b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
 - c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
 - d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.
- [...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 064/2016

PORTARIA Nº. 064/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ESTÁVEL SR. CLAIR JOSÉ BACKES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO

para o Servidor Público Municipal Sr. CLAIR JOSÉ BACKES, Efetivo, Motorista, com matrícula nº. 399/01, o percentual de 5% (cinco por cento) para Ensino Médio, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento do servidor e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
 - b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
 - c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
 - d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.
- [...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 065/2016

PORTARIA Nº. 065/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ESTÁVEL SRA. CLAUDETE MANFRIN, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO para a Servidora Pública Municipal Sra. CLAUDETE MANFRIN, Efetiva, Auxiliar de Serviços Gerais, com matrícula nº. 407/01, o percentual de 5% (cinco por cento) para Ensino Médio, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento da servidora e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
 - b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
 - c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
 - d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.
- [...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 066/2016

PORTARIA Nº. 066/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ESTÁVEL SR. CLEITON DA SILVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO para o Servidor Público Municipal Sr. CLEITON DA SILVA, Efetivo, Motorista, com matrícula nº. 413/01, o percentual de 5% (cinco por cento) para Ensino Médio, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento do servidor e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
 - b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
 - c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
 - d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.
- [...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 067/2016

PORTARIA Nº. 067/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ESTÁVEL SRA. DAIANE KUTSZEPA BRAMBILA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO para a Servidora Pública Municipal Sra. DAIANE KUTSZEPA BRAMBILA, Efetiva, Enfermeira, com matrícula nº. 398/01, o percentual de 10% (dez por cento) para Pós-Graduação, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento da servidora e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
- b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
- c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
- d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.

[...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 068/2016

PORTARIA Nº. 068/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ESTÁVEL SRA. DANIELA LAPAZINI KUHN, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO para a Servidora Pública Municipal Sra. DANIELA LAPAZINI KUHN, Efetiva, Assistente de Administração, com matrícula nº. 404/01, o percentual de 8% (oito por cento) para Ensino Superior, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento da servidora e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
- b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
- c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
- d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.

[...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 069/2016

PORTARIA Nº. 069/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ESTÁVEL SRA. DEYSE KÁTIA FERREIRA PASQUALOTTO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO para

a Servidora Pública Municipal Sra. DEYSE KÁTIA FERREIRA PAS-QUALOTTO, Efetiva, Arquiteta, com matrícula nº. 418/01, o percentual de 10% (dez por cento) para Pós-Graduação, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento da servidora e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
 - b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
 - c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
 - d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.
- [...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 070/2016

PORTARIA Nº. 070/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ESTÁVEL SRA. ELESANDRA KLUGE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO para a Servidora Pública Municipal Sra. ELESANDRA KLUGE, Efetiva, Merendeira, com matrícula nº. 437/01, o percentual de 5% (cinco por cento) para Ensino Médio, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento da servidora e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
 - b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
 - c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
 - d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.
- [...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 071/2016

PORTARIA Nº. 071/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ESTÁVEL SRA. ELISIANI JANARA NEU, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO para a Servidora Pública Municipal Sra. ELISIANI JANARA NEU, Efetiva, Técnica em Saúde Bucal, com matrícula nº. 390/02, o percentual de 5% (cinco por cento) para Curso Técnico Profissionalizante, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento da servidora e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
 - b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
 - c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
 - d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.
- [...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 072/2016

PORTARIA Nº. 072/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ESTÁVEL SRA. ELIZETE MARAFON GANZER, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO para a Servidora Pública Municipal Sra. ELIZETE MARAFON GANZER, Efetiva, Merendeira, com matrícula nº. 416/01, o percentual de 5% (cinco por cento) para Ensino Médio, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento da servidora e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
- b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
- c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
- d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.

[...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 073/2016

PORTARIA Nº. 073/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ESTÁVEL SRA. ESTELA REGINA DE LIMA SCHAFFER, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO para a Servidora Pública Municipal Sra. ESTELA REGINA DE LIMA SCHAFFER, Efetiva, Auxiliar de Serviços Gerais, com matrícula nº. 369/01, o percentual de 5% (cinco por cento) para Ensino Médio, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento da servidora e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
- b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
- c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
- d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.

[...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 074/2016

PORTARIA Nº. 074/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ESTÁVEL SR. FRANCISCO FERRARI, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO

para o Servidor Público Municipal Sr. FRANCISCO FERRARI, Efetivo, Engenheiro Agrônomo, com matrícula nº. 87/01, o percentual de 10% (dez por cento) para Pós-Graduação, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento do servidor e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
 - b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
 - c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
 - d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.
- [...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 075/2016

PORTARIA Nº. 075/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ESTÁVEL SR. GILBERTO CYBULSKI, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO para o Servidor Público Municipal Sr. GILBERTO CYBULSKI, Efetivo, Motorista, com matrícula nº. 391/01, o percentual de 5% (cinco por cento) para Curso Técnico Profissionalizante, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento do servidor e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
 - b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
 - c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
 - d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.
- [...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 076/2016

PORTARIA Nº. 076/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ESTÁVEL SR. HEDERSON BONELLI, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO para o Servidor Público Municipal Sr. HEDERSON BONELLI, Efetivo, Motorista, com matrícula nº. 408/01, o percentual de 5% (cinco por cento) para Ensino Médio e 8% (oito por cento) para Ensino Superior, totalizando o percentual máximo fixado de 12% (doze por cento), tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento do servidor e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
 - b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
 - c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
 - d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.
- [...]

§ 9º. Fica fixado como limite máximo de gratificação por grau de instrução o percentual de 12% (doze por cento).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 077/2016

PORTARIA Nº. 077/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ESTÁVEL SR. IVONIR TRINDADE DE VARGAS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO para o Servidor Público Municipal Sr. IVONIR TRINDADE DE VARGAS, Efetivo, Operador, com matrícula nº. 250/01, o percentual de 5% (cinco por cento) para Ensino Médio, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento do servidor e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
 - b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
 - c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
 - d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.
- [...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 078/2016

PORTARIA Nº. 078/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ESTÁVEL SR. JARDEL ROSSATTO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO para o Servidor Público Municipal Sr. JARDEL ROSSATTO, Efetivo, Vigia, com matrícula nº. 364/01, o percentual de 5% (cinco por cento) para Ensino Médio, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento do servidor e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
 - b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
 - c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
 - d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.
- [...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 079/2016

PORTARIA Nº. 079/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ESTÁVEL SR. JONAS CLEOMAR GRASS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO

para o Servidor Público Municipal Sr. JONAS CLEOMAR GRASS, Efetivo, Motorista, com matrícula nº. 407/01, o percentual de 5% (cinco por cento) para Ensino Médio, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento do servidor e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
 - b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
 - c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
 - d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.
- [...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 080/2016

PORTARIA Nº. 080/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ESTÁVEL SR. JOSÉ ODAIR SOARES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO para o Servidor Público Municipal Sr. JOSÉ ODAIR SOARES, Efetivo, Mecânico, com matrícula nº. 81/01, o percentual de 5% (cinco por cento) para Ensino Médio, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento do servidor e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
 - b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
 - c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
 - d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.
- [...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 081/2016

PORTARIA Nº. 081/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ESTÁVEL SRA. JULIA MARIA SPESSATO ZANCO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO para a Servidora Pública Municipal Sra. JULIA MARIA SPESSATO ZANCO, Efetiva, Odontóloga, com matrícula nº. 389/01, o percentual de 10% (dez por cento) para Pós-Graduação, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento da servidora e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
 - b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
 - c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
 - d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.
- [...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 082/2016

PORTARIA Nº. 082/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ESTÁVEL SR. LEANDRO DA SILVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO para o Servidor Público Municipal Sr. LEANDRO DA SILVA, Efetivo, Motorista, com matrícula nº. 402/01, o percentual de 5% (cinco por cento) para Ensino Médio, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento do servidor e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;

b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;

c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;

d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.

[...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 083/2016

PORTARIA Nº. 083/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ESTÁVEL SRA. LILIAN SANTIN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO para a Servidora Pública Municipal Sra. LILIAN SANTIN, Efetiva, Contadora, com matrícula nº. 357/01, o percentual de 10% (dez por cento) para Pós-Graduação, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento da servidora e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;

b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;

c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;

d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.

[...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 084/2016

PORTARIA Nº. 084/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ESTÁVEL SRA. LUCIANE PISSATTO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO

para a Servidora Pública Municipal Sra. LUCIANE PISSATTO, Efetiva, Controle Interno, com matrícula nº. 358/01, o percentual de 10% (dez por cento) para Pós-Graduação, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento da servidora e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
 - b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
 - c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
 - d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.
- [...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 085/2016

PORTARIA Nº. 085/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ESTÁVEL SRA. MARI ADRIANA OGLIARI PERONDI, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO para a Servidora Pública Municipal Sra. MARI ADRIANA OGLIARI PERONDI, Efetiva, Enfermeira, com matrícula nº. 338/01, o percentual de 10% (dez por cento) para Pós-Graduação, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento da servidora e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
 - b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
 - c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
 - d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.
- [...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 086/2016

PORTARIA Nº. 086/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ESTÁVEL SRA. MARINÊS KIRTEEN DA SILVA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO para a Servidora Pública Municipal Sra. MARINÊS KIRTEEN DA SILVA, Efetiva, Merendeira, com matrícula nº. 435/01, o percentual de 5% (cinco por cento) para Ensino Médio, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento da servidora e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
 - b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
 - c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
 - d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.
- [...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 087/2016

PORTARIA Nº. 087/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ESTÁVEL SRA. MARLI MARIA NOLL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO para a Servidora Pública Municipal Sra. MARLI MARIA NOLL, Efetiva, Auxiliar de Administração, com matrícula nº. 76/01, o percentual de 5% (cinco por cento) para Ensino Médio, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento da servidora e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
- b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
- c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
- d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.

[...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 088/2016

PORTARIA Nº. 088/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ESTÁVEL SR. MATHEUS LUIZ CHITOLINA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO para o Servidor Público Municipal Sr. MATHEUS LUIZ CHITOLINA, Efetivo, Fisioterapeuta, com matrícula nº. 400/01, o percentual de 10% (dez por cento) para Pós-Graduação, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento do servidor e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
- b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
- c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
- d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.

[...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 089/2016

PORTARIA Nº. 089/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ESTÁVEL SR. WILLIAN PASQUALOTTO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO

para o Servidor Público Municipal Sr. WILLIAN PASQUALOTTO, Efetivo, Médico Veterinário, com matrícula nº. 417/01, o percentual de 10% (dez por cento) para Pós-Graduação, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento do servidor e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
 - b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
 - c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
 - d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.
- [...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 090/2016

PORTARIA Nº. 090/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ESTÁVEL SR. ORIDES BRAMBILA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO para o Servidor Público Municipal Sr. ORIDES BRAMBILA, Efetivo, Motorista, com matrícula nº. 391/01, o percentual de 5% (cinco por cento) para Curso Técnico Profissionalizante, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento do servidor e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
 - b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
 - c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
 - d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.
- [...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 091/2016

PORTARIA Nº. 091/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ESTÁVEL SRA. SIRLEI RODRIGUES DOS SANTOS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO para a Servidora Pública Municipal Sra. SIRLEI RODRIGUES DOS SANTOS, Efetiva, Auxiliar de Serviços Gerais, com matrícula nº. 404/01, o percentual de 5% (cinco por cento) para Curso Técnico Profissionalizante, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento da servidora e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
 - b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
 - c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
 - d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.
- [...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 092/2016

PORTARIA Nº. 092/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ESTÁVEL SRA. SOLANGE MARGARETE TESKE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO para a Servidora Pública Municipal Sra. SOLANGE MARGARETE TESKE, Efetiva, Técnica em Enfermagem, com matrícula nº. 249/02, o percentual de 5% (cinco por cento) para Curso Técnico Profissionalizante, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento da servidora e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
 - b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
 - c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
 - d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.
- [...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 093/2016

PORTARIA Nº. 093/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ESTÁVEL SR. VANIR STIELER, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO para o Servidor Público Municipal Sr. VANIR STIELER, Efetivo, Motorista, com matrícula nº. 504/01, o percentual de 5% (cinco por cento) para Ensino Médio e 8% (oito por cento) para Ensino Superior, totalizando o percentual máximo fixado de 12% (doze por cento), tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento do servidor e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
 - b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
 - c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
 - d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.
- [...]

§ 9º. Fica fixado como limite máximo de gratificação por grau de instrução o percentual de 12% (doze por cento).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 094/2016

PORTARIA Nº. 094/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ESTÁVEL SRA. VIVIANE CAON, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO para a Servidora Pública Municipal Sra. VIVIANE CAON, Efetiva, Psicóloga, com matrícula nº. 392/01, o percentual de 10% (dez por cento) para Pós-Graduação, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento da servidora e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
 - b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
 - c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
 - d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.
- [...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 095/2016

PORTARIA Nº. 095/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ESTÁVEL SR. NELSON TEKE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO para o Servidor Público Municipal Sr. NELSON TESKE, Efetivo, Auxiliar de Serviços Gerais, com matrícula nº. 406/01, o percentual de 5% (cinco por cento) para Ensino Médio e 8% (oito por cento) para Ensino Superior, totalizando o percentual máximo fixado de 12% (doze por cento), tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento do servidor e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária

atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
 - b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
 - c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
 - d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.
- [...]

§ 9º. Fica fixado como limite máximo de gratificação por grau de instrução o percentual de 12% (doze por cento).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MARÇO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de março de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 06/2016**

PORTARIA Nº 06/2016.

CONSTITUI COMISSÃO E NOMEIA MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO PARA AVALIAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SALETE TERESINHA SAUSEN, Presidente da Câmara de Vereadores de Tigrinhos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com alínea "G", inciso I do artigo 23 do Regimento Interno e da Lei Complementar 035/2015, de 03 de Novembro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º. Constituir e nomear a Comissão de Avaliação das Gratificações por Grau de Instrução, conforme Art. 83, §8º da Lei Municipal Complementar nº 035/2015, assim constituída:

ALAN MOISES ORTOLAN;
SOLANGE SIMARA RUSCHEL;
DELNIA LIEBERT;

Art. 2º. Fica nomeado através deste, o servidor ALAN MOISES ORTOLAN como presidente desta comissão.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Tigrinhos, 22 de março de 2016.

SALETE TERESINHA SAUSEN
Presidente do Poder Legislativo

PORTARIA Nº 07/2016

PORTARIA Nº 07/2016.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SALETE TERESINHA SAUSEN, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 83 da Lei Complementar 035/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder gratificação por grau de instrução ao Servidor da Câmara Municipal de Vereadores VOLMAR DE OLIVEIRA, efetivo, Técnico em Contabilidade, matrícula nº 30/08, no percentual de 8% (oito por cento) para Ensino Superior, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, conforme requerimento do servidor e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através da Portaria nº 06/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
- b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
- c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
- d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.

[...]

§ 9º. Fica fixado como limite máximo de gratificação por grau de instrução o percentual de 12% (doze por cento).

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos a partir 01/03/2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Tigrinhos, 22 de março de 2016.

SALETE TERESINHA SAUSEN
Presidente do Poder Legislativo

PORTARIA Nº 08/2016

PORTARIA Nº 08/2016.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SALETE TERESINHA SAUSEN, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 83 da Lei Complementar 035/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder gratificação por grau de instrução a Servidora da Câmara Municipal de Vereadores DELNIA LIEBERT, efetiva, Diretora Geral de Expediente, matrícula nº 31/08, no percentual de 8% (oito por cento) para Ensino Superior, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, conforme requerimento do servidor e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através da Portaria nº 06/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
- b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
- c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
- d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.

[...]

§ 9º. Fica fixado como limite máximo de gratificação por grau de instrução o percentual de 12% (doze por cento).

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos a partir 01/03/2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Tigrinhos, 22 de março de 2016.

SALETE TERESINHA SAUSEN
Presidente do Poder Legislativo

PORTARIA Nº 09/2016

PORTARIA Nº 09/2016.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SALETE TERESINHA SAUSEN, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 83 da Lei Complementar 035/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder gratificação por grau de instrução a Servidora da Câmara Municipal de Vereadores CLARICE CAMPOS SCHAFFER, efetiva, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 29/08, o percentual de 5% (cinco por cento) para Ensino Médio e 8% (oito por cento) para Ensino Superior, totalizando o percentual máximo fixado de 12% (doze por cento), tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, conforme requerimento do servidor e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através da Portaria nº 06/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
- b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
- c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
- d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.

[...]

§ 9º. Fica fixado como limite máximo de gratificação por grau de instrução o percentual de 12% (doze por cento).

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos a partir 01/03/2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Tigrinhos, 22 de março de 2016.

SALETE TERESINHA SAUSEN

Presidente do Poder Legislativo

Timbó

PREFEITURA

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 45 2015 PMT - CONTRATAÇÃO DE ESPAÇO PUBLICITÁRIO EM RÁDIO AM

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL N.º. 45/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de preço destinado à divulgação das atividades administrativas desenvolvidas no Município de Timbó para informações de interesse dos munícipes, através de rádio em frequência AM com abrangência no Município, por intermédio de inserções de 60 (sessenta) segundos.

EMPRESA FORNECEDORA: Rádio Cultura Timbó Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 229.764,00 (duzentos e vinte e nove mil, setecentos e sessenta e quatro reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 21/06/2016

Timbó, 22/06/2015

JAIME AVENDANO

Assessor Institucional de Comunicação Social

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 52 2015 PMT - CONCERTO DE PAVIMENTAÇÕES EM VIAS PÚBLICAS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL N.º. 52/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de preço para contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de assentamento, reparos e reposição de pavimentos em paralelepípedos, paver, lajotas e/ou materiais similares em vias, praças, logradouros, calçadas e áreas internas de prédios em diversos locais do município.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Polaris Serviços e Construções Ltda; Sovrana Engenharia e Construções Ltda Epp

TOTAL ESTIMADO: R\$ 292.500,00 (duzentos e noventa e dois mil e quinhentos reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 21/06/2016

Timbó, 22/06/2015

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2137

DECRETO Nº 2.137/2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO VALOR DE R\$ 151.540,94 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 151.540,94 (cento e cinquenta e um mil quinhentos e quarenta reais e noventa e quatro centavos) a fim de reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

10 – Secretaria de Educação
03 – Fundo de Assistência Social
Atividade: 2.404 – CRAS
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.52 R\$ 94.927,29
Atividade: 2.405 – Proteção Social Básica
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.52 R\$ 45.274,05
Atividade: 2.407 – Gestão Social
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.63 R\$ 11.339,60

Artigo 2º - Para fazer frente aos créditos constantes no artigo anterior ficam utilizados os recursos do superávit do exercício anterior nas fontes 52 e 63.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 02 de março de 2016

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO 2138

DECRETO Nº 2.138/2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NOS FUNDO DE ASSISTÊNCIA-SIMA, SAÚDE, FUNDAÇÃO CULTURAL E FUNDO DE CULTURA POR SUPERÁVIT NO VALOR DE R\$ 169.173,01 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 169.173,01 (CENTO E SESSENTA E NOVE MIL CENTO E SETENTA E TRES REAIS E UM CENTAVO) a fim de reforçar as seguintes

dotações orçamentárias:

07 – Secretaria de Cultura e Esportes
01 – Fundação Cultural
Atividade: 2.401 – FUNDAÇÃO CULTURAL
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00 R\$ 6.341,25

01 – Fundo de Cultura
Atividade: 2.312 – FUNDO DE CULTURA
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 R\$ 52.129,73

10 – Secretaria de Assistência Social
01 – FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
Modalidade de aplicação: 3.3.90.0.00.00 R\$ 14.709,38

04 – Secretaria de Saúde
01 – Fundo Municipal de Saúde
Atividade: 2.100 –
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.34 R\$ 57.980,46
Atividade: 2.104 –
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.64 R\$ 38.012,19

Artigo 2º - Para fazer frente aos créditos constantes no artigo anterior ficam utilizados os recursos do superávit do exercício anterior nas fontes 34 e 64.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 02 de março de 2016

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO 2139

DECRETO N.º 2.139/2016

“BAIXA BENS INSERVÍVEIS DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade com a Lei;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica determinada a Baixa do Patrimônio Municipal do bem móvel considerado inservível inscrito na Secretaria de Cultura (Biblioteca):

| Item | Bem Patrimonial | Quantidade | Nº Patrimônio |
|------|---|------------|---------------|
| 01 | Micro computador Positivo Intel Celeron D | 01 | 3943 |

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias aos 03 de março de 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto Diário Oficial do Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO 2140

DECRETO Nº 2.140/2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NOS FUNDO SAÚDENO VALOR DE R\$ 209.119,20E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 209.119,20 (duzentos e nove mil cento e dezenove reais e vinte centavos) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

04 – Secretaria de Saúde

01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.104 –

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.34 R\$ 209.119,20

Artigo 2º - Para fazer frente aos créditos constantes no artigo anterior ficam utilizados os recursos do convenio nº 842/09 FUNASA.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24/02/2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 04 de março de 2016

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO 2141

DECRETO Nº 2.141/2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 205.000,00 DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

09 – Secretaria de Agricultura

01 – Manutenção Secretaria

Atividade: 2.048 – Realização feira Agropecuária –

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00 R\$ 205.000,00

Artigo 2º - Para fazer frente aos créditos constantes no artigo anterior ficam utilizados os recursos do excesso de arrecadação.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 09 de março de 2016

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2016 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2016
Edital de Pregão Presencial nº 16/2016

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde torna público, para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a aquisição de materiais diversos que compõem o Kit Gestante, distribuídos para as gestantes do município, através do programa "Prevenção de agravos e melhora da Assistência a Gestante" coordenado pelo Fundo Municipal da Saúde.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até às 14h do dia 06 de abril de 2016. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC., 23 Março de 2016.
Bruno José Heberle
Gestor do Fundo

DECRETO 1760/2016

DECRETO Nº 1.760/2016

CRIA COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Legislação vigente;

DECRETA:

Art.1º. Fica designado: Jussara Reginatto, Udinara Vanusa Zanchettin e Jacson Sonaglio, brasileiros, representantes da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, funcionários da Associação, compor a COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO SELETIVO, que terá por objetivo e finalidade a elaboração das provas, instaurado através do Edital de Concurso 04/2016.

Art.2º Compete a Comissão: elaboração do Edital, elaboração do programa de provas, assessorar quando da realização das inscrições, elaboração das provas bem como aplicá-las, corrigi-las, efetuar as médias, considerar pontos e dar classificação final, coordenar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos candidatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando-a ao Prefeito Municipal para homologação, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalação necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art.3º São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas objetivas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

TUNÁPOLIS/SC, 23 de Março de 2016.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER
Secretária Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 58/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 44/2016 REGISTRO DE PREÇO N.10/2016

Processo de Compra Nº.: 58/2016
Pregão Presencial nº: 44/2016
Registro de preço n.10/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, REGISTRO DE PREÇO através da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS MECANICOS EM CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, DE ACORDO COM OS SERVIÇOS DISCRIMINADOS NO ANEXO I.

Entrega das propostas e Credenciamento até às 14 horas do dia 05/04/2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC.,22 de março de 2016.
Enoi Scherer
PREFEITO MUNICIPAL

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 07/2016

DECRETO Nº 007/16, de 22 de Março de 2016.

INSTITUI PERCENTUAL DE ANTECIPAÇÃO DE REAJUSTE DO VENCIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO E DEMAIS SERVIDORES NA FORMA DAS LEIS COMPLEMENTARES Nº 009/11, Nº 010/11 E DEMAIS, INSTITUI A FORMA DE PAGAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º. Fica concedido o percentual de 11,27%, de reajuste a todos os Profissionais da Educação e demais Servidores, ativos e inativos observada a proporcionalidade do regime de trabalho e dos proventos de aposentadoria.

Parágrafo único. A vantagem pecuniária prevista neste artigo será retroativa a 1º de março de 2016, sendo o pagamento efetuado ao final do mesmo mês.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias do Município.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 22 de março de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 092/2016

PORTARIA Nº 092/16, de 10 de Março de 2016.

NOMEIA PROFESSOR TÉCNICO – IFSC E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 2.266/15, de 08 de Dezembro de 2015 e Lei Complementar nº 09/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Professor Técnico - IFSC, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF

Ronivaldo José Flores 852.041.459-15

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciara em 10 de Março de 2016 e encerrará em 30 de Abril de 2016.

Art. 3º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Professor Técnico - IFSC, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF

Luciana Carla de Jesus 011.707.415-25

Art. 4º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 3º desta Portaria, iniciara em 14 de Março de 2016 e encerrará em 16 de Dezembro de 2016.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de março de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 093/2016

PORTARIA Nº 093/16, de 14 de Março de 2016.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

Considerando que o servidor se encontra em auxílio doença,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 03 de Junho de 2016 a contratação do servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR CPF MATRICULA

Bernadeth Munari L. Ferreira 646.128.053-68 3336

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 14 de março de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 094/2016

PORTARIA Nº 094/16, de 15 de Março de 2016.
NOMEIA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora Aline Maciel Figueredo que se encontra em auxílio doença.
NOME CPF LOCAL DE TRABALHO
Patricia Zeferino Zanatta 057.267.959-97 Escola Municipal São Luiz

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 15 de Março de 2016 e encerrará em 19 de Dezembro de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 15 de março de 2016.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 095/2016

PORTARIA Nº 095/16, de 15 de Março de 2016.
NOMEIA DIGITADOR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 003/2015 - PMT, o servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Digitador, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF
Evelin Tomé Marques 087.657.469-02

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 16 de Março de 2016 e encerrará em 20 de Outubro de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 15 de março de 2016.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 096/2016

PORTARIA Nº 096/16, de 15 de Março de 2016.
NOMEIA MONITOR DE ESPORTES, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 2.232/15, de 18 de março de 2015,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 004/2015 - SME, o servidor abaixo relacionado, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer a função pública de Monitor de Esportes, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A) CPF
Larissa Dagostin Milanez 074.815.829-47

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 21 de Março de 2016 e encerrará em 30 de Novembro de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 15 de março de 2016.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 097/2016

PORTARIA Nº 097/16, de 15 de Março de 2016.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 09/11 de 24 de Agosto de 2011,

Considerando que a servidora encontra-se em Período Gestacional,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 15 de Abril de 2016 a contratação da servidora a baixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF MATRICULA
Aline Maciel Figueredo 082.321.069-30 3338

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 15 de março de 2016.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 098/2016

PORTARIA Nº 098/16, de 21 de Março de 2016.

NOMEIA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, EM CARÁTER TEMPORÁRIO NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 002/2015 - SMS, o servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF LOCALIDADE

Iliandra Semprebom Giusti 029.720.609-54 Cidade Alta/Lin. Seminário – ESF III

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 21 de Março de 2016 e encerrará em 03 de Agosto de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 21 de março de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 099/2016

PORTARIA Nº 099/16, de 21 de Março de 2016.

NOMEIA PROFESSOR IV EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015-SME o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, para exercer a função pública de Professor IV, do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF DISCIPLINA LOCAL DE TRABALHO

Francisca Pereira 087.442.739-83 Física EJA

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 21 de Março de 2016 e encerrará em 30 de Novembro de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 21 de março de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 100/2016

PORTARIA Nº 100/16, de 22 de Março de 2016.

EXONERA A PEDIDO AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR, ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Agente Administrativo Escolar, nomeada temporariamente através do Processo Seletivo nº 004/15 - SME, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

NOME CPF MATRICULA

Noeli da Silva Zeferino 682.845.439-15 3571

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 22 de março de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

União do Oeste

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2016

PROCESSO Nº 18/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2016

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2016, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos vinte e dois dias do mês de março de 2016, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 18/2016, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA COMPOR O CARDAPIO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

| Item | Especificação | Un.Med. | Qtde Cotada | Marca | Preço Unitário | Preço Total |
|------|---|---------|-------------|-----------|----------------|-------------|
| 4 | FELJÃO PRETO, TIPO 1 EMBALAGEM DE 01 KG | UNI | 80,00 | BRINGUETI | 4,92 | 393,60 |
| 12 | AVEIA EM FLOCOS FINOS, EMBALAGEM DE 250 GR. | UN | 80,00 | APTI | 3,26 | 260,80 |
| 16 | BOLACHÃO DE MEL, EMBALAGEM TRANSPARENTE 300GR | UN | 400,00 | ZAPOLI | 5,36 | 2.144,00 |

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os alimentos, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 05 dias, na Prefeitura Municipal de União do Oeste.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os alimentos somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão - 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade - 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Proj. Atividade – 2.033 – PROGRAMA SUPL. DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Cód. Red. 21 E 22 - Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os alimentos quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 18/2016.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos alimentos;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 18/2016 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os alimentos no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2.O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10.DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos municípios (DOM).

11.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 18/2016 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

EVERALDO LUIS CASONATTO
Prefeito Municipal

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO
DE ALIMENTOS LTDA EPP
RENATA RAQUEL AHLF DOS SANTOS
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Nome: Marília Miorelli
CPF:057.672.509-95

02. _____
Nome: José Tessaro
CPF: 460.292.909-59

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2016

PROCESSO Nº 18/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2016

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2016, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos vinte e dois dias do mês de março de 2016, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 18/2016, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa RONI DEIVY WOJCIECHOWSKI - ME, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA COMPOR O CARDAPIO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

| Item | Especificação | Un. Med. | Qtde Cotada | Marca | Preço Unitário | Preço Total |
|------|--|----------|-------------|----------|----------------|-------------|
| 1 | BISCOITO DOCE TIPO SORTIDO, EMBALAGEM TRANSPARENTE DE 670 GR | PT | 500,00 | CASAREDO | 6,36 | 3.180,00 |
| 3 | FARINHA DE TRIGO TIPO 1 ESPECIAL, FORTIFICADO COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, EMBALAGEM DE 5 KG, COM REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA | PT | 80,00 | MARTELLI | 9,44 | 755,20 |

| | | | | | | |
|----|--|------|----------|--------------|-------|-----------|
| 6 | MARGARINA COM SAL, EMB. COM 500 GR, MINIMO 65% DE LIPÍDIOS, SEM GORDURA TRANS | UN | 40,00 | PRIME | 5,37 | 214,80 |
| 7 | SALSICHA SUÍNA(TIPO HOT DOG), EMBALAGEM DE 3 KG, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA | UN | 100,00 | COPAVEL | 17,70 | 1.770,00 |
| 8 | PÓ P/ PREPARO DE GELATINA, DIVERSOS SABORES, EMBALAGEM EM POLIETILENO LEITOSO COM 01 KG | KG | 60,00 | APTI | 8,32 | 499,20 |
| 10 | AÇUCAR DE BAUNILHA, EMBALAGEM DE POLIETILENO LEITOSO COM 100 GR | PT | 30,00 | APTI | 1,45 | 43,50 |
| 11 | APRESUNTADO DE CARNE SUÍNA, EMBALAGEM DE 2,5KG, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA | UN | 150,00 | COPAVEL | 20,50 | 3.075,00 |
| 13 | BEBIDA DE SOJA 0% LACTOSE, EMBALAGEM LONGA VIDA 200 ML, SABORES DIVERSOS | UN | 100,00 | TIROL | 1,51 | 151,00 |
| 14 | BEBIDA LACTEA (IOGURTE) SABORES DIVERSOS PCT. 900GR, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA | UN | 1.500,00 | CARLITOS | 3,20 | 4.800,00 |
| 15 | BISCOITO SALGADO INTEGRAL, EMB. DE 400GR | PT | 20,00 | AGUIA | 4,31 | 86,20 |
| 17 | CANELA EM PÓ POTES DE 30 GRAMAS | UNI | 10,00 | APTI | 2,63 | 26,30 |
| 18 | CANELA RAMA, EMBALAGEM C/ 10 GRAMAS | UN | 10,00 | APTI | 1,57 | 15,70 |
| 19 | CANJICA TIPO 1, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS | PT | 100,00 | BEATRIS | 1,95 | 195,00 |
| 20 | CARNE BOVINA MOIDA, EMBALAGEM TRANSPARENTE DE 01 KG, COM REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA | KG | 1.000,00 | FRIGOCARNES | 12,97 | 12.970,00 |
| 21 | CHÁ DE MAÇÃ, CAIXA COM 13 GR, CONTENDO 10 ENVELOPES | UN | 30,00 | GOSTOZZO | 2,49 | 74,70 |
| 22 | CHÁ DE ERVA DOCE, CAIXA COM 18 GR CONTENDO 10 ENVELOPES. | UN | 30,00 | GOSTOZZO | 2,30 | 69,00 |
| 24 | CRAVO DA INDIA, EMBALAGEM TRANSPARENTE COM 12 GR | UNI | 10,00 | APTI | 2,29 | 22,90 |
| 25 | IOGURTE DIET 0% AÇUCAR, EMBALAGEM COM 170 ML, SABORES DIVERSOS | UN | 50,00 | TIROL | 6,29 | 314,50 |
| 26 | MOELA, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA | KG | 300,00 | DANIELI | 6,19 | 1.857,00 |
| 27 | NOZ MOSCADA MOIDA, TUBETE COM 28 GR | UN | 10,00 | APTI | 3,44 | 34,40 |
| 28 | PÓ P/ PREPARO DE GELATINA DIET (ZERO AÇUCAR), EMB. COM 10 GR. SABORES DIVERSOS | UN | 50,00 | APTI | 2,49 | 124,50 |
| 29 | VINAGRE DE VINHO TINTO GARRAÇÃO C/5 LITROS | GAR | 60,00 | KOLLER | 14,50 | 870,00 |
| 31 | GAS DE COZINHA 13 QUILOS, recarga | CARG | 80,00 | SUPERGASBRAS | 59,49 | 4.759,20 |

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa RONI DEIVY WOJCIECHOWSKI - ME, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os alimentos, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 05 dias, na Prefeitura Municipal de União do Oeste.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os alimentos somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão - 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade - 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Proj. Atividade – 2.033 – PROGRAMA SUPL. DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Cód. Red. 21 E 22 - Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os alimentos quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 18/2016.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos alimentos;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 18/2016 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os alimentos no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2.O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos municípios (DOM).

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 18/2016 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

EVERALDO LUIS CASONATTO
Prefeito Municipal

RONI DEIVY WOJCIECHOWSKI - ME
RONI DEIVY WOJCIECHOWSKI
P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____ 02. _____
Nome: Marília Miorelli Nome: José Tessaro
CPF: 057.672.509-95 CPF: 460.292.909-59

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2016

PROCESSO Nº 18/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2016

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2016, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos vinte e dois dias do mês de março de 2016, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 18/2016, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa SCS COMERCIO LTDA ME, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA COMPOR O CARDAPIO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

| Item | Especificação | Un. Med. | Qtde Cotada | Marca | Preço Unitário | Preço Total |
|------|--|----------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| 2 | FARINHA LÁCTEA, EMBALAGEM DE 500 G | UN | 50,00 | NUTRIBOM | 11,88 | 594,00 |
| 5 | FLOCOS DE CEREAIS, EMBALAGEM DE 300 GRAMAS | UN | 300,00 | GOLD FLAKES | 7,39 | 2.217,00 |

| | | | | | | |
|----|---|----|----------|--------------|-------|----------|
| 9 | AÇUCAR CRISTAL, EMBALAGEM DE 05 KILOS | PT | 150,00 | SANTA ISABEL | 12,74 | 1.911,00 |
| 23 | COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADA, EMBALAGEM DE 1KG, COM REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA | KG | 1.000,00 | C VALE | 6,50 | 6.500,00 |
| 30 | BISCOITO SALGADO, DE ÁGUA E SAL, EMBALAGEM DE 740GR | UN | 500,00 | PRODASA | 7,50 | 3.750,00 |

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa SCS COMERCIO LTDA ME, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os alimentos, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 05 dias, na Prefeitura Municipal de União do Oeste.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os alimentos somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão - 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade - 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Proj. Atividade – 2.033 – PROGRAMA SUPL. DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Cód. Red. 21 E 22 - Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. Fornecer os alimentos quando solicitados.

7.3. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 18/2016.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos alimentos;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 18/2016 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os alimentos no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos municípios (DOM).

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 18/2016 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

EVERALDO LUIS CASONATTO
Prefeito Municipal

SCS COMERCIO LTDA - ME
SOLANGE CASTANHA SCHIMELFENIG
P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____ 02. _____
Nome: Marília Miorelli Nome: José Tessaro
CPF: 057.672.509-95 CPF: 460.292.909-59

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 18 de março de 2016.
EVERALDO LUIS CASONATTO
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 3115/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.115, De 18 de Março de 2016
Dispõe sobre a Estabilidade de Servidora Municipal aprovada em Estágio Probatório.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 093/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

DECRETA:

Art.1º Fica declarada estável, a Servidora MONICA APARECIDA TESSARO NOVELLO, por ter atingido a média de pontos exigida na Avaliação de Desempenho durante o período de Estágio Probatório, conforme planilha em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 18 de março de 2016.
EVERALDO LUIS CASONATTO
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 3116/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.116, De 18 de março de 2016.

“DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 11/2016, NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS”.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, considerando ter restado fracassado o resultado do certame,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o PROCESSO LICITATÓRIO N.º 11/2016, NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS.

Art. 2º Determina-se a abertura de novo certame para aquisição dos serviços previstos no edital n.º 11/2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Urussanga

PREFEITURA

AVISO PR 17/2016/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016/PMU

Objeto: Aquisição PARCELADA de peças novas e de boa qualidade com serviços de chapeação e pintura de veículos escolares. Entrega dos envelopes: até às 10h dia 06/04/2016, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: Às 10h dia 06/04/2016, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade, no ícone LICITAÇÕES. Outras informações através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br.

Rosane Zatta-Pregoeira

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2016

CONCEDE MEDALHA DO MÉRITO DE URUSSANGA AO SENHOR RUBERVAL FRANCISCO PILOTTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º É concedida, nos termos do Decreto Legislativo nº 09, de 27 de agosto de 2003, a Medalha do Mérito de Urussanga ao Senhor Ruberval Francisco Pilotto, por elevar o nome do Município de Urussanga no período em que desempenhou atividade como Deputado Estadual e Federal, e pela participação na elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil no ano de 1988.

Art. 2º A Mesa da Câmara providenciará para que a honraria de que fala este Decreto Legislativo dê-se em Sessão Solene e pública.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 22 de março de 2016.

Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori
Presidente

Vereadora Izoete Duarte Vieira Gastaldon
Primeira Secretária

Vereador Marcos Roberto Silveira
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo no mural da Câmara Municipal e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

Vereadora Izoete Duarte Vieira Gastaldon
Primeira Secretária

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 116/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO ao Contrato nº 116/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: LUHEMA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 116/2015 até 30/06/2016.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 116/2015.

Vargeão, SC, 22 de março de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27/2016 - RECAUCHUTAGEM

Prefeitura de Vidal Ramos
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PREGÃO Nº. 27/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 27/2016

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a SERVIÇO ESPECIALIZADO COM EQUIPAMENTO APROPRIADO, BEM COMO A MATÉRIA PRIMA NECESSÁRIA PARA RECAPAGEM DE PNEUS, VULCANISMO RECAUCHUTAGEM E DUPLAGEM, SENDO DE QUANTIDADE APURADA POR ESTIMATIVA A SER FORNECIDA DURANTE O EXERCÍCIO, PODENDO VARIAR PARA MAIS OU PARA MENOS DE ACORDO COM A MANUTENÇÃO DA FROTA.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela PORTARIA Nº. 031/2016 de 18/02/2016 torna público, aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 27/2016, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até o dia 04/04/2016, às 15:00 hrs.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300 e-mail: compras@prefeituravidalramos.com.br.

LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO Nº. 01/2016 - EPAGRI

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS
PROCESSO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 001/2016
RATIFICAÇÃO

LAERCIO DA CRUZ, Prefeito Municipal da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei federal nº 8.666/93 com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98,

RATIFICA a inexigibilidade de licitação para a contratação direta da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI (CNPJ 83.052.191/0027-00) – Agência de Rio do Sul, com fundamento no parecer da Procuradoria do Município e no artigo 25, "caput", da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98 e conforme Lei nº. 1.923/2016, de 09 de março de 2016, aprovada na Câmara de Vereadores.

E autorizo o pagamento da despesa, no Valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil), divididos em parcelas de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais), em favor da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI de acordo com sua proposta de preço considerada compatível com o interesse público.

Vidal Ramos, 22 de março de 2016.
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.828/16

DECRETO Nº 12.828/16, DE 16 DE MARÇO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.766/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 4566/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.766/16, que nomeou SUZANA DE FATIMA SOUZA, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de março de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de março de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.829/16

DECRETO Nº 12.829/16, DE 16 DE MARÇO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, DIRLENE APARECIDA THIBES ALVES LAIDNES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de março de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de março de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.830/16

DECRETO Nº 12.830/16, DE 16 DE MARÇO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.769/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 3796/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.769/15, que nomeou CELIO DE JESUS CAMPOS, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de março de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de março de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.833/16

DECRETO Nº 12.833/16, DE 17 DE MARÇO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.749/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 4951/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.749/15, que nomeou TAIS APARECIDA DA SILVA MACHINSKI, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de março de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.837/16

DECRETO Nº 12.837/16, DE 18 DE MARÇO DE 2016.

Nomeia Assessor de Orientação Pedagógica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MELITA SONIA DE MARCO MISTURINI, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Orientação Pedagógica, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 07 de março de 2016, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 12.822/16.

Videira, 18 de março de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração**DECRETO Nº 12.840/16**

DECRETO Nº 12.840/16, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.431/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 5223/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.431/15, que nomeou MORGANE APARECIDA TREVISO FERREIRA, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de março de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de março de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração**DECRETO Nº 12.841/16**

DECRETO Nº 12.841/16, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.564/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 5225/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.564/15, que nomeou MARCIA ALVES DOS SANTOS, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de março de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de março de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração**DECRETO Nº 12.842/16**

DECRETO Nº 12.842/16, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.686/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 5221/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.686/16, que nomeou LUANA PETRY, para exercer o cargo de Técnico em Vigilância Sanitária, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de março de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de março de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.843/16

DECRETO Nº 12.843/16, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.663/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 5222/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.663/15, que nomeou KATIANE DA SILVA NUNES, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de março de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de março de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.844/16

DECRETO Nº 12.844/16, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.612/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 5224/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.612/15, que nomeou FELIPE SIMIONI DOS SANTOS, para exercer o cargo de Médico, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de março de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de março de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.845/16

DECRETO Nº 12.845/16, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12

e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, INES RODRIGUES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de março de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de março de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.846/16

DECRETO Nº 12.846/16, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SUELI ALVES DOS SANTOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de março de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de março de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.847/16

DECRETO Nº 12.847/16, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

Nomeia Técnico em Vigilância Sanitária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, RUDIMIR TRAVASSO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Vigilância Sanitária, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de março de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de março de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.848/16

DECRETO Nº 12.848/16, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

Nomeia Médico

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CAROLINA CECILIA FINKLER SCHMIDT, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2015, homologado em 20 de julho de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de março de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de março de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.850/16

DECRETO Nº 12.850/16, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Videira e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei 3.254/15, de 29 de junho de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Videira, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais), para a suplementação do seguinte programa:

| | |
|--|--------------|
| 09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura | |
| 01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos | |
| 1.015 – Restauração e Pavimentação de Vias Urbanas | |
| 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0061.0 – Aplicações Diretas | 3.800.000,00 |
| | |
| TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES | 3.800.000,00 |

Art. 2º De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 3.254/15, de 29 de junho de 2015.

Parágrafo único. Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial aos Decretos nº 12.785/16, 12.826/16 e 12.827/16.

Videira, 21 de março de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de março de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.851/16

DECRETO Nº 12.851/16, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

Regulamenta a Lei nº 3.329/15, de 21 de dezembro de 2015, que Dispõe sobre o Programa "Saneamento para Todos" do Município de Videira e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72 da Lei Orgânica e à vista do contido na Lei Complementar Municipal nº 64/2008, na Lei Municipal nº 3.329/15, bem como na Lei Federal nº 11.445/07;

Considerando que o serviço de coleta e tratamento do esgoto doméstico, constitucionalmente, é obrigação do Poder Executivo Municipal;

Considerando que no Município de Videira algumas residências não possuem o sistema de tratamento de esgoto individual com caixa de gordura, fossa e filtro;

Considerando as características geológicas e topográficas do Município de Videira onde em muitas áreas do perímetro urbano existe o afloramento de rochas, impedindo a infiltração dos efluentes líquidos no solo e subsolo tratados através do sistema de tratamento individual;

Considerando a importância de se evitar o escoamento do esgoto a céu aberto no Município, ou seja, o transbordamento e suas implicações na saúde pública;

Considerando que o referido Programa possui cunho social e ambiental, o primeiro amparado na vulnerabilidade social das famílias/pessoas de baixa renda e o segundo pela vulnerabilidade de saneamento básico, a famílias/pessoas com renda superior a três salários mínimos, em áreas de edificações consolidadas;

DECRETA

Art. 1º Este decreto regulamenta o PROGRAMA SANEAMENTO PARA TODOS que tem por objetivo a implantação do sistema de tratamento de esgoto (caixa de gordura, fossa séptica e filtro), bem como a instalação de uma caixa d'água, com base e estrutura externa, de 500 (quinhentos) litros às famílias do Município de Videira.

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 2º O programa mencionado no artigo 1º deste Decreto será destinado, inicialmente:

I - famílias/pessoas em condições de vulnerabilidade social, residentes no Município de Videira, comprovadas através do CadÚnico, emitido pela Assistência Social do Município através de declaração;

II - famílias/pessoas em condições de vulnerabilidade de saneamento básico comprovado através do Estudo Social e de Visita Técnica;

III - famílias/pessoas que não estão enquadradas nas hipóteses dos incisos anteriores, no entanto, podem aderir ao programa no sistema de contrapartida, na seguinte proporção:

| | Faixa Salarial | Famílias/Pessoas | Prefeitura de Videira |
|----|--------------------------------|------------------|-----------------------|
| a) | De 3,1 até 06 salários mínimos | 30% | 70% |
| b) | De 6,1 até 09 salários mínimos | 50% | 50% |
| c) | Acima de 9,1 salários mínimos | 70% | 30% |

Art. 3º As famílias/pessoas participantes deste programa deverão efetuar o pagamento, em parcela única, de 25 (vinte e cinco) UFM's (Unidade Fiscal do Município), através do Documento de Arrecadação do Município – DAM, correspondente à contraprestação pelos serviços e materiais, exceto aqueles descritos no inciso III, do artigo 2º do presente Decreto.

Paragrafo Único O DAM deverá ser obrigatoriamente recolhido, no estabelecimento bancário expressamente autorizado, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da autorização da instalação e serviços, emitida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 4º As famílias/pessoas mencionadas no inciso III, do artigo 2º do presente Decreto efetuarão o pagamento, correspondente ao percentual de sua faixa salarial, através do Documento de Arrecadação do Município – DAM, em no máximo 03 (três) vezes.

Paragrafo Único O DAM deverá ser obrigatoriamente recolhido, no estabelecimento bancário expressamente autorizado, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da autorização da instalação e serviços, emitida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

TÍTULO II DOS ENVOLVIDOS COM O PROGRAMA

Art. 5º A Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação e o Gabinete do Prefeito, serão responsáveis no âmbito municipal, pela coordenação do programa e execução das ações.

Paragrafo único O programa também contará com o apoio do Conselho Municipal de Saneamento Básico de Videira – CONSAVI e das famílias/pessoas envolvidas.

CAPÍTULO I DAS COMPETÊNCIAS

Art. 6º Compete à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, através da Vigilância Sanitária e o Departamento de Ação Social:

I – A realização de estudo técnico, com vistoria in loco nos imóveis, para averiguação da viabilidade de implantação e dimensionamento dos itens constantes no Programa;

II – O acompanhamento e fiscalização nas residências, durante a instalação até a finalização da mesma;

III – Realização de Laudo Fotográfico;

IV – A realização de Estudo Social, para apurar a atual condição socioeconômica da família.

Art. 7º Compete à Secretaria Municipal de Agricultura e de Meio Ambiente:

I – O cadastramento das famílias/pessoas, conforme a ficha de cadastro constante no anexo único e recolhimento da documentação necessária para o cadastramento;

II – O agendamento junto à empresa prestadora pelo procedimento, bem como o controle de todos os procedimentos realizados no programa;

III – Emissão do DAM conforme previsto no Art. 4º desta lei;

IV – O acompanhamento e fiscalização nas residências, durante a instalação até a finalização da mesma.

Art. 8º Compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação:

I – Trabalho de divulgação do referido programa;

II – Auxiliar as famílias/pessoas no preenchimento da ficha de cadastro e da documentação;

III – Realizar a verificação da documentação a ser apresentada, em especial a situação do imóvel e das pendências fiscais no município;

IV – O acompanhamento e fiscalização nas residências, durante a instalação até a finalização da mesma.

Art. 9º Compete ao Gabinete do Prefeito, através do Gestor Executivo do Fundo Municipal de Saneamento Básico:

I – Trabalho de divulgação do referido programa;

II – Auxiliar, quando necessário, todos os órgãos envolvidos no programa;

III – Disponibilizar, gerir e fiscalizar os recursos despendidos no programa;

IV – O acompanhamento e fiscalização nas residências, durante a instalação até a finalização da mesma.

Art. 10 Compete ao Conselho Municipal de Saneamento Básico de Videira – CONSAVI:

I – O trabalho de divulgação do referido programa, promovendo ações de orientação, conscientização e educação, junto à comunidade, por meio de visitas domiciliares realizadas pelos parceiros do programa e através de reuniões, palestras e meios de comunicação;

II – Referendar e apoiar os procedimentos do programa.

Art. 11 É de competência das famílias/pessoas que aderirem ao Programa Saneamento Para Todos:

I – Realizar o preenchimento da ficha de cadastro e a entrega de toda documentação, sendo a única responsável pelas informações;

II – Zelar e responsabilizar-se pelos equipamentos instalados, bem como pela manutenção e limpeza dos mesmos;

III – Responsabilizar-se por prestar informações verídicas, sob pena de em não o fazendo, ser responsabilizado administrativamente, civil e criminalmente, bem com ressarcir ao erário;

IV – Efetuar o pagamento correspondente à contraprestação da instalação e serviços, constantes do Art. 3º e 4º deste Decreto,

V - Efetuar o pagamento correspondente à contrapartida, constantes do Art. 4º deste Decreto as famílias/pessoas mencionadas no inciso III, do artigo 2º deste Decreto.

CAPÍTULO II DO CADASTRAMENTO

Art. 12 O cadastramento das famílias/pessoas será realizado junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I – Ficha de Cadastro, constante no Anexo I deste Decreto;

II – Fotocópia da Carteira de Identidade e CPF de todos os membros da família;

III – Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 18 (dezoito) anos;

III – Fotocópia do comprovante de renda de todos os membros da família;

IV – Fotocópia do comprovante de residência, sendo obrigatória a fatura de água;

V – Certidão Atualizada do Imóvel;

VI – Fotocópia autenticada do contrato de imóvel, nos casos que ainda não foram regularizadas a transferência do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis entre o antigo e o atual proprietário;

- VII – Fotocópia da documentação que comprove a existência de algum tipo de financiamento habitacional;
- VIII – Certidão Negativa de Débitos Municipais ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa Municipal;
- IX – Despesas e Atestados Médicos, que comprovem a existência de alguma doença permanente, se for o caso.

§1º Em se tratando de "família de baixa renda", ou seja, de vulnerabilidade social, deverá ser apresentado declaração que está inscrito no CadÚnico, emitida pelo Departamento de Ação Social do Município de Videira.

§2º Em todos os casos será realizada a Avaliação Socioeconômica e o Estudo Técnico, elaborado por uma Assistente Social e por um Engenheiro Sanitarista, servidores municipais, os quais terão atribuição para realizar todos os procedimentos e questionamentos necessários para apurar a atual condição socioeconômica e avaliação do imóvel para instalação dos equipamentos.

CAPÍTULO III DOS EQUIPAMENTOS

Art. 13 Para os efeitos deste Decreto considera-se:

I – Caixa de Gordura – Tanque instalado entre uma pia de cozinha e um coletor, cuja finalidade é reter e remover as gorduras da escória líquida;

II – Fossa Séptica – Tanque coberto, impermeável à água destinado a receber a descarga de um coletor, que separa a matéria orgânica sólida que é decomposta e purificada por bactérias anaeróbicas e permite que o líquido clarificado seja despejado para sua remoção final, unidade cilíndrica ou prismática retangular de fluxo horizontal, para tratamento de esgotos por processos de sedimentação, flotação e digestão

III – Filtro (anaeróbio) - Unidade destinada ao tratamento de esgoto, mediante afogamento do meio biológico filtrante.

IV – Caixa d' Água - compartimento ou reservatório, geralmente situado em local elevado, onde é armazenada a água que abastece uma casa e/ou edifício.

Art.14 Os equipamentos que compõem o "Programa Saneamento para Todos" são o sistema de tratamento de esgoto (caixa de gordura, fossa séptica e filtro) e de uma caixa d' água, com base e estrutura externa, de 500 (quinhentos) litros sendo composto:

§1º Sistema de Tratamento de Esgoto de concreto armado pré-moldado:

I - Anéis de:

- a) 1,20 metros de diâmetro;
- b) 1,50 metros de diâmetro;

II – Fossa séptica de:

- a) 1,20 metros de diâmetro e 1,40 metros de altura útil;
- b) 1,20 metros de diâmetro e 1,90 metros de altura útil;
- c) 1,50 metros de diâmetro e 1,40 metros de altura útil;
- d) 1,50 metros de diâmetro e 1,90 metros de altura útil;

III – Filtro Anaeróbico de 1,20 metros de diâmetro e 1,40 metros de altura útil;

IV - Caixa de Gordura com volume mínimo 31 litros.

§2º Sistema de Tratamento de Esgoto de polietileno:

I – Fossa séptica com:

- a) volume mínimo de 1.000 litros;
- b) volume mínimo de 1.600 litros;

II – Filtro Anaeróbico com volume mínimo de 1.000 litros;

III - Modelo compacto de biorreator e filtro anaeróbio com volume mínimo de 1500 litros;

§3º Caixa d' Água de 500 litros de polietileno com:

- a) base e estrutura de concreto com 3,0 metros de altura livre;
- b) base e estrutura de concreto com 4,0 metros de altura livre;
- c) base e estrutura de concreto com 5,0 metros de altura livre.

§4º O sistema de tratamento de esgoto e a caixa d' água será pré-dimensionado pela vigilância sanitária municipal de acordo com a necessidade específica de cada residência, e dentre as opções constantes nos §1º, §2º e §3º deste artigo.

§5º Os sistemas de tratamento de esgotos devem estar de acordo com as normas técnicas da ABNT 7229/1992 e 13969/1997.

§6º As caixas retentoras de gordura devem ser instaladas de acordo com a norma técnica da NBR 8160/1999.

Art. 15 O custo pelos equipamentos e todos os serviços de instalação serão fixados previamente, através de Processo Licitatório, preferencialmente na forma de Registro de Preços, na modalidade de Pregão.

Art.16 Em casos excepcionais a instalação dos equipamentos poderá ocorrer em uma única propriedade para atender uma pluralidade de famílias/pessoas, desde que exista concordância de ambos os proprietários, conforme Termo de Anuência constante no Anexo II deste Decreto.

CAPÍTULO IV DO PROCEDIMENTO

Art. 17 Os interessados, enquadradas no Art. 2º deste Decreto, deverão dirigir-se pessoalmente na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente preencher a Ficha de Cadastro e entregar a documentação prevista no inciso II a IX do Art.12 deste Decreto para que seja aberto um Processo Administrativo.

Parágrafo Único – Caso exista alguma dificuldade e/ou problema no preenchimento da ficha e na documentação poderá ser sanado junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação.

Art. 18 Após a verificação e aprovação da documentação a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente encaminhará o Processo Administrativo a Vigilância Sanitária, da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, para que no prazo de 30 (trinta) dias, proceda a realização de estudo técnico, com vistoria in loco nos imóveis, para averiguação da viabilidade de implantação e dimensionamento dos itens constantes no Programa.

Art. 19 Realizado o estudo técnico, a Vigilância Sanitária encaminhará o Processo Administrativo ao Departamento de Ação Social, da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda à avaliação socioeconômica.

Art. 20 Realizado o estudo técnico e concluída a avaliação socioeconômica o processo administrativo será encaminhado ao Gestor Executivo do Fundo Municipal de Saneamento Básico para autorização ou não da instalação e serviços, no prazo de 05 (cinco) dias.

Art. 21 Após autorizada a instalação e serviços a Secretaria Municipal de Agricultura emitirá Documento de Arrecadação do Município – DAM, para em parcela única, recolher no valor de 25 (vinte e cinco) UFM's (Unidade Fiscal do Município), correspondente à contraprestação pelos serviços e materiais aos beneficiados, exceto aqueles descritos no inciso III, do artigo 2º do presente Decreto.

§1º O DAM deverá ser obrigatoriamente recolhido, no estabelecimento bancário expressamente autorizado, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da autorização da instalação e serviços, emitida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

§2º Caso o DAM não seja quitado no prazo correspondente a Gestor Executivo do Fundo Municipal de Saneamento Básico cancelará a ordem de instalação e serviços.

§3º Após a decisão o interessado será intimado pela Gestor Executivo do Fundo Municipal de Saneamento Básico e o respectivo processo será arquivado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 22 Fica sob a responsabilidade da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente elaborar mensalmente a tabela com os beneficiários dos serviços, cobrados ou não, por região ou localidade do Município, constando o nome completo, o seu endereço e a época da prestação do serviço.

Parágrafo Único - A tabela, a que se refere o caput deste artigo, com o respectivo relatório ou notas explicativas, deverá ser encaminhada à Coordenadoria do Sistema de Controle Interno, até o dia 15 do mês seguinte ao de referência.

CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO

Art. 23 Visando a preservação do interesse público, ressalva-se ao Poder Público Municipal, através do Controle Interno, o poder de fiscalizar toda execução do programa.

TÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.24 Os bairros a serem atendidos pelo programa serão definidos pelo Poder Executivo de acordo com os recursos orçamentários e conforme levantamento técnico, através de Decreto Municipal.

Art. 25 As despesas a serem despendidas no programa serão oriundos exclusivamente do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Paragrafo único. As receitas de que trata este Decreto serão depositados e mantidos no Banco do Brasil, na Agência nº 0403-0, conta específica nº 387203-3 – PMV – Fundo Municipal de Saneamento Básico e somente poderão ser utilizados pelo Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Art. 26 As Secretarias Municipais envolvidas no programa elaborará mensalmente relatório contendo os nomes dos usuários dos serviços total ou parcialmente pagos, com o demonstrativo dos valores em reais, enviando-o ao Fundo Municipal de Saneamento Básico para o devido controle.

Art. 27 As famílias/pessoas que não aderirem ao programa constante na presente lei serão fiscalizadas e orientados pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 28 Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos pelo Gestor Executivo do Fundo Municipal de Saneamento Básico em conjunto com o Executivo Municipal.

Art. 29 Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de março de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de março do ano de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.851/16, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

ANEXO I

FICHA DE CADASTRO

| | | | |
|---|---------------|-------------------------|--|
| NOME: _____ | | | |
| Nº DO CPF _____ | | Nº DA IDENTIDADE: _____ | |
| ENDEREÇO: _____ | | | |
| NÚMERO: _____ | CIDADE: _____ | UF: _____ | |
| FILIAÇÃO | PAI: _____ | | |
| | MÃE: _____ | | |
| ESCOLARIDADE: _____ | | | |
| E-MAIL: _____ | | | |
| TELEFONE: () _____ | | CELULAR: () _____ | |
| DECLARAÇÃO | | | |
| DECLARO ESTAR CIENTE DE TODOS OS ITENS DO PROGRAMA SANEAMENTO PARA TODOS. | | | |
| VIDEIRA, ____/____/20____. | | | |
| ASSINATURA DO SOLICITANTE | | | |
| | | | |
| | | | |

Apresentar em conjunto com esta Ficha de Cadastro os seguintes documentos:

Fotocópia da Carteira de Identidade e CPF de todos os membros da família;

Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 18 (dezoito) anos;

Fotocópia do comprovante de renda de todos os membros da família;

Fotocópia do comprovante de residência, sendo obrigatória a fatura de água;

Certidão Atualizada do Imóvel;

Fotocópia autenticada do contrato de imóvel, nos casos que ainda não foram regularizadas a transferência do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis entre o antigo e o atual proprietário;

Fotocópia da documentação que comprove a existência de algum tipo de financiamento habitacional;

Certidão Negativa de Débitos Municipais ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa Municipal;

Despesas e Atestados Médicos, que comprovem a existência de alguma doença permanente, se for o caso.

DECRETO Nº 12.851/16, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

ANEXO II

TERMO DE ANUÊNCIA

Nome do Anuente 1, nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliado no endereço _____
_____, portador do RG nº _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____

_____, para efeitos do presente ANUENTE.

Nome do Anuído 2, nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliado no endereço _____
_____, portador do RG nº _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____
, para efeitos do presente ANUÍDO.

Através do presente instrumento, as partes acordantes convencionam o estabelecimento de cooperação social, ambiental e técnica para dar sua anuência expressa e irrevogável à instalação dos equipamentos contidos no programa municipal "Saneamento para Todos", previstos na Lei Municipal nº 3.329/15 e no Decreto nº 12.851/16 de acordo com a necessidade específica prevista pela Vigilância Sanitária do Município devendo ser anexado o relatório técnico no presente termo.

Face ao reconhecimento público do programa municipal, as partes declaram que o presente termo de anuência obriga seus herdeiros e sucessores a qualquer título.

Fica eleito o foro da Comarca de Videira/SC, com exclusão de qualquer outro para dirimir quaisquer dúvidas ou lides ocorrentes em função do estabelecido na presente convenção.

Videira, de de .

| | |
|-------------------|------------------|
| ANUENTE CPF nº | ANUÍDO CPF nº |
|-------------------|------------------|

EXTRATO DO CONTRATO N. 0019/16

Extrato do Contrato n. 0019/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARIZA APARECIDA DE FATIMA CLUVES ALVES
CPF: 095.111.919-26
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA ANDREOLA VOIDALESKI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2016 a 07 de abril de 2016
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0024/16

Extrato do Contrato n. 0024/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SINTYA MARIA CHAGAS
CPF: 069.168.269-08
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA LORENI DE OLIVEIRA DIAS SILVA AFASTADA PARA EXERCER AS ATIVIDADES DE DIRETOR DE CEMEI
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2016 a 30 de dezembro de 2016
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0049/16

Extrato do Contrato n. 0049/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CINTIANA APARECIDA RODRIGUES REINHOLD
CPF: 050.631.709-94
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016
FUNÇÃO: PROFESSOR – Artes Ensino Infantil e Fundamental
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0037/16

Extrato do Contrato n. 0037/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DAIANE PIRES DA SILVA
CPF: 071.038.059-38
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA GERUSA COELHO DE FREITAS TEO AFASTADA PARA EXERCER AS ATIVIDADES DE DIRETOR DE CEMEI
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2016 a 30 de dezembro de 2016
FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO N. 0057/16

Extrato do Contrato n. 0057/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JAINE PATRICIO
CPF: 079.710.829-75
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MIRIA APARECIDA GUZI AFASTADA PARA EXERCER AS ATIVIDADES DE DIRETOR DE CEMEI
VIGÊNCIA: de 11 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016
FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0066/16

Extrato do Contrato n. 0066/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CAMILA GAVASSO MOREIRA

CPF: 081.605.989-63

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – ATÉ QUE O CANDIDATO APROVADO SEJA CONVOCADO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2016 a 30 de abril de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0073/16

Extrato do Contrato n. 0073/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: BRUNA OSÓRIO MOREIRA

CPF: 112.411.149-27

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – ATÉ QUE O CANDIDATO APROVADO SEJA CONVOCADO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2016 a 30 de abril de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0085/16

Extrato do Contrato n. 0085/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIZA CARDOSO VENDAUSEN

CPF: 056.886.529-42

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – AUMENTO DA DEMANDA DE CRIANÇAS INCAPAZ DE SER SUPOSTADA PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO POR NÃO HAVER MAIS CARGOS EM VACÂNCIA ATÉ QUE OCORRA A CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2016 a 30 de junho de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0096/16

Extrato do Contrato n. 0096/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SIMONE TERRES CORDEIRO GOMES

CPF: 060.982.029-07

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – AUMENTO DA DEMANDA DE CRIANÇAS INCAPAZ DE SER SUPOSTADA PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO POR NÃO HAVER MAIS CARGOS EM VACÂNCIA ATÉ QUE OCORRA A CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2016 a 30 de junho de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0106/16

Extrato do Contrato n. 0106/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIA ELIZ DIAS

CPF: 480.120.099-00

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA IRACILDA CAON PIROLI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 15 de fevereiro de 2016 a 23 de maio de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0113/16

Extrato do Contrato n. 0113/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MELANIA DE FATIMA SUTIL DE OLIVEIRA DE BAIRROS

CPF: 026.431.479-44

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – PARA ATUAR COMO SEGUNDO PROFESSOR

VIGÊNCIA: de 16 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0121/16

Extrato do Contrato n. 0049/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SABRINA DO AMARAL

CPF: 081.844.409-60

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA LUCIANE SZYGALSKI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 18 de fevereiro de 2016 a 25 de maio de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Física Ensino Infantil e Fundamental

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 10 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 741,24 (setecentos e quarenta e um reais e vinte e quatro centavos)

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0027/16

Extrato do Termo de Rescisão n. 0027/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0436/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SONIA RODRIGUES DA SILVA

CPF: 006.864.399-37

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 17 de fevereiro de 2016.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0032/16

Extrato do Termo de Rescisão n. 0032/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0370/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DEYSI DE LIMA SERAFINI

CPF: 076.800.699-64

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 23 de fevereiro de 2016.

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de Videira SC, nos termos da Lei Federal Nº 9.452/97, notifica aos partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, A liberação do(s) seguinte(s) recurso(s) do Governo Federal, depositado(s) na Caixa Econômica Federal, agência 0796 de Videira.

| PERÍODO | Origem do Crédito | Banco | Nº da Conta Corrente | Aplicação | Valor (R\$) |
|------------|---|-------|----------------------|----------------------|-------------|
| 10/03/2016 | Ministério das Cidades Processo-1007994-91 | CEF | 1-7 | Pavimentação de Vias | 49.170,00 |

Fonte: Tesouraria

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

PORTARIA Nº 0224/16

PORTARIA nº 0224/16

Suspende o gozo de Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 e seguintes da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 3172/2016,

RESOLVE

Suspender o gozo da Licença Prêmio de 01 (um) mês, concedida à servidora CAROLINA CERBATO, por meio da Portaria nº 0911/15, a partir de 22 de fevereiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 22 de fevereiro de 2016.

Videira, 21 de março de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de março de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0225/16

PORTARIA nº 0225/16

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 4271/2016;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, por Videira Pré – Vestibulares LTDA, no dia 26 de março de 2016, no período das 8h00min às 18h00min, para a instalação de tenda (6x3) com a finalidade de orientar gratuitamente a população sobre o ENEM 2016 – Exame Nacional do Ensino Médio e SISU.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;

g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.
§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casuística sobre o referido evento, ficando a Videira Pré – Vestibulares LTDA, inteiramente responsável pelo mesmo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 21 de março de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de março de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 - FMAS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 01/2016 - FMAS. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER E INSTALAR PORTÃO ELETRÔNICO PARA O ABRIGO INSTITUCIONAL MENINO JESUS I, PELO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14h00min do dia 18/04/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 14h00min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026. Videira/SC, 22 de março de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 34/2016 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE BOMBA INJETORA, MICRO-ÔNIBUS MODELO NEOBUS, MARCA AGRALE, PLACAS MEC 8681, ANO 2004/2005, FROTA 127, DA SECRETARIA DE AGRICULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14h00min do dia 20/04/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 14h00min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034. Videira/SC, 22 de março 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 27/2016

Termo Aditivo nº 27/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 64/2013

Processo: PR nº 15/2013-FMS

Contratado: Khronos Segurança Privada Ltda.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 64/2013, por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 1º de abril de 2016 até 31 de março de 2017, conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Saúde.

Valor: R\$ 19.390,00.

Data: 22/03/2016.

TERMO ADITIVO Nº 28/2016

Termo Aditivo nº 28/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 63/2013

Processo: PR nº 08/2013-FMAS

Contratado: Khronos Segurança Privada Ltda.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços n. 63/2013 por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 1º de abril de 2016 até 31 de março de 2017, conforme solicitação e justificativa do Departamento de Ação Social.

Valor: R\$ 9.768,00.

Data: 22/03/2016.

TERMO ADITIVO Nº 29/2016

Termo Aditivo nº 29/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 62/2014

Processo: PR nº 34/2014-PMV

Contratado: INFOPASA Telecomunicações Ltda. - EPP.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 62/2014 por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 03 de abril de 2016 até 02 de abril de 2017, e reajustar os valores constantes da Cláusula 2ª, por meio do IPC-A (IBGE) acumulado nos últimos 12 (doze) meses (mar/2015 a fev/2016), no percentual de 10,3563000%.

Valor: R\$ 8.328,36.

Data: 22/03/2016.

TERMO ADITIVO Nº 30/2016

Termo Aditivo nº 30/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 54/2015

Processo: DL nº 06/2015-PMV

Contratados: Antonio Adami e Lourdes Frigeri Adami.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Locação nº 54/2015 por mais 09 (nove) meses, com efeitos a partir de 02 de abril de 2016 até o dia 31 de dezembro de 2016, conforme solicitação e justificativa do Departamento de Ação Social.

Valor: R\$ 8.100,00.

Data: 22/03/2016.

Vitor Meireles

PREFEITURA

PORTARIA Nº 058/2016

PORTARIANº 058/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o inciso III, artigo 62, e artigo 67, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: CÉSAR SUAVE

Cargo: MÉDICO VETERINÁRIO

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença Paternidade, pelo período de 08/03/2016 a 10/03/2016. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 08 de março de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 22 DE MARÇO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 059/2016

PORTARIANº. 059/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: CÉSAR SUAVE

Cargo: MÉDICO VETERINÁRIO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente, 10 (dez) dias de férias, pelo período de 14/03/2016 a 23/03/2016, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2014 a 30/11/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de março de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 22 DE MARÇO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 0028/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0028/2016, tendo como objeto Contratação de empresas para desenvolver atividades socioeducativas e culturais nas modalidades de Música, Capoeira e Yoga para atender crianças/adolescentes, gestantes e idosos nos SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), Cras, Creas e usuários

da Política Municipal de Assistência Social, principalmente aqueles beneficiários do Programa Bolsa Família e PETI (Programa de erradicação do Trabalho Infantil). O recebimento das propostas será até às 09:45h, do dia 12/04/2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 21 de março de 2016.
Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

LEI ORDINÁRIA Nº 3825/2016

LEI Nº 3825/2016

(Origem Projeto de Lei Nº 001/2016 - Legislativo)

DENOMINA LOGRADOURO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ, LOCALIZADO NO LOTEAMENTO SOL POENTE, DE "ANGELO ALBINO FERRONATO", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º - Fica denominado de "Angelo Albino Ferronato" o logradouro "Rua Paralela" situado no Loteamento Popular Sol Poente, município de Xanxerê, devidamente cadastrado sob a matrícula nº 27.978.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

14 de Março de 2016

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 3826/2016

LEI Nº 3826/2016

(Origem Projeto de Lei Nº 002/2016 - Legislativo)

DENOMINA LOGRADOURO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ, LOCALIZADO NO LOTEAMENTO SOL POENTE DE "DILETA MARIA FERRONATO ARCARI", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º - Fica denominado de "Dileta Maria Ferronato Arcari" o logradouro "Rua A" situado no Loteamento Popular Sol Poente, município de Xanxerê, devidamente cadastrado sob a matrícula nº 27.978.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

14 de Março de 2016

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 3827/2016

LEI Nº 3827/2016

(Origem Projeto de Lei Nº 003/2016 - Legislativo)

DENOMINA LOGRADOURO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ, LOCALIZADO NO LOTEAMENTO SOL POENTE, DE "ODIR PAULO VIVAN", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º - Fica denominado de "Odir Paulo Vivan" o logradouro "Rua B" situado no Loteamento Popular Sol Poente, município de Xanxerê, devidamente cadastrado sob a matrícula nº 27.978.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

14 de Março de 2016

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 3828/2016

LEI Nº 3828/2016

(Origem Projeto de Lei Nº 004/2016 - Legislativo)

DENOMINA LOGRADOURO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ DE ANGELINA LUCIA MARCIÓ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou,

aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º - Fica denominado de "Rua Angelina Lucia Marció" o logradouro situado entre a chácara 287 e 288, iniciando na Rua Ouro Preto até o final do perímetro urbano, sentido norte, no Bairro Maria Winckler.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

14 de Março de 2016

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

PP 022/2016 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 022/2016 PMXV**

Objeto: Registro de preços para a possível Contratação de micro e/ou pequena empresa objetivando a implementação de sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos para organizar, digitalizar, indexar e microfilmear o acervo de processos e documentos que se encontram nos arquivo ativo, inativo e morto do Município, incluindo o fornecimento de software, para armazenamento, indexação, consulta e exportação dos documentos do Município de Xavantina, Fundo Municipal de Saúde e demais Fundos, conforme especificações constantes no anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 06/04/2016.

Abertura: dia 06/04/2016, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 23 de março de 2016.

MAURO JUNES POLETTTO,
Prefeito Municipal.

VENCEDORES PE 010-2016 PMXV

CidadeCompras | Vencedores do Pregão

Página 1 de 3

VENCEDORES DO PREGÃO

Prefeitura Municipal de Xavantina
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Prefeitura Municipal de Xavantina

Registro de Preços Eletrônico PE 010/2016 PMXV

Adeval Bike Papelaria e Bazar Ltda Epp - Tipo: EPP - LC123: Sim - Documento 00.266.051/0001-60

| Código | Produto | Marca | Qtde | Valor Unitário | Valor Total |
|--------|--|-----------|----------|----------------|---------------|
| 0008 | Álcool Em Gel, Embalagem 1 Litro, Próprio Para Uso Em Sabonetes Para Refil - Álcool Gel A 73° Gl, Composto Por Uma... | MURANO | 100 UN | R\$ 7,65 | R\$ 765,00 |
| 0010 | Aromatizador de Ambiente Aerosol, Com 360 Ml. (aromas Florais, Talco, Outros). | GLADE | 100 UN | R\$ 8,47 | R\$ 847,00 |
| 0014 | Bala Sortida, Mastigável, Pacote de 500 G. | PECCIN | 1.000 UN | R\$ 4,64 | R\$ 4.640,00 |
| 0015 | Bala de Banana, Com Polpa Natural, Rico Em Potássio e Fonte de Fibra. Não Contém Glutem. Composição: Polpa de Banana,... | INDIA | 100 PC | R\$ 7,94 | R\$ 794,00 |
| 0019 | Balde Plástico, Resistente, Com Cabo de Metal, 15 Litros. | PLASNEW | 50 UN | R\$ 5,04 | R\$ 252,00 |
| 0022 | Bombas Em Inox Para Chimarrão, e Tererê, Redonda, Com Bojo Redondo de 4 Cm de Largura. Fino Acabamento de Aço Inox Ta... | LIDERNOX | 50 UN | R\$ 23,79 | R\$ 1.189,50 |
| 0024 | Cafe Soluvel, 200 Gr, Granulado, 100% Puro, Composição Glicídios, Cálcio e Fósforo, Embalagem de Vidro. | AMIGO | 200 UN | R\$ 8,50 | R\$ 1.700,00 |
| 0042 | Cuia Porongo Liso, Com Pé e Bocal de Inox, 12,5 Cm Altura X 10 Cm de Bocal. | TARTARI | 15 UN | R\$ 39,89 | R\$ 598,35 |
| 0043 | Cuia Para Chimarrão, Tamanho Médio (altura: 12cm/ Capacidade 350ml), de Cerâmica, Com Acabamentos Em Alto Relevô, Hig... | TARTARI | 15 UN | R\$ 38,50 | R\$ 577,50 |
| 0046 | Desodorizador Sanitário, Com Bastão de 35 Gramas e Suporte No Formato de Cestinha Para Acomodação do Mesmo. | SANIBRIL | 50 UN | R\$ 1,19 | R\$ 59,50 |
| 0058 | Escada Doméstica, de Alumínio, 6 Ou 7 Degraus, Com Pés Anti Derrapantes, Patamar de Alumínio Largo, Fita de Segurança... | MOR | 5 UN | R\$ 126,90 | R\$ 634,50 |
| 0062 | Espanja de Lã de Aço Contem 8 Unidades de 60 Gramas. Marcas: Bom Bril Ou Assolan. | INOVE | 300 PC | R\$ 1,04 | R\$ 312,00 |
| 0067 | Forma de Alumínio Para Bolo Redondo, Medindo 25 Cm. de Diâmetro. | TARTARI | 10 UN | R\$ 21,99 | R\$ 219,90 |
| 0070 | Garrafa Térmica, Com Tripé, Com Alça Reforçada Para Transporte, Com Capacidade Para 10 Ou 12 Litros. Com Torneira | INVICTA | 5 UN | R\$ 149,90 | R\$ 749,50 |
| 0072 | Inseticida Aerosol 300 Ml, Composição Ingredientes Ativos P/p: Esbiotrina 0,15%; Permetrina 0,055%. Ingredientes Iner... | FORT | 200 UN | R\$ 8,70 | R\$ 1.740,00 |
| 0082 | Lixeira Com Pedal, Com Tampa e Corpo Em Aço Inox, Com Capacidade Para 10 Litros. | MOR | 20 UN | R\$ 99,90 | R\$ 1.998,00 |
| 0083 | Lixeira Com Pedal, Com Tampa e Corpo Em Aço Inox, Com Capacidade Para 15 Litros. | MOR | 50 UN | R\$ 149,90 | R\$ 7.495,00 |
| 0085 | Lixeira Plástica Capacidade 15 Litros, Com Tampa. | GIPLAS | 30 UN | R\$ 15,99 | R\$ 479,70 |
| 0086 | Lixeira Plástica Com Pedal, Com Tampa e Corpo Em Plástico Super Resistente. Capacidade de 30 Litros. (utilizada Em Refeitórios). | RAINHA | 50 UN | R\$ 69,90 | R\$ 3.495,00 |
| 0089 | Luva Látex Elaborada Com Borracha 100% Natural, de Alta Qualidade, flexível e Resistente, Forro 100% Algodão, Que Pr... | IDEATEX | 100 PAR | R\$ 3,49 | R\$ 349,00 |
| 0090 | Luva Látex Elaborada Com Borracha 100% Natural, de Alta Qualidade, flexível e Resistente, Forro 100% Algodão, Que Pr... | IDEATEX | 100 PAR | R\$ 3,49 | R\$ 349,00 |
| 0091 | Mangueira Lisa Para Jardim, Com Esguicho, 30 Metros. Resistente e Durável, Totalmente Flexível Facilitando A Locomoçã... | NUTRIPLAN | 5 UN | R\$ 69,90 | R\$ 349,50 |
| 0119 | Saco Para Freezzer Bobina Com 100 Unidades de 5 Litros. | MEGAMIL | 25 UN | R\$ 6,09 | R\$ 152,25 |
| 0130 | Toalha de Banho Favo; Tamanho 60cm X 100 Cm.100% Algodão. | FLABOM | 100 UN | R\$ 7,98 | R\$ 798,00 |
| 0131 | Vassoura de Nylon, Com Cabo, Espessa e de Boa Qualidade. | DESAFIO | 80 UN | R\$ 3,78 | R\$ 302,40 |
| 0132 | Vassoura de Palha, Com Cabo Em Madeira de Boa Qualidade, Cerdas Resistentes, Compactadas, de Tamanho Grande. | SALCHER | 100 UN | R\$ 11,44 | R\$ 1.144,00 |
| | | | | Total | R\$ 31.990,60 |

Everton Jose Woichekoski-ME - Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 22.820.546/0001-21

| Código | Produto | Marca | Qtde | Valor Unitário | Valor Total |
|--------|---|-------------|----------|----------------|--------------|
| 0001 | Açúcar Cristal - 5 Kg - Safra Nova, Embalagem de Polietileno Transparente. Registro O Ministério da Agricultura, e Va... | globo | 50 UN | R\$ 13,47 | R\$ 673,50 |
| 0003 | Açúcar Refinado de 1 Kg Com Grãos Finos e Não Definidos Que Conferem Alta Capacidade de Dissolução e Facilidade de Mi... | alto alegre | 50 UN | R\$ 3,67 | R\$ 183,50 |
| 0023 | Caixa de Bombom Sortidos, Com As Miniaturas dos Chocolates, Agora Com Novos Bombons, Contendo Entre Outros Chokito Br... | nestle | 500 UN | R\$ 9,35 | R\$ 4.675,00 |
| 0031 | Chá de Laranja, Caixa Com 10 Saches. | folle | 100 UN | R\$ 3,87 | R\$ 387,00 |
| 0035 | Chá Para Chimarrão - Composto de Ervas Para Adicionar Ao Chimarrão. Pacotes Com 80 Gramas. Na Composição Pode Haver C... | incas | 200 UN | R\$ 7,99 | R\$ 1.598,00 |
| 0056 | Erva Mate 1 Kg (de Primeira Qualidade) Tipo Pn-1. Com Data de Fabricação de No Máximo 1 Mês Anterior A Data de Entreg... | eko feliz | 1.000 UN | R\$ 8,99 | R\$ 8.990,00 |
| 0060 | Escova Para O Vaso Sanitário, Com Cabo Em Plástico, Cerdas de Nylon, Medida Mínima de 30cm de Comprimento, Com Pote. Espanja de Limpeza, Dupla Face, 110mm75mmx20mm - | assolan | 50 UN | R\$ 3,15 | R\$ 157,50 |
| 0063 | Composição : Espuma de Poliuretano e Fibra Sintética Com Abrasivo, C... | scot brit | 1.000 UN | R\$ 2,74 | R\$ 2.740,00 |
| 0064 | Fosforo, Embalagem Com 10 Cx Contendo 40 Palitos Cada Caixa. | queluz | 200 PC | R\$ 2,96 | R\$ 592,00 |
| 0066 | Forma de Alumínio Para Bolo Redondo, Medindo 15 Cm. de Diâmetro. | brilho bom | 10 UN | R\$ 24,84 | R\$ 248,40 |
| 0069 | Garrafa Termica Air Pot Inox Inquebrável 1,8 L. Embalada Na Caixa Própria do Produto, Lacrada. Marcas: Invicta. | invicta | 10 UN | R\$ 193,77 | R\$ 1.937,70 |
| 0076 | | osram | 100 UN | R\$ 11,90 | R\$ 1.190,00 |

file:///C:/Users/Emerson/AppData/Local/Temp/Vencedores_79855.html

22/03/2016

CidadeCompras | Vencedores do Pregão

Página 2 de 3

| Código | Produto | Marca | Qtde | Valor Unitário | Valor Total |
|--------|---|----------|----------|----------------|---------------|
| | Lâmpada Fluorescente Compacta Tripla, 22w. Modelo Tripla 22w 127v. Cor Super Branca. Adapta Em Suporte de Lâmpada Comum. | | | | |
| 0080 | Limpa Vidros Com Pulverizador, 500ml. | zavaski | 100 UN | R\$ 12,00 | R\$ 1.200,00 |
| 0093 | Pã de Plástico Para Recolhimento de Resíduos, Tamanho Médio, Cabo Pequeno. | implast | 50 UN | R\$ 2,40 | R\$ 120,00 |
| 0096 | Pano de Copa Felpudo Xadrez. Confeccionado Em Tecido Felpudo, Com No Mínimo 90% de Algodão. Estampas Xadrez Em Divers... | fischer | 50 PC | R\$ 23,90 | R\$ 1.195,00 |
| 0097 | Pano de Microfibras Liso (pano Mágico) , 100% Poliéster. Cores Diversas. Medindo 35x55cm. Não Risca, Ultra Macio e Não... | panosul | 100 UN | R\$ 8,80 | R\$ 880,00 |
| 0098 | Papel Higiênico Branco Picotado e Texturizado Folha Simples Picotada, de Alta Qualidade Com 4 Rolos de 60m X 10cm Cad... | paloma | 1.500 PC | R\$ 6,86 | R\$ 10.290,00 |
| 0113 | Sabão Em Pó, Embalagem de 2 Kg, Composição: Tensoativo Aniónico, Coadjuvantes, Sinérgicos, Corante, Enzima, Branquea... | brilhane | 100 UN | R\$ 13,34 | R\$ 1.334,00 |
| 0124 | Saponáceo, Líquido 300 Gramas - Composição: Tensoativos Aniónico, Alcalinizante, Agente Abrasivo, Corante e Essência. | uau | 500 UN | R\$ 6,88 | R\$ 3.440,00 |
| | | | | Total | R\$ 41.831,60 |

NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-ME - Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 07.814.016/0001-87

| Código | Produto | Marca | Qtde | Valor Unitário | Valor Total |
|--------|---|-----------|----------|----------------|---------------|
| 0002 | Açúcar Cristal - 2 Kg. Safra Nova, Embalagem de Polietileno Transparente. Açúcar Em Forma Cristalizada, de Grãos Unif... | DOCESUSAR | 50 UN | R\$ 4,71 | R\$ 235,50 |
| 0005 | Água Sanitária, 1 Litro - Composição: Hipoclorito de Sódio, Hidróxido de Sódio, Cloreto de Sódio e Água. | LAR | 500 UN | R\$ 1,58 | R\$ 790,00 |
| 0006 | Água Sanitária 5 Litros - Composição Hipoclorito de Sódio, Hidróxido de Sódio, Cloreto de Sódio e Água. | CLASSLIMP | 200 UN | R\$ 5,48 | R\$ 1.096,00 |
| 0009 | Alcool Etilico Hidratado Nbr 5991 - Embalagem de 1 Litro. | CHEMIX | 200 UN | R\$ 4,48 | R\$ 896,00 |
| 0025 | Cera Líquida Incolor, Sem Perfume, Recomendada Para Todos Os Tipos de Pisos, Embalagem Plástica Com 750 ML, Composição... | ANDREIA | 400 UN | R\$ 8,30 | R\$ 3.320,00 |
| 0026 | Cera Líquida Vermelha Para Todos Os Tipos de Pisos, Embalagem Plástica Com 750 ML, Composição: Carnaúba, Dispersão Ac... | ANDREIA | 400 UN | R\$ 6,10 | R\$ 2.440,00 |
| 0028 | Chá de Camomila, Caixa Com 10 Saches. | NEILAR | 100 UN | R\$ 1,60 | R\$ 160,00 |
| 0029 | Chá de Cidreira, Caixa Com 10 Saches. | NEILAR | 100 UN | R\$ 1,60 | R\$ 160,00 |
| 0030 | Chá de Erva Doce, Caixa Com 10 Saches. | NEILAR | 100 UN | R\$ 1,65 | R\$ 165,00 |
| 0032 | Chá de Maçã Com Canela, Caixa Com 10 Saches. | NEILAR | 100 UN | R\$ 3,30 | R\$ 330,00 |
| 0033 | Chá de Maçã, Caixa Com 10 Saches. | NEILAR | 100 UN | R\$ 2,00 | R\$ 200,00 |
| 0034 | Chá de Morango, Caixa Com 10 Saches. | NEILAR | 100 UN | R\$ 2,60 | R\$ 260,00 |
| 0041 | Crema de Leite, Caixa Com 200 Gramas. Informações Nutricionais: Valor Energético: 28kcal, Carboidratos: 0,6g. Pro... | FRIMESA | 50 UN | R\$ 1,75 | R\$ 87,50 |
| 0045 | Desinfetante, Embalagem Com 5 Litros, Fragrância Lavanda. | CLASSLIMP | 200 UN | R\$ 8,00 | R\$ 1.600,00 |
| 0048 | Detergente Neutro, Embalagem de 5 Litros, Com Glicerina. | CLASSLIMP | 50 UN | R\$ 9,00 | R\$ 450,00 |
| 0061 | Espanja de Aço, Pacote Com Duas Unidades. | INOVE | 200 UN | R\$ 1,70 | R\$ 340,00 |
| 0081 | Limpador Multi Uso Para Cozinhas, Banheiros, Pias, Azulejos. Remove Gordura, Fuligem, Poeira, Marcas de Dedos, Riscos... | ILHA | 500 UN | R\$ 2,30 | R\$ 1.150,00 |
| 0087 | Lustra Moveis, 200ml. | BRY | 50 UN | R\$ 6,99 | R\$ 349,50 |
| 0095 | Pano/toalha de Prato, Liso e Costurado Em Overlock. Tecido Grosso de Alta Qualidade. Excelente Para Restaurantes, Hoté... | GA BELLEI | 5 PC | R\$ 48,90 | R\$ 244,50 |
| 0099 | Papel Higiênico Branco Picotado e Texturizado Folha Simples Picotada, de Alta Qualidade Com 4 Rolos de 60m X 10cm Cad... | QUALILUX | 200 PC | R\$ 2,23 | R\$ 446,00 |
| 0100 | Papel Toalha, Com Duas Unidades (rolos) de 55 Toalhas. | SORELLA | 100 PC | R\$ 4,35 | R\$ 435,00 |
| 0101 | Papel Toalha: 100% Fibras Celulose, Próprio Para Uso Em Toalheiros Interfolhas. Branco, Fardo 1000 Folhas de 22x23cm. | QUALILUX | 1.500 UN | R\$ 7,00 | R\$ 10.500,00 |
| 0105 | Polvilho Doce. Peso 500 Gramas. Feito de Mandioca Doce. | PRATA | 50 UN | R\$ 3,90 | R\$ 195,00 |
| 0106 | Energético: 68 Kcal, Carboidratos 17g. Ferro 0,29 Mg. | PRATA | 50 UN | R\$ 2,65 | R\$ 132,50 |
| 0107 | Preparo Sólido Para Refresco, Em Pacotes de 30 Gr. Já Adoçado, Com Rendimento de 1 (um) Litro de Suco Por Pacote. Sab... | SOLEY | 1.000 UN | R\$ 0,50 | R\$ 500,00 |
| 0110 | Rodo de 60 Cm - de Alumínio, Com Cabo e Base de Alumínio, Borracha Com Ótima Aderência e Eficácia Na Secagem. | DESAFIO | 20 UN | R\$ 29,90 | R\$ 598,00 |
| 0115 | Sabonete Líquido Bactericida, Líquido Consistente, Sem Perfume Ou Com Perfume Suave (talco, Camomila, Pêssego), Com R... | CLASSLIMP | 50 UN | R\$ 23,00 | R\$ 1.150,00 |
| | | | | Total | R\$ 28.230,50 |

Objetiva Comercio de Equipamentos Ltda Me - Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 11.499.653/0001-83

| Código | Produto | Marca | Qtde | Valor Unitário | Valor Total |
|--------|--|------------|----------|----------------|--------------|
| 0007 | Alcool 70% - 1litro. | FLOS | 500 UN | R\$ 5,00 | R\$ 2.500,00 |
| 0020 | Balde Plástico 20 Litros. | ARQUIPLAST | 50 UN | R\$ 8,50 | R\$ 425,00 |
| 0027 | Cera Em Pasta Vermelha. Com Cera Natural de Carnaúba Que Proporciona Maior Brilho e Conservação do Piso. Cera Concent... | GUANABARA | 500 UN | R\$ 13,00 | R\$ 6.500,00 |
| 0038 | Colher de Sobremares Descartável, Embalagem Com 50 Unidades. Cor Transparente. | STRAWPLAST | 50 PC | R\$ 2,30 | R\$ 115,00 |
| 0039 | Copo Descartável, 180ml, Transparente, Com 100 Unidades. | ORLEPLAST | 1.000 PC | R\$ 2,20 | R\$ 2.200,00 |
| 0040 | Copo Descartável 300 ML. Transparente Com 100 Unidades. | ORLEPLAST | 1.000 PC | R\$ 3,80 | R\$ 3.800,00 |
| 0044 | Desinfetante 500 ML - Composição: Óleo de Pinho, Cloreto de Benzalcônio, Alcool Etilico, Acido Critico, Tensoativo Nã... | GOTA LIMPA | 200 UN | R\$ 1,35 | R\$ 270,00 |
| 0047 | Detergente Neutro, Com Glicerina, Embalagem Com 500 ML, Composição: Tensoativos Aniónicos, Glicerina, Coadjuvante, Se... | MINUANO | 1.500 UN | R\$ 1,65 | R\$ 2.475,00 |
| 0050 | Detergente Automotivo Para Lavagem de Veículos, Latária, Parte Externa e Interna. Remove Resíduos, Não Mancha, Não Ri... | ILLO | 50 UN | R\$ 21,50 | R\$ 1.075,00 |
| 0051 | Dispenser Para Papel Toalha Interfolhas, Em Acrílico, Na Cor Branca, Com Capacidade No Mínimo 500 Folhas. | PREMISSE | 20 UN | R\$ 22,00 | R\$ 440,00 |
| 0052 | | PREMISSE | 20 UN | R\$ 27,00 | R\$ 540,00 |

file:///C:/Users/Emerson/AppData/Local/Temp/Vencedores_79855.html

22/03/2016

CidadeCompras | Vencedores do Pregão

Página 3 de 3

| Código | Produto | Marca | Qtde | Valor Unitário | Valor Total |
|--------|--|------------|--------|----------------|---------------|
| 0059 | Dispenser Para Sabonete Líquido/álcool Gel, Em Acrílico, Na Cor Branca, Cujo Reservatório Tenha Capacidade Para No Mi... | DESAFIO | 50 UN | R\$ 3,99 | R\$ 199,50 |
| 0068 | Escova Para Limpeza, Com Cerdas de Nylon, Formato Oval, Com Suporte de Madeira. | 5 ESTRELAS | 10 UN | R\$ 20,50 | R\$ 205,00 |
| 0084 | Forma de Alumínio Para Bolo Rendondo Com Cone No Meio (forma de Bolo Modelo de Pudim) Medindo 24 Cm de Diâmetro. | GIPLAST | 20 UN | R\$ 12,00 | R\$ 240,00 |
| 0088 | Lixeira Em Plástico Resistente, Com Capacidade Para 12 Litros, Com Tampa. | LONGATEX | 20 PAR | R\$ 7,50 | R\$ 150,00 |
| 0094 | Luva Em Latex Natural Sem Forro, Cano Longo. Prende-Se Ao Antebraço, Antiderrapante. Protege O Antebraço, É Excelente... | 5 ESTRELA | 5 UN | R\$ 39,00 | R\$ 195,00 |
| 0102 | Panela Caçarola 5,4 Lts; | cristal | 50 PC | R\$ 2,90 | R\$ 145,00 |
| 0103 | Prato Descartável Simples Branco, 18cm. Pacote Com 10 Unidades. | cristal | 50 PC | R\$ 1,50 | R\$ 75,00 |
| 0108 | Prato Fundo Descartável de Sobre mesa - 15 Cm. Branco. Embalagem Com 10 Unidades. | sendor | 80 UN | R\$ 7,90 | R\$ 632,00 |
| 0109 | Rodo de Espuma Dupla Face (espuma e Esponja) , Com Cabo Apropriado Para Limpeza de Pisos. | sendor | 40 UN | R\$ 12,99 | R\$ 519,60 |
| 0112 | Rodo - Com Cabo Em Madeira e Rodo Com Borracha Dupla de 40 Cm. | vem | 50 UN | R\$ 1,75 | R\$ 87,50 |
| 0114 | Sabão Em Barra 200 Gr - A Base de Sódio, Coadjuvante, Emuliente, Carga, Branqueadora Óptica, Opacificante, Sequestran... | palmolive | 150 UN | R\$ 1,30 | R\$ 195,00 |
| 0118 | Sabonete 90 Gr. | premissa | 300 UN | R\$ 7,30 | R\$ 2.190,00 |
| 0120 | Refil Para Saboneteira Dosadora Com Sabonete Líquido Fragrância Baby, Erva Doce Ou Outros, Com Bico Dosador de Borrac... | pega lixo | 500 UN | R\$ 1,35 | R\$ 675,00 |
| 0121 | Saco Para Lixo, Capacidade Para 100 Litros, Pacote Com 5 Unidades. | pega lixo | 500 UN | R\$ 1,10 | R\$ 550,00 |
| 0122 | Saco Para Lixo, Embalagem Com 10 Unidades, Capacidade Para 30 Litros, Tamanho 59x62cm, Composição: Pigmento e Polietileno. | pega lixo | 500 UN | R\$ 1,08 | R\$ 540,00 |
| 0123 | Saco Para Lixo, Embalagem Com 10 Unidades, Capacidade 50 Litros, Tamanho 63x80, Classe 1, Tipo C, Composição: Polieti... | orleplast | 20 CX | R\$ 49,80 | R\$ 996,00 |
| 0128 | Sacola Plástica 42x53, Caixa Com 1000 Unidades. | mabber | 80 UN | R\$ 6,30 | R\$ 504,00 |
| 0129 | Toalha de Rosto Felpuda, de Algodão, Cores Diversas, Tamanho 45x80cm. | martins | 50 UN | R\$ 2,95 | R\$ 147,50 |
| | Total | | | | R\$ 28.586,10 |

Valor Total: R\$ 130.638,80

file:///C:/Users/Emerson/AppData/Local/Temp/Vencedores_79855.html

22/03/2016



Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE 05/2016

AVISO DE INEXIGIBILIDADE 05/2016

O MUNICIPIO DE XAXIM ATRAVÉS DE SEU PREFEITO COMUNICA A PRESENTE INEXIGIBILIDADE, A SABER:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2016

HOMOLOGAÇÃO: 23/03/2016

Fornecedor: Arcus Indústria Gráfica Ltda.

CNPJ: 80.939.234/0001-38

OBJETO: Aquisição de livros didáticos e paradidáticos para alunos da rede municipal de ensino. Livros Haitianos em Xaxim SC, Livro Relíquias, e Livro Xaxim Postais.

FUNDAMENTO: CAPUT do art. 25, da Lei Federal 8.666/93.

Xaxim-SC, 22 de março de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Decreto 144

DECRETO Nº. 0144/2016

“Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias”.

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES, Prefeito Municipal de Xaxim em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 4127/2015 de 27 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 15.704,56 (Quinze mil e setecentos e quatro reais e cinquenta e seis centavos) destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

| Código | Unidade | Projeto atividade |
|--------------|----------------------------------|---|
| 06.01 | SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA | 2.024 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental |
| Modalidade | Fonte | Valor R\$ |
| 3.3.90.00.00 | 03.19 | 15.704,56 |

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto correrá por conta do SUPERAVIT Financeiro na fonte 01.19 repasse do FUNDEB.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 07 de Março de 2016.

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

Decreto 149

DECRETO Nº. 0149/2016

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento de 2016 e dá outras providências”.

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES, Prefeito Municipal de Xaxim em Exercício – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, que lhe são conferidas pela lei orgânica do município e em conformidade com a Lei Municipal nº 4171/2016 de 09 de Março de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.00,00 (Cem mil reais), nas seguintes programações de despesa dentro do orçamento vigente:

| Código | Unidade | Projeto atividade |
|--------------|------------------------------|--|
| 07.01 | SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA | 1.009 – Obras de Infraestrutura Urbana |
| Modalidade | Fonte | Valor R\$ |
| 4.4.90.00.00 | 01.00 | 100.000,00 |

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesas nas seguintes programações:

| Código | Unidade | Projeto atividade |
|--------------|------------------------------|--|
| 07.01 | SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA | 2.029 – Manutenção do Setor Rodoviário |
| Modalidade | Fonte | Valor R\$ |
| 3.1.90.00.00 | 01.00 | 100.000,00 |

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 11 de Março de 2016.
LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani
Procurador Geral do Município

Decreto 153

DECRETO Nº. 0153/2016

“Dispõe Sobre a abertura de crédito especial no orçamento de 2016 e da outras providencias”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 4170/2016 de 17 de março de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

| Código | Unidade | Projeto atividade |
|--------------|------------------------------|---------------------------------------|
| 17.01 | FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO | 1.010 – Apoio ao Sistema Habitacional |
| Modalidade | Fonte | Valor R\$ |
| 3.2.90.00.00 | 01.00 | 15.000,00 |

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito especial serão utilizados recursos de anulação de despesa na seguinte programação de despesa:

| Código | Unidade | Projeto atividade |
|--------------|------------------------------|---------------------------------------|
| 17.01 | FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO | 1.010 – Apoio ao Sistema Habitacional |
| Modalidade | Fonte | Valor R\$ |
| 3.3.90.00.00 | 01.00 | 15.000,00 |

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 17 de Março de 2016.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani
Procurador Geral do Município

Decreto 154

DECRETO Nº. 154/2016.

Exonera servidor municipal efetivo a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 21 de março de 2016, a servidora municipal GABRIELA ZATT VALERIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de MÉDICA PSIQUIATRA, portadora da matrícula 7266, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 21 de março de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Municipal de Administração

Decreto 155

DECRETO Nº 155/2016

Estabelece novo horário de funcionamento do PROCON deste município de Xaxim – SC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim Estado de Santa Catarina, de acordo com atribuições inerentes a seu cargo, embasado no Artigo 66, VI, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido pelo presente decreto, novo horário de funcionamento do PROCON, deste município de Xaxim – SC, a partir de 28 de março de 2016, com expediente das 08h às 11h45min e das 13h15min às 17h30min.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o inciso III, do Decreto 101/2016, de 02 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 22 de março de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Municipal de Administração

Decreto 156

DECRETO Nº. 156/2016.

Nomeia servidor municipal em decorrência de aprovação em concurso público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; e Considerando o Concurso Público, realizado através do Edital Nº. 001/2015, de 13 de abril de 2015, para preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo do Quadro do Funcionalismo Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, pelo presente Decreto, EDUARDO FIRMO, CPF: 121.951.618-09, para exercer o cargo de MÉDICO, código 1047, categoria ATC (ATIVIDADES TÉCNICO CIENTÍFICO), nível 061, em decorrência de aprovação em Concurso Público, devidamente homologado pelo Decreto Nº. 225, de 01 de julho de 2015, durante o estágio probatório de 03 (três) anos, a partir de 23 de março de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 22 de março de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Moras

Secretário Municipal de Administração

Associações

AMAI

TERMO DE ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 001/2016

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Tomada de Preços 001/2016

Por meio do presente termo, fica adjudicado a empresa TAB COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE ELEVADORES E ESCADAS ROLANTES LTDA - ME, com o valor cotado equivalente a um total de R\$ 75.894,00 (setenta e cinco mil, oitocentos e noventa e quatro reais), o objeto constante de processo de Tomada de Preços nº 001/2016, consoante ata de abertura, habilitação e julgamento.

Xanxerê, SC, 21 de março de 2016.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal de Passos Maia

Presidente AMAI

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tomada de Preços 001/2016

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de licitações, designada através da resolução 003/2016, bem como parecer favorável da Comissão, HOMOLOGO, nesta data, a referida decisão constante da ata anexa considerando vencedor da licitação, objeto do processo licitatório Tomada de Preços nº 001/2016, a proponente TAB COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE ELEVADORES E ESCADAS ROLANTES LTDA - ME, com o valor cotado equivalente a um total de R\$ 75.894,00 (setenta e cinco mil, oitocentos e noventa e quatro reais).

Xanxerê, SC, 21 de março de 2016.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal de Passos Maia

Presidente AMAI

AMMVI

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A AMMVI E M.S.V. SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA - EPP

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI E M.S.V. SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA – EPP.

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob no 83.779.413/0001-43, neste ato representada pelo seu Presidente, doravante denominada CONTRATANTE e, de outro, M.S.V. SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.352.011/0001-17, com endereço à Rua Zelma Antunes Pereira, 59, bairro Itai, cidade de Eldorado do Sul - RS, CEP. 92.990-000 neste ato representada pelo sócio administrador, Sr. Antonio Carlos Coelho – CPF nº 082.525.300-44, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de recepção na sede da AMMVI, decorrente da Licitação Convite nº 003/2012, na forma da Lei nº 8.666/93 e alterações, e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

O valor mensal previsto na Cláusula Terceira do contrato administrativo nº CC 03/2012, firmado pelas partes em 17 de outubro de 2012, fica revisado em face da vigência de nova Convenção Coletiva de Trabalho da categoria para o exercício de 2016, no interesse recíproco das partes e nos termos da Lei no 8.666, de 21/06/93, de forma que o valor total do contrato, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, será de R\$ 3.048,14 (três mil e quarenta e oito reais e catorze centavos) mensais, com efeito financeiro a contar de 1º de janeiro do corrente.

Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Contrato inicial, a CONTRATADA assume total responsabilidade por toda e qualquer despesa, indenização ou débito decorrente de condenação civil ou trabalhista relacionada ao objeto do contrato, inclusive ressarcindo

a CONTRATANTE de qualquer ônus que tenha para sua defesa, acaso esta venha a integrar o processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato original, e seus Aditivos, ficam mantidos e ratificados.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Blumenau (SC), 19 de fevereiro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI M.S.V. SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA – EPP

PRESIDENTE da AMMVI CONTRATADA

Testemunhas:

| | |
|---------------|---------------|
| Nome: CPF: | Nome: CPF: |
|---------------|---------------|

AMREC**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ELEITORAL 10 03 2016**

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ELEITORAL DA AMREC NR 02 DE 10 DE MARÇO DE 2016.

FAX: Nº 002/2016 – convocação

PRESENCAS NO LIVRO 05, Fls.28v horário: 17 h. – Plenário da AMREC.

Aos dez dias do mês de março de 2016, os prefeitos da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) se reuniram na sede da entidade, com o intuito de eleger e empossar a nova diretoria da associação, composta pelos Conselhos: Executivo e Fiscal. Participaram da Assembleia Geral Eleitoral o presidente da AMREC e prefeito de Treviso, João Réus Rossi; de Balneário Rincão, Décio Gomes Góes; de Cocal do Sul, Ademir Magagnin; de Criciúma, Márcio Búrigo; prefeito de Forquilha, Vanderlei Alexandre; de Içara, Murialdo Canto Gastaldon; de Lauro Muller, Fabrício Kusmin Alves; de Morro da Fumaça, Agnaldo Maccari; de Nova Veneza, Evandro Luis Gava; de Orleans, Marco Antonio Bertoncini Cascaes; de Siderópolis, Hélio Roberto Cesa e de Urussanga, Johnny Felipe. Também estavam presentes, o Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma, João Fabris; do Vice-Prefeito de Balneário Rincão, Olirio José Lino; Advogado da AMREC, Giovanni Dagostin Marchi; o diretor executivo da AMREC, José Roberto Madeira e imprensa em geral. O presidente da AMREC abriu a reunião, agradecendo a presença de todos os Prefeitos, Vice Prefeito, funcionários da entidade e da imprensa em geral. Em seguida fez a leitura da ordem do dia: Apresentação do relatório de atividades e prestação de contas de 2015, sendo aprovado pelo conselho fiscal e entregue exemplar a cada prefeito. A seguir foi feita a eleição e posse do conselho executivo e fiscal para 2016, sendo que para esse mandato seria um prefeito do PT, como forma de atender ao rodízio dos partidos. Os prefeitos do PT se reuniram anteriormente e indicaram o nome do Prefeito de Balneário Rincão para assumir a presidência da AMREC, cuja nominata ficou assim designada: Conselho Executivo: Presidente: Décio Gomes Góes, Prefeito de Balneário Rincão; – PT; 1º vice-presidente: Vanderlei Alexandre, Prefeito de Forquilha – PP; 2º vice-presidente: Evandro Luis Gava - Prefeito de Nova Veneza – PP; 1º secretário: Hélio Roberto Cesa - Prefeito de Siderópolis – PMDB; 2º secretário: Johnny Felipe - Prefeito de Urussanga-PMDB; Tesoureiro: Murialdo Canto Gastaldon - Prefeito de Içara – PT; Conselho Fiscal – Titulares: João Réus Rossi, Prefeito de Treviso - PMDB; Marco Antonio Bertoncini Cascaes - Prefeito de Orleans – PSD e Márcio Búrigo - Prefeito de Criciúma – PP. Conselho Fiscal – Suplentes: Agnaldo David Maccari – Prefeito de Morro da Fumaça – PSD; Ademir Magagnin - Prefeito de Cocal do Sul – PP e Fabrício Kusmin Alves – Prefeito de Lauro Muller - PSD. Ato seguinte, o presidente João Réus Rossi convidou a todos para dirigirem-se ao Plenário, a fim de assistir ao audiovisual das atividades e prestação de contas de 2015 e oficializar a escolha do novo Conselho Executivo e Fiscal da AMREC. Anunciada a nova diretoria, o presidente João Réus Rossi fez seu discurso de despedida e, resumidamente, assim se expressou, falando da alegria e satisfação em presidir a entidade agradecendo o apoio dos demais Prefeitos e funcionários. Ele ressaltou ainda que as conquistas acontecem graças à união que há entre os prefeitos da Região Carbonífera e que é preciso fortalecer a AMREC para enfrentar os desafios. Findo seu discurso solicitou ao Diretor Executivo, José Roberto Madeira, para fazer a leitura do termo de posse e colher assinatura dos Prefeitos e na sequência convidou o presidente eleito Décio Gomes Góes para a mesa, transmitindo-lhe a posse. Em seguida, o presidente empossado, Décio Gomes Góes em seu discurso, salientou que a associação é um local de discussão e troca de experiências, onde se devem visar resultados para que os municípios estejam integrados, unificando os discursos, traçando objetivos, metas e seguindo com um planejamento estratégico, enfatizando a importância dos consórcios, os

colegiados de Secretários dos municípios da AMREC e a continuação do Programa "Com Nota Fiscal vai Legal". Ele ainda destacou a importância da associação ser eficiente e garantiu que vai se empenhar ao máximo para a AMREC ter cada vez mais visibilidade, continuando com os cursos de capacitações tendo em vista que a qualificação profissional dos servidores municipais é o maior intuito da entidade. Também citou em seu discurso, a união da região na questão do desenvolvimento turístico, segurança pública, saúde, obras inacabadas e reforma política. O Senhor Presidente propôs ainda reuniões com Deputados Federais e Estaduais de duas a três vezes por ano. No demais, agradeceu a todos pela presença, convidando os prefeitos para a fotografia oficial encerrando assim a Assembléia Geral Eleitoral. Nada mais foi tratado, encerrando-se a presente Assembleia Geral Eleitoral, e eu, José Roberto Madeira, Diretor Executivo da AMREC, lavrei a presente ata.

Criciúma (SC), 10 de março de 2016.

Décio Gomes Góes
Prefeito de Balneário Rincão
Presidente do Conselho

José Roberto Madeira
Diretor Executivo
Executivo

Consórcios

CIGA

TERMO ADITIVO Nº 08 AO CONTRATO Nº 110/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 110/2012

TERMO ADITIVO Nº 08, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

Termo aditivo celebrado ao contrato administrativo nº 110/2012 com o objetivo de alterar o inciso XII da cláusula oitava.

Pelo presente instrumento, o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Santos Saraiva, nº 1546, bairro Estreito, Florianópolis/SC, CNPJ n. 09.427.503/0001-12, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Gilsoni Lunardi Albino, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa DHM SISTEMAS LTDA. ME., estabelecida na Rua Mal. Candido Rondon, 1818, Sala 12, Cascavel/PR, CNPJ nº 13.749.157/0001-66, neste ato representada por seu Sócio-Gerente, Sr. Daian Henz, CPF nº 005.744.369-60, doravante denominada CONTRATADA, considerando a necessidade do CONTRATANTE de analisar as adaptações realizadas pela CONTRATADA no Sistema e de dispor de treinamentos prévios no respectivo Sistema, visto que tais eventos demandam a presença do desenvolvedor, ou seja da CONTRATADA, ambas as partes resolvem celebrar o presente termo aditivo ao Contrato Administrativo nº 110/2012, mediante sujeição às seguintes cláusulas

contratuais:

DO PAGAMENTO

Cláusula primeira. O inciso XII da cláusula oitava do contrato nº 110/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

XII - deslocar-se ao local determinado pelo CONTRATANTE, desde que seja de comum acordo, para auxiliá-lo nas análises das adaptações realizadas no Sistema e para fornecer os treinamentos demandados, sendo os custos do deslocamento reembolsados pelo CONTRATANTE a ordem de R\$ 0,80 por quilômetro percorrido pela CONTRATADA.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula segunda. Aplicam-se ao presente termo aditivo as demais cláusulas previstas no Contrato Administrativo nº 110/2012.

Florianópolis, 15 de fevereiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

DAIAN HENZ

Daian Henz e Cia. Ltda. ME

CIMVI

LICITAÇÃO 003/2016 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016

Através do presente termo, fica adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 003/2016, consoante ata de julgamento.

Timbó, 22 de março de 2016.

PATRICIA BARBARESCO

Pregoeira

Ciente da adjudicação

LUIZ CLÁUDIO KADES

Advogado

OAB/SC nº 17.692

LICITAÇÃO 003/2016 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016

Tendo em vista a decisão proferida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, designados através da Resolução nº 144 de 04 de janeiro de 2016,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor(es) da licitação, objeto do Pregão Presencial nº 003/2016, o(s) participante(s):

| ITEM | FORNECEDOR | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|--|----------------|-------------|
| 01 | LADEHOFF COMERCIO E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA EPP | 17,30 | 25.950,00 |
| 02 | AREIAS KRETZ LTDA EPP | 32,00 | 51.200,00 |

Timbó, 22 de março de 2016.
Hartwig Persuhn
Presidente

LICITAÇÃO 004/2016 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016

Através do presente termo, fica adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 004/2016, consoante ata de julgamento.

Timbó, 22 de março de 2016.
PATRICIA BARBARESCO
Pregoeira

Ciente da adjudicação

LUIZ CLÁUDIO KADES
Advogado
OAB/SC nº 17.692

LICITAÇÃO 004/2016 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016

Tendo em vista a decisão proferida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, designados através da Resolução nº 144 de 04 de janeiro de 2016,

Homologo:

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto do Pregão Presencial nº 004/2016, o participante:

| | |
|-------------------------------|---------------|
| FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP | R\$ 17.500,00 |
|-------------------------------|---------------|

Timbó, 22 de março de 2016.
Hartwig Persuhn
Presidente

REPÚBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - LICITAÇÃO Nº 005/2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIM-VI
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015 PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí

- CIMVI

FORNECEDOR: Jean Menin Me

OBJETO: Registro de Preços para contratação de horas máquina e horas caminhão para obras e/ou serviços no Aterro Sanitário em Timbó/SC.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 78.247,50 (setenta e oito mil e duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos) – lote único.
VALIDADE DA ATA: até 31 de dezembro de 2015.

Integra em www.cimvi.sc.gov.br/publicações/licitações

Timbó, 21 de setembro de 2015.
SERGIO ALMIR DOS SANTOS
Presidente

REPÚBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - LICITAÇÃO Nº 005/2015 - PRORROGAÇÃO VALIDADE DA ATA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIM-VI
EXTRATO DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015 PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

FORNECEDOR: Jean Menin Me

OBJETO: Prorrogação do prazo de validade da ata de registro de preços até 21/09/2016.

Integra em www.cimvi.sc.gov.br/publicações/licitações

Timbó, 30 de dezembro de 2015.
SERGIO ALMIR DOS SANTOS
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 149 DE 01 DE MARÇO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 149, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

Estipula o valor do auxílio alimentação para o exercício de 2016, a contar de 1º de março do corrente.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo § 1º do art. 45 do Estatuto

do CIMVI; e

Considerando-se o valor máximo de R\$ 26,50 (vinte e seis reais e cinquenta centavos) estabelecido no art. 52-C do Estatuto do CIMVI;

Considerando-se o disposto no artigo 52 do Regulamento de Quadro de Pessoal, com redação dada pela Resolução nº 147 de 18/02/2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer, para o exercício de 2016, o valor diário do auxílio alimentação a ser concedido aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários em R\$ 16,31 (dezesesseis reais e trinta e um centavos), gerando efeitos financeiros a contar desta data.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão a conta de dotações próprias do Orçamento-Programa Anual.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó - SC, em 01 de março de 2016.

HARTWIG PERSUHN

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 150 DE 01 DE MARÇO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 150, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre o acesso a informações no âmbito do Consórcio Público e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIMVI; e, fundamentado no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, e na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º - O acesso à informação pública garantido no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, se dará, no âmbito do Consórcio Intermunicipal do Médio vale do Itajaí - CIMVI, segundo o disposto na Lei nº 12.527/11 e nesta resolução.

Art. 2º - A divulgação de informações de interesse coletivo ou geral produzidas ou custodiadas pelo Consórcio Público, serão divulgadas, independente de requerimento, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br) e no portal do CIMVI (www.cimvi.sc.gov.br).

Parágrafo único - Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:

I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

III - registros das despesas;

IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os

contratos celebrados;

V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e

VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Art. 3º - Fica criado o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, no Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, garantindo o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

§ 1º - O SIC funcionará na sede do Consórcio Público, sita à Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, na cidade de Timbó/SC, em seu horário regular de expediente, e será coordenado por servidor público designado.

§ 2º - À Controladoria Interna compete orientar e fiscalizar a prestação do SIC, bem como, divulgar ao cidadão os procedimentos para acesso às informações.

Art. 4º - Fica instituído a Comissão de Avaliação de Informações - CAI, com o objetivo de:

I - esclarecer dúvidas e qualificar informações ou documentos como sigilosos;

II - opinar sobre a informação produzida no âmbito de sua atuação para fins de classificação em qualquer grau de sigilo; e

III - estabelecer orientações normativas de caráter geral a fim de suprir eventuais lacunas na aplicação da Lei nº 12.527/11.

Parágrafo único - A CAI será constituída pelo Assessor Jurídico, pelo Controlador Interno e pelo Diretor Executivo do Consórcio Público.

Art. 5º - O Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, terá o objetivo de:

I - atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;

II - informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e

III - receber e registrar pedidos de acesso à informação.

Parágrafo único - Compete ao SIC:

I - o recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação;

II - o registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega de número de protocolo, que conterá a data de apresentação do pedido;

III - o encaminhamento do pedido recebido e registrado à unidade responsável pelo fornecimento da informação ao SIC, quando couber; e

IV - providenciar a devida revisão quanto ao conteúdo e tratamento de informações pessoais ou sigilosas, bem como encaminhar resposta ao requerente.

Art. 6º - Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

§ 1º - O pedido será apresentado em formulário padrão, disponibilizado em meio eletrônico e físico, no portal na Internet e no SIC.

§ 2º - O prazo de resposta será contado a partir da data de apresentação do pedido ao SIC.

§ 3º - É facultado ao SIC o recebimento de pedidos de acesso à informação por qualquer outro meio legítimo, como contato telefônico, correspondência eletrônica ou física, desde que atendidos os requisitos do art. 7º, devendo o pedido ser imediatamente incluído no sistema de gestão de pedidos de acesso.

§ 4º - Na hipótese do § 3º, será enviado ao requerente, comunicação com o número de protocolo e a data do recebimento do pedido pelo SIC, a partir da qual se inicia o prazo de resposta.

Art. 7º - O pedido de acesso à informação deverá conter:

I - nome do requerente;

II - número de documento de identificação válido;

III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida e da finalidade pretendida; e

IV - endereço físico e eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Art. 8 - Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados; ou

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do SIC.

Parágrafo único - Na hipótese do inciso III do caput, o SIC deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 9º - São vedadas exigências da juntada de prova da finalidade pretendida ou outras relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.

Art. 10 - Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato.

§ 1º - Caso não seja possível o acesso imediato, o SIC deverá, no prazo de até vinte dias:

I - enviar a informação ao endereço informado;

II - comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;

III - comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;

IV - indicar, caso tenha conhecimento, o responsável pela informação ou que a detenha; ou

V - indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§ 2º - Nas hipóteses em que o pedido de acesso demandar manuseio de grande volume de documentos, ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada a medida prevista no inciso II do §1º.

§ 3º - Quando a manipulação puder prejudicar a integridade da

informação ou do documento, o SIC deverá indicar data, local e modo para consulta, ou disponibilizar cópia, com certificação de que confere com o original.

§ 4º - Na impossibilidade de obtenção de cópia de que trata o § 3º, o requerente poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

Art. 11 - O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por dez dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.

Art. 12 - Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o SIC deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Parágrafo único - Na hipótese do caput o SIC desobriga-se do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente comprovar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Art. 13 - A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

§ 1º - Quando o fornecimento da informação implicar reprodução de documentos, o SIC observado o prazo de resposta ao pedido, disponibilizará ao requerente o Documento de Arrecadação ou documento equivalente, para pagamento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.

§ 2º - A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de dez dias, contado da comprovação do pagamento pelo requerente.

§ 3º - Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei no 7.115, de 29 de agosto de 1983.

§ 4º - O custo de reprodução de documentos será estabelecido com base no valor da cópia constante de contrato de serviços de impressão e reprodução em vigência no âmbito do Consórcio Público, se houver, ou será correspondente a média dos valores obtidos mediante pesquisa em pelo menos três fornecedores do ramo localizados no município sede do Consórcio, pesquisa esta que deve ser realizada em periodicidade mínima anual e cujos comprovantes devem ser arquivados pelo SIC.

Art. 14 - Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

I - razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;

II - possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade hierarquicamente superior ao SIC que o apreciará.

Parágrafo único - O SIC disponibilizará formulário padrão para apresentação de recurso.

Art. 15 - No caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior ao SIC, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação.

§ 1º - Verificada a procedência das razões do recurso, a autoridade hierarquicamente superior ao SIC, determinará ao mesmo que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta Resolução.

§ 2º - Negado o acesso à informação pela autoridade hierarquicamente superior ao SIC, poderá o requerente interpor recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade máxima do Consórcio Público, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação.

Art. 16 - A autoridade hierarquicamente superior ao SIC no âmbito do CIMVI será representada pelo Controlador Interno.

Art. 17 - A autoridade máxima do CIMVI será representada pelo Presidente do Consórcio Público.

Art. 18 - Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilização do agente público:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Resolução, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;

IV - divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido a informação classificada em grau de sigilo ou de caráter pessoal;

V - impor sigilo à informação para obter indevido proveito pessoal ou de terceiros, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar indevidamente a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e

VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Consórcio Público.

§ 1 - Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no caput serão consideradas infrações administrativas para fins do disposto no Regulamento do Quadro de Pessoal do Consórcio Público.

§ 2º - Pelas condutas descritas no caput, poderá o agente público responder, também, por ato de improbidade administrativa.

Art. 19 - A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Resolução estará sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - rescisão do vínculo com o poder público;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º - A multa prevista no inciso II será aplicada, sem prejuízo da reparação pelos danos, conforme previsto em contrato, ou nos parâmetros estabelecidos no § 2º do art. 66 do Decreto nº 7.724/12.

§ 3º - A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.

§ 4º - A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva da autoridade máxima do Consórcio Público, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

Art. 20 - A implantação das ferramentas de consulta e de acesso à informação de que trata esta Resolução, deverá ser feito no prazo de cento e oitenta dias de sua vigência.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 21 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Timbó - SC, 01 de março de 2016.
Hartwig Persuhn
Presidente

CIS NORDESTE**RESOLUÇÃO Nº 03 2016**

Resolução nº 03/2016

Cria vaga de estágio e dispõe sobre a realização de Processo Seletivo para contratação de estagiário para o CISNORDESTE/SC.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, Sr. José Chaves, Prefeito Municipal de Garuva, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, art. 78 e seguintes do Regimento Interno do CISNORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05; e, conforme deliberado na 3ª Reunião Ordinária do Conselho Administrativo, realizada em 02/10/2015, RESOLVE:

Art. 1º. Criar 1 (uma) vaga de estágio não obrigatório, vinculado à Coordenação Administrativa e Financeira, para auxiliar no andamento de procedimentos administrativos e licitatórios do CISNORDESTE/SC.

Art. 2º. Autorizar a confecção de Edital para seleção de candidatos que estejam matriculados e com frequência regular em curso de nível superior de Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Ciências Sociais, Ciências Jurídicas ou outros correlatos,

autorizado pelo MEC, para integrar programa de estágio no CISNORDESTE/SC.

Parágrafo Único. A classificação no processo seletivo deverá ser realizada exclusivamente por meio de avaliação de desempenho escolar, de acordo com a resolução nº 02, de 15 de fevereiro de 2016.

Art. 3º. Definir, como valor de auxílio financeiro a ser pago ao estagiário, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais, correspondente a 50% do valor de 1 (uma) referência Salarial definida pelo Contrato de Consórcio Público.

Art. 4º. Designar, como comissão responsável para a realização do processo seletivo:

Márcia Regina Ebert – Coordenadora Administrativo-Financeiro

Norma Bassols Rodrigues Holz – Assessora Jurídica

Patrícia Daura de Souza – Assistente Administrativo

Art. 5º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joinville, 10 de março de 2016.

José Chaves

Prefeito de Massaranduba

Presidente do CISNORDESTE/SC

CIS/AMARP**ATA CISAMARP 01 2016**

Ata da primeira reunião do Consórcio Intermunicipal de Saúde CISAMARP. Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, às nove horas tendo como local o Auditório da AMARP sito a Rua Manoel Roque 99, no município de Videira, realizou-se reunião do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP. Inicialmente o Sr. Marcelo José Borsatti, Diretor Executivo do CISAMARP, cumprimentou os presentes, e deu por aberta a reunião, iniciando a pauta informou que recebeu pedido de aumento no valor das consultas oftalmológicas, por parte da Clínica Harmonia Vital, para o valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), o qual foi negado por unanimidade, também da empresa DIGIMAX foi recebida solicitação de credenciamento e junto desta o pedido de aumento no valor do exame de mamografia para o valor de R\$ 71,36 (setenta e um reais e trinta e seis centavos), o qual foi igualmente negado, recebido ainda da Clínica SAMET solicitação de aumento no valor da Polissonografia para R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais) e da espirometria para R\$ 110,00 (cento e dez reais), os quais foram da mesma forma negados. Seguindo a pauta o Sr. Marcelo informou aos secretários que devido a sua aprovação em concurso público estará se afastando da diretoria do consórcio para assumir o concurso em questão, sendo que, já está vendo a possibilidade de solicitar a sua cedência ao CISAMARP, através de convênio com o IFC – Instituto Federal Catarinense, todos os secretários concordaram com o pedido de cedência achando de extrema importância a sua permanência no consórcio para dar andamento aos serviços, e colocaram-se a disposição para elaborar um documento formal solicitando a cedência ao IFC, diante do exposto o Diretor agradeceu a confiança depositada em seu trabalho e disse que gostaria de permanecer frente a diretoria desse consórcio e verá a necessidade do pedido dos secretários que serão informados posteriormente, na sua ausência até que se defina a situação a senhora Vera Matheus será nomeada como gerente de programa do CISAMARP, e o atual diretor mesmo que afastado se comprometeu em prestar toda a assessoria necessária para o andamento dos serviços do CISAMARP. Fizeram-se presentes a

reunião os Srs.(as): Nilce Pinz, Marcelo José Borsatti, Karoline Fachini, Francisco Jucelino Ribeiro, Rudimar Corneli, Tarcisio Lidani, Ivonei Tomacheuski, Jocivania Pesenti, Milto Borga, Caroline Bressan, Maria Eneida Forlin Dresch, Maria Solange S. Matos Borsoi, Eudes Vilmar Trindade, Ivanise Pilatti, Maria Schmitz e Vera M. de Castro, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e para registro, foi por mim, Marcelo José Borsatti lavrada a presente ata, que após lida e achada conforme será assinada pelos presentes.

ATA CISAMARP 01 2016 ASSEMBLÉIA GERAL

ATA 01/2016 – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP. Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, às quatorze horas, no Auditório da AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe, sito à Rua Manoel Roque, noventa e nove, Bairro Alvorada, no município de Videira/SC, reuniram-se os prefeitos dos municípios consorciados em Assembléia Geral. O presidente do CISAMARP Excelentíssimo Sr. Gilberto Amaro Comazzetto, Prefeito do município de Caçador, cumprimentou os presentes e deu início a Primeira Assembléia Geral Ordinária do CISAMARP. Ato contínuo, passou a palavra ao contador do CISAMARP, Sr. Odivar Clovis Biscaro, que cumprimentou a todos os presentes e apresentou os itens da pauta. O primeiro assunto tratado foi a entrega do Balanço do CISAMARP do exercício de 2015, como prestação de contas junto aos municípios. Outro assunto tratado foi referente ao ressarcimento das sobras de Recursos de Contratos de Rateio, de Despesas de Pessoal e Manutenção, com valores diferenciados para cada município. Foi também aprovado a Resolução 02/2016 do CISAMARP que suplementa Dotações Orçamentárias por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior, para empenhamento e devolução das sobras de rateio. Outro assunto tratado foi quanto à Ratificação do Convênio de Cooperação Técnica entre AMARP e CISAMARP, o qual será revisto de acordo com a necessidade e lotações de cargos. Na urgência do andamento dos serviços do CISAMARP, foi procedida a

contratação da Senhora Vera Matheus de Castro, desde primeiro de fevereiro do corrente ano, para o cargo comissionado de Gerente de Programa, e que interinamente responderá pelas atribuições da Diretoria Executiva, uma vez que o cargo encontra-se vago. Na sequência da reunião, pela renúncia do presidente do CISAMARP, Prefeito Gilberto Amaro Comazzetto, o qual assumiu a presidência do CIMCATARINA, foi escolhida a nova diretoria do CISAMARP, que ficou assim composta: Presidente: Excelentíssimo Senhor Luciano Paganini, Prefeito de Iomerê, Vice-Presidente: Excelentíssimo Senhor Claudemir Cesca, Prefeito de Salto Veloso, segundo Vice-Presidente: Alcedir Felchilcher, Prefeito de Arroio Trinta. Na oportunidade foi informado aos presentes quanto à exoneração do Diretor Executivo, Senhor Marcelo Borsatti, a seu pedido, em virtude do mesmo ter assumido cargo junto ao Instituto Federal Catarinense – IFC - Campus Fraiburgo. Fazendo uso da palavra, o presidente empossado, Prefeito Luciano Paganini, disse que gostaria de dar continuidade aos trabalhos prestados pelo então diretor executivo do CIS, Senhor Marcelo José Borsatti, e para tanto apresentou documento que será enviado ao Instituto Federal Catarinense – Campus Fraiburgo, o qual segue transcrito: Em reunião extraordinária do CISAMARP – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe, realizada no dia 24/02/2016, na sede do consórcio, os Excelentíssimos Prefeitos dos 13 municípios consorciados, sendo os municípios de Arroio Trinta, Salto Veloso, Macieira, Iomerê, Pinheiro Preto, Ibiã, Videira, Rio das Antas, Caçador, Calmon, Matos Costa, Fraiburgo e Lebon Régis, deliberam de comum acordo o que segue: O senhor Marcelo José Borsatti ocupou o cargo de Diretor Executivo do CISAMARP por 18 meses, nos quais prestou serviços de relevância para a manutenção e aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo consórcio aos 13 municípios consorciados. Com a saída do referido servidor para assumir um cargo junto ao IFC – Campus Fraiburgo, esse Consórcio de Saúde ficou defasado, já que o Sr. Marcelo era o único servidor do mesmo, e diante da dificuldade de encontrar pessoa com experiência semelhante a do citado servidor, vimo-nos em dificuldades na manutenção dos importantes serviços prestados por esse consórcio aos municípios consorciados. Entendemos que devido a experiência adquirida em mais de 18 anos trabalhando em municípios da região da AMARP, na área da saúde, torna-se de interesse público a permanência do Sr. Marcelo frente a Diretoria desse consórcio. Entendemos também que a nomeação para um cargo em nível Federal é de grande importância na vida profissional de qualquer pessoa, e dessa forma, não podemos de forma nenhuma, solicitar ao mesmo que exonere-se do cargo conquistado, por mais que nos seja necessário e de interesse dos Secretários de Saúde e Prefeitos que o servidor reassuma a Diretoria do CISAMARP. Sabedores que somos das possibilidades legais de cooperação entre os entes da federação, quando do relevante interesse público, e nesse caso específico entre a União e o CISAMARP - o qual é mantido pelos municípios consorciados - através do presente, solicitamos que esse Instituto Federal de Educação, na forma legal, analise a possibilidade de cédência do referido servidor ao consórcio CISAMARP. Após a leitura do documento, o mesmo foi assinado pelos prefeitos consorciados. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a Assembléia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP. Eu, Vera Matheus de Castro lavrei a presente ata que será assinada pelos prefeitos consorciados e posteriormente arquivada para fins documentais. Em tempo, a diretoria do CISAMARP eleita na data de hoje ficou assim constituída: Presidente Excelentíssimo Sr. Luciano Paganini, Prefeito do Município de Iomerê, 1º Vice-Presidente Excelentíssimo Sr. Claudemir Cesca, Prefeito do município de Salto Veloso, 2º Vice-Presidente Excelentíssimo Sr. Alcedir Felchilcher, Prefeito do Município de Arroio Trinta, 1º Secretário Excelentíssima Sra. Ivone Mazutti De Geroni, Prefeita do Município de Calmon, 2º Secretário Excelentíssimo Sr. Emerson Zanella, Prefeito do Município de Macieira, da mesma forma foram eleitos os membros para o Conselho Fiscal, ficando assim constituído: Membros efetivos Excelentíssimo Sr. Gilberto Amaro Comazzetto, Prefeito do

Município de Caçador, que presidirá o Conselho Fiscal, Excelentíssimo Sr. Ivo Biazolo Prefeito do Município de Arroio Trinta, Excelentíssimo Sr. Wilmar Carelli, Prefeito do Município de Videira, membros suplentes, Excelentíssimo Sr. Alcir José Bodanese, Prefeito do Município de Rio Das Antas, Excelentíssimo Sr. Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Excelentíssimo Sr. Gilmar Fontana, Prefeito em exercício do Município de Ibiã.

LUCIANO PAGANINI ALCEDIR FELCHILCHER
PREFEITO DE IOMERÊ PREFEITO DE ARROIO TRINTA
PRESIDENTE DO CISAMARP

GILBERTO AMARO COMAZZETTO IVONE MAZUTTI DE GERONI
PREFEITO DE CAÇADOR PREFEITA DE CALMON

IVO BIAZZOLO GILMAR FONTANA
PREFEITO DE FRAIBURGO PREFEITO DE IBIAM

LUDOVINO LABAS EMERSON ZANELLA
PREFEITO DE LEBON RÉGIS PREFEITO DE MACIEIRA

RAUL RIBAS NETO EUZÉBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO DE MATOS COSTA PREFEITO DE PINHEIRO PRETO

ALCIR JOSÉ BODANESE CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO DE RIO DAS ANTAS PREFEITO DE SALTO VELOSO

WILMAR CARELLI
PREFEITO DE VIDEIRA

ATA CISAMARP 02 2016

Ata da segunda reunião do Consorcio Intermunicipal de Saúde CISAMARP. Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e dezesseis, às nove horas tendo como local o Auditório da AMARP sito a Rua Manoel Roque 99, no município de Videira, realizou-se reunião do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP. Inicialmente o Sr. Marcelo José Borsatti, Diretor Executivo do CISAMARP, cumprimentou os presentes, e deu por aberta a reunião, iniciando a pauta repassando informações sobre o credenciamento de novos prestadores nas especialidades de angiologia sendo a Dra. Marina Elizia Marcon e de otorrinolaringologia a Dra. Veronica Padilha, as quais, ficaram de encaminhar a documentação para o credenciamento, e que após isso serão avisados os municípios da possibilidade de uso dos serviços, disse também que a Associação Fraiburguense de Saúde Coletiva já está credenciada e em breve o Hospital Maicé estará credenciado para a realização de EDA e de colonoscopia, que o aviso também foi enviado por email, ainda informou que a comunidade Terapêutica São Francisco estará em breve prestando serviços de internação no município de Campos Novos, faltando apenas o contrato retornar assinado para a liberação dos serviços. Dando sequência a reunião informou que recebeu proposta de cirurgias eletivas por parte do Dr. Robson Machado, sendo que as cirurgias serão realizadas no Hospital de Meleiro e futuramente no Hospital de Bom Retiro, mas que até o presente momento nenhum documento foi encaminhado para o consórcio para a efetivação do credenciamento, por unanimidade os secretários ponderaram que a distancia inviabilizará o envio de pacientes já que temos os serviços aqui na região, como próximo assunto foi apresentada a proposta do Hospital Maicé na realização de cirurgias eletivas de várias especialidades, foi informado pelo Diretor que todos os editais de cirurgias estão encerrados e que para a efetivação do credenciamento seria necessário a abertura de novo edital de cirurgias eletivas, foi ponderado pelos presentes que devido aos problemas com o fornecimento de AIH's e APAC's por parte do Estado de Santa Catarina, não seria prudente de momento a abertura de novo edital de cirurgias, pois, dependendo do que for decidido na reunião da CIB agendada para o dia trinta de

março do corrente ano, poderá haver mudanças no mutirão do estado que refletirá na liberação de AIH's e APAC's e consequentemente no andamento dos procedimentos cirúrgicos, sendo assim, optou-se por esperar o resultado da reunião da CIB para a tomada da decisão. Fizeram-se presentes a reunião os Srs.(as): Silvana Orçatto, Rosani Schneider, Nilce Pinz, Marcelo José Borsatti, Karoline Fachini, Francisco Jucelino Ribeiro, Rudimar Corneli, Tarcisio Lidani, Luzia Micheline dos Santos, Selmir Bodanese, Ivonei Tomacheuski e Jocivania Pesenti, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e para registro, foi por mim, Marcelo José Borsatti lavrada a presente ata, que após lida e achada conforme vai assinada.

EXTRATO CONTRATO 88 2016

EXTRATO DE CONTRATO 88/ 2016

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO

DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e COMUNIDADE TERAPEUTICA SÃO FRANCISCO, CNPJ 11.722.291/0002-29, situada na BR 282, Km 341, bairro Interior – Campos Novos - SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto a prestação de serviços na área de Internação de Dependentes Químicos.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 88/2016.

Prazos: inicia-se em 01 de março de 2016, encerrando-se em 31 de dezembro de 2016.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CISAMARP.

Data da Assinatura: 01/03/2016

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Francieli Ap. Schlager Gris contratado.

CIS/AMUREL

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 35/2016 - JS SERV MEDICOS

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 35/2016.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: JS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de Ultrassonografia.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 002/2009).

Data da Assinatura: 27/01/2016.

Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, Jorge Junior Niehues Buss pelo Contratado.

Ortopedia.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2012).

Data da Assinatura: 27/01/2016.

Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, Evandro Marcelino pelo Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 42/2016 - MULTMED

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 42/2016.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: MULTMED – CLÍNICA DE ESPECIALIDADES MÉDICAS LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, consulta especializada de cardiologia.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2012).

Data da Assinatura: 29/02/2016.

Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, Marcia Regina Pereira pelo Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 37/2016 - CLIN. ORTOP. CRICIUMA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 37/2016.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: CLÍNICA DE ORTOPEDIA CRICIÚMA LTDA.

Objeto: A Credenciada prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, consultas especializadas na área de

CITMAR

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 01/2016 - HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 01/2016

Nº. Processo: 01/2016.

Objeto: Termo de Cooperação uma série de ações de promoção nos principais emissores de turistas em relação aos países do MERCOSUL e do BRASIL, buscando promover a divulgação da região dos municípios integrantes da AMFRI (Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luís Alves, Navegantes,

Penha e Porto Belo), notadamente em ações de promoção e merchandising da marca COSTA VERDE E MAR como PARTICIPAÇÃO ESPECIAL do evento 22ª edição da BNT MERCOSUL BRASIL, a ser realizada nos dias 20 e 21 de Maio de 2016 no Centreventos Itajaí em Itajaí/SC, e também na Rodada de Negócios BNT MERCOSUL edição Argentina na cidade de Buenos Aires no dia 25 de Agosto de 2016 BNT MERCOSUL edição Chile na cidade de Santiago no dia 30 de Agosto de 2016 e Rodada de Negócios BNT MERCOSUL edição Peru na cidade de Lima no dia 01 de Setembro de 2016.

Total de Itens Licitados: 00001.

Fundamento Legal: Artigo 25, caput da Lei 8.666/93.

Justificativa: Objeto praticado unicamente pela referida empresa que tem exclusividade na organização do presente evento.
Declaração de Inexigibilidade em 10/03/2016 - Cirino Adolfo Cabral Neto - Assessor Jurídico CITMAR - OAB/SC nº. 25.073.
Ratificação em 10/03/2016 – Roberto Carlos de Souza - Presidente CITMAR / Célio José Bernardino - Diretor Executivo CITMAR.
Homologação: 18/03/2016
Adjudicação: 18/03/2016
Valor: R\$ 32.270,00 (trinta e dois mil, duzentos e setenta reais).
Contratada: BNT FEIRAS E CONGRESSOS LTDA - CNPJ 00.376.660/0001-71

Itajaí/SC, 18 de março de 2016.

Roberto Carlos de Souza
Presidente CITMAR

Célio José Bernardino
Diretor Executivo - CITMAR.

CIGAMERIOS**EXTRATO DE ATAS REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2016****EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**

PARTES: O CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa **DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA**, para os seguintes municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhatal, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0001/2016, para aquisição/contratação dos seguintes produtos ou serviços:

ABAIXADOR DE LÍNGUA (ESPÁTULA DE MADEIRA), DESCARTÁVEL, FORMATO CONVENCIONAL LISO, SUPERFÍCIE E BORDAS PERFEITAMENTE ACABADAS, ESPESSURA E LARGURA UNIFORME EM TODA SUA EXTENSÃO. PACOTE COM 100 UNIDADES.

ALGODÃO HIDROFÓLICO, COM FIBRAS 100% ALGODÃO, EM MANTA FINA, HOMOGÊNEO E MACIO, COR BRANCA(80 % BRANCO) BOA ABSORÇÃO INODORO, ENROLADO EM PAPEL APROPRIADO EM TODA A SUA EXTENSÃO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 22 CM DE LARGURA, E EM EMBALAGEM REGISTROS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. PACOTE COM 500 GRAMAS.

ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 10CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 21,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056. A EMBALAGEM DEVE SER INDIVIDUAL NUM PACOTE COM 12 UNIDADES.

ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 20CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 42,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056. A EMBALAGEM DEVE SER INDIVIDUAL NUM PACOTE COM 12 UNIDADES.

ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 06 CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 13,3G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.

ATADURA GESSADA 20CMX4M.

AVENTAIS DESCARTÁVEIS, COM MANGA LONGA E PUNHO COM ELÁSTICO, TNT GRAMATURA 30, TAMANHO 1M DE COMPRIMENTO X 1,30 DE LARGURA.

BOBINA PARA ESTERILIZAÇÃO C/ INDICADORES QUIMICOS. COMPOSIÇÃO: PAPEL GRAU CIRURGICO + FILME PLÁSTICO, FORMATO: 150 MM X 100M.

EMBALAGEM DE GRAU CIRÚRGICO COMBINADO COM FILME TERMOSELÁVEL, COM INDICATIVO PARA PROCESSOS DE AUTOCLAVES EM ROLOS DE 100 M DE COMPRIMENTO E 05 CM DE LARGURA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

EMBALAGEM DE GRAU CIRÚRGICO COMBINADO COM FILME TERMOSELÁVEL, COM INDICATIVO PARA PROCESSOS DE AUTOCLAVES EM ROLOS DE 100 M DE COMPRIMENTO E 15 CM DE LARGURA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

EMBALAGEM DE GRAU CIRÚRGICO COMBINADO COM FILME TERMOSELÁVEL, COM INDICATIVO PARA PROCESSOS DE AUTOCLAVES EM ROLOS DE 100 M DE COMPRIMENTO E 20 CM DE LARGURA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL ALTA ADERÊNCIA COM LACRE DE PROTEÇÃO QUE IMPEDE A VIOLAÇÃO INDICAÇÃO CURATIVOS QUE EXIGEM ALTA COMPRESSÃO OU MOBILIZAÇÃO, MEDINDO 10CM X 4,5 M, COM

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL ALTA ADERÊNCIA COM LACRE DE PROTEÇÃO QUE IMPEDE A VIOLAÇÃO INDICAÇÃO CURATIVOS QUE EXIGEM ALTA COMPRESSÃO OU MOBILIZAÇÃO, MEDINDO 5CM X 4,5 M, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

FIO CATGUT SIMPLES 3.0 COM AGULHA DE 3.0CM, COM AGULHA ATRAUMÁTICA, ESTRIADA E DE AÇO INOX, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO), CAIXA COM 24 UNIDADES.

FIO CATGUT SIMPLES 4.0 COM AGULHA ATRAUMÁTICA, ESTRIADA E DE AÇO INOX, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO), CAIXA COM 24 UNIDADES.

FITA ADESIVA BRANCA DE USO HOSPITALAR 16MMX50M EMBALADA INDIVIDUALMENTE, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

FITA CIRÚRGICA, HIPOALERGÊNICA, MICROPORE, CONSTITUÍDA DE RAYON VISCOSO NÃO TRANCADO, POROSO, SUPERFÍCIE ADESIVA, MEDINDO 1,5CM X 10M, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

FITA CIRÚRGICA, HIPOALERGÊNICA, MICROPORE, CONSTITUÍDA DE RAYON VISCOSO NÃO TRANCADO, POROSO, SUPERFÍCIE ADESIVA, MEDINDO 10CM X 10M, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

FITA CIRÚRGICA, HIPOALERGÊNICA, MICROPORE, CONSTITUÍDA DE RAYON VISCOSO NÃO TRANCADO, POROSO, SUPERFÍCIE ADESIVA, MEDINDO 2,5CM X 10M, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

FITA CIRÚRGICA, HIPOALERGÊNICA, MICROPORE, CONSTITUÍDA DE RAYON VISCOSO NÃO TRANCADO, POROSO, SUPERFÍCIE ADESIVA, MEDINDO 5CM X 10M, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

FIXADOR CITOPATOLÓGICO LÍQUIDO, SOLUÇÃO DE PROPILENOGLICOL E ÁLCOOL ABSOLUTO QUE POSSUI PROPRIEDADES DE FIXAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DA INTEGRIDADE CELULAR DE ESFREGAÇOS DE MATERIAL BIOLÓGICO ESTENDIDOS EM LÂMINA DE VIDRO. FRASCO COM 100ML.

FIXADOR ESTERIL DE CATETER PERIFÉRICO IV, ADESIVOS 50MM X 74MM. CAIXA COM 50 UNIDADES

FRALDA DESCARTÁVEL ADULTA TAMANHO G, COMPOSTA POR POLPA DE CELULOSE, POLÍMERO SUPERABSORVENTE, FILME DE POLIETILENO, NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS, FIOS DE ELASTANO E FITAS ADESIVAS. REGISTRADOS DESEGUNDO PORTARIA 1480/1990. PACOTE COM 08 UNIDADES.

FRALDA DESCARTÁVEL ADULTA TAMANHO M, COMPOSTA POR POLPA DE CELULOSE, POLÍMERO SUPERABSORVENTE, FILME DE POLIETILENO, NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS, FIOS DE ELASTANO E FITAS ADESIVAS. REGISTRADOS DESEGUNDO PORTARIA 1480/1990. PACOTE COM 08 UNIDADES.

FRALDA DESCARTÁVEL TAMANHO M PARA USO ADULTO, FORMATO ANATÔMICO RECOMENDADO PARA OS CASOS DE INCONTINÊNCIA URINÁRIA, COM CAMADA INTERNA DE NÃO TECIDO, FIBRA DE CELULOSE DRY GEL (POLÍMERO SUPERABSORVENTE) POSSUIR TECNOLOGIA FEEL DRY PARA MÁXIMA PROTEÇÃO DA URINA FORA DO CONTATO COM A PELE, CAMADA EXTERNA DE POLIETILENO, BARREIRAS DE POLIPROPILENO FIOS DE ELASTANO, PARA OFERECER A MÁXIMA PROTEÇÃO, FITAS DUPLAS PARA FIXAÇÃO REPOSICIONÁVEIS QUE PERMITEM UM AJUSTE MAIS EFICIENTE, POSSUIR TODOS OS COMPONENTES ATÓXICOS. SER RECOMENDADO PARA USO DIURNO E NOTURNO. PACOTES COM 10 UNIDADES. VALIDADE DE 3 ANOS.

FRALDA DESCARTÁVEL TAMANHO P ADULTO, COMPOSTA DE FIBRAS DE CELULOSE, PAPEL ABSORVENTE, FIBRAS DE POLIPROPILENO, POLÍMEROS TERMOPLÁSTICOS, POLÍMERO SUPERABSORVENTE, FITA REPOSICIONÁVEL, FILME DE POLIETILENO E ELÁSTICOS, PACOTE COM 10 UNIDADES

FRALDA DESCARTÁVEL TAMANHO P PARA USO ADULTO, FORMATO ANATÔMICO RECOMENDADO PARA OS CASOS DE INCONTINÊNCIA URINÁRIA, COM CAMADA INTERNA DE NÃO TECIDO, FIBRA DE CELULOSE DRY GEL (POLÍMERO SUPERABSORVENTE) POSSUIR TECNOLOGIA FEEL DRY PARA MÁXIMA PROTEÇÃO DA URINA FORA DO CONTATO COM A PELE, CAMADA EXTERNA DE POLIETILENO. BARREIRA DE POLIPROPILENO FIOS DE ELASTANO. PARA OFERECER A MÁXIMA PROTEÇÃO, FITAS DUPLAS PARA FIXAÇÃO REPOSICIONÁVEIS QUE PERMITEM UM AJUSTE MAIS EFICIENTE. POSSUIR TODOS OS COMPONENTES ATÓXICOS RECOMENDADO PARA USO DIURNO E NOTURNO. PACOTES COM 10 UNIDADES. VALIDADE DE 3 ANOS.

GAZE ESTÉRIL 100% ALGODÃO, ESTÉRIL POR E.T.O, PRONTO PARA USO, 7,5X7,5CM (FECHADA) E 15CMX30CM (ABERTA), 13 FIOS, 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, PACOTE COM 10 UND EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, INDICADAS PARA CURATIVOS, ASSEPSIAS, ABSORÇÃO DE LÍQUIDOS E SECREÇÕES EM GERAL. SÃO ALVEJADAS, PURIFICADAS E ISENTAS DE IMPUREZAS, SUBSTÂNCIAS GORDUROSAS, AMIDO, CORANTES CORRETIVOS, ALVEJANTES ÓPTICOS. SÃO TAMBÉM INODORAS E INSÍPIDAS. SUAS DOBRAS SÃO PARA DENTRO EM TODA A SUA EXTENSÃO PARA EVITAR DESFIAMENTO. SUA ESTERILIZAÇÃO É FEITA POR IRRADIAÇÃO GAMA OU POR ÓXIDO DE ETILENO. PODE OU NÃO CONTER O FILAMENTO RADIOPACO. CONFORME NBR 13843 E PORTARA 106/2003- INMETRO.

LÂMINA DE BISTURI, DESCARTÁVEL, EM AÇO INOX, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRIL, Nº 12.

LÂMINA DE BISTURI, DESCARTÁVEL, EM AÇO INOX, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRIL, Nº 23.

LUVA CIRÚRGICA TAM. 7,5 - ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO. PAR

LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO G - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO- ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES

LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO M - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES.

MÁSCARA, CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, 3 DOBRAS COM FILTRO, TRIPLA PROTEÇÃO, SENDO AS CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSON. TIPO ELÁSTICO. CAIXA COM 50 UNIDADES.

MÁSCARA, CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, 3 DOBRAS COM FILTRO, TRIPLA PROTEÇÃO, SENDO AS CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSON. TIPO TIRAS. CAIXA COM 50 UNIDADES.

MICROPORE, FITA HIPOALÉRGICA MICROPOROSA, CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO TECIDO À BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA A BASE DE POLIACRILATO HIPOALERGÊNICO, 10MX4,5CM, PRODUTO COM CAPA PROTETORA, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

PAPEL GRAU CIRÚRGICO, TAMANHO 08CM X 100MT.

PAPEL GRAU CIRÚRGICO, TAMANHO 10CM X 100MT.

PAPEL GRAU CIRÚRGICO, TAMANHO 15CM X 100MT.

PAPEL GRAU CIRÚRGICO, TAMANHO 20CM X 100MT.

PAPEL GRAU CIRÚRGICO, TAMANHO 25CM X 100MT.

PAPEL GRAU CIRÚRGICO, TAMANHO 30CM X 100MT.

PAPEL GRAU CIRÚRGICO, TAMANHO 35CM X 100MT.

SERINGA 5ML, SERINGA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, SEM AGULHA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, SERINGA CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO, ÊMBOLO E GRADUAÇÃO ATÉ 5ML. CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER-LOK, FLANGE E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CORPO DA SERINGA. ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA. ESCALA DA GRADUAÇÃO É DE 1ML NOS TRAÇOS LONGOS E DE 0,2ML NOS TRAÇOS CURTOS. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DEVE ATENDER A NR 32, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA.

SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA 3ML, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, COM BICO ROSCA DUPLA QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHA E QUE ATENDA A NR 32. EMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DE LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE, REGISTRO NO MS (NA CAIXA E NA EMBALAGEM INDIVIDUAL). SERINGA DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NÃO ENTRE EM CONTATO COM A A MESMA.

SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA 5ML, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, COM BICO ROSCA DUPLA QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHA E QUE ATENDA A NR 32. EMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DE LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA

ESTERILIZAÇÃO, PROCEDENCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE, REGISTRO NO MS (NA CAIXA E NA EMBALAGEM INDIVIDUAL). SERINGA DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NAO ENTRE EM CONTATO COM A A MESMA.

SERINGA 10ML, SERINGA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, SEM AGULHA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, SERINGA CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO, ÊMBOLO E GRADUAÇÃO ATÉ 10ML. CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER-LOK, FLANGE E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CORPO DA SERINGA. ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA. ESCALA DA GRADUAÇÃO É DE 1ML NOS TRAÇOS LONGOS E DE 0,2ML NOS TRAÇOS CURTOS. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DEVE ATENDER A NR 32, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA.

SERINGA 3ML, SERINGA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, SEM AGULHA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, SERINGA CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO, ÊMBOLO E GRADUAÇÃO ATÉ 3ML. CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER-LOK, FLANGE E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CORPO DA SERINGA. ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA. ESCALA DA GRADUAÇÃO É DE 0,5ML NOS TRAÇOS LONGOS E DE 0,1ML NOS TRAÇOS CURTOS. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DEVE ATENDER A NR 32, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA.

SERINGA 5ML, SERINGA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, SEM AGULHA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, SERINGA CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO, ÊMBOLO E GRADUAÇÃO ATÉ 5ML. CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER-LOK, FLANGE E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CORPO DA SERINGA. ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA. ESCALA DA GRADUAÇÃO É DE 1ML NOS TRAÇOS LONGOS E DE 0,2ML NOS TRAÇOS CURTOS. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DEVE ATENDER A NR 32, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA.

SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA 10ML, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, DESCARTÁVEL, COM BICO ROSCA DUPLA QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHA E QUE ATENDA A NR 32. EMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENCAO DE LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDADE DA ESTERILIZAÇÃO, PROCEDENCIA, FABRICANTE, NÚMERO DE LOTE, REGISTRO NO MS (NA CAIXA E NA EMBALAGEM INDIVIDUAL). SERINGA DOTADA DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA RETRÁTIL PARA A AGULHA EM RETRAÇÃO MECÂNICA DA AGULHA PARA DENTRO DO CORPO DA SERINGA DE TAL FORMA QUE O PROFISSIONAL NAO ENTRE EM CONTATO COM A A MESMA.

SONDA DE FOLEY Nº12, FEITA DE LÁTEX DE BORRACHA 100% NATURAL; COM PONTA DISTAL ATRAUMÁTI BALÃO COM ENCHIMENTO SIMÉTRICO PARA 30CC. COM 2 VIAS; EMBALAGEM INDIVÍDUAL, TIPO BLÍSTER ATÓXICO;ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO.

SONDA DE FOLEY Nº14, FEITA DE LÁTEX DE BORRACHA 100% NATURAL; COM PONTA DISTAL ATRAUMÁTI BALÃO COM ENCHIMENTO SIMÉTRICO PARA 30CC. COM 2 VIAS; EMBALAGEM INDIVÍDUAL, TIPO BLÍSTER ATÓXICO;ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO.

SONDA DE FOLEY Nº16, FEITA DE LÁTEX DE BORRACHA 100% NATURAL; COM PONTA DISTAL ATRAUMÁTI BALÃO COM ENCHIMENTO SIMÉTRICO PARA 30CC. COM 2 VIAS; EMBALAGEM INDIVÍDUAL, TIPO BLÍSTER ATÓXICO;ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO.

SONDA DE FOLEY Nº18, FEITA DE LÁTEX DE BORRACHA 100% NATURAL; COM PONTA DISTAL ATRAUMÁTI BALÃO COM ENCHIMENTO SIMÉTRICO PARA 30CC. COM 2 VIAS; EMBALAGEM INDIVÍDUAL, TIPO BLÍSTER ATÓXICO;ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO.

SONDA DE FOLEY Nº20, FEITA DE LÁTEX DE BORRACHA 100% NATURAL; COM PONTA DISTAL ATRAUMÁTI BALÃO COM ENCHIMENTO SIMÉTRICO PARA 30CC. COM 2 VIAS; EMBALAGEM INDIVÍDUAL, TIPO BLÍSTER ATÓXICO;ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO.

SONDA DE FOLEY Nº22, FEITA DE LÁTEX DE BORRACHA 100% NATURAL; COM PONTA DISTAL ATRAUMÁTI BALÃO COM ENCHIMENTO SIMÉTRICO PARA 30CC. COM 2 VIAS; EMBALAGEM INDIVÍDUAL, TIPO BLÍSTER ATÓXICO;ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO.

SONDA DE FOLEY Nº24, FEITA DE LÁTEX DE BORRACHA 100% NATURAL; COM PONTA DISTAL ATRAUMÁTI BALÃO COM ENCHIMENTO SIMÉTRICO PARA 30CC. COM 2 VIAS; EMBALAGEM INDIVÍDUAL, TIPO BLÍSTER ATÓXICO;ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO.

SONDA NASOENTÉRIA Nº 08, PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL, DE SILICONE, COM FIO GUIA, PONTA DE TUGSTÊNIO, ESTERIL OXIDO ETILENO.

SONDA NASOENTÉRIA Nº 10, PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL, DE SILICONE, COM FIO GUIA, PONTA DE

TUGSTÊNIO, ESTERIL OXIDO ETILENO.

SONDA NASOENTÉRIA Nº 12, PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL, DE SILICONE, COM FIO GUIA, PONTA DE TUGSTÊNIO, ESTERIL OXIDO ETILENO.

SONDA URETRAL Nº08 DESCARTÁVEL, TUBO DE PVC, ATÓXICO, FLEXÍVEL, 1 FURO E PONTA FECHADA, CONECTOR COM TAMPA, COMPRIMENTO DE 40CM, ESTERILIZADA A RAIO GAMA.

SONDA URETRAL Nº10 DESCARTÁVEL, TUBO DE PVC, ATÓXICO, FLEXÍVEL, 1 FURO E PONTA FECHADA, CONECTOR COM TAMPA, COMPRIMENTO DE 40CM, ESTERILIZADA A RAIO GAMA.

SONDA URETRAL Nº12 DESCARTÁVEL, TUBO DE PVC, ATÓXICO, FLEXÍVEL, 1 FURO E PONTA FECHADA, CONECTOR COM TAMPA, COMPRIMENTO DE 40CM, ESTERILIZADA A RAIO GAMA.

SONDA URETRAL Nº14 DESCARTÁVEL, TUBO DE PVC, ATÓXICO, FLEXÍVEL, 1 FURO E PONTA FECHADA, CONECTOR COM TAMPA, COMPRIMENTO DE 40CM, ESTERILIZADA A RAIO GAMA.

SONDA URETRAL Nº16 DESCARTÁVEL, TUBO DE PVC, ATÓXICO, FLEXÍVEL, 1 FURO E PONTA FECHADA, CONECTOR COM TAMPA, COMPRIMENTO DE 40CM, ESTERILIZADA A RAIO GAMA.

SONDA URETRAL Nº18 DESCARTÁVEL, TUBO DE PVC, ATÓXICO, FLEXÍVEL, 1 FURO E PONTA FECHADA, CONECTOR COM TAMPA, COMPRIMENTO DE 40CM, ESTERILIZADA A RAIO GAMA.

TESTE ESPECÍFICO BOWIE & DICK, PARA VERIFICAÇÃO DA EFICIÊNCIA DA BOMBA DE VÁCUO EM AUTOCLAVES PRÉ-VÁCUO, COM INDICADOR QUÍMICO CLASSE 2 CONFORME NORMA ANSI/AAMI/ISO 11.140-1. CADA FOLHA POSSUI IMPRESSA UMA TINTA INDICADORA QUÍMICA NA DIAGONAL, QUE MUDA DE COR QUANDO EXPOSTA AO VAPOR SATURADO SOB PRESSÃO ENTRE 132°C E 134°C POR 3,5 A 4 MINUTOS, EXCETO QUANDO HOVER FALHAS NA REMOÇÃO DO AR. APÓS O PROCESSO, A FOLHA MUDARÁ DE MANEIRA UNIFORME, DA COR AMARELA PARA O ESPECTRO DE CORES ENTRE O MARROM ESCURO OU PRETO, INDICANDO A ADEQUADA REMOÇÃO DO AR EM AUTOCLAVES QUE UTILIZAM BOMBAS DE VÁCUO. APRESENTA LOCAL PARA INDICAÇÃO DE DATA, NÚMERO DO ESTERILIZADOR E IDENTIFICAÇÃO DO OPERADOR. CAIXA COM 50 FOLHAS.

TOUCA EM PROPILENO HIDROFÍLICO, COM ELÁSTICO E NA COR BRANCA PACOTE COM 100 UNIDADES

TUBO DE SILICONE (CALIBRE 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206 OU 210), COM 15 METROS.

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 22/03/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0001-2016.

PARTES: O CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, e a empresa **GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – EPP**, para os seguintes municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibí, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0001/2016, para aquisição/contratação dos seguintes produtos ou serviços:

ABSORVENTE ADESIVO HIPOALÉRGICO PARA CURATIVO APÓS COLETA DE SANGUE (BANDAGEM ANTI SÉPTICA) COR BEGE CAIXA EM ROLO COM 200 UNIDADES.

ÁGUA DESTILADA, FRASCO COM 1 LITRO

ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 15CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 32,7G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056. A EMBALAGEM DEVE SER INDIVIDUAL NUM PACOTE COM 12 UNIDADES.

ATADURA DE CREPOM CONFECCIONADAS EM TECIDO 100% ALGODÃO CRU, FIOS DE ALTA TORÇÃO, ALTA RESISTÊNCIA, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM2. DE 4 CM POR 3 METROS. COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA.

ATADURA GESSADA 12CMX3M.

ATADURA GESSADA 8CMX2M.

CAIXA COLETORA PARA PERFURO CORTANTE 03 LITROS, COM BANDEJA COLETORA DE PAPELÃO, PAREDES E FUNDO RESISTENTE DE PAPELÃO E SACO PLÁSTICO, TRAVAS PROVISÓRIAS E PERMANENTE.

CATETER INTRAVENOSO (CANO CURTO) Nº 14, EM BIOMATERIAL POLIURETANO, FLEXÍVEL TRANSPARENTE (RADIOPACO), COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

CATETER PARA INFUSÃO VENOSA – SCALP Nº 19 , COM AGULHA DE BISEL TRIFACETADO, COM ASAS LEVES E FLEXÍVEIS DOTADAS DE UM EXCLUSIVO DISPOSITIVO DE ENCAIXE, GARANTINDO FIRME EMPUNHADURA, PERFEITA CONEXÃO DAS PARTES, TUBO DE VINIL LEVE, FLEXÍVEL E TRANSPARENTE, CONECTOR LUER-LOK RÍGIDO, ASSEGURANDO PERFEITA CONEXÃO COM SERINGAS OU EQUIPOS DE BICO E SERINGAS OU DISPOSITIVOS LUER-LOK, ESTERILIZADO A OXIDO DE ETILENO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO, LOTE E ESTERILIZAÇÃO E REGISTRO NO MS.

CATETER PARA INFUSÃO VENOSA – SCALP Nº 21 , COM AGULHA DE BISEL TRIFACETADO, COM ASAS LEVES E FLEXÍVEIS DOTADAS DE UM EXCLUSIVO DISPOSITIVO DE ENCAIXE, GARANTINDO FIRME EMPUNHADURA, PERFEITA CONEXÃO DAS PARTES, TUBO DE VINIL LEVE, FLEXÍVEL E TRANSPARENTE, CONECTOR LUER-LOK RÍGIDO, ASSEGURANDO PERFEITA CONEXÃO COM SERINGAS OU EQUIPOS DE BICO E SERINGAS OU DISPOSITIVOS LUER-LOK, ESTERILIZADO A OXIDO DE ETILENO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO, LOTE E ESTERILIZAÇÃO E REGISTRO NO MS.

CATETER PARA INFUSÃO VENOSA – SCALP Nº 23 , COM AGULHA DE BISEL TRIFACETADO, COM ASAS LEVES E FLEXÍVEIS DOTADAS DE UM EXCLUSIVO DISPOSITIVO DE ENCAIXE, GARANTINDO FIRME EMPUNHADURA, PERFEITA CONEXÃO DAS PARTES, TUBO DE VINIL LEVE, FLEXÍVEL E TRANSPARENTE, CONECTOR LUER-LOK RÍGIDO, ASSEGURANDO PERFEITA CONEXÃO COM SERINGAS OU EQUIPOS DE BICO E SERINGAS OU DISPOSITIVOS LUER-LOK, ESTERILIZADO A OXIDO DE ETILENO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO, LOTE E ESTERILIZAÇÃO E REGISTRO NO MS.

CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% COM VASOCONSTRITOR, FRASCO COM 20ML.

ESPARADRAPO 2,5CMX4,5M, TECIDO 100% ALGODÃO COM RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE, COM MASSA ADESIVA À BASE DE BORRACHA NATURAL, ÓXIDO DE ZINCO E RESINA. EMBALAGEM COM CAPA PROTETORA.

FRALDA DESCARTAVEL ADULTA TAMANHO GG, COMPOSTA POR POLPA DE CELULOSE, POLIMERO SUPERABSORVENTE, FILME DE POLIETILENO, NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS, FIOS DE ELASTANO E FITAS ADESIVAS.REGISTRADOS DSEGUNDO PORTARIA 1480/1990. PACOTE COM 08 UNIDADES.

FRALDA DESCARTAVEL PARA RECEM NASCIDO ATÉ 3,5 KILOS COMPOSTO DE POLPA DE CELULOSE, POLIMERO SUPERABSORVENTE, FILME DE POLIETILENO, FILME DE POLIPROPILENO, NÃO TECIDO DE

FIBRAS DE POLIPROPILENO, ELASTANO E ADESIVO TERMOPLASTICO, PACOTE COM 12 UNIDADES POR PCT

FRALDA DESCARTAVEL PARA RECEM NASCIDO ATÉ 3,5 KILOS COMPOSTO DE POLPA DE CELULOSE, POLIMERO SUPERABSORVENTE, FILME DE POLIETILENO, FILME DE POLIPROPILENO, NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, ELASTANO E ADESIVO TERMOPLASTICO, PACOTE COM 12 UNIDADES POR PCT

FRALDA DESCARTAVEL PARA RECEM NASCIDO ATÉ 3,5 KILOS COMPOSTO DE POLPA DE CELULOSE, POLIMERO SUPERABSORVENTE, FILME DE POLIETILENO, FILME DE POLIPROPILENO, NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, ELASTANO E ADESIVO TERMOPLASTICO, PACOTE COM 12 UNIDADES POR PCT

FRALDA DESCARTAVEL PARA RECEM NASCIDO ATÉ 3,5 KILOS COMPOSTO DE POLPA DE CELULOSE, POLIMERO SUPERABSORVENTE, FILME DE POLIETILENO, FILME DE POLIPROPILENO, NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, ELASTANO E ADESIVO TERMOPLASTICO, PACOTE COM 12 UNIDADES POR PCT

HIPOCLORITO DE SÓDIO 1%, FRASCO DE 1 LITRO. DATA DE VALIDADE ESTENDIDA E REGISTRO NA ANVISA.

LUVA DESCARTAVEL DE NITRILICA SEM TALCO NA COR AZUL CÉU TAMANHO G CAIXA COM 100 UNIDADES

LUVA DESCARTAVEL DE NITRILICA SEM TALCO NA COR AZUL CÉU TAMANHO P CAIXA COM 100 UNIDADES

MICROPORE TRANSPARENTE, FITA HIPOALÉRGICA MICROPOROSA, CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO TECIDO À BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA A BASE DE POLIACRILATO HIPOALERGÊNICO, 2,5CMX4,5M, PRODUTO COM CAPA PROTETORA, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

MICROPORE TRANSPARENTE, FITA HIPOALÉRGICA MICROPOROSA, CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO TECIDO À BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA A BASE DE POLIACRILATO HIPOALERGÊNICO, 12MM X 10M, PRODUTO COM CAPA PROTETORA, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

OLEO DE GIRASSOL FRASCO COM 1000ML TRIGLICERÍDEOS DE ÁCIDOS CÁPRICO E CAPRÍLICO, ÓLEO DE GIRASSOL CLARIFICADO, LECITINA, PALMITATO DE RETINOL, ACETATO DE TOCOFEROL E ALFA-TOCOFEROL.

SOLUÇÃO DE GLICOSE A 5% 500ML, SISTEMA FECHADO, VIA ENDROVENOSA, SOLUÇÃO ENERGÉTICA, DE ACORDO COM A RDC Nº 29 DE 17/04/2007.

SORO FISIOLÓGICO 0,9% EM FRASCO DE 100 ML USO ENDOVENOSO

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 22/03/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0001-2016.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARAVILHA, por intermédio do órgão **CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS**, e a empresa **SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI – ME**, para os seguintes municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0001/2016, para aquisição/contratação dos seguintes produtos ou serviços:

ADESIVO DE NICOTINA 07 MG CADA LIBERADO EM 24 HORAS , EXCIPIENTE CO-POLÍMERO DE ACETATO DE VENIL ETILENO, POLIETILENO PIGMENTADO DE DENSIDADE MÉDIA/ ALUMÍNIO, FILME DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, POLIISOBUTILENO, FILME DE POLIÉSTER SILICONIZADO E SUN SHARP PMS 465 BROWN. CAIXA COM 7 UNIDADES.

ADESIVO DE NICOTINA 14 MG CADA LIBERADO EM 24 HORAS , EXCIPIENTE CO-POLÍMERO DE ACETATO DE VENIL ETILENO, POLIETILENO PIGMENTADO DE DENSIDADE MÉDIA/ ALUMÍNIO, FILME DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, POLIISOBUTILENO, FILME DE POLIÉSTER SILICONIZADO E SUN SHARP PMS 465 BROWN. CAIXA COM 7 UNIDADES.

AGULHA 13X4, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 0,40MM E COMPRIMENTO DE 13MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR CINZA E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.

AGULHA 30X7, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.

AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 25X8.0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.

AGULHAS HIPODÉRMICAS 13 X 4,5 (DE USO ÚNICO), ATÓXICAS, APIROGÊNICAS E SILICONADAS, COM PAREDE FINA EM AÇO INOX, BISEL TRIFACETADO, AFIADO, SEM REBARBAS, RESÍDUOS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO, FIXAÇÃO PERFEITA AO CANHÃO CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RÍGIDO, TRANSPARENTE E ATÓXICO, COM ENCAIXE TIPO LUER, CAPAZ DE GARANTIR CONEXÃO SEGURA E SEM VAZAMENTO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM BLISTER DE PLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTE A INTEGRIDADE DO PRODUTO, REGISTROS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. . CAIXA COM 100 UNIDADES.

AGULHAS HIPODÉRMICAS 20 X 5,5 (DE USO ÚNICO), ATÓXICAS, APIROGÊNICAS E SILICONADAS, COM PAREDE FINA EM AÇO INOX, BISEL TRIFACETADO, AFIADO, SEM REBARBAS, RESÍDUOS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO, FIXAÇÃO PERFEITA AO CANHÃO CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RÍGIDO, TRANSPARENTE E ATÓXICO, COM ENCAIXE TIPO LUER, CAPAZ DE GARANTIR CONEXÃO SEGURA E SEM VAZAMENTO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM BLISTER DE PLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTE A INTEGRIDADE DO PRODUTO, REGISTROS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. CAIXA COM 100 UNIDADES.

AGULHAS HIPODÉRMICAS 25 X 07 (DE USO ÚNICO), ATÓXICAS, APIROGÊNICAS E SILICONADAS, COM PAREDE FINA EM AÇO INOX, BISEL TRIFACETADO, AFIADO, SEM REBARBAS, RESÍDUOS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO, FIXAÇÃO PERFEITA AO CANHÃO CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RÍGIDO, TRANSPARENTE E ATÓXICO, COM ENCAIXE TIPO LUER, CAPAZ DE GARANTIR CONEXÃO SEGURA E SEM VAZAMENTO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM BLISTER DE PLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTE A INTEGRIDADE DO PRODUTO, REGISTROS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. CAIXA COM 100 UNIDADES.

ALGODÃO HIDROFÓLICO, COM FIBRAS 100% ALGODÃO, EM BOLAS, HOMOGÊNEO E MACIO, COR BRANCA(80 % BRANCO) BOA ABSORÇÃO INODORO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. PACOTE COM 200 GRAMAS.

BATERIA PARA DETECTOR FETAL PORTÁTIL, COMPATÍVEL COM O MODELO MEDPEJ DF-4001.

CAIXA DE ISOPOR, 1 LITRO, COM TAMPA

CAIXA DE ISOPOR, 3 LITROS, COM TAMPA

CAIXA DE ISOPOR, 7 LITROS, COM TAMPA

CAIXA TÉRMICA, CAPACIDADE DE 40 LITROS, PRODUZIDA EM MATERIAL DE ALTA RESISTÊNCIA, REVESTIMENTO INTERNO EM POLIURETANO (PU) QUE AUXILIA NO ISOLAMENTO TÉRMICO, ALÇA EM PP (POLIPROPILENO), PAREDE INTERNA EM PS (POLIESTIRENO), PAREDE EXTERNA EM PAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE), ENTRE PAREDES DE PU (POLIURETANO), ACABAMENTO DOBRADIÇAS NA TAMPA.

COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 21 FIOS, EM TAMANHO 10X10CM E 20X40CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

ELETRODOS PARA BISTURI ELETRICO, JOGO COM 12 PEÇAS: AGULHA PARA DEPILAÇÃO 66MM, ELETRO TIPO AGULHA 85MM, ELETRODO TIPO FACA RETA PEQUENA 67MM, ELETRODO TIPO FACA RETA GRANDE 100MM, ELETRODOTIPO FACA CURVA PEQUENO 67MM, ELETRODO TIPO FACA CURVA GRANDE 83MM, ELETRODO TIPO BOLA 2,1MM, ELETRODO TIPO BOLA 4,2MM, ELETRODO TIPO BOLA 6,00MM, ELETRODO TIPO BOLA 7,5MM, ELETRODO TIPO ALÇA PEQUENA, 4,5MM E ELETRODO TIPO ALÇA GRANDE 9,00MM

PAPEL GRAU CIRÚRGICO, TAMANHO 50CM X 100MT.

PILHA MÉDIA, (CR14 - 1.5V) PARA OTOSCÓPIO.

SERINGA 1ML (INSULINA), SERINGA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, COM AGULHA DE 13X0,33 ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO PRIMÁRIO, CILINDRO SECUNDÁRIO, ÊMBOLO E GRADUAÇÃO ATÉ 1ML, CILINDRO PRIMÁRIO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, FLANGE, CILINDRO SECUNDÁRIO O DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE POSSIBILITA A RETRAÇÃO DA AGULHA, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA, ESCALA DA GRADUAÇÃO DE 0,5ML NOS TRAÇOS LONGOS E DE 0,1ML NOS TRAÇOS CURTOS. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE COM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, DE ACORDO COM A NR 32, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA.

AGULHA ULTRAFINA, COMPRIMENTO 8 MM-5/16; CALIBRE 0,25 MM-31G;

CAIXA DE ISOPOR 5 LITROS COM TAMPA.

AGULHA 13X4, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 0,40MM E COMPRIMENTO DE 13MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR CINZA E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.

AGULHA 30X7, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.

AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 25X8,0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.

AGULHAS HIPODÉRMICAS 13 X 4,5 (DE USO ÚNICO), ATÓXICAS, APIROGÊNICAS E SILICONADAS, COM PAREDE FINA EM AÇO INOX, BISEL TRIFACETADO, AFIADO, SEM REBARBAS, RESÍDUOS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO, FIXAÇÃO PERFEITA AO CANHÃO CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RÍGIDO, TRANSPARENTE E ATÓXICO, COM ENCAIXE TIPO LUER, CAPAZ DE GARANTIR CONEXÃO SEGURA E SEM VAZAMENTO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM BLISTER DE PLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTE A INTEGRIDADE DO PRODUTO, REGISTROS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. . CAIXA COM 100 UNIDADES.

AGULHAS HIPODÉRMICAS 20 X 5,5 (DE USO ÚNICO), ATÓXICAS, APIROGÊNICAS E SILICONADAS, COM PAREDE FINA EM AÇO INOX, BISEL TRIFACETADO, AFIADO, SEM REBARBAS, RESÍDUOS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO, FIXAÇÃO PERFEITA AO CANHÃO CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RÍGIDO, TRANSPARENTE E ATÓXICO, COM ENCAIXE TIPO LUER, CAPAZ DE GARANTIR CONEXÃO SEGURA E SEM VAZAMENTO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM BLISTER DE PLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTE A INTEGRIDADE DO PRODUTO, REGISTROS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. CAIXA COM 100 UNIDADES.

AGULHAS HIPODÉRMICAS 25 X 07 (DE USO ÚNICO), ATÓXICAS, APIROGÊNICAS E SILICONADAS, COM PAREDE FINA EM AÇO INOX, BISEL TRIFACETADO, AFIADO, SEM REBARBAS, RESÍDUOS OU SINAIS DE

OXIDAÇÃO, FIXAÇÃO PERFEITA AO CANHÃO CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RÍGIDO, TRANSPARENTE E ATÓXICO, COM ENCAIXE TIPO LUER, CAPAZ DE GARANTIR CONEXÃO SEGURA E SEM VAZAMENTO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM BLISTER DE PLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTE A INTEGRIDADE DO PRODUTO, REGISTROS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. CAIXA COM 100 UNIDADES.

AGULHAS HIPODÉRMICAS 25 X 6,0 (DE USO ÚNICO), ATÓXICAS, APIROGÊNICAS E SILICONADAS, COM PAREDE FINA EM AÇO INOX, BISEL TRIFACETADO, AFIADO, SEM REBARBAS, RESÍDUOS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO, FIXAÇÃO PERFEITA AO CANHÃO CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RÍGIDO, TRANSPARENTE E ATÓXICO, COM ENCAIXE TIPO LUER, CAPAZ DE GARANTIR CONEXÃO SEGURA E SEM VAZAMENTO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM BLISTER DE PLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTE A INTEGRIDADE DO PRODUTO, REGISTROS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. CAIXA COM 100 UNIDADES.

DISPOSITIVO PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA – URIPEN, CONFECCIONADO EM LÁTEX NATURAL E P.V.C ATÓXICO, TAMANHO Nº 6, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. CAIXA COM 100 UNIDADES.

EMBALAGEM TUBULAR 100MM X 100MM PARA ESTERELIZAÇÃO

EMBALAGEM TUBULAR 100MM X 100MM PARA ESTERELIZAÇÃO

EMBALAGEM TUBULAR 100MM X 100MM PARA ESTERELIZAÇÃO

EMBALAGEM TUBULAR 100MM X 100MM PARA ESTERELIZAÇÃO

ESCOVA CERVICAL DESCARTÁVEL ESTERILIZADA INDIVIDUAL, CERDAS EM NYLON ADEQUADAMENTE MACIAS DE FORMATO LEVEMENTE CÔNICO, EIXO DE SUSTENTAÇÃO EM AÇO INOXIDÁVEL, CABO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO, ATÓXICO E RESISTENTE, PACOTE COM 100 UNIDADES.

FITA CIRÚRGICA, HIPOALERGÊNICA, MICROPORE, CONSTITUÍDA DE RAYON VISCOSO NÃO TRANCADO, POROSO, SUPERFÍCIE ADESIVA, MEDINDO 5CM X 10M, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

LÂMINA SIMPLES PARA MICROSCOPIA COM EXTREMIDADE FOSCA, TAMANHO 2,6CM X 7,6CM X 1MM, CAIXA COM 50 UNIDADES.

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 22/03/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0001-2016.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARAVILHA, por intermédio do órgão **CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS**, e a empresa **DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP**, para os seguintes municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0001/2016, para aquisição/contratação dos seguintes produtos ou serviços:

ADESIVO DE NICOTINA 21 MG CADA LIBERADO EM 24 HORAS, EXCIPIENTE CO-POLÍMERO DE ACETATO DE VINIL ETILENO, POLIETILENO PIGMENTADO DE DENSIDADE MÉDIA/ ALUMÍNIO, FILME DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, POLIISOBUTILENO, FILME DE POLIÉSTER SILICONIZADO E SUN SHARP PMS 465 BROWN. CAIXA COM 7 UNIDADES.

AGUA DESTILADA, COM 5 ML

AGULHA PARA ANESTESIA RAQUIDIANA N º 26

AGULHAS HIPODÉRMICAS 25 X 6,0 (DE USO ÚNICO), ATÓXICAS, APIROGÊNICAS E SILICONADAS, COM PAREDE FINA EM AÇO INOX, BISEL TRIFACETADO, AFIADO, SEM REBARBAS, RESÍDUOS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO, FIXAÇÃO PERFEITA AO CANHÃO CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RÍGIDO, TRANSPARENTE E ATÓXICO, COM ENCAIXE TIPO LUER, CAPAZ DE GARANTIR CONEXÃO SEGURA E SEM VAZAMENTO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM BLISTER DE PLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTE A INTEGRIDADE DO PRODUTO, REGISTROS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. CAIXA COM 100 UNIDADES.

ÁLCOOL ETÍLICO TIPO HIDRATADO, TEOR ALCOÓLICO 70 %, APRESENTAÇÃO LÍQUIDA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LÍMPIDO, E ISENTO DE IMPUREZAS, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, FRASCO 1000 ML NBR 599.

ALMOTOLIA 300 ML BICO RETO AMBAR

ALMOTOLIA PLÁSTICA ESCURA, FRASCO 125ML.

APARELHO DE NEBULIZAÇÃO, MOTOR 50/60 HZ, PRESSÃO: 28 PSI, TAXA DE NEBULIZAÇÃO: 0,19 ML/MIN, TAMANHO DA PARTÍCULA: 1 A 5 MICRA, 2 MÁSCARAS ANATÔMICAS EM PVC (ADULTO E INFANTIL), ELÁSTICOS REGULÁVEIS. BIVOLT.

APARELHO DE TRICOTOMIA, DESCARTÁVEL, TIPO COMUM, DEVENDO CONTER NO MÍNIMO DUAS LAMINAS FIXAS, PROTEGIDAS COM CAPA PROTETORA.

ASPIRADOR DE SECREÇÕES - ASPIRA LÍQUIDOS E SECREÇÕES, FÁCIL LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, PORTÁTIL, SILENCIOSO, ECONÔMICO E DE FÁCIL MANUSEIO, SEM NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO E LUBRIFICANTES, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, SISTEMA: DIAFRAGMA, VÁCUO DE 0 A 550 MMHG(REGULÁVEL), ALTA POTENCIA DE SUCÇÃO, VÁLVULA AUTOMÁTICA DE NÍVEL.

CAIXA COLETORA PARA PERFURO CORTANTE 07 LITROS, COM BANDEJA COLETORA DE PAPELÃO, PAREDES E FUNDO RESISTENTE DE PAPELÃO E SACO PLÁSTICO, TRAVAS PROVISÓRIAS E PERMANENTE.

CAIXA COLETORA PARA PERFURO CORTANTE 20 LITROS, COM BANDEJA COLETORA DE PAPELÃO, PAREDES E FUNDO RESISTENTE DE PAPELÃO E SACO PLÁSTICO, TRAVAS PROVISÓRIAS E PERMANENTE.

CANETA LANCETADORA PARA PUNÇÃO E EXTRAÇÃO DE AMOSTRA DE SANGUE DAS PONTAS DOS DEDOS E OU LÓBULOS DAS ORELHAS PARA DOSAGEM DE HGT. DEVE POSSUIR ALTA VELOCIDADE DE PENETRAÇÃO COM NÍVEL DE 0,8 A 2,3 MM REVESTIDO COM SILICONE RETRAÇÃO ATIVA DA AGULHA, MOVIMENTO ORIENTADO DA LANCETA NÃO REUTILIZAVEL PÓS O USO . TAMPAS ESTÉREIS REMOVÍVEIS AUTOMATICAMENTE.

CATETER DUPLO LUMEN ADULTO.

CATETER DUPLO LUMEN INFANTIL.

CATETER NASAL TIPO ÓCULOS ADULTO.

CATETER PARA INFUSÃO VENOSA – SCALP Nº 25 , COM AGULHA DE BISEL TRIFACETADO, COM ASAS LEVES E FLEXÍVEIS DOTADAS DE UM EXCLUSIVO DISPOSITIVO DE ENCAIXE, GARANTINDO FIRME EMPUNHADURA, PERFEITA CONEXÃO DAS PARTES, TUBO DE VINIL LEVE, FLEXÍVEL E TRANSPARENTE, CONECTOR LUER-LOK RÍGIDO, ASSEGURANDO PERFEITA CONEXÃO COM SERINGAS OU EQUIPOS DE BICO E SERINGAS OU DISPOSITIVOS LUER-LOK, ESTERILIZADO A OXIDO DE ETILENO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO, LOTE E ESTERILIZAÇÃO E REGISTRO NO MS.

CATETER PARA INFUSÃO VENOSA – SCALP Nº 27 , COM AGULHA DE BISEL TRIFACETADO, COM ASAS LEVES E FLEXÍVEIS DOTADAS DE UM EXCLUSIVO DISPOSITIVO DE ENCAIXE, GARANTINDO FIRME EMPUNHADURA, PERFEITA CONEXÃO DAS PARTES, TUBO DE VINIL LEVE, FLEXÍVEL E TRANSPARENTE, CONECTOR LUER-

LOK RÍGIDO, ASSEGURANDO PERFEITA CONEXÃO COM SERINGAS OU EQUIPOS DE BICO E SERINGAS OU DISPOSITIVOS LUER-LOK, ESTERILIZADO A OXIDO DE ETILENO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO, LOTE E ESTERILIZAÇÃO E REGISTRO NO MS.

CLORETO DE POTÁSSIO 19,5%, COM 10ML.

CLORETO DE SÓDIO 0,9% COM 10ML.

CLOREXIDINA 2% (SABONETE LÍQUIDO ANTI-SÉPTICO), FRASCO COM 1000ML.

CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA LÍQUIDA 2%, FRASCO COM 20ML, SEM VASOCONSTRITOR.

COLAR CERVICAL TAMANHO NEO-NATAL, EXCLUSIVO PARA USO PRÉ-HOSPITALAR, COM DESENHO ASSIMÉTRICO, DOBRÁVEL E PLANO, COM JANELA TRAQUEAL EXTRA GRANDE PARA ACESSO A REGIÃO CERVICAL ANTERIOR (PULSO CAROTÍDEO E ACESSO CIRÚRGICO DE VIA AÉREA SUPERIOR), COM FECHO DE VELCRO DE LARGURA MÍNIMA DE 5CM, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, RADIOTRANSARENTE, COM ENCHIMENTO DE ESPUMA EM TODAS AS FACES DE CONTATO COM A PELE DO PACIENTE E DOTADA DE APOIO PARA A MANDÍBULA.

COLETE IMOBILIZADOR DORSAL ADULTO (KED)

CONJUNTO ESCOVA/ESPONJA PLÁSTICA COM DUPLA FACE, EMBEBIDA EM SOLUÇÃO DEGERMANTE COM 22ML DE DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA 2% E TENSOATIVO.

CURATIVO COM PELÍCULA FINA E TRANSPARENTE DE POLIURETANO SEMI-PERMEÁVEL COM UM ADESIVO HIPOALERGÊNICO QUE NÃO CONTÉM LÁTEX, EM FORMATO OVAL RECORTADO E REFORÇADO NUMA EXTREMIDADE COM UMA FAIXA DE TECIDO MACIO PARA PROPORCIONAR MELHOR FIXAÇÃO EM TORNO DOS CATETERES E DE OUTROS DISPOSITIVOS, DEVE PERMITIR A PASSAGEM DE OXIGÊNIO E UMIDADE PORÉM É IMPERMEÁVEL A LÍQUIDOS E BACTÉRIAS, INTACTO PROTEGE O LOCAL CONTRA CONTAMINANTES EXTERNOS, COM TIRAS ESTÉREIS DE ADESIVO DE TECIDO MACIO FORNECIDOS COM O CURATIVO PARA AJUDAR A FIXAR OS TUBOS E LÚMENS, ESPECIALMENTE INDICADO PARA SER UTILIZADO EM CATETERES COM MÚLTIPLOS LÚMENS, PESADOS E/OU LOCAIS DE DIFÍCIL FIXAÇÃO. TAMANHO 7CMX8,5CM.

CURATIVO TRANSPARENTE EM ROLO, NÃO ESTÉRIL, HIPOALERGÊNICO, CONSTITUÍDO POR UMA PELÍCULA DE POLIURETANO TRANSPARENTE, PERMEÁVEL AO OXIGÊNIO E VAPOR D'ÁGUA, ATUANDO COMO BARREIRA CONTRA LÍQUIDOS E BACTÉRIAS, TAMANHO 10CMX10MT.

ELETRODO AUTO ADESIVO PARA FISIOTERAPIA, INDICADO PARA CONDUÇÃO DA CORRENTE ELÉTRICA EM CORRENTES DE BAIXA E MÉDIA FREQUENCIA. EXEMPLO: CORRENTE RUSSA, TENS, FES ENTRE OUTRAS, REUTILIZÁVEL, AUTO ADESIVO, MALEABILIDADE, DISPENSA A UTILIZAÇÃO DE GEL, TAMANHO: 5X5CM, FORMATO QUADRADO, KIT COM 4 UNIDADES, EMBORRACHADO.

ELETRODO AUTO ADESIVO PARA FISIOTERAPIA, INDICADO PARA CONDUÇÃO DA CORRENTE ELÉTRICA EM CORRENTES DE BAIXA E MÉDIA FREQUENCIA. EXEMPLO: CORRENTE RUSSA, TENS, FES ENTRE OUTRAS, REUTILIZÁVEL, AUTO ADESIVO, MALEABILIDADE, DISPENSA A UTILIZAÇÃO DE GEL, TAMANHO: 5X9 CM, FORMATO RETANGULAR, KIT COM 4 UNIDADES, EMBORRACHADO.

ELETRODO CARDIOLOGICO EM ADESIVO E GEL PARA MONITORAMENTO CARDIACA PACOTE COM 30 UNIDADES

EQUIPO 2 VIAS, COM CORTA FLUXO. EXTENSÕES EM PVC, DOTADAS DE CLAMP (ABRE E FECHA), CONEXÃO LUER DISTAL PARA DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO, ESTERELIZADO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

ESFIGMOMANOMETRO COM MANOMETRO TIPO RELOGIO COM BRAÇADEIRA EM TECIDO DE LONA DE ALGODÃO, HIPOALERGICO, FECHO EM VELCRO, PERA E MANGUITO EM MATERIAL RESISTENTE E COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, TAMANHO OBESO (2 ANOS DE GARANTIA)

ESTETOSCÓPIO COM AUSCULTADOR EM AÇO INOXIDAVEL, TUBO ACÚSTICO NA CONFIGURAÇÃO Y, OLIVIAS (PROTETOR AURICULAR) DE FORMATO ANATOMICO PARA AJUSTE CONFORTAVEL, HEADSET EM AÇO INOXIDAVEL, COM 1 MEMBRANA DO DIAFRAGMA SOBRESSALENTE, 02 PARES DE OLIVAS SOBRESSALENTES E CERTIFICAÇÃO DO INMETRO

ETER FRASCO 1000ML

FIXADOR CITOPATOLÓGICO SPRAY, SOLUÇÃO DE PROPILENOGLICOL E ÁLCOOL ABSOLUTO QUE POSSUI PROPRIEDADES DE FIXAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DA INTEGRIDADE CELULAR DE ESFREGAÇOS DE MATERIAL BIOLÓGICO ESTENDIDOS EM LÂMINA DE VIDRO. FRASCO COM 100ML.

FRALDA DESCARTÁVEL , TAMANHO GG PARA USO ADULTO, FORMATO ANATÔMICO RECOMENDADO PARA OS CASOS DE INCONTINÊNCIA URINÁRIA, COM CAMADA INTERNA DE NÃO TECIDO , FIBRA DE CELULOSE DRY GEL (POLIMERO SUPERABSORVENTE) POSSUIR TECNOLOGIA FEEL DRY PARA MÁXIMA PROTEÇÃO DA URINA FORA DO CONTATO COM A PELE, CAMADA EXTERNA DE POLIETILENO, BARREIRAS DE POLIPROPILENO, FIOS DE ELASTANO, PARA OFERECER A MÁXIMA PROTEÇÃO, FITAS DUPLAS PARA FIXAÇÃO REPOSICIONÁVEIS QUE PERMITEM UM AJUSTE MAIS EFICIENTE . POSSUIR TODOS OS

COMPONENTES ATÓXICOS, SER RECOMENDADO PARA USO DIURNO E NOTURNO , PACOTES COM 10 UNIDADES . VALIDADE DE 3 ANOS .

FRALDA DESCARTÁVEL, TAMANHO G PARA USO ADULTO, FORMATO ANATÔMICO RECOMENDADO PARA OS CASOS DE INCONTINÊNCIA URINÁRIA , COM CAMADA INTERNA DE NÃO TECIDO, FIBRA DE CELULOSE DRY GEL (POLIMERO SUPERABSORVENTE) POSSUIR TECNOLOGIA FEEL DRY PARA MÁXIMA PROTEÇÃO DA URINA FORA DO CONTATO COM A PELE , CAMADA EXTERNA DE POLIETILENO, BARREIRAS DE POLIPROPILENO FIOS DE ELASTANO, PARA OFERECER A MÁXIMA PROTEÇÃO, FITAS DUPLAS PARA FIXAÇÃO E REPOSICIONÁVEIS QUE PERMITEM UM AJUSTE MAIS EFICIENTE , POSSUIR TODOS OS COMPONENTES ATÓXICOS , SER RECOMENDADO PARA USO DIURNO E NOTURNO, PACOTES COM 10 UNIDADES. VALIDADE DE 3 ANOS.

FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 500 ML, FABRICADO EM POLIETILENO ATOXICO, TAMPA DE ROSCA COM SAÍDA PARA ADAPTAR AO EQUIPO, COM ALCA DE FIXAÇÃO NA SUA BASE PARA PENDURAR O FRASCO COM TRAVAMENTO, E EMBALADO INDIVIDUALMENTE.

FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL, CAPACIDADE PARA 300ML, GRADUAÇÃO 50 ML, EM PLÁSTICO TRANSPARENTE RESISTENTE.

GEL PARA ULTRASSOM, GALÃO DE 5 LITROS.

IMOBILIZADOR DE CABEÇA E PESCOÇO PARA TRANSPORTE EM PRANCHA LONGA. CONSTITUÍDO POR 5 PEÇAS, DEVE SER USADO EM CONJUNTO COM COLAR CERVICAL. CONFECCIONADO EM MATERIAL IMPERMEABILIZADO QUE EVITA ABSORÇÃO DE FLUIDOS, TAIS COMO O SANGUE, FACILITANDO A HIGIENIZAÇÃO. CONSTITUÍDO DE UMA BASE A SER FIXADA NA PRANCHA, BLOCOS LATERAIS AJUSTÁVEIS E TIRANTE DE TESTA E QUEIXO. O TIRANTE DE QUEIXO POSSUI UM SISTEMA DE ENCAIXE NO COLAR CERVICAL, EVITANDO QUE O MESMO DESÇA PARA A REGIÃO DA TRAQUEIA.

INDICADOR BIOLÓGICO PARA VAPOR, DO TIPO AUTO-CONTIDO, COM TEMPO DE RESPOSTA FINAL NEGATIVA EM 48 HORAS, PARA O MONITORAMENTO BIOLÓGICO DE CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR SATURADO SOB PRESSÃO, COMPOSTO POR UMA TIRA DE PAPEL CONTENDO UMA POPULAÇÃO MICROBIANA MÍNIMA DE 100.000 (CEM MIL) ESPOROS SECOS E PADRONIZADOS DE GEOPHILUS STEAROTHERMOPHILLUS (ATCC 7953 COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ASSEGURADA). A TIRA CONTENDO ESPOROS ESTÁ ACONDICIONADA EM UMA AMPOLA PLÁSTICA TERMORRESISTENTE, CONTENDO EM SEU INTERIOR UMA AMPOLA DE VIDRO LACRADA, COM UM CALDO NUTRIENTE PRÓPRIO PARA CRESCIMENTO DOS MICROORGANISMOS. A AMPOLA PLÁSTICA É FECHADA POR UMA TAMPA PERFURADA E PROTEGIDA POR PAPEL DE FILTRO HIDROFÓBICO, CADA AMPOLA POSSUI UM RÓTULO EXTERNO QUE INFORMA O NOME DO PRODUTO, LOTE, PRAZO DE VALIDADE, CONTENDO CAMPOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA AMPOLA E UM INDICADOR QUÍMICO DE EXPOSIÇÃO QUE DIFERENCIA AS AMPOLAS PROCESSADAS DAS NÃO- PROCESSADAS. CAIXA COM 100 AMPOLAS.

INDICADOR BIOLOGICO PARA MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR (TESTE ESTERILIZAÇÃO). (GEOPHILUS STEAROTHERMOPHILLUS), RESULTADO EM 24H. CAIXA COM 10 UNIDADES.

IODOPOVIDONA TÓPICO, FRASCO COM 1000ML.

IODOPOVIDONA TÓPICO, FRASCO COM 100ML.

LÁTEX DE SILICONE PARA OXIGÊNIO E ASPIRAÇÃO

LENÇOL DE PAPEL EM ROLO PARA MACA COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES E MEDIDAS: 70CM X 50 METROS; EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, EM PLÁSTICO TERMO-AJUSTADO; ROLO; COR: BRANCO; 100% FIBRA DE CELULOSE VIRGEM; AUSÊNCIA DE CONTAMINANTES.

LOÇÃO HIDRATANTE CREMOSA, ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, VITAMINA A E E, COM ALOE VERA, FRASCO COM 200ML

LUVA CIRÚRGICA TAM. 6,5 - ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO. (PAR)

LUVA CIRÚRGICA TAM. 7,0 - ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO. PAR

LUVA CIRÚRGICA TAM. 8,0 - ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO. PAR

LUVA CIRÚRGICA TAM. 8,5 - ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO. PAR

LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO P - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES

LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO PP - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA

MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES

LUVA DESCARTAVEL DE NITRILICA SEM TALCO NA COR AZUL CÉU TAMANHO M CAIXA COM 100 UNIDADES

MACA RÍGIDA PARA RESGATE, MATERIAL POLIETILENO DE ALTA RESISTÊNCIA A IMPACTO, QUE SUPORTE ATÉ 180 KG., LEVE, LAVÁVEL, COM 20 PEGA-MÃOS COM SISTEMA ANTÔMICO, COM PASSADORES DE CINTO.

MOCHILA PARA ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: MEDICAÇÃO DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO: -ALTURA: 40 CM; LARGURA: 25 CM; COMPRIMENTO: 40 CM. PARTE INTERNA: -NYLON 70; DIVISÓRIAS; PARTE FRONTAL COM ELÁSTICOS PARA FIXAÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS; TRÊS CARTELAS COM 9 COMPARTIMENTOS; COMPARTIMENTO DESTACÁVEL; ACABAMENTO EM NYLON; FORRADA COM ISOMANTA.

ÓLEO HIDRATANTE NATURAL, ORIGINADO À BASE DE ÓLEOS VEGETAIS POLINSATURADOS, COMPOSTO FUNDAMENTALMENTE POR ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, FRASCO COM 200ML.

OLEO DE GIRASOL PARA PROTEÇÃO DA PELE DE PESSOAS ACAMADAS E COM PELE SENSÍVEIS (DERMOPROTETOR). USO DERMATOLÓGICO NO CURATIVO DA PELE LESADA. AUXILIA NA MANUTENÇÃO DA INTEGRIDADE DA PELE E AUXILIA NA CICATRIZAÇÃO MAIS RÁPIDA. COMPOSTO POR ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS (ACIDO LINOLEICO), TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA (ÁCIDO CAPRÍLICO, ÁCIDO LAURICO), LECITINA DE SÓJA VITAMINA A E VITAMINA E , NÃO POSSUI COMPONENTES QUE AGRIDEM A PELE OU OS FERIMENTOS. DEVERÁ POSSUIR REGISTRO NO (MINISTÉRIO DA SAÚDE) DE CORRELATO GRAM III, REGISTRO MDO PRODUTO RDC 185/01 EMITIDA PELA ANVISA . FRASCOS DE 200 ML.

OLEO DE GIRASSOL FRASCO COM 200ML

ÓLEO HIDRATANTE, CORPORAL A BASE DE ÁCIDOS GRAXOS, FRASCO COM 100 ML.

OTOSCÓPIO INFANTIL COM 5 ESPÉCULOS DE DIFERENTES MEDIDAS, CABO EM METAL CROMADO, PARA USO COM DUAS PILHAS MÉDIAS E REGULAGEM DE INTENSIDADE DE LUZ, COM CABEÇOTE EM METAL CROMADO, CAPA ANTIDERRAPANTE PARA MELHOR EMPUNHADURA. ACONDICIONADO EM BOLSA PRÓPRIA DE CORVIN.

PAPAGAIO DE PLÁSTICO, TAMANHO MÍNIMA DE 1,2L.

PINÇA KOCHER CURVA, CONFECCIONADA EM AÇO INOX CIRÚRGICO DE 1ª QUALIDADE, 14 CM. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PLÁSTICO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA

PINÇA HALSTEAD MOSQUITO, NORMAL, RETA, EM AÇO INOX DE 1º QUALIDADE, 10CM.

PINÇA KELLY, RETA, USO CIRÚRGICO, CONFECCIONADA EM AÇO INOX DE 1º QUALIDADE, 16CM.

PINÇA ANATÔMICA DENTE DE RATO, EM AÇO INOX DE 1º QUALIDADE, 10CM.

PINÇA ANATÔMICA DENTE DE RATO, EM AÇO INOX DE 1º QUALIDADE, 12CM.

PINÇA ANATÔMICA DISSECÇÃO, EM AÇO INOX DE 1º QUALIDADE, 18CM.

PINÇA CHERON, PARA CURATIVO UTERINO E ASSEPSIA GINECOLÓGICA, EM PLÁSTICO DESCARTÁVEL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE , 24CM.

PINÇA HALSTEAD MOSQUITO, CURVA, EM AÇO INOX CIRÚRGICO DE 1º QUALIDADE, 12CM.

PINÇA HARTMANN, PARA CURATIVO AURICULAR, EM AÇO INOX DE 1º QUALIDADE, 15CM.

PINÇA KELLY, CURVA, EM AÇO INOX CIRÚRGICO DE 1º QUALIDADE, 14CM.

PINÇA KELLY, RETA, EM AÇO INOX CIRÚRGICO DE 1º QUALIDADE, 14CM.

PINÇA KOCHER RETA, CONFECCIONADA EM AÇO INOX CIRÚRGICO DE 1ª QUALIDADE, 14 CM. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PLÁSTICO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA

PORTA AGULHA, CRILE WOOD, COMUM PARA SUTURA, 15CM.

RINGER LACTATO COM SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 1000ML SISTEMA FECHADO DE ACORDO COM A RDC Nº 29 DE 17/04/2007.

SACO PARA LIXO HOSPITALAR 40 LITROS CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, COR BRANCO LEITOSO, ESPESSURA DE 7MICRAS.

SERINGA 3ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LÁTEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

SERINGA 3ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LÁTEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

SERINGA 3ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LÁTEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

SERINGA 3ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LÁTEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

SERINGA 10ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LÁTEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

SOLUÇÃO DE BENJOIN COM 1000ML

SOLUÇÃO DE GLICOSE A 5% 250ML, SISTEMA FECHADO DE ACORDO COM A RDC Nº 29 DE 17/04/2007.

SOLUÇÃO DE RINGER COM LACTATO, FRASCO DE 250 ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL TRANSPARENTE, ESTÉRIL, APIROGÊNICO, ACONDICIONADO EM RECIPIENTE DE PLÁSTICO FECHADO, DEVIDAMENTE ROTULADO COM VOLUME NOMINAL DEFINIDO, RECIPIENTE TRANSPARENTE OU TRANSLUCIDO, RESISTENTE A PRESSÃO E TRAÇÃO, APRESENTANDO BICO CONECTOR E QUE NÃO PRODUZA RACHADURAS NO MOMENTO DA CONEXÃO COM ALÇA DE SUSTENTAÇÃO RESISTENTE, REGISTRADO NO MS, E EMBALADO EM FRASCO DE SISTEMA FECHADO.

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9% 10 ML. CAIXA COM 100 UNIDADES

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA DE CLORETO DE SÓDIO A 9% 100ML, SISTEMA FECHADO DE ACORDO COM A RDC Nº 29 DE 17/04/2007.

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA DE CLORETO DE SÓDIO A 9% 250ML, SISTEMA FECHADO DE ACORDO COM A RDC Nº 29 DE 17/04/2007.

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA DE CLORETO DE SÓDIO A 9% 500ML, SISTEMA FECHADO DE ACORDO COM A RDC Nº 29 DE 17/04/2007.

SOLUÇÃO GLICOFISIOLÓGICA COM 500ML, SISTEMA FECHADO DE ACORDO COM A RDC Nº 29 DE 17/04/2007.

SONDA DE FOLEY Nº10, FEITA DE LÁTEX DE BORRACHA 100% NATURAL; COM PONTA DISTAL ATRAUMÁTICA BALÃO COM ENCHIMENTO SIMÉTRICO PARA 30CC. COM 2 VIAS; EMBALAGEM INDIVÍDUAL, TIPO BLÍSTER ATÓXICO; ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO.

TALA DE IMOBILIZAÇÃO DE PAPELÃO, TAMANHO MÍNIMO DE 30CM X 20CM

TALA DE IMOBILIZAÇÃO DE PAPELÃO, TAMANHO MÍNIMO DE 30CM X 20CM

TALA DE IMOBILIZAÇÃO DE PAPELÃO, TAMANHO MÍNIMO DE 30CM X 20CM

TALA DE IMOBILIZAÇÃO DE PAPELÃO, TAMANHO MÍNIMO DE 30CM X 20CM

TALA DE IMOBILIZAÇÃO DE PAPELÃO, TAMANHO MÍNIMO DE 45CM X 20CM

TALA DE IMOBILIZAÇÃO DE PAPELÃO, TAMANHO MÍNIMO DE 90CM X 20CM

TESOURA ÍRIS RETA COM 11,5CM

TESOURA MAYO STILLE, RETA, EM AÇO INOX DE 1ª QUALIDADE, 15CM.

TESOURA PARA RETIRAR PONTOS, RETA, EM AÇO INOX DE 1ª QUALIDADE, 9CM.

TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO Nº 4,5.

TUBO PVC ATÓXICO SILICONIZADO EXTENSÃO PARA SPIRADOR E OU OXIGÊNIO CONECTOR 2 M

UMIDIFICADORES PARA OXIGÊNIO - EM FRASCO PLÁSTICO 250ML, TIPO COPO COM TAMPA DE ROSCA, COM INDICAÇÃO MÍNIMO E MÁXIMO, ATÓXICO PARA MÁSCARA COM CONEXÃO DE ENTRADA. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA, BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO E CATÁLOGO

VÁLVULA REGULADORA DE PRESSÃO COM FLUXÔMETRO PARA CILINDROS DE OXIGÊNIO HOSPITALAR. FABRICADA EM METAL CROMADA, MANÔMETRO DE ALTA PRESSÃO 0/300KG/CM2., DE ENTRADA, COM FILTRO DE BRONZE SINTERIZADO, PRESSÃO FIXA DE 3,5 KGF/CM2. VÁLVULA DE SEGURANÇA E INTERMEDIÁRIO DE 1/4" NPT. CONEXÕES PADRÃO ABNT NBR 11725 E 11906 ANVISA: 10432309004.

SCHAMPOO PARA BEBÊ 120 ML

BROMETO DE IPRATRÓPIO GTS 20 ML

ABAIXADOR DE LÍNGUA (ESPÁTULA DE MADEIRA), DESCARTÁVEL, FORMATO CONVENCIONAL LISO, SUPERFÍCIE E BORDAS PERFEITAMENTE ACABADAS, ESPESSURA E LARGURA UNIFORME EM TODA SUA EXTENSÃO. PACOTE COM 100 UNIDADES.

ÁGUA OXIGÊNADA 10 %, EMBALAGEM DE 1 LITRO.

ÁGUA PARA AUTOCLAVE, EMBALAGEM 5 LITROS

ÁLCOOL ETÍLICO TIPO HIDRATADO, TEOR ALCOÓLICO 70 %, APRESENTAÇÃO LÍQUIDA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LÍMPIDO, E ISENTO DE IMPUREZAS, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, FRASCO 1000 ML NBR 599.

ALGODÃO HIDROFÓLICO, COM FIBRAS 100% ALGODÃO, EM BOLAS, HOMOGÊNEO E MACIO, COR BRANCA(80 % BRANCO) BOA ABSORÇÃO INODORO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. PACOTE COM 100 GRAMAS.

ALGODÃO HIDROFÓLICO, COM FIBRAS 100% ALGODÃO, EM MANTA FINA, HOMOGÊNEO E MACIO, COR BRANCA(80 % BRANCO) BOA ABSORÇÃO INODORO, ENROLADO EM PAPEL APROPRIADO EM TODA A SUA EXTENSÃO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 22 CM DE LARGURA, E EM EMBALAGEM REGISTROS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. PACOTE COM 500 GRAMAS.

ALMOTOLIA PLÁSTICA ESCURA, FRASCO 125ML.

ALMOTOLIA PLÁSTICA ESCURA, FRASCO 250ML.

ALMOTOLIA PLÁSTICA TRANSPARENTE, FRASCO 125ML.

ANDADOR ARTICULADO DILEPÉ SIMPLES ADULTO; ARTICULADO, ALUMÍNIO POLIDO, REGULAGEM DE ALTURA, PONTEIRA ADERENTE, RESISTENTE E FLEXÍVEL DE POLIURETANO.

APARELHO DE NEBULIZAÇÃO, MOTOR 50/60 HZ, PRESSÃO: 28 PSI, TAXA DE NEBULIZAÇÃO: 0,19 ML/MIN, TAMANHO DA PARTÍCULA: 1 A 5 MICRA, 2 MÁSCARAS ANATÔMICAS EM PVC (ADULTO E INFANTIL), ELÁSTICOS REGULÁVEIS. BIVOLT.

ASPIRADOR DE SECREÇÕES - ASPIRA LÍQUIDOS E SECREÇÕES, FÁCIL LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, PORTÁTIL, SILENCIOSO, ECONÔMICO E DE FÁCIL MANUSEIO, SEM NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO E LUBRIFICANTES, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, SISTEMA: DIAFRAGMA, VÁCUO DE 0 A 550 MMHG(REGULÁVEL), ALTA POTENCIA DE SUÇÃO, VÁLVULA AUTOMÁTICA DE NÍVEL.

ATADURA DE CREPOM COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: CONFECCIONADAS EM TECIDO 100% ALGODÃO CRU, FIOS DE ALTA TORÇÃO, ALTA RESISTÊNCIA, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM2. DE 25 CM POR 3 METROS. REGISTROS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

ATADURA DE CREPOM CONFECCIONADAS EM TECIDO 100% ALGODÃO CRU, FIOS DE ALTA TORÇÃO, ALTA RESISTÊNCIA, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM2. DE 12 CM POR 3 METROS. REGISTROS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 06 CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 13,3G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.

ATADURA GESSADA 12CMX3M.

ATADURA GESSADA 20CMX4M.

AVENTAIS DESCARTÁVEIS, COM MANGA LONGA E PUNHO COM ELÁSTICO, TNT GRAMATURA 30, TAMANHO 1M DE COMPRIMENTO X 1,30 DE LARGURA.

CADEIRA DE RODAS, CONSTRUÍDA EM AÇO CARBONO DE ALTA DURABILIDADE, DEVE POSSUIR ASSENTO E ENCOSTO FORRADO E REVESTIDO EM NYLON QUE PROPORCIONA CONFORTO AO USUÁRIO; DEVE SER DOBRÁVEL, DE FORMA QUE FACILITA O ARMAZENAMENTO E O TRANSPORTE; DEVE CONTER FREIOS BILATERAIS E ARO IMPULSOR BILATERAL QUE GARANTEM SEGURANÇA E AGILIDADE AO USUÁRIO; DEVE TER APOIO PARA BRAÇOS FORRADOS E REVESTIDOS; SUPORTE PARA OS PÉS FIXO, DE FORMA QUE PROPORCIONE CONFORTO; OS PNEUS DEVEM SER MACIÇOS NAS DUAS RODAS DIANTEIRAS, ARO 06 E NAS DUAS RODAS TRASEIRAS O ARO DEVE SER 24 EM ALUMÍNIO, DE FORMA QUE CONFEREM SEGURANÇA AO USUÁRIO; CAPACIDADE DE CARGA ATÉ 85 KG.

CAIXA COLETORA PARA PERFURO CORTANTE 07 LITROS, COM BANDEJA COLETORA DE PAPELÃO, PAREDES E FUNDO RESISTENTE DE PAPELÃO E SACO PLÁSTICO, TRAVAS PROVISÓRIAS E PERMANENTE.

CAIXA COLETORA PARA PERFURO CORTANTE 13 LITROS, COM BANDEJA COLETORA DE PAPELÃO, PAREDES E FUNDO RESISTENTE DE PAPELÃO E SACO PLÁSTICO, TRAVAS PROVISÓRIAS E PERMANENTE.

CAIXA COLETORA PARA PERFURO CORTANTE 20 LITROS, COM BANDEJA COLETORA DE PAPELÃO, PAREDES E FUNDO RESISTENTE DE PAPELÃO E SACO PLÁSTICO, TRAVAS PROVISÓRIAS E PERMANENTE.

CANETA LANCETADORA PARA PUNÇÃO E EXTRAÇÃO DE AMOSTRA DE SANGUE DAS PONTAS DOS DEDOS E OU LÓBULOS DAS ORELHAS PARA DOSAGEM DE HGT. DEVE POSSUIR ALTA VELOCIDADE DE PENETRAÇÃO COM NÍVEL DE 0,8 A 2,3 MM REVESTIDO COM CILICONE RETRAÇÃO ATIVA DA AGULHA, MOVIMENTO ORIENTADO DA LANCETA NÃO REUTILIZAVEL PÓS O USO . TAMPAS ESTÉREIS REMOVÍVEIS AUTOMATICAMENTE.

CATETER INTRAVENOSO (CANO CURTO) Nº 14, EM BIOMATERIAL POLIURETANO, FLEXÍVEL TRANSPARENTE (RADIOPACO), COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

CATETER INTRAVENOSO (CANO CURTO) Nº 16, EM BIOMATERIAL POLIURETANO, FLEXÍVEL TRANSPARENTE (RADIOPACO), COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

CATETER INTRAVENOSO (CANO CURTO) Nº 18, EM BIOMATERIAL POLIURETANO, FLEXÍVEL TRANSPARENTE (RADIOPACO), COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

CATETER INTRAVENOSO (CANO CURTO) Nº 20, EM BIOMATERIAL POLIURETANO, FLEXÍVEL TRANSPARENTE (RADIOPACO), COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

CATETER INTRAVENOSO (CANO CURTO) Nº 22, EM BIOMATERIAL POLIURETANO, FLEXÍVEL TRANSPARENTE (RADIOPACO), COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

CATETER INTRAVENOSO (CANO CURTO) Nº 24, EM BIOMATERIAL POLIURETANO, FLEXÍVEL TRANSPARENTE (RADIOPACO), COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

CATETER NASAL TIPO ÓCULOS ADULTO.

CATETER PARA INFUSÃO VENOSA – SCALP Nº 19 , COM AGULHA DE BISEL TRIFACETADO, COM ASAS LEVES E FLEXÍVEIS DOTADAS DE UM EXCLUSIVO DISPOSITIVO DE ENCAIXE, GARANTINDO FIRME EMPUNHADURA, PERFEITA CONEXÃO DAS PARTES, TUBO DE VINIL LEVE, FLEXÍVEL E TRANSPARENTE, CONECTOR LUER-LOK RÍGIDO, ASSEGURANDO PERFEITA CONEXÃO COM SERINGAS OU EQUIPOS DE BICO E SERINGAS OU DISPOSITIVOS LUER-LOK, ESTERILIZADO A OXIDO DE ETILENO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO, LOTE E ESTERILIZAÇÃO E REGISTRO NO MS.

CATETER PARA INFUSÃO VENOSA – SCALP Nº 21 , COM AGULHA DE BISEL TRIFACETADO, COM ASAS LEVES E FLEXÍVEIS DOTADAS DE UM EXCLUSIVO DISPOSITIVO DE ENCAIXE, GARANTINDO FIRME EMPUNHADURA, PERFEITA CONEXÃO DAS PARTES, TUBO DE VINIL LEVE, FLEXÍVEL E TRANSPARENTE, CONECTOR LUER-LOK RÍGIDO, ASSEGURANDO PERFEITA CONEXÃO COM SERINGAS OU EQUIPOS DE BICO E SERINGAS OU DISPOSITIVOS LUER-LOK, ESTERILIZADO A OXIDO DE ETILENO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO, LOTE E ESTERILIZAÇÃO E REGISTRO NO MS.

CATETER PARA INFUSÃO VENOSA – SCALP Nº 23 , COM AGULHA DE BISEL TRIFACETADO, COM ASAS LEVES E FLEXÍVEIS DOTADAS DE UM EXCLUSIVO DISPOSITIVO DE ENCAIXE, GARANTINDO FIRME EMPUNHADURA, PERFEITA CONEXÃO DAS PARTES, TUBO DE VINIL LEVE, FLEXÍVEL E TRANSPARENTE, CONECTOR LUER-LOK RÍGIDO, ASSEGURANDO PERFEITA CONEXÃO COM SERINGAS OU EQUIPOS DE BICO E SERINGAS OU DISPOSITIVOS LUER-LOK, ESTERILIZADO A OXIDO DE ETILENO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO, LOTE E ESTERILIZAÇÃO E REGISTRO NO MS.

CATETER PARA INFUSÃO VENOSA – SCALP Nº 25 , COM AGULHA DE BISEL TRIFACETADO, COM ASAS LEVES E FLEXÍVEIS DOTADAS DE UM EXCLUSIVO DISPOSITIVO DE ENCAIXE, GARANTINDO FIRME EMPUNHADURA, PERFEITA CONEXÃO DAS PARTES, TUBO DE VINIL LEVE, FLEXÍVEL E TRANSPARENTE, CONECTOR LUER-LOK RÍGIDO, ASSEGURANDO PERFEITA CONEXÃO COM SERINGAS OU EQUIPOS DE BICO E SERINGAS OU DISPOSITIVOS LUER-LOK, ESTERILIZADO A OXIDO DE ETILENO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA,

FABRICAÇÃO, LOTE E ESTERILIZAÇÃO E REGISTRO NO MS.

CATETER PARA INFUSÃO VENOSA – SCALP Nº 27 , COM AGULHA DE BISEL TRIFACETADO, COM ASAS LEVES E FLEXÍVEIS DOTADAS DE UM EXCLUSIVO DISPOSITIVO DE ENCAIXE, GARANTINDO FIRME EMPUNHADURA, PERFEITA CONEXÃO DAS PARTES, TUBO DE VINIL LEVE, FLEXÍVEL E TRANSPARENTE, CONECTOR LUER-LOK RÍGIDO, ASSEGURANDO PERFEITA CONEXÃO COM SERINGAS OU EQUIPOS DE BICO E SERINGAS OU DISPOSITIVOS LUER-LOK, ESTERILIZADO A OXIDO DE ETILENO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO, LOTE E ESTERILIZAÇÃO E REGISTRO NO MS.

CINTO ARANHA ADULTO PARA MACA RÍGIDA.

CINTO ARANHA INFANTIL PARA MACA RÍGIDA.

EQUIPO PARA DIETA ENTERAL - EQUIPO PARA INFUSÃO DE DIETAS ENTERAIS, TUBO EM PVC COR AZUL, ATÓXICO, FLEXÍVEL E TRANSLÚCIDO, COM APROXIMADAMENTE 2,0 M DE COMPRIMENTO, CÂMARA GOTEJADORA FLEXÍVEL, FILTRO DE AR DE 0,2 MICRA COM TAMPA REVERSÍVEL, PINÇA ROLETE, INJETOR LATERAL COM MEMBRANA AUTO CICATRIZANTE, EXTREMIDADES COM CONEXÃO LUER-LOCK COM TAMPA PROTETORA.

ESFIGMOMANÔMETRO ANEROIDE (APARELHO DE PRESSÃO), VERIFICADO E APROVADO PELO INMETRO, COM MANGUITO E PÊRA EM PVC, BRAÇADEIRA EM NYLON OU ALGODÃO E FECHO EM METAL (2 ANOS DE GARANTIA).

ESFIGMOMANOMETRO COM MANOMETRO TIPO RELOGIO COM BRAÇADEIRA EM TECIDO DE LONA DE ALGODÃO, HIPOALERGICO, FECHO EM VELCRO, PERA E MANGUITO EM MATERIAL RESISTENTE E COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, TAMANHO INFANTIL (2 ANOS DE GARANTIA)

ESFIGMOMANOMETRO COM MANOMETRO TIPO RELOGIO COM BRAÇADEIRA EM TECIDO DE LONA DE ALGODÃO, HIPOALERGICO, FECHO EM VELCRO, PERA E MANGUITO EM MATERIAL RESISTENTE E COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, TAMANHO ADULTO (2 ANOS DE GARANTIA)

ESFIGMOMANOMETRO COM MANOMETRO TIPO RELOGIO COM BRAÇADEIRA EM TECIDO DE LONA DE ALGODÃO, HIPOALERGICO, FECHO EM VELCRO, PERA E MANGUITO EM MATERIAL RESISTENTE E COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, TAMANHO OBESO (2 ANOS DE GARANTIA)

ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL ALTA ADERÊNCIA COM LACRE DE PROTEÇÃO QUE IMPEDE A VIOLAÇÃO INDICAÇÃO CURATIVOS QUE EXIGEM ALTA COMPRESSÃO OU MOBILIZAÇÃO, MEDINDO 10CM X 4,5 M, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

ESTETOSCÓPIO COM AUSCULTADOR EM AÇO INOXIDÁVEL, TUBO ACÚSTICO NA CONFIGURAÇÃO Y, OLIVIAS (PROTETOR AURICULAR) DE FORMATO ANATOMICO PARA AJUSTE CONFORTAVEL, HEADSET EM AÇO INOXIDÁVEL, COM 1 MEMBRANA DO DIAFRAGMA SOBRESSALENTE, 02 PARES DE OLIVAS SOBRESSALENTES E CERTIFICAÇÃO DO INMETRO

ESTETOSCÓPIO DUPLO PARA USO PEDIÁTRICO, AUSCULTADOR DE ALTA SENSIBILIDADE NA CAPTAÇÃO PRECISA DOS MÍNIMOS RUÍDOS, OLIVAS DE FORMATO ANATÔMICO EM BORRACHA ANTIALÉRGICA PARA AJUSTE CONFORTÁVEL E PERFEITA VEDAÇÃO CONTRA SONS AMBIENTES, CONJUNTO BIAURRICULAR DE ARMAÇÃO LEVE E RESISTENTE, TUBO EM Y MOLDADO SEM SOLDAS PARA PROPORCIONAR AMPLIFICAÇÃO E NÍTIDA CONDUÇÃO DO SOM CAPTADO.

FITA CIRÚRGICA, HIPOALERGÊNICA, MICROPORE, CONSTITUÍDA DE RAYON VISCOSO NÃO TRANCADO, POROSO, SUPERFÍCIE ADESIVA, MEDINDO 10CM X 10M, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

FITA CIRÚRGICA, HIPOALERGÊNICA, MICROPORE, CONSTITUÍDA DE RAYON VISCOSO NÃO TRANCADO, POROSO, SUPERFÍCIE ADESIVA, MEDINDO 2,5CM X 10M, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

FRALDA DESCARTÁVEL , TAMANHO GG PARA USO ADULTO, FORMATO ANATÔMICO RECOMENDADO PARA OS CASOS DE INCONTINÊNCIA URINÁRIA, COM CAMADA INTERNA DE NÃO TECIDO , FIBRA DE CELULOSE DRY GEL (POLIMERO SUPERABSORVENTE) POSSUIR TECNOLOGIA FEEL DRY PARA MÁXIMA PROTEÇÃO DA URINA FORA DO CONTATO COM A PELE, CAMADA EXTERNA DE POLIETILENO, BARREIRAS DE POLIPROPILENO, FIOS DE ELASTANO, PARA OFERECER A MÁXIMA PROTEÇÃO, FITAS DUPLAS PARA FIXAÇÃO REPOSICIONÁVEIS QUE PERMITEM UM AJUSTE MAIS EFICIENTE . POSSUIR TODOS OS COMPONENTES ATÓXICOS, SER RECOMENDADO PARA USO DIURNO E NOTURNO , PACOTES COM 10 UNIDADES . VALIDADE DE 3 ANOS .

FRALDA DESCARTAVEL ADULTA TAMANHO G, COMPOSTA POR POLPA DE CELULOSE, POLIMERO SUPERABSORVENTE, FILME DE POLIETILENO, NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, ADESIVOS TERMOPLASTICOS, FIOS DE ELASTANO E FITAS ADESIVAS.REGISTRADOS DSEGUNDO PORTARIA 1480/1990. PACOTE COM 08 UNIDADES.

FRALDA DESCARTAVEL ADULTA TAMANHO GG, COMPOSTA POR POLPA DE CELULOSE, POLIMERO SUPERABSORVENTE, FILME DE POLIETILENO, NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, ADESIVOS TERMOPLASTICOS, FIOS DE ELASTANO E FITAS ADESIVAS.REGISTRADOS DSEGUNDO PORTARIA 1480/1990. PACOTE COM 08 UNIDADES.

FRALDA DESCARTÁVEL TAMANHO P ADULTO, COMPOSTA DE FIBRAS DE CELULOSE, PAPEL ABSORVENTE, FIBRAS DE POLIPROPILENO, POLIMEROS TERMOPLASTICOS, POLIMERO SUOERABSORVENTE, FITA REPOSICIONAVEL, FILME DE POLIETILENO E ELASTICOS, PACOTE COM 10 UNIDADES

FRALDA DESCARTÁVEL TAMANHO P PARA USO ADULTO, FORMATO ANATÔMICO RECOMENDADO PARA OS CASOS DE INCONTINÊNCIA URINÁRIA, COM CAMADA INTERNA DE NÃO TECIDO, FIBRA DE CELULOSE DRY GEL (POLIMERO SUPERABSORVENTE) POSSUIR TECNOLOGIA FEEL DRY PARA MÁXIMA PROTEÇÃO DA URINA FORA DO CONTATO COM A PELE ,CAMADA EXTERNA DE POLIETILENO. BARREIRA DE POLIPROPILENO FIOS DE ELASTANO. PARA OFERECER A MÁXIMA PROTEÇÃO, FITAS DUPLAS PARA FIXAÇÃO REPOSICIONÁVEIS QUE PERMITEM UM AJUSTE MAIS EFICIENTE. POSSUIR TODOS OS COMPONENTER ATÓXICOS RECOMENDADO PARA USO DIURNO E NOTURNO . PACOTES COM 10 UNIDADES. VALIDADE DE 3 ANOS .

FRALDA DESCARTÁVEL, TAMANHO G PARA USO ADULTO, FORMATO ANATÔMICO RECOMENDADO PARA OS CASOS DE INCONTINÊNCIA URINÁRIA , COM CAMADA INTERNA DE NÃO TECIDO, FIBRA DE CELULOSE DRY GEL (POLIMERO SUPERABSORVENTE) POSSUIR TECNOLOGIA FEEL DRY PARA MÁXIMA PROTEÇÃO DA URINA FORA DO CONTATO COM A PELE , CAMADA EXTERNA DE POLIETILENO, BARREIRAS DE POLIPROPILENO FIOS DE ELASTANO, PARA OFERECER A MÁXIMA PROTEÇÃO, FITAS DUPLAS PARA FIXAÇÃO E REPOSICIONÁVEIS QUE PERMITEM UM AJUSTE MAIS EFICIENTE , POSSUIR TODOS OS COMPONENTES ATÓXICOS , SER RECOMENDADO PARA USO DIURNO E NOTURNO, PACOTES COM 10 UNIDADES. VALIDADE DE 3 ANOS.

FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL, CAPACIDADE PARA 300ML, GRADUAÇÃO 50 ML, EM PLÁSTICO TRANSPARENTE RESISTENTE.

GAZE ESTÉRIL 100% ALGODÃO, ESTÉRIL POR E.T.O, PRONTO PARA USO, 7,5X7,5CM (FECHADA) E 15CMX30CM (ABERTA), 13 FIOS, 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, PACOTE COM 10 UND EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, INDICADAS PARA CURATIVOS, ASSEPSIAS, ABSORÇÃO DE LIQUIDOS E SECREÇÕES EM GERAL. SÃO ALVEJADAS, PURIFICADAS E ISENTAS DE IMPUREZAS, SUBSTÂNCIAS GORDUROSAS, AMIDO, CORANTES CORRETIVOS, ALVEJANTES ÓPTICOS. SÃO TAMBÉM INODORAS E INSÍPIDAS. SUAS DOBRAS SÃO PARA DENTRO EM TODA A SUA EXTENSÃO PARA EVITAR DESFIAMENTO. SUA ESTERILIZAÇÃO É FEITA POR IRRADIAÇÃO GAMA OU POR ÓXIDO DE ETILENO. PODE OU NÃO CONTER O FILAMENTO RADIOPACO. CONFORME NBR 13843 E PORTARA 106/2003- INMETRO.

GEL PARA ULTRASSOM, GALÃO DE 5 LITROS.

HASTE FLEXÍVEL, CAIXA COM 75 UNIDADES

INDICADOR BIOLOGICO PARA MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR (TESTE ESTERILIZAÇÃO). (GEOBACILLUS STEAROTHERMOPHILUS), RESULTADO EM 24H. CAIXA COM 10 UNIDADES.

ODOPOVIDONA TÓPICO, FRASCO COM 1000ML.

ODOPOVIDONA TÓPICO, FRASCO COM 100ML.

LANCETA PARA COLETA DE SANGUE POR PUNÇÃO DIGITAL, SISTEMA ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, COM INVÓLUCRO PROTETOR DE PLÁSTICO, DIÂMETRO DA AGULHA: 0.36 MM (28G); COM PROTUSÃO: 1,5 MM, PONTA TRIFACETADA E REVESTIMENTO SILICONIZADO DA LÂMINA, COM RETRAÇÃO AUTOMÁTICA DA AGULHA. POSSUI CAPA DE ESTERILIDADE, CORPO DE LANCETADOR E GATILHOS COMPOSTOS POR POLIPROPILENO. ATENDE AS NORMAS REGULADORAS: ISO 13485 E NR32. A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO (CBPF) EMITIDO PELA ANVISA.

LANCETA PARA LANCETADORES FORMATO E ENCAIXE UNIVERSAL PARA A MAIORIA DOS LANCETADORES EXISTENTES. EXPESSURA ULTRA-FINA COM PONTA TRIANGULAR PENETRAÇÃO CONSISTENTE.

LANCETAS PARA COLETA DE SANGUE POR PUNÇÃO DIGITAL , SISTEMA ESTÉRIL E DESCARTÁVEL COM INVÓLUCRO PROTETOR DE PLÁSTICO, DIÂMETRO DA AGULHA DE 0,36 MM (28G0 : PROTUSÃO : 1,5 MM PONTA TRIFACETADA E REVESTIMENTO SILICONIZADO DA LÂMINA, COM RETRAÇÃO AUTOMÁTICA DA AGULHA, POSSUIR CAPA DE ESTERELIDADE, CORPO DE LANCETADOR E GALINHOS COMPOSTOS POR POLIPROPILENO. ATENDER AS NORMAS REGULAMENTADORAS ISO 13485 A NR 32 APRESENTAR CERTIFICADO DE BOAS PRATICAS DE FABRICAÇÃO (CBPF) EMITIDO PELA ANVISA.

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 22/03/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0001-2016.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARAVILHA, por intermédio do órgão **CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS**, e a empresa **ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**, para os seguintes municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0001/2016, para aquisição/contratação dos seguintes produtos ou serviços:

AGUA DESTILADA, COM 10 ML

AGULHA 40X12, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 1,20MM E COMPRIMENTO DE 40MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR ROSA E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.

ALCOOL ETÍLICO GLICERINADO GEL 70% EMBALAGEM DE 500GR

ALGODÃO HIDROFÓLICO, COM FIBRAS 100% ALGODÃO, EM BOLAS, HOMOGÊNEO E MACIO, COR BRANCA(80 % BRANCO) BOA ABSORÇÃO INODORO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. PACOTE COM 100 GRAMAS.

ALICATE CIRÚRGICA ORTOPÉDICA, 17CM

ALMOTOLIA 300 ML BICO RETO TRANSPARENTE

ALMOTOLIA PLÁSTICA ESCURA, FRASCO 250ML.

ALMOTOLIA PLÁSTICA TRANSPARENTE, FRASCO 125ML.

ALMOTOLIA PLÁSTICA TRANSPARENTE, FRASCO 250ML.

AMBÚ REANIMADOR, INFANTIL, EM SILICONE TRANSPARENTE, COM RESERVATÓRIO DE O²

AMBÚ REANIMADOR, ADULTO, EM SILICONE TRANSPARENTE, COM RESERVATÓRIO DE

AMBÚ REANIMADOR, NEONATAL, EM SILICONE TRANSPARENTE, COM RESERVATÓRIO DE O²

APARELHO PARA TESTE DE GLICEMIA, COMPATÍVEL PARA FITA G - TECH (SOMENTE APARELHO).

ATADURA DE RYON, NÃO ESTÉRIL, TAMANHO 7,5CM X 5M, CONFECCIONADA EM FIBRAS SINTÉTICAS 100% RAYON, LIVRE DE IMPUREZAS, RASGOS, FIOS SOLTAS E MANCHAS, ATÓXICA E APIROGÊNICO. INDICADO PARA CURATIVOS OU ONDE NECESSITE DE ALTA ABSORÇÃO E BAIXA ADERÊNCIA TECIDUAL COMO NO CASO DE CURATIVOS PARA QUEIMADURAS.

ATADURA DE CREPOM COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: CONFECCIONADAS EM TECIDO 100% ALGODÃO CRU, FIOS DE ALTA TORÇÃO, ALTA RESISTÊNCIA, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM². DE 25 CM POR 3 METROS. REGISTROS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

ATADURA DE CREPOM CONFECCIONADAS EM TECIDO 100% ALGODÃO CRU, FIOS DE ALTA TORÇÃO, ALTA RESISTÊNCIA, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM². DE 12 CM POR 3 METROS. REGISTROS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

AVENTAIS DESCARTÁVEIS, SEM MANGA, TNT GRAMATURA 20, COR BRANCA, TAMANHO ÚNICO, PACOTE COM 10 UNIDADES.

BALANÇA DIGITAL PEDIÁTRICA, CAPACIDADE DE PESO 25KG, ALIMENTAÇÃO À PILHA, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO, INDICADOR DE BATERIA FRACA. DISPLAY OPERADORA RDC. COM CONCHA ANATÔMICA.

BATERIA PARA DETECTOR FETAL, 9V, 26X18X49MM.

BOLSA PARA APH IMPERMEÁVEL, CONFECCIONADA EM MATERIAL DE ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE, COM DUAS ALÇAS LATERAIS, COM BOLSOS EXTERNOS E INTERNOS, COR VERMELHA. TAMANHO APROXIMADO: MÍNIMO COM C 65CMXL 40CMXA 30CM.

BOLSA NURSE KIT (SEM MATERIAIS), CONFECCIONADA EM MATERIAL SINTÉTICO, COR VERMELHA, BRANCA OU AZUL MARINHO COM FORRAÇÃO EM NYLON NA COR CINZA; FECHAMENTO DA BOLSA ATRAVÉS DE ZÍPER Nº 8 COM DOIS CURSORES COMALTADO; ALÇA DE MÃO CONFECCIONADA EM PVC NA COR PRETA; ALÇA A TIRACOLO CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO NA COR PRETA CM 30MM DE LARGURA, DESTACÁVEL, COM PRESENÇA DE DOIS MOSQUETÕES NIQUELADOS, COM REGULAGEM DO COMPRIMENTO E PRESENÇA DE UMA OMBREIRA; NA PARTE INFERIOR DA BOLSA

PRESENÇA DE 4 CRAVOS PARA DAR MAIOR ESTABILIDADE E PROTEÇÃO À BOLSA; NO INTERIOR DA BOLSA PRESENÇA DE 3 BOLSAS INTERNAS DESTACÁVEIS PARA ACONDICIONAMENTO DE DIVERSOS MATERIAIS E UM BOLSO FIXO COM DOIS COMPARTIMENTOS CONFECCIONADO EM MATERIAL TRANSPARENTE; DIMENSÕES MÍNIMAS: 28CMX21CMX11CM.

BOLSA TÉRMICA PARA ÁGUA QUENTE EM BORRACHA CAPACIDADE 1,5L

BOMBA TIRA LEITE MANUAL (EXTRATOR DE LEITE MATERNO)

CABO DE BISTURI EM AÇO INOX Nº 03.

CADARÇO PARA TUBO ENDOTRAQUEAL (TOT), EMBALAGEM INDIVIDUAL INFANTIL

CADEIRA DE RODAS, CONSTRUÍDA EM AÇO CARBONO DE ALTA DURABILIDADE, DEVE POSSUIR ASSENTO E ENCOSTO FORRADO E REVESTIDO EM NYLON QUE PROPORCIONA CONFORTO AO USUÁRIO; DEVE SER DOBRÁVEL, DE FORMA QUE FACILITA O ARMAZENAMENTO E O TRANSPORTE; DEVE CONTER FREIOS BILATERAIS E ARO IMPULSOR BILATERAL QUE GARANTEM SEGURANÇA E AGILIDADE AO USUÁRIO; DEVE TER APOIO PARA BRAÇOS FORRADOS E REVESTIDOS; SUPORTE PARA OS PÉS FIXO, DE FORMA QUE PROPORCIONE CONFORTO; OS PNEUS DEVEM SER MACIÇOS NAS DUAS RODAS DIANTEIRAS, ARO 06 E NAS DUAS RODAS TRASEIRAS O ARO DEVE SER 24 NYLON, DE FORMA QUE CONFEREM SEGURANÇA AO USUÁRIO; CAPACIDADE DE CARGA ATÉ 120 KG.

CAIXA TÉRMICA COM TERMÔMETRO DIGITAL, CAPACIDADE DE 10 LITROS. CAIXA TÉRMICA: COM TERMÔMETRO EXTERNO QUE MEDE A TEMPERATURA ATUAL; MÁXIMA E MÍNIMA DO CONTEÚDO INTERNO; TERMÔMETRO MÁXIMA E MÍNIMA; PRODUZIDA EM MATERIAL DE ALTA RESISTÊNCIA; REVESTIMENTO INTERNO EM POLIURETANO (PU) QUE AUXILIA NO ISOLAMENTO TÉRMICO; ALÇA EM PP (POLIPROPILENO); PAREDE INTERNA EM PS (POLIESTIRENO); PAREDE EXTERNA EM PAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE); ENTRE PAREDES DE PU (POLIURETANO); ACABAMENTO DOBRADIÇAS NA TAMPA. TERMÔMETRO: TEMPERATURA EXTERNA ATRAVÉS DE CABO E SENSOR, MÁXIMA E MÍNIMA, FUNÇÃO °C/°F, RESISTENTE A ÁGUA, FAIXA DE UTILIZAÇÃO - 50°C+70°C/°F, PRECISÃO ±1°C/°F, PILHA 1X1,5, RESOLUÇÃO 0,1°C ESCALA DE - 20°C+50°C E ±2 PARA CIMA DE 50°C.

CAIXA TÉRMICA COM TERMÔMETRO DIGITAL, CAPACIDADE DE 15 LITROS. CAIXA TÉRMICA: COM TERMÔMETRO EXTERNO QUE MEDE A TEMPERATURA ATUAL; MÁXIMA E MÍNIMA DO CONTEÚDO INTERNO; TERMÔMETRO MÁXIMA E MÍNIMA; PRODUZIDA EM MATERIAL DE ALTA RESISTÊNCIA; REVESTIMENTO INTERNO EM POLIURETANO (PU) QUE AUXILIA NO ISOLAMENTO TÉRMICO; ALÇA EM PP (POLIPROPILENO); PAREDE INTERNA EM PS (POLIESTIRENO); PAREDE EXTERNA EM PAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE); ENTRE PAREDES DE PU (POLIURETANO); ACABAMENTO DOBRADIÇAS NA TAMPA. TERMÔMETRO: TEMPERATURA EXTERNA ATRAVÉS DE CABO E SENSOR, MÁXIMA E MÍNIMA, FUNÇÃO °C/°F, RESISTENTE A ÁGUA, FAIXA DE UTILIZAÇÃO - 50°C+70°C/°F, PRECISÃO ±1°C/°F, PILHA 1X1,5, RESOLUÇÃO 0,1°C ESCALA DE - 20°C+50°C E ±2 PARA CIMA DE 50°C.

CAMPO FENESTRADO, EM TECIDO 100% ALGODÃO, MEDIDA MÍNIMA DE 45CMX50CM.

CAMPO FENESTRADO, EM TECIDO 100% ALGODÃO, MEDIDA MÍNIMA DE 50CMX45CM.

CAMPO OPERATÓRIO SEM FENESTRA, EM TECIDO 100% ALGODÃO, MEDIDA MÍNIMA DE 50CMX50CM.

CAMPO OPERATÓRIO, TAMANHO 23X25, SEM FENESTRA, PACOTE COM 25 UNIDADES.

CATETER INTRAVENOSO (CANO CURTO) Nº 16, EM BIOMATERIAL POLIURETANO, FLEXÍVEL TRANSPARENTE (RADIOPACO), COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

CATETER INTRAVENOSO (CANO CURTO) Nº 18, EM BIOMATERIAL POLIURETANO, FLEXÍVEL TRANSPARENTE (RADIOPACO), COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

CATETER INTRAVENOSO (CANO CURTO) Nº 20, EM BIOMATERIAL POLIURETANO, FLEXÍVEL TRANSPARENTE (RADIOPACO), COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

CATETER INTRAVENOSO (CANO CURTO) Nº 22, EM BIOMATERIAL POLIURETANO, FLEXÍVEL TRANSPARENTE (RADIOPACO), COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

CINTO ARANHA ADULTO PARA MACA RÍGIDA.

CINTO ARANHA INFANTIL PARA MACA RÍGIDA.

COLCHÃO PIRAMIDAL - IDEAL PARA PESSOAS QUE PRECISAM DE REPOUSO PROLONGADO, PODE SER ACOPLADO A QUALQUER TIPO DE COLCHÃO COMUM. ESPUMA ESPECIAL EM POLIURETANO WS COM SISTEMA DE AREJAMENTO. FACE ÚNICA MASSAGEADORA. LEVE E CONFORTÁVEL. HIGIÊNICO, MEDIDA 1,90 X 0,80 X 4CM. COR DA ESPUMA: CINZA. DENSIDADE D28.

COLETOR (PLÁSTICO, TIPO BALDE) PARA RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE PERFUROCORANTES E/OU CORANTES COM CAPACIDADE NOMINAL 13 LITROS E CAPACIDADE ÚTIL 11 LITROS, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

COMPRESSA CAMPO ALVA, 04 CAMADAS, COM CADARÇO, 45CMX50CM, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT, PACOTE COM 50 UNIDADES.

CUBA REDONDA EM AÇO INOX, CAPACIDADE DE 1,2 LITROS, 10,5CMX5CM.

CUBA REDONDA EM AÇO INOX, PARA ASSEPSSIA, TAMANHO 08CMX04CM.

CUBA RIM EM AÇO INOX.

CURATIVO CIRÚRGICO ESTÉRIL (CHUMAÇO), 10X15CM, 100% ALGODÃO, ESTRILIZADO POR E.T.O, PRONTO USO, SUPER ABSORVENTE.

DISPOSITIVO PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA – URIPEN, CONFECCIONADO EM LÁTEX NATURAL E P.V.C ATÓXICO, TAMANHO Nº 4, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. CAIXA COM 100 UNIDADES.

DISPOSITIVO PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA – URIPEN, CONFECCIONADO EM LÁTEX NATURAL E P.V.C ATÓXICO, TAMANHO Nº 5, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. CAIXA COM 100 UNIDADES.

DISPOSITIVO PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA – URIPEN, CONFECCIONADO EM LÁTEX NATURAL E P.V.C ATÓXICO, TAMANHO Nº 6, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. CAIXA COM 100 UNIDADES.

DRENO DE PENROSE PURO LÁTEX, TAMANHO 03 ESTERELIZADO. REGISTROS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

DRENO DE TÓRAX RADIOPACO, MEDINDO 45 CM, NOS TAMANHOS DE 10 A 40 MM DE DIÂMETRO. INDICAÇÕES: DRENAGEM DE TÓRAX, PLEURAL E MEDIASTINAL.FÁCIL POSICIONAMENTO E VISUALIZAÇÃO POR RADIOSCOPIA;MENOR REFERÊNCIA DE DOR POR PARTE DO PACIENTE;FLEXIBILIDADE CONTROLADA PARA INTERRUPTÃO DO FLUXO;DESCARTÁVEL E ATÓXICO; Nº 14.

ELETRODO DESCARTÁVEL ADULTO COMPOSTO DE DORSO DE ESPUMA, COM ADESIVO ACRÍLICO HIPOALERGÊNICO, GEL SÓLIDO, PINO DE AÇO INOXIDÁVEL, CONTRA- PINO DE PRATA/CLORETO DE PRATA (AG/AGCL), CAPA-CÁPSULA TRANSPARENTE SELANTE.

ELETRODO CARDIOLOGICO PRÉ CORDIAL ADULTO DE SUCÇÃO + PERA

EMBALAGEM DE GRAU CIRÚRGICO COMBINADO COM FILME TERMOSELÁVEL, COM INDICATIVO PARA PROCESSOS DE AUTOCLAVES EM ROLOS DE 100 M DE COMPRIMENTO E 7,5 CM DE LARGURA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

EMBALAGEM TUBULAR 170MM X 100MM PARA ESTERELIZAÇÃO

EMBALAGEM TUBULAR 70MM X 100MM PARA ESTERELIZAÇÃO

ENVELOPE GRAU CIRÚRGICO AUTO SELANTE 150 X 250, CAIXA COM 100 UNIDADES.

ENVELOPE GRAU CIRÚRGICO AUTO SELANTE 09X16, CAIXA COM 100 UNIDADES.

ENVELOPE GRAU CIRÚRGICO AUTO SELANTE 13X7, CAIXA COM 100 UNIDADES.

ENVELOPE GRAU CIRÚRGICO AUTO SELANTE 24X38, CAIXA COM 100 UNIDADES.

ENVELOPE GRAU CIRÚRGICO AUTO SELANTE 90X26, CAIXA COM 100 UNIDADES.

EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL, TUBO EM PVC COM 1,50CM, CONTROLADOR TIPO PINÇA ROLANTE, CONEXÃO TIPO LUER, EMBALADO INDIVIDUALMENTE.

ESCADA DOIS DEGRAUS, PADRÃO HOSPITALAR COM PISO ANTIDERRAPANTE, EM METAL ESMALTADO NA COR BRANCA.

ESCOVA CERVICAL DESCARTÁVEL ESTERILIZADA INDIVIDUAL, CERDAS EM NYLON ADEQUADAMENTE MACIAS DE FORMATO LEVEMENTE CÔNICO, EIXO DE SUSTENTAÇÃO EM AÇO INOXIDÁVEL, CABO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO, ATÓXICO E RESISTENTE, PACOTE COM 100 UNIDADES.

ESFIGMOMANÔMETRO ANEROIDE (APARELHO DE PRESSÃO), VERIFICADO E APROVADO PELO INMETRO, COM MANGUITO E PÊRA EM PVC, BRAÇADEIRA EM NYLON OU ALGODÃO E FECHO EM METAL (2 ANOS DE GARANTIA).

ESFIGMOMANOMETRO COM MANOMETRO TIPO RELOGIO COM BRAÇADEIRA EM TECIDO DE LONA DE ALGODÃO, HIPOALERGICO, FECHO EM VELCRO, PERA E MANGUITO EM MATERIAL RESISTENTE E COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, TAMANHO ADULTO (2 ANOS DE GARANTIA)

ESPÉCULO LUBRIFICADO ESTERILIZADO GRANDE, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.

ESPÉCULO LUBRIFICADO ESTERILIZADO MÉDIO, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.

ESPÉCULO SEM LUBRIFICAÇÃO, ESTERILIZADO MÉDIO, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.

ESPÉCULO SEM LUBRIFICAÇÃO, ESTERILIZADO PEQUENO, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.

ESPÉCULO LUBRIFICADO ESTERILIZADO PEQUENO, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.

ESTETOSCÓPIO ADULTO DUPLO, AUSCULTADOR DE ALTA SENSIBILIDADE NA CAPTAÇÃO PRECISA DOS MÍNIMOS RUÍDOS, OLIVAS DE FORMATO ANATÔMICO EM BORRACHA ANTIALÉRGICA PARA AJUSTE CONFORTÁVEL E PERFEITA VEDAÇÃO CONTRA SONS AMBIENTES, CONJUNTO BIAURRICULAR DE ARMAÇÃO LEVE E RESISTENTE, TUBO EM Y MOLDADO SEM SOLDAS PARA PROPORCIONAR AMPLIFICAÇÃO E NÍTIDA CONDUÇÃO DO SOM CAPTADO.

ESTETOSCÓPIO DUPLO PARA USO PEDIÁTRICO, AUSCULTADOR DE ALTA SENSIBILIDADE NA CAPTAÇÃO PRECISA DOS MÍNIMOS RUÍDOS, OLIVAS DE FORMATO ANATÔMICO EM BORRACHA ANTIALÉRGICA PARA AJUSTE CONFORTÁVEL E PERFEITA VEDAÇÃO CONTRA SONS AMBIENTES, CONJUNTO BIAURRICULAR DE ARMAÇÃO LEVE E RESISTENTE, TUBO EM Y MOLDADO SEM SOLDAS PARA PROPORCIONAR AMPLIFICAÇÃO E NÍTIDA CONDUÇÃO DO SOM CAPTADO.

FAIXA ELASTICA FIXADA COM VELCRO PARA PUNÇÃO DE VEIAS (GARROTE) ADULTO

FIO SEDA TRANÇADO PRETO 4-0 AGULHA 17MM COM 45CM

FITA ADESIVA DE AUTOCLAVE 19MMX30M, DORSO DE PAPEL CREPADO Á BASE DE BORRACHA NATURAL, NA OUTRA FACE, FINA CAMADA IMPERMEABILIZADA DE RESINA ACRÍLICA, COM INDICADOR DE ESTERILIZAÇÃO (LISTAS DIAGONAIS DE TINTA TERMOREATIVA QUE QUANDO ESTERILIZADAS MUDAM A COLORAÇÃO DE BRANCO PARA PRETO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

FITA PARA TESTE DE GLICOSE, COMPATÍVEL COM APARELHO FACIL, CAIXA COM 50 UNIDADES (PARA CADA CAIXA 5 APARELHOS EM CONSIGNAÇÃO).

FITA PARA TESTE DE GLICOSE, COMPATÍVEL COM APARELHO G. TECH FREE, CAIXA COM 50 UNIDADES (PARA CADA CAIXA 5 APARELHOS EM CONSIGNAÇÃO).

FRASCO PARA ASPIRADOR VIDRO 500ML.

GEL À BASE DE ÁLCOOL A 70%, COM AÇÃO ANTI-SÉPTICA, UTILIZADO COMO COMPLEMENTO NA HIGIENIZAÇÃO DE MÃOS COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: ÁLCOOL ETÍLICO, POLÍMERO CARBOXÍLICO, NEUTRALIZANTE, UMECTANTE, CONSERVANTE, QUELANTE E ÁGUA DEIONIZADA. FRASCO COM 500ML E VÁLVULA DISPENSADORA.

GEL À BASE DE ÁLCOOL A 70%, COM AÇÃO ANTI-SÉPTICA, UTILIZADO COMO COMPLEMENTO NA HIGIENIZAÇÃO DE MÃOS COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: ÁLCOOL ETÍLICO, POLÍMERO CARBOXÍLICO, NEUTRALIZANTE, UMECTANTE, CONSERVANTE, QUELANTE E ÁGUA DEIONIZADA. FRASCO COM 1000ML.

GEL CONDUTOR PARA ELETROCARDIOGRAMA ISENTOS DE SAL, PH NEUTRO, RESISTENTE A CORROSÃO E BICO DOSADOR DE APLICAÇÃO. FRASCO DE 250ML À 300ML.

GEL CONDUTOR PARA ELETROCARDIOGRAMA ISENTOS DE SAL, PH NEUTRO, RESISTENTE A CORROSÃO, FRASCO COM 1000GR E BICO DOSADOR DE APLICAÇÃO

GELO RECICLÁVEL 250ML

GELO RECICLÁVEL, EMBALAGEM RÍGIDA COM 400ML.

GELO RECICLÁVEL, EMBALAGEM RÍGIDA COM 550ML.

GELO REUTILIZÁVEL COM O INTERIOR EM GEL (GEL ATÓXICO E ACRÍLICO ESPESSANTE, EMBALAGEM EM POLIETILENO RÍGIDO COM 1000 ML.

GRADE DE PROLIPROPILENO PARA TUBOS DE ENSAIO DE 10ML PARA 24 TUBOS

HASTE FLEXÍVEL, CAIXA COM 75 UNIDADES

HASTES FLEXÍVEIS DE POLIPROPILENO + ALGODÃO HIDROFILIZADO E BACTERICIDA. CAIXA COM 150 UNIDADES.

HASTES FLEXÍVEIS DE POLIPROPILENO + ALGODÃO HIDROFILIZADO E BACTERICIDA. CAIXA COM 75 UNIDADES.

HIPOCLORITO DE SÓDIO 1%, FRASCO DE 5 LITRO. DATA DE VALIDADE ESTENDIDA E REGISTRO NA ANVISA.

HISTEROMETRO PRODUTO CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI-420. TAMANHO: 28CM.

INDICADOR QUÍMICO DO TIPO INTEGRADOR, CLASSE 5, QUE PERMITE EFETUAR O MONITORAMENTO DE TODOS OS PARÂMETROS CRÍTICOS DO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, COM PERFORMANCE EQUIVALENTE OU SUPERIOR À CURVA DE MORTE MICROBIANA DO *GEOBACILLUS STEAROTHERMOPHILLUS*. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTEMPLAR 3 VALORES DECLARADOS: 121°C, 135°C E UMA TEMPERATURA INTERMEDIÁRIA, CORRELACIONADAS COM O TEMPO DE MORTE MICROBIANA, E NA TEMPERATURA DE 121°C DEVERÁ REAGIR A PARTIR DE 16,5 MINUTOS. COMPOSTO DE UMA MECHA DE PAPEL E DE UMA PÍLULA QUÍMICA SENSÍVEL À TEMPERATURA, TEMPO E VAPOR, ACONDICIONADAS EM UMA EMBALAGEM COMPOSTA POR PAPEL/FILME E ALUMÍNIO LAMINADO. INTEGRADOR DE MUDANÇA DE LIMITE/MOVIMENTO FRONTAL, ONDE DURANTE A ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, A SUBSTÂNCIA QUÍMICA FUNDE E MIGRA COMO UM LÍQUIDO DE COLORAÇÃO ESCURA ATRAVÉS DA MECHA DE PAPEL. A MIGRAÇÃO É VISÍVEL ATRAVÉS DA JANELA IDENTIFICADA POR "REJECT" (REJEITADO), E DEVERÁ ATINGIR A ÁREA DENOMINADA "ACCEPT" (ACEITO) SE TODAS AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A ELIMINAÇÃO DE MICROORGANISMOS NO INTERIOR DA EMBALAGEM FOREM ALCANÇADAS. A EXTENSÃO DA MIGRAÇÃO É PROPORCIONAL AO TEMPO DE EXPOSIÇÃO AO VAPOR E A TEMPERATURA. CAIXA COM 100 UNIDADES.

IODOPOVIDONA DEGERMANTE, FRASCO COM 1000ML.

KIT PAPANICOLAU DEVE CONTER: 1 ESPÉCULO DESCARTÁVEL MODELO COLLIN, TAMANHO M, 1 ESCOVA CERVICAL, COM AS CERDAS NUM FORMATO LEVEMENTE CÔNICO, FABRICADA EM FIOS DE NYLON COM PONTA PROTEGIDA E HASTE PLÁSTICA, COM 18CM DE COMPRIMENTO; 1 ESPÁTULA DE AYRES, FABRICADA EM MADEIRA DE 19CM DE COMPRIMENTO; 1 CAIXA PORTA-LÂMINAS DE 2,8CM X 8,4CM, COM 1 LÂMINA DE VIDRO DE 2,5CMX7,5CM E 1MM DE ESPESSURA, SENDO QUE APRESENTA UMA PEQUENA PARTE FOSCA PARA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE.

KIT PARTO (EMBALAGEM LACRADA MONTADA) CONTENDO: 01 - ABSORVENTE HOSPITALAR; 01 - AVENTAL FALSO TECIDO; 01 - LENÇOL DESCARTÁVEL; 01 - BISTURI DESCARTÁVEL; 02 - BRACELETE DE IDENTIFICAÇÃO; 02 - CORTE CLAMPS UMBILICAIS EM PLÁSTICO; 01 - SACO PLÁSTICO; 02 - COBERTOR TÉRMICO ALUMINIZADO; 02 - ENVELOPE DE GAZES ESTERELIZADA COM 5; 01- COMPRESSA ZOBEC 10X15; 01 - COMPRESSA ZOBEC 10X30; 02 - PARES DE LUVAS ESTERELIZADAS.

KIT CÂNULAS DE GUEDEL KIT COM 6 UNIDADES, COM DIFERENTES TAMANHOS (0,1,2,3,4,5).

KIT PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DE HCG PARA DIAGNÓSTICO DE GRAVIDEZ, POR MÉTODO IMUNOCROMATOGRÁFICO USANDO COMBINAÇÃO DE ANTICORPO MONOCLONAL MARCADO E ANTICORPOS POLICLONAIS ANTI-HCG PARA IDENTIFICAÇÃO SELETIVA DE HCG EM AMOSTRAS DE SORO E URINA. KIT C/ 100 UNIDADES.

LÂMINA BISTURI Nº20, EM AÇO CARBONO CAIXA COM 100 UNIDADES.

LÂMINA BISTURI Nº21, EM AÇO CARBONO CAIXA COM 100 UNIDADES.

LÂMINA BISTURI Nº23, EM AÇO CARBONO CAIXA COM 100 UNIDADES.

LÂMPADA FLUORESCENTE PARA NEGATOSCÓPIO.

LÂMPADA PARA LARINGOSCÓPIO (UNIVERSAL).

LÂMPADA PARA OTOSCÓPIO COMPATÍVEL COM TK MIKATOS.

LANCETA ESTERIL, PARA TESTE DE GLICEMIA, COM AGULHA DE EXPESSURA ULTRA E PONTA TRIANGULAR, PACOTES COM 50 UNIDADES

LANCETA PARA COLETA DE SANGUE POR PUNÇÃO DIGITAL, SISTEMA ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, COM INVÓLUCRO PROTETOR DE PLÁSTICO, DIÂMETRO DA AGULHA: 0.36 MM (28G); COM PROTUSÃO: 1,5 MM, PONTA TRIFACETADA E REVESTIMENTO SILICONIZADO DA LÂMINA, COM RETRAÇÃO AUTOMÁTICA DA AGULHA. POSSUI CAPA DE ESTERILIDADE, CORPO DE LANCETADOR E GATILHOS COMPOSTOS POR POLIPROPILENO. ATENDE AS NORMAS REGULADORAS: ISO 13485 E NR32. A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO (CBPF) EMITIDO PELA ANVISA.

LANCETAS PARA COLETA DE SANGUE POR PUNÇÃO DIGITAL , SISTEMA ESTÉRIL E DESCARTÁVEL COM INVÓLUCRO PROTETOR DE PLÁSTICO, DIÂMETRO DA AGULHA DE 0,36 MM (28G0 : PROTUSÃO : 1,5 MM PONTA TRIFACETADA E REVESTIMENTO SILICONIZADO DA LÂMINA, COM RETRAÇÃO AUTOMÁTICA DA AGULHA, POSSUIR CAPA DE ESTERILIDADE, CORPO DE LANCETADOR E GALINHOS COMPOSTOS POR POLIPROPILENO. ATENDER AS NORMAS REGULAMENTADORAS ISO 13485 A NR 32 APRESENTAR CERTIFICADO DE BOAS PRATICAS DE FABRICAÇÃO (CBPF) EMITIDO PELA ANVISA.

LANTERNA DE LED PEQUENA

LANTERNA PUPILAR CLÍNICA DE BOLSO, CONFECCIONADA EM DURO ALUMÍNIO, COM LÂMPADA DE 2,2 VOLTS DE ALTA LUMINOSIDADE. ACIONAMENTO ATRAVÉS DO CONTATO DO CLIP NO CORPO DA CANETA. FUNCIONAMENTO COM DUAS PILHAS TIPO PALITO, VERIFICADO E APROVADO PELO INMETRO.

LENÇOL DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO, EM TNT GRAMATURA DE 30, 2,20X0,90, COR BRANCA.

LIXEIRA/BALDE EM AÇO INÓX COM TAMPA E PEDAL, CAPACIDADE PARA 50 LITROS.

LUVA PLÁSTICA DESCARTÁVEL 5 DEDOS EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRIL TAMANHO G, PACOTE COM 100 UNIDADES.

LUVA PLÁSTICA DESCARTÁVEL 5 DEDOS EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRIL TAMANHO M, PACOTE COM 100 UNIDADES.

MALHA TUBULAR DESCARTÁVEL DE 10CM X 25M, EM TECIDO CRU, ELÁSTICO, NÃO DEFORMÁVEL, NÃO ESTÉRIL, EM ROLO SIMÉTRICO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

MANDRIL PARA INTUBAÇÃO ADULTO, MATERIAL FLEXÍVEL CROMADO, UTILIZADO PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL;DESCARTÁVEL, PARA USO ÚNICO; TUBOS COM PAREDES FINAS E DELGADAS, POSSIBILITANDO A PASSAGEM DE SONDAS ASPIRATIVAS; BALÃO PILOTO (CUFF) DE COR AZUL CLARO, TRANSPARENTE, COM CONECTOR UNIVERSAL PARA O ENCAIXE DA SERINGA;TUBO COM IDENTIFICAÇÃO DO TAMANHO E GRADUAÇÃO DE 2 EM 2 CM IMPRESSOS EM SUA EXTENSÃO;VÁLVULA DE SEGURANÇA EM PVC ATÓXICO, COM CONEXÃO UNIVERSAL LUER EM SUA EXTREMIDADE DISTAL, DE FÁCIL ADAPTAÇÃO.

MANDRIL PARA INTUBAÇÃO INFANTIL, MATERIAL FLEXÍVEL CROMADO, UTILIZADO PARA INTUBAÇÃO ORAL E NASAL;DESCARTÁVEL, PARA USO ÚNICO; TUBOS COM PAREDES FINAS E DELGADAS, POSSIBILITANDO A PASSAGEM DE SONDAS ASPIRATIVAS; BALÃO PILOTO (CUFF) DE COR AZUL CLARO, TRANSPARENTE, COM CONECTOR UNIVERSAL PARA O ENCAIXE DA SERINGA;TUBO COM IDENTIFICAÇÃO DO TAMANHO E GRADUAÇÃO DE 2 EM 2 CM IMPRESSOS EM SUA EXTENSÃO;VÁLVULA DE SEGURANÇA EM PVC ATÓXICO, COM CONEXÃO UNIVERSAL LUER EM SUA EXTREMIDADE DISTAL, DE FÁCIL ADAPTAÇÃO.

MANTA SMS, 60X60CM, 45G, PACOTE COM 100 UNIDADES.

MÁSCARA, COM CONECTOR PARA OXIGENIOTERAPIA ADULTO.

MÁSCARA, COM CONECTOR PARA OXIGENIOTERAPIA INFANTIL.

MULETA AXILAR FABRICADO COM ALUMÍNIO MERCUR, TAMANHO G, PARA USUÁRIOS COM ALTURA ENTRE 1,78M A 1,98M; PESO MÁXIMO SUPORTADO 130KG; O PAR DEVE COM A MESMA COMPOSIÇÃO DEVE CONTER AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: PARTE METÁLICA: ALUMÍNIO REVESTIMENTO DO APOIO DE MÃO E AXILAR: BORRACHA PONTEIRA: BORRACHA COM PEÇA METÁLICA INTERNA, COM DEZ NÍVEIS DE REGULAGEM INFERIOR, ATRAVÉS DE PINO DUPLO, COM MOLA E CINCO NÍVEIS DE REGULAGEM SUPERIOR.

ÓCULOS DE PROTEÇÃO, USO HOSPITALAR, LENTE EM ACRÍLICO TRANSPARENTE, ARMAÇÃO EM NYLON REGULÁVEL.

OLIVA ANATÔMICA DE SILICONE ENCAIXE UNIVERSAL, PARA QUALQUER MARCA OU MODELO DE ESTETOSCÓPIO, COR CINZA.

PAPEL KRAFT, ACETINADO PARA ESTERILIZAÇÃO 80X40CM FINO.

PAPEL TOALHA INTERFOLHAS 2 DOBRAS BRANCO 21,5X2, FARDOS COM 1000 FOLHAS FOLHAS PRÁTICAS E MODERNAS APENAS UMA FOLHA É NECESSÁRIO PARA SECAR AS MÃOS, REDUZINDO ASSIM O CONSUMO DESNECESSÁRIO POSSUI ALTO PODER DE ABSORÇÃO E RESISTÊNCIA, NÃO DESMANCHA NA MÃO 2 DOBRAS. GRAMATURA: 26 A 28G/M2 . FOLHA DUPLA. DIMENSÃO: 21,5 X 22,5 CM

PÊRA EM SILICONE COM BASE METÁLICA PARA ELETROCARDIOGRAMA.

PÊRA EM SILICONE COM BASE METÁLICA PARA ELETROCARDIOGRAMA.(PEQUENA)

PINÇA JACARÉ RETA, EM AÇO INOX DE 1º QUALIDADE, COM 20CM DE COMPRIMENTO E 4MM DE ESPESSURA, COM BOCA DENTADA.

PINÇA HARTMANN SERRILHA PARA CORPO ESTRANHO PARA OTORRINO, TAMANHO 15CM

PINÇA JACARÉ, EM AÇO INOX DE 1º QUALIDADE, PARA RETIRADA E COLOCAÇÃO DE DIU.

PORTA AGULHA, 14CM.

PROTETOR OCULAR ADULTO, ALMOFADA MACIA E ABSORVENTE, FÁCIL DE APLICAR E CONFORTÁVEL, AJUSTA-SE PERFEITAMENTE POR TRÁS DOS ÓCULOS, CAIXA COM 12 UNIDADES.

PUNCH DERMATOLOGICO ESTÉRIL DESCARTÁVEL NUMERO 3

PUNCH DERMATOLOGICO ESTÉRIL DESCARTÁVEL NUMERO 4

PUNCH DERMATOLOGICO ESTÉRIL DESCARTÁVEL NUMERO 5

RINGER LACTATO COM SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 500ML SISTEMA FECHADO DE ACORDO COM A RDC Nº 29 DE 17/04/2007.

RINGER COM SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 500ML SISTEMA FECHADO DE ACORDO COM A RDC Nº 29 DE 17/04/2007

SABONETE LÍQUIDO, NOS AROMAS DE ERVA DOCE, FLORAL, CLASSIC, NEUTRO E MICROESFERA, DE ALTA QUALIDADE E EXCELENTE TEXTURA, PROPORCIONANDO MAIOR MACIEZ E CONFORTO AS MÃOS, UNIDADES DE 5000 ML.

SACO LEITOSO PARA DESCARTE DE LIXO CONTAMINADO 15L, 39X58CM, NÃO PERFURANTE, PACOTE COM 100 UNIDADES.

SACO PARA LIXO HOSPITALAR 100 LITROS CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, COR BRANCO LEITOSO, ESPESSURA DE 7MICRAS.

SACO PARA LIXO HOSPITALAR 30 LITROS CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, COR BRANCO LEITOSO, ESPESSURA DE 7MICRAS.

SACO PARA LIXO HOSPITALAR 50 LITROS CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, COR BRANCO LEITOSO, ESPESSURA DE 7MICRAS.

SERINGA 1ML (INSULINA), STOPPER FINO, ÊMBOLO COM ANEL DE RETENÇÃO, SEM ESPAÇO MORTO, CAPACIDADE PARA 100 UNIDADES DE INSULINA COM GRADUAÇÃO DE 1 EM 1 UNIDADE, COM AGULHA DE 8MM X 0,3MM DE CALIBRE.

SERINGA DESCARTÁVEL 1 ML COM AGULHA HIPODÉRMICA Nº 13X4,5 DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO PRIMÁRIO, CILINDRO SECUNDÁRIO, ÊMBOLO E GRADUAÇÃO ATÉ 1ML, CILINDRO PRIMÁRIO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, FLANGE, CILINDRO SECUNDÁRIO O DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE POSSIBILITA A RETRAÇÃO DA AGULHA, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA, ESCALA DA GRADUAÇÃO DE 0,5ML NOS TRAÇOS LONGOS E DE 0,1ML NOS TRAÇOS CURTOS. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE COM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, DE ACORDO COM A NR 32, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA.

SOLUÇÃO DE GLICERINA 12% (ENEMA GLICERINADO) COM 500ML, SISTEMA FECHADO

SOLUÇÃO À BASE DE GLUTARALDEÍDO 2%, FRASCO COM 1000ML.

SOLUÇÃO DE GLICOSE A 5% 125ML, SISTEMA FECHADO DE ACORDO COM A RDC Nº 29 DE 17/04/2007.

SOLUÇÃO DE RINGER COM LACTATO, FRASCO DE 1000 ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL TRANSPARENTE, ESTÉRIL, APIROGÊNICO, ACONDICIONADO EM RECIPIENTE DE PLÁSTICO FECHADO, DEVIDAMENTE ROTULADO COM VOLUME NOMINAL DEFINIDO, RECIPIENTE TRANSPARENTE OU TRANSLUCIDO, RESISTENTE A PRESSÃO E TRAÇÃO, APRESENTANDO BICO CONECTOR E QUE NÃO PRODUZA RACHADURAS NO MOMENTO DA CONEXÃO COM ALÇA DE SUSTENTAÇÃO RESISTENTE, REGISTRADO NO MS, E EMBALADO EM FRASCO DE SISTEMA FECHADO.

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA DE CLORETO DE SÓDIO A 9% 1000ML, SISTEMA FECHADO DE ACORDO COM A RDC Nº 29 DE 17/04/2007.

SOLUÇÃO GLICOFISIOLÓGICA COM 250ML, SISTEMA FECHADO DE ACORDO COM A RDC Nº 29 DE 17/04/2007.

SOLUÇÃO MANITOL 20% COM 250 ML

SONAR PORTATIL

SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 04 CURTA, DESCARTÁVEL, TUBO DE PVC, ATÓXICO, FLEXÍVEL.

SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 04 LONGA, DESCARTÁVEL, TUBO DE PVC, ATÓXICO, FLEXÍVEL.

SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 06 CURTA, DESCARTÁVEL, TUBO DE PVC, ATÓXICO, FLEXÍVEL.

SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 06 LONGA, DESCARTÁVEL, TUBO DE PVC, ATÓXICO, FLEXÍVEL.

SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 08 LONGA, DESCARTÁVEL, TUBO DE PVC, ATÓXICO, FLEXÍVEL.

SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 12 CURTA, DESCARTÁVEL, TUBO DE PVC, ATÓXICO, FLEXÍVEL.

SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 16 CURTA, DESCARTÁVEL, TUBO DE PVC, ATÓXICO, FLEXÍVEL.

SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 16 LONGA, DESCARTÁVEL, TUBO DE PVC, ATÓXICO, FLEXÍVEL.

SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 18 CURTA, DESCARTÁVEL, TUBO DE PVC, ATÓXICO, FLEXÍVEL.

SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 18 LONGA, DESCARTÁVEL, TUBO DE PVC, ATÓXICO, FLEXÍVEL.

SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 08 CURTA, DESCARTÁVEL, TUBO DE PVC, ATÓXICO, FLEXÍVEL.

SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL COM VALVULA DIGITAL, 08 RETA DESCARTÁVEL, TUBO DE PVC, ATÓXICO, FLEXÍVEL.

SONDA NASOGÁSTRICA Nº08 LONGA, DESCARTÁVEL DE TUBO PVC ATÓXICO, FLEXÍVEL.

SONDA NASOGÁSTRICA Nº12 LONGA, DESCARTÁVEL DE TUBO PVC ATÓXICO, FLEXÍVEL.

SONDA NASOGÁSTRICA Nº14 LONGA, DESCARTÁVEL DE TUBO PVC ATÓXICO, FLEXÍVEL.

SONDA NASOGÁSTRICA Nº16 LONGA, DESCARTÁVEL DE TUBO PVC ATÓXICO, FLEXÍVEL.

SONDA NASOGÁSTRICA Nº18 LONGA, DESCARTÁVEL DE TUBO PVC ATÓXICO, FLEXÍVEL.

SONDA NASOGÁSTRICA Nº20 LONGA, DESCARTÁVEL DE TUBO PVC ATÓXICO, FLEXÍVEL.

SONDA NASOGÁSTRICA Nº10, DESCARTÁVEL DE TUBO PVC ATÓXICO, FLEXÍVEL.

SONDA NASOGÁSTRICA Nº14, DESCARTÁVEL DE TUBO PVC ATÓXICO, FLEXÍVEL.

SONDA NASOGÁSTRICA Nº16, DESCARTÁVEL DE TUBO PVC ATÓXICO, FLEXÍVEL.

SONDA NASOGÁSTRICA Nº18, DESCARTÁVEL DE TUBO PVC ATÓXICO, FLEXÍVEL.

SONDA NASOGÁSTRICA Nº20, DESCARTÁVEL DE TUBO PVC ATÓXICO, FLEXÍVEL.

SONDA URETRAL Nº06 DESCARTÁVEL, TUBO DE PVC, ATÓXICO, FLEXÍVEL, 1 FURO E PONTA FECHADA, CONECTOR COM TAMPA, COMPRIMENTO DE 40CM, ESTERILIZADA A RAIO GAMA.

SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100 ML COM BICO DOSADOR

SORO FISIOLÓGICO 0,9% 1000 ML SEM BICO DOSADOR

SORO FISIOLÓGICO 0,9% 125 ML COM BICO DOSADOR

SORO FISIOLÓGICO 0,9% 250 ML COM BICO DOSADOR

SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500 ML SEM BICO DOSADOR

SORO FISIOLÓGICO 0,9% EM FRASCO DE 100 ML USO EXTERNO COM CONTA GOTAS

SORO FISIOLÓGICO 0,9% EM FRASCO DE 250ML USO ENDOVENOSO

SORO FISIOLÓGICO 0,9% EM FRASCO DE 500 ML USO ENDOVENOSO

SORO FISIOLÓGICO 0,9% EM FRASCO DE 500 ML USO EXTERNO COM CONTA GOTAS

SORO GLICOFISIOLÓGICO 500 ML

SPRAY AEROSOL ANALGÉSICO INDICADO PARA CONTUSÕES, TRAUMAS, DORES MUSCULARES, CÂBRAS, TORCICOLOS E PROCESSOS DOLOROSOS E INFLAMATÓRIOS EM GERAL, COMPOSTO POR CÂNFORA, MENTOL, ACETONA, ÁLCOOL ISOPROLÍTICO, NORMAL PENTANO E GÁS BUTANO/PROPANO.

SPRAY ANALGÉSICO INDICADO PARA CONTUSÕES, TRAUMAS, DORES MUSCULARES, CÂBRAS, TORCICOLOS E PROCESSOS DOLOROSOS E INFLAMATÓRIOS EM GERAL, COMPOSTO POR SALICILATO DE METILA, CÂNFORA, MENTOL. FRASCO COM 60ML.

TALA DE PAPELÃO FIBRA RESGATE COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: 50 X 20 CM; KIT COM 10 UNIDADES. TALA DESTINADA À IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA DE MEMBROS INFERIORES E SUPERIORES

TERMÔMETRO COM AFERIÇÃO DIGITAL, DE TEMPERATURA CORPORAL, CONFECCIONADO EM TERMOPLÁSTICO, COM AVISO SONORO, VISOR DIGITAL DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO, RESISTENTE À ÁGUA, DEVERÁ POSSUIR SELO DE QUALIDADE DO INMETRO.

TERMÔMETRO ANALÓGICO EM PLÁSTICO TIPO CAPELA, REGISTRO DE MÁXIMA E MÍNIMA PARA USO INTERNO EM GELADEIRA DE IMUNIZAÇÃO COM BOTÃO CENTRAL AUTOMÁTICO COM FUNÇÃO ZERADOR DO MARCADOR DE MÁXIMA E MÍNIMA.

TERMÔMETRO CLÍNICO DE VIDRO ECOLÓGICO - LIVRE DE MERCÚRIO - INCOTERM.

TESOURA PARA RETIRAR PONTOS, CURVA, EM AÇO INOX DE 1ª QUALIDADE, 12CM.

TESOURA PARA RETIRAR PONTOS, RETA, EM AÇO INOX DE 1ª QUALIDADE, 12CM.

TINTURA DE BENJOIM 20%, FRASCO COM 1000 ML.

TUBO DE BORRACHA DE LÁTEX NATURAL (GARROTE).

TUBO ENDOTRAQUEAL 2 SEM BALÃO

TUBO ENDOTRAQUEAL 2,5 SEM BALÃO

TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO Nº 4,0.

TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO Nº 6,0

TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO Nº 6,5.

TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO Nº 7,0

TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO Nº 7,5

TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO Nº 8,0

TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO Nº 8,5

TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO Nº 9,0

TUBO PARA COLETA DE SANGUE GEL TAMPA AMARELA OURO 6ML

VASELINA LIQUIDA, FRASCO COM 1000 ML.

VASELINA LÍQUIDA, FRASCO COM 500 ML

VASELINA SÓLIDA, FRASCOCOM 500 GRAMAS

BROMIFRATO DE FENOTEROL GTS 20 ML

PROTETOR SOLAR FATOR 50 DE 200 ML

COM TACOMETRO ANALOGICO E TIMER, ACOMPANHA ROTOR DE ÂNGULO FIXO PARA 12 TUBOS DE 5 ML E DIMENSOES 330X315X285MM, 220V.

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 22/03/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0001-2016.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARAVILHA, por intermédio do órgão **CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS**, e a empresa **ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA**, para os seguintes municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0001/2016, para aquisição/contratação dos seguintes produtos ou serviços:

ÁGUA DESTILADA, GALÃO COM 5 LITROS.

ÁGUA OXIGÊNADA 10 %, EMBALAGEM DE 1 LITRO.

AGUA PARA AUTOCLAVE, EMBALAGEM 5 LITROS

AGULHA 40X8, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRE IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.

ÁLCOOL ETÍLICO TIPO HIDRATADO, TEOR ALCOÓLICO 70 %, APRESENTAÇÃO LÍQUIDA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LÍMPIDO, E ISENTO DE IMPUREZAS, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, FRASCO 100 ML NBR 599.

ÁLCOOL GEL - ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO À BASE DE GEL, TRANSPARENTE, INODORO, ISENTO DE MATERIAL EM SUSPENSÃO QUE NÃO DEIXE RESÍDUOS ADERENTES NAS MÃOS, COM INTERVALO DE 68% A 72% PP, FRASCO COM 1000 ML. COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

APLICADOR PARA SOLUÇÕES PARENTERAIS MACRO GOTAS COM INJETOR LATERAL (EQUIPO)

APLICADOR PARA SOLUÇÕES PARENTERAIS MICRO GOTAS COM INJETOR LATERAL (EQUIPO)

BOLSA COLETORA DE URINA SISTEMA FECHADO, CONFECCIONADA EM POLIETILENO TRANSPARENTE COM CAPACIDADE DE 2.000ML, GRADUADA, COM VÁLVULA ANTI-REFLUXO, VENTILAÇÃO PARA ENTRADA DE AR COM FILTRO BACTERIOLÓGICO, EXPURGO COM TORNEIRA †, COM ALÇA DE SUSTENTAÇÃO E GRAMPO DE LENÇOL, ESTERILIZADA EM ÓXIDO DE ETILENO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE.

CABO DE BISTURI EM AÇO INOX Nº 04.

CADEIRA DE RODAS BANHO POP – BAXMANN COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: ESTRUTURA DE AÇO COM PINTURA EPOXY; APOIO PARA BRAÇOS FIXOS; APOIO PARA PÉS FIXO; LARGURA DO ASSENTO 40CM; LARGURA ENTRE RODAS 55CM; RODAS COM FREIOS/TRAVA; MATERIAL UTILIZADO NO ASSENTO DE ALTA DURABILIDADE QUE POSSA SER USADA POR PACIENTES NO BANHO OU VASO SANITÁRIO; PESO PARA USUÁRIOS DE ATÉ 70KG.

CADEIRA DE RODAS BANHO POP – BAXMANN COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: ESTRUTURA DE AÇO COM PINTURA EPOXY; APOIO PARA BRAÇOS FIXOS; APOIO PARA PÉS FIXO; LARGURA DO ASSENTO 40CM; LARGURA ENTRE RODAS 55CM; RODAS COM FREIOS/TRAVA; MATERIAL UTILIZADO NO ASSENTO DE ALTA DURABILIDADE QUE POSSA SER USADA POR PACIENTES NO BANHO OU VASO SANITÁRIO; PESO PARA USUÁRIOS DE ATÉ 70KG.

CADEIRA DE RODAS BANHO POP – BAXMANN COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: ESTRUTURA DE AÇO COM PINTURA EPOXY; APOIO PARA BRAÇOS FIXOS; APOIO PARA PÉS FIXO; LARGURA DO ASSENTO 40CM; LARGURA ENTRE RODAS 55CM; RODAS COM FREIOS/TRAVA; MATERIAL UTILIZADO NO ASSENTO DE ALTA DURABILIDADE QUE POSSA SER USADA POR PACIENTES NO BANHO OU VASO SANITÁRIO; PESO PARA USUÁRIOS DE ATÉ 70KG.

CADEIRA DE RODAS BANHO POP – BAXMANN COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: ESTRUTURA DE AÇO COM PINTURA EPOXY; APOIO PARA BRAÇOS FIXOS; APOIO PARA PÉS FIXO; LARGURA DO ASSENTO 40CM; LARGURA ENTRE RODAS 55CM; RODAS COM FREIOS/TRAVA; MATERIAL UTILIZADO NO ASSENTO DE ALTA DURABILIDADE QUE POSSA SER USADA POR PACIENTES NO BANHO OU VASO SANITÁRIO; PESO PARA USUÁRIOS DE ATÉ 70KG.

CATETER INTRAVENOSO (CANO CURTO) Nº 24, EM BIOMATERIAL POLIURETANO, FLEXÍVEL TRANSPARENTE (RADIOPACO), COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

CLAMP UMBILICAL

COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, TAMANHO 7,5X7,5CM, COM 05 DOBRAS, 08 CAMADAS, 11 FIOS, 100% ALGODÃO, ESTÉRIL. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). PACOTE COM 10 UNIDADES.

CURATIVO DE FILME PLÁSTICO RESPIRÁVEL, ADESIVO TERMOPLÁSTICO, FIBRAS SINTÉTICAS, POLÍMERO ACRÍLICO E POLIETILENO, EMBALAGEM COM 40 UNIDADES.

CURATIVO ABSORVENTE, ADESIVO HIPO-ALÉRGICO, SEM LÁTEX E SOLVENTE PARA PUNÇÃO VENOSA E

INJEÇÕES, CAIXA COM 500 UNIDADES EM ROLO. MOTIVOS INFANTIS

DETERGENTE ENZIMÁTICO, PARA LIMPEZA DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES COMPOSTO POR 5 ENZIMAS, PROTEASE, PEPTIDASE, AMILASE, CELULASE E LIPASE, DETERGENTE NÃO IÔNICO/ANIÔNICO, PH NEUTRO, BIODEGRADÁVEL, NÃO CORROSIVO PARA METAIS, PARA SER UTILIZADO EM TEMPERATURA AMBIENTE OU AQUECIDA PARA PROCESSOS DE LIMPEZA MANUAL OU AUTOMATIZADO, DE AÇÃO RÁPIDA, VOLUME DE 5.000ML, DILUIÇÃO DE 2,0ML POR LITRO, POUCA FORMAÇÃO DE ESPUMA, SEM ODOR AGRESSIVO NA FORMA CONCENTRADA OU DILUÍDA, SEM CORANTE. FRASCO COM 1LITRO.

DETERGENTE ENZIMÁTICO, PARA LIMPEZA DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES COMPOSTO POR 5 ENZIMAS, PROTEASE, PEPTIDASE, AMILASE, CELULASE E LIPASE, DETERGENTE NÃO IÔNICO/ANIÔNICO, PH NEUTRO, BIODEGRADÁVEL, NÃO CORROSIVO PARA METAIS, PARA SER UTILIZADO EM TEMPERATURA AMBIENTE OU AQUECIDA PARA PROCESSOS DE LIMPEZA MANUAL OU AUTOMATIZADO, DE AÇÃO RÁPIDA, VOLUME DE 5.000ML, DILUIÇÃO DE 2,0ML POR LITRO, POUCA FORMAÇÃO DE ESPUMA, SEM ODOR AGRESSIVO NA FORMA CONCENTRADA OU DILUÍDA, SEM CORANTE. GALÃO COM 5 LITROS.

DETERGENTE ENZIMÁTICO, PARA LIMPEZA DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES COMPOSTO POR 5 ENZIMAS, PROTEASE, PEPTIDASE, AMILASE, CELULASE E LIPASE, DETERGENTE NÃO IÔNICO/ANIÔNICO, PH NEUTRO, BIODEGRADÁVEL, NÃO CORROSIVO PARA METAIS, PARA SER UTILIZADO EM TEMPERATURA AMBIENTE OU AQUECIDA PARA PROCESSOS DE LIMPEZA MANUAL OU AUTOMATIZADO, DE AÇÃO RÁPIDA, VOLUME DE 5.000ML, DILUIÇÃO DE 2,0ML POR LITRO, POUCA FORMAÇÃO DE ESPUMA, SEM ODOR AGRESSIVO NA FORMA CONCENTRADA OU DILUÍDA, SEM CORANTE. GALÃO COM 5 LITROS.

DETERGENTE ENZIMÁTICO, PARA LIMPEZA DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES COMPOSTO POR 5 ENZIMAS, PROTEASE, PEPTIDASE, AMILASE, CELULASE E LIPASE, DETERGENTE NÃO IÔNICO/ANIÔNICO, PH NEUTRO, BIODEGRADÁVEL, NÃO CORROSIVO PARA METAIS, PARA SER UTILIZADO EM TEMPERATURA AMBIENTE OU AQUECIDA PARA PROCESSOS DE LIMPEZA MANUAL OU AUTOMATIZADO, DE AÇÃO RÁPIDA, VOLUME DE 5.000ML, DILUIÇÃO DE 2,0ML POR LITRO, POUCA FORMAÇÃO DE ESPUMA, SEM ODOR AGRESSIVO NA FORMA CONCENTRADA OU DILUÍDA, SEM CORANTE. GALÃO COM 5 LITROS.

DETERGENTE ENZIMÁTICO, PARA LIMPEZA DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES COMPOSTO POR 5 ENZIMAS, PROTEASE, PEPTIDASE, AMILASE, CELULASE E LIPASE, DETERGENTE NÃO IÔNICO/ANIÔNICO, PH NEUTRO, BIODEGRADÁVEL, NÃO CORROSIVO PARA METAIS, PARA SER UTILIZADO EM TEMPERATURA AMBIENTE OU AQUECIDA PARA PROCESSOS DE LIMPEZA MANUAL OU AUTOMATIZADO, DE AÇÃO RÁPIDA, VOLUME DE 5.000ML, DILUIÇÃO DE 2,0ML POR LITRO, POUCA FORMAÇÃO DE ESPUMA, SEM ODOR AGRESSIVO NA FORMA CONCENTRADA OU DILUÍDA, SEM CORANTE. GALÃO COM 5 LITROS.

DISPOSITIVO PARA INFUSÃO SIMULTANEA DE SOLUÇÃO PARENTERAL 2 VIAS COM CLAMP E COM TAMPA (POLIFIX)

EMBALAGEM TUBULAR 100MM X 100MM PARA ESTERELIZAÇÃO

ENVELOPE GRAU CIRÚRGICO AUTO SELANTE 15X30, CAIXA COM 100 UNIDADES.

EQUIPO MACROGOTAS, FLEXÍVEL COMPOSTO DE LANCETA PERFURANTE PARA CONEXÃO AO RECIPIENTE DE SOLUÇÃO, CÂMARA FLEXÍVEL E TRANSPARENTE PARA VISUALIZAÇÃO DO GOTEJAMENTO, CONTROLADOR DE FLUXO TIPO PINÇA ROLETE E CONEXÃO LUER PARA DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO.

EQUIPO MICROGOTAS, PONTA PERFURANTE COM TAMPA PROTETORA, CÂMARA FLEXÍVEL, GOTEJADORA EM MICROGOTAS, TUBO EM PVC DE 1,50CM, PINÇA ROLETE PRA CONTROLE DE VOLUME, CONEXÃO LUER.

EQUIPO PARA DIETA ENTERAL - EQUIPO PARA INFUSÃO DE DIETAS ENTERAIS, TUBO EM PVC COR AZUL, ATÓXICO, FLEXÍVEL E TRANSLÚCIDO, COM APROXIMADAMENTE 2,0 M DE COMPRIMENTO, CÂMARA GOTEJADORA FLEXÍVEL, FILTRO DE AR DE 0,2 MICRA COM TAMPA REVERSÍVEL, PINÇA ROLETE, INJETOR LATERAL COM MEMBRANA AUTO CICATRIZANTE, EXTREMIDADES COM CONEXÃO LUER-LOCK COM TAMPA PROTETORA.

ESFIGMOMANOMETRO COM MANOMETRO TIPO RELOGIO COM BRAÇADEIRA EM TECIDO DE LONA DE ALGODÃO, HIPOALERGICO, FECHO EM VELCRO, PERA E MANGUITO EM MATERIAL RESISTENTE E COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, TAMANHO INFANTIL (2 ANOS DE GARANTIA)

FIO CATGUT SIMPLES 2.0 COM AGULHA ATRAUMÁTICA, ESTRIADA E DE AÇO INOX, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO), CAIXA COM 24 UNIDADES.

FIO CATGUT SIMPLES 5.0 COM AGULHA ATRAUMÁTICA, ESTRIADA E DE AÇO INOX, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO), CAIXA COM 24 UNIDADES.

FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 2.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.

FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 2.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 3.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.

FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 3.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.

FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 3.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.5CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.

FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 3.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 3.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.

FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 4.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.

FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 5.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.

FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 6.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.

FIO PARA SUTURA AGULHADO, NYLON, MONOFILAMENTO PRETO. FIO 3/0, 45CM COM AGULHA TRIANGULAR, 20MM 1/5 CAIXA COM 24 UNIDADES

FIO PARA SUTURA VICRIL NUMERO 3

GORRO DESCARTÁVEL, COM ELÁSTICO, COR BRANCA, PACOTE COM 100 UNIDADES.

KIT PARA NEBULIZADOR ADULTO - CONJUNTO COMPLETO COM UMA EXTENSÃO COM CONECTOR PARA AR COMPRIMIDO OU OXIGÊNIO, UMA MÁSCARA ADULTO E UM RECIPIENTE PARA A MEDICAÇÃO. DE FÁCIL LIMPEZA E PRÁTICO MANUSEIO. FABRICADO EM MATERIAL ATÓXICO, A MÁSCARA DEVE SER CONFECCIONADA EM SILICONE, CONTENDO MÁSCARA/INTERMEDIÁRIO/COPINHO.

LÂMINA BISTURI Nº13, EM AÇO CARBONO CAIXA COM 100 UNIDADES.

LÂMINA SIMPLES PARA MICROSCOPIA COM EXTREMIDADE FOSCA, TAMANHO 2,6CM X 7,6CM X 1MM, CAIXA COM 50 UNIDADES.

MEDIDOR DIGITAL DE PRESSÃO ARTERIAL E BATIMENTOS CARDÍACOS NO BRAÇO, COM INFLAGEM E DESINFLAGEM AUTOMÁTICA, BRAÇADEIRA EM NYLON (CIRCUNFERENCIA DE BRAÇO DE 24 A 36CM) VISOR TAMANHO 5,1X3,9CM. APROVADO INMETRO, À PILHA, VISOR DE CRISTAL LÍQUIDO

PINÇA BAKAUS, EM AÇO INOX DE 1º QUALIDADE, 13CM.

PINÇA CHERON, PARA CURATIVO UTERINO E ASSEPSIA GINECOLÓGICA, EM AÇO INOX DE 1º QUALIDADE, 24CM.

PINÇA POZZI 24CM, SERVE PARA CURATIVO DE COLO. FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL.

PORTA ALGODÃO EM INÓX, SERVIDO, AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE 400ML, 08X08CM.

PORTA AGULHA, 12CM OU 14CM, COM WIDEA PARA FIOS 4 E 5.

SACO LEITOSO PARA DESCARTE DE LIXO CONTAMINADO 30L, 39X58CM, NÃO PERFURANTE, PACOTE COM 100 UNIDADES.

SERINGA 1ML (BCG), COM AGULHA FIXA, CAPACIDADE PARA 100U.I, ESCALA DE 2 EM 2 UNID. AGULHA 12,7X0,3MM. EMBALADAS EM CAIXA DE 10 UNIDADES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

SERINGAS DESCARTÁVEL DE 60ML, SEM AGULHA, BICO DE CATETER. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

SOLUÇÃO DE GLICOSE A 5% 1000ML, SISTEMA FECHADO DE ACORDO COM A RDC Nº 29 DE 17/04/2007.

SOLUÇÃO DE RINGER COM LACTATO, FRASCO DE 500 ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL TRANSPARENTE, ESTÉRIL, APIROGÊNICO, ACONDICIONADO EM RECIPIENTE DE PLÁSTICO FECHADO, DEVIDAMENTE ROTULADO COM VOLUME NOMINAL DEFINIDO, RECIPIENTE TRANSPARENTE OU TRANSLUCIDO, RESISTENTE A PRESSÃO E TRAÇÃO, APRESENTANDO BICO CONECTOR E QUE NÃO PRODUZA RACHADURAS NO MOMENTO DA CONEXÃO COM ALÇA DE SUSTENTAÇÃO RESISTENTE, REGISTRADO NO MS, E EMBALADO EM FRASCO DE SISTEMA FECHADO.

SOLUÇÃO GLICOFISIOLÓGICA COM 1000ML, SISTEMA FECHADO DE ACORDO COM A RDC Nº 29 DE 17/04/2007.

TENTACÂNULA 15CM – INSTRUMENTOS MATERIAL: PRODUTO CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI-420 TAMANHO: 15CM - EMBALAGEM: PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E RASTREABILIDADE - MARCA: ABC - GARANTIA: 10 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO - CERTIFICAÇÕES: FABRICADO DE ACORDO COM PADRÕES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE,

NORMAS DA ABNT, CE. REG. MS: 10304850059.

TESOURA PONTA ROMBA (NAVALHA AFIADA, LÂMINAS ENDURECIDAS DE AÇO INOXIDÁVEL COM BORDA SERRILHADA PARA CORTAR MATERIAIS MAIS RESISTENTES. GRANDE ANEL DE POLIPROPILENO PARA PROPORCIONAR O MÁXIMO DE CONTROLE E CONFORTO. TOTALMENTE AUTOCLAVÁVEL.

TESOURA SPENCER, PARA RETIRAR PONTOS, EM AÇO INOX CIRÚRGICO DE 1ª QUALIDADE, 12CM.

TESOURA GENGIVAL, EM AÇO INOX CIRÚRGICO DE 1ª QUALIDADE, 12CM.

TESOURA METZEMBAUM, CURVA, EM AÇO INOX DE 1ª QUALIDADE, 15CM.

TESOURA METZEMBAUM, CURVA, EM AÇO INOX DE 1ª QUALIDADE, 20CM.

TUBO ENDOTRAQUEAL 3 COM BALÃO

TUBO ENDOTRAQUEAL 3,5 COM BALÃO

TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO Nº 4,0, COM BALÃO.

TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO Nº 4,5, COM BALÃO.

TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO Nº 5,0, COM BALÃO.

TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO Nº 5,5, COM BALÃO.

TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO Nº 6,0, COM BALÃO.

TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO Nº 6,5, COM BALÃO.

TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO Nº 7,0, COM BALÃO.

TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO Nº 7,5, COM BALÃO.

TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO Nº 8,0, COM BALÃO.

TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO Nº 8,5, COM BALÃO.

ÁGUA DESTILADA, GALÃO COM 5 LITROS.

ÁLCOOL ETÍLICO TIPO HIDRATADO, TEOR ALCOÓLICO 70 %, APRESENTAÇÃO LÍQUIDA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LÍMPIDO, E ISENTO DE IMPUREZAS, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, FRASCO 100 ML NBR 599.

ÁLCOOL GEL - ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO À BASE DE GEL, TRANSPARENTE, INODORO, ISENTO DE MATERIAL EM SUSPENSÃO QUE NÃO DEIXE RESÍDUOS ADERENTES NAS MÃOS, COM INTERVALO DE 68% A 72% PP, FRASCO COM 1000 ML. COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

ALMOTOLIA PLÁSTICA TRANSPARENTE, FRASCO 250ML.

APLICADOR PARA SOLUÇÕES PARENTERAIS MACRO GOTAS COM INJETOR LATERAL (EQUIPO)

AVENTAIS DESCARTÁVEIS, SEM MANGA, TNT GRAMATURA 20, COR BRANCA, TAMANHO ÚNICO, PACOTE COM 10 UNIDADES.

BOLSA COLETORA DE URINA SISTEMA FECHADO, CONFECCIONADA EM POLIETILENO TRANSPARENTE COM CAPACIDADE DE 2.000ML, GRADUADA, COM VÁLVULA ANTI-REFLUXO, VENTILAÇÃO PARA ENTRADA DE AR COM FILTRO BACTERIOLÓGICO, EXPURGO COM TORNEIRA †, COM ALÇA DE SUSTENTAÇÃO E GRAMPO DE LENÇOL, ESTERILIZADA EM ÓXIDO DE ETILENO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE.

COMPRESSA DE GAZE TIPO QUEIJO, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO NOMINAL 91X91CM, COR BRANCA, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADAS PARA DENTRO, EMBALADAS INDIVIDUAL EM PACOTE PLÁSTICO, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT, PESO MÍNIMO 1450 GRAMAS.

COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO 7,5X7,5CM E 15X30CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, COM PESO MÍNIMO DE 450GR POR PACOTE, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, TAMANHO 7,5X7,5CM, COM 05 DOBRAS, 08 CAMADAS, 11 FIOS, 100% ALGODÃO, ESTÉRIL. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). PACOTE COM 10 UNIDADES.

CURATIVO DE FILME PLÁSTICO RESPIRÁVEL, ADESIVO TERMOPLÁSTICO, FIBRAS SINTÉTICAS, POLÍMERO ACRÍLICO E POLIETILENO, EMBALAGEM COM 40 UNIDADES.

CURATIVO ABSORVENTE, ADESIVO HIPO-ALÉRGICO, SEM LÁTEX E SOLVENTE PARA PUNÇÃO VENOSA E INJEÇÕES, CAIXA COM 500 UNIDADES EM ROLO. MOTIVOS INFANTIS

EMBALAGEM DE GRAU CIRÚRGICO COMBINADO COM FILME TERMOSELÁVEL, COM INDICATIVO PARA

PROCESSOS DE AUTOCLAVES EM ROLOS DE 100 M DE COMPRIMENTO E 7,5 CM DE LARGURA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

EMBALAGEM DE GRAU CIRÚRGICO COMBINADO COM FILME TERMOSELÁVEL, COM INDICATIVO PARA PROCESSOS DE AUTOCLAVES EM ROLOS DE 100 M DE COMPRIMENTO E 10 CM DE LARGURA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

EMBALAGEM DE GRAU CIRÚRGICO COMBINADO COM FILME TERMOSELÁVEL, COM INDICATIVO PARA PROCESSOS DE AUTOCLAVES EM ROLOS DE 100 M DE COMPRIMENTO E 15 CM DE LARGURA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

EQUIPO MACROGOTAS, FLEXÍVEL COMPOSTO DE LANCETA PERFURANTE PARA CONEXÃO AO RECIPIENTE DE SOLUÇÃO, CÂMARA FLEXÍVEL E TRANSPARENTE PARA VISUALIZAÇÃO DO GOTEJAMENTO, CONTROLADOR DE FLUXO TIPO PINÇA ROLETE E CONEXÃO LUER PARA DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO.

FIO CATGUT SIMPLES 3.0 COM AGULHA DE 3.0CM, COM AGULHA ATRAUMÁTICA, ESTRIADA E DE AÇO INOX, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO), CAIXA COM 24 UNIDADES.

FIO CATGUT CROMADO, 3.0 COM AGULHA ATRAUMÁTICA, ESTRIADA E DE AÇO INOX, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO), CAIXA COM 24 UNIDADES.

FIO CATGUT SIMPLES 3.0 COM AGULHA ATRAUMÁTICA, ESTRIADA E DE AÇO INOX, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO), CAIXA COM 24 UNIDADES.

FIO CATGUT SIMPLES 4.0 COM AGULHA ATRAUMÁTICA, ESTRIADA E DE AÇO INOX, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO), CAIXA COM 24 UNIDADES.

FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 2.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.

FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 2.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 3.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.

FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 3.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.

FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 3.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 3.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.

FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 4.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.

FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 5.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.

FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 6.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.

FIO PARA SUTURA AGULHADO, NYLON, MONOFILAMENTO PRETO. FIO 3/0, 45CM COM AGULHA TRIANGULAR, 20MM 1/5 CAIXA COM 24 UNIDADES

FITA ADESIVA BRANCA DE USO HOSPITALAR 16MMX50M EMBALADA INDIVIDUALMENTE, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

FITA ADESIVA DE AUTOCLAVE 19MMX30M, DORSO DE PAPEL CREPADO Á BASE DE BORRACHA NATURAL, NA OUTRA FACE, FINA CAMADA IMPERMEABILIZADA DE RESINA ACRÍLICA, COM INDICADOR DE ESTERILIZAÇÃO (LISTAS DIAGONAIS DE TINTA TERMOREATIVA QUE QUANDO ESTERILIZADAS MUDAM A COLORAÇÃO DE BRANCO PARA PRETO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

GEL CONDUTOR PARA ELETROCARDIOGRAMA ISENTOS DE SAL, PH NEUTRO, RESISTENTE A CORROSÃO, FRASCO COM 1000GR E BICO DOSADOR DE APLICAÇÃO

GORRO DESCARTÁVEL, COM ELÁSTICO, COR BRANCA, PACOTE COM 100 UNIDADES.

GORRO DESCARTÁVEL, COM ELÁSTICO, COR BRANCA, PACOTE COM 100 UNIDADES.

GORRO DESCARTÁVEL, COM ELÁSTICO, COR BRANCA, PACOTE COM 100 UNIDADES.

GORRO DESCARTÁVEL, COM ELÁSTICO, COR BRANCA, PACOTE COM 100 UNIDADES.

IODOPOVIDONA DEGERMANTE, FRASCO COM 1000ML.

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 22/03/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0001-2016.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARAVILHA, por intermédio do órgão **CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS**, e a empresa **SALVI, LOPES & CIA. LTDA - ME**, para os seguintes municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0001/2016, para aquisição/contratação dos seguintes produtos ou serviços:

AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 30X8.0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.

ANDADOR ARTICULADO DILEPÉ SIMPLES ADULTO; ARTICULADO, ALUMÍNIO POLIDO, REGULAGEM DE ALTURA, PONTEIRA ADERENTE, RESISTENTE E FLEXÍVEL DE POLIURETANO.

APARELHO PARA AFERIÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL ADULTO PARA OBESOS, COM ESFIGNOMANÔMETRO DO TIPO ANERÓIDE DE 0 A 300 MMHG, ALTA PRECISÃO, COM BRAÇADEIRA DE PINOS DE METAL CONFECCIONADA EM TECIDO (NYLON OU BRIM) RESISTENTE, MANGUITO CONSTRUÍDO EM LÁTEX, COM PÊRA E VÁLVULA. COM BOLSA PARA ACONDICIONAMENTO.

APARELHO PARA AFERIÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL INFANTIL, COM BRAÇADEIRA DE PINOS DE METAL OU VELCRO CONFECCIONADA EM TECIDO (NYLON OU BRIN) RESISTENTE, MANGUITO CONSTRUÍDO EM LÁTEX, COM PÊRA E VÁLVULA, ESFIGNOMANÔMETRO DO TIPO ANERÓIDE DE 0 A 300MMHG DE ALTA PRECISÃO. COM BOLSA PARA ACONDICIONAMENTO.

BALANÇA DE BANHEIRO MECÂNICA INDIVIDUAL, PLATAFORMA ANTIADERENTE, CAPACIDADE DE PESO DE 130 A 150KG.

BALANÇA DE BANHEIRO DIGITAL, CAPACIDADE DE PESO 150KG, ALIMENTAÇÃO À PILHA, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO, INDICADOR DE BATERIA FRACA.

BOLSA DE COLOSTOMIA INTESTINAL DE UMA PEÇA, DRENÁVEL, COM BARREIRA A PROVA DE ODOR E VAZAMENTO, TRANSPARENTE/OPACA, PLACA DE BARREIRA DE PELE DE RESINA A BASE DE HIDROCOLÓIDES (PECTINA, GELATINA E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA) PLACA COM DIÂMETRO RECORTEÁVEL DE 19 A 64MM, CAIXA COM 10 UNIDADES.

CAIXA COLETORA PARA PERFURO CORTANTE 13 LITROS, COM BANDEJA COLETORA DE PAPELÃO, PAREDES E FUNDO RESISTENTE DE PAPELÃO E SACO PLÁSTICO, TRAVAS PROVISÓRIAS E PERMANENTE.

CAPA IMPERMEÁVEL PARA MACA, DE MATERIAL PLÁSTICO TRANSPARENTE

CAPA PARA TRAVESSEIRO IMPERMEÁVEL GRANDE

CATETER NASAL TIPO ÓCULOS PEDIÁTRICO.

COLAR CERVICAL TAMANHO G, EXCLUSIVO PARA USO PRÉ-HOSPITALAR, COM DESENHO ASSIMÉTRICO, DOBRÁVEL E PLANO, COM JANELA TRAQUEAL EXTRA GRANDE PARA ACESSO A REGIÃO CERVICAL ANTERIOR (PULSO CAROTÍDEO E ACESSO CIRÚRGICO DE VIA AÉREA SUPERIOR), COM FECHO DE VELCRO DE LARGURA MÍNIMA DE 5CM, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, RADIOTRANSARENTE, COM ENCHIMENTO DE ESPUMA EM TODAS AS FACES DE CONTATO COM A PELE DO PACIENTE E DOTADA DE APOIO PARA A MANDÍBULA.

COLAR CERVICAL TAMANHO INFANTIL, EXCLUSIVO PARA USO PRÉ-HOSPITALAR, COM DESENHO ASSIMÉTRICO, DOBRÁVEL E PLANO, COM JANELA TRAQUEAL EXTRA GRANDE PARA ACESSO A REGIÃO CERVICAL ANTERIOR (PULSO CAROTÍDEO E ACESSO CIRÚRGICO DE VIA AÉREA SUPERIOR), COM FECHO DE VELCRO DE LARGURA MÍNIMA DE 5CM, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, RADIOTRANSARENTE, COM ENCHIMENTO DE ESPUMA EM TODAS AS FACES DE CONTATO COM A PELE DO PACIENTE E DOTADA DE APOIO PARA A MANDÍBULA.

COLAR CERVICAL TAMANHO M, EXCLUSIVO PARA USO PRÉ-HOSPITALAR, COM DESENHO ASSIMÉTRICO, DOBRÁVEL E PLANO, COM JANELA TRAQUEAL EXTRA GRANDE PARA ACESSO A REGIÃO CERVICAL ANTERIOR (PULSO CAROTÍDEO E ACESSO CIRÚRGICO DE VIA AÉREA SUPERIOR), COM FECHO DE VELCRO DE LARGURA MÍNIMA DE 5CM, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, RADIOTRANSARENTE, COM ENCHIMENTO DE ESPUMA EM TODAS AS FACES DE CONTATO COM A PELE DO PACIENTE E DOTADA DE APOIO PARA A MANDÍBULA.

COLAR CERVICAL TAMANHO P, EXCLUSIVO PARA USO PRÉ-HOSPITALAR, COM DESENHO ASSIMÉTRICO, DOBRÁVEL E PLANO, COM JANELA TRAQUEAL EXTRA GRANDE PARA ACESSO A REGIÃO CERVICAL ANTERIOR (PULSO CAROTÍDEO E ACESSO CIRÚRGICO DE VIA AÉREA SUPERIOR), COM FECHO DE VELCRO DE LARGURA MÍNIMA DE 5CM, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE,

RADIOTRASPARENTE, COM ENCHIMENTO DE ESPUMA EM TODAS AS FACES DE CONTATO COM A PELE DO PACIENTE E DOTADA DE APOIO PARA A MANDÍBULA.

COLCHÃO HOSPITALAR DE SOLTEIRO, DENSIDADE 28, DIMENSÃO MÍNIMA 1,85X84, COM CAPA IMPERMEÁVEL.

COLETOR DE URINA, DESCARTÁVEL INFANTIL.

COLETOR UNIVERSAL, DE 80ML COM TAMPA DE ROSCA ESTÉRIL.

COMADRE EM INÓX.

DISPOSITIVO PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA (URUPEN) Nº 05, COM MANGUEIRA EXTENSORA

DRENO DE PENROSE PURO LÁTEX, TAMANHO 01 ESTERELIZADO. REGISTROS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

DRENO DE PENROSE PURO LÁTEX, TAMANHO 02 ESTERELIZADO. REGISTROS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

EMBALAGEM DE GRAU CIRÚRGICO COMBINADO COM FILME TERMOSELÁVEL, COM INDICATIVO PARA PROCESSOS DE AUTOCLAVES EM ROLOS DE 100 M DE COMPRIMENTO E 10 CM DE LARGURA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

ESPARADRAPO 25CMX0,90M, TECIDO 100% ALGODÃO COM RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE, COM MASSA ADESIVA À BASE DE BORRACHA NATURAL, ÓXIDO DE ZINCO E RESINA. EMBALAGEM COM CAPA PROTETORA.

ESPÁTULA DE AYRES, DE MADEIRA, RESISTENTE, PONTAS ARREDONDADAS DESCARTÁVEIS, UTILIZADA PARA COLETA DE EXAMES GINECOLÓGICOS, MEDINDO 18CM DE COMPRIMENTO. PACOTE COM 100 UNIDADES.

ESPÉCULO NASAL INÓX HARTMANN, TAMANHO 01.

ESPÉCULO NASAL INÓX HARTMANN, TAMANHO 02.

ESPÉCULO NASAL INÓX HARTMANN, TAMANHO 03.

FIO CATGUT CROMADO, 3.0 COM AGULHA ATRAUMÁTICA, ESTRIADA E DE AÇO INOX, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO), CAIXA COM 24 UNIDADES.

FIO CATGUT SIMPLES 3.0 COM AGULHA ATRAUMÁTICA, ESTRIADA E DE AÇO INOX, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO), CAIXA COM 24 UNIDADES.

FIO PARA SUTURA VICRIL NUMERO 4

KIT PARA NEBULIZADOR INFANTIL - CONJUNTO COMPLETO COM UMA EXTENSÃO COM CONECTOR PARA AR COMPRIMIDO OU OXIGÊNIO, UMA MÁSCARA ADULTO E UM RECIPIENTE PARA A MEDICAÇÃO. DE FÁCIL LIMPEZA E PRÁTICO MANUSEIO. FABRICADO EM MATERIAL ATÓXICO, A MÁSCARA DEVE SER CONFECCIONADA EM SILICONE, CONTENDO MÁSCARA/INTERMEDIÁRIO/COPINHO.

KIT TALA MULTI SPLIT PARA IMOBILIZAÇÃO DE MEMBROS, CONTÉM 5 TALAS TAMANHO ADULTO E 5 TAMANHO INFANTIL.

LÂMINA BISTURI Nº11, EM AÇO CARBONO, CAIXA COM 100 UNIDADES.

LÂMINA BISTURI Nº12, EM AÇO CARBONO, CAIXA COM 100 UNIDADES.

LÂMINA BISTURI Nº15, EM AÇO CARBONO CAIXA COM 100 UNIDADES.

LÂMINA BISTURI Nº22, EM AÇO CARBONO CAIXA COM 100 UNIDADES.

LÂMINA BISTURI Nº24, EM AÇO CARBONO CAIXA COM 100 UNIDADES.

LIXEIRA/BALDE EM AÇO INÓX COM TAMPA E PEDAL, CAPACIDADE PARA 20 LITROS.

LUVA CIRURGICA TAM.6.0 ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.

MALETA PARA VISITA MÉDICA DOMICILIAR DE COR PRETA E COM ALÇA.

MANTA/COBERTOR TÉRMICA ALUMINIZADA ADULTO. PELÍCULA METALIZADA TERMOSELÁVEL, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 2,10CMX1,40CM PARA MANUTENÇÃO DA TEMPERATURA CORPORAL NA FAIXA 80° A 90°, DESCARTÁVEL, REFLETIVA, ISOLANDO FRIO, CALOR E UMIDADE.

MANTA/COBERTOR TÉRMICA ALUMINIZADA ADULTO. PELÍCULA METALIZADA TERMOSELÁVEL, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 2,10CMX1,40CM PARA MANUTENÇÃO DA TEMPERATURA CORPORAL NA FAIXA 80° A 90°, DESCARTÁVEL, REFLETIVA, ISOLANDO FRIO, CALOR E UMIDADE.

MANTA/COBERTOR TÉRMICA ALUMINIZADA ADULTO. PELÍCULA METALIZADA TERMOSSELÁVEL, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 2,10CMX1,40CM PARA MANUTENÇÃO DA TEMPERATURA CORPORAL NA FAIXA 80° A 90°, DESCARTÁVEL, REFLETIVA, ISOLANDO FRIO, CALOR E UMIDADE.

MANTA/COBERTOR TÉRMICA ALUMINIZADA ADULTO. PELÍCULA METALIZADA TERMOSSELÁVEL, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 2,10CMX1,40CM PARA MANUTENÇÃO DA TEMPERATURA CORPORAL NA FAIXA 80° A 90°, DESCARTÁVEL, REFLETIVA, ISOLANDO FRIO, CALOR E UMIDADE.

MÁSCARA DESCARTÁVEL TIPO PFF-2

MULETA CANADENSE DILEPÉ STAR COM APOIO FIXO INJETADO; DESCARGA DO MEMBRO INFERIOR E BACIA; HASTES LEVES DE ALUMÍNIO ANODIZADO, APOIO ANATÔMICO COM ALMA DE NYLON REVESTIDO APOIO DE MÃO ANATÔMICO, REGULAGEM DE ALTURA, PONTEIRA RESISTENTE E FLEXÍVEL.

PAPAGAIO EM INÓX, TAMANHO MÍNIMO 1L.

PAPEL CREPADO 40X40CM, GRAMATURA 60G/M², INDICADO PARA EMPACOTAMENTO DE TODOS OS MATERIAIS A SEREM ESTERILIZADOS EM AUTOCLAVE A VAPOR, ÓXIDO DE ETILENO OU POR RADIAÇÃO GAMA, COM BARREIRA MICROBIANA EFICAZ ATRAVÉS DA POROSIDADE, EFICIENTE NA FILTRAÇÃO BACTERIANA, DE FÁCIL UTILIZAÇÃO CONFORME TÉCNICA UNIVERSAL DE EMPACOTAMENTO, DESLIZE SUAVE E AJUSTE DE CONTOURNO, MALEÁVEL, RESISTENTE A RUPTURA, RASGO E ESTOURO, BIODEGRADÁVEL E INCINERÁVEL, CONFECCIONADO EM 100% CELULOSE, ATÓXICO E NÃO IRRITANTE. EMBALAGEM QUE ASSEGURA A INTEGRIDADE DO MATERIAL A SER ESTERILIZADO, GARANTINDO SUA PROTEÇÃO QUANTO A AÇÃO DE AGENTES EXTERNOS. PRODUTO DE USO ÚNICO, CAIXA COM 500 FOLHAS.

PAPEL CREPADO 50X50CM, GRAMATURA 60G/M², INDICADO PARA EMPACOTAMENTO DE TODOS OS MATERIAIS A SEREM ESTERILIZADOS EM AUTOCLAVE A VAPOR, ÓXIDO DE ETILENO OU POR RADIAÇÃO GAMA, COM BARREIRA MICROBIANA EFICAZ ATRAVÉS DA POROSIDADE, EFICIENTE NA FILTRAÇÃO BACTERIANA, DE FÁCIL UTILIZAÇÃO CONFORME TÉCNICA UNIVERSAL DE EMPACOTAMENTO, DESLIZE SUAVE E AJUSTE DE CONTOURNO, MALEÁVEL, RESISTENTE A RUPTURA, RASGO E ESTOURO, BIODEGRADÁVEL E INCINERÁVEL, CONFECCIONADO EM 100% CELULOSE, ATÓXICO E NÃO IRRITANTE. EMBALAGEM QUE ASSEGURA A INTEGRIDADE DO MATERIAL A SER ESTERILIZADO, GARANTINDO SUA PROTEÇÃO QUANTO A AÇÃO DE AGENTES EXTERNOS. PRODUTO DE USO ÚNICO, CAIXA COM 500 FOLHAS.

PINÇA ANATÔMICA DISSECÇÃO COM SERRILHA NORMAL, EM AÇO INOX DE 1º QUALIDADE, 10CM.

PINÇA PARA BIOPSIA GINECOLÓGICA DO COLO UTERINO, CONFECCIONADA EM AÇO INOX DE 1ª QUALIDADE, 3MM.

PINÇA PARA BIOPSIA GINECOLÓGICA DO COLO UTERINO, CONFECCIONADA EM AÇO INOX DE 1ª QUALIDADE, 5MM.

PINÇA ANATÔMICA SEM DENTE, EM AÇO INOX DE 1º QUALIDADE, 12CM.

PINÇA ANATÔMICA SEM DENTE, EM AÇO INOX DE 1º QUALIDADE, 14CM.

PORTA AGULHA MÉDIA MAYO HEGAR

REFIL TESTA/QUEIXO PARA IMOBILIZADOR DE CABEÇA.

SERINGA 20ML LS (BICO LISO), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LÁTEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

SERINGA 5ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LÁTEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

SERINGA DESCARTÁVEL DE 5ML, COM AGULHA FIXA 8,0X0,33MM, GRADUADA EM 50 UNIDADES, ESCALA DE UMA EM UMA UNIDADE, A SERINGA NÃO DEVERÁ TER ESPAÇO MORTO E DEVERÁ TER ÊMBOLO DE CORTE RETO GARANTINDO A PRECISÃO NA DOSAGEM, EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRIL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE, IDEAL PARA CRIANÇA, ADOLESCENTE E ADULTO MAGRO (IMC ATÉ 25). COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

SERINGA PARA INSULINA, ULTRA-FINE II (0,5ML), AGULHA 8MM COMP (5/16, 0.3MM CALIBRE (30G), PACOTE COM 10 UNIDADES.

SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 10 CURTA, DESCARTÁVEL, TUBO DE PVC, ATÓXICO, FLEXÍVEL.

SONDA NASOGÁSTRICA Nº06 LONGA, DESCARTÁVEL DE TUBO PVC ATÓXICO, FLEXÍVEL.

SONDA NASOGÁSTRICA Nº10 LONGA, DESCARTÁVEL DE TUBO PVC ATÓXICO, FLEXÍVEL.

SONDA NASOGÁSTRICA Nº 06, DESCARTÁVEL DE TUBO PVC ATÓXICO, FLEXÍVEL.

TALA DE IMOBILIZAÇÃO MULTI SPLINT, DESTINADA AO RESGATE E TRANSPORTE DE PESSOAS COM TRAUMAS DE ACIDENTES, ONDE HAJA NECESSIDADE DE IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA DOS MEMBROS; CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO EXPANDIDO COM CÉLULAS DE AR, IMPERMEÁVEL, FLEXÍVEL E LAVÁVEL COM FECHAMENTO COM FAIXAS DE VELCRO DE 50CM DE LARGURA. TRANSLÚCIDO AO RX. BOLSA COM ALÇAS PARA TRANSPORTE. CÓD.: 2300315

TERMÔMETRO CLÍNICO DE MERCÚRIO, PARA AFERIÇÃO DE TEMPERATURA CORPORAL.

TERMÔMETRO DIGITAL, QUE APRESENTE TEMPERATURA INTERIOR E EXTERIOR EM SIMULTÂNEO; GRAUS CÉLCIUS FARENHEITS, PARA USO EM GELADEIRA DE SALA DE IMUNIZAÇÃO.

TERMÔMETRO DE TESTA DIGITAL SEM CONTATO.

TESOURA LISTER, PARA BANDAGEM, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI - 420 DE 1ª QUALIDADE, 19CM.

TRAVESSEIRO COM CAPA DE NAPA

TUBO DE ENSAIO PARA COLETA DE SANGUE, SISTEMA A VÁCUO COM GEL SEPARADOR. VIDRO COM TAMPA DE BORRACHA, CAPACIDADE PARA 10ML.

TUBO PARA COLETA DE SANGUE EDTA K2 TAMPA ROXA 4ML

AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 30X8.0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.

APARELHO PARA AFERIÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL ADULTO PARA OBESOS, COM ESFIGNOMANÔMETRO DO TIPO ANERÓIDE DE 0 A 300 MMHG, ALTA PRECISÃO, COM BRAÇADEIRA DE PINOS DE METAL CONFECCIONADA EM TECIDO (NYLON OU BRIM) RESISTENTE, MANGUITO CONSTRUÍDO EM LÁTEX, COM PÊRA E VÁLVULA. COM BOLSA PARA ACONDICIONAMENTO.

APARELHO PARA AFERIÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL INFANTIL, COM BRAÇADEIRA DE PINOS DE METAL OU VELCRO CONFECCIONADA EM TECIDO (NYLON OU BRIM) RESISTENTE, MANGUITO CONSTRUÍDO EM LÁTEX, COM PÊRA E VÁLVULA, ESFIGNOMANÔMETRO DO TIPO ANERÓIDE DE 0 A 300MMHG DE ALTA PRECISÃO. COM BOLSA PARA ACONDICIONAMENTO.

APARELHO PARA TESTE DE GLICEMIA, COMPATÍVEL PARA FITA G - TECH (SOMENTE APARELHO).

BALANÇA DE BANHEIRO DIGITAL, CAPACIDADE DE PESO 150KG, ALIMENTAÇÃO À PILHA, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO, INDICADOR DE BATERIA FRACA.

BALDE EM AÇO INOX DE 1ª QUALIDADE, TAMANHO 5L.

CADEIRA DE RODAS BANHO POP – BAXMANN COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: ESTRUTURA DE AÇO COM PINTURA EPOXY; APOIO PARA BRAÇOS FIXOS; APOIO PARA PÉS FIXO; LARGURA DO ASSENTO 40CM; LARGURA ENTRE RODAS 55CM; RODAS COM FREIOS/TRAVA; MATERIAL UTILIZADO NO ASSENTO DE ALTA DURABILIDADE QUE POSSA SER USADA POR PACIENTES NO BANHO OU VASO SANITÁRIO; PESO PARA USUÁRIOS DE ATÉ 70KG.

CAIXA COLETORA PARA PERFURO CORTANTE 03 LITROS, COM BANDEJA COLETORA DE PAPELÃO, PAREDES E FUNDO RESISTENTE DE PAPELÃO E SACO PLÁSTICO, TRAVAS PROVISÓRIAS E PERMANENTE.

COLAR CERVICAL TAMANHO G, EXCLUSIVO PARA USO PRÉ-HOSPITALAR, COM DESENHO ASSIMÉTRICO, DOBRÁVEL E PLANO, COM JANELA TRAQUEAL EXTRA GRANDE PARA ACESSO A REGIÃO CERVICAL ANTERIOR (PULSO CAROTÍDEO E ACESSO CIRÚRGICO DE VIA AÉREA SUPERIOR), COM FECHO DE VELCRO DE LARGURA MÍNIMA DE 5CM, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, RADIOTRANSARENTE, COM ENCHIMENTO DE ESPUMA EM TODAS AS FACES DE CONTATO COM A PELE DO PACIENTE E DOTADA DE APOIO PARA A MANDÍBULA.

COLAR CERVICAL TAMANHO INFANTIL, EXCLUSIVO PARA USO PRÉ-HOSPITALAR, COM DESENHO ASSIMÉTRICO, DOBRÁVEL E PLANO, COM JANELA TRAQUEAL EXTRA GRANDE PARA ACESSO A REGIÃO CERVICAL ANTERIOR (PULSO CAROTÍDEO E ACESSO CIRÚRGICO DE VIA AÉREA SUPERIOR), COM FECHO DE VELCRO DE LARGURA MÍNIMA DE 5CM, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, RADIOTRANSARENTE, COM ENCHIMENTO DE ESPUMA EM TODAS AS FACES DE CONTATO COM A PELE DO PACIENTE E DOTADA DE APOIO PARA A MANDÍBULA.

COLAR CERVICAL TAMANHO M, EXCLUSIVO PARA USO PRÉ-HOSPITALAR, COM DESENHO

ASSIMÉTRICO, DOBRÁVEL E PLANO, COM JANELA TRAQUEAL EXTRA GRANDE PARA ACESSO A REGIÃO CERVICAL ANTERIOR (PULSO CAROTÍDEO E ACESSO CIRÚRGICO DE VIA AÉREA SUPERIOR), COM FECHO DE VELCRO DE LARGURA MÍNIMA DE 5CM, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, RADIOTRANSARENTE, COM ENCHIMENTO DE ESPUMA EM TODAS AS FACES DE CONTATO COM A PELE DO PACIENTE E DOTADA DE APOIO PARA A MANDÍBULA.

COLAR CERVICAL TAMANHO P, EXCLUSIVO PARA USO PRÉ-HOSPITALAR, COM DESENHO ASSIMÉTRICO, DOBRÁVEL E PLANO, COM JANELA TRAQUEAL EXTRA GRANDE PARA ACESSO A REGIÃO CERVICAL ANTERIOR (PULSO CAROTÍDEO E ACESSO CIRÚRGICO DE VIA AÉREA SUPERIOR), COM FECHO DE VELCRO DE LARGURA MÍNIMA DE 5CM, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, RADIOTRANSARENTE, COM ENCHIMENTO DE ESPUMA EM TODAS AS FACES DE CONTATO COM A PELE DO PACIENTE E DOTADA DE APOIO PARA A MANDÍBULA.

COLETOR UNIVERSAL, DE 80ML COM TAMPA DE ROSCA ESTÉRIL.

COMADRE EM INÓX.

CUBA REDONDA EM AÇO INOX, CAPACIDADE DE 1,2 LITROS, 10,5CMX5CM.

DRENO DE PENROSE PURO LÁTEX, TAMANHO 01 ESTERELIZADO. REGISTROS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

DRENO DE PENROSE PURO LÁTEX, TAMANHO 02 ESTERELIZADO. REGISTROS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

DRENO DE PENROSE PURO LÁTEX, TAMANHO 03 ESTERELIZADO. REGISTROS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

ELETRODO CARDIOLOGICO EM ADESIVO E GEL PARA MONITORAMENTO CARDIACA PACOTE COM 30 UNIDADES

ENVELOPE GRAU CIRÚRGICO AUTO SELANTE 150 X 250, CAIXA COM 100 UNIDADES.

ENVELOPE GRAU CIRÚRGICO AUTO SELANTE 09X16, CAIXA COM 100 UNIDADES.

ENVELOPE GRAU CIRÚRGICO AUTO SELANTE 13X7, CAIXA COM 100 UNIDADES.

ENVELOPE GRAU CIRÚRGICO AUTO SELANTE 24X38, CAIXA COM 100 UNIDADES.

EQUIPO MICROGOTAS, PONTA PERFURANTE COM TAMPA PROTETORA, CÂMARA FLEXÍVEL, GOTEJADORA EM MICROGOTAS, TUBO EM PVC DE 1,50CM, PINÇA ROLETE PRA CONTROLE DE VOLUME, CONEXÃO LUER.

ESPARADRAPO 2,5CMX4,5M, TECIDO 100% ALGODÃO COM RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE, COM MASSA ADESIVA Á BASE DE BORRACHA NATURAL, ÓXIDO DE ZINCO E RESINA. EMBALAGEM COM CAPA PROTETORA.

ESPARADRAPO 25CMX0,90M, TECIDO 100% ALGODÃO COM RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE, COM MASSA ADESIVA Á BASE DE BORRACHA NATURAL, ÓXIDO DE ZINCO E RESINA. EMBALAGEM COM CAPA PROTETORA.

ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL ALTA ADERÊNCIA COM LACRE DE PROTEÇÃO QUE IMPEDE A VIOLAÇÃO INDICAÇÃO CURATIVOS QUE EXIGEM ALTA COMPRESSÃO OU MOBILIZAÇÃO, MEDINDO 5CM X 4,5 M, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

ESPÁTULA DE AYRES, DE MADEIRA, RESISTENTE, PONTAS ARREDONDADAS DESCARTÁVEIS, UTILIZADA PARA COLETA DE EXAMES GINECOLÓGICOS, MEDINDO 18CM DE COMPRIMENTO. PACOTE COM 100 UNIDADES.

ESPÉCULO LUBRIFICADO ESTERILIZADO GRANDE, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.

ESPÉCULO SEM LUBRIFICAÇÃO, ESTERILIZADO MÉDIO, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.

ESPÉCULO SEM LUBRIFICAÇÃO, ESTERILIZADO PEQUENO, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO

DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.

ESPÉCULO LUBRIFICADO ESTERILIZADO PEQUENO, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.

ESPÉCULO NASAL INÓX HARTMANN, TAMANHO 01.

ESPÉCULO NASAL INÓX HARTMANN, TAMANHO 02.

ESPÉCULO NASAL INÓX HARTMANN, TAMANHO 03.

FIO CATGUT SIMPLES 2.0 COM AGULHA ATRAUMÁTICA, ESTRIADA E DE AÇO INOX, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO), CAIXA COM 24 UNIDADES.

FIO CATGUT SIMPLES 5.0 COM AGULHA ATRAUMÁTICA, ESTRIADA E DE AÇO INOX, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO), CAIXA COM 24 UNIDADES.

FIO PARA SUTURA VICRIL NUMERO 3

FIO PARA SUTURA VICRIL NUMERO 4

FIO SEDA TRANÇADO PRETO 4-0 AGULHA 17MM COM 45CM

KIT PARA NEBULIZADOR ADULTO - CONJUNTO COMPLETO COM UMA EXTENSÃO COM CONECTOR PARA AR COMPRIMIDO OU OXIGÊNIO, UMA MÁSCARA ADULTO E UM RECIPIENTE PARA A MEDICAÇÃO. DE FÁCIL LIMPEZA E PRÁTICO MANUSEIO. FABRICADO EM MATERIAL ATÓXICO, A MÁSCARA DEVE SER CONFECCIONADA EM SILICONE, CONTENDO MÁSCARA/INTERMEDIÁRIO/COPINHO.

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 22/03/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0001-2016.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARAVILHA, por intermédio do órgão **CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS**, e a empresa **ALCI N. BECKER & CIA LTDA. - EPP**, para os seguintes **municípios**: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0001/2016, para aquisição/contratação dos seguintes produtos ou serviços:

APARELHO NEGATOSCÓPIO

BALDE EM AÇO INOX DE 1ª QUALIDADE, TAMANHO 15L.

BALDE EM AÇO INOX DE 1ª QUALIDADE, TAMANHO 5L.

BANDEJA EM AÇO INOX DE 1ª QUALIDADE, TAMANHO 31,5X21X4CM.

CADEIRA DE RODAS, CONSTRUÍDA EM AÇO CARBONO DE ALTA DURABILIDADE, DEVE POSSUIR ASSENTO E ENCOSTO FORRADO E REVESTIDO EM NYLON QUE PROPORCIONA CONFORTO AO USUÁRIO; DEVE SER DOBRÁVEL, DE FORMA QUE FACILITA O ARMAZENAMENTO E O TRANSPORTE; DEVE CONTER FREIOS BILATERAIS E ARO IMPULSOR BILATERAL QUE GARANTEM SEGURANÇA E AGILIDADE AO USUÁRIO; DEVE TER APOIO PARA BRAÇOS FORRADOS E REVESTIDOS; SUPORTE PARA OS PÉS FIXO, DE FORMA QUE PROPORCIONE CONFORTO; OS PNEUS DEVEM SER MACIÇOS NAS DUAS RODAS DIANTEIRAS, ARO 06 E NAS DUAS RODAS TRASEIRAS O ARO DEVE SER 24 EM ALUMÍNIO, DE FORMA QUE CONFEREM SEGURANÇA AO USUÁRIO; CAPACIDADE DE CARGA ATÉ 85 KG.

COLCHONETE PARA MACA ARTICULADA, COM DENSIDADE MÍNIMA 80MM DE ESPESSURA, REVESTIDO EM MATERIAL LAVÁVEL E IMPERMEÁVEL, TAMANHO 78CMX48CMX8CM.

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 22/03/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0001-2016.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARAVILHA, por intermédio do órgão **CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS**, e a empresa **MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, para os seguintes **municípios**: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0001/2016, para aquisição/contratação dos seguintes produtos ou serviços:

APARELHO PARA TESTE DE GLICEMIA, COM MEMÓRIA DE ARMAZENAGEM DE ATÉ 300 TESTES, COMPATÍVEL PARA FITA ON CALL PLUS (SOMENTE APARELHO).

COLCHÃO SOLTEIRO PNEUMÁTICO. DIMENSÕES INFLAVEL 94,5 X 198 CM. CONFECCIONADO EM POLIVINIL, COMPOSTA DE CÉLULAS UNIFORMES, NO MÍNIMO 125 CÉLULAS, VOLUME DE AR AJUSTÁVEL, CICLO DE AR ALTERNADO, COM ATÉ 60 GRAUS DE POSSIBILIDADE DE INCLINAÇÃO. COM COMPRESSOR 220V, MANGUEIRA DE CONEXÃO COMPRESSOR COLCHÃO, UNIDADE DE CONTROLE DE AR.

FITA PARA TESTE DE GLICOSE, COMPATIVEL COM APARELHO ON CALL PLUS CAIXA COM 50 UNIDADES (PARA CADA CAIXA 5 APARELHOS EM CONSIGNAÇÃO).

LANCETA PARA LANCETADORES FORMATO E ENCAIXE UNIVERSAL PARA A MAIORIA DOS LANCETADORES EXISTENTES. EXPESSURA ULTRA-FINA COM PONTA TRIANGULAR PENETRAÇÃO CONSISTENTE.

LANCETAS COM SISTEMA DE PUNÇÃO DIGITAL, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, DE UTILIZAÇÃO ÚNICA PARA COLETA DE AMOSTRA DE SANGUE CAPILAR, COM PERFURAÇÃO DE 1,5MM, COM RETRAÇÃO AUTOMÁTICA DA AGULHA. DEVE ATENDER A NR 32 DA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO ANVISA). CAIXA COM 200 UNIDADES.

TIRAS DE TESTE DE GLICEMIA (COMPOSIÇÃO: GLICOSE OXIDASE<25IU, MEDIADOR<300MG. AGENTE SECANTE (SILICA GEL) (COMPATÍVEL COM APARELHO ON CALL PLUS) - CAIXA C/50 UNIDADES, INCLUINDO 5 APARELHOS GLICOSIMETRO DA MESMA MARCA DAS TIRAS POR CAIXA.

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 22/03/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0001-2016.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARAVILHA, por intermédio do órgão **CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS**, e a empresa **ERIMAR INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME**, para os seguintes municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibí, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0001/2016, para aquisição/contratação dos seguintes produtos ou serviços:

ATADURA DE CREPOM 08CM X 3M (1,20M EM REPOUSO), CONFECCIONADA COM TECIDO CRU, FIOS COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM. DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.

ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 08CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.

ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 30CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.

COMPRESSA DE GAZE TIPO QUEIJO, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO NOMINAL 91X91CM, COR BRANCA, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADAS PARA DENTRO, EMBALADAS INDIVIDUAL EM PACOTE PLÁSTICO, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT, PESO MÍNIMO 1450 GRAMAS.

COMPRESSA CAMPO OPERATÓRIO, 45CMX50CM, C/ 13 FIOS, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT, PACOTE COM 50 UNIDADES.

COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO 10X10CM E 20X40CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, COM PESO MÍNIMO DE 950GR POR PACOTE, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO 7,5X7,5CM E 15X30CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, COM PESO MÍNIMO DE 450GR POR PACOTE, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

ATADURA DE CREPOM 08CM X 3M (1,20M EM REPOUSO), CONFECCIONADA COM TECIDO CRU, FIOS COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM. DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.

ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 08CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.

ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 30CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.

ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 10CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 21,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056. A EMBALAGEM DEVE SER INDIVIDUAL NUM PACOTE COM 12 UNIDADES.

ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 15CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 32,7G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056. A EMBALAGEM DEVE SER INDIVIDUAL NUM PACOTE COM 12 UNIDADES.

ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 20CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 42,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056. A EMBALAGEM DEVE SER INDIVIDUAL NUM PACOTE COM 12 UNIDADES.

COMPRESSA CAMPO OPERATÓRIO, 45CMX50CM, C/ 13 FIOS, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT, PACOTE COM 50 UNIDADES.

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 22/03/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0001-2016.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARAVILHA, por intermédio do órgão **CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS**, e a empresa **FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA**, para os seguintes municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0001/2016, para aquisição/contratação dos seguintes produtos ou serviços:

BANDAGEM DE ALGODÃO E POLIÉSTER, COM PASTA COMPOSTA POR GLICERINA, ÓXIDO DE ZINCO, PETROLATO BRANCO, ÁGUA, ACÁCIA E ÓLEO DE RÍCINO, INDICADA PARA O TRATAMENTO AMBULATORIAL DE ÚLCERAS VENOSAS DE PERNA E EDEMA LINFÁTICO. BOTA DE UNNA (10,2CM 914,4CM).

BANDAGEM ELÁSTICA COMPOSTA DE ALGODÃO, DE ALTA COMPRESSÃO ELÁSTICA E REUTILIZÁVEL (10CM X 3M) VISCOSE, NYLON, POLIURETANO E ELASTANO, COM UMA LINHA CENTRAL AMARELA E DOIS INDICADORES DE EXTENSÃO RETANGULARES, QUE SE ADAPTA A PERNAS DE DIFERENTES TAMANHOS, DESTINADA AO USO EM PACIENTES COM RETORNO VENOSO PREJUDICADO, INDICADO PARA TRATAMENTO DE ÚLCERAS VENOSAS DE PERNA E AFECÇÕES ASSOCIADAS ONDE ESTÁ INDICADA A TERAPIA POR COMPRESSÃO, TAMANHO 10CM X 3M EM ROLO.

COMPRESSA DE GAZE CONFECCIONADA EM RAYON, NÃO ESTÉRIL, EMBEBIDA EM ÓLEO COMPOSTO DE AGE, ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS E TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA, ÓLEO DE MELALEUCA E COPAÍBA, LICITINA DE SOJA, VITAMINAS A E E 9 (7,5X15CM) COM CINCO ML DE ÓLEO. CAIXA CONTENDO 24 SACHET EMBALADOS INDIVIDUALMENTE.

COMPRESSA DE GAZE CONFECCIONADA EM RAYON, NÃO ESTÉRIL, EMBEBIDA EM ÓLEO COMPOSTO DE AGE, ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS E TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA, ÓLEO DE MELALEUCA E COPAÍBA, LICITINA DE SOJA, VITAMINAS A E E 9 (7,5X7,5CM) COM TRÊS ML DE ÓLEO. CAIXA CONTENDO 24 SACHET EMBALADOS INDIVIDUALMENTE.

CURATIVO DE HIDROCOLOIDE E ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO CONSTITUÍDO DE ÁGUA PURIFICADA, PROPILENOGLICOL, CARBOXICELULOSE SÓDICA, CARBÔMETRO 940, TRIETANOLAMINA, ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO, SORBATO DE POTÁSSIO, ÁCIDO BÓRICO, HIDANTOÍNA (CONSERVANTE ESTE DE GRANDE IMPORTÂNCIA PARA MANUTENÇÃO DA ESTABILIDADE DO PRODUTO POR ATÉ 28 DIAS APÓS ABERTO NUM AMBIENTE AQUOSO), HIDRATANTE E ABSORVENTE, TRANSPARENTE NA FORMA DE GEL, QUE APRESENTA A CAPACIDADE DE HIDRATAR FERIDAS SECAS E ABSORVER O EXUDATO, INTERAGINDO COM DIVERSOS NÍVEIS DE UMIDADE DA FERIDA, PARA CAVIDADES PROFUNDAS, ÚLCERA DE PERNA - VENOSA E ARTERIAL - PÉ DIABÉTICO, CORTES, ABRASÕES E LACERAÇÕES, QUEIMADURAS DE 1º E 2º GRAUS E ÚLCERAS DE PRESSÃO, AÇÃO HEMOSTÁTICA, DEBRIDANTE, COM PH NEUTRO, COM TAMPA FLIP TOP, TUBO COM 85 GRAMAS .

CURATIVO DE FIBRAS DE ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO, PLACA DE FIBRA DE ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO (7,5X12 CM), MACIO, EM PLACA, QUE ABSORVEM O EXSUDATO DA FERIDA OU SOLUÇÃO SALINA, TRANSFORMANDO-SE EM UMA CAMADA FIRME DE GEL, FORMANDO UM AMBIENTE ÚMIDO E AQUECIDO, ENTRE A FERIDA E O CURATIVO. EM CONTATO COM O SANGUE, AS FIBRAS DE ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO PROMOVEM HEMOSTASIA. CAIXA COM 05 CURATIVOS.

CURATIVO DE HIDROCOLÓIDE E ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO, CONSTITUÍDO DE ÁGUA PURIFICADA, PROPILENOGLICOL, CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA, CARBOMERO 940, TRIETANOLAMINA, SORBATO DE POTÁSSIO, ÁCIDO BÓRICO, HIDANTOÍNA, CONSERVANTES IMPORTANTES PARA A MANUTENÇÃO DA ESTABILIDADE DO PRODUTO POR ATÉ 28 DIAS APÓS ABERTO NUM AMBIENTE AQUOSO, HIDRATANTE E ABSORVENTE, TRANSPARENTE NA FORMA DE GEL, QUE APRESENTA A CAPACIDADE DE HIDRATAR FERIDAS SECAS E ABSORVER O EXSUDATO, INTERAGINDO COM DIVERSOS NÍVEIS DE UMIDADE DA FERIDA, PARA CAVIDADES PROFUNDAS, ÚLCERA DE PERNA (VENOSA E ARTERIAL) PÉ DIABÉTICO, CORTES, ABRASÕES E LACERAÇÕES, QUEIMADURAS DE 1º E 2º GRAUS E ÚLCERAS DE PRESSÃO, AÇÃO HEMOSTÁTICA, DEBRIDANTE, COM PH NEUTRO, COM TAMPA FLIP TOP. TUBO COM 85GR. COM BULA.

CURATIVO DE HIDROFIBRA, COMPOSTO DE CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA E DE PRATA IÔNICA 1 A 2% SUPERABSORVÍVEL, NÃO ADERENTE, ESTÉRIL, PARA LEÕES PLANAS E OU CAVITÁRIAS, PARA O TRATAMENTO DE QUEIMADURAS, FERIDAS CRÔNICAS, ULCERATIVAS, TRAUMÁTICAS E CIRURGICAS DE GRANDE QUANTIDADE DE EXUDATO E ODOR FORTE, FORMATO RETANGULAR MEDINDO 20CM X 30 CM , CAIXA COM 05 UNIDADES COM VALIDADE MÁXIMA DE 24 MESES.

CURATIVO DE HIDROFIBRA, COMPOSTO DE CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA E DE PRATA IÔNICA 1 A 2% SUPERABSORVÍVEL, NÃO ADERENTE, ESTÉRIL, PARA LEÕES PLANAS E OU CAVITÁRIAS, PARA O TRATAMENTO DE QUEIMADURAS, FERIDAS CRÔNICAS, ULCERATIVAS, TRAUMÁTICAS E CIRURGICAS DE GRANDE QUANTIDADE DE EXUDATO E ODOR FORTE, FORMATO RETANGULAR MEDINDO 10 CM X 10 CM , CAIXA COM 10 UNIDADES , VALIDADE MINIMA DE 24 MESES.

CURATIVO GELIFICANTE COM HIDROFIBRA, OCLUSIVO, COMPOSTO DE CINCO CAMADAS: UMA CAMADA SUPERIOR IMPERMEÁVEL COM REVESTIMENTO DE ESPUMA DE POLIURETANO, UMA CAMADA DE

HIDROCOLÓIDE COM BORDAS ADESIVAS BETAHESIVE, UMA CAMADA CENTRAL ABSORVENTE DE FIBRAS 100% CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA (TECNOLOGIA HIDROFIBRA), UMA REDE DE POLIAMIDA E UMA FINA CAMADA POROSA NÃO ADESIVA DE FIBRAS 100% CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA (TECNOLOGIA HIDROFIBRA), ALTAMENTE MOLDÁVEL AO LEITO DA FERIDA, COM RETENÇÃO SUPERIOR DE LÍQUIDO, ACOLCHOAMENTO SUPERIOR, CONTROLA LATERALMENTE O EXSUDATO PROTEGENDO A PELE AO REDOR DA FERIDA, AJUDA O PACIENTE A RETOMAR SUAS ATIVIDADES DIÁRIAS, COM DESENHO ERGONÔMICO PARA REGIÃO SACRAL E PARA O CALCANHAR. PROTEÇÃO BACTERIANA E VIRAL, COM RETENÇÃO DE MICROORGANISMOS E ENZIMAS CONTIDAS NO EXSUDATO, IMPERMEÁVEL, COM TEMPO DE USO PROLONGADO. INDICADO PARA LESÕES DE MODERADO A ACENTUADO EXSUDATO: LACERAÇÕES, ÚLCERA DE PERNA, ÚLCERA POR PRESSÃO, ÚLCERA EM DIABÉTICOS, FERIDAS CIRÚRGICAS, QUEIMADURAS DE 2º GRAU, FERIDAS TRAUMÁTICAS, ÚLCERA NEUROPÁTICA, TAMANHO 14X14 CM.

CURATIVO TRATAMENTO PLACA, COM HIDROFIBRA ANTIMICROBIANO COMPOSTO DE FIBRAS COM 100%, DE CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA E PRATA IÔNICA ALTAMENTE ABSORVENTE, QUE INTERAGE COM O EXUDATO DA FERIDA FORMANDO UM GEL MACIO QUE MANTÉM O MEIO ÚMIDO PROPORCIONANDO O AMBIENTE IDEAL A CICATRIZAÇÃO, AUXILIA NO DESBRIDAMENTO, AUTOLÍTICO E REMOÇÃO SEM CAUSAR TRAUMA AO TECIDO RECÉM FORMADO, COM DRENAGEM VERTICAL AVANÇADA E LATERAL CONTROLADA, MANTÉM O FLUÍDO DISTANTE DA FERIDA E PELE CIRCUNDANTE, O FLUÍDO RETIDO DENTRO DAS FIBRAS É CONVERTIDO IMEDIATAMENTE EM GEL TRANSLÚCIDO, ABSORVENDO 25 VEZES SEU PESO EM FLUÍDOS. COM REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 10 CURATIVOS DE 10X10CM.

CURATIVO TRATAMENTO PLACA, COM HIDROFIBRA ANTIMICROBIANO COMPOSTO DE FIBRAS COM 100% DE CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA E PRATA IÔNICA ALTAMENTE ABSORVENTE, QUE INTERAGE COM O EXUDATO DA FERIDA FORMANDO UM GEL MACIO QUE MANTÉM O MEIO ÚMIDO PROPORCIONANDO O AMBIENTE IDEAL A CICATRIZAÇÃO, AUXILIA NO DESBRIDAMENTO, AUTOLÍTICO E REMOÇÃO SEM CAUSAR TRAUMA AO TECIDO RECÉM FORMADO, COM DRENAGEM VERTICAL AVANÇADA E LATERAL CONTROLADA, MANTÉM O FLUÍDO DISTANTE DA FERIDA E PELE CIRCUNDANTE, O FLUÍDO RETIDO DENTRO DAS FIBRAS É CONVERTIDO IMEDIATAMENTE EM GEL TRANSLÚCIDO, ABSORVENDO 25 VEZES SEU PESO EM FLUÍDOS. COM REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 05 CURATIVOS DE 15X15CM.

CURATIVO TRATAMENTO PLACA, INTERATIVO COMPOSTO DE UMA CAMADA INTERNA A BASE DE 3 HIDROCOLÓIDES (GELATINA, PECTINA E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA) REVESTIDO DE UMA LÂMINA DE POLIURETANO, IMPERMEÁVEL A ÁGUA E OUTROS AGENTES EXTERNOS, ABSORVENTE, FLEXÍVEL, AUTO ADERENTE, AÇÃO BACTERIOSTÁTICA, ESTÉRIL, ESPESSURA FINA, PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE ÚLCERA DE PELE SUPERFICIAIS E FERIDAS PÓS CIRÚRGICAS. CAIXA COM 05 CURATIVOS TAMANHO 10X10CM.

CURATIVO TRATAMENTO PLACA, INTERATIVO COMPOSTO DE UMA CAMADA INTERNA A BASE DE 3 HIDROCOLÓIDES (GELATINA, PECTINA E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA) REVESTIDO DE UMA LÂMINA DE POLIURETANO, IMPERMEÁVEL A ÁGUA E A OUTROS AGENTES EXTERNOS, ABSORVENTE, FLEXÍVEL, AUTO-ADERENTE, AÇÃO BACTERIOSTÁTICA, ESTÉRIL, ESPESSURA MÉDIA, PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE ÚLCERA DE PRESSÃO LIMPA. COM REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 5 CURATIVOS DE 10X10CM.

CURATIVO TRATAMENTO PLACA, INTERATIVO COMPOSTO DE UMA CAMADA INTERNA A BASE DE 3 HIDROCOLÓIDES (GELATINA, PECTINA E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA) REVESTIDO DE UMA LÂMINA DE POLIURETANO, IMPERMEÁVEL A ÁGUA E A OUTROS AGENTES EXTERNOS, ABSORVENTE, FLEXÍVEL, AUTO-ADERENTE, AÇÃO BACTERIOSTÁTICA, ESTÉRIL, ESPESSURA MÉDIA, PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE ÚLCERA DE PRESSÃO LIMPA. COM REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 5 CURATIVOS DE 20X20 CM.

FITA PARA TESTE DE GLICOSE, COMPATÍVEL COM APARELHO ACCU CHEK, CAIXA COM 50 UNIDADES (PARA CADA CAIXA 5 APARELHOS EM CONSIGNAÇÃO).

GEL HIDRATANTE COM ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO + CARBOXIMETILCELULOSESÓDICA - CURATIVO DE HIDROCOLÓIDE E ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO, CONSTITUÍDO DE ÁGUA PURIFICADA, PROPILENOGLICOL, CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA, CARBÔMERO 940, TRIETANOLAMINA, ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO, SORBATO DE POTÁSSIO, ÁCIDO BÓRICO, HIDANTOÍNA, - CONSERVANTES ESTES DE GRANDE IMPORTÂNCIA PARA MANUTENÇÃO DA ESTABILIDADE DO PRODUTO POR ATÉ 28 DIAS APÓS ABERTO- NUM AMBIENTE AQUOSO, HIDRATANTE E ABSORVENTE, TRANSPARENTE NA FORMA DE GEL, QUE APRESENTA A CAPACIDADE DE HIDRATAR FERIDAS SECAS E ABSORVER O EXSUDATO, INTERAGINDO COM DIVERSOS NÍVEIS DE UMIDADE DA FERIDA, PARA CAVIDADES PROFUNDAS, ÚLCERAS DE PERNA – VENOSA E ARTERIAL – PÉ DIABÉTICO, CORTES, ABRASÕES E LACERAÇÕES, QUEIMADURAS DE 1º E 2º GRAUS E ÚLCERAS DE PRESSÃO, AÇÃO HEMOSTÁTICA, DEBRIDANTE, COM PH NEUTRO, COM TAMPA FLIP TOP, TUBO COM 85GR, COM APRESENTAÇÃO DA BULA.

LENÇO BARREIRA PROTETORA, LENÇO NÃO ESTERIL, BRANCO DE UM MATERIAL NÃO TRANÇADO, SATURADO COM UMA COMBINAÇÃO DE RESINA ALCOÓLICA, QUE AO SER APLICADO AO REDOR DO ESTOMA, APÓS A EVAPORAÇÃO DO ÁLCOOL FORMA UM FILME PROTETOR FLEXÍVEL ENTRE A PELE E AS PLACAS DOS DISPOSITIVOS PARA CUIDADOS COM ESTOMAS, CAIXA COM 100 UNIDADES.

PELICULA REMOVEDORA DE ADESIVO, LENÇO NÃO ESTERIL, BRANCO, DE UM MATERIAL NÃO

TRANÇADO, SATURADO COM UMA COMBINAÇÃO DE LÍQUIDOS ESPECIAIS QUE AJUDAM NA REMOÇÃO DE RESÍDUOS ADESIVOS QUE PREMANECEM NA PELE, COMO BOLSAS E PLACAS. CAIXA COM 100 UNIDADES

TIRA REAGENTE PARA DETERMINAÇÃO DE GLICEMIA, COMPOSTA POR 6 ELETRODOS DE OURO, QUE ACEITE AMOSTRA CAPILAR, VENOSA, ARTERIAL E NEONATAL, QUE ACEITE APENAS MG/DL COMO UNIDADE DE MEDIDA. FAIXA DE MEDIÇÃO DE 10 A 600 MG/DL, COM REAÇÃO QUÍMICA MEDIADA POR PQQ (GLICOSE DESIDROGENASE), QUE NÃO REAJA COM PO₂ (OXIGENOTERAPIA); PRINCÍPIO DE MEDIÇÃO POR AMPEROMETRIA, TAMANHO MÁXIMO DA AMOSTRA DE 01 MICROLITRO, CALIBRADO PARA PLASMA, TEMPO DE LEITURA ENTRE 05 SEGUNDOS. A EMPRESA DEVERÁ FORNECER SOFTWARE GERENCIADOR DE DADOS EM PORTUGUÊS, QUE PERMITE O GERENCIAMENTO DA DISPENSAÇÃO DE TIRAS E AVALIAÇÃO GLICÊMICA DO PACIENTE EM FORMA DE GRÁFICOS E TABELAS, PARA A ANÁLISE DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE E APRESENTAR CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO (CBPF) EMITIDO PELA ANVISA. FORNECER APARELHOS CONSIGNADOS PROPORCIONAIS AS TIRAS (PARA CADA CAIXA DE 50 TIRAS 5 APARELHOS).

TIRAS REAGENTES PARA DETERMINAÇÃO DA GLICEMIA QUE ACEITE AMOSTRAS CAPILAR, VENOSA, ARTERIAL E NEONATAL. QUE ACEITE APENAS MG/DL COMO UNIDADE DE MEDIDA. FAIXA DE MEDIÇÃO 10 A 600 MG/DL COM REAÇÃO QUÍMICA MEDIADA POR (GLICOSE DESIDROGENASE) QUE NÃO REAJA COM PO₂ (OXIGENOTERAPIA); PRINCÍPIO DE MEDIÇÃO FOTOTERAPIA OU AMPEROTERAPIA. TAMANHO MÁXIMO DA AMOSTRA DE 0,2 MICROLITROS, CALIBRADO PARA PLASMA, TEMPO DE LEITURA 5 A 10 SEGUNDOS, APRESENTAR A BULA DO PRODUTO E CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO (CBPF) EMITIDO PELA ANVISA. OS MONITORES DEVERÃO SE ENTREGUES EM REGIME DE COMODATO, BEM COMO DISPONIBILIZAR SOFTWARE DE GERENCIAMENTO EM PORTUGUES, BEM COMO OS CABOS DE CONEXÃO PARA AS UNIDADES DE SAÚDE. CAIXAS COM 50 TIRAS COM APARELHOS PROPORCIONAIS.

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 22/03/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0001-2016.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARAVILHA, por intermédio do órgão **CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS**, e a empresa **WEM EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA**, para os seguintes municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0001/2016, para aquisição/contratação dos seguintes produtos ou serviços:

CANETA EXTRA PARA ELETROCAUTÉRIO

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 22/03/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0001-2016.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARAVILHA, por intermédio do órgão **CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS**, e a empresa **EQUIPOS COMERCIAL LTDA - ME**, para os seguintes municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0001/2016, para aquisição/contratação dos seguintes produtos ou serviços:

CARRO AUXILIAR PARA CURATIVO COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: FABRICADA EM AÇO INOX (ESTRUTURA E PRATELEIRAS); COM GRADE EM VOLTA; COM LIXEIRO E BACIA; COM AS SEGUINTEES DIMENSÕES: 0,45 X 1,20 X 0,85M

FOCO CLÍNICO COM LUZ FRIA, LÂMPADA ALÓGENA, CORPO EM METAL ESMALTADO NA COR BRANCA, BASE COM RODÍZIOS, HASTE FLEXÍVEL, ALTURA VARIÁVEL, 220V.

MINI-INCUBADORA, CAPACIDADE PARA INCUBAR ATÉ 04 INDICADORES BIOLÓGICOS, ESPAÇO LIVRE TOTAL DE 15CM PARA CADA LADO, ESPAÇO LIVRE PARA ABERTURA DA TAMPA DE 12CM, VOLTAGEM AUTOMÁTICA, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

OXÍMETRO DE PULSO, MEDE E MOSTRA VALORES CONFIÁVEIS DA SPO2 E DA FREQUÊNCIA CARDÍACA; BOTÃO ÚNICO DE LIGAÇÃO PARA FACILITAR A OPERAÇÃO; VISOR GRANDE E FÁCIL VISUALIZAÇÃO; COMPACTO, PORTÁTIL E ILUMINADO; ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE DUAS PILHAS ALCALINAS "AAA"; DISPOSITIVO DESLIGA AUTOMATICAMENTE APÓS 8 SEGUNDOS SEM ATIVIDADE.

OXÍMETRO DE DEDO: DISPOSITIVO PEQUENO, PORTÁTIL, AUTÔNOMO, FUNCIONANDO COM PILHAS COMUNS COM INDICAÇÕES DIGITAIS DA SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO E DA FREQUÊNCIA DO PULSO.

SUPORTE PARA SORO COM ALTURA REGULÁVEL, CAPACIDADE 4 FRASCOS, HASTE CROMADA, PÉS ESMALTADOS COM RODÍZIOS.

SUPORTE (APOIO) DE BRAÇO PARA VERIFICAÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL

CENTRIFUGA HEMATOLOGICA PARA ROTINA LABORATORIAL, COM TAMPA REFORÇADA, COM DISPOSITIVO QUE NÃO PERMITE O FUNCIONAMENTO COM A TAMPA ABERTA, VELOCIDADE DE 4000RPM,

AMBÚ REANIMADOR, INFANTIL, EM SILICONE TRANSPARENTE, COM RESERVATÓRIO DE O₂

AMBÚ REANIMADOR, ADULTO, EM SILICONE TRANSPARENTE, COM RESERVATÓRIO DE

AMBÚ REANIMADOR, NEONATAL, EM SILICONE TRANSPARENTE, COM RESERVATÓRIO DE O₂

BALANÇA DIGITAL PEDIÁTRICA, CAPACIDADE DE PESO 25KG, ALIMENTAÇÃO À PILHA, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO, INDICADOR DE BATERIA FRACA. DISPLAY OPERADORA RDC. COM CONCHA ANATÔMICA.

CARRO AUXILIAR PARA CURATIVO COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: FABRICADA EM AÇO INOX (ESTRUTURA E PRATELEIRAS); COM GRADE EM VOLTA; COM LIXEIRO E BACIA; COM AS SEGUINTEES DIMENSÕES: 0,45 X 1,20 X 0,85M

ESCADA DOIS DEGRAUS, PADRÃO HOSPITALAR COM PISO ANTIDERRAPANTE, EM METAL ESMALTADO

NA COR BRANCA.

FOCO CLÍNICO COM LUZ FRIA, LÂMPADA ALÓGENA, CORPO EM METAL ESMALTADO NA COR BRANCA, BASE COM RODÍZIOS, HASTE FLEXÍVEL, ALTURA VARIÁVEL, 220V.

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 22/03/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0001-2016.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARAVILHA, por intermédio do órgão **CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS**, e a empresa **JUSIMED IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA**, para os seguintes municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS** sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0001/2016, para aquisição/contratação dos seguintes produtos ou serviços:

CURATIVO HIDROCELULAR MULTILAMINAR ESTERIL. TAMANHO 15 X 15CM. CONTEÚDO:5. PRODUTO DE USO ÚNICO PROIBIDO REPROCESSAR.

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 22/03/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0001-2016.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARAVILHA, por intermédio do órgão **CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS**, e a empresa **MC SURGICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA. - ME**, para os seguintes municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0001/2016, para aquisição/contratação dos seguintes produtos ou serviços:

CURATIVO HIDROCOLÓIDE DE BAIXO PERFIL, COM BORDAS DELGADAS, TRANSLÚCIDO, REVESTIDO COM UMA PELÍCULA LISA FRICÇÃO E LINHA DEMARCATÓRIA QUE INDICA O MOMENTO IDEAL DE TROCA DO CURATIVO. PRODUTO ESTÉRIL COMPOSTO POR UMA CAMADA INTERNA COM 3 HIDROCOLÓIDES (GELATINA, PECTINA E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA), POLIISOBUTILENO E POLÍMEROS ELASTOMÉRICOS ADICIONADOS À FÓRMULA PARA CONTROLE DA FORMAÇÃO DE GEL COM UMA CAMADA EXTERNA DE POLIUTERANO QUE OFERECE UMA BARREIRA BACTERIANA E VIRAL. COM REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 5 CURATIVOS DE 10X10CM.

PRAZO: CONFORME EDITAL meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 19.425,00

DATA DE ASSINATURA: 22/03/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0001-2016

PARTES: MUNICÍPIO DE MARAVILHA, por intermédio do órgão **CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS**, e a empresa **COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS HOPITALARES MACROSUL LTDA**, para os seguintes municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0001/2016, para aquisição/contratação dos seguintes produtos ou serviços:

MÁSCARA DE OXIGÊNIO DE ALTA CONCENTRAÇÃO, ALONGADA, TAMANHO ADULTO, COM TUBULAÇÃO DE OXIGÊNIO 2,10 M, E BOLSA RESERVATÓRIO.

MASCARA DE VENTURI ADULTO - PACIENTES QUE NECESSITAM DE APORTE DE O2 COM FRAÇÕES DE OXIGÊNIO ELEVADA EM ALTO FLUXO. KIT COMPOSTO POR MÁSCARA TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ATÓXICA COM ELÁSTICO PARA AJUSTE FACIAL E ORIFÍCIOS LATERAIS; TRAQUEÍIA; 6 DILUIDORES COLORIDOS PARA DIFERENTES CONCENTRAÇÕES DE % DE FIO2, NAS CORES AZUL (24%), AMARELO (28%), BRANCO (31%), VERDE (35%), ROSA (40%), LARANJA (50%) E COPO (BRANCO) COM ENTRADA PARA AR COMPRIMIDO, PROLONGAMENTO DE OXIGÊNIO.

MÁSCARA DE VENTURI, EM SILICONE INFANTIL.

MÁSCARA POCKET BOLSO

OTOSCÓPIO ADULTO COM 5 ESPÉCULOS DE DIFERENTES MEDIDAS, CABO EM METAL CROMADO, PARA USO COM DUAS PILHAS MÉDIAS E REGULAGEM DE INTENSIDADE DE LUZ, COM CABEÇOTE EM METAL CROMADO, CAPA ANTIDERRAPANTE PARA MELHOR EMPUNHADURA. ACONDICIONADO EM BOLSA PRÓPRIA DE CORVIN.

OTOSCÓPIO COM CABO DE METAL, PARA 2 PILHAS MEDIAS, ACOMPANHAM 5 ESPÉCULOS PERMANENTES DE PLASTICO COM DIÂMETRO DE 2,5 MM, 3,0 MM 3,5 MM 4,0 MM E 8,0 MM, POSSUI REGULADOR DE INTENSIDADE DE LUZ, ACOMPANHA ESTOJO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

OXÍMETRO PORTÁTIL, DISPOSITIVO LEVE, CAPAZ DE FAZER VERIFICAÇÃO PONTUAL E MONITORAMENTO CONTÍNUO DE SPO2 E FREQUÊNCIA DE PULSO. IDEAL PARA PACIENTES ADULTOS, PEDIÁTRICOS E NEONATAIS, ACOMPANHANDO SENSORES TIPO CLIP PARA ADULTO E TIPO Y PARA NEONATAL. LCD COLORIDO DE 2,4" EXIBINDO AS LEITURAS DE SPO2 E FREQUÊNCIA DE PULSO, O BRILHO VARIÁVEL DA TELA PERMITE QUE VOCÊ ALTERE A INTENSIDADE DO LCD E ECONOMIZE A ENERGIA DA BATERIA. ALARMES SONOROS E VISUAIS AJUSTÁVEIS. PERMITE EXPORTAR DADOS DO PACIENTE EM TEMPO REAL

PARA UM PC USANDO A TECNOLOGIA DE RAO INFRAVERMELHO OU CABO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 145 MM (L) × 74 MM (W) × 29 MM (H). PESO APROXIMADO: 210G (INCLUINDO BATERIAS).

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 22/03/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0001-2016.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARAVILHA, por intermédio do órgão **CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS**, e a empresa **VANUSA DIAS EIRELI - EPP**, para os seguintes municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0001/2016, para aquisição/contratação dos seguintes produtos ou serviços:

AGULHA 40X12, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 1,20MM E COMPRIMENTO DE 40MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR ROSA E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.

APARELHO NEGATOSCÓPIO

ATADURA GESSADA 8CMX2M.

BOBINA PARA ESTERILIZAÇÃO C/ INDICADORES QUIMICOS. COMPOSIÇÃO: PAPEL GRAU CIRURGICO + FILME PLÁSTICO, FORMATO: 150 MM X 100M.

CABO DE BISTURI EM AÇO INOX Nº 03.

CABO DE BISTURI EM AÇO INOX Nº 04.

CADEIRA DE RODAS, CONSTRUÍDA EM AÇO CARBONO DE ALTA DURABILIDADE, DEVE POSSUIR ASSENTO E ENCOSTO FORRADO E REVESTIDO EM NYLON QUE PROPORCIONA CONFORTO AO USUÁRIO; DEVE SER DOBRÁVEL, DE FORMA QUE FACILITA O ARMAZENAMENTO E O TRANSPORTE; DEVE CONTER FREIOS BILATERAIS E ARO IMPULSOR BILATERAL QUE GARANTEM SEGURANÇA E AGILIDADE AO USUÁRIO; DEVE TER APOIO PARA BRAÇOS FORRADOS E REVESTIDOS; SUPORTE PARA OS PÉS FIXO, DE FORMA QUE PROPORCIONE CONFORTO; OS PNEUS DEVEM SER MACIÇOS NAS DUAS RODAS DIANTEIRAS, ARO 06 E NAS DUAS RODAS TRASEIRAS O ARO DEVE SER 24 NYLON, DE FORMA QUE CONFEREM SEGURANÇA AO USUÁRIO; CAPACIDADE DE CARGA ATÉ 120 KG.

COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO 10X10CM E 20X40CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, COM PESO MÍNIMO DE 950GR POR PACOTE, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).

CUBA REDONDA EM AÇO INOX, PARA ASSEPSSIA, TAMANHO 08CMX04CM.

CUBA RIM EM AÇO INOX.

DISPOSITIVO PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA – URIPEN, CONFECCIONADO EM LÁTEX NATURAL E P.V.C ATÓXICO, TAMANHO Nº 4, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. CAIXA COM 100 UNIDADES.

DISPOSITIVO PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA – URIPEN, CONFECCIONADO EM LÁTEX NATURAL E P.V.C ATÓXICO, TAMANHO Nº 5, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. CAIXA COM 100 UNIDADES.

DISPOSITIVO PARA INFUSÃO SIMULTANEA DE SOLUÇÃO PARENTERAL 2 VIAS COM CLAMP E COM TAMPA (POLIFIX)

EMBALAGEM DE GRAU CIRÚRGICO COMBINADO COM FILME TERMOSELÁVEL, COM INDICATIVO PARA PROCESSOS DE AUTOCLAVES EM ROLOS DE 100 M DE COMPRIMENTO E 05 CM DE LARGURA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

EMBALAGEM DE GRAU CIRÚRGICO COMBINADO COM FILME TERMOSELÁVEL, COM INDICATIVO PARA PROCESSOS DE AUTOCLAVES EM ROLOS DE 100 M DE COMPRIMENTO E 20 CM DE LARGURA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL, TUBO EM PVC COM 1,50CM, CONTROLADOR TIPO PINÇA ROLANTE, CONEXÃO TIPO LUER, EMBALADO INDIVIDUALMENTE.

EQUIPO 2 VIAS, COM CORTA FLUXO. EXTENSÕES EM PVC, DOTADAS DE CLAMP (ABRE E FECHA), CONEXÃO LUER DISTAL PARA DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO, ESTERELIZADO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO

E/ OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

ESPÉCULO LUBRIFICADO ESTERILIZADO MÉDIO, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.

ESTETOSCÓPIO ADULTO DUPLO, AUSCULTADOR DE ALTA SENSIBILIDADE NA CAPTAÇÃO PRECISA DOS MÍNIMOS RUÍDOS, OLIVAS DE FORMATO ANATÔMICO EM BORRACHA ANTIALÉRGICA PARA AJUSTE CONFORTÁVEL E PERFEITA VEDAÇÃO CONTRA SONS AMBIENTES, CONJUNTO BIAURRICULAR DE ARMAÇÃO LEVE E RESISTENTE, TUBO EM Y MOLDADO SEM SOLDAS PARA PROPORCIONAR AMPLIFICAÇÃO E NÍTIDA CONDUÇÃO DO SOM CAPTADO.

FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 3.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.5CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.

FIXADOR CITOPATOLÓGICO SPRAY, SOLUÇÃO DE PROPILENOGLICOL E ÁLCOOL ABSOLUTO QUE POSSUI PROPRIEDADES DE FIXAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DA INTEGRIDADE CELULAR DE ESFREGAÇOS DE MATERIAL BIOLÓGICO ESTENDIDOS EM LÂMINA DE VIDRO. FRASCO COM 100ML.

FRALDA DESCARTAVEL ADULTA TAMANHO M, COMPOSTA POR POLPA DE CELULOSE, POLIMERO SUPERABSORVENTE, FILME DE POLIETILENO, NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, ADESIVOS TERMOPLASTICOS, FIOS DE ELASTANO E FITAS ADESIVAS.REGISTRADOS DSEGUNDO PORTARIA 1480/1990. PACOTE COM 08 UNIDADES.

FRALDA DESCARTAVEL PARA RECEM NASCIDO ATÉ 3,5 KILOS COMPOSTO DE POLPA DE CELULOSE, POLIMERO SUPERABSORVENTE, FILME DE POLIETILENO, FILME DE POLIPROPILENO, NÃO TECIDO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO, ELASTANO E ADESIVO TERMOPLASTICO, PACOTE COM 12 UNIDADES POR PCT

KIT PARA NEBULIZADOR INFANTIL - CONJUNTO COMPLETO COM UMA EXTENSÃO COM CONECTOR PARA AR COMPRIMIDO OU OXIGÊNIO, UMA MÁSCARA ADULTO E UM RECIPIENTE PARA A MEDICAÇÃO. DE FÁCIL LIMPEZA E PRÁTICO MANUSEIO. FABRICADO EM MATERIAL ATÓXICO, A MÁSCARA DEVE SER CONFECCIONADA EM SILICONE, CONTENDO MÁSCARA/INTERMEDIÁRIO/COPINHO.

LÂMINA BISTURI Nº11, EM AÇO CARBONO, CAIXA COM 100 UNIDADES.

LÂMINA BISTURI Nº12, EM AÇO CARBONO, CAIXA COM 100 UNIDADES.

LÂMINA BISTURI Nº13, EM AÇO CARBONO CAIXA COM 100 UNIDADES.

LÂMINA BISTURI Nº15, EM AÇO CARBONO CAIXA COM 100 UNIDADES.

LÂMINA BISTURI Nº20, EM AÇO CARBONO CAIXA COM 100 UNIDADES.

LÂMINA BISTURI Nº21, EM AÇO CARBONO CAIXA COM 100 UNIDADES.

LÂMINA BISTURI Nº22, EM AÇO CARBONO CAIXA COM 100 UNIDADES.

LÂMINA BISTURI Nº23, EM AÇO CARBONO CAIXA COM 100 UNIDADES.

LÂMINA BISTURI Nº24, EM AÇO CARBONO CAIXA COM 100 UNIDADES.

LÂMINA DE BISTURI, DESCARTÁVEL, EM AÇO INOX, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL ESTÉRIL, Nº 12.

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 22/03/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0001-2016.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARAVILHA, por intermédio do órgão **CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS**, e a empresa **SANDRA REGINA GUTERRES RAMOS - ME**, para os seguintes **municípios**: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0001/2016, para aquisição/contratação dos seguintes produtos ou serviços:

ATADURA DE RYON, NÃO ESTÉRIL, TAMANHO 7,5CM X 5M, CONFECCIONADA EM FIBRAS SINTÉTICAS 100% RAYON, LIVRE DE IMPUREZAS, RASGOS, FIOS SOLTAS E MANCHAS, ATÓXICA E APIROGÊNICO. INDICADO PARA CURATIVOS OU ONDE NECESSITE DE ALTA ABSORÇÃO E BAIXA ADERÊNCIA TECIDUAL COMO NO CASO DE CURATIVOS PARA QUEIMADURAS.

CURATICO DE HIDROCOLOIDE E ALGINATO DE CALCIO E SÓDIO CONSTITUIDO DE ÁGUA PURIFICADA, PROPILENOGLICOL, CARBOXICELULOSE SÓDICA, CARBÔMETRO 940, TRIETANOLAMINA, ALGINATO DE CALCIO E SÓDIO, SORBATO DE POTÁSSIO, ÁCIDO BÓRICO, HIDANTOÍNA (CONSERVANTE ESTE DE GRANDE IMPORTÂNCIA PARA MANUTENÇÃO DA ESTABILIDADE DO PRODUTO POR ATÉ 28 DIAS APÓS ABERTO NUM AMBIENTE AQUOSO), HIDRATANTE E ABSORVENTE, TRANSPARENTE NA FORMA DE GEL, QUE APRESENTA A CAPACIDADE DE HIDRATAR FERIDAS SECAS E ABSORVER O EXUDATO, INTERAGINDO COM DIVERSOS NÍVEIS DE UMIDADE DA FERIDA, PARA CAVIDADES PROFUNDAS , ÚLCERA DE PERNA - VENOSA E ARTERIAL - PÉ DIABÉTICO, CORTES, ABRASÕES E LACERAÇÕES, QUEIMADURAS DE 1º E 2º GRAUS E ÚLCERAS DE PRESSÃO, AÇÃO HEMOSTÁTICA, DEBRIDANTE, COM PH NEUTRO, COM TAMPA FLIP TOP, TUBO COM 85 GRAMAS .

CURATIVO DE HIDROCOLÓIDE E ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO, CONSTITUIDO DE ÁGUA PURIFICADA, PROPILENOGLICOL, CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA, CARBOMERO 940, TRIETANOLAMINA, SORBATO DE POTÁSSIO, ÁCIDO BÓRICO, HIDANTOÍNA, CONSERVANTES IMPORTANTES PARA A MANUTENÇÃO DA ESTABILIDADE DO PRODUTO POR ATÉ 28 DIAS APÓS ABERTO NUM AMBIENTE AQUOSO, HIDRATANTE E ABSORVENTE, TRANSPARENTE NA FORMA DE GEL, QUE APRESENTA A CAPACIDADE DE HIDRATAR FERIDAS SECAS E ABSORVER O EXSUDATO, INTERAGINDO COM DIVERSOS NÍVEIS DE UMIDADE DA FERIDA, PARA CAVIDADES PROFUNDAS, ÚLCERA DE PERNA (VENOSA E ARTERIAL) PÉ DIABÉTICO, CORTES, ABRASÕES E LACERAÇÕES, QUEIMADURAS DE 1º E 2º GRAUS E ÚLCERAS DE PRESSÃO, AÇÃO HEMOSTÁTICA, DEBRIDANTE, COM PH NEUTRO, COM TAMPA FLIP TOP. TUBO COM 85GR. COM BULA.

CURATIVO TRATAMENTO PLACA, INTERATIVO COMPOSTO DE UMA CAMADA INTERNA A BASE DE 3 HIDROCOLÓIDES (GELATINA, PECTINA E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA) REVESTIDO DE UMA LÂMINA DE POLIURETANO, IMPERMEÁVEL A ÁGUA E OUTROS AGENTES EXTERNOS, ABSORVENTE, FLEXÍVEL, AUTO ADERENTE, AÇÃO BACTERIOSTÁTICA, ESTÉRIL, ESPESSURA FINA, PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE ÚLCERA DE PELE SUPERFICIAIS E FERIDAS PÓS CIRÚRGICAS. CAIXA COM 05 CURATIVOS TAMANHO 10X10CM.

GEL HIDRATANTE COM ALGINATO DE CALCIO E SODIO + CARBOXIMETILCELOSODICA - CURATIVO DE HIDROCOLÓIDE E ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO, CONSTITUÍDO DE ÁGUA PURIFICADA, PROPILENOGLICOL, CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA, CARBÔMETRO 940, TRIETANOLAMINA, ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO, SORBATO DE POTÁSSIO, ÁCIDO BÓRICO, HIDANTOÍNA, - CONSERVANTES ESTES DE GRANDE IMPORTÂNCIA PARA MANUTENÇÃO DA ESTABILIDADE DO PRODUTO POR ATÉ 28 DIAS APÓS ABERTO- NUM AMBIENTE AQUOSO, HIDRATANTE E ABSORVENTE, TRANSPARENTE NA FORMA DE GEL,QUE APRESENTA A CAPACIDADE DE HIDRATAR FERIDAS SECAS E ABSORVER O EXSUDATO, INTERAGINDO COM DIVERSOS NÍVEIS DE UMIDADE DA FERIDA, PARA CAVIDADES PROFUNDAS, ÚLCERAS DE PERNA – VENOSA E ARTERIAL – PÉ DIABÉTICO, CORTES, ABRASÕES E LACERAÇÕES, QUEIMADURAS DE 1º E 2º GRAUS E ÚLCERAS DE PRESSÃO, AÇÃO HEMOSTÁTICA, DEBRIDANTE, COM PH NEUTRO, COM TAMPA FLIP TOP, TUBO COM 85GR, COM APRESENTAÇÃO DA BULA.

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 22/03/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0001-2016.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARAVILHA, por intermédio do órgão **CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS**, e a empresa **MEDK RES IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - ME**, para os seguintes municípios: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS sob procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0001/2016, para aquisição/contratação dos seguintes produtos ou serviços:

CURATIVO HIDROCOLÓIDE DE BAIXO PERFIL, COM BORDAS DELGADAS, TRANSLÚCIDO, REVESTIDO COM UMA PELÍCULA LISA FRICÇÃO E LINHA DEMARCATÓRIA QUE INDICA O MOMENTO IDEAL DE TROCA DO CURATIVO. PRODUTO ESTÉRIL COMPOSTO POR UMA CAMADA INTERNA COM 3 HIDROCOLÓIDES (GELATINA, PECTINA E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA), POLIISOBUTILENO E POLÍMEROS ELASTOMÉRICOS ADICIONADOS À FÓRMULA PARA CONTROLE DA FORMAÇÃO DE GEL COM UMA CAMADA EXTERNA DE POLIUTERANO QUE OFERECE UMA BARREIRA BACTERIANA E VIRAL. COM REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 5 CURATIVOS DE 10X10CM.

CURATIVO TRATAMENTO PLACA, INTERATIVO COMPOSTO DE UMA CAMADA INTERNA A BASE DE 3 HIDROCOLÓIDES (GELATINA, PECTINA E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA) REVESTIDO DE UMA LÂMINA DE POLIURETANO, IMPERMEÁVEL A ÁGUA E A OUTROS AGENTES EXTERNOS, ABSORVENTE, FLEXÍVEL, AUTO-ADERENTE, AÇÃO BACTERIOSTÁTICA, ESTÉRIL, ESPESSURA MÉDIA, PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE ÚLCERA DE PRESSÃO LIMPA. COM REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 5 CURATIVOS DE 10X10CM.

CURATIVO TRATAMENTO PLACA, INTERATIVO COMPOSTO DE UMA CAMADA INTERNA A BASE DE 3 HIDROCOLÓIDES (GELATINA, PECTINA E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA) REVESTIDO DE UMA LÂMINA DE POLIURETANO, IMPERMEÁVEL A ÁGUA E A OUTROS AGENTES EXTERNOS, ABSORVENTE, FLEXÍVEL, AUTO-ADERENTE, AÇÃO BACTERIOSTÁTICA, ESTÉRIL, ESPESSURA MÉDIA, PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE ÚLCERA DE PRESSÃO LIMPA. COM REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 5 CURATIVOS DE 20X20 CM.

PRAZO: 12 meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 22/03/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0001-2016.

CIS/AMERIOS**RESOLUÇÃO CIS-AMERIOS Nº 002 -2016 REAJUSTE SALARIAL**

Resolução nº. 002/2016 Maravilha (SC), 10 de março de 2016.

Dispõe sobre o reajuste do salário da empregada do CIS/AMERIOS a partir de primeiro de abril de 2016 e dá outras providências.

Sr. DILAIR MENIN, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS- CIS/AMERIOS, usando da competência que lhe confere o artigo 28, parágrafo 1º do Estatuto Social.

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer o salário da empregada do CIS/AMERIOS a partir de abril de 2016 para:

I – Assessora Administrativa e Financeira, Sra. Fabiane Galera - 20h/semanais, sendo: R\$ 3.960,00 (Três mil, novecentos e sessenta reais);

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de primeiro de abril de 2016.

Maravilha (SC), 10 de março de 2016.

DILAIR MENIN

Presidente do CIS/AMERIOS

Prefeito de Caibi